BOAZ FORTI

IBF PREPARATÓRIO

SD–PM

SOLDADO PM 2ª CLASSE

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Língua Portuguesa
Matemática
História Geral
História do Brasil
Geografia Geral
Geografia do Brasil
Atualidades
Noções Básicas de Informática
Noções de Administração Pública

TESTES COM RESPOSTAS

NÍVEL MÉDIO

APOIO

ASPOMIL

BANCO ALFA

APOSTILA DE ACORDO COM EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº DP–I/321/15

Índice

Polícia Militar do Estado de São Paulo

PM-SP

Soldado PM de 2ª Classe (QPPM)

A Apostila Preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial, com base no último concurso para este cargo, elaboramos essa apostila a fim que o aluno antecipe seus estudos.

Quando o novo concurso for divulgado aconselhamos a compra de uma nova apostila elaborada de acordo com o novo Edital.

A antecipação dos estudos é muito importante, porém essa apostila não lhe dá o direito de troca, atualizações ou quaisquer alterações sofridas no Novo Edital.

ARTIGO DO WILLIAM DOUGLAS

LÍNGUAPORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). 01
2. Sinônimos e antônimos. 06
3. Sentido próprio e figurado das palavras. 09
4. Pontuação. 13
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. 16
6. Concordância verbal e nominal. 50
7. Regência verbal e nominal. 54
8. Colocação pronominal. 61
9. Crase. 63

MATEMÁTICA

1. Números inteiros: operações e propriedades. 01
2. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. 01
3. Mínimo múltiplo comum. 05
4. Razão e proporção. 06
5. Porcentagem. 08
6. Regra de três simples. 08
7. Média aritmética simples. 11

Índice

8. Equação do 1º grau. 11
9. Sistema de equações do 1º grau. 11
10. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade. 14
11. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. 20
12. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, teorema de Pitágoras. 21
13. Raciocínio lógico. 27
14. Resolução de situações-problema. 28



HISTÓRIA GERAL

1. Primeira Guerra Mundial. 01
2. O nazi-fascismo e a Segunda Guerra Mundial. 04
3. A Guerra Fria. 06
4. Globalização e as políticas neoliberais. 08



HISTÓRIA DO BRASIL

1. A Revolução de 1930 e a Era Vargas 01
2. As Constituições Republicanas 06
3. A estrutura política e os movimentos sociais no período militar. 11
4. A abertura política e a redemocratização do Brasil. 19



GEOGRAFIA GERAL

1. A nova ordem mundial, o espaço geopolítico e a globalização. 01
2. Os principais problemas ambientais. 03



GEOGRAFIA DO BRASIL

1. A natureza brasileira (relevo, hidrografia, clima e vegetação). 01
2. A população: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos. 12
3. As atividades econômicas: industrialização e urbanização, fontes de energia e agropecuária. 23
4. Os impactos ambientais. 46



ATUALIDADES

Fatos relevantes divulgados a partir do segundo semestre de 2014, publicados em periódicos, internet, imprensa e mídia em geral. 01



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010. 01

MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto 22

Índice

MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. 52

MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. 76

Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. 92

Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. 95

NOÇÕESDEADMINISTRAÇÃOPÚBLICA

• Constituição Federal: Título II: Capítulo II – Título III: Capítulo VII, Seção II. 01

• Constituição do Estado de São Paulo – Título I – Dos Fundamentos do Estado – Artigos 1º,2º, 3º e 4º - Título II – Da Organização e Poderes – Capítulo I Disposições Preliminares – Artigos 5º, 6º, 7º e 8º. Capítulo III – Do Poder Executivo – Seção I – Artigos 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46. – Seção II – Artigo 47 – Seção III – Artigo 48, 49, 50 – Seção IV – Artigos 51 ,52 e 53. Título III – Da Organização do Estado – Capítulo I – Da Administração Pública – Seção I – Artigos 111, 112, 113, 114 e 115 – Caput e Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI, XVII – Capítulo II – Dos Servidores Públicos do Estado Seção I – Dos Servidores Públicos Civis – Artigo 124 – Caput, Artigos 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137 – Capítulo III – Seção I Da Educação – Artigos 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 e 258. Capítulo VII – Da Proteção Especial – Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Portadores de Deficiência – Artigos 277, 278, 279, 280, 281 – Título VII – Disposições Constitucionais Gerais – Artigo 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291. 11

• Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado – Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968. 20

• Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 – Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....42

• Lei Complementar nº 1080/08 - CAPÍTULO I – Disposição Preliminar Artigo 1º - CAPÍTULO II Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários SEÇÃO I Disposições Gerais – Seção II Do Ingresso – Seção III Do Estágio Probatório – Seção IV Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias – Seção VII Da Progressão – Seção VIII da Promoção – Seção IX da Substituição – CAPÍTULO IV Das Disposições Finais – Artigos 54, 55 e 56. 50

• Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o Decreto n° 58.052, de 16 de maio de 2012.....53



LÍNGUA PORTUGUESA

1. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Sabemos que a "matéria-prima" da literatura são as palavras. No entanto, é necessário fazer uma distinção entre a linguagem literária e a linguagem não literária, isto é, aquela que não caracteriza a literatura.

Embora um médico faça suas prescrições em determinado idioma, as palavras utilizadas por ele não podem ser consideradas literárias porque se tratam de um vocabulário especializado e de um contexto de uso específico. Agora, quando analisamos a literatura, vemos que o escritor dispensa um cuidado diferente com a linguagem escrita, e que os leitores dispensam uma atenção diferenciada ao que foi produzido.

Outra diferença importante é com relação ao tratamento do conteúdo: ao passo que, nos textos não literários (jornalísticos, científicos, históricos, etc.) as palavras servem para veicular uma série de informações, o texto literário funciona de maneira a chamar a atenção para a própria língua (FARACO & MOURA, 1999) no sentido de explorar vários aspectos como a sonoridade, a estrutura sintática e o sentido das palavras.

Veja abaixo alguns exemplos de expressões na linguagem não literária ou "corriqueira" e um exemplo de uso da mesma expressão, porém, de acordo com alguns escritores, na linguagem literária:

Linguagem não literária:

1- Anoitece.

2- Teus cabelos loiros brilham.

3- Uma nuvem cobriu parte do céu. ...

Linguagem literária:

1- A mão da noite embrulha os horizontes. (Alvarenga Peixoto)

2- Os clarins de ouro dos teus cabelos cantam na luz! (Mário Quintana)

3- um sujo de nuvem emporcalhou o luar em sua nascença. (José Cândido de Carvalho)

Como distinguir, na prática, a linguagem literária da não literária?

- A linguagem literária é conotativa, utiliza figuras (palavras de sentido figurado), em que as palavras adquirem sentidos mais amplos do que geralmente possuem.

- Na linguagem literária há uma preocupação com a escolha e a disposição das palavras, que acabam dando vida e beleza a um texto.

- Na linguagem literária é muito importante a maneira original de apresentar o tema escolhido.

- A linguagem não literária é objetiva, denotativa, preocupa-se em transmitir o conteúdo, utiliza a palavra em seu sentido próprio, utilitário, sem preocupação artística. Geralmente, recorre à ordem direta (sujeito, verbo, complementos).

Leia com atenção os textos a seguir e compare as linguagens utilizadas neles.

Texto A

Amor (ô). [Do lat. amore.] S. m. 1. Sentimento que predispõe alguém a desejar o bem de outrem, ou de alguma coisa: amor ao próximo; amor ao patrimônio artístico de sua terra. 2. Sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro ser ou a uma coisa; devoção, culto; adoração: amor à Pátria; amor a uma causa. 3. Inclinação ditada por laços de família: amor filial; amor conjugal. 4. Inclinação forte por pessoa de outro sexo, geralmente de caráter sexual, mas que apresenta grande variedade e comportamentos e reações.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Nova Fronteira.

Texto B

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
é dor que desatina sem doer.

Luís de Camões. Lírica, Cultrix.

Você deve ter notado que os textos tratam do mesmo assunto, porém os autores utilizam linguagens diferentes.

No texto A, o autor preocupou-se em definir "amor", usando uma linguagem objetiva, científica, sem preocupação artística.

No texto B, o autor trata do mesmo assunto, mas com preocupação literária, artística. De fato, o poeta entra no campo subjetivo, com sua maneira própria de se expressar, utiliza comparações (compara amor com fogo, ferida, contentamento e dor) e serve-se ainda de contrastes que acabam dando graça e força expressiva ao poema (contentamento descontente, dor sem doer, ferida que não se sente, fogo que não se vê).

Questões

1-) Leia o trecho do poema abaixo.

O Poeta da Roça
Sou fio das mata, cantô da mão grosa
Trabaio na roça, de inverno e de estio
A minha chupana é tapada de barro
Só fumo cigarro de paia de mio.

Patativa do Assaré

A respeito dele, é possível afirmar que

(A) não pode ser considerado literário, visto que a linguagem aí utilizada não está adequada à norma culta formal.

(B) não pode ser considerado literário, pois nele não se percebe a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

(C) não é um texto consagrado pela crítica literária.

(D) trata-se de um texto literário, porque, no processo criativo da Literatura, o trabalho com a linguagem pode aparecer de várias formas: cômica, lúdica, erótica, popular etc

(E) a pobreza vocabular – palavras erradas – não permite que o consideremos um texto literário.

Leia os fragmentos abaixo para responder às questões que seguem:

TEXTO I

O açúcar
O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.
Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.
Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.
Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.
Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.
Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.
Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.
fonte: "O açúcar" (Ferreira Gullar. Toda poesia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp.227-228)

TEXTO II

A cana-de-açúcar

Originária da Ásia, a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI. A região que durante séculos foi a grande produtora de cana-de-açúcar no Brasil é a Zona da Mata nordestina, onde os férteis solos de massapé, além da menor distância em relação ao mercado europeu, propiciaram condições favoráveis a esse cultivo. Atualmente, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar é São Paulo, seguido de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além de produzir o açúcar, que em parte é exportado e em parte abastece o mercado interno, a cana serve também para a produção de álcool, importante nos dias atuais como fonte de energia e de bebidas. A imensa expansão dos canaviais no Brasil, especialmente em São Paulo, está ligada ao uso do álcool como combustível.

2-) Para que um texto seja literário:

a) basta somente a correção gramatical; isto é, a expressão verbal segundo as leis lógicas ou naturais.

b) deve prescindir daquilo que não tenha correspondência na realidade palpável e externa.

c) deve fugir do inexato, daquilo que confunda a capacidade de compreensão do leitor.

d) deve assemelhar-se a uma ação de desnudamento. O escritor revela, ao escrever, o mundo, e, em especial, revela o Homem aos outros homens.

e) deve revelar diretamente as coisas do mundo: sentimentos, ideias, ações.

3-) Ainda com relação ao textos I e II, assinale a opção incorreta

a) No texto I, em lugar de apenas informar sobre o real, ou de produzi-lo, a expressão literária é utilizada principalmente como um meio de refletir e recriar a realidade.

b) No texto II, de expressão não literária, o autor informa o leitor sobre a origem da cana-de-açúcar, os lugares onde é produzida, como teve início seu cultivo no Brasil, etc.

c) O texto I parte de uma palavra do domínio comum – açúcar – e vai ampliando seu potencial significativo, explorando recursos formais para estabelecer um paralelo entre o açúcar – branco, doce, puro – e a vida do trabalhador que o produz – dura, amarga, triste.

d) No texto I, a expressão literária desconstrói hábitos de linguagem, baseando sua recriação no aproveitamento de novas formas de dizer.

e) O texto II não é literário porque, diferentemente do literário, parte de um aspecto da realidade, e não da imaginação.

Gabarito

1-) D

2-) D – Esta alternativa está correta, pois ela remete ao caráter reflexivo do autor de um texto literário, ao passo em que ele revela às pessoas o "seu mundo" de maneira peculiar.

3-) E – o texto I também fala da realidade, mas com um cunho diferente do texto II. No primeiro há uma colocação diferenciada por parte do autor em que o objetivo não é unicamente passar informação, existem outros "motivadores" por trás desta escrita.

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Isso acontece porque lhes faltam informações específicas a respeito desta tarefa constante em provas relacionadas a concursos públicos.

Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de texto - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

1. Identificar – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
2. Comparar – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
3. Comentar - é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.
4. Resumir – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.
5. Parafrasear – é reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

a) Conhecimento histórico–literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;

b) Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.

c) Capacidade de observação e de síntese e

d) Capacidade de raciocínio.

Interpretar X compreender

Interpretar significa

- explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.
- Através do texto, infere-se que...
- É possível deduzir que...
- O autor permite concluir que...
- Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

- intelecção, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.
- o texto diz que...
- é sugerido pelo autor que...
- de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...
- o narrador afirma...

Erros de interpretação

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

a) Extrapolação (viagem)

Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

b) Redução

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

c) Contradição

Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, consequentemente, errando a questão.

Observação - Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relacionam palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

OBSERVAÇÃO – São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura;
- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos duas vezes;
- Inferir;
- Voltar ao texto tantas quantas vezes precisar;
- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;
- Fragmentar o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão;
- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;
- O autor defende ideias e você deve percebê-las;

Segundo Fiorin:

-Pressupostos – informações implícitas decorrentes necessariamente de palavras ou expressões contidas na frase.

- Subentendidos – insinuações não marcadas claramente na linguagem.
- Pressupostos – verdadeiros ou admitidos como tal.
- Subentendidos – de responsabilidade do ouvinte.
- Falante não pode negar que tenha querido transmitir a informação expressa pelo pressuposto, mas pode negar que tenha desejado transmitir a informação expressa pelo subentendido.
- Negação da informação não nega o pressuposto.
- Pressuposto não verdadeiro – informação explícita absurda.
- Principais marcadores de pressupostos: a) adjetivos; b) verbos; c) advérbios; d) orações adjetivas; e) conjunções.

QUESTÕES

(Agente Estadual de Trânsito – DETRAN - SP – Vunesp/2013)

O uso da bicicleta no Brasil

A utilização da bicicleta como meio de locomoção no Brasil ainda conta com poucos adeptos, em comparação com países como Holanda e Inglaterra, por exemplo, nos quais a bicicleta é um dos principais veículos nas ruas. Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens.

A bicicleta já pode ser comparada a carros, motocicletas e a outros veículos que, por lei, devem andar na via e jamais na calçada. Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e prioridade sobre os automotores.

Alguns dos motivos pelos quais as pessoas aderem à bicicleta no dia a dia são: a valorização da sustentabilidade, pois as bikes não emitem gases nocivos ao ambiente, não consomem petróleo e produzem muito menos sucata de metais, plásticos e borracha; a diminuição dos congestionamentos por excesso de veículos motorizados, que atingem principalmente as grandes cidades; o favorecimento da saúde, pois pedalar é um exercício físico muito bom; e a economia no combustível, na manutenção, no seguro e, claro, nos impostos.

No Brasil, está sendo implantado o sistema de compartilhamento de bicicletas. Em Porto Alegre, por exemplo, o BikePOA é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura, em parceria com o sistema de Bicicletas SAMBA, com quase um ano de operação. Depois de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e outras cidades espalhadas pelo país aderirem a esse sistema, mais duas capitais já estão com o projeto pronto em 2013: Recife e Goiânia. A ideia do compartilhamento é semelhante em todas as cidades. Em Porto Alegre, os usuários devem fazer um cadastro pelo site. O valor do passe mensal é R$10 e o do passe diário, R$5, podendo-se utilizar o sistema durante todo o dia, das 6h às 22h, nas duas modalidades. Em todas as cidades que já aderiram ao projeto, as bicicletas estão espalhadas em pontos estratégicos.

A cultura do uso da bicicleta como meio de locomoção não está consolidada em nossa sociedade. Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a bike. Na confusão de um trânsito caótico numa cidade grande, carros, motocicletas, ônibus e, agora, bicicletas, misturam-se, causando, muitas vezes, discussões e acidentes que poderiam ser evitados.

Ainda são comuns os acidentes que atingem ciclistas. A verdade é que, quando expostos nas vias públicas, eles estão totalmente vulneráveis em cima de suas bicicletas. Por isso é tão importante usar capacete e outros itens de segurança. A maior parte dos motoristas de carros, ônibus, motocicletas e caminhões desconhece as leis que abrangem os direitos dos ciclistas. Mas muitos ciclistas também ignoram seus direitos e deveres. Alguém que resolve integrar a bike ao seu estilo de vida e usá-la como meio de locomoção precisa compreender que deverá gastar com alguns apetrechos necessários para poder trafegar. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as bicicletas devem, obrigatoriamente, ser equipadas com campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo.

(Bárbara Moreira, http://www.eusoufamecos.net. Adaptado)

01. De acordo com o texto, o uso da bicicleta como meio de locomoção nas metrópoles brasileiras

(A) decresce em comparação com Holanda e Inglaterra devido à falta de regulamentação.

(B) vem se intensificando paulatinamente e tem sido incentivado em várias cidades.

(C) tornou-se, rapidamente, um hábito cultivado pela maioria dos moradores.

(D) é uma alternativa dispendiosa em comparação com os demais meios de transporte.

(E) tem sido rejeitado por consistir em uma atividade arriscada e pouco salutar.

02. A partir da leitura, é correto concluir que um dos objetivos centrais do texto é

(A) informar o leitor sobre alguns direitos e deveres do ciclista.

(B) convencer o leitor de que circular em uma bicicleta é mais seguro do que dirigir um carro.

(C) mostrar que não há legislação acerca do uso da bicicleta no Brasil.

(D) explicar de que maneira o uso da bicicleta como meio de locomoção se consolidou no Brasil.

(E) defender que, quando circular na calçada, o ciclista deve dar prioridade ao pedestre.

(Oficial Estadual de Trânsito - DETRAN-SP - Vunesp 2013)
Leia o texto para responder às questões de 3 a 5

Propensão à ira de trânsito

Dirigir um carro é estressante, além de inerentemente perigoso. Mesmo que o indivíduo seja o motorista mais seguro do mundo, existem muitas variáveis de risco no trânsito, como clima, acidentes de trânsito e obras nas ruas. E com relação a todas as outras pessoas nas ruas? Algumas não são apenas maus motoristas, sem condições de dirigir, mas também se engajam num comportamento de risco – algumas até agem especificamente para irritar o outro motorista ou impedir que este chegue onde precisa.

Essa é a evolução de pensamento que alguém poderá ter antes de passar para a ira de trânsito de fato, levando um motorista a tomar decisões irracionais.

Dirigir pode ser uma experiência arriscada e emocionante. Para muitos de nós, os carros são a extensão de nossa personalidade e podem ser o bem mais valioso que possuímos. Dirigir pode ser a expressão de liberdade para alguns, mas também é uma atividade que tende a aumentar os níveis de estresse, mesmo que não tenhamos consciência disso no momento.

Dirigir é também uma atividade comunitária. Uma vez que entra no trânsito, você se junta a uma comunidade de outros motoristas, todos com seus objetivos, medos e habilidades ao volante. Os psicólogos Leon James e Diane Nahl dizem que um dos fatores da ira de trânsito é a tendência de nos concentrarmos em nós mesmos, descartando o aspecto comunitário do ato de dirigir.

Como perito do Congresso em Psicologia do Trânsito, o Dr. James acredita que a causa principal da ira de trânsito não são os congestionamentos ou mais motoristas nas ruas, e sim como nossa cultura visualiza a direção agressiva. As crianças aprendem que as regras normais em relação ao comportamento e à civilidade não se aplicam quando dirigimos um carro. Elas podem ver seus pais envolvidos em comportamentos de disputa ao volante, mudando de faixa continuamente ou dirigindo em alta velocidade, sempre com pressa para chegar ao destino.

Para complicar as coisas, por vários anos psicólogos sugeriam que o melhor meio para aliviar a raiva era descarregar a frustração. Estudos mostram, no entanto, que a descarga de frustrações não ajuda a aliviar a raiva. Em uma situação de ira de trânsito, a descarga de frustrações pode transformar um incidente em uma violenta briga.

Com isso em mente, não é surpresa que brigas violentas aconteçam algumas vezes. A maioria das pessoas está predisposta a apresentar um comportamento irracional quando dirige. Dr. James vai ainda além e afirma que a maior parte das pessoas fica emocionalmente incapacitada quando dirige. O que deve ser feito, dizem os psicólogos, é estar ciente de seu estado emocional e fazer as escolhas corretas, mesmo quando estiver tentado a agir só com a emoção.

(Jonathan Strickland. Disponível em: http://carros.hsw.uol.com.br/furia-no-transito1 .htm. Acesso em: 01.08.2013. Adaptado)

3-) Tomando por base as informações contidas no texto, é correto afirmar que

(A) os comportamentos de disputa ao volante acontecem à medida que os motoristas se envolvem em decisões conscientes.

(B) segundo psicólogos, as brigas no trânsito são causadas pela constante preocupação dos motoristas com o aspecto comunitário do ato de dirigir.

(C) para Dr. James, o grande número de carros nas ruas é o principal motivo que provoca, nos motoristas, uma direção agressiva.

(D) o ato de dirigir um carro envolve uma série de experiências e atividades não só individuais como também sociais.

(E) dirigir mal pode estar associado à falta de controle das emoções positivas por parte dos motoristas.

4. A ira de trânsito

A) aprimora uma atitude de reconhecimento de regras.

(B) implica tomada de decisões sem racionalidade.

(C) conduz a um comportamento coerente.

(D) resulta do comportamento essencialmente comunitário dos motoristas.

(E) decorre de imperícia na condução de um veículo.

5. De acordo com o perito Dr. James,

(A) os congestionamentos representam o principal fator para a ira no trânsito.

(B) a cultura dos motoristas é fator determinante para o aumento de suas frustrações.

(C) o motorista, ao dirigir, deve ser individualista em suas ações, a fim de expressar sua liberdade e garantir que outros motoristas não o irritem.

(D) a principal causa da direção agressiva é o desconhecimento das regras de trânsito.

(E) o comportamento dos pais ao dirigirem com ira contradiz o aprendizado das crianças em relação às regras de civilidade.

(TRF 3ª região/2014) Para responder às questões de números 6 e 7 considere o texto abaixo.

Toda ficção científica, de Metrópolis ao Senhor dos anéis, baseia-se, essencialmente, no que está acontecendo no mundo no momento em que o filme foi feito. Não no futuro ou numa galáxia distante, muitos e muitos anos atrás, mas agora mesmo, no presente, simbolizado em projeções que nos confortam e tranquilizam ao nos oferecer uma adequada distância de tempo e espaço.

Na ficção científica, a sociedade se permite sonhar seus piores problemas: desumanização, superpopulação, totalitarismo, loucura, fome, epidemias. Não se imita a realidade, mas imagina-se, sonha-se, cria-se outra realidade onde possamos colocar e resolver no plano da imaginação tudo o que nos incomoda no cotidiano. O elemento essencial para guiar a lógica interna do gênero, cuja quebra implica o fim da magia, é a ciência. Por isso, tecnologia é essencial ao gênero. Parte do poder desse tipo de magia cinematográfica está em concretizar, diante dos nossos olhos, objetos possíveis, mas inexistentes: carros voadores, robôs inteligentes. Como parte dessas coisas imaginadas acaba se tornando realidade, o gênero reforça a sensação de que estamos vendo na tela projeções das nossas possibilidades coletivas futuras.

(Adaptado de: BAHIANA, Ana Maria. Como ver um filme. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. formato ebook.)

6-) Considere:

I. Segundo o texto, na ficção científica abordam-se, com distanciamento de tempo e espaço, questões controversas e moralmente incômodas da sociedade atual, de modo que a solução oferecida pela fantasia possa ser aplicada para resolver os problemas da realidade.

II. Parte do poder de convencimento da ficção científica deriva do fato de serem apresentados ao espectador objetos imaginários que, embora não existam na vida real, estão, de algum modo, conectados à realidade.

III. A ficção científica extrapola os limites da realidade, mas baseia-se naquilo que, pelo menos em teoria, acredita-se que seja possível.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) II.

7-) Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical, o termo sonhar, em ... a sociedade se permite sonhar seus piores problemas... (2o parágrafo), pode ser substituído por:

(A) descansar.
(B) desprezar.
(C) esquecer.
(D) fugir.
(E) imaginar.

(TRF 3ª região/2014) Atenção: Para responder às questões de números 8 a 10 considere o texto abaixo.

Texto I

O canto das sereias é uma imagem que remonta às mais luminosas fontes da mitologia e da literatura gregas. As versões da fábula variam, mas o sentido geral da trama é comum.

As sereias eram criaturas sobre-humanas. Ninfas de extraordinária beleza, viviam sozinhas numa ilha do Mediterrâneo, mas tinham o dom de chamar a si os navegantes, graças ao irresistível poder de sedução do seu canto. Atraídos por aquela melodia divina, os navios batiam nos recifes submersos da beira-mar e naufragavam. As sereias então devoravam impiedosamente os tripulantes.

Doce o caminho, amargo o fim. Como escapar com vida do canto das sereias? A literatura grega registra duas soluções vitoriosas. Uma delas foi a saída encontrada por Orfeu, o incomparável gênio da música e da poesia.

Quando a embarcação na qual ele navegava entrou inadvertidamente no raio de ação das sereias, ele conseguiu impedir a tripulação de perder a cabeça tocando uma música ainda mais sublime do que aquela que vinha da ilha. O navio atravessou incólume a zona de perigo.

A outra solução foi a de Ulisses. Sua principal arma para vencer as sereias foi o reconhecimento franco e corajoso da sua fraqueza e da sua falibilidade − a aceitação dos seus inescapáveis limites humanos.

Ulisses sabia que ele e seus homens não teriam firmeza para resistir ao apelo das sereias. Por isso, no momento em que a embarcação se aproximou da ilha, mandou que todos os tripulantes tapassem os ouvidos com cera e ordenou que o amarrassem ao mastro central do navio. O surpreendente é que Ulisses não tapou com cera os próprios ouvidos − ele quis ouvir. Quando chegou a hora, Ulisses foi seduzido pelas sereias e fez de tudo para convencer os tripulantes a deixarem-no livre para ir juntar-se a elas. Seus subordinados, contudo, cumpriram fielmente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo.

Orfeu escapou das sereias como divindade; Ulisses, como mortal. Ao se aproximar das sereias, a escolha diante do herói era clara: a falsa promessa de gratificação imediata, de um lado, e o bem permanente do seu projeto de vida − prosseguir viagem, retornar a Ítaca, reconquistar Penélope −, do outro. A verdadeira vitória de Ulisses foi contra ele mesmo. Foi contra a fraqueza, o oportunismo suicida e a surdez delirante que ele soube reconhecer em sua própria alma.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Auto-engano. São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Formato eBOOK)

8-) Há no texto

(A) comparação entre os meios que Orfeu e Ulisses usam para enfrentar o desafio que se apresenta a eles.
(B) rivalidade entre o mortal Ulisses e o divino Orfeu, cujo talento musical causava inveja ao primeiro.
(C) juízo de valor a respeito das atitudes das sereias em relação aos navegantes e elogio à astúcia de Orfeu.
(D) crítica à forma pouco original com que Orfeu decide enganar as sereias e elogio à astúcia de Ulisses.
(E) censura à atitude arriscada de Ulisses, cuja ousadia quase lhe custou seu projeto de vida.

9-) Depreende-se do texto que as sereias atingiam seus objetivos por meio de

(A) intolerância.
(B) dissimulação.
(C) lisura.
(D) observação.
(E) condescendência.

10-) O navio atravessou *incólume* a zona de perigo. (4o parágrafo). Mantém-se o sentido original do texto substituindo-se o elemento grifado por

(A) insolente.
(B) inatingível.
(C) intacto.
(D) inativo.
(E) impalpável.

GABARITO

1- B 2-A 3-D 4-B 5-E
6- D 7-E 8-A 9-B 10-C

2. SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS

- Sinônimos

São palavras de sentido igual ou aproximado: alfabeto - abecedário; brado, grito - clamor; extinguir, apagar - abolir.

Observação: A contribuição greco-latina é responsável pela existência de numerosos pares de sinônimos: adversário e antagonista; translúcido e diáfano; semicírculo e hemiciclo; contraveneno e antídoto; moral e ética; colóquio e diálogo; transformação e metamorfose; oposição e antítese.

- Antônimos

São palavras de significação oposta: ordem - anarquia; soberba - humildade; louvar - censurar; mal - bem.

Observação: A antonímia pode originar-se de um prefixo de sentido oposto ou negativo: bendizer e maldizer; simpático e antipático; progredir e regredir; concórdia e discórdia; ativo e inativo; esperar e desesperar; comunista e anticomunista; simétrico e assimétrico.

O que são Homônimos e Parônimos:

- Homônimos

a) Homógrafos: são palavras iguais na escrita e diferentes na pronúncia:

rego (subst.) e rego (verbo);
colher (verbo) e colher (subst.);
jogo (subst.) e jogo (verbo);
denúncia (subst.) e denuncia (verbo);
providência (subst.) e providencia (verbo).

b) Homófonos: são palavras iguais na pronúncia e diferentes na escrita:

acender (atear) e ascender (subir);
concertar (harmonizar) e consertar (reparar);
cela (compartimento) e sela (arreio);
censo (recenseamento) e senso (juízo);
paço (palácio) e passo (andar).

c) Homógrafos e homófonos simultaneamente: São palavras iguais na escrita e na pronúncia:

caminho (subst.) e caminho (verbo);
cedo (verbo) e cedo (adv.);
livre (adj.) e livre (verbo).

- Parônimos

São palavras parecidas na escrita e na pronúncia: coro e couro; cesta e sesta; eminente e iminente; osso e ouço; sede e cede; comprimento e cumprimento; tetânico e titânico; autuar e atuar;

degradar e degredar; infligir e infringir; deferir e diferir; suar e soar.

Questões sobre Significação das Palavras

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase abaixo:

Da mesma forma que os italianos e japoneses _____ para o Brasil no século passado, hoje os brasileiros _____ para a Europa e para o Japão, à busca de uma vida melhor; internamente, _____ para o Sul, pelo mesmo motivo.

a) imigraram - emigram - migram
b) migraram - imigram - emigram
c) emigraram - migram - imigram.
d) emigraram - imigram - migram.
e) imigraram - migram – emigram

Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013 - Leia o texto para responder às questões de números 02 e 03.

Alunos de colégio fazem robôs com sucata eletrônica

Você comprou um smartphone e acha que aquele seu celular antigo é imprestável? Não se engane: o que é lixo para alguns pode ser matéria-prima para outros. O CMID – Centro Marista de Inclusão Digital –, que funciona junto ao Colégio Marista de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ensina os alunos do colégio a fazer robôs a partir de lixo eletrônico.

Os alunos da turma avançada de robótica, por exemplo, constroem carros com sensores de movimento que respondem à aproximação das pessoas. A fonte de energia vem de baterias de celular. "Tirando alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem", comentou o instrutor de robótica do CMID, Leandro Schneider. Esses alunos também aprendem a consertar computadores antigos. "O nosso projeto só funciona por causa do lixo eletrônico. Se tivéssemos que comprar tudo, não seria viável", completou.

Em uma época em que celebridades do mundo digital fazem campanha a favor do ensino de programação nas escolas, é inspirador o relato de Dionatan Gabriel, aluno da turma avançada de robótica do CMID que, aos 16 anos, já sabe qual será sua profissão. "Quero ser programador. No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando", disse.

(Giordano Tronco, www.techtudo.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

02. A palavra em destaque no trecho –"Tirando alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem"... – pode ser substituída, sem alteração do sentido da mensagem, pela seguinte expressão:

A) Pelo menos
B) A contar de
C) Em substituição a
D) Com exceção de
E) No que se refere a

03. Assinale a alternativa que apresenta um antônimo para o termo destacado em – …"No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando", disse.

A) Estimulante.
B) Cansativo.
C) Irritante.
D) Confuso.
E) Improdutivo.

04. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). Analise as afirmações a seguir.

I. Em – Há sete anos, Fransley Lapavani Silva está preso por homicídio. – o termo em destaque pode ser substituído, sem alteração do sentido do texto, por "faz".

II. A frase – Todo preso deseja a libertação. – pode ser reescrita da seguinte forma – Todo preso aspira à libertação.

III. No trecho – ... estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio devido ao bom comportamento. – pode-se substituir a expressão em destaque por "em razão do", sem alterar o sentido do texto.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) III, apenas.
C) I e III, apenas.
D) I, apenas.
E) I e II, apenas.

05. Leia as frases abaixo:

1 - Assisti ao _____ do balé Bolshoi;

2 - Daqui _____ pouco vão dizer que _____ vida em Marte.
3 - As _____ da câmara são verdadeiros programas de humor.
4 - _____ dias que não falo com Alfredo.

Escolha a alternativa que oferece a sequência correta de vocábulos para as lacunas existentes:
a) concerto – há – a – cessões – há;
b) conserto – a – há – sessões – há;
c) concerto – a – há – seções – a;
d) concerto – a – há – sessões – há;
e) conserto – há – a – sessões – a .

06. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.). Considere o seguinte trecho para responder à questão.

Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.

O sentido contrário (antônimo) de altruísticos, nesse trecho, é:
A) de desprendimento. B) de responsabilidade.
C) de abnegação. D) de amor.
E) de egoísmo.

07. Assinale o único exemplo cuja lacuna deve ser preenchida com a primeira alternativa da série dada nos parênteses:
A) Estou aqui _____ de ajudar os flagelados das enchentes. (afim- a fim).
B) A bandeira está _____. (arreada - arriada).
C) Serão punidos os que _____ o regulamento. (inflingirem - infringirem).
D) São sempre valiosos os _____ dos mais velhos. (concelhos - conselhos).
E) Moro _____ cem metros da praça principal. (a cerca de - acerca de).

08. Assinale a alternativa correta, considerando que à direita de cada palavra há um sinônimo.
a) emergir = vir à tona; imergir = mergulhar
b) emigrar = entrar (no país); imigrar = sair (do país)
c) delatar = expandir; dilatar = denunciar
d) deferir = diferenciar; diferir = conceder
e) dispensa = cômodo; despensa = desobrigação

09. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Temos o poder da escolha

Os consumidores são assediados pelo marketing a todo momento para comprarem além do que necessitam, mas somente eles podem decidir o que vão ou não comprar. É como se abrissem em nós uma "caixa de necessidades", mas só nós temos o poder da escolha.

Cada vez mais precisamos do consumo consciente. Será que paramos para pensar de onde vem o produto que estamos consumindo e se os valores da empresa são os mesmos em que acreditamos? A competitividade entre as empresas exige que elas evoluam para serem opções para o consumidor. Nos anos 60, saber fabricar qualquer coisa era o suficiente para ter uma empresa. Nos anos 70, era preciso saber fazer com qualidade e altos índices de produção. Já no ano 2000, a preocupação era fazer melhor ou diferente da concorrência e as empresas passaram a atuar com responsabilidade socioambiental.

O consumidor tem de aprender a dizer não quando a sua relação com a empresa não for boa. Se não for boa, deve comprar o produto em outro lugar. Os cidadãos não têm ideia do poder que possuem.

É importante, ainda, entender nossa relação com a empresa ou produto que vamos eleger. Temos uma expectativa, um envolvimento e aceitação e a preferência dependerá das ações que aprovamos ou não nas empresas, pois podemos mudar de ideia.

Há muito a ser feito. Uma pesquisa mostrou que 55,4% das pessoas acreditam no consumo consciente, mas essas mesmas pessoas admitem que já compraram produto pirata. Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes.

(Jornal da Tarde 24.04.2007. Adaptado)

No trecho – Temos uma expectativa, um envolvimento e aceitação... –, a palavra destacada apresenta sentido contrário de
A) vontade. B) apreciação.
C) avaliação. D) rejeição.
E) indiferença.

10. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Na frase – Os consumidores são assediados pelo marketing... –, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:
A) perseguidos. B) ameaçados.
C) acompanhados. D) gerados.
E) preparados.

GABARITO

01. A 02. D 03. A 04. A 05. D
06. E 07. E 08. A 09. D 10. A

COMENTÁRIOS

1-) Da mesma forma que os italianos e japoneses imigraram para o Brasil no século passado, hoje os brasileiros emigram para a Europa e para o Japão, à busca de uma vida melhor; internamente, migram para o Sul, pelo mesmo motivo.

2-) "Com exceção de alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem"...

3-) antônimo para o termo destacado : "No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando"
"No início das aulas, eu achava meio estimulante, mas depois fui me interessando"

4-) I. Em – Há sete anos, Fransley Lapavani Silva está preso por homicídio. – o termo em destaque pode ser substituído, sem alteração do sentido do texto, por "faz". = correta
II. A frase – Todo preso deseja a libertação. – pode ser reescrita da seguinte forma – Todo preso aspira à libertação. = correta

III. No trecho – ... estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio devido ao bom comportamento. – pode-se substituir a expressão em destaque por "em razão do", sem alterar o sentido do texto. = correta

5-) 1 - Assisti ao concerto do balé Bolshoi;
2 - Daqui a pouco vão dizer que há (= existe) vida em Marte.
3 – As sessões da câmara são verdadeiros programas de humor.
4 - Há dias que não falo com Alfredo. (= tempo passado)

6-) Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.
O sentido contrário (antônimo) de altruísticos, nesse trecho, é de egoísmo
Altruísmo é um tipo de comportamento encontrado nos seres humanos e outros seres vivos, em que as ações de um indivíduo beneficiam outros. É sinônimo de filantropia. No sentido comum do termo, é muitas vezes percebida, também, como sinônimo de solidariedade. Esse conceito opõe-se, portanto, ao egoísmo, que são as inclinações específica e exclusivamente individuais (pessoais ou coletivas).

7-) A) Estou aqui a fim de de ajudar os flagelados das enchentes. (afim = O adjetivo "*afim*" é empregado para indicar que uma coisa tem afinidade com a outra. Há pessoas que têm temperamentos *afins*, ou seja, parecidos)
B) A bandeira está arriada . (arrear = colocar arreio no cavalo)
C) Serão punidos os que infringirem o regulamento. (inflingirem = aplicarem a pena)
D) São sempre valiosos os conselhos dos mais velhos; (concelhos= Porção territorial ou parte administrativa de um distrito).
E) Moro a cerca de cem metros da praça principal. (acerca de = Acerca de é sinônimo de "a respeito de".).

8-) b) emigrar = entrar (no país); imigrar = sair (do país) = significados invertidos
c) delatar = expandir; dilatar = denunciar = significados invertidos
d) deferir = diferenciar; diferir = conceder = significados invertidos
e) dispensa = cômodo; despensa = desobrigação = significados invertidos

9-) Temos uma expectativa, um envolvimento e aceitação... –, a palavra destacada apresenta sentido contrário de rejeição.

10-) Os consumidores são assediados pelo marketing... –, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por perseguidos.

3. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

Na língua portuguesa, uma PALAVRA (do latim parabola, que por sua vez deriva do grego parabolé) pode ser definida como sendo um conjunto de letras ou sons de uma língua, juntamente com a ideia associada a este conjunto.

Sentido Próprio e Figurado das Palavras

Pela própria definição acima destacada podemos perceber que a palavra é composta por duas partes, uma delas relacionada a sua forma escrita e os seus sons (denominada significante) e a outra relacionada ao que ela (palavra) expressa, ao conceito que ela traz (denominada significado).
Em relação ao seu SIGNIFICADO as palavras subdividem-se assim:
- Sentido Próprio - é o sentido literal, ou seja, o sentido comum que costumamos dar a uma palavra.
- Sentido Figurado - é o sentido "simbólico", "figurado", que podemos dar a uma palavra.
Vamos analisar a palavra cobra utilizada em diferentes contextos:
1. A cobra picou o menino. (cobra = tipo de réptil peçonhento)
2. A sogra dele é uma cobra. (cobra = pessoa desagradável, que adota condutas pouco apreciáveis)
3. O cara é cobra em Física! (cobra = pessoa que conhece muito sobre alguma coisa, "expert")
No item 1 aplica-se o termo cobra em seu sentido comum (ou literal); nos itens 2 e 3 o termo cobra é aplicado em sentido figurado.
Podemos então concluir que um mesmo significante (parte concreta) pode ter vários significados (conceitos).

Denotação e Conotação

- *Denotação:* verifica-se quando utilizamos a palavra com o seu significado primitivo e original, com o sentido do dicionário; usada de modo automatizado; linguagem comum. Veja este exemplo: Cortaram as asas da ave para que não voasse mais.
Aqui a palavra em destaque é utilizada em seu sentido próprio, comum, usual, literal.

MINHA DICA - Procure associar ***D***enotação com ***D***icionário: trata-se de definição literal, quando o termo é utilizado em seu sentido dicionarístico.

- *Conotação:* verifica-se quando utilizamos a palavra com o seu significado secundário, com o sentido amplo (ou simbólico); usada de modo criativo, figurado, numa linguagem rica e expressiva. Veja este exemplo:
Seria aconselhável cortar as asas deste menino, antes que seja tarde demais.
Já neste caso o termo (asas) é empregado de forma figurada, fazendo alusão à ideia de restrição e/ou controle de ações; disciplina, limitação de conduta e comportamento.

Questões sobre Denotação e Conotação

01. (Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013). Uma frase empregada – exclusivamente – com sentido figurado é:

A) Não é o tipo de companhia que se quer para tomar um vinho ou ir ao cinema.

B) No início de maio, Buffett convidou um sujeito chamado Doug Kass para participar de um dos painéis que compuseram a reunião anual de investidores de sua empresa, a Berkshire Hathaway.

C) Buffett queria entender o porquê.

D) Questiona.

E) Coloca o dedo na ferida.

02. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que apresenta palavra empregada no sentido figurado.

A)...somente eles podem decidir o que vão ou não comprar.

B) Há consumidores que gastam rios de dinheiro com supérfluos.

C)… deve comprar o produto em outro lugar.

D)… de onde vem o produto que estamos consumindo…

E) Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes.

03. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

"Xadrez que liberta": estratégia, concentração e reeducação

João Carlos de Souza Luiz cumpre pena há três anos e dois meses por assalto. Fransley Lapavani Silva está há sete anos preso por homicídio. Os dois têm 30 anos. Além dos muros, grades, cadeados e detectores de metal, eles têm outros pontos em comum: tabuleiros e peças de xadrez.

O jogo, que eles aprenderam na cadeia, além de uma válvula de escape para as horas de tédio, tornou-se uma metáfora para o que pretendem fazer quando estiverem em liberdade.

"Quando você vai jogar uma partida de xadrez, tem que pensar duas, três vezes antes. Se você movimenta uma peça errada, pode perder uma peça de muito valor ou tomar um xeque-mate, instantaneamente. Se eu for para a rua e movimentar a peça errada, eu posso perder uma peça muito importante na minha vida, como eu perdi três anos na cadeia. Mas, na rua, o problema maior é tomaro xeque-mate", afirma João Carlos.

O xadrez faz parte da rotina de cerca de dois mil internos em 22 unidades prisionais do Espírito Santo. É o projeto "Xadrez que liberta". Duas vezes por semana, os presos podem praticar a atividade sob a orientação de servidores da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus). Na próxima sexta-feira, será realizado o primeiro torneio fora dos presídios desde que o projeto foi implantado. Vinte e oito internos de 14 unidades participam da disputa, inclusive João Carlos e Fransley, que diz que a vitória não é o mais importante.

"Só de chegar até aqui já estou muito feliz, porque eu não esperava. A vitória não é tudo. Eu espero alcançar outras coisas devido ao xadrez, como ser olhado com outros olhos, como estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio devido ao bom comportamento".

Segundo a coordenadora do projeto, Francyany Cândido Venturin, o "Xadrez que liberta" tem provocado boas mudanças no comportamento dos presos. "Tem surtido um efeito positivo por eles se tornarem uma referência positiva dentro da unidade, já que cumprem melhor as regras, respeitam o próximo e pensam melhor nas suas ações, refletem antes de tomar uma atitude".

Embora a Sejus não monitore os egressos que ganham a liberdade, para saber se mantêm o hábito do xadrez, João Carlos já faz planos. "Eu incentivo não só os colegas, mas também minha família. Sou casado e tenho três filhos. Já passei para a minha família: xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender porque vai rolar até o torneio familiar".

"Medidas de promoção de educação e que possibilitem que o egresso saia melhor do que entrou são muito importantes. Nós não temos pena de morte ou prisão perpétua no Brasil. O preso tem data para entrar e data para sair, então ele tem que sair sem retornar para o crime", analisa o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Bruno Alves de Souza Toledo.

(Disponível em: www.inapbrasil.com.br/en/noticias/xadrez-que-liberta-estrategia-concentracao-e-reeducacao/6/noticias. Acesso em: 18.08.2012. Adaptado)

Considerando o contexto em que as seguintes frases foram produzidas, assinale a alternativa em que há emprego figurado das palavras.

A) O xadrez faz parte da rotina de cerca de dois mil internos em 22 unidades prisionais do Espírito Santo.

B) Além dos muros, grades, cadeados e detectores de metal, eles têm outros pontos em comum...

C) Nós não temos pena de morte ou prisão perpétua no Brasil.

D) "Mas, na rua, o problema maior é tomar o xeque-mate", afirma João Carlos.

E) Já passei para a minha família: xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender...

04. (Agente de Promotoria – Assessoria – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Na FLIP, como na Copa

RIO DE JANEIRO – Durante entrevista na Festa Literária Internacional de Paraty deste ano, o cantor Gilberto Gil criticou as arquibancadas dos estádios brasileiros em jogos da Copa das Confederações.

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

Na Flip, como nas Copas por aqui, pobre só aparece "como prestador de serviço", para citar uma participante de um protesto em Paraty, anteontem.

Como lembrou outro dos convidados da festa literária, o mexicano Juan Pablo Villalobos, esse cenário é "um espelho do que é o Brasil".

(Marco Aurélio Canônico, Na Flip, como na Copa. Folha de S.Paulo, 08.07.2013. Adaptado)

O termo *espelho* está empregado em sentido

A) figurado, significando qualidade.

B) próprio, significando modelo.

C) figurado, significando advertência.
D) próprio, significando símbolo.
E) figurado, significando reflexo.

05. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Violência epidêmica

A violência urbana é uma enfermidade contagiosa. Embora possa acometer indivíduos vulneráveis em todas as classes sociais, é nos bairros pobres que ela adquire características epidêmicas.

A prevalência varia de um país para outro e entre as cidades de um mesmo país, mas, como regra, começa nos grandes centros urbanos e se dissemina pelo interior.

As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência variam muito e a prevenção das causas evoluiu muito pouco no decorrer do século 20, ao contrário dos avanços ocorridos no campo das infecções, câncer, diabetes e outras enfermidades.

A agressividade impulsiva é consequência de perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas que os tornam despreparados para lidar com as frustrações de seus desejos.

A violência é uma doença. Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno.

A revisão de estudos científicos permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento:

1) Crianças que apanharam, foram vítimas de abusos, humilhadas ou desprezadas nos primeiros anos de vida.

2) Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.

3) Associação com grupos de jovens portadores de comportamento antissocial.

Na periferia das cidades brasileiras vivem milhões de crianças que se enquadram nessas três condições de risco. Associados à falta de acesso aos recursos materiais, à desigualdade social, esses fatores de risco criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades.

Na falta de outra alternativa, damos à criminalidade a resposta do aprisionamento. Porém, seu efeito é passageiro: o criminoso fica impedido de delinquir apenas enquanto estiver preso. Ao sair, estará mais pobre, terá rompido laços familiares e sociais e dificilmente encontrará quem lhe dê emprego. Ao mesmo tempo, na prisão, terá criado novas amizades e conexões mais sólidas com o mundo do crime.

Construir cadeias custa caro; administrá-las, mais ainda. Obrigados a optar por uma repressão policial mais ativa, aumentaremos o número de prisioneiros. As cadeias continuarão superlotadas.

Seria mais sensato investir em educação, para prevenir a criminalidade e tratar os que ingressaram nela.

Na verdade, não existe solução mágica a curto prazo. Precisamos de uma divisão de renda menos brutal, motivar os policiais a executar sua função com dignidade, criar leis que acabem com a impunidade dos criminosos bem-sucedidos e construir cadeias novas para substituir as velhas.

Enquanto não aprendermos a educar e oferecer medidas preventivas para que os pais evitem ter filhos que não serão capazes de criar, cabe a nós a responsabilidade de integrá-los na sociedade por meio da educação formal de bom nível, das práticas esportivas e da oportunidade de desenvolvimento artístico.

(Drauzio Varella. In Folha de S.Paulo, 9 mar.2002. Adaptado)

Assinale a alternativa em cuja frase foi empregada palavra ou expressão com sentido figurado.

A) Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas ...(4.º parágrafo)

B) A revisão de estudos científicos permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento... (6.º parágrafo)

C) As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência variam... (3.º parágrafo)

D) ...esses fatores de risco criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades. (10.º parágrafo)

E) Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno. (5.º parágrafo)

06. O item em que o termo sublinhado está empregado no sentido denotativo é:

A) "Além dos ganhos econômicos, a nova realidade rendeu ***frutos*** políticos."

B) "...com percentuais capazes de causar ***inveja*** ao presidente."

C) "Os genéricos estão ***abrindo as portas*** do mercado..."

D) "...a indústria ***disparou*** gordos investimentos."

E) "***Colheu*** uma revelação surpreendente:..."

07. (Analista em C&T Júnior – Administração – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

O humor deve visar à crítica, não à graça, ensinou Chico Anysio, o humorista popular. E disse isso quando lhe solicitaram considerar o estado atual do riso brasileiro. Nos últimos anos de vida, o escritor contribuía para o cômico apenas em sua porção de ator, impedido pela televisão brasileira de produzir textos. E o que ele dizia sobre a risada ajuda a entender a acomodação de muitos humoristas contemporâneos. Porque, quando eles humilham aqueles julgados inferiores, os pobres, os analfabetos, os negros, os nordestinos, todos os oprimidos que parece fácil espezinhar, não funcionam bem como humoristas. O humor deve ser o oposto disto, uma restauração do que é justo, para a qual desancar aqueles em condições piores do que as suas não vale. Rimos, isso sim, do superior, do arrogante, daquele que rouba nosso lugar social.

O curioso é perceber como o Brasil de muito tempo atrás sabia disso, e o ensinava por meio de uma imprensa ocupada em ferir a brutal desigualdade entre os seres e as classes. Ao percorrer o extenso volume da História da Caricatura Brasileira (Gala Edições), compreendemos que tal humor primitivo não praticava um rosário de ofensas pessoais. Naqueles dias, humor parecia ser apenas, e necessariamente, a virulência em relação aos modos opressivos do poder.

A amplitude dessa obra é inédita. Saem da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas a produzir arte naquele Brasil, Angelo Agostini. Corcundas magros, corcundas

gordos, corcovas com cabeça de burro, todos esses seres compostos em aspecto polimórfico, com expressivo valor gráfico, eram os responsáveis por ilustrar a subserviência a estender-se pela Corte Imperial. Contra a escravidão, o comodismo dos bem--postos e dos covardes imperialistas, esses artistas operavam seu espírito crítico em jornais de todos os cantos do País.

(Carta Capital.13.02.2013. Adaptado)

Na frase –… *compreendemos que tal humor primitivo não praticava um rosário de ofensas pessoais*. –, observa-se emprego de expressão com sentido figurado, o que ocorre também em:

A) O livro sobre a história da caricatura estabelece marcos inaugurais em relação a essa arte.

B) O trabalho do caricaturista pareceu tão importante a seus contemporâneos que recebeu o nome de "nova invenção artística."

C) Manoel de Araújo Porto-Alegre foi o primeiro profissional dessa arte e o primeiro a produzir caricaturas no Brasil.

D) O jornal alternativo em 1834 zunia às orelhas de todos e atacava esta ou aquela personagem da Corte.

E) O livro sobre a arte caricatural respeita cronologicamente os acontecimentos da história brasileira, suas temáticas políticas e sociais.

08. (Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Tomadas e oboés

"O do meio, com heliponto, tá vendo?", diz o taxista, apontando o enorme prédio espelhado, do outro lado da marginal: "A parte elétrica, inteirinha, meu cunhado que fez". Ficamos admirando o edifício parcialmente iluminado ao cair da tarde e penso menos no tamanho da empreitada do que em nossa variegada humanidade: uns se dedicam à escrita, outros a instalações elétricas, lembro-me do meu tio Augusto, que vive de tocar oboé. "Fio, disjuntor, tomada, tudo!", insiste o motorista, com tanto orgulho que chega a contaminar-me.

Pergunto quantas tomadas ele acha que tem, no prédio todo. Há quem ria desse tipo de indagação. Meu taxista, não. É um homem sério, eu também, fazemos as contas: uns dez escritórios por andar, cada um com umas seis salas, vezes 30 andares. "Cada sala tem o quê? Duas tomadas?"

"Cê tá louco! Muito mais! Hoje em dia, com computador, essas coisas? Depois eu pergunto pro meu cunhado, mas pode botar aí pra uma média de seis tomadas/sala."

Ok: 10 x 6 x 6 x 30 = 10.800. Dez mil e oitocentas tomadas!

Há 30, 40 anos, uma hora dessas, a maior parte das tomadas já estaria dormindo o sono dos justos, mas a julgar pelo número de janelas acesas, enquanto volto para casa, lentamente, pela marginal, centenas de trabalhadores suam a camisa, ali no prédio: criam logotipos, calculam custos para o escoamento da soja, negociam minério de ferro. Talvez até, quem sabe, deitado num sofá, um homem escute em seu iPod as notas de um oboé.

Alegra-me pensar nesse sujeito de olhos fechados, ouvindo música. Bom saber que, na correria geral, em meio a tantos profissionais que acreditam estar diretamente envolvidos no movimento de rotação da Terra, esse aí reservou-se cinco minutos de contemplação.

Está tarde, contudo. Algo não fecha: por que segue no escritório, esse homem? Por que não voltou para a mulher e os filhos, não foi para o chope ou o cinema? O homem no sofá, entendo agora, está ainda mais afundado do que os outros. O momento oboé era apenas uma pausa para repor as energias, logo mais voltará à sua mesa e a seus logotipos, à soja ou ao minério de ferro.

"Onze mil, cento e cinquenta", diz o taxista, me mostrando o celular. Não entendo. "É o SMS do meu cunhado: 11.150 tomadas."

Olho o prédio mais uma vez, admirado com a instalação elétrica e nossa heteróclita humanidade, enquanto seguimos, feito cágados, pela marginal.

(Antonio Prata, Folha de S.Paulo, 06.03.2013. Adaptado)

No trecho do sexto parágrafo – Bom saber que, na correria geral, em meio a tantos ***profissionais que acreditam estar diretamente envolvidos no movimento de rotação da Terra***, esse aí reservou-se cinco minutos de contemplação. –, o segmento em destaque expressa, de modo figurado, um sentido equivalente ao da expressão: profissionais que acreditam ser

A) incompreendidos, que são obrigados a trabalhar além do expediente.

B) desvalorizados, que não são devidamente reconhecidos.

C) indispensáveis, que consideram realizar um trabalho de grande importância.

D) metódicos, que gerenciam com rigidez a vida corporativa.

E) flexíveis, que sabem valorizar os momentos de ócio.

GABARITO

01. E 02. B 03. D 04. E 05. D
06. B 07. D 08. C

COMENTÁRIOS

1-) Coloca o dedo na ferida.

Frase empregada para dizer que acerta o ponto fraco, onde dói.

2-) Há consumidores que gastam rios de dinheiro com supérfluos.

Exagero, hipérbole.

3-) Mas, na rua, o problema maior é tomar o xeque-mate", afirma João Carlos.

É o lance que põe fim à partida, acaba com a liberdade, no caso.

4-) O termo *espelho* está empregado em sentido figurado, significando reflexo do que é o país.

5-) criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades. (10.º parágrafo)

Criam o ambiente, as situações que alimentam, fortalecem a violência.

6-) com percentuais capazes de causar inveja ao presidente.

Sentido denotativo = empregado com o sentido real da palavra

7-) O jornal alternativo em 1834 zunia às orelhas de todos e atacava esta ou aquela personagem da Corte.

Zunir: Produzir som forte e áspero. Empregado no sentido de "gritar" aos leitores as notícias.

8-) indispensáveis, que consideram realizar um trabalho de grande importância.

Comparando-se ao movimento de rotação, que acontece sem a intervenção de quaisquer trabalhadores, "importantes" ou não.

4. PONTUAÇÃO

Os *sinais de pontuação* são marcações gráficas que servem para compor a coesão e a coerência textual além de ressaltar especificidades semânticas e pragmáticas. Vejamos as principais funções dos sinais de pontuação conhecidos pelo uso da língua portuguesa.

Ponto

1- Indica o término do discurso ou de parte dele.

- Façamos o que for preciso para tirá-la da situação em que se encontra.
- Gostaria de comprar pão, queijo, manteiga e leite.
- Acordei. Olhei em volta. Não reconheci onde estava.

2- Usa-se nas abreviações - V. Exª. - Sr.

Ponto e Vírgula (;)

1- Separa várias partes do discurso, que têm a mesma importância.

- "Os pobres dão pelo pão o trabalho; os ricos dão pelo pão a fazenda; os de espíritos generosos dão pelo pão a vida; os de nenhum espírito dão pelo pão a alma..." (VIEIRA)

2- Separa partes de frases que já estão separadas por vírgulas.

- Alguns quiseram verão, praia e calor; outros, montanhas, frio e cobertor.

3- Separa itens de uma enumeração, exposição de motivos, decreto de lei, etc.

- Ir ao supermercado;
- Pegar as crianças na escola;
- Caminhada na praia;
- Reunião com amigos.

Dois pontos

1- Antes de uma citação

- Vejamos como Afrânio Coutinho trata este assunto:

2- Antes de um aposto

- Três coisas não me agradam: chuva pela manhã, frio à tarde e calor à noite.

3- Antes de uma explicação ou esclarecimento

- Lá estava a deplorável família: triste, cabisbaixa, vivendo a rotina de sempre.

4- Em frases de estilo direto

Maria perguntou:

- Por que você não toma uma decisão?

Ponto de Exclamação

1- Usa-se para indicar entonação de surpresa, cólera, susto, súplica, etc.

- Sim! Claro que eu quero me casar com você!

2- Depois de interjeições ou vocativos

- Ai! Que susto!
- João! Há quanto tempo!

Ponto de Interrogação

Usa-se nas interrogações diretas e indiretas livres.

"- Então? Que é isso? Desertaram ambos?" (Artur Azevedo)

Reticências

1- Indica que palavras foram suprimidas.

- Comprei lápis, canetas, cadernos...

2- Indica interrupção violenta da frase.

"- Não... quero dizer... é verdad... Ah!"

3- Indica interrupções de hesitação ou dúvida

- Este mal... pega doutor?

4- Indica que o sentido vai além do que foi dito

- Deixa, depois, o coração falar...

Vírgula

Não se usa vírgula

*separando termos que, do ponto de vista sintático, ligam-se diretamente entre si:

a) entre sujeito e predicado.

Todos os alunos da sala foram advertidos.
Sujeito predicado

b) entre o verbo e seus objetos.

O trabalho custou sacrifício aos realizadores.
V.T.D.I. O.D. O.I.

Usa-se a vírgula:

- Para marcar intercalação:

a) do adjunto adverbial: O café, em razão da sua abundância, vem caindo de preço.

b) da conjunção: Os cerrados são secos e áridos. Estão produzindo, todavia, altas quantidades de alimentos.

c) das expressões explicativas ou corretivas: As indústrias não querem abrir mão de suas vantagens, isto é, não querem abrir mão dos lucros altos.

- Para marcar inversão:

a) do adjunto adverbial (colocado no início da oração): Depois das sete horas, todo o comércio está de portas fechadas.

b) dos objetos pleonásticos antepostos ao verbo: Aos pesquisadores, não lhes destinaram verba alguma.

c) do nome de lugar anteposto às datas: Recife, 15 de maio de 1982.

- Para separar entre si elementos coordenados (dispostos em enumeração):

Era um garoto de 15 anos, alto, magro.

A ventania levou árvores, e telhados, e pontes, e animais.

- Para marcar elipse (omissão) do verbo:
Nós queremos comer pizza; e vocês, churrasco.

- Para isolar:
- o aposto:
São Paulo, considerada a metrópole brasileira, possui um trânsito caótico.
- o vocativo:
Ora, Thiago, não diga bobagem.

Questões sobre Pontuação

01. (Agente Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa em que a pontuação está corretamente empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, experimentasse, a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(B) Diante, da testemunha o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação, de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(C) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(D) Diante da testemunha, o homem, abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(E) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

02. Assinale a opção em que está corretamente indicada a ordem dos sinais de pontuação que devem preencher as lacunas da frase abaixo:

"Quando se trata de trabalho científico ___ duas coisas devem ser consideradas ____ uma é a contribuição teórica que o trabalho oferece ___ a outra é o valor prático que possa ter.

A) dois pontos, ponto e vírgula, ponto e vírgula
B) dois pontos, vírgula, ponto e vírgula;
C) vírgula, dois pontos, ponto e vírgula;
D) pontos vírgula, dois pontos, ponto e vírgula;
E) ponto e vírgula, vírgula, vírgula.

03. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013). Os sinais de pontuação estão empregados corretamente em:

A) Duas explicações, do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque, o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

B) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

C) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque; o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

D) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes, receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

E) Duas explicações, do treinamento para consultores iniciantes, receberam destaque; o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas por outro lado, faltou falar das metas, de vendas associadas aos dois temas.

04.(Escrevente TJ SP – Vunesp 2012). Assinale a alternativa em que o período, adaptado da revista Pesquisa Fapesp de junho de 2012, está correto quanto à regência nominal e à pontuação.

(A) Não há dúvida que as mulheres ampliam, rapidamente, seu espaço na carreira científica ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que, as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica; ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países, o Brasil é um exemplo!, do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço, na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países: o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(D) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável em alguns países – o Brasil é um exemplo – do que em outros.

(E) Não há dúvida que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

05. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013 – adap.). Assinale a alternativa em que a frase mantém-se correta após o acréscimo das vírgulas.

(A) Se a criança se perder, quem encontrá-la, verá na pulseira instruções para que envie, uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

(B) Um geolocalizador também, avisará, os pais de onde o código foi acionado.

(C) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados, recebem automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.

(D) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha, chega primeiro às, areias do Guarujá.

(E) O sistema permite, ainda, cadastrar o nome e o telefone de quem a encontrou e informar um ponto de referência

06. Assinale a série de sinais cujo emprego corresponde, na mesma ordem, aos parênteses indicados no texto:

"Pergunta-se ( ) qual é a ideia principal desse parágrafo ( ) A chegada de reforços ( ) a condecoração ( ) o escândalo da opinião pública ou a renúncia do presidente ( ) Se é a chegada de reforços ( ) que relação há ( ) ou mostrou seu autor haver ( ) entre esse fato e os restantes ( )".

A) vírgula, vírgula, interrogação, interrogação, interrogação, vírgula, vírgula, vírgula, ponto final

B) dois pontos, interrogação, vírgula, vírgula, interrogação, vírgula, travessão, travessão, interrogação

C) travessão, interrogação, vírgula, vírgula, ponto final, travessão, travessão, ponto final, ponto final

D) dois pontos, interrogação, vírgula, ponto final, travessão, vírgula, vírgula, vírgula, interrogação

E) dois pontos, ponto final, vírgula, vírgula, interrogação, vírgula, vírgula, travessão, interrogação

07. (SRF) Das redações abaixo, assinale a que não está pontuada corretamente:

A) Os candidatos, em fila, aguardavam ansiosos o resultado do concurso.

B) Em fila, os candidatos, aguardavam, ansiosos, o resultado do concurso.

C) Ansiosos, os candidatos aguardavam, em fila, o resultado do concurso.

D) Os candidatos ansiosos aguardavam o resultado do concurso, em fila.

E) Os candidatos aguardavam ansiosos, em fila, o resultado do concurso.

08. A frase em que deveria haver uma vírgula é:

A) Comi uma fruta pela manhã e outra à tarde.

B) Eu usei um vestido vermelho na festa e minha irmã usou um vestido azul.

C) Ela tem lábios e nariz vermelhos.

D) Não limparam a sala nem a cozinha.

09. (Cefet-PR) Assinale o item em que o texto está corretamente pontuado:

A) Não nego, que ao avistar a cidade natal tive uma sensação nova.

B) Não nego que ao avistar, a cidade natal, tive uma sensação nova.

C) Não nego que, ao avistar, a cidade natal, tive uma sensação nova.

D) Não nego que ao avistar a cidade natal tive uma sensação nova.

E) Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova.

GABARITO

01. C 02. C 03. B 04. D 05. E

06. B 07. B 08. B 09. E

COMENTÁRIOS

1- *Assinalei com um (X) as pontuações inadequadas*

(A) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, (X) experimentasse , (X) a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(B) Diante , (X) da testemunha o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação , (X) de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(D) Diante da testemunha, o homem , (X) abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando , (X) encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(E) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora , (X) experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando , (X) encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

2-) Quando se trata de trabalho científico , duas coisas devem ser consideradas *:* uma é a contribuição teórica que o trabalho oferece *;* a outra é o valor prático que possa ter.

vírgula, dois pontos, ponto e vírgula

3-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

A) Duas explicações , (X) do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque , (X) o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

C) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque ; (X) o conceito de PPD e a construção de tabelas Price , (X) mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

D) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes , (X) receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price , (X) mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

E) Duas explicações , (X) do treinamento para consultores iniciantes , (X) receberam destaque ; (X) o conceito de PPD e a construção de tabelas Price , (X) mas por outro lado, faltou falar das metas , (X) de vendas associadas aos dois temas.

4-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

(A) Não há dúvida de que as mulheres ampliam , (X) rapidamente , (X) seu espaço na carreira científica (,) ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que , (X) as mulheres , (X) ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica ; (X) ainda que o avanço seja mais notável , (X) em alguns países, o Brasil é um exemplo ! (X) , do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres , (X) ampliam rapidamente seu espaço , (X) na carreira científica , (X) ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países : (X) o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(E) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente , (X) seu espaço na carreira científica, ainda que , (X) o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

5-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

(A) Se a criança se perder, quem encontrá-la , (X) verá na pulseira instruções para que envie , (X) uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

(B) Um geolocalizador também , (X) avisará , (X) os pais de onde o código foi acionado.

(C) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados , (X) recebem (,) automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.

(D) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha , (X) chega primeiro às , (X) areias do Guarujá.

6-) Pergunta-se (:) qual é a ideia principal desse parágrafo (?) A chegada de reforços (,) a condecoração (,) o escândalo da opinião pública ou a renúncia do presidente (?) Se é a chegada de reforços (,) que relação há (-) ou mostrou seu autor haver (-) entre esse fato e os restantes (?)

7-) Em fila, os candidatos , (X) aguardavam, ansiosos, o resultado do concurso.

8-) Eu usei um vestido vermelho na festa , e minha irmã usou um vestido azul.

Há situações em que é possível usar a vírgula antes do "e". Isso ocorre quando a conjunção aditiva coordena orações de sujeitos diferentes nas quais a leitura fluente pode ser prejudicada pela ausência da pontuação.

9-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

A) Não nego , (X) que ao avistar a cidade natal tive uma sensação nova.

B) Não nego que ao avistar , (X) a cidade natal, tive uma sensação nova.

C) Não nego que, ao avistar , (X) a cidade natal, tive uma sensação nova.

D) Não nego que (,) ao avistar a cidade natal (,) tive uma sensação nova.

Recomendo a visualização do link abaixo para entender, de uma maneira criativa, a importância da pontuação!

http://www.youtube.com/watch?v=JxJrS6augu0

5. CLASSES DE PALAVRAS: SUBSTANTIVO, ADJETIVO, NUMERAL, PRONOME, VERBO, ADVÉRBIO, PREPOSIÇÃO E CONJUNÇÃO: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM

Tudo o que existe é ser e cada ser tem um nome. <u>*Substantivo*</u> é a classe gramatical de palavras variáveis, as quais denominam os seres. Além de objetos, pessoas e fenômenos, os substantivos também nomeiam:

-lugares: Alemanha, Porto Alegre...
-sentimentos: raiva, amor...
-estados: alegria, tristeza...
-qualidades: honestidade, sinceridade...
-ações: corrida, pescaria...

Morfossintaxe do substantivo

Nas orações de língua portuguesa, o substantivo em geral exerce funções diretamente relacionadas com o verbo: atua como núcleo do sujeito, dos complementos verbais (objeto direto ou indireto) e do agente da passiva. Pode ainda funcionar como núcleo do complemento nominal ou do aposto, como núcleo do predicativo do sujeito ou do objeto ou como núcleo do vocativo. Também encontramos substantivos como núcleos de adjuntos adnominais e de adjuntos adverbiais - quando essas funções são desempenhadas por grupos de palavras.

Classificação dos Substantivos

1- Substantivos Comuns e Próprios

Observe a definição:

s.f. 1: Povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas (no Brasil, toda a sede de município é cidade). 2. O centro de uma cidade (em oposição aos bairros).

Qualquer "povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas" será chamada cidade. Isso significa que a palavra cidade é um substantivo comum.

Substantivo Comum é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma genérica: cidade, menino, homem, mulher, país, cachorro.

Estamos voando para Barcelona.

O substantivo Barcelona designa apenas um ser da espécie cidade. Esse substantivo é próprio. Substantivo Próprio: é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma particular.

Londres, Paulinho, Pedro, Tietê, Brasil.

2 - Substantivos Concretos e Abstratos

LÂMPADA MALA

Os substantivos lâmpada e mala designam seres com existência própria, que são independentes de outros seres. São assim, substantivos concretos.

Substantivo Concreto: é aquele que designa o ser que existe, independentemente de outros seres.

Obs.: os substantivos concretos designam seres do mundo real e do mundo imaginário.

Seres do mundo real: homem, mulher, cadeira, cobra, Brasília, etc.

Seres do mundo imaginário: saci, mãe-d'água, fantasma, etc.

Observe agora:

Beleza exposta

Jovens atrizes veteranas destacam-se pelo visual.

O substantivo beleza designa uma qualidade.

Substantivo Abstrato: é aquele que designa seres que dependem de outros para se manifestar ou existir.

Pense bem: a beleza não existe por si só, não pode ser observada. Só podemos observar a beleza numa pessoa ou coisa que seja bela. A beleza depende de outro ser para se manifestar. Portanto, a palavra beleza é um substantivo abstrato.

Os substantivos abstratos designam estados, qualidades, ações e sentimentos dos seres, dos quais podem ser abstraídos, e sem os quais não podem existir.

vida (estado), rapidez (qualidade), viagem (ação), saudade (sentimento).

3 - Substantivos Coletivos

Ele vinha pela estrada e foi picado por uma abelha, outra abelha, mais outra abelha.

Ele vinha pela estrada e foi picado por várias abelhas.

Ele vinha pela estrada e foi picado por um enxame.

Note que, no primeiro caso, para indicar plural, foi necessário repetir o substantivo: uma abelha, outra abelha, mais outra abelha...

No segundo caso, utilizaram-se duas palavras no plural.

No terceiro caso, empregou-se um substantivo no singular (enxame) para designar um conjunto de seres da mesma espécie (abelhas).

O substantivo enxame é um substantivo coletivo.

Substantivo Coletivo: é o substantivo comum que, mesmo estando no singular, designa um conjunto de seres da mesma espécie.

Substantivo coletivo	Conjunto de:
assembleia	pessoas reunidas
alcateia	lobos
acervo	livros
antologia	trechos literários selecionados
arquipélago	ilhas
banda	músicos
bando	desordeiros ou malfeitores
banca	examinadores
batalhão	soldados
cardume	peixes
caravana	viajantes peregrinos
cacho	frutas
cáfila	camelos
cancioneiro	canções, poesias líricas
colmeia	abelhas
chusma	gente, pessoas
concílio	bispos
congresso	parlamentares, cientistas.
elenco	atores de uma peça ou filme
esquadra	navios de guerra
enxoval	roupas
falange	soldados, anjos
fauna	animais de uma região
feixe	lenha, capim
flora	vegetais de uma região
frota	navios mercantes, ônibus
girândola	fogos de artifício
horda	bandidos, invasores
junta	médicos, bois, credores, examinadores
júri	jurados
legião	soldados, anjos, demônios
leva	presos, recrutas
malta	malfeitores ou desordeiros
manada	búfalos, bois, elefantes,
matilha	cães de raça
molho	chaves, verduras
multidão	pessoas em geral
ninhada	pintos
nuvem	insetos (gafanhotos, mosquitos, etc.)
penca	bananas, chaves
pinacoteca	pinturas, quadros
quadrilha	ladrões, bandidos
ramalhete	flores
rebanho	ovelhas
récua	bestas de carga, cavalgadura
repertório	peças teatrais, obras musicais
réstia	alhos ou cebolas
romanceiro	poesias narrativas
revoada	pássaros
sínodo	párocos
talha	lenha
tropa	muares, soldados
turma	estudantes, trabalhadores
vara	porcos

Formação dos Substantivos

Substantivos Simples e Compostos

Chuva - subst. Fem. 1 - água caindo em gotas sobre a terra.

O substantivo chuva é formado por um único elemento ou radical. É um substantivo simples.

Substantivo Simples: é aquele formado por um único elemento.

Outros substantivos simples: tempo, sol, sofá, etc. Veja agora: O substantivo guarda-chuva é formado por dois elementos (guarda + chuva). Esse substantivo é composto.

Substantivo Composto: é aquele formado por dois ou mais elementos.

Outros exemplos: beija-flor, passatempo.

Substantivos Primitivos e Derivados

Meu limão meu limoeiro,
meu pé de jacarandá...

O substantivo limão é primitivo, pois não se originou de nenhum outro dentro de língua portuguesa.

Substantivo Primitivo: é aquele que não deriva de nenhuma outra palavra da própria língua portuguesa.

O substantivo limoeiro é derivado, pois se originou a partir da palavra limão.

Substantivo Derivado: é aquele que se origina de outra palavra.

Flexão dos substantivos

O substantivo é uma classe variável. A palavra é variável quando sofre flexão (variação). A palavra menino, por exemplo, pode sofrer variações para indicar:

Plural: meninos Feminino: menina

Aumentativo: meninão Diminutivo: menininho

Flexão de Gênero

Gênero é a propriedade que as palavras têm de indicar sexo real ou fictício dos seres. Na língua portuguesa, há dois gêneros: *masculino e feminino.* Pertencem ao gênero masculino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos o, os, um, uns. Veja estes títulos de filmes:

O velho e o mar
Um Natal inesquecível
Os reis da praia

Pertencem ao gênero feminino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos a, as, uma, umas:

A história sem fim
Uma cidade sem passado
As tartarugas ninjas

Substantivos Biformes e Substantivos Uniformes

Substantivos Biformes (= duas formas): ao indicar nomes de seres vivos, geralmente o gênero da palavra está relacionado ao sexo do ser, havendo, portanto, duas formas, uma para o masculino e outra para o feminino. Observe: gato – gata, homem – mulher, poeta – poetisa, prefeito - prefeita

Substantivos Uniformes: são aqueles que apresentam uma única forma, que serve tanto para o masculino quanto para o feminino. Classificam-se em:

- Epicenos: têm um só gênero e nomeiam bichos.

a cobra macho e a cobra fêmea, o jacaré macho e o jacaré fêmea.

- Sobrecomuns: têm um só gênero e nomeiam pessoas.

a criança, a testemunha, a vítima, o cônjuge, o gênio, o ídolo, o indivíduo.

- Comuns de Dois Gêneros: indicam o sexo das pessoas por meio do artigo.

o colega e a colega, o doente e a doente, o artista e a artista.

Saiba que: Substantivos de origem grega terminados em ema ou oma, são masculinos: o axioma, o fonema, o poema, o sistema, o sintoma, o teorema.

- Existem certos substantivos que, variando de gênero, variam em seu significado: o rádio (aparelho receptor) e a rádio (estação emissora) o capital (dinheiro) e a capital (cidade)

Formação do Feminino dos Substantivos Biformes

a) Regra geral: troca-se a terminação -o por –a: aluno - aluna

b) Substantivos terminados em -ês: acrescenta-se -a ao masculino: freguês - freguesa

c) Substantivos terminados em -ão: fazem o feminino de três formas:

- troca-se -ão por -oa. = patrão – patroa
- troca-se -ão por -ã. = campeão - campeã
-troca-se -ão por ona. = solteirão - solteirona

Exceções: barão – baronesa ladrão- ladra sultão - sultana

d) Substantivos terminados em -or:

- acrescenta-se -a ao masculino = doutor – doutora
- troca-se -or por -triz: = imperador - imperatriz

e) Substantivos com feminino em -esa, -essa, -isa:

cônsul - consulesa abade - abadessa poeta - poetisa
duque - duquesa conde - condessa profeta - profetisa

f) Substantivos que formam o feminino trocando o -e final por -a: elefante - elefanta

g) Substantivos que têm radicais diferentes no masculino e no feminino: bode – cabra boi - vaca

h) Substantivos que formam o feminino de maneira especial, isto é, não seguem nenhuma das regras anteriores: czar – czarina réu - ré

Formação do Feminino dos Substantivos Uniformes

- Epicenos:

Novo jacaré escapa de policiais no rio Pinheiros.

Não é possível saber o sexo do jacaré em questão. Isso ocorre porque o substantivo jacaré tem apenas uma forma para indicar o masculino e o feminino.

Alguns nomes de animais apresentam uma só forma para designar os dois sexos. Esses substantivos são chamados de epicenos. No caso dos epicenos, quando houver a necessidade de especificar o sexo, utilizam-se palavras macho e fêmea.

A cobra macho picou o marinheiro.

A cobra fêmea escondeu-se na bananeira.

Sobrecomuns:

Entregue as crianças à natureza.

A palavra crianças refere-se tanto a seres do sexo masculino, quanto a seres do sexo feminino. Nesse caso, nem o artigo nem um possível adjetivo permitem identificar o sexo dos seres a que se refere a palavra. Veja:

A criança chorona chamava-se João.

A criança chorona chamava-se Maria.

Outros substantivos sobrecomuns:

a criatura = João é uma boa criatura. Maria é uma boa criatura.

o cônjuge = O cônjuge de João faleceu. O cônjuge de Marcela faleceu

Comuns de Dois Gêneros:

Motorista tem acidente idêntico 23 anos depois.

Quem sofreu o acidente: um homem ou uma mulher?

É impossível saber apenas pelo título da notícia, uma vez que a palavra motorista é um substantivo uniforme. O restante da notícia informa-nos de que se trata de um homem.

A distinção de gênero pode ser feita através da análise do artigo ou adjetivo, quando acompanharem o substantivo: o colega - a colega; o imigrante - a imigrante; um jovem - uma jovem; artista famoso - artista famosa; repórter francês - repórter francesa

- A palavra personagem é usada indistintamente nos dois gêneros.

a) Entre os escritores modernos nota-se acentuada preferência pelo masculino:

O menino descobriu nas nuvens os personagens dos contos de carochinha.

b) Com referência a mulher, deve-se preferir o feminino:

O problema está nas mulheres de mais idade, que não aceitam a personagem.

Não cheguei assim, nem era minha intenção, a criar uma personagem.

- Diz-se: o (ou a) manequim Marcela, o (ou a) modelo fotográfico Ana Belmonte.

Observe o gênero dos substantivos seguintes:

Masculinos

o tapa, o eclipse, o lança-perfume, o dó (pena), o sanduíche, o clarinete, o champanha, o sósia, o maracajá, o clã, o hosana, o herpes, o pijama, o suéter, o soprano, o proclama, o pernoite, o púbis,

Femininos

a dinamite, a derme, a hélice, a omoplata, a cataplasma, a pane, a mascote, a gênese, a entorse, a libido, a cal, a faringe, a cólera (doença), a ubá (canoa).

- São geralmente masculinos os substantivos de origem grega terminados em -ma: o grama (peso), o quilograma, o plasma, o apostema, o diagrama, o epigrama, o telefonema, o estratagema, o dilema, o teorema, o trema, o eczema, o edema, o magma, o estigma, o axioma, o tracoma, o hematoma.

Exceções: a cataplasma, a celeuma, a fleuma, etc.

Gênero dos Nomes de Cidades:

Com raras exceções, nomes de cidades são femininos.
A histórica Ouro Preto.
A dinâmica São Paulo.
A acolhedora Porto Alegre.
Uma Londres imensa e triste.
Exceções: o Rio de Janeiro, o Cairo, o Porto, o Havre.

Gênero e Significação:

Muitos substantivos têm uma significação no masculino e outra no feminino. Observe: o baliza (soldado que, que à frente da tropa, indica os movimentos que se deve realizar em conjunto; o que vai à frente de um bloco carnavalesco, manejando um bastão), a baliza (marco, estaca; sinal que marca um limite ou proibição de trânsito), o cabeça (chefe), a cabeça (parte do corpo), o cisma (separação religiosa, dissidência), a cisma (ato de cismar, desconfiança), o cinza (a cor cinzenta), a cinza (resíduos de combustão), o capital (dinheiro), a capital (cidade), o coma (perda dos sentidos), a coma (cabeleira), o coral (pólipo, a cor vermelha, canto em coro), a coral (cobra venenosa), o crisma (óleo sagrado, usado na administração da crisma e de outros sacramentos), a crisma (sacramento da confirmação), o cura (pároco), a cura (ato de curar), o estepe (pneu sobressalente), a estepe (vasta planície de vegetação), o guia (pessoa que guia outras), a guia (documento, pena grande das asas das aves), o grama (unidade de peso), a grama (relva), o caixa (funcionário da caixa), a caixa (recipiente, setor de pagamentos), o lente (professor), a lente (vidro de aumento), o moral (ânimo), a moral (honestidade, bons costumes, ética), o nascente (lado onde nasce o Sol), a nascente (a fonte), o maria-fumaça (trem como locomotiva a vapor), maria-fumaça (locomotiva movida a vapor), o pala (poncho), a pala (parte anterior do boné ou quepe, anteparo), o rádio (aparelho receptor), a rádio (estação emissora), o voga (remador), a voga (moda, popularidade).

Flexão de Número do Substantivo

Em português, há dois números gramaticais: o singular, que indica um ser ou um grupo de seres, e o plural, que indica mais de um ser ou grupo de seres. A característica do plural é o "s" final.

Plural dos Substantivos Simples

a) Os substantivos terminados em vogal, ditongo oral e "n" fazem o plural pelo acréscimo de "s": pai – pais; ímã – ímãs; hífen - hifens (sem acento, no plural).

Exceção: cânon - cânones.

b) Os substantivos terminados em "m" fazem o plural em "ns": homem - homens.

c) Os substantivos terminados em "r" e "z" fazem o plural pelo acréscimo de "es": revólver – revólveres; raiz - raízes

Atenção: O plural de caráter é caracteres.

d) Os substantivos terminados em al, el, ol, ul flexionam-se no plural, trocando o "l" por "is": quintal - quintais; caracol – caracóis; hotel - hotéis

Exceções: mal e males, cônsul e cônsules.

e) Os substantivos terminados em "il" fazem o plural de duas maneiras:

- Quando oxítonos, em "is": canil - canis
- Quando paroxítonos, em "eis": míssil - mísseis.

Obs.: a palavra réptil pode formar seu plural de duas maneiras: répteis ou reptis (pouco usada).

f) Os substantivos terminados em "s" fazem o plural de duas maneiras:

- Quando monossilábicos ou oxítonos, mediante o acréscimo de "es": ás – ases / retrós - retroses
- Quando paroxítonos ou proparoxítonos, ficam invariáveis: o lápis - os lápis / o ônibus - os ônibus.

g) Os substantivos terminados em "ao" fazem o plural de três maneiras.

- substituindo o -ão por -ões: ação - ações
- substituindo o -ão por -ães: cão - cães
- substituindo o -ão por -ãos: grão - grãos

h) Os substantivos terminados em "x" ficam invariáveis: o látex - os látex.

Plural dos Substantivos Compostos

-A formação do plural dos substantivos compostos depende da forma como são grafados, do tipo de palavras que formam o composto e da relação que estabelecem entre si. Aqueles que são grafados sem hífen comportam-se como os substantivos simples:

aguardente e aguardentes girassol e girassóis
pontapé e pontapés malmequer e malmequeres

O plural dos substantivos compostos cujos elementos são ligados por hífen costuma provocar muitas dúvidas e discussões. Algumas orientações são dadas a seguir:

a) Flexionam-se os dois elementos, quando formados de:

substantivo + substantivo = couve-flor e couves-flores
substantivo + adjetivo = amor-perfeito e amores-perfeitos
adjetivo + substantivo = gentil-homem e gentis-homens
numeral + substantivo = quinta-feira e quintas-feiras

b) Flexiona-se somente o segundo elemento, quando formados de:

verbo + substantivo = guarda-roupa e guarda-roupas

palavra invariável + palavra variável = alto-falante e alto-falantes

palavras repetidas ou imitativas = reco-reco e reco-recos

c) Flexiona-se somente o primeiro elemento, quando formados de:

substantivo + preposição clara + substantivo = água-de-colônia e águas-de-colônia

substantivo + preposição oculta + substantivo = cavalo-vapor e cavalos-vapor

substantivo + substantivo que funciona como determinante do primeiro, ou seja, especifica a função ou o tipo do termo anterior.

palavra-chave - palavras-chave

bomba-relógio - bombas-relógio
notícia-bomba - notícias-bomba
homem-rã - homens-rã
peixe-espada - peixes-espada

d) Permanecem invariáveis, quando formados de:
verbo + advérbio = o bota-fora e os bota-fora
verbo + substantivo no plural = o saca-rolhas e os saca-rolhas

e) Casos Especiais
o louva-a-deus e os louva-a-deus
o bem-te-vi e os bem-te-vis
o bem-me-quer e os bem-me-queres
o joão-ninguém e os joões-ninguém.

Plural das Palavras Substantivadas

As palavras substantivadas, isto é, palavras de outras classes gramaticais usadas como substantivo, apresentam, no plural, as flexões próprias dos substantivos.

Pese bem os prós e os contras.
O aluno errou na prova dos noves.
Ouça com a mesma serenidade os sins e os nãos.
Obs.: numerais substantivados terminados em "s" ou "z" não variam no plural.
Nas provas mensais consegui muitos seis e alguns dez.

Plural dos Diminutivos

Flexiona-se o substantivo no plural, retira-se o "s" final e acrescenta-se o sufixo diminutivo.

pãe(s) + zinhos = pãezinhos
animai(s) + zinhos = animaizinhos
botõe(s) + zinhos = botõezinhos
chapéu(s) + zinhos = chapeuzinhos
farói(s) + zinhos = faroizinhos
tren(s) + zinhos = trenzinhos
colhere(s) + zinhas = colherezinhas
flore(s) + zinhas = florezinhas
mão(s) + zinhas = mãozinhas
papéi(s) + zinhos = papeizinhos
nuven(s) + zinhas = nuvenzinhas
funi(s) + zinhos = funizinhos
túnei(s) + zinhos = tuneizinhos
pai(s) + zinhos = paizinhos
pé(s) + zinhos = pezinhos
pé(s) + zitos = pezitos

Plural dos Nomes Próprios Personativos

Devem-se pluralizar os nomes próprios de pessoas sempre que a terminação preste-se à flexão.

Os Napoleões também são derrotados.
As Raquéis e Esteres.

Plural dos Substantivos Estrangeiros

Substantivos ainda não aportuguesados devem ser escritos como na língua original, acrescentando-se "s" (exceto quando terminam em "s" ou "z").

os shows os shorts os jazz

Substantivos já aportuguesados flexionam-se de acordo com as regras de nossa língua:

os clubes	os chopes
os jipes	os esportes
as toaletes	os bibelôs
os garçons	os réquiens

Observe o exemplo:
Este jogador faz gols toda vez que joga.
O plural correto seria gois (ô), mas não se usa.

Plural com Mudança de Timbre

Certos substantivos formam o plural com mudança de timbre da vogal tônica (o fechado / o aberto). É um fato fonético chamado metafonia (plural metafônico).

Singular	Plural
corpo (ô)	corpos (ó)
esforço	esforços
fogo	fogos
forno	fornos
fosso	fossos
imposto	impostos
olho	olhos
osso (ô)	ossos (ó)
ovo	ovos
poço	poços
porto	portos
posto	postos
tijolo	tijolos

Têm a vogal tônica fechada (ô): adornos, almoços, bolsos, esposos, estojos, globos, gostos, polvos, rolos, soros, etc.
Obs.: distinga-se molho (ô) = caldo (molho de carne), de molho (ó) = feixe (molho de lenha).

Particularidades sobre o Número dos Substantivos

a) Há substantivos que só se usam no singular:
o sul, o norte, o leste, o oeste, a fé, etc.
b) Outros só no plural:
as núpcias, os víveres, os pêsames, as espadas/os paus (naipes de baralho), as fezes.
c) Outros, enfim, têm, no plural, sentido diferente do singular:
bem (virtude) e bens (riquezas)
honra (probidade, bom nome) e honras (homenagem, títulos)
d) Usamos às vezes, os substantivos no singular, mas com sentido de plural:
Aqui morreu muito negro.
Celebraram o sacrifício divino muitas vezes em capelas improvisadas.

Flexão de Grau do Substantivo

Grau é a propriedade que as palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres. Classifica-se em:

- Grau Normal - Indica um ser de tamanho considerado normal. Por exemplo: casa

- Grau Aumentativo - Indica o aumento do tamanho do ser. Classifica-se em:

Analítico = o substantivo é acompanhado de um adjetivo que indica grandeza. Por exemplo: casa grande.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de aumento. Por exemplo: casarão.

- Grau Diminutivo - Indica a diminuição do tamanho do ser. Pode ser:

Analítico = substantivo acompanhado de um adjetivo que indica pequenez. Por exemplo: casa pequena.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de diminuição. Por exemplo: casinha.

Questões sobre Substantivo

01. (Escrevente TJ SP Vunesp/2012) A flexão de número do termo "preços-sombra" também ocorre com o plural de
(A) reco-reco. (B) guarda-costa.
(C) guarda-noturno. (D) célula-tronco.
(E) sem-vergonha.

02. (Escrevente TJ SP Vunesp/2013) Assinale a alternativa cujas palavras se apresentam flexionadas de acordo com a norma- -padrão.
(A) Os tabeliãos devem preparar o documento.
(B) Esses cidadões tinham autorização para portar fuzis.
(C) Para autenticar as certidãos, procure o cartório local.
(D) Ao descer e subir escadas, segure-se nos corrimãos.
(E) Cuidado com os degrais, que são perigosos!

03. Indique a alternativa em que a flexão do substantivo está errada:
A) Catalães. B) Cidadãos. C) Vulcães. D) Corrimões.

04. Assinale o par de vocábulos que fazem o plural da mesma forma que "balão" e "caneta-tinteiro":
a) vulcão, abaixo-assinado; b) irmão, salário-família;
c) questão, manga-rosa; d) bênção, papel-moeda;
e) razão, guarda-chuva.

05. Sabendo-se que há substantivos que no masculino têm um significado e no feminino têm outro, diferente, marque a alternativa em que há um substantivo que não corresponde ao seu significado:
a) O capital = dinheiro;
A capital = cidade principal;
b) O grama = unidade de medida;
A grama = vegetação rasteira;
c) O rádio = aparelho transmissor;
A rádio = estação geradora;
d) O cabeça = o chefe;
A cabeça = parte do corpo;
e) A cura = o médico.
O cura = ato de curar.

06. Correlacione os substantivos com os respectivos coletivos, e indique a alternativa correta:
I - Bispos.
II - Cães de caça.
III -Vadios.
IV -Papéis.
( ) Resma.
( ) Concílio.
( ) Corja.
( ) Matilha.
A) IV, I, III, II. B) III, I, II, IV.
C) I, III, II, IV. D) III, I, IV, II.

07. Indique a alternativa que apresenta erro na formação do plural:
A) Os boias-frias participaram da manifestação na estrada.
B) Colocaram tanto alpiste, que o quintal ficou cheio de beija--flores.
C) Aqueles pães de ló estavam deliciosos.
D) Os abaixos-assinados foram entregues ao diretor.

08. Das palavras abaixo, faz plural como "assombrações"
a) perdão. b) bênção. c) alemão. d) cristão. e) capitão.

09. Entre os substantivos selecionados nas alternativas a seguir, há apenas um que pertence ao gênero masculino. Indique-o:
A) alface B) omoplata C) comichão D) lança-perfume

10. Assinale a frase correta quanto ao emprego do gênero dos substantivos.
A) A perda das esperanças provocou uma profunda dó na personagem.
B) O advogado não deu o ênfase necessário às milhares de solicitações.
C) Ele vestiu o pijama e sentou-se para beber uma champanha gelada.
D) O omelete e o couve foram acompanhados por doses do melhor aguardente.
E) O beliche não coube na quitinete recém-comprada pelos estudantes.

GABARITO
01. D 02. D 03. C 04. C 05. E
06. A 07. D 08. A 09. D 10. E

COMENTÁRIOS

1-) Flexiona-se somente o primeiro elemento, quando formado de substantivo + substantivo que funciona como determinante do primeiro, ou seja, especifica a função ou o tipo do termo anterior. = células-tronco

2-) A) Os tabeliãos devem preparar o documento. = tabeliães
B) Esses cidadões tinham autorização para portar fuzis.
= cidadãos
C) Para autenticar as certidãos, procure o cartório local.
= certidões
E) Cuidado com os degrais, que são perigosos! = degraus

3-) Vulcões

4-) Assinale o par de vocábulos que fazem o plural da mesma forma que "balão" e "caneta-tinteiro":
Balões / canetas-tinteiro
a) vulcões, abaixo-assinados;
b) irmãos, salários-família;
d) bênçãos, papéis-moeda;
e) razões, guarda-chuvas.

5-) o cura: sacerdote / a cura: ato ou efeito de curar

6-) I - Bispos. II - Cães de caça.
III -Vadios. IV -Papéis.
( ) Resma = papéis IV
( ) Concílio. = bispos I
( ) Corja. = vadios III
( ) Matilha. = cães de caça II

7-) Os abaixo-assinados foram entregues ao diretor.

8-) b) bênçãos. c) alemães.
d) cristãos. e) capitães.

9-) A) a alface B) a omoplata
C) a comichão D) o lança-perfume

10-) A) A perda das esperanças provocou um profundo dó na personagem.

B) O advogado não deu a ênfase necessária às milhares de solicitações.

C) Ele vestiu o pijama e sentou-se para beber um champanha gelado.

D) A omelete e a couve foram acompanhadas por doses da melhor aguardente.

Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se relaciona com o substantivo.

Ao analisarmos a palavra *bondoso*, por exemplo, percebemos que, além de expressar uma qualidade, ela pode ser colocada ao lado de um substantivo: homem *bondoso*, moça *bondosa*, pessoa *bondosa*.

Já com a palavra *bondade*, embora expresse uma qualidade, não acontece o mesmo; não faz sentido dizer: homem *bondade*, moça *bondade*, pessoa *bondade*. *Bondade*, portanto, não é adjetivo, mas substantivo.

Morfossintaxe do Adjetivo:

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas (função dentro de uma oração) relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

Adjetivo Pátrio (ou gentílico)

Indica a nacionalidade ou o lugar de origem do ser. Observe alguns deles:

Estados e cidades brasileiros:

Alagoas	alagoano
Amapá	amapaense
Aracaju	aracajuano ou aracajuense
Amazonas	amazonense ou baré
Belo Horizonte	belo-horizontino
Brasília	brasiliense
Cabo Frio	cabo-friense
Campinas	campineiro ou campinense

Adjetivo Pátrio Composto

Na formação do adjetivo pátrio composto, o primeiro elemento aparece na forma reduzida e, normalmente, erudita. Observe alguns exemplos:

África	afro- / Cultura afro-americana
Alemanha	germano- ou teuto-/Competições teuto-inglesas
América	américo- / Companhia américo-africana
Bélgica	belgo- / Acampamentos belgo-franceses
China	sino- / Acordos sino-japoneses
Espanha	hispano- / Mercado hispano-português
Europa	euro- / Negociações euro-americanas
França	franco- ou galo- / Reuniões franco-italianas
Grécia	greco- / Filmes greco-romanos
Inglaterra	anglo- / Letras anglo-portuguesas
Itália	ítalo- / Sociedade ítalo-portuguesa
Japão	nipo- / Associações nipo-brasileiras
Portugal	luso- / Acordos luso-brasileiros

Flexão dos adjetivos

O adjetivo varia em gênero, número e grau.

Gênero dos Adjetivos

Os adjetivos concordam com o substantivo a que se referem (masculino e feminino). De forma semelhante aos substantivos, classificam-se em:

Biformes - têm duas formas, sendo uma para o masculino e outra para o feminino. Por exemplo: *ativo e ativa, mau e má, judeu e judia.*

Se o adjetivo é composto e biforme, ele flexiona no feminino somente o último elemento. Por exemplo: *o moço norte-americano, a moça norte-americana.*

Exceção: *surdo-mudo e surda-muda.*

Uniformes - têm uma só forma tanto para o masculino como para o feminino. Por exemplo: *homem feliz e mulher feliz.*

Se o adjetivo é composto e uniforme, fica invariável no feminino. Por exemplo: *conflito político-social e desavença político-social.*

Número dos Adjetivos

Plural dos adjetivos simples

Os adjetivos simples flexionam-se no plural de acordo com as regras estabelecidas para a flexão numérica dos substantivos simples. Por exemplo:

mau e maus feliz e felizes ruim e ruins boa e boas

Caso o adjetivo seja uma palavra que também exerça função de substantivo, ficará invariável, ou seja, se a palavra que estiver qualificando um elemento for, originalmente, um substantivo, ela manterá sua forma primitiva. Exemplo: a palavra *cinza* é originalmente um substantivo; porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Ficará, então, invariável. Logo: *camisas cinza, ternos cinza.*

Veja outros exemplos:
Motos vinho (mas: *motos verdes*)
Paredes musgo (mas: *paredes brancas*).
Comícios monstro (mas: *comícios grandiosos*).

Adjetivo Composto

É aquele formado por dois ou mais elementos. Normalmente, esses elementos são ligados por hífen. Apenas o último elemento concorda com o substantivo a que se refere; os demais ficam na forma masculina, singular. Caso um dos elementos que formam o adjetivo composto seja um substantivo adjetivado, todo o adjetivo composto ficará invariável. Por exemplo: a palavra rosa é originalmente um substantivo, porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Caso se ligue a outra palavra por hífen, formará um adjetivo composto; como é um substantivo adjetivado, o adjetivo composto inteiro ficará invariável. Por exemplo:
Camisas rosa-claro.
Ternos rosa-claro.
Olhos verde-claros.
Calças azul-escuras e camisas verde-mar.
Telhados marrom-café e paredes verde-claras.

Obs.: - *Azul-marinho, azul-celeste, ultravioleta* e qualquer adjetivo composto iniciado por *cor-de-...* são sempre invariáveis.
- Os adjetivos compostos s*urdo-mudo e pele-vermelha* têm os dois elementos flexionados.

Grau do Adjetivo

Os adjetivos flexionam-se em grau para indicar a intensidade da qualidade do ser. São dois os graus do adjetivo: o comparativo e o superlativo.

Comparativo
Nesse grau, comparam-se a mesma característica atribuída a dois ou mais seres ou duas ou mais características atribuídas ao mesmo ser. O comparativo pode ser de igualdade, de superioridade ou de inferioridade. Observe os exemplos abaixo:
1) *Sou tão alto como você*. = Comparativo de Igualdade
No comparativo de igualdade, o segundo termo da comparação é introduzido pelas palavras como, quanto ou quão.

2) *Sou mais alto (do) que você*. = Comparativo de Superioridade Analítico
No comparativo de superioridade analítico, entre os dois substantivos comparados, um tem qualidade superior. A forma é analítica porque pedimos auxílio a "mais...do que" ou "mais...que".

3) *O Sol é maior (do) que a Terra.* = Comparativo de Superioridade Sintético

Alguns adjetivos possuem, para o comparativo de superioridade, formas sintéticas, herdadas do latim. São eles: *bom /melhor, pequeno/menor, mau/pior, alto/superior, grande/maior, baixo/ inferior.*
Observe que:
a) As formas *menor e pior* são comparativos de superioridade, pois equivalem a *mais pequeno e mais mau*, respectivamente.

b) *Bom, mau, grande e pequeno* têm formas sintéticas (*melhor, pior, maior e menor)*, porém, em comparações feitas entre duas qualidades de um mesmo elemento, deve-se usar as formas analíticas *mais bom, mais mau,mais grande e mais pequeno*. Por exemplo:
Pedro é maior do que Paulo - Comparação de dois elementos.
Pedro é mais grande que pequeno - comparação de duas qualidades de um mesmo elemento.

4) *Sou menos alto (do) que você*. = Comparativo de Inferioridade
Sou menos passivo (do) que tolerante.

Superlativo
O superlativo expressa qualidades num grau muito elevado ou em grau máximo. O grau superlativo pode ser absoluto ou relativo e apresenta as seguintes modalidades:

Superlativo Absoluto: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada, sem relação com outros seres. Apresenta-se nas formas:
Analítica: a intensificação se faz com o auxílio de palavras que dão ideia de intensidade (advérbios). Por exemplo: *O secretário é muito inteligente.*
Sintética: a intensificação se faz por meio do acréscimo de sufixos. Por exemplo: *O secretário é inteligentíssimo.*

Observe alguns superlativos sintéticos:

benéfico	beneficentíssimo
bom	boníssimo ou ótimo
comum	comuníssimo
cruel	crudelíssimo
difícil	dificílimo
doce	dulcíssimo
fácil	facílimo
fiel	fidelíssimo

Superlativo Relativo: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada em relação a um conjunto de seres. Essa relação pode ser:
De Superioridade: *Clara é a mais bela da sala.*
De Inferioridade: *Clara é a menos bela da sala.*

Note bem:
1) O superlativo absoluto analítico é expresso por meio dos advérbios *muito, extremamente, excepcionalmente,* etc., antepostos ao adjetivo.
2) O superlativo absoluto sintético apresenta-se sob duas formas : uma erudita, de origem latina, outra popular, de origem vernácula. A forma erudita é constituída pelo radical do adjetivo latino + um dos sufixos *-íssimo, -imo ou érrimo*. Por exemplo: *fidelíssimo, facílimo, paupérrimo.*
A forma popular é constituída do radical do adjetivo português + o sufixo *-íssimo*: pobríssimo, agilíssimo.
3) Em vez dos superlativos normais *seriíssimo, precariíssimo, necessariíssimo*, preferem-se, na linguagem atual, as formas *seríssimo, precaríssimo, necessaríssimo*, sem o desagradável hiato i-í.

Questões sobre Adjetivo

01. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.) Em – características *epidêmicas* –, o adjetivo *epidêmicas* corresponde a – características de epidemias.

Assinale a alternativa em que, da mesma forma, o adjetivo em destaque corresponde, corretamente, à expressão indicada.

A) água *fluvial* – água da chuva.
B) produção *aurífera* – produção de ouro.
C) vida *rupestre* – vida do campo.
D) notícias *brasileiras* – notícias de Brasília.
E) costela *bovina* – costela de porco.

02.Não se pluraliza os adjetivos compostos abaixo, exceto:

A)azul-celeste B)azul-pavão
C)surda-muda D)branco-gelo

03.Assinale a única alternativa em que os adjetivos não estão no grau superlativo absoluto sintético:

A)Arquimilionário/ ultraconservador;
B)Supremo/ ínfimo;
C)Superamigo/ paupérrimo;
D)Muito amigo/ Bastante pobre

04.Na frase: "Trata-se de um artista *originalíssimo"*, o adjetivo grifado encontra-se no grau:

A)comparativo de superioridade.
B)superlativo absoluto sintético.
C)superlativo relativo de superioridade.
D)comparativo de igualdade.
E)superlativo absoluto analítico.

05.Aponte a alternativa em que o superlativo do adjetivo está incorreto:

A)Meu tio está elegantíssimo.
B)Joana, ela é minha amicíssima.
C)Esta panela está cheissíssima de água.
D)A prova foi facílima.

06. Indique nas alternativas a seguir o adjetivo incorreto da locução adjetiva em negrito:

A)mulher *muito magra* = macérrima
B)pessoa *muito amiga* = amicíssima
C)pessoa *muito inimiga* = inimicíssimo
D)atitude *muito benéfica* = beneficientíssima

07. "Ele era tão pequeno que recebeu o apelido de miúdo". A palavra *miúdo* possui, no grau superlativo absoluto sintético, duas formas. Uma delas é miudíssimo (regular) e a outra, irregular, é:

A)minutíssimo B)miudinitíssimo
C)midunitíssimo D)miduníssimo

08. Quantos adjetivos existem na frase "Essa lanchonete é famosa na cidade?"

A)1. B)2. C)3. D)4. E)5.

09. Indique a alternativa incorreta quanto à correspondência entre a locução adjetiva e o adjetivo equivalente:

A)de pele = cutâneo B)de professor = docente
C)de face = facial D)de lua = lunático

10. O plural correto da expressão: "alemão capaz" é:

A)alemãos capazes B)alemões capazes
C)alemães capazes D)os alemão capaz

GABARITO

01. B 02. C 03. D 04. B 05. C
06. D 07. A 08. A 09. D 10. C

COMENTÁRIOS

1-) a-) fluvial – do rio b-) correta
c-) brasileiras – do Brasil d-) vida campestre
e-) suína

2-) Surdas-mudas

3-) d-) estão no superlativo absoluto analítico

4-) originalíssimo – grau superlativo absoluto sintético

5-) C) Esta panela está cheissíssima de água.
O correto é cheíssima.

6-) D)atitude muito benéfica = beneficientíssima
O correto é beneficentíssima (sem o "i" em cien)

7-) minutíssimo é a forma correta.

8-) "Essa lanchonete é famosa na cidade?"
Essa – pronome
Lanchonete – substantivo
É – verbo
Famosa – adjetivo
na – preposição
cidade – substantivo

9-) De lua – lunar

10-) Alemães capazes

Numeral é a palavra que indica os seres em termos numéricos, isto é, que atribui quantidade aos seres ou os situa em determinada sequência.

Os quatro últimos ingressos foram vendidos há pouco.
[quatro: numeral = atributo numérico de "ingresso"]
Eu quero café duplo, e você?
...[duplo: numeral = atributo numérico de "café"]
A primeira pessoa da fila pode entrar, por favor!
...[primeira: numeral = situa o ser "pessoa" na sequência de "fila"]

Note bem: os numerais traduzem, em palavras, o que os números indicam em relação aos seres. Assim, quando a expressão é colocada em números (1, 1°, 1/3, etc.) não se trata de numerais, mas sim de algarismos.

Além dos numerais mais conhecidos, já que refletem a ideia expressa pelos números, existem mais algumas palavras consideradas numerais porque denotam quantidade, proporção ou ordenação. São alguns exemplos: década, dúzia, par, ambos(as), novena.

Classificação dos Numerais

Cardinais: indicam contagem, medida. É o número básico: um, dois, cem mil, etc.
Ordinais: indicam a ordem ou lugar do ser numa série dada: primeiro, segundo, centésimo, etc.
Fracionários: indicam parte de um inteiro, ou seja, a divisão dos seres: meio, terço, dois quintos, etc.
Multiplicativos: expressam ideia de multiplicação dos seres, indicando quantas vezes a quantidade foi aumentada: dobro, triplo, quíntuplo, etc.

Leitura dos Numerais

Separando os números em centenas, de trás para frente, obtêm-se conjuntos numéricos, em forma de centenas e, no início, também de dezenas ou unidades. Entre esses conjuntos usa-se vírgula; as unidades ligam-se pela conjunção "e".
1.203.726 = um milhão, duzentos e três mil, setecentos e vinte e seis.
45.520 = quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte.

Flexão dos numerais

Os numerais cardinais que variam em gênero são um/uma, dois/duas e os que indicam centenas de duzentos/duzentas em diante: trezentos/trezentas; quatrocentos/quatrocentas, etc. Cardinais como milhão, bilhão, trilhão, variam em número: milhões, bilhões, trilhões. Os demais cardinais são invariáveis.
Os numerais ordinais variam em gênero e número:

primeiro	segundo	milésimo
primeira	segunda	milésima
primeiros	segundos	milésimos
primeiras	segundas	milésimas

Os numerais multiplicativos são invariáveis quando atuam em funções substantivas:
Fizeram o dobro do esforço e conseguiram o triplo de produção.
Quando atuam em funções adjetivas, esses numerais flexionam--se em gênero e número:
Teve de tomar doses triplas do medicamento.
Os numerais fracionários flexionam-se em gênero e número. Observe: um terço/dois terços, uma terça parte/duas terças partes
Os numerais coletivos flexionam-se em número. Veja: uma dúzia, um milheiro, duas dúzias, dois milheiros.
É comum na linguagem coloquial a indicação de grau nos numerais, traduzindo afetividade ou especialização de sentido. É o que ocorre em frases como:
"Me empresta duzentinho..."
É artigo de primeiríssima qualidade!
O time está arriscado por ter caído na segundona. (= segunda divisão de futebol)

Emprego dos Numerais

*Para designar papas, reis, imperadores, séculos e partes em que se divide uma obra, utilizam-se os ordinais até décimo e a partir daí os cardinais, desde que o numeral venha depois do substantivo:

Ordinais	Cardinais
João Paulo II (segundo)	Tomo XV (quinze)
D. Pedro II (segundo)	Luís XVI (dezesseis)
Ato II (segundo)	Capítulo XX (vinte)
Século VIII (oitavo)	Século XX (vinte)
Canto IX (nono)	João XXIII (vinte e três)

*Para designar leis, decretos e portarias, utiliza-se o ordinal até nono e o cardinal de dez em diante:

Artigo 1.° (primeiro)	Artigo 10 (dez)
Artigo 9.° (nono)	Artigo 21 (vinte e um)

*Ambos/ambas são considerados numerais. Significam "um e outro", "os dois" (ou "uma e outra", "as duas") e são largamente empregados para retomar pares de seres aos quais já se fez referência.
Pedro e João parecem ter finalmente percebido a importância da solidariedade. Ambos agora participam das atividades comunitárias de seu bairro.
Obs.: a forma "ambos os dois" é considerada enfática. Atualmente, seu uso indica afetação, artificialismo.

Cardinais	Ordinais	Multiplicativos	Fracionários
um	primeiro	-	-
dois	segundo	dobro, duplo	meio
três	terceiro	triplo, tríplice	terço
quatro	quarto	quádruplo	quarto
cinco	quinto	quíntuplo	quinto
seis	sexto	sêxtuplo	sexto
sete	sétimo	sétuplo	sétimo
oito	oitavo	óctuplo	oitavo
nove	nono	nônuplo	nono
dez	décimo	décuplo	décimo
onze	décimo primeiro	-	onze avos
doze	décimo segundo	-	doze avos
treze	décimo terceiro	-	treze avos
catorze	décimo quarto	-	catorze avos
quinze	décimo quinto	-	quinze avos
dezesseis	décimo sexto	-	dezesseis avos
dezessete	décimo sétimo	-	dezessete avos
dezoito	décimo oitavo	-	dezoito avos
dezenove	décimo nono	-	dezenove avos
vinte	vigésimo	-	vinte avos
trinta	trigésimo	-	trinta avos
quarenta	quadragésimo	-	quarenta avos
cinqüenta	quinquagésimo	-	cinquenta avos
sessenta	sexagésimo	-	sessenta avos
setenta	septuagésimo	-	setenta avos
oitenta	octogésimo	-	oitenta avos
noventa	nonagésimo	-	noventa avos
cem	centésimo	cêntuplo	centésimo
duzentos	ducentésimo	-	ducentésimo
trezentos	trecentésimo	-	trecentésimo
quatrocentos	quadringentésimo	-	quadringentésimo
quinhentos	quingentésimo	-	quingentésimo
seiscentos	sexcentésimo	-	sexcentésimo
setecentos	septingentésimo	-	septingentésimo
oitocentos	octingentésimo	-	octingentésimo
novecentos	nongentésimo ou noningentésimo	-	nongentésimo
mil	milésimo	-	milésimo
milhão	milionésimo	-	milionésimo
bilhão	bilionésimo	-	bilionésimo

Questões sobre Numeral

01.Na frase "*Nessa carteira só há duas notas de cinco reais*" temos exemplos de numerais:
A)ordinais; B)cardinais;
C)fracionários; D)romanos;
E)Nenhuma das alternativas.

02.Aponte a alternativa em que os numerais estão bem empregados.
A) Ao papa Paulo Seis sucedeu João Paulo Primeiro.
B) Após o parágrafo nono virá o parágrafo décimo.
C) Depois do capítulo sexto, li o capitulo décimo primeiro.
D)Antes do artigo dez vem o artigo nono.
E) O artigo vigésimo segundo foi revogado.

03. Os ordinais referentes aos números *80, 300, 700 e 90* são, respectivamente
A) octagésimo, trecentésimo, septingentésirno, nongentésimo
B) octogésimo, trecentésimo, septingentésimo, nonagésimo
C) octingentésimo, tricentésimo, septuagésimo, nonagésimo
D) octogésimo, tricentésimo, septuagésimo, nongentésimo

04. (Contador – IESES – 2012).“Em maio, um abaixo-assinado, para que o parlamento extinga a lei ortográfica, tomou a *82*ª Feira do Livro de Lisboa.” O numeral ordinal destacado está corretamente escrito na alternativa:

a) Oitogésima segunda. b) Octogésima segunda.
c) Oitagésima segunda. d) Octagésima segunda.

05.Marque o emprego incorreto do numeral:

A) século III (três) B) página 102 (cento e dois)
C) 80º (octogésimo) D) capítulo XI (onze)
E) X tomo (décimo)

06.*Triplo e tríplice* são numerais:

A) multiplicativo o primeiro e ordinal o segundo
B) ambos ordinais
C) ambos cardinais
D) ambos multiplicativos.

07. Indique a grafia e leitura corretas do seguinte numeral cardinal: *3.726*.

A) Três mil, setecentos e vinte e seis.
B) Três mil, e setecentos e vinte e seis.
C) Três mil e setecentos e vinte e seis.
D) Três mil, setecentos, vinte, seis.

08.Em todas as frases abaixo,os numerais foram corretamente empregados, exceto em:

A) O artigo vinte e cinco deste código foi revogado.
B) Seu depoimento foi transcrito na página duzentos e vinte e dois.
C) Ainda o capítulo sétimo desta obra.
D) Este terremoto ocorreu no século dez antes de Cristo.

09. Em todas as frases abaixo, a palavra grifada é um numeral, exceto em:

A) Ele só leu *um* livro este semestre.
B) Não é preciso mais que *uma* pessoa para fazer este serviço.
C) Ontem à tarde, *um* rapaz procurou por você?
D) Você quer *uma* ou mais caixas deste produto?

10.Assinale o caso em que não haja expressão numérica de sentido indefinido:

A) Ele é o duodécimo colocado.
B) Quer que veja este filme pela milésima vez?
C) “Na guerra os meus dedos dispararam mil mortes”.
D) “A vida tem uma só entrada; a saída é por cem portas”.
E) N.D.A.

GABARITO

01. B 02. D 03. B 04. B 05. A
06. D 07. A 08. D 09. C 10. A

COMENTÁRIOS

1-) Nessa carteira só há duas notas de cinco reais = numerais cardinais

2-) A) Ao papa Paulo Sexto sucedeu João Paulo Primeiro.
B) Após o parágrafo nono virá o parágrafo dez.
C) Depois do capítulo sexto, li o capítulo onze.
D) Antes do artigo dez vem o artigo nono. = correta
E) O artigo vinte e dois foi revogado.

3-) 80 (octogésimo), 300 (trecentésimo ou tricentésimo) , 700 (septingentésimo) 90 (nonagésimo)

4-) 82ª Feira = Octogésima segunda.

5-) A) século III (terceiro) B) página 102 (cento e dois)
C) 80º (octogésimo) D) capítulo XI (onze)
E) X tomo (décimo)

6-) triplo e tríplice = ambos são numerais multiplicativos

7-) B) Três mil, e setecentos e vinte e seis. = retirar o “e”
C) Três mil e setecentos e vinte e seis. = faltou a vírgula; retirar o “e”
D) Três mil, setecentos, vinte, seis. = substituir as duas últimas vírgulas pela conjunção “e”

8-) Este terremoto ocorreu no século décimo antes de Cristo.

9-) Ontem à tarde, um rapaz procurou por você? = artigo indefinido

10-) Ele é o duodécimo colocado. = (posição 12)

Pronome é a palavra que se usa em lugar do nome, ou a ele se refere, ou ainda, que acompanha o nome qualificando-o de alguma forma.

A moça era mesmo bonita. Ela morava nos meus sonhos!
[substituição do nome]
A moça que morava nos meus sonhos era mesmo bonita!
[referência ao nome]
Essa moça morava nos meus sonhos!
[qualificação do nome]

Grande parte dos pronomes não possuem significados fixos, isto é, essas palavras só adquirem significação dentro de um contexto, o qual nos permite recuperar a referência exata daquilo que está sendo colocado por meio dos pronomes no ato da comunicação. Com exceção dos pronomes interrogativos e indefinidos, os demais pronomes têm por função principal apontar para as pessoas do discurso ou a elas se relacionar, indicando-lhes sua situação no tempo ou no espaço. Em virtude dessa característica, os pronomes apresentam uma forma específica para cada pessoa do discurso.

Minha carteira estava vazia quando eu fui assaltada.
[minha/eu: pronomes de 1ª pessoa = aquele que fala]
Tua carteira estava vazia quando tu foste assaltada?
[tua/tu: pronomes de 2ª pessoa = aquele a quem se fala]
A carteira dela estava vazia quando ela foi assaltada.
[dela/ela: pronomes de 3ª pessoa = aquele de quem se fala]

Em termos morfológicos, os pronomes são palavras variáveis em gênero (masculino ou feminino) e em número (singular ou plural). Assim, espera-se que a referência através do pronome seja

coerente em termos de gênero e número (fenômeno da concordância) com o seu objeto, mesmo quando este se apresenta ausente no enunciado.

Fala-se de Roberta. Ele quer participar do desfile da nossa escola neste ano.

[nossa: pronome que qualifica "escola" = concordância adequada]

[neste: pronome que determina "ano" = concordância adequada]

[ele: pronome que faz referência à "Roberta" = concordância inadequada]

Existem seis tipos de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos.

Pronomes Pessoais

São aqueles que substituem os substantivos, indicando diretamente as pessoas do discurso. Quem fala ou escreve assume os pronomes "eu" ou "nós", usa os pronomes "tu", "vós", "você" ou "vocês" para designar a quem se dirige e "ele", "ela", "eles" ou "elas" para fazer referência à pessoa ou às pessoas de quem fala.

Os pronomes pessoais variam de acordo com as funções que exercem nas orações, podendo ser do caso reto ou do caso oblíquo.

Pronome Reto

Pronome pessoal do caso reto é aquele que, na sentença, exerce a função de sujeito ou predicativo do sujeito.

Nós lhe ofertamos flores.

Os pronomes retos apresentam flexão de número, gênero (apenas na 3ª pessoa) e pessoa, sendo essa última a principal flexão, uma vez que marca a pessoa do discurso. Dessa forma, o quadro dos pronomes retos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular: eu
- 2ª pessoa do singular: tu
- 3ª pessoa do singular: ele, ela
- 1ª pessoa do plural: nós
- 2ª pessoa do plural: vós
- 3ª pessoa do plural: eles, elas

Atenção: esses pronomes não costumam ser usados como complementos verbais na língua-padrão. Frases como "Vi ele na rua", "Encontrei ela na praça", "Trouxeram eu até aqui", comuns na língua oral cotidiana, devem ser evitadas na língua formal escrita ou falada. Na língua formal, devem ser usados os pronomes oblíquos correspondentes: "Vi-o na rua", "Encontrei-a na praça", "Trouxeram-me até aqui".

Obs.: frequentemente observamos a omissão do pronome reto em Língua Portuguesa. Isso se dá porque as próprias formas verbais marcam, através de suas desinências, as pessoas do verbo indicadas pelo pronome reto.

Fizemos boa viagem. (Nós)

Pronome Oblíquo

Pronome pessoal do caso oblíquo é aquele que, na sentença, exerce a função de complemento verbal (objeto direto ou indireto) ou complemento nominal.

Ofertaram-nos flores. (objeto indireto)

Obs.: em verdade, o pronome oblíquo é uma forma variante do pronome pessoal do caso reto. Essa variação indica a função diversa que eles desempenham na oração: pronome reto marca o sujeito da oração; pronome oblíquo marca o complemento da oração.

Os pronomes oblíquos sofrem variação de acordo com a acentuação tônica que possuem, podendo ser átonos ou tônicos.

Pronome Oblíquo Átono

São chamados átonos os pronomes oblíquos que não são precedidos de preposição. Possuem acentuação tônica fraca.

Ele me deu um presente.

O quadro dos pronomes oblíquos átonos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (eu): me
- 2ª pessoa do singular (tu): te
- 3ª pessoa do singular (ele, ela): o, a, lhe
- 1ª pessoa do plural (nós): nos
- 2ª pessoa do plural (vós): vos
- 3ª pessoa do plural (eles, elas): os, as, lhes

Observações:

O "lhe" é o único pronome oblíquo átono que já se apresenta na forma contraída, ou seja, houve a união entre o pronome "o" ou "a" e preposição "a" ou "para". Por acompanhar diretamente uma preposição, o pronome "lhe" exerce sempre a função de objeto indireto na oração.

Os pronomes me, te, nos e vos podem tanto ser objetos diretos como objetos indiretos.

Os pronomes o, a, os e as atuam exclusivamente como objetos diretos.

Saiba que: Os pronomes me, te, lhe, nos, vos e lhes podem combinar-se com os pronomes o, os, a, as, dando origem a formas como mo, mos, ma, mas; to, tos, ta, tas; lho, lhos, lha, lhas; no-lo, no-los, no-la, no-las, vo-lo, vo-los, vo-la, vo-las. Observe o uso dessas formas nos exemplos que seguem:

- Trouxeste o pacote?
- Sim, entreguei-to ainda há pouco.
- Não contaram a novidade a vocês?
- Não, no-la contaram.

No português do Brasil, essas combinações não são usadas; até mesmo na língua literária atual, seu emprego é muito raro.

Atenção: Os pronomes o, os, a, as assumem formas especiais depois de certas terminações verbais. Quando o verbo termina em -z, -s ou -r, o pronome assume a forma lo, los, la ou las, ao mesmo tempo que a terminação verbal é suprimida.

Por exemplo:

fiz + o = fi-lo

fazeis + o = fazei-lo

dizer + a = dizê-la

Quando o verbo termina em som nasal, o pronome assume as formas no, nos, na, nas.

Por exemplo:

viram + o: viram-no

repõe + os = repõe-nos

retém + a: retém-na

tem + as = tem-nas

Pronome Oblíquo Tônico

Os pronomes oblíquos tônicos são sempre precedidos por preposições, em geral as preposições a, para, de e com. Por esse motivo, os pronomes tônicos exercem a função de objeto indireto da oração. Possuem acentuação tônica forte.

O quadro dos pronomes oblíquos tônicos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (eu): mim, comigo
- 2ª pessoa do singular (tu): ti, contigo
- 3ª pessoa do singular (ele, ela): ele, ela
- 1ª pessoa do plural (nós): nós, conosco
- 2ª pessoa do plural (vós): vós, convosco
- 3ª pessoa do plural (eles, elas): eles, elas

Observe que as únicas formas próprias do pronome tônico são a primeira pessoa (mim) e segunda pessoa (ti). As demais repetem a forma do pronome pessoal do caso reto.

- As preposições essenciais introduzem sempre pronomes pessoais do caso oblíquo e nunca pronome do caso reto. Nos contextos interlocutivos que exigem o uso da língua formal, os pronomes costumam ser usados desta forma:

Não há mais nada entre mim e ti.
Não se comprovou qualquer ligação entre ti e ela.
Não há nenhuma acusação contra mim.
Não vá sem mim.

Atenção: Há construções em que a preposição, apesar de surgir anteposta a um pronome, serve para introduzir uma oração cujo verbo está no infinitivo. Nesses casos, o verbo pode ter sujeito expresso; se esse sujeito for um pronome, deverá ser do caso reto.

Trouxeram vários vestidos para eu experimentar.
Não vá sem eu mandar.

- A combinação da preposição "com" e alguns pronomes originou as formas especiais comigo, contigo, consigo, conosco e convosco. Tais pronomes oblíquos tônicos frequentemente exercem a função de adjunto adverbial de companhia.

Ele carregava o documento consigo.

- As formas "conosco" e "convosco" são substituídas por "com nós" e "com vós" quando os pronomes pessoais são reforçados por palavras como outros, mesmos, próprios, todos, ambos ou algum numeral.

Você terá de viajar com nós todos.
Estávamos com vós outros quando chegaram as más notícias.
Ele disse que iria com nós três.

Pronome Reflexivo

São pronomes pessoais oblíquos que, embora funcionem como objetos direto ou indireto, referem-se ao sujeito da oração. Indicam que o sujeito pratica e recebe a ação expressa pelo verbo.

O quadro dos pronomes reflexivos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (eu): me, mim.
Eu não me vanglorio disso.
Olhei para mim no espelho e não gostei do que vi.

- 2ª pessoa do singular (tu): te, ti.
Assim tu te prejudicas.
Conhece a ti mesmo.

- 3ª pessoa do singular (ele, ela): se, si, consigo.
Guilherme já se preparou.
Ela deu a si um presente.
Antônio conversou consigo mesmo.

- 1ª pessoa do plural (nós): nos.
Lavamo-nos no rio.

- 2ª pessoa do plural (vós): vos.
Vós vos beneficiastes com a esta conquista.

- 3ª pessoa do plural (eles, elas): se, si, consigo.
Eles se conheceram.
Elas deram a si um dia de folga.

A Segunda Pessoa Indireta

A chamada segunda pessoa indireta manifesta-se quando utilizamos pronomes que, apesar de indicarem nosso interlocutor (portanto, a segunda pessoa), utilizam o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados pronomes de tratamento, que podem ser observados no quadro seguinte:

Pronomes de Tratamento

Vossa Alteza	V. A.	príncipes, duques
Vossa Eminência	V. Ema.(s)	cardeais
Vossa Reverendíssima	V. Revma.(s)	sacerdotes e bispos
Vossa Excelência	V. Ex.ª (s)	altas autoridades e oficiais-generais
Vossa Magnificência	V. Mag.ª (s)	reitores de universidades
Vossa Majestade	V. M.	reis e rainhas
Vossa Majestade Imperial	V. M. I.	Imperadores
Vossa Santidade	V. S.	Papa
Vossa Senhoria	V. S.ª (s)	tratamento cerimonioso
Vossa Onipotência	V. O.	Deus

Também são pronomes de tratamento o senhor, a senhora e você, vocês. "O senhor" e "a senhora" são empregados no tratamento cerimonioso; "você" e "vocês", no tratamento familiar. Você e vocês são largamente empregados no português do Brasil; em algumas regiões, a forma tu é de uso frequente; em outras, pouco empregada. Já a forma vós tem uso restrito à linguagem litúrgica, ultraformal ou literária.

Observações:

a) Vossa Excelência X Sua Excelência : os pronomes de tratamento que possuem "Vossa (s)" são empregados em relação à pessoa com quem falamos.

Espero que V. Ex.ª, Senhor Ministro, compareça a este encontro.

***Emprega-se "Sua (s)" quando se fala a respeito da pessoa.**

Todos os membros da C.P.I. afirmaram que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, agiu com propriedade.

- Os pronomes de tratamento representam uma forma indireta de nos dirigirmos aos nossos interlocutores. Ao tratarmos um deputado por Vossa Excelência, por exemplo, estamos nos endereçando à excelência que esse deputado supostamente tem para poder ocupar o cargo que ocupa.

b) 3ª pessoa: embora os pronomes de tratamento dirijam-se à 2ª pessoa, toda a concordância deve ser feita com a 3ª pessoa. Assim, os verbos, os pronomes possessivos e os pronomes oblíquos empregados em relação a eles devem ficar na 3ª pessoa.

Basta que V. Ex.ª cumpra a terça parte das suas promessas, para que seus eleitores lhe fiquem reconhecidos.

c) Uniformidade de Tratamento: quando escrevemos ou nos dirigimos a alguém, não é permitido mudar, ao longo do texto, a pessoa do tratamento escolhida inicialmente. Assim, por exemplo, se começamos a chamar alguém de "você", não poderemos usar "te" ou "teu". O uso correto exigirá, ainda, verbo na terceira pessoa.

Quando você vier, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (errado)

Quando você vier, eu a abraçarei e enrolar-me-ei nos seus cabelos. (correto)

Quando tu vieres, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (correto)

Pronomes Possessivos

São palavras que, ao indicarem a pessoa gramatical (possuidor), acrescentam a ela a ideia de posse de algo (coisa possuída).

Este caderno é meu. (meu = possuidor: 1ª pessoa do singular)

NÚMERO	PESSOA	PRONOME
singular	primeira	meu(s), minha(s)
singular	segunda	teu(s), tua(s)
singular	terceira	seu(s), sua(s)
plural	primeira	nosso(s), nossa(s)
plural	segunda	vosso(s), vossa(s)
plural	terceira	seu(s), sua(s)

Note que: A forma do possessivo depende da pessoa gramatical a que se refere; o gênero e o número concordam com o objeto possuído.

Ele trouxe seu apoio e sua contribuição naquele momento difícil.

Observações:

1 - A forma "seu" não é um possessivo quando resultar da alteração fonética da palavra senhor.

- Muito obrigado, seu José.

2 - Os pronomes possessivos nem sempre indicam posse. Podem ter outros empregos, como:

a) indicar afetividade.

- Não faça isso, minha filha.

b) indicar cálculo aproximado.

Ele já deve ter seus 40 anos.

c) atribuir valor indefinido ao substantivo.

Marisa tem lá seus defeitos, mas eu gosto muito dela.

3- Em frases onde se usam pronomes de tratamento, o pronome possessivo fica na 3ª pessoa.

Vossa Excelência trouxe sua mensagem?

4- Referindo-se a mais de um substantivo, o possessivo concorda com o mais próximo.

Trouxe-me seus livros e anotações.

5- Em algumas construções, os pronomes pessoais oblíquos átonos assumem valor de possessivo.

Vou seguir-lhe os passos. (= Vou seguir seus passos.)

Pronomes Demonstrativos

Os pronomes demonstrativos são utilizados para explicitar a posição de uma certa palavra em relação a outras ou ao contexto. Essa relação pode ocorrer em termos de espaço, no tempo ou discurso.

No espaço:

Compro este carro (aqui). O pronome este indica que o carro está perto da pessoa que fala.

Compro esse carro (aí). O pronome esse indica que o carro está perto da pessoa com quem falo, ou afastado da pessoa que fala.

Compro aquele carro (lá). O pronome aquele diz que o carro está afastado da pessoa que fala e daquela com quem falo.

Atenção: em situações de fala direta (tanto ao vivo quanto por meio de correspondência, que é uma modalidade escrita de fala), são particularmente importantes o este e o esse - o primeiro localiza os seres em relação ao emissor; o segundo, em relação ao destinatário. Trocá-los pode causar ambiguidade.

Dirijo-me a essa universidade com o objetivo de solicitar informações sobre o concurso vestibular. (trata-se da universidade destinatária).

Reafirmamos a disposição desta universidade em participar no próximo Encontro de Jovens. (trata-se da universidade que envia a mensagem).

No tempo:

Este ano está sendo bom para nós. O pronome este se refere ao ano presente.

Esse ano que passou foi razoável. O pronome esse se refere a um passado próximo.

Aquele ano foi terrível para todos. O pronome aquele está se referindo a um passado distante.

- Os pronomes demonstrativos podem ser variáveis ou invariáveis, observe:

Variáveis: este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s).

Invariáveis: isto, isso, aquilo.

- Também aparecem como pronomes demonstrativos:

- o(s), a(s): quando estiverem antecedendo o "que" e puderem ser substituídos por aquele(s), aquela(s), aquilo.

Não ouvi o que disseste. (Não ouvi aquilo que disseste.)

Essa rua não é a que te indiquei. (Esta rua não é aquela que te indiquei.)

- mesmo(s), mesma(s):

Estas são as mesmas pessoas que o procuraram ontem.

- próprio(s), própria(s):

Os próprios alunos resolveram o problema.

- semelhante(s):

Não compre semelhante livro.

- tal, tais:

Tal era a solução para o problema.

Note que:

a) Não raro os demonstrativos aparecem na frase, em construções redundantes, com finalidade expressiva, para salientar algum termo anterior. Por exemplo:

Manuela, essa é que dera em cheio casando com o José Afonso. Desfrutar das belezas brasileiras, isso é que é sorte!

b) O pronome demonstrativo neutro o pode representar um termo ou o conteúdo de uma oração inteira, caso em que aparece, geralmente, como objeto direto, predicativo ou aposto.

O casamento seria um desastre. Todos o pressentiam.

c) Para evitar a repetição de um verbo anteriormente expresso, é comum empregar-se, em tais casos, o verbo fazer, chamado, então, verbo vicário (= que substitui, que faz as vezes de).

Ninguém teve coragem de falar antes que ela o fizesse.

d) Em frases como a seguinte, este se refere à pessoa mencionada em último lugar; aquele, à mencionada em primeiro lugar.

O referido deputado e o Dr. Alcides eram amigos íntimos; aquele casado, solteiro este. [ou então: este solteiro, aquele casado]

e) O pronome demonstrativo tal pode ter conotação irônica.

A menina foi a tal que ameaçou o professor?

f) Pode ocorrer a contração das preposições a, de, em com pronome demonstrativo: àquele, àquela, deste, desta, disso, nisso, no, etc.

Não acreditei no que estava vendo. (no = naquilo)

Pronomes Indefinidos

São palavras que se referem à terceira pessoa do discurso, dando-lhe sentido vago (impreciso) ou expressando quantidade indeterminada.

Alguém entrou no jardim e destruiu as mudas recém-plantadas.

Não é difícil perceber que "alguém" indica uma pessoa de quem se fala (uma terceira pessoa, portanto) de forma imprecisa, vaga. É uma palavra capaz de indicar um ser humano que seguramente existe, mas cuja identidade é desconhecida ou não se quer revelar.

Classificam-se em:

- Pronomes Indefinidos Substantivos: assumem o lugar do ser ou da quantidade aproximada de seres na frase. São eles: algo, alguém, fulano, sicrano, beltrano, nada, ninguém, outrem, quem, tudo.

Algo o incomoda?

Quem avisa amigo é.

- Pronomes Indefinidos Adjetivos: qualificam um ser expresso na frase, conferindo-lhe a noção de quantidade aproximada. São eles: cada, certo(s), certa(s).

Cada povo tem seus costumes.

Certas pessoas exercem várias profissões.

Note que: Ora são pronomes indefinidos substantivos, ora pronomes indefinidos adjetivos:

algum, alguns, alguma(s), bastante(s) (= muito, muitos), demais, mais, menos, muito(s), muita(s), nenhum, nenhuns, nenhuma(s), outro(s), outra(s), pouco(s), pouca(s), qualquer, quaisquer, qual, que, quanto(s), quanta(s), tal, tais, tanto(s), tanta(s), todo(s), toda(s), um, uns, uma(s), vários, várias.

Menos palavras e mais ações.

Alguns se contentam pouco.

Os pronomes indefinidos podem ser divididos em variáveis e invariáveis. Observe:

Variáveis = algum, nenhum, todo, muito, pouco, vário, tanto, outro, quanto, alguma, nenhuma, toda, muita, pouca, vária, tanta, outra, quanta, qualquer, quaisquer, alguns, nenhuns, todos, muitos, poucos, vários, tantos, outros, quantos, algumas, nenhumas, todas, muitas, poucas, várias, tantas, outras, quantas.

Invariáveis = alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, algo, cada.

São locuções pronominais indefinidas:

cada qual, cada um, qualquer um, quantos quer (que), quem quer (que), seja quem for, seja qual for, todo aquele (que), tal qual (= certo), tal e qual, tal ou qual, um ou outro, uma ou outra, etc.

Cada um escolheu o vinho desejado.

Indefinidos Sistemáticos

Ao observar atentamente os pronomes indefinidos, percebemos que existem alguns grupos que criam oposição de sentido. É o caso de: algum/alguém/algo, que têm sentido afirmativo, e nenhum/ninguém/nada, que têm sentido negativo; todo/tudo, que indicam uma totalidade afirmativa, e nenhum/nada, que indicam uma totalidade negativa; alguém/ninguém, que se referem à pessoa, e algo/nada, que se referem à coisa; certo, que particulariza, e qualquer, que generaliza.

Essas oposições de sentido são muito importantes na construção de frases e textos coerentes, pois delas muitas vezes dependem a solidez e a consistência dos argumentos expostos. Observe nas frases seguintes a força que os pronomes indefinidos destacados imprimem às afirmações de que fazem parte:

Nada do que tem sido feito produziu qualquer resultado prático.

Certas pessoas conseguem perceber sutilezas: não são pessoas quaisquer.

Pronomes Relativos

São aqueles que representam nomes já mencionados anteriormente e com os quais se relacionam. Introduzem as orações subordinadas adjetivas.

O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros.

(afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros = oração subordinada adjetiva).

O pronome relativo "que" refere-se à palavra "sistema" e introduz uma oração subordinada. Diz-se que a palavra "sistema" é antecedente do pronome relativo que.

O antecedente do pronome relativo pode ser o pronome demonstrativo o, a, os, as.

Não sei o que você está querendo dizer.

Às vezes, o antecedente do pronome relativo não vem expresso.

Quem casa, quer casa.

Observe:

Pronomes relativos variáveis = o qual, cujo, quanto, os quais, cujos, quantos, a qual, cuja, quanta, as quais, cujas, quantas.

Pronomes relativos invariáveis = quem, que, onde.

Note que:

a) O pronome "que" é o relativo de mais largo emprego, sendo por isso chamado relativo universal. Pode ser substituído por o qual, a qual, os quais, as quais, quando seu antecedente for um substantivo.

O trabalho que eu fiz refere-se à corrupção. (= o qual)

A cantora que acabou de se apresentar é péssima. (= a qual)

Os trabalhos que eu fiz referem-se à corrupção. (= os quais)

As cantoras que se apresentaram eram péssimas. (= as quais)

b) O qual, os quais, a qual e as quais são exclusivamente pronomes relativos: por isso, são utilizados didaticamente para verificar se palavras como "que", "quem", "onde" (que podem ter várias classificações) são pronomes relativos. Todos eles são usados com referência à pessoa ou coisa por motivo de clareza ou depois de determinadas preposições:

Regressando de São Paulo, visitei o sítio de minha tia, o qual me deixou encantado. (O uso de "que", neste caso, geraria ambiguidade.)

Essas são as conclusões sobre as quais pairam muitas dúvidas? (Não se poderia usar "que" depois de sobre.)

c) O relativo "que" às vezes equivale a o que, coisa que, e se refere a uma oração.

Não chegou a ser padre, mas deixou de ser poeta, que era a sua vocação natural.

d) O pronome "cujo" não concorda com o seu antecedente, mas com o consequente. Equivale a do qual, da qual, dos quais, das quais.

Este é o caderno cujas folhas estão rasgadas.
(antecedente) (consequente)

e) "Quanto" é pronome relativo quando tem por antecedente um pronome indefinido: tanto (ou variações) e tudo:

Emprestei tantos quantos foram necessários.
(antecedente)

Ele fez tudo quanto havia falado.
(antecedente)

f) O pronome "quem" se refere a pessoas e vem sempre precedido de preposição.

É um professor a quem muito devemos.
(preposição)

g) "Onde", como pronome relativo, sempre possui antecedente e só pode ser utilizado na indicação de lugar.

A casa onde morava foi assaltada.

h) Na indicação de tempo, deve-se empregar quando ou em que.

Sinto saudades da época em que (quando) morávamos no exterior.

i) Podem ser utilizadas como pronomes relativos as palavras:

- como (= pelo qual)

Não me parece correto o modo como você agiu semana passada.

- quando (= em que)

Bons eram os tempos quando podíamos jogar videogame.

j) Os pronomes relativos permitem reunir duas orações numa só frase.

O futebol é um esporte.

O povo gosta muito deste esporte.

O futebol é um esporte de que o povo gosta muito.

k) Numa série de orações adjetivas coordenadas, pode ocorrer a elipse do relativo "que".

A sala estava cheia de gente que conversava, (que) ria, (que) fumava.

Pronomes Interrogativos

São usados na formulação de perguntas, sejam elas diretas ou indiretas. Assim como os pronomes indefinidos, referem- -se à 3ª pessoa do discurso de modo impreciso. São pronomes interrogativos: que, quem, qual (e variações), quanto (e variações).

Quem fez o almoço?/ Diga-me quem fez o almoço.

Qual das bonecas preferes? / Não sei qual das bonecas preferes.

Quantos passageiros desembarcaram? / Pergunte quantos passageiros desembarcaram.

Sobre os pronomes:

O pronome pessoal é do caso reto quando tem função de sujeito na frase. O pronome pessoal é do caso oblíquo quando desempenha função de complemento. Vamos entender, primeiramente, como o pronome pessoal surge na frase e que função exerce. Observe as orações:

1. Eu não sei essa matéria, mas ele irá me ajudar.
2. Maria foi embora para casa, pois não sabia se devia lhe ajudar.

Na primeira oração os pronomes pessoais "eu" e "ele" exercem função de sujeito, logo, são pertencentes ao caso reto. Já na segunda oração, observamos o pronome "lhe" exercendo função de complemento, e, consequentemente, é do caso oblíquo.

Os pronomes pessoais indicam as pessoas do discurso, o pronome oblíquo "lhe", da segunda oração, aponta para a segunda pessoa do singular (tu/você): Maria não sabia se devia ajudar.... Ajudar quem? Você (lhe).

Importante: Em observação à segunda oração, o emprego do pronome oblíquo "lhe" é justificado antes do verbo intransitivo "ajudar" porque o pronome oblíquo pode estar antes, depois ou entre locução verbal, caso o verbo principal (no caso "ajudar") esteja no infinitivo ou gerúndio.

Eu desejo lhe perguntar algo.

Eu estou perguntando-lhe algo.

Os pronomes pessoais oblíquos podem ser átonos ou tônicos: os primeiros não são precedidos de preposição, diferentemente dos segundos que são sempre precedidos de preposição.

- Pronome oblíquo átono: Joana me perguntou o que eu estava fazendo.

- Pronome oblíquo tônico: Joana perguntou para mim o que eu estava fazendo.

Verbo é a classe de palavras que se flexiona em pessoa, número, tempo, modo e voz. Pode indicar, entre outros processos: ação (correr); estado (ficar); fenômeno (chover); ocorrência (nascer); desejo (querer).

O que caracteriza o verbo são as suas flexões, e não os seus possíveis significados. Observe que palavras como corrida, chuva e nascimento têm conteúdo muito próximo ao de alguns verbos mencionados acima; não apresentam, porém, todas as possibilidades de flexão que esses verbos possuem.

Estrutura das Formas Verbais

Do ponto de vista estrutural, uma forma verbal pode apresentar os seguintes elementos:

a) Radical: é a parte invariável, que expressa o significado essencial do verbo. Por exemplo:

fal-ei; fal-ava; fal-am. (radical fal-)

b) Tema: é o radical seguido da vogal temática que indica a conjugação a que pertence o verbo. Por exemplo: fala-r

São três as conjugações:

1ª - Vogal Temática - A - (falar)

2ª - Vogal Temática - E - (vender)

3ª - Vogal Temática - I - (partir)

c) Desinência modo-temporal: é o elemento que designa o tempo e o modo do verbo. Por exemplo:

falávamos (indica o pretérito imperfeito do indicativo.)

falasse (indica o pretérito imperfeito do subjuntivo.)

d) Desinência número-pessoal: é o elemento que designa a pessoa do discurso (1ª, 2ª ou 3ª) e o número (singular ou plural).

falamos (indica a 1ª pessoa do plural.)

falavam (indica a 3ª pessoa do plural.)

Observação: o verbo pôr, assim como seus derivados (compor, repor, depor, etc.), pertencem à 2ª conjugação, pois a forma arcaica do verbo pôr era poer. A vogal "e", apesar de haver desaparecido do infinitivo, revela-se em algumas formas do verbo: põe, pões, põem, etc.

Formas Rizotônicas e Arrizotônicas

Ao combinarmos os conhecimentos sobre a estrutura dos verbos com o conceito de acentuação tônica, percebemos com facilidade que nas formas rizotônicas, o acento tônico cai no radical do verbo: opino, aprendam, nutro, por exemplo. Nas formas arrizotônicas, o acento tônico não cai no radical, mas sim na terminação verbal: opinei, aprenderão, nutriríamos.

Classificação dos Verbos

Classificam-se em:

a) Regulares: são aqueles que possuem as desinências normais de sua conjugação e cuja flexão não provoca alterações no radical. Por exemplo: canto cantei cantarei cantava cantasse

b) Irregulares: são aqueles cuja flexão provoca alterações no radical ou nas desinências. Por exemplo: faço fiz farei fizesse

c) Defectivos: são aqueles que não apresentam conjugação completa. Classificam-se em impessoais, unipessoais e pessoais.

- Impessoais: são os verbos que não têm sujeito. Normalmente, são usados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são:

a) haver, quando sinônimo de existir, acontecer, realizar-se ou fazer (em orações temporais).

Havia poucos ingressos à venda. (Havia = Existiam)

Houve duas guerras mundiais. (Houve = Aconteceram)

Haverá reuniões aqui. (Haverá = Realizar-se-ão)

Deixei de fumar há muitos anos. (há = faz)

b) fazer, ser e estar (quando indicam tempo)

Faz invernos rigorosos no Sul do Brasil.

Era primavera quando a conheci.

Estava frio naquele dia.

c) Todos os verbos que indicam fenômenos da natureza são impessoais: chover, ventar, nevar, gear, trovejar, amanhecer, escurecer, etc. Quando, porém, se constrói, "Amanheci mal-humorado", usa-se o verbo "amanhecer" em sentido figurado. Qualquer verbo impessoal, empregado em sentido figurado, deixa de ser impessoal para ser pessoal.

Amanheci mal-humorado. (Sujeito desinencial: eu)

Choveram candidatos ao cargo. (Sujeito: candidatos)

Fiz quinze anos ontem. (Sujeito desinencial: eu)

d) São impessoais, ainda:

1. o verbo passar (seguido de preposição), indicando tempo. Ex.: Já passa das seis.

2. os verbos bastar e chegar, seguidos da preposição de, indicando suficiência. Ex.:

Basta de tolices. Chega de blasfêmias.

3. os verbos estar e ficar em orações tais como Está bem, Está muito bem assim, Não fica bem, Fica mal, sem referência a sujeito expresso anteriormente. Podemos, ainda, nesse caso, classificar o sujeito como hipotético, tornando-se, tais verbos, então, pessoais.

4. o verbo deu + para da língua popular, equivalente de "ser possível". Por exemplo:

Não deu para chegar mais cedo.

Dá para me arrumar uns trocados?

- Unipessoais: são aqueles que, tendo sujeito, conjugam-se apenas nas terceiras pessoas, do singular e do plural.

A fruta amadureceu.

As frutas amadureceram.

Obs.: os verbos unipessoais podem ser usados como verbos pessoais na linguagem figurada:

Teu irmão amadureceu bastante.

Entre os unipessoais estão os verbos que significam vozes de animais; eis alguns:

bramar: tigre

bramir: crocodilo

cacarejar: galinha

coaxar: sapo

cricrilar: grilo

Os principais verbos unipessoais são:
1. cumprir, importar, convir, doer, aprazer, parecer, ser (preciso, necessário, etc.).
Cumpre trabalharmos bastante. (Sujeito: trabalharmos bastante.)
Parece que vai chover. (Sujeito: que vai chover.)
É preciso que chova. (Sujeito: que chova.)
2. fazer e ir, em orações que dão ideia de tempo, seguidos da conjunção que.
Faz dez anos que deixei de fumar. (Sujeito: que deixei de fumar.)
Vai para (ou Vai em ou Vai por) dez anos que não vejo Cláudia. (Sujeito: que não vejo Cláudia)
Obs.: todos os sujeitos apontados são oracionais.

- Pessoais: não apresentam algumas flexões por motivos morfológicos ou eufônicos. Por exemplo:
verbo falir. Este verbo teria como formas do presente do indicativo falo, fales, fale, idênticas às do verbo falar - o que provavelmente causaria problemas de interpretação em certos contextos.
verbo computar. Este verbo teria como formas do presente do indicativo computo, computas, computa - formas de sonoridade considerada ofensiva por alguns ouvidos gramaticais. Essas razões muitas vezes não impedem o uso efetivo de formas verbais repudiadas por alguns gramáticos: exemplo disso é o próprio verbo computar, que, com o desenvolvimento e a popularização da informática, tem sido conjugado em todos os tempos, modos e pessoas.

d) Abundantes: são aqueles que possuem mais de uma forma com o mesmo valor. Geralmente, esse fenômeno costuma ocorrer no particípio, em que, além das formas regulares terminadas em -ado ou -ido, surgem as chamadas formas curtas (particípio irregular). Observe:

INFINITIVO	PARTICÍPIO REGULAR	PARTICÍPIO IRREGULAR
Anexar	Anexado	Anexo
Dispersar	Dispersado	Disperso
Eleger	Elegido	Eleito
Envolver	Envolvido	Envolto
Imprimir	Imprimido	Impresso
Matar	Matado	Morto
Morrer	Morrido	Morto
Pegar	Pegado	Pego
Soltar	Soltado	Solto

e) Anômalos: são aqueles que incluem mais de um radical em sua conjugação.
Por exemplo: Ir Pôr Ser Saber (vou, vais, ides, fui, foste, pus, pôs, punha, sou, és, fui, foste, seja).

f) Auxiliares
São aqueles que entram na formação dos tempos compostos e das locuções verbais. O verbo principal, quando acompanhado de verbo auxiliar, é expresso numa das formas nominais: infinitivo, gerúndio ou particípio.

Vou espantar as moscas.
(verbo auxiliar) (verbo principal no infinitivo)

Está chegando a hora do debate.
(verbo auxiliar) (verbo principal no gerúndio)

Os noivos foram cumprimentados por todos os presentes.
(verbo auxiliar) (verbo principal no particípio)

Obs.: os verbos auxiliares mais usados são: ser, estar, ter e haver.

Conjugação dos Verbos Auxiliares

SER - Modo Indicativo

Presente	Pret.Perfeito	Pretérito Imp.	Pret.Mais-Que-Perf.	Fut.do Pres.	Fut. Do Pretérito
sou	fui	era	fora	serei	seria
és	foste	eras	foras	serás	serias
é	foi	era	fora	será	seria
somos	fomos	éramos	fôramos	seremos	seríamos
sois	fostes	éreis	fôreis	sereis	seríeis
são	foram	eram	foram	serão	seriam

SER - Modo Subjuntivo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro
que eu seja	se eu fosse	quando eu for
que tu sejas	se tu fosses	quando tu fores
que ele seja	se ele fosse	quando ele for
que nós sejamos	se nós fôssemos	quando nós formos
que vós sejais	se vós fôsseis	quando vós fordes
que eles sejam	se eles fossem	quando eles forem

SER - Modo Imperativo

Afirmativo	Negativo
sê tu	não sejas tu
seja você	não seja você
sejamos nós	não sejamos nós
sede vós	não sejais vós
sejam vocês	não sejam vocês

SER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
ser	ser eu	sendo	sido
	seres tu		
	ser ele		
	sermos nós		
	serdes vós		
	serem eles		

ESTAR - Modo Indicativo

Presente	Pret. perf.	Pret. Imperf.	Pret.Mais-Que-Perf.	Fut.doPres.	Fut.do Preté.
estou	estive	estava	estivera	estarei	estaria
estás	estiveste	estavas	estiveras	estarás	estarias
está	esteve	estava	estivera	estará	estaria
estamos	estivemos	estávamos	estivéramos	estaremos	estaríamos
estais	estivestes	estáveis	estivéreis	estareis	estaríeis
estão	estiveram	estavam	estiveram	estarão	estariam

ESTAR - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
esteja	estivesse	estiver		
estejas	estivesses	estiveres	está	estejas
esteja	estivesse	estiver	esteja	esteja
estejamos	estivéssemos	estivermos	estejamos	estejamos
estejais	estivésseis	estiverdes	estai	estejais
estejam	estivessem	estiverem	estejam	estejam

ESTAR - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
estar	estar	estando	estado
	estares		
	estar		
	estarmos		
	estardes		
	estarem		

HAVER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imper.	Pret.Mais-Que-Perf.	Fut. Do Pres.	Fut. Do Preté.
hei	houve	havia	houvera	haverei	haveria
hás	houveste	havias	houveras	haverás	haverias
há	houve	havia	houvera	haverá	haveria
havemos	houvemos	havíamos	houvéramos	haveremos	haveríamos
haveis	houvestes	havíeis	houvéreis	havereis	haveríeis
hão	houveram	haviam	houveram	haverão	haveriam

HAVER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
haja	houvesse	houver		
hajas	houvesses	houveres	há	hajas
haja	houvesse	houver	haja	haja
hajamos	houvéssemos	houvermos	hajamos	hajamos
hajais	houvésseis	houverdes	havei	hajais
hajam	houvessem	houverem	hajam	hajam

HAVER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
haver	haver	havendo	havido
	haveres		
	haver		
	havermos		
	haverdes		
	haverem		

TER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imper.	Preté.Mais-Que-Perf.	Fut. Do Pres.	Fut. Do Preté.
Tenho	tive	tinha	tivera	terei	teria
tens	tiveste	tinhas	tiveras	terás	terias
tem	teve	tinha	tivera	terá	teria
temos	tivemos	tínhamos	tivéramos	teremos	teríamos
tendes	tivestes	tínheis	tivéreis	tereis	teríeis
têm	tiveram	tinham	tiveram	terão	teriam

TER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
Tenha	tivesse	tiver		
tenhas	tivesses	tiveres	tem	tenhas
tenha	tivesse	tiver	tenha	tenha
tenhamos	tivéssemos	tivermos	tenhamos	tenhamos
tenhais	tivésseis	tiverdes	tende	tenhais
tenham	tivessem	tiverem	tenham	tenham

g) Pronominais: São aqueles verbos que se conjugam com os pronomes oblíquos átonos me, te, se, nos, vos, se, na mesma pessoa do sujeito, expressando reflexibilidade (pronominais acidentais) ou apenas reforçando a ideia já implícita no próprio sentido do verbo (reflexivos essenciais). Veja:

- 1. Essenciais: são aqueles que sempre se conjugam com os pronomes oblíquos me, te, se, nos, vos, se. São poucos: abster-se, ater-se, apiedar-se, atrever-se, dignar-se, arrepender-se, etc. Nos verbos pronominais essenciais a reflexibilidade já está implícita no radical do verbo. Por exemplo:

Arrependi-me de ter estado lá.

A ideia é de que a pessoa representada pelo sujeito (eu) tem um sentimento (arrependimento) que recai sobre ela mesma, pois não recebe ação transitiva nenhuma vinda do verbo; o pronome oblíquo átono é apenas uma partícula integrante do verbo, já que, pelo uso, sempre é conjugada com o verbo. Diz-se que o pronome apenas serve de reforço da ideia reflexiva expressa pelo radical do próprio verbo.

Veja uma conjugação pronominal essencial (verbo e respectivos pronomes):

Eu me arrependo
Tu te arrependes
Ele se arrepende
Nós nos arrependemos
Vós vos arrependeis
Eles se arrependem

- 2. Acidentais: são aqueles verbos transitivos diretos em que a ação exercida pelo sujeito recai sobre o objeto representado por pronome oblíquo da mesma pessoa do sujeito; assim, o sujeito faz uma ação que recai sobre ele mesmo. Em geral, os verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos podem ser conjugados com os pronomes mencionados, formando o que se chama voz reflexiva. Por exemplo: Maria se penteava.

A reflexibilidade é acidental, pois a ação reflexiva pode ser exercida também sobre outra pessoa. Por exemplo: Maria penteou--me.

Observações:

1- Por fazerem parte integrante do verbo, os pronomes oblíquos átonos dos verbos pronominais não possuem função sintática.

2- Há verbos que também são acompanhados de pronomes oblíquos átonos, mas que não são essencialmente pronominais, são os verbos reflexivos. Nos verbos reflexivos, os pronomes, apesar de se encontrarem na pessoa idêntica à do sujeito, exercem funções sintáticas.

Por exemplo:

Eu me feri. = Eu(sujeito) - 1ª pessoa do singular me (objeto direto) - 1ª pessoa do singular

Modos Verbais

Dá-se o nome de modo às várias formas assumidas pelo verbo na expressão de um fato. Em Português, existem três modos:

Indicativo - indica uma certeza, uma realidade. Por exemplo: Eu sempre estudo.

Subjuntivo - indica uma dúvida, uma possibilidade. Por exemplo: Talvez eu estude amanhã.

Imperativo - indica uma ordem, um pedido. Por exemplo: Estuda agora, menino.

Formas Nominais

Além desses três modos, o verbo apresenta ainda formas que podem exercer funções de nomes (substantivo, adjetivo, advérbio), sendo por isso denominadas formas nominais. Observe:

- a) Infinitivo Impessoal: exprime a significação do verbo de modo vago e indefinido, podendo ter valor e função de substantivo. Por exemplo: Viver é lutar. (= vida é luta)

É indispensável combater a corrupção. (= combate à)

O infinitivo impessoal pode apresentar-se no presente (forma simples) ou no passado (forma composta). Por exemplo:

É preciso ler este livro.

Era preciso ter lido este livro.

- b) Infinitivo Pessoal: é o infinitivo relacionado às três pessoas do discurso. Na 1ª e 3ª pessoas do singular, não apresenta desinências, assumindo a mesma forma do impessoal; nas demais, flexiona-se da seguinte maneira:

2ª pessoa do singular: Radical + ES Ex.: teres(tu)
1ª pessoa do plural: Radical + MOS Ex.: termos (nós)
2ª pessoa do plural: Radical + DES Ex.: terdes (vós)
3ª pessoa do plural: Radical + EM Ex.: terem (eles)

Por exemplo:

Foste elogiado por teres alcançado uma boa colocação.

- c) Gerúndio: o gerúndio pode funcionar como adjetivo ou advérbio. Por exemplo:

Saindo de casa, encontrei alguns amigos. (função de advérbio)

Nas ruas, havia crianças vendendo doces. (função adjetivo)

Na forma simples, o gerúndio expressa uma ação em curso; na forma composta, uma ação concluída. Por exemplo:

Trabalhando, aprenderás o valor do dinheiro.

Tendo trabalhado, aprendeu o valor do dinheiro.

- d) Particípio: quando não é empregado na formação dos tempos compostos, o particípio indica geralmente o resultado de uma ação terminada, flexionando-se em gênero, número e grau. Por exemplo:

Terminados os exames, os candidatos saíram.

Quando o particípio exprime somente estado, sem nenhuma relação temporal, assume verdadeiramente a função de adjetivo (adjetivo verbal). Por exemplo:

Ela foi a aluna escolhida para representar a escola.

Tempos Verbais

Tomando-se como referência o momento em que se fala, a ação expressa pelo verbo pode ocorrer em diversos tempos. Veja:

1. Tempos do Indicativo

- Presente - Expressa um fato atual. Por exemplo: Eu estudo neste colégio.

- Pretérito Imperfeito - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual, mas que não foi completamente terminado. Por exemplo: Ele estudava as lições quando foi interrompido.

- Pretérito Perfeito (simples) - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado. Por exemplo: Ele estudou as lições ontem à noite.

- Pretérito Perfeito (composto) - Expressa um fato que teve início no passado e que pode se prolongar até o momento atual. Por exemplo: Tenho estudado muito para os exames.

- Pretérito-Mais-Que-Perfeito - Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado. Por exemplo: Ele já tinha estudado as lições quando os amigos chegaram. (forma composta) Ele já estudara as lições quando os amigos chegaram. (forma simples)

- Futuro do Presente (simples) - Enuncia um fato que deve ocorrer num tempo vindouro com relação ao momento atual. Por exemplo: Ele estudará as lições amanhã.

- Futuro do Presente (composto) - Enuncia um fato que deve ocorrer posteriormente a um momento atual, mas já terminado antes de outro fato futuro. Por exemplo: Antes de bater o sinal, os alunos já terão terminado o teste.

- Futuro do Pretérito (simples) - Enuncia um fato que pode ocorrer posteriormente a um determinado fato passado. Por exemplo: Se eu tivesse dinheiro, viajaria nas férias.

- Futuro do Pretérito (composto) - Enuncia um fato que poderia ter ocorrido posteriormente a um determinado fato passado. Por exemplo: Se eu tivesse ganho esse dinheiro, teria viajado nas férias.

2. Tempos do Subjuntivo

- Presente - Enuncia um fato que pode ocorrer no momento atual. Por exemplo: É conveniente que estudes para o exame.

- Pretérito Imperfeito - Expressa um fato passado, mas posterior a outro já ocorrido. Por exemplo: Eu esperava que ele vencesse o jogo.

Obs.: o pretérito imperfeito é também usado nas construções em que se expressa a ideia de condição ou desejo. Por exemplo: Se ele viesse ao clube, participaria do campeonato.

Pretérito Perfeito (composto) - Expressa um fato totalmente terminado num momento passado. Por exemplo: Embora tenha estudado bastante, não passou no teste.

- Futuro do Presente (simples) - Enuncia um fato que pode ocorrer num momento futuro em relação ao atual. Por exemplo: Quando ele vier à loja, levará as encomendas.

obs.: o futuro do presente é também usado em frases que indicam possibilidade ou desejo. Por exemplo: Se ele vier à loja, levará as encomendas.

- Futuro do Presente (composto) - Enuncia um fato posterior ao momento atual mas já terminado antes de outro fato futuro. Por exemplo: Quando ele tiver saído do hospital, nós o visitaremos.

Presente do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
cantO	vendO	partO	O
cantaS	vendeS	parteS	S
canta	vende	parte	-
cantaMOS	vendeMOS	partiMOS	MOS
cantaIS	vendeIS	partIS	IS
cantaM	vendeM	parteM	M

Pretérito Perfeito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
canteI	vendI	partI	I
cantaSTE	vendeSTE	partISTE	STE
cantoU	vendeU	partiU	U
cantaMOS	vendeMOS	partiMOS	MOS
cantaSTES	vendeSTES	partISTES	STES
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RAM

Pretérito mais-que-perfeito

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª/2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantaRAS	vendeRAS	partiRAS	RA	S
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantáRAMOS	vendêRAMOS	partíRAMOS	RA	MOS
cantáREIS	vendêREIS	partíREIS	RE	IS
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RA	M

Pretérito Imperfeito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantAVA	vendIA	partIA
cantAVAS	vendIAS	partAS
CantAVA	vendIA	partIA
cantÁVAMOS	vendÍAMOS	partÍAMOS
cantÁVEIS	vendÍEIS	partÍEIS
cantAVAM	vendIAM	partIAM

Futuro do Presente do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar ei	vender ei	partir ei
cantar ás	vender ás	partir ás
cantar á	vender á	partir á
cantar emos	vender emos	partir emos
cantar eis	vender eis	partir eis
cantar ão	vender ão	partir ão

Futuro do Pretérito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantarIA	venderIA	partirIA
cantarIAS	venderIAS	partirIAS
cantarIA	venderIA	partirIA
cantarÍAMOS	venderÍAMOS	partirÍAMOS
cantarÍEIS	venderÍEIS	partirÍEIS
cantarIAM	venderIAM	partirIAM

Presente do Subjuntivo

Para se formar o presente do subjuntivo, substitui-se a desinência -o da primeira pessoa do singular do presente do indicativo pela desinência -E (nos verbos de 1ª conjugação) ou pela desinência -A (nos verbos de 2ª e 3ª conjugação).

1ª conjug.	2ª conjug.	3ª conju.	Des. temporal 1ª conj.	Des.temporal 2ª/3ª conj.	Desinên. pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR			
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantES	vendAS	partAS	E	A	S
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantEMOS	vendAMOS	partAMOS	E	A	MOS
cantEIS	vendAIS	partAIS	E	A	IS
cantEM	vendAM	partAM	E	A	M

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

Para formar o imperfeito do subjuntivo, elimina-se a desinência -STE da 2ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -SSE mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª /2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantaSSES	vendeSSES	partiSSES	SSE	S
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantáSSEMOS	vendêSSEMOS	partíSSEMOS	SSE	MOS
cantáSSEIS	vendêSSEIS	partíSSEIS	SSE	IS
cantaSSEM	vendeSSEM	partiSSEM	SSE	M

Futuro do Subjuntivo

Para formar o futuro do subjuntivo elimina-se a desinência -STE da 2ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -R mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª /2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaR	vendeR	partiR	Ø	
cantaRES	vendeRES	partiRES	R	ES
cantaR	vendeR	partiR	R	Ø
cantaRMOS	vendeRMOS	partiRMOS	R	MOS
cantaRDES	vendeRDES	partiRDES	R	DES
cantaREM	vendeREM	PartiREM	R	EM

Imperativo

Imperativo Afirmativo

Para se formar o imperativo afirmativo, toma-se do presente do indicativo a 2ª pessoa do singular (tu) e a segunda pessoa do plural (vós) eliminando-se o "S" final. As demais pessoas vêm, sem alteração, do presente do subjuntivo. Veja:

Presente do Indicativo	Imperativo Afirmativo	Presente do Subjuntivo
Eu canto	---	Que eu cante
Tu cantas	CantA tu	Que tu cantes
Ele canta	Cante você	Que ele cante
Nós cantamos	Cantemos nós	Que nós cantemos
Vós cantais	CantAI vós	Que vós canteis
Eles cantam	Cantem vocês	Que eles cantem

Imperativo Negativo

Para se formar o imperativo negativo, basta antecipar a negação às formas do presente do subjuntivo.

Presente do Subjuntivo	Imperativo Negativo
Que eu cante	---
Que tu cantes	Não cantes tu
Que ele cante	Não cante você
Que nós cantemos	Não cantemos nós
Que vós canteis	Não canteis vós
Que eles cantem	Não cantem eles

Observações:

- No modo imperativo não faz sentido usar na 3ª pessoa (singular e plural) as formas ele/eles, pois uma ordem, pedido ou conselho só se aplicam diretamente à pessoa com quem se fala. Por essa razão, utiliza-se você/vocês.
- O verbo SER, no imperativo, faz excepcionalmente: sê (tu), sede (vós).

Infinitivo Pessoal

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar	vender	partir
cantarES	venderES	partirES
cantar	vender	partir
cantarMOS	venderMOS	partirMOS
cantarDES	venderDES	partirDES
cantarEM	venderEM	partirEM

Questões sobre Verbo

01. (Agente Policia Vunesp 2013) Considere o trecho a seguir.

É comum que objetos _____ esquecidos em locais públicos. Mas muitos transtornos poderiam ser evitados se as pessoas _____ a atenção voltada para seus pertences, conservando-os junto ao corpo.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

(A) sejam … mantesse (B) sejam … mantivessem (C) sejam … mantém (D) seja … mantivessem (E) seja … mantêm

02. (Escrevente TJ SP Vunesp 2012-adap.) Na frase –… os níveis de pessoas sem emprego *estão apresentando* quedas sucessivas de 2005 para cá. –, a locução verbal em destaque expressa ação
(A) concluída. (B) atemporal. (C) contínua. (D) hipotética. (E) futura.

03. (Escrevente TJ SP Vunesp 2013-adap.) Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta "débito ou crédito?".
Nesse contexto, o verbo estereotipar tem sentido de
(A) considerar ao acaso, sem premeditação.
(B) aceitar uma ideia mesmo sem estar convencido dela.
(C) adotar como referência de qualidade.
(D) julgar de acordo com normas legais.
(E) classificar segundo ideias preconcebidas.

04. (Escrevente TJ SP Vunesp 2013) Assinale a alternativa contendo a frase do texto na qual a expressão verbal destacada exprime possibilidade.
(A) ... o cientista Theodor Nelson *sonhava* com um sistema capaz de disponibilizar um grande número de obras literárias...
(B) Funcionando como um imenso sistema de informação e arquivamento, o hipertexto *deveria* ser um enorme arquivo virtual.
(C) Isso acarreta uma textualidade que *funciona* por associação, e não mais por sequências fixas previamente estabelecidas.
(D) Desde o surgimento da ideia de hipertexto, esse conceito *está ligado* a uma nova concepção de textualidade...
(E) *Criou*, então, o "Xanadu", um projeto para disponibilizar toda a literatura do mundo...

05.(Analista – Arquitetura – FCC – 2013-adap.). Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
A) Os que levariam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez façam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.
B) Há até quem queira saber quem fosse o maior bandido entre os que recebessem destaque nos popularescos programas da TV.
C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostam tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tenha aspirações a ser metafísica.
D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levarem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.
E) Quanto mais aproveitássemos o que houvesse de grande nos momentos felizes, menos precisaríamos nos preocupar com conquistas superlativas.

06. (Escrevente TJ SP Vunesp 2013) Assinale a alternativa em que todos os verbos estão empregados de acordo com a norma-padrão.
(A) Enviaram o texto, para que o revíssemos antes da impressão definitiva.
(B) Não haverá prova do crime se o réu se manter em silêncio.
(C) Vão pagar horas-extras aos que se disporem a trabalhar no feriado.
(D) Ficarão surpresos quando o verem com a toga...
(E) Se você quer a promoção, é necessário que a requera a seu superior.

07. (Papiloscopista Policial Vunesp 2013-adap.) Assinale a alternativa que substitui, corretamente e sem alterar o sentido da frase, a expressão destacada em – *Se a criança se perder*, quem encontrá-la verá na pulseira instruções para que envie uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.
(A) Caso a criança se havia perdido…
(B) Caso a criança perdeu…
(C) Caso a criança se perca…
(D) Caso a criança estivera perdida…
(E) Caso a criança se perda…

08. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013-adap.). Assinale a alternativa em que o verbo destacado está no tempo futuro.
A) Os consumidores *são* assediados pelo marketing …
B) … somente eles podem decidir se *irão* ou não comprar.
C) É como se *abrissem* em nós uma "caixa de necessidades"…
D) … de onde *vem* o produto…?
E) Uma pesquisa *mostrou* que 55,4% das pessoas…

09. (Papiloscopista Policial – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa em que a concordância das formas verbais destacadas se dá em conformidade com a norma-padrão da língua.
(A) *Chegou*, para ajudar a família, vários amigos e vizinhos.
(B) *Haviam* várias hipóteses acerca do que poderia ter acontecido com a criança.
(C) *Fazia* horas que a criança tinha saído e os pais já estavam preocupados.
(D) *Era* duas horas da tarde, quando a criança foi encontrada.
(E) *Existia* várias maneiras de voltar para casa, mas a criança se perdeu mesmo assim.

10. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.).
Leia as frases a seguir.
I. Havia onze pessoas jogando pedras e pedaços de madeira no animal.
II. Existiam muitos ferimentos no boi.
III. Havia muita gente assustando o boi numa avenida movimentada.
Substituindo-se o verbo *Haver* pelo verbo *Existir* e este pelo verbo *Haver*, nas frases, têm-se, respectivamente:
A) Existia – Haviam – Existiam
B) Existiam – Havia – Existiam
C) Existiam – Haviam – Existiam
D) Existiam – Havia – Existia
E) Existia – Havia – Existia

GABARITO
01. B 02. C 03. E 04. B 05. E
06. A 07. C 08. B 09. C 10. D

COMENTÁRIOS

1-) É comum que objetos sejam esquecidos em locais públicos. Mas muitos transtornos poderiam ser evitados se as pessoas mantivessem a atenção voltada para seus pertences, conservando-os junto ao corpo.

2-) os níveis de pessoas sem emprego estão apresentando quedas sucessivas de 2005 para cá. –, a locução verbal em destaque expressa ação contínua (= não concluída)

3-) Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta "débito ou crédito?".

Nesse contexto, o verbo estereotipar tem sentido de classificar segundo ideias preconcebidas.

4-) (B) Funcionando como um imenso sistema de informação e arquivamento, o hipertexto deveria ser um enorme arquivo virtual. = verbo no futuro do pretérito

5-) A) Os que levam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez fariam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.

B) Há até quem queira saber quem é o maior bandido entre os que recebem destaque nos popularescos programas da TV.

C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostem tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tem aspirações a ser metafísica.

D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levassem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.

6-) (B) Não haverá prova do crime se o réu se mantiver em silêncio.

(C) Vão pagar horas-extras aos que se dispuserem a trabalhar no feriado.

(D) Ficarão surpresos quando o virem com a toga...

(E) Se você quiser a promoção, é necessário que a requeira a seu superior.

7-) Caso a criança se perca…(perda = substantivo: Houve uma grande perda salarial...)

8-) A) Os consumidores são assediados pelo marketing = presente

C) É como se abrissem em nós uma "caixa de necessidades"… = pretérito do Subjuntivo

D) … de onde vem o produto…? = presente

E) Uma pesquisa mostrou que 55,4% das pessoas… = pretérito perfeito

9-) (A) Chegaram, para ajudar a família, vários amigos e vizinhos.

(B) Havia várias hipóteses acerca do que poderia ter acontecido com a criança.

(D) Eram duas horas da tarde, quando a criança foi encontrada.

(E) Existiam várias maneiras de voltar para casa, mas a criança se perdeu mesmo assim.

10-) I. Havia onze pessoas jogando pedras e pedaços de madeira no animal.

II. Existiam muitos ferimentos no boi.

III. Havia muita gente assustando o boi numa avenida movimentada.

Haver – sentido de existir= invariável, impessoal;
existir = variável. Portanto, temos:
I – Existiam onze pessoas...
II – Havia muitos ferimentos...
III – Existia muita gente...

O advérbio, assim como muitas outras palavras existentes na Língua Portuguesa, advém de outras línguas. Assim sendo, tal qual o adjetivo, o prefixo "*ad-*" indica a ideia de proximidade, contiguidade. Essa proximidade faz referência ao processo verbal, no sentido de caracterizá-lo, ou seja, indicando as circunstâncias em que esse processo se desenvolve.

O advérbio relaciona-se aos verbos da língua, no sentido de caracterizar os processos expressos por ele. Contudo, ele não é modificador exclusivo desta classe (verbos), pois também modifica o adjetivo e até outro advérbio. Seguem alguns exemplos:

Para quem se diz distantemente alheio a esse assunto, você está até bem informado.

Temos o advérbio "distantemente" que modifica o adjetivo alheio, representando uma qualidade, característica.

O artista canta muito mal.

Nesse caso, o advérbio de intensidade "muito" modifica outro advérbio de modo – "mal". Em ambos os exemplos pudemos verificar que se tratava de somente uma palavra funcionando como advérbio. No entanto, ele pode estar demarcado por mais de uma palavra, que mesmo assim não deixará de ocupar tal função. Temos aí o que chamamos de locução adverbial, representada por algumas expressões, tais como: *às vezes, sem dúvida, frente a frente, de modo algum,* entre outras.

Mediante tais postulados, afirma-se que, dependendo das circunstâncias expressas pelos advérbios, eles se classificam em distintas categorias, uma vez expressas por:

de modo: *Bem, mal, assim, depressa, devagar, às pressas, às claras, às cegas, à toa, à vontade, às escondidas, aos poucos, desse jeito, desse modo, dessa maneira, em geral, frente a frente, lado a lado, a pé, de cor, em vão,* e a maior parte dos que terminam em -"mente": *calmamente, tristemente, propositadamente, pacientemente, amorosamente, docemente, escandalosamente, bondosamente, generosamente*

de intensidade: *Muito, demais, pouco, tão, menos, em excesso, bastante, pouco, mais, menos, demasiado, quanto, quão, tanto, que*(equivale a quão), *tudo, nada, todo, quase, de todo, de muito, por completo.*

de tempo: *Hoje, logo, primeiro, ontem, tarde outrora, amanhã, cedo, dantes, depois, ainda, antigamente, antes, doravante, nunca, então, ora, jamais, agora, sempre, já, enfim, afinal, breve, constantemente, entrementes, imediatamente, primeiramente, provisoriamente, sucessivamente, às vezes, à tarde, à noite, de manhã, de repente, de vez em quando, de quando em quando, a qualquer momento, de tempos em tempos, em breve, hoje em dia*

de lugar: A*qui, antes, dentro, ali, adiante, fora, acolá, atrás, além, lá, detrás, aquém, cá, acima, onde, perto, aí, abaixo, aonde, longe, debaixo, algures, defronte, nenhures, adentro, afora, alhures, nenhures, aquém, embaixo, externamente, a distância, à distancia de, de longe, de perto, em cima, à direita, à esquerda, ao lado, em volta*

de negação : *Não, nem, nunca, jamais, de modo algum, de forma nenhuma, tampouco, de jeito nenhum*

de dúvida: *Acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez, casualmente, por certo, quem sabe*

de afirmação: *Sim, certamente, realmente, decerto, efetivamente, certo, decididamente, realmente, deveras, indubitavelmente (=sem dúvida).*

de exclusão: *Apenas, exclusivamente, salvo, senão, somente, simplesmente, só, unicamente*

de inclusão: *Ainda, até, mesmo, inclusivamente, também*

de ordem: *Depois, primeiramente, ultimamente*

de designação: *Eis*

de interrogação: onde? *(lugar), como? (modo), quando? (tempo), por quê? (causa), quanto? (preço e intensidade), para quê? (finalidade)*

Locução adverbial

É reunião de duas ou mais palavras com valor de advérbio. Exemplo:

Carlos saiu às pressas. (indicando modo)

Maria saiu à tarde. (indicando tempo)

Há locuções adverbiais que possuem advérbios correspondentes. Exemplo:

Carlos saiu às pressas. = Carlos saiu apressadamente.

Apenas os advérbios de intensidade, de lugar e de modo são flexionados, sendo que os demais são todos invariáveis. A única flexão propriamente dita que existe na categoria dos advérbios é a de grau:

Superlativo: aumenta a intensidade. Exemplos: l*onge - longíssimo, pouco - pouquíssimo, inconstitucionalmente - inconstitucionalissimamente,* etc.;

Diminutivo: diminui a intensidade.

Exemplos: *perto - pertinho, pouco - pouquinho, devagar - devagarinho,*

Questões sobre Advérbio

01. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013-adap.) Assinale a alternativa cuja expressão em destaque apresenta circunstância adverbial de modo.

A) Repetidos episódios de violência (...) estão gerando ainda uma série de repercussões.

B) ...quebrou o braço da estudante de direito R. D., 19, em plena balada…

C) Esses dois jovens teriam tentado se aproximar, sem sucesso, de duas amigas…

D) Um dos suspeitos do ataque alega que tudo não passou de um engano...

E) O fato é que é difícil acreditar que tanta gente ande se quebrando por aí…

02. (Agente Educacional – VUNESP – 2013-adap.) Releia os trechos apresentados a seguir.

- Aqueles que não simpatizavam muito com Pitágoras podiam simplesmente escolher carreiras nas quais os números não encontravam muito espaço...

- Já a cultura científica, que muitos ainda tratam com uma ponta de desprezo, torna-se cada vez mais fundamental...

Os advérbios em destaque nos trechos expressam, correta e respectivamente, circunstâncias de

A) afirmação e de intensidade. B) modo e de tempo.
C) modo e de lugar. D) lugar e de tempo.
E) intensidade e de negação.

03. (Analista Administrativo – VUNESP – 2013-adap.) Em – … mas é importante também considerar e estudar em profundidade o planejamento urbano. –, a expressão em destaque é empregada na oração para indicar circunstância de

A) lugar. B) causa.
C) origem. D) modo.
E) finalidade.

04. (UFC) A opção em que há um advérbio exprimindo circunstância de tempo é:

A) Possivelmente viajarei para São Paulo.
B) Maria tinha aproximadamente 15 anos.
C) As tarefas foram executadas concomitantemente.
D) Os resultados chegaram demasiadamente atrasados.

05. Indique a alternativa que completa a frase a seguir, respectivamente, com as circunstâncias de intensidade e de modo. Após o telefonema, o motorista partiu...

A)às 18 h com o veículo.
B)rapidamente ao meio-dia.
C)bastante alerta.
D)apressadamente com o caminhão.
E)agora calmamente.

06. Em qual das alternativas abaixo o adjunto adverbial expressa o sentido de instrumento?

A)Viajou de trem.
B)Tânia foi almoçar com seus primos.
C)Cortou-se com o alicate.
D)Chorou de dor.

07. Assinale a alternativa em que o elemento destacado NÃO é um adjunto adverbial.

A)"...ameaçou até se acorrentar à porta da embaixada brasileira em Roma."

B)"...decidida na semana passada por Tarso Genro...".

C)"Hoje Mutti vive com identidade trocada e em lugar não sabido."

D)"A concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti, decidida...".

E)"...decida se é o caso de reabrir o processo e julgá-lo novamente?"

08. Em todas as alternativas há dois advérbios, exceto em:

A) Ele permaneceu muito calado.
B) Amanhã, não iremos ao cinema.

C) O menino, ontem, cantou desafinadamente.
D) Tranquilamente, realizou-se, hoje, o jogo.
E) Ela falou calma e sabiamente.

09. Assinale a frase em que "meio" funciona como advérbio:
A) Só quero meio quilo.
B) Achei-o meio triste.
C) Descobri o meio de acertar.
D) Parou no meio da rua.
E) Comprou um metro e meio de tecido.

GABARITO

01. C 02. B 03. D 04. C
05. C 06. C 07. D 08. A 09. B

COMENTÁRIOS

1-) a-) ainda = tempo
B) em plena balada = lugar
C) sem sucesso = modo
D) não = negação .
E) por aí = lugar

2-) Simplesmente = modo / ainda = tempo

3-) em profundidade = profundamente = advérbio de modo

4-) concomitantemente = Diz-se do que acontece, desenvolve--se ou é expresso ao mesmo tempo com outra(s) coisa(s); simultâneo.

5-) A alternativa deve começar com advérbio que expresse INTENSIDADE. Vá por eliminação:
a-) às 18h = tempo
b-) rapidamente = modo
c-) bastante= intensidade
d-) apressadamente = modo
e-) agora = tempo

6-) A-) Viajou de trem. = meio
B)Tânia foi almoçar com seus primos. = companhia
C)Cortou-se com o alicate. = instrumento
D)Chorou de dor. = causa

7-) "A concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti, decidida...". = complemento nominal

8-)A) Ele permaneceu muito calado.
B) Amanhã, não iremos ao cinema.
C) O menino, ontem, cantou desafinadamente.
D) Tranquilamente, realizou-se, hoje, o jogo.
E) Ela falou calma e sabiamente. (Nesse caso, subentende--se calmamente. É a maneira correta de se escrever quando utilizarmos dois advérbios de modo: o primeiro é escrito sem o sufixo "mente", deixando este apenas no segundo elemento. Por exemplo: "Apresentou-se breve e pausadamente.")

09-) a) Só quero meio quilo. = numeral
b) Achei-o meio triste. = um pouco (advérbio)
c) Descobri o meio de acertar. = substantivo
d) Parou no meio da rua. = numeral
e) Comprou um metro e meio de tecido. = numeral

Preposição é uma palavra invariável que serve para ligar termos ou orações. Quando esta ligação acontece, normalmente há uma subordinação do segundo termo em relação ao primeiro. As preposições são muito importantes na estrutura da língua, pois estabelecem a coesão textual e possuem valores semânticos indispensáveis para a compreensão do texto.

Tipos de Preposição

1. Preposições essenciais: palavras que atuam exclusivamente como preposições.

A, ante, perante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás, atrás de, dentro de, para com.

2. Preposições acidentais: palavras de outras classes gramaticais que podem atuar como preposições.

Como, durante, exceto, fora, mediante, salvo, segundo, senão, visto.

3. Locuções prepositivas: duas ou mais palavras valendo como uma preposição, sendo que a última palavra é uma delas.

Abaixo de, acerca de, acima de, ao lado de, a respeito de, de acordo com, em cima de, embaixo de, em frente a, ao redor de, graças a, junto a, com, perto de, por causa de, por cima de, por trás de.

A preposição, como já foi dito, é invariável. No entanto pode unir-se a outras palavras e assim estabelecer concordância em gênero ou em número. Ex: por + o = pelo por + a = pela

Vale ressaltar que essa concordância não é característica da preposição, mas das palavras às quais ela se une.

Esse processo de junção de uma preposição com outra palavra pode se dar a partir de dois processos:

1. Combinação: A preposição não sofre alteração.
preposição a + artigos definidos o, os
a + o = ao
preposição a + advérbio onde
a + onde = aonde
2. Contração: Quando a preposição sofre alteração.

Preposição + Artigos
De + o(s) = do(s)
De + a(s) = da(s)
De + um = dum
De + uns = duns
De + uma = duma
De + umas = dumas
Em + o(s) = no(s)
Em + a(s) = na(s)
Em + um = num
Em + uma = numa
Em + uns = nuns
Em + umas = numas
A + à(s) = à(s)
Por + o = pelo(s)
Por + a = pela(s)

Preposição + Pronomes
De + ele(s) = dele(s)
De + ela(s) = dela(s)
De + este(s) = deste(s)
De + esta(s) = desta(s)
De + esse(s) = desse(s)
De + essa(s) = dessa(s)
De + aquele(s) = daquele(s)
De + aquela(s) = daquela(s)
De + isto = disto
De + isso = disso
De + aquilo = daquilo
De + aqui = daqui
De + aí = daí
De + ali = dali
De + outro = doutro(s)
De + outra = doutra(s)
Em + este(s) = neste(s)
Em + esta(s) = nesta(s)
Em + esse(s) = nesse(s)
Em + aquele(s) = naquele(s)
Em + aquela(s) = naquela(s)
Em + isto = nisto
Em + isso = nisso
Em + aquilo = naquilo
A + aquele(s) = àquele(s)
A + aquela(s) = àquela(s)
A + aquilo = àquilo

Dicas sobre preposição

1. O "a" pode funcionar como preposição, pronome pessoal oblíquo e artigo. Como distingui-los?

- Caso o "a" seja um artigo, virá precedendo a um substantivo. Ele servirá para determiná-lo como um substantivo singular e feminino.

A dona da casa não quis nos atender.

Como posso fazer a Joana concordar comigo?

- Quando é preposição, além de ser invariável, liga dois termos e estabelece relação de subordinação entre eles.

Cheguei a sua casa ontem pela manhã.

Não queria, mas vou ter que ir à outra cidade para procurar um tratamento adequado.

- Se for pronome pessoal oblíquo estará ocupando o lugar e/ou a função de um substantivo.

Temos Maria como parte da família. / A temos como parte da família

Creio que conhecemos nossa mãe melhor que ninguém. / Creio que a conhecemos melhor que ninguém.

2. Algumas relações semânticas estabelecidas por meio das preposições:

Destino = Irei para casa.
Modo = Chegou em casa aos gritos.
Lugar = Vou ficar em casa;
Assunto = Escrevi um artigo sobre adolescência.
Tempo = A prova vai começar em dois minutos.
Causa = Ela faleceu de derrame cerebral.
Fim ou finalidade = Vou ao médico para começar o tratamento.
Instrumento = Escreveu a lápis.
Posse = Não posso doar as roupas da mamãe.
Autoria = Esse livro de Machado de Assis é muito bom.
Companhia = Estarei com ele amanhã.
Matéria = Farei um cartão de papel reciclado.
Meio = Nós vamos fazer um passeio de barco.
Origem = Nós somos do Nordeste, e você?
Conteúdo = Quebrei dois frascos de perfume.
Oposição = Esse movimento é contra o que eu penso.
Preço = Essa roupa sai por R$ 50 à vista.

Questões sobre Preposição

01. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.) No trecho –... xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender porque vai rolar até o torneio familiar.– o termo em destaque expressa relação de

A) espaço, como em – Nosso diretor foi até Brasília para falar do projeto "Xadrez que liberta".

B) inclusão, como em – O xadrez mudou até o nosso modo de falar.

C) finalidade, como em – Precisamos treinar até junho para termos mais chances de vencer o torneio de xadrez.

D) movimento, como em – Só de chegar até aqui já estou muito feliz, porque eu não esperava.

E) tempo, como em – Até o ano que vem, pretendo conseguir a revisão da minha pena.

02. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013 – adap.) Considere o trecho a seguir.

O metrô paulistano, _____quem a banda recebe apoio, garante o espaço para ensaios e os equipamentos; e a estabilidade no emprego, vantagem_____ que muitos trabalhadores sonham, é o que leva os integrantes do grupo a permanecerem na instituição.

As preposições que preenchem o trecho, correta, respectivamente e de acordo com a norma-padrão, são:

A) a ...com B) de ...com C) de ...a
D) com ...a E) para ...de

03. (Agente Policial – Vunesp/2013). Assinale a alternativa cuja preposição em destaque expressa ideia de finalidade.

(A) Além disso, aumenta a punição administrativa, de R$957,70 para R$1.915,40.

(B) ... o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que o bafômetro e o exame de sangue eram obrigatórios para comprovar o crime.

(C) "... Ele é encaminhado para a delegacia para o perito fazer o exame clínico"...

(D) Já para o juiz criminal de São Paulo, Fábio Munhoz Soares, um dos que devem julgar casos envolvendo pessoas embriagadas ao volante, a mudança "é um avanço".

(E) *Para* advogados, a lei aumenta o poder da autoridade policial de dizer quem está embriagado...

04. (Agente Policial - VUNESP – 2013). Em – Jamais em minha vida achei na rua ou em qualquer parte do globo um objeto qualquer. –, o termo em destaque introduz ideia de

(A) tempo. (B) lugar. (C) modo.
(D) posse. (E) direção.

05. Na frase - As duas sobrinhas quase desmaiam de enjoo... - a preposição de, destacada, tem sentido de
A)causa. B)tempo. C)assunto. D)lugar. E)posse.

06. No trecho: "(O Rio) não se industrializou, deixou explodir a questão social, fermentada por mais de dois milhões de favelados, e inchou, à exaustão, uma máquina administrativa que não funciona...", a preposição a (que está contraída com o artigo a) traduz uma relação de:
A) fim B) causa C) concessão D) limite E) modo

07. (Agente Policial – Vunesp/2013) Assinale a alternativa em que o termo em destaque expressa circunstância de posse.
(A) Por isso, grande foi a minha emoção ao deparar, no assento do ônibus, com uma bolsa preta de senhora.
(B) Era razoável, e diante da testemunha abri a bolsa, não sem experimentar a sensação de violar uma intimidade.
(C) Hesitei: constrangia-me abrir a bolsa de uma desconhecida ausente; nada haveria nela que me dissesse respeito.
(D) ...e sei de um polonês que achou um piano na praia do Leblon.
(E) Mas eu não estava preparado para achar uma bolsa, e comuniquei a descoberta ao passageiro mais próximo

08. Assinale a alternativa em que ocorre combinação de uma preposição com um pronome demonstrativo:
A) Estou na mesma situação.
B) Neste momento, encerramos nossas transmissões.
C) Daqui não saio.
D) Ando só pela vida.
E) Acordei num lugar estranho.

09. (Papiloscopista Policial – Vunesp/2013) Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

A ONG Anjos do Verão colabora _____ trabalho do Corpo de Bombeiros, empenhando-se _____ encontrar crianças perdidas.

(A) do ... sobre (B) com o ... para
(C) no ... ante (D) o ... entre
(E) pelo ... de

10. Assinale a alternativa em que a norma culta não aceita a contração da preposição de:
A) Aos prantos, despedi-me dela.
B) Está na hora da criança dormir.
C) Falava das colegas em público.
D) Retirei os livros das prateleiras para limpá-los.
E) O local da chacina estava interditado.

GABARITO
01. B 02. B 03. B 04. B 05. A
06. E 07. C 08. B 09. B 10. B

COMENTÁRIOS

1-) xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender porque vai rolar até o torneio familiar.– o termo em destaque expressa relação de inclusão: rolará, inclusive, o torneio familiar.

2-) O metrô paulistano, de quem a banda recebe apoio, garante o espaço para ensaios e os equipamentos; e a estabilidade no emprego, vantagem com que muitos trabalhadores sonham, é o que leva os integrantes do grupo a permanecerem na instituição.

3-) (A) Além disso, aumenta a punição administrativa, de R$957,70 para R$1.915,40. = preço
(C) "... Ele é encaminhado para a delegacia para o perito fazer o exame clínico"... = lugar
(D) Já para o juiz criminal de São Paulo, Fábio Munhoz Soares, um dos que devem julgar casos envolvendo pessoas embriagadas ao volante, a mudança "é um avanço". = posse
(E) Para advogados, a lei aumenta o poder da autoridade policial de dizer quem está embriagado = posse

4-) Jamais em minha vida achei na rua ou em qualquer parte do globo um objeto qualquer. –, o termo em destaque introduz ideia de lugar.

5-) As duas sobrinhas quase desmaiam de enjoo... - a preposição de, destacada, tem sentido de causa (do desmaio).

6-) "(O Rio) não se industrializou, deixou explodir a questão social, fermentada por mais de dois milhões de favelados, e inchou, à exaustão, uma máquina administrativa que não funciona...", a preposição a (que está contraída com o artigo a) traduz uma relação de modo (=exaustivamente).

7-) (A) Por isso, grande foi a minha emoção ao deparar, no assento do ônibus, com uma bolsa preta de senhora. = lugar
(B) Era razoável, e diante da testemunha abri a bolsa, não sem experimentar a sensação de violar uma intimidade. = lugar
(D) ... e sei de um polonês que achou um piano na praia do Leblon. =assunto
(E) Mas eu não estava preparado para achar uma bolsa, e comuniquei a descoberta ao passageiro mais próximo. = finalidade

8-) A) Estou na mesma situação. (+ artigo)
C) Daqui não saio. (+advérbio)
D) Ando só pela vida. (+artigo)
E) Acordei num lugar estranho (+artigo)

9-) A ONG Anjos do Verão colabora com o trabalho do Corpo de Bombeiros, empenhando-se para encontrar crianças perdidas.

10-) A) Aos prantos, despedi-me dela. (ela = objeto)
C) Falava das colegas em público. (elas = objeto)
D) Retirei os livros das prateleiras para limpá-los. (=artigo)
E) O local da chacina estava interditado. (=artigo)
É incorreto contrair a preposição de com o artigo que inicia o sujeito de um verbo, bem como com o pronome ele(s), ela(s), quando estes funcionarem como sujeito de uma oração.

Conjunção é a palavra invariável que liga duas orações ou dois termos semelhantes de uma mesma oração. Por exemplo:
A menina segurou a boneca e mostrou quando viu as amiguinhas.

Deste exemplo podem ser retiradas três informações:

1-) segurou a boneca 2-) a menina mostrou 3-) viu as amiguinhas

Cada informação está estruturada em torno de um verbo: segurou, mostrou, viu. Assim, há nessa frase três orações:

1ª oração: A menina segurou a boneca 2ª oração: e mostrou 3ª oração: quando viu as amiguinhas.

A segunda oração liga-se à primeira por meio do "e", e a terceira oração liga-se à segunda por meio do "quando". As palavras "e" e "quando" ligam, portanto, orações.

Observe: Gosto de natação e de futebol.

Nessa frase as expressões de natação, de futebol são partes ou termos de uma mesma oração. Logo, a palavra "e" está ligando termos de uma mesma oração.

Morfossintaxe da Conjunção

As conjunções, a exemplo das preposições, não exercem propriamente uma função sintática: são conectivos.

Classificação

- Conjunções Coordenativas
- Conjunções Subordinativas

Conjunções coordenativas

Dividem-se em:

- ADITIVAS: expressam a ideia de adição, soma. Ex. Gosto de cantar e de dançar.

Principais conjunções aditivas: e, nem, não só...mas também, não só...como também.

- ADVERSATIVAS: Expressam ideias contrárias, de oposição, de compensação. Ex. Estudei, mas não entendi nada.

Principais conjunções adversativas: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto.

- ALTERNATIVAS: Expressam ideia de alternância.

Ou você sai do telefone ou eu vendo o aparelho.

Principais conjunções alternativas: Ou...ou, ora...ora, quer... quer, já...já.

- CONCLUSIVAS: Servem para dar conclusões às orações. Ex. Estudei muito, por isso mereço passar.

Principais conjunções conclusivas: logo, por isso, pois (depois do verbo), portanto, por conseguinte, assim.

- EXPLICATIVAS: Explicam, dão um motivo ou razão. Ex. É melhor colocar o casaco porque está fazendo muito frio lá fora.

Principais conjunções explicativas: que, porque, pois (antes do verbo), porquanto.

Conjunções subordinativas

- CAUSAIS

Principais conjunções causais: porque, visto que, já que, uma vez que, como (= porque).

Ele não fez o trabalho porque não tem livro.

- COMPARATIVAS

Principais conjunções comparativas: que, do que, tão...como, mais...do que, menos...do que.

Ela fala mais que um papagaio.

- CONCESSIVAS

Principais conjunções concessivas: embora, ainda que, mesmo que, apesar de, se bem que.

Indicam uma concessão, admitem uma contradição, um fato inesperado. Traz em si uma ideia de "apesar de".

Embora estivesse cansada, fui ao shopping. (= apesar de estar cansada)

Apesar de ter chovido fui ao cinema.

- CONFORMATIVAS

Principais conjunções conformativas: como, segundo, conforme, consoante

Cada um colhe conforme semeia.

Expressam uma ideia de acordo, concordância, conformidade.

- CONSECUTIVAS

Expressam uma ideia de consequência.

Principais conjunções consecutivas: que (após "tal", "tanto", "tão", "tamanho").

Falou tanto que ficou rouco.

- FINAIS

Expressam ideia de finalidade, objetivo.

Todos trabalham para que possam sobreviver.

Principais conjunções finais: para que, a fim de que, porque (=para que),

- PROPORCIONAIS

Principais conjunções proporcionais: à medida que, quanto mais, ao passo que, à proporção que.

À medida que as horas passavam, mais sono ele tinha.

- TEMPORAIS

Principais conjunções temporais: quando, enquanto, logo que.

Quando eu sair, vou passar na locadora.

Diferença entre orações causais e explicativas

Quando estudamos Orações Subordinadas Adverbiais (OSA) e Coordenadas Sindéticas (CS), geralmente nos deparamos com a dúvida de como distinguir uma oração causal de uma explicativa. Veja os exemplos:

1º) Na frase "Não atravesse a rua, porque você pode ser atropelado":

a) Temos uma CS Explicativa, que indica uma justificativa ou uma explicação do fato expresso na oração anterior.

b) As orações são coordenadas e, por isso, independentes uma da outra. Neste caso, há uma pausa entre as orações que vêm marcadas por vírgula.

Não atravesse a rua. Você pode ser atropelado.

Outra dica é, quando a oração que antecede a OC (Oração Coordenada) vier com verbo no modo imperativo, ela será explicativa.

Façam silêncio, que estou falando. (façam= verbo imperativo)

2º) Na frase "Precisavam enterrar os mortos em outra cidade porque não havia cemitério no local."

a) Temos uma OSA Causal, já que a oração subordinada (parte destacada) mostra a causa da ação expressa pelo verbo da oração principal. Outra forma de reconhecê-la é colocá-la no início do período, introduzida pela conjunção como - o que não ocorre com a CS Explicativa.

Como não havia cemitério no local, precisavam enterrar os mortos em outra cidade.

b) As orações são subordinadas e, por isso, totalmente dependentes uma da outra.

Questões sobre Conjunção

01.(Administrador – FCC – 2013) Leia o texto a seguir.

A música alcançou uma onipresença avassaladora em nosso mundo: milhões de horas de sua história estão disponíveis em disco; rios de melodia digital correm na internet; aparelhos de mp3 com 40 mil canções podem ser colocados no bolso. No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós. Ela se tornou um meio radicalmente virtual, uma arte sem rosto. Quando caminhamos pela cidade num dia comum, nossos ouvidos registram música em quase todos os momentos − pedaços de hip hop vazando dos fones de ouvido de adolescentes no metrô, o sinal do celular de um advogado tocando a "Ode à alegria", de Beethoven −, mas quase nada disso será resultado imediato de um trabalho físico de mãos ou vozes humanas, como se dava no passado.

Desde que Edison inventou o cilindro fonográfico, em1877, existe gente que avalia o que a gravação fez em favor e desfavor da arte da música. Inevitavelmente, a conversa descambou para os extremos retóricos. No campo oposto ao dos que diziam que a tecnologia acabaria com a música estão os utópicos, que alegam que a tecnologia não aprisionou a música, mas libertou-a, levando a arte da elite às massas. Antes de Edison, diziam os utópicos, as sinfonias de Beethoven só podiam ser ouvidas em salas de concerto selecionadas. Agora, as gravações levam a mensagem de Beethoven aos confins do planeta, convocando a multidão saudada na "Ode à alegria": "Abracem-se, milhões!". Glenn Gould, depois de afastar-se das apresentações ao vivo em 1964, previu que dentro de um século o concerto público desapareceria no éter eletrônico, com grande efeito benéfico sobre a cultura musical.

(Adaptado de Alex Ross. Escuta só. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo, Cia. das Letras, 2010, p. 76-77)

No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós.

Considerando-se o contexto, é INCORRETO afirmar que o elemento grifado pode ser substituído por:

A) Porém. B) Contudo. C) Todavia.
D) Entretanto. E) Conquanto.

02.(Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) Observando as ocorrências da palavra "como" em – Como fomos programados para ver o mundo como um lugar ameaçador… – é correto afirmar que se trata de conjunção

(A) comparativa nas duas ocorrências.
(B) conformativa nas duas ocorrências.
(C) comparativa na primeira ocorrência.
(D) causal na segunda ocorrência.
(E) causal na primeira ocorrência.

03.(TRF 3º região/2014-adap.) Seus subordinados, contudo, cumpriram fielmente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo. Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical, o elemento grifado acima pode ser substituído por

(A) por isso.
(B) embora.
(C) entretanto.
(D) portanto.
(E) onde.

04. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013-adap.) No trecho – Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes. –, a palavra destacada apresenta sentido de

A) tempo. B) modo. C) origem. D) assunto. E) finalidade.

05. (Escrevente TJ SP –Vunesp/2012) No período – A pesquisa do Dieese é um medidor importante, pois sua metodologia leva em conta não só o desemprego aberto (quem está procurando trabalho), como também o oculto (pessoas que desistiram de procurar ou estão em postos precários). –, os termos em destaque estabelecem entre as orações relação de

(A) alternância. (B) oposição. (C) causa.
(D) adição. (E) explicação.

06. (Agente Policial – Vunesp/2013) Considerando que o termo em destaque em – Segundo especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal... – introduz ideia de conformidade, assinale a alternativa que apresenta a frase corretamente reescrita, e com seu sentido inalterado.

(A) A fim de que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...
(B) A menos que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...
(C) De acordo com especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...
(D) Apesar de que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...
(E) Desde que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...

07. (Agente Policial – Vunesp/2013) Considerando que o termo em destaque em – Esse valor é dobrado caso o motorista seja reincidente em um ano. – estabelece relação de condição entre as orações, assinale a alternativa que apresenta o trecho corretamente reescrito, e com seu sentido inalterado.

(A) Porque o motorista é reincidente em um ano, esse valor é dobrado.
(B) Como o motorista é reincidente em um ano, esse valor é dobrado.
(C) Conforme o motorista for reincidente em um ano, esse valor é dobrado.
(D) Se o motorista for reincidente em um ano, esse valor é dobrado.
(E) À medida que o motorista é reincidente em um ano, esse valor é dobrado.

08. Em – O projeto "Começar de Novo" busca sensibilizar entidades públicas e privadas para promover a ressocialização dos presos... – o termo em destaque estabelece uma relação de

A) causa. B) tempo. C) lugar. D) finalidade. E) modo.

09. (Agente de Promotoria – Assessoria – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Barreira da língua

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa?

Sim, essa dificuldade já existe no Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o "portunhol" que se vislumbra pela frente.

O ministro da Saúde já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

(Cláudia Collucci, Barreira da língua. Folha de S.Paulo, 03.07.2013. Adaptado)

Considere o parágrafo final do texto:

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

Mantendo-se os sentidos originais, ele está corretamente reescrito de acordo com a norma-padrão em:

A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso?

B) Nada contra a vinda dos estrangeiros, caso estão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, todavia: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso?

C) Nada contra a vinda dos estrangeiros, quando estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, portanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?

D) Nada contra a vinda dos estrangeiros, mas estariam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, apesar disso: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso.

E) Nada contra a vinda dos estrangeiros, pois estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, por conseguinte: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso.

10. (Agente Policial - Vunesp/2013) Considere o trecho: – Leve para casa – ponderou meu conselheiro, como quem diz: – É sua. Mas acrescentou: – procure direito e o endereço aparece.

Sem que seja alterado o sentido do texto e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o termo em destaque pode ser corretamente substituído por:

(A) Por isso. (B) Portanto. (C) Pois.
(D) Porquanto. (E) Porém.

GABARITO

01. E	02. E	03. C	04. E	05. D
06. C	07. D	08. D	09. A	10. E

COMENTÁRIOS

1-) Conquanto é uma conjunção concessiva – abre uma exceção à regra. Portanto, a troca correta é por uma outra conjunção adversativa.

2-) Como fomos programados para ver o mundo como um lugar ameaçador…

Causal na primeira ocorrência e comparativa na segunda.

3-) contudo = conjunção adversativa

(A) por isso.- conjunção explicativa

(B) embora.- conjunção concessiva

(C) entretanto. Conjunção adversativa (pode ser concessiva também, mas neste caso ela inicia uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação proposta pela oração principal, mas incapaz de impedi-la)

(D) portanto.- conjunção conclusiva

(E) onde.- pronome relativo/interrogativo

4-) Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes.

Apresenta a finalidade da reflexão. Devemos refletir para quê?

5-) Uma junção, soma de ideias. Há a presença de conjunções aditivas.

6-) De acordo com especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...

Apresenta a mesma ideia que a do enunciado – além de ser a mais coerente.

7-) Esse valor é dobrado caso o motorista seja reincidente em um ano. – estabelece relação de condição, portanto devemos utilizar uma conjunção condicional: SE.

Se o motorista for reincidente em um ano, esse valor será dobrado.

8-) A finalidade da sensibilização.

9-) A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso? = correta

10-) Porém = conjunção adversativa.

6. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

Ao falarmos sobre a *concordância verbal*, estamos nos referindo à relação de dependência estabelecida entre um termo e outro mediante um contexto oracional. Desta feita, os agentes principais desse processo são representados pelo sujeito, que no caso funciona como subordinante; e o verbo, o qual desempenha a função de subordinado.

Dessa forma, temos que a concordância verbal caracteriza-se pela adaptação do verbo, tendo em vista os quesitos "número e pessoa" em relação ao sujeito. Exemplificando, temos: O aluno chegou atrasado.

Temos que o verbo apresenta-se na terceira pessoa do singular, pois faz referência a um sujeito, assim também expresso (ele). Como poderíamos também dizer: os alunos chegaram atrasados.

Temos aí o que podemos chamar de princípio básico. Contudo, a intenção a que se presta o artigo em evidência é eleger as principais ocorrências voltadas para os casos de sujeito simples e para os de sujeito composto. Dessa forma, vejamos:

Casos referentes a sujeito simples

1) Em caso de sujeito simples, o verbo concorda com o núcleo em número e pessoa: O aluno chegou atrasado.

2) Nos casos referentes a sujeito representado por substantivo coletivo, o verbo permanece na terceira pessoa do singular: A multidão, apavorada, saiu aos gritos.

Observação:

- No caso de o coletivo aparecer seguido de adjunto adnominal no plural, o verbo permanecerá no singular ou poderá ir para o plural: Uma multidão de pessoas saiu aos gritos.

Uma multidão de pessoas saíram aos gritos.

3) Quando o sujeito é representado por expressões partitivas, representadas por "a maioria de, a maior parte de, a metade de, uma porção de, entre outras", o verbo tanto pode concordar com o núcleo dessas expressões quanto com o substantivo que a segue: A maioria dos alunos resolveu ficar. A maioria dos alunos resolveram ficar.

4) No caso de o sujeito ser representado por expressões aproximativas, representadas por "cerca de, perto de", o verbo concorda com o substantivo determinado por elas: Cerca de vinte candidatos se inscreveram no concurso de piadas.

5) Em casos em que o sujeito é representado pela expressão "mais de um", o verbo permanece no singular: Mais de um candidato se inscreveu no concurso de piadas.

Observação:

- No caso da referida expressão aparecer repetida ou associada a um verbo que exprime reciprocidade, o verbo, necessariamente, deverá permanecer no plural: Mais de um aluno, mais de um professor contribuíram na campanha de doação de alimentos.

Mais de um formando se abraçaram durante as solenidades de formatura.

6) Quando o sujeito for composto da expressão "um dos que", o verbo permanecerá no plural: Esse jogador foi um dos que atuaram na Copa América.

7) Em casos relativos à concordância com locuções pronominais, representadas por "algum de nós, qual de vós, quais de vós, alguns de nós", entre outras, faz-se necessário nos atermos a duas questões básicas:

- No caso de o primeiro pronome estar expresso no plural, o verbo poderá com ele concordar, como poderá também concordar com o pronome pessoal: Alguns de nós o receberemos. / Alguns de nós o receberão.

- Quando o primeiro pronome da locução estiver expresso no singular, o verbo permanecerá, também, no singular: Algum de nós o receberá.

8) No caso de o sujeito aparecer representado pelo pronome "quem", o verbo permanecerá na terceira pessoa do singular ou poderá concordar com o antecedente desse pronome: Fomos nós quem contou toda a verdade para ela. / Fomos nós quem contamos toda a verdade para ela.

9) Em casos nos quais o sujeito aparece realçado pela palavra "que", o verbo deverá concordar com o termo que antecede essa palavra: Nesta empresa somos nós que tomamos as decisões. / Em casa sou eu que decido tudo.

10) No caso de o sujeito aparecer representado por expressões que indicam porcentagens, o verbo concordará com o numeral ou com o substantivo a que se refere essa porcentagem: 50% dos funcionários aprovaram a decisão da diretoria. / 50% do eleitorado apoiou a decisão.

Observações:

- Caso o verbo aparecer anteposto à expressão de porcentagem, esse deverá concordar com o numeral: Aprovaram a decisão da diretoria 50% dos funcionários.

- Em casos relativos a 1%, o verbo permanecerá no singular: 1% dos funcionários não aprovou a decisão da diretoria.

- Em casos em que o numeral estiver acompanhado de determinantes no plural, o verbo permanecerá no plural: Os 50% dos funcionários apoiaram a decisão da diretoria.

11) Nos casos em que o sujeito estiver representado por pronomes de tratamento, o verbo deverá ser empregado na terceira pessoa do singular ou do plural: Vossas Majestades gostaram das homenagens. Vossa Majestade agradeceu o convite.

12) Casos relativos a sujeito representado por substantivo próprio no plural se encontram relacionados a alguns aspectos que os determinam:

- Diante de nomes de obras no plural, seguidos do verbo ser, este permanece no singular, contanto que o predicativo também esteja no singular: Memórias póstumas de Brás Cubas é uma criação de Machado de Assis.

- Nos casos de artigo expresso no plural, o verbo também permanece no plural: Os Estados Unidos são uma potência mundial.

- Casos em que o artigo figura no singular ou em que ele nem aparece, o verbo permanece no singular: Estados Unidos é uma potência mundial.

Casos referentes a sujeito composto

1) Nos casos relativos a sujeito composto de pessoas gramaticais diferentes, o verbo deverá ir para o plural, estando relacionado a dois pressupostos básicos:

- Quando houver a 1ª pessoa, esta prevalecerá sobre as demais: Eu, tu e ele faremos um lindo passeio.
- Quando houver a 2ª pessoa, o verbo poderá flexionar na 2ª ou na 3ª pessoa: Tu e ele sois primos.

Tu e ele são primos.

2) Nos casos em que o sujeito composto aparecer anteposto ao verbo, este permanecerá no plural: O pai e seus dois filhos compareceram ao evento.

3) No caso em que o sujeito aparecer posposto ao verbo, este poderá concordar com o núcleo mais próximo ou permanecer no plural: Compareceram ao evento o pai e seus dois filhos. Compareceu ao evento o pai e seus dois filhos.

4) Nos casos relacionados a sujeito simples, porém com mais de um núcleo, o verbo deverá permanecer no singular: Meu esposo e grande companheiro merece toda a felicidade do mundo.

5) Casos relativos a sujeito composto de palavras sinônimas ou ordenado por elementos em gradação, o verbo poderá permanecer no singular ou ir para o plural: Minha vitória, minha conquista, minha premiação são frutos de meu esforço. / Minha vitória, minha conquista, minha premiação é fruto de meu esforço.

Concordância nominal é que o ajuste que fazemos aos demais termos da oração para que concordem em gênero e número com o substantivo. Teremos que alterar, portanto, o artigo, o adjetivo, o numeral e o pronome. Além disso, temos também o verbo, que se flexionará à sua maneira.

Regra geral: O artigo, o adjetivo, o numeral e o pronome concordam em gênero e número com o substantivo.

- A pequena criança é uma gracinha.
- O garoto que encontrei era muito gentil e simpático.

Casos especiais: Veremos alguns casos que fogem à regra geral mostrada acima.

a) Um adjetivo após vários substantivos

1 - Substantivos de mesmo gênero: adjetivo vai para o plural ou concorda com o substantivo mais próximo.

- Irmão e primo recém-chegado estiveram aqui.
- Irmão e primo recém-chegados estiveram aqui.

2 - Substantivos de gêneros diferentes: vai para o plural masculino ou concorda com o substantivo mais próximo.

- Ela tem pai e mãe louros.
- Ela tem pai e mãe loura.

3 - Adjetivo funciona como predicativo: vai obrigatoriamente para o plural.

- O homem e o menino estavam perdidos.
- O homem e sua esposa estiveram hospedados aqui.

b) Um adjetivo anteposto a vários substantivos

1 - Adjetivo anteposto normalmente concorda com o mais próximo.

Comi delicioso almoço e sobremesa.
Provei deliciosa fruta e suco.

2 - Adjetivo anteposto funcionando como predicativo: concorda com o mais próximo ou vai para o plural.

Estavam feridos o pai e os filhos.
Estava ferido o pai e os filhos.

c) Um substantivo e mais de um adjetivo

1- antecede todos os adjetivos com um artigo.

Falava fluentemente a língua inglesa e a espanhola.

2- coloca o substantivo no plural.

Falava fluentemente as línguas inglesa e espanhola.

d) Pronomes de tratamento

- sempre concordam com a 3ª pessoa.

Vossa Santidade esteve no Brasil.

e) *Anexo, incluso, próprio, obrigado*

- Concordam com o substantivo a que se referem.

As cartas estão anexas.
A bebida está inclusa.
Precisamos de nomes próprios.
Obrigado, disse o rapaz.

f) *Um(a) e outro(a), num(a) e noutro(a)*

- Após essas expressões o substantivo fica sempre no singular e o adjetivo no plural.

Renato advogou um e outro caso fáceis.
Pusemos numa e noutra bandeja rasas o peixe.

g) *É bom, é necessário, é proibido*

- Essas expressões não variam se o sujeito não vier precedido de artigo ou outro determinante.

Canja é bom. / A canja é boa.
É necessário sua presença. / É necessária a sua presença.
É proibido entrada de pessoas não autorizadas. / A entrada é proibida.

h) *Muito, pouco, caro*

1- Como adjetivos: seguem a regra geral.

Comi muitas frutas durante a viagem.
Pouco arroz é suficiente para mim.
Os sapatos estavam caros.

2- Como advérbios: são invariáveis.

Comi muito durante a viagem.
Pouco lutei, por isso perdi a batalha.
Comprei caro os sapatos.

i) *Mesmo, bastante*

1- Como advérbios: invariáveis

Preciso mesmo da sua ajuda.
Fiquei bastante contente com a proposta de emprego.

2- Como pronomes: seguem a regra geral.
Seus argumentos foram bastantes para me convencer.
Os mesmos argumentos que eu usei, você copiou.

j) *Menos, alerta*
- Em todas as ocasiões são invariáveis.
Preciso de menos comida para perder peso.
Estamos alerta para com suas chamadas.

k) *Tal Qual*
- "Tal" concorda com o antecedente, "qual" concorda com o consequente.
As garotas são vaidosas tais qual a tia.
Os pais vieram fantasiados tais quais os filhos.

l) *Possível*
1- Quando vem acompanhado de "mais", "menos", "melhor" ou "pior", acompanha o artigo que precede as expressões.
A mais possível das alternativas é a que você expôs.
Os melhores cargos possíveis estão neste setor da empresa.
As piores situações possíveis são encontradas nas favelas da cidade.

m) *Meio*
1- Como advérbio: invariável.
Estou meio (um pouco) insegura.

2- Como numeral: segue a regra geral.
Comi meia (metade) laranja pela manhã.

n) *Só*
1- apenas, somente (advérbio): invariável.
Só consegui comprar uma passagem.

2- sozinho (adjetivo): variável.
Estiveram sós durante horas.

Questões sobre Concordância Nominal e Verbal

01. (Administrador – FCC – 2013-adap.) Mantém-se o respeito às normas de concordância verbal caso a forma do verbo grifado seja substituída pela que está entre parênteses ao final da frase:
A) Os governos e os parlamentos ***devem*** achar que... (deve)
B) ...porque essa consciência nos ***torna*** mais fortes.(tornam)
C) ...a astronomia é uma das ciências que ***custam*** mais caro ... (custa)
D) E tudo isso para astros que [...] jamais ***desempenharão*** qualquer papel nelas. (desempenhará)
E) ...é isso que se ***precisa*** dizer. (precisam)

02. (Agente Técnico – FCC – 2013). As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:
A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima.
B) Obras que se considera clássicas na literatura sempre delineia novos caminhos, pois é capaz de encantar o leitor ao ultrapassar os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.
C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhe permitem criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.
D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realiza plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.
E) Consta, na literatura mundial, obras-primas que constitui leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

03. (Escrevente Tj SP – Vunesp/2012) Leia o texto para responder à questão.
_____dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água em si _____diferença, as companhias não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, elas começam a usar preços- -sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos. E sem eles a maioria das políticas de crescimento verde sempre _____ a segunda opção.
(Carta Capital, 27.06.2012. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:
(A) Restam… faça… será (B) Resta… faz… será
(C) Restam… faz... serão (D) Restam… façam… serão
(E) Resta… fazem… será

04 (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) Assinale a alternativa em que o trecho
– Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos.– está corretamente reescrito, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
(A) Ainda assim, temos certeza que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificar os insumos básicos.
(B) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de os insumos básicos ser quantificados.
(C) Ainda assim, temos certeza que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificado.
(D) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos seja quantificado.
(E) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificarem os insumos básicos.

05. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa em que a concordância da palavra destacada está de acordo com a norma culta da língua.
A) Ela ***mesmo*** reclamou com o gerente do mercado.

B) A vendedora ficou ***meia*** atrapalhada com o excesso de clientes na loja.

C) É ***proibido*** a entrada de animais no estabelecimento.

D) Ela voltou para dizer ***obrigada*** ao vendedor.

E) ***Anexo*** aos comprovantes de pagamento, vão duas amostras grátis.

06. (Agente de Apoio Socioeducativo – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, de acordo com a norma-padrão da língua, as lacunas das frases, quanto à concordância verbal e à colocação pronominal.

_____muitos lares destroçados, mas_____ pessoas boas prontas para ajudar.

Inteligente e informativa a reportagem que_____ a transformar aborrecimentos em aprendizagem.

A) Havia ...existiam ... nos ensina
B) Haviam ... existia ... ensina-nos
C) Havia ...existia ... nos ensina
D) Haviam ... existiam ... ensina-nos
E) Havia ...existiam ... ensina-nos

07. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013).

Assinale a alternativa em que o verbo foi empregado corretamente.

A) Se a proprietária manter o valor do aluguel, poderemos permanecer no apartamento.

B) Se os operários fazerem o acordo, a greve terminará.

C) Se a empresa propuser um estágio no exterior, ele não recusará.

D) Se estas caixas caberem no armário, a sala ficará organizada.

E) Se o microempresário querer, poderá fazer futuros investimentos.

08. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013). Assinale a frase correta quanto à concordância verbal e nominal.

A) Com os shows da banda, os músicos propõem um momento de descontração para os passageiros.

B) Por causa da paralisação, as férias dos alunos terminou mais cedo.

C) Na cidade, já se esgotou as vagas nos hotéis para o período de Carnaval.

D) Ela próprio passou o uniforme de trabalho.

E) Seguem anexadas ao e-mail o cronograma do curso e o currículo dos inscritos.

09. (Agente Educacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma--padrão da língua portuguesa.

A) Estudos recente demonstram a necessidade de se investir no ensino de matemática nos níveis fundamentais de aprendizagem.

B) Muito concorrida, carreiras como as de advogado e de jornalista também requerem conhecimento matemático.

C) A cultura científica, apesar de fundamental para muitas carreiras, ainda é visto com certo desprezo entre alguns estudantes.

D) Conhecimentos básicos de estatística é de fundamental importância para a compreensão de algumas informações do nosso cotidiano.

E) A matemática pode ser considerada a base para algumas das mais intrigantes especulações científicas da atualidade.

10. (Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013- adap.) Considere as frases:

- Kass foi o chato escolhido para alertá-lo sobre eventuais erros que *ninguém havia enxergado*.
- Por isso, só *existem* chatos em lugares onde há alguma perspectiva de futuro.

As expressões destacadas podem ser substituídas, correta e respectivamente, seguindo as regras de concordância da norma--padrão da língua portuguesa, por:

A) não havia sido enxergado ...pode haver
B) não havia sido enxergados ...podem haver
C) não haviam sido enxergado ...pode haver
D) não havia sido enxergado ...podem haver
E) não haviam sido enxergados ...pode haver

GABARITO

01. C 02. A 03. A 04. E 05. D
06. A 07. C 08. A 09. E 10. E

COMENTÁRIOS

1-) a astronomia é uma das ciências que custam mais caro.

Nas gramáticas aborda-se sempre a expressão UM DOS QUE como determinante de duas concordâncias. O verbo fica no singular só nas poucas vezes em que a ação se refere a um só agente:

O Sol é um dos astros que dá luz e calor à Terra.

2-) A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima. = correta

B) Obras que se consideram clássicas na literatura sempre delineiam novos caminhos, pois são capazes de encantar o leitor ao ultrapassarem os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.

C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhes permite criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.

D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realizam plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.

E) Constam, na literatura mundial, obras-primas que constituem leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

3-) _Restam___dúvidas

mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água em si __faça __diferença

a maioria das políticas de crescimento verde sempre ____ será_____ a segunda opção.

Em “a maioria de”, a concordância pode ser dupla: tanto no plural quanto no singular. Nas alternativas não há “restam/faça/serão”, portanto a A é que apresenta as opções adequadas.

4-) (A) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificar os insumos básicos.

(B) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de os insumos básicos serem quantificados.

(C) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificados.

(D) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificados.

(E) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificarem os insumos básicos. = correta

5-) A) Ela mesma reclamou com o gerente do mercado.

B) A vendedora ficou meio atrapalhada com o excesso de clientes na loja.

C) É proibida a entrada de animais no estabelecimento.

D) Ela voltou para dizer obrigada ao vendedor. = correta

E) Anexas aos comprovantes de pagamento, vão duas amostras grátis.

6-) __Havia _muitos lares destroçados, mas__existiam__ pessoas boas prontas para ajudar.

Inteligente e informativa a reportagem que _nos ensina_ a transformar aborrecimentos em aprendizagem.

Verbo *haver* usado no sentido de existir = impessoal, invariável (não sofre flexão); já o verbo existir concorda com o sujeito.

Quanto à colocação pronominal: a presença do pronome relativo (que) “atrai” o pronome oblíquo, ocorrendo, então, próclise (pronome antes do verbo).

7-) A) Se a proprietária mantiver o valor do aluguel, poderemos permanecer no apartamento.

B) Se os operários fizerem o acordo, a greve terminará.

C) Se a empresa propuser um estágio no exterior, ele não recusará. =correta

D) Se estas caixas couberem no armário, a sala ficará organizada.

E) Se o microempresário quiser, poderá fazer futuros investimentos.

8-) A) Com os shows da banda, os músicos propõem um momento de descontração para os passageiros. = correta

B) Por causa da paralisação, as férias dos alunos terminaram mais cedo.

C) Na cidade, já se esgotaram as vagas nos hotéis para o período de Carnaval.

D) Ela própria passou o uniforme de trabalho.

E) Seguem anexados ao e-mail o cronograma do curso e o currículo dos inscritos.

9-) A) Estudos recentes demonstram a necessidade de se investir no ensino de matemática nos níveis fundamentais de aprendizagem.

B) Muito concorridas, carreiras como as de advogado e de jornalista também requerem conhecimento matemático.

C) A cultura científica, apesar de fundamental para muitas carreiras, ainda é vista com certo desprezo entre alguns estudantes.

D) Conhecimentos básicos de estatística são de fundamental importância para a compreensão de algumas informações do nosso cotidiano.

E) A matemática pode ser considerada a base para algumas das mais intrigantes especulações científicas da atualidade. = correta

10-) - Kass foi o chato escolhido para alertá-lo sobre eventuais erros que não haviam sido enxergados.

- Por isso, só pode haver chatos em lugares onde há alguma perspectiva de futuro.

No primeiro caso, *havia* empregado com sentido de ter: sofre flexão (vai para o plural concordando com o termo que o antecede (erros); já no caso do haver com sentido de existir: invariável - ele e seu auxiliar (poder).

7. REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

Dá-se o nome de *regência* à relação de subordinação que ocorre entre um verbo (ou um nome) e seus complementos. Ocupa-se em estabelecer relações entre as palavras, criando frases não ambíguas, que expressem efetivamente o sentido desejado, que sejam corretas e claras.

Regência Verbal

Termo Regente: VERBO

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais).

O estudo da regência verbal permite-nos ampliar nossa capacidade expressiva, pois oferece oportunidade de conhecermos as diversas significações que um verbo pode assumir com a simples mudança ou retirada de uma preposição. Observe:

A mãe agrada o filho. -> agradar significa acariciar, contentar.

A mãe agrada ao filho. -> agradar significa “causar agrado ou prazer”, satisfazer.

Logo, conclui-se que “agradar alguém” é diferente de “agradar a alguém”.

Saiba que:

O conhecimento do uso adequado das preposições é um dos aspectos fundamentais do estudo da regência verbal (e também nominal). As preposições são capazes de modificar completamente o sentido do que se está sendo dito. Veja os exemplos:

Cheguei ao metrô.

Cheguei no metrô.

No primeiro caso, o metrô é o lugar a que vou; no segundo caso, é o meio de transporte por mim utilizado. A oração “Cheguei no metrô”, popularmente usada a fim de indicar o lugar a que se vai, possui, no padrão culto da língua, sentido diferente. Aliás, é muito comum existirem divergências entre a regência coloquial, cotidiana de alguns verbos, e a regência culta.

Para estudar a regência verbal, agruparemos os verbos de acordo com sua transitividade. A transitividade, porém, não é um fato absoluto: um mesmo verbo pode atuar de diferentes formas em frases distintas.

Verbos Intransitivos

Os verbos intransitivos não possuem complemento. É importante, no entanto, destacar alguns detalhes relativos aos adjuntos adverbiais que costumam acompanhá-los.

a) Chegar, Ir

Normalmente vêm acompanhados de adjuntos adverbiais de lugar. Na língua culta, as preposições usadas para indicar destino ou direção são: a, para.

Fui **ao teatro**.
Adjunto Adverbial de Lugar

Ricardo foi **para a Espanha**.
Adjunto Adverbial de Lugar

b) Comparecer

O adjunto adverbial de lugar pode ser introduzido por em ou a.

Comparecemos ao estádio (ou no estádio) para ver o último jogo.

Verbos Transitivos Diretos

Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. Isso significa que não exigem preposição para o estabelecimento da relação de regência. Ao empregar esses verbos, devemos lembrar que os pronomes oblíquos o, a, os, as atuam como objetos diretos. Esses pronomes podem assumir as formas lo, los, la, las (após formas verbais terminadas em -r, -s ou -z) ou no, na, nos, nas (após formas verbais terminadas em sons nasais), enquanto lhe e lhes são, quando complementos verbais, objetos indiretos.

São verbos transitivos diretos, dentre outros: abandonar, abençoar, aborrecer, abraçar, acompanhar, acusar, admirar, adorar, alegrar, ameaçar, amolar, amparar, auxiliar, castigar, condenar, conhecer, conservar,convidar, defender, eleger, estimar, humilhar, namorar, ouvir, prejudicar, prezar, proteger, respeitar, socorrer, suportar, ver, visitar.

Na língua culta, esses verbos funcionam exatamente como o verbo amar:

Amo aquele rapaz. / Amo-o.
Amo aquela moça. / Amo-a.
Amam aquele rapaz. / Amam-no.
Ele deve amar aquela mulher. / Ele deve amá-la.

Obs.: os pronomes lhe, lhes só acompanham esses verbos para indicar posse (caso em que atuam como adjuntos adnominais).

Quero beijar-lhe o rosto. (= beijar seu rosto)
Prejudicaram-lhe a carreira. (= prejudicaram sua carreira)
Conheço-lhe o mau humor! (= conheço seu mau humor)

Verbos Transitivos Indiretos

Os verbos transitivos indiretos são complementados por objetos indiretos. Isso significa que esses verbos exigem uma preposição para o estabelecimento da relação de regência. Os pronomes pessoais do caso oblíquo de terceira pessoa que podem atuar como objetos indiretos são o "lhe", o "lhes", para substituir pessoas. Não se utilizam os pronomes o, os, a, as como complementos de verbos transitivos indiretos. Com os objetos indiretos que não representam pessoas, usam-se pronomes oblíquos tônicos de terceira pessoa (ele, ela) em lugar dos pronomes átonos lhe, lhes.

Os verbos transitivos indiretos são os seguintes:

a) Consistir - Tem complemento introduzido pela preposição "em".

A modernidade verdadeira consiste em direitos iguais para todos.

b) Obedecer e Desobedecer - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição "a".

Devemos obedecer aos nossos princípios e ideais.

Eles desobedeceram às leis do trânsito.

c) Responder - Tem complemento introduzido pela preposição "a". Esse verbo pede objeto indireto para indicar "a quem" ou "ao que" se responde.

Respondi ao meu patrão.

Respondemos às perguntas.

Respondeu-lhe à altura.

Obs.: o verbo responder, apesar de transitivo indireto quando exprime aquilo a que se responde, admite voz passiva analítica. Veja:

O questionário foi respondido corretamente.

Todas as perguntas foram respondidas satisfatoriamente.

d) Simpatizar e Antipatizar - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição "com".

Antipatizo com aquela apresentadora.

Simpatizo com os que condenam os políticos que governam para uma minoria privilegiada.

Verbos Transitivos Diretos e Indiretos

Os verbos transitivos diretos e indiretos são acompanhados de um objeto direto e um indireto. Merecem destaque, nesse grupo:

Agradecer, Perdoar e Pagar

São verbos que apresentam objeto direto relacionado a coisas e objeto indireto relacionado a pessoas. Veja os exemplos:

Agradeço	aos ouvintes	a audiência.
	Objeto Indireto	Objeto Direto

Paguei	o débito	ao cobrador.
	Objeto Direto	Objeto Indireto

- O uso dos pronomes oblíquos átonos deve ser feito com particular cuidado. Observe:

Agradeci o presente. / Agradeci-o.
Agradeço a você. / Agradeço-lhe.
Perdoei a ofensa. / Perdoei-a.
Perdoei ao agressor. / Perdoei-lhe.
Paguei minhas contas. / Paguei-as.
Paguei aos meus credores. / Paguei-lhes.

Informar

- Apresenta objeto direto ao se referir a coisas e objeto indireto ao se referir a pessoas, ou vice-versa.

Informe os novos preços aos clientes.

Informe os clientes dos novos preços. (ou sobre os novos preços)

- Na utilização de pronomes como complementos, veja as construções:

Informei-os aos clientes. / Informei-lhes os novos preços.

Informe-os dos novos preços. / Informe-os deles. (ou sobre eles)

Obs.: a mesma regência do verbo informar é usada para os seguintes: avisar, certificar, notificar, cientificar, prevenir.

Comparar

Quando seguido de dois objetos, esse verbo admite as preposições “a” ou “com” para introduzir o complemento indireto.

Comparei seu comportamento ao (ou com o) de uma criança.

Pedir

Esse verbo pede objeto direto de coisa (geralmente na forma de oração subordinada substantiva) e indireto de pessoa.

Pedi-lhe favores.
Objeto Indireto Objeto Direto

Pedi-lhe que mantivesse em silêncio.
Objeto Indireto Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta

Saiba que:

1) A construção “pedir para”, muito comum na linguagem cotidiana, deve ter emprego muito limitado na língua culta. No entanto, é considerada correta quando a palavra licença estiver subentendida.

Peço (licença) para ir entregar-lhe os catálogos em casa.

Observe que, nesse caso, a preposição “para” introduz uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo (para ir entregar-lhe os catálogos em casa).

2) A construção “dizer para”, também muito usada popularmente, é igualmente considerada incorreta.

Preferir

Na língua culta, esse verbo deve apresentar objeto indireto introduzido pela preposição “a”. Por Exemplo:

Prefiro qualquer coisa a abrir mão de meus ideais.

Prefiro trem a ônibus.

Obs.: na língua culta, o verbo “preferir” deve ser usado sem termos intensificadores, tais como: muito, antes, mil vezes, um milhão de vezes, mais. A ênfase já é dada pelo prefixo existente no próprio verbo (pre).

Mudança de Transitividade versus Mudança de Significado

Há verbos que, de acordo com a mudança de transitividade, apresentam mudança de significado. O conhecimento das diferentes regências desses verbos é um recurso linguístico muito importante, pois além de permitir a correta interpretação de passagens escritas, oferece possibilidades expressivas a quem fala ou escreve. Dentre os principais, estão:

AGRADAR

1) Agradar é transitivo direto no sentido de fazer carinhos, acariciar.

Sempre agrada o filho quando o revê. / Sempre o agrada quando o revê.

Cláudia não perde oportunidade de agradar o gato. / Cláudia não perde oportunidade de agradá-lo.

2) Agradar é transitivo indireto no sentido de causar agrado a, satisfazer, ser agradável a. Rege complemento introduzido pela preposição “a”.

O cantor não agradou aos presentes.

O cantor não lhes agradou.

ASPIRAR

1) Aspirar é transitivo direto no sentido de sorver, inspirar (o ar), inalar.

Aspirava o suave aroma. (Aspirava-o)

2) Aspirar é transitivo indireto no sentido de desejar, ter como ambição.

Aspirávamos a melhores condições de vida. (Aspirávamos a elas)

Obs.: como o objeto direto do verbo “aspirar” não é pessoa, mas coisa, não se usam as formas pronominais átonas “lhe” e “lhes” e sim as formas tônicas “a ele (s)”, “ a ela (s)”. Veja o exemplo:

Aspiravam a uma existência melhor. (= Aspiravam a ela)

ASSISTIR

1) Assistir é transitivo direto no sentido de ajudar, prestar assistência a, auxiliar. Por Exemplo:

As empresas de saúde negam-se a assistir os idosos.

As empresas de saúde negam-se a assisti-los.

2) Assistir é transitivo indireto no sentido de ver, presenciar, estar presente, caber, pertencer. Exemplos:

Assistimos ao documentário.

Não assisti às últimas sessões.

Essa lei assiste ao inquilino.

Obs.: no sentido de morar, residir, o verbo “assistir” é intransitivo, sendo acompanhado de adjunto adverbial de lugar introduzido pela preposição “em”.

Assistimos numa conturbada cidade.

CHAMAR

1) Chamar é transitivo direto no sentido de convocar, solicitar a atenção ou a presença de.

Por gentileza, vá chamar sua prima. / Por favor, vá chamá-la.

Chamei você várias vezes. / Chamei-o várias vezes.

2) Chamar no sentido de denominar, apelidar pode apresentar objeto direto e indireto, ao qual se refere predicativo preposicionado ou não.

A torcida chamou o jogador mercenário.

A torcida chamou ao jogador mercenário.

A torcida chamou o jogador de mercenário.

A torcida chamou ao jogador de mercenário.

CUSTAR

1) Custar é intransitivo no sentido de ter determinado valor ou preço, sendo acompanhado de adjunto adverbial.

Frutas e verduras não deveriam custar muito.

2) No sentido de ser difícil, penoso, pode ser intransitivo ou transitivo indireto.

Muito custa viver tão longe da família.
Verbo Oração Subordinada Substantiva Subjetiva
Intransitivo Reduzida de Infinitivo

Custa-me (a mim) crer que tomou realmente aquela atitude.
Objeto Oração Subordinada Substantiva Subjetiva
Indireto Reduzida de Infinitivo

Obs.: a Gramática Normativa condena as construções que atribuem ao verbo "custar" um sujeito representado por pessoa. Observe o exemplo abaixo:
Custei para entender o problema.
Forma correta: Custou-me entender o problema.

IMPLICAR
1) Como transitivo direto, esse verbo tem dois sentidos:
a) dar a entender, fazer supor, pressupor
Suas atitudes implicavam um firme propósito.
b) Ter como consequência, trazer como consequência, acarretar, provocar
Liberdade de escolha implica amadurecimento político de um povo.
2) Como transitivo direto e indireto, significa comprometer, envolver
Implicaram aquele jornalista em questões econômicas.
Obs.: no sentido de antipatizar, ter implicância, é transitivo indireto e rege com preposição "com".
Implicava com quem não trabalhasse arduamente.

PROCEDER
1) Proceder é intransitivo no sentido de ser decisivo, ter cabimento, ter fundamento ou portar-se, comportar-se, agir. Nessa segunda acepção, vem sempre acompanhado de adjunto adverbial de modo.
As afirmações da testemunha procediam, não havia como refutá-las.
Você procede muito mal.
2) Nos sentidos de ter origem, derivar-se (rege a preposição" de") e fazer, executar (rege complemento introduzido pela preposição "a") é transitivo indireto.
O avião procede de Maceió.
Procedeu-se aos exames.
O delegado procederá ao inquérito.

QUERER
1) Querer é transitivo direto no sentido de desejar, ter vontade de, cobiçar.
Querem melhor atendimento.
Queremos um país melhor.
2) Querer é transitivo indireto no sentido de ter afeição, estimar, amar.
Quero muito aos meus amigos.
Ele quer bem à linda menina.
Despede-se o filho que muito lhe quer.
VISAR
1) Como transitivo direto, apresenta os sentidos de mirar, fazer pontaria e de pôr visto, rubricar.
O homem visou o alvo.
O gerente não quis visar o cheque.
2) No sentido de ter em vista, ter como meta, ter como objetivo, é transitivo indireto e rege a preposição "a".
O ensino deve sempre visar ao progresso social.
Prometeram tomar medidas que visassem ao bem-estar público.

ESQUECER – LEMBRAR
- Lembrar algo – esquecer algo
- Lembrar-se de algo – esquecer-se de algo (pronominal)

No 1º caso, os verbos são transitivos diretos, ou seja, exigem complemento sem preposição.

- Ele esqueceu o livro.

No 2º caso, os verbos são pronominais (-se, -me, etc) e exigem complemento com a preposição "de". São, portanto, transitivos indiretos.

- Ele se esqueceu do caderno.
- Eu me esqueci da chave.
- Eles se esqueceram da prova.
- Nós nos lembramos de tudo o que aconteceu.

Há uma construção em que a coisa esquecida ou lembrada passa a funcionar como sujeito e o verbo sofre leve alteração de sentido. É uma construção muito rara na língua contemporânea, porém, é fácil encontrá-la em textos clássicos tanto brasileiros como portugueses. Machado de Assis, por exemplo, fez uso dessa construção várias vezes.

- Esqueceu-me a tragédia. (cair no esquecimento)
- Lembrou-me a festa. (vir à lembrança)

O verbo lembrar também pode ser transitivo direto e indireto (lembrar alguma coisa a alguém ou alguém de alguma coisa).

SIMPATIZAR

Ambos são transitivos indiretos e exigem a preposição "com".

- Não simpatizei com os jurados.

NAMORAR
É transitivo direto, ou seja, não admite preposição.

- Maria namora João.

Obs: Não é correto dizer: "Maria namora com João".

OBEDECER
É transitivo indireto, ou seja, exige complemento com a preposição "a" (obedecer a).

- Devemos obedecer aos pais.

Obs: embora seja transitivo indireto, esse verbo pode ser usado na voz passiva.

- A fila não foi obedecida.

VER

É transitivo direto, ou seja, não exige preposição.

- Ele viu o filme.

Regência Nominal

É o nome da relação existente entre um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) e os termos regidos por esse nome. Essa relação é sempre intermediada por uma preposição. No estudo da regência nominal, é preciso levar em conta que vários nomes apresentam exatamente o mesmo regime dos verbos de que derivam. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Observe o exemplo: Verbo obedecer e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição «a".Veja:

Obedecer a algo/ a alguém.
Obediente a algo/ a alguém.

Apresentamos a seguir vários nomes acompanhados da preposição ou preposições que os regem. Observe-os atentamente e procure, sempre que possível, associar esses nomes entre si ou a algum verbo cuja regência você conhece.

Substantivos

Admiração a, por	Devoção a, para, com, por	Medo a, de
Aversão a, para, por	Doutor em	Obediência a
Atentado a, contra	Dúvida acerca de, em, sobre	Ojeriza a, por
Bacharel em	Horror a	Proeminência sobre
Capacidade de, para	Impaciência com	Respeito a, com, para com, por

Adjetivos

Acessível a	Diferente de	Necessário a
Acostumado a, com	Entendido em	Nocivo a
Afável com, para com	Equivalente a	Paralelo a
Agradável a	Escasso de	Parco em, de
Alheio a, de	Essencial a, para	Passível de
Análogo a	Fácil de	Preferível a
Ansioso de, para, por	Fanático por	Prejudicial a
Apto a, para	Favorável a	Prestes a
Ávido de	Generoso com	Propício a
Benéfico a	Grato a, por	Próximo a
Capaz de, para	Hábil em	Relacionado com
Compatível com	Habituado a	Relativo a
Contemporâneo a, de	Idêntico a	Satisfeito com, de, em, por
Contíguo a	Impróprio para	Semelhante a
Contrário a	Indeciso em	Sensível a
Curioso de, por	Insensível a	Sito em
Descontente com	Liberal com	Suspeito de
Desejoso de	Natural de	Vazio de

Advérbios

Longe de Perto de

Obs.: os advérbios terminados em -mente tendem a seguir o regime dos adjetivos de que são formados: paralela a; paralelamente a; relativa a; relativamente a.

Questões sobre Regência Nominal e Verbal

01. (Administrador – FCC – 2013-adap.).
... a que ponto a astronomia ***facilitou*** a obra das outras ciências **...**
O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
A) ...astros que ficam tão distantes ...
B) ...que a astronomia é uma das ciências ...
C) ...que nos proporcionou um espírito ...
D) ...cuja importância ninguém ignora ...
E) ...onde seu corpo não passa de um ponto obscuro ...

02.(Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013-adap.).
... ***pediu*** ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.
O verbo que exige, no contexto, o mesmo tipo de complementos que o grifado acima está empregado em:
A) ...que existe uma coisa chamada exército...
B) ...como se isso aqui fosse casa da sogra?
C) ...compareceu em companhia da mulher à delegacia...
D) Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro...
E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

03.(Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013-adap.).
... ***constava*** simplesmente de uma vareta quebrada em partes desiguais**...**
O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
A) Em campos extensos, chegavam em alguns casos a extremos de sutileza.
B) ...eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos.
C) Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem...
D) Koch-Grünberg viu uma dessas marcas de caminho na serra de Tunuí...
E) ...em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador...

04. (Agente Técnico – FCC – 2013-adap.).
... para *lidar* com as múltiplas vertentes da justiça**...**
O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima se encontra em:

A) A palavra direito, em português, vem de directum, do verbo latino dirigere...

B) ...o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades...

C) ...o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça.

D) Essa problematicidade não afasta a força das aspirações da justiça...

E) Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2012) Assinale a alternativa em que o período, adaptado da revista Pesquisa Fapesp de junho de 2012, está correto quanto à regência nominal e à pontuação.

(A) Não há dúvida que as mulheres ampliam, rapidamente, seu espaço na carreira científica ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que, as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica; ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países, o Brasil é um exemplo!, do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço, na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países: o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(D) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável em alguns países – o Brasil é um exemplo – do que em outros.

(E) Não há dúvida que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

06. (Papiloscopista Policial – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa correta quanto à regência dos termos em destaque.

(A) Ele tentava convencer duas senhoras a assumir a ***responsabilidade*** pelo problema.

(B) A menina tinha o ***receio*** a levar uma bronca por ter se perdido.

(C) A garota tinha apenas a ***lembrança*** pelo desenho de um índio na porta do prédio.

(D) A menina não tinha ***orgulho*** sob o fato de ter se perdido de sua família.

(E) A família toda se organizou para realizar a ***procura*** à garotinha.

07. (Analista de Sistemas – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com as regras de regência.

Os estudos _____ quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.

A pesquisa faz um alerta _____ influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

A) dos … na
B) nos … entre a
C) aos … para a
D) sobre os … pela
E) pelos … sob a

08. (Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – VUNESP – 2013). Considerando a norma-padrão da língua, assinale a alternativa em que os trechos destacados estão corretos quanto à regência, verbal ou nominal.

A) O prédio que o taxista mostrou ***dispunha de*** mais de dez mil tomadas.

B) O autor fez ***conjecturas sob*** a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.

C) Centenas de trabalhadores estão ***empenhados de*** criar logotipos e negociar.

D) O taxista levou o autor a ***indagar no*** número de tomadas do edifício.

E) A corrida com o taxista possibilitou que o autor ***reparasse a*** um prédio na marginal.

09. (Assistente de Informática II – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que substitui a expressão destacada na frase, conforme as regras de regência da norma-padrão da língua e sem alteração de sentido.

Muitas organizações lutaram ***a favor da*** igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos.

A) da
B) na
C) pela
D) sob a
E) sobre a

GABARITO

01. D 02. D 03. A 04. A 05. D
06. A 07. C 08. A 09. C

COMENTÁRIOS

1-) ... a que ponto a astronomia facilitou a obra das outras ciências ...

Facilitar – verbo transitivo direto

A) ...astros que *ficam* tão distantes ... = verbo de ligação

B) ...que a astronomia *é* uma das ciências ... = verbo de ligação

C) ...que nos *proporcionou* um espírito ... = verbo transitivo direto e indireto

E) ...onde seu corpo não *passa* de um ponto obscuro = verbo transitivo indireto

2-) ... pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.

Pedir = verbo transitivo direto e indireto

A) ...que *existe* uma coisa chamada EXÉRCITO... = transitivo direto

B) ...como se isso aqui *fosse* casa da sogra? =verbo de ligação

C) ...*compareceu* em companhia da mulher à delegacia... =verbo intransitivo

E) O delegado apenas *olhou*-a espantado com o atrevimento. =transitivo direto

3-) ... constava simplesmente de uma vareta quebrada em partes desiguais...

Constar = verbo intransitivo

B) ...eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos. =ligação

C) Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem... =transitivo direto

D) Koch-Grünberg viu uma dessas marcas de caminho na serra de Tunuí... = transitivo direto

E) ...em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador...=transitivo direto

4-) ... para lidar com as múltiplas vertentes da justiça...
Lidar = transitivo indireto
B) ...o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades... =transitivo direto
C) ...o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça. =ligação
D) Essa problematicidade não afasta a força das aspirações da justiça... =transitivo direto e indireto
E) Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça. =transitivo direto

5-) *A correção do item deve respeitar as regras de pontuação também. Assinalei apenas os desvios quanto à regência (pontuação encontra-se em tópico específico)*
(A) Não há dúvida de que as mulheres ampliam,
(B) Não há dúvida de que (erros quanto à pontuação)
(C) Não há dúvida de que as mulheres, (erros quanto à pontuação)
(E) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

6-) (B) A menina tinha o receio de levar uma bronca por ter se perdido.
(C) A garota tinha apenas a lembrança do desenho de um índio na porta do prédio.
(D) A menina não tinha orgulho do fato de ter se perdido de sua família.
(E) A família toda se organizou para realizar a procura pela garotinha.

7-) Os estudos aos quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.
A pesquisa faz um alerta para a influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

8-) B) O autor fez conjecturas sobre a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.
C) Centenas de trabalhadores estão empenhados em criar logotipos e negociar.
D) O taxista levou o autor a indagar sobre o número de tomadas do edifício.
E) A corrida com o taxista possibilitou que o autor reparasse em um prédio na marginal.

9-) Muitas organizações lutaram pela igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos.

8. COLOCAÇÃO PRONOMINAL

A *colocação pronominal* é a posição que os pronomes pessoais oblíquos átonos ocupam na frase em relação ao verbo a que se referem.

São pronomes oblíquos átonos: me, te, se, o, os, a, as, lhe, lhes, nos e vos.

O pronome oblíquo átono pode assumir três posições na oração em relação ao verbo:
1. próclise: pronome antes do verbo
2. ênclise: pronome depois do verbo
3. mesóclise: pronome no meio do verbo

Próclise

A próclise é aplicada antes do verbo quando temos:
- Palavras com sentido negativo:
Nada me faz querer sair dessa cama.
Não se trata de nenhuma novidade.

- Advérbios:
Nesta casa se fala alemão.
Naquele dia me falaram que a professora não veio.

- Pronomes relativos:
A aluna que me mostrou a tarefa não veio hoje.
Não vou deixar de estudar os conteúdos que me falaram.

- Pronomes indefinidos:
Quem me disse isso?
Todos se comoveram durante o discurso de despedida.

- Pronomes demonstrativos:
Isso me deixa muito feliz!
Aquilo me incentivou a mudar de atitude!
- Preposição seguida de gerúndio:
Em se tratando de qualidade, o Brasil Escola é o site mais indicado à pesquisa escolar.

- Conjunção subordinativa:
Vamos estabelecer critérios, conforme lhe avisaram.

Ênclise

A ênclise é empregada depois do verbo. A norma culta não aceita orações iniciadas com pronomes oblíquos átonos. A ênclise vai acontecer quando:
- O verbo estiver no imperativo afirmativo:
Amem-se uns aos outros.
Sigam-me e não terão derrotas.

- O verbo iniciar a oração:
Diga-lhe que está tudo bem.
Chamaram-me para ser sócio.

- O verbo estiver no infinitivo impessoal regido da preposição "a":
Naquele instante os dois passaram a odiar-se.
Passaram a cumprimentar-se mutuamente.

- O verbo estiver no gerúndio:
Não quis saber o que aconteceu, fazendo-se de despreocupada.
Despediu-se, beijando-me a face.

- Houver vírgula ou pausa antes do verbo:

Se passar no vestibular em outra cidade, mudo-me no mesmo instante.

Se não tiver outro jeito, alisto-me nas forças armadas.

Mesóclise

A mesóclise acontece quando o verbo está flexionado no futuro do presente ou no futuro do pretérito:

A prova realizar-se-á neste domingo pela manhã. (= ela se realizará)

Far-lhe-ei uma proposta irrecusável. (= eu farei uma proposta a você)

Questões sobre Pronome

01. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012).

Restam dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água faça em si diferença, as companhias não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, ***elas*** começam a usar preços-sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos. E sem ***eles*** a maioria das políticas de crescimento verde sempre será a segunda opção.

(Carta Capital, 27.06.2012. Adaptado)

Os pronomes "elas" e "eles", em destaque no texto, referem-se, respectivamente, a

(A) dúvidas e preços.
(B) dúvidas e insumos básicos.
(C) companhias e insumos básicos.
(D) companhias e preços do carbono e da água.
(E) políticas de crescimento e preços adequados.

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013- adap.). Fazendo-se as alterações necessárias, o trecho grifado está corretamente substituído por um pronome em:

A) ...sei tratar ***tipos como o senhor.*** − sei tratá-lo

B) ...erguendo ***os braços desalentado...*** − erguendo-lhes desalentado

C) ...que tem de conhecer ***as leis*** do país? − que tem de conhecê-lo?

D) ...não parecia ser ***um importante industrial...*** − não parecia ser-lhe

E) incomodaram ***o general...*** − incomodaram-no

03.(Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013-adap.). A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

A) mostrando ***o rio***= mostrando-o.

B) como escolher ***sítio***= como escolhê-lo.

C) transpor [...] ***as matas espessas***= transpor-lhes.

D) ***Às estreitas veredas***[...] nada acrescentariam = nada lhes acrescentariam.

E) viu uma ***dessas marcas***= viu uma delas.

04. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa em que o pronome destacado está posicionado de acordo com a norma-padrão da língua.

(A) Ela não lembrava-***se*** do caminho de volta.
(B) A menina tinha distanciado-***se*** muito da família.
(C) A garota disse que perdeu-***se*** dos pais.
(D) O pai alegrou-*se* ao encontrar a filha.
(E) Ninguém comprometeu-***se*** a ajudar a criança.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2011). Assinale a alternativa cujo emprego do pronome está em conformidade com a norma padrão da língua.

(A) Não autorizam-nos a ler os comentários sigilosos.
(B) Nos falaram que a diplomacia americana está abalada.
(C) Ninguém o informou sobre o caso WikiLeaks.
(D) Conformado, se rendeu às punições.
(E) Todos querem que combata-se a corrupção.

06. (Papiloscopista Policial = Vunesp - 2013). Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Para que se evite perder objetos, recomenda-se que eles sejam sempre trazidos junto ao corpo.
(B) O passageiro ao lado jamais imaginou-se na situação de ter de procurar a dona de uma bolsa perdida.
(C) Nos sentimos impotentes quando não conseguimos restituir um objeto à pessoa que o perdeu.
(D) O homem se indignou quando propuseram-lhe que abrisse a bolsa que encontrara.
(E) Em tratando-se de objetos encontrados, há uma tendência natural das pessoas em devolvê-los a seus donos.

07. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Há pessoas que, mesmo sem condições, compram produtos_____ não necessitam e_____ tendo de pagar tudo_____ prazo.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas, correta e respectivamente, considerando a norma culta da língua.

A) a que … acaba … à
B) com que … acabam … à
C) de que … acabam … a
D) em que … acaba … a
E) dos quais … acaba … à

08. (Agente de Apoio Socioeducativo – VUNESP – 2013-adap.). Assinale a alternativa que substitui, correta e respectivamente, as lacunas do trecho.

_____alguns anos, num programa de televisão, uma jovem fazia referência_____ violência_____ o brasileiro estava sujeito de forma cômica.

A) Fazem... a ... de que
B) Faz ...a ... que
C) Fazem ...à ... com que
D) Faz ...à ... que
E) Faz ...à ... a que

09. (TRF 3ª região- Técnico Judiciário - /2014)

As sereias então devoravam impiedosamente *os tripulantes.*
... ele conseguiu impedir *a tripulação* de perder a cabeça...
... e fez de tudo para convencer *os tripulantes*...

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

(A) devoravam-nos − impedi-la − convencê-los
(B) devoravam-lhe − impedi-las − convencer-lhes
(C) devoravam-no − impedi-las − convencer-lhes
(D) devoravam-nos − impedir-lhe − convencê-los
(E) devoravam-lhes − impedi-la − convencê-los

10. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013-adap.). No trecho, – Em ambos os casos, as câmeras dos estabelecimentos felizmente comprovam ***os acontecimentos***, e testemunhas vão ajudar ***a polícia*** na investigação. – de acordo com a norma-padrão, os pronomes que substituem, corretamente, os termos em destaque são:

A) os comprovam … ajudá-la.
B) os comprovam …ajudar-la.
C) os comprovam … ajudar-lhe.
D) lhes comprovam … ajudar-lhe.
E) lhes comprovam … ajudá-la.

GABARITO

01. C 02. E 03. C 04. D 05. C
06. A 07. C 08. E 09. A 10. A

COMENTÁRIOS

1-) Restam dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água faça em si diferença, as ***companhias*** não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, ***elas*** começam a usar preços-sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente ***os insumos básicos***. E sem ***eles*** a maioria das políticas de crescimento verde sempre será a segunda opção.

2-) A) ...sei tratar tipos como o senhor. − sei tratá-los
B) ...erguendo os braços desalentado... − erguendo-os desalentado
C) ...que tem de conhecer as leis do país? − que tem de conhecê-las ?
D) ...não parecia ser um importante industrial... − não parecia sê-lo

3-) transpor [...] as matas espessas= transpô-las

4-)(A) Ela não se lembrava do caminho de volta.
(B) A menina tinha se distanciado muito da família.
(C) A garota disse que se perdeu dos pais.
(E) Ninguém se comprometeu a ajudar a criança

5-) (A) Não nos autorizam a ler os comentários sigilosos.
(B) Falaram-nos que a diplomacia americana está abalada.
(D) Conformado, rendeu-se às punições.
(E) Todos querem que se combata a corrupção.

6-) (B) O passageiro ao lado jamais se imaginou na situação de ter de procurar a dona de uma bolsa perdida.
(C) Sentimo-nos impotentes quando não conseguimos restituir um objeto à pessoa que o perdeu.
(D) O homem indignou-se quando lhe propuseram que abrisse a bolsa que encontrara.
(E) Em se tratando de objetos encontrados, há uma tendência natural das pessoas em devolvê-los a seus donos.

7-) Há pessoas que, mesmo sem condições, compram produtos de que não necessitam e acabam tendo de pagar tudo a prazo.

8-) Faz alguns anos, num programa de televisão, uma jovem fazia referência à violência a que o brasileiro estava sujeito de forma cômica.
Faz, no sentido de tempo passado = sempre no singular

9-) devoravam - verbo terminado em "m" = pronome oblíquo no/na (fizeram-na, colocaram-no)
impedir - verbo transitivo direto = pede objeto direto; "lhe" é para objeto indireto
convencer - verbo transitivo direto = pede objeto direto; "lhe" é para objeto indireto
(A) devoravam-nos − impedi-la − convencê-los

10-) – Em ambos os casos, as câmeras dos estabelecimentos felizmente comprovam os acontecimentos, e testemunhas vão ajudar a polícia na investigação.
felizmente os comprovam ... ajudá-la
(advérbio)

9. CRASE

A palavra <u>crase</u> é de origem grega e significa "fusão", "mistura". Na língua portuguesa, é o nome que se dá à "junção" de duas vogais idênticas. É de grande importância a crase da preposição "a" com o artigo feminino "a" (s), com o "a" inicial dos pronomes aquele(s), aquela (s), aquilo e com o "a" do relativo a qual (as quais). Na escrita, utilizamos o acento grave (`) para indicar a crase. O uso apropriado do acento grave depende da compreensão da fusão das duas vogais. É fundamental também, para o entendimento da crase, dominar a regência dos verbos e nomes que exigem a preposição "a". Aprender a usar a crase, portanto, consiste em aprender a verificar a ocorrência simultânea de uma preposição e um artigo ou pronome. Observe:

Vou a + a igreja.
Vou à igreja.

No exemplo acima, temos a ocorrência da preposição "a", exigida pelo verbo ir (ir a algum lugar) e a ocorrência do artigo "a" que está determinando o substantivo feminino igreja. Quando ocorre esse encontro das duas vogais e elas se unem, a união delas é indicada pelo acento grave. Observe os outros exemplos:

Conheço a aluna.
Refiro-me à aluna.

No primeiro exemplo, o verbo é transitivo direto (conhecer algo ou alguém), logo não exige preposição e a crase não pode ocorrer. No segundo exemplo, o verbo é transitivo indireto (referir--se a algo ou a alguém) e exige a preposição "a". Portanto, a crase é possível, desde que o termo seguinte seja feminino e admita o artigo feminino "a" ou um dos pronomes já especificados.

***Casos em que a crase NÃO ocorre*:**

1-) diante de substantivos masculinos:
Andamos a cavalo.
Fomos a pé.
Passou a camisa a ferro.
Fazer o exercício a lápis.
Compramos os móveis a prazo.

2-) diante de verbos no infinitivo:
A criança começou a falar.
Ela não tem nada a dizer.
Obs.: como os verbos não admitem artigos, o "a" dos exemplos acima é apenas preposição, logo não ocorrerá crase.

3-) diante da maioria dos pronomes e das expressões de tratamento, com exceção das formas senhora, senhorita e dona:
Diga a ela que não estarei em casa amanhã.
Entreguei a todos os documentos necessários.
Ele fez referência a Vossa Excelência no discurso de ontem.
Peço a Vossa Senhoria que aguarde alguns minutos.

Os poucos casos em que ocorre crase diante dos pronomes podem ser identificados pelo método: troque a palavra feminina por uma masculina, caso na nova construção surgir a forma ao, ocorrerá crase. Por exemplo:
Refiro-me à mesma pessoa. (Refiro-me ao mesmo indivíduo.)
Informei o ocorrido à senhora. (Informei o ocorrido ao senhor.)
Peça à própria Cláudia para sair mais cedo. (Peça ao próprio Cláudio para sair mais cedo.)

4-) diante de numerais cardinais:
Chegou a duzentos o número de feridos.
Daqui a uma semana começa o campeonato.

Casos em que a crase SEMPRE ocorre:

1-) diante de palavras femininas:
Amanhã iremos à festa de aniversário de minha colega.
Sempre vamos à praia no verão.
Ela disse à irmã o que havia escutado pelos corredores.
Sou grata à população.
Fumar é prejudicial à saúde.
Este aparelho é posterior à invenção do telefone.

2-) diante da palavra "moda", com o sentido de "à moda de" (mesmo que a expressão moda de fique subentendida):
O jogador fez um gol à (moda de) Pelé.
Usava sapatos à (moda de) Luís XV.
Estava com vontade de comer frango à (moda de) passarinho.
O menino resolveu vestir-se à (moda de) Fidel Castro.

3-) na indicação de horas:
Acordei às sete horas da manhã.
Elas chegaram às dez horas.
Foram dormir à meia-noite.

4-) em locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas de que participam palavras femininas. Por exemplo:

à tarde	às ocultas	às pressas	à medida que
à noite	às claras	às escondidas	à força
à vontade	à beça	à larga	à escuta
às avessas	à revelia	à exceção de	à imitação de
à esquerda	às turras	às vezes	à chave
à direita	à procura	à deriva	à toa
à luz	à sombra de	à frente de	à proporção que
à semelhança de		às ordens	à beira de

Crase diante de Nomes de Lugar

Alguns nomes de lugar não admitem a anteposição do artigo "a". Outros, entretanto, admitem o artigo, de modo que diante deles haverá crase, desde que o termo regente exija a preposição "a". Para saber se um nome de lugar admite ou não a anteposição do artigo feminino "a", deve-se substituir o termo regente por um verbo que peça a preposição "de" ou "em". A ocorrência da contração "da" ou "na" prova que esse nome de lugar aceita o artigo e, por isso, haverá crase. Por exemplo:
Vou à França. (Vim da [de+a] França. Estou na [em+a] França.)
Cheguei à Grécia. (Vim da Grécia. Estou na Grécia.)
Retornarei à Itália. (Vim da Itália. Estou na Itália)
Vou a Porto Alegre. (Vim de Porto Alegre. Estou em Porto Alegre.)

*- *Minha dica*: use a regrinha "Vou A volto DA, crase HÁ; vou A volto DE, crase PRA QUÊ?"
Ex: Vou a Campinas. = Volto de Campinas.
Vou à praia. = Volto da praia.
- ATENÇÃO: quando o nome de lugar estiver especificado, ocorrerá crase. Veja:
Retornarei à São Paulo dos bandeirantes. = mesmo que, pela regrinha acima, seja a do "VOLTO DE"
Irei à Salvador de Jorge Amado.

Crase diante dos Pronomes Demonstrativos Aquele (s), Aquela (s), Aquilo

Haverá crase diante desses pronomes sempre que o termo regente exigir a preposição "a". Por exemplo:
Refiro-me a + aquele atentado.
Preposição Pronome
Refiro-me àquele atentado.

O termo regente do exemplo acima é o verbo transitivo indireto referir (referir-se a algo ou alguém) e exige preposição, portanto, ocorre a crase. Observe este outro exemplo:
Aluguei aquela casa.

O verbo "alugar" é transitivo direto (alugar algo) e não exige preposição. Logo, a crase não ocorre nesse caso. Veja outros exemplos:

Dediquei àquela senhora todo o meu trabalho.
Quero agradecer àqueles que me socorreram.
Refiro-me àquilo que aconteceu com seu pai.
Não obedecerei àquele sujeito.
Assisti àquele filme três vezes.
Espero aquele rapaz.
Fiz aquilo que você disse.
Comprei aquela caneta.

Crase com os Pronomes Relativos A Qual, As Quais

A ocorrência da crase com os pronomes relativos a qual e as quais depende do verbo. Se o verbo que rege esses pronomes exigir a preposição "a", haverá crase. É possível detectar a ocorrência da crase nesses casos utilizando a substituição do termo regido feminino por um termo regido masculino. Por exemplo:

A igreja à qual me refiro fica no centro da cidade.
O monumento ao qual me refiro fica no centro da cidade.

Caso surja a forma ao com a troca do termo, ocorrerá a crase. Veja outros exemplos:

São normas às quais todos os alunos devem obedecer.
Esta foi a conclusão à qual ele chegou.
Várias alunas às quais ele fez perguntas não souberam responder nenhuma das questões.
A sessão à qual assisti estava vazia.

Crase com o Pronome Demonstrativo "a"

A ocorrência da crase com o pronome demonstrativo "a" também pode ser detectada através da substituição do termo regente feminino por um termo regido masculino. Veja:

Minha revolta é ligada à do meu país.
Meu luto é ligado ao do meu país.
As orações são semelhantes às de antes.
Os exemplos são semelhantes aos de antes.
Suas perguntas são superiores às dele.
Seus argumentos são superiores aos dele.
Sua blusa é idêntica à de minha colega.
Seu casaco é idêntico ao de minha colega.

A Palavra Distância

Se a palavra distância estiver especificada, determinada, a crase deve ocorrer. Por exemplo: *Sua casa fica à distância de 100km daqui.* (A palavra está determinada)

Todos devem ficar à distância de 50 metros do palco. (A palavra está especificada.)

Se a palavra distância não estiver especificada, a crase não pode ocorrer. Por exemplo:

Os militares ficaram a distância.
Gostava de fotografar a distância.
Ensinou a distância.
Dizem que aquele médico cura a distância.
Reconheci o menino a distância.

Observação: por motivo de clareza, *para evitar ambiguidade, pode-se usar a crase.* Veja:

Gostava de fotografar à distância.
Ensinou à distância.
Dizem que aquele médico cura à distância.

Casos em que a ocorrência da crase é FACULTATIVA

1-) diante de nomes próprios femininos:

Observação: é facultativo o uso da crase diante de nomes próprios femininos porque é facultativo o uso do artigo. Observe:

Paula é muito bonita. Laura é minha amiga.
A Paula é muito bonita. A Laura é minha amiga.

Como podemos constatar, é facultativo o uso do artigo feminino diante de nomes próprios femininos, então podemos escrever as frases abaixo das seguintes formas:

Entreguei o cartão a Paula. Entreguei o cartão a Roberto.
Entreguei o cartão à Paula. Entreguei o cartão ao Roberto.

2-) diante de pronome possessivo feminino:

Observação: é facultativo o uso da crase diante de pronomes possessivos femininos porque é facultativo o uso do artigo. Observe:

Minha avó tem setenta anos. Minha irmã está esperando por você.
A minha avó tem setenta anos. A minha irmã está esperando por você.

Sendo facultativo o uso do artigo feminino diante de pronomes possessivos femininos, então podemos escrever as frases abaixo das seguintes formas:

Cedi o lugar a minha avó. Cedi o lugar a meu avô.
Cedi o lugar à minha avó. Cedi o lugar ao meu avô.

3-) depois da preposição até:

Fui até a praia. ou Fui até à praia.
Acompanhe-o até a porta. ou Acompanhe-o até à porta.
A palestra vai até as cinco horas da tarde. ou A palestra vai até às cinco horas da tarde.

Questões sobre Crase

01.(Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) No Brasil, as discussões sobre drogas parecem limitar-se _____aspectos jurídicos ou policiais. É como se suas únicas consequências estivessem em legalismos, tecnicalidades e estatísticas criminais. Raro ler ____respeito envolvendo questões de saúde pública como programas de esclarecimento e prevenção, de tratamento para dependentes e de reintegração desses____ vida. Quantos de nós sabemos o nome de um médico ou clínica ____quem tentar encaminhar um drogado da nossa própria família?

(Ruy Castro, Da nossa própria família. Folha de S.Paulo, 17.09.2012. Adaptado)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

(A) aos … à … a … a
(B) aos … a … à … a
(C) a … a … à … à
(D) à … à … à … à
(E) a … a … a … a

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013).Leia o texto a seguir.

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu _____ cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que _____ cartomante restituiu--lhe _____ confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

(Machado de Assis. A cartomante. In: Várias histórias. Rio de Janeiro: Globo, 1997, p. 6)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

A) à – a – a
B) a – a – à
C) à – a – à
D) à – à – a
E) a – à – à

03 "Nesta oportunidade, volto ___ referir-me ___ problemas já expostos ___ V. Sª ___ alguns dias".

a) à - àqueles - a - há
b) a - àqueles - a - há
c) a - aqueles - à - a
d) à - àqueles - a - a
e) a - aqueles - à - há

04.(Agente Técnico – FCC – 2013-adap.) Claro que não me estou referindo a ***essa vulgar comunicação festiva e efervescente.***

O vocábulo ***a*** deverá receber o sinal indicativo de crase se o segmento grifado for substituído por:

A) leitura apressada e sem profundidade.
B) cada um de nós neste formigueiro.
C) exemplo de obras publicadas recentemente.
D) uma comunicação festiva e virtual.
E) respeito de autores reconhecidos pelo público.

05. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013).

O Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) também desenvolve atividades lúdicas de apoio_____ ressocialização do indivíduo preso, com o objetivo de prepará--lo para o retorno_____ sociedade. Dessa forma, quando em liberdade, ele estará capacitado_____ ter uma profissão e uma vida digna.

(Disponível em: www.metropolitana.com.br/blog/qual_e_a_importancia_da_ressocializacao_de_presos. Acesso em: 18.08.2012. Adaptado)

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A) à … à … à
B) a … a … à
C) a … à … à
D) à … à ... a
E) a … à … a

06. O Ministro informou que iria resistir _____ pressões contrárias _____ modificações relativas _____ aquisição da casa própria.

a) às - àquelas _ à
b) as - aquelas - a
c) às àquelas - a
d) às - aquelas - à
e) as - àquelas - à

07. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap) O acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

A) Tendências agressivas começam à ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos.
B) A agressividade impulsiva deve-se à perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional.
C) A violência urbana é comparada à uma enfermidade.
D) Condições de risco aliadas à exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades.
E) Um ambiente desfavorável à formação da personalidade atinge os mais vulneráveis.

08. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013). O sinal indicativo de crase está correto em:

A) Este cientista tem se dedicado à uma pesquisa na área de biotecnologia.
B) Os pais não podem ser omissos e devem se dedicar à educação dos filhos.
C) Nossa síndica dedica-se integralmente à conservar as instalações do prédio.
D) O bombeiro deve dedicar sua atenção à qualquer detalhe que envolva a segurança das pessoas.
E) É função da política é dedicar-se à todo problema que comprometa o bem-estar do cidadão.

09. (Agente Educacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa em que a sequência da frase a seguir traz o uso correto do acento indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

Um bom conhecimento de matemática é indispensável

A) à todo e qualquer estudante.
B) à estudantes de nível superior.
C) à quem pretende carreiras no campo de exatas.
D) à construção do saber nas mais diversas áreas.
E) à uma boa formação profissional.

10. (Agente Técnico de Assistência à Saúde – VUNESP – 2013). Leia a tirinha para responder à questão.



As lacunas da tirinha devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

A) à ...a ... à ... à
B) a ...à ... à ... a
C) a ...a ... à ... a
D) a ...à ... a ... a
E) a ...a ... à ... à

GABARITO

01. B 02. A 03. B 04. A 05. D
06. A 07. E 08. B 09. D 10. C

COMENTÁRIOS

1-) limitar-se _aos _aspectos jurídicos ou policiais.
Raro ler __a__respeito (antes de palavra masculina não há crase)
de reintegração desses_à_ vida. (reintegrar a + a vida = à)
o nome de um médico ou clínica __a_quem tentar encaminhar um drogado da nossa própria família? (antes de pronome indefinido/relativo)

2-) correu _à (= para a) cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que _a__cartomante (objeto direto)restituiu-lhe ___a___ confiança (objeto direto), e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

3-) "Nesta oportunidade, volto _a_ referir-me àqueles__ problemas já expostos a _ V. Sª _há_ alguns dias".
- a referir = antes de verbo no infinito não há crase;
- quem faz referência, faz referência A algo ou A alguém (a regência do verbo pede preposição)
- antes de pronome de tratamento não há crase (exceção à senhora, que admite artigo);
- há no sentido de tempo passado.

4-) Claro que não me estou referindo à leitura apressada e sem profundidade.
a cada um de nós neste formigueiro. (antes de pronome indefinido)
a exemplo de obras publicadas recentemente. (palavra masculina)
a uma comunicação festiva e virtual. (artigo indefinido)
a respeito de autores reconhecidos pelo público. (palavra masculina)

5-) O Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) também desenvolve atividades lúdicas de apoio___à__ ressocialização do indivíduo preso, com o objetivo de prepará--lo para o retorno___à__ sociedade. Dessa forma, quando em liberdade, ele estará capacitado__a___ ter uma profissão e uma vida digna.
- Apoio a ? Regência nominal pede preposição;
- retorno a? regência nominal pede preposição;
- antes de verbo no infinitivo não há crase.

6-) O Ministro informou que iria resistir _às__ pressões contrárias àquelas_ modificações relativas __à_ aquisição da casa própria.
- resistir a? regência verbal pede preposição;
- contrária a? regência nominal pede preposição;
- relativas a? regência nominal pede preposição.

7-) A) Tendências agressivas começam à ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos. (antes de verbo no infinitivo não há crase)

B) A agressividade impulsiva deve-se à perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. (se o "a" está no singular e antecede palavra no plural, não há crase)

C) A violência urbana é comparada à uma enfermidade. (artigo indefinido)

D) Condições de risco aliadas à exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades. (palavra masculina)

E) Um ambiente desfavorável à formação da personalidade atinge os mais vulneráveis. = *correta* (regência nominal: desfavorável *a*?)

8-) A) Este cientista tem se dedicado à uma pesquisa na área de biotecnologia. (artigo indefinido)

B) Os pais não podem ser omissos e devem se dedicar à educação dos filhos. = *correta* (regência verbal: dedicar a)

C) Nossa síndica dedica-se integralmente à conservar as instalações do prédio. (verbo no infinitivo)

D) O bombeiro deve dedicar sua atenção à qualquer detalhe que envolva a segurança das pessoas. (pronome indefinido)

E) É função da política é dedicar-se à todo problema que comprometa o bem-estar do cidadão. (pronome indefinido)

9-) Um bom conhecimento de matemática é indispensável à construção do saber nas mais diversas áreas.

A) à todo e qualquer estudante. (pronome indefinido)

B) à estudantes de nível superior. ("a" no singular antes de palavra no plural)

C) à quem pretende carreiras no campo de exatas. (pronome indefinido/relativo)

E) à uma boa formação profissional. (artigo indefinido)

10-) - a alguns anos - Pronome indefinido
- começar a ir - verbo no infinitivo
- ir à escola - ir a algum lugar – regência verbal pede preposição
- aprender a ler - verbo no infinitivo



MATEMÁTICA

Prof. Sonia Maria Pontelli Tamoyo

Graduada em Matemática; Complementação Pedagógica; Atividade no Estado e Escolas particulares por 25 anos

1. NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. 2. NÚMEROS RACIONAIS, REPRESENTAÇÃO FRACIONÁRIA E DECIMAL: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.

Conjunto dos Números Inteiros: z

É o conjunto formado pelos números inteiros positivos, zero e números inteiros negativos. O conjunto Z é uma ampliação do conjunto N.

Z= {... -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3...}

Os subconjuntos de Z são:

Z_T = {... -3, -2, -1, 1, 2, 3...}

* = excluir o zero do conjunto.

Z_+ = {0, 1, 2, 3, 4...}

Z_- = {... -3, -2, -1, 0}

Z^{*}_+ = {1, 2, 3, 4...}

Z^{*}_- = {..., -3, -2, -1}

Relação de ordem nos números inteiros

Quando estabelecemos uma relação de ordem entre dois números, estamos identificando se eles são iguais, ou qual deles é o maior. Observe a reta numérica.



Dados dois números inteiros, o maior é o que estiver à direita.

Ex: -1 é maior que -3, 4 é maior que zero

Módulo ou valor absoluto

É o número sem considerar o seu sinal. Para indicar módulo escrevemos o número entre barras.

Ex: $|-3| = 3$ $|+5| = 5$

Números opostos ou simétricos

São números com o mesmo valor absoluto e sinais contrários.

Ex: +4 e -4 são números opostos ou simétricos.

Adição e subtração de números inteiros

Para juntar números com sinais iguais, adicionamos os valores absolutos e conservamos o sinal

Quando os números tem sinais diferentes, subtraímos os valores absolutos e conservamos o sinal do maior._____

Ex: +5+7 = +12

-5 -7 = -12

+5 –7 = -2

-5 +7 = +2

Multiplicação e divisão de números inteiros

Para multiplicar ou dividir números inteiros efetuamos a operação indicada e usamos a regra de sinais abaixo:

\+ + = + Sinais iguais, resultado positivo

\- - = +

\+ - = - Sinais diferentes, resultado negativo

\- + = -

Ex: (+4) . (+5) = +20 (+30) : (+6) = +5

(-3) . (-6) = +18 (- 20) : (-5) = +4

(+8) . (-3) = -24 (+18) : (-3) = -6

(-6) . (+5) = -30 (- 15) : (+5) = -3

Potenciação e radiciação de números inteiros

Potenciação é uma multiplicação de fatores iguais.

Ex: $2^3 = 2.2.2=8$

2 é a base, 3 é o expoente e 8 é a potência

Estamos trabalhando com números inteiros, portanto pode aparecer base negativa e positiva.

Ex: $(+3)^2 = (+3) . (+3) = +9$

$(+2)^3 = (+2) . (+2) . (+2) = +8$

$(-2)^2 = (-2) . (-2) = +4$

$(-2)^3 = (-2) . (-2) . (-2) = -8$

Se a base é positiva o resultado é sempre positivo.

Se a base é negativa e o expoente é par o resultado é positivo[.

Se a base é negativa e o expoente é impar o resultado é negativo

Importante: Todo número elevado a zero é sempre igual a 1

Raiz quadrada de um número quadrado perfeito é um número positivo cujo quadrado é igual ao número dado.

Ex: $\sqrt{25}$ =5 , pois 5^2 =25

OBS:

1. Para multiplicar 3 ou mais números inteiros, multiplicamos os valores absolutos de todos os números e contamos os sinais negativos. Se o números de negativos for impar e resultado terá sinal negativo , se for par o resultado será positivo.

Ex: (-3).(-5).(+2).(-1) = -30 → 3 negativos(impar), resultado negativo.

(-2).(-3).(+6).(-1).(-2) = +72 → 4 negativos(par), resultado positivo.

2. Para eliminar parênteses usamos a mesma regra de sinais da multiplicação e da divisão.

Ex: -(+4) = -4

-(-5) = +5

Expressões Numéricas em Z

Para resolver uma expressão numérica devemos obedecer a seguinte ordem:

1º) Resolver as potenciações e radiciações na ordem em que aparecem

2º) Resolver as multiplicações e divisões na ordem em que elas aparecem

3º) Resolver as adições e subtrações na ordem em elas aparecem

Há expressões em que aparecem os sinais de associação que devem ser eliminados na seguinte ordem:

1º) ( ) parênteses
2º) [ ] colchetes
3º) { } chaves

Exercícios Resolvidos

1. calcule as operações indicadas:
a) (+8) + (-6) – (-3) – (-2)
Resolução
+8 -6 +3 +2 = +13 - 6 = +7
b) -(-3) . (-5) + (-4)
Resolução
+3. (-5)-4 = -15 – 4 = -19
c) (+55) : (-5) + (-5) . (-2)
Resolução
-11+(+10) = -11+10 = -1

2. Quais são os números inteiros entre -2 e 1 incluindo esses dois?
Resolução
-2,-1,0,1

3. Calcule as potências e resolva as operações:
$(-5)^1$ - [$(-2)^5$:4-7] + $(-1)^{379}$. $(-5)^2$

Resolução
-5-[-32:4-7]+(-1).(+25)
-5-[-8-7]+(-25)
-5-[-15]-25
-5+15-25
+10-25
-15

Exercícios

1. Quais são os números inteiros;
a) de -1 a -5, incluindo esses dois números?
b) de -4 a 3, íncluíndo, esses dois números?

2. Qual é:
a) o valor absoluto de 7?
b) o valor absoluto de -9?

3. Verifique se estes números são opostos
a) +15 e -15
b) +9 e -9
c) -14 e +14
d) -4 e +2

4. Qual é o valor das expressões:

a) $\sqrt{25}$ -[$(-3)^3$ +6]-[-$(-4)^2$ .3+5.$(-2)^3$]

b)$(+3)^2 - (-2)^0 + (-4)^1$

c) $(-6)^2.(-4) - (-10)^3 : (+5)^2 + (-35)^0$

5. Descubra que número é:

a) -(-15)
b) -(+3)
c) -(-2 001)
d) -(+217)

6. Dê três exemplos de:
a) números menores que +1.
b) números menores que -10.
c) números negativos maiores que -10

7. Qual é o número maior
a) +44 ou -100?
b) -20 ou +8?
c) -17 ou -10?
d) -5 ou 0?

8. Encontre o valor da expressões:
a) -9-(-23+12-1)-(21-9)
b) -5.(-2) + (-3+5).(-1)
c) (-16) : 4 . (-2) + (-2)
d) 6 : (-3) + 2(-1) -20 : (-4)

9. Considere as afirmações:
I. Qualquer número negativo é menor que zero.
II. Qualquer número positivo é maior que zero.
III. Qualquer número negativo é menor que um número positivo.
Quais dessas afirmações são verdadeiras?

10. Descubra o número que deve ser adicionado a +25 para que a soma seja +20.

Respostas

1.
a) -5,-4,-3,-2,-1
b) -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2,3

2.
a) 7
b) 9

3.
a) sim
b) sim
c) sim
d) não

4.
a) $\sqrt{25}$ -[(-3)^3 +6]-[-(-4)^2 . 3+5. (-2)^3]
5 – [-27 +6] – [- (+16) . 3 + 5 . (-8)]
5 – [-21] – [-16 . 3 + 5 . (-8)]
5 – [-21] – [-48 -40]
5 + 21 – [-88]
5 + 21 + 88
114
b) $(+3)^2 - (-2)^0 + (-4)^1$
+9 – (+1) + (-4)
+9 -1 – 4
+4

c) $(-6)^2.(-4) - (-10)^3 : (+5)^2 + (-35)^0$
36 . (-4) – (-1000) : (+25) + (+1)
-144 – (-40) + 1
-144 + 40 + 1
-144 + 41
-103

5.
a) +15
b) -3
c) +2001
d) -217

6.
a) zero e todos os nº negativos
b) -11, -12, -13, ...
c) -9, -8, -7

7.
a) +44
b) +8
c) -10
d) 0

8.
a) -9-(-23+12-1)-(21-9)
-9-(-24+12)-(12)
-9-(-12)-12
-9+12-12
-9
b) 8
c) 6
d) 1

9. Todas

10. -5

Conjunto dos Números Racionais :Q

O conjunto dos números racionais é um conjunto que engloba os números inteiros (Z), números decimais finitos (por exemplo, 743,8432) e os números decimais infinitos **periódicos** (que repete uma sequência de algarismos da parte decimal infinitamente), como "12,050505…", são também conhecidas como **dízimas periódicas**.

Os racionais são representados pela letra Q.

Todo número racional pode ser escrito na forma $\frac{a}{b}$, com a $\in Z, b \in Z$ e b $\neq 0$

Um mesmo número racional pode ser representado por diferentes frações, todas equivalentes entre si.

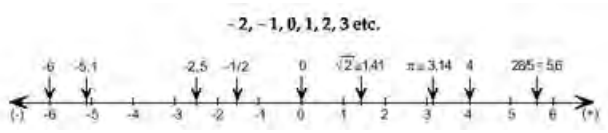
Ex: $\frac{1}{2} = \frac{2}{4} = \frac{3}{6} = \frac{-1}{-2} = \frac{-2}{-4} = \ldots$

Um número racional pode ser representado por um número decimal exato ou periódico.

Ex: $\frac{1}{2} = 0{,}5$ $\frac{-3}{4} = -0{,}75$ $\frac{1}{3} = 0{,}333\ldots$ (dízima periódica)

Todos os números inteiros pertencem aos racionais.

Reta Numérica Racional



Adição e subtração com números fracionários

Para adicionar ou subtrair números racionais na forma de fração devemos observar os seus denominadores. Se os denominadores são iguais, efetuamos as operações e conservamos o mesmo denominador. Se os denominadores são diferentes, reduzimos ao mesmo denominador usando o mmc e depois procedemos como no caso anterior.

Ex: 1. $\frac{-1}{3} + \frac{8}{3} = \frac{7}{3}$

2. $\frac{6}{5} - \frac{3}{4} = \frac{24}{20} - \frac{15}{20} = \frac{9}{20}$ (o mmc entre 5 e 4 é 20)

Multiplicação e divisão com números fracionários

Para multiplicar números racionais na forma de fração, devemos multiplicar os numeradores , multiplicar os denominadores , usar a regra de sinais quando necessário e quando possível fazer a simplificação.

Ex: $\frac{-4}{5} \cdot \frac{3}{7} = \frac{-12}{35}$ (nesse caso o resultado é uma fração irredutível, pois não pode ser simplificada)

$\frac{7}{4} - \frac{5}{4} = \frac{2}{4} = \frac{1}{2}$ (nesse caso o resultado foi simplificado dividindo o numerador e o denominador por 2)

Para dividir números racionais na forma de fração, devemos multiplicar a primeira fração pelo inverso da segunda, usando também a regra de sinais e a simplificação do resultado quando possível.

Ex: $\frac{3}{5}:\frac{2}{3}=\frac{3}{5}.\frac{3}{2}=\frac{9}{10}$

$$\frac{-5}{4}:\frac{3}{2}=\frac{-5}{4}.\frac{2}{3}=\frac{-10}{12}=\frac{-5}{6}$$

Números decimais

Os números decimais exatos e as dízimas periódicas também pertencem ao conjunto Q .

Adição e subtração com decimais

Na adição ou subtração com decimais devemos escrever as parcela colocando vírgula embaixo de vírgula, e resolver a operação.

Ex:

4,879 + 13,14 → *Parcelas*

13 , 140 → Acrescentamos o zero para completar casas decimais.

+4 , 879

18 , 019 → Soma total

Multiplicação e divisão com decimais

Na multiplicação de números decimais, multiplicamos os números sem considerar a vírgula e colocamos a vírgula no resultado contando as casas decimais dos dois fatores

Ex: 2,35 x 4,3 = 10,105 (no resultado temos 3 casas decimais pois são 2 casas no fator 2,35 e uma casa no fator 4,3)

Na divisão igualamos as casas decimais, cortamos as vírgulas e resolvemos a divisão .

Ex: 1,4 : 0,05

Igualamos as casas decimais 1,40 : 0,05

Cortamos as vírgulas 140:5

Resolvemos a divisão 140:5 = 28

Expressões Numéricas em Q

Para resolver uma expressão numérica devemos obedecer a seguinte ordem:

1º) Resolver as multiplicações e divisões na ordem em que elas aparecem

2º) Resolver as adições e subtrações na ordem em elas aparecem

Há expressões em que aparecem os sinais de associação que devem ser eliminados na seguinte ordem:

1º) ( ) parênteses

2º) [ ] colchetes

3º) { } chaves

Problemas

1.Calcule o valor de cada expressão a seguir:

a) $\left(\frac{5}{3}\right)^2-\left(\frac{-1}{6}\right)^2$

b) $(-0,6)^3+(-1,5)^2$

c) $\left(\frac{-3}{2}\right)^2.\left(\frac{-8}{27}\right)-\left(\frac{1}{2}\right)^3:\left(\frac{-3}{16}\right)$

d) $(1,1)^3.2-(-0,2)^3+3$

2. Uma garota, caminhando rapidamente, desenvolveu uma velocidade de aproximadamente 5,2 km/h. Nessas condições, se caminhar 18,72 quilômetros, ela demorará quantos horas?

3. O número racional

X = (-0,62) : (-3,1) . (-1,2) + 0,4 – 2

Está compreendido entre dois números inteiros a e b consecutivos. Determine os números a e b

4. Encontre o valor dos radicais:

a) $\sqrt{\frac{81}{121}}$

b) $-\sqrt{\frac{225}{196}}$

5. Encontre o valor das expressões:

a) $\left(\frac{-2}{3}\right):\left(\frac{-5}{6}\right).\frac{1}{5}-2$

b) $\left[\frac{1}{3}.\left(\frac{-3}{4}\right)-2\right].\left(\frac{-7}{6}\right)$

6. A cidade de Peixoto de Azevedo tem aproximadamente 19.224 habitantes.

Se um terço da população é composta de jovens, pode-se dizer que:

a.) o número de jovens é superior a 7.000

b.) o número de jovens é igual a 648

c.) o número de jovens está entre 6.000 e 7000

d) o número de jovens é inferior a 5.000

e.) o número de jovens é igual a 6.480

Respostas

1. a) $\left(\frac{5}{3}\right)^2 - \left(\frac{-1}{6}\right)^2$

$\left(\frac{25}{9}\right) - \left(\frac{1}{36}\right)$

$\frac{25}{9} - \frac{1}{36}$

$\frac{100-1}{36}$

$\frac{99}{36}$

$\frac{11}{4}$

b) $(-0,6)^3 + (-1,5)^2$

$- 0,216 + 2,25$

$2,034$

c) $\left(\frac{-3}{2}\right)^2 . \left(\frac{-8}{27}\right) - \left(\frac{1}{2}\right)^3 : \left(\frac{-3}{16}\right)$

$\frac{9}{4} . \left(\frac{-8}{27}\right) - \left(\frac{1}{8}\right) : \left(\frac{-3}{16}\right)$

$\frac{-72}{108} - \left(\frac{1}{8}\right) . \left(\frac{-16}{3}\right)$

$\frac{-72}{108} + \frac{16}{24}$

$\frac{-144}{216} + \frac{144}{216}$

d) $(1,1)^3 .2-(-0,2)^3 +3$
$1,331 . 2 – (-0,008) + 3$
$1,331.2+0,008+3$
$2,662+0,008+3$
$5,67$

$2.18,72 : 5,2 = 3,6$
Resp: 3,6 horas ou 3 horas e 36 minutos

3. $x = (-0,62) : (-3,1) . (-1,2) + 0,4 – 2$
$X = 0,2 . (-1,2) + 0,4 – 2$
$X= -0,24 + 0,4 – 2$
$X= -2,24 + 0,4$
$X= -1,84$ é um n° que está entre -1 e -2
$x = -1,84$ os números a e b são -2 e -1

4. a) $\frac{9}{11}$

b) $\frac{-15}{14}$

5. a)

$\left(\frac{-2}{3}\right) : \left(\frac{-5}{6}\right) . \frac{1}{5} . -2$

$\left(\frac{-2}{3}\right) . \left(\frac{-6}{5}\right) . \frac{1}{5} - 2$

$\frac{12}{75} - 2$

$\frac{12-150}{75}$

$\frac{-138}{75}$

$\frac{-46}{25}$

b) $\left[\frac{1}{3} . \left(\frac{-3}{4}\right) - 2\right] . \left(\frac{-7}{6}\right)$

$\left[\frac{-3}{12} - 2\right] . \left(\frac{-7}{6}\right)$

$\left[\frac{-3-24}{12}\right] . \left(\frac{-7}{6}\right)$

$\left[\frac{-27}{12}\right] . \left(\frac{-7}{6}\right)$

$\frac{189}{72}$ simplificando por 9

$\frac{21}{8}$

6. 1/3 de 19224
1/3. 19224 = 6408 Alternativa C

3. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.

O mmc de dois ou mais números naturais é o menor número, excluindo o zero, que é múltiplo desses números.

Cálculo do m.m.c.

Vamos estudar dois métodos para encontrar o mmc de dois ou mais números:

1) Podemos calcular o m.m.c. de dois ou mais números utilizando a fatoração. Acompanhe o cálculo do m.m.c. de 12 e 30:

1º) decompomos os números em fatores primos

2º) o m.m.c. é o produto dos fatores primos comuns e não comuns:

$12 = 2 \times 2 \times 3$

$30 = 2 \times 3 \times 5$

m.m.c (12,30) $= 2 \times 2 \times 3 \times 5$

Escrevendo a fatoração dos números na forma de potência, temos:

$12 = 2^2 \times 3$

$30 = 2 \times 3 \times 5$

m.m.c (12,30) $= 2^2 \times 3 \times 5$

O mmc de dois ou mais números, quando fatorados, é o produto dos fatores comuns e não comuns , cada um com seu maior expoente

2) Método da decomposição simultânea

Vamos encontrar o mmc (15, 24, 60)

15, 24, 60	2
15, 12, 30	2
15, 6 , 15	2
15, 3 , 15	3
5, 1 , 5	5
1, 1 , 1	

Neste processo decompomos todos os números ao mesmo tempo, num dispositivo como mostra a figura acima. O produto dos fatores primos que obtemos nessa decomposição é o m.m.c. desses números.

Portanto, m.m.c.(15,24,60) = 2 x 2 x 2 x 3 x 5 = 120

OBS:

1. Dados dois ou mais números, se um deles é múltiplo de todos os outros**,** então ele é o m.m.c. dos números dados.

2. Dados dois números primos entre si, o mmc deles é o produto desses números.

Problemas

1. (PUC–SP) Numa linha de produção, certo tipo de manutenção é feita na máquina A a cada 3 dias, na máquina B, a cada 4 dias, e na máquina C, a cada 6 dias. Se no dia 2 de dezembro foi feita a manutenção nas três máquinas, após quantos dias as máquinas receberão manutenção no mesmo dia.

2. Um médico, ao prescrever uma receita, determina que três medicamentos sejam ingeridos pelo paciente de acordo com a seguinte escala de horários: remédio A, de 2 em 2 horas, remédio B, de 3 em 3 horas e remédio C, de 6 em 6 horas. Caso o paciente utilize os três remédios às 8 horas da manhã, qual será o próximo horário de ingestão dos mesmos?

Respostas:

1. Calculamos o MMC entre 3, 4 e 6. Concluímos que após 12 dias, a manutenção será feita nas três máquinas. Portanto, dia 14 de dezembro.

2. Calculamos o MMC entre 2, 3 e 6. De 6 em 6 horas os três remédios serão ingeridos juntos. Portanto, o próximo horário será às 14 horas

4. RAZÃO E PROPORÇÃO.

Razão entre dois números não nulos a e b é o quociente entre esses dois números. Em uma razão do tipo $\frac{a}{b}$, o primeiro termo , o a, é o antecedente , e o segundo termo, o b, é chamado consequente.

Ex: Numa pesquisa indica que no Rio de Janeiro há 12 gatos para cada 10 ratos.

Indica-se : $\frac{12}{10}$ onde 12 é o antecedente e 10 é o consequente.

Escala: Uma das aplicações da razão entre duas grandezas se encontra na escala de redução ou escala de ampliação, conhecidas simplesmente como escala. Chamamos de escala de um desenho à razão entre o comprimento considerado no desenho e o comprimento real correspondente, ambos medidos na mesma unidade.

Escala = comprimento no desenho / comprimento real

Usamos escala quando queremos representar um esboço gráfico de objetos como móveis, plantas de uma casa ou de uma cidade, fachadas de prédios, mapas, maquetes, etc.

Proporção é uma igualdade entre duas razões.

A proporção $\frac{a}{b} = \frac{c}{d}$ é lida como "a está para b assim como c está para d"

Os termos a e d são os extremos e b e c são os meios.

Propriedades das proporções

1ª <u>propriedade</u> (propriedade fundamental):

Em uma proporção o produto dos meios é igual ao produto dos extremos.

Ex: $\frac{8}{12} = \frac{2}{3} \Rightarrow 8 \cdot 3 = 2 \cdot 12$

2ª <u>propriedade</u>: Em toda proporção, a somaou diferençados dois primeiros termos está para o primeiro(ou para o segundo) termo, assim como a soma ou diferença dos dois últimos está para o terceiro(ou para o quarto) termo.

$$\frac{a}{b}=\frac{c}{d}\Rightarrow\frac{a+b}{a}=\frac{c+d}{c}ou\frac{a+b}{b}=\frac{c+d}{d}$$

$$\frac{a}{b}=\frac{c}{d}\Rightarrow\frac{a-b}{a}=\frac{c-d}{c}ou\frac{a-b}{b}=\frac{c-d}{d}$$

3ª propriedade: Em toda proporção, a soma(ou diferença) dos antecedentes está para a soma(ou diferença) dos consequentes, assim como cada antecedenteestápara o seu consequente .

$$\frac{a}{b}=\frac{c}{d}\Rightarrow\frac{a+c}{b+d}=\frac{a}{b}ou\frac{a+c}{b+d}=\frac{c}{d}$$

$$\frac{a}{b}=\frac{c}{d}\Rightarrow\frac{a-c}{b-d}=\frac{a}{b}ou\frac{a-c}{b-d}=\frac{c}{d}$$

Problemas resolvidos

1. A razão da idade de Paulo para a idade de Ana é de $\frac{15}{14}$, e a soma das duas idades é 58. Quais são as idades?

Resolução: $\frac{P}{A}=\frac{15}{14}$ e P + A = 58

Pela 2ª propriedade temos: $\frac{P+A}{A}=\frac{15+14}{14}\Rightarrow\frac{58}{A}=\frac{29}{14}$

$\Rightarrow$ 29.A=58.14

$$A=\frac{812}{29}\Rightarrow A=28$$

P + A = 58 $\Rightarrow$ P + 28 = 58 $\Rightarrow$ P = 30

Resposta: Paulo tem 30 ano e Ana tem 28 anos.

2. Determine as medidas dos ângulos internos de um triângulo sabendo que elas são proporcionais aos números 10, 12 e 14 e que a soma dos ângulos internos de qualquer triângulo é 180.

Resolução: $\frac{a}{10}=\frac{b}{12}=\frac{c}{14}=\frac{180}{36}=5$

$$\frac{a}{10}=5\Rightarrow a=50$$

$$\frac{b}{12}=5\Rightarrow b=60$$

$$\frac{c}{14}=5\Rightarrow c=70$$

Resposta: Os ângulos medem 50º , 60º e 70º

Problemas

1. Aplicando as propriedades das proporções, vamos determinar os números a e b de acordo com a seguintes condições:

a) $\frac{a}{b}=\frac{5}{4}$ com a + b = 108 c) $\frac{a}{9}=\frac{b}{7}$ com a + b = 80

b) $\frac{a}{b}=\frac{10}{7}$ com a – b = 54 d) $\frac{a}{11}=\frac{b}{6}$ coma – b = 55

2. Numa sala de aula há 21 alunos entre homens e mulheres. A razão do nº de homens para o nº de mulheres é de 3 para 4. Quantos homens e quantas mulheres há nessa sala?

3. A diferença entre as quantias que Karina e Cristina têm é de 200 reais. Sabendo que a razão entre a quantia de Karina e a quantia de Cristina é de 7 para 5. Calcule as duas quantias.

4. Em uma quitanda o nº de maçãs está para 5 assim como o nº de bananas está para 3. Sabendo que entre maçãs e bananas são 120, determine quantas são as maçãs e as bananas.

5. Para fazer uma limonada, misturamos suco de limão com água na razão de 2 para 5. Quantos litros de suco de limão e quantos litros de água serão necessários para fazer 42 litros de limonada?

6. Sabendo que a massa do cubo está para 5 assim como a massa da esfera está para 4 e que as duas juntas pesam 36 gramas, calcule quantos gramas tem cada um.

7. Um time de basquete disputou em um campeonato 81 partidas, entre as quais o nº de vitórias está para o nº de derrotas assim como 7 está para 2. Quantas partidas esse time venceu no campeonato?

8. **(Concurso DETRAN/SP 2013-Oficial Est. De Transito--VUNESP)** O semáforo para travessia de pedestres na rua Aurora é programado para ficar fechado para automóveis por 50 segundos e aberto por 2 minutos e meio. O semáforo da rua Glória, que conserva a mesma razão entre o tempo aberto e o tempo fechado do semáforo da rua Aurora, é programado para ficar fechado para automóveis por 35 segundos e aberto por

(A) 1min 10s.
(B) 1min 30s.
(C) 1min 05s.
(D) 1min 55s.
(E) 1min 45s.

Respostas

1. a) a = 60 e b = 48
b) a= 180 e b = 126
c) a = 45 e b = 35
d) a = 121 e b = 66

2. 9 homens e 12 mulheres

3. K – C = 200

$$\frac{K}{C}=\frac{7}{5}$$

$$\frac{K-C}{K}=\frac{7-5}{7}$$

$$\frac{200}{K}=\frac{2}{7}$$

2K = 7 . 200
2K = 1400
K =
K = 700
K – C = 200
700 – C = 200
- C = 200 – 700
- C = - 500 (-1)

C = 500

Resp.; Karina tem 700 reais e Cristina tem 500 reais

4. 75 maçãs e 45 bananas

5. l2 litros de limão e 30 litros de água

6. cubo pesa 20 gramas e esfera pesa 16 gramas

7. venceu 63 partidas

8. $\frac{F}{A}=\frac{50}{150}=\frac{35}{x}$

50.x = 150 . 35
50 . x = 5250
x = 105 seg.
x = 1 min e 45 seg.
Resp: Alternativa E

5. PORCENTAGEM.
6. REGRA DE TRÊS SIMPLES.

Porcentagem

Diariamente jornais, TV, revistas apresentam notícias que envolvem porcentagem; em um passeio pelo comércio de nossa cidade vemos cartazes anunciando mercadorias com desconto e em boletos bancários também nos deparamos com porcentagens.

A porcentagem é de grande utilidade no mercado financeiro, pois é utilizada para capitalizar empréstimos e aplicações, expressar índices inflacionários e deflacionários, descontos, aumentos, taxas de juros, entre outros. No campo da Estatística possui participação ativa na apresentação de dados comparativos e organizacionais.

É frequente o uso de expressões que refletem acréscimos ou reduções em preços, números ou quantidades, sempre tomando por base 100 unidades. Alguns exemplos:

A gasolina teve um aumento de 15%

Significa que em cada R$100 houve um acréscimo de R$15,00

O funcionário recebeu um aumento de 10% em seu salário.

Significa que em cada R$100 foi dado um aumento de R$10,00

As expressões 7%, 16% e 125% são chamadas taxas centesimais ou taxas percentuais

Porcentagem é o valor obtido ao aplicarmos uma taxa percentual a um determinado valor. É representado por uma fração de denominador 100 ou em número decimal.

Ex: 25% = $\frac{25}{100}$ = 0,25 = $\frac{1}{4}$ (fração irredutível)

Porcentagem na forma decimal

43% = 43/100 = 0,43, então 0,43 corresponde na forma decimal a 43%

0,7 = 70/100= 70%

Importante: Fator de Multiplicação.

Se há um <u>acréscimo</u> de 10% a um determinado valor, podemos calcular o novo valor apenas multiplicando esse valor por **1,10**, que é o fator de multiplicação. Se o acréscimo for de 30%, multiplicamos por **1,30**, e assim por diante. Veja:

Acréscimo	Fator de Multiplicação
11%	1,11
15%	1,15
20%	1,20
65%	1,65
87%	1,87

Ex: Aumentando 10% no valor de R$10,00 temos: 10 . 1,10 = R$ 11,00

No caso de haver um <u>decréscimo</u>, o fator de multiplicação será:

Fator de Multiplicação = 1 - taxa de desconto (na forma decimal). Veja :

Desconto	Fator de Multiplicação
12%	0,88
26%	0,74
36%	0,64
60%	0,40
90%	0,10

Ex: Descontando 10% no valor de R$10,00 temos: 10 . 0,90 = R$ 9,00

Você deve lembrar que em matemática a palavra de indica uma multiplicação**,** logo para calcularmos 12% de R$ 540,00 devemos proceder da seguinte forma:

12% de 540 = $\frac{12}{100}$. 540 = $\frac{6480}{100}$ = 64,8 ; logo 12% de R$ 540,00 é R$ 64,80

Ou

0,12 de 540 = 0,12 . 540 = 64,8 (nos dois métodos encontramos o mesmo resultado)

Utilizaremos nosso conhecimento com porcentagem pra a resolução de problemas.

Ex: 1. Sabe-se que 20% do número de pessoas de minha sala de aula são do sexo masculino. Sabendo que na sala existem 32 meninas, determine o número de meninos.

Resolução: se 20% são homens então 80% são mulheres e x representa o nº total de alunos, logo: 80% de x = 32 $\Rightarrow$ 0,80 . x = 32 $\Rightarrow$ x = 40

Resp: são 32 meninas e 8 meninos

2. Em uma fabrica com 52 funcionários, 13 utilizam bicicletas como transporte. Expresse em porcentagem a quantidade de funcionários que utilizam bicicleta.

Resolução: Podemos utilizar uma regra de três simples.

52 funcionários 100%
13 funcionários ..... x%
52.x = 13.100
52x = 1300
x= 1300/52
x = 25%

Portanto, 25% dos funcionários utilizam bicicletas.

Podemos também resolver de maneira direta dividindo o nº de funcionários que utilizam bicicleta pelo total de funcionários $\Rightarrow$ 13 : 52 = 0,25 = 25%

Problemas

1. **(Concurso de Agente Fiscal Sanitário-Prefeitura de Indaiatuba-SP-2013)** Ao comprar um eletrodoméstico em uma loja que estava dando 20% de desconto, o cliente ganhou um desconto de R$500,00. Qual era o preço do eletrodoméstico e quanto foi pago por ele respectivamente.

a) R$2.720,00 e R$2.240,00
b) R$1.900,00 e R$1.400,00
c) R$2.500,00 e R$2.000,00
d) R$3.500,00 e R$3.000,00

2. **(Concurso de Agente Fiscal Sanitário-Prefeitura de Indaiatuba-SP-2013)** Todo mês vem descontado na folha de pagamento de um trabalhador o valor de 280,00 reais. Sabendo que o salário bruto deste trabalhador é de R$1.400,00, este desconto equivale a quantos por cento do salário do trabalhador?

a) 5%
b) 20%
c) 2%
d) 25%

3. O preço de uma casa sofreu um aumento de 20%, passando a ser vendida por 35 000 reais. Qual era o preço desta casa antes deste aumento?

4. Um celular foi comprado por R$ 300,00 e revendido posteriormente por R$ 340,00, qual a taxa percentual de lucro ?

5. Um aluno teve 30 aulas de uma determinada matéria. Qual o número máximo de faltas que este aluno pode ter sabendo que ele será reprovado, caso tenha faltado a 30% das aulas ?

6. Um comerciante que não possuía conhecimentos de matemática, comprou uma mercadoria por R$200,00. Acresceu a esse valor, 50% de lucro. Certo dia, um freguês pediu um desconto, e o comerciante deu um desconto de 40% sobre o novo preço, pensando que, assim, teria um lucro de 10%. O comerciante teve lucro ou prejuízo? Qual foi esse valor?

7. Numa sorveteria, 30% dos 250 sorvetes vendidos por dia são de sabor morango. Quantos sorvetes de morango são vendidos por dia nessa sorveteria?

8. Numa eleição, 65000 pessoas votaram. O candidato que venceu recebeu 55% do total dos votos. O outro candidato recebeu 60% dos votos do candidato que venceu. Os demais foram votos brancos ou nulos. Quantos votos brancos ou nulos existiram nessa eleição?

9. O professor André trabalha 150 horas por mês e ganha R$ 20,00 (vinte reais) por hora trabalhada. No mês que vem, ele vai ter um aumento de 25% sobre o valor da hora trabalhada. Quanto o professor André vai passar a receber em um ano de trabalho com o seu novo salario?

10. Tiago, André e Gustavo foram premiados em um ”bolão” do Campeonato Brasileiro. Tiago vai ficar com 40% do valor total do premio enquanto André e Gustavo vão dividir o restante igualmente entre dois. Se Gustavo vai receber R$ 600,00, então qual é o premio total?

Respostas

1. Para resolver usamos uma regra de Três simples e direta

valor	%
500	20
X	100

Multiplicando em Cruz temos
20 x = 500 . 100
20 x = 50000
X = 50000/20
X = 2500
O preço do eletrodoméstico era 2500 reais e o valor pago foi 2000 reais
Resp: Alternativa C

2. Para saber a porcentagem do desconto de maneira rápida dividimos o desconto pelo salário bruto
280 : 1400 = 0,20 = 20%
Resp: Alternativa B

3. 29166,67 reais
4. 13,33%
5. No máximo 8 aulas
6. Prejuízo de 20 reais
7. 75 sorvetes
8. 7800 votos
9. 45000 reais
10. 2000 reais

Regra de três simples

Regra de três simples é um processo prático para resolver problemas que envolvam quatro valores dos quais conhecemos três deles. Devemos, portanto, determinar um valor a partir dos três já conhecidos.

Como resolver uma regra de três simples:

1º) Construir uma tabela, agrupando as grandezas da mesma espécie em colunas e mantendo na mesma linha as grandezas de espécies diferentes em correspondência.

2º) Identificar se as grandezas são diretamente ou inversamente proporcionais.

3º) Montar a proporção e resolver a equação.

Ex: 1. Uma roda dá 80 voltas em 20 minutos. Quantas voltas dará em 28 minutos?

Resolução: as grandezas envolvidas são número de voltas e tempo(minutos). Se em 20 minutos dá 80 voltas, aumentando o tempo, aumenta o número de voltas. Quando as duas grandezas aumentam ou diminuem na mesma proporção, a regra de três é direta.

voltas	minutos
↑ 80	↑ 20
X	28

Quando a regra de três é direta indicamos com flechas no mesmo sentido e resolvemos multiplicando em cruz.

20.x= 80.28
20.x = 2240

$$x = \frac{2240}{20} = 112$$

Resposta: 112 voltas

2. Um avião à velocidade de 800 km por hora, leva 42 minutos para ir de São Paulo a Belo Horizonte. Se a velocidade do avião fosse 600 km por hora, em quanto tempo iria fazer a mesma viagem?

Resolução: As grandezas envolvidas são velocidade e tempo(minuto). A 800 km/h o tempo gasto é 42 minutos, diminuindo a velocidade o tempo gasto deverá aumentar. Quando uma grandeza diminui e a outra aumenta na mesma proporção a regra de três é inversa . Nesse caso as flechas são em sentidos contrários.

Velocidade	tempo
↑ 800	↓ 42
600	x

Invertemos uma das flechas e procedemos como no caso anterior.

Velocidade	tempo
↑ 800	↑ x
600	42

600.x = 800.42
600.x = 33600

$$x = \frac{33600}{600} = 56$$ Resposta: 56 minutos

Problemas

1. Um trem, deslocando-se a uma velocidade média de 400Km/h, faz um determinado percurso em 3 horas. Em quanto tempo faria esse mesmo percurso, se a velocidade utilizada fosse de 480km/h?

2. Uma equipe de operários, trabalhando 8 horas por dia, realizou determinada obra em 20 dias. Se o número de horas de serviço for reduzido para 5 horas, em que prazo essa equipe fará o mesmo trabalho?

3. Quatro trabalhadores constroem uma casa em 8 dias. Em quanto tempo, dois trabalhadores constroem uma casa?

4. Um certo homem percorre uma via de determinada distância com uma bicicleta. Sabendo-se que com a velocidade de 05 Km/h, ele demora 06 horas, quanto tempo este homem gastará com sua bicicleta para percorrer esta mesma distância com uma velocidade 03 Km/h.

5. Um carro, à velocidade de 60km/h, faz certo percurso em 4 horas. Se a velocidade do carro fosse de 80km/h, em quantas horas seria feito o mesmo percurso?

6. Para transportar um certo volume de areia para uma construção foram utilizados 30 caminhões, carregados com 4 m^3 de areia cada um. Adquirindo-se caminhões com capacidade para 12 m^3 de areia, quantos caminhões seriam necessários para fazer o serviço?

7. Uma fabrica engarrafa 3000 refrigerantes em 6 horas. Quantas horas levará para engarrafar 4000 refrigerantes?

8.Com 14 litros de tinta podemos pintar uma parede de 35 m². Quantos litros são necessários para pintar 15 m^2 de parede?

9. Para se obterem 28 kg de farinha, são necessários 40 kg de trigo. Quantos quilogramas do mesmo trigo são necessários para se obterem 7 kg de farinha?

10. Se 3 torneiras conseguem encher um tanque em 2 horas, quanto tempo demorará em esse tanque encher quando uma das torneiras não for aberta?

11. Para fazer três bolos, um confeiteiro usa 750 g de farinha de trigo. Quantos bolos iguais aos anteriores podem ser feitos com 3 kg de farinha?

Respostas

1. 2,5 horas
2. 32 dias
3. 16 dias
4. 10 horas
5. 3 horas
6. 10 caminhões
7. 8 horas
8. 6 litros
9. 10 kg
10. 3 horas
11. 12 bolos

7. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES.

A média aritmética simples é a mais utilizada no nosso dia-a-dia. A média aritmética simples de dois ou mais termos é o quociente da soma dos números dados pela quantidade de números somados.

Ex: Encontre a média em matemática de um aluno que teve nota 6 na 1ª prova, nota 8 na 2ª prova e nota 10 no trabalho.

Resolução: $M = \frac{6+8+10}{3} = \frac{24}{3} = 8$

Resp: A média do aluno é 8.

Problemas

1. O número de passageiros de uma linha de ônibus, em um determinado horário, foi de 27 passageiros na 2.ª feira, 49 na 3.ª feira, 53 na 4.ª feira, 22 na 5.ª feira e 59 passageiros na 6.ª feira. O número de passageiros da 6.ª feira, a mais do que a média aritmética diária de passageiros nesses cinco dias, foi:

(A) 17.
(B) 22.
(C) 38.
(D) 42.
(E) 59

2. A média salarial de 9 indivíduos é de R$ 680,00. Acrescentando a esse cálculo o salário de um novo indivíduo, o Sr. João, a média salarial dos 10 indivíduos passa para R$ 700,00. Nas condições dadas, o salário do Sr. João, em reais, é de

(A) 750,00.
(B) 780,00.
(C) 800,00.
(D) 840,00.
(E) 880,00.

3. Em uma casa, há 5 potes de biscoitos. Considerando-se todos os biscoitos desses 5 potes há, em média, 3 biscoitos por pote. Se for acrescentado mais um pote com alguns biscoitos dentro, então a média de biscoitos por pote passará a ser de 4. Portanto, o número de biscoitos do último pote acrescentado era:

(A) 6.
(B) 7.
(C) 8.
(D) 9.
(E) 10.

4. Calcular a média aritmética entre os números 3, 4, 6, 9 e 13**.**

5. (FUVEST) Sabe-se que a média aritmética de 5 números inteiros distintos, estritamente positivos, é 16**.** O maior valor que um desses inteiros pode assumir é:

a) 16
b) 20
c) 50
d) 70
e) 100

Respostas

1. 17
2. E
3. D
4. 7
5. D

8. EQUAÇÃO DO 1º GRAU.
9. SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU.

Equação de 1° grau

As equações do primeiro grau são sentenças abertas que podem ser representadas sob a forma de ax + b = 0, em que a e b são números reais , com $a \neq 0$ e x é a variável. Numa equação do 1º grau a expressão que está situado a esquerda do sinal de igual é o 1º membro da equação e a expressão que está à direita é o 2º membro da equação. O elemento desconhecido de uma equação é chamado de incógnita ou variável.

Ex: x + 5 = 18
x + 5 é o 1º membro
18 é o 2º membro
x é a variável ou incógnita

Para resolver uma equação do 1º grau isolamos no 1º membro os termos que apresentam variável e no 2º membro os termos que não apresentam variável. Podemos mudar os termos de um membro para outro quando necessário, porém usando a operação inversa, ou seja, o que está multiplicando passa dividindo e o que está dividindo passa multiplicando. O que está somando passa subtraindo e o que está subtraindo passa somando.

Ex:
2x + 8 = 20
2x = 20 – 8 (o nº 8 passou subtraindo porque estava somando)
2x = 12

$x = \frac{12}{2}$ (o nº 2 que estava multiplicando passou dividindo)

x = 6 (6 é o resultado, ou seja, a raiz da equação)

As equações de 1º grau podem apresentar parênteses ou frações que devem ser trabalhadas usando conteúdos necessários em cada caso até encontrar o resultado da variável. Ex: Resolva a equação:

$$\frac{3x+1}{5}-\frac{2x+3}{3}=x-4$$
$$m.m.c.(5,3)=15$$
$$\frac{15(3x+1)}{5}-\frac{15(2x+3)}{3}=15(x-4)$$
$$3(3x+1)-5(2x+3)=15x-60$$
$$9x+3-10x-15=15x-60$$
$$9x-10x-15x=-60+15-3$$
$$(-1).-16x=-48.(-1)$$
$$16x=48$$
$$x=\frac{48}{16}$$
$$x=3$$

Equação sem solução

Às vezes, uma equação não tem solução para um certo universo de números. Nesse caso, dizemos que ela é impossível ou que a solução é vazia.

Ex: resolver a equação.

$$\frac{x}{2}+\frac{x-1}{3}=\frac{5x}{6}$$
$$m.m.c.(2,3,6)=6$$
$$\frac{3x}{6}+\frac{2(x-1)}{6}=\frac{5x}{6}$$
$$3x+2x-2=5x$$
$$3x+2x-5x=2$$
$$0x=2(\textit{sentença falsa})$$

Não existe nenhum número que multiplicado por 0 resulte em 2. S= ϕ (conj. vazio)

Equação com infinitas soluções

Há casos em que todos os números do universo considerado são raízes da equação. Dizemos que ela tem infinitas soluções.

Ex: resolv ˜

$$\frac{x-1}{3}=\frac{2x-2}{6}$$
$$m.m.c.(3,6)=6$$
$$\frac{2(x-1)}{6}=\frac{2x-2}{6}$$
$$2x-2=2x-2$$
$$2x-2x=-2+2$$
$$0x=0(\textit{sentença verdadeira})$$

Como qualquer número multiplicado por zero é igual à zero, a equação tem infinitas soluções

Sistema de equações do 1º grau com duas variáveis

Um sistema de equações é chamado sistema de equações do 1º grau com duas variáveis quando todas as equações que formam o sistema são do 1º grau e possuem as mesmas variáveis. A solução de um sistema de equações do 1ºgrau com duas variáveis x e y é o par ordenado (x, y) que satisfaz, simultaneamente, ambas as equações.

Vamos estudar dois métodos de resolução de um sistema: método da adição e método da substituição. O método da substituição estabelece "extrair" o valor de uma variável e substituir esse valor na outra equação. O método da adição consiste apenas em somar os termos das equações fornecidas eliminando uma variável . Devemos escolher o método de resolução que mais se adequar ao exercício que estamos resolvendo.

Ex: Resolver o sistema :

$$\begin{cases} x+y=20 \\ 3x+4y=72 \end{cases}$$

É possível resolver este sistema usando qualquer um dos métodos.

Método da substituição:

$$\begin{cases} x+y=20 \quad (1) \\ 3x+4y=72 \quad (2) \end{cases}$$

Na equação 1 isolamos o x
x = 20 – y e substituímos na equação2
3 (20 – y) + 4 y = 72
60 – 3y + 4y = 72
y = 12 x = 20 – y $\Rightarrow$ x = 8 , logo S = (8, 12)

Método da adição:

Multiplicamos a primeira equação por -3 para poder eliminar uma variável que será o x

$$\begin{cases} x+y=20 \quad (-3) \\ 3x+4y=72 \end{cases}$$

Agora, o sistema fica assim:

$$\begin{cases} -3x-3y=-60 \\ 3x+4y=72 \end{cases}$$

Adicionando as duas equações:

y = 12 agora substituímos o valor de y em uma das equações para encontrar o valor de x

x + y = 20 $\Rightarrow$ x + 12 = 20 $\Rightarrow$ x = 20 – 12 $\Rightarrow$ x = 8 , logo S = (8, 12)

Problemas com equação de 1° grau

Quando vamos resolver um problema devemos:

- Ler o problema com atenção e levantar os dados
- Fazer a tradução do enunciado do problema para a linguagem matemática usando letras n° e símbolos
- Resolver a equação encontrada
- Analisar o resultado e dar a resposta conveniente

Problemas

1. Dois quintos do meu salário são reservados para o aluguel e a metade é gasta com a alimentação, restando ainda R$ 45,00 para gastos diversos. Qual é o meu salário?

2. Se eu adicionar 8 à quantidade de carrinhos que possuo, ficarei com a mesma quantidade de carrinhos de meu irmão, se dos 28 que ele possui, for retirada a quantidade que eu possuo. Quantos carrinhos eu tenho?

3. Comprei 7,5 kg de um produto e recebi um troco de R$ 1,25. Caso eu tivesse comprado 6 kg, o troco teria sido de R$ 5,00. Quanto dei de dinheiro para pagar a mercadoria?

4. A soma da minha idade, com a idade de meu irmão que é 7 anos mais velho que eu dá 37 anos. Quantos anos eu tenho de idade?

5. Tenho a seguinte escolha: Ou compro 20 unidades de um produto com todo o dinheiro que tenho, ou compro apenas 14 unidades e ainda me sobra um troco de R$ 30,00. Qual o valor unitário deste produto?

6. Numa loja, um vendedor de tecidos ganha mensalmente um salário de R$ 350,00, mais uma comissão de R$ 1,20 por metro vendido. Na loja concorrente o vendedor ganha um salário fixo de R$ 400,00 mais uma comissão de R$ 0,80 por metro vendido. Para que eles tenham o mesmo salário no final do mês, quantos metros cada um deverá vender?

7. Uma empresa de produtos de beleza contratou certo número de consultoras para fazer a apresentação de seus produtos de casa em casa. Sua meta era que fossem visitadas todas as casas de determinado bairro. Se cada consultora visitasse 100 casas, 80 delas não seriam visitadas. Como todas foram visitadas e cada consultora visitou 105, o número de casas desse bairro é:

8. Na cantina da escola, há pirulitos com sabor morango e uva, num total de 184 pirulitos. A diferença entre as quantidades dos sabores morango e uva, nessa ordem, é 50. Quantos pirulitos sabor uva há na cantina?

9. Ana e José são casados e cada um tem seu emprego. Ana ganha mais que José e os dois juntos ganham 4260 reais. A diferença entre os salários é de 540 reais. Qual o salário de cada um?

10. A idade de Silvia é o dobro da idade de Luiza e, dentro de 8 anos, a soma das idades será 43 anos. Quais as idades atuais?

11 .– Bom dia , minhas cem pombinhas, disse o gavião a um bando de aves. – Cem pombas não somos nós, disse uma delas. Para sermos cem, é necessário outro tanto de nós, mais a metade de nós, mais a quarta parte de nós e contigo, gavião, cem aves seremos nós. Quantas pombas havia no pombal?

Respostas

1.Vamos representar o meu salário com a letra x

Aluguel : $\frac{2}{5}$ do salário = $\frac{2}{5}$ x

Alimentação : $\frac{1}{2}$ do salário = $\frac{x}{2}$

Gastos diversos : 45

aluguel + alimentação+gastos diversos é igual ao sálario

$\frac{2}{5}x + \frac{x}{2} + 45 = x$

$\frac{4x+5x+450}{10} = \frac{10x}{10}$

9x + 450 = 10x
9x – 10 x = -450
-x = -450 (-1)
X = 450
Resp: Meu salario é 450 reais

2. Quantidade de carrinhos que eu possuo: x
X + 8 = 28 – x
X + x = 28 – 8
2x = 20
X = 20/2
X = 10
Resp: Eu possuo 10 carrinhos

3. 6 kg e receber 5,00 de troco, por isso vamos igualar formando uma equação de 1° grau. Vamos representar por x o valor do kg
7,5 . x + 1,25 = 6 . x + 5
7,5 x - 6x = 5 - 1,25
1,5 x = 3,75
x = 3,75/1,5
x = 2,50 (preço por kg)
Para saber quanto dei de dinheiro, vamos substituir 2,50 no lugar do x na equação. Podemos escolher o 1° termo ou o 2° que o resultado será o mesmo. vou escolher o 2° membro
6.x + 5
6. 2,50 + 5 =15 + 5 = 20
Resp: 20 reais

4. Minha idade : x
Idade de meu irmão : x + 7
X + x + 7 = 37
2x + 7 = 37
2 x = 37 – 7
2x = 30
X = 15 anos
Resp: Eu tenho 15 anos

5. Vamos considerar x o valor do produto
20.x = 14 . x + 30
20 . x – 14 . x = 30
6. x = 30
X = 30/6
X = 5
Resp: O valor unitário desse produto é 5 reais

6. X – quantidade de metros vendidos
Salário do vendedor A – 350 + 1,20.x
Salário do vendedor B – 400 + 0,80.x
Como de acordo com o problema os salário devem ser iguais:
350+1,20.x = 400+0,80.x
1,20.x – 0,80.x = 400 – 350
0,40.x = 50
X = 50/0,40
X = 125 metros
Resp: Para que tenham mesmo salário terão que vender 125 metros de tecido cada um.

7. Vamos considerar x o n° de consultoras
100 . x + 80 = 105 . x
100 . x – 105 . x = - 80
- 5 x = -80 (-1)
5x = 80
X = 80/5
X =16 consultoras
Como a pergunta é o n° de casas, então valos multiplicar o n° de consultoras por 105, que será 105 . 16 = 1680 casas

8. $\begin{cases} M + U = 184 \\ M - U = 50 \end{cases}$

2M = 234
M = 117
U = 184 – 117
U = 67 pirulitos sabor uva

9. $\begin{cases} A + J = 4260 \\ A - J = 540 \end{cases}$
2A = 4800
A = 2400
J = 4260 – 2400
J = 1860
Resp: Ana ganha 2400 reais e José ganha 1860 reais

10.Silvia – S
Luiza – L
S = 2L
S + 8 + L + 8 = 43
S + L + 16 = 43
S + L = 43 – 16
S + L = 27
2L + L = 27
3 L = 27
L = 9
S = 2L
S = 2.9
S = 18
Resp: Luiza tem 9 anos e Silvia tem 18 anos

11. x – n° de pombas
$x + x + \frac{x}{2} + \frac{x}{4} + 1 = 100$
$\frac{4x+4x+2x+x+4}{4} = \frac{400}{4}$

11x + 4 = 400
11x = 396
X = 36
Resp: São 36 pombas

10. SISTEMA MÉTRICO: MEDIDAS DE TEMPO, COMPRIMENTO, SUPERFÍCIE E CAPACIDADE.

Medidas

Para que uma medida seja completamente entendida, deve ser indicada por um número acompanhada de uma unidade de medida.

Já conhecemos o metro, centímetro, o quilômetro. Mas existem outras como a unidade de tempo e de medidas de área.

Várias são as situações em que o ato de medir está presente, por exemplo:

- o prof. Mede o tempo que gastará em uma aula;
- a dona de casa mede o peso dos ingredientes de uma receita;
- a costureira mede o comprimento do tecido;

Por um longo tempo o costume de se usarem partes do corpo para efetuarem medidas foi muito comum, por exemplo: o pé, o cúbito, a jarda, o palmo...o que causava muita divergência de medida.

Para evitar problemas causado pela diversidade de unidades, foi criado na França, em 1799, o **sistema métrico decimal,** que estabeleceu três medidas-padrão: o metro, o litro e o quilograma. Essa padronização facilitou algumas relações entre os povos, principalmente as relações comerciais. Em 1960, foi instituído um novo sistema de unidades de medida: o Sistema Internacional de Medidas (SI), que engloba outras unidades padrão e que é usado até hoje na maioria dos países.

Padrão: base de comparação determinada por um órgão oficial que a consagrou como modelo aprovado.

Unidade de medida de comprimento

Por determinação do SI a unidade de medida de comprimento é o metro, abreviado por m.
O metro pode tornar-se uma unidade inconveniente para medir, por exemplo, o comprimento de uma estrada ou a altura de uma formiga.
Para se contornar mais problemas foram criados alguns múltiplos e submúltiplos dessa unidade padrão

quilômetro	hectômetro	decâmetro	Metro	decímetro	centímetro	milímetro
km	hm	dam	m	dm	cm	mm
1000m	100m	10m	1m	0,1m	0,01m	0,001m

Repare que cada unidade é dez vezes maior que a unidade que a antecede.
Esse sistema de medida chama-se decimal porque a transformação de uma unidade em outro é feita multiplicando-se ou dividindo-se uma delas por uma potência de 10.
Para transformar uma unidade de comprimento em outra imediatamente inferior, basta multiplica-la por 10
Ex: 1,25 km = (1,25 . 10) hm = 12,5 hm
Para transformar uma unidade de comprimento em outra imediatamente superior, basta dividi-la por 10.
Ex: 328,5 cm = (328,5 : 10) dm = 32,85 dm
Para adicionarmos ou subtrairmos medidas, as unidades devem ser iguais. Então vamos determinar a seguinte soma em metros:
S = 3,487 km + 7540 cm
Como o problema quer a resposta em metros, façamos a transformação para metros:
3, 487 km = (3,487 . 1000) m = 3487 m
7540 cm = (7540 : 100) m = 75,40 m
Logo: 3487 m + 75,40 m = 3562,40 m
Para transformarmos uma unidade em outra inferior, basta deslocarmos a vírgula para a direita tantas casas forem as casas da transformação.
Para transformarmos uma unidade em outra superior, basta deslocarmos a vírgula para a esquerda tantas casas quantas forem as casas da transformação.

Perímetro

Chamamos de perímetro de um polígono a soma dos comprimentos de todos os seus lados.
O perímetro é indicado por 2p.
O perímetro de uma sala retangular de 4m por 6 m é :
2p = 4m + 4m + 6m + 6m = 20 m

Unidade de medida de Área

A unidade padrão de área definida pelo SI é o metro quadrado, (m^2). É definida como a superfície plana ocupada por um quadrado de lado 1 metro.
O metro quadrado não é uma boa unidade para se medir áreas muito grandes, como a área ocupada por uma floresta, ou para medir áreas muito pequenas, como a superfície de uma caixa de fósforo. Assim foram criados múltiplos e submúltiplos dessa unidade padrão:

Quilômetro quadrado	Hectômetro quadrado	Decâmetro quadrado	Metro quadrado	Decímetro quadrado	Centímetro quadrado	Milímetro quadrado
km^2	hm^2	dam^2	m^2	dm^2	cm^2	mm^2
$1000000m^2$	$10000m^2$	$100m^2$	$1m^2$	$0,01m^2$	$0,0001m^2$	$0,000001m^2$

Para transformarmos uma unidade em outra inferior, basta deslocarmos a vírgula para a direita o dobro de casas quantas forem as casas da transformação.
Ex: 45 m^2 = 450000 cm^2
3,256 cm^2 = 325,6 mm^2
Para transformarmos uma unidade em outra superior, basta deslocarmos a vírgula para a esquerda o dobro de casas quantas forem as casas da transformação .
Ex: 5432 cm^2 = 0,5432 m^2
456 m^2 = 0,0456 hm^2

Vamos calcular a área de um retângulo em dmque tenha 4m de base e 2m de altura.

A área do retângulo calcula-se multiplicando a base pela altura.

$A = 4m \cdot 2m = 8m^2$

$8m^2 = 800\ dm^2$, logo a área de retângulo é $800\ dm^2$.

Unidade de medida agrária

Para medir grandes áreas em terras, tais como chácara, sítios e fazendas, são utilizadas unidades de medida agrária. A unidade padrão de medida agrária é o are, abreviado por a.

O are é definido como a superfície plana ocupada por um quadrado cujo lado mede 10 metros de comprimento. Os mais importantes múltiplos e submúltiplos do are estão na tabela abaixo:

Hectare	Are	Centiare
ha	a	ca
$10.000\ m^2$	$100\ m^2$	$1\ m^2$

Repare que cada unidade é cem vezes maior que a unidade que a antecede

1 ha = 100 a

1 a = 100 ca

Para transformarmos uma unidade em outra, basta deslocarmos a vírgula para a esquerda ou para a direita o dobro de casas quantas forem as casas da transformação .

Embora a unidade padrão seja o are, no interior do Brasil é muito comum encontrar como unidade agrária o alqueire, porém, por não ser uma medida padrão, essa unidade varia de acordo com a região

Alqueire paulista = $24.200\ m^2$

Alqueire Mineiro = $48.400\ m^2$

Alqueire nortista = $27.225\ m^2$

Problemas

1. João é jardineiro e precisa colocar grama em toda a área de um terreno retangular cujas dimensões são 3,2 m e 1,2 m. Sabendo que um metro quadrado de grama custa R$ 2,50, calcule quanto João vai gastar.

2. Se o perímetro de um quadrado é de 72 cm, qual é a medida de cada lado desse quadrado?

3. Um fazendeiro pretende cercar um terreno retangular de 120 m de comprimento por 90 m de largura. Sabe-se que a cerca terá 5 fios de arame. Quantos metros de arame serão necessários para fazer a cerca? Se o metro de arame custa R$ 12,00, qual será o valor total gasto pelo fazendeiro?

4. (ENEM-2011) Em uma certa cidade, os moradores de um bairro carente de espaços de lazer reivindicam à prefeitura municipal a construção de uma praça. A prefeitura concorda com a solicitação e afirma que irá construí-la em formato retangular devido às características técnicas do terreno. Restrições de natureza orçamentária impõem que sejam gastos, no máximo, 180 m de tela para cercar a praça. A prefeitura apresenta aos moradores desse bairro as medidas dos terrenos disponíveis para a construção da praça:

Terreno 1: 55 m por 45 m
Terreno 2: 55 m por 55 m
Terreno 3: 60 m por 30 m
Terreno 4: 70 m por 20 m
Terreno 5: 95 m por 85 m

Para optar pelo terreno de maior área, que atenda às restrições impostas pela prefeitura, os moradores deverão escolher o terreno

A) 1.
B) 2.
C) 3.
D) 4.
E) 5.

Respostas

1. R$ 9,60

2. Sabemos que o quadrado é um quadrilátero com todos os lados congruentes (com a mesma medida). Dessa forma, para determinar a medida de cada lado teremos que dividir o perímetro por 4.

Assim,

$L = 72 \div 4 = 18$ cm

3. O total de arame gasto para contornar todo o terreno será igual à medida do perímetro da figura. Como a cerca terá 5 fios de arame, o total gasto será 5 vezes o valor do perímetro. Cálculo do perímetro: 2p = 120m + 90m + 120m + 90m = 420 m Total de arame gasto: 5.420 = 2100 m de arame para fazer a cerca. Como cada metro de arame custa R$ 12,00, o gasto total com a cerca será de: 2100.12 = R$ 25.200,00

4. Calculando o perímetro de cada terreno temos:
Terreno 1 – 200 m
Terreno 2 – 220 m
Terreno 3 – 180 m
Terreno 4 – 180 m
Terreno 5 – 360 m

Como a prefeitura dispõe de 180 metros de tela para cercar o terreno, apenas o terreno 3 e 4 atendem à restrição da prefeitura. Entre os dois terrenos temos que optar pelo de maior área.

Terreno $3 = 60 \cdot 30 = 1800\ m^2$

Terreno $4 = 70 \cdot 20 = 1400\ m^2$

Resp. O de maior área é o terreno 3

Alternativa C

Volume

Quando compramos leite ou suco, ou abastecemos o carro com combustível, o preço desses produtos é calculado de acordo com o volume que estamos adquirindo.

O volume pode ser entendido como o espaço ocupado por um objeto. Quando trabalhamos com recipientes, como garrafas e copos, é comum nos referirmos ao espaço interno deles. Esse volume recebe a denominação de capacidade.

Para calcularmos o volume de um paralelepípedo, basta multiplicarmos as 3 dimensões.

V = altura x largura x comprimento

Tanto o volume de um objeto como sua capacidade podem ser medidos por meio de duas unidades padrão, que estudaremos separadamente: o litro e o metro cúbico

Metro cúbico (m^3)

Pelo Sistema Internacional de Medidas (SI), o metro cúbico é a unidade padrão de medida de volume. Ele é definido como o espaço ocupado por um cubo cujo comprimento da aresta é um metro. Seu volume é dado por: $V= a^3$

Os múltiplos e submúltiplos do metro cúbico estão na tabela abaixo:

Quilômetro cúbico	Hectômetro cúbico	Dacâmetro cúbico	Metro cúbico	Decímetro cúbico	Centímetro cúbico	Milímetro cúbico
km^3	hm^3	dam^3	m^3	dm^3	cm^3	mm^3
$1000000000m^3$	$1000000m^3$	$1000m^3$	$1m^3$	$0,001m^3$	$0,000001m^3$	$0,000000001m^3$

Repare que cada unidade é mil vezes maior que a unidade que a antecede

Para transformarmos uma unidade em outra, basta deslocarmos a vírgula para a esquerda ou para a direita o triplo de casas quantas forem as casas da transformação .

Ex: $32\ m^3 = 0,000032\ hm^3$

$0,00067\ dam^3 = 670\ dm^3$

Litro (L)

O litro é uma unidade de medida de capacidade (volume) usada para medir líquidos e é definido como o espaço ocupado por um cubo cujo comprimento da aresta é um decímetro, ou seja 10 cm.

$1\ L = 1\ dm^3$

Os múltiplos e submúltiplos do litro estão na tabela abaixo:

Quilolitro	hectolitro	decalitro	litro	decilitro	centilitro	mililitro
kl	hl	dal	L	dl	cl	ml
1000 L	100 L	10 L	1 L	0,1 L	0, 01 L	0,001 L

Para transformarmos uma unidade em outra, basta deslocarmos a vírgula para a esquerda ou para a direita tantas casas quantas forem as casas da transformação .

Ex:235 cl = 2350 ml

67 dl = 6,7 L

OBS:Um litro de água destilada, à temperatura de 15 graus Celsius, tem massa de , aproximadamente, 1 kg.

Problemas

1.**(concurso Policia Militar/MG-Assistente Administrativo-2013)** Marque a alternativa CORRETA. Um automóvel está com o tanque de combustível abastecido até a terça parte de sua capacidade. Para completar o tanque basta colocar 32 litros a mais. A capacidade do tanque, em m^3, é:

A. ( ) 48 m^3

B. ( ) 0,48 m^3

C. ( ) 0,048 m^3

D. ( ) 480 m^3

2.Sabendo que 300 ml de água de coco custam R$ 2,00, calcule quanto deve custar 1,5 l dessa água.

3. Um reservatório de água tem a forma de um paralelepípedo com dimensões 6m, 4m, 2m. Qual a capacidade, em litros, desse reservatório?

4. Para construir sua casa, dona Lucia precisará mandar nivelar o terreno com $108\ m^3$ de terra. Sabendo-se que a capacidade máxima de um caminhão é de $0,0072\ dam^3$ de terra, quantos caminhões de terra serão necessários?

5. Uma piscina tem o formato de um paralelepípedo de dimensões 8m, 4m e 2m. Quantos baldes com capacidade para $10\ dm^3$ de água são necessários para encher completamente essa piscina?

6. Qual será a medida da capacidade, em litros, de um latão de gasolina, de forma de paralelepípedo retângulo com 2 m de comprimento, 3 m de largura e 1,5 m de altura. Dado que 1 m^3 = 1000 l.

a) 9 l
b) 9 m^3
c) 9000 l
d) 9000 m^3

Respostas

1.Se o tanque está com um terço da capacidade, então 32 litros representa dois terços, logo um terço é a metade de dois terço que são 16 litros. Somando 32 litros que representa dois terços com mais 16 litros que representa um terço teremos o tanque cheio com 48 litros. Mas o problemas pede em m^3, então como sabemos que 1m^3 = 1000 litros, 48 litros = 0,048 m^3

Resp: Alternativa C

2.10 reais

3.48 000 litros

4. 15 caminhões

5. 6400 baldes

6.Vamos calcular o volume do paralelepípedo que é o produto das três medidas

V = 2 . 3 . 1,5 = 9 m^3

Se cada m^3 tem 1000 litros e o problemas pede resp. em litros, então a capacidade do latão é de 9000 litros

Resp: Alternativa C

Unidade de medida de massa

A unidade padrão de massa é o quilograma abreviado por kg.

OBS: O grama é um substantivo masculino, então se diz "duzentos gramas de queijo". A grama é uma planta rasteira para forração de jardins e gramados.

Você pode perceber que existem situações em que a unidade quilograma (kg) é inadequada, e para essas situações existem múltiplos e submúltiplos do kg.

Quilograma	hectograma	decagrama	grama	decigrama	centigrama	miligrama
kg	hg	dag	g	dg	cg	mg
1000 g	100 g	10 g	1 g	0,1 g	0,01 g	0,001 g

Para transformarmos uma unidade em outra, basta deslocarmos a vírgula para a esquerda ou para a direita o numero de casas quantas forem as casas da transformação.

A unidade de massa bastante usada na pecuária é a arroba que equivale a 15 kg.

Ex:1,309 hg = 13 90 cg

765,3 mg = 0,7653 g

Problemas

1.Quantos kg tem um boi de 23 arrobas?

2.Laura nasceu com 3,25 kg e com um mês estava com 4,1 kg. Quantos gramas ela engordou no seu primeiro mês de vida?

3.Complete as igualdades a seguir:

a)8,7 kg = ...g
b)54000 dg = ...kg
c)2380 mg = ...kg
d)36,95 dg = …….mg

4.Efetue as operações indicadas:

a)3 kg – 2000 g = ...mg
b)1712 dag + 358600 dg = ...kg

Respostas

1.345 kg

2.850 gramas

3.a)8700
b)5,4
c)0,00238
d)3695

4.a)1000.000 mg
b)52,98 kg

Unidade de tempo

A unidade padrão de medida de tempo é o segundo, abreviado por s.

Os múltiplos do segundo são:

Hora	Minuto	Segundo
h	min	s
3600 s	60 s	1 s

Usamos o sistema sexagesimal, que emprega a base sessenta. Os múltiplos do segundo enquadram-se nesse sistema. Repare que cada unidade é sessenta vezes maior que a unidade que a antecede.

1 h = 60 min
1 min = 60 s

Para transformar uma unidade em outra imediatamente superior, basta dividi-la por 60 e inferior basta multiplica-la por 60.

Ex:3h = 3 . 60 = 180 min
52 min = 52 . 60 = 3120 s
1020 s = 1020 : 60 = 17 min
420 min = 420 : 60 = 7 h

Ao usarmos o sistema sexagesimal, cada grupo de 60 forma outra classe; então, 60 segundos formam 1 minuto e 60 minutos formam 1 hora. Para adicionarmos unidades de tempo vamos tomar cuidado para posicionar hora embaixo de hora, minuto embaixo de minuto e segundo embaixo de segundo.

Por exemplo: 1)Para adicionarmos 5h 12 min 37 s a 8 h 20 min 11 s, vamos colocar as unidades iguais uma embaixo da outra e depois adicionar os valores da mesma classe.

Horaminuto segundo
5 1237
8 2011
---
13 3248

2)vamos adicionar 8h 19 min 58 s com 2 h 24 min 39 s
Horaminuto segundo
8 19 58
224 39
---
10 43 97

Note que , na casa dos segundos, obtivemos 97 s e vamos decompor esse valor em:

97 s = 60 s + 37 s = 1 min + 37 s

Então, devemos retirar 60 s da classe dos segundos e acrescentar 1 min na classe dos minutos.

Logo a resposta fica: 10 h 44 min 37 s

Para subtrair unidades de medida de tempo, o processo é semelhante ao usado na adição.

Ex; vamos subtrair 4 h 41 min 44 s de 7 h 53 min 36 s
Horaminutosegundo
7 5336
4 4144

Perceba que a subtração 36 s – 44 s não é possível nos números naturais, então, vamos retirar 1 min de 53 min, transformar esse 1 min em 60 s e acrescenta-los aos 36 s. Assim:

Hora minuto segundo
7 52 96
4 41 44
---
3 11 52

Para multiplicarmos uma unidade de medida de tempo por um número natural, devemos multiplicar as horas, minutos e segundos Por esse número natural.

Ex: multiplicar 4 h 52 min 8 s por 6
4 h52 min 8 s
X6

24h 312 min48 s

Como 312 min é maior que 1 hora, devemos descobrir quantas horas cabem em 312 minutos. Para isso basta dividir 312 por 60 onde o resultado é 5 e o resto é 12.

Então 312 min = 5 h 12 min

Devemos então acrescentar 5 h a 24 h = 29 h e o resultado fica 29 h 12 min 48 s

Problemas

1.Dois amigos partiram às 10h 32 min de Aparecida do Norte e chegaram a Ribeirão Preto às 16 h 8 min. Quanto tempo durou a viagem?

2. João nasceu numa terça feira às 13 h 45 min 12 s e Maria nasceu no mesmo dia, às 8 h 13 min 47 s. Determine a diferença entre os horários de nascimento de João e Maria, nessa ordem.

3.Um passageiro embarcou em um ônibus na cidade A às 14h 32 min 18s, esse ônibus saiu da rodoviária desta cidade às 14h 55min 40s e chegou à rodoviária da cidade B às 19h 27min 15s,do mesmo dia. Quanto tempo o passageiro permaneceu no interior do ônibus?

a) 05h 54min 09s
b) 04h 05min 57s
c) 05h 05min 09s
d) 04h 54min 57s

Respostas

1.5 h 36 min

2.5 h 31 min 25 s

3.Vamos considerar o horário de chegada à cidade B e o horário que o passageiro entrou no ônibus

19 h27 min15 seg

14 h32 min18 seg

Para subtrair 18 de 15 não é possível então emprestamos 1 minuto dos 27

Que passa a ser 26 e no lugar de 15 seg usamos 15 +60(que é 1 min). Então

75 – 18 = 57 seg.

O mesmo acontece com os minutos. Vamos emprestar 1 hora das 19 que passa a ser 18 e no lugar de 26 minutos usamos 26 + 60 (que é uma hora). Então 86 – 32 = 54 minutos

Por fim 18 h – 14 h = 4 horas

Resp. 4 horas 54 min e 57 seg.

11. RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS: TABELAS E GRÁFICOS.

Gráficos e tabelas

Gráficos e tabelas são recursos visuais muito utilizados para acilitar a leitura e a compreensão de informações sobre fenômenos e processos naturais, sociais e econômicos.

No cotidiano, jornais, revistas e livros, além de telejornais e programas educativos, mostram o quanto esse recurso é explorado pelos meios de comunicação.

As tabelas organizam de forma mais clara as informações dadas em um texto e os gráficos são representações que tem por objetivo oferecer uma rápida visualização dos elementos numéricos a serem analisados tornando a informação mais compreensiva e interessantes.

Existem vários tipos de gráficos e os mais utilizados são os de colunas, os de linha e os circulares. Para cada tipo de informação usamos o gráfico mais adequado

Ex:

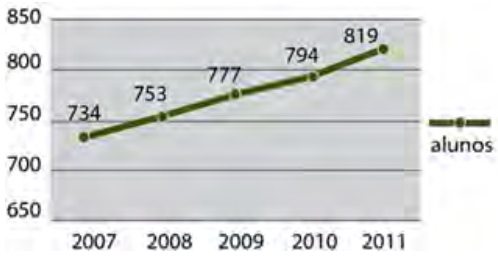
1) Na sala dos professores da escola, há um cartaz com a frase "Em 2007, eram 734 estudantes matriculados; em 2008, 753; em 2009, 777; em 2010, 794; e, em 2011, 819".

Esse texto não contribuem para mostrar com clareza o histórico da instituição nem para destacar o percurso crescente de matrículas. Podemos então colocar os dados em uma tabela para facilitar a compreensão.

Ano	n° alunos matriculados
2007	734
2008	753
2009	777
2010	794
2011	819

Porém há uma maneira mais clara e eficiente de apresentar esses dados: um gráfico.

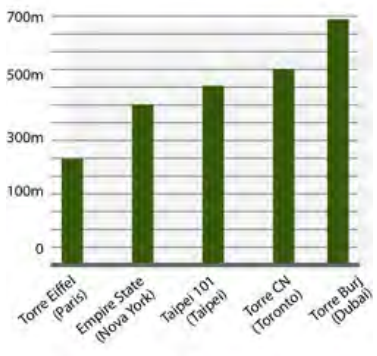
Evolução do número de alunos da escola



Linhas

Nesse exemplo usamos o gráfico de linha que é composto por dois eixos, um vertical e outro horizontal, e por uma linha que mostra a evolução de um fenômeno ou processo.

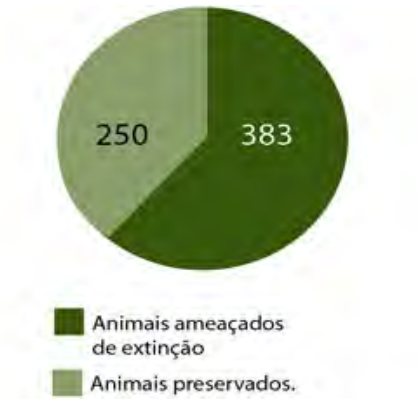
2) Os prédios mais altos do mundo



Barras

Usado para comparar dados quantitativos e formado por barras de mesma largura e comprimento variável, pois dependem do montante que representam. A barra mais longa indica a maior quantidade e, com base nela, é possível analisar como certo dado está em relação aos demais.

3) As espécies animais ameaçadas de extinção na mata Atlântica



Setor

Útil para agrupar ou organizar quantitativamente dados considerando um total. A circunferência representa o todo e é dividida de acordo os números relacionados ao tema abordado.

(Adaptado da revistaescola.abril.com.br/img/Matemática)

12. NOÇÕES DE GEOMETRIA: FORMA, PERÍMETRO, ÁREA, VOLUME, TEOREMA DE PITÁGORAS.

A geometria plana, também chamada geometria elementar ou Euclidiana, teve início na Grécia antiga. Esse estudo analisava as diferentes **formas** de objetos.

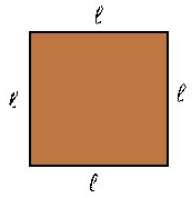
Na geometria plana as figuras geométricas mais conhecidas são os triângulos, quadriláteros (quadrado, retângulo, trapézio, paralelogramo), círculo e circunferência, e, alguns polígonos que recebem nomes especiais de acordo com o n° de lados.

O espaço ocupado por uma figura plana é a sua área que estudaremos a seguir com as fórmulas para cada forma geométrica.

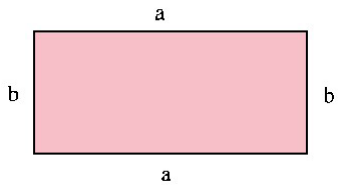
Perímetro é a soma de todos os lados de qualquer figura plana. È o contorno da figura. No caso da circunferência temos uma fórmula: $C = 2\pi.r$, onde C é o comprimento da circunferência, r é o raio da circunferência e $\pi = 3{,}14$.

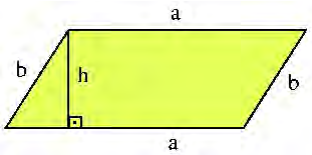
Área é a medida da superfície da figura plana. Para calcular a área de uma figura precisamos saber a sua fórmula. As fórmulas das figuras planas mais usadas são:

1. Quadrado **:** $A = l \cdot l$ ou $A = l^2$ **(** l é a medida do lado **)**

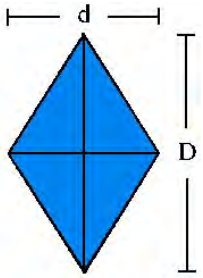


2. Retângulo e Paralelogramo: $A = b \cdot h$ (b é a base e h é a altura)

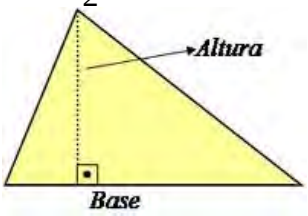




3. Losango : $A = \frac{D.d}{2}$ (D é a medida da diagonal maior e d é a diagonal menor)



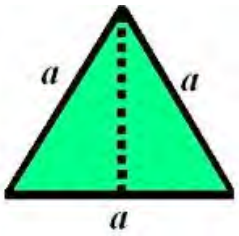
4.a)Triângulo : $A = \frac{b.h}{2}$ (b é a medida da base e h é a altura)



b) Triângulo Equilátero

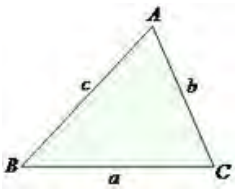
$A = \frac{a^2\sqrt{3}}{4}$ (a é a medida do lado)

Lembrar que o triângulo equilátero tem os três lados de mesma medida.

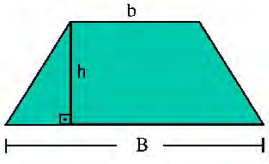


c)Triângulo qualquer em que sabemos as medidas dos três lados e não conhecemos a altura**:** $\mathbf{A} = \sqrt{p(p-a)(p-b)(p-c)}$ (p é o semi perímetro, ou seja, a metade do perímetro; a, b c são as medidas dos lados do triângulo).

$p = \frac{a+b+c}{2}$

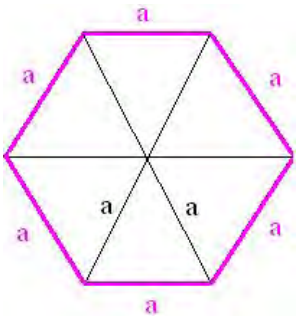


5.Trapézio : $A = \frac{(B+b)\,h}{2}$ (B é a medida da base maior, b é a base menor e h é a altura)



6.Hexágono regular : Um hexágono regular é formado por 6 triângulos equiláteros, portanto a área de um hexágono é 6 vezes a área de cada um desses triângulos.

$A = \frac{3.a^2.\sqrt{3}}{2}$ (a é a medida do lado do hexágono)



7. círculo e circunferência:

Circunferência é apenas o contorno. Ex: aliança, bambolê

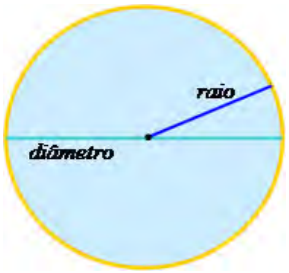
Círculo é cheio , podemos calcular a área do círculo, ou seja, a superfície ocupada. Ex: pizza.

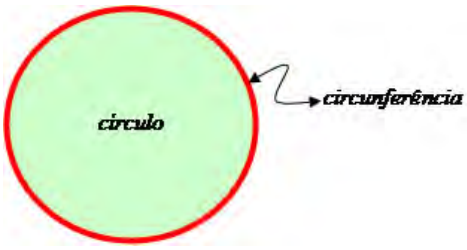
Para calcular o comprimento de uma circunferência usamos a fórmula:

$C = 2.\pi . r$ (r é a medida do raio e π vale 3,14)

Para calcular a área do círculo usamos a fórmula:

$A = \pi .r^2$ (r é a medida do raio e π vale 3,14)





Problemas

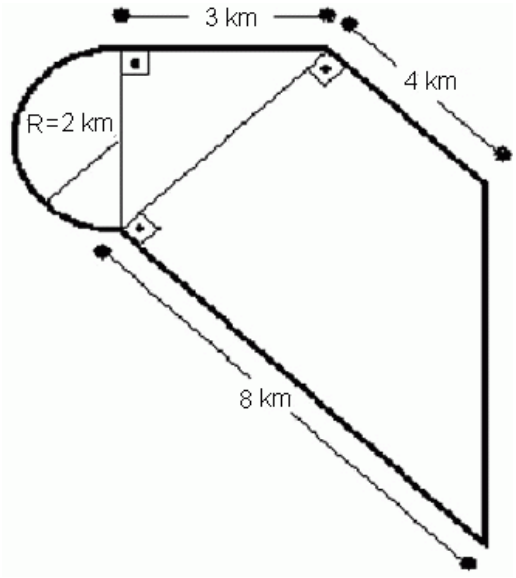
1. Qual o comprimento da roda de uma bicicleta de aro 26? Uma bicicleta aro 26 tem o raio de sua roda medindo 30 cm.

2. Uma pizza tem raio igual a 15 cm e está dividida em 6 fatias. Calcule a área de cada fatia.

3. Uma praça circular tem 200 m de raio. Quantos metros de grade serão necessários para cerca-la?

4. Numa bicicleta de aro 26 (o raio mede 30 cm), quantas voltas completas as rodas precisam dar para um percurso de 3,76 km?

5. Uma indústria que pretende se instalar em São Luís ocupará uma área descrita pela figura abaixo.



Sabe-se que essa área é ocupada por 745 famílias que serão indenizadas , recebendo valores iguais. O metro quadrado é avaliado em R$1,80. Cada uma das famílias receberá: (Dado π = 3,14).

a) R$ 102.153,02
b) R$ 252.120,00
c) R$ 173.512,50
d) R$ 98.756,60
e) R$ 101.241,00

6. FUVEST) Um cavalo se encontra preso num cercado de pastagem, cuja forma é um quadrado, com lado medindo 50 m. Ele está amarrado a uma corda de 40 m que está fixada num dos cantos do quadrado. Considerando π = 3,14, calcule a área, em metros quadrados, da região do cercado que o cavalo não conseguirá alcançar, porque está amarrado.

a) 1244
b) 1256
c) 1422
d) 1424
e) 1444

Respostas

1. 188,40 cm
2. 117,75 cm^2
3. 1256 m
4. 1995,75 voltas
5. A
6. A

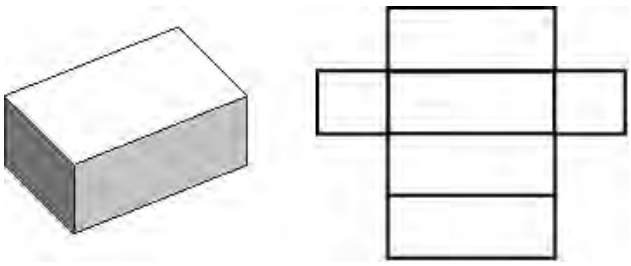
Sólidos geométricos

Os sólidos geométricos são encontrados nas diferentes formas existentes ao nosso redor. Uma caixa de sapatos, a caixa d'água, uma pirâmide, uma lata de óleo, a casquinha de um sorvete, entre outros, são considerados sólidos geométricos.

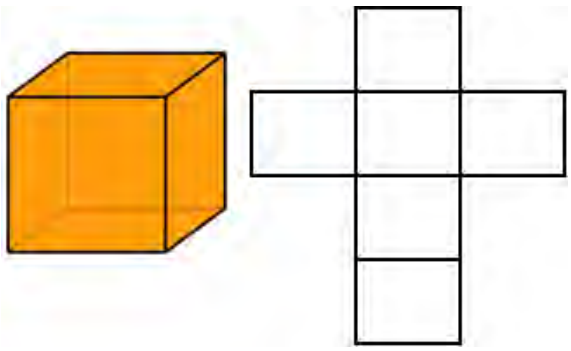


Todos os sólidos são formados pela união de figuras planas, as quais podem ser identificadas por meio da planificação.

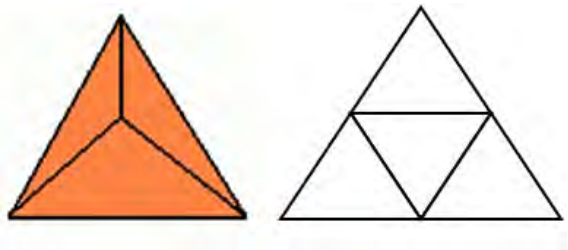
Paralelepípedo



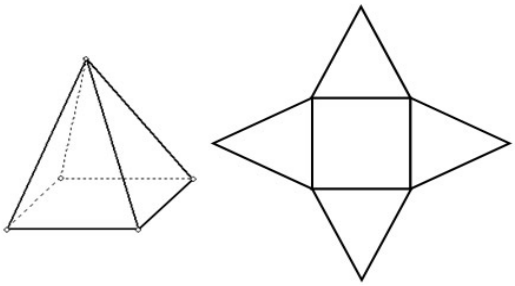
Cubo



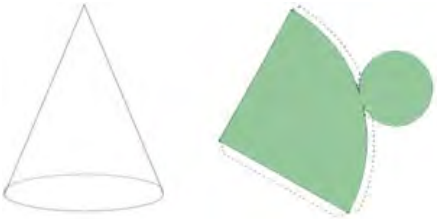
Pirâmide Triangular



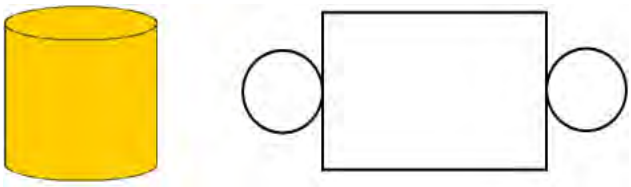
Pirâmide Quadrangular



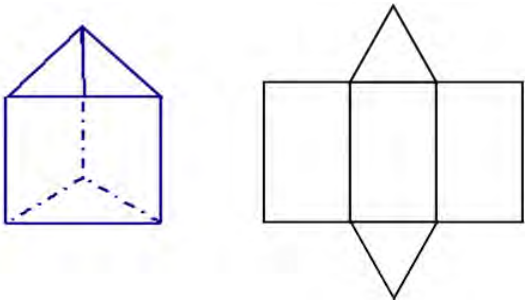
Cone



Cilindro



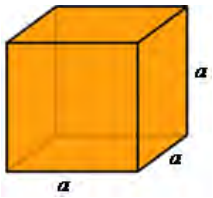
Prisma



Volume do cubo

O volume de um cubo é determinado através do produto da área da base pela altura, como já sabemos as arestas do cubo possuem medidas iguais, então temos que $\mathbf{A_t = 6.a^2}$

$V = A_{b.h}$ ou $V = a \,.\, a \,.\, a \rightarrow V = a^3$. Observe:



As unidades mais usadas para expressar capacidade são as seguintes: m³ (metro cúbico), cm³ (centímetro cúbico), dm³ (decímetro cúbico). Onde respeitam as seguintes relações:

1 m³ = 1000 litros

1 dm³ = 1 litro

Problemas

1. Determine a aresta de um cubo cuja área total é igual a 72 cm²

2. Se a área total de um cubo é 150 m², calcule a aresta e o volume desse cubo.

Respostas

1. $\mathbf{A_t = 6.a^2}$

72 = 6. a²

a² = 72/6

a² = 12

a = √12

a = 2√3

2. $\mathbf{A_t = 6.a^2}$

150 = 6. a²

a² = 150/6

a² = 25

a = 5 m

V = a³

V = 5³

V = 125 m³

Volume do cilindro

Todo cilindro possui uma base no formato de circunferência de raio r e uma altura h. Seu volume é dado através da multiplicação entre a área da base no formato circular e a medida da altura h. Observe:

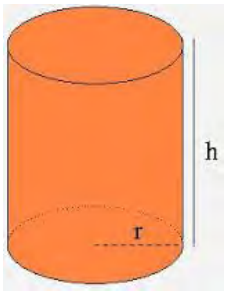
Área da base circular → Ab = π . r²

Área da lateral → = 2 π r h

Área total do cilindro → A_t = 2 π r² + 2 π r h → = 2 π r (r + h)

Volume

V = Ab . h → V = π . r² . h



Problemas

1. Determine a área total e o volume de um cilindro reto de altura 3 metros e diâmetro da base 2 metros.

2. Calcule a área da base, a área lateral, a área total e o volume de um cilindro cuja altura mede 2r e raio da base é igual a 5 dm.

Respostas

1. Se o diâmetro é 2 metros, então o raio mede 1 metro

= 2 π r (r + h)

= 2. 3,14 . 1. (1 + 3)

= 6,28 (4)

= 25,12 m²

V = π . r² . h

V = 3,14 . 1^2 . 3

V = 9,42 m³

2. h = 2.r = 2.5 = 10 dm

Ab = π . r²

Ab = 3,14 . 5^2

Ab = 3,14 . 25

Ab = 78,5 dm²

$A_t = 2\pi$ r h

A_t= 2. 3,14 . 5. 10

A_t= 314 dm²

$A_t = 2\,\pi$ r (r + h)

A_t= 2. 3,14 . 5 . (5 + 10)

A_t= 31,4 (15)

A_t= 471 dm²

V = π . r² . h

V = 3,14 . 5² . 10

V = 3,14 . 25 . 10

V = 785 dm³

Área e volume do prisma

Chamamos de área lateral (A_L) de um prisma à soma de todas as áreas de suas faces laterais. A área total (A_t) de um prisma é a soma da área lateral com as áreas das bases .

$\mathbf{A_t = A_l + 2 . A_B}$

O volume de um prisma é obtido pelo produto da área da base e a medida da altura do prisma.

$V = A_B . h$

Ex: Determine a área da base, área lateral, a área total e o volume de um prisma reto de altura 12 cm e cuja base é um triângulo retângulo de catetos 6cm e 8 cm.

Resolução:

Lembre-se: a área de um triângulo retângulo é $\frac{cateto.cateto}{2}$

Cálculo da hipotenusa: $a^2 = 6^2 + 8^2 = 36 + 64 = 100$

$a = \sqrt{100} = 10$ cm

$A_B = \frac{6.8}{2} = 24 \text{ cm}^2$

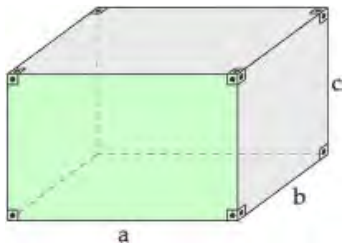
$A_L = 8 . 12 + 6 . 12 + 10 . 12 \Rightarrow A_L = 288 \text{ cm}^2$

$A_T = A_L + 2.A_B \Rightarrow A_T = 288 + 2. 24 \Rightarrow A_T = 336 \text{ cm}^2$

$V = A_B . h \Rightarrow V = 24 . 12 \Rightarrow V = 288 \text{ cm}^3$

Área e volume do paralelepípedo reto-retângulo

A área total de superfície externa de um paralelepípedo reto-retângulo é a soma das áreas dos 6 retângulos congruentes 2 a 2.



$A_T = 2 (ab + bc + ac)$

O volume do é o produto da área da base pela altura ou o produto das 3 medidas (altura, comprimento e largura)

$V = A_B . h$

ou

$V = a . b . c$

Caso particular : O volume do cubo de aresta a é: $V = a^3$

A área de um cubo é 6 vezes a área de cada face.

$V = 6.a^2$

Problemas

1. Um paralelepípedo reto-retângulo tem área da base igual a 18 cm² e volume igual a 36 cm³. Calcule a sua altura.

2. A base de um paralelepípedo é um quadrado de área 16 cm². Calcule a área total e o volume desse paralelepípedo sabendo-se que sua altura é igual a 6 cm.

Respostas

1. $V = A_B . h$
$36 = 18 . h$
$h = 36/18$
$h = 2$ cm

2. A base é um quadrado de área 16 cm² , então o lado do quadrado é 4 cm.
$A_T = 2 (ab + bc + ac)$
$A_T = 2.(4.4 + 4.6 + 4.6)$
$A_T = 2. 64$
$A_T = 128 \text{ cm}^2$
$V = a . b . c$
$V = 4 . 4. 6$
$V = 96 \text{ cm}^3$

Área e volume da pirâmide e do cone

A área total de um cone ou pirâmide é dada pela soma da área da base com a área da lateral.

$A_T = A_L + A_B$

O volume do cone ou da pirâmide é um terço do produto da área da base pela altura.

$V = (A_B .h) : 3$

Uma vez que a determinação de áreas e volumes tem um grande interesse prático, torna-se conveniente agrupá-las e relacioná-las num quadro-resumo:

	Área Total	**Volume**
Prisma Cilindro	$At = A_l + 2A_b$	$V = A_b . h$
Pirâmide Cone	$A_t = A_l + A_b$	$V = (A_b . h) / 3$

Problemas

1. Calcule o volume de uma pirâmide hexagonal regular de aresta da base l e altura l.

2. A aresta da base de uma pirâmide quadrangular regular mede 8 cm. Calcule a área da base e o volume dessa pirâmide sabendo-se que ela tem altura igual a 3 cm.

3. Calcule a área de base e volume de um cone de altura 12 cm e raio da base 5 cm.

Respostas:

1. $A_B = \frac{3l^2\sqrt{3}}{2}$

$V = \frac{A_B.h}{3} = \frac{\frac{3l^2\sqrt{3}}{2}.l}{3} = \frac{3,l^3\sqrt{3}}{6} = \frac{l^3\sqrt{3}}{2}$

2. $A_B = 8 . 8 = 64cm^2$

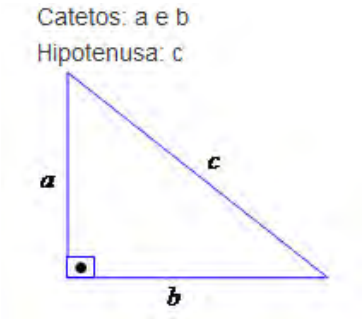
$V = \frac{A_B.h}{3} = \frac{64 .3}{3} = 64\ cm^2$

3. $A_B = \pi . r^2 = 3,14 . 5^2 = 3,14 . 25 = 78,5\ cm^2$

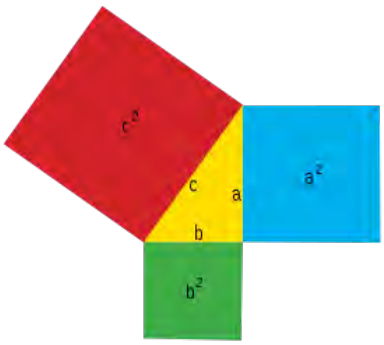
$V = \frac{A_B.h}{3} = \frac{78,5 .12}{4} = 314\ cm^2$

Teorema de Pitágoras

O teorema de Pitágoras é considerado uma das principais descobertas da matemática, ele descreve uma relação existente no triângulo retângulo. O triângulo retângulo pode ser identificado pela existência de um ângulo reto, isto é, medindo 90º. È formado por dois catetos e a hipotenusa que é o maior lado e é localizado oposta ao ângulo reto.



O quadrado da hipotenusa é igual a soma dos quadrados dos catetos. $c^2 = a^2 + b^2$



É importante ter em mente que o Teorema de Pitágoras se aplica apenas quando temos um triângulo retângulo.

Ex: Qual era a altura do poste?



$x^2 = 4^2 + 3^2 \Leftrightarrow$

$\Leftrightarrow x^2 = 16 + 9 \Leftrightarrow$

$\Leftrightarrow x^2 = 25 \Leftrightarrow$

$\Leftrightarrow x = \sqrt{25} \Leftrightarrow$

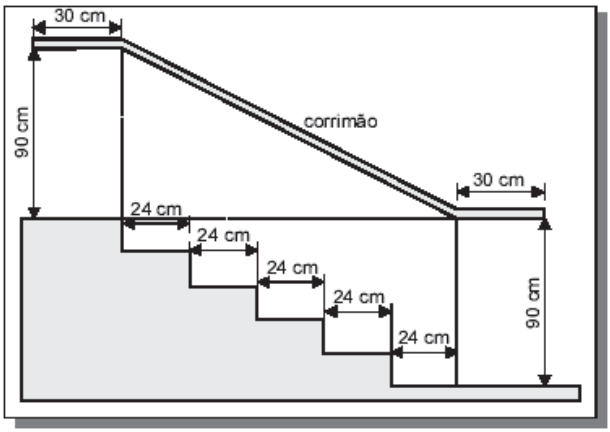
$\Leftrightarrow x = 5$

h = 4 + 5 = 9

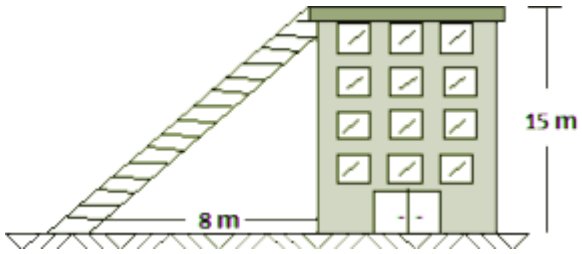
Resposta: A altura do poste era de 9 m.

Exercícios

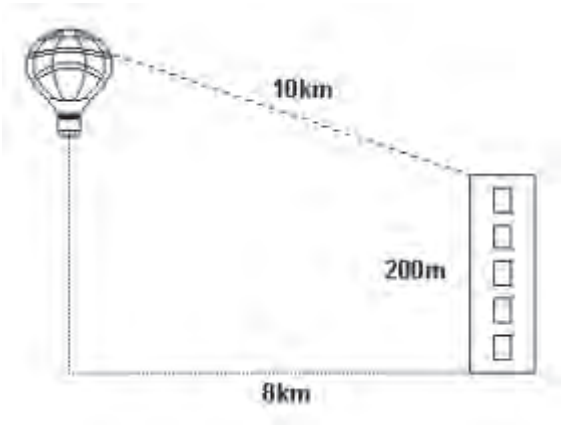
1. Calcule o comprimento do corrimão da escada:



2. A figura mostra um edifício que tem 15 m de altura, com uma escada colocada a 8 m de sua base ligada ao topo do edifício. O comprimento dessa escada é de:



3. Qual deve ser a altitude do balão para que sua distância ao topo do prédio seja de 10 km?



4. (Fuvest-SP) Um trapézio retângulo tem bases 5cm e 2 cm e altura 4 cm. O perímetro desse trapézio é:

a) 13
b) 14
c) 15
d) 16
e) 17

5. O perímetro de um quadrado é igual a 20 cm. Qual a soma das medidas de suas diagonais?

6. M, N, P, Q são os pontos médios dos lados de um quadrado cujo perímetro é igual a 16 cm. Qual o perímetro do quadrilátero MNPQ ?

7. Determine a altura de um triângulo equilátero cujo lado mede 6 cm?

8. O perímetro de um quadrado é igual a 20 cm. Qual a soma das medidas de suas diagonais?

9. A altura de um triângulo equilátero mede 3 cm. Qual o perímetro desse triângulo?

10. Um triângulo ABC está inscrito em uma circunferência de centro O e diâmetro BC. Calcule a medida do raio dessa circunferência, sabendo que AB = 12 cm e AC = 5 cm.

Respostas

1. 210 cm ou 2,10 metros
2. 17 metros
3. 6200 metros
4. Alternativa D
5. $10\sqrt{2}$
6. $8\sqrt{2}$
7. $3\sqrt{3}$
8. $10\sqrt{2}$
9. $6\sqrt{3}$
10. 6,5 cm

13. RACIOCÍNIO LÓGICO.

A Lógica tem, por objeto de estudo, as leis gerais do pensamento, e as formas de aplicar essas leis corretamente na investigação da verdade

A palavra "lógica" é muito comum em nosso vocabulário. Dizemos frases como "É lógico que eu vou!" ou ainda "não era o mais lógico a fazer". Frases como essas, demonstram que existe uma percepção popular sobre a lógica que, mesmo sem o rigor das ciências matemáticas, indica que há uma premissa e uma conclusão.

São problemas que tem uma historinha em volta e, por isso, são mais elaborados.

Problemas:

1) Pedro, André, Cláudio, Diego e Bernardo estão ensaiando uma peça de teatro, em que há 5 personagens: um rei, um soldado, um bobo, um guarda e um prisioneiro. Pedro, André e o prisioneiro ainda não sabem seus papéis. No intervalo o soldado joga cartas com Diego. Pedro, André e Cláudio vivem criticando o guarda. O bobo gosta de ver o André, o Cláudio e o Bernardo representando, mas detesta ver o soldado. Descubra o papel de cada um na peça

2) Numa fruteira há 15 frutas, entre laranjas, maças, peras e bananas, cada tipo de fruta numa quantidade diferente. Sabe-se que, entre laranjas e maçãs, há seis frutas, entre maças e peras há sete. Há 4 unidades de apenas um tipo de fruta: qual?

3) Danilo, Rita, Renato e Sandra são irmãos. Eles têm 6, 10, 11 e 14 anos. Cada um possui um animalzinho de estimação. Eles tem um cachorro, um gato, um papagaio e uma tartaruga. Cada um escolheu um nome engraçado e carinhoso para seu bichinho.: Pantaleão, Capitão, Pituca e Biruta. O mais velho é dono do Pantaleão, Sandra é a dona do cachorro. Biruta é um lindo gatinho. Pituca é o xodó de Renato. Danilo tem 14 anos. Renato é mais velho que Rita e mais novo que Sandra. A tartaruga não é de Danilo.

Respostas:

1. Pedro – Soldado
   André – Reis
   Claudio – Prisioneiro
   Diego - Bobo
   Bernardo – Guarda

2. Maçã

3.

Criança	Idade	Animal	Nome do animal
Danilo	14	Papagaio	Pantaleão
Rita	6	Gato	Biruta
Renato	10	Tartaruga	Pituca
Sandra	11	Cachorro	Capitão

14. RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA.

1. **(Agente de segurança Penitenciária SAP/SP-2012)** O comprimento do piso retangular de um cômodo é 3 metros a mais que a largura. Sabe-se que a área total desse cômodo é 40 m^2. Logo a medida da largura do cômodo, em metros, é um número:

A) Par
B) Múltiplo de 3
C) Primo
D) Divisível por 4
E) Impar não primo

2. **(CONCURSO metrô/sp-2013)** Considere que um salão, com a forma de um paralelepípedo retângulo, tem 3,5 m de altura e três paredes laterais: duas com 7,5 m de comprimento e a terceira com 4 m de comprimento. Se um pintor cobra R$ 12,00 de mão de obra por metro quadrado de superfície que pinta, então, pela pintura do teto e das faces internas das três paredes de tal salão ele cobrará

(A) R$ 1 158,00.
(B) R$ 1 156,00.
(C) R$ 1 154,00.
(D) R$ 1 152,00.
(E) R$ 1 150,00.

3. **(Concurso Soldado PM/SP-2011)** Um professor de matemática disse para sua classe que a nota mais alta obtida na prova era o resultado da expressão:

$$\text{NOTA} = \left[\frac{(-5)^2 + \sqrt{81}}{17}\right]^3$$

Então a referida nota foi:
A) 9
B) 8
c) 7
D) 6
E) 5

4**. (Concurso Soldado PM/MG-2013)** Marque a alternativa CORRETA. Em um estacionamento existe um total de 50 vagas para carros pequenos e motocicletas. Quando este *estacionamento está completamente lotado, a quantidade de rodas de veículos* é igual a 120. Os números de vagas para carros e motos são, respectivamente:

A. ( ) 10 e 40
B. ( ) 20 e 30
C. ( ) 25 e 25
D. ( ) 15 e 35

5. **(Concurso Soldado PM/MG-2013)** Marque a alternativa CORRETA. O preço de uma blusa, para pagamento através de cartão de crédito, é de R$ 15,00. Com pagamento à vista, com dinheiro, a blusa pode ser comprada pelo valor de R$ 12,00. Já com pagamento com cartão de débito, o preço cobrado é R$ 14,40. Considerando estas ofertas desta loja, as taxa de juros cobrados nas vendas por cartão de crédito e de débito são, respectivamente:

A. ( ) 30% e 12 %
B. ( ) 25 % e 20 %
C. ( ) 27% e 3 %
D. ( ) 15% e 10%

6. **(Vestibulinho ETEC-2° semestre/2013)** De acordo com as companhias de seguro, por serem consideradas mais cautelosas e terem um comportamento mais disciplinado no trânsito, as mulheres pagam menos pelo seguro de seu automóvel. Suponha que um homem e uma mulher possuam o mesmo modelo de automóvel e, além disso, que esses motoristas tenham a mesma idade, o mesmo tempo de habilitação e usem o veículo nas mesmas condições. Pelo seguro de seu automóvel, o homem paga R$ 2.400,00 e a mulher R$ 1.680,00.

Assim sendo, em relação a esse homem, essa mulher paga X% a menos de seguro. O valor de X é

(A) 17.
(B) 27.
(C) 30.
(D) 63.
(E) 70.

7. **(Vestibulinho ETEC-2° semestre/2013)**De acordo com o Censo realizado no Brasil em 2010, havia cerca de 48 homens para 50 mulheres. Sabendo-se que, ainda segundo essa pesquisa, havia aproximadamente 93,4 milhões de homens no Brasil, então o número de mulheres no Brasil, em 2010, era aproximadamente, em milhões,

(A) 87,9.
(B) 89,4.
(C) 95,6.
(D) 97,3.
(E) 98,4.

8. **(Concurso ELETROBRAS/2013)** A idade média de um grupo de dezoito amigos é 34. Outras duas pessoas se juntaram ao grupo: uma tem 48 anos de idade, a outra, 40. A média das idades do novo grupo, composto pelas vinte pessoas, é igual a:
(A) 35
(B) 36
(C) 37
(D) 38
(E) 39

9. **(Concurso METRÔ/SP-2013)** Suponha que às 5h30min de certo dia, dois trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo partiram simultaneamente de um mesmo terminal T e seguiram por Linhas diferentes. Considerando que a cada 78 minutos da partida um dos trens retorna a T, enquanto que o outro o faz a cada 84 minutos, então, nesse dia, ambos se encontraram novamente em T às
(A) 19h42min.
(B) 21h48min.
(C) 21h36min.
(D) 23h42min.
(E) 23h48min

10. (Concurso Polícia Militar/ES-2010) Considerando que um investidor tenha aplicado 12000 reais a juros simples mensais e, ao final de um ano tenha obtido o montante de 19200 reais, julgue certo ou errado:
-A taxa mensal de juros dessa aplicação foi superior a 4,5%.

Respostas:

1. Largura : x
Comprimento: x + 3
Área: 40
X (x + 3) = 40
$X^2 + 3x - 40 = 0$
$\Delta = 9 - 4 \cdot 1 \cdot (-40)$
$\Delta = 169$

$$X \ \frac{-3 \pm \sqrt{169}}{2} = \frac{-3 \pm 13}{2}$$

$$x' = \frac{-3+13}{2} = 5$$

$$x'' = \frac{-3-13}{2} = -8$$ (nâo serve como medida)

Resp: A largura é de 5 metros que é um n° primo – Alternativa C

2. Duas paredes de 7,5 m por 3,5 m = 2 . 7,5 . 3,5 = 52,5 m²
Uma parede de 4 m por 3,5 m = 14 m²
Teto de 7,5 m por 4 m = 30 m²
Total = 52,5 + 14 + 30 = 96,5 m²
Se o m² custa 12 reais, então: 96,5 . 12 = 1158 reais – Alternativa A

3. Nota $\left[\frac{(-5)^2+\sqrt{81}}{17}\right]^3 = \left[\frac{25+9}{17}\right]^3 = [2]^3 = 8$

Resp: A nota mais alta foi 8 – Alternativa B

4. C – carro
M – moto

$$\begin{cases} C + M = 50 \\ 4C + 2M = 120 \end{cases}$$

Multiplicamos a 1ª equação por -2

$$\begin{cases} -2C - 2M = -100 \\ 4C + 2M = 120 \end{cases}$$

2c = 20
C = 10
M = 40
Resp. Alternativa A

5. Preço à vista – 12,00
No cartão de crédito – 15,00 (acréscimo de 3,00)
3 : 12 = 0,25 = 25%
No cartão de débito – 14,40 (acréscimo de 2,40)
2,40 : 12 = 0,20 = 20%
Resp: Alternativa B

6. 2400 – 1680 = 720

Para calcular que porcentagem representa 720 em 2400 devemos dividir 720 por 2400

720 : 2400 = 0,3 = 30%

Alternativa C

7. Montamos uma regra de três simples e direta:

Homens	mulheres
48	50
93,4	x

Multiplicando em cruz, temos:
48 . x = 93,4 . 50
48 . x = 4670
X = 4670/48
X = 97,3 milhões
Alternativa D

8. $\frac{18.34+40+48}{20} = \frac{700}{20} = 35$

Resp: Alternativa A

9. Calculamos o mmc entre 78 e 84 que é 1092 minutos
1092 : 60 = 18 e o resto é 12
Resp: Se encontrarão novamente depois de 18 horas e 12 minutos, portanto às 23 h e 42 minutos – Alternativa D

10. M = C (1 + i.t)
19200 = 12000 (1 + i . 12)
19200 = 12000 + 14400 . i
7200 = 14400 . i
I = 0,05 = 5% Resp: Certo.



HISTÓRIA GERAL

1. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra global centrada na Europa, que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo, que organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados (com base na Tríplice Entente entre Reino Unido, França e Império Russo) e os Impérios Centrais (originalmente Tríplice Aliança entre Império Alemão, Áustria-Hungria e Itália; mas como a Áustria-Hungria tinha tomado a ofensiva contra o acordo, a Itália não entrou em guerra). Estas alianças reorganizaram-se (a Itália lutou pelos Aliados) e expandiram-se em mais nações que entraram na guerra. Em última análise, mais de 70 milhões de militares, incluindo 60 milhões de europeus, foram mobilizados em uma das maiores guerras da história. Mais de 9 milhões de combatentes foram mortos, em grande parte por causa de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas, mas sem melhorias correspondentes em proteção ou mobilidade. Foi o sexto conflito mais mortal na história da humanidade e que posteriormente abriu caminho para várias mudanças políticas, como revoluções em muitas das nações envolvidas.

Entre as causas da guerra inclui-se as políticas imperialistas estrangeiras das grandes potências da Europa, como o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano, o Império Russo, o Império Britânico, a Terceira República Francesa e a Itália. Em 28 de junho de 1914, o assassinato do arquiduque Francisco Fernando da Áustria, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, pelo nacionalista iugoslavo Gavrilo Princip, em Sarajevo, na Bósnia, foi o gatilho imediato da guerra, o que resultou em um ultimato Habsburgo contra o Reino da Sérvia. Diversas alianças formadas ao longo das décadas anteriores foram invocadas, assim, dentro de algumas semanas, as grandes potências estavam em guerra; através de suas colônias, o conflito logo se espalhou ao redor do planeta.

Em 28 de julho, o conflito iniciou-se com a invasão austro-húngara da Sérvia, seguida pela invasão alemã da Bélgica, Luxemburgo e França, e um ataque russo contra a Alemanha. Depois da marcha alemã em Paris ter levado a um impasse, a Frente Ocidental estabeleceu-se em uma batalha de atrito estático com uma linha de trincheiras que pouco mudou até 1917. Na Frente Oriental, o exército russo lutou com sucesso contra as forças austro-húngaras, mas foi forçado a recuar da Prússia Oriental e da Polônia pelo exército alemão. Frentes de batalha adicionais abriram-se depois que o Império Otomano entrou na guerra em 1914, Itália e Bulgária em 1915 e a Romênia em 1916. O Império Russo entrou em colapso em março de 1917 e a Rússia deixou a guerra após a Revolução de Outubro, mais tarde naquele ano. Depois de uma ofensiva alemã em 1918 ao longo da Frente Ocidental, os Aliados forçaram o recuo dos exércitos alemães em uma série de ofensivas de sucesso e as forças dos Estados Unidos começaram a entrar nas trincheiras. A Alemanha, que teve o seu próprio problema com os revolucionários, neste ponto, concordou com um cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, episódio mais tarde conhecido como Dia do Armistício. A guerra terminou com a vitória dos Aliados.

Eventos nos conflitos locais eram tão tumultuados quanto nas grandes frentes de batalha, e os participantes tentaram mobilizar a sua mão de obra e recursos econômicos para lutar uma guerra total. Até o final da guerra, quatro grandes potências imperiais — os impérios Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Otomano — deixaram de existir. Os Estados sucessores dos dois primeiros perderam uma grande quantidade de seu território, enquanto os dois últimos foram completamente desmontados. O mapa da Europa central foi redesenhado em vários países menores. A Liga das Nações (organização precursora das Nações Unidas) foi formada na esperança de evitar outro conflito dessa magnitude. Há consenso de que o nacionalismo europeu provocado pela guerra, a separação dos impérios, as repercussões da derrota da Alemanha e os problemas com o Tratado de Versalhes foram fatores que contribuíram para o início da Segunda Guerra Mundial.

Antecedentes

No século XIX, as grandes potências europeias tinham percorrido um longo caminho para manter o equilíbrio de poder em toda a Europa, resultando na existência de uma complexa rede de alianças políticas e militares em todo o continente por volta de 1900. Estes começaram em 1815, com a Santa Aliança entre Reino da Prússia, Império Russo e Império Austríaco. Então, em outubro de 1873, o chanceler alemão Otto von Bismarck negociou a Liga dos Três Imperadores entre os monarcas da Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha. Este acordo falhou porque a Áustria-Hungria e a Rússia tinham interesses conflitantes nos Bálcãs, o que fez com que a Alemanha e Áustria-Hungria formassem uma aliança em 1879, chamada de Aliança Dua. Isto foi visto como uma forma de combater a influência russa nos Bálcãs, enquanto o Império Otomano continuava a se enfraquecer. Em 1882, esta aliança foi ampliada para incluir a Itália no que se tornou a Tríplice Aliança.

Depois de 1870, um conflito europeu foi evitado em grande parte através de uma rede de tratados cuidadosamente planejada entre o Império Alemão e o resto da Europa e orquestrada por Bismarck. Ele trabalhou especialmente para manter a Rússia ao lado da Alemanha, para evitar uma guerra de duas frentes com a França e a Rússia. Quando Guilherme II subiu ao trono como imperador alemão (kaiser), Bismarck foi obrigado a se aposentar e seu sistema de alianças foi gradualmente enfatizado. Por exemplo, o kaiser se recusou a renovar o Tratado de Resseguro com a Rússia em 1890. Dois anos mais tarde, a Aliança Franco-Russa foi assinada para contrabalançar a força da Tríplice Aliança. Em 1904, o Reino Unido assinou uma série de acordos com a França, a Entente Cordiale, e em 1907, o Reino Unido e a Rússia assinaram a Convenção Anglo-Russa. Embora estes acordos não tenham aliado o Reino Unido com a França ou a Rússia formalmente, eles fizeram a entrada britânica em qualquer conflito futuro envolvendo a França ou a Rússia e o sistema de intertravamento dos acordos bilaterais se tornou conhecido como a Tríplice Entente.

O poder industrial e econômico dos alemães havia crescido muito depois da unificação e da fundação do império em 1871. Desde meados da metade dos anos 1890, o governo de Guilherme II usou essa base para dedicar significativos recursos econômicos para a edificação do Kaiserliche Marine, criada pelo almirante Alfred von Tirpitz, em rivalidade com a Marinha Real Britânica na supremacia naval mundial. Como resultado, cada nação se esforçou construir o outro em termos de navios importantes. Com o

lançamento do HMS Dreadnought em 1906, o Império Britânico expandiu a sua vantagem sobre seu rival alemão. A corrida armamentista entre Reino Unido e Alemanha, eventualmente ampliada ao resto da Europa, com todas as grandes potências dedicando a sua base industrial para produzir o equipamento e as armas necessárias para um conflito pan-europeu. Entre 1908 e 1913, os gastos militares das potências europeias aumentou em 50%.

A Áustria-Hungria precipitou a crise Bósnia de 1908-1909 por anexar oficialmente o antigo território otomano da Bósnia e Herzegovina, que ocupava desde 1878. Isto irritou o Reino da Sérvia e seu patrono, o pan-eslavo e ortodoxo Império Russo. A manobra política russa na região desestabilizou os acordos de paz, que já estavam enfraquecidos, no que ficou conhecido como "o barril de pólvora da Europa".

Em 1912 e 1913, a Primeira Guerra Balcânica foi travada entre a Liga Balcânica e o fragmentado Império Otomano. O Tratado de Londres resultante ainda encolheu o Império Otomano, com a criação de um Estado independente albanês, enquanto ampliou as explorações territoriais da Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia. Quando a Bulgária atacou a Sérvia e a Grécia em 16 de junho de 1913, ela perdeu a maior parte da Macedônia à Sérvia e Grécia e Dobruja do Sul para a Romênia durante a Segunda Guerra Balcânica, desestabilizando ainda mais a região.

Crise de Julho

Em 28 de junho de 1914, Gavrilo Princip, um estudante sérvio-bósnio e membro da Jovem Bósnia, assassinou o herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em Sarajevo, na Bósnia. Isto iniciou um mês de manobras diplomáticas entre Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia, França e Reino Unido, no que ficou conhecido como a Crise de Julho. Querendo finalmente acabar com a interferência sérvia na Bósnia — a Mão Negra tinha fornecido bombas e pistolas, treinamento e ajuda a Princip e seu grupo para atravessar a fronteira e os austríacos estavam corretos para acreditar que os oficiais e funcionários sérvios estavam envolvidos — a Áustria-Hungria entregou o Ultimato de Julho para a Sérvia, uma série de dez reivindicações criadas, intencionalmente, para serem inaceitáveis, com a intenção de provocar uma guerra com a Sérvia. Quando a Sérvia concordou com apenas oito das dez reivindicações, a Áustria-Hungria declarou guerra ao país em 28 julho de 1914. Hew Strachan argumenta que "se uma resposta equivocada e precipitada da Sérvia teria feito alguma diferença para o comportamento da Áustria-Hungria é algo duvidoso. Francisco Fernando não era o tipo de personalidade que comandava a popularidade e sua morte não lançou o império em profundo luto".

O Império Russo, disposto a permitir que a Áustria-Hungria eliminasse a sua influência nos Balcãs e em apoio aos seus sérvios protegidos de longa data, ordenou uma mobilização parcial um dia depois. O Império Alemão mobilizou-se em 30 de julho de 1914, pronto para aplicar o "Plano Schlieffen", que planejava uma invasão rápida e massiva à França para eliminar o exército francês e, em seguida, virar a leste contra a Rússia. O gabinete francês resistiu à pressão militar para iniciar a mobilização imediata e ordenou que suas tropas recuassem 10 km da fronteira, para evitar qualquer incidente. A França só se mobilizou na noite de 2 de agosto, quando a Alemanha invadiu a Bélgica e atacou tropas francesas. O Império Alemão declarou guerra à Rússia no mesmo dia. O Reino Unido declarou guerra à Alemanha em 4 de agosto de 1914, após uma "resposta insatisfatória" para o ultimato britânico de que a Bélgica deveria ser mantida neutra.

A Guerra

A crise de julho e as declarações de guerra

Após o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em 28 de junho, o Império Austro-Húngaro esperou três semanas antes de decidir tomar um curso de ação. Essa espera foi devida ao fato de que grande parte do efetivo militar estava na ajuda a colheita, o que impossibilitava a ação militar naquele período. Em 23 de julho, graças ao apoio incondicional alemão (carta branca) ao Império Austro-Húngaro se a guerra eclodisse, o Ultimato de julho foi mandado à Sérvia, e que continha várias requisições, entre elas a que agentes austríacos fariam parte das investigações, e que a Sérvia seria a culpada pelo atentado. O governo sérvio aceitou todos os termos do ultimato, com exceção da participação de agentes austríacos, o que na opinião sérvia constituía uma violação de sua soberania.

Por causa desse termo, rejeitado em resposta sérvia em 26 de julho, o Império Austro-Húngaro cortou todas as relações diplomáticas com o país e declarou guerra ao mesmo em 28 de Julho, começando o bombardeio a Belgrado (capital sérvia) em 29 de Julho. No dia seguinte, o Império Russo, que sempre tinha sido aliado da Sérvia, deu a ordem de locomoção a suas tropas.

O Império Alemão, que tinha garantido apoio ao Império Austro-Húngaro no caso de uma eventual guerra mandaram um ultimato ao governo do Império Russo para parar a mobilização de tropas dentro de 12 horas, no dia 31. No primeiro dia de agosto o ultimato tinha expirado sem qualquer reação russa. A Alemanha então declarou-lhe guerra. Em 2 de agosto a Alemanha ocupou Luxemburgo, como o passo inicial da invasão à Bélgica e do Plano Schlieffen (estratégia de defesa alemã que previa a invasão da França, Inglaterra e Rússia). A Alemanha tinha enviado outro ultimato, desta vez à Bélgica, requisitando a livre passagem do exército alemão rumo à França. Como tal pedido foi recusado, foi declarada guerra a Bélgica.

Em 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra à França, e no dia seguinte invadiu a Bélgica. Tal ato, violando a soberania belga - que Grã-Bretanha, França e a própria Alemanha estavam comprometidos a garantir fez com que o Império Britânico saísse da sua posição neutra e declarasse guerra à Alemanha em 4 de Agosto.

O início dos confrontos

Algumas das primeiras hostilidades de guerra ocorreram no continente africano e no oceano Pacífico, nas colônias e territórios das nações europeias. Em Agosto de 1914, um combinado da França e do Império Britânico invadiu o protetorado alemão da Togoland, no Togo. Pouco depois, em 10 de Agosto, as forças alemãs baseadas na Namíbia atacaram a África do Sul, que pertencia ao Império Britânico. Em 30 de Agosto a Nova Zelândia invadiu a Samoa, da Alemanha; em 11 de Setembro a Força Naval e Expedicionária Australiana desembarcou na ilha de Neu Pommern (mais tarde renomeada Nova Bretanha), que fazia parte da chamada Nova Guiné Alemã. O Japão invadiu as colônias micronésias e o porto alemão de abastecimento de carvão de Qingdao na penín-

sula chinesa de Shandong. Com isso, em poucos meses, a Tríplice Entente tinha dominado todos os territórios alemães no Pacífico. Batalhas esporádicas, porém, ainda ocorriam na África.

Na Europa, o Império Alemão e o Império Austro-Húngaro sofriam de uma mútua falta de comunicação e desconhecimento dos planos de cada exército. A Alemanha tinha garantido o apoio à invasão austro-húngara à Sérvia, mas a interpretação prática para cada um dos lados tinha sido diferente. Os líderes austro-húngaros acreditavam que a Alemanha daria cobertura ao flanco setentrional contra a Rússia. A Alemanha, porém, tinha planejado que o Império Austro-Húngaro focasse a maioria de suas tropas na luta contra a Rússia enquanto combatia a França na Frente Ocidental. Tal confusão forçou o exército Austro-Húngaro a dividir suas tropas. Mais da metade das tropas foi combater os russos na fronteira, enquanto um pequeno grupo foi deslocado para invadir e conquistar a Sérvia.

A batalha da Sérvia

O exército sérvio submeteu-se a uma estratégia defensiva para conter os invasores austro-húngaros, o que culminou na Batalha de Cer. Os sérvios ocuparam posições defensivas no lado sul do rio Drina. Nas duas primeiras semanas os ataques austro-húngaros foram repelidos causando grandes perdas ao exército das Potências Centrais. Essa foi a primeira grande vitória da Tríplice Entente na guerra. As expectativas austro-húngaras de uma vitória fácil e rápida não foram realizadas e como resultado o Império Austro-Húngaro foi obrigado a manter uma grande força na fronteira sérvia, enfraquecendo as tropas que batalhavam contra a Rússia na Frente Oriental.

Exército alemão na Bélgica e França

Após invadir o território belga, o exército alemão logo encontrou resistência na fortificada cidade de Liège. Apesar do exército ter continuado a rápida marcha rumo à França, a invasão germânica tinha provocado a decisão britânica de intervir em ajuda a Tríplice Entente. Como signatário do Tratado de Londres, o Império Britânico estava comprometido a preservar a soberania belga. Para a Grã-Bretanha os portos de Antuérpia e Ostende eram importantes demais para cair nas mãos de uma potência continental hostil ao país. Para tanto, enviou um exército para a Bélgica, atrasando o avanço alemão.

Inicialmente os mesmos tiveram uma grande vitória na Batalha das Fronteiras (14 de agosto a 24 de agosto de 1914). A Rússia, porém, atacou a Prússia Oriental, o que obrigou o deslocamento das tropas alemãs que estavam planejadas para ir a Frente Ocidental. A Alemanha derrotou a Rússia em uma série de confrontos chamados da Segunda Batalha de Tannenberg (17 de agosto a 2 de setembro de 1914). O deslocamento imprevisto para combater os russos, porém, acabou permitindo uma contraofensiva em conjunto das forças francesas e inglesas, que conseguiram parar os alemães em seu caminho para Paris, na Primeira Batalha do Marne (Setembro de 1914), forçando o exército alemão a lutar em duas frentes. O mesmo se postou numa posição defensiva dentro da França e conseguiu incapacitar permanentemente 230.000 franceses e britânicos.

A guerra das trincheiras

Os avanços na tecnologia militar significaram na prática um poder de fogo defensivo mais poderoso que as capacidades ofensivas, tornando a guerra extremamente mortífera. O arame farpado era um constante obstáculo para os avanços da infantaria; a artilharia, muito mais letal que no século XIX, armada com poderosas metralhadoras. Os alemães começaram a usar gás tóxico em 1915, e logo depois, ambos os lados usavam da mesma estratégia. Nenhum dos lados ganhou a guerra pelo uso de tal artifício, mas eles tornaram a vida nas trincheiras ainda mais miserável tornando-se um dos mais temidos e lembrados horrores de guerra.

Numa nota curiosa, temos que no início da guerra, chegando a primeira época natalícia, se encontram relatos de os soldados de ambos os lados cessarem as hostilidades e mesmo saírem das trincheiras e cumprimentarem-se (trégua de Natal). Isto ocorreu sem o consentimento do comando, no entanto, foi um evento único. Não se repetiu posteriormente por diversas razões: o número demasiado elevado de baixas aumentou os sentimentos de ódio dos soldados e o comando, dados os acontecimentos do primeiro ano, tentou usar esta altura para fazer propaganda, o que levou os soldados a desconfiar ainda mais uns dos outros.

A alimentação era sobretudo à base de carne, vegetais enlatados e biscoitos, sendo os alimentos frescos uma raridade.

Fim da Guerra

A partir de 1917, a situação começou a alterar-se, quer com a entrada em cena de novos meios, como o carro de combate e a aviação militar, quer com a chegada ao teatro de operações europeu das forças norte-americanas ou a substituição de comandantes por outros com nova visão da guerra e das tácticas e estratégias mais adequadas; lançam-se, de um lado e de outro, grandes ofensivas, que causam profundas alterações no desenho da frente, acabando por colocar as tropas alemãs na defensiva e levando por fim à sua derrota. É verdade que a Alemanha adquire ainda algum fôlego quando a revolução estala no Império Russo e o governo bolchevista, chefiado por Lênin, prontamente assina a paz sem condições, (Tratado de Brest-Litovski) assim anulando a frente leste, mas essa circunstância não será suficiente para evitar a derrota. O armistício que pôs fim à guerra foi assinado a 11 de novembro de 1918.

Brasil

O nono presidente do Brasil, Venceslau Brás, declara guerra aos Poderes Centrais. Ao seu lado, o ministro interino das Relações Exteriores Nilo Peçanha (em pé) e o presidente de Minas Gerais, Delfim Moreira (sentado). No Brasil, o confronto foi conhecido popularmente, até a Segunda Guerra Mundial, como a "Guerra de 14", em alusão a 1914. No dia 5 de abril de 1917, o vapor brasileiro "Paraná", que navegava de acordo com as exigências feitas a países neutros, foi torpedeado, supostamente por um submarino alemão. No dia 11 de abril o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do bloco liderado pela Alemanha. Em 20 de maio, o navio "Tijuca" foi torpedeado perto da costa francesa. Nos meses seguintes, o governo Brasileiro confiscou 42 navios alemães, austro-húngaros e turco-otomanos que estavam em portos brasileiros, como uma indenização de guerra.

No dia 23 de outubro de 1917, o cargueiro nacional "Macau", um dos navios arrestados, foi torpedeado por um submarino alemão, perto da costa da Espanha, e seu comandante feito prisioneiro. Com a pressão popular contra a Alemanha, no dia 26 de outubro de 1917, o país declarou guerra aos Poderes Centrais.

A partir deste momento, por um lado, sob a liderança de políticos como Ruy Barbosa, recrudesceram agitações de caráter nacionalista, com comícios exigindo a "imperiosa necessidade de se apoiar os Aliados com ações" para por fim ao conflito. Por outro lado, sindicalistas, anarquistas e intelectuais como Monteiro Lobato criticavam essa postura e a possibilidade de grande convocação militar, pois segundo estes, entre outros efeitos negativos isto desviava a atenção do país em relação a seus problemas internos.

Assim, devido a várias razões, de conflitos internos à falta de uma estrutura militar adequada, a participação militar do Brasil no conflito foi muito pequena; resumindo-se no envio ao front ocidental em 1918 de um grupo de aviadores (do Exército e da Marinha) que foram integrados à Força Aérea Real Britânica, e de um corpo médico-militar composto por oficiais e sargentos do exército, que foram integrados ao exército francês, tendo seus membros tanto prestado serviços na retaguarda, como participado de combates no front. À Marinha coube a maior participação militar brasileira no conflito, com o envio de uma esquadra naval com a incumbência de patrulhar a costa noroeste da África a partir de Dakar, e o Mediterrâneo desde o estreito de Gibraltar, evitando a ação de submarinos inimigos.

2. O NAZI-FASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

Nazifascismo - é um termo de conjunção entre o fascismo italiano, doutrina totalitária desenvolvida por Benito Mussolini a partir de 1919 e o nazismo alemão, em muitos aspectos emulando a primeira, que, embora tendo nascido em 1920, é amplamente utilizado na Alemanha Nazi apenas uma década mais tarde sob regime de Adolf Hitler e do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores.

Fascismo e Nazismo

Os termos fascismo e nazismo são usados como sinônimos. O nazismo é geralmente considerado como uma forma de fascismo, mas o nazismo, em contraste viu o objetivo do estado no serviço de um ideal daquilo que o estado supostamente deveria ser: as suas pessoas, raças, e a engenharia social destes aspectos da cultura com o fim último de uma maior prosperidade possível para eles **às custas** de todos os outros. O fascismo de Mussolini continuou fiel à ideologia de que todos estes fatores existiam para servir o estado e que não era necessariamente no interesse do Estado servir ou manipular algumas daquelas características. O único objetivo do governo sob o fascismo era autovalorizar como a maior prioridade da sua cultura, simplesmente sendo o Estado em si, quanto maior a sua dimensão, melhor, pelo que se pode dizer que se tratou de uma Estadolatria (idolatria do estado) governamental. A característica importante do fascismo é o Nacionalismo.

Enquanto o Nazismo era uma ideologia metapolítica, vendo a si mesmo apenas como uma utilidade pela qual uma condição alegórica do seu povo era o seu objetivo, o fascismo era uma forma sinceramente antissocialista de Estadismo que existiu por virtude de e com fins em si mesmo. O movimento Nazista falou da sociedade baseada em classes como o seu inimigo e pretendia unificar o elemento racial acima de classes estabelecidas, enquanto que o movimento fascista tentou preservar o sistema de classes e sustentou-o como a fundação de cultura estabelecida e progressiva.

Este teorema subjacente fez os fascistas e nazistas de então verem-se como parcialmente exclusivos entre si. Hoje, no entanto, esta diferença não é patente na terminologia, mesmo quando usada num contexto histórico.

Características:

- Totalitarismo: subordinação dos interesses individuais aos do Estado.
- Nacionalismo: tudo pela nação, cuja grandeza deve ser buscada pela totalidade da sociedade.
- Militarismo: a guerra permite um aprimoramento individual e nacional.
- Expansionismo: expansão territorial é uma necessidade à sobrevivência da nação; no caso nazista, defendia-se a ideia do "espaço vital".
- Corporativismo: o Estado totalitário aparece como árbitro de todos os conflitos no interior da sociedade.
- Anticomunismo: defesa do combate ao comunismo tanto dentro do país (perseguições) quanto no âmbito internacional (aniquilação da União Soviética).
- Racismo: crença na superioridade racial dos brancos sobre os não-brancos (arianismo); este aspecto foi particularmente importante no caso nazista.

A Militarização da Política

No início os seus militantes e principais quadros partidários foram largamente preenchidos por ex-combatentes, por veteranos da Primeira Guerra Mundial, que se sentiram frustrados, excluídos, quando não traídos pelos governos do após-guerra. Dai entender-se que tanto os chefes do movimento nazifascista (como Hitler e Mussolini) como seus seguidores mais próximos serem oriundos das trincheiras, e que, mesmo na paz, continuavam usando uniforme e celebrando a vida de soldados. Comportavam-se eles como se ainda estivesse entre seus camaradas no fronte de guerra. O fascismo foi, portanto, uma militarização da política, a transposição para a vida civil dos hábitos e costumes adquiridos por uma geração inteira de europeus que passaram quatro anos da sua existência condicionados pela brutal experiência de uma guerra terrível.

Essa experiência militar deles fez com que os partidos fascistas não somente usassem uniforme e obedecessem ao seu chefe do mesmo modo que os soldados seguem o seu general, como entendessem a política como um campo de batalha, na qual seus adversários não era vistos como rivais num quadro eleitoral, mas sim inimigos a serem encarcerados ou eliminados no futuro. A militarização da vida política, com o partido organizado como fosse um regimento do exército, disciplinado e obediente à uma hierarquia, teve como consequência a determinação deles de submeterem a sociedade civil por inteiro às regras militares. O que conduziu a

que levassem a quartelização da sociedade por inteiro. Entendiam que travavam agora, finda a guerra, uma batalha para salvar a pátria, a sua pátria, ameaçada pela subversão comunista (inspirada na revolução bolchevique que ocorria, desde 1917, na Rússia), e pela debilidade da democracia liberal, incapaz de concentrar a energia necessária para retirar a nação da profunda crise econômica e moral com que saíra da guerra.

Difusão pelo Mundo

As ruas de Roma, de Munique, de Berlim, de Madri, e até do Rio de Janeiro, enchiam-se de desfiles cívicos de militantes que marchavam embandeirados, aos sons marciais, enaltecendo o nacionalismo e os valores pátrios que, segundo os fascistas, foram esquecidos ou abertamente traídos no período do pós-guerra. Cada organização fascista tinha o seu símbolo, sua cor e seu líder absoluto: um chefe, um Duce, um Führer, um caudilho, um chefe, que comandava seus homens como um general em tempo de guerra, e a quem seus seguidores devotavam verdadeira idolatria, considerando-o uma espécie de salva-pátria. Obviamente que os fascistas detestavam a democracia.

Objetivos Políticos e Raciais

Tinham os nazifascistas como objetivo maior, deter a subversão social representada pelo comunismo. O nazi-fascismo transformou o bolchevismo no seu inimigo de morte e os comunistas não-soviéticos eram vistos como meros agentes a serviço do domínio mundial daquela potência. Pode-se dizer que o fascismo assumiu uma conotação mais radical exatamente nos países ou nas sociedades que se sentiam mais vulneráveis a uma revolução comunista. Naquelas em que a hierarquia social, os valores tradicionais e o ordenamento das classes, estavam mais sujeitos a serem derrubados. E, onde, no passado recente, a frustração ou a humilhação nacional sofrida na guerra ainda não fora esquecida.

O nazismo, a vertente alemã do fascismo, elegeu ainda, como seu pior adversário, além dos já citados comunistas, os judeus. Seguidores da tradição antissemita europeia, atribuíam a eles todas as desgraças e vexações porque a Alemanha passara (a direita alemã debitou à derrota de 1918 aos comunistas e aos judeus que teriam dado "uma punhalada nas costas" do país). O violento antissemitismo dele e sua política de defesa da eugenia - a obsessão pela pureza racial do homem ariano -, fez com que os nazistas terminassem por ordenar, entre 1939-45, o maior massacre de seres humanos até hoje registrado na história: o holocausto de todos os judeus europeus e o extermínio de todos aqueles que , segundo eles, "levavam uma vida indigna de ser vivida" (os loucos, menores excepcionais, portadores de males genéticos, idosos senis, etc.).

Fatores e Antecedentes

A terceira década do século XX foi marcada pela instabilidade das relações internacionais, pela crise econômica e pelo crescimento dos regimes nazifascistas. Esse contexto, acrescido das disputas entre EUA, França e Inglaterra de um lado e Alemanha, Itália e Japão de outro, gerou a Segunda Grande Guerra.

O Rearmamento Alemão: Hitler preocupou-se com o rearmamento e com os aliados. Em 1935, por um plebiscito, restabelece o Sarre para a Alemanha. Em 1936, reocupou militarmente a Renânia. Em 1939 o serviço militar agrupa 1.500.000 homens ao exercito alemão, que compõem as unidades blindadas (*Panzerdivisionen*) e a aviação militar (*Luftwaffe*).

A Politica Externa de Hitler: A concretização dos objetivos hitleristas e as primeiras reações europeias deram-se de 1933 a 1935. Seus objetivos estavam expostos Mein *Kampf* e eram, basicamente, livrar a Alemanha da humilhação onerosa de Versalhes, reunir em um grande *Reich* alemão todas as populações europeias de língua alemã e conquistar o oeste (Polônia e Ucrânia) para usá-lo como fornecedor de matérias-primas para a Alemanha. Em 14 de outubro de 1933, Hitler obtinha igualdade de direitos em relação aos franceses, em matéria de armamentos, abandonando a Conferência de Desarmamento. Em 25 de julho de 1934, os nazistas austríacos assassinaram os chanceler Dolfuss, na esperança de provocar o *Anschluss* (a união da Áustria com a Alemanha). Hitler procurava se isolar, mas Mussolini inseriu a Alemanha no (Pacto dos Quatro), de 1933, a fim de modificar as fronteiras da Europa Central. Os franceses imediatamente aliaram-se aos eslavos e firmaram o Pacto de Assistência Mútua, que Stalin aceitou diante da ameaça nazista. Mais tarde, a França procurou sacrificar a Etiópia e estabelecer um acordo com a Itália, junto à Inglaterra, em 1935.

A Guerra Civil Espanhola: A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi decisiva para o delineamento da Segunda Guerra Mundial. Em 1931, uma parcela da burguesia espanhola, unida aos trabalhadores, proclamou a Republica. Os republicanos espanhóis pretendiam realizar um programa de reformas, entre as quais estavam a reforma agrária e a reforma urbana. Para combater o programa republicano, os latifundiários, o clero e os oficiais do exercito se organizaram no Partido da Falange, de orientação fascista. Em 17 de julho de 1936, quando o país se debatia em intensa agitação, levantaram-se os militares, comandados pelo general Francisco Franco, para derrubar a República. Os fascistas espanhóis receberam ajuda da Itália e Alemanha, que enviaram homens e armas; os republicanos contaram com o apoio da União Soviética e das Brigadas Internacionais, formadas por trabalhadores e intelectuais de diversos países. A França e Inglaterra insistiam na ideia de que os países deveriam praticar uma (política de não-intervenção). Como a ajuda recebida pelos republicanos revelou-se insuficiente, as forças do fascismo venceram a guerra em 1939. Com a vitória que se consolidou em 28/03/1939 e com a queda de Madri, Franco passou a ser apoiado pela Igreja e por uma parcela dos trabalhadores. Foi mais uma vitória da ditadura que nasceu da democracia. A guerra proporcionou para a Alemanha, um experimento de seus materiais bélicos e uma aproximação com a Itália.

As Alianças: Tanto a França como a Grã-Bretanha pronunciaram sanções contra a Itália em relação à Etiópia, o que aproximou Hitler da Itália. A Guerra Civil Espanhola, em 1936, deu a Hitler e a Mussolini uma aproximação ideológica e estratégica na medida em que apoiaram Franco. Em 1º de novembro de 1936, Mussolini proclamou o eixo Roma-Berlim, uma manifestação de solidariedade e não-aliança, pois esta só se completaria com a visita do Füher a Roma, em 1938. O Japão, tomando a China, temia a URSS e assinaria, em 1936, com a Alemanha, o Pacto Antikomintern, ao qual aderiram a Itália, a Hungria de Horth e a Espanha de Franco. Hitler criava pontos de apoio.

O Anschluss: Desde 1934, com o assassinato do chanceler austríaco Dolfuss, os nazistas alemães passaram a exercer cada vez mais influência na política interna da Áustria. Com o crescimento econômico implantado por Hitler na Alemanha, aliado ao nacionalismo pangermânico, os austríacos, cada vez mais, tendiam a aceitar uma anexação à Alemanha, unindo, dessa forma, a raça germânica sob um Reich. Em maio de 1938, foi realizado um plebiscito sobre o Anschluss e o resultado foi de 99,75% a favor. Estava, assim, concretizado o Anschluss.

A Crise da Tchecoslováquia: A política expansionista alemã continuou em 1938. Hitler exigiu, em Nuremberg, a região dos Sudetos, incorporada à Tchecoslováquia em 1919, onde viviam aproximadamente três milhões de alemães. Os Tchecoslováquios resistiram e pretenderam não entregar; para tanto contavam com o apoio da França e da URSS. Para evitar a guerra, Mussolini propôs uma conferência das quatro grandes potências em Munique. Mussolini, Hitler, Neville Chamberlain e Edouard Daladier representaram, respectivamente, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra e a França. A Tchecoslováquia não foi admitida na reunião. Hitler saiu vitorioso mais uma vez, posto que a região dos Sudetos lhe foi concedida; e, em março de 1939, desrespeitando o acordo de Munique, o Führer tomou o resto do país.

A vez da Polônia e o Início da Guerra: Um acordo germânico-soviético decidiu a crise final. O pacto de não-agressão nada mais era do que a repartição da Polônia em duas áreas de influência e a passagem da Finlândia, Estônia, Letônia e Bessarábia para o controle russo. Em 28 de março de 1939, Hitler exigiu Dantzig da Polônia. A Polônia, encorajada pela França e pela Inglaterra resistiu. Hitler temendo uma reação ocidental conjunta com a Rússia, assinou um pacto germânico-soviético de não-agressão, reiniciando, a partir daí, a agressão à Polônia. Em 1º/09/1939, embora a Inglaterra procurasse estabelecer um pacto entre Berlim e Varsóvia, tropas alemãs penetravam na Polônia. A Inglaterra e a França em questão de horas exigiram a retirada da Alemanha e declararam guerra.

A Guerra

Enquanto a Polônia era invadida pelos alemães, a oeste, e pelos soviéticos, a leste, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. Na Polônia, os alemães aplicaram uma nova tática de guerra em que o movimento era um dos elementos fundamentais. Tratava-se da *blitzkrieg*, a guerra-relâmpago, embasada na aviação, na artilharia de grande alcance e nos tanques (*panzers)*. Essa tática de guerra permitiu a vitória alemã em poucas semanas. A Polônia, no final de setembro, estava divida entre a Alemanha e a URSS.

No Ocidente, a França e Inglaterra não acreditavam na guerra e insistiam em realizar a paz com a Alemanha. Entretanto, em abril de 1940, os alemães invadiram a Dinamarca e a Noruega e, em seguida, a Holanda e a Bélgica, preparando o ataque sobre a França. No território francês tentou-se impedir o avanço alemão através da Linha Maginot, formada por franceses e ingleses. A fragilidade dessa defesa obrigou o exército franco-inglês a constantes retiradas. As forças alemãs, com seus submarinos, atacavam os navios ingleses, e com os aviões, as cidades inglesas. Mas, em setembro a Inglaterra obteve uma vitória sobre a Alemanha. A Real Força Aérea "RAF" afastou a Força Aérea Alemã (*Lufwaffe)* dos céus ingleses.

Por outro lado, no norte da África, o exército alemão (*Afrikakorps)*, comandado pelo general Erwin Rommel (a "Raposa do Deserto"), atacou os ingleses, somando numerosas vitórias, porém não conseguiu a conquista do canal de Suez. Em junho de 1941, o exército alemão atacou a União Soviética, desrespeitando o tratado de não-agressão. A operação Barba Ruiva determinou a invasão àquele país em três frentes:

- norte, para ocupar Leningrado;
- centro, para ocupar Moscou;
- sul, para ocupar a região da Ucrânia e do Cáucaso.

A resistência soviética se fez através da campanha da "terra arrasada", isto é, em seu recuo os soviéticos queimavam e demoliam tudo aquilo que os invasores pudessem utilizar e, com isso, conseguiram deter o avanço alemão. Em dezembro, chegava ao fim a tentativa de negociação entre EUA e Japão a respeito da expansão deste país da Ásia, com o ataque japonês base de Pearl Harbor. A entrada dos EUA na guerra reforçou os aliados, visto que sua indústria foi convertida para a produção bélica. Os norte-americanos tornaram-se os abastecedores das diversas nações que lutavam contra o Eicho (Alemanha, Itália e Japão).

Em 1942 os japoneses sofreram suas primeiras derrotas. O *Afrikakorps* também foi derrotado pelo exército inglês do marechal Montgomery, na batalha de El Alamenin. Em 1943, na batalha de Stalingrado, o exército alemão, após perder 350 mil homens, foi derrotado. O Exercito Vermelho, liderado pelo marechal Zukov, começava seu avanço. Na batalha do atlântico, a marinha anglo-americana abateu os submarinos alemães e, em seguida, as cidades alemãs sofreram, diariamente, ataques aéreos das forças anglo-americanas.

Mesmo diante dessas derrotas, a Alemanha se mostrava forte. Porém, no dia 6 de junho de 1944, começava a Operação Overlord, que consistia no desembarque de milhares de soldados no norte da França, na região da Normandia, cujo objetivo era acabar com a dominação alemã na Europa Ocidental. A Alemanha resistia através da propaganda nazista e das bombas voadoras, enquanto os aliados invadiam seu território. No dia 8 de maio de 1945, a rendição alemã colocava fim ao Terceiro Reich. Por outro lado, na Ásia, a guerra continuava com a resistência japonesa. No entanto, a 6 de agosto de 1945, os norte-americanos realizaram o bombardeio atômico em Hiroshima e a nove de agosto em Nagasaki. Em 16 de agosto, após vencer a resistência de militares que desejavam continuar a guerra, o governo japonês pediu a paz, encerrando dessa forma Segunda Guerra Mundial.

3. A GUERRA FRIA.

A Guerra Fria tem início logo após a Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos e a União Soviética vão disputar a hegemonia política, econômica e militar no mundo. A União Soviética possuía um sistema socialista, baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Já os Estados unidos, a outra potência mundial, defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Na se-

gunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos.

A definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre Estados Unidos e URSS. Até mesmo porque, estes dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Um conflito armado direto significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coréia e no Vietnã.

Paz Armada

Na verdade, uma expressão explica muito bem este período: a existência da Paz Armada. As duas potências envolveram-se numa corrida armamentista, espalhando exércitos e armamentos em seus territórios e nos países aliados. Enquanto houvesse um equilíbrio bélico entre as duas potências, a paz estaria garantida, pois haveria o medo do ataque inimigo.

Nesta época, formaram-se dois blocos militares, cujo objetivo era defender os interesses militares dos países membros. A **OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte (surgiu em abril de 1949) era liderada pelos Estados Unidos e tinha suas bases nos países membros, principalmente na Europa Ocidental. O **Pacto de Varsóvia** era comandado pela União Soviética e defendia militarmente os países socialistas.

Alguns países membros da OTAN: Estados Unidos, Canadá, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Suécia, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Áustria e Grécia.

Alguns países membros do Pacto de Varsóvia: URSS, Cuba, China, Coréia do Norte, Romênia, Alemanha Oriental, Albânia, Tchecoslováquia e Polônia.

Corrida Espacial

EUA e URSS travaram uma disputa muito grande no que se refere aos avanços espaciais. Ambos corriam para tentar atingir objetivos significativos nesta área. Isso ocorria, pois havia uma certa disputa entre as potências, com o objetivo de mostrar para o mundo qual era o sistema mais avançado. No ano de 1957, a URSS lança o foguete Sputnik com um cão dentro, o primeiro ser vivo a ir para o espaço. Doze anos depois, em 1969, o mundo todo pôde acompanhar pela televisão a chegada do homem a lua, com a missão espacial norte-americana.

Caça* às *Bruxas

Os EUA liderou uma forte política de combate ao comunismo em seu território e no mundo. Usando o cinema, a televisão, os jornais, as propagandas e até mesmo as histórias em quadrinhos, divulgou uma campanha valorizando o "american way of life". Vários cidadãos americanos foram presos ou marginalizados por defenderem idéias próximas ao socialismo. O Macartismo, comandado pelo senador republicano Joseph McCarthy, perseguiu muitas pessoas nos EUA. Essa ideologia também chegava aos países aliados dos EUA, como uma forma de identificar o socialismo com tudo que havia de ruim no planeta.

Na URSS não foi diferente, já que o Partido Comunista e seus integrantes perseguiam, prendiam e até matavam todos aqueles que não seguiam as regras estabelecidas pelo governo. Sair destes países, por exemplo, era praticamente impossível. Um sistema de investigação e espionagem foi muito usado de ambos os lados. Enquanto a espionagem norte-americana cabia aos integrantes da CIA, os funcionários da KGB faziam os serviços secretos soviéticos.

"Cortina de Ferro"

Após a Segunda Guerra, a Alemanha foi dividida em duas áreas de ocupação entre os países vencedores. A República Democrática da Alemanha, com capital em Berlim, ficou sendo zona de influência soviética e, portanto, socialista. A República Federal da Alemanha, com capital em Bonn (parte capitalista), ficou sob a influência dos países capitalistas. A cidade de Berlim foi dividida entre as quatro forças que venceram a guerra: URSS, EUA, França e Inglaterra. No final da década de 1940 é levantado Muro de Berlim, para dividir a cidade em duas partes: uma capitalista e outra socialista. É a vergonhosa "cortina de ferro".

Plano Marshall e COMECON

As duas potências desenvolveram planos para desenvolver economicamente os países membros. No final da década de 1940, os EUA colocaram em prática o Plano Marshall, oferecendo ajuda econômica, principalmente através de empréstimos, para reconstruir os países capitalistas afetados pela Segunda Guerra Mundial. Já o COMECON foi criado pela URSS em 1949 com o objetivo de garantir auxílio mútuo entre os países socialistas.

Envolvimentos Indiretos

Guerra da Coréia: Entre os anos de 1951 e 1953 a Coréia foi palco de um conflito armado de grandes proporções. Após a Revolução Maoista ocorrida na China, a Coréia sofre pressões para adotar o sistema socialista em todo seu território. A região sul da Coréia resiste e, com o apoio militar dos Estados Unidos, defende seus interesses. A guerra dura dois anos e termina, em 1953, com a divisão da Coréia no paralelo 38. A Coréia do Norte ficou sob influência soviética e com um sistema socialista, enquanto a Coréia do Sul manteve o sistema capitalista.

Guerra do Vietnã: Este conflito ocorreu entre 1959 e 1975 e contou com a intervenção direta dos EUA e URSS. Os soldados norte-americanos, apesar de todo aparato tecnológico, tiveram dificuldades em enfrentar os soldados vietcongues (apoiados pelos soviéticos) nas florestas tropicais do país. Milhares de pessoas, entre civis e militares morreram nos combates. Os EUA saíram derrotados e tiveram que abandonar o território vietnamita de forma vergonhosa em 1975. O Vietnã passou a ser socialista.

Fim da Guerra Fria

A falta de democracia, o atraso econômico e a crise nas repúblicas soviéticas acabaram por acelerar a crise do socialismo no final da década de 1980. Em 1989 cai o Muro de Berlim e as duas Alemanhas são reunificadas. No começo da década de 1990, o en-

tão presidente da União Soviética Gorbachev começou a acelerar o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraquecendo. Era o fim de um período de embates políticos, ideológicos e militares. O capitalismo vitorioso, aos poucos, iria sendo implantado nos países socialistas.

4. GLOBALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.

Globalização

Podemos dizer que é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta. O conceito de Aldeia Global se encaixa neste contexto, pois está relacionado com a criação de uma rede de conexões, que deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma rápida e eficiente. O que a globalização apresenta para uma sociedade não são somente produtos, mas sim ideias quanto ao mercado, à democracia, à educação, à família, à sexualidade, ao trabalho, lazer, etc.

Esferas da Globalização Econômica

Globalização Comercial: A globalização comercial consiste na integração dos mercados nacionais por meio da diminuição das barreiras comerciais e, consequentemente, do aumento do comércio internacional. Se o crescimento do comércio mundial der-se a uma taxa de crescimento média anual mais elevada do que a do PIB mundial podemos afirmar que há globalização comercial: maior internacionalização da produção via comércio de bens e serviços e maior grau de abertura das economias

Globalização Financeira: Modificou o papel do Estado na medida em que alterou radicalmente a ação governamental, que agora é dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global. Faz-se através da intercomunicação dos mercados de capitais acelerando a velocidade na alocação do capital (smart money). Se por um lado, a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode ser vista como uma forma eficiente de destinar recursos internacionais e para países emergentes, por outro, a possibilidade de usar os capitais de curto prazo para ataques especulativos contra moedas são considerados como uma nova forma de ameaça à estabilidade econômica dos países.

Globalização Produtiva: Fenômeno mundial associado a uma revolução nos métodos de produção que resultou numa mudança significativa nas vantagens comparativas das nações. As fases de produção de uma determinada mercadoria podem ser realizadas em qualquer país, pois se busca aquele que oferecer maiores vantagens econômicas. Isto tem levado a uma acirrada competição entre países - em particular aqueles em desenvolvimento - por investimentos externos.

Multinacionais – são empresas que mantêm filiais em vários países do mundo, comandadas a partir de uma sede situada no país de origem.

Transnacionais – são empresas cujas filiais não seguem as diretrizes da matriz, pois possuem interesses próprios e às vezes conflitantes com os do país no qual se originaram.

Globalização Tecnológica: A revolução tecnológica levou à chamada economia digital e à ideia de que o saber é o principal recurso de uma nação – teríamos entrado na chamada ―era da informação‖. O surgimento da Internet leva a uma mudança radical na produção e na comercialização de bens e serviços, tendo efeitos tanto sobre a relação de uma empresa com seus fornecedores quanto com seus consumidores. As empresas transnacionais se aproveitam desse contexto e se fortalecem, planejando suas ações com o objetivo de vender para o mercado global. A globalização tecnológica não atinge toda a superfície terrestre, embora altere a dinâmica econômica e social da maior parte dos países. Se a produção de chips e de computadores, o controle dos serviços e equipamentos de telecomunicações e a fabricação de remédios estão nas mãos de algumas poucas grandes empresas multinacionais, também o consumo desses produtos e serviços encontra-se concentrado nos países desenvolvidos.

Efeitos da Globalização na atualidade

É evidente que muitos acontecimentos em relação à globalização dos países ocorreram, um dos destaques pelo mundo foi às eleições. Entre esses países, alguns que fizeram parte da Primavera Árabe, a qual havia trazido grandes expectativas de que aquelas nações do Oriente Médio e do norte da África enfim abraçariam a democracia. Entretanto, os regimes resultantes desse movimento e os ditadores que insistem em resistir demonstram que somente o desejo por liberdade não foi ainda suficiente para alterar o status quo milenar desses países.

Na Líbia, foram realizadas as primeiras eleições legislativas. Porém, o país, ao lado do Egito, foi o palco de um dos acontecimentos mais falados - Os tumultos começaram em há alguns meses. No Egito, onde uma multidão protestou na embaixada norte-americana no Cairo. No mesmo dia, na Líbia, um ataque ao consulado norte-americano resultou na morte do embaixador, John Christopher Stevens, e de mais três funcionários. Para se instalar na região, parece que a democracia vai precisar de mais estações do que apenas uma primavera.

A União Europeia, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz, não teve seus líderes-presidente da França eleito – e não encontrou solução para a crise econômica que persiste na região. Já nos Estados Unidos, as eleições também não trouxeram mudança. Foi reeleito o atual presidente Barack Obama.

Na Rússia, Vladimir Putin foi questionado ao ganhar um terceiro mandato como presidente depois de passar os últimos quatro anos no cargo de primeiro-ministro. O Japão, que continua sofrendo as consequências do terremoto do ano passado e enfrenta dificuldades para sair da recessão, acaba de eleger como primeiro-ministro Shinzo Abe. A China também escolheu seus novos líderes, em um processo que, ao contrário da habitual frieza, trouxe um

ingrediente quente: a corrupção. Casos envolvendo altos membros do Partido Comunista foram explorados politicamente por seu novo secretário-geral.

Já na América Latina o Brasil, que deu provas de maturidade no julgamento do mensalão, é uma das exceções, continuou sem conseguir dar grandes demonstrações de evolução institucional. Chávez se reelegeu na Venezuela, mas o clima neste final de ano é de incerteza, porque uma recaída em sua doença o obrigou a ser submetido à nova cirurgia e, caso ele não consiga se recuperar, na data marcada para sua posse, novas eleições terão que ser convocadas. Os governos de Equador e Argentina passaram o ano sob a acusação de cercearem a liberdade de imprensa.

Os efeitos da Globalização em relação à economia dos países.

O cenário era favorável, e os Estados Unidos da América mantinham-se em recuperação com a melhora de um grande conjunto de indicadores. Um programa de recompra de títulos inundou a economia americana com centenas de milhares de dólares favorecendo a atividade econômica. Já na Europa, o assunto era a Grécia, a pergunta é como um país com uma área menor que a do estado de São Paulo pode causar tanto transtorno e desconforto? A resposta é "Globalização". A esta altura do campeonato, já considerando os problemas "importados" do ano anterior, a Grécia era o centro das atenções com incansáveis rodadas de negociação, tentando convencer seus credores que seria melhor receber 50% do que lhes era devido que receber absolutamente nada caso o país quebrasse.

Na China não havia uma tendência definida no começo do ano e os indicadores econômicos alternavam entre aceleração e desaceleração econômica. Atualmente, apesar de a China ser considerada economia emergente, é tratada como economia de não mercado. Com isso, ao abrir um processo de investigação, os países não precisam considerar os preços dos produtos chineses. Quando a China é alvo de denúncia, o governo ou o setor produtivo tem que indicar um terceiro país que seja parâmetro para o produto, a fim de o governo definir se existe uma fraude nos preços. Mas no decorrer do ano a crise amenizou-se e a china apresentou uma melhora no seu conjunto de indicadores e finalmente acelerou.

No Brasil a expectativa era tão positiva no começo do ano que registramos uma das sequências mais extensas de entrada de recursos de investidores estrangeiros na bolsa brasileira nos últimos anos. Um fato sobre isso é a parceria entre o Brasil e a União Europeia (UE) para a internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras já beneficiou, em cinco anos, direta e indiretamente, 2,5 mil empreendimentos de 21 setores, como o de tecnologia da informação, petróleo e gás, o agronegócio e o coureiro-calçadista.

A Globalização Capitalista

A integração da economia mundial não é uma tendência pós-Guerra Fria: é uma característica do capitalismo que Karl Marx, o pai do socialismo científico, já havia identificado no século XIX. O que de fato muda com o fim da Guerra Fria, da corrida armamentista, da divisão bipolar do mundo entre os Estados Unidos e a União Soviética é que essa integração ganhou dimensões nunca antes experimentadas.

A globalização, como se convencionou denominar essa integração, não se dá apenas no nível da macroeconomia. Mas é, sem dúvida, a macroeconomia regida pelo grande capital, que não se submete ao pleito popular e é muitas vezes impermeável à democracia. Talvez seja a utopia do capital como bandeira anti-socialista que une mundo central e mundo periférico.

Impossível pensar, hoje, em dois ou três mundos. É equivocado pensar no mundo pobre e no mundo rico separadamente. São faces diferentes de um mesmo sistema, o capitalista. As crises nas bolsas de valores, na Ásia, nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil mostram isso. Sem exceção, nos países atingidos pela crise – na verdade todos, em maior ou menor proporção – o Estado teve de intervir a fim de salvaguardar a estabilidade da economia, o que beneficiou a todos, com certeza, mas onerou significativamente a camada mais pobre da população, que arcará, no mundo inteiro, com o ônus do desemprego. O neoliberalismo, aí, não valeu. É claro que, se não houvesse a intervenção do Estado na economia – e isso aconteceu não só no Brasil, mas nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, no Reino Unido, na França, nos Tigres Asiáticos, enfim em um grande número de países – a crise teria sido pior. Mas também devemos nos ater ao fato de que, se toda crise nos possibilita pensar em soluções e nos aprimorarmos, o Estado tem de estar de prontidão. Se ante a ameaça de colapso do sistema o milagre neoliberal não funcionou, devemos então pensar que ressuscitar essa prática político-econômica fracassada no século passado não é a solução; ou então teremos de arcar com as conseqüências da ressurreição de propostas que na prática não surtiram o efeito desejado, criticadas atualmente até por aqueles que só conhecem fatos isolados da História.

A nova ordem internacional do fim dos anos 80 parece não se ter consolidado, pelo menos do ponto de vista político.

O fim da URSS

A ordem que se estabeleceu com o fim da Guerra Fria e com a dissolução do socialismo real, inicialmente no Leste Europeu, com a desintegração da URSS, e depois no restante do mundo, colocou em xeque a situação vigente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela bipolarização do mundo, sob o ponto de vista político-ideológico, que tinha como expoentes os Estados Unidos, à frente do mundo capitalista, dito "Mundo Livre", e a URSS, no comando do mundo socialista, embora não de forma unânime, haja vista as dissidências na postura de países como a China, a Iugoslávia e a Albânia.

A nova ordem é multipolar. Nela, o mundo está dividido em áreas de influência econômica. As alianças militares perderam o sentido, pelo menos no que se refere à oposição ao bloco político-ideológico antagônico. Hoje, tem lugar a expansão das alianças econômicas: União Européia, Nafta, ALCA, Mercosul, APEC. No contexto da economia globalizada, os blocos econômicos são um grande impulso para a otimização do crescimento econômico integrado. Os Estados-Nação perderam espaço para a ação das transnacionais. Extinguiu-se o embate direita-esquerda, característico do confronto leste-oeste que permeou a Guerra Fria.

Se é possível identificar o início dessas transformações, sem dúvida ele tem lugar em meados da década de 80, quando Mikhail Gorbachev assumiu o poder na URSS. Com o planejamento estatal em crise desde o fim dos anos 70, com a Guerra Fria absorvendo quase 1/3 de seu orçamento, diante da não-adesão da população

aos planos qüinqüenais, e com o comprometimento da máquina estatal com a cultura que se criou ao redor da corrupção, Gorbachev entendeu serem necessárias mudanças no país. Essas mudanças abrangeriam as esferas política e econômica. Era também necessário acabar com a Guerra Fria e abrir a economia do país aos investimentos externos, com os quais se poderia reorientar a tecnologia, sofisticada no setor militar, para o incipiente setor civil. A URSS tinha a capacidade de lançar mísseis intercontinentais e de manter uma estação espacial em órbita, mas era absolutamente incapaz de produzir automóveis ou eletrodomésticos de qualidade.

Diante dessas necessidades, Gorbachev deu início a um amplo processo de abertura política – glasnost – e de reestruturação da economia – perestroika.

A abertura política, que possibilitaria à população manifestar-se a respeito de suas necessidades, tornando-a co-autora da ação do Estado que efetivamente a representaria, possibilitou, no entanto, a eclosão de sentimentos nacionalistas, sufocados duramente durante a Guerra Fria. A reestruturação da economia, que redirecionaria a ação do planejamento estatal para o setor civil, fez vir à tona o que de fato era sabido pelo governo e pela sociedade soviética: que o planejamento estatal fora um fracasso, se não em sua totalidade, pelo menos devido à consolidação da burocracia e da maquiagem dos resultados que o Estado procurou contabilizar politicamente.

O caos econômico, associado à instabilidade política, efeitos colaterais do processo de modernização do país, levaram a URSS ao fim em 1991. E diante da necessidade de manutenção da integração econômica das ex-repúblicas soviéticas, visto que ainda não gozavam de autonomia nesse setor para se inserirem no mercado internacional, criou-se a CEI – Comunidade dos Estados Independentes, que tinha também como atributo o monitoramento do arsenal da ex-URSS.

Os Países Pós-Socialistas

Efetivamente a CEI nasceu morta. Do ponto de vista econômico, as ex-repúblicas soviéticas tomaram rumos não necessariamente concordantes. O fato é que pouco resta hoje do que já foi a segunda maior economia do mundo. As crises se sucedem.

A Rússia, detentora da maior parcela do arsenal da ex-URSS, vive uma crise sem precedentes. A incerteza na sucessão do presidente Boris Yeltsin torna os investidores externos temerosos. A política econômica do Estado russo não dá conta das garantias exigidas pelo mercado internacional para a completa inserção do país. O rublo desvaloriza-se a cada dia. O Estado já pediu uma moratória. Além disso, movimentos nacionalistas eclodem em constante tensão – caso da Chechênia e, mais recentemente, do Daguestão.

No resto do países que outrora se admitiam socialistas, a situação não é muito diferente. Na Europa, alguns como a Hungria, a Polônia e a República Checa vislumbram a possibilidade de ingressar na UE – União Européia; outros como as ex-repúblicas soviéticas Casaquistão, Uzbequistão e Quirguízia vêem seus governos ameaçados pela expansão do islamismo. A Coréia do Norte e Cuba amargam embargos econômicos que impedem tentativas mais concretas de ingressar no mundo sem fronteiras. Enfim, implodiu-se o mundo socialista, ou mais propriamente o socialismo real, deixando órfãos e sem orientação os partidos de esquerda; alguns até sucumbiram à proposta neoliberal.

O Neoliberalismo do Primeiro Mundo

Na Europa Ocidental, o fim do socialismo significou a aparente vitória do neoliberalismo. No início dos anos 90 a política da Europa do Oeste inclinou-se para propostas com menor participação do Estado, atribuindo ao mercado a solução de muitos problemas. Afortunadamente, a população desses países entendeu muito rápido que essa política neoliberal traria o retrocesso, e as grandes perdas seriam sentidas na área social. Na segunda metade da década de 90, a tendência neoliberal foi desbancada politicamente na Alemanha, na França, na Itália e na Inglaterra.

A globalização que derruba fronteiras poderia desestabilizar a economia da Europa unida e colocá-la à mercê do capital especulativo internacional, criando espaço para a ação maior de capitais americanos.

A nova ordem internacional acabou com um sem-número de conflitos diretamente ligados à ação das superpotências; mas fez surgir outros, na sua maioria de origem étnica, religiosa e nacional, que durante a Guerra Fria foram mantidos em estado latente, pois poderiam ameaçar a hegemonia das superpotências sobre determinados países ou regiões.

Entre os países capitalistas, a despeito de ter-se pronunciado ainda mais a diferença entre ricos e pobres, agora Norte-Sul, vale a abertura dos mercados, o fim de restrições comerciais e a implantação de um comércio mais amplo, sob a égide da OMC – Organização Mundial do Comércio, que substituiu o GATT – General Agreement of Taxes and Trading (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

A palavra de ordem é a inserção no mercado mundial. Os capitais estão cada vez mais livres e, perante uma variada gama de possibilidades de investimentos, deslocam-se facilmente de um país para outro, de uma economia menos atraente para outra mais atraente, até que uma outra surja, num fluxo contínuo de investimentos que se movimentam ao sabor dos ventos da economia.

O Neoliberalismo nos Países Emergentes

No entanto, os efeitos alucinantes do mercado livre, das múltiplas possibilidades de investimento e de integração econômica acarretaram a atual crise mundial.

Os países emergentes, como os Tigres Asiáticos, a Rússia, e o Brasil, sucumbiram à mobilidade do capital internacional. Dependentes de investimentos externos, esses países foram obrigados a abrir suas economias e seu mercado consumidor. No entanto, a concorrência dos produtos importados frente aos nacionais abalou o parque industrial dos países do sul, exceção feita aos Tigres Asiáticos. Seus governos, por sua vez, não responderam ao chamado neoliberal de atribuir cada vez mais ao mercado o equacionamento das questões sociais. Endividadas e com máquinas administrativas inoperantes do ponto de vista político e monetário, essas economias quebraram.

O smart money – o "dinheiro esperto", ou seja, o capital especulativo internacional – não vê nesses países amplas possibilidades de se reproduzir. Para evitar a fuga desses capitais, essenciais para a manutenção de seu tênue desenvolvimento, os países do sul queimam suas reservas cambiais, elevam as taxas de juros, agravam seus problemas sociais internos, ampliam as desigualdades, mas mantêm os investimentos externos, que não tardarão a exigir mais e mais capitais, em mero processo de especulação.

O mundo sem fronteiras amplia as desigualdades. Isso está expresso no relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Os países ricos enriquecem ainda mais, enquanto os países pobres perdem suas reservas e são obrigados a se sujeitar cada vez mais às determinações do mercado financeiro.

Com a globalização da economia, há a perspectiva de uma maior integração no sentido de cooperação entre os países; mas existem os excluídos – nações que não constituem Estados nacionais. A globalização não dá conta do nacionalismo, que surge na defesa de interesses de nações apartadas do direito a um território, o que faz eclodir inúmeros conflitos políticos, étnicos, religiosos e até mesmo tribais. No mundo global não há espaço para aquelas nações que, por mais justa que seja sua reivindicação, não se constituíram como Estado e não são, portanto, economicamente viáveis. A globalização é o que o capitalismo quer, independentemente do desenvolvimento, da integração real e da mutualidade entre os povos.

As Crises Econômicas Capitalistas

O processo de aprofundamento e alargamento das relações capitalistas no mundo veio acompanhado de outro, igualmente drástico, para as populações: o das sucessivas crises de superprodução, que passavam, a contar da década de 1870, a fazer parte da realidade econômica dos países capitalistas desenvolvidos, cujas consequências atuariam no sentido de contribuir, sensivelmente, para a promoção de alterações profundas na estrutura das sociedades burguesas. A partir da consolidação do capitalismo na sua fase imperialista, percebem-se as crises econômicas como muito mais prolongadas, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à transição para o capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

De fato, somente com a passagem para o capitalismo monopolista, a Europa continental passaria a sentir a plena expansão das relações capitalistas no campo, transformando a antiga estrutura baseada no atendimento às necessidades de consumo dos produtores em uma economia voltada, essencialmente, à produção de mercadorias. Neste momento, o caráter das crises também se transforma. Hilferding, cujos estudos ajudaram Lênin a desenvolver suas análises sobre o imperialismo, dizia que, na produção mercantil pré-capitalista, as perturbações na economia eram decorrentes de catástrofes naturais ou históricas, como queda da colheita, secas, epidemias, guerras. Isto porque tal produção era dirigida a atender às necessidades próprias dos produtores, ligando produção e consumo como meio e fim, ao passo que somente o capitalismo plenamente consolidado passa a generalizar a produção de mercadorias, fazendo com que todos os produtos tomem a forma de mercadorias e tornando o produtor dependente do mercado, ao fazer da venda da mercadoria condição prévia para a retomada da produção.

A dependência do produtor em relação ao mercado, a anarquia na produção e a separação do produtor do consumo (o produto deixa de ser propriedade do produtor e, consequentemente, sua produção não tem mais como objetivo central o seu consumo) são características da produção capitalista, ou seja, da produção cujo objetivo é a realização e multiplicação do lucro. A possibilidade de crise no capitalismo nasce da produção desordenada e do fato pelo qual a extensão do consumo, pressuposição necessária da acumulação capitalista, entra em contradição com outra condição, a da realização do lucro, já que a ampliação do consumo de massas exigiria aumento de salários, o que provocaria redução da taxa de mais valia. Tal contradição insanável faz com que o capital busque compensá-la através da expansão do campo externo da produção, isto é, da ampliação constante do mercado. Quanto mais a força produtiva se desenvolve, tanto mais entra em antagonismo com a estreita base da qual dependem as relações de consumo. Portanto, a crise periódica é inerente ao capitalismo, pois somente pode ser resultante das condições específicas criadas pelo próprio sistema.

Segundo a teoria exposta originalmente por Marx no Livro III de O Capital, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital. Esta ideia fundamenta-se no fato de que o processo de acumulação capitalista leva, necessariamente, ao aumento da composição orgânica do capital, a qual é apontada como sendo a relação existente entre o capital constante (o valor da quantidade de trabalho social utilizado na produção dos meios de produção, matérias-primas e ferramentas de trabalho, ou seja, o "trabalho morto" representado, basicamente, pelas máquinas e pelos insumos necessários à produção) e o capital variável (valor invertido na reprodução da força de trabalho, o "trabalho vivo" dos operários). O processo de acumulação resulta na tendência à substituição do "trabalho vivo", a única fonte de valor, por "trabalho morto", que não incorpora às mercadorias nova quantidade de valor, mas apenas transmite às mesmas a quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Como a taxa de lucro depende da taxa de mais valia, cujo valor se reduz com a redução do "trabalho vivo", as taxas de lucro, a longo prazo, tendem a decrescer.

Tal situação é decorrente da própria concorrência inerente ao sistema capitalista, a qual obriga os capitalistas a buscar superar seus rivais através do investimento em meios de produção tecnologicamente mais avançados, para reduzir os custos da produção, além de tentar economizar ao máximo na parcela relativa ao capital variável, em função do acirramento dos conflitos provocados pela luta de classes e pelo fortalecimento do movimento operário. A queda da taxa de lucro, portanto, é resultado, em última instância, da tendência à substituição do "trabalho vivo" por "trabalho morto", fazendo reduzir a fonte de mais valia, o que acaba por originar uma superacumulação de capital e de mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma restrição na capacidade de consumo da sociedade, por causa do desemprego que desencadeia.

Com o desenvolvimento pleno do capitalismo, cresce a interdependência internacional dos processos econômicos nacionais, situação que se reflete no caráter das crises, fazendo da crise capitalista um fenômeno mundial. Ao mesmo tempo, porém, enquanto as firmas menores sofrem a falência e a bancarrota em massa, o processo de concentração do capital faz aumentar a capacidade de resistência da grande empresa. Enquanto a produção artesanal e voltada para consumo próprio é praticamente aniquilada com o progresso do capitalismo, a grande empresa, cuja produção passa a atingir amplos mercados e se diversifica, pode prosseguir durante a crise, mesmo tendo sido forçada a reduzir parte da produção. A resistência às crises é também aumentada pela forma de organização da sociedade anônima, que, decorrente da crescente influência dos bancos junto às indústrias, é responsável pela maior facilidade na captação de capitais e no acúmulo de reservas na época de "prosperidade", além de proporcionar um controle maior na gerência do capital.

Do quadro exposto não convém inferir que as empresas resultantes de processos de concentração, fusão ou cartelização sejam capazes de debelar os efeitos da crise, mas, sim, que possam encará-los de maneira menos traumática, pois o peso maior da crise será sentido pelas indústrias não cartelizadas. No que tange à luta de classes, a concentração de capital faz crescer o poder do empresariado no enfrentamento à organização crescente dos trabalhadores. A grande indústria também é capaz de oferecer maior resistência às greves operárias do que, antes, permitia a estrutura das pequenas e médias empresas, isoladas entre si e competindo umas com as outras.

Na fase imperialista, o poder industrial separa-se da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado, sendo ultrapassada a fase liberal na qual o proprietário era, ao mesmo tempo, empreendedor, gerenciando uma propriedade individual ou familiar. A concorrência clássica da época da "mão invisível do mercado" foi substituída pela concorrência entre oligopólios, empresas múltiplas comandadas por gerências que trocaram a gestão empirista e intuitiva do capitalismo liberal pelo planejamento estratégico. Ao contrário do que parte da esquerda imaginou, a planificação gerencial das empresas não significou um passo na direção do socialismo, pois a competição não deixou de existir, apenas tendo se transferido para novos patamares, assim como o planejamento oligopolista não alterou a estrutura da sociedade, mas contribuiu para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa.

O Capitalismo Contemporâneo

As tendências verificadas na passagem para o imperialismo aprofundaram-se durante a primeira metade do século XX, sendo responsáveis pela eclosão de duas guerras mundiais, entremeadas pela grande crise econômica de 1929 e a ascensão do nazi-fascismo. Uma nova ordem econômica mundial foi erigida, no mundo capitalista, após a Segunda Grande Guerra, muito em função do surgimento de um poderoso bloco socialista capitaneado pela União Soviética. A Conferência de Bretton Woods, realizada nos EUA em 1944, estabelecia as bases da economia capitalista contemporânea, com a definição das regras do sistema monetário e financeiro internacional capitalista ao fim do conflito, visando impedir o excesso de moeda circulante e a inflação (conforme a ortodoxia liberal, o excesso de dinheiro circulando no mercado e altos salários dos trabalhadores eram apontados como principais causadores da inflação e das crises econômicas).

A conjuntura do pós-guerra apontava para o poderio inquestionável dos Estados Unidos, que saíam da guerra como a grande potência econômica, financeira, política e militar, liderando o bloco capitalista e iniciando a Guerra Fria contra a União Soviética e o bloco socialista. Duas nações poderosas, Alemanha e Japão, estavam derrotadas; França e Inglaterra debilitadas pela guerra. O dólar foi definido como moeda padrão internacional (os EUA detinham 80% das reservas de ouro do planeta, e o Tesouro norte-americano garantia a conversibilidade do metal em troca de dólares). Foi o momento da criação do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial), do FMI (Fundo Monetário Internacional), que receberam dos EUA um capital de U$ 10 bilhões e do GATT (atual Organização Mundial do Comércio). Estas instituições foram criadas com o objetivo de administrar um sistema no qual o desenvolvimento econômico mundial passava a depender em larga medida da aceitação das condições impostas pelos Estados Unidos.

O Plano Marshall encabeçou a ajuda estadunidense aos países capitalistas destruídos pela guerra. Foram destinados U$ 13 bilhões à Europa, com desvalorizações maciças das outras moedas em relação ao dólar e politizando as relações econômicas dos EUA com os demais países, em função do endurecimento com o Leste europeu. À medida que crescia a participação dos EUA na defesa do chamado "mundo livre" (capitalista), os gastos militares desse país passaram a representar o maior movimento de capitais para o exterior.

A nova conjuntura internacional enterrava definitivamente a antiga ordem imperial baseada na colonização direta. O "novo imperialismo" implicou que cada vez mais regiões do globo se tornassem dependentes do mercado, fato que permitiria à nova potência imperial capitalista (EUA) penetrar muito além do alcance da conquista militar e do domínio político direto. O capitalismo, que sempre foi capaz de gerar novas e crescentes necessidades de expansão permanente, demonstrava também ser capaz de produzir outra forma de dominação, diferente de qualquer uma que tenha existido no passado: a dominação não mais exclusivamente dependente do controle político e militar direto, mas realizada através de imperativos econômicos e da subordinação ao mercado, manipulado em benefício do capital imperialista.

Novos métodos de sujeição foram desenvolvidos, permitindo às principais potências capitalistas e aos Estados Unidos, em particular, direcionarem os Estados a agirem em benefício do grande capital, sem a necessidade de a todo momento exercer o domínio militar direto. Ilustração significativa desta mudança foi a emergência da Alemanha e do Japão após a guerra, com a ajuda de seus antigos adversários, como os maiores competidores econômicos dos EUA, numa relação contraditória de concorrência e cooperação.

Nos anos seguintes à guerra, os Estados Unidos e as principais economias capitalistas viveram um longo boom econômico. Em tais condições, havia interesse real no desenvolvimento das economias nacionais, tendo em vista que isso significava a expansão dos mercados consumidores. Tal situação favoreceu a emergência do Welfare State (Estado de Bem Estar Social), caracterizado pela aplicação de um conjunto de medidas e leis de proteção aos trabalhadores adotadas pelos Estados europeus a partir de 1945. Em países como Inglaterra, França, Suécia, Alemanha e outros, o Estado passou a ser responsável pela previdência social, pela assistência médica universal, estabelecendo, ainda, seguros sociais que garantiam o amparo à velhice, à invalidez, à maternidade e aos desempregados. Além disso, o Estado passava a controlar os setores estratégicos da economia (energia, comunicações, transportes, serviços públicos, etc).

A emergência do Welfare State foi consequência de uma série de fatores conjugados, para além da conjuntura de crescimento econômico após a Segunda Grande Guerra: a conquista de direitos sociais e trabalhistas pelo movimento operário europeu, após mais de um século de embates; o receio de novas crises econômicas após o crack da Bolsa de Nova York, em 1929; a experiência keynesiana anterior nos Estados Unidos, com o New Deal, durante o governo Roosevelt; a ascensão ao poder de partidos social-democratas, trabalhistas ou socialistas; o fortalecimento dos partidos comunistas após a guerra, graças à participação destacada na resistência ao nazifascismo em seus países e ao prestígio conquistado pela União Soviética em função de sua decisiva atuação para a derrota da Alemanha nazista e para a libertação dos territórios sob domínio alemão; a pressão político-ideológica exercida pelo bloco socialista.

Os primeiros sintomas de uma nova crise capitalista de grandes proporções, porém, foram sentidos na década de 1960, quando o passivo externo, isto é, o dólar circulante fora dos Estados Unidos, era exatamente igual às reservas norte-americanas em ouro. Se todo mundo chegasse com dólar e exigisse do governo dos EUA a troca por ouro, as reservas cairiam a zero. Daí para a frente, o distanciamento entre o passivo externo e o ouro nos EUA só tendeu a aumentar. A conjuntura internacional era marcada pela crescente recuperação das economias européias e do Japão, resultando na maior concorrência das empresas destes países com as norte-americanas, acompanhada de um processo acirrado de lutas de libertação nacionais na África e na Ásia (1958/1963) e da expansão da Guerra Fria. A participação direta dos EUA em conflitos regionais, como as Guerras da Coréia e do Vietnam aprofundaram os gastos militares e a corrida armamentista. Daí que a crise do petróleo, em 1973, tenha sido apenas a gota d'água de um processo de crise de superprodução já há tempos anunciado.

Neoliberalismo e Globalização

O boom econômico terminava nos anos 1970, em grande parte porque a competição entre as grandes potências capitalistas produzia uma crise de superprodução e queda de lucros. Começava um novo movimento descendente na economia capitalista globalizada. Paralelamente, a crise política vivenciada nos anos 1980 pelos países socialistas do Leste Europeu e, com maior dramaticidade, pela União Soviética da era Gorbatchev, possibilitou a ofensiva do grande capital na fase neoliberal, marcada pela ascensão ao poder de grupos de direita, por meio das eleições, em diversos países ocidentais (Margaret Thatcher, 1979, Inglaterra; Ronald Reagan, 1980, EUA; Helmut Khol, 1982, Alemanha; Schluter, 1983, Dinamarca).

As origens do pensamento neoliberal estão ligadas ao livro O Caminho da Servidão, do economista Friedrich Hayek (1944), através do qual atacava a social-democracia e o keynesianismo, buscando resgatar as bases teóricas do liberalismo clássico, às vésperas das eleições na Inglaterra, vencidas pelos trabalhistas, logo após a guerra. Em 1947, uma reunião de intelectuais contrários à política keynesiana, em Mont Pèlerin, na Suíça, inaugurava a "francomaçonaria neoliberal". Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo "igualitarismo" do período, promovido pelo Estado de Bem Estar Social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependeria a prosperidade de todos. Somente cerca de quarenta anos depois o pensamento neoliberal encontrava campo fértil para sua difusão, sendo adotado pelos grupos econômicos que hegemonizaram os Estados nacionais com políticas de desmonte dos sistemas de bem estar e de ataques às conquistas dos trabalhadores, visando inaugurar uma nova fase de acumulação capitalista.

As raízes da crise dos anos 1970, segundo os neoliberais, estaria no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua "pressão parasitária" para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Tais processos teriam sido responsáveis pela redução dos níveis necessários de lucros das empresas e pelo desencadeamento de movimentos inflacionários, provocando a crise econômica. As soluções propostas para enfrentamento da crise centravam-se na conformação de um Estado forte para romper com o poder dos sindicatos e para controlar a circulação do dinheiro, ao mesmo tempo em que se apresentava como um Estado mínimo na intervenção direta na economia e nos gastos sociais.

As metas supremas dos governos neoliberais passavam a ser a estabilidade monetária; a contenção dos gastos com o bem estar social; a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, o aumento do exército de reserva de mão-de-obra, para reduzir salários e quebrar o poder de pressão dos sindicatos; as reformas fiscais para incentivar agentes econômicos; a redução dos impostos cobrados aos mais ricos e às grandes fortunas (setor dinâmico da sociedade capitalista). Uma nova e "saudável desigualdade" voltaria a dinamizar as economias avançadas.

Dentre as principais políticas adotadas pelos governos neoliberais estavam os programas de privatizações de empresas estatais nos setores estratégicos e de serviços públicos, favorecendo o avanço dos processos de oligopolização e monopolização do capital. O desmonte do Estado de Bem Estar se deu através do corte nos gastos sociais e da mercantilização dos direitos sociais duramente conquistados pelas classes populares, os quais foram convertidos em bens ou serviços adquiríveis no mercado (saúde, educação, seguridade social transformam-se em mercadorias). A ideologia dominante promove a exaltação do mercado: competir é a regra; cidadania vira sinônimo de possibilidade de acesso ao consumo dos bens no mercado.

Desenvolvem-se novas formas de dominação dos trabalhadores, associadas à crescente deterioração e precarização dos direitos trabalhistas, com a necessária depreciação do valor de uso da mais importante das mercadorias no sistema capitalista: a força de trabalho. O aumento do desemprego industrial nos países de capitalismo desenvolvido, a adoção de novas técnicas de gerenciamento da produção e de controle da força de trabalho, sob a égide do toyotismo, os processos de terceirização e fragmentação das unidades produtivas (a reestruturação produtiva), a expropriação do contrato de trabalho e dos direitos sociais, como forma de tornar o emprego descartável e a mão de obra plenamente disponível para o capital, tudo isso contribui para a perda do sentido de classe e da capacidade de organização e de resistência à exploração por parte dos trabalhadores.

Uma das principais teses propagadas pelas correntes neoliberais é a de que a chamada globalização contemporânea, além de caracterizar uma nova época histórica marcada pelo triunfo final do capitalismo, o que teria fechado as portas para outras alternativas políticas e sociais, promoveria uma crescente unidade e integração do capital internacional. A transnacionalização do capital significaria não a intensificação da concorrência, mas, ao contrário, o declínio da competição entre os grandes capitalistas e a interpenetração dos capitais de origens nacionais, por meio de uma crescente colaboração entre as empresas. Haveria, assim, uma relação inversa entre globalização e competição. Quanto mais globalmente integrado ficasse o capitalismo, menos concorrência haveria.

Na verdade, a globalização moderna significa justamente o contrário. Não podemos esquecer jamais que a competição é e sempre será o coração do sistema capitalista e que será sempre uma lei da concorrência que o capital busque caminhos para vencer ou evitar a competição. Sendo assim, uma das conseqüências da competição capitalista é o fato de que os perdedores poderão ser absorvidos pelos vencedores. Portanto, a tendência à concentração e à centralização do capital é uma das expressões da concorrência,

não sua antítese. A competição envolvendo grandes corporações transnacionais intensifica-se à medida que novos e cada vez mais agressivos competidores participam da guerra pelos mercados.

A revolução das comunicações e a introdução da automação, que em um primeiro momento reduziu a capacidade de negociação da classe operária, possibilitaram a concentração da produção em unidades produtivas especializadas e capazes de abastecer o mercado mundial. A criação de mercados comuns e a queda de barreiras tarifárias facilitaram o fluxo de mercadorias. Teóricos anunciaram a sociedade pós-industrial e a era dos serviços. Na esquerda, virou moda dizer que o tempo do trabalho se foi e seria a vez dos excluídos. O proletariado não diminuiu, ao contrário, cresceu em termos mundiais.

O capitalismo incorporou regiões e populações inteiras à produção de mercadorias. Desorganiza a economia camponesa da China e da Índia, separando os trabalhadores dos seus meios de produção. Cerca de um bilhão e meio de trabalhadores foram incorporados à produção capitalista de mercadorias. Com novos trabalhadores e novos consumidores, o capitalismo garantiu mais um ciclo de expansão. Cento e cinquenta anos de conquistas sociais dos trabalhadores da Europa e dos EUA, o Estado de Bem Estar Social e a concorrência do bloco socialista encareceram o preço da força de trabalho. A produção manufatureira, em grande parte, migrou da Europa, dos EUA e do Japão para outras regiões – norte do México, Malásia e Indonésia, sul da China e Índia. Esse processo persiste, na busca de menores custos de reprodução da força de trabalho. Pela primeira vez, a maioria da população mundial está submetida ao processo de produção de mais valia, vivendo no assalariamento, vendendo sua força de trabalho aos detentores de meios de produção. Mais do que nunca, a contradição capital-trabalho é a principal em nosso tempo, não apenas como figura de retórica.

O impulso inicial do grande crescimento chinês foi dado pela produção para exportação de manufaturas de baixa qualidade. Multinacionais de todos os setores – eletroeletrônicos, brinquedos, autopeças – se instalaram na China ou terceirizaram a produção em empresas locais. Os custos baixos da força de trabalho e o controle cambial por parte do governo chinês permitiram a prática de preços bem abaixo dos padrões então vigentes. Mas a China tem diversificado a sua matriz industrial, dependendo cada vez menos da exportação de manufaturas de baixo valor agregado. Seu vigoroso crescimento industrial e a consequente elevação do nível de vida de parte da sua população têm demandado quantidades cada vez maiores de combustíveis, minérios e alimentos no mercado mundial. Em contrapartida à deflação das manufaturas, assiste-se a uma inflação de produtos primários.

No mundo neoliberal e imperialista, os países e Estados nacionais continuaram a desempenhar um papel central, a despeito do muito que já se falou sobre a "globalização". Em muitos aspectos, o poder estatal foi reforçado. É o caso das políticas monetárias que visam à estabilidade dos preços, a despeito do desemprego que geram. É o caso das políticas econômicas e sociais visando reduzir o custo do trabalho. No plano internacional, os Estados foram os vetores da mundialização da ordem neoliberal, pela eliminação das barreiras à circulação de bens e capitais e da abertura dos países ao capital internacional, principalmente, pela venda, a baixos preços, das empresas públicas mais rentáveis.

Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados nacionais para manter as condições vitais ao sucesso de suas operações, ou seja, todo um aparato legal, político, administrativo e coercitivo capaz de prover a ordem necessária à manutenção do sistema de propriedade numa situação de cada vez mais violenta desigualdade. Além disso, o capital global se beneficia do desenvolvimento desigual e da diferenciação existente nas diversas economias do mundo, que proporcionam fontes baratas de trabalho e de recursos, ao mesmo tempo em que controlam a mobilidade da mão de obra. A forma política do capitalismo global, portanto, não é um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais.

O capitalismo não criou o Estado nação, mas não é casual o fato de este instrumento da dominação burguesa ter praticamente se tornado a forma política universal no período em que os imperativos do mercado capitalista se difundiram até abranger todo o globo. Acima de tudo, no mercado globalizado, o capital necessita do Estado para manter as condições de acumulação e competitividade de várias formas, preservando a disciplina do trabalho e a ordem social em face das crescentes políticas de expropriação (de direitos, contratos, postos de trabalho, conquistas sociais, etc). Toda corporação transnacional se erige sobre uma base nacional que depende de um Estado local para manter sua viabilidade, assim como necessita que outros Estados lhe proporcionem o acesso a novos mercados e a novos contingentes de trabalhadores. Processos históricos nacionais de conquista da hegemonia na sociedade e no Estado por parte das frações burguesas locais associadas aos capitais transnacionais garantiram a efetiva expansão da ordem neoliberal em diversos países.

A globalização como uma forma de imperialismo necessita da desigualdade entre as economias nacionais e regionais, pois o capital se fortalece na diferenciação da economia mundial, tendo liberdade para se deslocar com o propósito de explorar regimes de mão de obra mais barata. Ao mesmo tempo, a relação entre poder econômico e poder político, entre capital e Estado, não sendo uma relação mecânica, mas contraditória e complexa, pode ser fonte de instabilidades para o domínio do capital globalizado. As realidades locais, onde efetivamente acontecem os processos de luta de classes, a todo momento sofrem mudanças em função das contradições históricas e dos conflitos sociais, como pode ser verificado na conjuntura de amplos movimentos de massas e ascensão de governos de corte popular nos últimos anos na América Latina, assim como nas explosivas e massivas revoltas recentes na Grécia.

Diante deste quadro de instabilidade política e social permanente, o imperialismo, com seu centro hegemônico nos Estados Unidos, buscou aplicar, sob o governo Bush, a doutrina da "guerra permanente", elegendo o "terrorismo" como inimigo central a ser abatido, com o real objetivo de sustentar a hegemonia do capital global estadunidense numa economia mundial administrada por muitos e diferenciados Estados locais. A política belicista do governo Bush foi adotada em função da necessidade de manutenção da indústria bélica. O Pentágono garante o funcionamento da indústria no único setor que não é exportado nem terceirizado: o complexo industrial militar. É verdade que o complexo não está imune à crise da indústria americana, porém, consegue polpudos lucros, com a invenção de guerras e pagamentos à vista e com altos sobrepreços.

Para a ação global imperialista, o funcionamento deste complexo industrial militar, por meio da demonstração de um poder militar maciço, tem fundamentalmente a pretensão de exercer um efeito intimidatório em todo o planeta, com os EUA assumindo o papel de "polícia do mundo" em favor do capital. Como o poder militar estadunidense não consegue estar em todo lugar o tempo todo, nem impor um sistema de Estados plenamente subservientes, a ação imperialista dos EUA se utiliza do efeito demonstração, atacando alvos fragilizados e previamente escolhidos, justamente por não oferecerem ameaça real imediata, como ocorre no Iraque e no Afeganistão.

A Crise Econômica Atual

Nos últimos anos, o capitalismo tem vivido ciclos de crise e expansão cada vez mais curtos e constantes. Desde o crash da bolsa americana, em 1987, o capitalismo assistiu aos seguintes choques: crise imobiliária no Japão, no início dos anos 1990, seguida pela estagnação dessa economia por mais de uma década; crise asiática, em 1997, com a quebra do mercado de capitais e de câmbio e perda de dinamismo da Coréia e demais tigres asiáticos; a crise dos fundos, em 1998; crise cambial na Rússia, em 1999; crise cambial no Brasil, México e Argentina, em 2001; estouro da bolha da internet, em 2002; crise do mercado imobiliário estadunidense e crise de liquidez bancária na Europa e nos EUA. O aspecto financeiro dessas crises é reflexo da perda de dinamismo das economias da União Européia, EUA e Japão. A crise do subprime em 2007 foi resultado direto da diminuição da renda do trabalhador americano e do desemprego.

Na esteira da crise de 1987, os mecanismos de controle dos bancos centrais se sofisticaram, bem como a coordenação entre esses bancos. Existe uma rede internacional da liquidez, na qual participam o Federal Reserve, dos EUA, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e o Banco Central Japonês. Ao mesmo tempo, a busca por ganhos maiores trouxe um desenvolvimento constante da "tecnologia" financeira, com o surgimento de novos fundos, securitização, diversificação de portfólios e derivativos. A garantia da liquidez fez os detentores de riqueza assumirem riscos maiores, criando um risco moral, em função do papel garantidor de última instância dos bancos centrais. Mecanismos de governança bancária e de disciplina da liquidez, como os acordos da Basiléia, viraram letra morta, com a autonomia dos gestores de fundos, autonomia esta estimulada pelos grandes bancos, em busca de ganhos extras e diluição de riscos.

A velocidade das comunicações, casada com a desregulamentação geral dos mercados de dinheiro e ativos, permitiu a atuação dos detentores de riqueza por todo o planeta. A flexibilidade de atuação dos detentores de riqueza intensificou a concorrência por capitais. Empresas e governos ofereceram aos aplicadores remunerações acima das taxas de inflação e de crescimento real da economia, aumentando os volumes de recursos nas mãos dos detentores de riqueza. Isso gerou uma superabundância de liquidez (dinheiro disponível para investimentos reais e financeiros), que, em consequência, levou a uma inflação de ativos. A globalização das finanças é decorrente da universalização do capital. Essa universalização nada mais é do que a universalização da extração da mais valia, da exploração da força de trabalho.

A estagnação da economia estadunidense é um fenômeno claro desde a década de 1970. Mesmo entremeado de períodos de grande crescimento, como na segunda metade dos anos 80 e de meados dos anos 90, a tendência para o baixo crescimento é constante. Os EUA assistiram a migração de várias de suas indústrias – para México, China, Leste Asiático – e a desnacionalização de muitas de suas empresas. A indústria automobilística, carro chefe da economia nos EUA, enfrenta uma crise sem precedentes, com fortes prejuízos das três maiores montadoras. A infraestrutura sofre com o abandono e a falta de investimentos. O peso dos EUA no PIB global diminui ano a ano.

Importador universal, os EUA geram um imenso déficit externo, casado com um déficit fiscal de similar magnitude. Para fazer frente a estes déficits, o capitalismo estadunidense depende do endividamento, endividamento do governo, das empresas e das famílias. Para sustentar esse endividamento, os EUA se tornaram os maiores importadores de capital. Vendem títulos de governo, ações, obrigações privadas, títulos de todo o tipo, empresas, tudo para sustentar o serviço das dívidas pública e privadas. Os EUA são o centro da especulação financeira, atraindo todo o tipo de dinheiro, dos fundos soberanos da Ásia e do Oriente Médio aos lucros das máfias de todo o tipo. O cassino global é vital para o financiamento do capitalismo nos EUA. A crise financeira é a crise da economia real estadunidense.

A economia dos EUA é vítima do próprio expansionismo. As grandes empresas procuram outros pousos, onde o custo da reprodução da força de trabalho é mais baixo. A revolução tecnológica elevou a composição orgânica do capital, aumentando as taxas de mais valia e reduzindo as taxas de lucro. Isso forçou a uma concentração de capital em proporções nunca vistas, com fusões e aquisições que se espalham pela produção capitalista no mundo todo. A oligopolização da economia, inclusive do comércio varejista, destruiu a pequena e média indústria dos EUA.

Mas a mais recente crise econômica global não se restringe à esfera financeira ou ao mercado estadunidense. Trata-se de uma crise de superacumulação, tendo rapidamente se alastrado por todo o sistema capitalista e todos os países do mundo. Pelos volumes de recursos que envolve, é uma crise maior que a de 1929 e, como o capitalismo está globalizado, seja no comércio de bens e serviços, nas cadeias produtivas, no caráter mundial das grandes empresas ou na movimentação financeira, ela atinge, simultaneamente, o centro do sistema, ou seja, Estados Unidos, Europa e Japão, e impacta os chamados mercados emergentes, como China, Rússia, Índia e Brasil. Muitos outros países, cujas economias dependem de suas exportações para os grandes centros do capitalismo, já sofrem os efeitos da crise, uma vez que, assim como a China, reduziram suas compras no exterior. A saída de capitais para as matrizes das empresas e bancos é outra fonte de abalo para estes países.

A origem deste processo é o "estouro" do mercado de crédito imobiliário dos EUA, onde empresas construtoras e compradores aliaram-se na inadimplência, oferecendo e aceitando créditos sem garantias, combinando ganância pelos ganhos fáceis com aplicações financeiras e operações sem lastro (apostas, como num cassino) com a imprudência gerada por um padrão de consumo exacerbado. Mas este é apenas um aspecto superficial da crise. Se levarmos em conta que as taxas de lucro das grandes empresas mundiais – principalmente as de matriz nos EUA – estão em queda desde os anos 1960, fica evidente que a busca por ganhos financeiros de investidores diversos, além do movimento especulativo em

si, é uma tentativa das empresas de manter o nível de suas taxas de lucro. Em função da crescente expropriação dos trabalhadores e da redução de sua capacidade de compra em nível mundial, as empresas produzem mais do que os mercados em retração podem absorver. Assim, a onda sucessiva de compra e venda de papéis acaba por criar um castelo de cartas, que facilmente desmorona por não ter vínculos com a economia real, da produção. Ocorre, assim, a superacumulação de capitais e a impossibilidade de valorizá-los na esfera da produção.

Ainda é cedo para que os efeitos e a duração da crise sejam estimados com precisão, pois se, por um lado, o montante de capital envolvido é muito alto, é também correto afirmar que hoje, ao contrário de 1929, os Estados estão mais aparelhados para fazer frente a problemas econômicos. Há instituições mais fortes, articulação internacional e uma aliança entre os Estados capitalistas, para os quais a debelação da crise é uma necessidade. As receitas disponíveis, do ponto-de-vista do capital, são a receita keynesiana – com mais gastos públicos na produção e base fiscal – e a receita monetarista, com a liberação de mais dinheiro para produtores privados e consumidores, na forma de crédito, com juros baixos. Outra saída, a saída "natural" do sistema, ou seja, simplesmente deixar que as empresas quebrem, ou que haja fusões e incorporações para que empresas mais fortes surjam, para que o capitalismo se renove e volte mais forte, tem sido descartada pelos principais líderes do governos dos países centrais, como os presidentes Sarkozy, da França, e Obama, dos EUA.

As primeiras respostas oferecidas pelos governos dos países centrais combinaram elementos de ajuda e de estatização de bancos e socorro a empresas de grande porte, além de baixas nas taxas de juros. A evolução da crise depende, portanto, da combinação de medidas a serem tomadas e o peso dado a cada uma delas. No momento, os sinais claros são de recessão, que poderá prolongar-se, tornando-se uma depressão, ou convergir para um período de alguns anos sem crescimento, ou seja, de estagnação, trazendo consigo o desemprego e grandes tensões sociais no centro e na periferia do capitalismo. Neste quadro, a ofensiva contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores e até mesmo a vigência de modelos autoritários de exercício de poder são uma possibilidade a mais.

A reunião do G-20, realizada em Washington ao final de 2008, apontou para algumas ações voltadas para estimular a demanda, como medidas fiscais, mudanças na política monetária, mais recursos para o FMI ajudar as economias emergentes, empenho para romper o impasse na Rodada de Doha neste ano, reforma das instituições de Bretton Woods para dar mais voz às economias emergentes, entre outras medidas, no que parece ser um passo no sentido de reforçar os aspectos regulatórios e de ação coordenada dos principais países do mundo.

A crise representa o fim de um período marcado pela presença hegemônica do projeto neoliberal, que propiciou uma forma de acumulação, pela qual a saída do Estado das esferas da produção – com a privatização de empresas públicas – e do planejamento, a desregulamentação das economias, o fim dos sistemas de proteção à produção interna, a retirada dos direitos dos trabalhadores, o desmonte dos sistemas de bem estar públicos e outras medidas deram a tônica, objetivando oferecer toda a liberdade aos capitais e aumentar a taxa de exploração do trabalho. Ganhou enormemente com o neoliberalismo o setor financeiro, gerando uma proporção de 10 dólares girando na esfera financeira para cada 1 dólar aplicado na produção.

A crise significa também uma derrota política do capitalismo e a quebra de todos os mitos criados pelo grande capital para endeusar o neoliberalismo, como o mito do mercado autorregulador das relações econômicas, o mito da retirada do Estado da economia e das privatizações, o mito da desregulamentação, além do mito da credibilidade das agências de risco e do fim da história. No terreno político, a crise marca o que pode ser o início do fim do Império estadunidense, uma vez revelada a sua debilidade interna, reforça a multipolaridade e abre espaço para a retomada da ofensiva do campo socialista, mesmo que, com a crise, os trabalhadores continuem ainda desorganizados e precarizados. A crise põe em cheque, diretamente, o sistema de organizações multilaterais, como a ONU, e exige uma nova ordem institucional mundial.

Não devemos cultivar a ilusão de que esta crise é apenas mais uma crise do capitalismo e que este modo de produção, ao final do processo, sairá mais forte e seguirá o seu rumo num patamar superior, como ocorreu em outros momentos da história. Tampouco devemos cair na armadilha de acreditar que esta será a crise final do capitalismo. O desenrolar da crise depende, fundamentalmente, da sua condução política e da correlação de forças nos embates sociais que virão. As dimensões da crise e as dificuldades de sua superação sinalizam para o acirramento da luta de classes e para a retomada do movimento de massas em caráter mundial, abrindo reais possibilidades de enfrentamento no sentido da transformação e da derrocada do sistema capitalista.

Assim, cabe às forças revolucionárias lutar para que as classes trabalhadoras assumam, organizadamente, a condução, o protagonismo do processo, garantindo soluções que, ao mesmo tempo em que combatem os efeitos imediatos da crise, criem as condições para que se acumule, na contestação da ordem burguesa, na defesa de seus direitos e na obtenção de novas conquistas, na organização e na consciência dos trabalhadores, a força necessária para assumir a direção política da sociedade no caminho da superação revolucionária do capitalismo. Mais do que nunca, está na ordem do dia a questão do socialismo.

QUESTÕES

01. (Professor – Educação de Jovens e Adultos – Geografia – IMA – 2013). Sobre a Globalização, analise as proposições abaixo.

I. A integração mundial se dá via formação de uma aldeia global, e as comunicações por parte da internet ficam restritas à pequena parcela da população que tem acesso ao sistema de computadores.

II. O aumento de desemprego acontece em todo o mundo e, com ele, a disseminação da pobreza também pelos chamados países ricos.

III. Redução das desigualdades de desenvolvimento se dá através da expansão geográfica das empresas multinacionais.

IV. Com o advento de uma concorrência mundial, as empresas antes ineficientes foram obrigadas a se modernizarem e terem preços e qualidades competitivos.

Após análise das proposições acima podemos concluir que estão corretos somente em:

A) III e IV.
B) II, III e IV.
C) I, III e IV.
D) I, II e IV.

02. (Professor – Educação de Jovens e Adultos – Geografia – IMA – 2013). Sobre a globalização, é correto afirmar.

A) O processo de globalização atinge, diretamente e de modo homogêneo, os indivíduos em todos os aspectos de sua existência, sobretudo em sua vida socioeconômica e cultural.

B) A globalização passa por uma mudança radical das condições, passa da centralidade do dinheiro em todas as ações para a centralidade localizada no homem.

C) A globalização atual é irreversível, visto que foi abolida a regra de competitividade, e o interesse social suplanta o econômico.

D) A atual subordinação ao modo econômico único tem conduzido a que se dê prioridade às exportações e importações, uma das formas com as quais se materializa o chamado mercado global.

03. (Professor de Ensino Fundamental – Geografia – IMA – 2013). A Nova Ordem Mundial, período nascido logo após o fim de Guerra Fria, tem como características:

A) A tendência de se usar as expressões Norte e Sul para caracterizar países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

B) A formação de grandes blocos econômicos e o fim da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo.

C) Um avanço do sistema capitalista sobre os antigos países socialistas.

D) Todas as afirmativas anteriores

04. (Professor – História – AOCP – 2013). As repercussões da Primeira Guerra Mundial foram profundas em todo o mundo conforme se lê a seguir. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A guerra alterou a crença no progresso humano, modificou costumes e sensibilidades, depois da experiência da guerra, muitas pessoas passaram a defender o recurso da violência.

B) Os Estados Unidos foram o único país cujo único prejuízo foi as vidas ceifadas, pois sua economia, garantida pelo liberalismo, somente cresceu no entreguerras.

C) Após tal catástrofe mundial, defender o ideal liberal passou a ser quase um anacronismo, o que favoreceu o surgimento de regimes totalitários.

D) O tratado de Versalhes foi bastante duro com a Alemanha; suas colônias passaram para as mãos dos aliados e seu exército foi reduzido.

E) As nações europeias enfraqueceram-se profundamente, devido aos profundos custos da guerra e à desorganização geopolítica como saldo.

05. (Professor PEB II – História – Soler – 2013). A Segunda Guerra Mundial provocou um surto de industrialização no continente latino-americano:

I – Os países envolvidos no conflito adaptaram seu parque produtivo à indústria de guerra, diminuindo as exportações.

II – Inicia-se na América Latina a produção de bens industrializados que não podiam ser importados, caracterizando-se a chamada industrialização por substituição de importações.

III – Um panorama geral da industrialização na América Latina apresentou três grupos principais: Brasil, México, Chile e Argentina, num primeiro plano; Peru e Venezuela em segundo; os países restantes limitaram-se à indústria alimentícia e têxtil.

IV – A superação da fase de substituição de importações exige a implantação da indústria pesada, cuja instalação sofre várias restrições: escassez de capitais, ajuda externa dispendiosa, limitações tecnológicas e desinteresse dos países já industrializados.

Assinale a opção que contém a afirmativa **correta**:

A) Apenas III e IV.

B) I, II e III.

C) II, III e IV.

D) Todas as alternativas.

06. (Professor PEB II – História – Soler – 2013). Os Estados Unidos foram o país que mais se beneficiou com a Primeira Guerra Mundial, tornando-se o mais rico e poderoso de todo mundo. Assinale a alternativa **incorreta**:

A) Foram impostas severas restrições à imigração europeia, com o pretexto de não trazer concorrência à mão de obra norte-americana e impedir a entrada de ideias comunistas e foram organizados sindicatos de empresas para concorrer com os sindicatos de trabalhadores.

B) Os republicanos mantiveram-se no poder e o país entrou num período de grande prosperidade.

C) Nas eleições presidenciais de 1920 disputavam duas tendências: a dos democratas, defendendo uma política isolacionista em relação à Europa, e a dos republicanos, que não queriam o desligamento da política europeia; sendo Franklin Roosevelt, dos republicanos, vencedor e ligado aos interesses dos grandes empresários norte-americanos.

D) Na América Latina foi adotada a política de intervenção quando os interesses norte-americanos fossem ameaçados.

07. (Professor – Anos Finais – História – ICAP – 2013). Sobre a Segunda Guerra Mundial é verdadeiro dizer que:

A) Estiveram envolvidos somente países europeus.

B) A causa do conflito foi provocada simplesmente pelo ataque a base militar norte americana de Pearl Harbor pelos japoneses.

C) Foi uma batalha de forças entre EUA potencia capitalista contra a URSS potencia socialista.

D) A China queria ampliar seu território promovendo sucessivos bombardeios no Japão.

E) O Eixo era formado pela Alemanha, Itália e Japão com o intuito de formar uma ponte econômica entre suas nações e dominar o resto do mundo.

08. (Professor – História – IMA – 2013). Em novembro de 2009, comemorou-se de várias formas os 20 anos da queda do muro de Berlim. Em relação a este tema, é correto afirmar que:

A) A sua construção foi motivada para conter a emigração de alemães orientais, em grande número, para o lado capitalista, especialmente de trabalhadores com alta qualificação profissional.

B) Tratava-se de uma divisão simbólica entre dois blocos ideológicos, o socialismo e o capitalismo, separados por uma profunda e irreconciliável divisão no campo das ideias, comparada, por isso, a um muro.

C) O muro de Berlim foi levantado na capital alemã por determinação de Adolf Hitler, como demonstração de força do nazismo, para separar os judeus dos alemães.

D) Foi construída por determinação das forças que compunham a OTAN, especialmente a Alemanha Oriental, tendo sido um resultado da guerra fria.

09. (Professor – História – UNC – 2013). A participação da França na 1ª Guerra Mundial tem entre seus motivos:

A) Vingar a morte do Arquiduque francês Francisco Ferdinando.

B) Buscar uma saída para o Mar Mediterrâneo.

C) Defender as colônias francesas dominadas pelo Império Austro- Húngaro.

D) Buscar colônias na África e Ásia fornecedoras de matéria-prima para suas indústrias.

E) Retomar as ricas colônias de Alsácia e Lorena que havia perdido para a Prússia.

10. (Professor de Educação Básica – PEB II – História – Soler – 2013). São características do Estado nazista:

I – Nacionalismo: a nação era o ideal supremo;

II – Arianismo: crença na superioridade da raça nórdica;

III – Antissemitismo: marcado pela perseguição aos judeus;

IV – Liberalismo: fortalecimento da livre concorrência.

Estão corretas as afirmações

a) I, III e IV.

b) II, III e IV.

c) I, II e IV.

d) I, II e III.

GABARITO

01. A
02. D
03. D
04. B
05. D
06. C
07. E
08. A
09. E
10. D



HISTÓRIA DO BRASIL

1. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS.

A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

Em 1929, lideranças de São Paulo romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café-com-leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha.

A crise da República Velha havia se prolongado ao longo da década de 1920. Os expoentes políticos da República Velha vinham perdendo força com a mobilização do trabalhador industrial, com as Revoltas nazifascistas e as dissidências políticas que enfraqueceram as grandes oligarquias. Esses acontecimentos ameaçavam a estabilidade da tradicional aliança rural entre os estados de São Paulo e Minas Gerais - a política do café com leite.

Em 1926, surge a quarta e última dissidência no Partido Republicano Paulista (PRP), e os dissidentes liderados pelo Dr. José Adriano de Marrey Junior fundaram o Partido democrático (PD), que defendia um programa de educação superior entre outras reformas e a derrubada do PRP do poder. Esta crise política em São Paulo originou-se em uma crise da maçonaria paulista presidida pelo Dr. José Adriano de Marrey Júnior. São Paulo, então, chegou dividido às eleições de 1930.

Entretanto, o maior sinal do desgaste republicano era a superprodução de café, durante a crise de 1929, alimentada pelo governo com constantes "valorizações". Assim em 1930, São Paulo estava dividido, e o Rio Grande do Sul que estivera em guerra civil em 1923, agora estava unido, com o presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Getúlio Vargas tendo feito o PRR e o Partido Libertador se unirem.

Em Juiz de Fora, o Partido Republicano Mineiro (PRM) passa para a oposição, forma a Aliança Liberal com os segmentos progressistas de outros estados e lança o gaúcho Getúlio Vargas para a presidência, tendo o político paraibano João Pessoa como candidato a vice-presidente. Minas Gerais estava dividida, não conseguindo impor um nome mineiro de consenso para a presidência da república. Parte do PRM apoiou a candidatura Getúlio Vargas, mas a "Concentração Conservadora" liderada pelo vice-presidente da república Fernando de Melo Viana e pelo ministro da Justiça Augusto Viana do Castelo apoiam a candidatura oficial do Dr. Júlio Prestes para as eleições presidenciais de 1 de março de 1930.

O problema da sucessão presidencial

Na República Velha (1889-1930), vigorava no Brasil a chamada "política do café com leite", em que políticos apoiados por São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da república (mas não eram necessariamente Paulistas ou Mineiros os seus indicados). Porém, no começo de 1929, Washington Luís indicou o nome do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor, no que foi apoiado por presidentes de 17 estados. Apenas três estados negaram o apoio a Prestes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os políticos de Minas Gerais esperavam que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o então governador do estado, fosse o indicado, por Washington Luís, para ser o candidato à presidência.

Assim a política do café com leite chegou ao fim e iniciou-se a articulação de uma frente oposicionista ao intento do presidente e dos 17 estados de eleger Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo, para se oporem à candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal.

Em 20 de setembro do mesmo ano, foram lançados os candidatos da Aliança Liberal às eleições presidenciais: Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa, como candidato a vice-presidente. Apoiaram Aliança Liberal, intelectuais como José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, membros das camadas médias urbanas e a corrente político-militar chamada "Tenentismo" (que organizou, entre outras, a Revolta Paulista de 1924), na qual se destacavam Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e Miguel Costa e Juraci Magalhães e três futuros presidentes da república (Geisel, Médici e Castelo Branco).

Nesse momento, setembro de 1929, já era percebido, em São Paulo, que a Aliança Liberal, e uma eventual revolução, visava especificamente São Paulo. Tendo o senador estadual de São Paulo Cândido Nanzianzeno Nogueira da Motta denunciado na tribuna do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 24 de setembro de 1929, que a guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o Sr. Júlio Prestes, É contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo.

Cândido Mota citou ainda o senador fluminense Irineu Machado que previra a reação de São Paulo: A reação contra a candidatura do Dr. Júlio Prestes representa não um gesto contra o presidente do estado, mas uma reação contra São Paulo, que se levantará porque isto significa um gesto de legítima defesa de seus próprios interesses.

Essa resposta paulista à revolução de 1930 veio um ano e meio depois, com a Revolução de 1932.

O presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada diz em discurso, ainda em 1929, façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pela violência. Esta frase foi vista como a expressão do instinto de sobrevivência de um político experiente e um presságio: Minas Gerais, se aliando ao Rio Grande do Sul e aos tenentes, consegue preservar sua oligarquia. Uma revolução que fosse feita só pelos tenentes teria derrubado também o PRM (Partido Republicano Mineiro) do poder em Minas Gerais e o PRR do poder no Rio Grande do Sul.

As eleições e a revolução

As eleições foram realizadas no dia 1º de março de 1930 e deram a vitória a Júlio Prestes, que obteve 1.091.709 votos, contra apenas 742.794 dados a Getúlio. Notoriamente, Getúlio teve quase 100% dos votos no Rio Grande do Sul.

A Aliança Liberal recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude. Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não obtiveram o reconhecimento dos seus mandatos. A partir daí, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

A conspiração sofreu um revés em junho com a subversão comunista de Luís Carlos Prestes. Um ex-membro do movimento tenentista, Prestes tornou-se adepto das ideias de Karl Marx e apoiador do comunismo. Isso o levou, depois de um tempo, a tentativa frustrada da intentona comunista pela ANL. Logo em seguida, ocorre outro contratempo à conspiração: morre, em acidente aéreo, o tenente Siqueira Campos.

No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas em Recife, por questões políticas e de ordem pessoal, servindo como estopim para a mobilização armada. João Dantas e seu cunhado e cúmplice, Moreira Caldas, foram encontrados degolados em sua cela em outubro de 1930. As acusações de fraude e a degola arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal, o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929, o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política do café com leite foram os principais fatores, (ou pretextos na versão dos partidários de Júlio Prestes), que criaram um clima favorável a uma revolução.

Getúlio tentou várias vezes a conciliação com o governo de Washington Luís e só se decidiu pela revolução quando já se aproximava a posse de Júlio Prestes que se daria em 15 de novembro. A revolução de 1930 iniciou-se, finalmente, no Rio Grande do Sul em 3 de outubro, às 17 horas e 25 minutos. Osvaldo Aranha telegrafou a Juarez Távora comunicando início da Revolução. Ela rapidamente se alastrou por todo o país. Oito governos estaduais no Nordeste foram depostos pelos tenentes.

No dia 10, Getúlio Vargas lançou o manifesto O Rio Grande de pé pelo Brasil e partiu, por ferrovia, rumo ao Rio de Janeiro, capital nacional à época. Esperava-se que ocorresse uma grande batalha em Itararé (na divisa com o Paraná), onde as tropas do governo federal estavam acampadas para deter o avanço das forças revolucionárias, lideradas militarmente pelo coronel Góis Monteiro. Entretanto, em 12 e 13 de outubro ocorreu o Combate de Quatiguá, que pode ter sido o maior combate desta Revolução, mesmo tendo sido muito pouco estudado. Quatiguá localiza-se a direita de Jaguariaíva, próxima a divisa entre São Paulo e Paraná. A batalha não ocorreu em Itararé, já que os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha depuseram Washington Luís, em 24 de outubro e formaram uma junta de governo.

Jornais que apoiavam o governo deposto foram empastelados; Júlio Prestes, Washington Luís e vários outros próceres da República Velha foram exilados.

Washington Luís havia apostado na divisão dos mineiros não acreditando em nenhum momento que Minas Gerais faria uma revolução, não se prevenindo, nem tomando medidas antirrevolucionárias, sendo derrubado em poucos dias de combate.

Uma república nova

Às 3 horas da tarde de 8 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha, derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha. Na mesma hora, no centro do Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930. Por sua vez, o presidente eleito e não empossado Júlio Prestes criticou duramente a Revolução de 1930 quando, em 1931, exilado em Portugal, afirmou: O que não compreendem é que uma nação, como o Brasil, após mais de um século de vida constitucional e liberalismo, retrogradasse para uma ditadura sem freios e sem limites como essa que nos degrada e enxovalha perante o mundo civilizado.

Um dos maiores erros da revolução de 1930 foi entregar os estados à administração de tenentes inexperientes, um dos motivos da revolução de 1932. O despreparo dos tenentes para governar foi denunciado, logo no início de 1932, por um dos principais tenentes, o tenente João Cabanas, que havia participado da revolução de 1924, e que usou como exemplo o tenente João Alberto Lins de Barros que governou São Paulo. João Cabanas, em fevereiro de 1932, no seu livro "Fariseus da Revolução", criticou especialmente o descalabro que foram as administrações dos tenentes nos estados, chamando a atenção para a grave situação paulista pouco antes de eclodir a Revolução de 1932:

João Alberto serve como exemplo: Se, como militar, merece respeito, como homem público não faz juz ao menor elogio. Colocado, por inexplicáveis manobras e por circunstâncias ainda não esclarecidas, na chefia do mais importante estado do Brasil, revelou-se de uma extraordinária, de uma admirável incompetência, criando, em um só ano de governo, um dos mais trágicos confucionismos de que há memória na vida política do Brasil, dando também origem a um grave impasse econômico (déficit de 100.000 contos), e a mais profunda impopularidade contra a "Revolução de Outubro" e ter provocado no povo paulista, um estado de alma equívoco e perigoso. Nossa história não registra outro período de fracasso tão completo como o do "Tenentismo inexperiente".

Consequências

Os efeitos da Revolução demoram a aparecer. A nova Constituição só é aprovada em 1934, chamada Constituição de 1934, depois de forte pressão social, como a Revolução Constitucionalista de 1932. Mas a estrutura do Estado brasileiro modifica-se profundamente depois de 1930, tornando-se mais ajustada às necessidades econômicas e sociais do país.

Getúlio não gostou desta constituição, e, três anos e meio depois, decreta uma nova constituição, a Constituição de 1937. E assim se posicionou em relação à Constituição de 1934, no 10º aniversário da revolução de 1930, em discurso de 11 de novembro de 1940.

Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação.

A partir da constituição de 1937, o regime centralizador, por vezes autoritário do getulismo, ou Era Vargas, estimula a expansão das atividades urbanas e desloca o eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo as bases da moderna economia brasileira. O balanço da revolução de 1930 e de seus 15 anos de governo, por Getúlio, foi feito, no Dia do Trabalho de 1945, em um discurso feito no Rio de Janeiro, no qual disse que a qualquer observador de bom senso não escapa a evidência do progresso que alcançamos no curto prazo de 15 anos. Éramos, antes de 1930, um país fraco, dividido, ameaçado na sua unidade, retardado cultural e economicamente, e somos hoje uma nação forte e respeitada, desfrutando de crédito e tratada de igual para igual no concerto das potências mundiais.

Legado político e social

A nova política do Brasil

Três ex-ministros de Getúlio Vargas chegaram à Presidência da República: Eurico Dutra, João Goulart e Tancredo Neves. Este último não chegou a assumir o cargo, pois, na véspera da posse, sentiu fortes dores abdominais sequenciais durante uma cerimônia religiosa no Santuário Dom Bosco diagnosticada como uma "diverticulite", que o levou à morte em 21 de abril de 1985, em São Paulo.

Três tenentes de 1930 chegaram à Presidência da República: Castelo Branco, Médici e Geisel. O ex-tenente Juarez Távora foi o segundo colocado nas eleições presidenciais de 1955, e o ex-tenente Eduardo Gomes, o segundo colocado, em 1945 e 1950. Ambos foram candidatos pela UDN, o que mostra também a influência dos ex-tenentes na UDN, partido que tinha ainda, entre seus líderes, o ex-tenente Juraci Magalhães, que quase foi candidato em 1960.

Os partidos fundados por Getúlio Vargas, PSD (partido dos ex-interventores no Estado Novo e intervencionista na economia) e o antigo PTB, dominaram a cena política de 1946 até 1964. PSD, UDN e PTB, os maiores partidos políticos daquele período, eram liderados por mineiros (PSD e UDN) e por gaúchos (o PTB).

Apesar de quinze anos (1930-1945) não serem um período longo em se tratando de carreira política, poucos políticos da República Velha conseguiram retomar suas carreiras políticas depois da queda de Getúlio em 1945. A renovação do quadro político foi quase total, tanto de pessoas quanto da maneira de se fazer política. Sobre a queda da qualidade da representação política após 1930, Gilberto Amado em seu livro "Presença na Política", explica que na República Velha, as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira… As eleições não prestavam, mas os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter.

Especialmente o balanço de 1930 feito pelos paulistas [quem?] é sombrio: Reclamam eles que, após Júlio Prestes em 1930, nenhum cidadão nascido em São Paulo foi eleito ou ocupou a Presidência, exceto, e por alguns dias apenas, Ranieri Mazzilli, o Dr. Ulisses Guimarães e Michel Temer. Os paulistas reclamam também que apenas em 1979 chegou à presidência alguém comprometido com os ideais da revolução de 1932: João Figueiredo, filho do general Euclides Figueiredo, comandante da revolução constitucionalista de 1932 e que fora exilado na Argentina entre 1932 e 1934. João Figueiredo fez a abertura política do regime militar.

Getúlio foi o primeiro a fazer no Brasil propaganda pessoal em larga escala - o chamado culto da personalidade, com a Voz do Brasil, - típica do fascismo e ancestral do marketing político moderno. A aliança elite-proletariado, criada por Getúlio, tornou-se típica no Brasil, como a Aliança PTB-PSD apoiada pelo clandestino PCB.

A nova economia do Brasil

A política trabalhista é alvo de polêmicas até hoje e foi tachada de "paternalista" por intelectuais de esquerda. Esses intelectuais acusavam Getúlio de tentar anular a influência desta esquerda sobre o proletariado, desejando transformar a classe operária num setor sob seu controle, nos moldes da Carta do Trabalho do fascista italiano Benito Mussolini.

Os defensores de Getúlio Vargas contra argumentam, dizendo que em nenhum outro momento da história do Brasil houve avanços comparáveis nos direitos dos trabalhadores. O expoentes máximos dessa posição foram João Goulart e Leonel Brizola. Brizola foi considerado, por muitos o último herdeiro político do «Getulismo», ou da «Era Vargas», na linguagem dos brasilianistas.

A crítica de direita, ou liberal, argumenta que, em longo prazo, estas leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores porque aumentam o chamado custo Brasil, onerando muito as empresas e gerando a inflação, que corrói o valor real dos salários.

Segundo esta versão, o custo Brasil faz com que as empresas brasileiras contratem menos trabalhadores, aumentem a informalidade e faz que as empresas estrangeiras se tornem receosas de investir no Brasil. Assim, segundo a crítica liberal, as leis trabalhistas gerariam, além da inflação, mais desemprego e subemprego entre os trabalhadores.

Os liberais afirmam também que intervencionismo estatal na economia iniciado por Getúlio só cresceu com o passar dos anos, com a única exceção de Castelo Branco atingindo seu máximo no governo do ex-tenente de 1930 Ernesto Geisel. Somente a partir do Governo de Fernando Collor se começou a fazer o desmonte do Estado intervencionista. Durante sessenta anos, após 1930, todos os ministros da área econômica do governo federal foram favoráveis à intervenção do Estado na economia, exceto Eugênio Gudin por sete meses em 1954, e a dupla Roberto Campos - Octávio Bulhões, por menos de três anos (1964 -1967).

Trabalhadores do Brasil

Era com esta frase que Getúlio iniciava seus discursos. Na visão dos apoiadores de Getúlio, ele não ficou só no discurso. A orientação trabalhista de seu governo, que em seu ápice instituiu a CLT e o salário mínimo, marca, para os getulistas, um tempo das mudanças sociais célebres, onde os trabalhadores pareciam estar no centro do cenário político nacional, aplicando o populismo.

Infelizmente os trabalhadores rurais não foram beneficiados com igualdade pela CLT, tudo por força das oligarquias que existiam e pressionavam o governo.

Era Vargas (1930/45)

A chamada Era Vargas está dividida em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. O período inaugurou um novo tipo de Estado, denominado "Estado de compromisso", em razão do apoio de diversas forças sociais e políticas: as oligarquias dissidentes, classes médias, burguesia industrial e urbana, classe trabalhadora e o Exército. Neste "Estado de compromisso" não existia nenhuma força política hegemônica, possibilitando o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas.

Governo Provisório (1930/1934).

Aspectos políticos e econômicos

No plano político, o governo provisório foi marcado pela Lei Orgânica, que estabelecia plenos poderes a Vargas. Os órgãos legislativos foram extintos, até a elaboração de uma nova constituição para o país. Desta forma, Vargas exerce o poder executivo e o Legislativo. Os governadores perderam seus mandatos – por força da Revolução de 30 – seus nomeados em seus lugares os interventores federais (que eram escolhidos pelos tenentes). A economia cafeeira receberá atenções por parte do governo federal. Para superar os efeitos da crise de 1929, Vargas criou o Conselho Nacional do Café, reeditando a política de valorização do café ao comprar e estocar o produto. O esquema provocou a formação de grandes estoques, em razão da falta de compradores, levando o governo a realizar a queimados excedentes. Houve um desenvolvimento das atividades industriais, principalmente no setor têxtil e node processamento de alimentos. Este desenvolvimento explica-se pela chamada política de substituição de importações.

A composição do Governo Provisório

Depois de criar um Tribunal Especial - cuja ação foi nula - com o objetivo de julgar "os crimes do governo deposto", o novo governo organizou um ministério que, pela composição, nos mostra o quanto Getúlio estava compromissado com os grupos que lhe apoiaram na Revolução:

- general Leite de Castro - ministro do Exército;
- almirante Isaías Noronha - ministro da Marinha;
- Afrânio de Melo Franco (mineiro) - ministro do Exterior;
- Osvaldo Aranha (gaúcho) - ministro da Justiça;
- José Américo de Almeida (paraibano) - ministro da Viação;
- José Maria Whitaker (paulista) - ministro da Fazenda;
- Assis Brasil (gaúcho) - ministro da Agricultura.

Dentro ainda da ideia de compromisso, foram criados dois novos ministérios:

- Educação e Saúde Pública - o mineiro Francisco Campos;
- Trabalho, Indústria e Comércio - o gaúcho Lindolfo Collor.

Para Juarez Távora, pela sua admirável participação revolucionária e pelo seu prestígio como homem de ação, foi criada a Delegacia Regional do Norte. Pela chefia política dos estados brasileiros do Espírito Santo ao Amazonas, Juarez Távora foi chamado de O Vice-Rei do Norte.

A política cafeeira da Era Vargas

O capitalismo passava por uma de suas violentas crises de superprodução. Essas crises cíclicas do capitalismo eram o resultado da ausência de uma planificação, o que produzia a anarquia da produção social.

As nações industriais com problemas de superprodução acirravam o imperialismo, superexplorando as nações agrárias, restringindo os créditos e adotando uma política protecionista, sobretaxando as importações.

Neste contexto o café conheceu uma nova e violenta crise de superprodução, de mercados e de preços, que caíram de 4 para 1 libra nos primeiros anos da década de 30.

Como o café era à base da economia nacional, a crise poderia provocar sérios problemas para outros setores econômicos, tais como a indústria e o comércio, o que seria desastroso.

Era preciso salvar o Brasil dos efeitos da crise mundial de 1929. Era necessário evitar o colapso econômico do País. Para evitá-lo, o governo instituiu uma nova política cafeeira, visando o equilíbrio entre a oferta e a procura, a elevação dos preços e a contenção dos excessos de produção, pois a produção cafeeira do Brasil era superior à mundial.

Para aplicar esta política, Vargas criou, em 1931, o CNC (Conselho Nacional do Café), que foi substituído em 1933 pelo DNC (Departamento Nacional do Café). Dentro desta nova política tornou-se fundamental destruir os milhares de sacas de café que estavam estocadas. O então ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, através de emissões e impostos sobre a exportação, iniciou a destruição do excedente do café através do fogo e da água,

De 1931 a 1944, foram queimadas ou jogadas ao mar, aproximadamente, 80 milhões de sacas. Proibiram-se novas plantações por um prazo de três anos e reduziram-se as despesas de produção através da redução dos salários e dos débitos dos fazendeiros em 50%.

Por ter perdido o poder político e pelo fato de ter de se submeter às decisões econômicas do governo federal, as oligarquias cafeeiras se opuseram à política agrária da Era Vargas.

Liberalismo e centralismo

Saber quem perdeu a Revolução de 1930 é fácil, o difícil é saber quem ganhou, devido à extrema heterogeneidade da frente revolucionária.

De um lado estavam os tenentes que ocupavam um destacado papel no governo, eram favoráveis a mudanças e, por isso, achavam desnecessárias as eleições, que para eles só trariam de volta as oligarquias tradicionais.

Do outro lado, os constitucionais liberais defendiam as eleições urgentes. Vargas manobrava inteligentemente os dois grupos. Ora fazendo concessões aos tenentes, permitindo-lhes uma influência político, como João Alberto, nomeado interventor em São Paulo, ora acenando com eleições, como a publicação do Código Eleitoral de fevereiro de 1932 e o decreto de 15 de março, que marcava para 3 de maio de 1933 as eleições pata uma Assembleia Constituinte.

Revolução constitucionalista de 1932

Movimento ocorrido em São Paulo ligado à demora de Getúlio Vargas para reconstitucionalizar o país, a nomeação de um interventor pernambucano para o governo do Estado (João Alberto).

Mesmo sua substituição por Pedro de Toledo não diminuiu o movimento. O movimento teve também como fator a tentativa da oligarquia cafeeira retomar o poder político. O movimento contou com apoio das camadas médias urbanas. Formou-se a Frente Única Paulista, exigindo a nomeação de um interventor paulista e a reconstitucionalização imediata do país.

Em maio de 1932 houve uma manifestação contra Getúlio que resultou na morte de quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Iniciou-se a radicalização do movimento, sendo que o MMDC passou a ser o símbolo deste momento marcado pela luta armada. Após três meses de combates as forças leais a Vargas forçaram os paulistas à rendição. Procurando manter o apoio dos paulistas, Getúlio Vargas acelerou o processo de redemocratização realizando eleições para uma Assembleia Constituinte que deveria elaborar uma nova constituição para o Brasil.

A constituição de 1934.

Promulgada em 16 de novembro de 1934 apresentando os seguintes aspectos:

- A manutenção da República com princípios federativos;
- Existência de três poderes independentes entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Estabelecimento de eleições diretas para o Executivo e Legislativo;
- As mulheres adquirem o direito ao voto;
- Representação classista no Congresso (elementos eleitos pelos sindicatos);
- Criado o Tribunal do Trabalho;
- Legislação trabalhista e liberdade de organização sindical;
- Estabelecimento de monopólio estatal sobre algumas atividades industriais;
- Possibilidade da nacionalização de empresas estrangeiras;
- Instituído o mandato de segurança, instrumento jurídico dos direitos do cidadão perante o Estado. A Constituição de 1934 foi inspirada na Constituição de Weimar preservando o liberalismo e mantendo o domínio dos proprietários visto que a mesma não toca no problema da terra.

Governo Constitucional (1934/1937).

Período marcado pelos reflexos da crise mundial de 1929:

- crise econômica,
- desemprego,
- inflação e
- carestia.

Neste contexto desenvolvem-se, na Europa, os regimes totalitários (nazismo e fascismo) – que se opunham ao socialismo e ao liberalismo econômico. A ideologia nazifascista chegou ao Brasil, servindo de inspiração para a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada pelo jornalista Plínio Salgado. Movimento de extrema direita, anticomunista, que tinha como lema "Deus, pátria, família". Defendia a implantação deum Estado totalitário e corporativo. A milícia da AIB era composta pelos "camisas verdes", que usavam de violência contra seus adversários. Os integralistas receberam apoio da alta burguesia, do clero, da cúpula militar e das camadas médias urbanas.

Por outro lado, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora possibilitou a formação de um movimento de caráter progressista, contando com o apoio de liberais, socialista, comunistas, tenentes radicais e dos sindicatos – trata-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Luís Carlos Prestes, filiado ao Partido Comunista Brasileiro foi eleito presidente de honra. A ANL reivindicava a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e a realização da reforma agrária. Colocava-se contra o totalitarismo e defendia a democracia e um governo popular.

A adesão popular foi muito grande, tornando a ANL uma ameaça ao capital estrangeiro e aos interesses oligárquicos. Procurando conter o avanço da frente progressista o governo federal - por meio da aprovação da Lei de Segurança Nacional – decretou o fechamento dos núcleos da ANL. A reação, por parte dos filiados e simpatizantes, foi violenta e imediata. Movimentos eclodiram no Rio de Janeiro, Recife, Olinda e Natal – episódio conhecido como Intentona Comunista.

O golpe do Estado Novo

No ano de 1937 deveriam ocorrer eleições presidenciais para a sucessão de Getúlio Vargas. A disputa presidencial foi entre Armando de Sales Oliveira – que contava com o apoio dos paulistas e de facções de oligarquias de outros Estados. Representava uma oposição liberal ao centralismo de Vargas. A outra candidatura era a de José Américo de Almeida, apoiado pelo Rio Grande do Sul, pelas oligarquias nordestinas e pelos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais. Um terceiro candidato era Plínio Salgado, da Ação Integralista.

A posição de Getúlio Vargas era muito confusa – não apoiando nenhum candidato. Na verdade a vontade de Getúlio era a de continuar no governo, em nome da estabilidade e normalidade constitucional; para tanto, contava com apoio de alguns setores da sociedade. O continuísmo de Vargas recebeu apoio de uma parte do Exército – Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra representavam a alta cúpula militar – surgindo a ideia de um golpe, sob o pretexto de garantira segurança nacional. O movimento de "salvação nacional" – que garantiu a permanência de Vargas no poder – foi a divulgação de um falso plano de ação comunista para assumir o poder no Brasil. Chamado de Plano Cohen, o falso plano serviu de pretexto para o golpe de 10 de novembro de 1937, decretando o fechamento do Congresso Nacional, suspensão da campanha presidencial e da Constituição de 1934. Iniciava-se o Estado Novo.

O Estado Novo (1937/1945).

O Estado Novo – período da ditadura de Vargas – apresentou as seguintes características: intervencionismo do Estado na economia e na sociedade e um centralização política nas mãos do Executivo, anulando o federalismo republicano.

A constituição de 1937.

Foi outorgada em 10 de novembro de 1937 e redigida por Francisco Campos. Baseada na constituição polonesa (daí o apelido de "polaca") apresentava aspectos fascistas. Principais características: centralização política e fortalecimento do poder presidencial; extinção do legislativo; subordinação do Poder Judiciário ao

Poder Executivo; instituição dos interventores nos Estados e uma legislação trabalhista. A Constituição de 1937 eliminava a independência sindical e extinguia os partidos políticos. A extinção da AIB deixou os integralistas insatisfeitos com Getúlio. Em maio de 1938 os integralistas tentaram um golpe contra Vargas – o Putsch Integralista – que consistiu numa tentativa de ocupar o palácio presidencial. Vargas reagiu até a chegada a polícia e Plínio Salgado precisou fugir do país.

Política trabalhista

O Estado Novo procurou controlar o movimento trabalhador através da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Proibiram-se as greves e qualquer tipo de manifestação. Por outro lado, o Estado efetuou algumas concessões, tais como, o salário mínimo, a semana de trabalho de 44 horas, a carteira profissional, as férias remuneradas. As leis trabalhistas foram reunidas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentando as relações entre patrões e empregados. A aproximação de Vargas junto a classe trabalhadora urbana originou, no Brasil, o populismo – forma de manipulação do trabalhador urbano, onde o atendimento de algumas reivindicações não interfere no controle exercido pela burguesia.

Política econômica

O Estado Novo iniciou o planejamento econômico, procurando acelerar o processo de industrialização brasileiro. O Estado criou inúmeros órgãos com o objetivo de coordenar e estabelecer diretrizes de política econômica. O governo interveio na economia criando as empresas estatais – sem questionar o regime privado. As empresas estatais encontrava-se em setores estratégicos, como a siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional), a mineração (Companhia Vale do Rio Doce), hidrelétrica (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco), mecânica (Fábrica Nacional de Motores) e química (Fábrica Nacional de Álcalis).

Política administrativa.

Procurando centralizar e consolidar o poder político, o governo criou o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público), órgão de controle da economia. O outro instrumento do Estado Novo foi a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que realizava a propaganda do governo. O DIP controlava os meios de comunicação, por meio da censura. Foi o mais importante instrumento de sustentação da ditadura que, ao lado da polícia secreta, comandada por Filinto Müller, instaurou no Brasil o período do terror: prisões, repressão, exílios, torturas etc. Como exemplo de propaganda tem-se a criação da Hora do Brasil – que difundia as realizações do governo; o exemplo do terror fica por conta do caso de Olga Benário, mulher de Prestes, que foi presa e deportada para a Alemanha (grávida). Foi assassinada num campo de concentração.

O Brasil e a segunda guerra mundial.

Devido a pressões – internas e externas – Getúlio Vargas rompeu a neutralidade brasileira, em 1942, e declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália, Japão). A participação do Brasil foi efetiva nos campos de batalha mediante o envio da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e da FAB (Força Aérea Brasileira). A participação brasileira na guerra provocou um paradoxo político: externamente o Brasil luta pela democracia e contra as ditaduras, internamente há ausência democrática em razão da ditadura. Esta situação, somada à vitória dos aliados contra os regimes totalitários, favorece o declínio do estado Novo e amplia as manifestações contra o regime.

O fim do Estado Novo

Em 1943 Vargas prometeu eleições para o fim da guerra; no mesmo ano houve o Manifesto dos Mineiros, onde um grupo de intelectuais, políticos, jornalistas e profissionais liberais pediam a redemocratização do país. Em janeiro de 1945, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores exigia a liberdade de expressão e eleições. Em fevereiro do mesmo ano, Vargas publicava um ato adicional marcando eleições presidenciais para 2 de dezembro. Para concorrer as eleições surgiram os seguinte partidos políticos:

- UDN (União Democrática Nacional) - Oposição liberal a Vargas e contra o comunismo. Tinha como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes;
- PSD (Partido Social Democrático) – era o partido dos interventores e apoiavam a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra;
- PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – organizado pelo Ministério do Trabalho e tendo como presidente Getúlio Vargas. Apoiava, junto com o PSD, Eurico Gaspar Dutra;
- PRP (Partido de Representação Popular) – de ideologia integralista e fundado por Plínio Salgado;
- PCB (Partido Comunista Brasileiro) – tinha como candidato o engenheiro Yedo Fiúza. Em 1945 houve um movimento popular pedindo a permanência de Vargas – contando como apoio do PCB. Este movimento ficou conhecido como queremismo, devido ao lema da campanha "Queremos Getúlio ". O movimento popular assustou a classe conservadora, temendo a continuidade de Vargas no poder. No dia 29 de outubro foi dado um golpe, liderado por Goés Monteiro e Dutra. Vargas foi deposto sem resistência. O governo foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em dezembro de 1945 foram realizadas as eleições com a vitória de Eurico Gaspar Dutra.

2. AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS.

As Constituições Brasileiras

Ao estudarmos as constituições que o Brasil já teve, e suas principais emendas, fazemos uma importante revisão sobre conteúdos de nossa história. Os contextos econômicos, sociais e políticos do Brasil de cada época, desde a independência até os dias atuais, estão refletidos nas linhas mestras de nossas cartas magnas.

Precisamos lembrar que nossas constituições são apenas textos. Se serão meras utopias ou se servirão de indicativos para a conquista de direitos e, consequentemente, para a construção de

uma sociedade mais justa e digna vai depender de nossa participação enquanto homens e mulheres em busca de uma verdadeira cidadania.

1824

Outorgada (tornada pública) pelo imperador D. Pedro I.

- Fortaleceu o poder pessoal do imperador com a criação do quarto poder (moderador), que permitia ao soberano intervir, com funções fiscalizadoras, em assuntos próprios dos poderes Legislativo e Judiciário.

- Províncias passam a ser governadas por presidentes nomeados pelo imperador.

- Estabeleceu eleições indiretas e censitárias (homens livres, proprietários e condicionados ao seu nível de renda).

1891

Promulgada pelo Congresso Constitucional, elegeu indiretamente para a Presidência da República o marechal Deodoro da Fonseca.

- Instituiu o presidencialismo, eleições diretas para a Câmara e o Senado e mandato presidencial de quatro anos.

- Estabeleceu o voto universal, não-obrigatório e não-secreto; ficavam excluídos das eleições os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os soldados e os religiosos.

Os principais pontos da constituição foram:

- Abolição das instituições monárquicas;
- Os Senadores deixaram de ter cargo vitalício;
- Sistema de governo presidencialista;
- O presidente da República passou a ser o chefe do Poder Executivo;
- As eleições passaram a ser pelo voto direto, a descoberto (voto aberto);
- Os mandatos tinham duração de quatro anos;
- Não haveria reeleição;
- Os candidatos a voto eletivo seriam escolhidos por homens maiores de 21 anos, com exceção de analfabetos, mendigos, praças de pré e religiosos sujeitos ao voto de obediência;
- Ao Congresso Nacional cabia o Poder Legislativo, composto pelo Senado e Câmara de Deputados;
- As Províncias passaram a ser Estados de uma Federação com maior autonomia;
- Os Estados da Federação passaram a ter suas Constituições hierarquicamente organizadas em relação à Constituição Federal;
- Os presidentes das Províncias passaram a ser presidentes dos Estados e eleitos pelo voto direto à semelhança do Presidente da República;
- A Igreja Católica foi desmembrada do Estado Brasileiro, deixando de ser a religião oficial do país.

Além disso, consagrava-se a liberdade de associação e de reunião sem armas, assegurava-se aos acusados o mais amplo direito de defesa, aboliam-se as penas de galés, banimento judicial e de morte, instituía-se o habeas-corpus e as garantias de magistratura aos juízes federais (vitaliciedade, inamobilidade e irredutibilidade dos vencimentos).

1934

Promulgada pela Assembleia Constituinte no primeiro governo de Getúlio Vargas.

- Instituiu a obrigatoriedade do voto e tornou-o secreto; ampliou o direito de voto para mulheres e cidadãos de no mínimo 18 anos de idade. Continuaram fora do jogo democrático os analfabetos, os soldados e os religiosos. Para dar maior confiabilidade aos pleitos, foi criada a Justiça Eleitoral.

- Instituiu o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal e as férias anuais remunerados e a indenização por dispensa sem justa causa. Sindicatos e associações profissionais passaram a ser reconhecidos, com o direito de funcionar autonomamente.

Considerada progressista para a época, a nova Constituição:

- instituiu o voto secreto;
- estabeleceu o voto obrigatório para maiores de 18 anos;
- propiciou o voto feminino, direito há muito reivindicado, que já havia sido instituído em 1932 pelo Código Eleitoral do mesmo ano;
- previu a criação da Justiça do Trabalho;
- previu a criação da Justiça Eleitoral;
- nacionalizou as riquezas do subsolo e quedas d'água no país;

De suas principais medidas, podemos destacar que a Constituição de 1934:

- Prevê nacionalização dos bancos e das empresas de seguros;
- Determina que as empresas estrangeiras deverão ter pelo menos % de empregados brasileiros;
- Confirma a Lei Eleitoral de 1932, com Justiça Eleitoral, voto feminino, voto aos 18 anos (antes era aos 21) e deputados classistas (representantes de classes sindicais);
- Cria a Justiça do Trabalho;
- Proíbe o trabalho infantil, determina jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização para trabalhadores demitidos sem justa causa, assistência médica e dentária, assistência remunerada a trabalhadoras grávidas;
- Proíbe a diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil e
- Prevê uma lei especial para regulamentar o trabalho agrícola e as relações no campo (que não chegou a ser feita) e reduz o prazo de aplicação de usucapião a um terço dos originais 30 anos.

1937

Outorgada (concedida) no governo Getúlio Vargas.

- Instituiu o regime ditatorial do Estado Novo: a pena de morte, a suspensão de imunidades parlamentares, a prisão e o exílio de opositores.

- Suprimiu a liberdade partidária e extinguiu a independência dos poderes e a autonomia federativa. Governadores e prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente, cuja eleição também seria indireta. Vargas, porém, permaneceu no poder, sem aprovação de sua continuidade, até 1945.

De suas principais medidas, pode-se destacar que a Constituição de 1937:

- Concentra os poderes executivo e legislativo nas mãos do Presidente da República;
- Estabelece eleições indiretas para presidente, que terá mandato de seis anos;
- Acaba com o federalismo;
- Acaba com o liberalismo;
- Estabelece a pena de morte;
- Retira do trabalhador o direito de greve;
- Permitia ao governo expurgar funcionários que se opusessem ao regime;
- Previu a realização de um plebiscito para referendá-la, o que nunca ocorreu.

Foram dispositivos básicos regulados pela carta: a igualdade de todos perante a lei; a liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; a inviolabilidade do sigilo de correspondência; a liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; a liberdade de associação para fins lícitos; a inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo; a prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente e a garantia ampla de defesa do acusado.

1946

Promulgada no governo de Eurico Gaspar Dutra, após o período do Estado Novo, restabeleceu os direitos individuais e extinguiu a censura e a pena de morte.

- Instituiu eleições diretas para presidente da República, com mandato de cinco anos.

- Restabeleceu o direito de greve e o direito à estabilidade de emprego após 10 anos de serviço.

- Retomou a independência dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a autonomia dos estados e municípios.

- Retomou o direito de voto obrigatório e universal, sendo excluídos os menores de 18 anos, os analfabetos, os soldados e os religiosos.

- Retomada do pleno estado de direito democrático após o período militar.

- Ampliação e fortalecimento das garantias dos direitos individuais e das liberdades públicas.

- Retomada do regime representativo, presidencialista e federativo.

- Destaque para a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural da nação.

- Garantia do direito de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos (opcional) em eleições livres e diretas, para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório.

Reformas Constitucionais

1961

Adoção do parlamentarismo.

Foi aprovada na Câmara dos Deputados, em primeira discussão, por 234 votos contra 59, e, em segunda discussão, por 233 votos contra 55, a ementa constitucional que instituiu um regime parlamentar no Brasil semelhante ao vigente na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), cujos dispositivos visavam impedir a queda sucessiva de gabinetes e limitar a casos muito específicos o poder do Presidente da República de dissolver a Câmara dos Deputados.

1963

Volta ao presidencialismo.

Cerca de 80% dos eleitores votaram pelo restabelecimento do presidencialismo. O plebiscito foi convocado pelo presidente João Goulart (Jango) para decidir sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista, em vigor desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. A partir da vitória no plebiscito, João Goulart passou a governar o país com todos os poderes constitucionais**.**

1964-1967

Com o golpe de Estado e até 1967, são decretados quatro atos institucionais que permitem ao governo legislar sobre qualquer assunto. É instituída, entre outras coisas, a Lei de Greve e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); decretam-se o fim da estabilidade no emprego, as eleições indiretas para presidente da República e governadores de estados. O Poder Judiciário torna-se mais dependente do Executivo. São extintos os partidos políticos e é criado o bipartidarismo.

1967

Uma Carta constitucional institucionaliza o regime militar de 1964.

- Mantêm-se os atos institucionais promulgados entre 1964 e 1967.

- Fica restringida a autonomia dos estados.

O presidente da República pode expedir decretos-leis sobre segurança nacional e assuntos financeiros sem submetê-los previamente à apreciação do Congresso. As eleições presidenciais permanecem indiretas, com voto descoberto.

De suas principais medidas, podemos destacar que a Constituição de 1967:

- Concentra no Poder Executivo a maior parte do poder de decisão;
- Confere somente ao Executivo o poder de legislar em matéria de segurança e orçamento;
- Estabelece eleições indiretas para presidente, com mandato de cinco anos;
- Militariza a Presidência da República, dando às Forças Armadas uma força gigantesca;
- Restringe o federalismo;
- Estabelece a pena de morte para crimes de segurança nacional;
- Restringe ao trabalhador o direito de greve;
- Abre espaço para a decretação posterior de leis de censura e banimento.

1968

Ato Institucional nº5

Suspensão da Constituição.

Poderes absolutos do presidente: fechar o Congresso, legislar sem impedimento, reabrir cassações, demissões e demais punições sumárias, sem possibilidade de apreciação judicial.

1969

Nova emenda constitucional, que passou a ser chamada de Constituição de 1969. Foi promulgado pelo general Emílio Garrastazu Médici (escolhido para presidente da República por oficiais de altas patentes das três Armas e com ratificação pelo Congresso Nacional, convocado somente para aceitar as decisões do Alto Comando militar).

Incorporou o Ato Institucional nº5.

Mandava punir a todos que ofendessem a Lei de Segurança Nacional. Extinguiu a inviolabilidade dos mandatos dos parlamentares e instituiu a censura aos seus pronunciamentos. Suspendeu a eleição direta para governadores, marcada para o ano seguinte.

1979

Reforma da Constituição de 1969, em que é revogado o AI-5 e outros atos que conflitavam com o texto constitucional. Quanto às medidas de emergência, o presidente poderia determiná-las, dependendo apenas da consulta a um conselho constitucional, composto pelo presidente da República, pelo vice-presidente, pelos presidentes do Senado e da Câmara, pelo ministro da Justiça e por um ministro representando as Forças Armadas. O estado de sítio só poderia ser decretado com a aprovação do Congresso.

1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição Brasileira em um século de república. Foi a constituição brasileira que mais sofreu emendas: 72 emendas mais 6 emendas de revisão.

História

Desde 1964 o Brasil estava sob uma ditadura militar, e desde 1967 (particularmente subjugado às alterações decorrentes dos Atos Institucionais) sob uma Constituição imposta pelo governo federal. O regime de exceção, em que as garantias individuais e sociais eram restritas, ou mesmo ignoradas, e cuja finalidade era garantir os interesses da ditadura, internalizados em conceitos como segurança nacional, restrição das garantias fundamentais etc, fez crescer, durante o processo de abertura política, o anseio por dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. Anseio que se tornou necessidade após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a partir de 1985.

Independentemente das controvérsias de cunho político, a Constituição Federal de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. Para demonstrar a mudança que estava havendo no sistema governamental brasileiro, que saíra de um regime autoritário recentemente, a constituição de 1988 qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de qualquer natureza. Com a nova constituição, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia representativa foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de Presidente da República, Governador do Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Senador e Vereador. A nova Constituição também previu maior responsabilidade fiscal. Pela primeira vez, uma Constituição brasileira define a função social da propriedade privada urbana, prevendo a existência de instrumentos urbanísticos que, interferindo no direito de propriedade (que a partir de agora não mais seria considerado inviolável), teriam por objetivo romper com a lógica da especulação imobiliária. A definição e regulamentação de tais instrumentos, porém, deu-se apenas com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001.

Estrutura

A Constituição de 1988 está dividida em nove títulos. As temáticas de cada título são:

Título I — Princípios Fundamentais
Do artigo 1º ao 4º temos os fundamentos sob os quais constitui-se a República Federativa do Brasil.

Título II — Direitos e Garantias Fundamentais
Do artigo 5º ao 17 são elencados uma série de direitos e garantias, reunidos em cinco grupos básicos:4
Capítulo I: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
Capítulo II: Direitos Sociais;
Capítulo III: Nacionalidade;
Capítulo IV: Direitos Políticos;
Capítulo V: Partidos Políticos.

As garantias ali inseridas (muitas delas inexistentes em Constituições anteriores) representaram um marco na história brasileira.

Título III — Organização do Estado

Do artigo 18 ao 43 é definida a organização político-administrativa (ou seja, das atribuições de cada ente da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); além disso, tratam das situações excepcionais de intervenção nos entes federativos, versam sobre administração pública e servidores públicos militares e civis, e também das regiões do país e sua integração geográfica, econômica e social.

Título IV — Organização dos Poderes

Do artigo 44 ao 135 é definida a organização e as atribuições de cada poder (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), bem como de seus agentes envolvidos. Também definem os processos legislativos, inclusive os que emendam a Constituição.

Título V — Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Do artigo 136 ao 144 são definidas as questões relativas à Segurança Nacional, regulamentando a intervenção do Governo Federal através de decretos de Estado de Defesa, Estado de Sítio, intervenção das Forças Armadas e da Segurança Pública.

Título VI — Tributação e Orçamento

Do artigo 145 ao 169 são estabelecidas as limitações tributárias do poder público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), organizando o sistema tributário e detalhando os tipos de tributos e a quem cabe cobrá-los. Tratam ainda da repartição das receitas e das normas para a elaboração do orçamento público.

Título VII — Ordem Econômica e Financeira

Do artigo 170 ao 192 são reguladas a atividade econômica e financeira, bem como as normas de política urbana, agrícola, fundiária e reforma agrária, versando ainda sobre o sistema financeiro nacional.

Título VIII — Ordem Social

Do artigo 193 ao 232 são tratados os temas relacionados ao bom convívio e desenvolvimento social do cidadão, como deveres do Estado, a saber: Saúde (Seguridade Social e Sistema Único de Saúde); Educação, Cultura e Desporto; Ciência e Tecnologia; Comunicação Social; Meio Ambiente; Família (incluindo nesta acepção crianças, adolescentes e idosos); e populações indígenas.

Título IX — Disposições Constitucionais Gerais

Do artigo 234 ao 250 (o artigo 233 foi revogado) são tratadas as disposições esparsas versando sobre temáticas variadas e que não foram inseridas em outros títulos em geral por tratarem de assuntos muito específicos.

Características

Formal: possui dispositivos que não são normas essencialmente constitucionais.

Escrita: apresenta-se em um documento sistematizado dentro de cada parâmetro.

Promulgada: elaborada por um poder constituído democraticamente.

Rígida: não é facilmente alterada. Exige um processo legislativo mais elaborado, consensual e solene para a elaboração de emendas constitucionais do que o processo comum exigido para todas as demais espécies normativas legais. Alguns autores a classificam como super rígida.

Analítica: descreve em pormenores todas as normas estatais e direitos e garantias por ela estabelecidas.

Dogmática: constituída por uma assembleia nacional constituinte.

Emendas Constitucionais

O artigo 60 da Constituição estabelece as regras para o processo de criação e aprovação de Emendas Constitucionais. Uma emenda pode ser proposta pelo Congresso Nacional (um terço da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal), pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos governos estaduais. Uma emenda é aprovada somente se três quintos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovarem a proposta, em dois turnos de votação.

As emendas constitucionais devem ser elaboradas respeitando certas limitações, definidas pelo artigo 60. Há limitações materiais, conhecidas como cláusulas pétreas (§ 4º), limitações circunstanciais (§ 1º), limitações formais ou procedimentais (incisos I, II, III, § 3º). Há ainda uma forma definida de deliberação (§ 2º) e promulgação (§ 3º).

Implicitamente, considera-se que o art. 60 da Constituição é inalterável, pois alterações neste artigo permitiriam uma revisão completa da Constituição. Nos casos não abordados pelo art. 60, é possível propor emendas. Os órgãos competentes para submeter emendas são: a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Os direitos fundamentais, previstos nos incisos do artigo 5º, também não comportam Emendas que lhes diminuam o conteúdo ou âmbito de aplicação.

A emenda constitucional de revisão, conforme o art 3º da ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), além de possuir implicitamente as mesmas limitações materiais e circunstanciais, e os mesmos sujeitos legitimados que o procedimento comum de emenda constitucional, também possuía limitação temporal - apenas uma revisão constitucional foi prevista, 5 anos após a promulgação, sendo realizada em 1993. No entanto, ao contrário das emendas comuns, ela tinha um procedimento de deliberação parlamentar mais simples para reformar o texto constitucional pela maioria absoluta dos parlamentares, em sessão unicameral e promulgação dada pela Mesa do Congresso Nacional.

A Constituição brasileira já sofreu 72 reformas em seu texto original, sendo 72 emendas constitucionais tendo a última sido promulgada no dia 2 de abril de 2013, e 6 emendas de revisão constitucional. A única Revisão Constitucional geral prevista pela Lei Fundamental brasileira aconteceu em 5 de outubro de 1993, não podendo mais sofrer emendas de revisão. Mesmo assim, houve tentativas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 157, do deputado Luiz Carlos Santos, que previa a convocação de uma Assembleia de Revisão Constitucional a partir de janeiro de 2007.

Remédios Constitucionais

A Constituição de 1988 incluiu dentre outros direitos, ações e garantias, os denominados "Remédios Constitucionais". Por Remédios Constitucionais entendem-se as garantias constitucionais, ou seja, instrumentos jurídicos para tornar efetivo o exercício dos direitos constitucionais.

Os Remédios Constitucionais (listados abaixo) são previstos no artigo 5º e no artigo 129-Inciso III, da Constituição de 1988:

Habeas Data - artigo 5º, Inciso LXXII - sua finalidade é garantir ao particular o acesso às informações que dizem ao seu respeito constantes do registro de banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público ou correção destes dados, quando o particular não preferir fazer por processo sigiloso, administrativo ou judicial.

Ação Popular - artigo 5º, Inciso LXXIII e Lei n.º 4.171/65) - objetiva anular ato lesivo ao patrimônio público e punir seus responsáveis.

Ação Civil pública - artigo 129, Inciso III - objetiva reparar ato lesivo aos interesses descritos no artigo 1º (todos os incisos), da Lei nº 7.347.

Habeas Corpus - artigo 5º, Inciso LXVIII - instrumento tradicionalíssimo de garantia de direito, assegura a reparação ou prevenção do direito de ir e vir, constrangido por ilegalidade ou por abuso de poder.

Mandado de Segurança - artigo 5º, Inciso LXIX - usado de modo individual, tem por fim proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data.

Mandado de Segurança Coletivo - artigo 5º, Inciso LXX - usado de modo coletivo, tem por finalidade proteger o direito de partidos políticos, organismos sindicais, entidades de classe e associação legalmente constituídas em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Mandado de Injunção - artigo 5º, Inciso LXXI - usado para viabilizar o exercício de um direito constitucionalmente previsto e que depende de regulamentação.

Política Urbana e Transferências de Recursos

Entre outros elementos inovadores, esta Constituição destaca-se das demais na medida em que pela primeira vez estabelece um capítulo sobre política urbana, expresso no artigo 182 e no artigo 183. Até então, nenhuma outra Constituição definia o município como ente federativo: a partir desta, o município passava efetivamente a constituir uma das esferas de poder e a ela era dada uma autonomia e atribuições inéditas até então.

Com isso, a Constituição de 1988 favoreceu os Estados e Municípios, transferindo-lhes a maior parte dos recursos, porém sem a correspondente transferência de encargos e responsabilidades. O Governo Federal continuou com os mesmos custos e com fonte de receita bastante diminuídas. Metade do imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) — os principais da União — foi automaticamente distribuída aos estados e municípios. Além disso, cinco outros tributos foram transferidos para a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ao mesmo tempo, os constituintes ampliaram as funções do Governo Federal.

Assim, a Carta de 88 promoveu desequilíbrios graves no campo fiscal, que têm repercutido nos recursos para programas sociais ao induzir a União a buscar receitas não partilháveis com os Estados e Municípios, contribuindo para o agravamento da ineficiência e da não equidade do sistema tributário e do predomínio de impostos indiretos e contribuições. Consequentemente houve uma crescente carga sobre tributos tais como o imposto sobre operações financeiras (IOF), contribuição de fim social (FINSOCIAL), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), entre outros.

Em relação às Constituições anteriores, a Constituição de 1988 representa um avanço.

As modificações mais significativas foram:

- Direito de voto para os analfabetos;
- Voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos;
- Redução do mandato do presidente de 5 para 4 anos;
- Eleições em dois turnos (para os cargos de presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes);
- Os direitos trabalhistas passaram a ser aplicados, além de aos trabalhadores urbanos e rurais, também aos domésticos;
- Direito a greve;
- Liberdade sindical;
- Diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais;
- Licença maternidade de 120 dias (sendo atualmente discutida a ampliação).
- Licença paternidade de 5 dias;
- Abono de férias;
- Décimo terceiro salário para os aposentados;
- Seguro desemprego;
- Férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário.

3. A ESTRUTURA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO MILITAR.

Ditadura Militar no Brasil

As intervenções militares foram recorrentes na história da república brasileira. Antes de 1964, porém, nenhuma dessas interferências resultou num governo presidido por militares. Em março de 1964, contudo, os militares assumiram o poder por meio de um golpe e governaram o país nos 21 anos seguintes, instalando um regime ditatorial.

A ditadura restringiu o exercício da cidadania e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição. No que se refere à economia, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista que produziu resultados bastante contraditórios, tendo em vista que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar, porém, a maioria da população, em particular a classe trabalhadora.

Antecedentes do golpe

Os militares golpistas destituíram do poder o presidente João Goulart, que havia assumido a presidência após a inesperada renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Sua posse foi bastante conturbada e só foi aceita pelos militares e pelas elites conservadoras depois da imposição do regime parlamentarista. Essa fórmula política tinha como propósito limitar as prerrogativas presidenciais, subordinando o Poder Executivo ao Legislativo. Goulart, contudo, manobrou politicamente e conseguiu aprovar um plebiscito, cujo resultado restituiu o regime presidencialista.

O presidente, entretanto, continuou a não dispor de uma base de apoio parlamentar que fosse suficiente para aprovar seus projetos de reforma política e econômica. A saída encontrada por Goulart foi a de pressionar o Congresso Nacional por meio de constantes mobilizações populares, que geraram inúmeras manifestações públicas em todo o país.

Ao mesmo tempo, a situação da economia se deteriorou, provocando o acirramento dos conflitos de natureza classista. Todos esses fatores levaram, de forma conjunta, a uma enorme instabilidade institucional, que acabou por dificultar a governabilidade.

Nessa conjuntura, o governo tentou mobilizar setores das Forças Armadas, como forma de obter apoio político, mas isso colocou em risco a hierarquia entre os comandos militares e serviu como estímulo para o avanço dos militares golpistas.

Em 1964, a sociedade brasileira se polarizou. As classes médias, as elites agrárias e os industriais se voltaram contra o governo e abriram caminho para o movimento dos golpistas.

Os governos militares

O marechal Humberto de Alencar Castello Branco esteve à frente do primeiro governo militar e deu início à promulgação dos Atos Institucionais. Entre as medidas mais importantes, destacam-se: suspensão dos direitos políticos dos cidadãos; cassação de mandatos parlamentares; eleições indiretas para governadores; dissolução de todos os partidos políticos e criação de duas novas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas.

Em fins de 1966, o Congresso Nacional foi fechado, sendo imposta uma nova Constituição, que entrou em vigor em janeiro de 1967. Na economia, o governo revogou a Lei de Remessa de Lucros e a Lei de Estabilidade no Emprego, proibiu as greves e impôs severo controle dos salários. Castelo Branco planejava a transferir o governo aos civis no final de seu mandato, mas setores radicais do Exército impuseram a candidatura do marechal Costa e Silva.

O marechal enfrentou a reorganização política dos setores oposicionistas, greves e a eclosão de movimentos sociais de protesto, entre eles o movimento estudantil universitário. Também neste período os grupos e organizações políticas de esquerda organizaram guerrilhas urbanas e passaram a enfrentar a ditadura, empunhando armas, realizando sequestros e atos terroristas. O governo, então, radicalizou as medidas repressivas, com a justificativa de enfrentar os movimentos de oposição.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, representou o fechamento completo do sistema político e a implantação da ditadura. O AI-5 restringiu drasticamente a cidadania, pois dotou o governo de prerrogativas legais que permitiram a ampliação da repressão policial-militar.

Suprimidos os direitos políticos, na área econômica o novo presidente flexibilizou a maioria das medidas impopulares adotadas por seu antecessor. Costa e Silva não conseguiu terminar seu mandato devido a problemas de saúde. Afastado da presidência, os militares das três armas formaram uma junta governativa de emergência, composta pelos três ministros militares: almirante, da Marinha; general Lira Tavares, do Exército; e brigadeiro Sousa e Melo, da Aeronáutica.

Ao término do governo emergencial, que durou de agosto a outubro de 1969, o general Médici foi escolhido pela Junta Militar para assumir a presidência da República.

O general dispôs de um amplo aparato de repressão policial-militar e de inúmeras leis de exceção, sendo que a mais rigorosa era o AI-5. Por esse motivo, seu mandato presidencial ficou marcado como o mais repressivo do período da ditadura. Exílios, prisões, torturas e desaparecimentos de cidadãos fizeram parte do cotidiano de violência repressiva imposta à sociedade.

Siglas como DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) ficaram conhecidas pela brutal repressão policial-militar. Com a censura, todas as formas de manifestações artísticas e culturais sofreram restrições. No final do governo Médici, as organizações de luta armada foram dizimadas.

Na área econômica, o governo colheu os frutos do chamado "milagre econômico", que representou a fase áurea de desenvolvimento do país, obtido por meio da captação de enormes recursos e de financiamentos externos. Todos esses recursos foram investidos em infraestrutura: estradas, portos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias expandiram-se e serviram como base de sustentação do vigoroso crescimento econômico. O PIB (Produto Interno Bruto) chegou a crescer 12% ao ano e milhões de empregos foram gerados.

A curto e médio prazo, esse modelo de desenvolvimento beneficiou a economia, mas a longo prazo o país acumulou uma dívida externa cujo pagamento (somente dos juros) bloqueou a capacidade de investimento do Estado. A estabilidade política e econômica obtida no governo Médici permitiu que o próprio presidente escolhesse seu sucessor: o general Ernesto Geisel foi designado para ocupar a Presidência da República.

O governo do general coincidiu com o fim do milagre econômico. O aumento vertiginoso dos preços do petróleo, principal fonte energética do país, a recessão da economia mundial e a escassez de investimentos estrangeiros interferiram negativamente na economia interna.

Na área política, Geisel previu dificuldades crescentes e custos políticos altíssimos para a corporação militar e para o país, caso os militares permanecessem no poder indefinidamente. Ademais, o MDB conseguiu expressiva vitória nas eleições gerais de novembro de 1974, conquistando 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e as prefeituras da maioria das grandes cidades. Por essa razão, o presidente iniciou o processo de distensão lenta e gradual em direção à abertura e à redemocratização.

Não obstante, militares radicais (denominados pelos historiadores como a "linha dura"), que controlavam o sistema repressivo, ofereceram resistência à política de liberalização. A ação desses militares gerou graves crises institucionais e tentativas de deposição do presidente.

Os casos mais notórios de tentativas de desestabilizar o governo ocorreram em São Paulo, quando morreram, sob tortura, o jornalista e o operário .

O conflito interno nas Forças Armadas, decorrente de divergências com relação à condução do Estado brasileiro, esteve presente desde a tomada do poder pelos militares até o fim da ditadura.

No entanto, Geisel conseguiu superar todas as tentativas de desestabilização do seu governo. O golpe final contra os militares radicais foi dado com a exoneração do ministro do Exército, general Sílvio Frota.

Ao término do mandato de Geisel, a sociedade brasileira tinha sofrido muitas transformações. A repressão havia diminuído significativamente; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar. Em 1978, o presidente revogou o AI-5 e restaurou o habeas corpus. Geisel conseguiu impor a candidatura do general João Batista Figueiredo para a sucessão presidencial. Foi o último general presidente, encerrando o período da ditadura militar, que durou mais de duas décadas.

Figueiredo acelerou o processo de liberalização política e o grande marco foi a aprovação da Lei de Anistia, que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados políticos e concedeu perdão para aqueles que cometeram crimes políticos. A anistia foi mútua, ou seja, a lei também livrou da justiça os militares envolvidos em ações repressivas que provocaram torturas, mortes e o desaparecimento de cidadãos. O pluripartidarismo foi restabelecido. A Arena muda a sua denominação e passa a ser PDS; o MDB passa a ser PMDB. Surgem outros partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O governo também enfrentou a resistência de militares radicais, que não aceitavam o fim da ditadura. Essa resistência tomou a forma de atos terroristas. Cartas-bombas eram deixadas em bancas de jornal, editoras e entidades da sociedade civil (Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, entre outras). O caso mais grave e de maior repercussão ocorreu em abril de 1981, quando uma bomba explodiu durante um show no centro de convenções do Rio Centro. O governo, porém, não investigou devidamente o episódio.

Na área econômica, a atuação do governo foi medíocre, os índices de inflação e a recessão aumentaram drasticamente.

No último ano do governo Figueiredo surgiu o movimento das Diretas Já, que mobilizou toda a população em defesa de eleições diretas para a escolha do próximo presidente da República. O governo, porém, resistiu e conseguiu barrar a Lei Dante de Oliveira. Desse modo, o sucessor de Figueiredo foi escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o deputado como novo presidente da República. Tancredo derrotou o deputado Paulo Maluf. Tancredo Neves, no entanto, adoeceu e morreu. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente. *Texto adaptado de CANCIAN, R.*

O Golpe militar

Em 31 de março de 1964, tropas militares lideradas pelos generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho desencadeiam o movimento golpista. Em pouco tempo, comandantes militares de outras regiões aderiram ao movimento de deposição de Jango. Em 1° de abril, João Goulart praticamente abandonou a presidência, e no dia 2 se exilou no Uruguai. O movimento conspirador que depôs Jango da presidência da república reuniu os mais variados setores sociais, desde as elites industriais e agrárias (empresários e latifundiários), banqueiros, Igreja Católica e os próprios militares, todos temiam que o Brasil caminhasse para um regime socialista. O golpe militar não encontrou grande resistência popular, apenas algumas manifestações que foram facilmente reprimidas. Essa é uma questão importante, pois os pesquisadores do tema ainda não apresentaram explicações satisfatórias, no sentido de entender porque a sociedade brasileira, que na época atravessava um período de dinamismo com o surgimento de movimentos sociais de variados tipos, manteve-se paralisada sem oferecer resistência ao movimento golpista.

Rumo à ditadura

Por razões óbvias, os militares chamam o movimento que depôs Jango de Revolução Redentora. Por outro lado, na historiografia brasileira, o movimento de março de 1964 é justificadamente denominado de Golpe Militar. O golpe pôs fim a primeira experiência de regime democrático no país e encerrou com a fase populista. O regime que se instaurou sobre a égide dos militares foi se radicalizando a ponto de se transformar numa ditadura altamente repressiva que avançou sobre as liberdades políticas e os direitos individuais. Os generais se sucederam na presidência e governaram o país por 21 anos.

Castello Branco (1964/1966)

O Congresso Nacional ratificou a indicação do comando militar, e elegeu o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército. Como vice-presidente foi eleito o deputado pelo PSD José Maria Alkimin, secretário de finanças do governo de Minas Gerais, do governador Magalhães Pinto, que ajudou a articular o golpe. No dia 15 de abril de 1964, Castello Branco tomou posse. Em 17 de julho, sob a justificativa de que a reforma política e econômica planejada pelo governo militar poderia não ser concluída até 31 de janeiro de 1966, quando terminaria o mandato presidencial inaugurado em 1961, o Congresso aprovou a prorrogação do seu mandato até 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais para 3 de outubro de 1966. Essa mudança fez com que alguns políticos que apoiaram o movimento passassem a ser críticos do governo, a exemplo de Carlos Lacerda, que teve sua pré-candidatura homologada pela UDN ainda em 8 de novembro de 1964. As cassações continuaram, superando 3.500 nomes em 1964, entre os quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se exilou em Paris. Em seguida Castelo Branco baixou o AI-2, e o que era um simples movimento militar passou a se constituir num regime, evoluindo para uma linha dura no comando do general Costa e Silva em 1967.

A Linha Dura: No governo estavam oficiais da linha dura, e as ruas eram dominadas pelas greves dos operários e movimentos estudantis. Neste clima se iniciou a contravertida batalha entre o Estado e os manifestantes, que reivindicavam o fim do regime. Como consequência, as liberdades individuais foram suprimidas e a Nação definitivamente entrou em um processo de radicalização entre os militares e a oposição, que gerou o gradual fechamento do regime, até culminar com o AI-5.

Eleições de 1965: A lei eleitoral de 15 de julho de 1965 proibia a reeleição, assim, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, não concorreram, ficando apenas apoiando seus candidatos da UDN.

No entanto, em Minas Gerais venceu Israel Pinheiro, do PSD e no Rio de Janeiro, Francisco Negrão de Lima, do PTB, o que foi visto como alarmante pelos setores "linha dura" do governo militar que se mobilizaram em alterar mais uma vez a constituição para garantir a vitória dos políticos de situação. No dia 6 de outubro, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional medidas para endurecer o regime, atribuindo ao governo militar mais poderes, restringindo a liberdade de expressão e ação dos cassados, controlar o Supremo Tribunal Federal, acabar com o foro especial para os que exerceram mandato executivo e estabelecendo eleições indiretas para Presidente da República. No dia 8 de outubro, Lacerda, na televisão, chama Castelo Branco de traidor da revolução, rompe com o governo e renuncia à sua candidatura.

1968 - Reações ao Regime: Em julho ocorreu a primeira greve do governo militar, em Osasco. A linha dura, representada entre outros por Aurélio de Lira Tavares, ministro do exército e Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI começou a exigir medidas mais repressivas e combate às idéias consideradas subversivas. A repressão se intensificou e em 30 de agosto a Universidade Federal de Minas foi fechada e a Universidade de Brasília invadida pela polícia. Em 2 de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, pronunciou discurso na Câmara convocando o povo a um boicote ao militarismo e a não participar dos festejos de Independência do Brasil em 7 de setembro como forma de protesto. O discurso foi considerado como ofensivo pelos militares e o governo encaminhou ao congresso pedido para processar deputado Márcio Moreira Alves, o que foi rejeitado na Câmara por 75 votos.

O AI-5 e o Fechamento do Regime Militar: Para enfrentar a crise Costa e Silva editou, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 que permitia ao governo decretar o recesso legislativo e intervir nos estados sem as limitações da constituição, a cassar mandatos eletivos, decretar confisco dos bens "de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente" e suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Ou seja, apertou ainda mais o regime. O AC 38 decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado. Foram presos jornalistas e políticos que haviam se manifestado contra o regime, entre eles o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e ex-governador Carlos Lacerda, além de deputados estaduais e federais do MDB e mesmo da ARENA. Lacerda foi preso e conduzido ao Regimento Marechal Caetano de Farias, da Polícia Militar do Estado da Guanabara, sendo libertado por estar com a saúde debilitada, após uma semana fazendo greve de fome. No dia 30 de dezembro de 1968 foi divulgada uma lista de políticos cassados: 11 deputados federais, entre os quais Márcio Moreira Alves. Carlos Lacerda teve os direitos políticos suspensos. No dia seguinte, o presidente Costa e Silva falou em rede de rádio e televisão, afirmando que o AI-5 havia sido não a melhor, mas a única solução e que havia salvado a democracia e estabelecido a volta às origens do regime.

No início de 1969 Lacerda viajou para a Europa e, em maio, seguiu para a África como enviado especial de O Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde. Em 16 de janeiro de 1969 foi divulgada nova lista de 43 cassados com 35 deputados, 2 senadores e 1 ministro do STF, Peri Constant Bevilacqua. O regime militar estava se tornando uma ditadura mais e mais violenta, a imprensa da época (Folha de São Paulo) veladamente afirmava que o AI-5 foi o "golpe dentro do golpe", expressão esta que acabou virando chavão entre a população.

A Emenda Constitucional: No dia 17 de outubro, foi promulgada pela junta militar a Emenda Constitucional nº 1, incorporando dispositivos do AI-5 à constituição, estabelecendo o que ficou conhecido como Constituição de 1969. Em 25 de outubro, Médici e Rademaker foram eleitos pelo Congresso por 293 votos, havendo 76 abstenções, correspondentes à bancada do MDB. O novo presidente tomou posse no dia 30 de novembro.

Após o Golpe de 1964: Logo após o golpe de 1964, em seus primeiros 4 anos, a ditadura foi endurecendo e fechando o regime aos poucos. O período compreendido entre 1968 até 1975 foi determinante para a nomenclatura histórica conhecida como "anos de chumbo". Dezoito milhões de eleitores brasileiros sofreram das restrições impostas por seguidos Atos Institucionais que ignoravam e cancelavam a validade da Constituição Brasileira, criando um Estado de exceção, suspendendo a democracia. Querendo impor um modelo sócio, político e econômico para o Brasil, a ditadura militar, no entanto, tentou forjar um ambiente democrático, e não se destacou por um governante definido ou personalista. Durante sua vigência, a ditadura militar não era oficialmente conhecida por este nome, mas pelo nome de "Revolução" - os golpistas de 1964 sempre denominaram assim seu feito - e seus governos eram considerados "revolucionários". A visão crítica do regime só começou a ser permitida a partir de 1974, quando o general Ernesto Geisel determinou a abertura lenta e gradual da vida sócio-política do país.

Bipolarização: Durante a eclosão do golpe de 1964 havia duas correntes ideológicas no Brasil, sendo uma de esquerda e outra de direita. Aquelas correntes tinham movimentos populares de ambas facções, acredita-se financiados com capital externo. Além da polarização, existia também um forte sentimento antigetulista, dizem alguns motivador do movimento militar que derrubou Jango.

Lista dos principais movimentos de direita e esquerda

A esquerda

- Mais de mil sindicatos de trabalhadores foram fundados até 1964
- Surge o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)
- Pacto de Unidade e Ação (PUA aliança intersindical)
- União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Ação Popular (católicos de esquerda)
- Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb - reunindo intelectuais de esquerda)
- Frente de Mobilização Popular (FMP, liderada por Leonel Brizola)
- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
- Ligas camponesas
- Organizações de luta contra o regime militar e pela instalação do regime comunista (inclusive surgidas após o golpe)
- Ação Libertadora Nacional (ALN)
- Comando de Libertação Nacional (COLINA)
- MNR
- Molipo
- Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8]
- PCB
- PCBR
- Partido Operário Comunista (POC)

- POLOP
- VAR-Palmares
- Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

A direita

- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)
- Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)
- Campanha da Mulher pela Democracia (Camde, financiada pelo Ipes)
- União Cívica Feminina (UCF, sob orientação do Ipes)
- Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (Adce, ligada ao Ipes)
- Movimento Anticomunista (MAC, formado por universitários)
- Frente da Juventude Democrática (formada por estudantes anticomunistas radicais)
- Comando de Caça aos Comunistas (o famoso CCC que era formado por estudantes anticomunistas radicais)
- Esquadrões da Morte (formados por policiais para o assassinato de opositores)

A Invasão da UNE: Em Ibiúna, São Paulo, realizou-se em 12 de outubro de 1968 o trigésimo congresso da UNE. A polícia invade a reunião e prende 1240 estudantes, muitos são feridos, alguns gravemente; quando levados para a prisão são torturados e muitas moças abusadas sexualmente pelos policiais. Aqueles que tentam protestar contra a violência são espancados e humilhados publicamente, os familiares que tentam entrar com habeas-corpus são fichados pelo SNI e ameaçados pelas forças de segurança. Alguns pais, por serem funcionários de instituições públicas, perdem seus empregos e são perseguidos pelas forças de repressão; alguns repórteres que presenciaram os espancamentos têm seus equipamentos destruídos pelos policiais, sendo dada ordem para nada ser publicado ou divulgado pelos meios de comunicação.

Criação do Conselho Superior de Censura: Em função dos acontecimentos que estão por atropelar a história, é criado no dia 22 de novembro de 1968 o Conselho Superior de Censura, cuja função é centralizar e coordenar as ações dos escritórios de censura espalhados pelo país. Começa a haver vazamentos de dados e informações para órgãos de direitos humanos internacionais, sendo portanto urgente a interrupção de toda e qualquer informação de eventos que possam ocasionar algum tipo de protesto da opinião pública internacional e o espalhamento de notícias indesejáveis em território nacional. Também são criados tribunais de censura, com a finalidade de julgar rapidamente órgãos de comunicações que porventura burlem a ordem estabelecida, com seu fechamento imediato em caso de necessidade institucional.

A estratégia política do governo Geisel: Tratava-se da já referida "abertura lenta, gradual e segura" idealizada por Golbery. Lenta e gradual, para os militares não perderem o controle do processo. Segura, para evitar que as forças políticas derrubadas em 1964 voltassem ao poder. Seria muito simplismo, entretanto, supor que a "abertura" tenha sido planejada e implementada só por essa razão. Outros motivos foram decisivos para a sua adoção. Em primeiro lugar, Geisel e seu grupo tinham perfeita consciência de que a situação do país, especialmente a econômica, tornara-se complicada. As crescentes dificuldades econômicas decorrentes do colapso do "milagre", descritas anteriormente, geravam focos de descontentamento entre setores empresariais, classes médias e operariado. O novo governo sabia que manter uma ditadura num quadro de crescimento econômico e relativa prosperidade era muito diferente de mantê-la numa situação de crise econômica. A falta de liberdade política aliada à queda nos lucros e à grave crise social era uma combinação perigosa, que poderia fazer explodir o sistema político, com consequências imprevisíveis para o interesse dominantes.

Em segundo lugar, os militares sabiam que as medidas econômicas para enfrentar a crise seriam impopulares e provocariam descontentamentos, inclusive entre poderosos grupos econômicos. Havia o temor de que o desgaste que o governo iria sofrer com essas medidas atingisse o Exército. Os fracassos do governo se confundiriam com os do Exército. Para esse grupo de militares liderados por Geisel, afastar-se, o mais rápido possível, do Executivo era uma forma de preservar a instituição e evitar a sua desmoralização e desgaste perante a nação. Isso, pensavam, seria o fim, pois para eles o Exército e o conjunto das Forças Armadas eram os principais pilares da República. Diante desses problemas havia, pelo menos, duas alternativas. Ou o governo reorientava a economia visando atenuar a crise social, melhorar os salários, diminuir a concentração de renda e recuperar o sistema público de saúde e educação, ou implementava reformas políticas que criassem canais para que o descontentamento popular pudesse se manifestar, desde que preservada a estabilidade política, ou seja, os interesses essenciais das elites econômicas e políticas. Ora, era óbvio que a elite empresarial, base de apoio do governo, não iria admitir alterações no modelo econômico. No decorrer da década de 1964 - 1974, ele fora responsável pelo espetacular enriquecimento dessa fração da sociedade brasileira. A elite econômica, a partir daquele momento, passou a lutar com unhas e dentes para preservar essa forma de produzir riqueza e miséria em larga escala: o modelo econômico brasileiro. Em resumo, a "abertura política" visava realizar mudanças graduais no sistema político para atingir dois objetivos simultâneos. Primeiro, transferir o poder aos civis que apoiaram o golpe de 1964. Segundo, manter o selvagem sistema de acumulação capitalista criado pelos militares e pelos grupos econômicos dominantes.

A Vitória da Oposição nas Eleições de 1974: O primeiro desafio que Geisel teve de enfrentar foram as eleições legislativas de novembro de 1974. Convencido de que a Arena tinha os melhores candidatos, certo de que o MDB era fraco e sem lideranças de expressão, decidiu dar os primeiros passos ruma à liberalização política. Permitiu uma relativa liberdade de expressão durante a campanha eleitoral. Os candidatos puderam ir à televisão, expor e debater suas idéias. A campanha da oposição centrou-se na denúncia da injustiça social, da falta de liberdades públicas e da excessiva abertura da economia ao capital estrangeiro. A vitória do MDB foi esmagadora: dobrou a representação na Câmara Federal, triplicou a representação no Senado e assumiu o controle das Assembleias Legislativas nos Estados mais importantes do país. O governo ficou preocupado diante do resultado das eleições. No decorrer dos anos de 1975 e 1976, nada tinha aparecido de novo na esfera política e econômica que desse a Geisel a esperança de alcançar um resultado melhor nas eleições para o governador de 1978. Muito pelo contrário. A indignação e revolta contra a situação política e econômica aumentaram ainda mais.

O Governo se prepara para as Eleições de 1978: O Pacote de Abril

No início de 1977, no dia 1º de abril, Geisel recorreu ao AI-5. Fechou o Congresso e outorgou o Pacote de Abril. Entre as principais medidas desse conjunto de decretos, estava a adoção de maioria simples para realizar reformas na Constituição (o governo não controlava mais dois terços do Congresso). Além disso, determinavam que os governadores de Estado e um terço dos senadores fossem eleitos indiretamente por um colégio eleitoral estadual, composto inclusive por vereadores. Essas medidas garantiam a vitória da Arena na eleição para governadores. Os estados do Norte e Nordeste, controlados pela Arena, teriam direito a um número maior de deputados, comparativamente aos estados do Sul e do Sudeste. Isso porque foi estabelecido um número mínimo e um número máximo de deputados federais por estado, prejudicando os estados mais populosos e importantes. Por fim, a *Lei Falcão* (nome do ministro da Justiça da época, Armando Falcão) determinava que os candidatos não poderiam se manifestar, nem no rádio nem na televisão, durante a campanha eleitoral. Em síntese, tais reformas visaram garantir a vitória da Arena nas eleições de 1978, o que acabou ocorrendo. Apesar das medidas autoritárias, o governo não tinha desistido de seu projeto de liberalização. Em outubro de 1978, no final do seu mandato, Geisel impôs ao Congresso, e a Arena aprovou, a Emenda Constitucional nº 11.

A Abertura Política Avança: O Fim do AI-5

Ela extinguiu o AI-5, principal instrumento jurídico da ditadura militar. O Executivo já não tinha poder legal de fechar o Congresso, cassar mandatos e direitos políticos. O habeas-corpus foi restaurado e a censura prévia, ao rádio e à televisão, abolida. A pena de morte e a de prisão perpétua foram extintas. Foi restaurada a independência do Judiciário. No lugar do AI-5, foram criadas as medidas de emergência, o estado de sítio e o estado de emergência, que, no conjunto, davam ao Executivo alguns poderes perdidos com a extinção do AI-5.

No final de 1978, foram revogados os decretos de banimento de mais de 120 exilados políticos. Muitos políticos de expressão, entretanto, ficaram fora dessa lista, entre eles Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, que continuavam proibidos de voltar ao país. Pode parecer paradoxal a sucessão de medidas autoritárias e liberalizantes adotadas por Geisel. Na verdade, não havia contradição alguma nessa estratégia. O presidente estava empenhado em dar andamento à abertura política. Mas ele não admitia perder o controle sobre esse processo. Daí as medidas de caráter autoritário. Elas sempre foram introduzidas para dar ao governo condições de conduzir o processo, na sequência e na velocidade que julgava apropriadas.

Os Obstáculos à Estratégia do Governo: Apesar de Geisel ter sido bem-sucedido na implementação de seu programa político, não foram poucos os obstáculos que teve de remover para atingir seus objetivos. Havia, basicamente, duas forças de oposição ao seu projeto de liberalização. A primeira, e mais poderosa, estava no interior das próprias Forças Armadas. Era a linha-dura, que comandava os organismos de repressão montados durante o governo Médici. A segunda, bem menos poderosa, era composta por algumas organizações da sociedade civil.

A Resistência Militar à Abertura Política: As primeiras dificuldades de Geisel com a linha-dura começaram a aparecer logo depois da derrota eleitoral do governo nas eleições de 1974. Para esse grupo, a derrota ocorreu por causa do PCB, que, apesar de estar na ilegalidade, desenvolvia intensa atividade política. Iniciou-se uma ampla campanha de perseguição aos comunistas. Inúmeros suspeitos de ligações com o partido foram presos e desapareceram. Até um filho de general foi preso sem que ele pudesse fazer nada a respeito. Dez líderes sindicais foram detidos e torturados no Rio de Janeiro. A Igreja e a OAB tinha entrado com um pedido de informações ao governo a respeito do paradeiro de 22 suspeitos que foram presos e haviam desaparecido. O governo, simplesmente, não sabia informar onde eles se encontravam.

A Morte de Herzog e de Manoel Fiel Filho

Em outubro de 1975, um jornalista que trabalhava na TV-Cultura de São Paulo ficou sabendo que o DOI-Codi estava a sua procura e se apresentou espontaneamente ao QG do II Exército para prestar depoimento. Foi imediatamente preso, interrogado e torturado até a morte. Na versão do comando do II Exército, o jornalista havia se suicidado na cela, enforcando-se com o próprio cinto. A repercussão foi enorme, pois acabava de ser assassinado um membro da elite cultural paulista. A Igreja, a OAB, estudantes e professores das principais universidades paulistas marcaram atos de protesto e cobraram do governo um esclarecimento para o caso. O fato era uma desmoralização para Geisel, pois contrariava a sua promessa de liberalização. Ficava evidente que o governo não tinha controle sobre seus organismos de segurança. Em janeiro, o operário metalúrgico e ativista sindical Manoel Fiel Filho, que vinha sendo torturado havia dias nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, também perdeu a vida em virtude das brutalidades que sofreu. Na versão do comando do II Exército, tratava-se de outro suicídio. Geisel, que defendera o comandante do II Exército por ocasião da morte de Herzog, sentiu-se traído, pois era evidente que aqueles cadáveres estavam sendo "colocados sobre sua mesa" com a única intenção de criar problemas para o seu projeto de abertura. Era um desafio aberto à sua autoridade. Ele tomou, então, uma atitude rápida e ousada, afastando o comandante do II Exército, Ednardo d'Ávila, sem consultar o Alto Comando das Forças Armadas, como era comum nesses casos. Depois confessou que o fez não porque Ednardo estivesse envolvido com a tortura ou mortes, mas, sim, porque ele não tinha controle sobre alguns oficiais comandados por ele. A aprovação do Alto Comando à decisão de Geisel mostrou que ele contava com um enorme apoio dentro do Exército. A partir desse momento, a linha-dura passou para a defensiva. Se o comandante do II Exército podia "cair" por desafiar a autoridade presidencial, o que poderia acontecer com oficiais de patentes inferiores?

O Renascimento do Movimento Operário e Sindical

A repressão que se seguiu ao golpe de 1964 praticamente eliminou toda uma geração de dirigentes e ativistas sindicais. Nos anos seguintes, uma nova geração de operários, sem sólidas vinculações partidárias, começou a retomar as lutas trabalhistas reorganizar os sindicatos. Esse processo ocorreu com maior rapidez no "centro nervoso" da indústria brasileira, o setor automobilístico sediado no ABCD paulista. A retomada da luta sindical ganhou grande impulso nessa região em 1977. Nesse ano, tornou-se públi-

ca e inquestionável a falsificação ocorrida no índice da inflação de 1973, quando Delfim Netto era ministro da Fazenda. Economista competente e muito hábil com os números, Delfim estabeleceu em 15% a inflação de 1973. Entretanto, os números do Banco Mundial sobre a economia brasileira não batiam com esse índice. Depois de refazer várias vezes os cálculos, os técnicos do Banco Mundial chegaram à conclusão de que a inflação de 1973 não poderia ser inferior a 22,5%. Esse índice, projetado nos anos seguintes, representava uma perda de, aproximadamente, 34% nos salários dos trabalhadores. O sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, por iniciativa de seu presidente, Luís Inácio da Silva, conhecido por "Lula", baseado nos dados do Banco Mundial, começou uma campanha exigindo a reposição daquela enorme perda salarial. O governo e os empresários reconheciam a fraude, mas não aceitavam repor a perda. Depois de sete meses de negociações, já no início da campanha salarial, em maio de 1978, as greves explodiram na indústria automobilística do ABCD paulista. Depois se propagaram por todo o país. Meio milhão de trabalhadores fizeram greve nesse ano. Em 1979 as paralizações atingiram mais de três milhões de assalariados.

A Sucessão do General Geisel

Apesar das dificuldades, Geisel continuava a conduzir com firmeza os planos para fazer o seu sucessor. Quando ele foi indicado, nem a linha-dura nem o partido de oposição, o MDB, aceitaram. A linha-dura tinha seu próprio candidato, mas Geisel se encarregou de neutralizá-lo, conseguindo transformar Figueiredo no candidato oficial do Exército. O MDB, por sua vez, não concordava com a forma pela qual o presidente era escolhido. O partido resolveu, então, lançar um candidato próprio para concorrer com Figueiredo no Colégio Eleitoral. Foi escolhido um outro general, de coloração nacionalista e defensor da redemocratização, Euler Bentes Monteiro. Como a maior parte do Colégio Eleitoral era composta pela Arena, fiel seguidora das determinações do Exército, o candidato oficial acabou vencendo, em outubro de 1978, por 355 a 266 votos.

Governo Figueiredo (Março-1979 / Março-1985)

No momento em que o movimento operário e sindical retomava as suas lutas, ocorria a sucessão do presidente Geisel. João Baptista Figueiredo era integrante do seu grupo e estava decidido a dar continuidade à estratégia da abertura política que Geisel havia iniciado.

Economia e Política Econômica: As dificuldades econômicas que o governo Figueiredo teve de enfrentar eram tremendas. Os operários já não aceitavam ser esfolados. Setores empresariais reclamavam do avanço da estatização. A dívida externa tirava a capacidade de o governo investir e sustentar o ritmo de crescimento. O preço do petróleo jogava os gastos com importações nas alturas. Para administrar essa situação, o comando da área econômica foi entregue a Mário Henrique Simonsen, nomeado ministro do Planejamento. Delfim foi trazido de volta da França e destacado para o Ministério da Agricultura. Ficou de prontidão, esperando uma falha de Simonsen.

Os planos de Simonsen e sua queda: Simonsen assumiu dizendo que o Brasil não poderia mais crescer no mesmo ritmo. Crescimento significava aumento das importações e obtenção de mais empréstimos. O país, entretanto, não tinha condições de importar mais nem contrair novos empréstimos. O Brasil tinha de se preparar para crescer menos e começar a pagar seus compromissos externos. Os grandes bancos internacionais aplaudiram o diagnóstico do ministro. Os empresários brasileiros, não. Diante da perspectiva de queda nas vendas, falta de crédito e falências, começaram a criticar o ministro e, em cinco meses, mais precisamente em agosto de 1979, ele caiu. Depois que foi afastado, Mário Henrique Simonsen arrumou um bom emprego no First National City Bank of New York, um dos maiores bancos norte-americanos e um dos principais credores do Brasil.

Delfim Netto e as Promessas de um Novo "Milagre": Delfim Netto saiu da reserva e, finalmente, foi escalado como titular, comandando o poderoso Ministério do Planejamento. Missão: reeditar o "milagre econômico". Mas a dura realidade mostrou que a sua capacidade milagrosa declinava à exata medida que escasseavam os recursos externos.

A Continuidade da Abertura Política: Apesar de permanecer o traço anti-popular das medidas econômicas, no campo político as mudanças continuavam. O projeto de abertura política dava novos passos, todos eles milimetricamente planejados e programados pelo "mago" do regime, Golbery do Couto e Silva. A estratégia do ministro tinha etapas muito bem determinadas. O plano consistia na realização, em sequência, das seguintes reformas: anistia a todos os presos e exilados políticos, reformulação partidária (fim da Arena e do MDB), restauração das eleições diretas (para governadores e depois para prefeitos das capitais), convocação de uma Constituinte, que seria o coroamento do processo de "redemocratização" do país. O sucessor de Figueiredo ainda seria escolhido indiretamente. Só ao final de seu mandato é que seriam realizadas eleições diretas para presidente. Por que essa sequência e não outra? Simplesmente porque Golbery sabia que a miséria crescente do povo e o descontentamento da classe média, em virtude da crise econômica, produziram uma gigantesca derrota eleitoral do regime nas eleições marcadas para 1982, se fosse mantido o bipartidarismo. Se a oposição permanecesse unida ao MDB, esse partido receberia os votos da massa descontente e a oposição assumiria o controle do Congresso, criando problemas para o governo na continuidade das reformas políticas. A ideia que estava por trás da anistia e da formalização partidária era simples e eficaz: *dividir a oposição e, assim, enfraquecê-la.*

Anistia: Com a anistia, retornaram ao Brasil lideranças políticas de expressão nacional, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Luís Carlos Prestes, Márcio Moreira Alves, o pivô da crise que precipitou o AI-5, e demais líderes do PCB e do PC do B (na ilegalidade)

Reformulação Partidária: O retorno desses líderes acendeu o debate político no país e contribuiu para que fosse montado um novo quadro político partidário. Em novembro de 1979, o Congresso aprovou a lei de reformulação partidária. A Arena foi extinta, e seus integrantes formariam dois partidos: o PDS (Partido Democrático Social) e o PP (Partido Popular). Esses partidos representavam o grande empresariado, os grandes proprietários de terras e os banqueiros. A maioria dos políticos do extinto MDB ficaram juntos e criaram o PMDB (Partido do Movimento Demo-

crático Brasileiro). Alguns dos seus integrantes entraram no partido que Brizola estava organizando, o PTB. A Justiça Eleitoral, por determinação de Golbery, impediu que a sigla PTB fosse entregue a Brizola. Ele, então, fundou o PDT (Partido Democrático Trabalhista). A sigla PTB foi entregue a Ivete Vargas, que organizou o partido com políticos que vieram da Arena e do MDB. O PMDB e PDT representavam o pequeno e o médio empresariado, que não foram tão favorecidos pelo "milagre econômico", setores da classe média, profissionais liberais, grupos nacionalistas. O novo PTB, por sua vez, não tinha semelhança com o antigo partido getulista. Era um partido que tendia a votar sempre com o PDS e o PP, dando assim sustentação ao regime militar e às elites que assumiram o poder em 1964. Correndo por fora desse processo, surgiu, em outubro de 1979, o PT. O PT resultou da convergência de três forças sociais que não reconheciam os políticos tradicionais como porta-vozes de seus interesses: liderança sindical, que emergiu com as greves de 1978, principalmente no ABCD; movimentos sociais, como as sociedades amigos de bairro, as comunidades eclesiais de base, movimento dos sem-terra; ex-militantes de grupos da esquerda clandestina, setores da classe média empobrecida, profissionais liberais e trabalhadores do setor de serviços. A ideia da criação do PT surgiu no ABCD, e desde o início Lula tornou-se um dos seus principais líderes.

Eleições Diretas

Em novembro de 1980, foram restauradas as eleições diretas para governador. Realizadas as eleições, as previsões do estrategista do regime se confirmaram. Apesar de a oposição (PMDB, PDT e PT) ter recebido a maioria dos votos e eleito governadores de estados importantes (Montoro, em São Paulo; Brizola, no Rio de Janeiro; Tancredo Neves, em Minas Gerais), o PDS conseguiu obter maioria no Congresso (Câmara e Senado) e no Colégio Eleitoral, que deveria eleger o sucessor de Figueiredo em 1984. Os militares conseguiam assim criar as condições que garantiam a continuidade da abertura nas sequências e no ritmo que desejavam, bem como a transferência do poder aos civis de sua confiança.

A Resistência às Reformas Políticas de Figueiredo

Assim como Geisel, o general Figueiredo teve de enfrentar resistência da linha-dura às reformas políticas que estavam em andamento. As primeiras manifestações dos grupos que estavam descontentes com a abertura vieram em 1980. No final desse ano e no início de 1981, bombas começaram a explodir em bancas de jornal que vendiam periódicos considerados de esquerda (Jornal Movimento, Pasquim, Opinião etc.). Uma carta-bomba foi enviada à OAB e explodiu nas mãos de uma secretária, matando-a. Havia desconfianças de que fora uma ação do DOI-Codi, mas nunca se conseguiu provar nada.

O Caso Riocentro

Em abril de 1981, ocorreu uma explosão no Riocentro durante a realização de um show de música popular. Dele participavam inúmeros artistas considerados de esquerda pelo Regime. Quando as primeiras pessoas, inclusive fotógrafos, se aproximaram do local da explosão, depararam com uma cena dramática e constrangedora. Um carro esporte (Puma) estava com os vidros, o teto e as portas destroçados. Havia dois homens no seu interior, reconhecidos posteriormente como oficiais do Exército ligados ao DOI-Codi. O sargento, sentado no banco do passageiro, estava morto, praticamente partido ao meio. A bomba explodira na altura de sua cintura. O motorista, um capitão, estava vivo, mas gravemente ferido e inconsciente. O Exército abriu um Inquérito Policial-Militar para apurar o caso e, depois de muitas averiguações, pesquisas, tomadas de depoimentos, concluiu que a bomba havia sido colocada ali, dentro do carro e sobre as pernas do sargento do Exército, por grupos terroristas. Essa foi a conclusão da Justiça Militar, e o caso foi encerrado.

A campanha das Diretas-já

As eleições de 1982, como dissemos, provocaram um clima de euforia na oposição, pois ela fora muito bem votada, em especial o PMDB. Esse fortalecimento da oposição acabou motivando o deputado Dante de Oliveira, do PMDB, a propor, em janeiro de 1983, uma emenda constitucional restaurando as eleições para presidente da República em 1984. A iniciativa do deputado passou, a princípio, despercebida. Entretanto, progressivamente, sua proposta foi ganhando adesões importantes. Em março, o jornal Folha de S. Paulo resolveu, em editorial, apoiar a emenda para as diretas. Em junho, reuniram-se no Rio de Janeiro os governadores Franco Montoro e Leonel Brizola, mais o líder do PT, Luís Inácio da Silva, para discutir como os partidos políticos de oposição poderiam agir para aprovar a emenda das diretas. Vários governadores do PMDB assinaram um manifesto de apoio. O PT e entidades da sociedade civil de São Paulo convocaram uma manifestação de apoio à eleição direta. Ela reuniu cerca de 10.000 pessoas. A campanha começava a ganhar as ruas. A seguir, ocorreram manifestações em Curitiba (40.000 pessoas), Salvador (15.000 pessoas), Vitória (10.000 pessoas), novamente em São Paulo (200.000 a 300.000 pessoas). Em fevereiro de 1984, Ulisses Guimarães (PMDB), Lula (PT) e Doutel de Andrade (PDT) saíram em caravana pelo Brasil, fazendo comícios nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Lula começava a se firmar como liderança nacional. A campanha ganhava força. Novas manifestações ocorreram no Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte (250.000 pessoas). No dia 10 de abril de 1984, foi convocada uma manifestação no Rio de Janeiro, com o apoio de Brizola, que reuniu na praça da Candelária cerca de 1 milhão de pessoas. Era a maior manifestação pública realizada em toda a história do país até aquela data. No dia 16 realizada no Anhangabaú, em São Paulo, uma manifestação que quebrou o recorde do Rio. Reuniu mais de 1,7 milhão de pessoas. Não havia dúvida. O povo brasileiro queria votar para presidente. O governo era contra. Figueiredo aparecia na televisão dizendo que a eleição seria indireta. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, Mário Andreazza (ministro dos Transportes de Figueiredo), Paulo Maluf, José Sarney, todos do partido do governo, o PDS, faziam de tudo para evitar que a campanha produzisse efeito no Congresso. Mário Andreazza, Paulo Maluf e Sarney disputavam a indicação pelo PDS como candidatos a presidente no Colégio Eleitoral. As emissoras de televisão, principalmente a Rede Globo, tentaram ignorar as manifestações públicas. Quem só se informava pelo Jornal Nacional teve a impressão de que a campanha das diretas surgiu do nada. Quando as manifestações de rua superaram 1 milhão de pessoas, até a Globo teve de dar a notícia.

Finalmente, no dia 25 de abril de 1984, ocorreu a votação da emenda Dante de Oliveira. Foi derrotada. Faltaram 22 votos para atingir os dois terços necessários. Da bancada do PDS, 112 deputados não compareceram ao Congresso, contrariando a vontade

popular, que se manifestara de forma cristalina nas ruas. Um profundo sentimento de frustração e impotência tomou conta do país. O Congresso Nacional, que deveria expressar a vontade da nação, na verdade, agia de acordo com a vontade e as conveniências políticas de uma elite minoritária, mas que dominava o país. O poder dessa elite advinha da força econômica, do controle que mantinha sobre o PDS, sobre vários políticos oportunistas e do comando que detinha dos meios de comunicação, especialmente das emissoras de televisão.

As Articulações Políticas que Antecederam a Eleição Indireta de Janeiro de 1985

Derrotada a emenda das diretas, estava nas mãos do Colégio Eleitoral a escolha do novo presidente. Ele era composto por senadores, deputados federais e delegados de cada estado. O PMDB iria lançar um candidato. Desde meados de 1984, o nome estava praticamente escolhido. Era o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Político moderado, ligado aos banqueiros, era um homem de confiança dos grupos conservadores, mas, ao mesmo tempo, respeitado pela oposição. Faltava, entretanto, definir quem seria o vice-presidente na chapa de Tancredo. Do lado do PDS as coisas estavam cada vez mais complicadas. Três grupos políticos debatiam-se para conseguir a indicação do partido. O primeiro era liderado por Paulo Maluf; o segundo, por Mário Andreazza; e o terceiro, por um grupo de políticos do Nordeste liderado por José Sarney e Marco Maciel. Com a aproximação da convenção do PDS, Paulo Maluf, com seu estilo autoritário, arrivista e arrogante, tinha grandes chances de conseguir a indicação.

O Surgimento da Frente Liberal: José Sarney, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e aliados já se sentiam derrotados do PDS. Estavam também convencidos de que teriam pouca influência em um possível governo malufista. Criaram, então, a Frente Liberal, embrião do futuro PFL (Partido da Frente Liberal).

O Surgimento da Aliança Democrática

A Frente Liberal aliou-se ao PMDB, compondo uma frente política para derrotar Maluf no Colégio Eleitoral. Surgiu a *Aliança Democrática*, que apoiou a chapa Tancredo Neves (presidente), pelo PMDB, e José Sarney (vice-presidente), pela Frente Liberal. Enquanto Maluf representava uma fração de elite econômica paulista, o leque de forças políticas que sustentavam a Aliança Democrática era muito maior. Ela juntava o maior partido de oposição, o PMDB, lideranças de Minas Gerais e as principais expressões políticas conservadoras dos estados nordestinos. Além disso, tais lideranças, como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, eram políticos da confiança de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo de Televisão. Ou seja, o apoio desses políticos à candidatura Tancredo trouxe junto o apoio da Rede Globo. Maluf estava derrotado. Alguns militares acusaram os dissidentes do PDS, que formaram a Frente Liberal, de traidores. Tiveram como resposta que traição era apoiar um corrupto como Maluf. Entre xingamentos e agressões verbais, os meses finais de 1984 expiraram.

4. A ABERTURA POLÍTICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Pós Regime Militar

A Vitória da Aliança Democrática e a posse de Sarney

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves, primeiro presidente civil em 20 anos. Ele obteve 275 votos do PMDB (em 280 possíveis), 166 do PDS (em 340 possíveis), que correspondiam à dissidência da Frente Liberal, e mais 39 votos espalhados entre os outros partidos. No total foram 480 contra 180 do candidato derrotado. O PT, por não concordar com as eleições indiretas, não participou da votação. A posse do novo presidente estava marcada para 15 de março. Um dia antes, entretanto, Tancredo Neves foi internado com diverticulite. Depois de várias operações, seu estado de saúde se agravou, falecendo no dia 21 de abril de 1985. Com a morte do presidente eleito, assumiu o vice, José Sarney. Figueiredo se negou a lhe entregar a faixa presidencial, dando-a a Ulisses Guimarães, presidente da Câmara, e este empossou Sarney. Por caminhos tortuosos, o presidente acabou saindo mesmo do PDS. Por uma dessas ironias da história, os militares tiveram de entregar o poder ao homem que, dias antes, acusou de traidor. Hostilidades pessoais à parte, a transição completou-se e, apesar das dificuldades, foi coroada de sucesso, pois o poder voltou às mãos dos civis, mas dos civis confiáveis, daqueles que não representavam ameaça aos interesses enraizados no decorrer de 20 anos de regime militar.

Collor

Primeiro governo civil brasileiro, eleito por voto direto desde 1960. Foi também o primeiro escolhido dentro das regras da Constituição de 1988, com plena liberdade partidária e eleição em dois turnos. Collor, ex-governador de Alagoas, político jovem e com amplo apoio das forças conservadoras, derrotou no segundo turno da eleição, Luiz Inácio "Lula" da Silva, migrante nordestino, ex-metalúrgico e destacado líder da esquerda. Entre suas promessas da campanha estão a moralização da política e o fim da inflação. Para as elites, ofereceu a modernização econômica do país consoante a receita do neoliberalismo. Prometeu a redução do papel do Estado, a eliminação dos controles burocráticos da política econômica, a abertura da economia e o apoio às empresas brasileiras para se tornarem mais eficientes e competitivas perante a concorrência externa. Plano Collor - No dia seguinte ao da posse, ocorrida em 15 de março de 1990, o Presidente lançou seu programa de estabilização, o plano Collor, baseado em um gigantesco e inédito confisco monetário, congelamento temporário de preços e salários e reformulação dos índices de correção monetária. Em seguida, tomou medidas duras de enxugamento da máquina estatal, como a demissão em massa de funcionários públicos e a extinção de autarquias, fundações e empresas públicas. Ao mesmo tempo, anunciou providências para abrir a economia nacional à competição externa, facilitando a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no país. Os planos de modernização econômica e de

reforma administrativa são bem recebidos, em geral. As elites políticas e empresariais apoiaram a desregulamentação da economia e a redução da intervenção estatal no setor.

Mas já em 1991 as dificuldades encontradas pelo plano de estabilização, que não acabou com a inflação e aumentou a recessão, começaram a minar o governo. Circulam suspeitas de envolvimento de ministros e altos funcionários em uma grande rede de corrupção. Até a primeira-dama, Rosane Collor, dirigente da LBA, foi acusada de mal uso do dinheiro público e de favorecimento ilícito a seus familiares. As suspeitas transformaram-se em denúncias graças a uma intensa campanha da imprensa. Em 25 de abril de 1992, Pedro Collor, irmão do Presidente, deu uma explosiva entrevista à revista "Veja". Nela, falou sobre o "esquema PC" de tráfico de influência e de irregularidades financeiras organizadas pelo empresário Paulo César Farias, amigo de Collor e caixa de sua campanha eleitoral. A reportagem teve enorme repercussão e a partir daí surgiram novas revelações sobre irregularidades no governo. Em 26 de maio, o Congresso nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de irregularidades. Logo depois, a revista "ISTOÉ" publicou uma entrevista de Eriberto França, motorista da secretária de Collor, Ana Acioli. Ele confirmou que as empresas de PC faziam depósitos com regularidade nas contas fantasmas movimentadas pela secretária. Essas informações atingiram diretamente o Presidente.

- Impeachment - Surgiram manifestações populares em todo o país. Os estudantes organizaram diversas passeatas pedindo o Impeachment do Presidente. Depois de um penoso processo de apuração e confirmação das acusações e da mobilização de amplos setores da sociedade por todo o país, o Congresso Nacional, pressionado pela população, votou o impeachment (impedimento) presidencial. Primeiramente, o processo foi apreciado na Câmara dos deputados, em 29 de setembro de 1992, e, depois, no Senado Federal, em 29 de dezembro de 1992. O Parlamento decidiu afastar Collor do cargo de Presidente da República e seus direitos políticos são cassados por oito anos. Foi também denunciado pela Procuradoria-Geral da República pelos crimes de formação de quadrilha e de corrupção. Itamar Franco assumiu a presidência após o Impeachment de Fernando Collor de Mello de forma interina entre outubro e dezembro de 92, e em caráter definitivo em 29 de dezembro de 1992. O Brasil vivia um dos momentos mais difíceis de sua história: recessão prolongada, inflação aguda e crônica, desemprego, etc. Em meio a todos esses problemas e o recém Impeachment de Fernando Collor de Mello, os brasileiros se encontravam em uma situação de descrença geral nas instituições e de baixa autoestima. O novo presidente se concentrou em arrumar o cenário que encontrara. Itamar procurou realizar uma gestão transparente, algo profundamente almejado pela sociedade brasileira. Para fazer uma gestão tranquila, sem turbulências, procurou o apoio de partidos mais à esquerda. Em Abril de 1993, cumprindo com o previsto na Constituição, o governo fez um plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. O povo decidiu manter tudo como estava: escolheu a República (66% contra 10% da Monarquia) e o Presidencialismo (55% contra 25% do Parlamentarismo). No governo de Itamar Franco foi elaborado o mais bem-sucedido plano de controle inflacionário da Nova República: o Plano Real. Montado pelo seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano visava criar uma unidade real de valor (URV) para todos os produtos, desvinculada da moeda vigente, o Cruzeiro Real. Desta forma, cada URV correspondia a US$ 1. Posteriormente a URV veio a ser denominada "Real", a nova moeda brasileira. O Plano Real foi eficiente, já que proporcionou o aumento do poder de compra dos brasileiros e o controle da inflação. Mesmo tendo sofrido as consequências das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, entre 1993 e 1994, em virtude de denúncias de irregularidades no desenvolvimento do Orçamento da União, Itamar Franco terminou seu mandato com um grande índice de popularidade. Uma prova disso foi o seu bem-sucedido apoio a Fernando Henrique Cardoso na sucessão presidencial.

Fernando Henrique

Fernando Henrique Cardoso ocupou o cargo de ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. A estabilidade econômica e o controle da inflação alcançadas por meio do Plano Real abriram caminho para sua candidatura à Presidência da República, efetivada pela aliança partidária formada, majoritariamente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL, depois transformado em Partido Democrata). Fernando Henrique, sociólogo e respeitado intelectual, elegeu-se presidente no primeiro turno com 55 % dos votos válidos. Popularmente chamado de FHC, assumiu a presidência em 1º de janeiro de 1995. A ampla aliança partidária que sustentou a candidatura e o governo possibilitou ao novo presidente contar com uma sólida base de apoio parlamentar. Isso permitiu a continuidade da política econômica e a aprovação de inúmeras reformas constitucionais.

Continuidade do Plano Real e Reforma do Estado

No que se refere às reformas, o governo conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a quebra dos monopólios estatais nas áreas de comunicação e petróleo, bem como a eliminação de restrições ao capital estrangeiro. A ampla política de privatização de empresas estatais renovou o país, por exemplo, nas áreas de telefonia e de extração e comercialização de minérios. O governo também cuidou que projetos de mudanças mais consistentes na estrutura e no funcionamento do Estado brasileiro fossem encaminhados a partir da discussão das reformas tributária e fiscal, da previdência social e dos direitos trabalhistas. O argumento era de que essas reformas e mudanças administrativas tinham por objetivo fomentar a modernização das estruturas estatais, a fim de sustentar o desenvolvimento econômico e a integração do país no mercado mundial. Apesar das várias crises externas que impactaram a economia brasileira durante o período, graças à continuidade do Plano Real a inflação se manteve baixa, na casa de um dígito percentual anual, e assim continuou pelos anos seguintes.

Oposição versus Governo

No Congresso Nacional, as oposições, que taxavam as políticas governamentais de "neoliberais", não tiveram forças para se opor, mas seguiram acusando o governo de defender os interesses do capital estrangeiro, de transferir para a iniciativa privada o patrimônio público, de eliminar direitos trabalhistas e de prosseguir com uma política econômica que prejudicava as camadas mais pobres. O governo Fernando Henrique Cardoso rebateu as críticas, demonstrando que foram implementadas uma série de políticas sociais de transferência de renda para as populações mais pobres,

através de programas como o bolsa-escola, o vale-gás e o bolsa-alimentação. Avanços significativos foram alcançados nas áreas da educação, saúde (com a distribuição gratuita de medicamentos contra a AIDS e a criação dos remédios genéricos, vendidos a preços baixíssimos) e principalmente na questão agrária (com a implementação de um sólido programa de reforma agrária). Apesar disso, durante toda a gestão Fernando Henrique Cardoso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu por todo o país numerosas manifestações e invasões de propriedades agrárias, produtivas e improdutivas.

Estabilidade Política e Governabilidade

Apesar das críticas dos partidos de oposição às alianças políticas do governo, foi a forte base parlamentar de apoio a Fernando Henrique Cardoso que contribuiu decisivamente para a estabilidade política, um dos traços importantes da gestão FHC, pois, além de assegurar a governabilidade, consolidou a jovem e frágil democracia brasileira.

Reeleição

Contando com maioria parlamentar, o governo conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse uma Emenda constitucional permitindo a reeleição do presidente da República. Desse modo, FHC disputou o pleito de 1998. A aprovação da emenda da reeleição sofreu severas críticas da oposição, que acusou o governo de FHC de compra de votos de membros do Legislativo federal, o que jamais foi provado. Houve tentativas, por parte dos partidos oposicionistas, de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. Não obstante, os governistas conseguiram barrar a abertura da chamada "CPI da compra de votos". FHC conseguiu se reeleger novamente em primeiro turno, contando com o apoio das mesmas forças políticas que sustentaram seu primeiro mandato. A aliança política congregava o PSDB, o PFL e parte do PMDB. Um dos trunfos da propaganda eleitoral do governo para reeleger FHC foi a defesa da manutenção da política econômica. E, de fato, o governo prosseguiu com o programa de privatizações das empresas estatais e com o Plano Real. Um dos pontos centrais para a manutenção da estabilidade econômica duradoura foi o controle dos gastos públicos. Foi visando a esse objetivo que o governo FHC aprovou, em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal Lei impede que prefeitos e governadores, e também o governo federal, gastem mais do que a capacidade de arrecadação prevista no orçamento dos municípios, dos Estados e da União. A manutenção do Plano Real e das elevadas taxas de juros, as metas de ajustes fiscais e o controle dos gastos governamentais, contudo, não conseguiram dar conta de suprir lacunas deixadas pelas administrações anteriores. No setor elétrico, por exemplo, os baixos investimentos e a ocorrência de longa estiagem levaram ao colapso das centrais hidrelétricas, ameaçando o país com o chamado "apagão". O racionamento de energia elétrica foi imposto e a economia brasileira sofreu um período de leve estagnação.

Reorganização das Oposições

No primeiro mandato governamental, Fernando Henrique Cardoso conseguiu conter a oposição e aprovar com facilidade projetos políticos e reformas constitucionais. Porém, no segundo mandato, o presidente teve maior dificuldade de governar devido à reorganização das oposições. No Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT) liderava a oposição. O PT articulou os movimentos sociais e sindicais e as esquerdas de modo geral, formando uma ampla frente de oposição parlamentar. O MST continuou a pressionar o governo, invadindo propriedades agrárias e ocupando sedes de órgãos governamentais. Em muitas ocasiões, as invasões desencadearam conflitos armados no campo. As centrais sindicais, também influenciadas pelo PT, promoveram diversas marchas e manifestações em defesa de reajustes e aumentos salariais.

Vitória da Oposição

Ao se aproximar o pleito que escolheria o sucessor de Fernando Henrique Cardoso, o governo apoiou a candidatura do ministro da saúde, José Serra, do PSDB, em aliança com o PMDB. Os outros candidatos que disputaram o pleito foram: Luiz Inácio Lula da Silva (PT / Pc do B / PL / PMN / PCB), Anthony Garotinho (PSB / PGT / PTC), Ciro Gomes (PPS / PDT / PTB), José Maria de Almeida (PSTU) e Rui Costa (PCO). Nenhum obteve índice de votação suficiente para se eleger no primeiro turno. Os dois candidatos mais votados foram Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra. No segundo turno das eleições, Lula obteve 61,3 % dos votos; e José Serra, 38,7 %. Eleito o novo presidente, Fernando Henrique Cardoso organizou a transição de modo a facilitar o acesso antecipado da nova administração às informações relevantes ao exercício do governo, fato até então inédito na história do país.

Luís Inácio Lula da Silva

No ano de 2002, as eleições presidenciais agitaram o contexto político nacional. Os primeiros problemas que cercavam o governo FHC abriram brechas para que Lula chegasse ao poder com a promessa de dar um outro rumo à política brasileira. O desenvolvimento econômico trazido pelo Plano Real tinha trazido grandes vantagens à população, entretanto, alguns problemas com o aumento do desemprego, o endividamento dos Estados e a distribuição de renda manchavam o bloco governista. Foi nesse contexto que Lula buscou o apoio de diversos setores políticos para empreender uma chapa eleitoral capaz de agradar diferentes setores da sociedade brasileira. No primeiro turno, a vitória de Lula sobre os demais candidatos não foi suficiente para lhe dar o cargo. Na segunda rodada da disputa, o ex-operário e retirante nordestino conseguiu realizar um feito histórico na trajetória política do país.

Lula se tornou presidente do Brasil e sua trajetória de vida fazia com que diversas expectativas cercassem o seu governo. Seria a primeira vez que as esquerdas tomariam controle da nação. No entanto, seu governo não se resume a essa simples mudança. Entre as primeiras medidas tomadas, o Governo Lula anunciou um projeto social destinado à melhoria da alimentação das populações menos favorecidas. Estava lançada a campanha "Fome Zero". Essa seria um dos diversos programas sociais que marcaram o seu governo. A ação assistencialista do governo se justificava pela necessidade em sanar o problema da concentração de renda que assolava o país. Tal medida inovadora foi possível graças à continuidade dada às políticas econômicas traçadas durante a Era FHC. O combate à inflação, a ampliação das exportações e a contenção de despesas foram algumas das metas buscadas pelo governo. A ação política de Lula conseguiu empreender um desenvolvimento historicamente reclamado por diversos setores sociais. No entanto, o crescimento

econômico do Brasil não conseguiu se desvencilhar de práticas econômicas semelhantes às dos governos anteriores. A manutenção de determinadas ações políticas foram alvo de duras críticas. No ano de 2005, o governo foi denunciado por realizar a venda de propinas para conseguir a aprovação de determinadas medidas. O esquema, que ficou conhecido como "Mensalão", instaurou um acalorado debate político que questionava se existia algum tipo de oposição política no país. Em meio a esse clima de indefinição das posições políticas, o governo Lula conseguiu vencer uma segunda disputa eleitoral. O novo mandato de Lula é visto hoje mais como uma tendência continuísta a um quadro político estável, do que uma vitória dos setores de esquerda do Brasil. Independente de ser um governo vitorioso ou fracassado, o Governo Lula foi uma importante etapa para a experiência democrática no país. De certa forma, o fato de um partido formalmente considerado de esquerda ascender ao poder nos insere em uma nova etapa do jogo democrático nacional. Mesmo ainda sofrendo com o problema da corrupção, a chegada de Lula pode dar fim a um pensamento político que excluía a chegada de novos grupos ao poder.

Dilma Vana Rousseff – Presidenta do Brasil

Dilma tomou posse em 1 de janeiro de 2011, no plenário do Congresso Nacional, em Brasília. Ela foi empossada juntamente com o vice-presidente, Michel Temer. A cerimônia foi conduzida pelo então presidente do Senado Federal, José Sarney. Ela leu o compromisso oficial de "manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". O vice-presidente, Michel Temer, leu o mesmo termo de posse. No seu discurso de posse, Dilma declarou seu compromisso de erradicar a miséria no Brasil e de criar oportunidades para todos. Ela também enfatizou a importância da eleição de uma mulher para o cargo e desejou que esse fato abrisse as portas para outras mulheres no futuro. Prosseguiu agradecendo ao ex-presidente Lula e fez menção especial a José Alencar, que não pôde comparecer à posse devido à internação hospitalar. Completou seu pronunciamento lembrando que ainda era preciso uma longa evolução do país nos aspectos político e econômico, ressaltando também a relevância do Brasil no cenário internacional. Em abril de 2007, Dilma já era apontada como possível candidata à presidência da República. No mês seguinte, Dilma afirmou que era simpática à ideia. Em outubro do mesmo ano, jornais estrangeiros, como o argentino La Nación e o espanhol El País, já indicavam que ela era um nome forte à sucessão de Lula, que passou a fazer uma superexposição de Dilma para testar seu potencial como candidata. Em abril de 2008, a The Economist indicava que sua candidatura não parecia ainda viável, pois era pouco conhecida, ainda que fosse a ministra mais poderosa de Lula. Em dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que jamais conversara com Dilma Rousseff sobre sua possível candidatura para as eleições presidenciais de 2010, dizendo ter apenas insinuado. Para Lula, Dilma é a "pessoa mais gabaritada" para sucedê-lo. Em outubro de 2009, Dilma e Lula foram acusados pela oposição de estarem fazendo propaganda eleitoral antes do prazo durante visitas feitas pelo Presidente às obras de Transposição do Rio São Francisco. O episódio ganhou mais notoriedade quando o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, comentou o caso. Sua candidatura foi oficializada em 13 de junho de 2010, em convenção nacional do Partido dos Trabalhadores realizada em Brasília-DF. Foi também referendado o nome do atual presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP) como seu vice. Sua candidatura foi apoiada por figuras famosas como Chico Buarque, Beth Carvalho, Alceu Valença, Elba Ramalho, Emir Sader, Oscar Niemeyer, Leonardo Boff, e Marilena Chauí.

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, 14 de dezembro de 1947. É uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia, e posteriormente, da Casa Civil. Em 2010, o resultado de segundo turno, em 31 de outubro, fez com que Dilma se tornasse a primeira mulher a ser eleita para o posto de chefe de Estado, e também de governo, em toda a história do Brasil. Nascida em família de classe média alta, interessou-se pelos ideais socialistas durante a juventude, logo após o Golpe Militar de 1964. Iniciando na militância, integrou organizações que defendiam a luta armada contra o regime militar, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Passou quase três anos presa entre 1970 e 1972, primeiramente na Operação Bandeirante (Oban), onde teria passado por sessões de tortura, e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Reconstruiu sua vida no Rio Grande do Sul, onde, junto a Carlos Araújo, seu companheiro por mais de trinta anos, ajudou na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e participou ativamente de diversas campanhas eleitorais. Exerceu o cargo de secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre de 1985 a 1988, no governo Alceu Collares. De 1991 a 1993 foi presidente da Fundação de Economia e Estatística e, mais tarde, foi secretária estadual de Minas e Energia, de 1999 a 2002, tanto no governo de Alceu Collares como no de Olívio Dutra, no meio do qual se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001. Em 2002, participou da equipe que formulou o plano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva para a área energética. Posteriormente, nesse mesmo ano, foi escolhida para ocupar o Ministério de Minas e Energia, onde permaneceu até 2005, quando foi nomeada ministra-chefe da Casa Civil, em substituição a José Dirceu, que renunciara ao cargo após o chamado escândalo do mensalão. Em 2009, foi incluída entre os 100 brasileiros mais influentes do ano, pela Revista Época e, em novembro do ano seguinte, a Revista Forbes classificou-a como a 16ª pessoa mais poderosa do mundo.

Repercussão Internacional

Durante sua campanha eleitoral, a possibilidade de eleição de Dilma Rousseff recebeu destaque em vários periódicos internacionais. Para o britânico The Independent, em matéria publicada sobre a candidata, a sua eleição "marca o desmantelamento final do 'Estado de segurança nacional', um arranjo que os governos conservadores nos Estados Unidos e na Europa já viram como seu melhor artifício para manter um status quo podre, que manteve uma vasta maioria na América Latina na pobreza, enquanto favorecia seus amigos ricos", sendo ela uma candidata que "não se constrange com o passado de guerrilha urbana, que incluiu o combate a generais e a temporada na prisão como prisioneira política". Disse também que, caso eleita, tornar-se-á "a mulher mais poderosa do mundo". O jornal espanhol El País caracterizou Dilma como "uma grande gestora, mulher mais de ação do que de pensamento" e posteriormente, ao estimar que o candidato do PSDB José Serra

pudesse sofrer uma "derrota humilhante" nas urnas, pôs em questão o aparecimento de escândalos levantados por outros candidatos às vésperas das eleições: "milhares de brasileiros sonhavam com uma campanha eleitoral sem sobressaltos e centrada nas propostas dos candidatos, mas mais uma vez o jogo sujo está eclipsando o debate político". A candidata, que é descendente de búlgaros, recebeu uma reportagem de duas páginas do mais importante periódico da Bulgária, o Trud, e vários jornalistas de meios de comunicação do país comentam com empolgação a possibilidade uma filha de búlgaro ser eleita presidente do Brasil. Durante sua campanha o país experimentou uma espécie de "febre" e interesse por Dilma.

QUESTÕES

1. (Fac. Med. Marília-SP). De profundos reflexos no desenvolvimento da história política do Brasil, existe um episódio conhecido pelo nome de Plano Cohen que consiste:

A) na coligação de forças imperialistas que visavam impedir a proclamação da República, nos fins do século XIX;

B) num documento forjado, denunciando uma fantasiosa implantação do comunismo no Brasil, a fim de justificar um golpe de Estado para o continuísmo de Getúlio Vargas no poder;

C) no conjunto de propostas feitas pelo generais recém-chegados da Europa, ao fim da Segunda Guerra Mundial, para a volta do Estado democrático no Brasil, dominado pela ditadura de Vargas;

D) nas transformações administrativas necessárias à interiorização da capital federal para Brasília;

E) em algo totalmente diferente do que foi escrito anteriormente.

2. (Cesgranrio). O regime político conhecido como Estado Novo implantado por golpe do próprio presidente Getúlio Vargas, em 1937, pode ser associado à (ao);

A) radicalização política do período representada pela Aliança Nacional Libertadora, de orientação comunista, e pela Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista;

B) modernização econômica do país e seu conflito com as principais potências capitalistas do mundo, que tentavam lhe barrar o desenvolvimento;

C) ascensão dos militares à direção dos principais órgãos públicos, porque já se delineava o quadro da Segunda Guerra Mundial;

D) democratização da sociedade brasileira em decorrência da ascensão de novos grupos sociais como os operários;

E) retorno das oligarquias agrárias ao poder, restaurando-se a Federação nos mesmos moldes da República Velha.

3. (FUVEST – SP). A política cultural do Estado Novo em relação aos intelectuais caracterizou-se:

A) pela repressão indiscriminada, por serem os intelectuais considerados adversários de regimes ditatoriais;

B) por um clima de ampla liberdade, pois o governo cortejava os intelectuais para obter apoio ao seu projeto nacional;

C) pelas indiferença, pois os intelectuais não tinham expressão e o governo se baseava nas forças militares;

D) pelo desinteresse com relação aos intelectuais, pois o governo se apoiava nos trabalhadores sindicalizados;

E) por uma política seletiva através da qual só os adversários frontais do regime foram reprimidos.

4. (UFMS). O queremismo, movimento surgido no final do Estado Novo (1945), tinha como uma de suas finalidades:

A) obter o fim da ditadura, afastando Getúlio Vargas do poder;

B) formar um governo forte, em substituição ao de Getúlio Vargas;

C) introduzir o parlamentarismo para controlar Getúlio Vargas;

D) manter Getúlio Vargas no governo, sob um novo regime constitucional;

E) instalar uma Assembleia Constituinte liderada pela União Democrática Nacional.

5. (Fuvest – SP). O governo de Vargas, no período de 1937 a 1945, pode ser considerado:

A) presidencialismo autocrático

B) parlamentarismo populista

C) presidencialismo democrático

D) parlamentarismo oligárquico

E) ditadura socialista

6. (Vunesp). A revolução constitucionalista de 1032 foi impulsionada pela:

A) Ação Integralista Brasileira, que procurou mobilizar a sociedade contra o fascismo europeu;

B) União dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro;

C) Tentativa de reação da velha oligarquia paulista, apoiada, a princípio, pela oligarquia de Minas Gerais, contra o governo de Vargas;

D) Reação de base popular, buscando a reconstitucionalização imediata do país;

E) Contestação do Rio Grande do Sul, pelo regime dos interventores estaduais, adotado por Getúlio Vargas.

07. "Façamos a revolução antes que o povo a faça." A frase, atribuída ao governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, deixa entrever a ideologia política da Revolução de 1930, promovida pelos interesses,

A) da burguesia cafeicultora de São Paulo, com vistas à valorização do café.

B) do operariado, com o objetivo de aprofundar a industrialização.

C) dos partidos de direita fascistas, no intuito de estabelecer um Estado forte.

D) das oligarquias dissidentes, aliadas ao tenentismo pela reforma do Estado.

E) da burguesia industrial, na busca de uma política de livre iniciativa.

08. Em março de 1931, o Decreto nº 19.770 criava, no Brasil, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Considerando-se o contexto histórico, pode-se afirmar que esse ato do Poder Executivo tinha como um dos seus objetivos:

A) promover a expansão do setor primário.

B) desregulamentar o sistema de contratação e de impostos.

C) concentrar a renda nacional nas camadas médias urbanas.

D) acabar com a organização autônoma do movimento operário.

E) intervir nas relações de trabalho no campo.

09. (PUC-SP). Segundo alguns autores, o tenentismo representou uma tentativa de ruptura da organização política vigente na República brasileira por que:

A) os tenentes se identificaram com um programa radical de transformações sociais.

B) a aliança partidária entre os militares e as camadas médias urbanas propunha a reforma da Constituição.

C) o movimento visava à derrubada do governo e ao estabelecimento da austeridade político-administrativa.

D) os tenentes propunham o estabelecimento do regime parlamentarista dirigido pelos elementos mais esclarecidos da nação.

E) os militares eram portadores de uma ideologia industrializante claramente definida em seu programa de governo.

10. (FGV **– SP)**. "Aliança (...) engloba parte de um eleitorado urbano – que representa porcentagem pequena no cômputo geral –, pequenas oposições estaduais e o situacionismo dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba: estas forças restritas participam das eleições de 1º de março de 1930 com margem mínima de vitória. Por sua vez, Washington Luís aglutina o apoio de todos os Estados – exceção aos da Aliança.".

O texto acima se refere à união das oligarquias dissidentes cujos interesses não estavam vinculados ao café. A tal união deu-se o nome de:

A) Aliança Republicana.

B) Aliança Integracionista.

C) Aliança Renovadora Nacional.

D) Aliança Liberal.

E) Aliança Nacional Libertadora.

11. (Unificado – RS). "A escolha dos candidatos à sucessão presidencial funcionará como um estopim para a mais importante revolução da história republicana. (...) Os entendimentos políticos evoluíram no sentido de agruparem-se em torno de Getúlio Vargas as forças da oposição (...). Realizaram-se, contudo, as eleições e o resultado foi favorável a Júlio Prestes. Entretanto, vinte e dois dias antes de terminar o mandato de Washington Luís, a revolução estava nas ruas.".

A que revolução o texto faz referência e quem assumiu a Presidência da República sucedendo a Washington Luís?

A) Revolução de 1930; Júlio Prestes.

B) Revolução de 1930; Getúlio Vargas.

C) Revolução de 1930; João Pessoa.

D) Revolução Constitucionalista de 1932; Júlio Prestes.

E) Revolução Constitucionalista de 1932; Getúlio Vargas.

12. O estudo comparativo das Constituições Brasileiras de 1824 (Carta Outorgada, Imperial) e de 1891 (Carta promulgada, Republicana) NÃO permite afirmar:

A) A Carta Imperial criou 4 (quatro) poderes, mas o documento republicano estabeleceu somente 3 (três).

B) Enquanto o estatuto Imperial recebeu uma emenda, o Ato Adicional, um progresso rumo à federação, a Carta republicana foi emendada em 1926, com fortalecimento do Poder Central.

C) A Carta de 1891 estabeleceu a Federação como forma de Estado.

D) A Carta Republicana teve inspiração européia, ao passo que a lei maior imperial buscou seguir o modelo norte- americana.

E) A Carta de 1824 criou o Unitarismo como forma de Estado, mesmo porque as Províncias eram destituídas de preparo político.

13. A Constituição Brasileira de 1988 introduziu alterações significativas no plano jurídico-político nacional. Dentre elas pode-se citar:

a) instituição do habeas data, que torna passível de fiança crimes como racismo, tráfico de drogas e terrorismo.

b) extensão do direito de elegibilidade às mulheres e voto facultativo aos jovens entre 16 e 18 anos.

c) proibição da greve aos setores considerados essenciais: saúde, transportes, polícia e funcionalismo público.

d) extensão do voto a analfabetos, proteção ao meio ambiente e reconhecimento da cidadania dos índios.

e) restrição dos direitos trabalhistas apenas ao setor produtivo urbano e eleições em dois turnos para presidente, governador e prefeitos.

14. O Brasil, desde sua emancipação política até os dias de hoje, concebeu diferentes ordens jurídicas constitucionais. Muitos pesquisadores consideram as Constituições brasileiras de 1934 e 1988 as mais progressistas por estabelecerem, respectivamente, dentre outros, os seguintes avanços sociais:

A) voto feminino e crime de racismo inafiançável

B) corporativismo sindical e voto dos analfabetos

C) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e direito de greve irrestrito

D) voto obrigatório para maiores de 18 anos e Estatuto da Criança e do Adolescente

15. Com base na charge e nos conhecimentos sobre a atual Constituição brasileira, é correto afirmar:

A) As dificuldades de acesso aos direitos sociais elementares (moradia, saúde e alimentação) têm origem na forma como a Constituição atual foi elaborada.

B) A Constituição de 1988 introduziu uma série de benefícios sociais que privilegiaram as famílias dos estratos médios em detrimento da população em geral.

C) O texto da última Constituição assegura em sua formulação jurídica conquistas sociais e individuais aos cidadãos brasileiros.

D) Os dispositivos da Constituição de 1988 revogaram a legislação conhecida como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

E) O texto atual da Constituição é omisso em relação ao tema dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.



(Charge de Miguel Paiva, *O Estado de São Paulo*, 5/10/88 - ed. histórica, p. 3)

16. A respeito da Constituição de 1988, é correto afirmar que.

A) o direito de promover ações de inconstitucionalidade foi retirado do Ministério Público, que se enfraqueceu.

B) o direito de voto foi assegurado a todos os brasileiros e brasileiras, a partir dos dezesseis anos, desde que alfabetizados.

C) os direitos civis foram amplamente assegurados, sendo a prática de racismo classificada como crime inafiançável.

D) o direito do poder público intervir nos sindicatos foi assegurado, aumentando o controle do Estado sobre os trabalhadores.

E) o direito à informação ampliou-se, ainda que o governo possa impor censura prévia à imprensa.

17. O Brasil recuperou-se de forma relativamente rápida dos efeitos da Crise de 1929 por que:

a) o governo de Getúlio Vargas promoveu medidas de incentivo econômico, com empréstimos obtidos no Exterior;

b) o País, não tendo uma economia capitalista desenvolvida, ficou menos sujeito aos efeitos da crise;

c) houve redução do consumo de bens e, com isso foi possível equilibrar as finanças públicas;

d) acordos internacionais, fixando um preço mínimo para o café, facilitaram a retomada da economia;

e) um efeito combinado positivo resultou da diversificação das exportações e do crescimento industrial.

18. A política cultural do Estado Novo com relação aos intelectuais caracterizou-se:

a) pela repressão indiscriminada, por serem os intelectuais considerados adversários de regimes ditatoriais;

b) por um clima de ampla liberdade, pois o governo cortejava os intelectuais para obter apoio ao seu projeto nacional;

c) pela indiferença, pois os intelectuais não tinham expressão e o governo se baseava nas forças militares;

d) pelo desinteresse com relação aos intelectuais, pois o governo se apoiava nos trabalhadores sindicalizados;

e) por uma política seletiva através da qual só os adversários frontais do regime foram reprimidos.

19. A Era Vargas (1930 - 1945) apresentou:

a) O abandono definitivo da política de proteção ao café.

b) A crescente centralização político-administrativa.

c) Um respeito aos princípios democráticos, em toda sua duração.

d) Um leve "surto industrial", resultante da conjuntura da Grande Guerra (1914 - 1918).

e) Um caráter extremamente ditatorial, em todas as suas três fases.

20. O governo Juscelino Kubitschek foi responsável:

a) pela eliminação das disparidades regionais;

b) pela queda da inflação e da dívida externa;

c) por uma política nacionalista e de rejeição ao capital estrangeiro;

d) pela entrada maciça de capitais estrangeiros e a internacionalização de nossa economia;

e) por práticas antidemocráticas como a violenta repressão às rebeliões de Jacareacanga e Aragarças;

21. No Governo de Juscelino Kubitschek, a base do seu programa administrativo era constituída do trinômio:

a) saúde, habitação e educação;

b) estradas, energia e transporte;

c) indústria, exportação e importação;

d) agricultura, pecuária e reforma agrária;

e) comércio, sistema viário e poupança.

22. O projeto nacional desenvolvimentista implicou a substituição das importações e foi implementado, principalmente, no governo do presidente:

a) Juscelino Kubitschek;

b) Jânio Quadros;

c) General Emílio Médici;

d) Marechal Costa e Silva;

e) General Eurico Dutra;

23. Quais os partidos políticos que dominaram a vida parlamentar brasileira durante o período democrático de 1946 e 1964?

a) PTB, UDN e PCB;

b) PL, UDN e PSD;

c) PDS, MDB e PCB;

d) PSB, UDN e PTB;

e) PSD, UDN e PTB;

24. O Parlamentarismo funcionou nas seguintes épocas no Brasil:

a) No governo de D. Pedro II e no governo de João Goulart.

b) No primeiro Império - Governo de D. Pedro II.

c) No governo de Getúlio Vargas após 1937.

d) Logo após a Proclamação da República.

e) Nos primeiros três anos da Ditadura Militar iniciada em 1964.

25. Considerando-se os fatores que contribuíram para a longevidade do regime militar no Brasil, é CORRETO afirmar que foi de grande relevância:

a) a combinação entre a ordem constitucional, amparada pela Constituição de 1967, e a arbitrariedade, expressa em sucessivos Atos Institucionais.

b) a manutenção de um sistema político representativo, com eleições indiretas em todos os níveis, exceto para a Presidência da República.

c) o desenvolvimento econômico-social do País, acompanhado de um constante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

d) o rodízio de lideranças políticas entre as Forças Armadas, por meio de eleições indiretas no âmbito do Comando Supremo da Revolução.

GABARITO

01. B
02. A
03. E
04. D
05. A
06. C
07. D
08. D

09. B
10. D
11. B
12. D
13. D
14. A
15. C
16. C
17. E
18. E
19. B
20. D
21. E
22. B
23. E
24. A
25. A



GEOGRAFIA GERAL

1 – A NOVA ORDEM MUNDIAL, O ESPAÇO GEOPOLÍTICO E A GLOBALIZAÇÃO.

Na teoria das relações internacionais, o termo "Nova Ordem Mundial" (NOM) tem sido utilizado para se referir a um novo período no pensamento político e no equilíbrio mundial de poder, além de uma maior centralização deste poder. Apesar das diversas interpretações deste termo, ele é principalmente associado com o conceito de governança global.

Foi o presidente dos Estados Unidos, o Woodrow Wilson que pela primeira vez desenvolveu um programa de reforma progressiva nas relações internacionais e liderou a construção daquilo que se convencionou denominar de "uma Nova Ordem Mundial" através da Liga das Nações. Nos Estados Unidos a expressão foi usada literalmente pela primeira vez pelo presidente Franklin Delano Roosevelt em 1941, durante a II Guerra Mundial.

A Nova Ordem Mundial também é um conceito sócio-econômico-político que faz referência ao contexto histórico do mundo pós Guerra Fria. Foi utilizado pelo presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan na década de 1980, referindo-se ao processo de queda da União Soviética e ao rearranjo geopolítico das potências mundiais.

O termo Nova Ordem Mundial é aplicado de forma abrangente. Em um contexto atual, pode se referir também à importância das novas tecnologias em um mundo progressivamente globalizado e às novas formas de controle tecnológico sobre as pessoas. A Nova Ordem Mundial busca garantir o desenvolvimento do capitalismo e estrutura-se a partir de uma hierarquização de países, de acordo com seu nível de desenvolvimento e de especialização econômica. Veja algumas das principais características.

Distribuição do poder internacional: Em termos militares, a bipolaridade (fato de haver dois polos de força, que eram Estados Unidos e URSS) foi substituída pela chamada pax imperial americana, que significa que não existe país no mundo capaz de se contrapor ao poderio militar americano. A supremacia militar incontestável dos Estados Unidos é exercida de forma intensa em todas as partes do mundo onde seus interesses econômicos ou geopolíticos se fazem presentes. Em termos econômicos e tecnológicos temos a multipolaridade, com pelo menos três grandes blocos: o primeiro, organizado em torno dos EUA; o segundo, em torno da Europa (União Europeia) e um terceiro, o bloco asiático, onde se destacam o Japão, a China, a Índia e até mesmo a Rússia.

Urbanização mundial: A intensa urbanização mundial é um fenômeno típico de países não desenvolvidos e resultante de sua industrialização e modernização recente. No ano 2000, a ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou que a população urbana mundial superou a população rural. A urbanização é acelerada e irreversível em especial nos países em desenvolvimento. É geralmente caótica, o que agrava os problemas ambientais e concentra a pobreza, potencializando seus aspectos negativos.

Nova divisão do trabalho: Ao contrário do que ocorria até pouco tempo, a nova divisão internacional do trabalho (DIT) não separa apenas países exportadores de manufaturados de países exportadores de matéria-prima.

A Nova Ordem Mundial

Nos últimos anos, principalmente de 1989 a 1991, o mapa-múndi político sofreu transformações radicais. Novos estados-nações (países) surgiram e outros desapareceram. Como exemplo disso, podemos citar a antiga Alemanha Oriental, hoje uma província da Alemanha reunificada. Ou antiga Tchecoslováquia, hoje em dois novos estados-nações: a República Tcheca e a Eslováquia. Contudo, as mudanças mais surpreendentes aconteceram na Iugoslávia e na União Soviética. A Iugoslávia, além de ter sido dividida em cinco novos países(Croácia, Eslovênia, Bósnia, Macedônia e Iugoslávia), conheceu uma sangrenta guerra civil pela partilha da Bósnia-Herzegóvina. A União Soviética, por sua vez, viu-se obrigada a fragmentar-se em 15 nações independentes.

Do ponto de vista geopolítico, é possível comparar esse período a um outro do nosso século, quando também aconteceram mudanças profundas no mapa-múndi, por ocasião da segunda guerra mundial. Nesses dois momentos ocorreram não apenas mudanças geopolíticas, mas também uma crise de uma Ordem Mundial e a emergência de uma outra.

Antes da segunda guerra mundial havia uma ordem multipolar, ou seja, com base em vários polos ou centros de poder que disputavam a hegemonia internacional: Inglaterra, ex-grande e exclusiva potência mundial no século XIX, em decadência hegemônica; a França e em especial a Alemanha, grandes concorrentes no continente europeu; os EUA, grande potência da América; o Japão, que se lançava numa aventura imperialista no leste e sudeste asiático; e por fim a imensa Rússia, fortemente militarizada. O final da grande guerra trouxe um novo cenário: as potências europeias estavam arrasadas e consequentemente seus impérios na Ásia e África; o Japão, igualmente arrasado, perdeu as áreas que havia conquistado no extremo oriente (Coréia, Manchúria, partes da Sibéria, etc.). Duas novas potências mundiais – EUA e União Soviética – lotearam o mundo entre si. Foi a época da bipolaridade, a nova ordem mundial, que durou cerca de 45 anos, desde o final da segunda guerra até meados de 1991.

O mundo bipolar foi marcado pela eterna disputa entre capitalismo e socialismo, tendo os EUA e a União Soviética de cada lado, respectivamente. Os EUA, líderes político-econômicos do mundo capitalista. A União Soviética, a guardiã e o exemplo a ser seguido no mundo socialista. Esse Status que começou a ser mudado com a ascensão do Japão e da Europa Ocidental, que passaram a disputar a supremacia internacional com os EUA, e ao esgotamento do modelo soviético.

A Regionalização do Espaço Mundial

Existem inúmeras divisões do espaço geográfico mundial, mas podemos separar duas formas de regionalização mais conhecidas e utilizadas. Uma é a setorização da Terra por critérios naturais, em especial pelos continentes. A outra é a divisão do espaço mundial por critérios sociais ou político-econômicos: o Norte (países ricos e industrializados) e o Sul (países pobres ou subdesenvolvidos).

A primeira classificação tem como base a geologia, ou seja, o resultado de uma divisão natural operada ao longo do tempo geológico, que separou os continentes. A segunda forma de classificar toma como referência a sociedade. É uma divisão do espaço com base em elementos político-econômicos. O homem aqui é visto como agente principal, transformando o seu meio natural.

De forma simplificada, podemos afirmar que aqueles estudos que têm na Terra (natureza) o seu referencial, fazem parte da chamada geografia tradicional. Por outro lado, também simplificando um pouco, podemos dizer que aqueles estudos que referenciam-se na sociedade, enquadram-se na chamada geografia crítica. Trata-se de uma geografia que entende o espaço geográfico como produto da atividade humana.

Dos Três Mundos à Oposição Norte/Sul

A regionalização do espaço mundial com base em critérios sociais sempre está ligada ordem internacional que prevalece num certo momento, ao equilíbrio instável dos países e os grupos de países, à disputa (ou cooperação) entre as grandes potências mundiais. Após 1945 o mundo dividiu-se em três "mundos" ou conjuntos de países: o primeiro mundo (países capitalistas desenvolvidos); o segundo mundo (países socialistas ou de economia planificada); e o terceiro mundo (áreas periféricas ou subdesenvolvidas, com frequências marcadas por disputas entre capitalismo e socialismo). Para entendermos a regionalização atual, dos anos 90 e início do século XXI, temos que estudar a crise do segundo mundo e como essa crise vem reforçando a oposição entre o Norte e o Sul.

Os Sistemas Socioeconômicos

Capitalismo e socialismo são dois tipos de sistemas bastante diferentes entre si. Podemos dizer que o capitalismo caracteriza-se por apresentar uma economia de mercado e uma sociedade de classes. O socialismo, por sua vez, basicamente constitui-se por uma economia planificada e uma sociedade teoricamente sem classes. A sociedade capitalista é dividida basicamente em duas classes sociais: a burguesia, composta pelos capitalistas, donos dos meios de produção (fábricas, bancos, fazendas, etc.), e o proletariado (urbano e rural), que vive de salários, trabalhando para os donos do capital. No entanto, existem indivíduos que não se enquadram em nenhuma destas classes, como por exemplo os profissionais liberais (advogados com escritório próprio, médicos c/consultório particular, etc.).

Na economia planificada, o elemento principal do funcionamento do sistema econômico (produção, consumo, investimentos, etc.) é o plano e não o mercado. Nesse sistema os meios de produção são públicos ou estatais, quase não existindo empresas privadas. Teoricamente, não deveria haver estratificação social nesse sistema, mas o que se verificou na prática foi o surgimento de uma elite burocrática que dirigia o sistema produtivo, constituindo-se em nova classe dominante.

O Reforço das disparidades entre o Norte e o Sul

Com a crise do mundo socialista, aumenta a oposição entre o Norte e o Sul. Isso, porque deixa de haver o conflito Leste/Oeste, ou seja, entre o socialismo real o capitalismo. As duas superpotências das últimas décadas tinham um poderio avassalador e nenhum conflito importante no plano mundial deixava de ter a participação direta ou indireta delas. Nessa época, a oposição entre o Norte rico e o Sul pobre nunca transparecia claramente, porque estava sempre abafada pelo conflito Leste/Oeste.

O segundo mundo chegou a abranger cerca de 32% da população mundial no início dos anos 80, mas hoje ele praticamente não existe mais. Assim, colocando-se os antigos países socialistas mais pobres ou menos industrializados (China, Mongólia, Camboja, Vietnã, Cuba, etc.) no Sul subdesenvolvido, e os mais industrializados (Rússia, Hungria, Polônia, República Tcheca, etc.) no Norte, temos a oposição entre o Norte desenvolvido, com 23% da população mundial, e o Sul com 71% desse total demográfico. Esta é a principal oposição mundial dos anos 90.

As Disparidades tendem a aumentar

A oposição entre o Norte e o Sul tem ainda um outro motivo para se acentuar: as desigualdades internacionais, que vêm aumentando desde os anos 80 e devem se agravar ainda mais até o início do século XX. O PNB dos ricos sempre tem aumentado, enquanto os de grande parte dos países pobres tem diminuído, especialmente na África. De forma resumida, podemos dizer que isso se deve ao seguinte: enquanto as economias mais avançadas estão atravessando a chamada Revolução técnico-científica, com substituição de força de trabalho desqualificada por máquinas, com a expansão da informática, etc., os países mais pobres só têm duas coisas a oferecer – matérias-primas e mão de obra barata -, e esses elementos perdem valor a cada dia. Somente os países com uma força de trabalho qualificada (resultado de um ótimo sistema educacional) e tecnologia avançada é que possuem condições ideais para o desenvolvimento.

Subdesenvolvimento

De forma sucinta, podemos definir o subdesenvolvimento como uma situação econômico-social caracterizada por dependência econômica e grandes desigualdades sociais.

Subordinação ou dependência econômica

Todos os países do Sul ou do terceiro mundo são economicamente dependentes dos países desenvolvidos. Tal dependência manifesta-se de três maneiras:

I. Endividamento externo – normalmente, todos os países subdesenvolvidos possuem vultosas dívidas para com grandes empresas financeiras internacionais.

II. Relações comerciais desfavoráveis – geralmente, os países subdesenvolvidos exportam produtos primários (não industrializados), como gêneros agrícolas e minérios. As importações, por sua vez, consistem basicamente de produtos manufaturados, material bélico e produtos de tecnologia avançada (aviões, computadores, etc.). Esta relação comercial revela-se terrivelmente desvantajosa , pois os artigos importados têm valor agregado bem maior do que os exportados, e ainda se valorizam mais rapidamente.

III. Forte influência de empresas estrangeiras – nos países subdesenvolvidos, boa parte das principais empresas industriais, comerciais, mineradoras e às vezes até agrícolas é de propriedade estrangeira, possuindo a matriz nos países desenvolvidos. São as chamadas multinacionais. Uma grande parcela dos lucros dessas empresas é remetida para suas matrizes, o que provoca descapitalização no terceiro mundo.

Grandes Desigualdades Sociais

Em todos os países subdesenvolvidos, a diferença entre ricos e pobres é muito mais acentuada do que nos países desenvolvidos. Por exemplo, na Colômbia, 2,6% da população possui 40% da renda nacional; no Chile, 2% dos proprietários possuem 50% das terras agrícolas. Dessa forma, a população de baixa renda acaba sofrendo de sérios problemas de subnutrição, falta de moradias, atendimento médico-hospitalar inadequado, insuficiência de escolas, etc.

Como Definir a Nova Ordem?

A nova ordem costuma ser definida como multipolar. Isso quer dizer que existem vários polos ou centros de poder no plano mundial. Hoje temos três grandes potências mundiais de poderio econômico, tecnológico e político-diplomático: EUA, Japão e a União Europeia. Assim, o século XX começou com uma ordem multipolar, passou para a bipolaridade e termina com uma nova multipolaridade. Que diferenças existem entre a multipolaridade deste fim de século e aquela do início?

A primeira grande diferença é que no início do século havia somente um agente no cenário internacional: o Estado Nacional (como, por exemplo, Inglaterra, Alemanha, etc.) e tudo girava ao redor de suas relações econômicas e político-militares. Já nos dias hodiernos há um relativo enfraquecimento do estado-nação e um fortalecimento de outros agentes internacionais – a ONU, em primeiro lugar, e também as empresas multinacionais e as diversas organizações mundiais (governamentais e não governamentais) que atuam nas áreas ambiental, econômica, cultural, técnica, etc.

Em segundo lugar, no início do século vivia-se uma situação de pré-guerra: as rivalidades entre potências conduziam inevitavelmente a conflitos bélicos entre si, o que ocorreu efetivamente de 1914 a 1918 e novamente de 1939 a 1945. Hoje isso é extremamente improvável de acontecer, pois no lugar de uma disputa acirrada pela hegemonia mundial, existe uma crescente cooperação , uma interdependência, inclusive com a criação de mercados regionais ou blocos econômicos. Dessa forma, as três grandes potências são ao mesmo tempo rivais e associados, possuem alguns interesses conflitantes e inúmeros outros em comum.

A ordem mundial era tida como dicotômica ou dualista, ou seja, predominava a oposição entre o bem e o mal, entre o capitalismo e o socialismo. A nova ordem é pluralista, ou seja, possui várias frentes de oposição, como ricos/pobres; cristãos/muçulmanos(islâmicos); interesses mercantis/consciência ecológica, etc.

2 – OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAS

Nunca se falou tanto em preservação ambiental como nos dias de hoje. A preocupação com o meio ambiente tomou conta dos meios de comunicação, das escolas e até mesmo das indústrias. Mas, apesar de todo o embate, a natureza ainda está sofrendo grandes desgastes por causa da ação do homem, e os efeitos desse desgaste já podem ser sentidos no nosso dia a dia.

Inundações, secas, catástrofes naturais, falta de alimento e de combustível são apenas algumas das consequências que já começam a ser sentidas – e a previsão de cientistas e pesquisadores é que este cenário piore.

Para inverter este quadro, é preciso uma ação coletiva intensa e imediata. E, para que isso ocorra, é preciso compreender quais são os maiores problemas ambientais da atualidade e como eles afetam nosso cotidiano.

São vários os problemas apontados por organizações ambientais como World Wide Fund (WWF) e Greenpeace, e mesmo por órgãos governamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, alguns são apontados como mais urgentes ou mais alarmantes.

Efeito estufa

O efeito estufa é um mecanismo atmosférico natural que mantém o planeta aquecido nos limites de temperatura necessários à preservação da vida. Se não houvesse a proteção do efeito estufa, os raios solares que aquecem o planeta seriam refletidos para o espaço e a Terra apresentaria temperaturas médias abaixo de -10°C.

O efeito estufa ocorre quando uma parte da radiação solar refletida pela superfície terrestre é absorvida por determinados gases presentes na atmosfera, entre os quais o gás carbônico ou dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O).

Ocorre que, com a queima de florestas e a exagerada utilização de combustíveis fósseis, grandes quantidades de CO_2 têm sido lançadas na atmosfera. A emissão desenfreada desse e de outros gases acentua o efeito estufa, a ponto de não permitir que a radiação solar, depois de refletida na Terra, volte para o espaço. Isso bloqueia o calor, aumentando a temperatura do planeta e provocando o aquecimento global.

Para se discutir o problema e encontrar soluções, várias reuniões internacionais têm sido realizadas. O principal documento aprovado até agora é o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, que estabelece metas de redução dos gases para diferentes países.

Aquecimento Global

Verões cada vez mais quentes; pessoas morrendo por causa das altas temperaturas; peixes migrando para águas mais profundas por causa do calor; gelo dos pólos derretendo; inundações em algumas regiões, secas em outras... Essa visão apocalíptica não faz parte de nenhuma profecia exagerada, mas sim representa um quadro real que já está acontecendo nos dias de hoje e que, se não freado a tempo, poderá ter consequências catastróficas: o aquecimento global.

O aquecimento global é um fenômeno causado pela retenção de calor acima do nível considerado normal pela atmosfera, sem que ele se dissipe adequadamente – algo semelhante com a ação de tampar uma panela para manter a comida quente.

Esse fenômeno acontece por causa de uma elevação nos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, que aumentam por causa da queima de combustível fóssil, além do crescimento progressivo na emissão de gases e outros produtos químicos produzidos pelo homem durante os últimos cem anos. Isso alterou as características da atmosfera, fazendo com que o calor ficasse concentrado como numa estufa – de onde vem o nome “efeito estufa”.

Cientistas do mundo todo há anos pesquisam os efeitos e as consequências dessas alterações na atmosfera. A Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) confirmou em mais de uma ocasião que a temperatura no planeta está aumentando.

Utilizando satélites, os pesquisadores constataram que a temperatura média global aumentou 0,43oC por década, entre os anos de 1981 e 1998. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que a variação climática pode chegar a 5 oC. Mesmo as versões mais otimistas, que apontam um aquecimento de apenas 2 oC, são problemáticas – esse índice já é mais que o planeta pode suportar.

Consequências

O aquecimento global pode trazer consequências graves para todo o planeta – incluindo plantas, animais e seres humanos. A retenção de calor na superfície terrestre pode influenciar fortemente o regime de chuvas e secas em várias partes do planeta, afetando plantações e florestas.

Algumas florestas podem sofrer processo de desertificação, enquanto plantações podem ser destruídas por alagamentos. O resultado disso é o movimento migratório de animais e seres humanos, escassez de comida, aumento do risco de extinção de várias espécies animais e vegetais, e aumento do número de mortes por desnutrição.

Outro grande risco do aquecimento global é o derretimento das placas de gelo da Antártica. Esse derretimento já vem acontecendo há milhares de anos, por um lento processo natural. Mas a ação do homem e o efeito estufa aceleraram o processo e o tornaram imprevisível.

A calota de gelo ocidental da Antártida está derretendo a uma velocidade de 250 quilômetros cúbicos por ano, elevando o nível dos oceanos em 0,2 milímetros a cada 12 meses. O degelo desta calota pode fazer os oceanos subirem até 4,9 metros, cobrindo vastas áreas litorâneas pelo mundo e ilhas inteiras. Os resultados também são escassez de comida, disseminação de doenças e mortes.

O aquecimento global pode ser considerado responsável por 150 mil mortes a cada ano em todo o mundo, devido a ondas de calor, inundações, e doenças acarretadas por catástrofes naturais – como furacões e grandes tempestades, que se tornam mais comuns com as mudanças climáticas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atribui à modificação do clima 2,4% dos casos de diarreia e 2% dos de malária em todo o mundo. Esse quadro pode ficar ainda mais sombrio: alguns cientistas alertam que o aquecimento global pode se agravar nas próximas décadas e a OMS calcula que para o ano de 2030 as alterações climáticas poderão causar 300 mil mortes por ano.

Soluções

Apesar de preocupante, o aquecimento global não é irreversível. Há muitas ações que podem ser colocadas em prática pelos governos e pela população em geral para amenizar seus efeitos e até mesmo fazer regredir seu desenvolvimento. Uma das principais ações recomendadas pelos cientistas e pesquisadores é a redução da emissão de gases de efeitos estufa.

Para tanto, recomenda-se diminuir o uso de combustíveis fósseis (gasolina, diesel, querosene) e aumentar o uso de biocombustíveis (biodíesel) e etanol, e outras fontes de energia não-poluentes (como solar, eólica, etc).

Os automóveis devem ser regulados constantemente para evitar a queima de combustíveis de forma desregulada, e o uso de catalisador em escapamentos de automóveis, motos e caminhões deve ser obrigatório. As indústrias também devem reduzir suas emissões através da instalação de sistemas de controle de emissão de gases poluentes e procurar utilizar fontes de energia alternativas não-poluentes.

Além disso, recomenda-se aumentar o sistema de coleta seletiva e reciclagem, recuperar o gás metano nos aterros sanitários, e não praticar desmatamento ou queimadas. Aliás, o plantio de árvores é uma das formas que melhor contribuem para diminuir o aquecimento global, pois o reflorestamento é capaz de neutralizar as emissões de carbono, um dos grandes vilões do aquecimento global.

Desmatamento e extinção de espécies

A exploração comercial dos recursos materiais está levando a natureza a um colapso. Florestas inteiras são derrubadas para a comercialização de madeira ou queimadas para que se dê lugar a pastos para gado, ou mesmo pela simples expansão das cidades.

Os animais, através da caça predatória para comercialização de sua pele e carne, do tráfico ilegal, ou por causa da destruição de seu habitat, também correm grande riso de desaparecerem.

Some-se a isso a mineração e a indústria poluente e o resultado é a extinção de espécies animais e vegetais – muitas já desapareceram, e um número igualmente grande está em vias de desaparecer. E o planeta todo, especialmente os seres humanos, já está sentindo as consequências.

As florestas e bosques restantes no planeta todo possuem apenas uma pequena parcela de sua cobertura original. Nos países em desenvolvimento, principalmente asiáticos como a China, quase toda a cobertura vegetal foi explorada. Estados Unidos e Rússia também destruíram suas florestas com o passar do tempo.

O Brasil também assiste, ano após ano, sua riqueza natural desaparecendo. Um relatório divulgado pela ONG ecológica World Wild Fund (WWF) apontou que o desmatamento na Amazônia já atinge 13% da cobertura original.

O caso da Mata Atlântica é ainda mais trágico, pois apenas 9% da mata sobrevive a cobertura original de 1500. No mundo todo, 150 mil quilômetros quadrados de floresta tropical são derrubados por ano, sendo que no Brasil, esse número gira em torno de 20 mil quilômetros quadrados.

A situação da fauna é igualmente preocupante. Cientistas do Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente calculam que existam entre 10 e 100 milhões de espécies de seres vivos no planeta, das quais 25% estão ameaçados de extinção. Todo dia, no mundo inteiro, desaparecem quase trezentas espécies animais e vegetais devido à destruição de seus habitats.

Consequências

Os resultados da ação exploratória do homem na natureza já podem ser percebidos nos quatro cantos do planeta. A diminuição significativa da cobertura vegetal acelera o processo de erosão da terra – assim, quando há uma chuva forte, por exemplo, as possibilidades de acontecer enchentes e inundações são muito maiores.

Além disso, sem a proteção da vegetação, o solo sofre mais com a ação do sol, ressecando-se e podendo provocar o processo de desertificação (formação de desertos e regiões áridas em áreas antes verdes). No Brasil, este processo vem ocorrendo no sertão nordestino e no cerrado de Tocantins nas últimas décadas.

Mas não é só: sem habitat natural, muitas pragas podem migrar para os centros urbanos – como, por exemplo, o inseto conhecido como barbeiro, que pode transmitir a doença de Chagas.

A extinção de espécies vegetais, que podem servir de alimento e também de base para medicamentos, tanto para seres humanos como animais, pode desequilibrar toda a cadeia ecológica.

Por fim, o desmatamento tem sido apontado com um dos grandes contribuidores para o aquecimento global, pois as árvores são capazes de neutralizar as emissões de carbono, um dos grandes vilões do aquecimento global.

O desaparecimento de espécies animais também tem consequências na vida no homem. A questão vai muito mais além do que o simples drama "as gerações futuras nunca vão ver um mico-leão-dourado" – o que, por si só, é bem triste.

Mas quando uma espécie desaparece, toda a cadeia alimentar fica alterada. Por exemplo, se a população de gaviões diminui ou desaparece, aumenta a população de cobras, uma vez que esses são seus maiores predadores.

Muitas cobras precisariam de mais alimentos e, consequentemente, o número de sapos diminuiria e aumentaria a população de gafanhotos. Esses gafanhotos precisariam de muito alimento e com isso poderiam atacar outras plantações, causando perdas para o homem.

É importante lembrar que o desaparecimento de determinadas espécies de animais interrompe os ciclos vitais de muitas plantas. Ou seja, a extinção de uma espécie animal causa uma reação em cadeia na natureza, afetando o ser humano com a diminuição de certas fontes de alimento ou com a proliferação de pragas e doenças.

Soluções

Parar o processo de extinção de espécies animais e vegetais, e do desflorestamento, não é fácil nem rápido. Mas também não é impossível. A primeira ação é uma vigilância mais acirrada acerca do tráfico de animais silvestres, da derrubada de árvores e das queimadas.

Um maior policiamento, com punições mais severas, já ajudaria a diminuir a taxa preocupante de diminuição de espécies de plantas e animais.

Da mesma forma, um maior controle na mineração e na poluição das indústrias (tanto do ar, como da água e do solo) garantiria maior saúde ao meio ambiente – e, consequentemente, a toda sociedade.

Além disso, o planejamento para a expansão das cidades e das áreas agrícolas, para que não agridam o meio ambiente, e da exploração dos recursos naturais, como a madeira, são indispensáveis.

Mas não é só controle e vigilância as soluções para esse problema. É preciso também conscientizar e educar a sociedade, os governos, as empresas.

Através de programas de educação ecológica, em que se aprenda o valor e a função de cada animal e de cada planta para a vida das outras espécies e para a vida humana, em como tratar e preservar o meio ambiente, e como valorizar a natureza e o planeta todo como um lar, é possível brecar o processo de extinção de várias espécies e o desmatamento, e até mesmo fazê-los regredir, através do reflorestamento e do cultivo e cuidado da natureza.

Diminuição dos recursos hídricos

Uma das maiores preocupações atuais é o término das reservas de petróleo. Por ser um produto não-renovável, muitas reservas já se esgotaram e outras estão escasseando, gerando crise econômica e até guerras – isso porque grande parte da energia consumida no mundo todo depende hoje deste combustível fóssil. Porém, uma outra crise – maior e mais assustadora – está ameaçando o mundo todo: a falta de água.

Cerca de 70% do planeta é coberto por água, porém apenas 2% da água do planeta é doce – ou seja, própria para o consumo humano. Desta pequena parcela, 90% está no subsolo ou nos pólos, em forma de gelo.

Ou seja: a água que pode ser usada para beber, tomar banho, preparar alimentos, etc, é muito pouca – e está diminuindo. Mais da metade dos rios do mundo diminuíram seu fluxo ou estão contaminados, ameaçando a saúde das pessoas.

A escassez de água se deve basicamente à má gestão dos recursos hídricos e ao aumento da demanda e não à falta de chuvas. Uma das maiores agressões para a formação de água doce é a ocupação e o uso desordenado do solo.

Para agravar ainda mais a situação são previstas as adições de mais de três bilhões de pessoas que nascerão neste século, sendo a maioria em países que já tem escassez de água, como Índia, China e Paquistão.

O Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo, cerca de 12% de toda a água doce do planeta. Só que essa reserva também está ameaçada pelo mau planejamento e uso, pela poluição e pelo desperdício.

50% da água tratada é desperdiçada no país. Entre os maus hábitos estaria a lavagem de carro, calçadas, roupas, banhos demorados, louças na qual é desperdiçada mais água do que o necessário, além de vazamentos (uma gota de água caindo o dia inteiro corresponde a 46 litros).

Consequências

A água já é hoje em dia uma ameaça à paz mundial. Muitos países da Ásia e do Oriente Médio já estão disputando recursos hídricos.

Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que um bilhão de pessoas não tem acesso a água tratada e com isso quatro milhões de crianças morrem devido a doenças como cólera e malária. A expectativa é de que nos próximos 25 anos 2,76 bilhões de pessoas sofrerão com a escassez de água.

Cerca de 70% da água consumida mundialmente, incluindo a desviada dos rios e a bombeada do subsolo, são utilizadas para irrigação. Aproximadamente 20% vão para a indústria e 10% para as residências.

A falta de água afetaria diretamente todo esse sistema. A escassez dos recursos hídricos pode levar ao aumento de fontes de contaminação devido à dificuldade de acesso à água de qualidade (tratada e potável), o que também acarretaria a contaminação de alimentos (animais e vegetais) e a escassez dos mesmos, numa reação em cadeia que comprometeria saúde humana e saúde pública, com deterioração da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico e social.

Soluções

Para se evitar que a crise da água se torne crítica, é preciso tomar uma série de ações. A primeira delas é promover uma melhor administração dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas, desenvolvendo tecnologias avançadas de monitoramento e gestão, ampliando a participação da comunidade – usuários e público em geral – nessa gestão e no compartilhamento dos processos tecnológicos que irão melhorar a infra-estrutura do banco de dados e dar maior sustentabilidade às ações.

Além disso, ações de educação e conscientização da população, de empresas e mesmo de governos são indispensáveis para se evitar o desperdício e a poluição das águas. Fora isso, é possível também realizar a despoluição de rios e mananciais, revitalizando esses importantes recursos hídricos e tornando-os novamente saudáveis e próprios para o uso.

Consumo

Lojas de departamentos de vários andares, shopping centers que oferecem todos os tipos de serviços, boutiques finas que servem champanhe aos clientes, pequenas lojas que vendem toda sorte de produtos por menos de R$ 2,00.

Há décadas consumir deixou de ser um simples ato de subsistência para ser identificado com uma forma de lazer, de libertação e até mesmo de cidadania. Homens e mulheres são levados a consumir, mesmo sem necessidade, apenas pelo simples ato de comprar. Porém, o consumo desenfreado também é uma grande ameaça ao meio ambiente.

A finitude dos recursos naturais é evidente, e é agravada pelo modo de produção regente, que destrói e polui o meio ambiente. O primeiro e mais importante limite dessa cultura do consumo, que estamos testemunhando hoje, são os próprios limites ambientais.

O planeta não suportaria se cada habitante tivesse um automóvel, por exemplo. Nos níveis e padrões atuais, o consumo precisa ser modificado em direção a formas mais sustentáveis, tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

Dados recentes fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostraram que o mundo está consumindo 40% além da capacidade de reposição da biosfera (energia, alimentos, recursos naturais) e o déficit é aumentado 2,5% ao ano.

Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que 85% de produção e do consumo no mundo estão localizados nos países industrializados que tem apenas 19% da população. Os EUA têm 5% da população mundial e consomem 40% dos recursos disponíveis. Se os seis bilhões de pessoas usufruíssem o mesmo padrão de vida dos 270 milhões de americanos, seriam necessários seis planetas.

Consequências

A consequência do consumo desenfreado é, principalmente, o fim dos recursos naturais. Para suprir a demanda por produtos, é preciso produzir mais produtos. E isso significa consumir mais energia, mas combustível, mais madeira, e minérios – enfim, mais materiais provenientes da natureza.

Por sua vez, essa prática gera mais poluição industrial e mais lixo. Quem primeiro sobre com isso é o meio ambiente. Os resultados dessa prática são logos sentidos pelos homens também. Basta pensar na crise de energia que o mundo vem passando, no aumento do preço de certos materiais que já começam a escassear, na saturação de lixões e aterros sanitários, na poluição e seus efeitos sobre a saúde humana.

Mas não é só. O consumismo também agrava a pobreza, aumentando a distância entre ricos e pobres. Países ricos e altamente industrializados geralmente exploram os recursos naturais dos países mais pobres, que, no entanto, não enriquecem com isso (ao contrário, ficam ainda mais pobres).

Um dado interessante para ilustrar esse problema é que é estimado que sejam gastos no planeta 435 bilhões de dólares por ano em publicidade. 15 bilhões de dólares seriam suficientes para acabar com a fome do mundo, que mata 10 milhões de crianças por ano.

Soluções

A alternativa para o consumismo é tentar torná-lo uma prática mais sustentável. Não é preciso parar de consumir, nem mesmo cortar drasticamente o consumo. Mas sim é preciso um maior controle, e também maior consciência nas consequências que o consumo desenfreado pode trazer à natureza e à sociedade como um todo.

Atitudes como reciclar e dar preferência a produtos de empresas ecologicamente corretas, ou produtos que sejam menos agressivos ao meio ambiente, são indispensáveis.

Lixo

Com o aumento da população e com a expansão das cidades e das indústrias, o lixo acabou se tornando um dos grandes problemas atuais. A maioria dos lixões e aterros sanitários no mundo está ou saturada, ou muito próxima de seu limite.

Como a produção de lixo é contínua e em volume muito grande (seis bilhões de pessoas no mundo todo produzindo lixo todos os dias), o acúmulo desses resíduos se torna um grande problema social, ambiental e econômico para o país. Em muitas localidades, o destino do lixo acaba sendo em aterros irregulares, leitos de rio ou ainda a queima a céu aberto – o que agrava ainda mais o problema.

A quantidade de lixo produzida semanalmente por um ser humano é de cinco quilos. Só no Brasil se produz cerca de 240 mil toneladas de lixo por dia, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde total, 76% do lixo é jogado a céu aberto sendo visível ao longo de estradas e também são carregados para represas de abastecimento durante o período de chuvas.

Consequências

O acúmulo do lixo em lixões e aterros (regulares ou não) e seu contato com as condições climáticas – sol e chuva – acaba produzindo o chorume, um líquido escuro e altamente tóxico que polui a água do lençol freático, e o metano (CH_4), um gás ainda mais prejudicial à atmosfera que o próprio dióxido de carbono (CO_2), considerado o grande vilão do efeito estufa.

Além disso, representa um grande risco para a saúde humana, já que propicia a manifestação de várias doenças como cólera, cisticercose, disenteria e giardíase.

A situação ainda piora, pois o lixo acumulado é o ambiente adequado para a proliferação de insetos e roedores, como baratas, mosquitos e ratos, que são vetores comuns de doenças como febre amarela, dengue e leptospirose.

Se depositado no leito dos rios, o lixo pode provocar assoreamentos e consequentemente, enchentes e contaminação da água, afetando o meio ambiente e a saúde das populações ribeirinhas.

Se o destino do lixo for a queima a céu aberto, novamente o impacto é negativo tanto para as pessoas como para a natureza: a queima lança no ar dezenas de produtos tóxicos, que variam da fuligem, que afeta os pulmões, às dioxinas, resultantes da queima de plásticos, que são cancerígenas.

Soluções

A reciclagem é uma solução comum e viável para resolver o problema do lixo. A maioria dos materiais despejados em lixões pode ser reaproveitada. A técnica, além de diminuir a quantidade de lixo nas cidades, também tem vantagens sociais e econômicas, como geração de emprego e criação de indústrias de reciclagem.

Embora muito esteja se fazendo nesta área em nível mundial, ainda são poucos os materiais aproveitados no Brasil onde é estimada uma perda de cerca de quatro bilhões de dólares por ano. Mas há indícios de melhora na área no país onde se tem como melhor exemplo as latas de alumínio, cuja produção é 63% reciclada.

Mas o lixo também pode ser reaproveitado para se converter em energia. E a energia, hoje tão cara e sob a ameaça de escassear num futuro bem próximo, poderia ter uma fonte de abastecimento inesgotável – e ecologicamente correta.

Nos países europeus, nos Estados Unidos e no Japão, gerar energia a partir do lixo é uma realidade desde os anos 1980. Esses países processam 130 milhões de toneladas de lixo, gerando energia elétrica e térmica em 650 instalações.

Somente a União Européia extrai mais de 10 mil MW de cerca de 60 milhões de toneladas de lixo por ano em 400 usinas, que são capazes de produzir eletricidade para atender 27 milhões de pessoas (o equivalente a soma da população da Dinamarca, da Finlândia e da Holanda).

Se o Brasil transformasse seu lixo em energia, conseguiria implantar cerca de 750 usinas, que forneceriam energia para aproximadamente 22,5 milhões de habitantes - cada 200 toneladas por dia do lixo doméstico orgânico permitiriam a implantação de uma Usina Termelétrica com a potência de três Megawatts, capaz de atender uma população de 30 mil habitantes. A energia via lixo pode iluminar casas, ativar indústrias e mover carros.

Isso também se refletiria positivamente na economia, não apenas com o corte de gastos que esta fonte de energia traria, mas com os recursos que captaria.

O aproveitamento de resíduos é considerado uma alternativa viável para substituir combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás), sendo uma boa opção para a redução da emissão de gases poluentes que provocam o efeito estufa.

Com a venda de créditos de carbono, o Brasil poderia vir a arrecadar cerca de U$100 milhões por ano com essa alternativa, de acordo com pesquisadores do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas (IVIG)

Buraco na camada de ozônio

O gás ozônio envolve a Terra na forma de uma frágil camada que protege a vida da ação dos raios ultravioleta (emitidos pelo Sol). Os raios ultravioleta causam mutações nos seres vivos, modificando as moléculas de DNA. Em seres humanos, o excesso de ultravioleta pode causar câncer de pele e afetar o sistema imunológico.

Nos últimos anos, contudo, cientistas detectaram um "buraco" na camada de ozônio, exatamente sobre a Antártida, o que deixa sem proteção uma área de cerca de 30 milhões de km^2.

Pesquisadores acreditam que o gás clorofluorcarbono (CFC) é o principal responsável pela destruição da camada de ozônio. Esse gás é utilizado em aparelhos de refrigeração, sprays e na produção de materiais como, por exemplo, o isopor. Ao chegar à atmosfera, o CFC entra em contato com grande quantidade de raios ultravioleta, que quebram as moléculas de CFC e liberam cloro. Este, por sua vez, rompe as moléculas de ozônio (O_3), formando monóxido de cloro (ClO) e oxigênio (O_2). Ocorre que esses dois gases não são eficientes para proteger a Terra dos raios ultravioleta.

Em 1985, vários países assinaram a Convenção de Viena - e, dois anos depois, o Protocolo de Montreal -, se comprometendo a diminuir a produção de CFC.

Os efeitos de El Niño e La Niña

São fenômenos que se manifestam nas águas oceânicas do Pacífico ocasionando alterações no clima do planeta Terra e interferências nas variações de temperatura e na regularidade das chuvas.

O El Niño acontece por meio do enfraquecimento dos ventos alísios. Isso causa um aquecimento nas águas do Pacífico, perto da costa oeste da América do Sul, sendo que em condições normais, esse aquecimento teria que acontecer perto na região da Indonésia.

Em ano El Niño, ou de La Niña, o mundo tem seus climas habituais mudados: aumento de chuvas em alguns lugares, secas em outros e em algumas regiões os temidos furacões arrasam cidades inteiras, junto com enchentes e outras catástrofes. Importante frisar que, apesar desses fenômeno contribuírem para o acontecimento dessas tragédias, eles não são os responsáveis por elas. Há um "sensacionalismo" geral por parte da imprensa mundial que atribui fatalidades ao El Niño. Esses fenômenos climáticos acontecem independentemente da ação humana, mas suas consequências variam de acordo com as condições que cada região apresenta, em função da ação humana.

E a menos conhecida, mas nem por isso menos importante, La Niña, que acontece, como já foi dito, em sentido contrário ao El Niño. Os ventos alísios ganham força e empurram a massa de ar mais aquecida para ainda mais perto da costa australiana. Assim como em outros anos, o vapor da água quente sobe e forma uma camada vertical de ar. Essa camada viaja pela troposfera e se descarrega na costa sul-americana. O ocorrido em anos de La Niña é semelhante com o que acontece em anos "comuns" (sem El Nino), mas com uma intensidade bem maior.

Sustentabilidade, aquecimento global no Brasil e no mundo, desmatamento... Todas essas palavras são muito comuns nos nossos dias. A natureza nunca respondeu com tanta força aos maus tratos dados pelo homem. Conforme os anos passam, são registradas mais inundações, furacões, terremotos e se as ações do homem não mudar, a tendência é só piorar. Com isso, até mesmo fenômenos naturais, como El Niño e a La Niña, terão impactos maiores e mais prejudiciais ao homem.

Degelo no Mundo

O constante processo de elevação da temperatura média global, desencadeado principalmente pela intensificação do efeito estufa, está provocando uma série de fenômenos maléficos ao meio ambiente, como é o caso do degelo, uma das consequências do aquecimento global.

As regiões polares são as mais atingidas pelo degelo, pois o derretimento dessas áreas está ocorrendo de forma muito rápida. Conforme cientistas ambientais, o degelo agrava ainda mais o aquecimento da Terra, haja vista que durante esse processo ocorre a liberação de gases prejudiciais ao meio ambiente.

Pesquisas realizadas confirmam que o Oceano Ártico teve sua área reduzida em 14%, além da camada de gelo ter se tornado 40% mais fina. A Antártida, por sua vez, perdeu 3 mil quilômetros quadrados de extensão, em consequência de uma elevação de 2,5 °C desde 1940. Com o derretimento das calotas do Ártico e da Antártica, uma grande camada de água, proveniente do gelo, fluirá para os oceanos, podendo contribuir para a elevação do nível do mar. Tal ocorrência ameaça milhões de pessoas em todo o mundo

Outra área bastante afetada pelo degelo é a Groelândia. Conforme pesquisa divulgada pela revista Science, o degelo na Groelândia triplicou nos últimos anos. Atualmente, o gelo dessa região derrete a um ritmo muito acelerado, sendo que esse processo tem se intensificado desde 2004.

Conforme dados da Worldwatch Institute, as principais cordilheiras do mundo estão sofrendo significativas reduções em massa de gelo e neve. Monitoramentos revelam que as geleiras dos Alpes recuaram cerca de 35%. Um artigo da revista britânica Science, de outubro de 2002, afirma que a capa de neve a qual cobre o monte Kilimanjaro, na Tanzânia, pode desaparecer em 20 anos.

De acordo com cientistas da Universidade de Edimburgo e da Universidade de Londres, a quantidade de gelo derretido chega a 125 trilhões de toneladas por ano. Fato que proporciona um aumento no nível do mar, que, apesar de ser de poucos centímetros em algumas regiões, já é o suficiente para promover um desequilíbrio ambiental. Em 2010, o nível dos oceanos deverá estar aproximadamente um metro acima do que estava previsto pelo Painel do Clima das Nações Unidas (IPCC).

A elevação da temperatura global está afetando o equilíbrio ambiental, atingindo todos os tipos de vida. Várias espécies de animais marinhos e peixes estão ameaçadas pelo degelo. Um exemplo bastante representativo é a redução do gelo na Antártica, a qual fez com que a população de pinguins diminuísse em 33%.

Calcula-se que aproximadamente 200 milhões de indivíduos serão afetados com o aumento do nível do mar, e que 60% da população residente em áreas costeiras terão que migrar para outras regiões. *Texto adaptado de BUENO, C.*

QUESTÕES

1- O conceito de Desenvolvimento Sustentável parte do princípio de que

a) para sustentar o consumo da população mundial, a destruição do meio ambiente deveria ser contida nos países pobres.
b) o atendimento às necessidades básicas das populações, no presente, não deve comprometer os padrões de vida das gerações futuras.
c) o padrão básico de vida populacional tem esgotado os recursos naturais e a alternativa seria rever o modo de viver nas grandes cidades.
d) o desenvolvimento industrial deve diminuir, adaptando um novo modo de vida às gerações atuais e otimizando o uso de produtos artesanais.
e) a diminuição da retirada de recursos naturais renováveis e não renováveis buscam estabelecer novas formas de convívio com o meio agropecuário.

2- Ano Internacional da Biodiversidade

Em relação ao termo Biodiversidade é correto afirmar que:
a) se relaciona somente à fauna e à flora da zona tropical do planeta, pois nas regiões temperadas não há diversidade.
b) abrange toda a variedade das formas de vida, espécies e ecossistemas em uma região ou em todo o planeta.
c) é restringido às espécies uniformemente distribuídas por toda superfície da Terra, o que só ocorre com a fauna.
d) não se relaciona aos fungos e micro-organismos do meio ambiente, limitando-se às fauna das zonas tropicais.
e) refere-se à fauna, à flora e a pessoas que vivem em harmonia com o meio ambiente, como ameríndios e aborígenes.

3- Leia a tira a seguir.



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 372; 411. [Adaptado]

A tira, sobretudo a fala de Mafalda, questiona o apelo ao consumo. Na perspectiva dos estudos geográficos, a generalização do consumo visa

a) à ampliação da cidadania, por garantir mais espaços públicos do que privados nas cidades.
b) à disseminação do sistema de crédito e da propaganda, por ampliar o acesso a bens e produtos.
c) à distribuição de renda, por promover a equidade social nos países subdesenvolvidos.
d) ao aumento da produção e dos níveis de consumo nos países desenvolvidos.
e) à redução das diferenças entre cidadãos e consumidores, por equiparar o acesso ao consumo aos valores democráticos.

4- As imagens abaixo mostram a localização de dois eventos mundiais ocorridos em 2009, simultaneamente.



Periferia de Belém (Brasil), cidade onde ocorreu o FORUM SOCIAL MUNDIAL jan/2009



Davos (Suíça), cidade onde ocorreu o FORUM ECONÔMICO MUNDIAL jan/2009

Sobre esses dois importantes fóruns mundiais, pode-se afirmar:

a) Em Davos, reuniram-se representantes da riqueza do planeta com objetivo principal de elaborar políticas sociais para tirar da pobreza os excluídos da globalização.
b) Em Davos, no Fórum Econômico Mundial, os chefes de Estado dos países mais ricos do mundo exibiram seu otimismo com os bons resultados econômicos, consequência direta da adoção de políticas neoliberais em seus países.
c) No Fórum Econômico Mundial, os países ricos se comprometeram a reduzir drasticamente os subsídios agrícolas como forma de melhorar a concorrência na Organização Mundial do Comércio.
d) A cidade de Belém recepcionou a vanguarda do movimento social e político do mundo que luta contra a exclusão social provocada pela globalização da economia.
e) No Fórum Social Mundial, a notícia do fim do protecionismo anunciada pelos países ricos foi dada como verdade e vista como um gesto positivo na luta contra as desigualdades mundiais.

5- Leia atentamente o fragmento de texto a seguir. Trata-se de uma entrevista com o sociólogo Zigmunt Bauman.

Poderia falar mais amplamente sobre os riscos da modernidade?
Uma das características do que chamo de "modernidade sólida" era que as maiores ameaças para a existência humana eram muito mais óbvias. Os perigos eram reais, palpáveis, e não havia muito mistério sobre o que fazer para neutralizá-los ou, ao menos, aliviá-los. Era óbvio, por exemplo, que alimento, e só alimento, era o remédio para a fome.
Os riscos de hoje são de outra ordem, não se pode sentir ou tocar muitos deles, apesar de estarmos todos expostos, em algum grau, a suas consequências. Não podemos, por exemplo, cheirar, ouvir, ver ou tocar as condições climáticas que gradativamente, mas sem trégua, estão se deteriorando. O mesmo acontece com os níveis de radiação e de poluição, a diminuição das matérias-primas e das fontes de energia não renováveis, e os processos de globalização sem controle político ou ético, que solapam as bases de nossa existência e sobrecarregam a vida dos indivíduos com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes.
Diferentemente dos perigos antigos, os riscos que envolvem a condição humana no mundo das dependências globais podem não só deixar de ser notados, mas também deixar de ser minimizados mesmo quando notados. As ações necessárias para exterminar ou limitar os riscos podem ser desviadas das verdadeiras fontes do perigo e canalizadas para alvos errados. Quando a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como causa das incertezas e das ansiedades modernas. Veja, por exemplo, o caso das manifestações contra imigrantes que ocorrem na Europa. Vistos como "o inimigo" próximo, eles são apontados como os culpados pelas frustrações da sociedade, como aqueles que põem obstáculos aos projetos de vida dos demais cidadãos. A noção de "solicitante de asilo" adquire, assim, uma conotação negativa, ao mesmo tempo em que as leis que regem a imigração e a naturalização se tornam mais restritivas, e a promessa de construção de "centros de detenção" para estrangeiros confere vantagens eleitorais a plataformas políticas.

Para confrontar sua condição existencial e enfrentar seus desafios, a humanidade precisa se colocar acima dos dados da experiência a que tem acesso como indivíduo. Ou seja, a percepção individual, para ser ampliada, necessita da assistência de intérpretes munidos com dados não amplamente disponíveis à experiência individual. E a Sociologia, como parte integrante desse processo interpretativo — um processo que, cumpre lembrar, está em andamento e é permanentemente inconclusivo —, constitui um empenho constante para ampliar os horizontes cognitivos dos indivíduos e uma voz potencialmente poderosa nesse diálogo sem fim com a condição humana. *PALLARES--BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. Tempo soc. 2004.*

Sobre as questões ambientais na contemporaneidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Uma das consequências humanas da globalização pode ser associada ao agravamento da questão ambiental.

b) O desenvolvimento do capitalismo demonstra que os índices de industrialização são diretamente proporcionais aos índices de poluição, em termos absolutos.

c) O estímulo ao consumo de produtos recicláveis pode ser considerado uma estratégia do capitalismo contemporâneo para manter os índices de consumo elevados.

d) Embora as questões climáticas tenham se agravado por conta da globalização e do desenvolvimento do capitalismo, elas não podem ser consideradas uma categoria relevante para a compreensão da sociedade contemporânea.

e) As questões ambientais e climáticas são uma espécie de "inimigo invisível" que caracteriza a modernidade contemporânea ("modernidade líquida").

6- Leia o poema seguir:

Eu etiqueta
Em minha calça está grudado um nome
Que não é meu nome de batismo ou de cartório,
Um nome ..... estranho.
Meu blusão traz lembrete de bebida
Que jamais pus na boca, nesta vida,
Em minha camiseta, a marca de cigarro
Que não fumo, até hoje não fumei
Minhas meias falam de produto
Que nunca experimentei
Mas são comunicados a meus pés.
(...) Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
Minha gravata e cinto e escova de dente e pente (...)
Desde a cabeça ao bico dos sapatos,
São mensagens,
Letras falantes,
Gritos visuais,
Ordens de uso, abuso, reincidência,
Costume, hábitos, premência,
Indispensabilidade, e fazem
de mim homem-anúncio itinerante (...).
Carlos Drummond de Andrade

O poema acima se refere:

a) Ao consumismo, entendido como um fator importante para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

b) À moda jovem, da sociedade globalizada e das comunicações em rede em escala planetária.

c) À vida nas metrópoles e nas cidades globais cujos habitantes usam um vocabulário estrangeiro para expressar o processo de globalização.

d) Às relações comerciais desiguais em escala planetária, em que os países pobres consomem produtos fabricados em diferentes lugares do globo.

e) Aos produtos expostos nas vitrines dos shopping centers das cidades brasileiras.

7- Leia o texto a seguir:

A busca da sustentabilidade nos dias atuais

Os problemas ambientais atuais atingiram tal proporção que exigem atenção de todos os quadrantes da sociedade. O movimento de sustentabilidade tem como meta a busca da coexistência do Homem com o ambiente. Significa ir ao encontro das necessidades humanas atuais sem reduzir a qualidade de vida das gerações futuras e do ambiente em que viverão.

Esta coexistência é alcançada, dentre outras estratégias com a utilização de tecnologias 'verdes' (que usam energias renováveis e reciclam materiais), que originam uma economia sustentada, produtora de riqueza e postos de trabalho para muitas gerações, sem degradar o ambiente. Este fato torna o Homem mais responsável com ele mesmo e com a sociedade.

O processo de expansão do modo de produção capitalista trouxe repercussões decisivas no espaço mundial não só no aumento de consumo, mas também uma crescente preocupação em alguns países com a qualidade ambiental, o que tem levado à busca de várias alternativas entre elas o emprego de tecnologias avançadas e acordos diversos a fim de reduzir o impacto e a degradação ambiental. Sobre o assunto, é verdadeiro afirmar que ocorre(m):

a) acordos político-econômicos e tecnológicos entre os Estados Unidos e a China, país de regime político capitalista, objetivando o emprego de tecnologias que promovam uma melhoria ambiental e na qualidade de vida de suas populações.

b) um aceite da Colômbia em acatar ajuda tecnológica dos Estados Unidos para a efetivação de acordos com países que outrora eram socialistas e hoje adotam o capitalismo como é o caso da Coréia do Sul, com vistas a uma exploração menos poluente do petróleo que produz.

c) acordos tecnológicos entre a Índia e o Paquistão, onde este país se compromete a investir seus conhecimentos em tecnologia informacional na preservação ambiental do Paquistão em troca das terras disputadas na região da Caxemira.

d) intensas modificações espaciais na Ásia, particularmente na China, fruto das campanhas de preservação ambiental promovidas pelo governo que adota estratégias de desenvolvimento de cunho socialista e preservacionista.

e) barreiras impostas por nações desenvolvidas capitalistas que se recusam diminuir o seu crescimento econômico e, assim, evitam assinar acordos de compromisso de redução dos impactos ambientais provocados pelo modelo questionável de desenvolvimento.

8- "A civilização industrial, como se encontra hoje organizada, está se chocando frontalmente com o sistema ecológico do planeta" (Al Gore, no livro "A terra em balanço"). Essa frase de Al Gore nos faz pensar que o modelo atual de desenvolvimento não é capaz de satisfazer as gerações atuais e compromete as gerações futuras. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

1) o desenvolvimento sustentável responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades.

2) o cooperativismo poderá ser um importante instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável; é uma forma de estruturação do capital social.

3) o cooperativismo, além de fortalecer a democracia, volta-se para o desenvolvimento sustentável local.

4) nenhum país desenvolvido da modernidade sacrificou o seu desenvolvimento econômico original em função da consciência de que os recursos naturais são finitos.

5) existe uma necessidade imperiosa de os países industrializados reduzirem o seu consumo e seu impacto desproporcional na poluição da Biosfera.

Estão corretas:

a) 1 e 4 apenas
b) 1 e 5 apenas
c) 2 e 4 apenas
d) 1, 2 e 3 apenas
e) 1, 2, 3, 4 e 5.

9- Leia e observe:



www.medioparaiba.com.br

Ao questionar a racionalidade humana, a charge tem por objetivo principal:

a) Relacionar o desmatamento à extinção das aves.

b) Mostrar que os interesses econômicos sobrepõem-se à preservação ambiental.

c) Mostrar que o uso de veículos contribui para o aumento da poluição atmosférica.

d) Relacionar a expansão agrícola ao processo de degradação ambiental.

10- Sobre a globalização dos problemas ambientais é correto afirmar:

I - Após a Revolução Industrial, a Natureza passou a ser vista como uma fonte de recursos econômicos a ser explorada por meio de instrumentos cada vez mais sofisticados, criados pela ciência e pela tecnologia. Nesse processo, o meio ambiente foi submetido a uma contínua devastação, pondo em risco o equilíbrio do planeta e afetando a vida de toda a humanidade.

II - Nas últimas décadas do século XX, com o agravamento dos problemas ambientais, a sociedade se mobilizou para deter os efeitos nocivos das atividades econômicas, predatórias e poluentes.

III - Os grupos ecológicos se multiplicaram e a pressão social resultou na aprovação pelos poderes públicos de leis de proteção ao meio ambiente.

IV - No âmbito internacional, a preservação do meio ambiente passou a constituir elemento importante de um país para negociar a comercialização de seus produtos e recebimento de empréstimos.

Está (ão) correta(s)

a) Apenas a proposição I
b) Todas as proposições
c) Apenas as proposições II e IV
d) Apenas as proposições I e II
e) Apenas as proposições I e III

GABARITO:

1-B / 2-B / 3-B / 4-D / 5-D / 6-A / 7-E / 8-E / 9-B / 10-B



GEOGRAFIA DO BRASIL

1 – A NATUREZA BRASILEIRA (RELEVO, HIDROGRAFIA, CLIMA E VEGETAÇÃO)

A formação do relevo brasileiro decorre da ação de diversos elementos, como a estrutura geológica do território, os agentes internos, o tectonismo e o vulcanismo, e os agentes externos: as águas correntes e o intemperismo.

Entre as principais características do nosso relevo, destaca-se o predomínio das formações sedimentares recentes, que ocupam 64% da superfície. Tais formações se sobrepõem aos terrenos pré-cambrianos, mais antigos, que formam o embasamento de nosso relevo, de origem cristalina, e que afloram em 36% do território. Como reflexo dessa estrutura geológica, de base sedimentar, a altimetria de do relevo brasileiro vai caracterizar-se pelo predomínio das baixas e médias altitudes.

O relevo brasileiro, em sua formação, não sofreu a ação dos movimentos orogenéticos recentes, responsáveis pelo surgimento dos chamados dobramentos modernos e, por isso, caracteriza-se pela presença de três grandes formas: os planaltos as depressões e as planícies. Os planaltos e as depressões representam as formas predominantes, ocupando cerca de 95% do território, e têm origem e tanto cristalina quanto sedimentar. Em alguns pontos do território, especialmente nas bordas dos planaltos, o relevo apresenta-se muito acidentado, como a ocorrência de serras e escarpas. As planícies representam os 5% restantes do território brasileiro e são exclusivamente de origem sedimentar.

Classificação do relevo brasileiro

Existem várias classificações do nosso relevo, porém algumas delas se tornaram mais conhecidas e tiveram grande importância em momentos diferentes da nossa história.

A mais antiga delas é a que foi elaborada pelo professor Aroldo de Azevedo, na década de 40, que utilizava como critério para a definição das formas o nível altimétrico. Assim, a superfícies aplainadas que superassem a marca dos 200 m de altitude seriam classificadas como planaltos, e as superfícies aplainadas que apresentassem altitudes inferiores a 200 m seriam classificadas como planícies. Com base nisso, o Brasil dividia-se em oito unidades de relevo, sendo 4 planaltos, que ocupavam 59% do território e 4 planícies, que ocupavam os 41% restante.

No final da década de 50, o professor Aziz Nacib Ab'Saber apresentou uma nova classificação, com maior rigor científico, que utilizava como critério para a definição das formas o tipo de alteração dominante na superfície, ou seja, o processo de erosão e sedimentação. Planalto corresponderia a superfície aplainada, onde o processo erosivo estaria predominando sobre o sedimentar, enquanto a planície (ou terras baixas) se caracterizaria pelo inverso, ou seja, o processo sedimentar estaria se sobrepondo ao processo erosivo. Por essa divisão, o relevo brasileiro se compunha de 10 unidades, sendo 7 planaltos, que ocupavam 75% do território, e três planícies, que ocupavam os 25 restantes.

A localização de 92% do território brasileiro na zona intertropical e as baixas altitudes do relevo explicam a predominância de climas quentes, com médias de temperatura superiores a 20º C. Os tipos de clima presentes no Brasil são: equatorial, tropical, tropical de altitude, tropical atlântico, semiárido e subtropical.

O clima equatorial domina a região amazônica e se caracteriza por temperaturas médias entre 24º C e 26º C e amplitude térmica anual (diferença entre a máxima e a mínima registrada durante um ano) de até 3º C. As chuvas são abundantes (mais de 2.500 mm/ano) e regulares, causadas pela ação da massa equatorial continental. No inverno, a região pode receber frentes frias originárias da massa polar atlântica. Elas são as responsáveis pelo fenômeno da friagem, a queda brusca na temperatura, que pode chegar a 10º C.

Extensas áreas do planalto central e das regiões Nordeste e Sudeste são dominadas pelo clima tropical. Nelas, o verão é quente e úmido e o inverno, frio e seco. As temperaturas médias excedem os 20º C, com amplitude térmica anual de até 7º C. As chuvas variam de 1.000 a 1.500 mm/ano.

O tropical de altitude predomina nas partes altas do Planalto Atlântico do Sudeste, estendendo-se pelo norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. Apresenta temperaturas médias entre 18º C e 22º C e amplitude térmica anual entre 7º C e 9º C. O comportamento pluviométrico é igual ao do clima tropical. As chuvas de verão são mais intensas devido à ação da massa tropical atlântica. No inverno, as frentes frias originárias da massa polar atlântica podem provocar geadas.

A faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Paraná sofre atuação do clima tropical atlântico. As temperaturas variam entre 18º C e 26º C, com amplitudes térmicas crescentes conforme se avança para o sul. Chove cerca de 1.500 mm/ano. No litoral do Nordeste, as chuvas intensificam-se no outono e no inverno. Mais ao sul, são mais fortes no verão.

O clima semiárido predomina nas depressões entre planaltos do sertão nordestino e no trecho baiano do vale do Rio São Francisco. Suas características são temperaturas médias elevadas, em torno de 27º C, e amplitude térmica em torno de 5º C. As chuvas, além de irregulares, não excedem os 800 mm/ano, o que leva às "secas do Nordeste", os longos períodos de estiagem.

O clima subtropical predomina ao sul do Trópico de Capricórnio, compreendendo parte de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por temperaturas médias inferiores a 18º C, com amplitude térmica entre 9º C e 13º C. Nas áreas mais elevadas, o verão é suave e o inverno frio, com nevascas ocasionais. Chove entre 1.500 mm e 2.000 mm.

A mais recente classificação do relevo brasileiro é a proposta pelo professor Jurandyr Ross, divulgada em 1995. Fundamentando suas pesquisas nos dados obtidos a partir de um detalhado levantamento da superfície do território brasileiro, realizado através de sistema de radares do projeto Radambrasil, do Ministério de Minas e Energia, o professor Ross apresenta uma subdivisão do relevo brasileiro em 28 unidades, sendo 11 planaltos,11 depressões e 6 planícies.

Essa nova classificação utilizou como critério a associação de informações sobre o processo de erosão, sedimentação dominante na atualidade, com a base geológica e estrutural do terreno e ainda com o nível altimétrico do lugar. Assim, define-se planalto como uma superfície irregular, com altitudes superiores a 300 m, e que teve origem a partir da erosão sobre rochas cristalinas ou sedimentares; depressão é uma superfície mais plana, com altitudes entre 100 e 500 m, apresentando inclinação suave, resultante de prolongado processo erosivo, também sobre rochas cristalinas ou sedimentares; e planície é uma superfície extremamente plana e formada pelo acúmulo recente de sedimentos fluviais, marinhos ou lacustres.

Vejamos uma síntese com as características mais importantes de cada uma das subunidades do relevo brasileiro:

- Planaltos

Planalto da Amazônia Oriental - constitui-se de terrenos de uma bacia sedimentar e localiza-se na metade leste da região, numa estreita faixa que acompanha o rio Amazonas, do curso médio até a foz. Suas altitudes atingem cerca de 400 m na porção norte e 300 m na porção sul.

Planaltos e Chapadas da Bacia do Parnaíba - constituem-se também de terrenos de uma bacia sedimentar, estendendo-se das áreas centrais do país (GO-TO), até as proximidades do litoral, onde se alargam, na faixa entre Pará e Piauí, sendo cortados de norte a sul, pelas águas do rio Parnaíba. Aí encontramos a predominância das formas tabulares, conhecidas como chapadas.

Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná - caracterizam-se pela presença de terrenos sedimentares e pelos depósitos de rocha de origem vulcânica, da era mesozoica. Localizam-se na porção meridional do país, acompanhando os cursos dos afluentes do rio Paraná, estendendo-se desde os estados de Mato Grosso e Goiás, até o Rio Grande do Sul, ocupando a faixa ocidental dessa região, atingindo altitudes em torno de 1.000 m.

Planalto e Chapada dos Parecis - estendendo-se por uma larga faixa no sentido Leste-Oeste na porção centro-ocidental do país, indo do Mato Grosso até Rondônia. Dominados pela presença de terrenos sedimentares, suas altitudes atingem cerca de 800 m, exercendo a função de divisor de águas das bacias dos rios Amazonas, Paraguai e Guaporé.

Planaltos Residuais Norte-Amazônicos - ocupam uma área onde se mesclam terrenos sedimentares e cristalinos, na porção mais setentrional do país, do Amapá até o Amazonas, caracterizando-se em alguns pontos pela definição das fronteiras brasileiras e em outros, pela presença das maiores altitudes do Brasil, como o Pico da Neblina (3014 m), na divisa do estado de Roraima com a Venezuela.

Planaltos Residuais Sul-Amazônicos - também ocupam terrenos onde se mesclam o rochas sedimentares e cristalinas, estendendo se por uma larga faixa de terras ao sul do Rio Amazonas, desde a porção meridional do Pará até Rondônia. O destaque dessa subunidade é a presença de algumas formações em que são encontradas jazidas minerais de grande porte (é o caso da serra dos Carajás, no Pará).

Planaltos e Serras do Atlântico Leste e Sudeste - ocupam uma larga faixa de terras na porção oriental do país e, em terrenos predominantemente cristalinos, onde observamos a presença de superfícies bastante acidentadas, com sucessivas escarpas de planalto; daí o fato de ser chamada a região de "domínio dos mares de morros". Aí encontramos também formações de elevadas altitudes, como as serras do Mar e da Mantiqueira, que caracterizam este planalto como sendo a "região das terras altas". Na porção mais interior dessas subunidade, em Minas Gerais, encontramos uma importante área rica em minério, na serra do Espinhaço, na região denominada Quadrilátero Ferrífero.

Planaltos Serras de Goiás-Minas - terrenos de formação antiga, predominantemente cristalinos, que se estendem do sul de Tocantins até Minas Gerais, caracterizando-se por formas muito acidentadas que como a serra da Canastra, onde estão as nascentes do rio São Francisco - entremeadas de formas tabulares, como as chapadas nas proximidades do Distrito Federal.

Serras e Residuais do Alto Paraguai - ocupam uma área de rochas cristalinas e rochas sedimentares antigas, que se concentram ao norte e ao sul da grande planície do Pantanal, no oeste brasileiro. Aí, na porção meridional, destaca-se a serra da Bodoquena, onde as altitudes alcançam cerca de 800 m.

Planalto da Borborema - corresponde a uma área de terrenos formados de rochas pré cambrianos e sedimentares antigas, aparecendo na porção oriental no nordeste brasileiro, a leste do estado de Pernambuco, como um grande núcleo cristalino e isolado, atingindo altitudes em torno de 1.000 m.

Planalto Sul-rio-grandense - superfície caracterizada pela presença de rochas de diversas origens geológicas, apresenta um certo predomínio de material pré cambriano. Localiza-se na extremidade meridional do país, no sul do Rio Grande do Sul, onde encontramos as famosas "coxilhas", que são superfícies convexas, caracterizadas por colinas suavemente onduladas, com altitudes inferiores a 450 m.

- Depressões

Depressão da Amazônia Ocidental - corresponde a uma enorme área de origem sedimentar no oeste da Amazônia, com altitudes em torno de 200 m, apresentando uma superfície aplainada, atravessada ao centro pelas águas do rio Amazonas.

Depressão Marginal Norte Amazônia - localizada na porção norte da Amazônia, entre o planalto da Amazônia oriental e os planaltos residuais norte amazônicos, com altitudes que variam entre 200 e 300 m. Com rochas cristalinas e sedimentares antigas, e estende-se entre o litoral do Amapá e a fronteira do estado do Amazonas com a Colômbia.

Depressão Marginal Sul Amazônia - com terrenos predominantemente sedimentares e altitudes variando entre 100 e 400 m, está localizado na porção meridional da Amazônia, intercalando-se com as terras dos planaltos residuais sul amazônicos.

Depressão do Araguaia - acompanha quase todo o vale do rio Araguaia e apresenta terrenos sedimentares, com uma topografia muito plana e altitudes entre 200 e 350 m. Em seu interior encontramos a planície do rio Araguaia.

Depressão Cuiabana - localizada no centro do país, encaixada entre os planaltos da bacia do Paraná, dos Parecis e do alto Paraguai, caracteriza-se pelo predomínio dos terrenos sedimentares de baixa altitude, variando entre 150 e 400 m.

Depressão do Alto Paraguai-Guaporé - superfície caracterizada pelo predomínio das rochas sedimentares, localiza-se entre os rios Jauru e Guaporé, no estado de Mato Grosso.

Depressão do Miranda - atravessada pelo rio Miranda, localiza-se no MS, ao sul do Pantanal. É uma área em que predominam rochas cristalinas pré cambrianas, com altitudes extremamente baixas, entre 100 e 150 m.

Depressão Sertaneja e do São Francisco - ocupam uma extensa faixa de terras que se alonga desde as proximidades do litoral do Ceará e Rio Grande do Norte, até o interior de Minas Gerais, acompanhando quase todo o curso do rio São Francisco. Apresentam variedade de formas e de estruturas geológicas, porém destaca-se a presença do relevo tabular, as chapadas, como as do Araripe (PE-CE) e do Apodi (RN).

Depressão do Tocantins - acompanha todo o trajeto do Rio Tocantins, quase sempre em terrenos de formação cristalinas pré cambriana. Suas altitudes declinam de norte para sul, variando entre 200 e 500 m.

Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná - caracterizada pelo predomínio dos terrenos sedimentares das eras Paleozoica e Mesozoica, aparece como uma larga faixa de terras, localizada entre as terras dos planaltos da bacia do Paraná e do Atlântico leste e sudeste. Suas altitudes oscilam entre 600 e 700 m.

Depressão Periféricas sul-rio-grandense - ocupam as terras sedimentares drenadas pelas águas do rio Jacuí e do Rio Ibicuí, no Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por baixas altitudes, que variam em torno dos 200 m.

- Planícies

Planície do Rio Amazonas - a região das terras baixas amazônicas era considerada uma das maiores planícies do mundo, mas atualmente todo esse espaço divide-se em várias unidades, classificadas como planaltos, depressões e planície. Se considerássemos apenas a origem, seus,1,6 milhões de quilômetros quadrados formariam uma grande planície, pois a origem é sedimentar. Se considerássemos a altimetria, também denominaríamos esta região de planície, pois não ultrapassa 150 m de altitude. Considerando-se, no entanto, o processo erosivo e deposicional, percebemos que mais de 95% dessas terras baixas são, na verdade, planaltos ou depressões de baixa altitude, onde o processo erosivo se sobrepõe ao de sedimentação restando à planície verdadeira uma estreita faixa de terras às margens dos grandes rios da região.

Planície do Rio Araguaia - é uma planície estreita que se estende no sentido norte-sul, margeando o trecho médio do rio Araguaia, em terras dos estados de Goiás e Tocantins. Em seu interior, o maior destaque fica com a ilha do Bananal que, com uma área de cerca de 20.000 km2 , é a maior ilha fluvial do planeta.

Planície e Pantanal do Rio Guaporé - trata-se de uma faixa bastante estreita de terras planas e muito baixas, que se alonga pelas fronteiras ocidentais do país, penetrando a noroeste, no território boliviano, tendo seu eixo marcado pelas águas do rio Guaporé.

Planície e Pantanal Mato-grossense - corresponde a uma grande área que ocupa porção mais ocidental do Brasil Central. É de formação extremamente recente, datando do período quaternário da era Cenozoica; por isso apresenta altitudes muito modestas, em torno de 100 m acima do nível do mar. É considerada a mais típica planície brasileira, pois está em constante processo de sedimentação. Todo ano, durante o verão, as chuvas aumentam o nível de águas dos rios, que transbordam. Como o declive do relevo é mínimo, o fluxo maior das águas que descem para o Pantanal supera a capacidade de escoamento do rio Paraguai, eixo fluvial que atravessa a planície de norte a sul, ocasionando, então, as grandes enchentes que transformam toda a planície numa enorme área alagada (vem daí o nome "pantanal").

Passado o verão, com a estiagem do inverno, o rio retorna ao seu leito normal, e o Pantanal transforma-se então numa enorme área plana, coberta de campos, como uma planície comum.

Planície da Lagoa dos Patos e Mirim - ocupa quase a totalidade do litoral gaúcho, expandindo-se na porção mais meridional até o território do Uruguai. A originalidade dessa planície está em sua formação dominantemente marinha e lacustres, com mínima participação da deposição de origem fluvial.

Planícies e Tabuleiros Litorâneos - correspondem a inúmeras porções do litoral brasileiro e quase sempre ocupam áreas muito pequenas. Geralmente localizam se na foz de rios que deságuam no mar, especialmente daqueles de menor porte. Apresentam-se muito largas no litoral norte e quase desaparecem no litoral sudeste. E em trechos do litoral nordestino, essas pequenas planícies apresentam-se intercaladas com áreas de maior elevação as barreiras-, também de origem sedimentar.

Planaltos: Os planaltos são terrenos relativamente planos e situados em áreas de altitude mais elevada. São limitados, pelo menos de um lado, por superfícies mais baixas. No Brasil, são exemplos o Planalto Central Brasileiro, o Planalto Centro-Sul Mineiro, os planaltos da Região Amazônica e os planaltos da bacia sedimentar do Paraná.

Planícies: As planícies são áreas planas ou suavemente onduladas, formadas pela deposição de sedimentos transportados pela ação da água ou do vento, por exemplo. Em geral, encontram-se em regiões de baixa altitude. Por surgirem da deposição de sedimentos inconsolidados (partículas que não se assentaram) vindos de outros locais, são relevos mais recentes que outros. Entre as planícies brasileiras, destacam-se a do Pantanal mato-grossense, a do rio Amazonas e seus principais afluentes e as encontradas no litoral do país.

Depressões: As depressões são um conjunto de relevos planos ou ondulados que ficam abaixo do nível altimétrico (de altitude) das regiões vizinhas. Exemplos de depressão no Brasil podem ser encontrados na Região Amazônica, como as depressões do Acre e do Amapá. Encontram-se ainda na Região Sudeste, onde sítios urbanos aproveitaram as características favoráveis do relevo para a construção de grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte.

Serras: As serras constituem relevos acidentados, geralmente em forma de cristas (partes altas, seguidas por saliências) e topos aguçados ou em bordas elevadas de planaltos. A Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira são bons exemplos. As chapadas e os tabuleiros são relevos de topo plano formados em rochas sedimentares, normalmente limitados por bordas com inclinações variadas.

Chapadas: As chapadas estão situadas em altitudes medianas a elevadas. São exemplos no Brasil a Chapada Diamantina, as chapadas dos Guimarães e dos Parecis. Os tabuleiros são encontrados em altitudes relativamente baixas, podendo ocorrer nas faixas costeiras e interiores. No litoral, predominam na Região Nordeste e, no interior, na Região Amazônica.

Patamares: Por fim, os patamares são formas planas ou onduladas que constituem superfícies intermediárias ou degraus entre áreas de relevo mais elevado e áreas mais baixas. São encontrados na Região Nordeste entre as depressões sertanejas e a Serra da Borborema e na bacia sedimentar do Paraná, formando degraus entre níveis diferenciados de planaltos.

Hidrografia Brasileira

Definição

A hidrografia é o ramo da geografia física que estuda as águas do planeta, abrangendo, portanto rios, mares, oceanos, lagos, geleiras, água do subsolo e da atmosfera. A grande parte da reserva hídrica mundial (mais de 97%) concentra-se em oceanos e mares, com um volume de 1.380.000.000 km³. Já as águas continentais representam pouco mais de 2% da água do planeta, ficando com um volume em torno de 38.000.000 km³.

Hidrografia do Brasil

O Brasil tem um dos maiores complexos hidrográficos do mundo, apresentando rios com grandes extensões, larguras e profundidades. A maioria dos rios brasileiros nasce em regiões pouco elevadas, com exceção do rio Amazonas e de alguns afluentes que nascem na cordilheira dos Andes. O Brasil possui 8% de toda a água doce que está na superfície da Terra. Além disso, a maior bacia fluvial do mundo, a Amazônica, também fica no Brasil. Somente o rio Amazonas deságua no mar um quinto de toda a água doce que é despejada nos oceanos.

Rios de planalto e de planície

Devido à natureza do relevo, no Brasil predominam os rios de planalto, que apresentam rupturas de declive, vales encaixados, entre outras características, que lhes conferem um alto potencial para a geração de energia elétrica. Encachoeirados e com muitos desníveis entre a nascente e a foz, os rios de planalto apresentam grandes quedas-d'água. Assim, em decorrência de seu perfil não regularizado, ficam prejudicados no que diz respeito à navegabilidade. Os rios São Francisco e Paraná são os principais rios de planalto.

Em menor quantidade, temos no Brasil os rios que correm nas planícies, sendo usados basicamente para a navegação fluvial, por não apresentarem cachoeiras e saltos em seu percurso. Como exemplo, podem ser citados alguns rios da bacia Amazônica (região Norte) e da bacia Paraguaia (região Centro-Oeste, ocupando áreas do Pantanal Mato-Grossense). Entre os grandes rios nacionais, apenas o Amazonas e o Paraguai são predominantemente de planície e largamente utilizados para a navegação.

Apesar da maioria dos rios brasileiros nunca secar, alguns apresentam características curiosas, como por exemplo, o Jagauribe (Ceará), que desaparece nas secas, e o Paraguaçu (Bahia), que se torna subterrâneo e depois volta a ficar visível.

Características gerais

• Ocorrência de grande parte dos rios do tipo caudalosos, isso significa cursos com elevado volume de água e que não secam (perene), característica derivada do clima úmido. Somente no sertão nordestino ocorre, em determinadas localidades, rios temporários.

• Domínio principal de foz do tipo estuário e alguns rios com foz do tipo delta.

• Os regimes dos rios brasileiros são de predominância do tipo pluvial, isso quer dizer que os períodos de cheias e vazantes são determinados pela ocorrência de chuvas e secas, influência direta do clima na hidrografia.

• Modesta quantidade de lagos.

• Superioridade de rios que desaguam no mar, nascem no interior do país e percorrem em direção ao oceano, chamado de drenagem do tipo exorreica.

• Grande parte dos rios corre sobre planaltos e depressões, esses são os tipos de relevo que mais se destacam no Brasil, favorecendo a instalação de usinas hidrelétricas.

• Grande parte dos rios brasileiros apresenta regime Tropical Austral, com cheias de verão e vazante no inverno.

Deltas

Os deltas correspondem à foz de um curso de água em que os aluviões fluviais se acumulam em vez de serem redistribuídos pelas vagas e correntes litorais. Deste modo, os deltas caracterizam-se por um avanço da terra em relação ao mar. É justamente esse traço que identifica os deltas. Muitas vezes o rio divide-se em vários braços, mas essa não é uma condição absolutamente necessária. No fundo, um delta representa o oposto de um estuário, porque no caso do delta as ações fluviais, de origem continental, dominam sobre as ações marinhas.

Os deltas atuais são holocénicos, mas sobrepõem-se muitas vezes a deltas mais antigos em locais subsidentes. Ao longo do litoral brasileiro existem áreas de progradação quaternária, a maioria das quais vinculadas a importantes desembocaduras fluviais, enquanto que outras não apresentam qualquer ligação com desembocaduras fluviais, atuais ou pretéritas. Todos os casos até aqui estudados, podem ser explicados pelo modelo de evolução paleogeografia concebido pelos autores, válido para o trecho Macaé (RJ) a Maceió (AL). Dois ou mais dos estádios do modelo completo podem ser omitidos na explicação da história evolutiva de algumas dessas planícies. As planícies costeiras dos rios Doce (ES) e Paraíba do Sul (RJ) caracterizam-se pela presença de expressivos deltas intralagunares, que foram construídos no interior de extensas paleolagunas.

As planícies costeiras dos rios Jequitinhonha (BA) e São Francisco (SE/AL), ambas de menor expressão do que as anteriores, não apresentam deltas intralagunares porque nunca chegaram a desenvolver lagunas de maior porte durante a sua evolução geológica. Por outro lado, a foz do Rio Parnaíba (PI/MA) pode ser considerada como de domínio essencialmente eólico e a planície de Caravelas (BA) não possui qualquer relação com desembocadura fluvial. Nessas planícies, que foram frequentemente descritas como essencialmente holocênicas, foram também encontrados sedimentos pleistocênicos ao lado dos holocênicos.

As tradicionais bacias hidrográficas do Brasil

Uma bacia hidrográfica é um conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) classifica os rios em nove bacias. São elas:

Bacia Amazônica

É a maior bacia hidrográfica do mundo, com 7.050.000 km², sendo mais da metade localizado em terras brasileiras. Abrange também terras da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Seu rio principal, o Amazonas, nasce no Peru com o nome de Vilcanota e recebe posteriormente os nomes de Ucaiali, Urubamba e Marañon. Quando entra no Brasil, passa a se chamar Solimões e, após o encontro com o Rio Negro, perto de Manaus, recebe o nome de Rio Amazonas.

Bacia do Nordeste

Abrange diversos rios de grande porte e de significado regional, como: Acaraú, Jaguaribe, Piranhas, Potengi, Capibaribe, Una, Pajeú, Turiaçu, Pindaré, Grajaú, Itapecuru, Mearim e Parnaíba. O rio Parnaíba forma a fronteira dos estados do Piauí e Maranhão, desde suas nascentes na serra da Tabatinga até o oceano Atlântico, além de representar uma importante hidrovia para o transporte dos produtos agrícolas da região.

Bacia do Tocantins-Araguaia

Com uma área superior a 800.000 km2, a bacia do rio Tocantins-Araguaia é a maior bacia hidrográfica inteiramente situada em território brasileiro. O rio Tocantins nasce na confluência dos rios Maranhão e Paraná (GO), enquanto o Araguaia nasce no Mato Grosso. Localiza-se nessa bacia a usina de Tucuruí (PA), que abastece projetos para a extração de ferro e alumínio.

Bacia do Paraguai

Destaca-se por sua navegabilidade, sendo bastante utilizada para o transporte de carga. Assim, torna-se importante para a integração dos países do MERCOSUL. Suas águas banham terras brasileiras, paraguaias e argentinas.

Bacia do Rio Paraná

É a região mais industrializada e urbanizada do país. Na bacia do Paraná reside quase um terço da população brasileira, sendo os principais aglomerados urbanos as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e de Curitiba. O rio Paraná, com aproximadamente 4.100 km, tem suas nascentes na região Sudeste, separando as terras do Paraná do Mato Grosso do Sul e do Paraguai. O rio Paraná é o principal curso d'água da bacia, mas também são muito importantes os seus afluentes e formadores, como os rios Grande, Paranaíba, Tietê, Paranapanema, Iguaçu, dentre outros. Essa bacia hidrográfica é a que tem a maior produção hidrelétrica do país, abrigando a maior usina hidrelétrica do mundo: a Usina de Itaipu, no Estado do Paraná, projeto conjunto entre Brasil e Paraguai.

Bacia do São Francisco

Nasce em Minas Gerais, na serra da Canastra, atravessando os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O Rio São Francisco é o principal curso d'água da bacia, com cerca de 2.700 km de extensão e 168 afluentes. De grande importância política, econômica e social, principalmente para a região nordeste do país, é navegável por cerca de 1.800 km, desde Pirapora, em Minas Gerais, até a cachoeira de Paulo Afonso. O principal aglomerado populacional da bacia do São Francisco corresponde à Região Metropolitana de Belo Horizonte, na região do Alto São Francisco.

Bacia do Sudeste-Sul

É composta por rios da importância do Jacuí, Itajaí e Ribeira do Iguape, entre outros. Os mesmos possuem importância regional, pela participação em atividades como transporte hidroviário, abastecimento d'água e geração de energia elétrica.

Bacia do Uruguai

É formada pelo rio Uruguai e por seus afluentes, desaguando no estuário do rio da Prata, já fora do território brasileiro. O rio Uruguai é formado pelos rios Canoas e Pelotas e serve de divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Faz ainda a fronteira entre Brasil e Argentina e entre Argentina e Uruguai. Deságua no oceano após percorrer 1.400 km. A região hidrográfica do Uruguai apresenta um grande potencial hidrelétrico, possuindo uma das maiores relações energia/km² do mundo.·.

Bacia do Leste*

Assim como a bacia do nordeste, esta bacia possui diversos rios de grande porte e importância regional. Entre eles, temos os rios Pardo, Jequitinhonha, Paraíba do Sul, Vaza-Barris, Itapicuru, das Contas, Paraguaçu, entre outros. O rio Paraíba do Sul, por exemplo, situa-se entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, apresentando ao longo do seu curso diversos aproveitamentos hidrelétricos, cidades ribeirinhas de porte e indústrias importantes, como a Companhia Siderúrgica Nacional.

Navegação fluvial

Na Amazônia, os rios que são tradicionalmente utilizados como hidrovias são: Amazonas, Madeira, Araguaia, Guaporé e Tocantins. O Rio Araguaia apresenta cerca de 1.162 km navegáveis, entre São João do Araguaia e Beleza. O Rio Tocantins apresenta aproximadamente 1.900 km navegáveis, partindo de Belém (PA), até Peixe (GO). Porém, essa navegação só é considerada útil, em qualquer época do ano, de Miracema do Norte (GO) para jusante.

Para que o Rio São Francisco seja navegável durante todo o ano, é necessário que a jusante da Pirapora (MG) regularize o seu escoamento, construindo reservatórios.

Recursos hídricos

O Brasil apresenta 12% dos recursos hídricos do planeta, é uma quantidade bem considerável, porém tais recursos não são aproveitados e distribuídos de maneira adequada. No início de 1997 a lei nº 9433 foi sancionada, e com isso foi estabelecida a Política Nacional de Recurso Hídrico e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Consideravam a água como um bem de domínio público, e em casos de falta a prioridade seria para o consumo humano.

Em meados do ano 2000 a lei nº 9984 foi promulgada, desenvolvendo a ANA (Agência Nacional de Águas), que ficou encarregada de outorgar e exercer fiscalização sobre o direito de uso dos recursos hídricos, além de criar e desenvolver movimentos com o intuito de impedir e controlar a ação das secas e inundações.

Águas subterrâneas

Para facilitar o estudo das águas subterrâneas o Brasil foi dividido em regiões homogêneas, formando 10 províncias hidrogeologias. Os limites dessas províncias não coincidem necessariamente com os das bacias hidrográficas, estas províncias são regiões onde os sistemas aquíferos apresentam condições semelhantes de armazenamento, circulação e qualidade de água.

Energia hidrelétrica

A grande extensão territorial do Brasil com predomínio de planaltos ondulados, o clima tropical dominante a sua vasta hidrografia, com predomínio de regime tropical pluvial, muito favorecem a instalação de usinas geradoras de hidroeletricidade, mediante o aproveitamento do elevado potencial hidráulico existente.

O potencial hidráulico de um rio é determinado pela função de duas variáveis:

- Volume de água.
- A altura de queda d'água ou ângulo de declividade do leito do rio.

O potencial hidrelétrico é resultado do aproveitamento parcial do potencial hidráulico, pois depende da altura da barragem e do volume médio de descarga nesse ponto durante o ano.

A ANEEL

A ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica) foi criada em 1996, e é o órgão responsável por regularizar e fiscalizar os aspectos técnicos, econômicos e administrativos das empresas do setor. Em 2001, houve crise de energética que gerou a necessidade de reduzir o consumo de energia elétrica por meio de racionamento de energético.

A crise ocorreu por uma soma de fatores: as poucas chuvas, e a falta de planejamento e ausência de investimentos em geração e distribuição de energia. Com a escassez de chuva, o nível de água dos reservatórios das hidroelétricas baixou e os brasileiros foram obrigados a racionar energia.

Principais hidrelétricas

A Rede Hidro meteorológica Nacional, conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é composta hoje por 5.138 estações, das quais 2.234 pluviométricas, 1.874 fluviométricas e 1.030 de outros tipos, como sedimentométricas, telemétricas, de qualidade das águas, evaporimétricas e climatológicas.

A energia elétrica atende a cerca de 92% dos domicílios no país. A produção de energia é realizada por usinas hidrelétricas e termoelétricas, sendo que as usinas hidrelétricas respondem, por cerca de 97% da energia elétrica gerada.

Principais hidrelétricas do Brasil:

Usina	Localização	Capacidade (MW)
Região Norte		
Tucuruí	Rio Tocantins	3.980
Balbina	Rio Uatumã	250
Região Nordeste		
Paulo Afonso	Rio São Francisco	2.460
Sobradinho	Rio São Francisco	1.050
Moxotó	Rio São Francisco	439,2
Itaparica	Rio São Francisco	1.500
Xingó	Rio São Francisco	3.000
Região Sudeste		
São Simão	Rio Paranaíba	1.715
Nova Ponte	Rio Araguari	510
Água Vermelha	Rio Grande	1.380
Três Irmãos	Rio Tietê	808
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192
Ilha Solteira	Rio Paraná	3.230
Porto Primavera	Rio Paraná	1.854
Jaguara	Rio Grande	425,6
Três Marias	Rio São Francisco	387,6
Região Sul		
Foz do Areia	Rio Iguaçu	2.511
Capivara	Rio Paranapanema	640
Itaipu	Rio Paraná	12.600
Parigot de Souza	Rio Capivari	246,96
Itaúba	Rio Jacuí	625
Salto Osório	Rio Iguaçu	1.050
Região Centro-Oeste		
Ilha Solteira	Rio Paraná	3.230
Itumbiara	Rio Paranaoba	2.080
Jupiá	Rio Paraná	1.411,2

Potencial Hidrelétrico-Bacias Hidrográficas

O valor do potencial hidrelétrico brasileiro é composto pela soma da parcela estimada (remanescente + individualizada) com a inventariada.

O potencial estimado é resultante da somatória dos estudos:

• De potencial remanescente - resultado de estimativa realizada em escritório, a partir de dados existentes, sem qualquer levantamento complementar, considerando-se um trecho do curso d'água, via de regra situado na cabeceira, sem determinar o local de implantação do aproveitamento; e,

• Individualizados - resultado de estimativa realizada em escritório para um determinado local, a partir de dados existentes ou levantamentos expeditos, sem qualquer levantamento detalhado.

A parcela inventariada inclui usinas em diferentes níveis de estudos - inventário, viabilidade e projeto básico - além de aproveitamentos em construção e operação (ELETROBRÁS, 2004). O potencial inventariado é resultante da somatória dos aproveitamentos:

• Apenas em inventário - resultado de estudo da bacia hidrográfica, realizado para a determinação do seu potencial hidrelétrico, mediante a escolha da melhor alternativa de divisão de queda, caracterizada pelo conjunto de aproveitamentos compatíveis entre si e com projetos desenvolvidos, de forma a se obter uma avaliação da energia disponível, dos impactos ambientais e dos custos de implantação dos empreendimentos;

• Com estudo de viabilidade - resultado da concepção global do aproveitamento, considerando sua otimização técnico-econômica que permita a elaboração dos documentos para licitação. Esse estudo compreende o dimensionamento das estruturas principais e das obras de infraestrutura local e a definição da respectiva área de influência, do uso múltiplo da água e dos efeitos sobre o meio ambiente;

• Com projeto básico - aproveitamento detalhado e em profundidade, com orçamento definido, que permita a elaboração dos documentos de licitação das obras civis e do fornecimento dos equipamentos eletromecânicos;

• Em construção - aproveitamento que teve suas obras iniciadas, sem nenhuma unidade geradora em operação; e.

• Em operação - os empreendimentos em operação constituem a capacidade instalada.

Os aproveitamentos somente são considerados para fins estatísticos nos estágios "inventário", "viabilidade" ou "projeto básico", se os respectivos estudos tiverem sido aprovados pelo poder concedente.

O potencial hidrelétrico brasileiro consiste em cerca de 260 GW. Contudo apenas 68% desse potencial foi inventariado. Entre as bacias com maior potencial destacam-se as do Rio Amazonas e do Rio Paraná.

Clima Brasileiro

Para identificar os tipos climáticos predominantes no território brasileiro, é preciso analisar os fatores do clima, tanto os dinâmicos como os estáticos. Os fatores estáticos vêm a ser a latitude e altitude. A latitude é à distância em graus de um ponto qualquer da superfície terrestre à linha do equador.

No Brasil, 93% do território localiza-se no interior da Zona Tropical, o que determina o predomínio de climas quentes, já os 7% restantes do território constituem uma exceção: são áreas em que predominam climas amenos, por situarem em latitudes mais distantes do equador. Considerando-se apenas a latitude, o Brasil possuiria só dois tipos climáticos:

Tropical, com área de ocorrência restrita ao interior da Zona tropical, ou seja, a área do país que se estende desde o extremo norte até o trópico de Capricórnio;

Temperado, com área de ocorrência correspondente ás áreas situadas ao sul do Trópico de capricórnio, de médias latitudes.

No caso da altitude, o território brasileiro possui uma altitude relativamente baixa, quando comparada com a de outros países. Assim apenas 7,3%de suas terras estão acima dos 800 metros. A influência da altitude é sentida particularmente nas chamadas terras altas do sudeste.

Outro fator climático são os fatores dinâmicos: as massas de ar, cinco grandes massas de ar agem frequentemente sobre o Brasil. Seu deslocamento ocorre devido ás diferenças de pressão atmosférica entre dois pontos. Dentre elas temos:

- Mec (massa equatorial continental, é uma massa quente e instável originada na Amazônia Ocidental, que atua sobre todas as regiões do país. Apesar de continental é uma massa úmida, em razão da presença de rios caudalosos e da intensa transpiração da massa vegetal da Amazônia, região em que provoca chuvas abundantes e quase diárias, principalmente no verão e no outono. No verão, avança para o interior do país provocando as "chuvas de verão".

- Mea (massa equatorial atlântica) é quente, úmida e originária do Atlântico Norte (próximo à Ilha de Açores). Atua nas regiões litorâneas do Norte do Nordeste, principalmente no verão e na primavera, sendo também formadoras dos ventos alísios de nordeste.

- Mta (massa tropical atlântica) origina-se no Oceano Atlântico e atua na faixa litorânea do Nordeste ao Sul do país. Quente e úmida provoca as chuvas frontais de inverno na região Nordeste a partir do seu encontro com a Massa Polar Atlântica e as chuvas de relevo nos litorais sul e sudeste, a partir do choque com a Serra do Mar. Também é formadora dos ventos alísios de sudeste.

- Mpa (massa polar atlântica) forma-se no Oceano Atlântico sul (próximo à Patagônia), sendo fria e úmida e atuando, sobretudo no inverno no litoral nordestino (causa chuvas frontais), nos estados sulinos (causa queda de temperatura e geadas) e na Amazônia Ocidental (causa fenômeno da friagem, queda brusca na temperatura).

- Mct. (massa tropical continental), originada na Depressão do Caco, é quente e seca e atua basicamente em sua área de origem, causando longos períodos quentes e secos no sul da região Centro-oeste e no interior das regiões Sul e Sudeste.





Indicação das massas de ar pelo Brasil.

Tipos Climáticos

Considerando a influência exercida pelos fatores climáticos sobre o território brasileiro, são identificados os grandes tipos de clima:

Clima subtropical

As regiões que possuem clima subtropical apresentam grande variação de temperatura entre verão e inverno, não possuem uma estação seca e as chuvas são bem distribuídas durante o ano. É um clima característico das áreas geográficas a sul do Trópico de Capricórnio e a norte do Trópico de Câncer, com temperaturas médias anuais nunca superiores a 20ºC. A temperatura mínima do mês mais frio nunca é menor que 0ºC.

O clima semi-árido

O clima semi-árido, presente nas regiões Nordeste e Sudeste, apresenta longos períodos secos e chuvas ocasionais concentradas em poucos meses do ano. As temperaturas são altas o ano todo, ficando em torno de 26 ºC. A vegetação típica desse tipo de clima é a caatinga.

Clima equatorial úmido

Este tipo de clima apresenta temperaturas altas o ano todo. As médias pluviométricas são altas, sendo as chuvas bem distribuídas nos 12 meses, e a estação seca é curta. Aliando esses fatores ao fenômeno da evapotranspiração, garante-se a umidade constante na região. É o clima predominante no complexo regional Amazônico.

Clima Tropical

Presente na maior parte do território brasileiro, este tipo de clima caracteriza-se pelas temperaturas altas. As temperaturas médias de 18 °C ou superiores são registradas em todos os meses do ano. O clima tropical apresenta uma clara distinção entre a temporada seca (inverno) e a chuvosa (verão). O índice pluviométrico é mais elevado nas áreas litorâneas.

Clima tropical de Altitude

Apresenta médias de temperaturas mais baixas que o clima tropical, ficando entre 15º e 22º C. Este clima é predominante nas partes altas do Planalto Atlântico do Sudeste, estendendo-se pelo centro de São Paulo, centro-sul de Minas Gerais e pelas regiões serranas do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As chuvas se concentram no verão, sendo o índice de pluviosidade influenciado pela proximidade do oceano.

Características climáticas de cada Região

Região Norte, a maior parte da região apresenta clima equatorial. Caracteriza-se pelo clima quente, com temperaturas médias anuais variando entre 24º e 26 ºC. Na foz do rio Amazonas, no litoral do Pará e no setor ocidental da região, o total pluviométrico anual geralmente excede os 3.000 mm. De Roraima até o leste do Pará as chuvas ocorrem com menor freqüência, ficando em torno de 1.500 a 1.700 mm anuais. O período chuvoso da região ocorre nos meses de verão/outono, com exceção de Roraima e parte do Amazonas, onde as chuvas ocorrem mais no inverno.

Região Nordeste, é uma região de caracterização climática complexa. O clima equatorial úmido está presente em uma pequena parte do estado do Maranhão, na divisa com o Pará; o clima litorâneo úmido ocorre no litoral da Bahia ao do Rio Grande do Norte; o clima tropical está presente nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí; e o clima tropical semi-árido ocorre em todo o sertão nordestino. Quanto ao regime térmico, na região nordeste as temperaturas são elevadas, com médias anuais entre 20º e 28 ºC, sendo que já foram registradas máximas em torno de 40 ºC no Piauí e no sul do Maranhão. Os meses de inverno apresentam mínimas entre 12º e 16 ºC no litoral, e inferiores nos planaltos, sendo que já foi registrado 1 ºC na Chapada da Diamantina. As chuvas são fonte de preocupação na região, variando de 2.000 mm até valores inferiores a 500 mm anuais. A precipitação média anual é inferior a 1.000 mm. Além disso, no sertão nordestino o período chuvoso normalmente dura apenas dois meses no ano, podendo eventualmente até não existir, causando as secas.

Região Centro-oeste, o clima da região é tropical semiúmido, com chuvas de verão. Nos extremos norte e sul da região, a temperatura média anual é de 22 ºC e nas chapadas varia de 20º a 22 ºC. Na primavera/verão, são comuns temperaturas elevadas, sendo que a média do mês mais quente varia de 24º a 26 ºC. A média das máximas do mês mais quente oscila entre 30º e 36 ºC. No inverno, em virtude da invasão polar, é comum a ocorrência de temperaturas mais baixas. No mês mais frio, a temperatura média oscila entre 15º e 24ºC, enquanto a média das mínimas fica entre 8º a 18ºC. A pluviosidade média é de 2.000 a 3.000 mm anuais ao norte de Mato Grosso, enquanto no Pantanal mato-grossense é de 1.250 mm. Apesar disso, a região centro-oeste é bem provida de chuvas, sendo que mais de 70% do total de chuvas ocorrem de novembro a março, o que torna o inverno bastante seco.

Região Sudeste, nesta região, as características climáticas mais fortes são de clima tropical. No litoral, predomina o clima tropical atlântico e, nos planaltos, o tropical de altitude, com geadas ocasionais. Existe ainda uma grande diversificação no que diz respeito à temperatura. No limite de São Paulo e Paraná, a temperatura média anual situa-se entre 20 ºC, enquanto ao norte de Minas Gerais a média é 24 ºC, e nas áreas mais elevadas das serras do Espinhaço, Mantiqueira e do Mar, a média pode ser inferior a 18 ºC, devido ao efeito conjugado da latitude com a freqüência das correntes polares. No verão, são comuns médias das máximas de 30 a 32 ºC. No inverno, a média das temperaturas mínimas varia de 6º a 20 ºC, com mínimas absolutas de -4 a 8 ºC. Em relação à pluviosidade, a altura anual da precipitação nessas áreas é superior a 1.500 mm, chegando a 2.340 mm no alto do Itatiaia e 3.600 mm na serra do Mar, em São Paulo. Os menores índices pluviométricos anuais são registrados nos vales dos rios Jequitinhonha e Doce, em torno de 900 mm.

Região Sul, com exceção do norte do Paraná, onde predomina o clima tropical, nesta região o clima predominante é o subtropical, responsável pelas temperaturas mais baixas do Brasil. Na região central do Paraná e no planalto serrano de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o inverno costuma registrar temperaturas abaixo de zero, com o surgimento de geada e até de neve em alguns municípios. A temperatura média anual situa-se entre 14 e 22ºC, sendo que nos locais com altitudes acima de 1.100 m, cai para aproximadamente 10ºC.

Vegetação Brasileira

Há no mundo uma imensa variedade de vegetação, dentre todos os países o Brasil possui um lugar de destaque em relação à quantidade de tipos de vegetação e belezas naturais. O Brasil possui um território continental, devido a isso apresenta vários tipos de vegetação, clima, relevo, hidrografia, esses são aspectos fisi-

cos e/ou naturais. Cada região do país possui uma particularidade acerca de uma vegetação, a variação corresponde à interrelação entre todos os elementos naturais. A vegetação é um dos aspectos naturais que mais se destaca na paisagem, apresenta características devido a sua formação a partir de aspectos de solo, clima entre outros elementos.

Floresta Amazônica

Corresponde à mata fechada com árvores de grande, médio e pequeno porte, a densidade dessa vegetação é proveniente do clima quente e úmido que favorece o desenvolvimento da biodiversidade. Na Floresta Amazônica prevalece o relevo plano, clima com elevadas temperaturas com baixa amplitude térmica e chuvas frequentes bem distribuídas durante todos os meses do ano. As temperaturas variam entre 25o a 28o C e os índices pluviométricos são superiores a 2.000 mm.

Calcula-se que dentro da floresta amazônica convivem em harmonia mais de 20% de todas as espécies vivas do planeta, sendo 20 mil de vegetais superiores, 1400 de peixes, 300 de mamíferos e 1300 de pássaros, sem falar das dezenas de milhares de espécies de insetos, outros invertebrados e micro-organismos. Para se ter ideia do que isso significa, existem mais espécies vegetais num hectare de floresta amazônica de que em todo o território europeu. A castanheira é o exemplo mais típico de árvore amazônica, sendo uma das mais imponentes da mata. De toda essa variedade, metade permanece ainda desconhecida da ciência, havendo muitas espécies endêmicas, ou seja, que vivem apenas numa localidade restrita, não ocorrendo em outras regiões. A vegetação pode ser classificada em: mata de terra firme (sempre seca), mata de várzea (que se alaga na época das chuvas) e mata de igapó (perenemente alagada). Existem, também, em menor quantidade, áreas de cerrado, campos e vegetação litorânea.

a) Mata de Igapó ou Caaigapó: Essa composição vegetativa ocorre em áreas de baixo relevo próximas a rios e por causa disso permanecem alagadas, as plantas dessas áreas apresentam estatura máxima de 20 metros, além de cipós e plantas aquáticas.

b) Mata de Várzea: Vegetação que se estabelece em áreas mais elevadas em relação às matas de igapó, mesmo assim sofre inundações, porém somente nos períodos de cheias. As árvores presentes possuem em média 20 metros de altura, sem contar com uma imensa quantidade de galhos repletos de espinhos, essa parte da floresta é de difícil acesso por ser muito fechada.

c) Mata de Terra Firme ou Mata Verdadeira (Caaetê): Ocorre nas regiões que não sofrem com as ações das cheias, nessa parte da floresta as árvores apresentam alturas que oscilam entre 30 e 60 metros e se desenvolvem com distâncias restritas entre si, fato que dificulta a inserção de luz, uma vez que as copas das mesmas ficam muito próximas, devido a isso quase não existem outras plantas menores, pois o interior dessas matas é escuro, tornando-se impróprias para reprodução de vegetais por não ocorrer o processo de fotossíntese.

Mata Atlântica

Considerada um dos biomas mais ameaçados do planeta, a Mata Atlântica é o domínio de natureza mais devastado do Brasil. Ela estende-se do Piauí ao Rio Grande do Sul, e correspondia a, aproximadamente, 15% do território nacional, no entanto, a intensa devastação desse bioma para plantação de cana-de-açúcar, café, mineração e outras atividades econômicas, reduziram drasticamente essa cobertura vegetal, restando, atualmente, apenas 7% da mata original, localizada principalmente na Serra do Mar.

A Mata Atlântica é composta por um conjunto de fisionomias e formações florestais, com estruturas e interações ecológicas distintas em cada região, ela está na faixa de transição com os mais importantes biomas do Brasil: caatinga, cerrados, mangues, campestres e planaltos de araucárias. Seu clima predominante é o tropical úmido, no entanto, existem outros microclimas ao longo da mata. Apresenta temperaturas médias elevadas durante o ano todo; a média de umidade relativa do ar também é elevada. As precipitações pluviométricas são regulares e bem distribuídas nesse bioma. Quanto ao relevo, é caracterizado por planaltos e serras. A importância hidrográfica da Mata Atlântica é grande, pois essa região abriga sete das nove maiores bacias hidrográficas do país, entre elas estão: Paraná, Uruguai, Paraíba do Sul, Doce, Jequitinhonha e São Francisco.

Esse bioma é um dos mais ricos do mundo em espécies da flora e da fauna. Sua vegetação é bem diversificada e é representada pela peroba, ipê, quaresmeira, cedro, jambo, jatobá, imbaúba, jequitibá-rosa, jacarandá, pau-brasil, entre outras. Esses dois últimos (jacarandá e pau-brasil) são o principal alvo da atividade madeireira, fato que ocasionou sua redução e quase extinção.

A fauna possui várias espécies distintas, sendo várias delas endêmicas, ou seja, são encontradas apenas na Mata Atlântica. Entre os animais desse bioma estão: tamanduá, tatu-canastra, onça-pintada, lontra, mico-leão, macaco muriqui, anta, veado, quati, cutia, bicho-preguiça, gambá, monocarvoeiro, araponga, jacutinga, jacu, macuco, entre tantos outros.

Existe uma grande necessidade de políticas públicas para a preservação da Mata Atlântica, visto que da área original desse bioma (1,3 milhão de km2) só restam 52.000 Km2. Outro fator é a quantidade de espécies ameaçadas de extinção: das 200 espécies vegetais brasileiras ameaçadas, 117 são desse bioma. Conforme dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Mata Atlântica abriga 383 dos 633 animais ameaçados de extinção no Brasil.

Mata dos Pinhais ou Floresta de Araucária

As Matas de Araucárias são encontradas na Região Sul do Brasil e nos pontos de relevo mais elevado da Região Sudeste. Existem pelo menos dezenove espécies desse tipo de vegetação, das quais treze são endêmicas (existe em um lugar específico). São encontradas na Ilha Norfolk, sudeste da Austrália, Nova Guiné, Argentina, Chile e Brasil. Essa cobertura vegetal se desenvolve em regiões nas quais predomina o clima subtropical, que apresenta invernos rigorosos e verões quentes, com índices pluviométricos relativamente elevados e bem distribuídos durante o ano. A araucária é um vegetal da família das coníferas que pode ser cultivado com fins ornamentais, em miniaturas. O Pinheiro-do-Paraná ou Araucária (Araucaria angustifolia) era encontrado com abundância no passado, atualmente no Brasil restaram restritas áreas preservadas.

As árvores que compõem essa particular cobertura vegetal possuem altitudes que podem variar entre 25 e 50 metros e troncos com 2 metros de espessura. As sementes dessas árvores, conhecidas como pinhão, podem ser ingeridas, os galhos envolvem todo o tronco central. Os fatores determinantes para o desenvolvimento dessa planta é o clima e o relevo, uma vez que ocorre principal-

mente em áreas de relevo mais elevado. Outra particularidade das araucárias é a restrita ocorrência de flores, provenientes das baixas temperaturas; além de não desenvolver outros tipos de plantas nas proximidades dos pinheiros. Diante disso, a composição paisagística dessa vegetação fica caracterizada principalmente pelo espaçamento entre as árvores, pois não existem vegetais de pequeno porte que poderiam fazer surgir uma vegetação densa; essas são compostas por florestas ralas.

Infelizmente, no Brasil, a proliferação das Araucárias está bastante comprometida e corre sério risco de entrar em extinção, fato decorrente das atividades produtivas desenvolvidas há várias décadas na região, especialmente na extração de madeira e ocupação agropecuária, reduzindo a 3% a forma original.

Mata dos Cocais

Mata dos cocais é um tipo de vegetação brasileira que ocorre entre a região norte e nordeste do Brasil, região denominada de meio-norte. Corresponde a uma área de transição envolvendo vários estados e vegetações distintas. Na região onde se encontra o meio-norte é possível identificar climas totalmente diferentes, como equatorial superúmido e semiárido. A mata dos cocais é composta por babaçu, carnaúba, oiticica e buriti; se estabelece entre a Amazônia e a caatinga, essa região abrange os estados do Maranhão, Piauí e norte do Tocantins. Nas áreas mais úmidas do meio-norte, que se encontram no Maranhão, norte do Tocantins e oeste do Piauí, ocorre o desenvolvimento de uma espécie de coqueiro ou palmeira chamada de babaçu. Essa planta possui uma altura que oscila entre 15 e 20 metros. O babaçu produz amêndoas que são retiradas de cachos de coquilhos do qual é extraído um óleo com uso difundido na indústria de cosméticos e alimentos. Nas regiões mais secas do meio-norte, que se estabelecem no leste do Piauí, e nas áreas litorâneas do Ceará desenvolve outra característica vegetal, a carnaúba. Carnaúba é uma árvore endêmica que pode alcançar aproximadamente 20 metros de altura, das folhagens se extrai a cera e a partir dessa matéria-prima são fabricados lubrificantes, a cera também é usada em perfumarias, na confecção de plásticos e adesivos. A mata dos cocais encontra-se em grande risco de extinção, pois tais regiões estão dando lugar a pastagens e lavouras, especialmente no Maranhão e boreal de Tocantins.

Matas-Galerias ou Matas Ciliares

Mata Ciliar e Mata de Galeria são vegetações existentes em terrenos drenados ou mal drenados, estão associadas a cursos d´agua. No Cerrado, a mata ciliar segue os rios de médio e grande porte, sendo uma mata estreita. Geralmente, a mata ciliar incide em terrenos acidentados. Ocorrem diferentes graus de queda das folhas na estação seca. Na mata de galeria há maior resistência das folhas nas estações secas. A mata de galeria possui dois subtipos, a não-inundável e a inundável. No Cerrado, por exemplo, ainda há a mata seca que apresenta três subtipos: Sempre-verde, Semidecídua e Decídua. Na vegetação de galeria é comum a existência de espécies epífitas, que são plantas que utilizam uma árvore como suporte ao seu crescimento, não fazendo da mesma fonte de sua nutrição, pois não são parasitas, por exemplo, as orquídeas.

É comum que a vegetação da mata de galeria não seja padronizada, há casos de vegetação não-inundável em área inundada.

Caatinga – (mata branca)

A caatinga, palavra originária do tupi-guarani, que significa "mata branca", é o único sistema ambiental exclusivamente brasileiro. Possui extensão territorial de 734.478 de quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 10% do território nacional, está presente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Piauí e norte de Minas Gerais. As temperaturas médias anuais são elevadas, oscilam entre 25° C e 29° C. O clima é semiárido; e o solo, raso e pedregoso, é composto por vários tipos diferentes de rochas. A ação do homem já alterou 80% da cobertura original da caatinga, que atualmente tem menos de 1% de sua área protegida em 36 unidades de conservação, que não permitem a exploração de recursos naturais. As secas são cíclicas e prolongadas, interferindo de maneira direta na vida de uma população de, aproximadamente, 25 milhões de habitantes.

As chuvas ocorrem no início do ano e o poder de recuperação do bioma é muito rápido, surgem pequenas plantas e as árvores ficam cobertas de folhas.

Vegetação – As plantas da caatinga são xerófilas, ou seja, adaptadas ao clima seco e à pouca quantidade de água. Algumas armazenam água, outras possuem raízes superficiais para captar o máximo de água da chuva. E há as que contam com recursos pra diminuir a transpiração, como espinhos e poucas folhas. A vegetação é formada por três estratos: o arbóreo, com árvores de 8 a 12 metros de altura; o arbustivo, com vegetação de 2 a 5 metros; e o herbáceo, abaixo de 2 metros. Entre as espécies mais comuns estão a amburana, o umbuzeiro e o mandacaru. Algumas dessas plantas podem produzir cera, fibra, óleo vegetal e, principalmente, frutas.

Fauna – A fauna da caatinga é bem diversificada, composta por répteis (principalmente lagartos e cobras), roedores, insetos, aracnídeos, cachorro-do-mato, arara-azul, (ameaçada de extinção), sapo-cururu, asa-branca, cutia, gambá, preá, veado catingueiro, tatupeba, sagui-do-nordeste, entre outros animais.

Cerrado (ou Savana do Brasil)

O Cerrado é um tipo de vegetação que compõe a fitogeografia brasileira, já ocupou 25% do território brasileiro, fato que lhe dá a condição de segunda maior cobertura vegetal do país, superada somente pela floresta Amazônica. No entanto, com o passar dos anos o Cerrado diminuiu significantemente. A vegetação do Cerrado se encontra em uma região onde o clima que predomina é o tropical, apresenta duas estações bem definidas: uma chuvosa, entre outubro e abril; e outra seca, entre maio e setembro. O Cerrado abrange os Estados da região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), além do sul do Pará e Maranhão, interior do Tocantins, oeste da Bahia e Minas Gerais e norte de São Paulo.

A vegetação predominante é constituída por espécies do tipo tropófilas (vegetais que se adaptam às duas estações distintas, como ocorre no Centro-Oeste), além disso, são caducifólias (que caem as folhas no período de estiagem) com raízes profundas. A vegetação é, em geral, de pequeno porte com galhos retorcidos e folhas grossas. Apesar dessa definição generalizada, o cerrado é constituído por várias características de vegetação, é classificado em subsistemas: de campo, de cerrado, de cerradão, de matas, de matas ciliares e de veredas e ambientes alagadiços. O Cerrado já ocupou uma área de 2 milhões de km^2, entretanto, hoje são aproximadamente 800 mil km^2. Essa expressiva diminuição se deve à intervenção humana no ecossistema.

Em geral, os solos são pobres e muito ácidos. Até a 1970 o cerrado era descartado quanto ao seu uso para a agricultura, mas com a modernização do campo surgiram novas técnicas que viabilizaram a sua ocupação para essa finalidade. Então foi realizada a correção do solo e os problemas de nutriente foram solucionados, atualmente essa região se destaca como grande produtor de grãos, carne e leite. Embora esses sejam os grandes "vilões" da devastação do Cerrado.

Campos (ou Estepes Brasileiros)

Os campos são formados por herbáceas, gramíneas e pequenos arbustos esparsos com características diversas, conforme a região. Esse bioma pode ser classificado da seguinte forma: - Campos limpos – Predomínio das gramíneas. - Campos sujos – Há a presença de arbustos, além das gramíneas. Campos de altitude – Áreas com altitudes superiores a 1,4 mil metros, encontrados na serra da Mantiqueira e no Planalto das Guianas. - Campos da hileia – É um tipo de formação rasteira encontrado na Amazônia, é caracterizado pelas áreas inundáveis da Amazônia oriental, como a ilha de Marajó, por exemplo. Campos meridionais – Não há presença arbustiva, predomina uma extensa área com gramíneas, propícia para o desenvolvimento da atividade agropecuária. Destaca-se a Campanha Gaúcha, no Rio Grande do Sul e os Campos de Vacaria, no Mato Grosso do Sul. Os campos ocupam áreas descontínuas do Brasil, na Região Norte esse bioma está presente sob a forma de savanas de gramíneas baixas, nas terras firmes do Amazonas, de Roraima e do Pará. Na Região Sul, surge como as pradarias mistas subtropicais.

Os campos do Sul são formados principalmente pelos pampas gaúchos, com clima subtropical, região plana de vegetação aberta e de pequeno porte que se estende do Rio Grande do Sul à Argentina e ao Uruguai. A vegetação campestre forma um tapete herbáceo com menos de 1 metro, com pouca variedade de espécies. Sete tipos de cacto e de bromélia são endêmicos da região, além de uma espécie de peixe - o cará, ou seja, são espécies encontradas apenas nesse local. A terra possui condições adequadas para o desenvolvimento da agricultura, além de comportar água em abundância. Os principais produtos agrícolas cultivados nessa região são arroz, milho, trigo e soja. No entanto, muitas áreas desse bioma já foram degradadas em razão da atividade econômica desenvolvida com a utilização de máquinas, e a intensa ocupação de rebanhos bovinos e plantações de trigo e, principalmente, de soja. A pecuária extensiva desgasta o solo, o plantio de soja e trigo diminuem a fertilidade do mesmo, além dos desmatamentos que causam erosão e desertificação.

Pantanal

O Brasil apresenta ao longo de seu território diversas composições vegetais, dentre elas o Pantanal, que é conhecido também por Complexo do Pantanal; sua formação vegetal recebe influência da floresta Amazônica, Mata Atlântica, Chaco e do Cerrado. Ocupando uma área de 210 mil km2, o Pantanal é considerado a maior planície alagável do mundo, está situado sobre uma enorme depressão cuja altitude não ultrapassa os 100 metros em relação ao nível do mar. Esse domínio encontra-se ao sul do Estado de Mato Grosso e noroeste do Mato Grosso do Sul, esse possui um percentual maior de Pantanal, cerca de 65%, enquanto que aquele detém 35%. O alagamento do Pantanal acontece no período chuvoso, nas épocas de estiagem formam-se pastagens naturais, situação que favorece a ocupação para criação de gado. A inundação do Pantanal acontece por causa das cheias do rio Paraguai e afluentes.

As superfícies pantaneiras mais elevadas abrangem a vegetação do Cerrado e, em áreas mais úmidas, apresentam florestas tropicais do tipo arbóreas. Essa parte da fitogeografia brasileira foi reconhecida pela UNESCO como um Patrimônio Natural da Humanidade, isso pelo fato de ser um dos ecossistemas mais bem preservados do mundo. Além disso, abriga uma imensa biodiversidade, são cerca de 670 espécies de aves, 242 de peixes, 110 de mamíferos, 50 de répteis. Incluindo ainda aproximadamente 1500 variedades de plantas. As atividades econômicas desenvolvidas no Pantanal que mais se destacam são a pecuária e a pesca. A criação de gado é uma atividade que consegue aliar preservação e renda. Porém, nas últimas décadas, gradativamente tem sido inserido na região pantaneira o cultivo de culturas monocultoras comerciais (ex. soja), provocando impactos negativos no ambiente pela aplicação de agrotóxicos, além da retirada da cobertura vegetal original que pode comprometer todo o ecossistema. Outro problema enfrentado está ligado à fauna, tendo em vista que ocorre uma intensa caça de jacarés e pesca indiscriminada.

Mangue

Os mangues correspondem a uma característica vegetativa que se apresenta em áreas costeiras, compreende uma faixa de transição entre aspectos terrestres e marinhos, esse tipo de cobertura vegetal se estabelece em lugares no qual predominam o clima tropical e subtropical. Os mangues se encontram em ambientes alagados com águas salobras, os vegetais do mangue são constituídos por raízes expostas favorecendo uma maior retirada de oxigênio e também proporcionando maior fixação.

Essa composição vegetal é fundamental na produção de alimentos para suprir as necessidades de diversos animais marinhos. O mangue é formado por plantas com aspecto arbustivo e também arbóreo, no entanto, os manguezais não são homogêneos, uma vez que há diferenças entre eles, desse modo são classificados ou divididos em: mangue vermelho, mangue branco e mangue-siriuba.

Apesar da importância dos manguezais na manutenção da vida marinha, esse ambiente tem sofrido profundas alterações promovidas principalmente pela ocupação urbana e especialmente para atender a especulação imobiliária. Dos 172.000 quilômetros quadrados de manguezais existentes no mundo, o Brasil responde por 15% do total, ou seja, 26.000 quilômetros quadrados distribuídos em todo litoral brasileiro, partindo do Amapá até Santa Catarina.

2 – A POPULAÇÃO: CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO, ESTRUTURA E MOVIMENTOS.

População Brasileira

O estudo da população de uma área qualquer deve se iniciar pelas informações quantitativas básicas, ou seja, os valores de sua população relativa, esta também denominada de densidade demográfica. A população absoluta corresponde ao número total de habitantes de uma determinada área. Trata-se de uma informação importante, uma vez que através dela pode-se ter uma ideia de um eventual mercado de consumo, ou da disponibilidade de mão-de-obra na região, ou ainda da necessidade e do porte dos investimentos governamentais para o conjunto da população. Quando uma certa porção do espaço apresenta uma elevada população absoluta, é considerada uma área populosa, o Brasil apresenta atualmente (2011) uma população de 194.227.984 habitantes. Essa quantia faz do país a quinta nação mais populosa do planeta, ficando atrás apenas da China e Índia, Estados Unidos e Indonésia, respectivamente. O Brasil é um país populoso, porém, é uma nação pouco povoada, com baixo índice de densidade demográfica. A densidade demográfica é o resultado da divisão da população de um determinado lugar por sua extensão territorial. São 194.227.984 pessoas em uma extensão territorial de 8.547.403,5 km², apresentando aproximadamente 22,72 habitantes por Km^2, bem distante dos 881,3 habitantes por Km^2 de Bangladesh.

No Brasil, o instrumento de coleta de dados demográficos é o recenseamento ou censo. O órgão responsável pela contagem da população é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que realiza a pesquisa por meio de entrevistas domiciliares. O conhecimento quantitativo da população é de fundamental importância, pois esses dados possibilitarão a realização de estimativas sobre mercado de consumo, disponibilidade de mão de obra, além de planejamentos para a elaboração de políticas públicas destinadas à saúde, educação, infraestrutura, etc. O primeiro censo demográfico realizado no Brasil foi em 1872, nessa ocasião a população totalizava 9.930,478 habitantes, em 1900 era de 17.438.434, já em 1950 a população era de 51.944.397, no ano 2000 a quantidade de habitantes do Brasil registrada foi de 169.590.693. Conforme estimativas do IBGE, a população brasileira em 2050 será de aproximadamente 260 milhões de pessoas, apresentando um aumento populacional de quase 67 milhões de habitantes em relação à população atual.

Em razão do constante aumento populacional ocorrido no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, intensificando-se nas últimas décadas, o país ocupa hoje a quinta posição dos países mais populosos do planeta, ficando atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira atingiu a marca de 190.755.799 habitantes.

No Brasil, o crescimento vegetativo é o principal responsável pelo aumento populacional, já que os fluxos migratórios ocorreram de forma mais intensa entre 1800 e 1950. Nesse período, a população brasileira totalizava 51.944,397 habitantes, bem longe dos atuais 190.755.799.

A população relativa, ou densidade demográfica, corresponde à relação entre o número de habitantes de uma determinada área e sua extensão territorial. É obtida através da divisão da população absoluta pela área territorial. Diz-se que uma área é povoada quando apresenta uma elevada densidade demográfica; quando sua densidade é muito baixa, diz-se que é um vazio demográfico. A taxa de população relativa do Brasil coloca-o entre os países menos povoados do planeta. É importante ressaltar que a densidade demográfica é um dado que nos fornece a distribuição teórica, e não real, da população pelo país. Entretanto, quando a densidade demográfica é alta, como a de alguns países europeus ou de leste-sudeste asiático, pode-se supor que ela se aproxime bastante da realidade. Isso porque alguns desses países têm pequena extensão territorial e, consequentemente, disponibilidade mínima de espaço, ocorrendo, assim, uma ocupação mais homogênea de todo o território.

Se a densidade demográfica é baixa, como no caso do Brasil, Canadá e outros países, a situação efetiva da distribuição da população pode ou não coincidir com o índice de população relativa. A população relativa do Brasil é reflexo de sua grande extensão territorial, e a baixa densidade demográfica não retrata a realidade nacional. Isso porque a população está muito mal distribuída: cerca de 90% dela se concentram próximo ao Oceano Atlântico, numa faixa que raramente ultrapassa 600km de largura.

A Distribuição da População Brasileira

O início e a evolução do povoamento do território brasileiro pelos portugueses teve um caráter marcadamente periférico. Um dos fatores responsáveis por isso foi o interesse mercantilista da época; visava-se apenas à exploração imediata das riquezas coloniais, sem preocupação com a colonização definitiva. As poucas cidades e vilas, assim como todas as áreas agrícolas, concentravam-se na costa atlântica, elo de união com a Metrópole. O Tratado de Tordesilhas, que estabelecia os limites dos territórios na América entre Portugal e Espanha, foi sendo gradativamente desrespeitado. Durante os séculos XVII e XVIII, com as bandeiras, a mineração, a penetração pelo vale do rio Amazonas e a expansão da pecuária no vale do São Francisco e o sertão do Nordeste, ocorreu o maior povoamento do interior. Formaram-se, na verdade, "ilhas" de povoamento, pois a maior parte da população ainda continuou próxima ao litoral.

No final do século XIX e início do século XX, tivemos a fase de exploração da borracha na Amazônia, que, embora tenha durado pouco tempo, no Sudeste, ocorria a "marcha do café", propiciando o avanço da povoação para o interior do estado de São Paulo e norte do Paraná. Após a segunda Guerra Mundial, e principalmente durante o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1960), ocorreu um grande desenvolvimento industrial no Sudeste. Essa industrialização, que se estende até hoje, tem atraído contingentes populacionais de todas as outras regiões.

População por município em 2010

A população brasileira é muito desigualmente distribuída no território, com um forte contraste entre litoral e interior, o primeiro é densamente povoado, enquanto o último é muito menos ocupado. Esse contraste reflete os efeitos do processo de processo de colonização e assentamento do território que foi feito, basicamente, a partir do litoral para o interior, de leste a oeste e, secundariamente, de sul para norte.

Até as áreas de concentração têm ocupação desigual: mesmo em estados com grandes contingentes populacionais grandes lacunas aparecem, e apenas São Paulo, o Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe e Alagoas estão com seu território ocupado de maneira quase contínua.

No resto do país, a distribuição da população está relacionada com redes de transportes, vias navegáveis (na Amazônia) e rodovias: pode-se seguir no mapa, marcado pelas sedes dos municípios, as principais rodovias amazônicas (BR364 Cuiabá-Porto Velho, BR163 Cuiabá-Santarém, BR010 Brasília-Belém, BR230 Transamazônica).

Tabela 1 Os *municípios* mais povoados

	Área total (km2)	População	Densidade (hab./ km2)
São Paulo SP	1.523	11.253.503	7.388
Rio de Janeiro RJ	1.200	6.320.446	5.266
Salvador BA	693	2.675.656	3.859
Brasília DF	5.788	2.570.160	444
Fortaleza CE	315	2.452.185	7.787
Belo Horizonte MG	331	2.375.151	7.167
Manaus AM	11.401	1.802.014	158
Curitiba PR	435	1.751.907	4.025
Recife PE	219	1.537.704	7.038
Porto Alegre RS	497	1.409.351	2.838

Tabela 2 Os municípios menos povoados

	Área total (km2)	População	Densidade (hab./ km2)
Borá SP	119	805	7
Serra da Saudade MG	336	815	2
Anhanguera GO	57	1.020	18
Oliveira de Fátima TO	206	1.037	5
Araguainha MT	688	1.096	2
Nova Castilho SP	183	1.125	6
Cedro do Abaeté MG	283	1.210	4
André da Rocha RS	324	1.216	4
Uru SP	147	1.251	9
Miguel Leão PI	94	1.253	13

Malha municipal - Área dos municípios

Causa e consequência desses contrastes de povoamento, as diferenças entre os municípios são enormes, se os menores são semelhantes aos seus equivalentes europeus, outros são do tamanho de países do velho continente. Entre o menor, Santa Cruz de Minas (Minas Gerais, 3,6 km2) e o maior, Altamira (Pará, 159.533km2), a proporção é demais de 1para 44.000.

Quatro municípios, todos localizados na Amazônia ultrapassam os 100000 km2(a área sua combinada é quase do tamanho da França). Ao somaras áreas dos dez primeiros (de mais de 5.000 no total), chegamos a 11%do país, juntos eles representam a mesma área que os 3.450 menores juntos.

Tabela 3 Os maiores *municípios*

	Área total (km2)	População	Densidade (hab./ km2)
Altamira PA	159.533	99.075	0,62
Barcelos AM	122.476	25.718	0,21
São Gabriel da Cachoeira AM	109.184	37.896	0,35
Oriximiná PA	107.603	62.794	0,58
Tapauá AM	89.325	19.077	0,21
São Félix do Xingu PA	84.213	91.340	1,08
Atalaia do Norte AM	76.352	15.153	0,20
Almeirim PA	72.955	33.614	0,46
Jutaí AM	69.552	17.992	0,26
Lábrea AM	68.234	37.701	0,55

Tabela 4 Os menores *municípios*

	Área total (km2)	População	Densidade (hab./ km2)
Santa Cruz de Minas MG	4	7.865	2.206
Águas de São Pedro SP	5	2.707	504
São Caetano do Sul SP	15	149.263	9.709
Fernando de Noronha PE	17	2.630	155
Poá SP	17	106.013	6.212
Jandira SP	18	108.344	6.125
Nilópolis RJ	19	157.425	8.118
General Maynard SE	20	2.929	147
Taboão da Serra SP	20	244.528	12.050
Toritama PE	26	35.554	1.383

Os casos extremos

Densidades

Densidade populacional por *município* em 2010

A distribuição de densidades obedece a uma lógica claramente Leste-Oeste, o resultado do processo de ocupação e colonização a partir da costa. Assim, as maiores densidades estão na parte mais próxima do litoral no Nordeste, no Sudeste e no Sul, elas podem ultrapassar a marca das 10 000pessoas por quilômetro quadrado nas capitais.

Dividindo os 5.565municípiosem três grupos iguais, constrói-se um mapa de densidades contrastantes: a maior parte da Amazônia e do Centro-Oeste tem densidades muito baixa, entre 0,13e 16habitantes por quilômetro quadrado, onde se destacam apenas as capitais e alguns municípios que têm entre 16e 38habitantes por quilômetro quadrado.

A zona litorânea tampouco é homogênea: quase deserta ao norte do Rio Amazonas, ela é dividida em duas partes, de ambos os lados de um centro pouco ocupado (sul da Bahia e Espírito Santo).

No Nordeste, o contraste nacional, entre o litoral e interior, é reiterado. No Sudeste e no Sul, no entanto, a densidade continua a ser elevada em muitas áreas próximas da fronteira ocidental do país, é o único lugar onde o Brasil mais povoado tem certa “profundidade”, mas a densidade cai drasticamente na fronteira entre os estados de São Paulo e do Paraná, no leste, e do Mato Grosso do Sul, no oeste.

Tabela 5 Os *municípios* mais densamente povoados

	Área total (km2)	População	Densidade (hab./ km2)
São João de Meriti RJ	35	458.673	13.025
Diadema SP	31	386.089	12.519
Taboão da Serra SP	20	244.528	12.050
Carapicuíba SP	35	369.584	10.680
Osasco SP	64	666.740	10.412
São Caetano do Sul SP	15	149.263	9.709
Olinda PE	42	377.779	9.068
Nilópolis RJ	19	157.425	8.118
Fortaleza CE	315	2.452.185	7.787
São Paulo SP	1.523	11.253.503	7.388

Tabela 6 Os *municípios* menos densamente povoados

	Área total (km2)	População	Densidade (hab./ km2)
Japurá AM	55.792	7.326	0,13
Atalaia do Norte AM	76.352	15.153	0,20
Barcelos AM	122.476	25.718	0,21
Tapauá AM	89.325	19.077	0,21
Mateiros TO	9.584	2.223	0,23
Jutaí AM	69.552	17.992	0,26
Jacareacanga PA	53.303	14.103	0,26
Rondolândia MT	12.671	3.604	0,28
Santa Isabel do Rio Negro AM	62.846	18.146	0,29
Itamarati AM	25.276	8.038	0,32

A população Absoluta por Regiões

O Sudeste é a região mais populosa do país, em função de seu alto grau de desenvolvimento econômico-industrial, que desde a década de 1930 transformou-a num grande polo de atração populacional. Segunda região em população absoluta, o Nordeste se caracteriza por uma alta taxa de natalidade, que supera a taxa de mortalidade e a grande emigração. O forte povoamento regional deve-se também a fatores históricos, uma vez que foi em sua faixa litorânea que tiveram início o povoamento do Brasil e seu aproveitamento econômico. O Sul é a terceira região brasileira em população absoluta. Seu povoamento deveu-se, sobretudo a maciça entrada de imigrantes europeus, no final do século passado, que para ali foram atendendo à política imigratória do governo, que desejava povoar a região. Hoje também o fato de ser a segunda região brasileira em produção econômica, atraindo grande número de migrantes internos.

A Região Norte é pouco populosa em função de dois aspectos muito marcantes: sua paisagem natural – onde se destacam uma floresta muito fechada e um clima super úmido – e sua economia, que sempre esteve ligada ao extrativismo. Mais recentemente, com a implantação de projetos hidrelétricos, minerais e industriais, sua população cresceu rapidamente, passando do quinto para o quarto lugar. O Centro-Oeste é a região menos populosa do país, tendo em vista sua atividade básica – a pecuária extensiva – não exigir muita mão-de-obra. Além disso, houve a introdução da lavoura comercial intensamente mecanizada, que também não gera muito emprego, não atraindo migrantes para a região e não oferecendo grandes perspectiva para quem nasce lá, que, por isso, acaba emigrando.

A População Relativa por Regiões

A população relativa brasileira, em função da grande extensão territorial, é relativamente baixa. Além de ter uma baixa densidade demográfica, o Brasil apresenta uma distribuição irregular dos habitantes pelo território. A região Sudeste é a de maior densidade demográfica, devido, como já vimos, ao seu maior desenvolvimento econômico. A industrialização atraiu para a região grande número de imigrantes, vindos de todas as partes do país, tornando-a a mais populosa e mais povoada região brasileira. A região sul é a segunda em densidade demográfica, em função de dois fatores: é como o Sudeste, uma região bastante rica (o que concentra população), e é formada apenas por três estados, fato que por si só já contribui para elevar a densidade regional. O Nordeste, muito populoso, é a segunda região em população absoluta. Entretanto, sua densidade demográfica é bem menor que a do Sudeste e do Sul, devido à sua grande área e ao fato de ser área de saída de população, tendo em vista seus graves problemas sociais e econômicos.

O Centro-Oeste é a quarta região brasileira em densidade demográfica, em função de sua extensa área e de sua economia baseada na agropecuária desenvolvida com pouca mão-de-obra. A região mais vazia do país é o Norte. Sua baixa densidade demográfica retrata a pequena participação da região na economia brasileira e sua grande área territorial (45,25% do território nacional). As áreas de densidade demográfica mais elevada – o Sudeste, o Sul e a porção oriental do Nordeste – historicamente foram as primeiras a serem povoadas e são as que concentram a produção econômica do país.

As Formas de Crescimento Populacional

Existem duas maneiras de a população de um país crescer numericamente: o movimento vertical e o movimento horizontal. O movimento vertical é fundamentado na diferença entre a quantidade de crianças que nascem anualmente e a quantidade de pessoas que morrem, nesse mesmo ano, indicada através de valores porcentuais (%), ou em milhagem (‰). A diferença entre as duas taxas será, então, a taxa de crescimento da população. A esse resultado denominamos crescimento natural ou crescimento vegetativo. Já o movimento horizontal corresponde às migrações (deslocamento das pessoas de uma área para outra, onde fixam residência). Esse processo afeta diretamente o número de habitantes das duas áreas, a de origem e a de destino.

Taxa de fecundidade: O número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, no Brasil, foi de 1,86 filho em 2010, bem inferior ao do Censo 2000, 2,38 filhos. Essa diminuição dos níveis de fecundidade ocorreu em todas as grandes regiões brasileiras. Os maiores declínios foram observados nas regiões Nordeste e Norte, que possuíam os mais altos níveis de fecundidade em 2000. Entre as unidades da federação, a mais baixa taxa de fecundidade pertence ao Rio de Janeiro (1,62 filho por mulher), seguido por São Paulo (1,63) e Distrito Federal (1,69). A mais alta foi a do Acre (2,77 filhos por mulher).

Tabela 1 - Grandes Regiões - Taxa de Fecundidade Total - 2000-2010

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010(%)
	2000	2010(1)	
BRASIL	2,38	1,86	-21,9
NORTE	3,16	2,42	-23,5
NORDESTE	2,69	2,01	-25,2
SUDESTE	2,10	1,66	-21,0
SUL	2,24	1,75	-21,7
CENTRO OESTE	2,25	1,88	-16,3

Fonte: Censos Demográficos 2000/2010
(1) Resultados Preliminares

O padrão de fecundidade das mulheres brasileiras também sofreu alterações entre 2000 e 2010. A tendência observada até então era de rejuvenescimento, isto é, uma maior concentração dos níveis de fecundidade nas idades mais jovens. Em 2010, ocorre uma mudança, e os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, que concentravam 18,8% e 29,3% da fecundidade total em 2000, respectivamente, passaram a concentrar 17,7% e 27,0% em 2010. Para os grupos de idade acima de 30 anos, observa-se um aumento de participação, de 27,6% em 2000 para 31,3% em 2010.

Taxa de mortalidade: o Brasil apresenta uma elevada taxa de mortalidade, também comum em países subdesenvolvidos, enquadrando-se entre as nações mais vitimadas por moléstias infecciosas e parasitárias, praticamente inexistentes no mundo desenvolvido. Desde 1940, a taxa de mortalidade brasileira também vem caindo, como reflexo de uma progressiva popularização de medidas de higiene, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; da ampliação das condições de atendimento médico e abertura de postos de saúde em áreas mais distantes; das campanhas de vacinação; e do aumento quantitativo da assistência médica e do atendimento hospitalar.

Taxa de mortalidade infantil: De 2000 para 2010, a taxa de mortalidade infantil caiu de 29,7‰ para 15,6‰, o que representou decréscimo de 47,6% na última década. Com queda de 58,6%, o Nordeste liderou o declínio das taxas de mortalidade infantil no país, passando de 44,7 para 18,5 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidas vivas, apesar de ainda ser a região com o maior indicador. O Sul manteve os menores indicadores em 2000 (18,9‰) e 2010 (12,6‰).

Na última década, a diminuição das desigualdades sociais e regionais contribuiu para a formação do quadro atual de baixa na mortalidade infantil e de maior convergência entre as regiões. Todavia, ainda há um longo caminho a percorrer para que o Brasil se aproxime dos níveis das regiões mais desenvolvidas do mundo, em torno de cinco óbitos de crianças menores de um ano para cada mil nascidas vidas.

Crescimento vegetativo: a população de uma localidade qualquer aumenta em função das migrações e do crescimento vegetativo. No caso brasileiro, é pequena a contribuição das migrações para o aumento populacional. Assim, como esse aumento é alto, conclui-se que o Brasil apresenta alto crescimento vegetativo, a despeito das altas taxas de mortalidade, sobretudo infantil. A estimativa da Fundação IBGE para 2010 é de uma taxa bruta de natalidade de 18,67‰ — ou seja, 18,67 nascidos para cada grupo de mil pessoas ao ano, e uma taxa bruta de mortalidade de 6,25‰ — ou seja 6,25 mortes por mil nascidos ao ano. Esses revelam um crescimento vegetativo anual de 12,68.

Expectativa de vida: no Brasil, a expectativa de vida está em torno de 76 anos para os homens e 78 para as mulheres. Dessa forma, esse país se distância das nações paupérrimas, em que essa expectativa não alcança 50 anos (Mauritânia, Guiné, Níger e outras), mas ainda não alcança o patamar das nações desenvolvidas, onde a expectativa de vida ultrapassa os 75 anos (Noruega, Suécia e outras). A expectativa de vida varia na razão inversa da taxa de mortalidade, ou seja, são índices inversamente proporcionais. Assim no Brasil, paralelamente ao decréscimo da mortalidade, ocorre uma elevação da expectativa de vida.

Taxa de natalidade: As taxas de natalidade do Brasil, enquadradas entre as mais elevadas do mundo, vêm decrescendo nitidamente nos últimos anos. A análise desse declínio nas taxas de natalidade do país deve ser paralela à análise do processo de urbanização da população brasileira, particularmente a partir de 1940. Direta ou indiretamente, as variações no número de nascimentos estão relacionadas às implicações socioeconômicas decorrentes do processo de urbanização do país. Entre inúmeros outros, costumam-se destacar como fatores inibidores da natalidade, principalmente após 1970, os seguintes:

- no meio urbano, a idade média para o casamento é maior que no meio rural, diminuindo, assim, o período social de fertilidade e, consequentemente, a média de filhos por família;
- nas áreas urbanas, o custo da criação dos filhos é muito elevado, pois as exigências são maiores (educação, vestuário, transporte, etc.);
- a integração da mulher no campo de trabalho promoveu uma queda na natalidade, devido às restrições à gravidez no trabalho e à falta de creches. Essa é também uma das razões que explicam o elevado número de abortos realizados anualmente no país;
- como consequência da urbanização, houve maior acesso a métodos anticoncepcionais, especialmente na última década.

Estrutura Etária da População Brasileira

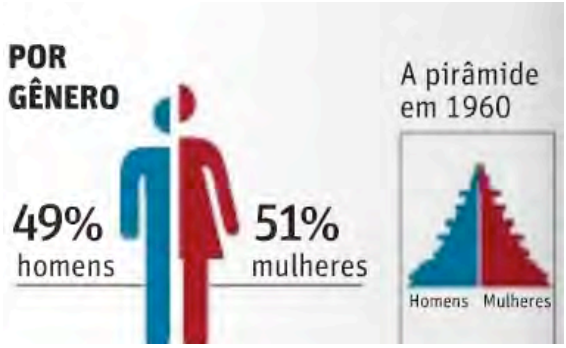
Em função das transformações ocorridas nos últimos anos, especialmente no que se refere à natalidade (o número de crianças na faixa de 1 a 4 anos alcançou um total inferior ao das crianças de 5 a 9), a pirâmide etária do Brasil começou a assumir uma nova forma. A ainda significativa juventude da população brasileira, quase metade do total da população, se por um lado poderia ser considerada uma vantagem para o país, do ponto de vista da potencialidade da força de trabalho, por outro gera uma série de problemas sociais e econômicos, como:

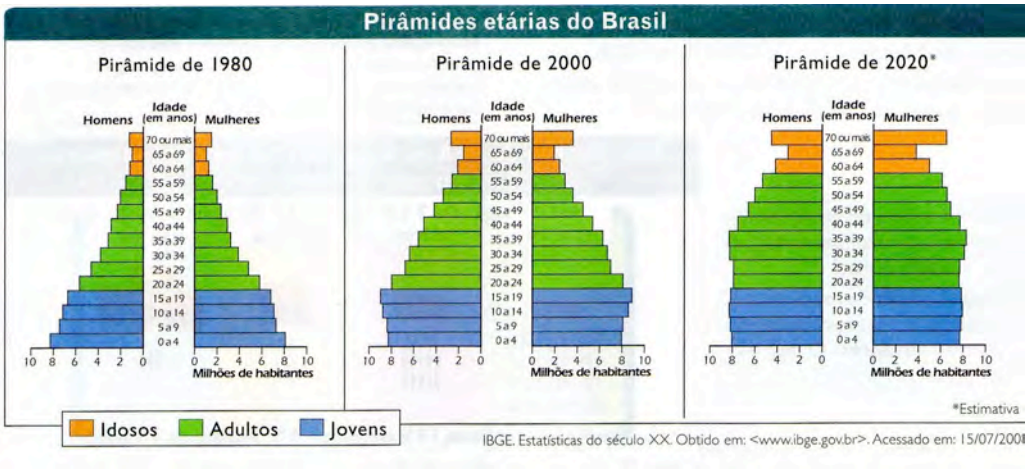
- necessidade de grandes investimentos em setores como educação e saúde, e na ampliação do mercado de trabalho;
- excessiva oferta de mão-de-obra, uma vez que as vagas no mercado de trabalho não acompanham o seu crescimento, o que determina a proliferação dos baixos salários, do subemprego e do desemprego;
- alto percentual de inativos ou dependentes, uma vez que aproximadamente 1/3 da população brasileira tem menos de 14 anos de idade.

O modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira não optou pelo preparo educacional ou profissional dessa juventude, nem pela valorização de seus recursos, e o que se vislumbra para o país, num futuro próximo, é o agravamento dos problemas sociais já considerados insuportáveis hoje. Os dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indicam que, no máximo 40 anos, a pirâmide etária brasileira será semelhante à da França atual. O país terá taxa de natalidade mais baixa e, com isso, média de idade maior. Há 50 anos, o país tinha o mesmo perfil etário do continente africano hoje: muitos jovens e crianças. Desde então, a população do país cresce em ritmo cada vez mais lento.

De acordo com o IBGE, a expansão demográfica média anual foi de apenas 1,17% nos últimos dez anos, ante 1,64% na década anterior. Nos anos 60, era de 2,89%. A população do país deve continuar a crescer por mais duas gerações até os anos 2030. Depois, deve estacionar ou até diminuir. O país deve começar a se preparar para as transformações que já acontecem em países como a França. Temos a oportunidade de antecipar discussões como a da reforma da Previdência. Com um número de pessoas em idade ativa menor do que o de idosos, a solvência do sistema ficará ameaçada. Porém, até atingir esse estágio, o país será beneficiado pelo chamado "bônus demográfico", caracterizado pela maior presença de adultos na sociedade. O predomínio da população produtiva vai dar condições de minimizar o impacto do envelhecimento nas contas públicas. A redução do número de crianças deve permitir ao país melhorar acesso e qualidade da educação sem aumentar muito os investimentos. Haverá também transformações no mercado de produtos e serviços. Com mais adultos e idosos, são esperadas mudanças nos serviços de saúde, na construção civil e até em lazer. O país vai ter cada vez mais idosos levando vida ativa. A economia vai ter que se adaptar às novas necessidades de consumo dessa população.







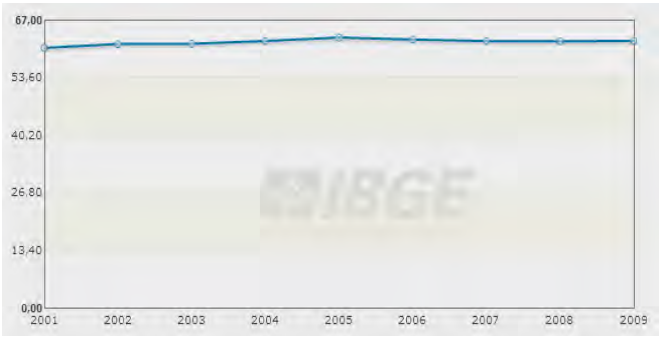
Estrutura por Atividade

O estudo da distribuição da população por atividades econômicas e profissionais se realiza a partir da análise da chamada População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não-Economicamente Ativa (PNEA), também conhecida como População Economicamente Inativa (PEI). De forma geral, considera-se como População Economicamente Ativa, ou PEA, a parcela da população absoluta que, tendo mais de 10 anos (no caso do Brasil, mais de 16 anos), está voltada pra o mercado de trabalho, tanto a que está efetivamente empregada, quanto a que está procurando emprego. A População Economicamente Inativa, ou PEI, é portanto, a parcela da população que não está envolvida com o mercado de trabalho, ou seja, é a que não está trabalhando, nem está à procura de emprego. Nesse caso, incluem-se as crianças com menos de 10 anos de idade (menos de 16 no Brasil), os idosos e aposentados, os inválidos e as donas de casa, pois o trabalho doméstico, quando não é realizado por empregados, não é considerado atividade econômica. A População Economicamente Ativa costuma ser agrupada em três setores de atividades econômicas.

Setores	***Atividades***
Primário	Relacionadas com o campo, com a agropecuária e o extrativismo.
Secundário	Relacionadas diretamente com a produção industrial, a construção civil e a mineração.
Terciário	Relacionadas com a prestação de serviços (educação, saúde, lazer, serviços bancários etc.) e o comércio.

A distribuição da População Economicamente Ativa pelos setores de atividade apresenta grandes diferenças entre países com distintos níveis de desenvolvimento. Países desenvolvidos, como a Alemanha, em geral têm sua População Economicamente Ativa concentrada no setor terciário, como produto de seu progresso econômico e social, e uma parcela muito pequena no setor primário, altamente, mecanizado. Já em países subdesenvolvidos, como a Indonésia, o setor primário emprega a maioria dos trabalhadores, resultado do elevado grau de atraso econômico e tecnológico. Há ainda países em estágio intermediário, como a Polônia, que embora apresente predomínio da População Economicamente Ativa no setor terciário, ainda tem um setor primário significativo, pois não dispõe de alta mecanização agrícola.

População Economicamente Ativa Brasileira



Os Indicadores Sociais no Brasil

Analisando-se os dados coletados e divulgados pelo IBGE, é possível afirmar-se que houve uma melhora nas condições sociais de grande parcela da população brasileira. Entre os principais indicadores dessa melhora, destacam-se o índice de distribuição de renda, o nível de escolaridade e o número de domicílios que dispõem de bens e serviços básicos.

- *Distribuição de renda*: A desigualdade no Brasil atingiu o menor nível da história, segundo o estudo Desigualdade e Renda na Década. O Índice de Gini chegou a 0,5304 em 2010, superando o patamar da década de 60 (quanto mais o índice se aproxima de, mais desigual é o país). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que 16.267.197 de pessoas vivem com renda per capita mensal de até R$ 70 no Brasil. Em 2010, a pobreza no País caiu 16% e atingiu a marca de 67,3% desde a implantação do Plano Real: 31,9% no governo Fernando Henrique e 50,6% durante o governo Lula, superando o período de implementação do plano.

- *Nível de alfabetização*: a situação educacional da maioria da população do país ainda é extremamente grave e vergonhosa; no entanto, houve também aí uma ligeira melhora. O porcentual de habitantes sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução – os analfabetos diminuiu, enquanto o porcentual de habitantes com 11 anos ou mais de instrução passou de 14,4% para 15,4%, nesse últimos anos.

- *Domicílios com bens e serviços básicos*: os dados mostram que nesse item também se verificou uma melhora. Dentre os serviços existentes, a iluminação elétrica está presente em quase todos os domicílios brasileiros (97,8%) e a coleta de lixo em 87,4% das moradias. Já o serviço de abastecimento de água alcança 82,7% dos domicílios e o esgotamento sanitário 67,2%.

Estrutura Étnica da População Brasileira

Um dos traços mais característicos da estrutura étnica da população brasileira é a enorme variedade de tipos, resultante de uma intensa mistura de raças. Esse processo vem ocorrendo desde o início da nossa história, portanto há quase 5 séculos. Três grupos étnicos básicos deram origem à população brasileira: o branco, o negro e o índio. O contato entre esses grupos começou a ocorrer nos primeiros anos da colonização, quando os brancos (portugueses) aqui se instalaram, aproximaram-se dos indígenas (nativos) e trouxeram os escravos negros (africanos). A miscigenação ocorreu de forma relativamente rápida já nesse período, dando origem, então, aos inúmeros tipos de mestiços que atualmente compõem a população brasileira.

Esses dados, entretanto, são muito discutíveis, porque não levam em conta as origens étnicas dos indivíduos, mas apenas a cor de sua pele. Assim devem ser analisados com cautela, pois a discriminação racial que atinge alguns grupos étnicos faz com que as respostas dos entrevistados sejam, muitas vezes, diferentes da realidade. É comum que um entrevistado negro ou índio responda ser mestiço, assim como indivíduos mestiços respondam ser branco. Um fato, no entanto, é inquestionável: a população brasileira torna-se cada vez mais miscigenada, diminuindo as diferenças mais visíveis entre os três grupos étnicos originais.

O Índio*:* Nunca se fizeram levantamentos precisos sobre o número de indígenas no Brasil, até porque muitos grupos nativos mantiveram-se distantes do contato com a civilização. Entretanto, estima-se que houvesse, no século XVI, um número entre 4 e 5 milhões de índios que, ao longo dos quatro séculos de aproximação com o branco, viram-se reduzidos a aproximadamente 320 mil indivíduos. Devido a processos contínuos de extinção – lutas, doenças, fome – e aculturação, pela qual os indígenas perdem suas origens culturais e lingüísticas, assimilando as do homem branco, esse número tende a diminuir ainda mais, segundo seu grau de contato com o homem civilizado, os indígenas podem ser classificados em: isolados (sem nenhuma aproximação e tornando-se cada vez mais raros); de contato intermitente (embora já tendo se aproximado dos brancos, conservam ainda certa autonomia cultural); de contato permanente; integrados (alfabetizados, inseridos no mercado de trabalho, com acesso aos produtos do mercado de consumo etc.).

Historicamente, o que se observou não foi a tendência à integração, mas sim à extinção do índio pois, além das doenças trazidas pelo contato com os brancos (gripe, sarampo, malária etc.), contribuíram para a extinção de vários grupos indígenas os conflitos pela posse de terra. Com a expansão das fronteiras agrícolas e a recente descoberta de minérios em áreas das regiões Norte e Centro-Oeste, tornou-se comum a invasão das reservas indígenas por grupos de posseiros e garimpeiros, tornando os conflitos ainda mais freqüentes e graves. Até mesmo o governo viola os limites dessas reservas ao construir rodovias e hidrelétricas em seus limites. A fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem como função aplicar a legislação contida no Estatuto do Índio, que fala em garantir seus costumes e propiciar-lhes uma educação que vise a sua integração. Para muitos, entretanto, manutenção de costumes e integração são conceitos antagônicos, pois integrar significa destruir língua, hábitos e crenças. Veja como a Constituição de 1988 aborda a questão do índio:

Capítulo VIII – Dos índios

Art. 231 – *São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens.*

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

O Negro*:* Apesar de já ser predominante no Brasil, a população negra ainda sofre com a desigualdade racial.

Em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de negros também subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7% (91 milhões de brasileiros).

Essa mudança de cenário faz parte de uma mudança cultural que vem sendo observada desde o Censo de 1991. O Brasil ainda é racista e discriminatório. Não é que da noite para o dia o País tenha deixado de ser racista, mas existem políticas. As demandas (da população negra), a questão da exclusão, tudo isso tem feito parte da agenda política.

O Branco*:* Pela primeira vez na História do Censo, a população do Brasil deixa de ser predominantemente branca. Pelos dados de 2010, as pessoas que se declararam brancas são 47,73% da população, enquanto em 2000 eram 53,74%. Nos outros Censos, até agora, os brancos sempre tinham sido mais que 50%. Em 2010, do total de 190.749.191 brasileiros, 91.051.646 se declararam brancos – o que faz com que, apesar de continuar sendo o grupo com maior número de pessoas em termos absolutos, a população branca tenha percentual menor do que a soma de pretos, pardos, amarelos e indígenas.

A migração interna: A migração interna corresponde aos movimentos populacionais que ocorrem dentro do país sem alterar sua população total, embora provoquem significativas mudanças econômicas e sociais nas áreas onde acontecem.

Migração inter-regional: Devido a alterações históricas na estrutura socioeconômica das várias regiões brasileiras, verificamos que, em certos períodos, algumas áreas atraem populações, enquanto outras as repelem. Podemos identificas, assim, diversas movimentações inter-regionais relacionadas a fatos históricos. Além dessas movimentações, há inúmeras outras em toda a história do Brasil, surgindo sempre novos fenômenos desse tipo. É o caso, por exemplo, das atuais frentes pioneiras que avançam em direção ao Brasil Central e Amazônia. As migrações internas, além de refletirem no seu deslocamento as mudanças econômicas que estão se realizando nas várias regiões, são de extrema importância no processo de ocupação territorial do país.

Outros Fluxos Migratórios

Dentro do país, há outros fluxos populacionais que não se caracterizam como migrações internas, pois não são duradouros. Apresentando ritmo, dimensão e objetivos variados, são chamados migrações pendulares. Os principais são:

- deslocamento dos corumbás – é o fluxo de pessoas que deixam o agreste ou o Sertão nordestino no período seco, após a colheita do algodão, para trabalhar na colheita de cana-de-açúcar na Zona da Mata, regressando depois ao local de origem. Tais fluxos e refluxos de população são ritmados pela alternância de períodos chuvosos e secos;

- deslocamento de boias-frias – corresponde aos movimentos de pessoas que, morando nas cidades, dirigem-se diariamente às fazendas para trabalhos agrícolas, conforme as necessidades dos fazendeiros. Trata-se de um movimento urbano-rural.

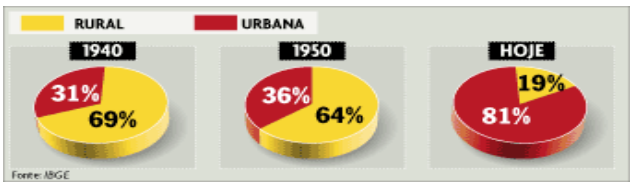
- deslocamento dos habitantes de cidades-dormitórios – são movimentos pendulares, diários e constantes, que se realizam em massa, dos núcleos residências periféricos, como bairros e cidades satélites, em direção aos centros industriais. Verificam-se nas zonas metropolitanas de grande densidade demográfica, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc.;

- deslocamento de fins de semana e férias – realizam-se com objetivos de lazer e descanso, sendo típicos de áreas de economia industrial. Periódicos e sazonais, tais movimentos estão ligados, em geral, à população que desfruta de um padrão de vida mais elevado.

A População Brasileira é Eminentemente Urbana

O Brasil chegou ao final do século XX como um país urbano. Este é o resultado de um processo iniciado na década de 50 na região Sudeste. A partir de então, este contraste se acentuou e se generalizou pelas cinco grandes regiões do país. Segundo o último Censo realizado, a população é mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%.

Em 2010, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas). Em 2000, da população brasileira 81,25% (137.953.959 pessoas) viviam em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural. Para se comparar, internacionalmente, o grau de urbanização no mundo há poucos anos ultrapassou 50%. Na União Europeia, há desde países com 61%, como Portugal, até outros como a França, com 85% da sua população morando em região urbana. No BRIC, o Brasil é o que possui maior grau de urbanização, pois a Rússia tem 73%, a China, 47% e a Índia, apenas 30%. Os EUA possui grau de urbanização pouco menor do que o do Brasil: 82%. Todos esses são de acordo com o The World FactBook da CIA para o ano de 2010.

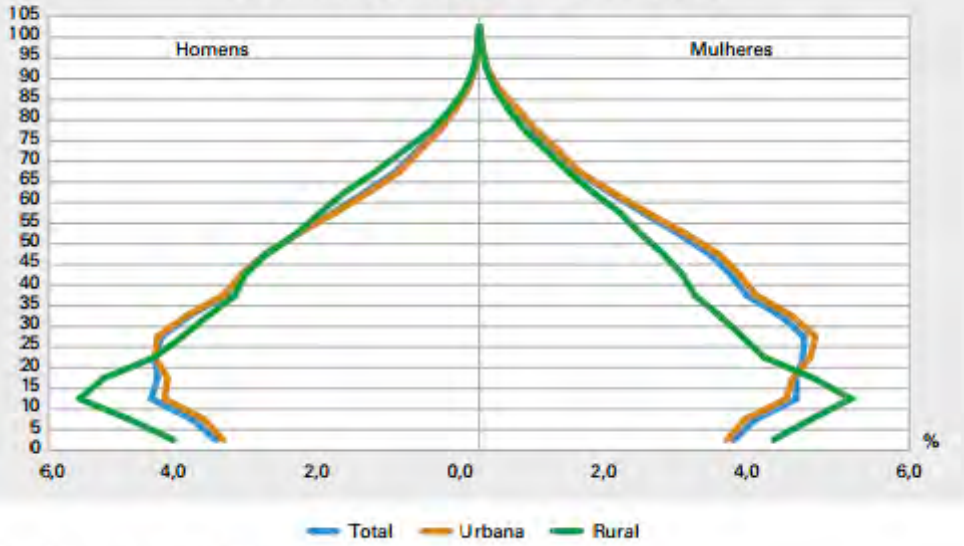


A região Sudeste segue sendo a região mais populosa do Brasil, com 80.353.724 pessoas. Entre 2000 e 2010, perderam participação das regiões Sudeste (de 42,8% para 42,1%), Nordeste (de 28,2% para 27,8%) e Sul (de 14,8% para 14,4%). Por outro lado, aumentaram seus percentuais de população brasileira as regiões Norte (de 7,6% para 8,3%) e Centro-Oeste (de 6,9% para 7,4%).

Entre as unidades da federação, São Paulo lidera com 41.252.160 pessoas. Por outro lado, Roraima é o estado menos populoso, com 451.227 pessoas. Houve mudanças no ranking dos maiores municípios do país, com Brasília (de 6º para 4º) e Manaus (de 9º para 7º) ganhando posições. Por outro lado, Belo Horizonte (de 4º para 6º), Curitiba (de 7º para 8º) e Recife (8º para 9º) perderam posições.

Como a população brasileira é predominantemente urbana - 84,4% é esperado que a estrutura nacional por sexo e idade nacional seja próxima da observada na área urbana. As diferenças entre as estruturas etárias das áreas urbana e rural se devem principalmente aos fatores da dinâmica demográfica dessas duas populações. Desse modo, têm-se as áreas urbanas com níveis de fecundidade e de mortalidade mais baixos do que os das áreas rurais e os movimentos migratórios que, na grande maioria das vezes, caracterizam a área urbana como de forte atração populacional e a rural como expulsora. Segundo os resultados do Censo Demográfico 2000, das 5 196 093 pessoas que efetuaram movimentos migratórios de "data fixa", 75,1% eram de áreas urbanas com destino urbano, 12,4% eram de áreas rurais com destino urbano; 7,7% de áreas urbanas com destino rural; e apenas 4,8% de áreas rurais com destino rural.

Gráfico - Composição da população residente, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A base mais estreita da pirâmide etária da área urbana é fruto de uma menor fecundidade. A proporção de população menor de 5 anos de idade, nesta área, foi de 7,0%, enquanto na área rural, de 8,4%. Segundo os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, a taxa de fecundidade total para a área urbana foi de 1,8 filho contra 2,7 filhos na área rural. Valores bastante inferiores aos observados em 1960, 5,0 e 8,4 filhos para as áreas urbana e rural, respectivamente. O maior estreitamento da base da pirâmide etária da área urbana pode ser constatado através da razão crianças-mulheres: 27,5 crianças menores de 5 anos de idade para cada grupo de 100 mulheres de 15 a 44 anos de idade, enquanto na área rural este valor foi de 38,9, o que representa um acréscimo de 41,4%.

É nítido também um maior contingente de população masculina na área rural. Neste caso, tem-se 111,1 homens para cada grupo de 100 mulheres, sendo que na área urbana a razão de sexofoi de 93,4 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esta maior participação da população masculina na área rural pode ser explicada pela seletividade da variável sexo nas correntes emigratórias de áreas rurais com destino urbano e pela natureza específica de determinadas atividades na agropecuária e na extração.

Apesar de nascerem mais crianças do sexo masculino do que do feminino, na população como um todo, tem-se mais mulheres que homens, em virtude dos diferenciais de mortalidade existentes entre os sexos. A mortalidade masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida. Na ausência de erros de contagem e de declaração da idade, o comportamento das razões de sexo se aproximaria das obtidas para a área urbana. Contudo, para área rural, a maior participação feminina só ocorrerá nas idades finais.

Nas duas últimas décadas, a composição da população residente por sexo e grupos de idade sofreu mudanças importantes, como o estreitamento da base da pirâmide, o aumento da participação relativa da população a partir do grupo de 25 a 29 anos de idade e o visível alargamento do topo da pirâmide etária, indicando o aumento da longevidade.

Migrações Brasileiras

Migração ou movimento migratório é o deslocamento da população de um lugar para outro. Os deslocamentos populacionais podem ser definitivos ou temporários.

Diversos motivos levam as pessoas a migrar: guerras, condições econômicas desfavoráveis, adversidades naturais como climas extremamente frios ou quentes, atividades vulcânica intensa, entre outros.

Os movimentos migratórios podem ser externos ou internos.

Migrações externas

A migração externa, também denominada migração internacional, ocorre quando a população se desloca entre países. Há dois tipos de migração externa:

Emigração: refere-se ao movimento de saída das pessoas de seu país de origem. Essas pessoas são emigrantes no seu país de origem.

Os emigrantes brasileiros dirigiram-se predominantemente para os Estados Unidos, Japão e países da Europa.

Imigração: corresponde ao movimento de entrada das pessoas estrangeiras em um país. Elas são imigrantes nesse país.

A maior onda imigratória no Brasil se deu entre as décadas de 1850 e 1930 e era formada por alemães, espanhóis, sírios, libaneses, poloneses, ucranianos, japoneses e, principalmente, italianos.

Migrações internas

A migração interna ocorre quando a população se desloca no interior de um país.

O êxodo rural corresponde à migração campo-cidade, isto é, à saída da população do meio rural com destino ao meio urbano. Esse é o movimento interno mais importante e é o responsável pela grande leva de migrantes que se dirigiram, e ainda se dirigem, às grandes cidades.

Existem outros dois tipos de migração interna:

Transumância é o deslocamento populacional que ocorre em certos períodos do ano.

Migração pendular é o movimento diário de vaivém da população que desloca da periferia para o centro e vice-versa.

Migrações no Brasil

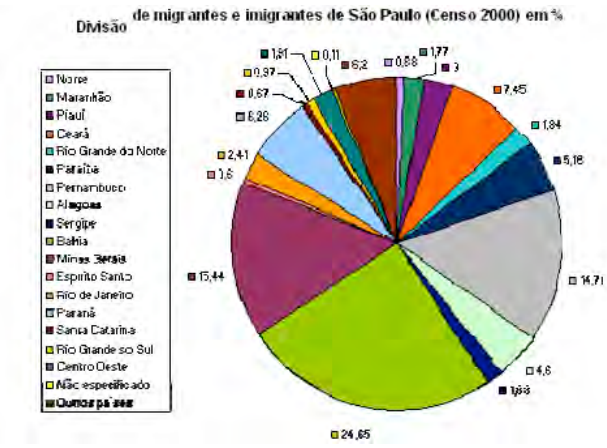
A taxa de crescimento populacional é composta pelo crescimento vegetativo e pela entrada de imigrantes. O Brasil, desde o início de sua colonização, recebeu grandes contingentes populacionais. No Período Colonial, esse contingente foi quase exclusivamente de portugueses e de negros. A partir da última década do século XIX, vieram europeus de várias nacionalidades (principalmente italianos, alemães e espanhóis) para substituir a mão-de-obra escrava nas fazendas de café. Calcula-se que, desde aquela época até hoje, entraram no Brasil cerca de 4,5 milhões de imigrantes.

Podemos observar muitos movimentos migratórios no Brasil, muitos deles vinculados a ciclos econômicos. Podemos citar:

- Séculos XVI e XVII – deslocamento de pessoas do litoral para o interior do Nordeste acompanhando a expansão da pecuária (através do Vale do São Francisco);
- Século XVIII – deslocamento de paulistas e nordestinos para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso atraídos pela descoberta de ouro e pedras preciosas;
- 1870-1910 – deslocamento de nordestinos para a Amazônia (especialmente para o Acre, durante o ciclo da borracha;
- final do século XIX-início do século XX – nordestinos para São Paulo, atraídos pela cafeicultura;
- década de 1940 – nordestinos para oeste paulista e norte do Paraná, atraídos pela expansão da cultura do algodão;
- década de 1950 – nordestinos para Goiás, atraídos pela oferta de empregos na construção civil durante a construção de Brasília;
- décadas de 1960/70 – nordestinos para a Amazônia, devido aos projetos descolonização agrícola e de mineração, além da abertura de rodovias como a Transamazônica.

O Nordeste é uma área de expulsão; o Sudeste, em particular as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de atração. Essa migração regional também ocorre do campo para a cidade. Os camponeses vêm sendo expulsos de sua terra em decorrência da estrutura fundiária do País, da violência no campo, da mecanização da agricultura e de fenômenos meteorológicos, como os longos períodos de seca.

O gráfico abaixo mostra bem esse dado.



Nas décadas de 1960 e 1970, como já foi citado anteriormente houve mudanças na direção dos fluxos migratórios para as regiões Norte e Centro-Oeste, incentivados pela política oficial de colonização. Para essas regiões, dirigiram-se não apenas os nordestinos, mas também os sulistas (em decorrência da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), grandes contingentes populacionais sem acesso a terra.



Com a participação de empresas transnacionais, incentivos fiscais e investimentos do governo federal, nas décadas de 1970 e 1980, foram implantados no Norte do país grandes projetos de mineração, que atraíram muitos garimpeiros para a região.

Algumas das consequências desses projetos foram os problemas socioambientais dessa ocupação. O desmatamento, realizado na maior parte das vezes por madeireiros, de maneira ilegal, empobreceu os solos da região, tornando-os muitas vezes inadequados para a agricultura e impedindo a população nativa de obter seu sustento com o extrativismo. Grande parte das estradas acabou sendo "engolida" pela floresta – como ocorreu com a Transamazônica, que é transitável apenas em um pequeno trecho, na época de seca.

A violência na região também é um problema. Muitos migrantes instalaram-se como posseiros ou grileiros, causando diversos conflitos com as populações nativas e indígenas e, ainda, com os defensores desses povos, como padres e missionários.

As migrações internas, muito intensas no país, sofreram mudanças nas ultimas décadas. Segundo o IBGE, há em São Paulo as entradas de migrantes diminuíram em 12%, enquanto as saídas aumentaram em 36%, fazendo com que o saldo migratório de 744.798 migrantes, registrado em 1991, declinasse para 339,926, em 2000. Já os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro passaram de repulsores para receptores de população, ou seja, ocorreu aumento das entradas e diminuição das saídas.

Na década de 1990, com a reativação de alguns setores da economia nordestina, como o crescimento do turismo e a instalação de diversas empresas, estabeleceu-se um fluxo de retorno de população para o Nordeste. Entre 1995 e 2000, 48,3% das saídas do Sudeste foram em direção ao Nordeste. Entretanto, os estados que contam com maior saldo migratório negativo (maior quantidade de emigrantes) ainda se concentram no Nordeste: Paraíba, Ceará, Piauí, Pernambuco e Bahia.

A década de 1990 inaugurou outra etapa na historia das migrações internas: elas se tornaram menos volumosas e mais localizadas. Além disso, outros fluxos se estabeleceram em direção ao Norte e ao Centro-Oeste.

O estado de Goiás destaca-se no Centro-Oeste por constituir o destino de um grande numero de imigrantes brasileiros, devido à atração exercidas por Brasília.

Regiões dinâmicas de alargamento da fronteira agropecuária do Centro-Oeste, como o Mato Grosso e do Norte como Rondônia e Pará, vêm atraindo migrantes do Nordeste. A expansão da produção agrícola tem gerado o aumento de emprego e da renda. A demanda por bens e serviços (escola, comercio e lazer) multiplica as atividades urbanas e o crescimento das cidades nessas regiões.

Entre as décadas de 60 e 2000, o Centro-Oeste e o Norte tiveram as maiores taxas de crescimento populacional. A população de Rondônia, por exemplo, apresentou um aumento de 12 vezes: em 1960 tinha 69.792 habitantes, e em 1999 contava com 836.023 habitantes.

Migrações inter-regionais.

Em 1999, segundo o IBGE, 15,5 milhões de pessoas residiam fora de suas regiões de nascimento. Entre 1992 e 1999, 15,9% da população do Nordeste e 10% da do Centro-Oeste migraram.

No entanto, tendências mais recentes da mobilidade da população no Brasil apontam para o crescimento das migrações intrarregionais (de curta distância), Dos fluxos urbano-urbano e intrametropolitanos. Ou seja, muitas pessoas têm migrado de uma cidade para a outra ou no interior das áreas metropolitanas ou ainda, de um município para outro, no mesmo estado, em busca de trabalho. Cidades com 100mil habitantes têm apresentado maior crescimento populacional e tem sido procuradas pelos migrantes. A queda do nível de vida das grandes cidades metropolitanas (violência, transito, poluição) a saturação do mercado de trabalho e o aumento do subemprego têm contribuído para esses resultado.

Esses polos emergentes de desenvolvimento – por exemplo, os do interior paulista, como Ribeirão Preto e Campinas – apresentaram um dinamismo regional e condições similares às das metrópoles, contribuindo assim para uma nova redistribuição da espacial da população.

A retração do setor industrial no município de São Paulo, por exemplo, reflete uma tendência internacional de desconcentração industrial, característica dessa época de globalização.

O gráfico abaixo mostra a evolução da vinda do números de imigrantes para o Brasil de 1850 até 1975.



3 – AS ATIVIDADES ECONÔMICAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO, FONTES DE ENERGIA E AGROPECUÁRIA.

A Indústria Brasileira

A industrialização no mundo

O processo de industrialização remonta ao século XVlll, quando emergem na Inglaterra (grande potência naquela época) uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica, que se convencionou chamar de Revolução Industrial. Hoje esse processo é conhecido como 1ª Revolução Industrial, pois antecedeu novas transformações nos séculos XlX e no XX, as chamadas 2ª e 3ª Revoluções Industriais.

As transformações de ordem espacial a partir da indústria foram enormes alteraram a sociedade como um todo. Podemos citar como exemplo as mudanças ocorridas na própria Inglaterra do século XlX, onde a indústria associada à modernização do campo gerou a expulsão de milhares de camponeses em direção às cidades, proporcionando o surgimento das cidades industriais, popularmente conhecidas como cidades negras em decorrência da poluição atmosférica gerada pelas indústrias.

Ocorreram também grandes mudanças sociais, evidenciando e definindo claramente as classes sociais do capitalismo: de um lado estavam os donos dos meios de produção (burguesia), que em prol de lucros cada vez maiores, exploravam a mão de obra em troca de salários miseráveis e em condições de trabalho precárias; do outro

lado encontrava-se o proletariado (classe que vende sua força de trabalho em troca de um salário), que só foram conseguir melhores condições a partir do século XX através de greves que forçaram os patrões e Estados a concederem benefícios a essa camada da sociedade.

O avanço da indústria, especialmente a partir do século XlX, deu-se em direção à outros países como a França, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Itália, e de países fora da Europa, como os EUA na América e o Japão na Ásia. Alguns desses países viriam a se tornar potências econômicas, industriais e militares séculos depois, dominando a economia como um todo, cujo peso influencia diretamente os outros países.

Foi apenas a partir do século XX, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, que países do terceiro mundo também passaram por processos de industrialização, como é o caso do Brasil. Nesses países foi muito marcante a presença do Estado nacional e das empresas multinacionais no processo de industrialização, que impulsionaram esse processo e tornaram alguns países da periferia do mundo atuais potências industriais. Porém, diferentemente do que ocorreu nos países do mundo desenvolvido, a industrialização não resultou necessariamente na melhoria de vida das populações ou no desenvolvimento do país: o processo de industrialização nos países subdesenvolvidos se deu de forma dependente de capitais internacionais, gerando aprofundamento da dependência externa (mais precisamente dívidas externas), além do fato de que as indústrias que para cá vieram por já serem relativamente modernas não geraram o número de empregos necessários para absorver a mão de obra cada vez mais numerosa que vinha do campo para as cidades. O que mais tarde seria conhecido como o êxodo rural, criou um processo de metropolização acelerado, que não foi acompanhado pela otimização e implantação de infraestrutura e da geração de empregos, dando início ao inchaço das grandes cidades (com diversos problemas decorrentes do mesmo), problema comum em países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento da indústria nacional

Embora o Brasil seja considerado um país emergente ou em desenvolvimento, está quase um século atrasado industrialmente e tecnologicamente em relação às nações que ingressaram no processo de industrialização no momento em que a Primeira Revolução Industrial entrou em vigor, como Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e outros.

O desenvolvimento industrial brasileiro se deu lentamente, acontecendo apenas com o rompimento de obstáculos e de medidas políticas, como nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, que foram de extraordinária importância para que as indústrias se proliferassem no Brasil.

Durante os longos anos em que o território brasileiro foi colônia portuguesa, a economia nacional se restringiu à prática da agricultura conhecida por monocultura (o plantio de um único tipo de produto, como o açúcar).

A coroa portuguesa proibia a instalação do comércio manufatureiro no Brasil para impedir o crescimento e desenvolvimento de sua colônia, para que ela continuasse somente fornecendo produtos agrícolas para o mercado externo. Porém, pequenas mudanças econômicas se iniciaram a partir do processo de independência do Brasil, principalmente na metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira, cujos lucros propiciaram investimentos em outras atividades econômicas, como a indústria.

Graças a esse cenário dos grandes lucros da economia cafeeira que surgiram empresários como Irineu Evangelista de Souza (o Barão de Mauá), preocupados com o desenvolvimento das estradas de ferro, das cidades e de toda infraestrutura necessária para o crescimento do país. Entretanto, as primeiras indústrias surgiram de maneira paulatina entre o final do século XIX e início do século XX, representando ainda uma baixa participação na economia nacional.

Frente a essa situação, o Brasil importava praticamente todos os produtos industrializados, já que suas indústrias não haviam se desenvolvido o suficiente. A Europa, sendo a região do globo que mais se industrializava, não queria o desenvolvimento industrial brasileiro, já que perderia parte de seu mercado consumidor. O Brasil, portanto, dependeu exclusivamente da economia agrícola até a metade do século XX, enfrentando sérios problemas econômicos e políticos.

As indústrias brasileiras se desenvolveram a partir de mudanças estruturais de caráter econômico, social e político, que, como citado acima, vinham ocorrendo desde a segunda metade do século XIX. Essas mudanças aconteceram especialmente nas relações de trabalho, com a expansão do emprego remunerado que resultou em aumento do consumo de mercadorias, a abolição do trabalho escravo e o ingresso de estrangeiros no Brasil como italianos, alemães, japoneses, dentre outras nacionalidades, que vieram para compor a mão de obra, além de contribuir no povoamento do país, como ocorreu na região Sul. Um dos maiores acontecimentos no campo político foi a proclamação da República. Diante desses acontecimentos históricos, o processo industrial brasileiro passou por quatro etapas.

-1a fase: 1822 a 1930

Havia reduzida atividade industrial, o que conferia ao país característica agrário-exportadora.

Ocorreram, porém, dois fatos que facilitam a industrialização futura: a Abolição da Escravatura e a entrada de imigrantes, que vão servir de mão-de-obra.

- 2a fase: 1830 a 1956

O ano de 1930 é considerado por alguns autores como o da "Revolução Industrial" no Brasil. É o ano que marca o início da industrialização (que abriu as portas para que a atividade industrial se tornar a mais importante do país, beneficiada pela Crise de 1929 e pela Revolução de 1930).

A crise de 1929 constituiu exemplo da fragilidade da economia brasileira e também um aviso de que o país necessitava diversificar sua produção. Ela determinou a decadência da cafeicultura e a transferência do capital para a indústria, o que associado à presença de mão-de-obra e mercado consumidor, justificando a concentração industrial no Sudeste, especificamente em São Paulo.

Bem como a primeira fase, esta tem uma característica inicial de quase exclusividade de indústrias de bens de consumo não duráveis, definindo o período chamado de "Substituição de importações". No entanto, a ação do Estado começa a alterar o quadro, com o Governo Vargas criando as empresas estatais do setor de base, como a CSN (siderurgia), PETROBRÁS e a CVRD (mineração).

- 3ª fase: 1956 a 1989

Esse é o período de maior crescimento industrial do país em todos os setores industriais, baseando-se sobre a aliança entre o capital estatal e o capital estrangeiro. O governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) dá início à chamada "Internacionalização da Economia", abrindo o país para empresas estrangeiras, em sua maioria

do setor automotivo, como Wolkswagen. O período foi conhecido pelo seu otimismo e relação ao crescimento da economia brasileira em que medidas como o Plano de Metas incentivaram a produção industrial. Essa política do JK para estimular o crescimento industrial ficou conhecida como nacional-desenvolvimentista, ela concentrava suas atenções em investimentos na área de energia e de transportes. O processo continuou mesmo durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), com destaque para o Governo Médici e o período do "Milagre Brasileiro", que determinou crescimento econômico (mas também aumento da dívida externa e concentração de renda, já que, para a realização de seus planos, JK utilizou-se de capital estrangeiro).

Foi com essas medidas políticas do governo de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubistchek que a industrialização brasileira obteve um crescimento vertiginoso e adquiriu estabilidade, principalmente nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

- 4a fase: 1989 - hoje

Iniciada no Governo Collor com continuidade até o Governo Fernando Henrique, esta fase marca o avanço do Neoliberalismo no país, com sérias repercussões no setor secundário da economia.

Com a adoção do modelo neoliberal determinou-se a privatização de quase todas as empresas estatais, tanto no setor produtivo, como as siderúrgicas e a CVRD, quanto no setor da infraestrutura e serviços, como o caso do sistema Telebrás.

Os últimos anos marcaram também a abertura do mercado brasileiro, com expressivas reduções na alíquota de Importação. Por outro lado, houve aumento do desemprego graças à falência de empresas e as inovações tecnológicas adotadas, pois se tornou necessária a utilização de máquinas e equipamentos industriais de última geração, necessários para aumentar a competitividade e resistir à concorrência internacional.

A indústria brasileira no século XXI

A indústria brasileira está estagnada, e foi responsável por apenas 14,6% do PIB nacional, o que é ínfimo se comparando com dados de outros países em 2010, como China (43,1%), Coreia (30,4%) ou mesmo Alemanha (20,8%). Entre os fatores que explicam essa situação, podemos citar os altos custos dos encargos da mão-de- obra (32,5% na folha); o alto custo do capital (juros e "spreads" bancários); a apreciação do câmbio, que aumentou a concorrência, em nosso mercado interno, com produtos importados; os custos elevados dos insumos; a necessidade de investimentos na infraestrutura do país; a necessidade de uma política de inovação.

Grandes potências como Estados Unidos e Japão continuam sofrendo os efeitos da recessão, fazendo com que o Brasil, que tem uma economia dependente de capitais externos, apresente fortes reflexos dessa crise. Outro grande problema é o fato de que a balança comercial brasileira é suscetível à preços internacionais mais baixos das matérias primas que o Brasil exporta, e aos preços mais altos de mercadorias que o país importa, como o petróleo.

A dependência da indústria brasileira não é só do capital, mas também da tecnologia estrangeira, já que o país ocupa o 43° lugar no ranking mundial de tecnologia da ONU, o que atinge diretamente o desempenho industrial do país.

Se a economia já apresentava sinais de desaquecimento, com esses problemas as perspectivas para a indústria brasileira não são nada favoráveis para os próximos anos.

Seguindo uma forte tendência mundial, o Brasil vem passando por um processo de descentralização industrial chamado por alguns autores de desindustrialização, ocorrendo intra regionalmente e também entre as regiões. Com acentuada concentração em São Paulo, a distribuição espacial da indústria brasileira foi determinada pelo processo histórico, pois no momento do início da industrialização, o estado tinha (devido à cafeicultura) os principais fatores para instalação das indústrias, a saber: capital, mercado consumidor, mão-de-obra e transportes. Esta situação também se deve à atuação estatal, através de diversos planos governamentais como o Plano de Metas, que acentuou esta concentração no Sudeste, destacando novamente São Paulo. A partir desse processo industrial e sua respectiva concentração, o Brasil passa a se integrar (o país não possuía um espaço geográfico nacional integrado, constituindo uma estrutura de arquipélago econômico com várias áreas desarticuladas). Esta integração reflete nossa divisão inter-regional do trabalho, sendo tipicamente centro-periferia, ou seja, com a região Sudeste polarizando as demais.

Há uma tendência de saída do ABC Paulista, buscando menores custos de produção do interior paulista, no Vale do Paraíba ao longo da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo à Belo Horizonte. Estas áreas oferecem benefícios atrativos como incentivos fiscais, menores custos de mão-de-obra, transportes menos congestionados e, por tratarem-se de cidades-médias, melhor qualidade de vida, característica vital quando se trata de tecnopólos.

Essa desconcentração industrial entre as regiões vem determinando o crescimento de cidades-médias dotadas de boa infraestrutura e com centros formadores de mão-de-obra qualificada. Percebe-se também um movimento de indústrias tradicionais (que fazem uso intensivo de mão-de-obra, como a de calçados e vestuários) para o Nordeste, em busca de mão-de-obra barata.

Podemos chamar os fatores que influenciam a mudança de uma empresa de uma região à outra (ou a instalação de uma empresa em determinada locação) de fatores locacionais, sendo eles:

- Legislações fiscais, tributárias e ambientais amenas;
- Vias de transporte e comunicações;
- Matéria prima abundante e barata;
- Mão de obra abundante e barata;
- Energia abundante e barata;
- Mercados consumidores;
- Incentivos fiscais;
- Infraestrutura;

Classificação das Indústrias

Podemos classificar as indústrias com base em vários critérios, porém o mais utilizado é o que leva em consideração o tipo e destino do bem produzido:

a) Indústrias de base: produzem bens que dão a base para o funcionamento de outras indústrias, ou seja, as chamadas matérias primas indústrias ou insumos industriais, como o aço;

b) Indústrias de bens de capital ou intermediárias: produzem equipamentos necessários para o funcionamento de outras indústrias, como as de máquinas;

c) Indústrias de bens de consumo: produzem bens para o consumidor final, e são subdivididas em:

c1) Bens duráveis: são as que produzem bens para consumo em longo prazo, como automóveis.

c2) Bens não duráveis: produzem bens para consumo geralmente imediato, como as de alimentos.

Há outros critérios classificatórios, como:

1. Maneira de produzir:
- Indústrias extrativas;
- Indústrias de processamento ou beneficiamento;
- Indústrias de construção;
- Indústrias de transformação ou manufatureira;

2. Quantidade de matéria prima e energia utilizadas:
- Indústrias leves
- Indústrias pesadas

3. Tecnologia empregada:
- Indústrias tradicionais
- Indústrias dinâmicas.

Urbanização no Brasil

Urbanização

O processo de urbanização no Brasil vincula-se a transformações sociais que vêm mobilizando a população dos espaços rurais e incorporando-a à economia urbana, bem como aos padrões de sociabilidade e cultura da cidade. A inserção no mercado de trabalho capitalista e a busca por estratégias de sobrevivência e mobilidade social implicam na instalação em centros urbanos e em uma mobilidade espacial constantemente reiterada, que se desenrola no espaço da cidade ou tem nela sua base principal.

A maioria dos brasileiros vivem em cidades. Isso significa que pouco resta da sociedade rural que caracterizava o país nos anos 1940, quando cerca de 70% da população brasileira morava no campo.

O processo de urbanização no Brasil difere do europeu pela rapidez de seu crescimento. Ao passo em que na Europa esse processo começou no século 18, impulsionado pela Revolução Industrial, em nosso país ele só se acentuou a partir de 1950, com a intensificação da industrialização.

O êxodo rural aumentou na década de 70 do século 20, com a cidade de São Paulo assumindo a posição de principal polo de atração. Por conta desse crescimento descontrolado nos últimos 30 anos, 40 municípios que envolvem a capital paulista estão fisicamente unidos, formando uma mancha demográfica chamada **conurbação**.

Megacidade e cidade global

"Cidade global" e "megacidade" são termos relacionados à forte urbanização que vem ocorrendo no mundo. No entanto, embora estejam relacionados um ao outro, não podem ser confundidos, pois designam realidades diferentes.

Megacidade: O termo "megacidade" refere-se a cidades muito grandes em termos populacionais, não considerando outros aspectos desses centros urbanos. Expressa, portanto, um aspecto estritamente quantitativo.

Segundo dados divulgados pela Divisão de População da ONU, em 2000 existiam 23 megacidades no planeta:

Ásia: Pequim, Xangai e Tiangin (China); Calcutá, Bombaim e Nova Déli (Índia); Tóquio e Osaka (Japão); Seul (Coreia do Sul); Daca (Bangladesh); Karachi (Paquistão); Jacarta (Indonésia); Manila (Filipinas); Bangcoc (Tailândia).

América do Norte e do Sul: Nova York e Los Angeles (Estados Unidos); São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil); Cidade do México (México); Buenos Aires (Argentina).

África: Lagos (Nigéria); Cairo (Egito).

Europa: Moscou (Rússia).

Nos países subdesenvolvidos, as megacidades são fortes polos de atração de população e tendem a ter seus problemas econômicos e sociais agravados. As perspectivas são de que nessas nações tenhamos, entre as décadas de 2010 e 2020, as maiores aglomerações urbanas do planeta.

Dessa forma, as metrópoles dos países desenvolvidos serão superadas por centros urbanos muito populosos como Lagos, Karachi e Daca. Saliente-se que esse enorme contingente populacional não será atendido em suas necessidades básicas de moradia, transporte, educação, saúde e emprego, o que aumentará significativamente a miséria nessas regiões.

Cidade global: O termo "cidade global" é usado quando fazemos uma análise qualitativa da cidade, referindo-nos ao seu grau de influência sobre outros centros urbanos, em diferentes partes do globo.

Uma cidade global, portanto, caracteriza-se como uma metrópole, porém sua área de influência não é apenas uma região ou um país, mas parte considerável de nosso planeta. É por isso que as cidades globais também são denominadas "metrópoles mundiais". Conforme alguns estudos demonstram, para a cidade ser considerada "global" é fundamental levarmos em conta suas atividades financeiras, administrativas, científicas e no campo da informação, o que vincula tais centros urbanos à sua influência regional, nacional ou mundial. Assim, uma cidade global deve apresentar:

a) sedes de grandes companhias, como conglomerados e multinacionais;
b) bolsa de valores que possua influência na economia mundial;
c) grau sofisticado de serviços urbanos;
d) setor de telecomunicações amplo e tecnologicamente avançado;
e) centros universitários e de pesquisa de alta tecnologia; f) diversidade e qualidade das redes internas de transporte (vias expressas, rodovias e transporte público);
g) portos e aeroportos modernos que liguem a cidade a qualquer ponto do globo.

Com base nesses aspectos, os estudiosos criaram três níveis ou categorias de cidades, de acordo com o poder de influência desses centros urbanos: Alfa, Beta e Gama. Na atualidade são reconhecidas 55 cidades globais no planeta:

- Grupo Alfa (10 cidades de primeiro nível de importância): Londres, Nova York, Paris, Tóquio, Los Angeles, Chicago, Frankfurt, Milão, Hong Kong e Cingapura.

- Grupo Beta (10 cidades de segundo nível de importância): São Francisco, Sidney, Toronto, Zurique, São Paulo, Cidade do México, Madri, Bruxelas, Moscou e Seul.

- Grupo Gama (35 cidades de terceiro nível de importância): Osaka, Pequim, Boston, Washington, Amsterdã, Hamburgo, Dallas, Dusseldorf, Genebra, Xangai, Montreal, Roma, Estocolmo, Munique, Houston, Barcelona, Berlim, Jacarta, Johanesburgo, Melbourne, Praga, Santiago, Taipe, Varsóvia, Atlanta, Budapeste, Buenos Aires, Copenhague, Istambul, Kuala Lumpur, Manila, Miami, Minneapolis, Bangoc e Caracas.

Cidade

Cidade é uma área densamente povoada onde se agrupam zonas residenciais, comerciais e industriais. O significado de cidade (zona urbana, ambiente urbano) opõe-se ao de campo (zona rural). Cidade é a sede do município (cada divisão administrativa autônoma dentro de um Estado), a área onde existe concentração de habitantes. Cada Estado é composto por um conjunto de cidades, sendo que uma delas é considerada a capital de Estado por abrigar a sede administrativa e ser o principal centro de atividades de um Estado ou de um conjunto de Estados (País). Uma cidade caracteriza-se por um estilo de vida particular dos seus habitantes, pela urbanização (infraestrutura, organização, serviços de transporte, etc), pela concentração de atividades econômicas dos setores secundário e terciário, etc. As atividades primárias (agricultura, pecuária) são destinadas à zona rural.

O êxodo no rural

O êxodo rural é caracterizado pela emigração da população residente em zona rural (campo) com destino às cidades (zonas urbanas). Essa modalidade de migração ocorre em várias partes do planeta, fato que intensifica o processo de urbanização dos países. No Brasil, o êxodo rural se destacou na década de 1950 e, principalmente, durante a década de 1960, esse fato foi impulsionado pelo desenvolvimento industrial ocorrido nas cidades da Região Sudeste, atraindo pessoas em busca de empregos e melhores condições de vida. Essa modalidade de migração é consequência das dificuldades de manutenção da agricultura de subsistência e a concentração fundiária, visto que o modelo econômico vigente privilegia os grandes latifundiários através de empréstimos para a mecanização das atividades rurais, fato que também agrava o êxodo rural, pois a mão de obra é substituída pelo intenso processo de mecanização das atividades agrícolas.

Os pequenos produtores que não conseguem mecanizar sua produção, tendo, consequentemente, baixo rendimento de produtividade, acabam em desvantagem no mercado e, muitas vezes, vendem seus terrenos para pagarem dívidas. Outro fator de grande relevância para o desencadeamento do êxodo rural é a atratividade que as cidades exercem sobre parte da população rural. Muitas pessoas migram para as cidades em busca de emprego com boa remuneração, infraestrutura e serviços (escolas, hospitais, transporte, etc.). Porém, o êxodo rural pode gerar vários problemas de ordem socioeconômica: inchaço das cidades, moradias em locais inadequados, superpovoamento de bairros pobres, aumento de favelas, aumento do desemprego, subemprego, violência entre outros. Portanto, o êxodo rural pode gerar transtornos para toda a sociedade, principalmente para as pessoas que deixaram o campo com o intuito de obter melhores condições de vida nas cidades e que não conseguiram atingir esse objetivo. Nesse sentido, se faz necessária a realização de políticas públicas para solucionar esse tipo de problema, proporcionando subsídios para os pequenos produtores rurais, maiores investimentos nas atividades do campo, além de estruturação (hospitais, escolas, etc.) de municípios com maioria da população rural, evitando a migração por motivos de ausência de determinados serviços.

A hierarquia urbana

A hierarquia urbana é estabelecida na capacidade de alguns centros urbanos de liderar e influenciar outros por meio da oferta de bens e serviços à população. Pode ser uma metrópole nacional (se influencia todo o território nacional) ou uma metrópole regional (se influencia certa porção ou região do País).

Metropolização

No Brasil, o processo de urbanização foi essencialmente concentrador: gerou cidades grandes e metrópoles.

Metrópoles: São cidades que possuem mais de 1 milhão de habitantes e polarizam uma determinada região. O Brasil possui atualmente 11 metrópoles:

- São Paulo;
- Rio de Janeiro;
- Curitiba;
- Goiânia;
- Manaus;
- Belém;
- Fortaleza;
- Salvador;
- Porto Alegre;
- Belo Horizonte;
- Recife

Obs: Brasília não é considerada metrópole, pois ela conheceu um crescimento endógeno, e por isso não polariza regiões.

Megalópoles: é a união de duas metrópoles. O Brasil possui somente uma megalópole, localizada no Vale do Paraíba tendo a via Dutra ligando-na.

O fenômeno da conurbação

Conurbação é um termo usado para designar um fenômeno urbano que acontece a partir da união de duas ou mais cidades/municípios, constituindo uma única malha urbana, como se fosse somente uma única cidade. A partir da unificação, as cidades envolvidas começam a utilizar de maneira conjunta os mesmos serviços de infraestrutura, formando uma malha urbana contínua. O fenômeno de conurbação ocorre quando as áreas rurais dos municípios vão sendo tomadas pelas edificações urbanas, desse modo, expande-se até "chocar" com outra cidade.

Os limites municipais quase não são percebidos, por isso dificulta a identificação precisa de onde termina ou começa um município. Esse processo não determina a inexistência de zonas rurais, muitas vezes são identificadas pequenas propriedades rurais voltadas para a produção hortifrutigranjeira - produtos que são comercializados no mercado local.

No Brasil, esse fenômeno é identificado entre a capital do Estado de São Paulo e os municípios vizinhos, como Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema e Guarulhos. A cidade de São Paulo expandiu de tal forma que "chocou" com os municípios vizinhos, constituindo uma imensa malha urbana, denominada de Grande São Paulo.

Os problemas urbanos

A intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 1950, tem sido acompanhada por um processo de metropolização, isto é, concentração demográfica nas principais áreas metropolitanas do país. Isso significa que as grandes cidades, as metrópoles, crescem a um ritmo superior ao das pequenas e médias cidades. Assim, quando somamos a população das nove principais cidades do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Belém. Juntamente com as cidades que pertencem às suas respectivas áreas metropolitanas, verificamos que, em 1950, elas reuniam por volta d e18% da população nacional em 1970, esse número subiu para 25% e, em 1995, para cerca de 31% da população total do Brasil.

Com o crescimento acelerado dessas grandes cidades e com os processo de conurbação que nelas frequentemente ocorrem, certos problemas urbanos - como os transportes, água, esgotos, uso do solo, etc. - não devem ser tratados isoladamente em cada cidade vizinha, mas em conjunto.

Problemas do lixo

O lixo produzido em nossas casas precisa ter um destino certo, pois quando isso não ocorre a cidade toda fica exposta a doenças e contaminação. Quando há uma coleta feita corretamente e o lixo encaminhado para uma cooperativa de reciclagem, esse problema pode ser bem menor, porém nas grandes cidades isso é cada vez mais difícil. Uma opção é tentar reaproveitar o lixo em casa mesmo, fazendo uma horta e usando-o como adubo. Lembre-se sempre de separar o lixo adequadamente e coloca-lo para que a coleta o leve para um local apropriado.

Consequências

Um dos principais problemas são as enchentes causadas pelos lixos que estão nas ruas e entopem bueiros, desde papéis de balas até embalagens e sacolas maiores podem tapar os bueiros e as encanações que escoam as águas. Quando isso ocorre ainda mais em cidades grandes como São Paulo, a tendência é haver enchentes, causando destruição e congestionamento por toda a cidade.

Quando jogamos lixos que não são orgânicos em quintais, rios e nas vias estamos contribuindo para o crescimento de problemas ambientais e também para o aquecimento global, que já é facilmente percebido por nós todos os dias, com o calor excessivo e os dias de inverno intensos podemos contatar isso facilmente.

- Ilhas de calor: As "ilhas de calor" são uma anomalia do clima que ocorrem quando a temperatura em determinadas regiões dos centros urbanos fica muito maior do que a temperatura nas regiões periféricas. Em São Paulo, por exemplo, já chegou a ser registrada uma diferença de 10º Celsius entre uma temperatura medida no centro e na periferia da cidade, enquanto que a média mundial é de 9ºC. Essa anomalia climática ocorre devido à junção de diversos fatores como a poluição atmosférica (principalmente), alta densidade demográfica, pavimentação e diminuição da área verde, construção de prédios barrando a passagem do vento, grande quantidade de veículos e outros fatores que contribuem para o aumento da retenção de calor na superfície.

Em um local menos urbanizado, com mais áreas verdes e menos prédios, a radiação solar seria absorvida normalmente pela vegetação e pelo solo, e dissipada através dos ventos. A vegetação devolveria essa radiação através da evapotranspiração enquanto que a ausência de poluentes permitiria que parte da radiação refletisse na superfície e fosse enviada para as camadas mais altas da atmosfera, diminuindo a quantidade de calor. O problema é que, a substituição da vegetação pelo asfalto e concreto faz com que a radiação solar seja absorvida por estes materiais e convertida em ondas de calor que ficarão armazenadas, em grande parte durante o dia, escapando à noite (o asfalto pode chegar a 46ºC em um dia de verão enquanto que a grama não ultrapassa os 32ºC). A construção de prédios cria uma barreira para os ventos não deixando que o calor seja dissipado. A presença de material particulado no ar, proveniente das chaminés de indústrias e escapamentos dos carros cria uma camada que barra a reflexão natural da maior parte dos raios solares.

Chuvas ácidas: A chuva ácida corresponde a uma chuva com elevado teor de acidez provocada pela forte concentração de óxido de enxofre e de azoto, dois tipos de gases provocados pela poluição industrial. Estes gases quando lançados na atmosfera são absorvidos pelas partículas de água transformando-se em ácido sulfúrico e em ácido nítrico. As consequências mais visíveis das chuvas ácidas são a destruição de florestas em diversas partes do planeta e a corrosão de numerosos prédios e monumentos.

Os principais contribuintes para a produção dos gases que provocam as chuvas ácidas, lançados na atmosfera, são as emissões dos vulcões e alguns processos biológicos que ocorrem nos solos, pântanos e oceanos. A ação humana no nosso planeta é também grande responsável por este fenómeno. As principais fontes humanas desses gases são as indústrias, as centrais termoelétricas e os veículos de transporte. Estes gases podem ser transportados durante muito tempo, percorrendo milhares de quilómetros na atmosfera antes de reagirem com partículas de água, originando ácidos que mais tarde se precipitam. A precipitação ácida ocorre quando a concentração de dióxido de enxofre (SO2) e óxidos de azoto (NO, NO2, N2O5) é suficiente para reagir com as gotas de água suspensas no ar (as núvens).

Tipicamente, a chuva ácida possui um pH à volta de 4,5, podendo transformar a superfície do mármore em gesso.

- Efeito estufa: Apesar de o efeito estufa ser figurado como algo ruim, é um evento natural que favorece a proliferação da vida no planeta Terra. O efeito estufa tem como finalidade impedir que a Terra esfrie demais, pois se a Terra tivesse a temperatura muito baixa, certamente não teríamos tantas variedades de vida. Mas Ao longo dos últimos cem anos, a concentração de gases de efeito estufa vem aumentando por causa da maior atividade industrial, agrícola e de transporte, e principalmente devido ao uso de combustíveis fósseis. O efeito estufa gerado pela natureza além de benéfico é imprescindível para a manutenção da vida sobre a Terra. Se a composição dos gases raros for alterada, para mais ou para menos, o equilíbrio térmico da Terra sofrerá conjuntamente.

A ação do ser humano na natureza tem feito aumentar a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, através de uma queima intensa e descontrolada de combustíveis fósseis e do desmatamento. A derrubada de árvores provoca o aumento da quantidade de dióxido de carbono na atmosfera pela queima e também por decomposição natural. Além disso, as árvores aspiram dióxido de carbono e produzem oxigênio. Uma menor quantidade de árvores significa também menos dióxido de carbono sendo absorvido.

- Poluição ar: Quando o lixo orgânico é depositado de maneira incorreta na natureza, este pode acarretar sérios danos à natureza como a contaminação do solo e dos lençóis freáticos. Poluição da água é a introdução de partículas estranhas ao ambiente natural, bem como induzir condições em um determinado curso ou corpo de água, direta ou indiretamente, sendo por isso potencialmente nocivos à fauna, flora, bem como populações humanas vizinhas a tal local ou que utilizem essa água.

Hoje em dia a poluição da água é questão a ser tratada em um contexto global. Considera-se que esta é a maior causadora de mortes e doenças pelo todo o mundo e que seja responsável pela morte de cerca de 14000 pessoas diariamente. A água é geralmente considerada poluída quando está impregnada de contaminantes antropogênicos, não podendo, assim, ser utilizada para nenhum fim de consumo estritamente humano, como água potável ou para banho, ou então quando sofre uma radical perda de capacidade de sustento de comunidades bióticas (capacidade de abrigar peixes, por exemplo). Fenômenos naturais, como erupções vulcânicas, algas marinhas, tempestades e terremotos são causa de uma alteração da qualidade da água disponível e em sua condição no ecossistema.

Há três formas principais de **contaminação** de um corpo ou curso de água, a forma química, a física e a biológica: - a forma química altera a composição da água e com esta reagem; - a forma física, ao contrário da química, não reage com a água, porém afeta negativamente a vida daquele ecossistema; - a forma biológica, consiste na introdução de organismos ou microorganismos estranhos àquele ecossistema, ou então no aumento danoso de determinado organismo ou microorganismo já existente.

Além das formas, temos duas categorias de como pode se dar a poluição:

a) poluição localizada, onde a fonte de poluição origina-se de um ponto específico, como por exemplo, uma vala ou um cano. Exemplos de tal forma são o despejo de impurezas, por parte de uma estação de tratamentos residuais, por parte de uma empresa ou então por meio de um bueiro.

b) poluição não localizada é uma forma de contaminação difusa que não possui origem numa única fonte. É geralmente o resultado de acumulação do agente poluidor em uma área ampla. A água da chuva recolhida de áreas industriais e urbanas, estradas bem como sua consequente utilização é geralmente categorizada como poluição não localizada.

Como principais contaminantes da água, pode-se citar:

- elementos que contenham CO2 em excesso (como fumaça industrial, por exemplo)
- contaminação térmica
- substâncias tóxicas
- agentes tensoativos
- compostos orgânicos biodegradáveis
- agentes patogênicos
- partículas sólidas
- nutrientes em excessos (eutrofização)
- substâncias radioativas

Como recurso hídrico indispensável, torna-se cada vez mais importante a conscientização sobre a melhor forma de tratamento da água como sustentáculo da vida no planeta. Ainda mais se pensarmos que a maioria das comunidades espalhadas pelo planeta possuem pouca consciência sobre a melhor forma de tratamento de um de seus recursos mais importantes.

Poluição do solo

A poluição do solo, ocorre devido os malefícios diretos e indiretos causados pela desordenada exploração e ocupação do meio ambiente, depositando no solo elementos químicos estranhos, prejudiciais às formas de vida microbiológica e sua colaboração em relação às interações ecológicas regulares. As principais causas da poluição do solo são: o acúmulo de lixo sólido, como embalagens de plástico, papel e metal, e de produtos químicos, como fertilizantes, pesticidas e herbicidas.

O vidro, por exemplo, leva cerca de 5 mil anos para se decompor, enquanto certos tipos de plástico, impermeáveis ao processo de biodegradação promovido pelos micro-organismos, levam milhões de anos para se desintegrarem. Assim, o material sólido do lixo demora muito tempo para desaparecer no ambiente. As soluções usadas para reduzir o acúmulo de lixo, como a incineração e a deposição em aterros, também têm efeito poluidor, pois emitem fumaça tóxica, no primeiro caso, ou produzem fluidos tóxicos que se infiltram no solo e contaminam os lençóis de água.

A melhor forma de amenizar o problema, na opinião de especialistas, é investir nos processos de reciclagem e também no uso de materiais biodegradáveis ou não descartáveis.

Poluição do ar

A poluição do ar é caracterizada pela presença de gases tóxicos e partículas líquidas ou sólidas no ar. Os escapamentos dos veículos, as chaminés das fábricas, as queimadas estão constantemente lançando no ar grandes quantidades de substâncias prejudiciais à saúde. Nos grandes centros urbanos e industriais tornam-se frequentes os dias em que a poluição atinge níveis críticos. Os escapamentos dos veículos automotores emitem gases como o monóxido (CO) e o dióxido de carbono (CO2), o óxido de nitrogênio (NO), o dióxido de enxofre (SO2) e os hidrocarbonetos. As fábricas de papel e cimento, indústrias químicas, refinarias e as siderúrgicas emitem óxidos sulfúricos, óxidos de nitrogênio, enxofre, partículas metálicas (chumbo, níquel e zinco) e substâncias usadas na fabricação de inseticidas.

Todos esses poluentes são resultantes das atividades humanas e são lançados na atmosfera. A emissão excessiva de poluentes tem provocado sérios danos à saúde como problemas respiratórios (Bronquite crônica e asma), alergias, lesões degenerativas no sistema nervoso ou em órgãos vitais e até câncer. Esses distúrbios agravam-se pela ausência de ventos e no inverno com o fenômeno da inversão térmica (ocorre quando uma camada de ar frio forma uma parede na atmosfera que impede a passagem do ar quente e a dispersão dos poluentes).

Os danos não se restringem à espécie humana. Toda a natureza é afetada. A toxidez do ar ocasiona a destruição de florestas, fortes chuvas que provocam a erosão do solo e o entupimento dos rios.

No Brasil, dois exemplos de cidades totalmente poluídas são Cubatão e São Paulo. Os principais impactos ao meio ambiente são a redução da camada de ozônio, o efeito estufa e a precipitação de chuva ácida.

Inversão térmica

A inversão térmica é um fenômeno atmosférico muito comum nos grandes centros urbanos industrializados, sobretudo naqueles localizados em áreas cercadas por serras ou montanhas. Esse processo ocorre quando o ar frio (mais denso) é impedido de circular por uma camada de ar quente (menos denso), provocando uma alteração na temperatura. Outro agravante da inversão térmica é que a camada de ar fria fica retida nas regiões próximas à superfície terrestre com uma grande concentração de poluentes. Sendo assim, a dispersão desses poluentes fica extremamente prejudicada, formando uma camada de cor cinza, oriunda dos gases emitidos pelas indústrias, automóveis, etc.

Esse fenômeno se intensifica durante o inverno, pois nessa época do ano, em virtude da perda de calor, o ar próximo à superfície fica mais frio que o da camada superior, influenciando diretamente na sua movimentação. O índice pluviométrico (chuvas) também é menor durante o inverno, fato que dificulta a dispersão dos gases poluentes. É importante ressaltar que a inversão térmica é um fenômeno natural, sendo registrada em áreas rurais e com baixo grau de industrialização. No entanto, sua intensificação e seus efeitos nocivos se devem ao lançamento de poluentes na atmosfera, o que é muito comum nas grandes cidades.

Doenças respiratórias, irritação nos olhos e intoxicações são algumas das consequências da concentração de poluentes na camada de ar próxima ao solo. Entre as possíveis medidas para minimizar os danos gerados pela inversão térmica estão a utilização de biocombustíveis, fiscalização de indústrias, redução das queimadas e políticas ambientais mais eficazes.

Moradias

As moradias precárias, como as favelas, são acompanhadas pela ausência de infraestrutura. Para o crescimento de qualquer cidade se faz necessária a expansão de todo serviço público, como distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, entre outros. As áreas urbanas onde vivem as famílias pobres, geralmente, são desprovidas de escolas, postos de saúde, policiamento e demais infraestruturas. Em geral, favelas e demais bairros marginalizados surgem de modo gradativo em áreas de terceiros, especialmente do governo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os oito municípios detentores do maior número de favelas são: São Paulo, com 612; Rio de Janeiro, com 513; Fortaleza, 157; Guarulhos, 136; Curitiba, 122; Campinas, 117; Belo Horizonte, 101; e Osasco, 101.

No início do século XX existiam no Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo os cortiços, habitações que abrigavam várias pessoas, os quais eram constituídos por muitos cômodos alugados. Os cortiços eram velhas mansões que se localizam próximas ao centro da cidade. Hoje, a alternativa de moradia para as pessoas carentes é a ocupação de terrenos periféricos de grandes cidades, onde o valor é baixo. Isso é provocado pelo fato dos moradores possuírem pequeno poder aquisitivo, desse modo, não podem pagar um aluguel em um bairro estruturado e muito menos adquirir uma casa ou apartamento nele. Além disso, nas grandes cidades os imóveis têm alcançado valores extremamente elevados, distantes da realidade de grande parte da população.

Naturalmente, a configuração das grandes cidades brasileiras é excludente, tendo em vista que marginaliza um grupo social desfavorecido, enquanto em algumas periferias formam-se bairros dotados de luxo, os condomínios fechados - que se constituem como verdadeiros guetos. Abaixo, resultado de uma nação capitalista.

Recursos Energéticos

Recursos energéticos

Até meados do século XIX, a sociedade humana utilizava ainda pequenas quantidades de energia nos seus gastos. A força muscular dos animais e do próprio Homem, associada ao uso da alavanca, da roda e da roldana, eram suficientes para fazer face às necessidades de então. Posteriormente descobriram-se os combustíveis fósseis. Primeiro o carvão, depois o petróleo e finalmente o gás natural. Estas fontes de energia revolucionaram a sociedade. Foi possível ao Homem empregar e consumir grandes quantidades de energia, e esta foi considerada sinônimo de progresso. Só mais tarde, em 1973, os países se aperceberam de que estava a basear o seu desenvolvimento, essencialmente numa fonte de energia não renovável – o petróleo.

Os recursos energéticos podem também ser classificados em renováveis e não renováveis.

O sol, o vento, as ondas do mar, a água dos rios, as marés, a biomassa e o calor da Terra são fontes de energia renováveis.

Os combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural) e a energia nuclear (urânio) são recursos enegéticos não renováveis, isto é, a sua velocidade de formação é inferior à velocidade de consumo.

Se a utilização destes combustíveis continuar a ser feita como até agora, alguns deles estarão esgotados dentro em breve.

Recursos enegéticos não renováveis

Os recursos enegético da Terra não são infinitos e, por outro lado diz-se que não são renováveis: a sua formação, no decorrer de uma história geologica, foi tão lenta que não tem comparação possível com o ritmo em que estão a ser explorados e consumidos. Cerca de 80% da energia consumida em 1985 foi obtida a partir do petróleo, carvão e gás natural.

O aumento da utilização dos recursos energéticos reflete a evolução técnica (desde a máquina a vapor ao microcircuito), assim como o crescimento da população humana.

O rápido aumento do consumo do petróleo depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, é indicativo do desenvolvimento da indústria e dos transportes.

O máximo consumo relativo de carvão teve lugar por volta de 1920; o petróleo atingiu o seu consumo máximo relativo no princípio dos anos setenta, com pouco mais de 40%.

Espera-se que o gás natural, menos poluente, aumente a sua contribuição para o consumo total de energia.

Eis alguns recursos energéticos não renováveis e como são utilizados:

- O *carvão* foi a energia utilizada na primeira fase da Revolução Industrial, mas constitui, ainda hoje, um recurso energético muito importante, nomeadamente na produção de energia eléctrica e aço.

- O *petróleo* é um recurso não renovável resultante da transformação da matéria orgânica, constituindo atualmente a fonte de energia mais utilizada e a base da atual sociedade industrial. A sua utilização é fundamental na produção de energia elétrica, combustíveis para os transportes e máquinas industriais, e ainda como matéria-prima para um conjunto diversificado de produtos (plástico, por exemplo).

Esta fonte de energia substitui historicamente o carvão.

- O *gás natural* em conjunto com os dois recursos energéticos atrás referidos constituem, atualmente, as principais fontes de energia doméstica e indústrial.

- A *energia nuclear* apesar de ter sido recebida com muito intusiasmo, devido ao seu potencial energético e baixo custo, tem sido progressivamente abandonada em consequência impasses e problemas relacionados com os resídos agravados após o acidente de Chernobyl.

Petróleo

O petróleo é um elemento indispensável à vida moderna. É a partir dele que se produzem os combustíveis que acionam os automóveis, caminhões, comboios, barcos e aviões que existem na Terra. As centrais queimam combustíveis derivados do petróleo para produzir grande parte da eletricidade de que o mundo precisa e muitas casas têm caldeiras a petróleo para aquecimento interno. O petróleo é também essencial para fabricação de plásticos, têxteis e outros produtos. Para obter este líquido negro e espesso que existe no subsolo abaixo do leito do mar fazem-se furos ou poços profundos. Ao petróleo assim extraído chama-se petróleo bruto ou cru. Dele se obtém uma diversidade de produtos químicos e vários tipos de óleos, como o óleo lubrificante.

O petróleo bruto, vindo de um depósito, e uma mistura de produtos químicos e diversos tipos de óleos que é depois aquecido numa refinaria. Por este processo, separam-se os diversos produtos do petróleo, como a gasolina, óleos vários, combustíveis e lubrificantes, produtos químicos e ainda o alcatrão para fazer estradas.

Onde se encontra o petróleo?

Pode encontrar-se petróleo em muitos locais, desde o Médio Oriente ao Ártico, mas todos eles foram há muito tempo cobertos pelo mar. Houve plantas pequenas que ficaram no leito do mar e foram cobertas por lamas. Essas lamas transformaram-se em camadas rochosas. O calor das rochas aqueceu as plantas durante milhões de anos e transformou-as em petróleo e gás natural.

O carvão

O carvão é fundamentalmente, constituído por carbono e tem a sua origem em florestas que foram soterradas em épocas remotas. Os carvões tem poder calorífico diferente, isto é, ao serem queimados, uns fornecem mais calor do que outros como já foi referido anteriormente.

Próximo do Rio Maior existe um jazigo de carvão de baixo poder calorífico (o lenhito), com cerca de 33 milhões de toneladas, o que constitui a maior reserva energética existente em Portugal. Em Portugal das várias minas de carvão que já estiveram em atividade, só se mantém em exploração a mina do Couto Mineiro do Pejão, junto ao Rio Douro.

Nesta mina são exploradas, anualmente, 200 mil toneladas, que se destinam à Central Termoelétrica da Tapada do Outeiro, situada nas margens norte do Rio Douro. O carvão foi uma das fontes energéticas mais importantes do século passado. Depois da Segunda Guerra Mundial, e mesmo anteriormente, foi substituído pelo petróleo.

O carvão tornou possível a Revolução Industrial que teve lugar no século XIX. Nessa altura foram utilizados:

• Na indústria

- em máquinas a vapor para gerar força motriz;
- em fornos e caldeiras como combustíveis;
- na obtenção de produtos químicos;
- no fabrico do coque para a produção de ferro e aço.

• Nos transportes

- em locomotivas e barcos a vapor.

• Nas habitações

- no aquecimento das casas, cozinhas e produção de gás de cidade.

• Escritórios e cidade.

Lojas

Devido aos grandes aumentos de preços e às perturbações no abastecimento de petróleo, que têm ocorrido nos últimos anos, o carvão tende a ocupar a posição que já teve como fonte energética. Como a quase totalidade do carvão que consumimos na produção de electricidade é importado, haverá necessidade de poupar, sobretudo através da racionalização do consumo de electricidade.

Gás natural

O gás natural começou a ser encontrado, na segunda metáde do século XIX, em muitos poços de petróleo dos Estados Unidos da América. Não tinha qualquer utilização, sendo queimado à saída dos poços. Considerava-se, nessa altura, que só ajudava o petróleo a subir em virtude da pressão que sobre ele exercia.

O gás natural em Portugal, embora seja ainda quase desconhecido, prepara-se para fazer para do dia-a-dia de 2 milhões de consumidores domésticos 4 a 5 mil fábricas e 80 a 100 mil estabelecimentos comerciais portugueses.

O gás virá liquefeito e por via maritíma provavelmente da Argélia, o quarto maior produtor mundial em 1989. Nesse ano, três maiores produtores foram a União Soviética, os Estados Unidos e a Holanda.

O terminal de desembarque do gás vai ficar na península da Matrena, no estuário do Sado. Para esta opção foi tida em conta a profundidade das águas, a acessibilidade, a natureza geológica dos Fundos marinhos, as questões de segurança, a densidade de tráfego e a distância a que se encontram dos centros populacionais.

A rede de distribuição de gás natural terá, na sua fase inicial, uma extensão de condutas no total aproximado de 5580 km: 380 km de rede base e cerca de 5200 km de redes regionais.

Embora represte menos de um quarto do território nacional (23%), a área escolhida abrange 64% da população e 85% das unidades de indústria transformadora.

Energia Nuclear

A energia elétrica gerada por usinas nucleares baseia-se na fissão (quebra, divisão)do átomo. As matérias primas necessárias a esse processo são o urânio ou tório, dois minérios radioativos.

A fissão nuclear consiste no seguinte: os átomos do urânio-235, por exemplo, são "bombardeados" por neutrons; seus núcleos se fragmentam liberando enorme quantidade de energia. Essa fragmentação do núcleo do átomo atingido, por sua vez, dá origem a outros nêutrons, que vão bombardear os átomos vizinhos e assim sucessivamente, uma reação em cadeia.

Esse processo, essa reação em cadeia, tem de ser realizado de forma controlada, em condições de segurança absoluta, pois sua expansão desordenada pode causar terríveis catástrofes. O local apropriado onde ocorre essa fissão nuclear controlada chama-se reator nuclear, peça fundamental de uma usina nuclear.

Essa fissão nuclear provocado no reator da usina produz enormes quantidades de calor; esse calor por sua vez, será utilizado para aquecer certa quantidade de água transformando-a em vapor, a pressão desse vapor faz girar uma turbina que irá acionar um gerador; este gerador converterá a energia mecânica, proveniente da turbina, em energia elétrica.

O urânio é um elemento encontrado na natureza, no interior das rochas. Nesse estado bruto, ele é quase todo urânio –238 (99,3%) e somente uma parte muito pequena (0,7%0) é de urânio 235.

Ocorre que, em alguns tipos de reatores nucleares, como os que foram instalados no Brasil, o combustível utilizado tem de ser o urânio-235, é necessário aumentar a porcentagem de urânio –235 a fim de poder utilizá-lo como combustível. Esse processo chama-se enriquecimento do urânio.

Um dos grandes problemas ambientais ocasionados pelas usinas nucleares é o lixo atômico. Trata-se dos resíduos que decorrem do funcionamento normal do reator: elemento radioativo que "sobram" e que não podem ser reutilizados ou que ficaram radioativo devido ao fato de entrarem em contato, de alguma forma, com o reator nuclear. Para ter uma idéia, uma usina nuclear produz por ano, em média, um volume de lixo atômico da ordem de $3m^3$.

Normalmente se coloca esse lixo atômico em grossas caixas de concretos e outros materiais para em seguida jogá-los no mar ou enterrados em locais especiais. As condições de armazenamento desse lixo são preocupantes, pois essas caixas podem se desgastar com o tempo e abrir contaminando assim o meio ambiente.

O acidente nuclear de Chernobyl

Apesar da probabilidade de um acidente grave numa central nuclear ser pequena, os efeitos de um acontecimento desse tipo pode ser desastroso. Se houver uma explosão numa central, são lançadas para as ambientes grandes quantidades de isótopos radioativos. O efeito da radiação pode perdurar por muitos anos, enquanto decaem os isótopos radioativos de maior semi-vida.

O maior acidente nuclear deu-se na central de Chernobyl, na Ucrânia (antiga União Soviética), em 26 de Abril de 1986. Nessa central, o material moderador da reação era a grafite, tal como no primeiro reator nuclear de 1943. Esse tipo de tecnologia já estava desatualizado em 1986. Por outro lado, a construção não obedecia às normas de seguranças necessárias. Numa série de testes de controlo da atividade do reactor, ocorreu um conjunto de erros humanos que conduziram a um aumento súbito da reacção e a uma explosão (muito menor, no entanto, do que a explosão de uma bomba nuclear, onde o urânio radioativo está em maior percentagem). No acidente morreram 31 pessoas, entre bombeiros e operários da central que combatiam o incêndio, em virtude das elevadas doses radioativas que receberam.

Em consequência deste acidente, foram espalhados pela zona e arrastados para mais longe isótopos radioativos que aparecem no processo de cisão, como o iodo 131 e o césio 137. Esse material espalhou-se, devido às condições meteorológicas, principalmente pelo Norte e Centro da Europa, provocando um aumento da radiação no ambiente.

Numa zona com raio de 30 km a volta de Chernobyl viviam cerca de 120 000 pessoas, que ficaram mais expostas à radiação. Foram quase todas evacuadas nos dias seguintes ao acidente. Hoje, só vivem nessa zona cerca de 1000 pessoas. Algumas delas trabalham em outros reatores da central que continuam a funcionar. O reator que sofreu o acidente foi coberto com uma espessa camada de betão, planeando-se o reforço dessa cobertura.

Quantas pessoas vão ainda morrer a médio ou longo prazo devido a este acidente? Não se sabe ao certo, mas podem fazer-se estimativas com base no que se conhece sobre os efeitos da radiação, nomeadamente o aparecimento de cancros. O cancro é uma doença infelizmente bastante vulgar e não se pode saber se um dado cancro numa pessoa resultou do aumento artificial de radiação ou teve um motivo natural. Das 120 000 pessoas que sofreram o maior impacto, 17 000 morreriam naturalmente de cancro, ao longo do seu tempo médio de vida (70 anos). Preve-se que haja nessa população cerca de 400 cancros a mais em virtude do acidente (um aumento de pouco mais de 2%). Claro que, populações que vivem mais longe também foram atingidas, embora com doses de radiação bastante menores.

Um perigo particular das radiações ionizantes, para além dos malefícios imediatos no organismo, reside na eventual alteração dos próprios genes dos seres vivos, que contém a informação transmitida de pais para filhos, causando o nascimento de novas gerações com defeitos. Esse perigo é bastante menor do que por vezes é referido. Com base na análise das populações japonesas afetadas pela radiação das duas bombas que terminaram a Segunda Guerra Mundial, sabe-se que os defeitos genéticos devidos à radiação são bastante raros. Os genes têm uma grande capacidade de reparação e o próprio processo de reprodução do ser humano só é bem sucedido se não houver problemas graves no embrião. Na população de Chernobyl referida esperam-se cerca de 60 casos de defeitos genéticos (menos de 1 % de aumento em relação aos defeitos genéticos que ocorrem naturalmente).

Recursos energéticos renováveis

Os recursos energéticos renováveis são naturais como a energia radiante do sol, a energia cinética dos ventos, a energia da água, da biomassa, das ondas, do gradiente térmico dos oceanos e a energia das marés, que são naturalmente reabastecidos.

Mesmo o carvão vegetal, obtido pela pirólise ou carbonização, é produto resultante da madeira, fonte energética natural. Em 2008, cerca de 20% do consumo mundial de energia final veio de fontes renováveis, com 13% provenientes da tradicional biomassa, que é usada principalmente para aquecimento e 3,2% a partir da hidroeletricidade.

Novas energias renováveis (PCHs, biomassa, eólica, solar, geotérmica e de biocombustíveis) representaram outros 2,7%. Esse percentual está crescendo muito rapidamente. A porcentagem das energias renováveis na geração de eletricidade é de 18%, com 15% da eletricidade global vindo de hidroelétricas e 3% de novas energias renováveis. As fontes renováveis suprirão 80% da energia mundial 45 Apoio em 2050. A biomassa, a energia eólica e a energia solar serão as que mais contribuirão para essa oferta de energia.

O cenário futuro que emerge para o mundo já é antecipado, de certa forma, no Brasil: predominância de hidroelétricas na matriz energética; crescente instalação de usinas eólicas para produção de eletricidade; amplo uso do etanol como combustível no setor de transportes e a infraestrutura daí decorrente, como os carros flex e os postos de combustíveis adaptados para diferentes tipos de tanques de armazenamento.

A matriz energética mundial é fortemente dominada pelo uso de hidrocarbonetos, o que torna o mercado consumidor extremamente vulnerável às variações de preço por qualquer motivo. Para a produção de eletricidade, o carvão mineral é a principal fonte de transformação energética.

No Brasil, a matriz energética total ainda tem muito de participação dos hidrocarbonetos. No entanto, nossa matriz elétrica conta com uma participação fundamental (80%) da fonte hidrelétrica, considerada limpa e renovável. Dos 20% restantes, temos grande participação da biomassa no sistema de cogeração para a produção de eletricidade, com destaque para o setor sucroalcooleiro.

Diante das pressões de movimentos populares mundiais e líderes de organizações internacionais, os países buscam alternativas às fontes energéticas finitas, quase todas responsáveis pela poluição do planeta e pelo aumento do efeito estufa.

Assim, entram em cena os recursos energéticos renováveis e busca tecnológica do melhor aproveitamento energético das fontes naturais fornecedoras. Temos então a instalação de parques geradores à base de biomassa, energia solar, energia geotérmica, energia eólica, energia das ondas e das marés, gradientes térmicos, células combustíveis (fuel cells) e a energia do hidrogênio.

A energia solar incidente sobre a superfície da terra é superior a cerca de 10.000 vezes a demanda bruta de energia atual da humanidade. Entretanto, sua baixa densidade (energia/área) e sua variação geográfica e temporal representam grandes desafios técnicos para o seu aproveitamento direto em larga escala. A conversão fotovoltaica é a conversão direta de energia luminosa em eletricidade, por meio do efeito fotovoltaico, objeto principal do presente artigo. A conversão térmica é o aproveitamento direto da energia térmica do sol, seja para utilização imediata (aquecimento de água, processos industriais, por exemplo), ou para a geração de eletricidade por intermédio de um processo termodinâmico (geração de vapor, por exemplo).

Novas fontes de energia

Face às perspectivas de esgotamento das fontes de energia que têm vindo a ser utilizadas, procura-se recorrer a soluções alternativas baseadas no aproveitamento de recursos renováveis. São exemplos:

- Energia hidroelétrica, obtida em centrais instaladas em barragens.

- **Energia solar**, utilizada para produzir calor por meio de coletores.

- **Energia geotérmica**, obtida a partir do calor que provém do interior da Terra.

- **Energia maremotriz**, que aproveita a força das ondas e das marés.

- **Energia eólica**, conseguida a partir da força do vento.

- **Bioenergia**, resultante da fermentação ou da destilação de resíduos orgânicos.

Energia hidroelétrica

Desde tempos muito antigos que o homem aproveitava a energia da água para mover máquinas. Os moinhos de água são o exemplo mais característico.

A energia da água também se utiliza para produzir eletricidade. A eletricidade é produzida nas centrais elétricas, que são instalações onde existem grandes geradores de energia produzida pelo movimento da água; nas segundas é utilizado o calor obtido pela queima de um combústivél, pela desintegração de núcleos de materiais radioativos ou pelos raios solares.

Em Portugal, a energia hidráulica tem grande importância na produção de eletricidade. Cerca de 6% da quantidade total dos vários tipos de energia de que necessitámos, no ano de 1982, foram obtidos a partir da energia hidráulica.

Portugal, em 1982, consumiu energia equivalente à que forneciam 10,4 milhões de toneladas de petróleo.

Se dividirmos esta quantidade pelo número de portugueses, a que correspondem aproximadamente 1100 Kg de petróleo.

Quando for usar energia, pensa se realmente é necessário utilizar. Não desperdice ligando mais luzes do que o necessário, acendendo os aquecedores indevidamente, etc. Imagina o que se podia fabricar com essa energia.

A eletricidade, um invento do homem, para se puder utilizar nas nossas casas ou nas fábricas.

Energia geotérmica

Sabemos que, à mediada que se penetra no interior da Terra, o calor aumenta em média 3º C por cada 100 metros de profundidade.

Regiões onde haja vulcanismo, géiseres ou fontes de água quente são provas bem evidentes da espetacular energia contida na forma de energia de calor natural no interior do nosso planeta. É esta energia, sob a forma de calor natural, que constitui a energia geotérmica.

A aplicação dos fluidos quentes tem utilização diferente conforme a temperatura a que se encontram. Se a temperatura é baixa, podem ser usados no aquecimento de edíficios e estufas. Se a temperatura é elevada, entre 150º e 300º C, empregam-se na produção de eletricidade.

As primitivas termas romanas constítuem, decerto, o primeiro testemunho da utilização da energia geotérmica como fonte de aquecimento. No entanto, só no século XX é que a energia geotérmica ganha posição de relevo no domínio dos recursos energéticos. Em 1977 funcionavam em todo o mundo 17 centrais eletrica geotérmicas.

O problema da energia geotérmica tem merecido, não só no território continental, mas principalmente nos Açores, alguma atenção.

Os trabalhos e estudos que se vêm efetuado desde 1951 particularmente em S. Miguel têm em vista proporcionar uma fonte econômica de energia.

Energia Éolica

A energia eólica é a energia obtida pelo movimento do ar (vento) e não se tem registro de sua descoberta, mas estima-se que foi há milhares e milhares de anos. A energia dos ventos é uma abundante fonte de energia renovável, limpa e disponível em todos os lugares. A utilização desta fonte energética para a geração de eletricidade, em escala comercial, teve início há pouco mais de 30 anos e através de conhecimentos da indústria aeronáutica os equipamentos para geração eólica evoluíram rapidamente em termos de idéias e conceitos preliminares para produtos de alta tecnologia. No início da década de 70, com a crise mundial do petróleo, houve um grande interesse de países europeus e dos Estados Unidos em desenvolver equipamentos para produção de eletricidade que ajudassem a diminuir a dependência do petróleo e carvão. Mais de 50.000 novos empregos foram criados e uma sólida indústria de componentes e equipamentos foi desenvolvida. Atualmente, a indústria de turbinas eólicas vem acumulando crescimentos anuais acima de 30% e movimentando cerca de 2 bilhões de dólares em vendas por ano (1999).

Existem, atualmente, mais de 30.000 turbinas eólicas de grande porte em operação no mundo, com capacidade instalada da ordem de 13.500 MW. No âmbito do Comitê Internacional de Mudanças Climáticas, está sendo projetada a instalação de 30.000 MW, por volta do ano 2030, podendo tal projeção ser estendida em função da perspectiva de venda dos "Certificados de Carbono".

Na Dinamarca, a contribuição da energia eólica é de 12% da energia elétrica total produzida; no norte da Alemanha (região de Schleswig Holstein) a contribuição eólica já passou de 16%; e a União Européia tem como meta gerar 10% de toda eletricidade a partir do vento até 2030.

No Brasil, embora o aproveitamento dos recursos eólicos tenha sido feito tradicionalmente com a utilização de cataventos multipás para bombeamento d'água, algumas medidas precisas de vento, realizadas recentemente em diversos pontos do território nacional, indicam a existência de um imenso potencial eólico ainda não explorado.

Grande atenção tem sido dirigida para o Estado do Ceará por este ter sido um dos primeiros locais a realizar um programa de levantamento do potencial eólico através de medidas de vento com modernos anemógrafos computadorizados. Entretanto, não foi apenas na costa do Nordeste que áreas de grande potencial eólico foram identificadas. Em Minas Gerais, por exemplo, uma central eólica está em funcionamento, desde 1994, em um local (afastado mais de 1000 km da costa) com excelentes condições de vento.

A capacidade instalada no Brasil é de 20,3 MW, com turbinas eólicas de médios e grandes portes conectadas à rede elétrica. Além disso, existem dezenas de turbinas eólicas de pequeno porte funcionando em locais isolados da rede convencional para aplicações diversas - bombeamento, carregamento de baterias, telecomunicações e eletrificação rural.

Energia Solar

Utilizadas a princípio nos satélites, as células de energia fotovoltaica desceram a terra e fazem a luz do dia virar eletricidade. A técnica de usar pequenas lâminas para captar a luz do sol e gerar eletricidade foi lentamente saindo dos laboratórios até chegar à aplicação prática. Hoje a forma mais barata se encontra nos relógios e calculadoras solares. A energia fotovoltaica é bem diferente da energia solar termal, que já existe até em residências onde o calor do sol é usado para aquecer a água. A conversão da luz em eletricidade é feita pelas células fotovoltaicas. A energia solar é ainda mais cara do que o petróleo.

Para terra, o sol é a fonte de energia mais abundante, podemos dizer que praticamente todas outras formas de energia derivam da energia solar. Por isso a humanidade esta fazendo grandes esforços para doma-lá, através de vários processos como:

- o aquecimento solar de casas, edifícios;
- coletores solares de espelhos, que podem aquecer a água como nas caldeiras, para produzir energia elétrica, as células solares que permitem a conversão direta da energia solar em energia elétrica, como já existem em postos telefônicos, em locais isolados, automóveis de teste, satélites artificiais etc...

Um típico veículo para circular pelos congestionamentos das cidades grandes é o SCV-0, construido por uma empresa japonesa. É um carro elétrico movido a bateria, ela transforma luz do sol em eletricidade, e podem recarregar as baterias do carro enquanto ele anda. Em dia ensolarado sua autonomia pode chegar a 160 km, sua velocidade máxima é de 65 km/h, adequada para um pequeno carro de uso urbano, e tem lugar para somente duas pessoas.

Biomassa

A utilização de biomassa para a produção de energia elétrica tem vido a aumentar ao longo dos últimos dez anos. Na Europa, cerca de 2% do consumo total de energia elétrica provém da biomassa. Até ao ano 2020, a produção de energia elétrica através de biomassa assegurará 15% do total consumido. Principalmente em áreas rurais a utilização da biomassa é, por vezes, a forma mais barata de produzir eletricidade.

Atualmente, a maioria dos sistemas que estão sendo utilizados para a produção de energia elétrica a partir de biomassa, tem baixa eficiência, como consequência das características do combustível bem como da pequena dimensão das centrais de produção. No entanto, num futuro próximo, com as tecnologias que se vão descobrindo, prevê-se que a biomassa seja mais e melhor aproveitada e em custos mais baixos. Os gasificadores de biomassa são alguns métodos para a obtenção de energia a partir da biomassa. Aquecem a biomassa num ambiente com pouco oxigênio até que a biomassa se separe nos seus componentes químicos. Para isto é preciso o fornecimento de calor de forma a permitir que as moléculas se separem. Dos vários sistemas que podem ser utilizados há três que são considerados mais eficientes pela capacidade calorífica que conseguem produzir quando utilizados com turbinas geradoras a gás. Estes gasificadores são utilizados tanto em queima direta, em que o ar ou oxigénio são alimentados diretamente ao gasificador, como em queima indireta em que é utilizado calor de uma fonte externa para gasificar a biomassa.

Os gasificadores de leito fixo e fluidizado parecem ser os indicados para sistemas de produção de energia a partir de biomassa. O oxidante para o processo de gasificação pode ser o ar atmosférico ou oxigénio puro. Os sistemas que utilizam oxigênio puro permitem produzir um gás de maior capacidade calorífica sendo também a sua produção mais rápida, no entanto, os custos de produção aumentam devido à necessidade de oxigênio puro. Atualmente o equipamento preferido é o gasificador alimentado com ar, que produz um gás diluído com azoto atmosférico. Quanto ao

fornecimento de calor ao gasificador existem duas opções. Num gasificador de aquecimento direto o calor necessário à gasificação provém da combustão no reator do próprio gasificador. Num gasificador de queima indireta, o calor é fornecido fazendo reciclar o material inerte da combustão (aquecido) para dentro do gasificado.

Neste tipo de queima existe mais uniformização dentro do gasificador permitindo uma melhor transferência de massa e calor que, por sua vez, permitem uma maior uniformidade de temperaturas, uma melhor mistura do combustível e reações mais rápidas, logo maior produção de energia.

Agricultura Brasileira

As atividades econômicas agrárias, também denominadas primárias, são aquelas próprias do campo, do meio rural: a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Elas estão voltadas para a produção de alimentos ou de matérias-primas a serem transformadas pela atividade secundária - a indústria.

A importância da agricultura no Brasil

A agropecuária no Brasil emprega mais de 25% da mão de obra do país - ou seja, da PEA (população economicamente ativa). Porém, mesmo empregando cerca de 25% dos trabalhadores, a agropecuária é responsável por apenas 9% do PIB (produto interno bruto) do país.

Por outro lado, a agricultura é responsável por cerca de 25% da renda das exportações nacionais. A importância da agricultura brasileira é observada sob diferentes aspectos:

- Abastecer uma população urbana que cresce em ritmo acelerado;
- Gerar excedentes para exportação.

Dos 8,5 milhões de km2 que o país possui apenas 44% são explorados com atividades agropecuárias.

As áreas com lavouras (temporárias e permanentes) abrangem cerca de 475.000 km2, o que corresponde a aproximadamente 5% da área total do país.

O subaproveitamento do espaço agrícola no país é reflexo, entre outros fatores, da ausência histórica de uma política agrícola adequada. No Brasil, as frágeis políticas agrícolas adotadas nos últimos governos acabaram por determinar que vastos espaços agricultáveis fossem transformados em um instrumento especulativo financeiro: mais valia deixar a terra valorizar do que explorá-la.

Ao mesmo tempo, em um país tão rico em terras cultiváveis, uma porção considerável da população ainda passa fome; o Brasil frequentemente importa alimentos. Importamos vários produtos, entre eles o de maior valor, o trigo.

Plantar custa caro e envolve riscos. Por décadas, os incentivos à agricultura foram setoriais, privilegiando, sobretudo, as produções voltadas para o mercado externo. Esses sectores agrícolas se modernizaram.

Infelizmente, no Brasil persiste ainda a baixa produtividade, o subemprego e a pobreza no campo.

Agricultura e os fatores naturais

Clima

Embora a agricultura não dependa unicamente das condições climáticas, a verdade é que elas assumem importância fundamental para a prática agrícola. A existência de variados tipos climáticos no País (equatorial, tropical, de altitude, subtropical e semiárido) permite uma boa diversificação da produção agrícola, podendo-se cultivar desde os vegetais tipicamente tropicais até aqueles próprios de áreas temperadas, como é o caso do trigo, que é o mais cultivado no Centro-Sul do País. Devido ao predomínio de climas tropicais, é natural que nossa agricultura seja baseada no cultivo de vegetais típicos desse clima, como é o caso do café, da cana-de-açúcar, do cacau, do algodão e outros.

Solo

A camada superficial da litosfera, formada por rocha decomposta, e onde há vida microbiana, é o que definimos como solo. As transformações físico-químicas criam aí condições favoráveis a nutrição e desenvolvimento das plantas e espécies vegetais de modo geral. Seu processo de formação é denominado pedogênese, sendo lento e complexo, dependendo da rocha matriz, do clima, das características do relevo e da matéria orgânica presente.

A espessura do solo varia e ele tem ciclo evolutivo: há solos jovens, maduros e senis. Uma vez degradados, é difícil recuperá-los. Devido à diversidade de nossa geologia e condições climáticas, o Brasil possui vários tipos de solos agrícolas, considerados, de modo geral, muito ácidos e frágeis, ao contrário do refrão comumente utilizado deque no Brasil "se plantando tudo dá". Sendo assim, para que sejam utilizados de forma eficiente, os solos brasileiros têm que ser corrigidos de maneira correta quanto à acidez ou composição química.

- Massapê ou Massapé: solo escuro e resultante da composição do ganisse e do calcário. É um solo de elevada fertilidade natural, encontrado na Zona da Mata Nordestina, onde, desde o período Colonial, é utilizado para o plantio da cana-de-açúcar.
- Terra Roxa: solo castanho-avermelhado, resultante da decomposição do basalto. É também um solo de elevada fertilidade, de origem vulcânica, encontrado no Planalto Meridional e utilizado para diversos cultivos, com destaque para o café.
- Solo de Várzea: trata-se de um solo fertilizado pelo acúmulo de matéria orgânica e húmus trazido pelo rio margeado por ele. No entanto, devido às inundações constantes, restringe seu uso a alguns produtos, tais como o arroz.
- Salmourão: solo argiloso, geralmente formado pela decomposição do granito em climas úmidos. Apresenta alguma fertilidade e é encontrado no Planalto Atlântico e no Centro-Sul do País.

Problemas dos Solos

Há diversos problemas que afetam os solos brasileiros, mas os mais comuns são: erosão, esgotamento, laterização e lixiviação. Esses provocam graves consequências que decorrem das características climáticas (quentes e úmidos) e das técnicas agrícolas empregadas (rudimentares). Apesar de limitadas, as medidas atualmente adotadas para combater tais problemas são: terraceamentos, curvas de nível, aplicação de adubos, irrigação e reflorestamento. Tais práticas são mais difundidas nas regiões Sudeste e Sul do País.

- Erosão e esgotamento dos solos: são provocados, sobretudo, pelas características climáticas predominantes no país, isto é, maior concentração das chuvas durante o verão, e também pelo predomínio de técnicas rudimentares de cultivo: plantio em encostas de morros, inadequação dos vegetais às condições naturais, etc.

- Laterização: processo característico das regiões intertropicais de clima úmido e estações chuvosa e seca alternadas. Consiste na remoção da sílica e no enriquecimento dos solos em óxidos de ferro e alumínio, originando a formação de uma "crosta ferruginosa" capaz de impedir ou dificultar a prática agrícola. Esta crosta é conhecida também como "canga" e aparece em grandes extensões dos chapadões do Centro-Oeste e na Amazônia.

- Lixiviação: é a "lavagem" que ocorre nos solos das regiões tropicais úmidas, quando as chuvas intensas atravessam os solos de cima para baixo, carregando os elementos nutritivos superficiais.

Combate aos problemas do solo

Existem várias técnicas agrícolas que podem combater os problemas dos solos, tais como: o rotação de solos e de culturas, podendo haver também a associação da agricultura com a pecuária;

- adubação adequada;
- terraceamento;
- curvas de nível;
- reflorestamento;
- irrigação adequada.

Os efeitos do uso do solo

Preservar árvores é um bom método para a conservação do solo. A prática primitiva da queimada e o uso irracional do espaço agrícola são destrutivos. Não é recomendável que a floresta seja substituída por campo ou por cultivo dos produtos, porém, no Brasil, uma prática desenvolvida por técnicas agrícolas consiste em aproveitar os restos vegetais da própria mata para "forrar" o solo e plantar, como técnica de sombreamento, espécies de produtos entre as árvores nativas. É um sistema do tipo "corredor" com racionalização de cultivo móvel e a ideia é manter a capacidade produtiva do solo. A substituição gradual de árvores não produtivas por árvores comerciais é um outro método de conservação, mas este pode trazer o perigo das monoculturas, ao menos que o processo de substituição seja limitado a determinadas proporções. Os efeitos destrutivos das enchentes, por outro lado, e os benefícios da água e dos minerais dissolvidos, difundem-se em uma extensa área pelos sistemas de irrigação. Em muitas regiões, as medidas para irrigar o solo precisam ser combinadas com a drenagem do mesmo, no caso de excesso de água.

Principais problemas da agricultura

- Subaproveitamento do Espaço Agrícola

O Brasil apresenta subaproveitamento de suas terras agrícolas, já que, apesar de possuir 8.547.403 km2, ocupa apenas cerca de 580.000 km2 com lavouras e 1.750.000 km2 com pastagens.

- Áreas de lavouras, pastagens, matas e terras não aproveitadas em relação à área total do território. Nos últimos anos, a área ocupada pelas atividades agropecuárias tem aumentado, embora a maior parte do território (73%) encontre-se ocupada por terras não-aproveitadas. Em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários, verifica-se que as lavouras, pastagens, matas e terras não-aproveitadas ocupam cerca de 40% das terras brasileiras. Suas terras estão utilizadas da seguinte maneira: áreas de lavouras, pastagens, matas e terras não-aproveitadas em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários.

O Uso da Terra

Há uma correlação entre o tipo de utilização agrária e o tamanho da propriedade. Assim, as grandes propriedades dedicam-se, em geral, ao cultivo de produtos voltados para a exportação (café, cana-de-açúcar, cacau, soja, algodão), à pecuária e ao extrativismo vegetal. Já as pequenas propriedades se caracterizam pelo desenvolvimento de cultivos comerciais e de subsistência, como arroz, feijão, milho, mandioca e produtos hortifrutigranjeiros em geral.

Produtividade Agrícola

O aumento da produção agrícola deve-se:

- à expansão das fronteiras agrícolas em direção a Rondônia e Mato Grosso;
- à maior utilização de insumos industriais, apesar do seu alto custo para os agricultores;
- às altas cotações de alguns produtos no mercado nacional e internacional, como o café, alaranja, o algodão, o arroz, a cebola e outros;
- à expansão da mecanização, principalmente em lavouras comerciais como a da soja e do trigo no Centro-Oeste e no Sul do País. Entretanto, em algumas áreas do Brasil, ainda são registradas baixas taxas de produtividade, o que pode ser explicado por vários motivos:
- uso inadequado e insuficiente de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas;
- crédito rural voltado, sobretudo para os grandes proprietários do Sudoeste e do Sul;
- baixa mecanização;
- escassez de pesquisas agronômicas básicas;
- baixas rendas e más condições de vida do trabalhador rural.

O Governo, por meio de vários programas específicos e de órgãos como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), pretende aumentar a produtividade agrícola. Para isso, aponta as seguintes metas:

- estímulo às pesquisas em Engenharia Rural;
- aumento da assistência técnica, sobretudo aos pequenos proprietários;
- desenvolvimento de novas técnicas de plantio, colheita, seleção de sementes, etc.;
- aumento do crédito rural;
- estímulo à formação de cooperativas;
- criação do Pro várzeas e do Projeto Cerrado. O Pro várzeas Nacional é um programa agrícola criado em junho de 1981, que pretende utilizar as terras férteis das várzeas e, por meio de irrigação, obter maior produtividade. O programa baseia-se na existência de pelo menos 3 milhões de hectares de várzeas irrigáveis, ainda sem qualquer aproveitamento. Grande parte dessa área está na bacia do rio Solimões (Amazônia). O Governo Federal criou, também, o Profir (Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação).

Armazenamento e Transporte

Embora de forma indireta, esses dois fatores estão profundamente inseridos em atividades agrícolas. Só para citar um exemplo, em determinadas regiões, chega-se a perder grande parcela de produção agrícola por falta de transporte e/ou armazenamento adequado. Tais dificuldades facilitam a ação dos intermediários e

especuladores, diminuindo a lucratividade do homem do campo e aumentando o custo dos alimentos ao consumidor. Segundo os últimos levantamentos, o Brasil é o campeão do desperdício, calculado, em alguns casos, em cerca de 30% da safra. Em valores, estima-se que o desperdício alcance 5 bilhões de dólares por ano.

- Alqueire: medida agrária que corresponde em GO, MG e RJ a 48.000 m2 e em SP a 24.000 m2.

- Hectare: unidade de medida agrária equivalente a cem acres ou ainda a um hectômetro quadrado 10.000 m2.

- Pedogênese: processo de formação do solo onde se percebe a decomposição da rocha original, acúmulo de matéria orgânica e formação de húmus.

- Terraceamento: técnica agrícola que se constituiu em aproveitar-se de curvas de nível de degraus (terraços). Típico da Ásia Oriental.

- Curva de nível: linha imaginária que une todos os pontos da mesma altitude, acima ou abaixo de uma referência conhecida. O mesmo que curva altimérrica, isópsa.

Estrutura fundiária

A expressão "estrutura fundiária" engloba o número e tamanho das propriedades rurais, segundo as categorias dimensionais. Nesse campo, o Brasil enfrenta sérias dificuldades. Nossa estrutura fundiária é herança deum passado colonial, com predomínio das grandes propriedades (plantations) voltadas para atender às necessidades do mercado externo. Até hoje os grandes latifúndios são maioria na área rural, geralmente subaproveitados. Podemos concluir que: a) Os pequenos estabelecimentos predominam em número (50,3%), enquanto sua área é insignificante (2,5%). b) Os grandes estabelecimentos (mais de 1.000 ha) ocupam quase a metade da área rural (45%), representando apenas 1,2% das propriedades; ou, simplificando: há muita gente com pouca terra e muita terra com pouca gente, oque demonstra a concentração fundiária. Note que tanto o minifúndio (pequena propriedade) quanto o latifúndio são responsáveis por um desperdício de recursos, já que: a) No latifúndio, nem todo o espaço é aproveitado, havendo, portanto, desperdício de terras e capital. No minifúndio, há mão-de-obra ociosa, pois a terra é escassa. Os pequenos proprietários respondem por mais da metade da produção de alimentos do Brasil, e são os que menos assistência recebe do governo. Os conceitos de latifúndio e minifúndio serão definidos em função do módulo rural adotado na região gráfica e de seu uso.

Assim, uma grande propriedade dentro da Amazônia, embora não aproveitada com alguma atividade, é menos prejudicial que outra propriedade bem menor e mal aproveitada próxima a São Paulo. Por este motivo, surgiu a ideia de módulo rural (Estatuto da Terra, Lei n° 4.504 de 30/11/64), criado para estabelecer uma unidade legal de medida das propriedades, onde se leva em conta a independência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel e seu aproveitamento. Os conceitos de latifúndio e minifúndio são definidos em função do módulo rural adotado na região.

- Módulo rural: área explorável que, em determinada posição do País, é direta e pessoalmente explorada por um conjunto familiar equivalente a quatro pessoas, correspondendo a mil jornadas anuais. A força de trabalho do nível tecnológico adotado naquela posição geográfica e, conforme o tipo de exploração considerado proporcione um rendimento capaz de assegurar-lhe a subsistência no processo social e econômico. Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), é o mínimo de terras que uma família de 4 pessoas necessita para sua manutenção. O módulo rural varia conforme o desenvolvimento da região, sendo menor quanto maior o desenvolvimento.

- Minifúndio: será todo o imóvel com área explorável inferior ao módulo rural fixado para a respectiva região e tipos de exploração nela ocorrentes.

- Latifúndio por dimensão: será todo o imóvel com área superior a 600 vezes o módulo rural médio fixado para a respectiva região e tipos de exploração nelas ocorrente.

- Latifúndio por exploração: será todo o imóvel cuja dimensão não exceda aquela admitida como máxima para empresa rural, tendo área igual ou superior à dimensão do módulo da região, mas que seja mantida inexplorada em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou que seja deficiente, ou inadequadamente explorada de modo a vedar-lhe a classificação como empresa rural. Atualmente, a estrutura fundiária brasileira tem-se caracterizado por um parcelamento das propriedades, oque traz como consequência um crescimento do número de latifúndios:

- 1960 - 3.337.000 estabelecimentos

- 1980 - 5.045.000 estabelecimentos Além desse fracionamento verifica-se uma concentração de terras nas mãos dos latifundiários.

- 1960 - 7l. 000.000 ha

- 1980 - 164.500.000 há Considerando-se a distribuição dos estabelecimentos rurais por região, observam-se diferenças significativas.

Região Norte

Caracteriza-se por possuir o mais baixo índice de área ocupada por estabelecimentos rurais do Brasil. Além disso, apresenta o predomínio de grandes propriedades (mais de 1.000 ha). Com relação à utilização do solo, a porcentagem em matas incultas é, naturalmente, a mais elevada do País. Esta situação determina a economia extrativa vegetal, principal atividade da região. As grandes, médias e pequenas propriedades, estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: Sudoeste do AM e AC - extrativismo, borracha; Sudoeste do PA - extrativismo, castanha-do-pará; Ilha de Marajó e AP - pecuária; Norte de TO - pecuária de corte. Médias e pequenas propriedades: PA (Zona Bragantina) - pimenta-do-reino, malva, juta, cacau e fumo; AM (vale médio do rio Amazonas) - juta; PA, AM e AC, ao longo da Transamazônica, agrovilas e culturas diversificadas.

Região Nordeste

Apresenta o maior número de estabelecimentos agrícolas e o maior consumo de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. Predominam as propriedades entre 200 e 2.000 ha. Na utilização da terra, sobressaem-se as pastagens. As principais áreas agrícolas situam-se na faixa costeira oriental. A zona do Agreste é ocupada por culturas voltadas para o consumo urbano, enquanto no Sertão encontra-se a criação de gado extensiva, ocupação tradicional. As grandes, médias e pequenas propriedades estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: Sertão - pecuária; Zona da Mata Nordestina - cana-de-açúcar; MA e PI - extrativismo vegetal; BA (litoral sul) cacau. b) Pequenas e médias propriedades: Vale do São Francisco - arroz e cebola; CE (sul-sertão) - algodão; Agreste-algodão, agave.

Região Centro-Oeste

É também uma região com alta proporção de estabelecimentos com mais de 10.000 ha, porém predominamos grandes estabelecimentos entre 1.000 ha e 10.000 ha, dedicados à pecuária. Quanto à utilização da terra, dominam largamente as pastagens: esta é a região que apresenta a maior área ocupada por estabelecimentos agropecuários no Brasil, apesar de possuí-los em menor número. É, por excelência, a área de criação de gado bovino no Brasil, realizada em sistema extensivo nos largos chapadões do cerrado e no Pantanal Mato-Grossense. As grandes, médias e pequenas propriedades estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: MT (parte norte) - extrativismo vegetal; MS e MT (pantanal) - pecuária; GO, MS e MT (áreas dispersas no interior) - pecuária. b) Médias e pequenas propriedades: MS (sul, região de Dourados) - culturas diversificadas: café, milho e soja; GO (Ceres) - culturas diversificadas.

Região Sul

Quanto à área ocupada, predominam no Sul as pequenas e médias propriedades. Assim como a região Sudeste, esta região também destina parte de sua produção à indústria alimentícia, como carnes, milho, soja e outros itens. As grandes, médias e pequenas propriedades estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: PR (norte) - soja e café; PR (Mata de Araucária) - extrativismo madeira; RS (Campanha Gaúcha) - pecuária; RS e PR - áreas de cultura de trigo. b) Médias e pequenas propriedades: RS, PR e SC (áreas de povoamento europeu) vinhedos, trigo, batata, arroz, milho, etc.

Sistemas Agrícolas

Sistema agrícola é a combinação de técnicas e tradições utilizadas pelo homem nas suas relações com o meio rural para obter os produtos de que necessita. No Brasil são aplicados no campo vários tipos de sistemas agrícolas. O sistema extensivo é o mais utilizado: apenas em certas áreas, como no Sul e Sudeste, são encontradas propriedades utilizando com mais frequência o sistema intensivo. Também os sistemas chamados de roça e plantation são antigos no Brasil e até hoje empregados. Veja abaixo os principais sistemas e suas características.

Sistema Intensivo
- Uso permanente do solo.
- Rotação de cultivos.
- Fertilizantes.
- Seleção de sementes.
- Seleção de espécies.
- Mecanização.
- Grande rendimento.
- Produção elevada por hectare.
- Mão-de-obra abundante e qualificada.

Terra escassa

O sistema intensivo pode ser caracterizado pela menor dependência do agricultor às condições naturais. Quanto menor a dependência, mais intensivo será o sistema agrícola.

Sistema Extensivo
- Desmatamento e coivara.
- Esgotamento dos solos.
- Rotação de solos.
- Pequeno rendimento.
- Produção por trabalhador.
- Terra abundante.
- Mão-de-obra escassa e não-qualificada. Dentro do sistema extensivo surge o termo "roça" ou itinerante, onde as técnicas utilizadas são bastante rudimentares com pouco ou nenhum adubo, levando a terra ao esgotamento e, posteriormente, ao abandono. No Brasil, o sistema de roça é largamente encontrado, apresentando como resultado uma agricultura de baixos rendimentos e produção irregular.

Plantation
- Predominantemente em áreas tropicais.
- Monocultura.
- Grandes estabelecimentos.
- Capitais abundantes.
- Mão-de-obra numerosa e barata.
- Alto nível tecnológico.
- Trabalho assalariado.
- Aproveitamento agroindustrial da produção.

Cultivos destinados à exportação.

1. Grande rendimento.
O sistema de plantation foi introduzido no Brasil na época colonial, com o cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, até hoje, este sistema é utilizado no cultivo do café, do cacau, da laranja, da soja e da própria cana.

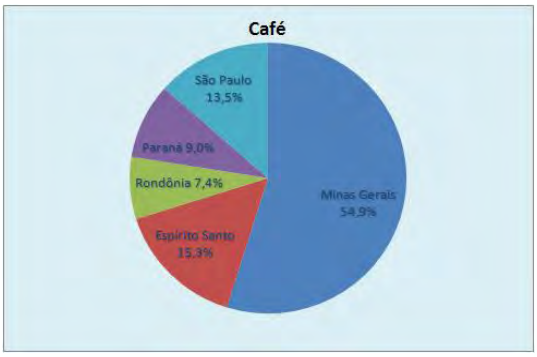
2. Exploração da Terra
Distinguem-se no Brasil as seguintes modalidades de exploração da terra:
• Exploração direta: quando é realizada pelo proprietário da terra;
• Exploração indireta: pode ser por meio de:- arrendamento - quando a terra é alugada por um certo tempo e preço; - parceria - quando, por meio de contrato, a terra é cultivada e a produção é repartida na proporção estipulada entre as partes. A forma mais comum é a meiação (metade), havendo também outras, como a terça, etc. Nesta modalidade há também os "posseiros" ou ocupantes, lavradores sem terras que ocupam uma área para poder plantar. Os assalariados podem ser mensalistas ou diaristas. Deste último grupo fazem parte os boias-frias.

- Reforma Agrária

Principais produtos da agricultura brasileira

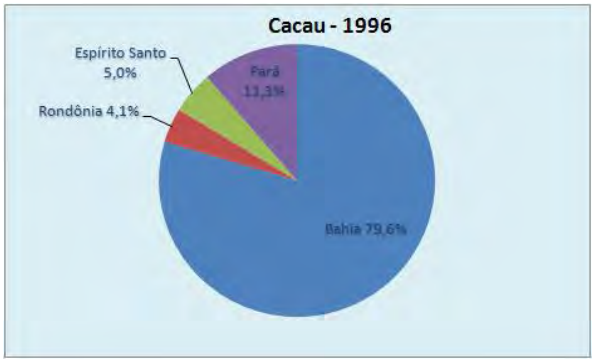
Café
Quando o café chegou ao Brasil era considerado como uma planta ornamental.

Em 1860 o café tornou-se definitivamente importante na economia brasileira, ao chegar à região de Campinas, no Estado de São Paulo. A partir deste fato, o café encontrou condições físicas favoráveis para o seu desenvolvimento, tais como: solo fértil, clima tropical de altitude, planalto ondulado. Rapidamente, o café atingiu lotes a oeste do Estado, e posteriormente ocupou o Norte do PR, Sul de Minas e MS. O Brasil é considerado o maior produtor mundial de café.



Cacau

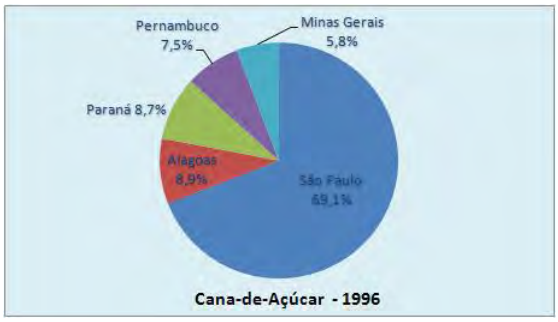
O cacau é um produto que nasceu no Brasil, sendo cultivado primeiramente na Amazônia e atingindo o sul da Bahia, onde encontrou condições favoráveis para o seu desenvolvimento, como clima quente e superúmido, solo espesso e fértil. Atualmente, a Bahia tem o cacau como o seu principal produto agrícola, sendo o maior Estado produtor de cacau do país. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de cacau, exportando principalmente para a Argentina, Estados Unidos, Europa e Japão.



Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar chegou ao Brasil no século XVI através dos portugueses. Inicialmente, este produto era cultivado principalmente na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano.

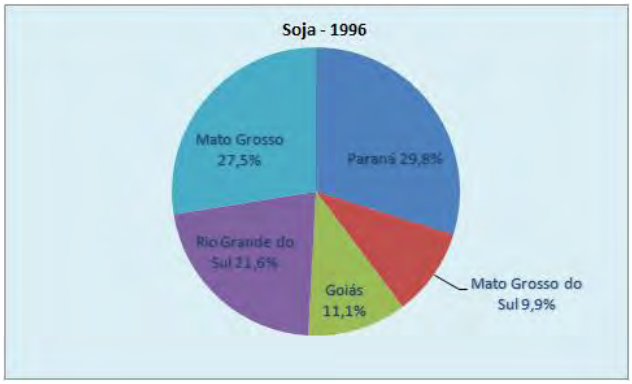
A cana-de-açúcar representa um importante produto na economia do Brasil. Em 1930, o cultivo de cana-de-açúcar atingiu o Estado de São Paulo, que logo se tornou o maior produtor brasileiro de cana. O Brasil é considerado o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, exportando principalmente para os Estados Unidos, Europa e Rússia.



Ultimamente, houve um crescimento do investimento na mecanização da cultura de cana, pois esta técnica traz vantagens econômicas e ambientais, porém o número de trabalhadores da indústria canavieira deve sofrer uma drástica redução.

Soja

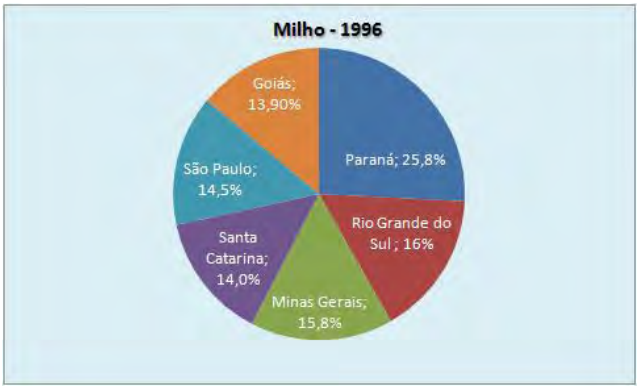
A soja é um produto recente no Brasil, e nas últimas décadas tem se tornado importante na produção agrícola brasileira, e nas exportações. No Brasil, as regiões Sul e Sudeste são as principais produtoras de soja, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, o primeiro é os Estados Unidos.



Milho

O milho é um produto que nasceu na América, e é muito conhecido no mundo todo. No Brasil, a sua cultura está presente em todos os Estados, sendo o Paraná o principal produtor de milho.

Mundialmente, os Estados Unidos é o maior produtor de milho, seguido da China e do Brasil.

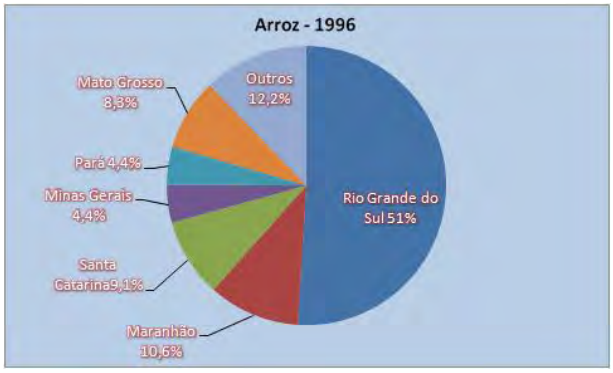


Trigo

É o produto alimentício mais importado pelo Brasil. Em 1993 foram 5,0 milhões de toneladas de trigo importado para o Brasil, pois o consumo interno foi de 7,2 milhões de toneladas e a produção interna foi de 2,3 milhões de toneladas. No Brasil, o maior produtor de trigo é o Estado do Paraná, seguido do Rio Grande do Sul.

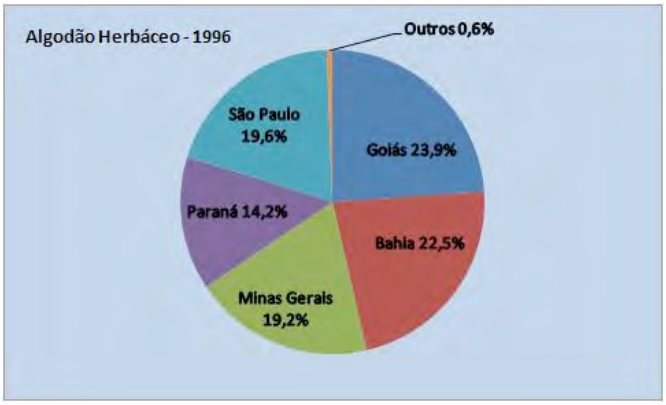
Arroz

No Brasil encontramos a cultura de arroz em todos os estados, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro, seguido de Minas Gerais e Goiás. O Brasil é considerado um dos maiores produtores mundiais de arroz.



Algodão

No Brasil, o algodão começou a ser cultivado no período colonial. O Brasil ocupa a 6ª colocação dos maiores produtores mundiais de algodão, sendo superado pela China, Rússia, EUA, Índia e Paquistão.



Principais produtos agrícolas em dados

- Culturas temporárias de ciclo curto – algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata, cebola, centeio, cevada, feijão, fumo, juta, milho, rami, soja, sorgo, tomate e trigo.
- Cultura temporária de ciclo longo e culturas permanentes – abacaxi, algodão arbóreo, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, castanha de caju, coco da baía, guaraná, laranja, maçã, mandioca, pimenta do reino, sisal e uva.

1997	
ALGODÃO ARBÓREO	
Ceará	82,8
Paraíba	3,0
Piauí	7,2
Rio Grande do Norte	5,0
Pernambuco	2,0

BANANA	
Bahia	62.011
Pará	59.448
São Paulo	54.180
Pernambuco	51.102
Santa Catarina	43.666
Minas Gerais	42.382

ARROZ	
R. Grande do Sul	4.439.842
Maranhão	922.116
Santa Catarina	791.197
Mato Grosso	724.231
Minas Gerais	382.384
Pará	379.233

Sul	5.048.050
Nordeste	1.230.110
Centro-Oeste	1.172.179
Sudeste	698.815
Norte	550.571

ALGODÃO HERBÁCEO	
Goiás	189.744
Bahia	178.525
São Paulo	155.430
Minas Gerais	152.831
Paraná	113.000

Centro-Oeste	325.673
Sudeste	246.623
Nordeste	218.254
Sudeste	113.000
Norte	4.435

LARANJA	
São Paulo	94.880.000
Bahia	4.844.833
Sergipe	4.354.938
Minas Gerais	3.047.517
Rio Grande do Sul	2.160.442

CACAU	
Bahia	232.068
Pará	32.920
Espírito Santo	14.558
Rondônia	11.892

MILHO	
Paraná	6.772.000
Rio Grande do Sul	4.202.354
Minas Gerais	4.140.622
São Paulo	3.817.700
Santa Catarina	3.674.392
Goiás	3.656.711

CAFÉ	
Minas Gerais	1.395.624
Espírito Santo	388.880
São Paulo	342.100
Paraná	228.000
Rondônia	187.603

CANA-DE-AÇÚCAR	
São Paulo	194.025.000
Alagoas	24.850.102
Paraná	24.400.000
Pernambuco	20.905.161
Minas Gerais	16.404.437

Sudeste	220.187.608
Nordeste	49.562.286
Sul	25.606.097
Centro-Oeste	24.892542
Norte	769.200

FEIJÃO	
Paraná	373.000
Bahia	214.109
Santa Catarina	199.806
Minas Gerais	126.996
Rio Grande do Sul	124.289
Ceará	124.351

SOJA	
Paraná	6.566.000
Mato Grosso	6.065.828
Rio Grande do Sul	4.770.629
Goiás	2.451.163
Mato Grosso do Sul	2.184.283

UVA	
Rio Grande do Sul	454.946
São Paulo	227.140
Bahia	68.627
Paraná	50.040
Pernambuco	46.596
Santa Catarina	45.338

FUMO	
Rio Grande do Sul	287.458
Santa Catarina	209.078
Paraná	76.115
Alagoas	29.322
Bahia	9.673

Pecuária Brasileira

A pecuária brasileira coloca-se entre as maiores do mundo, apesar do inúmeros problemas inseridos na criação do gado. Os baixos níveis culturais, as práticas defeituosas, a inadequação da estrutura fundiária, as grandes distâncias, o baixo nível tecnológicos, o alto preço dos medicamentos são fatores que pesam no rendimento da pecuária.

Apesar disso, algumas áreas do sudestes e sul apresentam resultados mais positivos e rendimentos maiores. Atualmente, cerca de 25% do território brasileiro é constituído por pastagens naturais e artificiais. A área ocupada pelas pastagens tem aumentado de forma modesta.

As atividades econômicas são desenvolvidas no campo e na cidade. As atividades rurais estão divididas em agricultura e pecuária. No entanto, às vezes são estudadas de forma unificada: a agropecuária.

Basicamente, pecuária é a domesticação de animais realizada por meio da aplicação de técnicas e que tem como finalidade a comercialização. Geralmente, a pecuária é vinculada somente à produção bovina, porém esta não é a única, ainda podemos citar a suinocultura, eqüinocultura, avicultura, cunicultura, apicultura, piscicultura, ranicultura, entre outras.

As criações têm dois destinos: a subsistência e a comercialização. A pecuária é responsável pela produção de matérias-primas para a indústria têxtil e de alimentos. Na produção têxtil, são fabricados couros, ossos, chifres, entre outros. Já na indústria de alimentos, a atividade fornece carne, leite, ovos, etc.

Sem dúvida, a participação da pecuária que mais se destaca é a produção de carne e as criações fornecedoras são as de suínos, bovinos, bufalinos, ovinos, caprinos e aves. A produção leiteira também é muito importante, o leite é extraído de bovinos, bufalinos, ovinos e caprinos.

A pecuária pode ser desenvolvida de duas formas básicas: a pecuária intensiva e a pecuária extensiva, as quais se diferenciam de acordo com o nível de tecnologia empregado na produção. Na pecuária intensiva, os animais recebem cuidados relacionados à saúde, além de alimentação balanceada e demais cuidados, o que favorece um aumento significativo da produtividade. Já na pecuária extensiva, os animais são criados soltos em grandes extensões de terra sem receber grandes cuidados, fatores que implicam em uma baixa produtividade.

A palavra pecuária vem do latim pecus, que significa cabeça de gado. Ela é praticada desde o período Neolítico (Idade da Pedra Polida), quando o homem teve a necessidade de domesticar o gado para a obtenção de carne e leite.

Pecuária é a arte ou o conjunto de processos técnicos usados na domesticação e produção de animais com objetivos econômicos, feita no campo. Assim, a pecuária é uma parte específica da agricultura.

Também conhecida como criação animal, a prática de produzir e reproduzir gado é uma habilidade vital para muitos agricultores.

Através da atividade pecuária, os seres humanos atendem à maior parte de suas necessidades de proteínas animais (com uma pequena parte sendo satisfeita pela pesca e pela caça).

Carne (bovina, bubalina - carne de bufalo, de aves etc), ovos, leite e mel são os principais produtos alimentares oriundos da atividade pecuária. Couro, lã e seda são exemplos de fibras usados na indústria de vestimentas e calçados. O couro também é extensivamente usado na indústria de mobiliário e de automóveis. Alguns povos usam a força animal de bovídeos e eqüídeos para a realização de trabalho. Outros também usam o esterco seco (fezes secas) como combustível para o preparo de alimentos. A pecuária corresponde a qualquer atividade ligada a criação de gado. Portanto, fazem parte da pecuária a criação de bois, porcos, aves, cavalos, ovelhas, coelhos, búfalos, etc. A pecuária ocorre, geralmente, na zona rural e é destinada a produção de alimentos, tais como, carne, leite, couro, lã, etc.

Existem dois tipos de pecuária:

- *Pecuária de corte*: destinada à criação de rebanhos com objetivo de produção de carne para o consumo humano. Na intensiva, o gado é criado preso ou em pequenos espaços, alimentado com ração específica. Neste tipo de criação, a carne produzida é macia e de boa qualidade para o consumo. Pode ser também pecuária extensiva (o gado é criado solto e alimenta-se de capim ou grama). A carne produzida é dura, pois o gado desenvolve uma musculatura rígida.

- *Pecuária leiteira:* destinada à produção de leite e seus derivados (queijos, iogurtes, manteigas, etc). O Brasil é, mundialmente, um dos países mais fortes na pecuária. Em termos de quantidade de cabeças de gado, nosso país encontra-se na liderança. Somos também um dos maiores exportadores de carne de boi e frango, sendo que os países asiáticos e europeus são os principais importadores da carne brasileira. Com relação ao leite, os estados de Minas Gerais e São Paulo destacam-se na produção nacional.

Atualmente, técnicas de inseminação artificial e clonagem tem sido aplicadas na pecuária, gerando excelentes resultados na qualidade e na produção de carne, leite e seus derivados.

Importância da Pecuária no Brasil

No decorrer de sua expansão geográfica, a pecuária desempenhou importante papel no processo de povoamento do território brasileiro, sobre tudo nas regiões Nordeste (sertão) e Centro – Oeste, mas também no sul do país (Campanha Gaúcha).

O Rebanho Bovino representa a principal criação do país, e apresenta como características:

O rebanho brasileiro é na maior parte de baixa qualidade, e, portanto de baixo valor econômico;

A relação bovino/habitante no Brasil é muito baixa quando comparado à países Argentina, Austrália e Uruguai.

A idade média do gado para abate no Brasil é de 4 anos, muito elevada em relação a países como Argentina, E.U. A e Inglaterra (cerca de 2 a¬nos)

-O peso médio também é muito baixo ainda, 230 a 240 quilos, contra mais de 600 quilos na Argentina, E.U. A e Inglaterra.

Como consequência dos fatores idade e peso, ocorre que a taxa de desfrute (percentual do rebanho abatido anualmente) no Brasil é muito baixa, cerca de 15% a 20% contra 30% da média mundial e 40% dos E.U. A A pecuária brasileira é caracterizada pelo baixo valor econômico e pelo mau aproveitamento do potencial do rebanho, resultantes principalmente de deficiências tecnológicas tais como:

-Zootécnicas: falta de aprimoramento racial; - Alimentos: deficiência das pastagens (a maior parte é natural) e de rações complementares;

-Sanitário: elevada incidência de doenças infecto-contagiosas e precária inspeção sanitária.

Principais áreas de Criação Região Sudeste. Possui o 2º maior rebanho bovino do país distribuídos em M.G., S.P., R.J. e E.S.

Nesta região predomina a raça zebu (Nelore, Gir, Guzerá), aparecendo raças européias e mistas, destinadas tanto ao corte como a produção de leite.

EQUINOCULTURA é a parte da zootecnia especial que trata da criação de equinos. Normalmente não tem como finalidade a produção de alimentos, embora esse também seja um ramo explorável.

Atividade similar à equinocultura (eqüinocultura, no Brasil) é a eqüideocultura que abrange a criação de asininos (asnos, burros, jumentos) e de seus híbridos com o cavalo: o bardoto (cavalo com jumenta) e a mula (jumento com égua). Os cavalos normalmente são criados para serem vendidos e/ou ensinados e em raros casos são usados para a produção de alimentos, já que a carne de cavalo é pouco consumida.

CUNICULTURA é a parte da zootecnia especial que trata da criação de coelhos. Como atividade pecuária é o conjunto de procedimentos técnicos e práticos necessários à produção de carne, pele e pelos de coelhos ou criação do animal em condições especiais para uso como cobaias de laboratório. Tendo de gestação, uma coelha, 31 dias até o nascimento dos filhotes.

APICULTURA é a criação de abelhas para produção de mel e cera e também é a parte da zootecnia especial dedicada ao estudo e à criação de abelhas para os seguintes fins: produção de mel, própolis, geléia real, pólen e veneno. Além disso, as abelhas são ótimas polinizadoras.

PISCICULTURA é uma atividade multidisciplinar que se refere ao cultivo de organismos aquáticos, incluindo peixes, moluscos, crustáceos e plantas aquáticas.

RANICULTURA refere-se a criação de rãs.

OVINOCULTURA E CAPRINOCULTURA é a parte da zootecnia que trata do estudo e da criação de ovelhas, de ovinos. Atividade destinada à produção de alimento, na forma de carne e leite, e de outros produtos, tais como lã e pele. Da ovelha pode ser chamado no masculino por carneiro e quando pequeno como cordeiro, anho ou borrego, é um mamífero ruminante bovídeo da sub-família Caprinae, que também inclui a cabra.

O Brasil destaca-se por ter uma das maiores pecuárias do mundo, embora este setor apresente alguns problemas relacionados à criação do gado.

Alguns fatores afetam o rendimento da pecuária brasileira, tais como: baixos níveis culturais, práticas defeituosas, inadequação da estrutura fundiária, grandes distâncias, baixo nível tecnológico, alto preço dos medicamentos.

Aproximadamente 25% do território brasileiro é formado por pastagens naturais e artificiais, tal área vem crescendo moderadamente.

O rebanho bovino brasileiro apresenta 161 milhões de cabeças, sendo insuficiente os pastos para alimentá-los.

Mas este problema tem solução, pois as condições climáticas brasileiras são favoráveis.

O Brasil possui dois tipos de criação de gado, são elas:

1. Intensiva – suas características são:
- áreas limitadas
- rebanhos escassos
- alto rendimento
- aplicação de métodos científicos
- destinada á produção de leite
- proximidade dos grandes centros urbanos

Exemplo: Vale do Paraíba, Sul de Minas Gerais etc.

2. Extensiva – suas características são:
– grandes áreas
– gado criado á solta
– pastagens naturais
– sem aplicação de técnicas adiantadas de criação
– baixo rendimento
– destinada ao corte (carne)
– numero de cabeças por hectares reduzidos

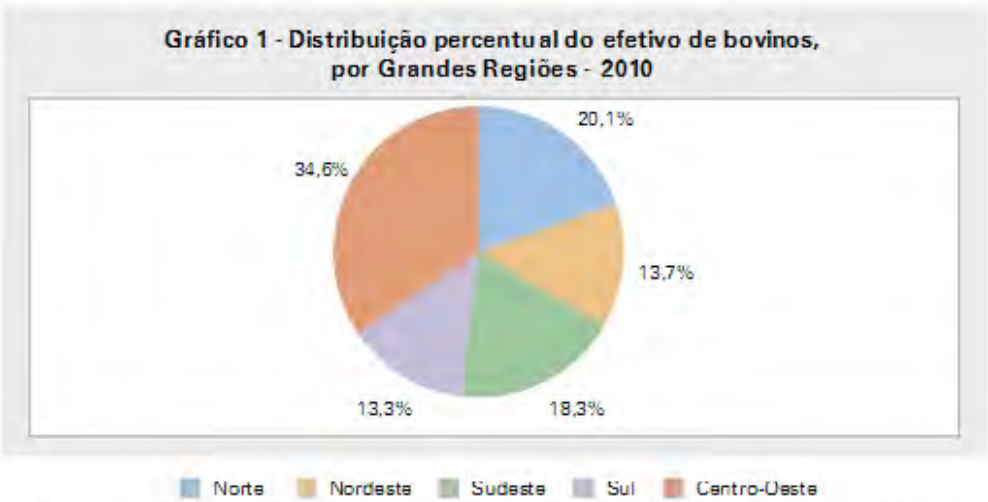
Exemplo: Triângulo Mineiro, Campanha Gaúcha etc.

A pecuária brasileira é em sua maior parte do tipo extensiva, com baixo valor econômico, devido aos inúmeros problemas que já foram mencionados anteriormente. O rebanho brasileiro é um dos maiores do mundo, ultrapassando as 250 milhões de cabeças.

Gado Bovino

O rebanho bovino do Brasil apresenta 161 milhões de cabeças, um dos maiores do mundo, embora tenha um baixo rendimento na produção.

Este tipo de gado, mesmo apresentando um baixo rendimento na produção de carne, é o que apresenta melhor resistência às dificuldades físicas, e à falta de cuidados na criação extensiva.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2009-2010.

Principio Áreas de Criação

Região Sudeste

1995 – apresenta 37 milhões de cabeças, considerado o segundo maior rebanho de gado bovino brasileiro.

- Pecuária de Corte

Este tipo de pecuária concentra-se principalmente em Minas Gerais (23,6 milhões) e em São Paulo (15,4 milhões), sendo estes os dois principais Estados criadores.

A pecuária de corte está distribuída da seguinte maneira:
- em São Paulo: Alta Sorocabana (Presidente Prudente) e Alta Noroeste (Araçatuba).
- em Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Região de Montes Claros, Médio Jequitinhonha.
- no Espírito Santo: Extremo Norte.

Considerando o regime de exploração, há algumas diferenças entre essas áreas:
- em São Paulo destaca-se a atividade de engorda (invernadas).
- em Minas Gerais destaca-se a produção e comercialização de animais de raça pura, sobretudo reprodutores zebuínos.
- no Espírito Santo destaca-se a atividade de cria e recria de gado.

- Pecuária Leiteira

As principais bacias leiteiras do Brasil estão nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Região Sudeste). O principal objetivo desses produtores é abastecer os maiores centros consumidores do Brasil.

O rebanho leiteiro apresenta aproximadamente 8,2 milhões de cabeças, ou seja, de vacas ordenhadas no Sudeste.

A pecuária leiteira está distribuída da seguinte maneira:
- em São Paulo: Vale do Paraíba, Região de São João da Boa Vista, Região de São José do Rio Pardo – Mococa, Região de Araras – Araraquara.
- no Rio de Janeiro: Vale do Paraíba, Norte Fluminense.
- em Minas Gerais: Sul de Minas Gerais, Zona da Mata Mineira, Bacia leiteira de Belo Horizonte, Alto Parnaíba.

Tabela 1 - Produtividade de leite, segundo as Grandes Regiões - 2005-2010

Grandes Regiões	Produtividade de leite (litros/vaca/ano)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	**1 194**	**1 213**	**1 237**	**1 278**	**1 297**	**1 340**
Norte	598	597	626	618	628	673
Nordeste	747	767	775	787	795	811
Sudeste	1 351	1 355	1 347	1 376	1 386	1 410
Sul	2 005	2 066	2 157	2 265	2 314	2 388
Centro-Oeste	1 116	1 115	1 129	1 166	1 178	1 220

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2005-2010.

Região Centro-Oeste

É a maior região em criação de gado bovino, na qual é praticada no sistema extensivo. Apresenta cerca de 55 milhões de cabeças, distribuídas entre os estados de Goiás, Mato Grosso de Sul e Mato Grosso.

A pecuária é totalmente destinada ao corte.

As áreas produtoras de destaque são: Zona do Pantanal, Sudeste de Goiás, Vale do Paranaíba, sul do Mato Grosso do Sul.

Região Sul

É a região que apresenta o 3º maior rebanho brasileiro, tendo 26,6 milhões de cabeças. O rebanho da região Sul destaca-se pela sua qualidade, devido às condições físicas favoráveis da região.

As criações de gado são destinadas à produção de leite e ao corte.

As áreas de criação mais importantes são:
- Campanha Gaúcha (RS)
- Campos de Vacaria (RS)
- Campos de Lajes (SC)
- Campos de Guarapuava (PR)

Região Nordeste

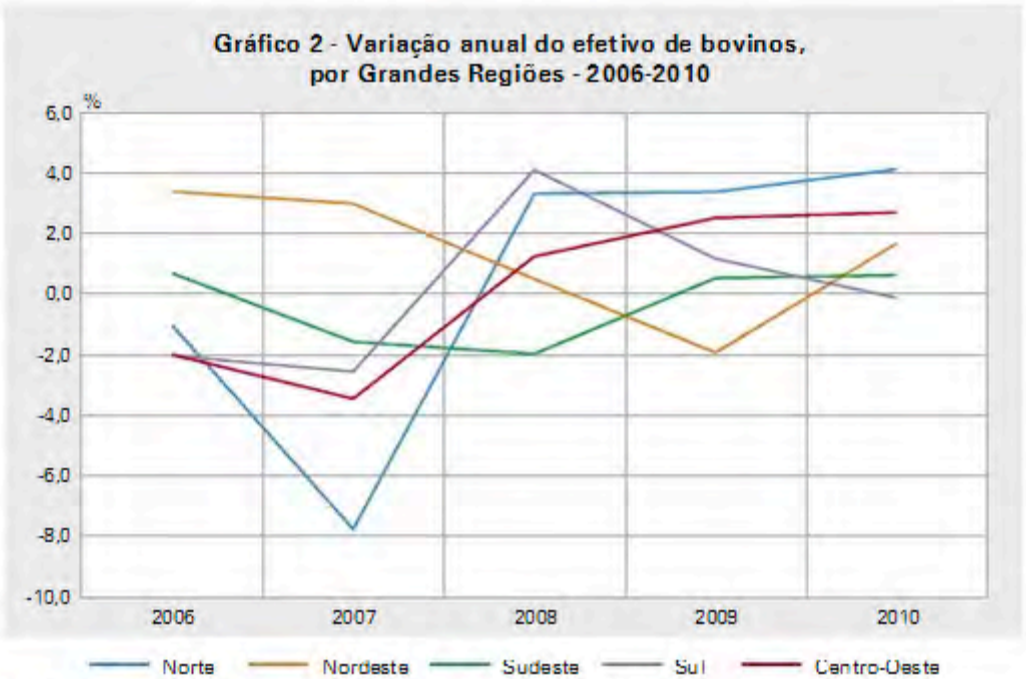
Nesta região, a pecuária é do tipo extensiva, e o rendimento da criação é baixo devido às condições físicas não favoráveis, prejudicando a produção de carne.

As principais bacias leiteiras estão localizadas no agreste.

As áreas produtoras mais importantes estão distribuídas da seguinte maneira:
- BA – corte e leite
- Sertão do Nordeste – corte
- Batalha – AL – corte

Região Norte

A região Norte apresenta o menor rebanho brasileiro, contando com cerca de 19 milhões de cabeças de bovinos e 1 milhão de bubalinos. As principais áreas onde a pecuária é desenvolvida são: Ilha de Marajó, Alto Rio Branco e litoral do Amapá.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2005-2010.

Gado Ovino

No Brasil existem 18,3 milhões de cabeças de ovinos, sendo que a sua criação é destinada especialmente à produção de lã.

O maior rebanho ovino brasileiro está concentrado no Rio Grande do Sul, contando com mais da metade da totalidade do país, seguido da Bahia que conta com mais de 2 milhões de cabeças, destinas à produção de carne.

Gado Suíno

O Brasil apresenta o 5º maior rebanho suíno mundial. Podemos encontrar criação de gado suíno por todo Brasil, concentrando-se principalmente nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste.

Diferentemente do gado bovino, que é criado normalmente em grandes propriedades, o gado suíno é criado em pequenas e médias propriedades.

Os principais estados produtores são: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Maranhão.

Pecuária tradicional e moderna

Tradicional:

Está muito associada à agricultura tradicional, pois normalmente os agricultores também praticam pecuária tradicional, os animais fornecem estrume para a fertilização dos campos, pois ajuda no trabalho agrícola.

Produzem pequenas quantidades de produtos de origem animal, e uma grande variedade de espécies animais, mas em pequena quantidade porque o objectivo é o auto consumo.

Moderna:

A pecuaria moderna é de caracter comercial e possui um elevado grau de intensidade e de especialização. A pecuária moderna pode ser intensiva e extensiva:

- A intensiva desenvolve-se mais nos países industrializados, é uma criação de gado em espaços fechados, e têm condiçloões para manter esta maneira de pecuária (controlo dos sanitarios, há rações vitaminicas para os animais, há condições de temperatura adequada, etc.

- A extensiva pratica-se na australia, EUA, Argentina e no Brasil. Cria-se o gado em grandes espaços cercados, pastando em liberdade e utilizando o mínimo de mão-de-obra.

4 – OS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Com dimensões continentais e 70% da população concentrados em áreas urbanas, o Brasil é o país em desenvolvimento que mais tem atraído atenção internacional. A poluição e o desmatamento ameaçam seus diversificados ecossistemas, inclusive o de maior biodiversidade do planeta, o amazônico. O agravamento dos problemas ambientais no país está ligado à industrialização, iniciada na década de 50, ao modelo agrícola monocultor e exportador instituído desde os anos 70, à urbanização acelerada e à desigualdade socioeconômica. Nas grandes cidades, dejetos humanos e resíduos industriais saturam a deficiente rede de saneamento básico e envenenam águas e solos. Gases liberados por veículos e fábricas, além das queimadas no interior, poluem a atmosfera.

Impactos ambientais em biomas brasileiros

Um dos problemas mais graves do Brasil são os impactos ambientais, vistos que o Brasil é beneficiado com a maior biodiversidade mundial. A natureza sofre desde o inicio da colonização, quando nosso litoral foi devastado pelos colonizadores. Matas foram derrubadas, animais foram mortos. Estes estragos se estenderam ao interior rompendo o equilíbrio ecológico com atividades como mineração e criação de gado. E nas décadas de 1950 a 1970, a construção de Brasília causou fortes impactos ambientais nas regiões norte e centro oeste. Observe as paisagens de Cerrados e as agressões que essa vegetação vem sofrendo para dá lugar a pecuária e a agricultura. É a vegetação que depois da Mata Atlântica, mais agressão sofre.

Atualmente fala-se em outro tipo de agressão: o impacto ambiental urbano. As cidades estão ameaçadas pela degradação do ambiente. A degradação do ar pela poluição compromete a vida das cidades. Os manguezais e restingas abrangem a faixa costeira e são as áreas mais devastadas pelo processo de urbanização, que polui água e solo com esgotos, produtos químicos e o turismo desordenado. O ambiente da Amazônia quase não foi atingido no inicio da colonização, mas atualmente 15% da Amazônia foi destruída. Essa destruição tem sido incentivada pelo governo desde 1940, com projetos agropecuários. Outros fatores são responsáveis pela degradação do ambiente, tais como: construções de usinas hidrelétricas, extração de madeira, garimpo de ouro, construção de rodovias e ferrovias. O novo código florestal brasileiro prevê mais desmatamento, a chamada reserva legal. Essa questão ainda é tema de discussão no congresso entre ruralistas e ambientalistas.

Os criadores e agricultores utilizam a queimada como a maneira mais barata e rápida para limpar o solo.

A queimada destrói a flora e a fauna e o cerrado está desaparecendo com as pastagens e as plantações de soja. A pecuária e latifúndios são responsáveis pela degradação da caatinga. Sua fauna está seriamente ameaçada de extinção.

Por ocupar região com poucos recursos hídricos a caatinga é fundamental para a vida da população que dela sobrevive. Entretanto, os latifundiários além de destruir o ambiente natural, monopolizam as águas do São Francisco. Consequência dos impactos ambientais é: desertificação da caatinga, êxodo rural, salinização do solo. Os campos abrangem áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Argentina, Uruguai e Paraguai. Este solo está sendo degradado pela criação de gado e as queimadas, que antecipam o cultivo de soja. O uso prolongado do solo provoca o processo de arenização.

A Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Considerado o maior evento já realizado pela Nações Unidas, o Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta.[1] Além de questões ambientais, foram discutidos, durante a CNUDS, aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia e outros.

O evento ocorreu em dez locais, tendo o Riocentro como principal local de debates e discussões; entre os outros locais, figuram o Aterro do Flamengo e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

No Brasil, foi formado o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20. Segundo Aron Belinky, coordenador de Processos Internacionais do Instituto Vitae Civis, que representa o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) na Coordenação Nacional do Comitê, o papel do grupo – atualmente formado por 14 redes – é trazer mais participantes para o debate até o ano que vem. "Nossas ações são elaboradas por meio de grupos de trabalhos. Um deles é o de formação e mobilização, que deverá levar os temas em discussão para a sociedade e cuidará da organização do evento paralelo previamente chamado de Cúpula dos Povos, que terá a participação da sociedade civil", pontual.

O encontro da sociedade, segundo ele, deverá começar antes, por volta do dia 20 de junho de 2012. "Além de representantes do Brasil, outros do Canadá, França, Japão, e de alguns países da América Latina já estão envolvidos nestas ações", adianta o ambientalista. "Na Cúpula dos Povos, queremos que seja garantido que a economia verde seja avaliada como um interessante indutor de sustentabilidade, desde que abranja as questões sociais, além das ambientais, e tenha sempre presente a questão da qualidade de vida dos cidadãos, além da ecoeficiência."

Outra frente da sociedade civil rumo à Rio+20 se dará no âmbito do Fórum Social Mundial (FSM). A decisão foi tomada ao final da edição deste ano, em Dacar, no Senegal. Segundo o empresário e ativista da área de responsabilidade social, Oded Grajew, que integra o Comitê Internacional do FSM – que ocorrerá entre 27 e 31 de janeiro de 2013 (data sujeita a alterações) –, a edição internacional descentralizada do evento terá como principal pauta a temática ambiental, voltada à conferência.

O FSM não representa as elites econômicas e exigirá uma demanda de mobilização da sociedade sobre outro modelo de desenvolvimento. Trataremos de propostas de mudança da matriz energética para a renovável, da questão nuclear, das hidrelétricas em confronto com as populações indígenas, do modelo de consumo e resíduos orgânicos, entre outros. Segundo ele, a meta é propor políticas públicas ao governo e informações sobre indicadores quanto à grave situação do modelo atual de desenvolvimento, que leva ao esgotamento de recursos naturais e ao aumento das desigualdades.

Como 2012 será também um ano de eleições em alguns países importantes como EUA, Alemanha e França, isso prejudica decisões. Talvez essas nações não queiram assumir alguns compromissos, que podem comprometer os resultados nas urnas. É reforçado que, no contexto da Economia Verde, as discussões do FSM permanecerão voltadas a questões sociais, ao combate às desigualdades.

Governança e desenvolvimento sustentável

Um tema complexo que estará na Conferência, segundo Belinky, diz respeito à governança em um cenário de desenvolvimento sustentável. Este tema está sendo pouco debatido oficial e extraoficialmente. Deve ser visto não como uma discussão sobre burocracia, mas como uma condição necessária para encaminhar as decisões e recomendações que se tomem na conferência.

Hoje se enxerga o desenvolvimento sustentável no conjunto, as instituições internacionais e internas a cada país são estanques. Umas atuam no campo econômico, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que não se conectam nas dimensões sociais e ambientais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Trabalho (OIT), que têm algum poder político, estão desconectadas do lado ambiental. A ideia é integrá-las à questão do desenvolvimento sustentável.

No caso da questão ambiental, as discussões levam à constatação de que não existe nenhuma organização internacional com real poder regulatório. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) é um dos com menor orçamento na ONU e depende de adesões voluntárias. Não é essencial dentro do sistema, participa quem quer. Pode encaminhar, no máximo, estudos, recomendações, mas sem poder regulatório.

Como primeiro passo, uma das propostas que serão defendidas pela sociedade civil é que haja uma resolução para se criar uma agência ambiental internacional, aprimorando o funcionamento do Pnuma ou por meio de sua união com outras agências. O governo brasileiro tem defendido uma 'agência guarda-chuva', que tenha sob ela várias agências internacionais do sistema ONU. As entidades, enxergam que existe uma necessidade tanto ética quanto política e econômica de tirar as pessoas da pobreza. Porém, isso não significa que deverão ter padrão de consumo insustentável, como o norte-americano e europeu. Não é objetivo estender a sociedade perdulária.

As expectativas sobre os resultados da Rio+20 caminham na direção de dois extremos. Será uma grande oportunidade ou nulidade. A conferência pode fazer uma convergência, desatar nós ou, então, se não se dispuser, será um ponto de jogar conversa fora. Mas de qualquer forma, a mobilização de propostas da sociedade civil será um avanço. Ou os governos são capazes de mostrar relevância no mundo contemporâneo ou são incapazes de acompanhar o ritmo que a sociedade avança, se tornando um empecilho.

Irã

A participação do Irã na conferência Rio +20 gerou uma enorme controvérsia. O país enviará uma delegação, que inclui o presidente Mahmoud Ahmadinejad, para participar do evento em junho. Entretanto, o Irã possui sérias questões das quais se recusa a abordar, como as persistentes violações dos direitos humanos, as declarações belicistas e racistas contra Israel e a negativa em cooperar com a AIEA sobre seu programa nuclear. Foi argumentado que Ahmadinejad planeja usar a cúpula no Rio de Janeiro como uma plataforma para propaganda e projetar para o público interno uma falsa imagem de líder respeitado internacionalmente.

Alterações no meio ambiente.

Primeiramente, é importante saber que a sua consciência pode ajudar o ambiente. Impacto ambiental é a alteração no meio ambiente por determinada ação ou atividade. Atualmente o planeta Terra enfrenta fortes sinais de transição, o homem está revendo seus conceitos sobre natureza. Esta conscientização da humanidade está gerando novos paradigmas, determinando novos comportamentos e exigindo novas providências na gestão de recursos do meio ambiente. Um dos fatores mais preocupantes é o que diz respeito aos recursos hídricos. Problemas como a escassez e o uso indiscriminado da água estão sendo considerados como as questões mais graves do século XXI. É preciso que tomemos partido nesta luta contra os impactos ambientais, e para isso é importante sabermos alguns conceitos relacionados ao assunto.

Poluição é qualquer alteração físico-química ou biológica que venha a desequilibrar um ecossistema, e o agente causador desse problema é denominado de poluente. Como já era previsto, os principais poluentes têm origem na atividade humana. A Indústria é a principal fonte, ela gera resíduos que podem ser eliminados de três formas:

Na água: essa opção de descarte de dejetos é mais barata e mais cômoda, infelizmente os resíduos são lançados geralmente em recursos hídricos utilizados como fonte de água para abastecimento público.

Na atmosfera: a eliminação de poluentes desta forma só é possível quando os resíduos estão no estado gasoso.

Em áreas isoladas: essas áreas são previamente escolhidas, em geral são aterros sanitários.

Classificação dos resíduos:

Resíduos tóxicos: são os mais perigosos e podem provocar a morte conforme a concentração, são rapidamente identificados por provocar diversas reações maléficas no organismo. Exemplos de geradores desses poluentes: indústrias produtoras de resíduos de cianetos, cromo, chumbo e fenóis.

Resíduos minerais: são relativamente estáveis, correspondem às substâncias químicas minerais, elas alteram as condições físico-químicas e biológicas do meio ambiente. Exemplos de indústrias: mineradoras, metalúrgicas, refinarias de petróleo.

Resíduos orgânicos: as principais fontes desses poluentes são os esgotos domésticos, os frigoríficos, laticínios, etc. Esses resíduos correspondem à matéria orgânica potencialmente ativa, que entra em decomposição ao ser lançada no meio ambiente.

Resíduos mistos: possuem características químicas associadas às de natureza biológica. As indústrias têxteis, lavanderias, indústrias de papel e borracha, são responsáveis por esse tipo de resíduo lançado na natureza.

Resíduos atômicos: esse tipo de poluente contém isótopos radioativos, é um lixo atômico capaz de emitir radiações ionizantes e altamente nocivas à saúde humana.

Desenvolvimento Sustentável

Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta data da década de 60, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Tais discussões ganharam tanta intensidade que levaram a ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972).

No mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do "Clube de Roma" publicaram o estudo Limites do Crescimento. O estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial.

O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente "catástrofe". As reações vieram de intelectuais do Primeiro Mundo (para quem a tese de Meadows representaria o fim do crescimento da sociedade industrial) e dos países subdesenvolvidos (já que os países desenvolvidos queriam "fechar a porta" do desenvolvimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica).

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Outra contribuição à discussão veio com a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas. A declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com altos índices de consumo. Para a ONU, não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo; há também um máximo.

A ONU voltou a participar na elaboração de outro relatório, o Dag-Hammarskjöld, preparado pela fundação de mesmo nome, em 1975, com colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países. O Relatório Dag-Hammarskjöld completa o de Cocoyok, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental. Os dois relatórios têm em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado Our Common Future, mais conhecido por relatório Brundtland. O relatório diz que "Desenvolvimento sustentável é

desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades". O relatório não apresenta as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO2 (que constavam do acordo sobre o clima) e não assinou a convenção sobre a biodiversidade.

O termo desenvolvimento sustentável define as práticas de desenvolvimento que atendem às necessidades presentes sem comprometer as condições de sustentabilidade das gerações futuras. Os princípios do desenvolvimento sustentável são baseados nas necessidades, sobretudo as necessidades essenciais e, prioritariamente, aquelas das populações mais pobres; e limitações que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, restringindo a capacidade de atender às necessidades presentes e futuras.

Em sentido amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre esses e a natureza. Para tanto, são necessários:

- Sistema político com efetiva participação dos cidadãos no processo de decisão;
- Sistema econômico competente para gerar excedentes e conhecimentos técnicos em bases confiável e constante;
- Sistema social capaz de resolver as diferenças causadas por um desenvolvimento desigual;
- Sistema de produção que preserve a base ecológica do desenvolvimento;
- Sistema tecnológico que busque novas soluções;
- Sistema internacional com padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- Sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

O desenvolvimento sustentável não trata somente da redução do impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas principalmente das consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Segundo o Relatório da Comissão Brundtland, elaborado em 1987, uma série de medidas devem ser tomadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Entre elas:

- Limitação do crescimento populacional;
- Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

Em âmbito internacional, as metas propostas são:

- Adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável pelas organizações de desenvolvimento (órgãos e instituições internacionais de financiamento);
- Proteção dos ecossistemas supranacionais como a Antártica, oceanos, etc, pela comunidade internacional;
- Banimento das guerras;
- Implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização, para que seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente e resulte na execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a esse preceito. Entre as empresas que aplicaram um projeto de desenvolvimento sustentável são citadas 3M, McDonalds, Dow, DuPont, Pepsi, Coca-Cola e Anheuser-Busch.

Algumas outras medidas para a implantação de um programa minimamente adequado de desenvolvimento sustentável são:

- Uso de novos materiais na construção;
- Reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais;
- Aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica;
- Reciclagem de materiais reaproveitáveis;
- Consumo racional de água e de alimentos;
- Redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo.

As pessoas que trabalharam na Agenda 21 escreveram a seguinte frase: "A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades". Essa frase toda pode ser resumida em poucas e simples palavras: desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência). Será que é possível conciliar tanto progresso e tecnologia com um ambiente saudável?

Acredita-se que isso tudo seja possível, e é exatamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável (DS), que pode ser definido como: "equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social".

Para alcançarmos o DS, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; é aqui que entra uma questão sobre a qual talvez você nunca tenha pensado: qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento? A diferença é que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

O DS tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);
- A efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

Ecossistema

- Desmatamento

O desmatamento é um processo de degradação da vegetação nativa de uma região e pode provocar um processo de desertificação. O mau uso dos recursos naturais, a poluição e a expansão urbana são alguns fatores que devastam ambientes naturais e reduzem o número de habitats para as espécies. Um dos principais agentes do desmatamento é o homem.

Nos últimos anos, a atividade humana tem invadido o meio ambiente em diferentes escalas e velocidades, o que resulta na degradação de biomas. Além de lançar na água, no ar e no solo substâncias tóxicas e contaminadas, o homem também agride o ambiente capturando e matando animais silvestres e aquáticos e destruindo matas.

Muitas florestas naturais já foram derrubadas para dar lugar a estradas, cidades, plantações, pastagens ou para fornecer madeira. No processo de desmatamento, primeiro são retiradas as madeiras de árvores nobres, depois as de menor porte e, em seguida, toda a vegetação rasteira é destruída. As queimadas também são causas de destruição de matas. Elas acabam com o capim e a cobertura florestal que ainda sobrou da degradação. Dos 64 milhões de km² de florestas existentes no planeta, restam menos de 15,5 milhões, ou cerca de 24%. Isso quer dizer que 76% das florestas primárias já desapareceram. Com exceção de parte das Américas, todos os continentes desmataram muito, conforme um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre a evolução das florestas mundiais. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém hoje 7,8%, a Ásia 5,6%, a América Central 9,7% e a Europa Ocidental – o pior caso do mundo – apenas 0,3%.

O continente que mais mantém suas florestas originais é a América do Sul, com 54,8%. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e outras organizações independentes como a organização não governamental Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon) fazem o monitoramento do desmatamento no Brasil. Segundo eles, são desmatados cerca de 21 mil km² por ano no Brasil, o que representa um Estado de Sergipe de floresta no chão por ano.

A Mata Atlântica foi a principal vítima do desmatamento florestal no País e hoje tem apenas cerca de 7% do que seria seu território original. Ela é reconhecida como o bioma brasileiro mais descaracterizado.

Já o cerrado brasileiro perdeu 48,2% da vegetação original. Hoje são desmatados cerca de 20 mil km² por ano, principalmente no oeste da Bahia – na divisa com Goiás e Tocantins – e no norte de Mato Grosso. As áreas coincidem com as regiões produtoras de grãos, de carvão e pecuária.

A floresta amazônica brasileira permaneceu praticamente intacta até os anos 1970, quando foi inaugurada a rodovia Transamazônica. A partir daí, passou a ser desmatada para criação de gado, plantação de soja e exploração da madeira. Em busca de madeiras de lei como o mogno, empresas madeireiras instalaram-se na região amazônica para fazer a exploração ilegal. Como a maior floresta tropical existente, ela é uma das grandes preocupações do mundo inteiro. O desmatamento da Amazônia provoca impacto na biodiversidade global, na redução do volume de chuvas e contribui para a piora do aquecimento global.

- Poluição

Por poluição entende-se a introdução pelo homem, direta ou indiretamente de substâncias ou energia no ambiente, provocando um efeito negativo no seu equilíbrio, causando assim danos na saúde humana, nos seres vivos e no ecossistema ali presente.

Os agentes de poluição, normalmente designados por poluentes, podem ser de natureza química, genética, ou sob a forma de energia, como nos casos de luz, calor ou radiação. Mesmo produtos relativamente benignos da actividade humana podem ser considerados poluentes, se eles precipitarem efeitos negativos posteriormente. Os NOx (óxidos de azoto) produzidos pela indústria, por exemplo, são frequentemente citados como poluidores, embora a própria substância libertada, por si só não seja prejudicial. São classificados como poluentes pois com a acção dos raios solares e a humidade da atmosfera, esses compostos dão origem a poluentes como o HNO3 ou o smog.

A Aviação civil é uma das maiores fontes de poluição sonora nas grandes cidades.

- Dioxinas - provenientes de resíduos , podem causar câncer, má-formação de fetos, doenças neurológicas, etc. Partículas de cansadez (materiais particulados) - emitidas por carros e indústrias. infectam os pulmões, causando asmas, bronquite, alergias e até câncer.
- Chumbo - metal pesado proveniente de carros, pinturas, água contaminada, indústrias. Afecta o cérebro, causando retardo mental e outros graves efeitos na coordenação motora e na capacidade de atenção.
- Mercúrio - tem origem em centrais elétricas e na incineração de resíduos. Assim como o chumbo, afeta o cérebro, causando efeitos igualmente graves.
- Pesticidas, Benzeno e isolantes (como o Ascarel) - podem causar distúrbios hormonais, deficiências imunológicas, má-formação de órgãos genitais em fetos, infertilidade, câncer de testículo e de ovário.

- Poluição Global

Os problemas de poluição global, como o efeito estufa, a diminuição da camada de ozônio, as chuvas ácidas, a perda da biodiversidade, os dejectos lançados em rios e mares, entre outros materiais, nem sempre são observados, medidos ou mesmo sentidos pela população. A explicação para toda essa dificuldade reside no fato de se tratar de uma poluição cumulativa, cujos efeitos só são sentidos em longo prazo. Apesar disso, esses problemas têm merecido atenção especial no mundo inteiro, por estarem se multiplicando em curto tempo e devido a certeza de que terão influência em todos os seres vivos.

- Aquecimento global

A Terra recebe uma quantidade de radiação solar que, em sua maior parte (91%), é absorvida pela atmosfera terrestre, sendo o restante (9%) refletido para o espaço. A concentração de gás carbônico oriunda, principalmente, da queima de combustíveis fósseis, dificulta ou diminui o percentual de radiação que a Terra reflete para o espaço. Desse modo, ao não ser irradiado para o espaço, o calor provoca o aumento da temperatura média da superfície terrestre.

Devido à poluição atmosférica e seus efeitos, muitos cientistas apontam que o aquecimento global do planeta a médio e longo prazo pode ter caráter irreversível. Por isso, desde já, devem ser adotadas medidas para diminuir as emissões dos gases que provocam o aquecimento. Outros cientistas, no entanto, admitem o aumento do teor do gás carbônico na atmosfera, mas lembram de que grande parte desse gás tem origem na concentração de vapor de água, o que independe das atividades humanas. Essa controvérsia acaba adiando a tomada de decisões acerca da adoção de uma política que diminua os efeitos do aumento da temperatura média da Terra.

O carbono presente na atmosfera garante uma das condições básicas para a existência de vida no planeta: a temperatura. A Terra é aquecida pelas radiações infravermelhas emitidas pelo Sol até uma temperatura de -27 °C. Essas radiações chegam à superfície e são refletidas para o espaço. O carbono forma uma redoma protetora que aprisiona parte dessas radiações infravermelhas e as reflete novamente para a superfície. Isso produz um aumento de 43 °C na temperatura média do planeta, mantendo-a em torno dos 16 °C. Sem o carbono na atmosfera a superfície seria coberta de gelo. O excesso de carbono, no entanto, tende a aprisionar mais radiações infravermelhas, produzindo o chamado efeito estufa: a elevação da temperatura média a ponto de reduzir ou até acabar com as calotas de gelo que cobrem os pólos. Os cientistas ainda não estão de acordo se o efeito estufa já está ocorrendo, mas preocupam-se com o aumento do dióxido de carbono na atmosfera a um ritmo médio de 1% ao ano. A queima da cobertura vegetal nos países subdesenvolvidos é responsável por 25% desse aumento. A maior fonte, no entanto, é a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, principalmente nos países desenvolvidos.

- Elevação da temperatura

A elevação da temperatura terrestre entre 2 e 5 graus Celsius, presume-se, provocará mudanças nas condições climáticas. Em função disto, o efeito estufa poderá acarretar aumento do nível do mar, inundações das áreas litorâneas (diz-se litorâneas no Brasil, litorais em Portugal) e desertificação de algumas regiões, comprometendo as terras agricultáveis e, consequentemente, a produção de alimentos.

Países emissores de gases do efeito estufa
- Estados Unidos 69,0%
- China 11,9 %
- Indonésia 7,4%
- Brasil 5,85%
- Rússia 4,8%
- Índia 4,5%
- Japão 3,1%
- Alemanha 2,5 %
- Malásia 2,1%
- Canadá 1,8%

O Brasil ocupa o 16º lugar entre os países que mais emitem gás carbônico para gerar energia. Mas se forem considerados também os gases do efeito estufa liberados pelas queimadas e pela agropecuária, o país é o quarto maior poluidor (em % das emissões totais de gases do efeito estufa).

A poluição e a diminuição da camada de ozônio

- Água poluída

A camada de ozônio é uma região existente na atmosfera que filtra a radiação ultravioleta provinda do Sol. Devido processo de filtragem, os organismos da superfície terrestre ficam protegidos das radiações. A ozonosfera é formada pelo gás ozônio, que é constituído de moléculas de oxigênio que sofrem um rearranjo a partir da radiação ultravioleta que penetra na atmosfera. A exposição à radiação ultravioleta afeta o sistema imunológico, causa cataratas e aumenta a incidência de câncer de pele nos seres humanos, além de atingir outras espécies. A diminuição da camada de ozônio está ocorrendo devido ao aumento da concentração dos gases CFC (cloro-flúor-carbono) presentes no aerossol, em fluidos de refrigeração que poluem as camadas superiores da atmosfera atingindo a estratosfera. O cloro liberado pela radiação ultravioleta forma o cloro atômico, que reage ao entrar em contato com o ozônio, transformando-se em monóxido de cloro. A reação reduz o ozônio atmosférico aumentando a penetração das radiações ultravioleta.

- Consequências econômicas

As consequências econômicas e ecológicas da diminuição da camada de ozônio, além de causar o aumento da incidência do cancro de pele, podem gerar o desaparecimento de espécies animais e vegetais e causar mutações genéticas. Mesmo havendo incertezas sobre a magnitude desse fenômeno, em 1984 foi assinado um acordo internacional para diminuir as fontes geradoras do problema (Protocolo de Montreal).

- Protocolo de Montreal

No Protocolo de Montreal, 27 países signatários se comprometeram a reduzir ou eliminar o consumo de CFC até ao ano 2000, o que, até hoje, ainda não aconteceu na proporção desejada, apesar de já haver tecnologia disponível para substituir os gases presentes nos aerossóis, em fluidos de refrigeração e nos solventes.

- A poluição e as chuvas ácidas

O Canal de Lachine em Montreal (Canadá), encontra-se poluído. As chuvas ácidas são precipitações na forma de água e neblina que contêm ácido nítrico e sulfúrico. Elas decorrem da queima de enormes quantidades de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, utilizados para a produção de energia nas refinarias e usinas termoelétricas, e também pelos veículos.

Durante o processo de queima, milhares de toneladas de compostos de enxofre e óxido de nitrogênio são lançados na atmosfera, onde sofrem reações químicas e se transformam em ácido nítrico e sulfúrico. O dióxido de carbono reage reversivelmente com a água para formar um ácido fraco o ácido carbônico. No equilíbrio, o pH desta solução é 5.6, pois a água é naturalmente ácida pelo dióxido de carbono. Assim, qualquer chuva com pH abaixo de 5.6 é considerada excessivamente ácida. Dióxido de nitrogênio NO2 e dióxido de enxofre SO2 podem reagir com substâncias da atmosfera produzindo ácidos, esses gases podem se dissolver em gotas de chuva e em partículas de aerossóis e em condições favoráveis precipitarem-se em chuva ou neve. Dióxido de nitrogênio pode se transformar em ácido nítrico e em ácido nitroso e dióxido de enxofre pode se transformar em ácido sulfúrico e ácido sulfuroso. Amostras de gelo da Groelândia mostram a presença de sulfatos e nitratos, o que indica que já em 1900 tínhamos a chuva ácida. Além disso, a chuva ácida pode se formar em locais distantes da produção de óxidos de enxofre e nitrogênio.

A chuva ácida é um grande problema da atualidade porque anualmente grandes quantidades de óxidos ácidos são formados pela atividade humana e colocados na atmosfera. Quando uma precipitação (chuva) ácida cai em um local que não pode tolerar a acidez anormal, sérios problemas ambientais podem ocorrer. Em algumas áreas dos Estados Unidos (West Virginia), o pH da chuva chegou a 1.5, e como a chuva e neve ácidas não conhecem fronteiras, a poluição de um país pode causar chuva ácida em outro. Como no caso do Canadá, que sofre com a poluição dos EUA. A extensão dos problemas da chuva ácida pode ser vista nos lagos sem peixes, árvores mortas, construções e obras de arte, feitas a partir de rochas, destruídas. A chuva ácida pode causar perturbações nos estômatos das folhas das árvores causando um aumento de transpiração e deixando a árvore deficiente de água, pode acidificar o solo, danificar raízes aéreas e, assim, diminuir a quantidade de nutrientes transportada, além de carregar minerais importantes do solo, fazendo com que o solo guarde minerais de efeito tóxico, como íons de metais. Estes não causavam problemas, pois são naturalmente insolúveis em água da chuva com pH normal, e com o aumento do pH pode-se aumentar a solubilidade de muitos minerais.

A chuva ácida é composta por diversos ácidos como, por exemplo, o óxido de nitrogênio e os dióxidos de enxofre, que são resultantes da queima de combustíveis fósseis (carvão, óleo diesel, gasolina entre outros). Quando caem em forma de chuva ou neve, estes ácidos provocam danos no solo, plantas, construções históricas, animais marinhos e terrestres etc. Este tipo de chuva pode até mesmo provocar o descontrole de ecossistemas, ao exterminar determinados tipos de animais e vegetais. Poluindo rios e fontes de água, a chuva pode também prejudicar diretamente a saúde do ser humano, causando doenças pulmonares, por exemplo. Este problema tem se acentuado nos países industrializados, principalmente nos que estão em desenvolvimento como, por exemplo, Brasil, Rússia, China, México e Índia. O setor industrial destes países tem crescido muito, porém de forma desregulada, agredindo o meio ambiente. Nas décadas de 1970 e 1980, na cidade de Cubatão, litoral de São Paulo, a chuva ácida provocou muitos danos ao meio ambiente e ao ser humano. Os ácidos poluentes jogados no ar pelas indústrias, estavam gerando muitos problemas de saúde na população da cidade. Foram relatados casos de crianças que nasciam sem cérebro ou com outros defeitos físicos. E também provocou desmatamentos significativos na Mata Atlântica da Serra do Mar.

- Chuva ácida

As consequências da chuva ácida para a população humana são econômicas, sociais ou ambientais. Tais consequências são observáveis principalmente em grandes áreas urbanas, onde ocorrem patologias que afetam o sistema respiratório e sistema cardiovascular, e ,além disso, causam destruição de edificações e monumentos, através da corrosão pela reação com ácidos. Porém, nada impede que as consequências de tais chuvas cheguem a locais muito distantes do foco gerador, devido ao movimento das massas de ar, que são capazes de levar os poluentes para muito longe. Estima-se que as chuvas ácidas contribuam para a devastação de florestas e lagos, sobretudo aqueles situados nas zonas temperadas ácidas.

- A poluição e a perda de biodiversidade

Ao interferir nos habitats, a poluição pode levar a desequilíbrios que provocam a diminuição ou extinção dos elementos de uma espécie, causando uma perda da biodiversidade. As variações da temperatura da água do mar, levam a dificuldades da adaptação de certas espécies de peixes, é igualmente uma das causas da invasão de águas salinas em ambientes tradicionalmente de água doce, causando assim uma pressão adicional nesses ecossistemas, e potenciando a diminuição ou extinção das espécies até então ai presentes.

QUESTÕES

01. O relevo terrestre é resultante da atuação de dois conjuntos de forças denominadas agentes do relevo, que compreendem os agentes internos ou criadores do relevo e os agentes externos ou modificadores do relevo. Podemos considerar agentes internos e externos, respectivamente:

a) Tectonismo e intemperismo
b) Águas correntes e seres vivos
c) Vento e vulcanismo
d) Águas correntes e intemperismo
e) Abalos sísmicos e vulcanismo

02. O Rio Grande do Norte apresenta um elevado potencial turístico, principalmente em decorrência das belezas de sua paisagem litorânea, destacando-se algumas formas do relevo cuja configuração está associada a processos erosivos desencadeados pela ação de diferentes agentes.

Observe a figura.



Considerando os elementos da paisagem litorânea expostos na Figura, pode-se afirmar que esta corresponde a uma:

a) falésia, constituída pela deposição de areia paralelamente à costa, em decorrência da erosão eólica.
b) restinga, formada pela consolidação da areia de antigas praias, em decorrência da erosão marinha.
c) falésia, formada a partir de processos de erosão marinha, que originam paredões escarpados.
d) restinga, constituída a partir de processos de erosão eólica, que formam costas íngremes.

03. Do ponto de vista tectônico, núcleos rochosos mais antigos, em áreas continentais mais interiorizadas, tendem a ser os mais estáveis, ou seja, menos sujeitos a abalos sísmicos e deformações. Em termos geomorfológicos, a maior estabilidade tectônica dessas áreas faz com que elas apresentem uma forte tendência à ocorrência, ao longo do tempo geológico, de um processo de

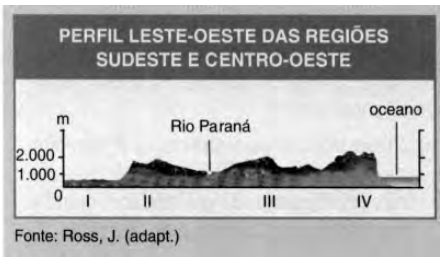
a) aplainamento das formas de relevo, decorrente do intemperismo e da erosão.
b) formação de depressões absolutas, gerada por acomodação de blocos rochosos.
c) formação de canyons, decorrente de intensa erosão eólica.
d) produção de desníveis topográficos acentuados, resultante da contínua sedimentação dos rios.
e) geração de relevo serrano, associada a fatores climáticos ligados à glaciação.

04. "A erosão acelerada não é uma coisa nova, ela acompanha a agricultura desde o seu início, há 4.000 ou 5.000 anos a.C., nos vales do Eufrates, Tigre e Nilo, onde, presume-se, tenha sido o berço da agricultura." (CONCIANI, Wilson. *Processos erosivos*: conceitos e ações de controle. Cuiabá: Editora Cefet-MT, 2008. p. 11.)

Mesmo que a erosão seja um acontecimento antigo, como citado acima, o tema é sempre atual, trazendo muitos transtornos para as zonas rural e urbana. Sobre a erosão, suas causas e consequências, é correto afirmar que:

a) é caracterizada pela destruição e transformação de rochas pela ação de agentes que modelam a superfície terrestre, através dos fatores endógenos (clima, rios, correntes marítimas, enxurradas) e de fatores exógenos (animais, homens e vulcanismos).
b) nas encostas, as águas superficiais escorrem e formam as ravinas ou voçorocas com sulcos laterais inclinados, entretanto só provocam efeitos na superfície dos solos e são facilmente controladas pela ação antrópica.
c) é parte do processo de degradação do solo, provocando o acúmulo de metais pesados, lixiviação e diminuição de nutrientes; só ocorre com a intervenção do homem, tornando-se um dos mais sérios problemas ecológicos do planeta.
d) a ação do intemperismo físico e químico e das cheias e inundações compensam o material retirado pela erosão, com formações de cordões arenosos e praias nos rios e no litoral.
e) a ação da água como agente de erosão depende da quantidade que cai sobre o solo e da maior ou menor capacidade de infiltração que este solo oferece. A erosão provocada pelo escoamento superficial recebe o nome de erosão laminar ou em lençol.

05. Observe:



No perfil topográfico acima, os "Planaltos e Serras de Leste-Sudeste" e o "Pantanal Mato-grossense" estão representados, respectivamente, pelos

Algarismos:
a) IV e III.
b) II e I.
c) III e II.
d) III e I.
e) IV e I.

06. Define-se “LAGOS DE VÁRZEA” como sendo aqueles oriundos da acumulação de aluviões fluviais. Deduz-se que tais formações devem ser encontradas:

a) de modo abundante no país.

b) no Rio Grande do Sul (como as Lagoas dos Patos e Mirim).

c) na Amazônia.

d) no baixo Paraná.

e) no alto São Francisco.

07. A bacia hidrográfica brasileira com maior possibilidade de navegação é:

a) Bacia do São Francisco;

b) Bacia do Paraná;

c) Bacia do Uruguai;

d) Bacia Amazônica;

e) Bacia do Paraíba do Sul.

08 A expressão “Bacia Hidrográfica” pode ser entendida como:

a) o conjunto das terras drenadas ou percorridas por um rio principal e seus afluentes.

b) a área ocupada pelas águas de um rio principal e seus afluentes no período normal de chuvas.

c) o conjunto de lagoas isoladas que se formam no leito dos rios quando o nível de água da água baixa.

d) o aumento exagerado do volume de água de um rio principal e seus afluentes quando chove acima do normal.

e) o lago formado pelo represamento das águas de um rio principal e seus afluentes.

09. A rede hidrográfica brasileira apresenta, dentre outras, as seguintes características:

a) grande potencial hidráulico predomínio de rios perenes e predomínio de foz do tipo delta.

b) drenagem exorréica, predomínio de rios de planalto e predomínio de foz do tipo estuário.

c) predomínio de rios temporários, drenagem endorréica e grande potencial hidráulico.

d) regime de alimentação pluvial, baixo potencial hidráulico e predomínio de rios de planície.

e) drenagem endorréica, predomínio de rios perenes e regime de alimentação pluvial.

10. Aponte a afirmativa incorreta:

a) O regime dos rios brasileiros depende das chuvas de verão.

b) Talvegue é a linha de maior profundidade do leito do rio.

c) Os rios brasileiros possuem um regime pluvial, excetuando-se o Amazonas que é complexo.

d) Todos os rios do Brasil podem ser caracterizados como perenes.

e) A foz de um rio pode ser de dois tipos: o estuário, livre de obstáculos, e o delta, com ilhas de luvião separadas por uma rede de canais.

11- Em relação aos tipos de clima no Brasil marque qual clima abrange uma porção maior do território e melhor caracteriza o país:

(A) – Clima Semiárido

(B) – Clima Equatorial

(C) – Clima Subtropical

(D) – Clima Tropical -

(E) – Clima Desértico

12- As porções orientais do território brasileiro, em termos de clima, sofrem maior intervenção da massa de ar:

a) Equatorial Continental (Ec)

b) Equatorial Atlântica (Ea)

c) Tropical Continental (Tc)

d) Tropical Atlântica (Ta)

e) Polar Atlântica (Pa).

13- As características descritas abaixo fazem referência a um único tipo de clima brasileiro. Analise-as e responda a qual tipo de clima elas estão se referindo.

- Temperaturas médias elevadas ao longo do ano.

- Baixa precipitação anual e chuvas mal distribuídas.

- Encontro de quatro massas de ar: Equatorial Continental, Equatorial Atlântico, Tropical Atlântico e Polar Atlântica.

- O fenômeno La Niña, em que há um resfriamento da temperatura média das águas do Oceano Pacífico Equatorial, pode acarretar um excesso de precipitação.

a) Clima Tropical

b) Clima Semiárido

c) Clima Equatorial

d) Clima Subtropical

e) Clima Tropical Úmido

14- Leia com atenção os itens abaixo sobre massas de ar:

I - A mEc atua o ano inteiro no Brasil provocando elevados índices de chuva.

II - A mEc é a principal responsável pela escassez de chuva no interior do Nordeste.

III - A mTa exerce grande influência sobre a área litorânea do Brasil.

IV - A mEa atua principalmente no Sul do Brasil.

V - A mPa, fria e úmida, penetra no Brasil em forma de frente, atingindo principalmente o interior do Nordeste.

De acordo com a leitura, identifique a resposta certa:

A) I e II

B) II e IV

C) I e III

D) II e V

E) IV e V

15- Em relação aos tipos climáticos encontrados no Brasil, a afirmação errada é:

A) O clima equatorial apresenta elevados índices pluviométricos e temperaturas médias acima de 22 °C.

B) O clima da costa oriental do Nordeste apresenta chuvas mais abundantes nos meses de inverno.

C) O clima tropical com chuvas de verão e invernos secos ocorre em grande parte do território brasileiro.

D) O clima subtropical apresenta pequenas amplitudes térmicas e chuvas concentradas no verão.

E) O clima semiárido apresenta baixos índices pluviométricos e grande irregularidade na distribuição das chuvas.·.

16. Vegetação típica de regiões costeiras, sendo uma área de encontro das águas do mar com as águas doces dos rios. A principal espécie encontrada nesse bioma é o caranguejo. Essas características são do:

a) Cerrado
b) Mata de Cocais
c) Mangue
d) Caatinga
e) Pantanal

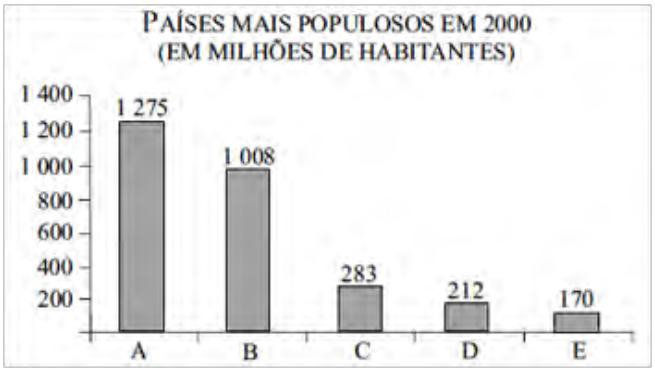
17. Localizado principalmente na Região Centro-Oeste, esse bioma é caracterizado pela presença de pequenos arbustos e árvores retorcidas, com cascas grossas e folhas recobertas de pelos. Solo deficiente em nutrientes e com alta concentração de alumínio. Marque a alternativa que corresponde ao bioma que apresenta as características descritas.

a) Mangue
b) Caatinga
c) Campos
d) Cerrado
e) Mata de araucária

18. O texto abaixo se refere à qual formação vegetal? "De origem bastante discutida, essa formação é característica das áreas onde o clima apresenta duas estações bem marcadas: uma seca e outra chuvosa, como no Planalto Central. Ela apresenta 2 estratos nítidos: uma arbóreo-arbustivo, onde as espécies tortuosas têm os caules geralmente revestidos de casca espessa, e outro herbáceo, geralmente dispostos em tufos".

a) Floresta tropical
b) Caatinga
c) Formação do Pantanal
d) Mata semiúmida
e) Cerrado

19- Analise o gráfico



A partir dos índices apontados no gráfico e de conhecimentos sobre os países mais populosos do mundo, as letras A, B, C, D e E correspondem, respectivamente, a :

a) Estados Unidos, China, Índia, Indonésia e Brasil.
b) China, Índia, Estados Unidos, Indonésia e Brasil.
c) Brasil, Índia, Estados Unidos, China e Indonésia.
d) China, Índia, Indonésia, Brasil e Estados Unidos.
e) Estados Unidos, Brasil, Índia, China e Indonésia.

20- Sobre a População Brasileira é correto afirmar.

a) Apresenta alto grau de movimentação interna, sendo o Centro-Oeste a região de maior repulsão populacional.

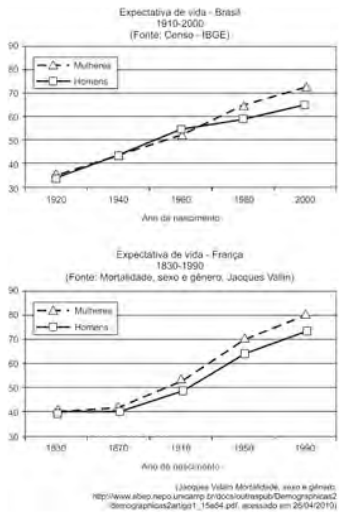
b) A taxa de fecundidade da população brasileira vem aumentando significativamente no país.

c) A maioria da população brasileira está concentrada na faixa oeste do país, em que podem ser encontradas áreas com densidades superiores a 100 hab./km2. Já a porção leste do país é bem menos povoada, com predomínio de densidades inferiores a 10 hab./km2.

d) A partir de meados da década de 1960, a população urbana passa a ser mais numerosa que a população rural, em razão da industrialização que se acentua desde o final da década de 1950, provocando migrações do campo para a cidade.

e) A população absoluta do Brasil e sua grande extensão territorial permitem-nos classificar o país como muito povoado, porém pouco populoso.

21- Os gráficos abaixo apresentam as expectativas de vida de homens e de mulheres nascidos nos anos de 1920 a 2000 no Brasil e de 1830 a 1990, na França.



A partir desses gráficos, podemos concluir que a diferença verificada na expectativa de vida entre os gêneros, na segunda metade do século XX,

a) foi uma característica dos países mais industrializados, como a França.

b) diminuiu quando os países se industrializaram, uma vez que as mulheres passaram a ter mais direitos e oportunidades.

c) ocorreu apenas em países com altas taxas de criminalidade entre jovens adultos do sexo masculino, como o Brasil.

d) aumentou quando a expectativa de vida alcançou níveis mais altos.

22- O Brasil em 2020

Será, é claro, um Brasil diferente sob vários aspectos. A maior parte deles, imprevisível. Uma década é um período longo o suficiente para derrubar certezas absolutas (ninguém prediz uma Revolução Francesa, uma queda do Muro de Berlim ou um ataque às torres gêmeas de Nova York). Mas é também um período de maturação dos grandes fenômenos incipientes — dez anos antes da popularização da internet já era possível imaginar como ela mudaria o mundo. Da mesma forma, fenômenos detectáveis hoje terão seus efeitos mais fortes a partir de 2020.



David Cohen, Revista Época, 25/05/2009

Com base no enunciado, observe as afirmações abaixo, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso).

() A diminuição da fecundidade no Brasil deve-se às transformações econômicas e sociais que se acentuaram na primeira metade do século XX devido à intensa necessidade de mão de obra no campo, inclusive de mulheres, fato este que elevou o país ao patamar de agrário--exportador.

() Devido à mudança do papel social da mulher do século XX, ela deixa de viver, exclusivamente, no núcleo familiar, ingressando no mercado de trabalho e passando a ter acesso ao planejamento familiar e a métodos contraceptivos. Esses aspectos, conjugados, explicam a diminuição vertiginosa das taxas de fecundidade no Brasil.

() As quedas nas taxas de natalidade de um país levam, ao longo do tempo, ao envelhecimento da população (realidade da maioria dos países desenvolvidos). Neste sentido, verifica-se uma forte tendência a um mercado de trabalho menos competitivo e exigente, demandando menos custos do Estado com os aspectos sociais.

Dessa forma, a sequência correta, de cima para baixo é:

a) VVV.
b) FVV.
c) VVF.
d) FVF.
e) VFV.

23- Da Copa de 1970 à Copa de 2010, a população brasileira passou de 93.139.037 para uma população estimada em 193.114.840 habitantes (IBGE – Popclock em 23 jun. 2010).

Com base nos conhecimentos sobre a dinâmica do crescimento vegetativo da população no Brasil, ao longo desses 40 anos, assinale a alternativa correta.

a) A taxa de crescimento anual da população brasileira foi maior na primeira década do século XXI que nos anos 1970, apesar da estabilização da taxa bruta de mortalidade.

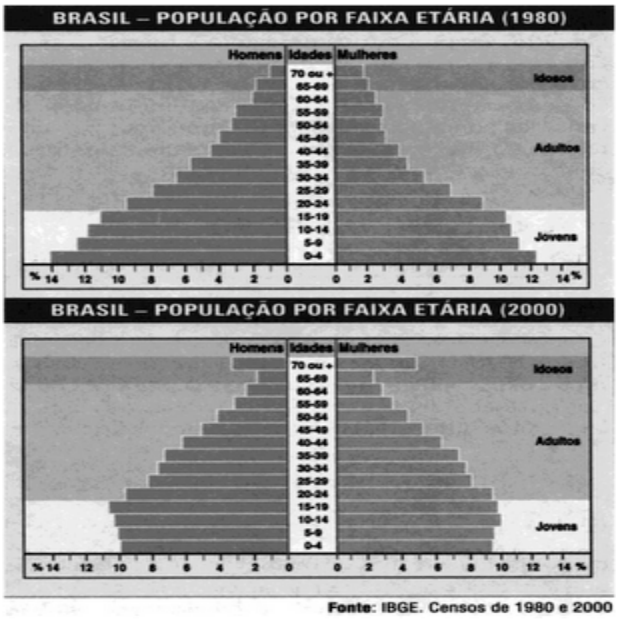
b) A contínua redução da taxa de fecundidade explica a queda na taxa de crescimento anual da população, apesar de o número total de habitantes ter mais que dobrado.

c) Nas duas últimas décadas, apesar do aumento das taxas brutas de natalidade, as taxas anuais de crescimento vegetativo da população brasileira se estabilizaram devido ao comportamento do saldo migratório.

d) O crescimento absoluto de aproximadamente 100 milhões de habitantes foi proporcionado pela elevação das taxas de fecundidade no Brasil ao longo do período.

e) O fato de a população absoluta ter mais que dobrado no período se deve ao saldo migratório positivo ocasionado pela absorção de centenas de milhares de imigrantes italianos e japoneses.

24- Observe os gráficos abaixo:



Fonte: IBGE. Censos de 1980 e 2000

Os gráficos acima dizem respeito às pirâmides etárias brasileiras organizadas de acordo com os dados divulgados nos censos de 1980 e 2000 realizados pelo IBGE. Na comparação, observa-se que a base da pirâmide etária da população brasileira está se tornando cada vez mais estreita e o ápice mais largo. Verifica-se também que o corpo está cada vez maior, o que reflete a diminuição das taxas de crescimento vegetativo, o que provocou uma mudança no perfil da pirâmide etária brasileira nessa comparação entre 1980 e 2000. A respeito da análise das pirâmides etárias apresentadas acima, é CORRETO afirmar que:

a) a analise das pirâmides etárias permite verificar a composição etária de uma população e seu reflexo na estrutura da População Economicamente Ativa (PEA), a qual é formada por pessoas que exercem atividades remuneradas.

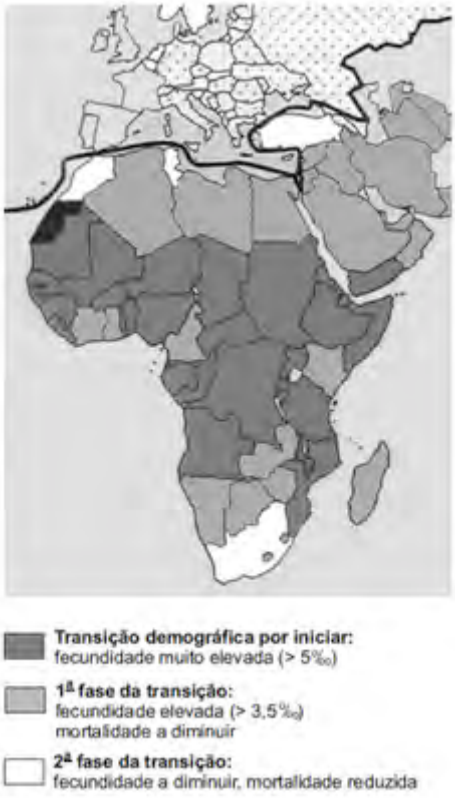
b) a análise das pirâmides etárias servem como subsídios para a elaboração de políticas previdenciárias e influencia diretamente em questões que dizem respeito à concessão de benefícios, na medida em que diminui o numero de pessoas aposentadas.

c) a análise das pirâmides etárias subsidia o Estado na elaboração de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento e cultura, de modo que possam ser elaboradas ações que atendam às expectativas de uma população cada vez mais jovem.

d) a análise das pirâmides etárias permite verificar a composição da população feminina brasileira e serve como subsídio para a elaboração de políticas públicas de gênero para uma população feminina cada vez mais jovem.

e) a análise das pirâmides etárias auxilia o Estado na elaboração de programas sociais que objetivam a inclusão social e a distribuição de renda na intenção de corrigir as distorções do crescimento desigual entre a população brasileira.

25- Observe



Assinale a interpretação correta para o cartograma acima.

a) As taxas de mortalidade infantil no continente africano são elevadíssimas.

b) O continente africano é o que possui a menor expectativa de vida do mundo.

c) A África é um continente com baixa presença de mão de obra infanto-juvenil.

d) O fluxo migratório interno do continente africano é limitado à sua faixa central.

e) A natalidade nos extremos sul e norte da África é menor do que a da sua região central.

26- Leia o fragmento de texto a seguir.

Retrocedendo no tempo, verifica-se que para os homens, já em 1940, a média de idade no ato do casamento legal era de 27,1 anos, a qual se manteve quase inalterada até nossos dias [1998]. Com as mulheres não ocorreu o mesmo. Em 1940, elas se casavam no civil mais cedo, em média aos 21,7 anos, idade que veio crescendo sistematicamente e passou a 23,3 anos em 1950, 23,8 em 1960 e 24 em 1970.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 416-417. [Adaptado]

O texto retrata diferenças na idade média das mulheres, em relação à dos homens, no que se refere ao casamento civil. No Brasil, o aumento progressivo da idade de casamento das mulheres entre as décadas de 1940 e 1970 se deve, sobretudo, à

a) instituição do divórcio, que deu aos divorciados o direito de contrair novo matrimônio.
b) aprovação do código eleitoral, que garantiu a participação política das mulheres.
c) elevação da escolaridade, que possibilitou maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho.
d) ampliação da longevidade feminina, que influenciou na nupcialidade e nas parturições.
e) implementação de políticas de saúde pública, que permitiu o acesso à contracepção e à esterilização.

27- Atente para o quadro abaixo:

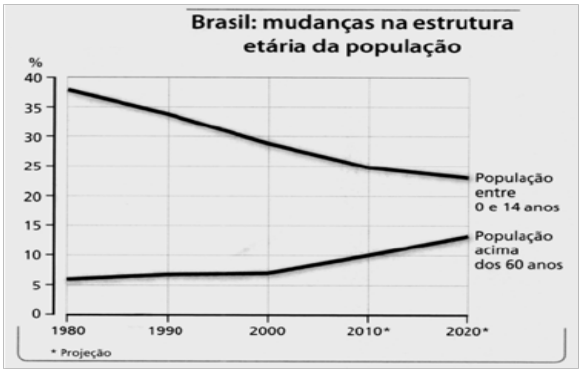
Crescimento Vegetativo no Brasil (1940 – 2007)			
Período	Taxa de Natalidade (º/oo)	Taxa de Mortalidade (º/oo)	Crescimento Vegetativo (%)
1940-1950	44,4	20,9	2,35
1950-1960	43,2	14,2	2,90
1960-1970	38,7	9,8	2,89
1970-1980	33,0	8,1	2,49
1980-1991	26,8	7,9	1,89
1991-2000	24,1	7,8	1,63
2000-2007	19,8	7,8	1,2

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007

As alternativas abaixo expressam análises possíveis para os dados apresentados no quadro, EXCETO:

a) O uso de anticoncepcionais e a legalização do aborto nas regiões mais povoadas contribuíram, significativamente, para a redução da taxa de natalidade.
b) A melhoria nas condições sanitárias e higiênicas promoveu a queda da taxa de mortalidade.
c) O aumento da idade média para o casamento reduziu o período de fertilidade em um matrimônio, afetando a taxa de fertilidade.
d) A redução das doenças infecciosas, parasitárias, do sistema respiratório e digestivo promoveu a queda da taxa de mortalidade.

28- Observe



A estrutura etária da população tem reflexos importantes na economia de um país. Logo, a tendência dos grupos etários representados no gráfico nos leva à reflexão de que:

I – Em 1980, 38% da população tinham entre 0 a 14 anos de idade, em 2000 esse percentual cai para 29%, e, de acordo com as projeções do IBGE, em 2020 as crianças e jovens menores de 14 anos serão apenas 23% da população do país.

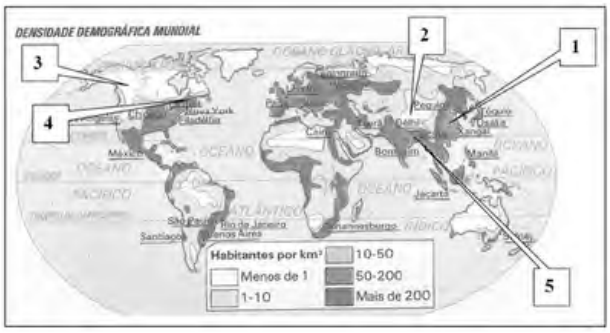
II – A participação relativa de idosos na população total vem aumentando significativamente. Em 1980, as pessoas com mais de 60 anos de idade representavam apenas 6%; em 2000 já perfaziam 7% e em 2020 totalizarão 13%.

III – As estatísticas oficiais afirmam que em 2006, 97% das população entre 7 a 14 anos frequentavam a escola. Como a população, nessa faixa etária, tende a diminuir em termos relativos e a permanecer estável em termos absolutos, não será necessário ampliar o número de vagas já existentes nas escolas fundamentais e sim melhorar a universalização do ensino médio e a qualidade das escolas, em todos os níveis.

IV – A projeção nos mostra que nas próximas décadas haverá um acelerado crescimento da população de idosos, resultante do aumento da expectativa de vida. Essas alterações no padrão demográfico brasileiro agravam a crise estrutural do sistema de previdência social no Brasil, mas, por outro lado, aumentam de maneira significativa a importância dos idosos no mercado de consumo (casas de repouso, atividades recreativas, educação continuada na área de informática, ensino de línguas estrangeiras e uma boa pedida para a indústria do turismo.

Estão corretas:
a) Apenas as proposições II e III
b) Apenas as proposições I e II
c) Todas as proposições
d) Apenas as proposições II e IV
e) Apenas as proposições I e IV

29- O mapa da distribuição da população mundial mostra a irregularidade de ocupação humana pelo espaço, que de um modo geral está associada a três fatores principais: físico ou natural, histórico e econômico. Identifique as áreas assinaladas pelos numerais de 1 a 5 com os seus respectivos fatores favoráveis ou não à ocupação humana.



( ) Norte do Canadá, que deve sua baixa densidade demográfica ao fator climático de influência polar.
( ) Nordeste dos Estados Unidos e Região dos Grandes Lagos, que devem sua intensa densidade demografia à presença da maior concentração industrial norte-americana.
( ) Leste da China, tem na história muito antiga da sua ocupação um dos motivos para apresentar uma alta densidade demográfica.
( ) Bangladesh, c u j a localização no delta dos rios Ganges, Brahmaputra e Meghna, deve a esses rios as terras de aluvião muito férteis que atraíram uma das maiores concentrações populacionais do mundo.
( ) Planalto do Tibete na Ásia Central, cuja grande altitude e consequente associação de baixa temperatura e pressão atmosférica dificultam a ocupação humana.

A sequência correta da numeração é:
a) 5 3 1 4 2
b) 4 3 2 4 5
c) 3 2 5 1 4
d) 3 4 1 5 2
e) 4 3 2 1 5

30- Observe e compare o mapa da questão anterior com o gráfico e o quadro, e, com base na observação destes, assinale a leitura plausível a partir das referidas figuras e dados.

Previsão da ONU para as Maiores Aglomerações Urbanas do Mundo em 2015

	Cidade	Pop. em milhões de hab.	País
1	Tóquio	28,9	Japão
2	Mumbai (Bombaim)	26,3	Índia
3	Lagos	24,6	Nigéria
4	São Paulo	20,3	Brasil
5	Daca	19,5	Bangladesh
6	Cidade do México	19,2	México
7	Xangai	18	China
8	Nova York	17,6	USA
9	Calcutá	17,3	Índia
10	Delhi	16,9	Índia
11	Beijing (Pequim)	15,6	China
12	Manila	14,7	Filipinas
13	Cairo	14,4	Egito
14	Los Angeles	14,2	USA
15	Jacarta	13,9	Indonésia



I – O século XX apresentou o mais rápido processo d e urbanização conhecido pela humanidade, fazendo com que ao final deste período a população mundial já fosse majoritariamente urbana.

II – As megacidades com mais de dez milhões de habitantes se concentram majoritariamente nos países onde o processo de industrialização clássica favoreceu a urbanização acelerada e uma rede urbana macrocefálica.

III – Os países subdesenvolvidos, em grande parte agrários, apresentam um crescimento mais acelerado das suas metrópoles que os países centrais mais urbanizados, motivo pelo qual o maior número de megacidades tende a se intensificar nesse grupo de países.

IV – O crescimento explosivo das cidades no terceiro mundo transfere a pobreza presente no campo para suas metrópoles, cujo crescimento é concomitante com a falta de infraestrutura, desemprego ou subemprego, aumento da violência, surgimento de favelas e outros tantos problemas geralmente denominados de urbanos.

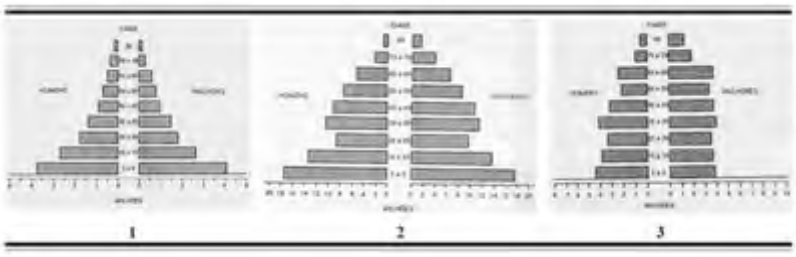
Estão corretas apenas as proposições:

a) I, III e IV
b) II, III e IV
c) I, II e IV
d) II e III
e) I e III

31- Em 01 de agosto de 2010, teve início o 12º Censo Demográfico brasileiro. O Censo 2010 envolve o trabalho direto de aproximadamente 230 mil pessoas, e seus resultados vão subsidiar o planejamento de políticas públicas e privadas pelos próximos dez anos. A alternativa que descreve uma mudança introduzida nesta edição do Censo é:

a) Investigação sobre arranjos familiares formados por cônjuges do mesmo sexo.
b) Investigação sobre os grupos étnicos e sua distribuição pelo território nacional.
c) Investigação sobre as comunidades religiosas e sua distribuição pelo território nacional.
d) Investigação sobre os padrões de mortalidade e fecundidade vigentes no país.
e) Investigação sobre os níveis de renda e de consumo das famílias brasileiras.

32- Considerando que as pirâmides são gráficos que representam a estrutura de uma população distribuída por faixa de idade e sexos, observe as pirâmides 1, 2 e 3 e assinale com V ou com F as proposições, conforme sejam respectivamente Verdadeiras ou Falsas em relação à interpretação das mesmas.



( ) A base larga da pirâmide 1 indica uma alta expectativa de vida, que corresponde no geral aos países subdesenvolvidos, era a pirâmide típica do Brasil até o censo de 1980.

( ) A pirâmide 2 indica que o país apresenta uma elevação da expectativa de vida e que a população passa por um processo de envelhecimento. Assemelha-se à pirâmide que o Brasil começa a esboçar a partir dos anos 1990.

( ) A pirâmide 3 indica que o país apresenta uma baixa taxa de natalidade ao lado de uma baixa expectativa de vida, é a pirâmide típica dos países de economia emergente, a exemplo do Brasil e da Índia.

( ) A pirâmide 1 indica que o país necessita fazer altos investimentos em educação e saúde para qualificar sua mão-de-obra jovem enquanto que a pirâmide 3 indica que o país enfrenta altos gastos com aposentadorias, assistência social e carência de mão-de-obra nativa.

A sequência correta das assertivas é

a) F V F V
b) V F V F
c) V V V V
d) F F F F
e) F F V V

33- Observe a figura a seguir.



O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está realizando o Censo da população brasileira em 2010. Com 80% da população brasileira já recenseada, os dados preliminares do Censo 2010 indicam que a pirâmide etária brasileira se alterou na última década. Em 2000, as crianças de até 4 anos de idade representavam 9,64% da população brasileira; hoje, são 7,17%. As de 5 a 9 eram 9,74%, percentual que caiu para 7,79%. A população com até 24 anos somava 49,68% dos brasileiros há 10 anos; hoje, constituem 41,95%.

Sobre os dados do Censo 2010, é correto afirmar que

a) os resultados apontam para um aumento da base da pirâmide etária, uma vez que a população jovem diminuiu.

b) a queda da taxa de fecundidade aliada a uma maior expectativa de vida são fatores que podem explicar as mudanças ocorridas na estrutura da população brasileira.

c) a diminuição da população jovem no Brasil é decorrente do aumento da taxa de mortalidade verificada no país em função das diversas epidemias que ocorreram na década analisada, tais como a"gripe suína" ou H1N1.

d) o envelhecimento da população brasileira era totalmente inesperado neste Censo, haja vista os grandes investimentos sociais que foram feitos para a melhoria de vida da população jovem.

e) a diminuição da base da pirâmide etária brasileira é ruim, pois evidencia que o número de mortos na juventude está influenciando diretamente a estrutura da população.

34- O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou em setembro de 2010 os resultados da PNAD (Pesquisa Nacional sobre Amostra Domiciliar) referente às taxas de fecundidade nos últimos dez anos no Brasil. Os dados sobre o número de filhos por mulher são os seguintes:

Com base nesses dados, assinale a alternativa CORRETA:

ANO	TAXA DE FECUNDIDADE
2001	2,33
2008	1,89
2009	1,94

IBGE, 2010.

a) O aumento das taxas em 2009 evidencia que o Brasil é um país que tem explosão demográfica.

b) Os indicadores demonstram que as taxas de mortalidade são superiores às taxas de natalidade, evidenciando redução demográfica.

c) O índice de 2009 indica ligeiro aumento na taxa de fecundidade não caracterizando crescimento demográfico explosivo.

d) Esses números indicam que o Brasil é um país com taxas negativas de crescimento demográfico, demonstrando a política estatal de um filho único.

e) Caso essas taxas de fecundidade sejam mantidas, o Brasil, em uma década, ultrapassará o total da população da Índia.

35- Os versos abaixo, do compositor Assis Valente, procuram retratar o encontro de uma dona de casa com um recenseador do IBGE.

Recenseamento
Em 1940
Lá no morro começaram o recenseamento
E o agente recenseador esmiuçou a minha vida foi um horror
E quando viu a minha mão sem aliança encarou a criança
Que no chão dormia
E perguntou se meu moreno era decente
E se era do batente ou era da folia

Os versos da canção permitem pensar em dois indicadores demográficos passíveis de serem obtidos a partir das informações buscadas pelo recenseador. Esses indicadores referem-se especificamente

a) à taxa de urbanização e à esperança média de vida.

b) à taxa de mortalidade infantil e à taxa de matrimônios estáveis.

c) ao índice de Gini e à taxa de alfabetização de adultos.

d) ao saldo migratório e à renda per capita urbana.

e) à taxa de fecundidade e à população economicamente ativa.

36- Em 2010, o IBGE realiza o Censo Demográfico brasileiro, cuja aferição total só será concluída em 2012. Contudo, a realização dos últimos PNADs permitem afirmar sobre a população brasileira que nas últimas décadas:

a) as taxas de natalidade e mortalidade caíram e, consequentemente, a de crescimento vegetativo aumentou.

b) houve um aumento da taxa de mortalidade devido ao envelhecimento precoce da população brasileira.

c) estão em curso os estreitamentos do meio e da base da pirâmide etária e o alargamento do topo.

d) há uma encruzilhada demográfica motivada pela significativa redução do ingresso ao mercado de trabalho dos jovens entre as décadas de 2010 e 2030.

e) houve um efeito combinado da redução dos níveis da fecundidade e da mortalidade e do aumento da expectativa de vida.

37- A diminuição do ritmo de crescimento da população brasileira, a partir dos anos de 1980, teve como causa fundamental a:

a) disseminação da prática do aborto, em conformidade com a legislação vigente.

b) esterilização de grandes efetivos demográficos, a partir da laqueadura e da vasectomia.

c) redução das taxas de natalidade, associadas aos processos de urbanização.

d) considerável emigração para os países localizados na zona temperada do globo.

Respostas

01-A/ 02-C/ 03-A/ 04-E/ 05-E / 06- C/ 07- D/ 08-A/ 09-B / 10-D / 11- D/ 12-D/ 13- B/ 14-C/ 15-D / 16-C/ 17-D/ 18-E/ 19-B / 20-D / 21-D / 22-D / 23-B / 24-A / 25-E / 26-C / 27-A / 28-C / 29-D / 30-A / 31-A / 32-A / 33-B / 34-C / 35-E / 36-E / 37-C



ATUALIDADES

FATOS RELEVANTES DIVULGADOS A PARTIR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2014, PUBLICADOS EM PERIÓDICOS, INTERNET, IMPRENSA E MÍDIA EM GERAL.

POLÍTICA

Com vetos, Dilma sanciona lei que reduz número de ministérios e secretarias

A presidente Dilma Rousseff sancionou, com vetos, a Lei 13.266/2016, que reduz de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República. O texto é uma conversão da Medida Provisória 696/2015, aprovada pelos parlamentares no início de março.

A nova lei refere-se à reforma administrativa anunciada pela presidente em setembro do ano passado, quando prometeu extinguir 3 mil cargos no Poder Executivo, com o objetivo de cortar gastos.

A lei formalizou, por exemplo, as fusões dos ministérios do Trabalho e Emprego com o da Previdência Social e do de Agricultura com a Secretaria da Pesca e Aquicultura.

Pela lei, o Ministério do Planejamento incorporou as atribuições da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que foi extinta. A antiga Secretaria-Geral da Presidência também ganhou novo nome, agora é denominada Secretaria de Governo.

Fonte: Revista Istoé – (07/04/2016)

PANAMA PAPERS

Panama Papers: vazamento revela paraísos fiscais de ricos

Um grande volume de documentos confidenciais vazados revelou a forma que algumas das pessoas mais ricas e poderosas do mundo usam paraísos fiscais para ocultar fortunas.

Os 11 milhões de documentos pertecem ao escritório de advocacia panamenho Mossak Fonseca e mostram como a empresa ajudou clientes a evitar sanções e o pagamento de impostos e a lavar dinheiro.

O escritório afirma que opera há 40 anos legalmente e que nunca foi acusado de nenhum crime.

Os documentos mostram ligações com 72 chefes de Estado atualmente no poder ou que já ocuparam o cargo, incluindo ditadores acusados de saquear seus próprios países.

Os dados envolvem pessoas ligadas às famílias e sócios do ex-presidente do Egito Hosni Mubarak, o ex-líder líbio Muammar Gaddafi e o presidente da Síria Bashar al-Assad.

Também levantam a suspeita de haver um esquema de lavagem de diheiro comandado por um banco russo e pessoas muito próximas ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o primeiro-ministro da Islândia, Sigmundur Gunnlaugsson.

Eles foram obtidos pelo jornal alemão Süddeutsche Zeitung e compartilhados com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês).

O programa BBC Panorama está entre as 107 organizações de mídia que vêm analisando os documentos. A BBC não conhece a identidade da fonte que os forneceu.

Gerard Ryle, diretor do ICIJ, diz que os documentos tratam do cotidiano de negócios do Mossack Fonseca nas últimas quatro décadas. "Acredito que o vazamento será o maior golpe que o mundo de empresas offshore já sofreu por conta da dimensão dos documentos", afirmou.

Esse nome é dado a empresas abertas por pessoas e empresas em um país diferente do que se reside, normalmente com condições fiscais mais favoráveis.

Os documentos indicam a existência de 107 empresas offshore ligadas a pessoas envolvidas na Operação Lava Jato, segundo o portal UOL, que integra o ICIJJ. No Brasil, essa prática não é ilegal se tiver sido declarada à Receita Federal.

Acordos suspeitos

Os documentos lançam suspeitas sobre as atividades do Bank Rossiya, ao qual a União Europeia e os Estados impuseram sanções após a anexação da Criméia pela Rússia, em 2014. Eles apontam pela primeira vez como o banco opera.

Dinheiro teria sido movimentado por meio de empresas offshore, duas das quais tem como dono um dos amigos mais próximos de Putin. Eles indicam que as companhias Sonnete Overseas, International Media Overseas, Sunbarn and Sandalwood Continental lucraram com transações falsas, serviços de consultoria inexistentes e a compra de ativos suspeitas.

A International Media Overseas e a Sonnette Overseas são de propriedade de do violoncelista Sergei Roldugin, amigo de infância do presidente russo e padrinho da sua filha, Maria. Segundo os documentos, Roldugin faturou milhões de dólares em acordos suspeitos.

Mas documentos das empresas de Roldugin afirmam: "A companhia é uma barreira corporativa criada principalmente para proteger a identidade e confidencialidade do verdadeiro beneficiário da companhia".

Conexão islandesa

Os dados da Mossack Fonseca também mostram que o premiê da Islândia, Sigmundur Gunnlaugsson, tinha um interesse não revelado nos acordos de ajuda financeira fechados com bancos do país.

Gunnlaugsson é acusado de esconder milhões de dólares em investimentos aplicados nestes bancos por meio de empresas offshore . Documentos mostram que ele e sua mulher, Anna Sigurlaug Pálsdóttir, compraram a empresa Wintris em 2007.

Ele não declarou sua participação na empresa quando assumiu como primeiro-ministro em 2009 e vendeu 50% da companhia para sua mulher por US$ 1 (R$ 3,6) oito meses depois.

Uma empresa offshore também foi usada para investir milhões de dólares ganhos com herança, segundo um documento assinado por sua mulher em 2015.

Agora, Gunnlaugsson enfrenta pedidos para que renuncie. O premiê diz que não infringiu nenhuma regra e que ele e Pálsdóttir não se beneficiaram financeiramente das decisões tomadas à frente do cargo.

Protocolos

A Mossack Fonseca diz ter sempre cumprido os protocolos internacionais e tomado as medidas necessárias para garantir que as empresas que auxilia não sejam usadas para evasão fiscal, lavagem de dinheiro, terrorismo financeiro e outros propósitos ilícitos e lamenta qualquer uso indevido de seus serviços.

"Há 40 anos, a Mossack Fonseca opera acima de qualquer suspeita em nosso país e em outras jurisdições onde temos operações. Nossa empresa nunca foi acusada de cometer ou ter conexão com um crime", afirma a companhia.

"Se detectamos uma atividade suspeita ou ato indevido, o relatamos rapidamente às autoridades. Assim como, quando as autoridades nos trazem evdiências de uma possível conduta errada, cooperamos totalmente."

Mossack Fonseca diz que empresas offshore existem em todo o mundo e são usadas para uma série de fins legítimos.

Fonte: Portal Terra - (04/04/2016)

Panama Papers: como escândalo chega ao Brasil e à América Latina

Os vazamentos de documentos confidenciais do escritório de advocacia Mossack Fonseca afetaram o Brasil e muitos outros países da América Latina.

No Brasil, há menção a parentes ou pessoas ligadas a sete partidos. No resto da América Latina, são mencionados nos "Panama Papers" o presidente argentino, Mauricio Macri, o jogador de futebol Lionel Messi, um primo do presidente do Equador, empresários relacionados ao presidente do México, Enrique Peña Nieto, e à campanha de Keiko Fujimori, candidata à Presidência do Peru.

A BBC Mundo, serviço em espanhol da BBC, fez um resumo das principais revelações na América Latina, separadas por país.

É importante lembrar que contas offshore não são por si só ilegais, desde que devidamente declaradas ao Fisco: podem ser uma forma de investir-se em bens e ativos no exterior. Muitas vezes, porém, contas em paraísos fiscais são usadas para evadir impostos ou ocultar o real dono do dinheiro depositado.

Brasil

Os papéis do "Panama Papers" mostram 107 empresas offshore vinculadas a pessoas ou empresas envolvidas nas investigações da operação Lava Jato, informa o portal UOL, um dos que fez a investigação dos documentos brasileiros.

Os documentos mostram também que o escritório de advocacia panamenha Mossack Fonseca criou ou vendeu empresas offshore a políticos de sete partidos brasileiros ou parentes deles.

Na lista estão membros ou familiares de políticos do PDT, PMDB, PP, PSB, PSD, PSDB e PTB. O PT não aparece.

Uma das offshores que aparecem operadas por um banqueiro suíço é atribuída ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), que enfrenta acusações de corrupção. Em comunicado, ele negou ter contas no exterior.

A análise dos documentos concluiu que algumas das empresas offshore operadas pela Mossack estão vinculadas a grandes empreiteiras brasileiras envolvidas no escândalo da Lava Jato e acusadas de pagar subornos por contratos milionários na Petrobras.

A Mossack Fonseca entrou, em janeiro, no radar das autoridades brasileiras que investigam corrupção na Petrobras. Acreditava-se que a empresa estaria ajudando a ocultar a posse de um tríplex no Guarujá que, segundo Ministério Público no Paraná, pertence ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não foi encontrada relação entre a Mossack e o tríplex.

Argentina

Segundo os documentos, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, integrou o diretório de uma sociedade offshore registrada nas ilhas Bahamas, no Caribe, desde 1998.

Macri foi diretor e vice-presidente da Fleg Trading Ltd.

A sociedade funcionou até o fim de 2008, quando Macri era prefeito de Buenos Aires.

Os documentos revelam que o pai de Macri, Franco, era presidente da Fleg Trading e seu irmão, Mariano, era secretário.

"É uma operação legal", disse Macri na segunda-feira. Ele atribuiu a criação da sociedade a seu pai.

"A sociedade deixou de operar em 2008 porque não fez investimentos. Está tudo perfeito, não há nada estranho", disse o presidente em uma entrevista ao Canal C e LaVoz.com.ar.

Também aparece nos documentos Daniel Muñoz, secretário e homem de confiança do ex-presidente Néstor Kirchner. Muñoz também trabalhou durante dois anos como assistente da ex-presidente Cristina Kirchner.

A família da ex-presidente se desvinculou da investigação sobre sociedades em paraísos fiscais. Por meio de um comunicado, os Kirchner afirmaram que não têm "nenhuma conta, sociedade nem nenhum tipo de bem no exterior" e destacaram a situação de Macri.

Os dados revelam nomes de 570 argentinos, entre os quais o jogador Lionel Messi, que afirma ter regularizado a situação de uma sociedade panamenha constituída, segundo os documentos, para cobrar seus direitos de imagem.

Em um comunicado, a família Messi diz que são "falsas e injuriosas as acusações de que ele teria formado uma rede de evasão fiscal e lavagem de capitais".

Os Messi informaram que a sociedade panamenha (Mega Star Enterprises) é uma "empresa totalmente inativa, que jamais teve fundos nem contas correntes abertas".

Chile

O nome com mais destaque nos documentos é Alfredo Ovalle Rodríguez, que presidiu a organização patronal mais importante do país entre 2006 e 2008.

Ele também foi presidente da Sociedade Nacional de Mineração do Chile (Sonami) de 2005 até sua demissão, em 2009, devido a vínculos com o ex-diretor de finanças da DINA, a polícia secreta dos tempos da ditadura de Augusto Pinochet.

Em 2002, Ovalle Rodríguez e Raimundo Langlois Vicuña passaram a ter poderes sobre a Sierra Leona SA, uma empresa panamenha criada em 1987.

Ambos são diretores do Grupo Minero Laz Cenizas e, segundo os documentos, usaram a Sierra Leona para investir em mineração e distribuição de alimentos no Chile, para receber dividendos de seus investimentos e para abrir contas bancárias em diferentes países.

Ovalle Rodríguez não respondeu ao pedido de entrevista do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês).

A BBC Mundo tentou entrar em contato com o Grupo Minero Laz Cenizas, presidida por ele, sem sucesso.

Também veio à tona o caso do ex-jogador da seleção chilena Iván Zamorano, que negou na segunda-feira estar evadindo impostos.

"Como jogador profissional, meu dinheiro sempre teve origem conhecida por todos e foi tributado nos devidos países, de acordo com a leis vigentes em cada um deles", disse em declaração a meios locais.

Colômbia

Há mais de 850 colombianos citados nos papéis da Mossack Fonseca. "Entre os clientes há servidores e ex-servidores públicos, políticos de todas as tendências e, principalmente, empresários", disse a Connectas, meio colombiano que participou da investigação.

Eles destacam o empresário Carlos Gutiérrez Robayo, concunhado do ex-prefeito de Bogotá Gustavo Petro.

"De 2007 a 2014, Gutiérrez Robayo criou uma rede de 12 empresas offshore e três fundações no Panamá e nas Ilhas Virgens Britânicas", segundo os documentos.

Gutiérrez Robayo disse que não cometeu nenhuma irregularidade e que não está sendo investigado. Também afirmou que nunca fez negócios com Petro.

Equador

O principal nome que figura nos documentos no Equador é Pedro Miguel Delgado Campaña, ex-presidente do Banco Central e primo do presidente do país, Rafael Correa.

Em 2012, a Austrobank Panama S.A., subsidiária do Grupo Eljuri - um dos principais conglomerados empresariais do Equador e, de acordo com o vazamento, cliente da Mossack Fonseca -, processou uma hipoteca em nome de Delgadi e sua mulher, então vice-cônsul-geral do Equador em Miami.

A hipoteca de US$ 190 mil era para comprar uma casa em North Miami Beach. Neste momento, Delgado era presidente do Banco Central.

O primeiro escritório de advogados contactado pela Mossack Fonseca se negou a processar o crédito. "Algo não cheira bem", disse. Mas a Mossack Fonseca encontrou outro advogado que registrou a hipoteca em Miami.

A Secretaria (ministério) de Inteligência do Equador negou que seu titular, Rommy Vallejo, esteja envolvido nos fatos revelados pelos Panama Papers.

"Negamos enfaticamente as falsas publicações que colocam em dúvida a honra do secretário Rommy Vallejo e da instituição que dirige", disse a secretaria em comunicado.

Os documentos mostram relação de Vallejo com Javier Molina, que foi assessor externo da secretaria entre 2014 e 1015 e representante da Mossack Fonseca em Quinto até 2011.

Honduras

Nos documentos aparece o nome de César Rosenthal, filho de Jaime Rosenthal, um dos empresários mais ricos de Honduras e ex-vice-presidente do país.

Jaime Rosenthal foi investigado por não pagar impostos e, no início de 2016, os Estados Unidos pediram sua extradição por lavagem de dinheiro.

César Rosenthal aparece nos papéis ligado a uma empresa offshore que tinha um avião que foi confiscado e inspecionado na Guatemala como parte da investigação da família por lavagem de dinheiro.

Segundo os documentos, Rosenthal era o único dono e presidente da Renton Management SA, empresa criada no Panamá em fevereiro de 2014 para comprar o avião.

Rosenthal não respondeu ao pedido para que comentasse as informações.

México

É mencionado Juan Armando Hipojosa, proprietário do grupo Higa e envolvido no chamado "escândalo da Casa Branca", que respingou no presidente mexicano Enrique Peña Nieto e sua mulher, Angélica Rivera.

Chamado por alguns meios mexicanos de "o contratista favorito" do mandatário, Hinojosa obteve contratos de US$ 750 milhões de agências do governo mexicano, segundo o Panama Papers.

De acordo com o portal Aristegui Noticias, que participou da análise de documentos, Hinojosa transferiu pelo menos US$ 100 milhões usando nomes de sua mãe e sua sogra por meio de empresas criadas pela Mossack Fonseca.

Isso ocorreu logo após a polêmica por sua mansão presidencial descoberta no final de 2014.

Foi descoberto que a primeira-dama havia iniciado um processo de compra de uma mansão de US$ 7 milhões construída por uma das sociedades de Hipojosa.

Em seguida ela disse que havia conseguido um empréstimo de uma das sociedades de Hinojosa e havia dado entrada de 30% pagando com dinheiro obtido durante sua carreira como atriz de novelas.

Um mês depois do governo declarar que não havia ocorrido conflito de interesse na compra da mansão, Hinojosa transferiu milhões de dólares a empresas offshore na Nova Zelândia.

Enquanto isso, o presidente da TV Azteca, Ricardo Salinas Pliego, usou duas empresas offshore, de acordo com a Aristegui Noticias.

Uma delas para comprar obras de arte nas Ilhas Virgens Britânicas e outra para controlar a propriedade de uma embarcação com bandeira das Ilhas Cayman.

O grupo Salinas respondeu: "Todas as operações financeiras do senhor Ricardo Salinas Pliego foram feitas respeitando o direito", afirmou.

O governo mexicano assegurou que o serviço de administração tributária "fará revisão, nos casos em seja procedente, dos referidos contribuintes, tratando-se de cidadãos ou empresas com obrigações fiscais no México".

Panamá

Riccardo Francolini foi funcionário ou diretor de três empresas estatais, incluindo a Caja de Ahorros, e faz parte do círculo privado do ex-presidente do Panamá Ricardo Martinelli.

Em janeiro de 2015, a Mossack Fonseca negou ser agente de duas empresas offshore de propriedade de Francolini porque a empresa panamenha o considerava uma pessoa politicamente exposta.

Ele era o único proprietário de Jamefield Investment nas Ilhas Virgens Britânicas. Foi também presidente e coproprietário, com sua mulher, Iraida García, da Gladden Corporation, registrada nas Bahamas em 1998.

Francolini não respondeu aos pedidos de comentário da ICIJ nem a meios locais.

Peru

Os documentos revelados nos Panama Papers incluem dois importantes nomes da política peruana, dois dos principais financiadores da candidatura de Keiko Fujimori, favorita no primeiro turno das eleições presidenciais que ocorrem neste domingo, 10 de abril.

Um é Jaime Yoshiyama Tanaka, ex-ministro do governo de Alberto Fujimori e chefe da campanha presidencial de Keiko Fujimori em 2011, e o outro é seu sobrinho, Jorge Yoshiyama Sasaki.

Yoshiyama Sasaki e Carlos Rubiños Zegarra são os donos legais da sociedade Tauton Enterprises LTD, constituída em outubro de 2010 nas ilhas Virgens Britânicas por meio da Mossack Fonseca.

Segundo o IDL-Reporteros, meio que investigou documentos relacionados ao Peru, a Oficina Nacional de Procesos Electorales, que supervisiona os gastos e receitas dos partidos políticos durante a campanha eleitoral, informou em janeiro que Yoshiyama Tanaka e seu sobrinho Jorge colocar na campanha fujimorista US$ 61.821 e US$ 61.519, respectivamente.

O também candidato presidencial e ex-ministro Pedro Pablo Kuczynski aparece nos documentos divulgados.

Também é citado o famoso chef Gastón Acurio.

Segundo os Panama Papers, duas sociedades offshore de Acurio foram registradas pela Mossack Fonseca nas Ilhas Virgens Britânicas e no Panamá, e outra vinculada a seu principal empório gastronômico, Acurio Restaurantes, também criada no Panamá e logo transferida para outro paraíso fiscal: Delaware, nos EUA.

Acurio confirmou ao Ojo Público, meio peruano que investigou os papéis, ser dono das sociedades offshores e admitiu que por meio delas comprou duas embarcações de luxo.

"Comprei um barco nas Ilhas Virgens e para isso você tem que ter fundos, ou seja, tem que ser o proprietário desta empresa que é proprietária do barco (...). Acho que não tem nada de errado nem ilegal em comprar um barco, seja ele pequeno, médio ou grande", disse.

Uruguai

Segundo os documentos, o escritório do uruguaio Juan Pedro Damiani, presidente do time de futebol Peñarol e membro do comitê de ética da Fifa, tinha relação empresarial com três pessoas implicadas no escândalo da Fifa.

São eles o uruguaio Eugenio Figueredo, ex vice-presidente do órgão mundial, e outros dois argentinos, Hugo e Mariano Jinkis.

Os Jinkis, pai e filho, foram acusado de pagar subornos para conseguir direitos de transmissão de partidas na América Latina.

Os documentos indicam que o escritório de advocacia de Damiani representou empresas offshores ligadas aos Jinkis e a sete empresas vinculadas a Figueredo.

Em resposta à investigação do ICIJ, o comitê de ética da Fifa iniciou uma investigação preliminar sobre a relação de Damiani com Figueredo.

Um porta-voz do comitê disse que Damiani informou sobre seus negócios com Figueredo no dia 18 de março, um dia depois de os jornalistas enviarem a ele questões sobre o trabalho de seu escritório com empresas relacionadas ao ex-vice-presidente da Fifa.

"Nossa empresa não manteve relação comercial ou realizou negócios com ou para o senhor Eugenio Figueredo, nem para nenhuma das outras pessoas mencionadas nas reportagens", disse Damiani a meios locais.

Venezuela

A palavra "Venezuela" aparece em 241 mil documentos, que foram analisados por uma dezena de jornalistas no país, de diferentes veículos (como Armando.info) e várias ONGs (como Transparencia Venezuela).

A maioria do que foi revelado até agora tem relação com funcionários do governo Nicolás Maduro, que não se pronunciou sobre as informações.

O caso que gerou mais comentários foi o de Adrián Velásquez, chefe da segurança do ex-presidente Hugo Chávez, já morto, que no dia 18 de abril de 2013, quatro dias depois da vitória de Maduro nas eleições presidenciais, formou uma empresa na República de Seychelles chamada Bleckner Associates Limited por meio da Mossack.

Velásquez e sua mulher, Claudia Patricia Díaz Guillén, ex-presidente do Escritório Nacional do Tesouro da Venezuela e ex-militar, moram agora na República Dominicana, segundo informam meios venezuelanos.

Outros funcionários do governo, assim como das Forças Armadas e Petróleo de Venezuela, registram empresas - algumas sem atividade comercial, segundo os repórteres - em paraísos fiscais.

Fonte: BBC Brasil - (05/04/2016)

Primeiro-ministro islandês renuncia após escândalo 'Panama Papers'

O primeiro-ministro islandês, Sigmundur David Gunnlaugsson, renunciou ao cargo nesta terça-feira (5) após ter seu nome citado no escândalo "Panama Papers".

A decisão foi adotada em uma reunião de seu partido. A renúncia aconteceu horas depois de ele ter pedido a dissolução do Parlamento ao presidente do pais, Olafur Ragnar Grimsson.

Gunnlaugsson renunciou antes mesmo da votação de uma moção de desconfiança pelo Parlamento que vinha se encaminhando após protestos populares desta segunda. O agora ex-premiê alegou que não havia feito nada de errado e pediu a dissolução do parlamento para formar uma nova coalizão de governo, já que a que o apoiava demonstrava não ter mais confiança nele.

O presidente, no entanto, negou a dissolução naquele momento e respondeu que iria conversar com os principais partidos do país antes de tomar uma decisão. Por fim, sem conseguir a dissolução, Gunnlaugsson renunciou.

Na segunda-feira, milhares de pessoas protestaram em frente ao parlamento de Reykjavik para exigir a renúncia do primeiro-ministro após as revelações de que Gunnlaugsson manteve com sua esposa uma empresa em um paraíso fiscal.

De acordo com os documentos publicados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), o primeiro-ministro possuía 50% da empresa offshore até o fim de 2009. Mas, quando foi eleito deputado pela primeira vez, em abril de 2009, ele omitiu a participação em sua declaração de patrimônio.

Ter offshore não é ilegal desde que ela seja declarada às autoridades competentes.

A oposição de esquerda exigia a renúncia do primeiro-ministro depois que a investigação revelou a existência de uma offshore criada por sua esposa nas Ilhas Virgens britânicas em 2007 para administrar sua fortuna.

Mais de 24 mil pessoas, em um país de 320 mil habitantes, haviam assinado uma petição on-line para pedir a saída de Gunnlaugsson.

Fonte: G1 - (05/04/2016)

Putin nega suspeitas de corrupção de amigos seus nos 'Panama Papers'

O presidente russo Vladimir Putin rejeitou nesta quinta-feira (7) que existam "elementos de corrupção" entre as pessoas de seu círculo mais próximo citadas nos "Panama Papers", que revelam o nome das personalidades em todo o mundo que têm sociedades em paraísos fiscais.

"Que elementos de corrupção? Não há nenhum", afirmou Putin.

O presidente russo acusa os Estados Unidos de estarem por trás do vazamento de milhões de documentos da firma de advocacia panamenha Mossack Fonseca.

Segundo os documentos, o violoncelista Sergei Rolduguin, amigo e padrinho de uma das filhas de Putin, está no centro de uma rede de empresas de fachada de formada por pessoas próximas ao presidente russo, conforme revelou o jornal independente Novaia Gazeta.

Citando os 11,5 milhões de documentos divulgados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), o Novaia Gazeta afirma ter descoberto as disposições financeiras que permitiram que pessoas próximas ao presidente russo escondessem até 2 bilhões de dólares em paraísos fiscais.

Amigo de infância de Vladimir Putin, Sergei Rolduguin, de 64 anos, violoncelista no teatro Mariinsky, aparece como o testa de ferro nesta rede de empresas de fachada operadas pelo escritório panamenho Mossack Fonseca, de onde os documentos foram vazados.

Serguei Rolduguin é apontado como proprietário das empresas Sonnette Overseas Inc. (SOI) e International Media Overseas (IMO), que adquiriram importantes setores da economia russa através de outras empresas offshore, em uma estrutura semelhante à de um jogo de bonecas russas, segundo Novaia Gazeta.

Como Serguei Rolduguin, a maioria dos russos envolvidos na trama são amigos de Putin.

Rolduguin conheceu o presidente russo em 1977 e, "desde então, nunca nos separamos", segundo relatou em uma biografia de Vladimir Putin publicada em 2000.

No dia seguinte à revelação dos documentos, o porta-voz do Kremlin, Dimitri Peskov, acusou ex-agentes da CIA e do Departamento de Estado americano de estar por trás do vazamento dos "Panama Papers" e acrescentou que "o principal alvo destes ataques é nosso país, nosso presidente".

Ter offshore não é ilegal desde que ela seja declarada às autoridades competentes.

Fonte: G1 – (07/04/2016)

Panama Papers: Doria usou offshore para comprar apartamento em Miami

O pré-candidato do PSDB a prefeito de São Paulo, João Doria Jr., comprou uma empresa de prateleira do escritório panamenho Mossack Fonseca. Incorporada no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas, a offshore Pavilion Development Limited foi usada pelo tucano para adquirir um apartamento em Miami (EUA) em 1998, por US$ 231 mil, sem que a propriedade aparecesse em seu nome.

O Estado encontrou contratos, procurações e cópia de passaportes de Doria e sua mulher, junto a mensagens de e-mail referentes à compra da offshore, dentre os 11,5 milhões de documentos dos Panama Papers, divulgados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ).

A série provocou a queda do primeiro-ministro da Islândia e revelou esquemas de lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio em dezenas de países.

Comprar ou abrir uma offshore não é ilegal, desde que a empresa seja declarada à Receita Federal no Brasil. Nelson Wilians, advogado de Doria, mostrou à reportagem uma das 27 páginas da declaração de bens de seu cliente no Imposto de Renda de 2016 na qual a Pavilion Development aparece declarada. Mas não atendeu ao pedido da reportagem para mostrar as declarações de IR de 1998, quando Doria comprou a offshore, e dos anos posteriores.O advogado disse que elas serão apresentadas à Justiça Eleitoral se Doria vier a ser formalizado como candidato.

A história da offshore de Doria começa em 15 de abril de 1998, quando ele compra a Pavilion da Mossack Fonseca, em negócio intermediado pela advogada brasileira Luciana Haddad Hakim. À época, o capital da offshore era de US$ 12 mil, dividido em 12 mil ações. Foram emitidos seis certificados ao portador. Os diretores da corporação eram João Agripino da Costa Doria (presidente) e sua mulher, Beatriz Maria Bettanin Doria (vice).

Menos de três meses depois, a Pavilion Development se tornou proprietária de um apartamento de dois quartos no apart-hotel Mutiny On The Bay, de frente para o mar, em Miami. Nos documentos do Dade County, a venda foi registrada por US$ 231 mil. Pela legislação brasileira, toda remessa ao exterior a partir de US$ 100 mil deve ser registrada no Banco Central.

Segundo seu advogado, Doria não fez remessas. Pagou a entrada de US$ 30 mil com uma permuta feita no Brasil, e o restante foi financiado em 30 anos nos EUA. O advogado diz que as parcelas do financiamento, de US$ 2.056 por mês, são pagas com rendimentos da locação do imóvel. A diária de um apartamento no Mutiny On The Bay custa US$ 243. Para pagar a mensalidade, Doria precisaria alugar o apartamento por 9 dias ao mês, pelo menos.

A offshore de Doria não realizou outros negócios até dezembro 2009, quando sua advogada à época, Luciana Hakim, cogitou fechá-la, em correspondência enviada à Mossack Fonseca. Nesse mesmo mês daquele ano, estava prevista uma importante mudança na legislação das Ilhas Virgens Britânicas: acabariam as ações ao portador de empresas offshore, e passaria a ser necessário registrar nos certificados de ações o nome do proprietário.

Em vez de fechá-la, Doria transferiu as ações da offshore em 8 de dezembro de 2009 para o Pavilion Trust, cujo endereço é o mesmo de outras empresas de Doria no Brasil, na avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo.

O nome de contato para assuntos relativos ao trust, segundo correspondência da advogada com a Mossack Fonseca, é o de uma funcionária de confiança de Doria, Celia Matias Pompeia. Simultaneamente, o capital da offshore aumentou para US$ 50 mil, divididos em 50 mil ações.

O trust é um jeito de colocar patrimônio sob confidencialidade - os beneficiários não são legalmente donos dos bens que o Trust administra - e um mecanismo para transferir legado financeiro para sucessores (filhos e cônjuge, por exemplo) sem necessidade de pagar imposto sobre herança. Em caso de morte de um dos beneficiários, os demais continuam usufruindo dos bens. Pelos registros da Mossack Fonseca, a Pavilion Development Limited continuava ativa até o ano passado.

Fonte: Época Negócios – (01/05/2016)

LAVA JATO

Delator cita no Conselho repasse de US$ 5,1 milhões que seria para Cunha

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara nesta quinta-feira (7), o empresário Leonardo Meirelles disse ter comprovantes de depósitos bancários, totalizando US$ 5,1 milhões, de valores que recebeu em suas contas no exterior e que teriam como destinatário final o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Meirelles afirmou que transformou esse dinheiro em reais e o entregou em espécie ao doleiro Alberto Youssef, que depois informou a ele que seria destinado para o parlamentar.

Meirelles disse aos deputados do colegiado não ter feito nenhum depósito diretamente em contas de Cunha e relatou não saber se ele tem ou não conta no exterior.

À tarde, Cunha disse não ter "nada a ver" com o dinheirto citado por Meirelles. "Esse evento já foi publicamente comprovado que não tem nada, absolutamente nada a ver comigo", afirmou o presidente da Câmara.

Delator na Operação Lava Jato, Meirelles é ex-sócio de Youssef e cedia empresas para que o doleiro fizesse repasses de recurso ao exterior que seriam destinados depois a supostos beneficiários de propina.

Cunha é investigado no Conselho de Ética pela suspeita de manter contas bancárias secretas no exterior e de ter mentido sobre a existência delas em depoimento à CPI da Petrobras e de não as ter declarado no Imposto de Renda. O presidente da Câmara nega ter conta, mas apenas o usufruto de fundos geridos por trustes.

Meirelles contou, porém, que, a pedido de Youssef, recebeu três transferências em 2012 de uma empresa do empresário Júlio Camargo, totalizando US$ 5,1 milhões, na conta de uma empresa sua, chamada RFY, na China. Ele relatou que transformou esse dinheiro em reais e o entregou em espécie a espécie a Youssef.

Em uma das vezes, havia um entregador aguardando para pegar o dinheiro com Youssef e levá-lo para um condomínio na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Segundo Meirelles, esse emissário era o agente afastado da Polícia Federal Jayme Alves de Oliveira Filho, conhecido como Jayme Careca. A residência de Cunha no Rio fica em um condomínio na Barra.

Na ocasião, Meirelles disse que não sabia o destinatário do dinheiro, mas que, dias depois, em um almoço informal, Youssef disse que os US$ 5,1 milhões seriam destinados a Cunha. Relatou ainda que, quando teve conhecimento das delações do próprio Youssef e do Júlio Camargo, associou as acusações feitas por eles contra Cunha com as operações que tinha feito.

"Uma semana após a operação, almoçando com o Alberto, nesse mesmo dia eu vi o Júlio [Camargo] saindo do escritório do Alberto, fomos almoçar e ele me disse: 'Você nem imagina a pressão que eu estava sofrendo'. E disse que era do investigado [no Conselho de Ética], que era de Eduardo Cunha", afirmou.

Segundo Meirelles, após virem à tona as delações do Júlio Camargo e de Youssef, que mencionavam esse pagamento de propina a Cunha, ele pediu autorização ao juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, para buscar extratos na China das transações bancárias e que toda a documentação foi entregue à Procuradoria.

De acordo com a investigação dos procuradores, os recursos dizem respeito a propina recebida por Cunha em contratos da Petrobras de dois navios-sondas da empresa coreana Samsung Heavy Industries Co. e da japonesa Mitsui.

Meirelles confirmou aos deputados que sabia que os US$ 5 milhões que seriam destinados a Cunha estavam relacionados ao esquema de corrupção da Petrobras. Segundo ele, os repasses que eram feitos para suas contas vinham de empresas que prestavam serviço a empreiteiras ligadas à estatal.

"Sim, [sabia]. As operações das empresas de fachada de Youssef eram com empresas que prestavam serviços à Petrobras", disse, acrescentando que recebia 1% do valor bruto de todas essas transações. Ele informou ao conselho ter movimentado US$ 140 milhões durante quatro anos em que operou para Youssef

Defesa de Cunha

Após a sessão, o advogado Marcelo Nobre, que faz a defesa de Cunha, disse que seria um "absurdo" se o conselho considerasse o depoimento de Meirelles como prova. "Ele não trouxe um documento. Ele disse que um terceiro, numa conversa informal, disse a ele que era o meu cliente [o destinatário dos recursos]. Como é que se condena alguém desse jeito?", indagou.

Nobre reiterou que o Conselho de Ética investiga exclusivamente se Cunha mantém contas secretas no exterior e que não poderá avançar além disso. "Não existe isso no direito. A defesa se defende da imputação. É como uma denúncia do Ministério Público sobre um fato. Se, no curso do processo se descobre qualquer outra coisa, o Ministério Público investiga e faz uma nova denúncia. Nunca no mesmo processo, isso é ilegal, é contra a lei", afirmou.

A defesa de Cunha havia chegado a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para cancelar o depoimento de Meirelles e de todas as outras sete testemunhas da acusação arroladas pelo relator, Marcos Rogério (DEM-RO), sob a alegação de que nada teriam a esclarecer sobre o objeto do processo no conselho. No entanto, a ministra Cármen Lúcia negou o pedido, liberando, assim, as oitivas.

Normalmente, é praxe que a Câmara banque com os custos do transporte de depoentes, mas o pedido feito pelo colegiado não obteve resposta da Mesa Diretora, presidida por Cunha. Diante disso, o próprio Meirelles arcou com as despesas da passagem aérea de São Paulo a Brasília para que pudesse comparecer ao conselho.

O presidente do colegiado, José Carlos Araújo (PR-BA), criticou o comando da Casa e disse que o conselho iria agora pleitear agora o ressarcimento. O relator também acusou o presidente da Câmara de mais uma vez tentar atrapalhar o andamento. "É, claramente, uma tentativa de obstrução dos trabalhos", afirmou.

Houve bate-boca entre deputados aliados do presidente da Câmara e adversários dele para que o depoente assinasse um termo de compromisso atestando que dirá somente a verdade. Como a presença dele no conselho é como testemunha, o advogado dele, Haroldo Nater, de início não quis que ele assinasse o documento, mas, diante do protesto de aliados de Cunha, acabou cedendo.

Durante o depoimento, aliados de Cunha acusaram Meirelles de "pirotecnia" e de querer encenar um "teatro" ao não trazer provas concretas de que Cunha teria contas no exterior. "O processo aqui é sobre a existência ou não de contas secretas", reagiu o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), um dos defensores de Cunha.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) rebateu: "O que ele trouxe aqui é extremamente valioso", ponderou.

Fonte: G1 – (07/04/2016)

Delação de empreiteira relata propina para campanhas de Dilma, diz jornal

O ex-presidente da Andrade Gutierrez Otávio Marques de Azevedo e o ex-executivo Flávio Barra afirmaram em delação premiada na Operação Lava Jato que a empresa pagou propina em forma de doações legais para as campanhas da presidente Dilma Rousseff em 2010 e 2014. As informações foram publicadas pelo jornal "Folha de S. Paulo" nesta quinta-feira (7) e confirmadas pelo Bom Dia Brasil.

De acordo com a reportagem, a propina vinha de obras superfaturadas da Petrobras e do setor elétrico, e o esquema de pagamentos ganhou maior escala a partir das obras da usina de Belo Monte. Entre as obras listadas com pagamento de propina estão estádios da Copa do Mundo: o Maracanã, no Rio, a Arena Amazônia, em Manaus, e o Mané Garrincha, em Brasília.

A "Folha" disse que a Andrade Gutierrez entregou uma planilha em que detalha as doações vinculadas à participação da empreiteira em contratos de obras públicas

O Bom Dia Brasil confirmou que as delações dos executivos da Andrade Gutierrez vão indicar que a propina revestida de doação legal foi para outras campanhas do PT e também do PMDB nos anos de 2010, 2012 e 2014.

Consta nos depoimentos, segundo a reportagem, que a obra da usina de Belo Monte, da qual a Andrade fez parte, envolveu pagamento de propina para os dois partidos. Ainda de acordo com o jornal, a negociação para estruturar o esquema teve participação dos ex-ministros Antonio Palocci e Erenice Guerra.

A delação ainda não foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal. A expectativa é que a homologação saia nos próximos dias.

Fonte: G1 – (07/04/2016)

"Schahin confirma a Moro propina de R$ 2,5 milhões a diretores da Petrobras"

Um dos sócios do grupo Schahin, o executivo Milton Schahin, disse hoje (20) em depoimento ao juiz Sérgio Moro, na 13ª Vara Federal, em Curitiba, que pagou US$ 2,5 milhões em propina a diretores da Petrobras pelo contrato de operação e compra do navio-sonda Vitória 10.000. O executivo afirmou ainda que o empréstimo de R$ 12 milhões tomado pelo pecuarista José Carlos Bumlai ao Banco Schain foi quitado como parte das negociações do grupo com a estatal.

Milton Schahin, réu na ação decorrente da 21ª fase da Operação Lava Jato, que apura desvio de recursos da Petrobras, disse que em 2011 foi procurado pelo lobista Jorge Luz para fazer uma negociação sobre o pagamento de US$ 2,5 milhões em propina a diretores da estatal. O pagamento, feito por meio de uma offshore (empresa em paraíso fiscal), foi dividido em dez prestações. Milton entregou a Moro documentos que comprovariam o depósito em contas do ex-gerente da Petrobras Eduardo Musa.

Fonte: Revista Istoé – (21/04/2016)

Ex-senador Gim Argello é preso na 28ª fase da Operação Lava Jato

O ex-senador Gim Argello (PTB-DF) foi preso preventivamente na 28ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada nesta terça-feira (12). A ação, batizada de "Vitória de Pirro", investiga a cobrança de propinas para evitar convocação de empreiteiros em comissões parlamentares de inquérito sobre a Petrobras. Gim era membro da CPI no Senado e vice-presidente da CPMI, da Câmara e do Senado.

O nome dele pareceu nas delações do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) e do dono da UTC, Ricardo Pessoa. O Ministério Público Federal (MPF) diz que há evidências de que o ex-senador pediu R$ 5 milhões em propina para a empreiteira UTC Engenharia e R$ 350 mil para a OAS. As duas empresas são investigadas na Lava Jato.

A Polícia Federal (PF) cumpre mandados judiciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Taguatinga (DF) e Brasília.

Resumo da Operação

Objetivo: investigar irregularidades na CPI e na CPMI da Petrobras (2014 e 2015).

Mandados judiciais: 23, sendo 2 de prisão temporária, um de prisão preventiva, 15 de busca e apreensão e 5 de condução coercitiva.

Preso preventivamente: ex-senador Gim Argello (PTB-DF).

Presos temporariamente:Paulo Cesar Roxo Ramos, assessor de Gim, e Valério Neves Campos, secretário-geral da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Conduzidos coercitivamente: Jorge Argello Júnior, filho do ex-senador Argello, e os executivos Roberto Zardi Ferreira Jorge (diretor de Relações Institucionais da OAS), Gustavo Nunes da Silva Rocha (diretor admistrativo da OAS), Dilson de Cerqueira Paiva Filho (OAS) e Marcos Paulo Ramalho (secretário-executivo da OAS).

Um dos mandados de busca e apreensão mira a sede empreiteira OAS, em São Paulo.

Os três presos serão levados ainda nesta terça para Curitiba, em um avião da PF. A previsão é de que o avião saia de Brasília às 14h.

A prisão temporária tem prazo de cinco dias e pode ser prorrogada pelo mesmo período ou convertida em preventiva, que é quando o investigado fica preso à disposição da Justiça sem prazo pré-determinado.

Os crimes investigados na 28ª etapa são concussão, corrupção ativa, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Repasses da UTC

A PF disse que há indícios concretos de que Gim tentou evitar a convocação de empreiteiros para prestar depoimento, mediante a cobrança de pagamentos indevidos disfarçados de doações eleitorais.

O ex-diretor financeiro da UTC Engenharia Walmir Pinheiro Santana, um dos delatores do esquema investigado pela Lava Jato, relatou em depoimento à Procuradoria-Geral da República um suposto acordo firmado em 2014 entre o dono da empresa, Ricardo Pessoa, e o ex-senador Gim Argello.

Pelo acordo, Pessoa não seria chamado a depor na CPI mista da Petrobras, que à época tinha Gim Argello como vice-presidente, e, em contrapartida, o empresário repassaria recursos a pessoas indicadas pelo então senador.

Ricardo Pessoa foi preso pela Polícia Federal na 7ª fase da Operação Lava Jato, em novembro de 2015. Ele é citado por outros delatores como o chefe do "Clube das Empreiteiras", grupo formado por empresas que combinavam resultados de licitações. O empresário cumpre prisão domiciliar desde abril de 2015.

Segundo Pessoa, o então senador teria orientado que os R$ 5 milhões fossem divididos e doados aos diretórios de quatro partidos políticos no Distrito Federal:

- Democratas (DEM) – R$ 1,7 milhão
- Partido da República (PR) – R$ 1 milhão
- Partido da Mobilização Nacional (PMN) – R$ 1,15 milhão
- e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) – R$ 1,15 milhão

Estes partidos, juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formaram em 2014 a coligação "União e Força", pela qual Gim Argello era candidato a novo mandato de senador pelo DF. O MPF diz que não há indício de que os partidos tenham participado ou tivessem ciência da origem ilícita dos recursos.

Pessoa não foi convocado pela CPMI da Petrobras, mas esteve na CPI do Senado, onde admitiu participação no cartel de empresas. "Para que UTC continuasse a prestar seus serviços à Petrobras, estava claro que teria de contribuir financeiramente", disse à época.

Repasses da OAS

A PF encontrou, no celular de José Adelmário Pinheiro Filho (Léo Pinheiro), presidente da OAS, mensagens relacionadas a Gim Argello. Em uma delas, de 14 de maio de 2015 (data da instalação da CPI da Petrobras no Senado) e enviada a executivos do Grupo OAS, Léo Pinheiro pede o depósito de R$ 350 mil na conta bancária de uma paróquia do Distrito Federal, apontando como centro de custo a "Obra da Renest" (referência à RNEST, refinaria da Petrobras).

Segundo o MPF, o pagamento à paróquia é associado a uma pessoa identificada como "Alcoólico", que seria o apelido de Gim Argello, por ser trocadilho com a bebida "Gim". O apelido apareceu em troca de mensagens de Léo Pinheiro com Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, outra empreiteira envolvida no esquema da Petrobras.

Além de pagamentos feitos pela UTC e OAS, o Ministério Público apura pedidos de propina dirigidos a outras empreiteiras.

Outro lado

Por meio de nota, a assessoria de imprensa da OAS disse que a empresa está prestando "todos os esclarecimentos solicitados e dado acesso às informações e documentos requeridos pela Polícia Federal, em sua sede em São Paulo, na manhã desta terça-feira. A empresa reforça que está à inteira disposição das autoridades e vai continuar colaborando no que for necessário para as investigações".

A UTC Engenharia afirmou que "a empresa não comenta investigações em andamento".

O advogado do ex-senador Gim Argello, Marcelo Bessa, disse que ainda não teve acesso ao processo e, por isso, não vai se pronunciar.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal informou que o servidor Valério Campos Neves, preso temporariamente nesta manhã, foi exonerado após a realização da Lava Jato nesta terça-feira (12).

"A Mesa Diretora da Casa esclarece que as investigações não têm qualquer relação com as atividades do servidor no âmbito do Poder Legislativo local e nem com qualquer deputado distrital. A exoneração do servidor visa a dar a oportunidade ao contraditório e à ampla defesa do mesmo", diz a nota.

O que já disseram os investigados

Em dezembro de 2015, quando delatores ligados à UTC falaram sobre a cobrança de propina para blindar Ricardo Pessoa, Gim Argello negou ter recebido doações.

"Ninguém me procurou para blindar este empresário e, tanto o Pessoa quanto a empresa dele, foram indiciados no relatório. Na CPI, de fato nós não o convocamos, assim como não convocamos nenhum empresário. Mas todos foram indiciados", afirmou em dezembro o ex-senador.

Os partidos citados negaram envolvimento em negociações para receber doação da UTC.

'Vitória de Pirro'

Sobre o nome da operação, a PF disse que "remete a expressão histórica que representa uma vitória obtida mediante alto custo, popularmente adotada para vitórias consideradas inúteis.

Em que pese a atuação criminosa dos investigados no sentido de impedir o sucesso da apuração dos fatos na CPI/Senado e CPMI/Congresso Nacional, tal fato se mostrou inútil frente aos resultados das investigações realizadas no âmbito da denominada Operação Lava Jato".

Gim Argello

Gim, como é conhecido, fez toda a carreira política no Distrito Federal e teve influência em sucessivas administrações do governo distrital, independentemente de quem era o governador.

Em 1998, foi eleito deputado distrital, pelo antigo PFL. No mesmo mandato, foi presidente da Câmara Legislativa.

Em 2002, foi reeleito. Nas eleições seguintes, já no PTB, concorreu como suplente do ex-senador Joaquim Roriz. Quando Roriz renunciou ao mandato, em 2007, para evitar a cassação, Gim assumiu.

Em 2014, o nome dele chegou a ser levado por integrantes da base aliada para o governo como indicação para o Tribunal de Contas da União. A indicação de Gim, no entanto, não foi adiante.

No mesmo ano, ele concorreu a um novo mandato no Senado e perdeu. Atualmente, não exerce nenhum mandato político.

Fonte: G1 – (12/04/2016)

IMPEACHMENT

Cunha rejeita pedido de impeachment de Temer feito por Cid Gomes

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), rejeitou na segunda-feira (4) dois pedidos de impeachment do vice-presidente da República, Michel Temer, entre eles o apresentado pelo ex-ministro da Educação Cid Gomes (governo Dilma).

No pedido protocolado, ex-governador do Ceará alegava que o vice-presidente e o PMDB são mencionados nas investigações da Operação Lava Jato. Para justificar a abertura do processo, Cid se baseava na mensagem de texto identificada no celular do ex-presidente da OAS Léo Pinheiro em que foi citado o pagamento de R$ 5 milhões a peemedebistas. Para a assessoria de Temer, a denúncia tratava de "notícias velhas" e "citações equivocadas".

No documento, Cid pedia ainda que o pedido não fosse analisado pelo presidente da Câmara, uma vez que ele próprio foi denunciado por fatos relacionados à Lava Jato, mas pelo vice-presidente da Casa, Waldir Maranhão (PMDB-MA). O anúncio de que havia rejeitado o pedido foi feito por Cunha na noite de segunda, mas ele não explicou o motivo.

O segundo pedido que foi arquivado junto com o do Cid havia sido apresentado pelo deputado federal Cabo Daciolo (PTdoB-RJ). O parlamentar já tinha entregue outra denúncia em dezembro do ano passado contra Temer, mas que também acabou sendo rejeitada por Cunha no mesmo mês.

A Câmara recebeu ainda um quarto pedido contra Temer, mas que foi enviado para o arquivo em janeiro.

Impeachment de Dilma

Atualmente, está em tramitação na Casa um pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. A defesa dela foi apresentada na segunda-feira pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, que negou que ela tenha cometido qualquer crime de responsabilidade.

Uma nova reunião da comissão especial que analisa o processo está prevista para esta quarta-feira (6). A expectativa é que o relator do caso, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), entregue o seu parecer, que deve ser votado até a próxima segunda-feira (11).

No total, durante o segundo mandato da presidente Dilma, iniciado em 2015, a Câmara recebeu 48 denúncias pedindo o impedimento da presidente.

Dessas, 39 já foram rejeitadas, uma foi aceita, que é a que está em tramitação. Outros oitos pedidos ainda estão pendentes de análise do presidente Eduardo Cunha, incluindo o apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Fonte: G1 – (05/04/2016)

Parecer do impeachment foca em "decretos ilegais" de Dilma e aposta em turbinar ação no Senado

O pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff saiu das mãos do relator Jovair Arantes (PTB-GO) da mesma forma que foi remetido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha: concentrado apenas nos decretos de crédito suplementares autorizados em 2015, que, de acordo com o parecer, constituem crime de responsabilidade. Em um relatório de 128 páginas lido de cabo a rabo nesta quarta-feira na Comissão Especial do Impeachment na Câmara, Arantes considerou inviável, neste momento, responsabilizar a presidenta não apenas pelas pedaladas de 2014 como pelas denúncias relativas ao caso Petrobras, mas fez questão de frisar que essas acusações podem vir a turbinar a acusação contra a mandatária no Senado caso o processo siga para lá.

"A magnitude e o alcance das violações praticadas pela presidente da República, em grave desvio dos seus deveres funcionais e em quebra de grande confiança que lhe foi depositada, justifica a abertura do excepcional mecanismo presidencialista do impeachment", registrou Arantes em seu relatório, lido durante quase cinco horas. E seguiu: "Embora não tenha levado em consideração na formação do juízo deste parecer, existem outras questões de elevada gravidade, apresentadas na denúncia, e que o Senado Federal (...) poderá eventualmente avaliá-las, se assim entender".

O cuidado em não extrapolar a denúncia recebida por Cunha expõe o receio do relator da Comissão do Impeachment de ver seus procedimentos questionados judicialmente, como têm feito ou ameaçado fazer os governistas a cada passo do processo. Após a leitura do parecer, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, disse que o documento era "nulo", criticou a menção a fatos fora da denúncia e considerou que a defesa da presidenta deveria ter sido ouvida nesta quarta. Ele voltou a mencionar a hipótese de recorrer ao Judiciário, mas não quis detalhar em que momento apresentaria o recurso, considerado a "bala de prata" pela defesa: "O advogado é como médico, não pode operar antes. Tem de operar na hora certa".

O parecer de Arantes argumenta que a Comissão do Impeachment deve aceitar a denúncia contra a presidenta por dois pontos: a "abertura de créditos suplementares por decreto presidencial sem autorização do Congresso Nacional" e a "contratação ilegal de operações de crédito". Esses dois elementos podem se encaixar, na avaliação do relator, nos parâmetros de crime de responsabilidade citados na lei do impeachment (crime contra a lei orçamentária e contra a "guarda e legal emprego dos dinheiros públicos"). Dilma assinou seis desses decretos em 2015, quando, segundo a acusação, sabia que isso já feria a meta fiscal. O vice-presidente Michel Temer, que está na mira de outros pedidos de impeachment, assinou outros quatro naquele ano, mas ele se defende dizendo que apenas respondia a Dillma Rousseff ao fazê-lo. Além disso, Cunha argumentou, ao arquivar pedidos de impeachment contra Temer, que seus decretos foram assinados no primeiro semestre de 2015, quando o Governo ainda não havia admitido que não conseguiria cumprir a meta fiscal.

Apoio do PP

Apesar de estar admitindo a denúncia contra Dilma, o relator fez questão de destacar que quem julga as acusações é o Senado. Isso não impediu os bate-bocas da reunião, cujo clima tumultuado repetiu o que ocorreu em todos os outros oito encontros da Comissão do Impeachment. Os deputados governistas protestaram sem sucesso para que a defesa da presidenta Dilma Rousseff, apresentada na reunião anterior da comissão pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, pudesse se pronunciar mais uma vez.

Após uma hora de debates acerca dos procedimentos da comissão, cuja reunião já havia começado com uma hora de atraso, às 15h, o relator Jovair Arantes iniciou a longa leitura de seu parecer, que o deixaria sem voz e que se tornou dispensável no momento em que sua equipe disponibilizou, logo no início da apresentação, a íntegra do relatório na internet. Tido pelo Governo Dilma como um potencial aliado antes do início do processo do impeachment, Arantes teria mudado sua posição em relação ao impedimento graças a pressões sociais e às cobranças do ex-deputado Roberto Jefferson, que delatou o mensalão do PT e, após passagem pela cadeia pelo esquema, volta a presidir do PTB no próximo dia 14.

Enquanto Arantes lia seu relatório, do lado de fora do plenário onde ocorria a reunião dois pequenos grupos de manifestantes rivalizavam entre apoio e oposição ao processo de impeachment. Também fora do plenário da Comissão do Impeachment, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI) anunciou que seu partido segue na base do Governo Dilma pelo menos até a votação do impedimento — sob o protesto de deputados como Júlio Lopes (PP-RJ), que chegou a protestar contra a decisão do lado de dentro da comissão.

Debate no fim de semana

Ao fim da leitura do relatório, que só pôde adentrar a noite porque Cunha decidiu suspender a Ordem do Dia, começou a contar o prazo de 48 horas para a análise dos deputados. O processo será retomado na próxima sexta-feira,quando todos os membros

e suplentes da comissão terão direito a 15 minutos de exposição. Como o presidente da Comissão, Rogério Rosso (PSD-DF), interpreta que a comissão deve ser finalizada às 19h da próxima segunda e dada o volume de participações, os deputados consideram adentrar o fim de semana na discussão. Na estratégia de acelerar ao máximo o processo, os parlamentares favoráveis ao impeachment apoiam essa possibilidade, mas os governistas são contra.

Como não está claro o que ocorreria em caso de a votação do relatório não ser finalizada até as 19h da próxima segunda, existe a expectativa do lado do Governo de que o processo caia em um limbo que impediria seu prosseguimento. Caso tudo saia como o planejado, contudo, a votação termina na segunda-feira e o plenário da Câmara poderia começar a votação sobre a decisão da comissão sexta-feira seguinte, 15 de abril. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já avisou que a votação em plenário deve levar pelo menos três dias, já que todos os 513 podem — e provavelmente vão querer — se manifestar. Só se 342 deles votarem pelo impeachment, o processo segue para o Senado.

Fonte: El País Brasil – (07/04/2016)

Câmara diz sim ao impeachment de Dilma; pedido vai agora ao Senado

O pedido de abertura de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) foi aprovado pela Câmara do Deputados na noite deste domingo (17).

Após seis horas de votação, o placar final foi: 367 votos a favor do impeachment, 137 contra, além de 7 abstenções e 2 ausentes. Para ser aprovado na Câmara, o processo dependia do voto de no mínimo 342 dos 513 deputados, ou dois terços do total.

A aprovação, contudo, não afasta Dilma imediatamente da Presidência da República. Isso só pode ocorrer após a análise do Senado.

Após o anúncio do "sim", os parlamentares começaram a cantar o Hino Nacional, em comemoração.

A decisão pela abertura do processo de impeachment aconteceu por volta das 23h05, com o voto do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE). "Quanta honra o destino me reservou ao sair da minha voz o grito de esperança de milhões de brasileiros", disse antes de proclamar seu voto a favor.

A votação terminou por volta das 23h45, e a vantagem foi dos votos pró-impeachment desde o começo. No total, a sessão durou mais de nove horas.

Cada parlamentar tinha cerca de dez segundos para dar o seu voto --o que não os impediu de fazer homenagens à família ou provocações tanto ao governo quanto ao grupo favorável ao impedimento da presidente.

As menções iam desde os carinhosos "pelo meu filho", "pelo povo do meu Estado" até posicionamentos mais contundentes como o "canalhas" de Jean Wyllys (PSOL-RJ) ou "é um golpe!" (entre os governistas).

Sobrou também para o próprio presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que foi chamado de "gângster" por Glauber Rocha (PSOL-RJ).

Durante a toda a sessão houve vários ataques a ele por parte dos deputados, mas ele não respondeu a nenhum. Na hora do seu voto, a favor do afastamento de Dilma, disse apenas: "que Deus tenha misericórdia dessa nação, voto sim".Foi uma sessão tumultuada desde o início, quando alguns parlamentares invadiram um local proibido para tomar espaço atrás da mesa diretora onde estavam deputados pró-impeachment.

Houve bate-boca e empurra-empurra. Quando o grupo contra o impeachment conseguiu ficar atrás de Cunha, estenderam uma faixa com a mensagem "fora Cunha" e o presidente da Câmara proibiu esse tipo de manifestação.

A presença de familiares no salão de acesso exclusivo aos parlamentares para votação quebrou o clima tenso que se deu na maior parte do tempo.

Na história política brasileira, é a segunda vez que o processo de impedimento de um presidente da República recebe o aval da Câmara dos Deputados.

A primeira foi em 29 de setembro de 1992, quando o então presidente Fernando Collor de Mello, do PRN, teve seu pedido de afastamento acolhido com o voto de 441 deputados (outros 38 votaram contra, um se absteve e 23 não compareceram à sessão).

Próximos passos

O Senado deve começar ainda neste mês a apreciar a denúncia apresentada contra Dilma. Em linhas gerais, os senadores votarão primeiro para dizer se concordam ou não com a instauração do processo. Para avançar, o impeachment precisará do voto da maioria, isto é, de pelo menos 41 dos 81 senadores.

Se o processo for de fato aberto, a presidente se afastará do cargo por um período de seis meses (180 dias). Terá início, então, a discussão e análise da denúncia, com apresentações da acusação e da defesa, sob o comando do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski.

Esse processo culminará com o julgamento final dos senadores, em votação nominal e aberta no plenário: Dilma será afastada definitivamente da Presidência da República se dois terços do Senado (54 dos 81 senadores) julgarem que ela cometeu crime. Nesse caso, o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), assume, com a missão de cumprir o mandato restante até o fim, no dia 31 de dezembro de 2018.

Oferta de cargos e abandono da base

Desde que o processo de impeachment foi aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o governo iniciou uma corrida contra o tempo em busca de negociar com os partidos da base aliada, prometendo cargos e outros benefícios políticos em troca do apoio na votação. Num processo chamado de "repactuação" pela base do governo e de "balcão de negócios" pela oposição, as mudanças no segundo escalão do governo em busca de votos para brecar o impeachment envolveram a negociação de cargos que poderiam movimentar até R$ 38 bilhões em recursos do Orçamento deste ano. Este processo se acelerou após rompimento oficial do PMDB com Dilma no final de março e às vésperas da votação do afastamento da petista pelo plenário da Câmara.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva improvisou um "gabinete de crise" no hotel onde se hospedava em Brasília. Segundo relatos de pessoas que participaram das conversas na suíte, Lula recebeu ministros e dirigentes de partidos, além de deputados e senadores da base de sustentação do governo no Congresso. As negociações não evitaram, no entanto, o "efeito manada" que levou PP, PRB, PSD e PTB a seguirem o PMDB no desembarque da base governista. Em meio a essas negociações, especulações e levantamentos sobre a quantidade de votos de cada lado mudavam todo dia.

Às vésperas do final de semana decisivo para o processo na Câmara, um pronunciamento que Temer faria à nação após a aprovação do pedido vazou. No áudio de 15 minutos, ele disse que, "aconteça o que acontecer", é preciso se construir um governo de "salvação nacional" e alertou que haverá "sacrifícios" para retomar o crescimento. O vice-presidente afirma que o vazamento foi acidental, e Dilma disse em discurso que Temer é o "chefe conspirador" contra o governo, e Eduardo Cunha é o "vice-chefe".

Os últimos dias que antecederam a votação foram marcados ainda por um guerra dos placares entre governo e oposição, na qual cada grupo divulgava haver conquistado votos suficientes para conquistar a vitória na votação, e o resultado se tornou imprevisível.

Acusação e defesa

Dilma é acusada de cometer crime de responsabilidade, previsto na Lei do Impeachment (lei 1.079/1950), ao autorizar supostas manobras contábeis chamadas de pedaladas fiscais. Elas se caracterizam pela prática do Tesouro Nacional de atrasar intencionalmente o repasse de dinheiro para bancos (públicos e privados) e autarquias (por exemplo, o INSS) a fim de melhorar artificialmente as contas federais.

Segundo os autores originais do pedido de impeachment da presidente, os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e a advogada Janaina Paschoal, as "pedaladas fiscais" teriam sido praticadas em 2014 e reeditadas em 2015, já no segundo mandato de Dilma. Os juristas também apontam crime de responsabilidade da presidente na edição de seis decretos autorizando despesas extras num total de cerca de R$ 2,5 bilhões, em 27 de julho e 20 de agosto de 2015, sem a autorização devida do Congresso Nacional.

A defesa da presidente, apresentada pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, nega a existência de crime de responsabilidade e, por isso, diz que o pedido de impeachment é golpe. Segundo a defesa, o atraso no repasse de dinheiro a bancos, por exemplo, é prática comum em todas as esferas do Poder Executivo e não é grave a ponto de interromper o mandato de um presidente eleito democraticamente. O governo argumenta também que as contas relativas a 2015 ainda não foram nem sequer avaliadas pelos órgãos de controle e, portanto, não pode haver crime antecipado.

Trâmites do processo

O pedido de impeachment que tramita no Congresso, baseado na denúncia de que "houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável", como escrevem seus autores, foi acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no dia 2 de dezembro do ano passado. Foi recebido pelo governo como ato de revanche de Cunha, em reação à abertura de processo de cassação do mandato do deputado no Conselho de Ética da Câmara. O peemedebista nega e diz que o governo recorreu a esse discurso como "desculpa para se safar, ir contra o que a maioria da população deseja".

O rito do impeachment (norma que a tramitação deve obrigatoriamente seguir no Congresso) foi motivo de embate entre Poderes da República, Legislativo e Judiciário, com a decisão final do STF de intervir e cancelar o caminho inicialmente prescrito por Eduardo Cunha na Câmara.

A denúncia contra Dilma chegou neste domingo ao plenário da Câmara após obedecer às etapas determinadas pelo STF e ser aprovada pela comissão especial que analisou a matéria, por 38 votos a favor e 27 contra, na última segunda-feira (11).

Fonte: Uol – (17/04/2016)

Relator do impeachment, deputado Jovair Arantes é condenado pelo TRE-GO

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) condenou o deputado Jovair Arantes (PTB-GO) ao pagamento de multa de R$ 25 mil pelo uso dos serviços de funcionário público em seu comitê de campanha eleitoral de 2014 durante o horário normal de expediente. Jovair Arantes foi o relator do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) na Câmara. O deputado deu parecer favorável ao afastamento da petista, aprovado no domingo (17) por ampla maioria.

A representação contra o deputado foi apresentada pelo Ministério Público Eleitoral. Segundo o TRE, a Lei das Eleições estabelece que o servidor só poderia trabalhar se estivesse licenciado. A Justiça concluiu que o servidor não estava licenciado.

O relator do processo, juiz Fabio Cristóvão, afirmou que policiais constataram a presença do servidor nas dependências do escritório político do deputado. Para o magistrado, ficou comprovado que o funcionário público prestava serviços ao então candidato durante sua campanha eleitoral.

A denúncia aponta que o então presidente da Companhia Nacional de Abastecimento Rubens Rodrigues dos Santos cedeu um servidor para trabalhar no comitê de campanha do parlamentar.

Rubens Rodrigues dos Santos, desde 2015 vice-presidente de Operações Corporativas da Caixa Econômica Federal, afirmou à Justiça que o local citado na denúncia não corresponde ao Comitê de Jovair e, sim, ao escritório de representação parlamentar. Ele foi inocentado no caso. Segundo Rubens, não há provas nos autos de que o servidor da Conab tenha prestado qualquer serviço ao deputado.

Rubens dos Santos é ligado ao PTB, legenda de Jovair Arantes. Sua nomeação para o Conab, em fevereiro de 2012, foi considerada uma vitória do deputado federal, que garantiu o cargo para o partido após a saída de Evangevaldo Moreira, após desgastes provocados por denúncias sobre participação em fraude no exame da OAB em Goiás.

Defesa

O advogado Hyulley Machado, que defende o deputado Jovair Arantes, afirmou que respeita a decisão da Justiça, mas não concorda.

— Vamos fazer o recurso, estamos aguardando a publicação da decisão. Será proposto o recurso em razão principalmente dos documentos juntados nos autos, que foram analisados por outros prismas. O juiz considerou que o servidor teria prestado serviços (ao deputado). Nem de forma indireta isso ocorreu. Ele (o servidor) esteve no escritório político e não no Comitê. Ele estava de atestado médico, ausência anual permitida pelo Conab por 5 dias e estava de férias no período. Isto está documentado nos autos. Respeitamos a decisão, mas não concordamos.

Fonte: Portal R7 – (20/04/2016)

REPERCUSSÃO

Aprovação do impeachment de Dilma é destaque internacional

Os principais jornais europeus e americanos tornaram a notícia do impeachment como manchete de suas edições digitais na noite de domingo e nesta segunda-feira. Em meio à repercussão, o governo americano informou, ainda durante a votação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, através de um porta-voz do Departamento de Estado, que continuava monitorando a situação do Brasil "de perto" e que a deposição da presidente Dilma Rousseff é um assunto interno do país. O órgão ainda lembrou que o presidente Barack Obama, em sua visita no fim de março à Argentina, afirmou que acredita que a democracia brasileira era "madura" com uma estrutura legal "forte o suficiente" para resolver as questões políticas.

A votação do impeachment de Dilma foi a terceira principal notícia desta segunda-feira do "New York Times". O jornal informou os próximos passos para a remoção de Dilma, lembrando que muitos dos que votaram por sua saída são acusados de corrupção. Na internet, o "New York Times" destacou a notícia como manchete e afirmou que a derrota de Dilma foi muito grande e que o país vivia uma disilusão com o governo do PT, inclusive por parte da população mais pobre, que havia sido beneficiada pelo governo de Lula. O maior jornal dos EUA chegou a emitir alerta a todos os seus seguidores para informar da decisão do Congresso Brasileiro.

O "Washington Post" lembra em sua edição desta segunda-feira que a votação ocorreu a menos de quatro meses dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. O principal jornal da capital americana também lembra a "pior crise econômica desde 1930", a crise da zika e os escândalos de corrupção da Petrobras.

Na Europa, os jornais que abriram suas edições de domingo afirmando que a disputa pelo impeachment estava "voto a voto", terminaram o dia afirmando que a derrota de Dilma foi muito maior que a esperada. O "El País" lembrou que a traição de deputados da base do governo foi maior que a imaginada. O inglês "The guardian" cita o líder do PT na Câmara, José Guimarães, afirmando que a luta será agora "na Justiça, nas ruas e no Senado". O "The Guardian" destacou ainda que alguns deputados, como Jair Bolsonaro, aproveitaram seu voto para elogiar a antiga ditadura militar do Brasil, o que, para o jornal inglês, significa que o ambiente político continuará conturbado após esta votação.

O espanhol "El Pais" lembrou que toda a votação foi conduzida por Eduardo Cunha, o deputado evangélico acusado de ter várias contas nas Suíça com recursos desviados da Petrobras, "um sintoma da estatura moral de boa parte do Congresso brasileiro". O também espanhol "El Mundo" destacou que muitos deputados, na hora de votar, citavam Deus, religião e família, além do tom jocoso do "tchau, querida", contra a presidente.

O francês "Le Monde", que emitiu alerta a seus leitores, afirmou que Dilma acreditou na vitória "até os últimos minutos" e que ela está pagando não pelas "pedaladas fiscais, mas por seus erros políticos, diplomáticos e econômicos".

As principais TVs americanas, contudo, não deram muito destaque para a edição no tempo real. O impeachment, por exemplo, não deu a notícia entre as "breaking news" nas redes MSNBC e FoxNews. A CNN também não deu muito destaque ao tema.

Ao contrário do que ocorreu em meados de março, o exterior não registrou grandes manifestações a favor do impeachment. Foi registrado, segundo jornais loicais, alguma movimentação de brasileiros em grandes cidades da Europa, como em Lisboa, a favor do impeachment, ou em Paris, a favor do governo petista. Em Washington, capital dos Estados Unidos, apenas três adultos e duas crianças protestaram contra o governo, contrastando com as dezenas de pessoas que se reuniram diante do consulado brasileiro na cidade.

- Acredito que as pessoas desanimaram porque alguns partidos políticos estão tomando conta da manifestação. Não queremos Temer também e provavelmente vamos protestar contra eles - afirmou Ricardo Guerreiro, um dos organizadores do protesto, e que mora há dez anos nos EUA.

O americano Bob Vittel veio protestar porque já morou várias vezes no Brasil e está voltando para lá:

- além de me preparar pra morar no vim protestar pois, sou contra a corrupção em qualquer lugar do mundo - disse.

Fonte: Jornal Extra – (18/04/2016)

Mulheres prestam solidariedade a Dilma no Planalto

Centenas de mulheres fazem na noite de hoje (19) uma manifestação de apoio à presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. O ato começou pouco depois das 18h.

De acordo com a Polícia Militar, 400 pessoas se encontravam em frente ao prédio, por volta das 19h, entoando cantos e palavras de ordem.

Com cartazes de apoio à presidente como "Dilma fica" e "Juntas pela democracia", as manifestantes estão com botões de rosa de diferentes cores para, simbolicamente, oferecer a presidente.

Um grupo de 20 mulheres será recebido por Dilma. "Eu vivi os anos de chumbo da ditadura no Rio de Janeiro e sou a favor da democracia, por isso estou aqui hoje. Eu vou dizer: 'Dilma, estamos com você, muita força e confiança que a gente vai vencer essa batalha", disse Tereza Pereira, uma representante do grupo que irá participar do encontro com Dilma, no palácio.

Além de palavras de ordem, como "golpistas, fascistas, não passarão", e "mulheres unidas jamais serão vencidas", elas cantaram o Hino Nacional e um dos cânticos que costumam ser entoados em eventos de apoio a Dilma: "No meu país, eu boto fé, porque ele é governado por mulher".

Segundo a organização do ato, a ideia surgiu nessa segunda-feira (18), após a abertura do processo de impeachment de Dilma ter sido autorizado pela Câmara dos Deputados. "A gente é de um grupo de defesa pela democracia, e ontem batendo um papo as pessoas estavam tristes, chateadas. Uma das meninas falou assim: 'Nossa, eu queria tanto dar um abraço na Dilma'. Aí falamos em dar um abraço coletivo", contou Cristina Moreira, uma das organizadoras.

Fonte: Exame.com – (19/04/2016)

Senadores apresentam PEC para eleições presidenciais em outubro

Um grupo de senadores independentes apresentou uma proposta de emenda à Constituição para prever a realização de eleições presidenciais simultaneamente às eleições municipais que ocorrerão em outubro deste ano.

A PEC teve o apoio de 30 senadores e foi protocolada na Secretaria-Geral do Senado. Ela será analisada pelas comissões temáticas e terá que ser aprovada em dois turnos pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Segundo seus idealizadores, a proposta é uma tentativa de "iniciar um processo para uma saída negociada da crise", porque, para os parlamentares, o vice-presidente Michel Temer não tem condições de reunificar o país em caso de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Segundo o texto, o eventual novo presidente eleito assume o comando do país em 1º de janeiro de 2017 e terá mandato tampão até o fim de 2018.

"É nos momentos de crise, quando o sistema político não consegue oferecer respostas aos desafios que se apresentam, que devemos, na maior medida possível, chamar ao centro do processo decisório o povo, legítimo detentor do poder. Na presente quadra histórica, somente quem passe pelo julgamento popular nas urnas contará com a legitimidade necessária para unificar uma nação dolorosamente dividida e corrigir os rumos da economia", diz a justificativa da proposta.

Para os senadores, a chapa Dilma-Temer representa um projeto de poder que conta com a desaprovação da maioria da população. "Embora haja uma cisão da opinião pública quanto aos rumos do processo de impeachment, prevalece na população o sentimento de que, levado ou não a cabo o afastamento da presidente, os graves problemas de hoje enfrentados não se resolverão em qualquer dos cenários projetados", diz o texto.

Os senadores afirmam ainda que há precedentes para a alteração do tempo de mandato de políticos eleitos. Eles citaram uma emenda constitucional de 1980 que prolongou em dois anos os mandatos de prefeitos e vereadores. A validade da norma foi contestada junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) mas a Corte entendeu que ela não atentava contra qualquer cláusula pétrea.

Os senadores Walter Pinheiro (ex-PT-BA), João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Cristovam Buarque (PPS-DF), Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Paim (PT-RS), que formam um bloco de senadores independentes, articularam a apresentação da PEC.

De acordo com os senadores, a intenção do grupo não é tentar barrar a tramitação do processo de impeachment que chegou nesta segunda ao Senado. "Qualquer que seja a decisão do Senado, o povo brasileiro deve ser chamado para dizer quem é que ele quer que dirija o destino da nação", afirmou Pinheiro ao anunciar a proposta.

A ideia de antecipar as eleições presidenciais tem sido defendida por setores do governo e do PT que argumentam que o vice-presidente é um conspirador e, se assumir o poder, chefiará um governo sem legitimidade.

Fonte: Folha.com – (19/04/2016)

Sanders diz que 'EUA não podem continuar derrubando governos na AL'

Bernie Sanders, pré-candidato do Partido Democrata à presidência dos Estados Unidos, disse que a política intervencionista de seu país na América Latina deve terminar, para que se inicie um novo período baseado no "respeito mútuo".

"Temos que ser honestos. A história dos Estados Unidos em relação à América Latina foi a de uma nação poderosa, com o exército mais forte do mundo, dizendo: 'Não gostamos deste governo, vamos derrubá-lo'", disse o senador pelo estado de Vermont. Ele afirmou que o "caos" e "massacres" sucederam os golpes de Estado.

"Os Estados Unidos não podem continuar intervindo na América Latina e derrubando governos ou tentando desestabilizá-los por razões econômicas", disse o pré-candidato durante um bate-papo com o vocalista do grupo porto-riquenho Calle 13, René Pérez "Residente", cujo vídeo foi divulgado na internet.

O pré-candidato se alçou como o "único" com uma visão das relações diplomáticas com a América Latina diferente da que imperou nas últimas décadas. Ele concorre com a ex-secretária de Estado Hillary Clinton para obter a candidatura democrata. Donald Trump e Ted Cruz disputam a indicação republicana.

Sanders garantiu que, se chegar à Casa Branca, fomentará "uma nova relação baseada no respeito mútuo" com a América Latina e criticou a atual administração do presidente Barack Obama por não ter feito o mesmo.

O senador e Hillary se enfrentam nesta terça-feira (19) nas primárias do estado de Nova York, nas quais a ex-secretária de Estado aparece como favorita segundo a maioria das pesquisas. Os republicanos também vão às urnas para escolher entre Trump ou Cruz.

Golpes militares

Sem mencionar o nome de Hillary Clinton, o vocalista do grupo Calle 13 comentou sobre a relação da ex-primeira-dama com o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, que é apontado como um dos responsáveis por promover os golpes militares dos anos 70 no Cone Sul.

"Não compreendo como um latino pode apoiar a mesma candidata que apoia Kissinger, que tanto prejuízo causou para a América Latina", afirmou René Perez. Sanders disse que Kissinger "causou" prejuízo à América Latina.

O pré-candidato se referiu especificamente ao caso de Salvador Allende, no Chile. "Não é um segredo que Allende foi derrubado pela CIA e que após isso surgiu um governo neofascista que foi responsável pelo assassinato de milhares de pessoas. Isso é inaceitável", disse o senador.

Sanders também mencionou sua viagem à Nicarágua durante os anos 80, para mostrar sua rejeição ao apoio dos EUA e do presidente então presidente americano, Ronald Reagan, aos Contras - um grupo armado financiado pelos EUA para lutar contra a Revolução Sandinista.

Ele também se disse favorável a tornar Porto Rico um estado de pleno direito dos EUA - atualmente, é um Estado Livre Associado - e a promover um referendo para que os cidadãos possam decidir sobre o status político da ilha, com a independência entre as opções.

Fonte: G1 – (19/04/2016)

Dilma viaja para os EUA e Temer assume presidência

A residente Dilma Rousseff embarcou na manhã desta quinta-feira (21/04) para os Estados Unidos, onde vai assinar o Acordo de Paris sobre o clima, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, o vice Michel Temer assume interinamente como Presidente da República, em meio ao trâmite do pedido de impeachment no Congresso Nacional.

Às 6 horas, Dilma pedalou no entorno do Alvorada. O embarque ocorreu pouco depois das 9h e foi acompanhado por um grupo de cerca de 40 mulheres, que foram prestar apoio à presidente.

Assessores do Planalto afirmam que Dilma aproveitará o discurso na ONU para "denunciar o golpe". A fala será às 9h40 desta sexta-feira (22), horário de Brasília. Ela deve conceder em Nova York pelo menos duas entrevistas à mídia estrangeira, para a qual pretende relatar que a democracia "está em perigo" no Brasil. O Movimento Vem Junto, pró-impeachment, está organizando um protesto contra Dilma na cidade norte-americana.

Temer, que tem sido chamado de "traidor" por aliados de Dilma, não pretende viajar a Brasília e deve permanecer em São Paulo. Não consta em sua agenda qualquer compromisso oficial.

Fonte: Época Negócios – (21/04/2016)

Dilma usa discurso na ONU para falar de 'grave momento' que vive o Brasil

A presidente Dilma Rousseff usou parte do seu discurso na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), onde participa da assinatura do Pacto de Paris, o acordo climático da ONU, na sede Organização, em Nova York para falar sobre o "grave momento que vive o Brasil". A presidente discursou por pouco mais de oito minutos. Sua fala sobre a situação política do Brasil durou menos de um minuto. Ela não usou, em seu discurso, a palavra "golpe" ou "impeachment". E o público presente na ONU reagiu com normalidade, aplaudindo a presidente apenas no final de sua fala.

"A despeito disso quero dizer que o Brasil é um grande país, que soube superar o autoritarismo e construiu uma pujante democracia", disse Dilma. "O nosso povo é trabalhador e com grande apreço pela liberdade, e saberá impedir quaisquer retrocessos. Sou grata a todos os líderes que expressaram a mim sua solidariedade". Ontem, ela foi recebida em Nova York, na noite de quinta-feira, com flores por um grupo de 50 pessoas, à porta da residência oficial do embaixador Antonio Patriota, em uma manifestação contra o impeachment.

Além de sustentar a versão do 'golpe' no ambiente internacional, a viagem e o discurso de Dilma ao encontro da ONU sobre o clima representam uma tentativa do governo brasileiro de emplacar uma agenda positiva em meio à crise política do país. A presidente decidiu participar da reunião pouco mais de 24h antes de embarcar. Receosa em deixar o Brasil, Dilma confirmou sua ida a Nova York a partir da avaliação de que os veículos de imprensa de fora têm dado mais espaço para a defesa da presidente.

A fala da presidente foi preparada pela assessoria internacional do Palácio do Planalto sem referências ao impeachment. A decisão de mencionar o processo partiu da própria presidente.

A expectativa era que Dilma trouxesse à tona a tese de que é vítima de um "golpe de Estado" devido ao processo de impeachment que avançou no último domingo (17), na Câmara. Para que haja o afastamento, cabe agora aos senadores aprovarem, por maioria simples, o voto dos deputados.

Criticada por insistir na tese de 'golpe', Dilma dará entrevista coletiva na tarde de sexta-feira (22), em Nova York, para seis veículos de mídia internacionais.

Fonte: Revista Época – (22/04/2016)

Após fala na ONU, Dilma diz que há golpe em curso no Brasil

Em um tom muito mais duro do que o usado na ONU, quando participou, na manhã de sexta-feira 22, da cerimônia de assinatura do Acordo de Paris, que rege medidas de redução de emissão dióxido de carbono a partir de 2020, a presidente Dilma Rousseff afirmou, em coletiva de imprensa em Nova York, no fim do dia, que há sim um golpe em curso no Brasil, do qual ela é a principal vítima:

"Golpe é um mecanismo pelo qual você tira pessoas do Poder por razões que não estão expressas na lei. Não há crime de responsabilidade contra mim. Os golpes militares se deram rompendo a Constituição. E no meu caso há um outro jeito de se dar o golpe: basta a mão (do voto dos congressistas), que é extremamente poderosa. Com ela você rasga a Carta Constitucional e está dado o golpe. Você rasga os princípios democráticos, está dado o golpe"

Enquanto cidadãos pró e contrários aos impeachment se manifestavam do lado de fora, na rua 79, residência do embaixador do Brasil na ONU, o ex-chanceler Antonio Patriota, no bairro residencial de classe alta Upper East Side, Rousseff conversou, por mais de uma hora, com jornalistas estrangeiros baseados na cidade, entre eles profissionais do The New York Times, Washington Post, Finantial Times, Guardian, Bloomberg, Reuters, Associated Press e El País.

Em seguida, em coletiva para a imprensa brasileira, ela repetiu o que já havia adiantado à imprensa internacional: em caso de aceitação pelo Senado de seu julgamento por crime de responsabilidade e conseqüente afastamento do cargo por até 180 dias ela pretende pedir ao Mercosul e à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) que suspendam o Brasil por conta da quebra do processo democrático do país.

Em 2012 o Paraguai sofreu a punição, defendida por Brasília, por ferir a chamada cláusula democrática do acordo sul-americano durante o processo de deposição do então presidente Fernando Lugo.

"Se eu, que sou presidente da República, me sinto vítima de um processo ilegal, golpista e conspirador, imagine o que poderá ocorrer à população pobre do Brasil quando seus direitos forem afetados. A garantia de meu direito não é só minha, pessoal. É a de que a lei irá se sobrepor a qualquer interesse pessoal ou político na nação", disse a presidente.

Mais cedo, na cerimônia da ONU, Dilma frustrou seus apoiadores ao mencionar apenas no fim de um discurso de pouco mais de 9 minutos, centrado na exaltação do recorde ambiental de seu governo, e de forma velada, o impasse político brasileiro.

Ela encerrou sua fala dizendo que o Brasil conta com uma sociedade que soube vencer o autoritarismo e construir uma pujante democracia, com um povo trabalhador com apreço pela liberdade. E, em mensagem cifrada, afirmou que os brasileiros saberão "impedir eventuais retrocessos".

Dilma afirmou que jamais iria à ONU "falar mal do Brasil", mas sim "a verdade sobre o Brasil". O foco do discurso, diz, sempre foi o Acordo de Paris. Mais tarde, na conversa com a imprensa, disse repudiar a crítica de que a denúncia do golpe poderia ser traduzida como uma forma de vitimização.

E, em claras referências ao vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP), companheiro de chapa de Dilma em 2010 e 2014, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que se tornará o segundo na linha de sucessão no caso de afastamento de Dilma, seguiu:

"Se isso ocorrer, assumem o Poder pessoas ilegítimas, que não tiveram um voto sequer para a presidência. Pessoas que têm em suas trajetórias acusações de lavagem de dinheiro em conta no exterior de processo de corrupção. Não há contra mim nenhuma acusação de corrupção, jamais recebi dinheiro para me beneficiar. A sensação de injustiça, de ser a vítima, não foi escolha minha, me colocaram nela. Construíram um processo sacrificial no Brasil", disse, em tom grave.

À constatação de que a imprensa internacional está cada vez mais sensível à narrativa do golpe, especialmente depois da caricata votação de abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, Dilma afirmou que se subestima a capacidade da compreensão das pessoas, tanto dentro quanto fora do Brasil ao se tentar cercear sua movimentação fora do país.

A Câmara dos Deputados custeou a viagem, em classe executiva, de dois parlamentares da oposição – José Carlos Aleluia (DEM-BA) e Luiz Lauro Filho (PSB-SP) – para se contraporem a eventual discurso na ONU de denúncia de golpe pela presidente. Os dois se disseram "muito satisfeitos" com o discurso de Dilma nas Nações Unidas, mas não participaram da coletiva no fim do dia.

"Lamento muito um tipo de editorial que vem sido lido e escrito no Brasil em relação a mim no momento em que decidi vir à ONU. Acho que esta precipitação mostra claramente o quanto temem serem tachados de golpistas. E sabe por que temem? Por que são."

Dilma também foi direta em relação aos três ministros do Supremo Tribunal Federal – Dias Toffoli, Celso de Mello e Gilmar Mendes - que afirmaram em entrevistas à imprensa recentemente ver carência de razão na argumentação usada pela presidente para definir que o processo de impeachment é um golpe.

Na opinião de Dilma, eles não deveriam sequer ter se pronunciado publicamente: "Antes de mais nada, esta não é a opinião do STF. É a opinião de apenas três ministros. E são ministros que não deveriam dar opinião porque vão me julgar", argumentou, já apontando para a possibilidade de um julgamento no Supremo em caso de afastamento permanente da presidência.

Dilma, que embarca de volta ao Brasil ainda esta noite, disse ainda que ela "tem a obrigação" de defender seu mandato, garantido por 54 milhões de votos dos eleitores brasileiros, e que irá "se esforçar muito" para convencer, nas próximas semanas, os senadores, com o apoio dos ministros da Justiça e da Fazenda, de que não há razão legal para o impeachment.

Fonte: CartaCapital – (23/04/2016)

Impeachment é uma "bomba" que pode rachar a sociedade, diz Joaquim Barbosa

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa afirmou que o processo de impeachment, mesmo previsto na Constituição, pode ser "traumático" e só deve ser usado com "precisão quase científica". Barbosa usou sua conta no Twitter na madrugada de quinta (21) para fazer a declaração.

Barbosa, que no início da semana fez críticas às justificativas dos deputados que votaram o processo na Câmara, no último domingo (17), disse que abordaria o tema em uma palestra que fará em Florianópolis nesta sexta e que esse comentário no Twitter seria um "aperitivo".

"Impeachment é uma formidável ferramenta contramajoritária. É inerente ao próprio sistema presidencial de governo. É previsto na nossa Constituição, em uma lei federal e em normas regimentais da Câmara e do Senado", escreveu o ex-ministro.

"Mas o que pouca gente sabe, e os que sabem fingem não saber, é o seguinte: Impeachment é uma bomba! É um mecanismo legítimo, mas traumático; necessário, mas deve ser usado com precisão quase científica. Regenerador em alguns casos, mas em outros pode se revelar destrutivo, convulsivo, provocador de "rachas" duradouros na sociedade", opinou Barbosa.

Segundo Barbosa, o impeachment foi criado em uma sociedade de outra época, "em que ainda predominavam as 'guerras das facções'". "Foi concebido por pessoas que criavam normas para o presente, mas pensando na sua aplicabilidade no futuro, algumas gerações à frente", disse Barbosa, citando James Madison e Alexander Hamilton, duas figuras marcantes na elaboração da Constituição dos Estados Unidos após a independência do Reino Unido, em 1776.

Fonte: UOL Notícias – (21/04/2016)

Comissão no Senado votará relatório sobre impeachment em 6 de maio

O presidente da comissão do impeachment no Senado, Raimundo Lira (PMDB-PB), confirmou para o próximo dia 6 de maio a votação do parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator do caso, sobre a abertura ou não do processo de impeachment pelo Senado. Essa data permite que o Plenário do Senado vote o afastamento da presidente no dia 11.

Antes, segundo afirmou Lira, o relatório de Anastasia deverá ser apresentado à comissão no dia 4, quando se inicia o debate sobre o parecer até a votação pela comissão no dia 6.

Lira comunicou sua proposta de calendário em reunião da comissão nesta terça-feira (26), quando também foram confirmados, por eleição dos parlamentares, os nomes de Lira como presidente e de Anastasia como relator.

A comissão também deve ouvir na próxima quinta-feira (28) os autores da denúncia do impeachment, os juristas Miguel Reale Jr., Janaína Paschoal e Hélio Bicudo e, no dia seguinte, sexta-feira (29), a defesa da presidente Dilma Rousseff. A defesa de Dilma deve ser feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo.

Nos dias 2 e 3 de maio deverão ser ouvidos especialistas convidados pela acusação e pela defesa, respectivamente, como ministros de Estado e juristas.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que deverá apresentar uma questão de ordem na reunião da quarta-feira (27) para que as manifestações dos convidados pela comissão estejam limitadas aos dois pontos que levaram ao aceitamento da denúncia de impeachment pela Câmara: as chamadas pedaladas fiscais e os decretos de crédito suplementar que, segundo a denúncia, teriam ampliado gastos do governo sem autorização do Congresso Nacional.

Os senadores José Medeiros (PSD-MT) e Simone Tebet (PMDB-MS) contestaram Farias e disseram que a comissão do Senado não pode ter sua atuação limitada.

Políticos da oposição têm focado os discursos a favor do impeachment em temas que não são diretamente abordados no processo, como o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato e a crise na economia do país.

O presidente e o relator da comissão afirmaram que a questão deve ser decidida na reunião desta quarta-feira (27).

Na reunião, Tebet afirmou que a forma como foi redigido o ofício enviado pela Câmara ao Senado comunicando a aprovação do processo abriria uma brecha para que as pedaladas fiscais de 2014 também sejam analisadas no Senado.

Rito do impeachment no Senado

A comissão especial do impeachment no Senado é composta por 21 membros titulares e 21 suplentes. O partido com o maior número de integrantes é o PMDB, com cinco membros. A comissão terá 10 dias úteis para elaborar um parecer sobre o pedido de impeachment. Ao final dos trabalhos da comissão, o parecer será posto em votação pelo plenário do Senado.

Se a maioria simples dos senadores (metade dos votos mais um) considerar que o processo contra Dilma deve ser aberto, ela será afastada de suas funções temporariamente por até 180 dias até que o caso seja julgado definitivamente pelo Senado. Caso contrário, o processo é arquivado.

Se Dilma for afastada temporariamente, o Senado, comandado pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, julgará se Dilma cometeu crime de responsabilidade ou não. Nesse caso, se pelo menos dois terços do Senado (54 votos) considerarem que Dilma é culpada, ela será afastada permanentemente do cargo e poderá ficar até oito anos impedida de ocupar cargos públicos. Caso contrário, o processo será arquivado e ela retomará o mandato.

Fonte: UOL Notícias – (26/04/2016)

ECONOMIA
RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

Pagamento de dívidas dos estados leva governadores e ministro ao STF

Governadores de estados endividados e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, participaram hoje (19) de uma reunião no Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro é intermediado pelo ministro do STF Edson Fachin e teve como temas a dívida dos estados e a mudança na fórmula de cobrança da taxa de juros - de composta para simples. Os estados querem pagar as dívidas com juros simples, mas para o governo federal o correto é o uso de juros compostos como no sistema financeiro.

Nas argumentações, os governadores disseram que, ao longo dos últimos anos, a dívida dos estados cresceu muito. Para eles, enquanto houve concentração de recursos com a criação de contribuições pela União, os estados arcaram, cada vez mais, com a prestação de serviços.

"Antes, estados e municípios ficavam com mais de 35% da arrecadação tributária. Mas as obrigações dos estados aumentaram com uma concentração de recursos da União e com aumento da prestação de serviços aos cidadãos por parte dos estados", disse o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel.

Ele lembrou, também, a Lei Complementar 148/2014 pela qual, disse, a União concederia descontos no saldo devedor. "Mas o decreto modifica a forma que a lei propõe. No caso de Minas Gerais, pagou a mais e deveria receber um crédito a mais." Minas Gerais foi um dos estados que conseguiram liminar do STF para pagar a dívida que tem com a União usando juros simples e não compostos sem sofrer sanções.

Já o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, afirmou que houve um desvirtuamento da renegociação da dívida porque os estados que deviam inicialmente um montante passaram a dever muito mais com a incidência de juros. Para ele, a taxa de juros acumulada é uma distorção e uma penalidade. Santa Catarina foi o primeiro estado a conseguir uma liminar no Supremo Tribunal Federal.

Outro unidade da Federação a ter uma decisão favorável no STF foi o Rio Grande do Sul. "Evidente que o governo federal dispõe de recursos que os estados não dispõem. Os estados não contam com [a possibilidade] de recorrer a bancos internacionais para rolar a dívida ou emitir moeda", disse o governador Ivo Sartori, do Rio Grande do Sul.

Ele disse, ainda, que não acredita que as questões dos estados "falidos" serão resolvidas pelo governo federal. "Vivemos uma realidade em que todo o poder público tem dificuldades. Nós estamos fazendo nosso dever de casa, com leis que não permitem gastar mais do que se têm."

Outros estados

Ontem (18/04), o Rio de Janeiro teve uma liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do STF. Representando o Rio, o secretário da Casa Civil do Rio, Leonardo Espíndola, disse que grande parte dos recursos do estado vem da indústria do petróleo, mas lembrou que a Petrobras vem enfrentando uma "enorme crise financeira" e falou também dos royalties.

"Além da crise, o valor dos royalties caiu no mercado internacional. Queda bruta no valor. Não era prevista. Só a diminuição no valor do barril impactou nas contas." O secretário lembrou que o estado está devendo salários a aposentados e pensionistas.

Além dos estados que já conseguiram liminares no STF, outros vêm levando a questão da dívida à Justiça. Estes estados também participaram da reunião. O governador de Alagoas, Renan Filho, alegou que a legislação prevê uma forma de desconto. "A lei diz que é a União autorizada a discutir desconto sobre os saldos devedores. Mas alguns estados, em vez de reduzir o estoque da dívida, as dívidas serão aumentadas. No caso de Alagoas, que paga parcelas tão altas, teria aumento", argumentou.

Dívida

O governador de São Paulo, Geraldo Alkimin, afirmou que a situação do estado não é diferente dos demais. Ele disse que, ao repactuar a dívida na década de 90, São Paulo ficou sem empresas como o Banespa e a Comgás, por exemplo, que foram oferecidas como ativos na renegociação. Afirmou, ainda, que o Ministério da Previdência Social, por exemplo, não paga o que deve aos estados que correm o risco de ter as parcelas da dívida sequestradas.

Argumentos da União

O governo federal se manifestou na reunião de hoje no STF. O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa voltou a ressaltar que o pedido dos estados não é a melhor solução. "O problema dos governadores é real , mas essa solução simples é errada. O correto é a proposta que mandamos para o Congresso Nacional." Na semana passada Barbosa esteve no STF para reuniões com os ministros e tem alegado que a melhor solução é a proposta que está sendo discutida pelos parlamentares.

O ministro reforçou também que o uso dos juros simples é "perigoso." "É perigosa [a utilização] porque, se essa interpretação de que taxa acumulada corresponde a um regime de juros simples for estendida a todo contrato financeiro, isso pode criar ações judiciais para rever encargos em contratos privados. É desequilibrada porque acaba beneficiando os estados mais endividados. Mas não tem mágica. Essa proposta significa economicamente um perdão dos contribuintes federais aos contribuintes estaduais que, na verdade, são as mesmas pessoas", disse em entrevista.

Decisão dia 27

No encerramento da reunião, o ministro Edson Fachin, do STF, disse que governo federal e governadores apresentaram questões relevantes. "Não foi outro o sentido da reunião, senão o de contribuir para que a corte busque maiores informações e para que se concretize o chamado federalismo cooperativo", disse ele.

"Tenho para mim que Vossas Excelências, partes impetrantes e partes impetradas, apresentam uma convergência substancial sobre o diagnóstico do problema e há, em nosso modo de ver, espaço, não apenas para a legítima decisão que está prevista para [o dia] 27 próximo, mas também para o diálogo que pode frutificar entre as partes. A convergência que os senhores apresentam sobre o diagnóstico do financiamento das políticas sociais parece nos indicar que foi bem-vinda a realização dessa mesa de diálogo", finalizou Fachim.

Fonte: Jornal do Brasil – (19/04/2016)

Juro simples para dívida de estados é solução 'desequilibrada', diz Barbosa

O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e os governadores de cinco estados – São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além de representante do Rio de Janeiro – participaram nesta terça-feira (19) de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) com o ministro Luiz Edson Fachin para discutir os juros que incidem sobre as dívidas estaduais com a União.

Nas últimas semanas, Fachin concedeu liminares (decisões provisórias) para que Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro não sejam punidos ao realizar o pagamento de parcelas de suas dívidas com base nos juros simples.

O Ministério da Fazenda quer usar a taxa Selic capitalizada (juros sobre juros, os chamados juros compostos), argumentando que esse é o formato utilizado para contratos financeiros. O mérito da questão será julgado pelo plenário do STF no próximo dia 27.

Barbosa disse que a solução do juro simples é "desequilibrada." De acordo com a Fazenda, o governo federal pode perder R$ 313 bilhões se o STF confirmar as decisões liminares e permitir aos estados pagarem suas dívidas com juros simples. Isso agravaria a situação das contas públicas, que já vêm registrando déficit devido à queda na arrecadação provocada pela crise econômica.

Os cinco governadores presentes à audiência do STF reclamaram do forte aumento que suas dívidas tiveram desde a renegociação feita no final da década de 90.

"Espero que consigamos trazer mais elementos para o julgamento do STF", disse o ministro Fachin.

Desequilíbrio e meta fiscal

Segundo Barbosa, a solução buscada pelos estados é "simples e errada".

"A solução correta é uma renegociação [das dívidas estaduais] com alongamento do prazo, como propusemos. E estamos fazendo todos os esforços para que seja aprovado. Sabemos da urgência do problema, estamos atuando, mas o impasse politico impediu que essa solução fosse aprovada rapidamente", declarou ele.

Na visão de Barbosa, a tese da incidência dos juros simples, buscada pelos estados no STF, é "desequilibrada".

"O que está em discussão é o tamanho de um perdão de uma dívida estadual pela União. Um perdão dos contribuintes federais aos estaduais, que são o mesmo grupo de pessoas", disse.

De acordo com o ministro, os contribuintes de Santa Catarina, o primeiro estado que conseguiu liminar no STF, por exemplo, teriam perdas como "contribuintes federais". Com a dívida de SC em R$ 7,9 bilhões, ela representa 2,5% do endividamento total dos estados. Como Santa Catarina tem 3,3% da população do país, argumentou Barbosa, teria uma "perda líquida" de R$ 2,5 bilhões, ou R$ 369 por habitante.

Barbosa disse que, com uma eventual implementação de juros simples para corrigir esses contratos, apenas os contribuintes de seis estados teriam ganhos. São eles, Alagoas (ganho de R$ 43 por habitante), Mato Grosso do Sul (R$ 177 por habitante), Rio de Janeiro (R$ R$ 485 por habitante), Minas Gerais (R$ 950 por habitante), Rio Grande do Sul (R$ 1,33 mil por habitante) e São Paulo (R$ 1,58 mil por habitante).

"São os estados mais endividados, cuja folha [de pagamentos] aumentou mais", disse o ministro, com um tom exaltado.

Além disso, acrescentou o ministro da Fazenda, com uma eventual mudança dos juros compostos para os simples, os estados também teriam um superávit primário menor - o que teria de ser compensado pela União, segundo dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

"Em um momento em que a União tem grande dificuldade em cumprir seu primário, e não é porque não estamos fazendo dever de casa, mas porque temos de pagar seguro desemprego, o Bolsa Família e a Previdência Social", avaliou, explicando que isso dificultaria o atingimento da meta fiscal.

Tese 'perigosa'

Para o ministro da Fazenda, essa tese, além de "equivocada", também é "perigosa". "O que impede que esse conceito seja aplicado para contratos privados [como os bancários]? Isso pode abrir precedente e criar uma grande incerteza jurídica, que não é o que o Brasil precisa neste momento", afirmou.

Por fim, ele disse que a União também tem sua dívida corrigida por juros compostos. Barbosa afirmou que, no ano 2000, o governo federal tinha uma dívida de R$ 511 bilhões. Em 16 anos, essa dívida foi corrigida para R$ 2,65 trilhões, sendo R$ 1,7 trilhão de juros.

"Nossa dívida também era pequena, pagamos muito mais do que devíamos e devemos muito mais. É um problema que a União também vive. Vem do fato de termos juros reais muito altas", disse.

Governadores reclamam

Segundo números apresentados, a dívida de Santa Catarina com a União era de R$ 4 bilhões, foram pagos R$ 13 bilhões e ainda restaram R$ 9 bilhões.

No caso do Rio Grande do Sul, a dívida inicial com a União era de R$ 9 bilhões, foram pagos R$ 25 bilhões, e o estado ainda deve R$ 52 bilhões.

Minas Gerais, por sua vez, tinha R$ 93 bilhões de dívida com a União no fim da década de 90. Foram pagos R$ 300 bilhões e ainda são devidos R$ 553 bilhões.

São Paulo informou que a dívida com a União era de R$ 46 bilhões, foram pagos R$ 130 bilhões e ainda são devidos R$ 224 bilhões.

De acordo com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), seu caso é ainda mais grave. "Isso porque o estado deu à União a Cesp, a Comgás, a Eletropaulo, a CPFL, a Ceagesp, a Cepasa e o Banespa. Tudo o que o estado tinha, ele entregou para a União. Privatizava e pagava", disse.

Ele acrescentou que, se o estado não paga sua dívida, a União "sequestra" os repasses, ao mesmo tempo que o governo não paga o que deve ao estado, como sua parte no benefício de pessoas que se aposentaram pelo estado, mas que contribuíram parte de sua vida, antes de ingressar no serviço público, pelo INSS.

SC, RS e MG

"Não sou economista, mas entendo diferente. Porque essa lei é específica e clara, e retrata a dívida dos estados. Não faz parte da economia nacional. [...] O resultado disso [correção da dívida por juros compostos] é o colapso social", declarou o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

Para o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), a União não resolverá seus problemas com os estados falidos, quebrados.

"Se passa uma ideia de que os estados gastam demais. Vivemos uma realidade que todo o poder público vive, de dificuldades para alcançar o equilíbrio financeiro. Estamos fazendo o nosso dever de casa. Tomamos medidas (...) Na medida em que o estado vai mal, os municípios também perdem e eles estão mais próximos da população", afirmou.

Para o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), o decreto que regulamentou a lei complementar 148, que altera os indexadores das dívidas, se contrapôs ao espírito da lei aprovada pelo Congresso Nacional.

"É preciso repor as condições de equilíbrio federativo. O que está na lei é isso, mas no decreto é outra. Sabemos que a situação é grave do ponto de vista orçamentário e financeiro. Minas Gerais enfrenta um déficit de quase R$ 10 bilhões no ano. Mas tão grave quanto isso é a iminência da convulsão social, alguns estados em situação mais grave como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A forma de minimizar o impacto é essa renegociação que está acontecendo", afirmou Pimentel no STF.

MS, AL e RJ

Segundo o governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, houve uma "agiotagem oficial" nos últimos anos com a correção das dívidas estaduais pelos juros compostos.

"É muito acima do que qualquer um dos indexadores nos últimos anos. Por isso que veio a lei complementar 148, que diz que a União concederá descontos sobre os saldos devedores dos contratos. O desconto foi zero. Há um desrespeito total à lei 148, que foi sancionada pela presidente Dilma para corrigir essa distorção. Os estados, durante os anos, já pagaram essa conta", afirmou ele.

Renan Filho (PMDB), governador de Alagoas, disse que a dívida estadual continuará sendo corrigida para frente por juros compostos.

"O que mudou a lei é a redução do estoque seria utilizando o calculo da Selic acumulada [juros simples], e não a capitalizada [juros compostos]. Aquilo se aplica apenas à redução do saldo devedor, e não a correção da regra", disse.

Leonardo Espíndola, secretário da Casa Civil do governo do Rio de Janeiro, afirmou que a situação que está perto do "colapso social" em seu estado.

"Dentre todos, [o Rio de Janeiro] talvez seja o que mais sofra com a crise fiscal (...) No que toca à dívida com a União, estamos diante de uma flagrante ilegalidade. Um desconto não pode se transformar em um acrescimento de R$ 5 bilhões para os já combalidos cofres do Rio de Janeiro", disse Espíndola.

"A situação é de tragédia por não termos pago o salário de março para mais de 130 mil aposentados e pensionistas, para quem ganha mais de R$ 2 mil líquidos [por mês]", afirmou ele.

Mudança do indexador da dívida

O Ministério da Fazenda tem lembrado que já concordou com a mudança do indexador da dívida dos estados, o que baixaria o valor pago mensalmente por eles. A perda para o governo, com essa alteração, seria de R$ 43 bilhões no estoque das dívidas dos estados com a União.

Com a mudança, o governo deverá corrigir os débitos pela taxa Selic ou pelo IPCA – o que for menor – mais 4% ao ano. Atualmente, os débitos de prefeituras e governos estaduais com a União são corrigidos pelo IGP-DI mais 6% a 9% ao ano, índice mais oneroso. A alteração na base de cálculo das dívidas foi sancionada ano passado.

Alongamento

Além da mudança do indexador, o governo federal também concordou, e já enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional sobre o assunto, com o alongamento das dívidas dos estados com a União por mais 20 anos, e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por mais 10 anos - o que geraria um alívio extra no pagamento das parcelas mensais da dívida dos estados.

Também concordou com um desconto nos dois primeiros anos de contrato. Tudo somado poderia gerar um impacto no caixa dos estados, e também no superávit primário do setor público consolidado, de R$ 45 bilhões em três anos. O governo tem dito, porém, que esse projeto só será levado adiante caso seja mantido o entendimento de que os juros compostos corrigem os contratos das dívidas estaduais.

Contrapartidas

Para alongar a dívida dos estados, entretanto, o governo pediu uma série de contrapartidas, entre as quais a proibição de concessão de novos aumentos salariais para os servidores estaduais.

Os estados também terão que limitar o crescimento de despesas à variação da inflação. Não poderão nomear novos servidores, exceto para reposição de aposentados e falecidos.

Além disso, também devem reduzir em 10% as despesas mensais com cargos de confiança em relação a junho de 2014. Essas ações, entre outras, terão que estar em vigor em até seis meses após a assinatura do acordo entre o Estado e a União.

Outras exigências feitas pelo governo federal são:

- Aprovação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Estados;

- Instituição de um regime de previdência complementar para os servidores estaduais;

- Aumento gradual, de 11% para 14%, na contribuição previdenciária paga por esses servidores.

Essas contrapartidas, porém, estão sendo questionadas por parlamentares no Congresso Nacional, e o próprio Ministério da Fazenda já admitiu que admite negociá-las.

Fonte: G1 – (19/04/2016)

Fazenda defende aplicação de juros compostos sobre dívida dos estados

A crise financeira pela qual passam as unidades federativas e o plano do governo federal para auxiliá-las a pagar suas dívidas com a União foram os temas discutidos na audiência pública de hoje (19) da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. A

matéria está tramitando na Câmara dos Deputados mas, em função de sua relevância, tem sido debatida também no Senado. Em termos gerais, as discussões abrangem dois pontos polêmicos: a questão do alongamento dos prazos para o pagamento das dívidas e os indexadores aplicados sobre elas.

Enquanto os estados pedem juros simples, incidentes sobre os valores iniciais da dívida, o governo alega que sobre esses índices devem incidir juros compostos, aplicados sempre sobre os valores das parcelas anteriores.

"Juro simples é calote e apenas leva o problema para o governo federal. Ou seja, para todos nós, os contribuintes", disse o economista Marcos Lisboa, da Universidade da Pensilvânia, um dos convidados para a audiência pública. "Eu até entendo a posição dos estados, em função da situação em que se encontram. Mas esta é uma medida oportunista que não resolve o problema maior, que é o do gasto público", acrescentou.

De acordo com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, ao polarizarem as posições em relação à proposta do governo federal, os estados acabam por tirar o foco das verdadeiras soluções, que abrangem esforços dos dois lados. "Não dá para a União cortar R$ 100 bilhões em uma época de queda de receitas", disse ele.

Segundo o ministério, os estados que seriam mais beneficiados pela adoção de juros simples seriam os mais ricos. São Paulo teria uma redução de R$ 18,86 bilhões de sua dívida. Minas Gerais a reduziria em R$ 9,22 bilhões; o Rio de Janeiro em R$ 4,54 bilhões; e o Rio Grande do Sul, em R$3,91 bilhões. A perda potencial de receita estimada para a União poderia chegar a R$ 313 bilhões.

"A adoção de juros simples resultaria em enorme prejuízo para o país, além de representar grande injustiça para os estados mais pobres, que acabariam pagando pelos mais ricos. Por exemplo, cada contribuinte no Rio Grande do Norte e no Piauí pagaria [em média] R$ 1,5 mil para que a dívida de São Paulo fosse refinanciada", acrescentou Dyogo. Para a Fazenda, poderia ainda ser criada uma enorme distorção entre a remuneração da dívida da União e as dívidas dos estados, com a primeira sendo calculada a partir de juros compostos e a segunda, com juros simples.

Para que os estados sejam beneficiados com o alongamento das dívidas – que podem ser de 20 anos, para o que é devido à União, e de 20%, para o que é devido ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) – foram acordadas algumas contrapartidas, em termos gerais associadas à redução das despesas, principalmente relativas a gasto com pessoal.

Dyogo de Oliveira ressaltou, porém, que não há "nada que retire direito ou benefício de servidores [estaduais]", o que, segundo ele, tem sido garantido pela Revisão Geral, "que pode ser um pouco mais ou menos do que a inflação". A redução das despesas com pessoal defendida pelo governo abrange os cargos comissionados, "que são os que geram salários estratosféricos. São estas as [medidas] que foram questionadas".

A proposta visando ao alongamento das dívidas já recebeu mais de 200 emendas das bancadas estaduais na Câmara. Boa parte das emendas ameniza as contrapartidas previstas para as unidades federativas, o que, do ponto de vista do governo federal, comprometeria os acordos feitos anteriormente. Quanto aos indexadores, a proposta do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal prevê a alteração do indexador adotado (IGP-DI, o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, mais 6%) por dois outros, cabendo à unidade federativa fazer a escolha por aquele que seja menos oneroso a seus cofres (IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mais 4% ou taxa Selic).

Essa proposta já foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. No entanto, alguns estados a questionaram junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em função da aplicação de juros compostos sobre ela. Na argumentação apresentada ao tribunal, foi pedida a aplicação de juros simples (aplicados sobre o valor inicial). Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais já conseguiram liminares no STF autorizando-os a pagar da forma que considerarem a adequada, sem que sejam punidos pela União. Nesse caso, a diferença entre os valores seria paga posteriormente, após o mérito ser julgado pelo plenário do tribunal.

Outros estados já entraram com ações envolvendo suas dívidas: Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará. Na quarta-feira (13), o município paulista de Bauru também recorreu ao STF. Todas as ações aguardam decisão dos relatores. A previsão é que o plenário do STF julgue, no próximo dia 27, o mérito das liminares concedidas recentemente.

Fonte: Agência Brasil – (19/04/2016)

Fazenda considera positiva suspensão de julgamento da dívida dos estados

O adiamento por 60 dias do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a incidência de juros simples na dívida dos estados é positivo, informou o Ministério da Fazenda. Em nota, a pasta disse que a suspensão do processo para que se os estados e a União busquem um consenso sobre o tema coincide com a orientação do governo.

De acordo com a pasta, o voto do ministro Edson Fachin a favor da manutenção dos juros compostos na correção da dívida dos estados e a indicação de outros três ministros, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes, de que acompanhariam o voto é um sinal de que o governo federal está correto em torno do tema.

"O Ministério da Fazenda considera positiva a sinalização do Supremo Tribunal Federal de que a tese dos juros compostos é a que deve prevalecer nos contratos de operação de crédito entre os estados e a União", destacou o comunicado.

Segundo a nota, a suspensão do julgamento permitirá que a União e os governos estaduais retomem as negociações em torno do projeto que alonga a dívida dos estados por 20 anos, que tramita no Congresso. "A decisão de adiar o julgamento do mérito por 60 dias para que se busque um consenso vai ao encontro da orientação do governo e, em particular do Ministério da Fazenda, que desde dezembro de 2015 abriu o diálogo com os governadores e vem buscando uma proposta equilibrada do ponto de vista fiscal para toda a Federação. Essa proposta foi construída em conjunto com os governos estaduais e encaminhada ao Congresso Nacional".

Depois de suspender o julgamento, o STF manteve as liminares concedidas nos últimos dias que determinam a correção da dívida de três estados por juros simples. A Fazenda informou que ainda vai avaliar o impacto financeiro da permanência das liminares. Além do prejuízo com as liminares, o governo federal pode deixar de receber até R$ 402,3 bilhões nos próximos anos caso a dívida dos estados seja corrigida por juros simples.

Fonte: Agência Brasil – (27/04/2016)

REPERCUSSÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE NA ECONOMIA

'Haverá perdas nos avanços sociais', diz diretor do FMI sobre o Brasil

A situação política e econômica do Brasil, que levou ao "colapso da confiança" no país, não tem paralelo no mundo, afirma o mexicano Alejandro Werner, diretor do Departamento de Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em entrevista ao GLOBO, ele avalia que a crise política que levou à votação do impeachment, hoje, agravou a recessão que já era esperada com o ajuste econômico. Ele diz que as investigações contra corrupção, embora fortaleçam as instituições no futuro, trazem impactos negativos econômicos no curto prazo. Werner espera que o país sofra alguma redução nos avanços sociais obtidos nos últimos anos, com o desemprego elevado, mas sem reverter totalmente as conquistas. Mas ele ressalta pontos positivos. "Podemos ter boas surpresas", disse, lembrando que o país tem um sistema financeiro sólido e continua atraindo investimentos externos. Abaixo, os principais trechos da entrevista, concedida na última sexta-feira durante a reunião de primavera do FMI, em Washington.

O senhor disse que o Brasil vive um colapso de confiança. Como é esse processo? Pode-se traçar um paralelo do Brasil com outro país?

É muito difícil encontrar um paralelo com o Brasil, porque o país hoje enfrenta um problema econômico muito grande. Há vários meses, o Brasil teria um desafio de fazer uma correção a médio prazo em suas finanças públicas, que já não seria simples e que exigiria uma estratégia que combinasse medidas de curto prazo sobre gastos e arrecadação a outras de médio prazo, que implicassem correção em certos esquemas de proteção social. O Brasil tem um gasto com aposentadorias muito elevado, em comparação com países com o mesmo nível de renda per capita e uma demografia semelhante. Além disso, o país tem uma estrutura tributária muito complicada. Ao mesmo tempo, ocorreu o choque do petróleo, em uma economia que via um futuro muito importante no setor, o que afetou os projetos de energia a médio prazo. Há ainda as investigações de corrupção da Petrobras, que são uma boa ferramenta, a médio prazo, para reforçar a solidez institucional e reduzir a corrupção, mas que, a curto prazo, geram incertezas, pois afetam as grandes empresas do país. E, obviamente, uma crise política muito importante, que levou a essa situação, da votação do processo de impeachment este fim de semana. Essa situação é muito particular, por isso é difícil comparar o Brasil com outros países. Olhando para frente, é importante imaginar que, após esse processo, é preciso reduzir de maneira considerável as incertezas, o que permitiria abrir caminho para uma discussão política para que o país possa debater as medidas econômicas necessárias para estabilizar a economia, alcançar a estabilidade fiscal e focar em um novo ambiente de trabalho, para levar a inflação de volta à meta. Isso permitiria recuperar a confiança e levaria os agentes econômicos a reavaliarem seus projetos de investimento, para que a economia comece a se recuperar.

A confiança é um dos valores mais importantes da economia. De quanto tempo o Brasil precisará para retomar essa confiança?

Os níveis de confiança de consumidores e produtores sofreram uma queda muito forte, porque a economia está em retração, há perda de emprego e as taxas de juros estão muito elevadas. Quando se pergunta às pessoas se as condições estão propícias para comprar bens duráveis, para investir, elas vão dizer que não. Mas, por outro lado, temos de destacar os muitos aspectos de solidez da economia brasileira. Porque, mesmo nessa situação, vemos um sistema financeiro que suportou tudo, que é saudável. O sistema bancário também é saudável. E temos uma dívida pública e corporativa que está sendo rolada, que não gerou problemas de corrida bancária, e também vemos que muitas pessoas, a médio prazo, acreditam que a sociedade brasileira vai encontrar os meios para resolver seus problemas. Então eu diria que, caso se consiga reduzir de maneira significativa a incerteza e anunciar e começar a implementação de medidas na direção correta, a confiança vai voltar. Não de maneira imediata, mas começará a ser reconquistada, e poderemos ver surpresas favoráveis. Mas será necessário, obviamente, ter uma agenda econômica integral e a capacidade de implementar essa agenda.

Como o Fundo pode auxiliar o Brasil neste momento?

O Brasil conta com recursos próprios muito importantes, tem reservas internacionais muitos grandes. Há também uma ampla discussão, com muitos atores, sobre que medidas o país precisa tomar para voltar a uma rota de crescimento. O Brasil hoje não tem uma necessidade de ajuda no balanço de pagamentos, como ocorreu no passado. Sempre estamos dispostos a ajudar os países membros, em aspectos técnicos, na medida em que eles considerem isso apropriado. Mas o Brasil tem toda a capacidade para resolver isso, a rota está bem traçada pelos agentes econômicos locais. Vemos que é mais uma questão de conseguir reduzir as incertezas políticas e abrir espaço para uma negociação sobre o que precisa ser feito na parte econômica.

No contexto do Mercosul, a Argentina está fazendo um grande ajuste, com alta de tarifas, corte de gastos sociais e demissões no setor público. Se houver uma mudança de governo, o Brasil teria de passar por um processo semelhante? Teria de fazer cortes em gastos sociais?

O Brasil já está passando por um ajuste econômico muito importante. O Brasil já ajustou tarifas públicas no começo de 2015. Além disso, os desequilíbrios no Brasil eram menores que os da Argentina. Então eu diria que nesse sentido o Brasil já está passando por uma recessão. Tendo dito isso, claramente o Brasil tem um desafio fiscal significativo. Há muito por fazer a médio prazo, como reequilibrar as receitas do governo com as promessas de gastos em vários setores. Com relação à questão da Previdência, muito discutida no Brasil, obviamente o nível de gastos, de 40% do PIB, representa um enorme desafio. O que é crucial para o futuro é um acordo político que permita levar a cabo as reformas estruturais, na parte de gastos e de aposentadorias, talvez também na parte de impostos.

Outros países da América Latina também passam por desafios. Como a situação do Brasil contagia países vizinhos?

O contágio brasileiro é menor do que no passado, porque nos últimos dez anos os países da América do Sul diversificaram seu comércio para outras regiões do mundo. Os vínculos do Brasil com Argentina, Uruguai e Paraguai são fortes, então esses países estão sentindo a recessão brasileira, mas não vemos qualquer tipo importante de contaminação financeira sobre os preços dos ativos brasileiros ou dos outros países da região.

O Brasil está muito ligado à economia chinesa e não aproveitou os últimos anos para novos acordos. Isso cria novas dificuldades agora?

Do meu ponto de vista, o Brasil, por ser uma economia relativamente fechada, não conseguiu atrair mais investimentos e obter maior crescimento da produtividade. Eu não diria que a economia brasileira se vinculou claramente à da China por meio das commodities. A economia brasileira tem um setor industrial muito significativo, que pode ser a base para um crescimento mais diversificado. Não é uma economia pequena, na qual o peso das commodities é crucial: nos últimos anos, o crescimento do país foi determinado por muitas coisas além das commodities, como os setores financeiro, de serviços e de consumo, e também pelas expectativas de desenvolvimento da indústria e do setor energético. Quando o ciclo atual se reverter, haverá um forte impulso a este setor, que hoje se encontra estagnado, devido a uma estratégia de concentração no petróleo, que hoje não é mais viável.

De qualquer maneira, o Brasil não pode contar com um cenário externo favorável para auxiliar seu ajuste?

Claro que não. Acredito que, hoje, para corrigir a situação do Brasil, os fatores domésticos são muito mais importantes que os externos. Uma melhora no cenário internacional não vai mudar a situação do Brasil, se a situação doméstica não mudar.

Mas uma piora do cenário global dificultaria mais a retomada brasileira?

Sim, mas mesmo que o cenário internacional piore, se o Brasil corrigir seus problemas internos, terá um potencial de crescimento muito grande, pois o que vemos é que, no desempenho econômico atual do Brasil, o fator doméstico é dominante. Nesse sentido, é aí que devem ser concentrados os esforços. Por outro lado, é certo que se tem um cenário internacional menos favorável que no passado, os riscos são elevados, que devem ser levados em conta nas políticas dos países, o que reforça a necessidade de arrumar a situação interna do país.

Como fica o fluxo de investimentos para o Brasil nesse cenário?

Um dos efeitos positivos (da recessão) é a correção do déficit em conta corrente, e também há uma reação das exportações não tradicionais. Por outro lado, quando vemos o balanço de pagamentos, é importante destacar que o investimento estrangeiro direto no Brasil continua muito elevado, em resposta a um fenômeno pulverizado de operações de empresas que estão entrando no país, ou que estão ajudando suas subsidiárias brasileiras. Então é preciso reconhecer que o investimento estrangeiro está trazendo alívio a uma situação tão incerta, bem como que as empresas internacionais veem o potencial do Brasil a médio prazo e continuam investindo na economia do país. Por outro lado, pensando no fluxo de capitais, temos visto no Brasil muita volatilidade nas últimas semanas.

Hoje há muito pessimismo em relação aos avanços sociais, e o próprio Fundo já projeta o desemprego em 10% para 2017. O Brasil pode perder os avanços sociais obtidos no passado?

Obviamente, haverá perdas nos avanços sociais, porque os ajustes estão tendo um efeito recessivo muito maior do que se projetava. Porque a crise política e a lentidão do ajuste fiscal fazem com que a recessão seja muito mais profunda do que deveria ter sido. Na medida em que essas questões macroeconômicas se resolvam, acredito que pode, sim, haver alguma perda, mas uma parte muito significativa dos avanços sociais do Brasil deve ser mantida, e a economia brasileira pode mantê-los, apesar de um cenário internacional menos favorável.

União Europeia já tem desemprego inferior ao do Brasil

A Europa, epicentro da crise econômica mundial por anos, já tem uma taxa de desemprego inferior ao que se registra hoje no Brasil.

Dados publicados nesta segunda-feira, 4/4, revelam que os 28 países do bloco europeu somaram uma taxa de desemprego de 8,9% em fevereiro. No Brasil, a taxa do IBGE era de 9,5% no trimestre encerrado em janeiro.

Os novos números mostram que, no total, 18 dos 28 países da UE já contam com taxas de desemprego abaixo do que se vê no Brasil, um contraste com o cenário de diversos encontros entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff com líderes europeus.

Durante o auge da crise europeia, milhares de espanhóis e portugueses decidiram tentar a chance no Brasil, enquanto os brasileiros que trabalhavam na Europa optaram pelo caminho do retorno ao país, em pleno crescimento.

Mas, segundo os novos dados oficiais da UE, a taxa de desemprego no bloco caiu de 10% no final de 2014 para 9,7% em fevereiro de 2015 e, agora, para 8,9% ao final de fevereiro. "Essa é a menor taxa na UE desde maio de 2009", indicou a Eurostat, a agência de estatísticas da UE.

Em apenas um ano, o número absoluto de desempregados na Europa foi reduzido em quase 2 milhões de pessoas, passando para 21,6 milhões de europeus afetados. As menores taxas foram encontradas na Alemanha, com desemprego de 4,3%, e na República Checa, com 4,5%.

A maior taxa continua sendo a da Grécia, com 24%, seguida pela Espanha, com 20,4%. Contando apenas os países que usam o euro, a taxa ficou ainda em 10,3% em fevereiro. Mas, mesmo assim, abaixo dos 11,2% de fevereiro de 2015 e também a taxa mais baixa desde de 2011.

Enquanto a tendência na Europa é de queda, o Brasil vive um cenário diferente. A taxa de desemprego no país atingiu 9,5% no trimestre encerrado em janeiro, segundo o IBGE. No mesmo trimestre do ano anterior a taxa havia sido de apenas 6,8%.

Nos três meses terminados em outubro, a taxa havia sido de 9%. Em um ano, a população desocupada aumentou de 6,45 milhões para 9,09 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego vai continuar a aumentar no Brasil. O país ainda será responsável por um a cada três novos desempregados em 2016 no mundo.

Fonte: Exame.com – (05/04/2016)

Desemprego no Brasil chega à maior taxa da série histórica do IBGE

O desemprego no Brasil passou dos dois dígitos no país. 10,2% dos trabalhadores estão fora do mercado, sem ocupação. É a maior taxa da série histórica do IBGE, que começa em 2012.

Em números absolutos, são 10,4 milhões de brasileiros. Esse dado é do trimestre dezembro, janeiro e fevereiro e representa uma alta de 40% em relação ao registrado no ano passado para esse mesmo trimestre. O impacto disso, claro, é nos salários, que vêm despencando.

Outro dado da economia: as contas externas brasileiras. Essas vêm melhorando: no acumulado do ano, o déficit é de US$ 7,6 bilhões, 70% menos do que no primeiro trimestre do ano passado. Isso porque nossa balança comercial está com saldo melhor, graças à queda livre das importações.

Dilma anuncia aumento no Bolsa Família e correção da tabela do IRPF

A presidente Dilma Rousseff (PT) anunciou neste domingo (1º), durante festa do Dia do Trabalho organizada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), em São Paulo, que vai reajustar em 9% o valor dos benefícios do Bolsa Família e corrigir a tabela do imposto de renda sobre pessoa física em 5%.

O reajuste dos valores do Bolsa Família faz parte do chamado "pacote de bondades" preparado pelo governo que enfrenta um processo de impeachment no Senado.

"Estamos autorizando um reajuste no Bolsa Família que vai resultar em um aumento médio de 9% para as famílias. Essa proposta não nasceu hoje. Ela estava prevista lá em agosto de 2015 quando enviamos o orçamento par ao Congresso. Essa proposta estava prevista, e diante do quadro atual, tomamos medidas que garantem aumento na receita neste ano e nos próximos para viabilizar esse aumento no Bolsa Família. Tudo isso sem comprometer o cenário fiscal", afirmou Dilma.

Uma entrevista coletiva convocada pelo Palácio do Planalto para explicar os reajustes no Bolsa Família foi cancelada logo após o anúncio feito por Dilma. A entrevista seria com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campêllo. O Planalto não explicou o que levou ao cancelamento e disse que uma nova data será programada para detalhar o reajuste.

As medidas anunciadas por Dilma eram dadas como certas desde a semana passada, o que despertou críticas de políticos da oposição ao governo Dilma. O presidente do Solidariedade, Paulinho da Força (SP), classificou o chamado "pacote de bondades" da presidente como um "ato de desespero".

"Ela (Dilma) já não consegue mobilizar mais ninguém. O povo já não acredita mais nela. Isso parece mais uma vingança por tudo o que está acontecendo com ela do que qualquer outra coisa. Isso que é triste", afirmou Paulinho durante um evento realizado pela Força Sindical em São Paulo.

Críticas

Dilma aproveitou o discurso para criticar o processo de impeachment que tramita contra ela no Senado. Ela disse que a oposição se aliou a "traidores" para tirá-la do poder. "Eles fazem isso porque há 15 meses atrás (sic), eles perderam uma eleição direta. Como eles perderam a eleição e eles tinham um programa para essa eleição, eles se alinharam, inclusive com traidores do nosso lado, para fazer o que? Para sob a cobertura do impeachment fazer uma eleição indireta", disse a presidente.

Com a voz embargada, a presidente Dilma voltou a chamar o processo de impeachment contra ela de "golpe" e disse que irá resistir. "Eu vou resistir e vou lutar até o fim", afirmou Dilma.

Fonte: UOL Notícias – (01/05/2016)

Salário mínimo cresceu 77% desde 2002, diz MT

O salário mínimo aumentou 77,18% acima da inflação desde 2002, passando de R$ 496 (valor atualizado de acordo com a inflação) para R$ 880 em 2016. Os dados foram divulgados neste domingo (1º) pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a valorização alcança diretamente 48,3 milhões de pessoas, que têm seus rendimentos referenciados no mínimo.

Em 2017, o salário mínimo deve ser reajustado para R$ 946, conforme a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Somente neste ano, de acordo com Dieese, o reajuste deve injetar R$ 57 bilhões na economia brasileira.

Em mensagem divulgada hoje, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, diz que a classe trabalhadora teve "direitos importantes melhorados" e ressalta que "este 1º de maio será um dia de luta pela democracia e pelos direitos sociais conquistados".

"O salário mínimo tem garantido uma política de valorização, que fez com que ao longo desses últimos anos crescesse mais de 80% acima da inflação e por iniciativa da presidenta Dilma [Rousseff], esta política de valorização de crescimento e garantia do salário mínimo, está garantida até 2019. A renda do nosso povo, em média, subiu mais do que 60% acima da inflação. Todos ganharam", enfatiza o ministro na mensagem.

Previdência Social

De acordo com o ministério, a política de valorização do mínimo também impacta diretamente os benefícios da Previdência Social, já que cerca de 70% dos beneficiários recebem o piso – contingente de 22,5 milhões de pessoas. Em dez anos, o valor médio das aposentadorias, por exemplo, já acumula ganho real de 34,7%.

"A Previdência Social ampliou, acolheu mais e mais trabalhadores e trabalhadoras. Em março deste ano, 33 milhões de brasileiros e brasileiras receberam benefícios sociais.", afirma Rossetto.

Em 2014, caso os benefícios da Previdência Social não fossem pagos, 26 milhões de pessoas entrariam na faixa da pobreza – e não teria ocorrido uma redução de 13,3% entre os mais pobres. Os dados são de estudo do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014.

"Tivemos um ano de 2015 difícil, nossa economia parou de crescer. Problemas provocados pela crise internacional, problemas internos e por essa artificial e irresponsável crise política não ajudaram em nada o nosso país. Mesmo diante dessas dificuldades, temos que comemorar as nossas conquistas, que foram muitas, temos que trabalhar para que elas sejam preservadas. Não vamos aceitar que interesses políticos, interesses econômicos, que não são os interesses da classe trabalhadora destruam aquilo que foi conquistado com muito trabalho e com muita dedicação", diz Rossetto.

Fonte: Band.com.br – (01/05/2016)

CULTURA E SOCIEDADE
OLIMPÍADAS 2016

Cerimônia na Grécia marca início do revezamento da tocha olímpica

Na manhã desta quinta-feira (21/04), a chama dos Jogos Olímpicos do Rio 2016 foi acesa na cidade de Olímpia, na Grécia. A cerimônia, com 29 sacerdotisas e 13 dançarinos, marcou o início do percurso da tocha olímpica. Katerina Lehou, atriz que representou a Alta Sacerdotisa, acendeu a tocha no antigo templo de Hera.

O primeiro atleta a portar a tocha foi o ginasta grego Lefheris Petrounias, que a passou ao brasileiro ex-jogador de vôlei e bicampeão olímpico (1992 e 2004) Giovane Gávio. A viagem do símbolo das Olimpíadas durará quatro meses, percorrendo toda a Grécia e 300 cidade brasileiras. No dia 5 de agosto, o fogo olímpico chega ao Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, para a cerimônia de abertura dos Jogos de 2016.

"Hoje escrevemos a história. Estes Jogos Olímpicos serão uma mensagem de esperança nestes tempos difíceis e a chama levará esta mensagem a todos os cantos do Brasil do mundo inteiro", afirmou Thokmas Bach, presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI).

No campo de refugiados de Eleonas, em Atenas, a tocha será carregada por um refugiado que perdeu a perna na guerra Síria.

Fonte: Portal Terra – (21/04/16)

Sem vaga no Rio, Cielo chora, pede desculpas e é aplaudido

Cesar Cielo não conseguiu segurar as lágrimas ao descobrir que não disputará os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. Principal nome da modalidade, ele foi superado por Bruno Fratus e Ítalo Duarte na final dos 50m no Troféu Maria Lenk, última seletiva nacional, no fim da tarde desta quarta-feira, e ficou sem vaga na competição na Cidade Maravilhosa.

Tricampeão mundial e medalha de ouro em Pequim 2008 nos 50m livre, Cielo nadou a 21s91 nesta quarta-feira no Rio de Janeiro. A marca está dentro do índice olímpico, mas é pior do que os 21s50 obtidos por Bruno Fratus na primeira seletiva, em Palhoça, e os 21s82 de Ítalo. Cada País pode inscrever no máximo dois atletas por prova nos Jogos.

"Vou pedir desculpas porque fiquei muito aquém do que sei fazer. Ano passado foi difícil para mim, não nadei bem hoje e é muito difícil conversar como estou fazendo hoje. É bola para frente. O Brasil vai bem", disse Cielo em entrevista ao Sportv , logo após a prova nesta quarta-feira. Ao falar sobre a família, o campeão olímpico foi às lágrimas.

A ausência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016 completa uma sequência de decepções na carreira de Cielo. Com dores no ombro, ele abandonou o Campeonato Mundial da temporada passada, em que defendia o tricampeonato dos 50m conquistado em Roma 2009, Xangai 2011 e Barcelona 2013.

Cielo voltou a nadar na primeira seletiva olímpica do Brasil em dezembro em Palhoça, onde Bruno Fratus anotou o tempo de 21s50. Mas também abandonou o evento antes do fim, descontente com sua performance.

"O Brasil está indo com os dois melhores. Boa sorte para eles, vou torcer o máximo que posso", disse o nadador paulista. Cielo nadou também as eliminatórias dos 100m abaixo do índice olímpico no Maria Lenk, mas acabou fora dos atletas classificados ao Rio 2016 até mesmo para integrar o time do revezamento 4x100m nacional.

Os rivais que tiraram de Cielo a classificação olímpica o reverenciaram. Fratus, quarto colocado dos 50m livre em Londres 2012, chamou o amigo de "herói nacional". Já Ítalo Duarte se disse honrado por nadar no mesmo nível que o atleta de Santa Bárbara D'Oeste.

"Nada vai apagar o que ele fez pelo esporte. Tudo isso, inclusive a piscina em que a gente está nadando hoje, deve-se aos resultados dele. A gente vai nadar para honrar isso e dar continuidade, construir um legado para a natação brasileira", afirmou Fratus.

Fonte: Portal Terra – (20/04/2016)

TERREMOTOS NO JAPÃO E NO EQUADOR

Terremoto de magnitude 7,8 mata mais de 480 na costa do Equador

A natureza voltou a golpear totalmente uma das zonas mais pobres da América Latina. Um terremoto de magnitude 7,8 na escala Richter arrasou na noite de sábado grande parte do Equador, causando uma tragédia de dimensões ainda imprevisíveis. Pelo menos 480 pessoas morreram e mais de 4.000 ficaram feridas. Muitas outras permanecem sob os escombros. Passadas quase 24 horas do sismo, as equipes de resgates ainda não haviam conseguido chegar às zonas mais afetadas. "Temo que essa cifra [de mortos] subirá, e de forma considerável", afirmou o presidente Rafael Correa na noite de domingo, admitindo que ainda há muitos corpos sob os escombros. O Governo decretou estado de exceção.

Eram 18h58 no sábado (20h58 pelo horário de Brasília) quando a terra tremeu no noroeste do Equador, na província costeira de Esmeraldas, que faz fronteira com a Colômbia. O sismo, o pior das últimas três décadas no Equador, foi sentido em todo o país. O epicentro ocorreu no oceano Pacífico, a 28 da costa equatoriana e a 173 da capital, Quito, e o foco do tremor estava a 20 quilômetros de profundidade. Quase 200 réplicas, algumas com intensidade de até 6,1 graus, ocorreram depois do tremor principal, podendo se prolongar por até três dias. Foi um dos piores terremotos na última década na América Latina, juntando-se a uma lista que inclui o tremor de 2007 no Peru, com quase 600 mortos, o de 2010 no Chile (mais de 150 vítimas fatais) e a catástrofe daquele mesmo ano no Haiti, com mais de 300.000 mortos.

"Os danos são graves e temos dezenas de mortos", afirmou o presidente Correa na noite de sábado, prevendo a tragédia que se avizinhava. Àquela altura, eram contabilizados 77 mortos. O boletim seguinte já triplicava essa cifra. O litoral, polo turístico do país, foi a região mais golpeada. Alguns dos lugares mais pobres do país estão destruídos. Quase 24 horas depois, as equipes de resgate ainda não haviam conseguido chegar às áreas mais afetadas, por causa da destruição das estradas. O prefeito de Pedernales, um dos povoados mais afetados, pediu socorro num grito desesperado. "Não são algumas casas ou prédios, é a cidade inteira", afirmou.

O Governo equatoriano tentou enfrentar a tragédia como pôde. As redes estavam até ontem (domingo) saturadas e interrompidas, o que gerava uma grande confusão ao impedir que as pessoas se comunicassem com seus familiares. Correa, que estava em visita oficial no Vaticano no momento em que ocorreu o terremoto, voltou ao país na tarde do domingo. "A tragédia é muito grande, a dor é muito grande", dizia o presidente, visivelmente emocionado, já no Equador. Ele anunciou que 10.000 militares e 4.600 policiais haviam sido mobilizados. O Estado destinará 300 milhões de dólares para a emergência, e Correa afirmou contar com uma linha de crédito de 600 milhões de dólares junto a organismos como o

Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). A comunidade internacional anunciou a sua solidariedade e apoio imediato ao Equador. Alguns países vizinhos, como a Venezuela e a Colômbia, foram os primeiros a enviar auxílio. Correa agradeceu os telefonemas que recebeu de Mariano Rajoy, primeiro-ministro da Espanha, e de vários líderes latino-americanos.

Os relatórios do Instituto Geofísico indicam que o terremoto foi gerado pelo choque entre a placa Nazca e a placa sul-americana, que deslocou uma aspereza (ruptura de falha) que por sua vez liberou a energia ou pressão acumulada em forma de onda sísmica. A partir desse movimento, outras falhas geológicas passaram a se ajustar, o que provocou mais de uma centena de reproduções durante a madrugada deste domingo.

Fonte: El País Brasil – (19/04/2016)

Novo terremoto de magnitude 6,2 abala costa do Equador

Um terremoto de magnitude 6,2 atingiu a costa do Equador nesta quarta-feira, poucos dias depois de um tremor ainda mais forte ter abalado a área e matado quase 500 pessoas, golpeando a economia já frágil do país.

O sismo mais recente aconteceu a 70 quilômetros da cidade litorânea de Esmeraldas, às margens do Pacífico, e a 10 quilômetros de profundidade, informou o Centro de Alertas de Tsunami do Pacífico –- numa área próxima ao epicentro do terremoto de magnitude 7,8 de sábado.

Testemunhas na região disseram que dois tremores fortes de cerca de 30 segundos cada foram sentidos nas primeiras horas do dia em Cojimies, mais ao sul da costa em comparação ao sismo do final de semana. As pessoas acordaram e correram para as ruas.

Nenhum alerta de tsunami foi emitido. O terremoto não foi sentido na capital Quito, que fica em uma área mais elevada, e não surgiram relatos imediatos de danos.

O Instituto Geofísico do Equador afirmou que um terremoto de magnitude 6,2 ocorrido às 3h33 do horário local foi seguido por uma série de tremores secundários. O Instituto Geológico dos Estados Unidos (USGS, na sigla em inglês) estimou sua magnitude em 6,1.

O sismo de sábado matou 480 pessoas, deixou 107 desaparecidos e mais de 4.600 feridos. Cerca de 1.500 edifícios foram destruídos, houve inundações de lama e ruas foram rasgadas ao meio. Cerca de 20.500 pessoas tiveram que dormir em abrigos.

Supervisionando os trabalhos de resgate na zona do desastre, o presidente equatoriano, Rafael Correa, disse que o terremoto de sábado infligiu um dano de 2 a 3 bilhões de dólares à economia do país dependente de petróleo e que pode reduzir o crescimento da nação em 2 ou 3 pontos percentuais.

A queda na arrecadação do petróleo devido à redução do preço da commodity já vinha obrigando o Equador, nação andina pobre de 16 milhões de pessoas, a encarar um crescimento quase zero, cortes nos investimentos e a busca de financiamento.

Em muitos vilarejos ou cidades mais isoladas, os sobreviventes sofrem com a falta de água, eletricidade e transporte, embora a ajuda esteja chegando aos poucos. Estádios de futebol no norte e no sul da costa equatoriana estão servindo como centros de distribuição de ajuda e necrotérios improvisados.

Os socorristas estão perdendo a esperança de encontrar novos sobreviventes, embora os familiares dos desaparecidos implorem para que insistam nas buscas.

Fonte: Portal Terra – (20/04/2016)

Correa anuncia aumento de impostos para custear recuperação após terremoto no Equador

O presidente do Equador, Rafael Correa, anunciou nesta quarta-feira (20) aumentos temporários de impostos para arrecadar fundos para a recuperação das zonas afetadas pelo terremoto que castigou no último sábado a região norte do litoral do país.

Em mensagem à nação, o governante disse que será estabelecida uma contribuição de dois pontos adicionais no Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) durante um ano e outra, uma única vez, de 3% sobre os lucros, assim como outra de 0,9% "sobre pessoas naturais com patrimônio superior a US$ 1 milhão".

Correa também disse que determinará a contribuição de um dia de salário para aqueles que ganham mais de US$ 1.000 mensais.

"Se você ganha US$ 1.000, contribuirá um dia, por apenas um mês. Se você ganha US$ 2.000, um dia durante dois meses, até nós, que ganhamos mais de US$ 5.000 e vamos contribuir com um dia durante cinco meses", explicou o presidente.

Correa acrescentou que colocará à venda alguns dos "muitos ativos" que o país possui, "fruto do investimento de todos esses anos".

Essas medidas, segundo o presidente, serão adotadas "de acordo com o que a Constituição permite durante o Estado de Exceção", uma situação que foi decretada na noite de sábado, horas depois do tremor de magnitude 7,8 na escala Richter que deixou pelo menos 570 mortos, segundo o Ministério Público do Equador, além de 5.733 feridos e 163 desaparecidos.

Correa, que enviou uma mensagem de alento a seus compatriotas, declarou que "esta é a maneira como uma sociedade moderna responde a este tipo de desastre e a forma como cada equatoriano, na medida de suas responsabilidades, contribui para a recuperação de sua própria pátria".

Fonte: UOL – (20/04/2016)

Terremoto deixa 800 feridos e ao menos 9 mortos no Japão, diz TV

O número de mortos no terremoto que atingiu o Japão na quinta-feira (14) subiu para pelo menos nove, segundo a CNN informou nesta sexta-feira (15). O número de feridos chegou a 800 – 50 deles graves. No entanto, o balanço ainda é parcial já que equipes de resgate ainda estão em busca de sobreviventes sob os destroços.

Após o tremor de 6.0 de magnitude, vários tremores atingiram a região - o mais forte teve a magnitude de 6.4 - e devem continuar a acontecer. Estima-se que, segundo a CNN, 750 mil pessoas sentiram um tremor severo. Prédios e casas desabaram. Um bebê de oito meses foi resgatado dos escombros. A mãe e a avó também estavam na casa que desabou e precisaram ser socorridas.

Duas das mortes aconteceram na cidade de Mashiki, com 34 mil habitantes, que foi a mais afetada. A cidade fica a cerca de 15 km de Kumamoto, na ilha Kyushu, segundo um funcionário da unidade de controle de desastres de Kumamoto, Takayuki Matsushita.

O hospital da Cruz Vermelha de Kumamoto disse que recebeu ou atendeu 45 pessoas, cinco delas com lesões graves.

O tremor não teve impacto no funcionamento dos reatores nucleares na ilha de Kyushu ou nas proximidades de Shikoku, de acordo com a agência Reuters.

O hospital da Cruz Vermelha de Kumamoto disse que recebeu ou atendeu 45 pessoas, cinco delas com lesões graves.

O Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) informou que o epicentro do tremor, que aconteceu às 21h26 no horário local (9h26 de Brasília), foi a 11 km a leste da cidade de Kumamoto.

Fábricas paradas

Vários grandes grupos japoneses, entre eles Toyota, Bridgestone, Honda e Sony, decidiram nesta sexta-feira suspender as operações nas fábricas da zona para fazer um balanço com os fornecedores e avaliar os danos, segundo a France Presse.

Várias estradas ficaram danificadas e os transportes se viram perturbados. Um trem de alta velocidade que não transportava passageiros descarrilou e o tráfego ferroviário precisou ser interrompido para que as vias fossem revisadas, como costuma ser feito toda vez em que ocorre um terremoto.

Além disso, ao menos 14 mil lares ficaram sem eletricidade, e também ocorreram cortes no fornecimento de gás e água.

A companhia que alimenta a região, Kyushu Electric Power, afirmou que não foi detectada nenhuma anomalia na central nuclear de Sendai, onde se encontram os dois únicos reatores em serviço no Japão.

As demais instalações nucleares da região, ou seja, as de Ehime e Genkai, não foram afetadas, segundo as companhias operadoras.

Círculo de fogo do Pacífico

O Japão está localizado sobre o chamado "Círculo de Fogo do Pacífico", uma das zonas sísmicas mais ativas do mundo, e sofre terremotos com relativa frequência. De acordo com a France Presse, o país chega cada ano registrar mais de 20% dos terremotos mais fortes do planeta. A infraestrutura do país foi desenvolvida especialmente para suportar os tremores.

Em 2011, um terremoto de magnitude 8,9 atingiu a costa nordeste do Japão, gerando um tsunami de até dez metros de altura que varreu a costa do país.

Fonte: G1 – (15/04/2016)

Os terremotos do Equador e do Japão estão ligados?

A proximidade temporal entre o terremoto que devastou a ilha japonesa de Kyushu, na sexta-feira, e o tremor o que causou pelo menos 413 mortos no Equador, um dia depois, levou muitos a associarem os dois eventos.

E a preocupação só aumentou depois que meios de comunicação começaram a reportar outros tremores de terra que, em outras circunstâncias, teriam passado despercebido.

Um exemplo foi o tremor de magnitude 5,8 sentido perto de Tonga, na Oceania, na manhã de domingo, quando a maior parte do mundo apenas começava a saber o que havia acontecido no Equador.

Com a ajuda das redes sociais, muitos também acabaram descobrindo que nos dias anteriores foram registrados tremores em locais como Indonésia, Vanuatu e Mianmar.

Muitos começaram a questionar se o fato de os tremores terem ocorrido em um intervalo tão curto de tempo não significa que estariam relacionados.

Mas a resposta para isso é não: não há nenhuma ligação entre os dois terremotos.

Cinturão de fogo

A única coisa em comum entre os tremores do Japão e do Equador é que ambos ocorreram em abril e os dois causaram mortes.

"Japão e Equador estão tão separados um do outro. E suas placas tectônicas são diferentes", disse à BBC Mundo Roger Musson, sismólogo do British Geological Survey.

Os dois países estão localizados sobre o chamado Anel de Fogo do Pacífico (ou Cinturão de Fogo do Pacífico), mas o terremoto do Equador foi causado pela subducção da placa tectônica de Nazca, que deslizou para baixo da placa da América do Sul.

O tremor no Japão, que deixou pelo menos 42 mortos, teve origem em uma falha superficial localizada em uma placa tectônica completamente diferente, a placa Euroasiática.

Do ponto de vista sismológico, os dois terremotos foram completamente diferentes. E a proximidade de tempo entre os dois terremotos foi completamente acidental.

As estatísticas também mostram que a coincidência do último fim de semana sequer foi algo extraordinário.

16 vezes por ano

De acordo com a agência geológica dos Estados Unidos (USGS na sigla em inglês), dados registrados desde 1900 até hoje mostram que há, em média, 16 grandes terremotos por ano.

Isso significa necessariamente que há mais de um terremoto por mês, apesar de o número de terremotos com magnitude 7 ou acima poder variar de forma significativa.

Em 2013, por exemplo, foram registrados 19 terremotos de magnitude 7,0 ou mais e, segundo Musson, ocorreram terremotos de grande magnitude com apenas um dia de diferença e em lugares muito distantes.

"Parece raro, mas se alguém vai a alguma festa e há outras 22 pessoas no lugar a probabilidade de encontrar duas pessoas que façam aniversário no mesmo dia é de 50%. E a possibilidade de que dois terremotos grandes ocorram no mesmo dia é de 30%", afirmou.

Conclusões erradas

A agência geológica dos Estados Unidos sugere em sua página na web que a forma como a informação circula pela internet atualmente pode fazer com que muitas pessoas acabem tirando conclusões erradas.

"O Centro Nacional de Informação sobre Terremotos identifica aproximadamente 20 mil tremores por ano, cerca de 55 diariamente. E, como resultado da melhor comunicação e o maior interesse em desastres naturais, o público agora fica sabendo dos terremotos mais rápido do que nunca", informou a agência.

"(Mas) Um aumento ou redução temporal na atividade sísmica é parte da flutuação natural da frequência. E nem um aumento nem uma redução a nível global é uma indicação clara de que um grande terremoto é iminente", acrescentou a agência.

Musson afirma que o terremoto registrado em Tonga, por exemplo, que fez com que muitos pensassem estar acontecendo algo no Cinturão de Fogo do Pacífico, é, na verdade, algo muito comum.

"Não chegou nem aos 6,0 de magnitude, é o tipo de movimento que se registra uma vez a cada três dias", afirmou o sismólogo à BBC Mundo. "Os noticiários só o mencionaram devido ao que estava acontecendo (no Japão e Equador)".

Esperando o próximo

Tudo isso não significa que um terremoto não possa ajudar a antecipar, de certa forma, outro tremor.

Em primeiro lugar é preciso levar em conta as réplicas muito comuns depois de um grande evento sísmico - e que indicam a liberação de energia da falha ativada.

No caso do Equador, por exemplo, mais de 135 destas réplicas já tinham sido relatadas pelo Instituto Geofísico da Escola Politécnica Nacional no meio da manhã de domingo.

E, de acordo com Musson, em alguns casos a energia liberada pelos terremotos também pode ajudar a adiantar a ocorrência de tremores em outras falhas próximas.

"Mas (a energia) só pode desencadear algo que já iria ocorrer. Quer dizer: se há alguma falha muito carregada a ponto de se ativar, pode ser que o terremoto próximo acabe dando a ela o impulso final."

O que se pode afirmar no momento é que o terremoto do sábado pode sinalizar, sem dúvida, que os equatorianos podem ser preparar para outros grandes tremores dentro da mesma região em alguns anos.

Como explica Musson, os últimos grandes terremotos que ocorreram na região costeira do país simplesmente transferiram o estresse a diferentes zonas desta falha.

"Em 1906 houve um grande terremoto no Equador, que rompeu uns mil quilômetros da falha que afeta a zona costeira. Cerca de 40 anos depois ocorreu outro, na mesma falha, mas só rompeu a parte sul. Em 1958 ocorreu outro muito parecido, que afetou a área central. E, em 1979, houve outro que acertou o terço norte", explicou o cientista.

"O terremoto do sábado é como uma repetição de 1979, na zona norte da falha, por isso pode ser que a sequência agora comece a se repetir na direção sul", disse o especialista.

"Mas, para isso, serão necessárias décadas. Não vai acontecer da noite para o dia."

Que depois de um grande terremoto pode acontecer outro tremor é algo que todos os que moram em zonas sísmicas já sabem.

A pergunta que ainda continua sem resposta é quando esse novo tremor vai ocorrer.

Fonte: BBC Brasil – (19/04/2016)

MORTE DE ROGÉRIO DUARTE

Morre Rogério Duarte, criador da estética tropicalista

Morreu aos 77 anos o artista, poeta e músico baiano Rogério Duarte, mentor estético do movimento tropicalista. Ele morreu na noite da última quarta, 13, no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, cidade onde morava. Estava internado há quase dois meses, tratando de um câncer ósseo e no fígado.

O ícone das artes visuais, o baiano de mil habilidades que deixou uma marca indelével como artista gráfico, músico, cineasta, tradutor, compositor e poeta, entre outras atribuições. Duarte esteve presente desde o começo do tropicalismo e foi um dos principais arquitetos daquela explosão cultural que repercute até hoje, dentro e fora do Brasil. Compositor da trilha de A Idade da Terra, de Glauber Rocha, e criador das capas dos principais discos da Tropicália, ele ainda foi diretor de arte da União Nacional dos Estudantes (UNE).

No ano passado, a obra dele foi apreciada pelo grande público na exposição Marginália 1, uma retrospectiva do legado de Duarte. A mostra reuniu cerca de 70 obras, incluindo capas de discos, publicações e cartazes, além de trabalhos inéditos e objetos pessoais, como notas, esboços, rabiscos, vídeos, fotos, ensaios e poemas.

Nascido em Ubaíra, interior da Bahia, em 1939, Duarte se mudou para o Rio de Janeiro no início da década de 1960. Sobre suas principais influências, ele citou o "carnaval da Bahia e a arte brasileira em geral", em uma entrevista concedida à época da entrevista para a Rolling Stone Brasil. "Sou intelectual e professor, assim tive de estudar muito a história da arte", detalhou. Nesse processo, ele absorveu diversas teorias até chegar a um estilo próprio de criação; também estudou pintura clássica, se inteirando do trabalho de impressionistas, modernistas e futuristas. "Sou uma soma tropical de quase tudo o que se fez antes", resumiu. Os inventivos tempos do tropicalismo, sempre presentes na memória do artista, foram marcantes – mas não só pela arte. "Tudo foi interrompido pelo Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968, que trouxe exílios, prisões e torturas", ele relembrou, falando sobre o período mais rígido da ditadura brasileira.

Porém, apesar da carga negativa trazida pelo governo militar instituído em 1964, a vida cultural permaneceu intensa, e talvez até mais prolífica do que em outros tempos. "Aquele momento antes da sombra [do AI-5] marcou um período luminoso para a cultura do Brasil. Para sobrevivermos ao golpe que tinha fechado as portas para as manifestações mais tradicionais, tentamos retomar a militância por meio do tropicalismo", explicou. A atmosfera daquela época era muito livre, repleta de convivência, diálogos e atuações coletivas, o que levou à criação de diversas obras-primas atemporais.

Duarte esclareceu que sua atuação, assim como a dos outros tropicalistas, foi orgânica. Apesar de seu peso naquela cena, ele não acha que teve o papel de mentor do movimento. "Nunca entendi muito o significado dessa palavra", desconversou.

Dessa forma, ele se definiu como um intelectual que participou das ideias de uma geração que incluíam uma intensa movimentação em campos que envolviam música popular, cinema, artes visuais, literatura e política. Hélio Oiticica, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Torquato Neto, Tom Zé, Glauber Rocha e Waly Salomão – eles e muitos outros tiveram um papel importante no tropicalismo, como o próprio Duarte reconheceu. "Olhando agora, aquele foi um período realmente muito interessante, em que, de certa maneira, as portas da história se abriram para nós."

Fonte: Revista Rolling Stone – (14/04/2016)

MORTE DO CANTOR PRINCE

Prince morre aos 57 anos

O cantor Prince morreu aos 57 anos. Seu corpo foi encontrado na casa onde morava, no estado norte-americano de Minnesota, nesta quinta-feira (21). A causa da morte, confirmada por uma assessora e um familiar à imprensa americana, ainda não foi informada.

A morte está sendo investigada pela polícia. Uma autópsia foi agendada para esta sexta-feira (22).

"Quando agentes e a equipe médica chegaram [à casa de Prince nesta quinta-feira], eles encontraram um homem adulto desacordado no elevador. Os profissionais tentaram fazer primeiros socorros, mas não conseguiram reanimar a vítima", diz um comunicado oficial da polícia. A equipe chegou às 9h43 e Prince foi declarado morto às 10h07, segundo a nota.

De acordo com a transcrição da chamada de emergência divulgada pela polícia, a pessoa que fez a chamada informou que o cantor já estava morto.

Overdose há 6 dias, diz site

De acordo com o TMZ, Prince sofreu uma overdose de drogas há seis dias. Esta informação não foi confirmada pela polícia ou fontes oficiais.

O site diz ter confirmado com "diversas fontes" que, no dia 15 de abril, quando sua aeronave fez um pouso de emergência em Molline, Illionis, ele foi levado para o hospital para ser salvo da overdose. A informação divulgada até então é que ele tratava dos sintomas de uma gripe.

Segundo o TMZ, ele tomou uma injeção usada geralmente para evitar overdose de opiácios. O médico teria recomendado que ele ficasse durante ao menos 24h internado. A equipe teria exigido um quarto privado, mas como isso não foi possível, ele decidiu sair do hospital.

Comoção

A morte de Prince causa comoção entre artistas em todo o mundo. Madonna disse no Twitter: ""Ele mudou o mundo! Um verdadeiro visionário. Estou devastada." Barack Obama também lamentou a morte do artista.

Mick Jagger, Paul McCartney, Elton John, Katy Perry, Justin Timberlake e inúmeros outros falaram em redes sociais sobre a morte de Prince.

Ícone pop

Prince foi um dos artistas mais influentes da música pop durante seus 40 anos de carreira. Cantor, compositor, multi-instumentista e ator, ele teve o talento reconhecido com sete prêmios e 30 indicações no Grammy, um Oscar, um Globo de Ouro e quatorze músicas no top 10 da "Billboard" nos EUA.

Prince tornou-se um fenômeno mundial nos anos 1980, fundamentalmente com "Purple Rain" (1984), frequentemente considerado um dos melhores álbuns de todos os tempos.

O estrondoso sucesso que ele alcançou entre 1984 e 1985, quando emplacou "When doves cry", "Let's go crazy", "Purple rain" e "Kiss", marcou sua imagem para o grande público. Mas apenas os hits não resumem sua importância para diversos gêneros musicais: funk, rock, r&B, soul, jazz, rap e outros.

Família de músicos

Prince Rodgers Nelson nasceu e morreu em Minnesota, nos EUA. Prince era filho de músicos. Seu pai usava o nome artístico de Prince Rodgers, o que inspirou seu nome de batismo. No lar musical começou seu interesse por canções, junto com a irmã Tika. No começo dos anos 70 ele já começou a participar de bandas.

Seus primeiros discos foram lançados no final da década de 1970, com algum destaque, mas foi só em 1982, com o álbum e a faixa homônima "1999" que ele conseguiu o seu primeiro grande sucesso. Foram mais de trinta álbuns de estúdio, quatro deles lançados em 2014 e 2015: "Plectumelectrum", "Art oficial age," "HITnRUN Phase One" e "HITnRUN Phase Two".

Não foi apenas na música que Prince foi uma figura excepcional. Com 1,58m de altura, também se destacou pelo visual único e pelas opiniões fortes quanto à indústria do entretenimento.

'Símbolo do amor'

O cantor e compositor chamou a atenção quando mudou, nos anos 1990, seu nome para um "símbolo de amor" e escreveu a palavra "escravo" em sua bochecha para protestar contra as condições contratuais do selo Warner.

Ele havia feito recentemente shows em Paisley Park, onde morava, e na Austrália, onde se apresentou somente com um piano, afirmando que desejava um novo desafio artístico.

O cantor se casou duas vezes. O primeiro casamento foi com a dançarina Mayte Garcia, de quem se separou em 2000. A segunda esposa foi Manuela Testolini, de quem se divorciou em 2006.

Briga contra streaming

Em julho de 2015, Prince solicitou a retirada de seu catálogo de músicas de várias plataformas na internet, exceto o Tidal, gerenciado por Jay Z. Ele estava lançando o primeiro de dois volumes do álbum "HitNRun".

"Se isso é o que se sente com a liberdade, 'HitNRun' é como soa (a liberdade)", comentou no comunicado enviado à imprensa, no qual informou ainda que levou 90 dias para fazer "HitNRun".

Rock in Rio 1991

Em 1991, ele fez sua única apresentação no Brasil, no Rock in Rio, no Maracanã. "Poucas horas antes de aparecer no local do show o baixinho exigiu que todo o seu camarim estivesse iluminado pela cor púrpura ("Purple Rain", sacou?). Ele ainda pediu máscara de oxigênio e um piano branco de cauda na suíte de seu hotel", diz o site oficial do Rock in Rio.

Fonte: G1 – (21/04/2016)

MORTE DO ATOR UMBERTO MAGNANI

Morre Umberto Magnani aos 75 anos

Umberto Magnani morreu nesta quarta-feira (27) aos 75 anos. O ator teve um derrame na última segunda-feira (25) e estava internado no Hospital Vitória, na região da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. A assessoria da Globo confirma a informação, mas a causa da morte ainda não foi divulgada. O velório acontecerá no Teatro de Arena de São Paulo.

Umberto Magnani foi hospitalizado na madrugada de terça-feira (26) por conta de um derrame cerebral. Após sofrer um Acidente Vascular Encefálico (AVE), o ator, que interpreta o padre Romão na atual novela das 21h, "Velho Chico", foi submetido a uma cirurgia e entrou em coma.

Por conta da enorme perda para o folhetim, o ator Carlos Vereza foi convocado pela Globo para interpretar um novo padre. Para justificar a ausência na trama, Romão será pego de surpresa ao descobrir que se tornará padre emérito, e irá para o seminário de São Francisco das Chagas. Com isso, padre Benício (Vereza) ficará em seu lugar como um valoroso pregador do Evangelho e seguidor da filosofia de São Francisco de Assis.

Trajetória

Magnani teve uma carreira extensa, com experiências na TV, no cinema e no teatro. Seu último trabalho nas telinhas foi em "Velho Chico", mas seu currículo contém clássicos da televisão brasileira, como as novelas "Mulheres de Areia" (1993), "Éramos Seis" (1994), "Laços de Família" (2000) e "Alma Gêmea" (2005). Na Rede Record, o ator também marcou presença com trabalhos como "Balacobaco" (2012) e "Ribeirão do Tempo" (2010), entre outros. A emissora emitiu uma nota oficial de pesar pela morte do ator:

"A Record recebeu com pesar a notícia do falecimento do ator Umberto Magnani. Magnani está no ar na reprise da novela Chamas da Vida (2008) com o personagem Dionísio. O ator também esteve no elenco de outras produções da Record: Ribeirão do

Tempo como Ajuricaba (2010); Máscaras como Jeremias (2012); Balacobaco como Genivaldo (2012); das séries Milagres de Jesus, episódio A Cura do Menino Possesso, como Timeu (2014) e Conselho Tutelar como Juca (2015), seu último trabalho na emissora. Externamos nossa solidariedade à família, aos amigos e fãs de Umberto Magnani."

Fonte: Portal IG – (27/04/2016)

90 ANOS DA RAINHA ELIZABETH

Rainha Elizabeth II comemora 90 anos sem perder a disposição: cuida dos cães, dirige e até cavalga

Monarca a ocupar mais tempo o trono do Reino Unido, a rainha Elizabeth II chega aos 90 anos nesta quinta-feira com disposição e vitalidade invejáveis. A programação do dia incluiu uma caminhada na companhia do Duque de Edimburgo em Windsor para saudar uma multidão de ingleses e turistas que foram às ruas celebrar a data.

No Twitter, a rainha agradeceu aos britânicos que usavam a hashtag #HappyBirthdayYourMajesty para parabenizá-la pelo aniversário e devolveu a gentileza: "Envio os meus melhores votos àqueles que estão comemorando o aniversário de 90 anos. Nesta data, mando minhas calorosas felicitações."

As principais celebrações organizadas pelo Palácio de Buckingham ocorrerão de 12 a 15 maio no Palácio de Windsor. Haverá apresentações de 1.500 artistas e desfile de 900 cavalos. Todos os 25.000 ingressos disponíveis para participar da festa, vendidos em novembro do ano passado, se esgotaram em poucas horas.

Rainha ativa - Todas as manhãs, a soberana se atualiza com a leitura dos jornais, revisa a correspondência oficial e lê as cartas enviadas pelos súditos. Ela ainda não abre mão de tomar café da manhã ao lado de seus cães e caminhar nos jardins do Palácio de Buckingham.

Os cães da raça corgi são os preferidos da rainha Elizabeth II. Ela ganhou seu primeiro corgi do pai, o rei George IV, aos 18 anos, e desde então cuida pessoalmente dos animais. Eles a acompanham em passeios pelo palácio, nas limusines reais e até em viagens de avião.

Até hoje, é a própria monarca quem alimenta os cachorros, que são servidos por ordem de idade, contou ao jornal Daily Mail o adestrador Roger Mugford, que trabalhou por anos no Palácio Real. Durante sua vida, ela já teve mais de trinta cães da raça.

Grande frequentadora de corridas de cavalo, a rainha também tem o hábito de cavalgar pelo Palácio de Buckingham e em suas residências de férias no interior da Inglaterra. De acordo com o Daily Mail, uma lesão no joelho reduziu os passeios, mas a rainha ainda pode ser vista em montarias nas dependências reais, na companhia de amigos ou de seus mordomos.

Elizabeth II também acompanha a criação de mais de 25 cavalos nos estábulos do palácio, que são preparados para competições.

Quatro rodas - Seu gosto por carros vem da II Guerra Mundial: quando ainda era princesa, Elizabeth serviu ao exército como motorista e mecânica. Mesmo com motoristas à disposição, a chefe da família real britânica ainda dirige sozinha dentro de propriedades privadas e quando vai a compromissos pessoais. Ela é única pessoa no Reino Unido que não precisa ter carteira de habilitação nem placa em seus carros, de acordo com o jornal The Times.

E como se não bastasse guiar, ela ainda tem pressa ao volante. No ano passado, foi vista dirigindo para ir à igreja e, impaciente com um casal que caminhava com o carrinho de bebê à sua frente, subiu com o carro na grama para desviar, acenando para os dois antes de seguir em frente.

A dança escocesa é outra preferência pessoal. Elizabeth II promove anualmente o baile Gillies' Ball no castelo de Balmoral, residência particular onde passa o verão. Vizinhos, trabalhadores do castelo e a comunidade local são chamados para dançar no evento. Mesmo à beira dos 90, ela não deixa de dançar com o Príncipe Philip.

Fonte: Veja.com – (21/04/2016)

CICLOVIA DESABA NO RIO DE JANEIRO

Duas pessoas morrem após desabamento de ciclovia no Rio

Um trecho de cerca de 20 metros da Tim Maia, na Avenida Niemeyer, em São Conrado, na Zona Sul do Rio, desabou na manhã desta quinta-feira (21), pouco mais de três meses após sua inauguração.

Segundo os Bombeiros, duas pessoas morreram no local após cair no mar. Uma terceira vítima ainda é procurada. Um inquérito foi aberto na 15ª Delegacia de Polícia (Gávea) para investigar as causas do acidente. Perícias aéreas e terrestres já foram realizadas e outras ainda serão realizadas, quando a maré baixar.

Uma das vítimas foi identificada como Eduardo Marinho Albuquerque, de 54 anos. Segundo o cunhado dele, João Ricardo Tinoco, ele morava em Ipanema, também na Zona Sul. Ele deixa mulher e um filho de 15 anos.

"Ele falou que ia chegar ao meio-dia em casa, aí a minha irmã, que é médica e estava indo operar, sentiu um aperto no coração e pediu para eu ligar e ele sempre corre naquela direção da Niemeyer, que é bonita. Ela me ligou e pediu uma ajuda. Como eu estava aqui pertinho, eu parei o carro e vim ver se era ele. Eu que vi pela primeira vez [o corpo]. Não ficou boa essa ciclovia, porque se logo no início já caiu. Realmente foi uma fatalidade horrível. Ele era corredor, sempre corria", contou o cunhado.

O segundo corpo encontrado não havia sido identificado até a última atualização desta reportagem.

Segundo frequentadores e motoristas que passavam por lá, a ciclovia foi atingida por uma forte onda que, além de destruir o local, também quebrou o parabrisa de um ônibus e teria arrastado uma mulher no calçadão.

'Imperdoável', diz Prefeitura

O secretário Executivo de Governo, Pedro Paulo Carvalho, garantiu que não há riscos de novos desabamentos e classificou o acidente como "imperdoável". O mesmo adjetivo foi usado pelo prefeito Eduardo Paes, em nota divulgada pouco depois.

"É imperdoável o que aconteceu, já determinei a apuração imediata dos fatos e estou voltando para o Brasil para acompanhar de perto", disse o prefeito, que saiu à noite do Rio.

O secretário confirmou que há suspeita de que mais uma vítima ainda esteja desaparecida e que a prefeitura vai trabalhar com técnicos que fizeram a obra.

"Ainda há suspeitas de uma pessoa no mar. Ainda não há confirmação, mas o Corpo de Bombeiros trabalha com a possibilidade de mais uma vítima. Nós não vamos trabalhar com especulação. Vamos trabalhar com os técnicos que fizeram a obra para saber realmente o que causou o acidente", afirmou o secretário.

Damião Pinheiro de Araújo, de 60 Anos, passava pelo local de bicicleta na hora em que as ondas atingiram a ciclovia.

"As pessoas pararam na ciclovia, acharam bonito e ficaram tirando fotos das ondas. Eram enormes. Veio uma maior ainda, a ciclovia levantou e caiu um pedaço. Vi as pessoas caindo. É triste. Toda vez que o mar subir vai ter que interditar a ciclovia, faz parte da natureza. Para mim ela foi mal planejada", disse Damião.

O administrador Guilherme Miranda passava pelo local no momento do acidente.

"Eu quase morri. Já chegou a imprensa inteira. Cadê o prefeito, cadê o engenheiro que fez essa obra? É desesperador você ver as pessoas morrendo na sua frente. Alguém tem que dar uma resposta disso, foram R$ 45 milhões. Acabaram de inaugurar e já está rachada em vários pontos, passo aqui todos os dias para ir e voltar do trabalho", disse Guilherme.

Ele relata ainda ter visto três corpos boiando. Miranda criticou ainda o ato de a ciclovia ser afastada da pista, o que deixa o ciclista sujeito a assaltos.

Um outro homem que também passou pelo local pouco antes do acidente relatou que a onda era muito forte. "A onda batia na pedra e subia, varria a Niemeyer e a ciclovia. Era tão forte que não dava pra passar. Eu tive que esperar no meu caminho de ida e volta", contou Roberto Meliga.

'Falha de projeto', diz Crea-RJ

O engenheiro civil e conselheiro do Crea-RJ, Antônio Eulálio, declarou à Globo News que acredita que houve "uma falha de projeto" da ciclovia da Avenida Niemeyer, em São Conrado, Zona Sul do Rio, que desabou na manhã deste sábado.

"O problema é que não foi previsto no projeto essa força excepcional porque a onda levantou a ponte. Acho que foi uma falha de projeto. Só tem uma viga central praticamente, então, não tem resistência para o momento. São dois apoios, ele não conseguiu suportar esse esforço de rotação, devido a onda que bateu. Foi falha de concepção do projeto", afirmou o engenheiro civil e conselheiro do Crea-RJ. "Não foi previsto no projeto, deveria ter sido".

Ele acrescentou que "os autores do projeto vão ser chamados para terem direito à defesa" para que sejam aplicadas as medidas cabíveis. E acrescentou ainda que pode ocorrer a "até a cassação do registro".

O Consórcio Contemat-Concrejato, responsável pela obra, informou que uma equipe técnica da empresa já se encontra no local, trabalhando em coordenação com a Secretaria Municipal de Obras e que as prioridades neste momento são garantir o atendimento às vítimas e seus familiares e avaliar as causas do acidente.

A Concremat pertence ao avô do Secretário Municipal de Turismo, Antônio Pedro Viegas Figueira de Mello. Em nota, ele disse nunca ter tido relação com a empresa.

"Tendo em vista que alguns órgãos de imprensa ligaram meu nome ao da empresa Concremat, venho esclarecer que apesar do parentesco, durante toda minha vida jamais trabalhei ou tive qualquer participação ou relação com os negócios da Concremat, empresa fundada por meu avô há mais de 60 anos. Tentar ligar meu nome ao da empresa além deste parentesco é fato sem fundamento e sem sentido", declarou.

Ressaca

De acordo com os meteorologistas, o dia começou com mar agitado, com ondas de pouco mais de meio metro de altura. No final da manhã, no entanto, a maré subiu mais do que o normal, o que acontece quando a lua cheia fica alinhada com a Terra, um fenômeno conhecido como maré de sizígia. A combinação dessa maré com o mar bravo é mais comum agora no outono e no inverno.

A Avenida Niemeyer foi interditada nos dois sentidos por volta das 11h50, segundo o Centro de Operações da Prefeitura e não há previsão para liberação do tráfego. Os motoristas devem seguir pela Autoestrada Lagoa-Barra.

Complexo Tim Maia

O trajeto total, do Leblon à Barra, terá sete quilômetros de extensão, mas ainda não tem data exata para ser inaugurado. Com construção iniciada em junho de 2014, a ciclovia teve custo de R$ 44,7 milhões.

Grande parte da ciclovia — nos bairros do Leblon e São Conrado — já existiam e foram incluídas no complexo cicloviário que ganhou o nome de Tim Maia porque, no projeto original, vai ligar o Rio "Do Leme ao Pontal", exatamente como na canção imortalizada por ele.

No início do ano, cariocas e turistas já dividiam o espaço com os operários. Em nota na ocasião, a prefeitura do Rio informou que o uso da pista durante as obras não era proibido, mas sim indevido.

Fonte: G1 – (21/04/2016)

Perícia aponta que ciclovia no Rio caiu por estar só encaixada em pilares

O trecho da ciclovia Tim Maia desabou no mar após ser atingido por uma onda porque a pista não estava presa aos pilares, apenas encaixada. Essa é a conclusão da perícia do Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) e consta da representação que instaura inquérito civil público para apurar as responsabilidades pelo acidente, no dia 21. Dois homens caíram no mar revolto e morreram.

O MP-RJ vistoriou a ciclovia na tarde do desastre. Na representação, informa ter verificado a existência de um pilar com rachaduras. A obra foi inaugurada em 17 de janeiro deste ano. Custou R$ 45 milhões, segundo a Prefeitura do Rio. No documento, o promotor Vinicius Leal Cavalleiro afirma "que houve minimamente uma falha, ou na concepção do projeto, por parte do poder público contratante e/ou na execução deste mesmo projeto (eis que, além de mal projetado, este pode ter sido também mal executado)".

O promotor sustenta a afirmação no laudo preliminar do Grupo de Apoio Técnico Especializado (Gate), do MP-RJ, elaborado pelo arquiteto e urbanista Eduardo Nei de Jesus Vieira e pela engenheira civil Manoela de Moraes Silva, ambos peritos. O inquérito civil investiga suspeita de improbidade administrativa na contratação do consórcio Concremat-Concrejato, executor da obra, pela Geo-Rio (vinculada à prefeitura).

Secretário

Os responsáveis legais do grupo empresarial são parentes do secretário municipal de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Melo, que é investigado pelo MP-RJ. O secretário declarou, por meio de sua assessoria, que "está à disposição do Ministério Público e tem total interesse que fique comprovado que ele não tem nem nunca teve qualquer relação com a empresa além do parentesco".

A prefeitura informou, em nota, que "não tem conhecimento dessas investigações, mas está à disposição para prestar todos os esclarecimentos". O consórcio informou que só se pronunciará no fim das investigações.

Fonte: UOL Notícias – (29/04/2016)

SAÚDE
ZIKA VÍRUS

OMS diz que zika está em queda no Brasil, mas pode crescer no mundo

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta segunda-feira (25) que a epidemia de zika está claramente em regressão no Brasil. A entidade acredita, no entanto, que o número de casos de pessoas afetadas pelo vírus pode aumentar "significativamente" nos próximos meses no mundo.

A queda nos registros no Brasil está provavelmente relacionada com o fim do verão, de acordo com a France Presse. "A epidemia está em uma fase descendente no Brasil", afirmou Marie-Paule Kieny, subdiretora-geral da OMS, em coletiva de imprensa em Paris. "O mesmo acontece na Colômbia e Cabo Verde", acrescentou.

No entanto, observou que é impossível no momento saber se haverá uma reativação do vírus no futuro e uma propagação para outras zonas ainda não infectadas. No Brasil, foram registrados 1,5 milhão de casos de zika e o vírus se estendeu a muitos países da América Latina.

Com o início na Europa da temporada dos mosquitos, "a possibilidade de uma transmissão local combinada com prováveis transmissões por via sexual poderia provocar um aumento significativo do número de pessoas afetadas pelo zika e das complicações que isto representa", afirmou Marie-Paule. No entanto, os cientistas não esperam uma pandemia na Europa este ano.

"Na medida em que as temperaturas começam a aumentar na Europa (com a aproximação do verão no hemisfério norte), duas espécies de mosquitos Aedes, conhecidas por transmitir o vírus, vão começar a circular", disse Kieny. "O mosquito não tem fronteiras", completou.

De três a quatro milhões de casos de zika são esperados no continente americano. Por enquanto, apenas alguns casos foram relatados na França e em seis países europeus.

No entanto, um aumento significativo no número de casos poderia ser observado em áreas do mundo ainda não atingidas pela epidemia, advertiu a OMS.

Mais de 600 cientistas participam nesta segunda e terça-feira (26) de um colóquio internacional sobre o vírus da zika, no Instituto Pasteur de Paris.

Os cientistas tentam determinar quanto tempo o vírus pode permanecer no corpo humano, o grau de risco de transmissão por via sexual e a lista completa de doenças que pode causar.

Também devem falar sobre o vínculo do vírus com a microcefalia, uma patologia que provoca danos cerebrais graves nos recém-nascidos, e com a síndrome Guillain-Barré, que pode provocar paralisia e morte.

A OMS já declarou esta doença uma "emergência de saúde pública de alcance internacional".

O vírus da zika, transmitido pelo mosquito Aedes aegypti, provoca muitos problemas na América Latina desde 2014, mas também preocupa a Europa, apesar da maioria dos casos da doença ser considerada leve.

Segundo o Instituto Pasteur, 1,5 milhão de casos foram contabilizados no Brasil, principal foco da epidemia. De três a quatro milhões de casos estão previstos para o continente americano.

Fonte: G1 – (25/04/2016)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INTERNET MÓVEL

Anatel suspende corte ou redução de internet fixa após fim da franquia

Uma decisão cautelar da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) impede temporariamente as operadoras de internet fixa de reduzir a velocidade ou suspender a prestação do serviço de banda larga após o término da franquia prevista.

A decisão vale até que essas empresas forneçam aos consumidores ferramentas que permitam, por exemplo, acompanhar o uso de dados de seus pacotes. Ou seja, dentro de alguns meses, as operadoras vão voltar a ser liberadas para fazer os cortes de sinal - se isso estiver previsto no contrato com os clientes.

O despacho da agência com a cautelar foi publicado na edição desta segunda-feira (18) do Diário Oficial da União. O descumprimento pode gerar multa de R$ 150 mil por dia, até o limite de R$ 10 milhões às operadoras.

Modelo de negócio

Em entrevista no fim da tarde desta segunda, em Brasília, o presidente da Anatel, João Rezende, disse que a demanda por serviço de internet fixa cresceu muito no Brasil e, por isso, "é evidente que em algum momento esse modelo de negócios", em que operadoras passam a impor limite ao acesso dos clientes à internet, "aconteceria."

De acordo com ele, esse movimento se deve à limitação da infraestrutura e é parecido com o que já ocorreu com os serviços de voz e internet para celulares, onde os planos já trazem limites para o uso.

"Eu acho que temos um crescimento fortíssimo na internet. A gente percebe que o avanço é progressivamente alto. É evidente que em algum momento esse modelo de negócio, assim como aconteceu com serviço ilimitado em voz, aconteceria. Isso é uma questão importante. Agora, nós também vamos respeitar o modelo de negócio. Se alguma operadora quiser oferecer internet ilimitada, depois evidentemente não corta o usuário. Se quiser falar 'eu vou oferecer pacote ilimitado', aí ele vai ver até onde ele vai suportar esse modelo de negócio. O que estamos dizendo é: toda a mudança o usuário tem que ter o ferramental para acompanhar o consumo."

Polêmica

Nas últimas semanas, tem gerado polêmica a informação de que as operadoras querem oferecer planos de internet fixa, usada nas residências e empresas, com limite de download, em que o serviço pode ser suspenso quando o usuário atinge uma determinada quantidade de arquivos e dados baixados.

Atualmente, esse serviço é cobrado de acordo com a velocidade de navegação contratada, sem teto de uso da internet. Já o sistema que limita a quantidade de dados baixados, ou seja, que fixa uma franquia, já funciona na internet móvel, dos celulares.

A decisão da Anatel foi divulgada quatro dias depois de o Ministério das Comunicações ter cobrado da agência medidas para garantir que as empresas respeitem os direitos dos consumidores.

A Anatel já havia informado que comunicou às operadoras que pretendem oferecer internet fixa com franquia limitada que elas só poderão começar a interromper o serviço se garantirem aos consumidores ferramenta para acompanhar o consumo. Nesta segunda, no entanto, as exigências divulgadas foram maiores – e sujeitas a multa.

As novas determinações

O despacho da Superintendência de Relações com os Consumidores da Anatel, publicado na edição desta segunda-feira do "Diário Oficial da União", determina que as empresas de telefonia não podem reduzir a velocidade, suspender o serviço ou fazer cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia – mesmo se isso estiver previsto em contrato – até que cumpram as condições estabelecidas pela agência reguladora.

Entre as condições definidas pela Anatel está a comprovação, por parte da operadora, de que disponibilizou aos clientes ferramentas que permitam o acompanhamento do consumo do serviço, o histórico da utilização e a notificação quanto à proximidade do esgotamento da franquia, além da possibilidade de comparar preços.

Também é necessário, segundo a Anatel, que a operadora deixe explícito em sua oferta e nas publicidades a existência e o volume de eventual franquia nos mesmos termos e com mesmo destaque dado aos demais elementos essenciais da oferta, como a velocidade de conexão e o preço.

As operadoras terão que comprovar à Anatel que adotaram as medidas. Em seguida, a agência vai publicar um ato reconhecendo o cumprimento das condições. Só depois de 90 dias desse ato é que as empresas serão liberadas para restringir o serviço de internet fixa (suspender ou reduzir o sinal), nos casos de contratos por franquia que prevejam essa possibilidade.

Fonte: G1 – (18/04/2016)

Anatel tem participação direta no fim da internet ilimitada no Brasil

Quando anunciou que iria começar a bloquear a internet fixa após o fim da franquia de dados contratada pelos usuários, a Vivo afirmou que a medida era regulamentada pela Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel. Desde que a polêmica foi instaurada, o órgão já se posicionou algumas vezes sobre o assunto e nem sempre suas posições foram claras.

O primeiro pronunciamento sobre o assunto deu-se ainda em 2014, quando a Anatel já previa o fim da internet ilimitada. A agência calculou que a oferta de dados, o volume de consumo e o aumento da rentabilidade do serviço não estavam caminhando de mãos dadas e que isso poderia culminar no fim dos planos de internet sem limites.

Voltando para 2016, a Anatel regulamentou a mudança dos planos da Vivo, medida que, de acordo com órgãos de defesa do consumidor, dá mais dinheiro para a operadora. Segundo a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, a Proteste, isso não poderia ter acontecido. "A Anatel não pode regular o serviço de internet no Brasil. Ela pode dizer que concorda, mas não pode ditar normas para a internet fixa", explica Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da entidade.

Em fevereiro, o superintendente de competição da Anatel, Carlos Baigorri, afirmou que ainda não há nada de errado com a cobrança por franquia na internet fixa e que a adoção pode se tornar, até mesmo, algo benéfico ao consumidor. "Não existe 'um único consumidor'. Então, para quem está abaixo da média e consome menos, o limite é melhor"

Já no dia 18 de abril, a Anatel resolveu tomar uma medida que a princípio parecia que iria atender aos protestos dos consumidores. Em publicação no Diário Oficial da União, a agência criou uma norma que impedia temporariamente que as operadoras de serviços de banda larga fixa reduzissem, cortassem ou cobrassem tarifas excedentes de consumidores que estourassem a franquia de dados contratada. Se quisessem fazer isso, as empresas teriam que informar os clientes de suas intenções após 90 dias da data da publicação da norma.

A fagulha que acendeu uma esperança em quem ainda sonhava com a internet ilimitada no Brasil foi extinta após a declaração do presidente da organização, João Resende, no mesmo dia, que afirmou que não existe serviço com oferta ilimitada no Brasil. "É importante dizer que na energia elétrica existe consumo limitado, na água existe consumo limitado e isso vale também para a Internet".

Se na segunda-feira o presidente da agência deu um sopro na esperança dos internautas brasileiros, o discurso de terça-feira foi um verdadeiro balde de água fria. Durante entrevista coletiva, Rezende culpou quem joga online pelo limite da internet fixa. "Tem gente que adora, fica jogando o tempo inteiro e isso gasta um volume de banda muito grande", disse.

Além disso, o executivo também salientou que a limitação da internet leva em questão o equilibro de consumo entre os diversos tipos de usuários. "É evidente que algum tipo de equilíbrio há de se ter porque, senão, nós teremos o consumidor que consome menos pagando por aqueles que estão consumindo mais", afirma.

Enquanto isso, vale lembrar que o Instituto de Defesa de Consumidor, o Idec, já afirmou que a limitação das franquias não é a melhor saída para resolver o problema da intensidade de tráfego da rede e que, inclusive, existem estudos que provam isso. Para o Procon, a ação limita o acesso à educação e à cidadania.

Fonte: Olhar Digital – (19/04/2016)

Ministério vai propor que teles ofereçam planos ilimitados

Em meio à polêmica da cobrança de franquia nos plano de banda larga fixa, o ministro das Comunicações, André Figueiredo, disse nesta quarta-feira, 20, que vai propor um termo de compromisso às operadoras de telecomunicações para que todas ofereçam planos ilimitados aos usuários com preços equilibrados.

Segundo ele, a proposta do governo deve ser entregue às empresas na próxima semana.

"Nós achamos que a oferta de planos ilimitados de internet fixa podem coexistir com a oferta de planos com franquias de dados definidas. Agora, as companhias precisam respeitar os contratos vigentes e os planos de franquia ilimitada não poderão ter preços abusivos", disse Figueiredo.

"Não aceitaremos que os consumidores sejam prejudicados", completou.

Depois que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ameaçou ir à Justiça para fazer com que as teles cumpram o Marco Civil da Internet e não limitem o acesso dos usuários à rede, Figueiredo disse esperar que o termo de compromisso evite a judicialização da questão.

"Não temo essa judicialização porque o setor dará uma resposta na próxima semana. Não haverá necessidade de se ir à Justiça. A nossa proposta protege os direitos dos usuários", argumentou.

Na última segunda-feira, 18, a Anatel emitiu uma medida cautelar que proibiu por 90 dias as empresas de restringirem a internet dos usuários após o consumo da franquia mensal de dados.

A medida foi durante criticada pelos órgãos de defesa do consumidor por estabelecer condições nas quais as teles poderiam sim restringir a banda larga após esse três meses.

Na ocasião, o presidente do órgão regulador, João Rezende, chegou a admitir que "a era da internet ilimitada" havia chegado ao fim.

"Talvez Rezende tenha dado uma declaração descontextualizada. O usuários que usam muito a internet para suas profissões, para jogar online e até mesmo para pirataria são exceções. Os planos oferecidos hoje pelas empresas atendem com tranquilidade a maioria dos usuários", minimizou Figueiredo.

O ministro disse já ter conversado com uma empresa - a Telefônica Vivo - sobre o termo de compromisso e prometeu contatar todas as outras ainda essa semana, apesar do feriado desta quinta-feira, 21.

Segundo ele, o governo não oferecerá nenhuma contrapartida para as teles e a Anatel fiscalizará o cumprimento do acordo.

Fonte: Exame.com – (20/04/2016)

Petição contra bloqueio da internet fixa ultrapassa 1 milhão de assinaturas

Revoltados com o bloqueio da internet fixa após o limite de consumo de dados implementado pela Vivo, internautas resolveram criar uma petição online com o objetivo de acabar com a medida antes que outras prestadoras adotem a prática. Chamado de "Movimento Internet Sem Limites", o grupo já conseguiu mais de 1 milhão de assinaturas na petição pública.

A organização afirmou que não tem vínculos com nenhum partido político ou quaisquer órgãos de defesa do consumidor, como o Idec, que afirmou que o bloqueio da internet irá dar mais dinheiro para as operadoras. O movimento ainda diz que "nasceu de forma espontânea e conta com a ajuda de um número indefinido de colaboradores".

Questionados sobre a importância da petição, uma vez que muita gente desconfia da eficácia do método, os organizadores afirmaram que essa ação é mais concreta, já que se trata de petição jurídica aos políticos e órgãos públicos e não apenas um recolhimento de assinaturas qualquer.

Vale lembrar que essa não é a única petição na internet que trata do assunto. A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, a Proteste, também conta com um abaixo-assinado disponível no site oficial do órgão e que tem pouco mais de 55 mil assinaturas até o momento.

Fonte: Olhar Digital – (14/04/2016)

Limite de dados em internet fixa pode prejudicar milhões de brasileiros

Vivo, NET e Oi, três das principais operadoras de telecomunicação do Brasil, anunciaram recentemente que todos os seus planos de internet fixa serão oferecidos com um limite de dados. Desse modo, mesmo conexões por ADSL - aquelas em que a rede aproveita a linha de telefone do usuário - funcionarão por franquia, como nos planos de internet móvel.

Em outras palavras, as operadoras poderão cortar ou reduzir a velocidade da internet quando o usuário atingir o limite. Atualmente, os planos de internet fixa são regulados por velocidade, e não há volume máximo de dados. Um consumidor pode baixar filmes, músicas e assistir vídeos o quanto quiser, pagando apenas pela velocidade com que esses dados trafegam. Com um limite de consumo, a experiência do usuário é seriamente prejudicada.

Veja o caso da Netflix, por exemplo. O serviço de streaming oferece diversos filmes e séries de TV em alta resolução, sendo que um vídeo em HD (a partir de 720p) consome algo em torno de 3GB por hora, segundo a empresa. Se você assistir a dois episódios da sua série favorita por dia, com cerca de 50 minutos cada um, e em alta resolução, ao fim do mês você terá gasto 180GB da sua franquia de dados fixa. Só com Netflix.

Acrescente ao cálculo todos os outros aplicativos da vida moderna que consomem cada vez mais dados. Pense em quantas horas de vídeos no YouTube você assiste por mês, em quantos vídeos e fotos são exibidos na sua linha do tempo no Facebook ou no Twitter, no número de imagens que você baixa no Snapchat e nas atualizações de apps que o seu smartphone exige diariamente.

Agora multiplique esse número pela quantidade de dispositivos ligados à sua rede fixa, incluindo celulares da família, computador, laptop, tablet e videogame, por cabo ou pelo Wi-Fi. Ao fim das contas, você perceberá que um plano de 130GB - o mais alto e caro oferecido pela Vivo, por exemplo - não é muita coisa.

E é justamente nesse ponto que se encontra o "trunfo" das operadoras de telecomunicações, que agora possuem argumentos não só para convencê-lo a aumentar a velocidade da sua internet, mas também a contratar uma franquia com limite maior, e, consequentemente, mais cara, ou ainda mudar-se para a fibra ótica.

Isso é permitido?

Atualmente, mais de 25 milhões de brasileiros acessam a internet por redes fixas. Com essas novas regras, muitos usuários poderiam ser prejudicados pela interrupção inesperada de serviços ou mesmo por uma queda na velocidade quando atingissem o limite de suas franquias. Mas o que a lei tem a dizer?

O modelo de cobrança é regulamentado normalmente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), assim como é permitido em contratos de redes móveis. As operadoras só precisam respeitar algumas exigências, como a de oferecer ao consumidor uma ferramenta para que ele monitore o volume de dados consumido em tempo real. Além disso, as empresas devem alertar o usuário quando ele estiver perto de atingir o limite contratado.

O Marco Civil da Internet também dá liberdade para que as operadoras cobrem o cliente da maneira que acharem melhor. A única restrição, nesse sentido, se refere ao conteúdo: uma empresa não pode impedir o usuário de acessar alguns sites, mas podem, sim, interromper a conexão do consumidor em caso de "débito diretamente decorrente de sua utilização".

Como saber se serei afetado?

Por enquanto, as novas regras afetam apenas usuários de conexões ADSL, deixando "ilesos" os consumidores de internet por meio de fibra ótica. Clientes da NET também já acessam a rede pelo regime de franquia de dados há tempos, o que a empresa justifica em seu site oficial dizendo que "se preocupa muito com a qualidade dos serviços que presta".

"Um fator chave para garantir a velocidade de conexão da banda larga é ter a rede corretamente dimensionada para atender bem todos os nossos clientes. O perfil de utilização de cada cliente impacta diretamente no tráfego e com isso a NET tem consistentemente conseguido oferecer maior velocidade e menor preço", argumenta a companhia.

A cobrança franqueada começou a valer na Vivo desde o último dia 5 de fevereiro. Contratos estabelecidos antes dessa data, porém, serão mantidos ilimitados até o dia 31 de dezembro de 2016. Já os planos da Oi são um pouco mais generosos com quem possui planos de internet mais lenta, mas também são mais restritivos chegando aos valores mais altos:

A Tim, que também oferece serviço de internet por conexão ADSL, não possui planos sob franquia. Em nota, a empresa afirmou que também não pretende mudar seu modo de cobrança por enquanto.

Próximos passos

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) do Ministério Público do Distrito Federal deu início a um processo que investigará essas ofertas da Vivo, Oi e NET. De acordo com o promotor Paulo Roberto Binicheski, a cobrança com limite de dados é desvantajosa para o consumidor.

"A proposta de alteração do sistema de cobrança reflete planos comerciais abusivos, com o propósito disfarçado de encarecer os custos de utilização da internet pelo usuário médio", disse Binicheski em nota divulgada à imprensa. Ao consumidor, resta aguardar o desenrolar dos fatos e, assim como já faz no celular, tentar restringir os gastos com internet mesmo quando estiver em casa.

Fonte: Olhar Digital – (15/03/2016)

Anatel proíbe limitação de acesso a internet fixa de banda larga

A Anatel mudou de ideia e agora proibiu as operadoras de limitar o acesso à internet fixa de banda larga. Clientes e órgãos de defesa do consumidor comemoraram a decisão.

A sensação é de uma batalha ganha. "Foi realmente muito bom, porque ter uma internet limitada é meio ruim, principalmente para quem faz muito download de jogo, assiste a vídeos", avalia o auxiliar administrativo José Roberto Cardoso.

Alex Alves, dono de uma lan house achou a vitória justa e mostra, usando um aplicativo, o que é uma queixa comum dos internautas: não receber tudo o que se paga. "A nossa internet aqui é de 240 mega, temos duas bandas de 120 e constantemente varia de 80, eles entregam de 80, 90 mega, que dá uns 30%, consome uns 30% menos", conta.

Mas durante cinco dias, usuários de internet temeram ter ainda menos: além do limite de velocidade, um limite de dados para baixar conteúdo na rede. E a pressão para que isso não acontecesse, por enquanto, deu certo.

A Anatel voltou atrás e determinou que as prestadoras estão proibidas de reduzir a velocidade, suspender o serviço ou cobrar mais de quem estourou o plano ou pacote da internet fixa. Mesmo que isso esteja previsto em contrato, não está valendo.

É o que diz o anúncio publicado na página da Anatel e o que defendiam os órgãos de defesa do consumidor.

"Mesmo que esteja no contrato que a franquia existe, as empresas não podem implementar nenhuma medida para fazer valer a franquia de dados, punindo o seu consumidor. Isso é uma vitória para o consumidor porque agora nós vamos contestar a própria ideia da franquia de dados", explica Rafael Zanata pesquisador em telecomunicações do Idec.

A determinação da Anatel vale por tempo indeterminado, até que o mérito da questão seja analisado. E isso não tem prazo para acontecer. Quem conhece bem os desafios do setor espera que a conversa seja ampla e transparente.

"A era em que vivemos hoje em uma sociedade cada vez mais da informação em tempo real não dá para sustentar tomadas de decisão tão impactantes como pensar uma internet, não só de hoje mas do futuro do Brasil, sem decidir com transparência", afirma Patricia Peck, advogada especialista em direito digital.

Fonte: G1 – (23/04/2016)

Celular é principal meio de acesso à internet no Brasil, mostra IBGE

O uso do telefone celular para acessar a internet ultrapassou o do computador pela primeira vez no Brasil. É o que aponta o Suplemento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014 divulgado hoje (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais da metade dos 67 milhões de domicílios brasileiros passaram a ter acesso à internet em 2014 (54,9%). Em 2013, esse percentual era 48%. Mais de 60% dessas casas estavam na área urbana.

O celular para navegar na rede era usado em 80,4% das casas com acesso à internet, já o computador para esse fim estava em 76,6% desses domicílios e teve queda na comparação com 2013 (88,4%). A maior proporção desse uso foi registrada no Nordeste, com 92,5% dos domicílios com o celular como meio de acesso à internet.

Atendente de uma oficina de carros, na cidade de Custódia, no sertão de Pernambuco, Kelyta Marília Tomaz da Silva, de 30 anos, tem computador e tablet em casa, mas ela, o filho João David, de 6 anos, e o marido, William, usam somente o celular quando o assunto é acessar a internet. "Uso mais para ver o Face [Facebook], converso muito no WhatsApp, e para ver vídeos, receitas", contou ela ao apontar que essa é uma realidade entre amigos e conhecidos na cidade, que tem rede wifi gratuita na praça principal e nas pizzarias e bares. O pequeno João David já tem celular próprio com acesso à internet. "Meu filho está 24 horas no celular. O dia todo, até na hora de dormir", informou ela, que também tem televisão de tela fina e conexão em banda larga fixa e móvel.

Banda larga móvel

O uso da banda larga móvel, presente em 62,8% dos domicílios com internet, aumentou 19,3 pontos percentuais em 2014 na comparação com 2013. Já a conexão de banda larga fixa diminuiu 5,2 pontos percentuais e atingiu 71,9% das casas com internet. O percentual de casas com banda larga móvel era maior no Norte (84,2%) e no Nordeste (66,2%). Além disso, 35% dos domicílios com internet tinham os dois tipos de banda larga em 2014.

O número de casas com acesso à internet por tablet, celular e televisão cresceu 137,7% – passando de 3,6 milhões para 8,6 milhões, de 2013 para 2014. O número de domicílios com acesso à internet por tablet (21,9%) e televisão (4,9%) cresceu 76,8% e 116,34% respectivamente no período.

O número de pessoas que acessou a internet por equipamentos eletrônicos diferentes do computador teve crescimento de 155,6% de 2013 para 2014, alcançando 10,5% da população de 10 anos ou mais de idade. O acesso à internet era uma realidade em 88,9% dos domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita de mais de 5 salários mínimos. Apenas 25,3% dos domicílios com renda inferior a um quarto do salário mínimo tinham internet.

Celular

Cerca de 136, 6 milhões de pessoas de 10 anos ou mais tinham celular em 2014 no país. O número representa 77,9% dessa população e um aumento de quase 5% em relação a 2013 (6,4 milhões de pessoas) e de 142,8% em relação a 2005.

Com as menores proporções de pessoas com celular, as regiões Norte (69,4%) e Nordeste (69,9%) também registraram os maiores crescimentos desse contingente no período: 2,7 e 3,8 pontos percentuais. O Distrito Federal tinha a maior proporção de pessoas com celulares com 10 anos ou mais de idade (90,6%), já o Maranhão tinha a menor proporção, 54,4%.

Os grupos de idade que apresentaram os maiores aumentos entre 2013 e 2014 foram o de 10 a 14 anos de idade, ao passar de 49,9% para 54,1%, o de 15 a 17 anos, com 80,8% com celulares, em comparação a 76,7% em 2013, e o de 60 anos ou mais em que 55,6% tinham celulares em 2014, ante 51,6% em 2013.

Estudantes

O celular era um bem pessoal para 93,4% dos estudantes da rede privada de ensino e para 66,8% dos da rede pública, que representavam 74,3% dos estudantes brasileiros em 2014. Em 2013, esses percentuais eram 92,8% e 62,6% respectivamente. A proporção de pessoas com esse equipamento com 11 a 14 anos de estudo foi de 93,6% e de 96,8% com 15 anos ou mais de estudo. Os maiores crescimentos no período ocorreram nos grupos de 1 a 3 anos de estudo, que passou de 46,9% para 51,5% e 4 a 7 anos de estudo (de 67,4% para 71,1%).

Mais da metade da população rural passou a contar com telefone celular em 2014 (52,4%), após aumento de 4,6 ponto percentual em relação a 2013. A maioria dos celulares está na área urbana (82,3%), mas em todas as regiões a diferença entre as proporções do uso do celular nas áreas urbanas e rurais diminuiu. O local que registrou maior crescimento foi a área rural na Região Sudeste, com 5,6 pontos percentuais a mais que em 2013.

Fonte: Agência Brasil – 06/04/2016)

FOSFOETANOLAMINA

Fosfoetanolamina: Dilma sanciona lei que libera 'pílula do câncer'

Apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ver com preocupação a liberação sem garantia de eficácia e segurança, a presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei que autoriza o uso da substância fosfoetanolamina sintética, apelidada de "pílula do câncer", por pacientes diagnosticados com tumores malignos.

A sanção da lei número 13.269, de 13 de abril de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (14). O artigo 1º destaca que "esta Lei autoriza o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna".

O artigo 2º ressalta, porém, que só "poderão fazer uso da fosfoetanolamina sintética, por livre escolha", os pacientes que apresentarem "laudo médico que comprove o diagnóstico" e "assinatura de termo de consentimento e responsabilidade pelo paciente ou seu representante legal".

Distribuída pela Universidade de São Paulo em São Carlos até suspensão determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer, mas não passou por testes em humanos e, por isso, não é considerada um remédio. Ela não tem registro na Anvisa e seus efeitos nos pacientes são desconhecidos.

Os primeiros relatórios sobre as pesquisas financiadas pelo governo federal apontaram que as cápsulas têm uma concentração de fosfoetanolamina menor do que era esperado e que somente um dos componentes da cápsula – a monoetanolamina – apresentou atividade citotóxica e antiproliferativa, ou seja, capacidade de destruir células tumorais e inibir seu crescimento.

Críticas à liberação

A Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), que reúne 56 laboratórios que são responsáveis por 82% dos medicamentos de referência disponíveis no mercado, criticou duramente a sanção da lei:

"O Brasil, a partir de hoje, entra na história da ciência mundial e da indústria farmacêutica como o primeiro país a legalizar a irresponsabilidade, anular a importância da ciência e a igualar o remédio com o não remédio. Uma decisão tão sem sentido que informa que a droga, que não foi testada nem aprovada pela Anvisa, só pode ser produzida por quem tem autorização para fabricação de medicamentos pela mesma Anvisa."

A agência de vigilância divulgou uma nota dizendo que vê a liberação da substância com "uma preocupação profunda". "Cria-se uma situação de exceção em que pessoas poderão estar expostas a diversos riscos sanitários", afirmou o órgão.

Aprovação no Congresso

A lei sancionada pela presidente foi aprovada pelo Senado no dia 22 de março, em votação simbólica. Como não houve alterações ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto seguiu para a sanção presidencial.

"Ficam permitidas a produção e manufatura, importação, distribuição e prescrição, dispensação, posse ou uso da fosfoetanolamina sintética, direcionadas aos usos de que trata esta lei, independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca dessa substância", diz o texto da lei.

O projeto ressalva, porém, que a produção da "pílula do câncer" só pode ser feita por "agentes regularmente autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente".

Surgimento da pílula

A fosfoetanolamina sintética começou a ser estudada no Instituto de Química da USP em São Carlos, pelo pesquisador Gilberto Chierice, hoje aposentado. Apesar de não ter sido testada cientificamente em seres humanos, as cápsulas foram entregues de graça a pacientes com câncer por mais de 20 anos.

Em junho do ano passado, a USP interrompeu a distribuição e os pacientes começaram a recorrer da decisão na Justiça. Em outubro deste ano, a briga foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a produção e distribuição do produto.

Mas, desde novembro, por causa de uma nova decisão judicial, a distribuição da substância estava proibida. A polícia chegou a fechar um laboratório em Conchal (SP), que estava produzindo ilegalmente a substância.

A USP tinha fechado no dia 1º de abril o laboratório de São Carlos que produzia a fosfoetanolamina sintética.

Fonte: G1 – (14/04/2016)

Cientistas encontram buraco negro gigante em galáxia inesperada

Astrônomos descobriram um buraco negro supermassivo -- com massa equivalente a 17 bilhões de vezes a do nosso Sol -- em um lugar improvável: o centro de uma galáxia que se encontra em um "bairro tranquilo" do Universo. Como informa, em nota, a Agência Espacial Europeia (ESA, na sigla em inglês), a descoberta pode indicar que "monstros" como este podem ser mais comuns no Universo do que se pensava.

Até agora, os maiores buracos negros supermassivos - aqueles com mais de 10 bilhões de vezes a massa do nosso Sol - só tinham sido encontrados nos núcleos de galáxias muito grandes nos centros de aglomerados de galáxias maciças. Agora, usando o telescópio espacial Hubble, a esuipe internacional de astrônomos descobriu um buraco negro no centro da galáxia NGC 1600, considerada bastante isolada.

Os buracos negros são regiões do espaço com uma concentração de massa tão elevada que seu campo gravitacional não permite que nada escape, nem mesmo a luz, o que dificulta medições diretas de suas propriedades.

A NGC 1600 é uma galáxia elíptica que não se localiza em um aglomerado de galáxias, mas em um grupo menor de cerca de vinte galáxias. O grupo está localizado a 200 milhões de anos-luz de distância, na constelação Erídano. Encontrar um buraco negro supermassivo gigantesco numa galáxia maciça dentro de um aglomerado de galáxias é de se esperar, mas encontrá-lo num grupo médio de galáxias como a NGC 1600 é muito mais surpreendente.

Surpreendidos

"Ainda que já tivéssemos indicações de que a galáxia poderia hospedar um objeto extremo em seu centro, fomos surpreendidos pelo fato de que o buraco negro na NGC 1600 é dez vezes mais massivo do que o previsto pela massa da galáxia," explica o autor principal do estudo, Jens Thomas, do Instituto Max Planck de Física Extraterrestre, na Alemanha.

Encontrar esse buraco negro extremamente maciço em NGC 1600 leva os astrônomos a se perguntarem se esses objetos são mais comuns do que se pensava. "Há um tanto de galáxias do tamanho da NGC 1600 que residem em grupos de galáxias de tamanho médio", explica o co-autor Chung-Pei Ma, Universidade da Califórnia em Berkeley. "Estimamos que esses grupos menores são cerca de cinquenta vezes mais abundante do que os aglomerados de galáxias grandes e densas. Portanto, a questão agora é: temos a ponta de um iceberg? Talvez existam muito mais buracos negros monstros lá fora".

Fonte: G1 – (06/04/2016)

Cientistas criam sensor que detecta câncer, Alzheimer e Parkinson

Pesquisadores do Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), em Campinas (SP), criaram um biosensor capaz de detectar moléculas relacionadas a doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson, e a alguns tipos de câncer. Além da portabilidade e do baixo custo, outra vantagem do aparelho é a sensibilidade com que detecta as moléculas, ajudando no diagnóstico das enfermidades.O equipamento surgiu a partir do projeto intitulado "Desenvolvimento de novos materiais estratégicos para dispositivos analíticos integrados", que envolve pesquisadores de diferentes áreas no desenvolvimento de dispositivos do tipo point of care, como são chamados os sistemas de testes simples executados junto com o paciente.

Carlos Cesar Bufon, coordenador do laboratório, explica que com essas plataformas doenças complexas podem ser diagnosticadas de forma rápida, segura e relativamente barata. Isso porque a tecnologia utiliza sistemas em escala nanométrica para identificar as moléculas no material analisado.

Ele destaca ainda que é a primeira vez que a tecnologia de um transistor orgânico é utilizada para diagnosticar doenças degenerativas. E que o dispositivo tem mais sensibilidade nas análises. "Elas podem ser identificadas mesmo estando presentes em baixas concentrações no material examinado", conta o pesquisador. "Isso porque as reações são detectadas em escala nanométrica, ou seja, de milionésimos de milímetros", completa.

Outra vantagem é que o sistema pode ser adaptado para detectar outras substâncias, como moléculas relacionadas a diferentes doenças e elementos presentes em material contaminado. Ele também poderá ser usado em outras aplicações, bastando alterar as moléculas incorporadas no sensor e que reagirão na presença dos componentes químicos.

O trabalho desenvolvido no laboratório visa a criar soluções para responder com agilidade a uma série de demandas. A pesquisa que resultou no biosensor - e que teve a coordenação de Carlos Cesar Bufon - é de autoria dos pesquisadores Rafael Furlan de Oliveira, Leandro das Mercês Silva e Tatiana Parra Vello.

Ação

O biosensor funciona como um dispositivo eletrônico manufaturado sobre uma plataforma de vidro. Nele, um transistor é formado por uma camada orgânica em escala manométrica e que contém uma substância, o peptídeo glutationa reduzida (GSH), que reage quando entra em contato com uma enzima - a glutationa S-transferase (GST), relacionada a doenças como Parkinson, Alzheimer e câncer de mama.

A reação GSH-GST é detectada pelo transistor e pode ser utilizada no diagnóstico das doenças. O Laboratório de Nanotecnologia foi criado em 2011 e é vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A pesquisa que resultou no equipamento que detecta doenças foi publicada na revista internacional Organic Electronics. Ela é continuidade de um trabalho premiado no exterior sobre plataforma

Fonte: UOL Notícias – (27/04/2016)

Governo quer vender áreas de pesquisa científica

No último dia 15, foi enviado à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) o projeto de lei 328, de autoria do governador Geraldo Alckmin, para apreciação em regime de urgência.

O projeto sugere a alienação de algumas áreas do Estado, consideradas sem utilidade pelo Conselho do Patrimônio Imobiliário, para aumentar a arrecadação dos cofres em tempos de crise econômica.

A proposta pegou desprevenida a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), que alega ter linhas de pesquisa - algumas de muitos anos – em algumas das áreas que o governo quer colocar à disposição para aumentar sua receita. Além disso, o projeto de lei tramita sem audiência com a comunidade científica, o que é previsto no artigo 272 da Constituição do Estado de São Paulo.

"Só ficamos sabendo desta proposta quando ela já tinha sido encaminhada para a ALESP", conta ao Portal da Band Joaquim Adelino de Azevedo Filho, presidente da APqC. "O que estamos fazendo agora é solicitando a retirada das aéreas que possuem linhas de pesquisa e conversando com deputados da assembleia para que olhem com muito cuidado para a questão."

Áreas atingidas

A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo ainda está fazendo um levantamento das pesquisas que estão sendo realizadas nas áreas a serem alienadas. Segundo Joaquim, eis algumas delas:

Ribeirão Preto: uma pesquisa com leite biofortificado é feito lá. O produto, segundo os cientistas, é muito mais nutritivo e benéfico para a saúde humana. No ano passado, centenas de cabeças de gado foram transferidas para outra fazenda sob a alegação de assalto. Para a associação, a transferência foi para facilitar a alienação do terreno.

Piracicaba: desde 1932, de acordo com Joaquim, é realizada na região uma pesquisa com corte de cana crua. A lei nº 11.241/2002 do estado de São Paulo proíbe, até 2017, a queima de canaviais por causa da fumaça tóxica para a natureza e o ser humano. A ideia da pesquisa é estudar uma alternativa para as queimadas. O experimento tem cerca de 10 anos e ainda não está concluído.

Jundiaí: a aérea reúne toda uma complexa estrutura com máquinas agrícolas que, para a associação, ficaria inviável de ser transferida para outro local. Esse tipo de estudo, segundo Joaquim, só existe em Jundiaí e em Nebraska, nos Estados Unidos. "Além disso, o lugar abriga um museu com maquinário agrícola antigo. Tudo isso vai virar sucata", alerta o presidente. Brotas: a região é a única do Estado preparada para pesquisa com aves. "Inclusive, alguns investimentos foram realizados lá recentemente; agora vão colocar tudo à venda", lamenta Joaquim. De acordo com ele, a área também é importante por ter experimentos de pastagem em solo de cerrado.

Gália: a linha de pesquisa lá é sobre o bicho-da-seda que, apesar de ter sido prejudica com a importação de tecido da China, ainda é de extrema relevância. Há também experimentos com pés de amora, cuja substância extraída da árvore é estudada para formular medicamentos contra os efeitos da menopausa.

Resposta do governo

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do Governo do Estado de São Paulo justificou que o projeto aumentará as receitas estaduais para custear investimentos necessários à população.

Também foi informado que o projeto prevê a preservação das atividades públicas em andamento e eventuais planos de expansão. "O que está gerando confusão é que o entorno dessas áreas com pesquisa científica entraram no projeto de lei, mas as partes em uso serão preservadas, apenas será alienado o que é mata", disse a assessoria.

Com relação ao diálogo com os pesquisadores científicos, o governo afirmou que a interlocução será feita "dentro do processo democrático de discussão do projeto na ALESP".

Fonte: Band.com.br – (01/05/2016)

INTERNACIONAL

Abin confirma ameaça terrorista contra o Brasil; 'lobos solitários' preocupam

A possibilidade de ameaça terrorista no Brasil tomou fôlego novamente esta semana depois que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) confirmou a autenticidade de um perfil e de uma mensagem postada em novembro do ano passado.

Um suposto integrante do Estado Islâmico postou no Twitter uma ameaça ao país. A mensagem "Brasil, vocês são nosso próximo alvo" foi postada em novembro do ano passado pelo francês Maxime Hauchard, logo após os atentados que deixaram 129 mortos e dezenas de feridos, na França, mas só nessa quarta-feira (13) a Abin confirmou a informação.

Embora alguns poucos sites tenham divulgado a existência da mensagem já à época, como o da rádio francesa Tendance Ouest, no Brasil o assunto só foi tornado público ontem, após o diretor do Departamento de Contraterrorismo da Abin, Luiz Alberto Sallaberry, confirmar as suspeitas.

Ao proferir palestra na Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa, em São Paulo, Sallaberry falou sobre as estratégias do Estado Islâmico para recrutar seguidores e ordenar atentados pelas redes sociais.

Conhecido como "o carrasco", o francês Maxime Hauchard é suspeito de ser um dos terroristas que aparecem em vídeos que exibem a decapitação de pessoas sequestradas ou feitas prisioneiras pelo grupo terrorista, sobretudo soldados sírios. Os sites que primeiro divulgaram a informação, logo após a mensagem ter sido postada, observaram que o usuário havia criado o perfil pouco tempo antes dos ataques à França. Atualmente, a conta está desativada.

Jogos olímpicos

A Abin também publicou um relatório nesta quarta que determina o potencial de ameaça terrorista durante a passagem da tocha olímpica por 300 cidades brasileiras. Cada uma destas cidades recebeu uma classificação de sensibilidade ao risco terroristas em três categorias: alto, médio e baixo. Além disto, há uma tabela específica com as ameaças em potencial em cada cidade.

O relatório foi desenvolvido de acordo com o registro de fontes de ameaça no local e a tendência delas atuarem ou não durante o evento, informou a Abin em comunicado à imprensa.

Ainda segundo a agência, a participação de um grande número de pessoas e a passagem por centenas de municípios foram considerados fatores que trazem desafios à segurança do revezamento da Tocha Olímpica no Brasil.

Monitoramento de suspeitos

A revelação feita pela Abin tem sido, nos últimos anos, uma preocupação real. A reportagem do UOL apurou que tanto a Polícia Federal como a Abin monitora um número desconhecido, mas relevante, de pessoas com suspeitas de vínculos com as organizações terroristas Al Qaeda e Estado Islâmico.

Segundo agentes ouvidos na condição de anonimato, o que antes era um monitoramento de pessoas que usavam o país como refúgio ou davam apoio financeiro a estes grupos, passou a ser uma preocupação mais intensa em função dos chamados "lobos solitários", ou seja, pessoas que não estão diretamente ligadas a grupos extremistas, mas são simpáticas à causa e podem agir de maneira isolada.

"Não dá para saber até que ponto estas pessoas possam se radicalizar. Nós achávamos que a Al Qaeda era o fim do mundo, mas agora com estes atentados em Paris, a possibilidade de um indivíduo conseguir um AK-47 num Paraguai da vida, ou num morro da vida e sair atirando em gente é uma coisa que foge da simples capacidade de monitoramento", diz o oficial de inteligência da Abin Edmar Furquim.

Mesmo diante deste cenário, agentes também enfatizam que um ato extremo ainda é uma possibilidade remota no país, mas a simples existência de suspeitos deve ser motivo de preocupação e de alerta constante. O trabalho de monitoramento de suspeitos é intenso e atualmente conta com apoio de diversos órgãos de inteligência internacionais como a CIA, o serviço secreto americano e a MOSSAD, o serviço secreto israelense.

"Ao menos 30 agências de inteligência mantém operações em território brasileiro e outras 90 integram uma rede de troca de informações da qual o Brasil faz parte", afirma Furquim. Para o período das Olimpíadas, mais de 110 agências de inteligência estarão instaladas no Rio de Janeiro.

Este trabalho abastece uma rede de informações que permite, por exemplo, que tanto Polícia Federal como Abin acompanhem a passagem de imigrantes suspeitos pelo Brasil ou incluam pessoas em uma lista de monitoramento constante.

Um exemplo deste tipo de monitoramento foi o caso divulgado pela revista Época do físico francês Adlène Hicheur, que era professor na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e foi preso e condenado em 2009 na França sob a acusação de planejar atentados terroristas.

Hicheur foi indicado para monitoramento por uma destas agências e ganhou a atenção da Polícia Federal que, segundo o UOL apurou, avalia que o físico é um homem suspeito e sua presença no Brasil incomoda, principalmente por seu histórico de envolvimento com planejamento de atos de terror combinado com sua inteligência e sua área de atuação --física nuclear.

Fonte: UOL – (14/04/2016)

ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS

Trump e Hillary confirmam favoritismo em primárias nos EUA

O empresário Donald Trump venceu as primárias realizadas nessa terça-feira (26) nos estados norte-americanos de Delaware, Rhode Island, Connecticut, Maryland e da Pensilvânia. Com isso, Trump está cada vez mais próximo de se tornar o candidato nomeado pelo Partido Republicano para as eleições deste ano para presidente dos Estados Unidos.

A ex-secretária de Estado Hillary Clinton também conquistou, pelo Partido Democrata, as primárias nos estados de Delaware, Connecticut, Maryland e da Pensilvânia. No entanto, Hillary perdeu para o adversário Bernie Sanders em Rhode Island. A vitória em Rhode island não é, porém, suficiente para aproximar Sanders, senador pelo estado de Vermont, da posição de liderança conquistada por Hillary Clinton na corrida para escolher o candidato que representará o Partido Democrata nas eleições americanas.

"Estou ansioso para as 14 prévias que ainda estão por vir", disse Sanders, em comunicado, depois de felicitar Hillary Clinton pelas vitórias de ontem.

No comunicado, Sanders declarou sua intenção de permanecer na corrida "até o último voto a ser dado." O objetivo, segundo ele, é chegar à convenção democrata, marcada para julho, na Filadélfia, "com tantos delegados quanto possível para lutar pela plataforma de um partido progressista".

Ao comentar sua vitória em quatro estados, Hillary Clinton disse que o Partido Republicano representa "o passado". Segundo ela, o foco de sua campanha é garantir a nomeação pelo Partido Democrata: "Vamos ganhar a nomeação e, em julho, vamos voltar a ser um partido unificado".

Depois de elogiar o adversário Sanders, no âmbito do partido, Hillary concentrou seu discurso nos republicanos. Segundo ela, as eleições deste ano provam que é possível criar um mundo onde o "amor triunfa sobre o ódio".

Fonte: Portal Terra – (27/04/2016)

Corrida eleitoral nos EUA se acirra e manifestantes protestam contra Trump

Centenas de pessoas protestaram nas ruas de Costa Mesa, na Califórnia, contra o empresário Donald Trump, que está na disputa para representar o Partido Republicano nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, em novembro deste ano. Várias comunidades de imigrantes se opõem à candidatura de Trump por temerem que, se eleito, ele adote políticas mais duras contra a permanência de estrangeiros no país.

Ostentando bandeiras dos Estados Unidos e do México, os manifestantes iniciaram os protestos ontem (28) à noite e prosseguiram na madrugada de hoje (29). Eles bloquearam ruas, danificaram pelo menos um carro da polícia, aos gritos de palavras de ordem como: "A rua é de quem? A rua é nossa!". Vinte pessoas foram presas, mas não houve feridos com gravidade, segundo informou a polícia.

Donald Trump apareceu ontem publicamente na Califórnia pela primeira vez desde o início de sua campanha. Ele esteve em um evento no condado de Orange, ao sul de Los Angeles, onde falou para correligionários sobre política de imigração. A população do condado de Orange é uma das mais conservadoras da Califórnia. "Queremos que as pessoas entrem [no país]. Mas eles têm de vir de forma legal", disse Trump. Ele também reiterou sua promessa de construir um muro na fronteira do país com o México, que pagaria pela obra.

Além de Trump, os demais candidatos republicanos – o senador do Texas, Ted Cruz, e o governador de Ohio, John Kasich – devem participar de reuniões com eleitores neste final de semana, na Califórnia, para disputar o apoio nas primárias do estado, que ocorrem em 7 de junho.

Antes da Califórnia, haverá primárias nos estados de Indiana, Nebraska, West Virginia, Kentucky, Oregon, Washington e no território de Guam. Haverá também assembleias eleitorais para escolha de delegados em Porto Rico e nas Ilhas Virgens. Em nenhum desses locais porém existe a possibilidade de Trump atingir o limite mínimo de 1.237 delegados necessários para ser o candidato nomeado do partido, segundo cálculos de comitês eleitorais.

Caso as previsões se confirmem, a Califórnia terá, pela primeira vez desde 1964, um papel decisivo na escolha do candidato republicano este ano, já que há 172 delegados em disputa no estado. Como a Califórinia é um dos últimos estados a fazer as consultas prévias, desde 1964 as primárias ocorrem com um dos candidatos republicanos já tendo atingido o número mínimo de delegados

Fonte: Agência Brasil – (29/04/2016)

Cruz e Kasich entram em acordo para tentar impedir nomeação de Trump

Os rivais republicanos na disputa pela indicação à candidatura à Presidência dos Estados UnidosTed Cruz e John Kasich anunciaram um acordo neste domingo (24) para liberar espaço entre eles em algumas próximas primárias estaduais, na esperança de bloquear o principal pré-candidato, Donald Trump, em sua tentativa de conquistar a nomeação presidencial do partido.

Cruz e Kasich sabem que sua única opção para deter Trump é uma convenção aberta, que pode escolher de maneira livre o candidato do partido caso nenhum aspirante chegue ao evento com os 1.237 delegados garantidos. Os republicanos realizarão sua convenção nacional entre os dias 18 e 21 de julho em Cleveland, Ohio.

A campanha de Cruz informou em comunicado que ele irá focar nas primárias nos estado de Indiana e dar a Kasich espaço em Oregon e Novo México, onde o governador de Ohio espera ir bem. Kasich, em troca, concordou em seguir para o oeste e longe de Indiana.

A primária de Indiana é em 3 de maio, Oregon em 17 de maio e Novo México em 7 de junho.

Trump ganhou a maior parte das disputadas estaduais, mas possui um intenso caminho para conseguir os 1.237 delegados necessários para a nomeação.

Trump lidera amplamente a disputa com 846 delegados, contra 563 de Cruz e 147 de Kasich.

"Ter Donald Trump na cabeça da chapa em novembro seria um desastre certo para os republicanos. Não apenas seria esmagado por (Hillary) Clinton ou (Bernie) Sanders, como tê-lo como nosso candidato faria o partido retroceder uma geração", afirmou Jeff Roe, chefe de campanha de Cruz, em um comunicado.

A equipe de Kasich, governador de Ohio, divulgou uma declaração similar.

"Nosso objetivo é ter uma convenção aberta em Cleveland (em julho), onde estamos confiantes que emergirá um candidato capaz de unir o partido e vencer em novembro", expressou. As campanhas de Cruz e Kasich acreditam que o acordo de ceder estados onde os candidatos parecem fortes pode limitar a habilidade de Trump de conseguir mais delegados.

Alguns estrategistas republicanos que se opõem a Trump pedem por um acordo de tal tipo há semanas. A questão para Cruz e Kasich é se o acordo foi realizado tarde demais.

Cinco estados votarão nesta terça-feira na disputa interna republicana - Connecticut, Delaware, Maryland, Pensilvânia e Rhode Island - e Trump lidera as pesquisas em todos eles.

'Desespero'

Trump, que se envolveu na semana passada em mais uma polêmica por sua suposta mudança de "personagem" durante a campanha, voltou a ser fiel ao seu estilo e recorreu ao Twitter para expressar seu ponto de vista.

Cruz e Kasich "vão conspirar para me manter longe da nomeação republicana. DESESPERO!", escreveu Trump.

Na semana passada, Trump havia chamado a atenção ao referir-se em eventos públicos ao "senador Ted Cruz", mas em sua mensagem no Twitter voltou a chamá-lo de "Lyin Ted" (Ted o mentiroso).

O duelo verbal entre Trump e Cruz subiu vários decibéis depois que um assessor do bilionário, Paul Manafort, disse aos líderes republicanos que aspirante estava apenas representando um personagem nesta fase da eleição partidária.

A este respeito, Cruz aumentou a sua crítica afirmando que Trump estava "mentindo para todo mundo". "Trump está fingindo ser um conservador para enganar os eleitores idiotas", declarou.

Trump respondeu que Cruz estava tentando "subornar" delegados para apoiá-lo na convenção do partido e voltou a criticar o sistema de eleição interna do partido, que ele definiu como "torcido".

Fonte: G1 – (25/04/2016)

Donald Trump mistura isolacionismo e mão dura em sua política externa

Isolacionismo e mão dura, realpolitik e militarismo. Donald Trump, provável candidato presidencial republicano para as eleições de novembro, apresentou na quarta-feira em Washington sua doutrina de política exterior. O magnata de Nova York coloca os interesses dos Estados Unidos como bem supremo. Resumiu com o mesmo slogan, "America first", América primeiro, que nos anos 40 era usado pelo líder e herói da aviação, Charles Lindbergh, contrário à participação do país na Segunda Guerra Mundial. A doutrina Trump combina o rechaço às intervenções internacionais com uma exaltação nacionalista e militar.

O discurso devia servir para realçar o caráter presidencial do candidato. Até alguns meses atrás, quase ninguém o levava a sério e ele era associado mais aos reality shows e revistas de fofoca que à possibilidade de chegar à Casa Branca e ter ao alcance do dedo o botão nuclear.

"Hoje, nossa política exterior é um desastre completo e total", disse Trump, que retratou a primeira potência mundial como um país que ninguém, nem inimigos nem aliados, respeita.

A equipe do Trump deu a entender que em Washington ele ia aparecer mais sério e presidencial que em seus comícios. Se esse era o objetivo, fracassou. Foi errático e contraditório, mais informal que solene, e não desfez o ceticismo do establishment com a possibilidade de que suceda o democrata Barack Obama como comandante-em-chefe.

Ele defendeu uma política exterior agressiva e, ao mesmo tempo, uma retirada estratégica. Repreendeu os aliados da OTAN por gastarem pouco com defesa e ameaçou deixá-los fora do guarda-chuva norte-americano, mas depois expressou sua vontade de conviver bem com os aliados árabes e com China e Rússia.

Se devemos procurar uma linha comum em sua doutrina, poderia ser definido como o isolacionismo militarista. Não é por acaso que a instituição que organizou o ato tenha sido o Centro para o Interesse Nacional, um think tank fundado pelo presidente Richard Nixon que segue a doutrina do realismo político, ou realpolitik, defendendo que são os interesses, e não os ideais, que devem guiar a política externa de um país. No Conselho de Administração do centro estão as figuras mais ilustres dessa escola, como Henry Kissinger e Brent Scowcroft. Trump começou repudiando a ideia de que é possível democratizar países "sem experiência ou interesse em se tornarem democracias ocidentais". Criticou a suposta complacência de Washington com os aliados europeus. Reclamou que os aliados não confiam mais nos EUA: o exemplo é Israel, supostamente abandonado por Obama em favor do Irã. Prometeu derrotar o Estado Islâmico: "Seus dias estão contados".

A China, segundo Trump, se aproveita da fraqueza dos líderes dos EUA e colocou em andamento "um ataque aos empregos e à riqueza norte-americana". Não mencionou o México, alvo habitual de seus ataques quando fala da imigração e do livre comércio, mas culpou o tratado com o México e o Canadá, assinado nos anos noventa, pela crise industrial.

O America first se aplica à diplomacia e ao comércio, sob a forma de políticas protecionistas. Trump acredita que o problema essencial dos EUA é que parou de colocar seus interesses antes que os do resto. "Nossos amigos e inimigos colocaram seus países acima do nosso e nós devemos fazer o mesmo, sem deixar de tratá-los bem", disse ele. "Não vamos entregar este país ou seu povo, à música falsa do globalismo".

A tradição isolacionista e realista, que nem sempre coincidem, estão enraizadas na direita dos EUA, mas não foi dominante nos últimos anos. O establishment do partido se identificou com o intervencionismo. Alguns neoconservadores famosos, que aconselharam o presidente George W. Bush na véspera da invasão do Iraque em 2003, sugerem que podem votar na candidata democrata Hillary Clinton na eleição presidencial.

Delicado equilíbrio

O discurso abre uma dança delicada entre Trump e o establishment republicano. Ele é um homem que chegou às portas da nomeação descartando boa parte das ideias do partido e insultando alguns de seus membros mais proeminentes. A cúpula do partido está horrorizada com a perspectiva de que seu candidato, seu novo líder, seja um demagogo inexperiente e com uma retórica xenófoba e misógina que assusta os eleitores necessários para ganhar a Casa Branca.

Trump se conecta, como demonstrou nos últimos meses, com as bases, também na política exterior. Há um cansaço de guerras nos EUA, depois da década de guerras fracassadas no Iraque e no Afeganistão. E o livre comércio provoca suspeitas: é visto como causa do desemprego, da realocação de empresas no exterior, da desindustrialização e da estagnação dos salários. Trump recolhe o mal-estar da base e adota posições opostas ao dogma republicano.

Um presidente Trump seria uma ruptura não só com o Partido Republicano, tradicionalmente o partido dos falcões, mas com a política exterior norte-americana. A candidata mais falcão dessas eleições provavelmente seja Clinton.

Fonte: El País Brasil – (28/04/2016)

IMPEACHMENT DO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL

Parlamento rejeita impeachment de presidente da África do Sul

O presidente sul-africano, Jacob Zuma, conseguiu respaldo de seu partido, o Congresso Nacional Africano (CNA), e sobreviveu a um voto de impeachment após o principal tribunal do país julgar que o mandatário violou a Constituição ao se negar a devolver dinheiro para reformar em sua residência.

O Parlamento votou nesta terça-feira uma moção para retirar Zuma do cargo, menos de uma semana depois de a Corte Constitucional determinar que o presidente não conseguiu defender a Constituição, ignorando uma ordem de pagar parte dos US$ 23 milhões em fundos estatais gastos em sua residência. A moção foi facilmente derrotada (233 contra e 143 a favor).

O pedido de impeachment, movido pela opositora Aliança Democrática (DA), já tinha fracasso esperado, considerando que o partido governista tem uma confortável maioria de 62% dos 400 assentos. Para destituir Zuma, a oposição precisaria de dois terços dos votos, com o apoio de mais de cem legisladores do CNA.

Zuma já garantiu o apoio de altos funcionários de seu partido na sexta-feira, depois de se desculpar pelo escândalo e dizer que devolverá o dinheiro. A Suprema Corte ordenou que ele deve, pessoalmente, restituir o dinheiro ao país.

— O presidente pediu desculpas e essa é a humildade necessária para qualquer líder — disse na segunda-feira o secretário-geral do CNA, Gwede Mantashe, depois de altos membros do partido se reunirem para discutir o futuro de Zuma.

Mantashe afirmou esperar que membros do CNA derrotem a moção contra o líder africano. Ele também rejeitou as preocupações de que o escândalo poderia afetar a popularidade do partido nas eleições municipais no final deste ano.

A decisão unânime do tribunal de 11 juízes, um pilar central da democracia estabelecido no final do apartheid, foi a última reviravolta de uma saga de seis anos sobre a residência Nkandla.

Alguns sul-africanos acreditam que o escândalo pode abalar a imagem do líder de 73 anos e, consequentemente, levar políticos a deixar a legenda governista.

Fonte: O Globo – (06/04/2016)

ANDERS BEHRING BREIVIK

Breivik ganha processo de direitos humanos contra a Noruega

O extremista de direita norueguês Anders Behring Breivik, de 37 anos, venceu parcialmente um processo judicial contra o Estado da Noruega, no qual ele afirma que seus direitos humanos foram desrespeitados na prisão.

Um tribunal de Oslo determinou nesta quarta-feira (20/04) que as condições prisionais de Breivik violam o artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que proíbe tratamento desumano e degradante.

Porém, a corte indeferiu a alegação de Breivik de que o governo norueguês teria também violado seu direito a uma vida privada e familiar e o seu direito à correspondência.

"O tribunal concluiu que as condições da prisão constituem um tratamento desumano", disse o comunicado da corte, alertando que o extremista de direita foi mantido em isolamento por quase cinco anos.

"A proibição de tratamento desumano e degradante é um valor fundamental numa sociedade democrática", prosseguiu o tribunal. "Isso se aplica em todos os casos, incluindo o tratamento dado a terroristas e assassinos."

A decisão também afirma que as autoridades norueguesas não deram atenção suficiente para a saúde mental de Breivik ao determinar suas condições de prisão.

No veredicto, a corte ordenou o governo a pagar os custos de Breivik com o processo, de 331 mil coroas norueguesas (cerca de 41 mil dólares).

Breivik argumentou que seu isolamento dos outros prisioneiros, as revistas corporais na presença de agentes mulheres e o fato de estar frequentemente algemado quando se movia entre as três células à sua disposição violaram seus direitos humanos.

Durante uma audiência de quatro dias na prisão onde ele cumpre sua pena, Breivik também reclamou da qualidade da comida e sobre ter que comer com talheres de plástico. O governo rejeitou suas queixas, dizendo que Breivik foi tratado humanamente, apesar da gravidade de seus crimes.

Os ataques executados por Breivik chocaram a Noruega em 22 de julho de 2011. Depois de meses de preparativos, o extremista detonou um carro-bomba perto da sede do governo em Oslo, matando oito pessoas e ferindo dezenas.

Em seguida, ele foi até a ilha de Utoya, onde abriu fogo contra um acampamento de verão da ala jovem do Partido Trabalhista. Na ilha, 69 pessoas foram mortas, a maioria adolescentes.

No ano seguinte, Breivik foi julgado e condenado a 21 anos de prisão. A pena pode ser entendida caso ele ainda seja considerado uma ameaça à sociedade.

Fonte: Deutsche Welle Brasil – (20/04/2016)

CUBA

Congresso cubano reelege Raúl Castro e frustra expectativas sobre sucessor

Raúl Castro, 84, deixará a Presidência de Cuba em 2018, mas continuará a comandar o País. O ditador foi ratificado como líder do Partido Comunista para um segundo mandato de cinco anos.

Outros veteranos mantiveram suas posições na hierarquia política, frustrando expectativas de quem esperava no 7º Congresso do PC, encerrado nesta terça (19), pistas sobre a sucessão em 2018.

A renovação na cúpula foi pequena, adiando para os próximos anos a troca de guarda no topo do regime.

O cuidado em não fazer movimentos bruscos marcou o congresso do partido, que aprovou a continuidade das medidas de abertura econômica aprovadas em 2011. No balanço do próprio governo, só 21% dessas reformas foram totalmente implementadas.

A grande expectativa era que surgissem indicações sobre a sucessão de Raúl. Ele comanda o País desde a saída de cena do irmão Fidel por problemas de saúde, em 2006. Mas o evento pouco mudou a estrutura de poder.

Como a reeleição de Raúl para o cargo máximo era mais ou menos esperada, as atenções se voltaram para o número dois do partido e substituto imediato do ditador em caso de necessidade.

Ali também não houve surpresas. Apesar do anúncio de Raúl sobre limitar a idade dos dirigentes, foi mantido José Ramón Machado Ventura, 85, um dos fundadores da agremiação. Ferrenho defensor da ortodoxia comunista, reforça as vozes contrárias às reformas econômicas.

O birô político do partido, principal instância de poder, foi ampliado de 14 para 17 membros, "incluindo quatro mulheres e cinco negros e mestiços", destacou Raúl.

Troca geracional

Para Jorge Dominguez, especialista em Cuba na Universidade Harvard, "a mudança está no futuro". A troca de gerações se dará por meio do limite máximo de 70 anos para assumir cargos de liderança anunciado por Raúl na abertura do Congresso.

"O velho birô só perdeu um de seus 13 membros titulares, mantendo todos os oito nascidos antes de 1945. Os cinco novos membros são da mesma vertente política", disse.

"O principal mecanismo de mudança será a aplicação da nova regra que estabelece limites de idade máxima para promoções. Pela nova regra, nenhum dos septuagenários do birô poderia suceder Raúl como primeiro-secretário".

No primeiro de grau da sucessão está o vice-presidente, Miguel Diaz-Canel, 56, que substituirá Raul em 2018 na Chefia do Executivo e é estrela ascendente no partido.

A cúpula foi mantida, mas o clima era de despedida.

Na presença do irmão, o comandante da Revolução Cubana, Fidel Castro, Raúl disse que este congresso, qüinqüenal, era "o último dirigido pela geração histórica", que sairá com a sensação de "dever cumprido".

Sobre a "atualização" do modelo socialista que iniciou em 2008, afirmou que o ritmo das reformas de abertura econômica dependem do "consenso" da sociedade, "sem precipitações nem muito menos improvisações que só conduziriam ao fracasso".

Realizado a portas fechadas entre os cerca de mil delegados e 200 convidados, o congresso do PC ratificou a continuidade das diretrizes econômicas aprovadas no último encontro, em 2011.

Na abertura, Raúl anunciara que as mudanças deverão levar a uma reforma constitucional, com possível aprovação por referendo popular.

A abertura é gradual e sem desvios do modelo socialista, diz o cientista político Luis Suarez Salazar, da Universidade de Havana. "Em nosso país não há corrente majoritária de opinião que ponha em risco o socialismo como modelo para o desenvolvimento, para a independência do país, para sua autodeterminação e para construirmos uma democracia diferente".

De agasalho azul, Fidel fez o discurso de encerramento e citou a proximidade da morte. "Em breve [agosto] completarei 90 anos, foi capricho do azar", disse.

"Ficarão as ideias dos comunistas cubanos. Aos irmãos da América Latina e do mundo, devemos transmitir que o povo cubano vencerá".

Fonte: Folha.com – (19/04/2016)

Chanceler britânico se reúne em Cuba com presidente Raúl Castro

Cuba anunciou nesta sexta-feira um acordo para "regularizar" sua dívida com o Reino Unido, no encerramento de uma histórica visita a Havana do chanceler britânico, Anthony Hammond, que se reuniu com o presidente Raúl Castro.

O líder cubano e o chanceler britânico "se congratularam pela assinatura do acordo que regulariza a dívida a médio e longo prazo de Cuba com o Reino Unido", assinalou Havana em nota oficial.

As autoridades cubanas e a embaixada britânica não revelaram o valor total da dívida.

Em dezembro, Cuba obteve um convênio com seus credores do Clube de Paris - entre eles França, Espanha e Reino Unido - para pagar 2,6 bilhões de dólares em 18 anos, após o perdão de 8,5 bilhões de dólares.

O acordo desta sexta-feira "deve contribuir para o desenvolvimento das relações econômicas, comerciais e financeiras entre as duas nações", assinalou Havana.

Durante seu encontro, Castro e Hammond "constataram os progressos" nas relações bilaterais e "as potencialidades" em áreas de interesse mútuo.

Hammond é o primeiro chefe da diplomacia britânica a visitar Cuba desde a vitória da revolução, em 1959.

Fonte: Jornal Zero Hora – (30/04/2016)

MEIO AMBIENTE

Senado aprova PEC que derruba licenciamento ambiental nas obras públicas

Em meio ao terremoto político que toma conta de Brasília, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira sem alarde, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que simplesmente rasga a legislação ambiental aplicada em processos de licenciamento de obras públicas.

A PEC 65, proposta em 2012 pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatada atualmente pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), estabelece que, a partir da simples apresentação de um Estudo Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. Na prática, isso significa que o processo de licenciamento ambiental, que analisa se um empreendimento é viável ou não a partir dos impactos socioambientais que pode gerar, deixa de existir.

Em um documento de apenas três páginas, os parlamentares informam que "a proposta inova o ordenamento jurídico", por não permitir "a suspensão de obra ou o seu cancelamento após a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental (EIA), exceto por fatos supervenientes". A mudança, sustentam os parlamentares "tem por objetivo garantir a celeridade e a economia de recursos em obras públicas sujeitas ao licenciamento ambiental, ao impossibilitar a suspensão ou cancelamento de sua execução após a concessão da licença".

O licenciamento ambiental, seja ele feito pelo Ibama ou por órgãos estaduais, estabelece que qualquer empreendimento tem que passar por três etapas de avaliação técnica. Para verificar a viabilidade de uma obra, é preciso os estudos de impacto e pedir sua licença prévia ambiental.

Ao obter a licença prévia, o empreendedor precisa ainda de uma licença de instalação, que permite o início efetivo da obra, processo que também é monitorado e que pode resultar em novas medidas condicionantes. Na terceira etapa, é dada a licença de operação, que autoriza a utilização do empreendimento, seja ele uma estrada, uma hidrelétrica ou uma plataforma de petróleo. O que a PEC 65 faz é ignorar essas três etapas.

"Estamos perplexos com a proposta. Isso acaba com legislação ambiental", disse a coordenadora da 4ª câmara de meio ambiente e patrimônio cultural do Ministério Público Federal, Sandra Cureau. A PEC 65/2012 precisa passar por votação no Plenário do Senado. Caso aprovada, a proposta seguirá para tramitação na Câmara e depois retornará ao Senado. Por fim, seguirá à sanção presidencial.

Fonte: Agência Estado – (28/04/2016)

Izabella Teixeira diz que é inaceitável flexibilizar licenciamento ambiental

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse hoje (29) que considera inaceitável a flexibilização do licenciamento ambiental para a realização de obras. Uma das tentativas neste sentido tramita no Senado, na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 65/2012, que permite o início do projeto apenas com apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo próprio empreendedor.

"Do meu ponto de vista, isto contraria a própria Constituição. O meio ambiente é um bem público e o licenciamento ambiental autoriza, em nome da sociedade, que o empreendedor privado se aproprie daquele meio ambiente, com aquela finalidade. Por isso existe o licenciamento ambiental e a avaliação de impacto ambiental. Do ponto de vista de qualquer legislação que queira provocar retrocessos naquilo que está consolidado, é inaceitável", disse Izabella, que participou do Congresso Mundial de Direito Ambiental, no Rio de Janeiro.

Segundo a ministra, a qualidade dos estudos de impacto que muitas empresas apresentam é "lamentável" e a lei não pode ser alterada para favorecer um setor. "Soluções unilaterais, que ninguém sabe a justificativa, são insuficientes para entender porque se quer mudar a legislação ambiental no país. É muito mais digno que o assunto seja debatido com base nos fatos e sejam construídas soluções para os problemas. Não devemos achar que podemos ter instituições individuais se apropriando de um bem público, sem discussão na sociedade."

Izabella Teixeira disse que os 13 anos de governos do PT trouxeram importantes avanços à legislação ambiental, que formam um legado a ser mantido. Segundo ela, a população e os movimentos sociais terão que ir às ruas pela manutenção das leis e iniciativas de preservação do meio ambiente, caso a presidenta Dilma Rousseff seja afastada e não termine o mandato.

Lei mais dura

O diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, também criticou a tentativa de flexibilização da lei ambiental brasileira.

"Penso que a legislação ambiental não é suficiente hoje. Por isso, precisamos reforçar as leis. Há um consenso na sociedade de que o país não pode destruir em nome do desenvolvimento. Quem paga pela poluição e pela destruição dos ecossistemas é a sociedade. Nos próximos anos tem que se endurecer a legislação. O sistema de licenciamento depende de duas partes: uma empresa e uma autoridade independente, da Justiça ou do governo", disse Steiner, que recebeu o Título de Cidadão Honorário do Estado do Rio de Janeiro e a Medalha Tiradentes durante o evento.

Segundo o diretor do Pnuma, em nenhum país que ele conheça o empreendedor da obra é o responsável pela concessão da licença ambiental.

O cacique Raoni - que ficou mundialmente famoso durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1992, a Rio 92 - pediu respeito pela natureza e pelos índios, com o prosseguimento das demarcações dos seus territórios. "Nós estamos lutando pelas demarcações das nossas terras. Atualmente vemos muito desmatamento em volta de nossos territórios e isso causa mudanças climática no país. A nossa luta é pelo futuro das populações indígenas", disse Raoni, que está com 85 anos.

Se houver mudança de governo, Raoni pediu que haja mais diálogo com os povos indígenas. "Todos nós queremos viver em um mundo melhor. Eu peço a eles a redução do desmatamento e da poluição, além de mais ação social para o nosso povo. Queremos mais demarcações, pois a natureza é a nossa base, é a nossa sobrevivência."

Fonte: Agência Brasil – (29/04/2016)

Mariana: relatório aponta contaminação de água

Segundo um relatório da Marinha, três tipos de metais pesados em alta concentração foram encontrados na área da foz do Rio Doce, no Espírito Santo, atingida pelos rejeitos após o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana.

A pesquisa havia ficado em sigilo por três meses e foi liberada nesta semana pelo Ibama. As amostras foram coletadas no litoral norte do estado em novembro de 2015. Foram encontradas altas concentrações de selênio e chumbo. O nível de manganês estava 27 vezes maior do que o permitido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Os metais pesados podem afetar a cadeia alimentar. Pessoas que entraram em contato com eles podem desenvolver doenças de pele, além de problemas gastrointestinais e cardiovasculares.

O resultado não aponta se a contaminação foi totalmente causada pelos rejeitos da lama.

Fonte: Band.com.br – (20/04/2016)

Marinha coloca relatório da lama do Rio Doce sob sigilo por 5 anos

O resultado das pesquisas feitas por um navio da Marinha do Brasil na foz do Rio Doce está sob sigilo por cinco anos, limitando o acesso apenas à União. A pesquisa mostra o impacto da lama de rejeitos da mineradora Samarco, que poluiu o rio e parte do mar no Norte do Espírito Santo, após o rompimento de uma barragem.

Apesar de ter como uma das propostas utilizar os dados das análises na região para que órgãos de diferentes esferas do governo desenvolvessem ações de recuperação da área, o documento não está à disposição da sociedade. O navio hidroceanográfico Vital de Oliveira realizou pesquisas em Regência, no município de Linhares, no Norte estado, em novembro de 2015.

De acordo com um dos integrantes do Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce e membro da ONG Transparência Capixaba, Edmar Camata, os órgãos solicitaram à Marinha do Brasil o acesso ao resultado das pesquisas, mas a resposta foi negativa.

A alegação é de que o documento estava classificado como 'informação sigilosa'. O termo de classificação de informação, que coloca o documento na condição de reservado, foi publicado em 11 de janeiro de 2016.

Sem informações

Para Edmar, os resultados são relevantes para a sociedade, e impedir que os cidadãos saibam o real conteúdo da pesquisa inflige a lei de Acesso à Informação.

"Existe uma carência muito grande de informação. Não há como estimar os danos produzidos pelo desastre, pela tragédia criminosa, que se abateu na bacia do Rio Doce, sem informações", informou.

Resposta

A Marinha do Brasil informou que conforme tratado entre todos os envolvidos no processo de pesquisa, caberia a ela repassar aos órgãos ambientas os resultados dos dados coletados, o que foi feito em 11 de janeiro, para então ser emitido, por aqueles órgãos competentes, um parecer técnico conclusivo do impacto ambiental.

Dessa forma, encerrou-se a participação da Marinha no processo de pesquisa. Em relação ao status de sigilo do relatório, a Marinha não se posicionou.

O Iema informou, por meio de nota, que recebeu o documento da Marinha, mas em caráter reservado. Os resultados obtidos até o momento com esta análise integrada das informações, foram apresentados em um seminário realizado com pesquisadores da Ufes e de outras universidades do país e representantes do Iema, Tamar, ICMBio e Ibama.

Fonte: G1 – (18/04/2016)

Quênia queima maior estoque ilegal de marfim da história e quer banir comércio do produto

O presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, ateou fogo neste sábado a 105 toneladas de marfim de elefantes e mais de uma tonelada de chifres de rinocerontes, em uma cerimônia realizada no Parque Nacional de Nairóbi. A estimativa é de que este tenha sido o maior volume de marfim já destruído na história.

A iniciativa é mais um esforço do Quênia para coibir o comércio internacional de marfim e produtos obtidos por meio da caça de animais ameaçados. No total, 11 pilhas de presas de marfim e uma de chifre de rinoceronte foram queimadas. "Chegou a hora de assumirmos uma posição e a posição é clara. O Quênia está declarando que o marfim não tem valor para nós, a não ser se estiver em nossos elefantes", declarou Kenyatta.

As pilhas correspondem a presas de mais de 8 000 elefantes e 343 rinocerontes abatidos, de acordo com o Serviço de Vida Selvagem do país. O valor estimado do material era de 150 milhões de dólares.

Alguns críticos sugeriram que o marfim e os chifres deveriam ter sido vendidos e o dinheiro arrecadado poderia ter sido usado em projetos de desenvolvimento e de proteção ambiental no país. Mas Kenyatta rebateu dizendo que o Quênia quer mostrar que o marfim não deve ter nenhum valor comercial. Alguns especialistas que acompanham o tema alertaram ainda que queimar as pilhas não será suficiente para impedir o abate de elefantes, pois grupos internacionais se aproveitam das fronteiras pouco vigiadas do país e da corrupção.

Espécies ameaçadas - O Quênia pretende pressionar pelo banimento total do comércio de marfim no 17º encontro da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas, que será realizado na África do Sul ainda este ano.

Em 1970, a população de elefantes na África chegava a 1,3 milhão de animais. Hoje, são apenas 500 000. Tanzânia, Gabão, Camarões, República Centro-Africana, Moçambique e República do Congo foram os países mais prejudicados pela caça de elefantes.

Fonte: Veja.com – (30/04/2016)

Questões:

1) César Cielo foi ouro olímpico nas Olimpíadas de Pequim (2008) nos:

a) 50m livre
b) 100m livre
c) 100m borboleta
d) 400m livre
e) Revezamento 4x100m

2) A PEC 65, aprovada em abril de 2016 pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, estabelece que:

a) Qualquer empreendimento, seja público ou privado, precisa passar por três etapas de licenciamento ambiental para ser aprovado: o Estudo de Impacto Ambiental, o Estudo de Impacto de Vizinhança e o Estudo de Impacto no Sistema Viário.

b) Empreendimentos privados precisam apenas da aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança para o início das obras.

c) Não é mais necessário aprovação de Estudo de Impacto para a realização de empreendimentos particulares.

d) Empreendimentos públicos e privados precisam apresentar apenas os Estudos de Impacto Ambiental e a licença de instalação para serem iniciados.

e) O empreendedor de obras públicas precisa apresentar apenas um Estudo de Impacto Ambiental. A partir daí, a obra não pode mais ser suspensa ou cancelada.

3) Donald Trump, candidato tido como "azarão" nas prévias como candidato pelo Partido Republicano às eleições norte-americanas, é um empresário do ramo de:

a) Petróleo e gás natural
b) Armamentos
c) Imobiliário
d) Alimentação
e) Agronegócios

4) Rogério Duarte foi um dos mentores do tropicalismo, movimento que teve como expoentes:

a) Vinícius de Moraes e João Bosco
b) Chico Buarque e Rita Lee
c) Elis Regina e João Gilberto
d) Caetano Veloso e Gilberto Gil
e) Sidney Magal e Roberto Carlos

5) Anders Behring Breivik foi condenado a 21 anos de prisão por cometer dois atentados que resultaram na morte de mais de 70 pessoas, em julho de 2001. Tais atentados aconteceram em:

a) Helsinque, na Finlândia
b) Oslo, na Noruega
c) Berlim, na Alemanha
d) Copenhague, na Dinamarca
e) Sófia, na Bulgária

6) (VUNESP - 2016 - MPE-SP - Oficial de Promotoria I) Em julho, EUA e Cuba retomaram suas relações diplomáticas e abriram embaixadas nos respectivos territórios depois de vários meses de negociações que puseram ponto final a mais de meio século de ruptura.

Apesar da reabertura das relações diplomáticas,

a) os Estados Unidos ainda mantêm o embargo econômico a Cuba.

b) os dois países não se decidiram sobre a necessidade de vistos para viajantes.

c) Cuba recusa-se a devolver as instalações da prisão de Guantánamo.

d) os cubanos residentes em Miami têm negados os vistos de permanência.

e) o governo cubano dificulta a presença de turistas estadunidenses no país.

7) Caso o processo de impeachment seja aprovado pelo Senado Federal, a presidente Dilma Rousseff:

a) Será afastada pelo período de 45 dias.

b) Pode apresentar recurso solicitando prazo para apresentação de uma nova defesa num período de 30 dias.

c) É afastada imediatamente e são convocadas novas eleições.

d) Será afastada por 90 dias.

e) Será afastada por 180 dias.

8) O ex-senador Gim Argello foi preso na 28ª fase da Operação Lava Jato, batizada de "Vitória de Pirro", por evidências de que teria:

a) Intermediado o pagamento de propinas a um doleiro investigado pela Operação.

b) Desviado recursos da Petrobras para a prática de "caixa-dois" na campanha da presidente Dilma Rousseff.

c) Cobrado propina para evitar que empreiteiros fossem convocados para depor em CPIs envolvendo a Petrobras.

d) Desviado recursos da merenda de escolas do Distrito Federal para o pagamento de propinas a partidos políticos.

e) Utilizado offshores para a prática de lavagem de dinheiro.

9) A proposta em discussão para o pagamento de dívidas dos Estados para com a União ficou em evidência em abril, pois geraria um grande rombo nas contas públicas, uma vez que pretende que, sobre tais dívidas serão cobrados juros compostos.

A afirmação é:

( ) Verdadeira ( ) Falsa

Gabarito: 1-A/2-E/3-C/4-D/5-B/6-A/7-E/8-C/9-Falsa



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-WINDOWS 7: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2010

O Windows é um sistema operacional produzidos pela Microsoft para uso em computadores. O Windows 7 foi lançado para empresas no dia 22 de julho de 2009, e começou a ser vendido livremente para usuários comuns dia 22 de outubro de 2009.

Diferente do Windows Vista, que introduziu muitas novidades, o Windows 7 é uma atualização mais modesta e direcionada para a linha Windows, tem a intenção de torná-lo totalmente compatível com aplicações e hardwares com os quais o Windows Vista já era compatível.

Apresentações dadas pela companhia no começo de 2008 mostraram que o Windows 7 apresenta algumas variações como uma barra de tarefas diferente, um sistema de "network" chamada de "HomeGroup", e aumento na performance.

· Interface gráfica aprimorada, com nova barra de tarefas e suporte para

telas touch screen e multi-táctil (multi-touch)

· Internet Explorer 8;

· Novo menu Iniciar;

· Nova barra de ferramentas totalmente reformulada;

· Comando de voz (inglês);

· Gadgets sobre o desktop;

· Novos papéis de parede, ícones, temas etc.;

· Conceito de Bibliotecas (Libraries), como no Windows Media Player,

integrado ao Windows Explorer;

· Arquitetura modular, como no Windows Server 2008;

· Faixas (ribbons) nos programas incluídos com o Windows (Paint e

WordPad, por exemplo), como no Office 2007;

· Aceleradores no Internet Explorer 8;

· Aperfeiçoamento no uso da placa de vídeo e memória RAM;

· Home Groups;

· Melhor desempenho;

· Windows Media Player 12;

· Nova versão do Windows Media Center;

· Gerenciador de Credenciais;

· Instalação do sistema em VHDs;

· Nova Calculadora, com interface aprimorada e com mais funções;

· Reedição de antigos jogos, como Espadas Internet, Gamão Internet e

Internet Damas;

· Windows XP Mode;

· Aero Shake;

Apesar do Windows 7 conter muitos novos recursos o número de capacidades e certos programas que faziam parte do Windows Vista não estão mais presentes ou mudaram, resultando na remoção de certas funcionalidades. Mesmo assim, devido ao fato de ainda ser um sistema operacional em desenvolvimento, nem todos os recursos podem ser definitivamente considerados excluídos.

Fixar navegador de internet e cliente de e-mail padrão no menu Iniciar e na área de trabalho (programas podem ser fixados manualmente).

Windows Photo Gallery, Windows Movie Maker, Windows Mail e Windows

Calendar foram substituídos pelas suas respectivas contrapartes do Windows Live, com a perda de algumas funcionalidades.

O Windows 7, assim como o Windows Vista, estará disponível em cinco diferentes edições, porém apenas o Home Premium, Professional e Ultimate serão vendidos na maioria dos países, restando outras duas edições que se concentram em outros mercados, como mercados de empresas ou só para países em desenvolvimento. Cada edição inclui recursos e limitações, sendo que só o Ultimate não tem limitações de uso. Segundo a Microsoft, os recursos para todas as edições do Windows 7 são armazenadas no computador.

Um dos principais objetivos da Microsoft com este novo Windows é proporcionar uma melhor interação e integração do sistema com o usuário, tendo uma maior otimização dos recursos do Windows 7, como maior autonomia e menor consumo de energia, voltado a profissionais ou usuários de internet que precisam interagir com clientes e familiares com facilidade, sincronizando e compartilhando facilmente arquivos e diretórios.

Comparando as edições

O Windows 7 tem três edições diferentes de um mesmo sistema operacional, que se adéquam as necessidades diárias de cada usuário essas edições são o Home Premium, o Professional e Ultimate.

Essas edições apresentam variações de uma para outra, como o Home Premium, que é uma edição básica, mas de grande uso para usuários que não apresentam grandes necessidades.

Os seus recursos são a facilidade para suas atividades diárias com a nova navegação na área de trabalho, o usuário pode abrir os programas mais rápida e facilmente e encontrar os documentos que mais usa em instantes.

Tornar sua experiência na Web mais rápida, fácil e segura do que nunca com o Internet Explorer 8, assistir a muitos dos seus programas de TV favoritos de graça e onde quiser, com a TV na Internet e criar facilmente uma rede doméstica e conectar seus computadores a uma impressora com o Grupo Doméstico.

Já o Professional apresenta todos esses recursos adicionados de outros que o deixam mais completo como o usuário pode executar vários programas de produtividade do Windows XP no Modo Windows XP, conectar-se a redes corporativas facilmente e com mais segurança com o Ingresso no Domínio e além do Backup e Restauração de todo o sistema encontrado em todas as edições, é possível fazer backup em uma rede doméstica ou corporativa.

O Ultimate também apresenta todos esses recursos acrescidos de outros que tornam sua funcionalidade completa com todos os recursos disponíveis nessa versão do sistema operacional como ajuda para proteger os dados do seu computador e de dispositivos de armazenamento portáteis contra perda ou roubo com o BitLocker e poder trabalhar no idioma de sua escolha ou alternar entre 35 idiomas.

Recursos

Segundo o site da própria Microsoft, os recursos encontrados no Windows 7 são fruto das novas necessidades encontradas pelos usuários. Muitos vêm de seu antecessor, Windows Vista, mas existem novas funcionalidades exclusivas, feitas para facilitar a utilização e melhorar o desempenho do SO (Sistema Operacional) no computador.

Vale notar que, se você tem conhecimentos em outras versões do Windows, não terá que jogar todo o conhecimento fora. Apenas vai se adaptar aos novos caminhos e aprender "novos truques" enquanto isso.

Tarefas Cotidianas

Já faz tempo que utilizar um computador no dia a dia se tornou comum. Não precisamos mais estar em alguma empresa enorme para precisar sempre de um computador perto de nós. O Windows 7 vem com ferramentas e funções para te ajudar em tarefas comuns do cotidiano.

Grupo Doméstico

Ao invés de um, digamos que você tenha dois ou mais computadores em sua casa. Permitir a comunicação entre várias estações vai te poupar de ter que ir fisicamente aonde a outra máquina está para recuperar uma foto digital armazenada apenas nele.

Com o Grupo Doméstico, a troca de arquivos fica simplificada e segura. Você decide o que compartilhar e qual os privilégios que os outros terão ao acessar a informação, se é apenas de visualização, de edição e etc.

Tela sensível ao toque

O Windows 7 está preparado para a tecnologia sensível ao toque com opção a multitoque, recurso difundido pelo iPhone.

O recurso multitoque percebe o toque em diversos pontos da tela ao mesmo tempo, assim tornando possível dimensionar uma imagem arrastando simultaneamente duas pontas da imagem na tela.

O Touch Pack para Windows 7 é um conjunto de aplicativos e jogos para telas sensíveis ao toque. O Surface Collage é um aplicativo para organizar e redimensionar fotos. Nele é possível montar slide show de fotos e criar papeis de parede personalizados. Essas funções não são novidades, mas por serem feitas para usar uma tela sensível a múltiplos toques as tornam novidades.

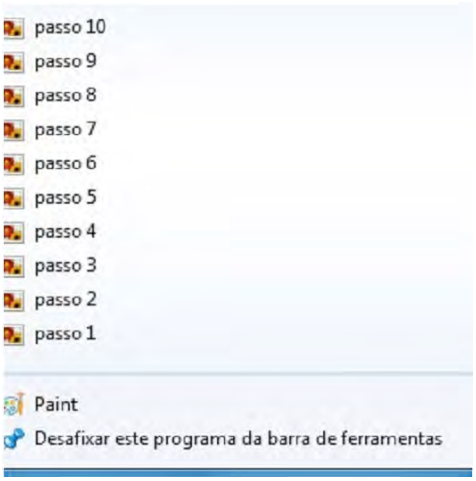


Microsoft Surface Collage, desenvolvido para usar tela sensível ao toque.

Lista de Atalhos

Novidade desta nova versão, agora você pode abrir diretamente um arquivo recente, sem nem ao menos abrir o programa que você utilizou. Digamos que você estava editando um relatório em seu editor de texto e precisou fechá-lo por algum motivo. Quando quiser voltar a trabalhar nele, basta clicar com o botão direito sob o ícone do editor e o arquivo estará entre os recentes.

Ao invés de ter que abrir o editor e somente depois se preocupar em procurar o arquivo, você pula uma etapa e vai diretamente para a informação, ganhando tempo.



Exemplo de arquivos recentes no Paint.

Pode, inclusive, fixar conteúdo que você considere importante. Se a edição de um determinado documento é constante, vale a pena deixá-lo entre os "favoritos", visto que a lista de recentes se modifica conforme você abre e fecha novos documentos.

Snap

Ao se utilizar o Windows por muito tempo, é comum ver várias janelas abertas pelo seu monitor. Com o recurso de Snap, você pode posicioná-las de um jeito prático e divertido. Basta apenas clicar e arrastá-las pelas bordas da tela para obter diferentes posicionamentos.

O Snap é útil tanto para a distribuição como para a comparação de janelas. Por exemplo, jogue uma para a esquerda e a outra na direita. Ambas ficaram abertas e dividindo igualmente o espaço pela tela, permitindo que você as veja ao mesmo tempo.

Windows Search

O sistema de buscas no Windows 7 está refinado e estendido. Podemos fazer buscas mais simples e específicas diretamente do menu iniciar, mas foi mantida e melhorada a busca enquanto você navega pelas pastas.

Menu iniciar

As pesquisas agora podem ser feitas diretamente do menu iniciar. É útil quando você necessita procurar, por exemplo, pelo atalho de inicialização de algum programa ou arquivo de modo rápido.

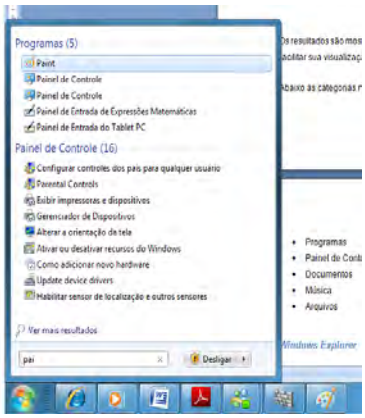
"Diferente de buscas com as tecnologias anteriores do Windows Search, a pesquisa do menu início não olha apenas aos nomes de pastas e arquivos.

Considera-se o conteúdo do arquivo, tags e propriedades também" (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 770).

Os resultados são mostrados enquanto você digita e são divididos em categorias, para facilitar sua visualização.

Abaixo as categorias nas quais o resultado de sua busca pode ser dividido.

· Programas
· Painel de Controle
· Documentos
· Música
· Arquivos



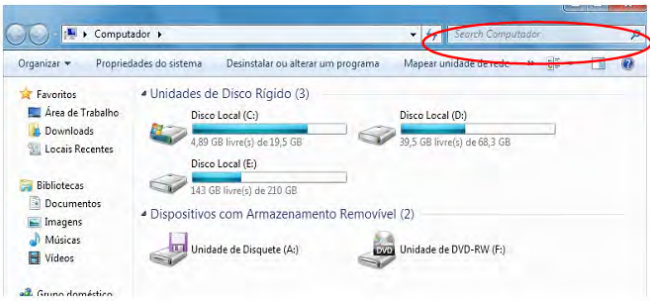
Ao digitar "pai" temos os itens que contêm essas letras em seu nome.

Windows Explorer

O que você encontra pelo menu iniciar é uma pequena parte do total disponível.

Fazendo a busca pelo Windows Explorer – que é acionado automaticamente quando você navega pelas pastas do seu computador – você encontrará uma busca mais abrangente.

Em versões anteriores, como no Windows XP, antes de se fazer uma busca é necessário abrir a ferramenta de busca. No Seven, precisamos apenas digitar os termos na caixa de busca, que fica no canto superior direito.



Windows Explorer com a caixa de busca (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 774).

A busca não se limita a digitação de palavras. Você pode aplicar filtros, por exemplo, buscar, na pasta músicas, todas as canções do gênero Rock. Existem outros, como data, tamanho e tipo. Dependendo do arquivo que você procura, podem existir outras classificações disponíveis.

Imagine que todo arquivo de texto sem seu computador possui um autor. Se você está buscando por arquivos de texto, pode ter a opção de filtrar por autores.

Controle dos pais

Não é uma tarefa fácil proteger os mais novos do que visualizam por meio do computador. O Windows 7 ajuda a limitar o que pode ser visualizado ou não. Para que essa funcionalidade fique disponível, é importante que o computador tenha uma conta de administrador, protegida por senha, registrada. Além disso, o usuário que se deseja restringir deve ter sua própria conta.

As restrições básicas que o Seven disponibiliza:

· Limite de Tempo: Permite especificar quais horas do dia que o PC pode ser utilizado.

· Jogos: Bloqueia ou permite jogar, se baseando pelo horário e também pela classificação do jogo. Vale notar que a classificação já vem com o próprio game.

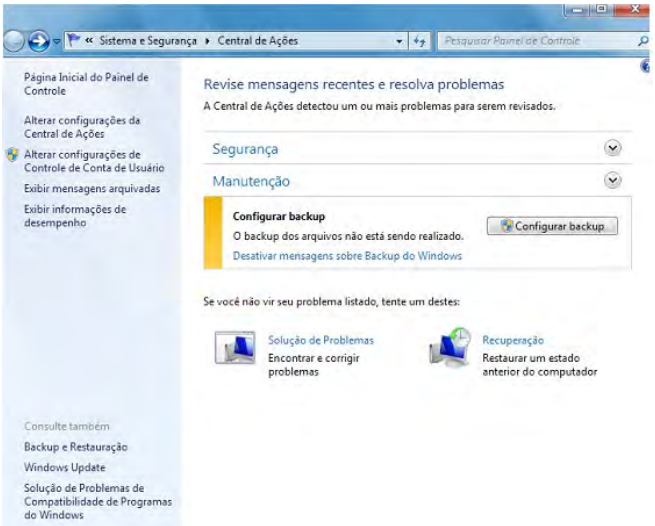
· Bloquear programas: É possível selecionar quais aplicativos estão autorizados a serem executados.

Fazendo download de add-on's é possível aumentar a quantidade de restrições, como controlar as páginas que são acessadas, e até mesmo manter um histórico das atividades online do usuário.

Central de ações

A central de ações consolida todas as mensagens de segurança e manutenção do Windows. Elas são classificadas em vermelho (importante – deve ser resolvido rapidamente) e amarelas (tarefas recomendadas).

O painel também é útil caso você sinta algo de estranho no computador. Basta checar o painel e ver se o Windows detectou algo de errado.



A central de ações e suas opções.

- Do seu jeito

O ambiente que nos cerca faz diferença, tanto para nossa qualidade de vida quanto para o desempenho no trabalho. O computador é uma extensão desse ambiente. O Windows 7 permite uma alta personalização de ícones, cores e muitas outras opções, deixando um ambiente mais confortável, não importa se utilizado no ambiente profissional ou no doméstico.

Muitas opções para personalizar o Windows 7 estão na página de Personalização1, que pode ser acessada por um clique com o botão direito na área de trabalho e em seguida um clique em Personalizar.

É importante notar que algumas configurações podem deixar seu computador mais lento, especialmente efeitos de transparência. Abaixo estão algumas das opções de personalização mais interessantes.

Papéis de Parede

Os papéis de parede não são tamanha novidade, virou praticamente uma rotina entre as pessoas colocarem fotos de ídolos, paisagens ou qualquer outra figura que as agrade. Uma das novidades fica por conta das fotos que você encontra no próprio SO. Variam de uma foto focando uma única folha numa floresta até uma montanha.

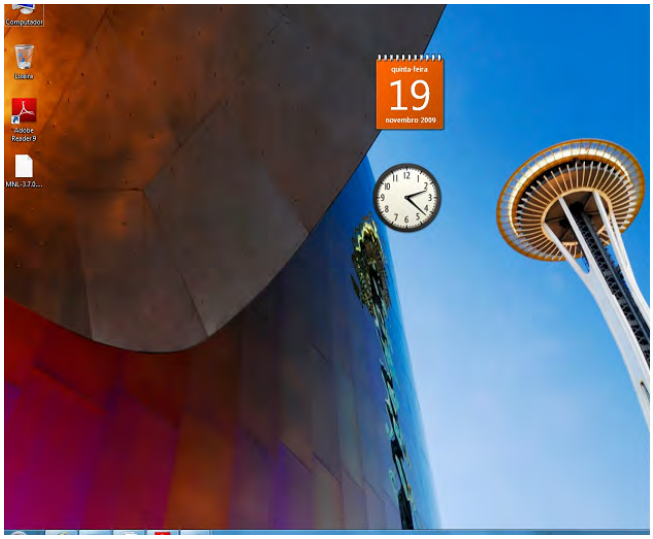
A outra é a possibilidade de criar um slide show com várias fotos. Elas ficaram mudando em sequência, dando a impressão que sua área de trabalho está mais viva.

Gadgets

As "bugigangas" já são conhecidas do Windows Vista, mas eram travadas no canto direito. Agora elas podem ficar em qualquer local do desktop.

Servem para deixar sua área de trabalho com elementos sortidos, desde coisas úteis – como uma pequena agenda – até as de gosto mais duvidosas – como uma que mostra o símbolo do Corinthians. Fica a critério do usuário o que e como utilizar.

O próprio sistema já vem com algumas, mas se sentir necessidade, pode baixar ainda mais opções da internet.



Gadgets de calendário e relógio.

Temas

Como nem sempre há tempo de modificar e deixar todas as configurações exatamente do seu gosto, o Windows 7 disponibiliza temas, que mudam consideravelmente os aspectos gráficos, como em papéis de parede e cores.

ClearType

"Clear Type é uma tecnologia que faz as fontes parecerem mais claras e suaves no monitor. É particularmente efetivo para monitores LCD, mas também tem algum efeito nos antigos modelos CRT(monitores de tubo). O Windows 7 dá suporte a esta tecnologia" (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 163, tradução nossa).

Novas possibilidades

Os novos recursos do Windows Seven abrem, por si só, novas possibilidades de configuração, maior facilidade na navega, dentre outros pontos. Por enquanto, essas novidades foram diretamente aplicadas no computador em uso, mas no Seven podemos também interagir com outros dispositivos.

Reproduzir em

Permitindo acessando de outros equipamentos a um computador com o Windows Seven, é possível que eles se comuniquem e seja possível tocar, por exemplo, num aparelho de som as músicas que você tem no HD de seu computador.

É apenas necessário que o aparelho seja compatível com o Windows Seven – geralmente indicado com um logotipo "Compatível com o Windows 7".

Streaming de mídia remoto

Com o Reproduzir em é possível levar o conteúdo do computador para outros lugares da casa. Se quiser levar para fora dela, uma opção é o Streaming de mídia remoto.

Com este novo recurso, dois computadores rodando Windows 7 podem compartilhar músicas através do Windows Media Player 12. É necessário que ambos estejam associados com um ID online, como a do Windows Live.

Personalização

Você pode adicionar recursos ao seu computador alterando o tema, a cor, os sons, o plano de fundo da área de trabalho, a proteção de tela, o tamanho da fonte e a imagem da conta de usuário. Você pode também selecionar "gadgets" específicos para sua área de trabalho.

Ao alterar o tema você inclui um plano de fundo na área de trabalho, uma proteção de tela, a cor da borda da janela sons e, às vezes, ícones e ponteiros de mouse.

Você pode escolher entre vários temas do Aero, que é um visual premium dessa versão do Windows, apresentando um design como o vidro transparente com animações de janela, um novo menu Iniciar, uma nova barra de tarefas e novas cores de borda de janela.

Use o tema inteiro ou crie seu próprio tema personalizado alterando as imagens, cores e sons individualmente. Você também pode localizar mais temas online no site do Windows. Você também pode alterar os sons emitidos pelo computador quando, por exemplo, você recebe um e-mail, inicia o Windows ou desliga o computador.

O plano de fundo da área de trabalho, chamado de papel de parede, é uma imagem, cor ou design na área de trabalho que cria um fundo para as janelas abertas. Você pode escolher uma imagem para ser seu plano de fundo de área de trabalho ou pode exibir uma apresentação de slides de imagens. Também pode ser usada uma proteção de tela onde uma imagem ou animação aparece em sua tela quando você não utiliza o mouse ou o teclado por determinado período de tempo. Você pode escolher uma variedade de proteções de tela do Windows.

Aumentando o tamanho da fonte você pode tornar o texto, os ícones e outros itens da tela mais fáceis de ver. Também é possível reduzir a escala DPI, escala de pontos por polegada, para diminuir o tamanho do texto e outros itens na tela para que caibam mais informações na tela.

Outro recurso de personalização é colocar imagem de conta de usuário que ajuda a identificar a sua conta em um computador. A imagem é exibida na tela de boas vindas e no menu Iniciar. Você pode alterar a imagem da sua conta de usuário para uma das imagens incluídas no Windows ou usar sua própria imagem.

E para finalizar você pode adicionar "gadgets" de área de trabalho, que são miniprogramas personalizáveis que podem exibir continuamente informações atualizadas como a apresentação de slides de imagens ou contatos, sem a necessidade de abrir uma nova janela.

Aplicativos novos

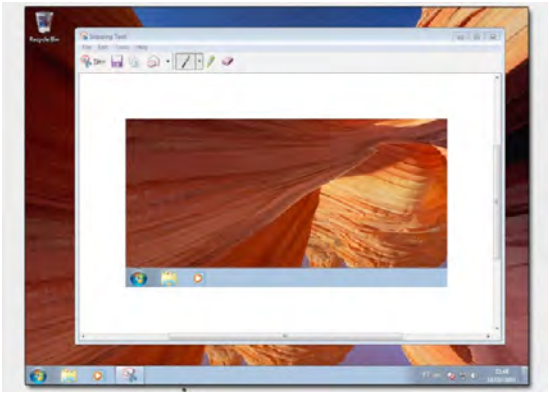
Uma das principais características do mundo Linux é suas versões virem com muitos aplicativos, assim o usuário não precisa ficar baixando arquivos após instalar o sistema, o que não ocorre com as versões Windows.

O Windows 7 começa a mudar essa questão, agora existe uma serie de aplicativos juntos com o Windows 7, para que o usuário não precisa baixar programas para atividades básicas.

Com o Sticky Notes pode-se deixar lembretes no desktop e também suportar entrada por caneta e toque.

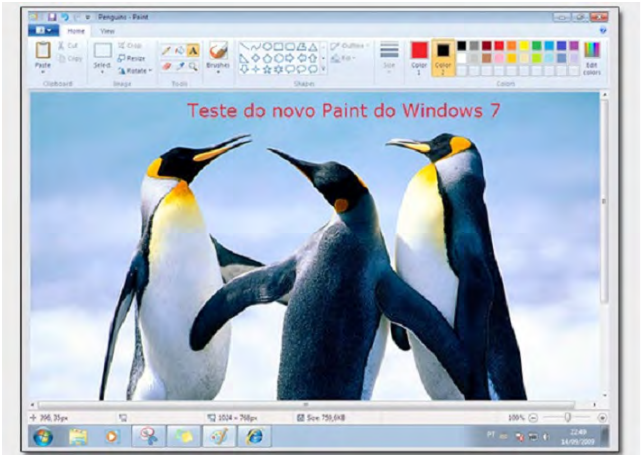
No Math Input Center, utilizando recursos multitoque, equações matemáticas escritas na tela são convertidas em texto, para poder adicioná-la em um processador de texto.

O print screen agora tem um aplicativo que permite capturar de formas diferentes a tela, como por exemplo, a tela inteira, partes ou áreas desenhadas da tela com o mouse.



Aplicativo de copiar tela (botão print screen).

O Paint foi reformulado, agora conta com novas ferramentas e design melhorado, ganhou menus e ferramentas que parecem do Office 2007.



Paint com novos recursos.

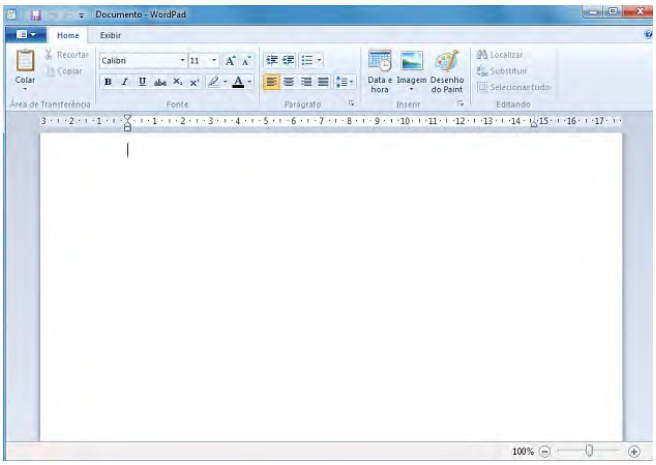
O WordPad também foi reformulado, recebeu novo visual mais próximo ao Word 2007, também ganhou novas ferramentas, assim se tornando um bom editor para quem não tem o Word 2007.

A calculadora também sofreu mudanças, agora conta com 2 novos modos, programador e estatístico. No modo programador ela faz cálculos binários e tem opção de álgebra booleana. A estatística tem funções de cálculos básicos.

Também foi adicionado recurso de conversão de unidades como de pés para metros.



Calculadora: 2 novos modos.



WordPad remodelado

Requisitos

Apesar desta nova versão do Windows estar mais leve em relação ao Vista, ainda é exigido uma configuração de hardware (peças) relativamente boa, para que seja utilizado sem problemas de desempenho.

Esta é a configuração mínima:
· Processador de 1 GHz (32-bit)
· Memória (RAM) de 1 GB
· Placa de Vídeo compatível com DirectX 9.0 e 32 MB de memória (sem
Windows Aero)
· Espaço requerido de 16GB
· DVD-ROM
· Saída de Áudio

Se for desejado rodar o sistema sem problemas de lentidão e ainda usufruir derecursos como o Aero, o recomendado é a seguinte configuração.

Configuração Recomendada:
· Processador de 2 GHz (32 ou 64 bits)
· Memória (RAM) de 2 GB
· Espaço requerido de disco rígido: 16 GB
· Placa de vídeo com suporte a elementos gráficos DirectX 9 com 256 MB
de memória (para habilitar o tema do Windows Aero)
· Unidade de DVD-R/W
· Conexão com a Internet (para obter atualizações)

Atualizar de um SO antigo

O melhor cenário possível para a instalação do Windows 7 é com uma máquina nova, com os requisitos apropriados. Entretanto, é possível utilizá-lo num computador antigo, desde que atenda as especificações mínimas.

Se o aparelho em questão possuir o Windows Vista instalado, você terá a opção de atualizar o sistema operacional. Caso sua máquina utilize Windows XP, você deverá fazer a re-instalação do sistema operacional.

Utilizando uma versão anterior a do XP, muito provavelmente seu computador não atende aos requisitos mínimos. Entretanto, nada impede que você tente fazer a reinstalação.

Atualização

"Atualizar é a forma mais conveniente de ter o Windows 7 em seu computador, pois mantém os arquivos, as configurações e os programas do Windows Vista no lugar" (Site da Microsoft, http://windows.microsoft.com/pt-
BR/windows7/help/upgrading-from-windows-vista-to-windows-7).

É o método mais adequado, se o usuário não possui conhecimento ou tempo para fazer uma instalação do método tradicional. Optando por essa opção, ainda devesse tomar cuidado com a compatibilidade dos programas, o que funciona no Vista nem sempre funcionará no 7.

Instalação

Por qualquer motivo que a atualização não possa ser efetuada, a instalação completa se torna a opção mais viável.

Neste caso, é necessário fazer backup de dados que se deseja utilizar, como drivers e documentos de texto, pois todas as informações no computador serão perdidas. Quando iniciar o Windows 7, ele vai estar sem os programas que você havia instalado e com as configurações padrão.

Desempenho

De nada adiantariam os novos recursos do Windows 7 se ele mantivesse a fama de lento e paranóico, adquirida por seu antecessor. Testes indicam que a nova versão tem ganhou alguns pontos na velocidade.

O Seven te ajuda automaticamente com o desempenho: "Seu sistema operacional toma conta do gerenciamento do processador e memória para você" (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 1041, tradução nossa).

Além disso, as tarefas recebem prioridades. Apesar de não ajudar efetivamente no desempenho, o Windows 7 prioriza o que o usuário está interagindo (tarefas "foreground").

Outras, como uma impressão, tem baixa prioridade pois são naturalmente lentas e podem ser executadas "longe da visão" do usuário, dando a impressão que o computador não está lento.

Essa característica permite que o usuário não sinta uma lentidão desnecessária no computador.

Entretanto, não se pode ignorar o fato que, com cada vez mais recursos e "efeitos gráficos", a tendência é que o sistema operacional se torne um forte consumidor de memória e processamento. O Seven disponibiliza vários recursos de ponta e mantêm uma performance satisfatória.

Monitor de desempenho

Apesar de não ser uma exclusividade do Seven, é uma ferramenta poderosa para verificar como o sistema está se portando. Podem-se adicionar contadores (além do que já existe) para colher ainda mais informações e gerar relatórios.

Monitor de recursos

Com o monitor de recursos, uma série de abas mostra informações sobre o uso do processador, da memória, disco e conexão à rede.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS VERSÕES

Windows 7 Starter

Como o próprio título acima sugere, esta versão do Windows é a mais simples e básica de todas. A Barra de Tarefas foi completamente redesenhada e não possui suporte ao famoso Aero Glass. Uma limitação da versão é que o usuário não pode abrir mais do que três aplicativos ao mesmo tempo.

Esta versão será instalada em computadores novo apenas nos países em desenvolvimento, como Índia, Rússia e Brasil. Disponível apenas na versão de 32 bits.

Windows 7 Home Basic

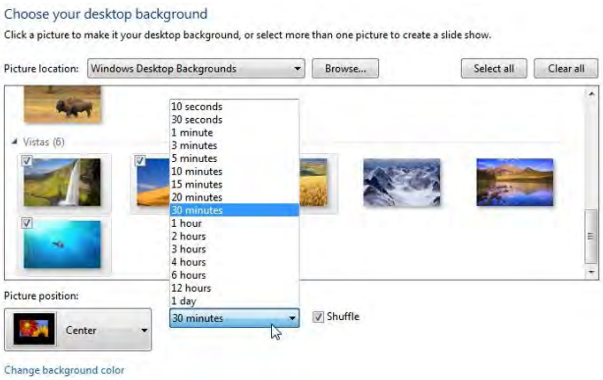
Esta é uma versão intermediária entre as edições Starter e Home Premium (que será mostrada logo abaixo). Terá também a versão de 64 bits e permitirá a execução de mais de três aplicativos ao mesmo tempo.

Assim como a anterior, não terá suporte para o Aero Glass nem para as funcionalidades sensíveis ao toque, fugindo um pouco da principal novidade do Windows 7. Computadores novos poderão contar também com a instalação desta edição, mas sua venda será proibida nos Estados Unidos.

Windows 7 Home Premium

Edição que os usuários domésticos podem chamar de "completa", a Home Premium acumula todas as funcionalidades das edições citadas anteriormente e soma mais algumas ao pacote.

Dentre as funções adicionadas, as principais são o suporte à interface Aero Glass e também aos recursos Touch Windows (tela sensível ao toque) e Aero Background, que troca seu papel de parede automaticamente no intervalo de tempo determinado. Haverá ainda um aplicativo nativo para auxiliar no gerenciamento de redes wireless, conhecido como Mobility Center.



Esta edição será colocada à venda em lojas de varejo e também poderá ser encontrada em computadores novos.

Windows 7 Professional, voltado às pequenas empresas

Mais voltada para as pequenas empresas, a versão Professional do Windows 7 possuirá diversos recursos que visam facilitar a comunicação entre computadores e até mesmo impressoras de uma rede corporativa.

Para isso foram desenvolvidos aplicativos como o Domain Join, que ajuda os computadores de uma rede a "se enxergarem" e conseguirem se comunicar. O Location Aware Printing, por sua vez, tem como objetivo tornar muito mais fácil o compartilhamento de impressoras.

Como empresas sempre estão procurando maneiras para se proteger de fraudes, o Windows 7 Professional traz o Encrypting File System, que dificulta a violação de dados. Esta versão também será encontrada em lojas de varejo ou computadores novos.

Windows 7 Enterprise, apenas para vários

Sim, é "apenas para vários" mesmo. Como esta é uma versão mais voltada para empresas de médio e grande porte, só poderá ser adquirida com licenciamento para diversas máquinas. Acumula todas as funcionalidades citadas na edição Professional e possui recursos mais sofisticados de segurança.

Dentre esses recursos estão o BitLocker, responsável pela criptografia de dados e o AppLocker, que impede a execução de programas não-autorizados. Além disso, há ainda o BrachCache, para turbinar transferência de arquivos grandes e também o DirectAccess, que dá uma super ajuda com a configuração de redes corporativas.

Windows 7 Ultimate, o mais completo e mais caro

Esta será, provavelmente, a versão mais cara de todas, pois contém todas as funcionalidades já citadas neste artigo e mais algumas. Apesar de sua venda não ser restrita às empresas, o Microsoft disponibilizará uma quantidade limitada desta versão do sistema.

Isso porque grande parte dos aplicativos e recursos presentes na Ultimate são dedicados às corporações, não interessando muito aos usuários comuns.

Recursos	Starter	Home Basic	Home Premium	Professional	Enterprise	Ultimate
Suporte à interface Aero Glass			👍	👍	👍	👍
Suporte ao Touch Windows			👍	👍	👍	👍
Execução de mais de três aplicativos		👍	👍	👍	👍	👍
Versão 64 bits		👍	👍	👍	👍	👍
Pré-instalada em computadores novos	👍	👍	👍	👍	👍	👍
Venda no Varejo			👍	👍	👍	👍
Aplicativo para auxiliar com a rede wireless			👍	👍	👍	👍
Domain Join, Location Aware Printing				👍	👍	👍
Encrypting File System				👍	👍	👍
BitLocker e AppLocker					👍	👍
BrachCache e DirectAccess					👍	👍

INSTALAR UM PROGRAMA

Você pode fazer muito com os programas e recursos incluídos no Windows, mas provavelmente desejará instalar outros programas.

A maneira como você adiciona um programa depende de onde estão localizados os arquivos de instalação do programa. Normalmente, os programas são instalados de um CD ou DVD, da Internet ou de uma rede. Se desejar desinstalar ou fazer alterações em um programa que já está instalado no computador, consulte Desinstalar ou alterar um programa.

Para instalar um programa de um CD ou DVD

Insira o disco no computador e siga as instruções na tela. É necessário ter permissão do administrador Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

Muitos programas instalados de CDs ou DVDs iniciam um assistente de instalação do programa automaticamente. Nesses casos, a caixa de diálogo Execução Automática será exibida e você poderá optar por executar o assistente.

Se um programa não começar a ser instalado, consulte as informações que o acompanham. Elas provavelmente fornecerão instruções para instalar o programa manualmente. Se não conseguir acessar as informações, você poderá navegar pelo disco e abrir o arquivo de instalação do programa, normalmente chamado de Setup.exe ou Install.exe.

Para instalar um programa da Internet

No navegador da Web, clique no link do programa.

Siga um destes procedimentos:

Para instalar o programa imediatamente, clique em Abrir ou Executar e siga as instruções na tela. É necessário ter permissão do administrador Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

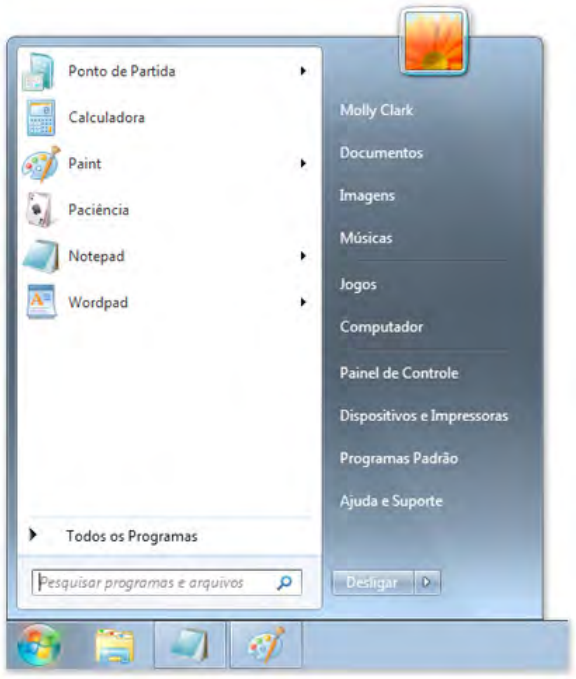
Para instalar o programa mais tarde, clique em Salvar e baixe o arquivo de instalação para o computador. Quando estiver pronto para instalar o programa, clique duas vezes no arquivo e siga as instruções na tela. Essa é uma opção mais segura, pois você pode verificar se há vírus no arquivo de instalação antes de continuar.

Observação

Ao baixar e instalar programas da Internet, assegure-se de que confia no fornecedor do programa e no site que o está oferecendo.

O MENU INICIAR (VISÃO GERAL)

O menu Iniciar é o portão de entrada para programas, pastas e configurações do computador. Ele se chama menu, pois oferece uma lista de opções, exatamente como o menu de um restaurante. E como a palavra “iniciar” já diz, é o local onde você iniciará ou abrirá itens.



Start menu

- Use o menu Iniciar para fazer as seguintes atividades comuns:
- Iniciar programas
- Abrir pastas usadas com frequência
- Pesquisar arquivos, pastas e programas
- Ajustar configurações do computador
- Obter ajuda com o Windows sistema operacional
- Desligar o computador
- Fazer logoff do Windows ou alternar para outra conta de usuário

Introdução ao menu Iniciar

Para abrir o menu Iniciar, clique no botão Iniciar no canto inferior esquerdo da tela. Ou pressione a tecla de logotipo do Windows no teclado.

O menu Iniciar está dividido em três partes básicas:

O painel esquerdo grande mostra uma lista breve de programas no computador. Pode haver variações na aparência dessa lista porque o fabricante do computador tem autonomia para personalizá-la. Clique em Todos os Programas para exibir uma lista completa de programas (mais informações adiante).

Na parte inferior do painel esquerdo está a caixa de pesquisa, que permite que você procure programas e arquivos no computador digitando os termos de pesquisa.

O painel direito dá acesso a pastas, arquivos, configurações e recursos mais usados. Nele também é possível fazer logoff do Windows ou desligar o computador.

Abrindo programas a partir do menu Iniciar

Um dos usos mais comuns do menu Iniciar é abrir programas instalados no computador. Para abrir um programa mostrado no painel esquerdo do menu Iniciar, clique nele. Isso abrirá o programa e fechará o menu Iniciar.

Se você não vir o programa que deseja, clique em Todos os Programas na parte inferior do painel esquerdo. O painel exibirá imediatamente uma longa lista de programas, em ordem alfabética, seguida por uma lista de pastas.

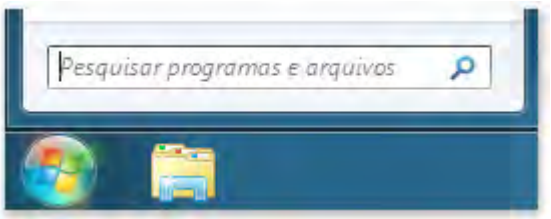
Se você clicar em um dos ícones do programa, ele será inicializado e o menu Iniciar será fechado. O que há dentro das pastas? Mais programas. Clique em Acessórios, por exemplo, e uma lista de programas armazenados nessa pasta aparecerá. Clique em qualquer programa para abri-lo. Para voltar aos programas que você viu quando abriu o menu Iniciar pela primeira vez, clique em Voltar perto da parte inferior do menu.

Se você não tiver certeza do que um programa faz, mova o ponteiro sobre o respectivo ícone ou nome. Aparecerá uma caixa com uma descrição do programa. Por exemplo, a ação de apontar para a Calculadora exibe esta mensagem: "Executa tarefas aritméticas básicas com uma calculadora na tela". Isso funciona também para itens no painel direito do menu Iniciar.

Você notará que, com o tempo, as listas de programas no menu Iniciar vão sendo alteradas. Isso acontece por dois motivos. Em primeiro lugar, quando você instala novos programas, eles são adicionados à lista Todos os Programas. Em segundo lugar, o menu Iniciar detecta quais programas você usa mais e os substitui no painel esquerdo para acesso rápido.

A caixa de pesquisa

A caixa de pesquisa é uma das maneiras mais convenientes de encontrar algo no computador. A localização exata dos itens não importa. A caixa de pesquisa fará uma busca rápida nos programas e em todas as pastas da sua pasta pessoal (que inclui Documentos, Imagens, Música, Área de Trabalho entre outras localizações comuns). Ela também pesquisará em mensagens de email, mensagens instantâneas salvas, compromissos e contatos.



A caixa de pesquisa do menu Iniciar

Para usar a caixa de pesquisa, abra o menu Iniciar e comece a digitar. Não é necessário clicar dentro da caixa primeiro. À medida que você digita, os resultados da pesquisa são exibidos acima da caixa de pesquisa, no painel esquerdo do menu Iniciar.

Será exibido um programa, um arquivo ou uma pasta como resultado da pesquisa se:

Alguma palavra no título corresponder ao termo pesquisado ou começar com ele.

Algum texto no conteúdo do arquivo (como o texto de um documento de processamento de texto) corresponder ao termo pesquisado ou começar com ele.

Alguma palavra em uma propriedade do arquivo, como o autor, corresponder ao temo pesquisado ou começar com ele.

Clique em qualquer resultado da pesquisa para abri-lo Ou clique no botão Apagar Imagem do botão Limpar da caixa de pesquisa no menu Iniciar para apagar os resultados da pesquisa e retornar à lista de programas principais.

Além de programas, arquivos, pastas e comunicações, a caixa de pesquisa também examina seus favoritos e o histórico de sites visitados. Se alguma dessas páginas da Web incluir o termo de pesquisa, ela aparecerá em um cabeçalho chamado "Favoritos e Histórico".

O que está no painel direito?

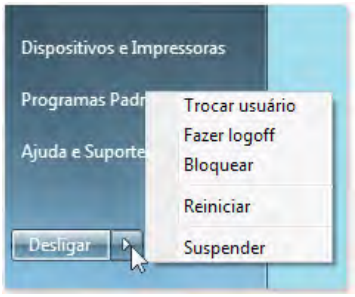
O painel direito do menu Iniciar contém links para partes do Windows que você provavelmente usará com mais frequência. Aqui estão elas, de cima para baixo:

- Pasta pessoal. Abre a pasta pessoal, que recebe o nome de quem está conectado no momento ao Windows. Por exemplo, se o usuário atual for Luciana Ramos, a pasta se chamará Luciana Ramos. Esta pasta, por sua vez, contém arquivos específicos do usuário, como as pastas Documentos, Música, Imagens e Vídeos.
- Documentos. Abre a pasta Documentos, na qual é possível armazenar e abrir arquivos de texto, planilhas, apresentações e outros tipos de documentos.
- Imagens. Abre a pasta Imagens, na qual é possível armazenar e exibir imagens digitais e arquivos gráficos.
- Música. Abre a pasta Músicas, na qual é possível armazenar e tocar música e outros arquivos de áudio.
- Jogos. Abre a pasta Jogos, na qual é possível acessar todos os jogos no computador.
- Computador. Abre uma janela na qual é possível acessar unidades de disco, câmeras, impressoras, scanners e outros hardwares conectados ao computador.
- Painel de Controle. Abre o Painel de Controle, no qual é possível personalizar a aparência e a funcionalidade do computador, instalar ou desinstalar programas, configurar conexões de rede e gerenciar contas de usuário.
- Dispositivos e Impressoras. Abre uma janela onde é possível exibir informações sobre a impressora, o mouse e outros dispositivos instalados no seu computador.
- Programas Padrão. Abre uma janela onde é possível selecionar qual programa você deseja que o Windows use para determinada atividade, como navegação na Web.

- Ajuda e Suporte. Abre a Ajuda e Suporte do Windows onde você pode procurar e pesquisar tópicos da Ajuda sobre como usar o Windows e o computador. Consulte Obtendo ajuda.

Na parte inferior do painel direito está o botão de Desligar. Clique no botão Desligar para desligar o computador.

O clique na seta ao lado do botão Desligar exibe um menu com opções adicionais para alternar usuários, fazer logoff, reiniciar ou desligar.



Clique no botão Desligar para desligar o computador ou clique na seta para verificar outras opções

Personalizar o menu Iniciar

Você pode controlar quais itens aparecerão no menu Iniciar. Por exemplo, você pode adicionar ícones de seus programas favoritos ao menu Iniciar para acesso rápido ou remover programas da lista. Também pode optar por ocultar ou exibir certos itens no painel direito.

USANDO MENUS, BOTÕES, BARRAS E CAIXAS

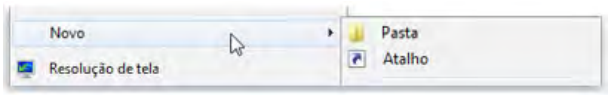
Menus, botões, barras de rolagem e caixas de seleção são exemplos de controles que funcionam com o mouse ou teclado. Esses controles permitem selecionar comandos, alterar configurações ou trabalhar com janelas. Esta seção descreve como reconhecer e usar controles que você encontrará com frequência ao usar o Windows.

Usando menus

A maioria dos programas contém dezenas ou até centenas de comandos (ações) que você usa para trabalhar. Muitos desses comandos estão organizados em menus. Como no cardápio de um restaurante, um menu de programa mostra uma lista de opções. Para manter a tela organizada, os menus ficam ocultos até que você clique em seus títulos na barra de menus, localizada imediatamente abaixo da barra de título.

Para escolher um dos comandos listados em um menu, clique nele. Às vezes, aparece uma caixa de diálogo na qual é possível selecionar mais opções. Se um comando não estiver disponível ou não puder ser clicado, ele será exibido em cinza.

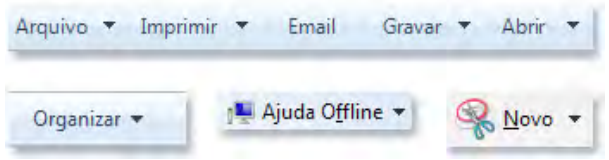
Alguns itens de menu não são comandos. Na realidade, eles abrem outros menus. Na figura a seguir, um submenu é aberto quando você aponta para "Novo".



Alguns comandos de menu abrem submenus

Se você não vir o comando que deseja, verifique outro menu. Mova o ponteiro do mouse pela barra de menus e eles se abrirão automaticamente, sem que você precise clicar na barra de menus outra vez. Para fechar um menu sem selecionar nenhum comando, clique na barra de menus ou em alguma outra parte da janela.

Nem sempre é fácil reconhecer menus, porque nem todos os controles de menu se parecem ou são exibidos em uma barra de menus. Como identificá-los então? Quando você vir uma seta ao lado de uma palavra ou imagem, é provável que seja um controle de menu. Veja alguns exemplos:



Exemplos de controles de menu

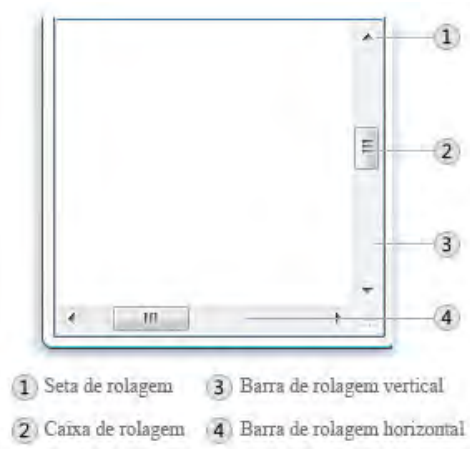
Dicas

Se um atalho de teclado estiver disponível para um comando, ele será mostrado ao lado do comando.

Você pode usar o teclado, em vez do mouse, para operar com os menus. Consulte Usando o teclado.

Usando barras de rolagem

Quando um documento, uma página da Web ou uma imagem excede o tamanho da janela, barras de rolagem aparecem para permitir que você veja as informações que estão fora de visão no momento. A figura a seguir mostra as partes de uma barra de rolagem.



Barras de rolagem horizontal e vertical

Para usar a barra de rolagem:

Clique nas setas de rolagem para cima ou para baixo para percorrer o conteúdo da janela em pequenas etapas. Mantenha o botão do mouse pressionado para rolar continuamente.

Para rolar uma página para cima ou para baixo, clique em uma área vazia de uma barra de rolagem acima ou abaixo da caixa de rolagem.

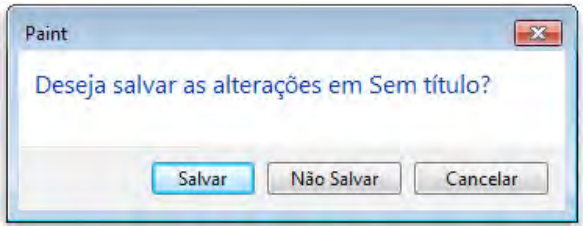
Arraste uma caixa de rolagem para cima, para baixo, para a esquerda ou para a direita para rolar a janela nessa direção.

Dica

Se o mouse tiver uma roda de rolagem, você poderá usá-la para percorrer documentos e páginas da Web. Para rolar para baixo, role a roda para trás (em direção a você). Para rolar para cima, role a roda para frente (em direção contrária a você).

Usando botões de comando

Um botão de comando executa um comando (uma ação) quando você clica nele. Você os verá com mais frequência em caixas de diálogo, que são pequenas janelas contendo opções para concluir uma tarefa. Por exemplo, se você fechar uma imagem do Paint sem salvá-la primeiro, verá uma caixa de diálogo como esta:



Caixa de diálogo com três botões

Para fechar a imagem, primeiro clique no botão Salvar ou Não Salvar. Clique em Salvar para salvar a imagem e as alterações; clique em Não Salvar para excluir a imagem e descartar as alterações. Se clicar em Cancelar, a caixa de diálogo será descartada e você retornará ao programa.

Dica

Pressionar a tecla Enter é o mesmo que clicar em um botão de comando que esteja selecionado.

Fora das caixas de diálogo, a aparência dos botões de comando varia; por isso, às vezes é difícil saber o que é ou não um botão. Por exemplo, os botões de comando costumam ser exibidos como pequenos ícones (imagens) sem texto ou moldura retangular.

A maneira mais confiável de determinar se um item é um botão de comando é colocar o ponteiro do mouse sobre ele. Se ele "acender" e surgir um contorno retangular em torno dele, trata-se de um botão. A maioria dos botões também exibe algum texto descrevendo sua função quando você aponta para eles.

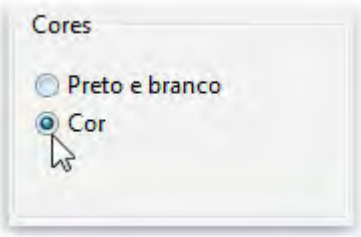
Se um botão se dividir em duas partes quando você apontar para ele, trata-se de um botão de divisão. Clique na parte principal do botão para executar um comando ou clique na seta para abrir um menu com mais opções.



Botões de divisão se dividem em duas partes quando você aponta para eles

Usando botões de opção

Os botões de opção permitem escolher entre duas ou mais opções. Normalmente aparecem em caixas de diálogo. A figura a seguir mostra dois botões de opção. A opção "Cor" está selecionada

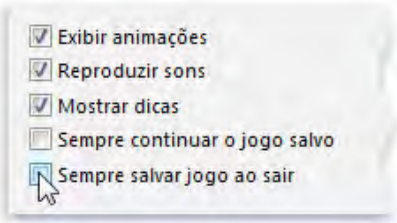


O clique em um botão seleciona esta opção

Para selecionar uma opção, clique em um dos botões. É possível selecionar apenas uma opção.

Usando caixas de seleção

As caixas de seleção permitem selecionar uma ou mais opções independentes. Ao contrário dos botões de opção, que restringem sua escolha a uma opção, as caixas de seleção permitem que você escolha várias opções ao mesmo tempo.



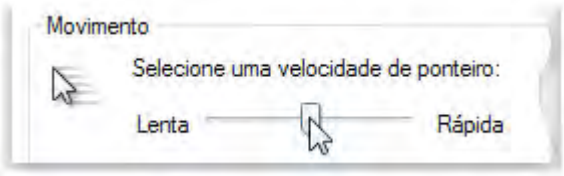
Clique em uma caixa de seleção vazia para selecionar esta opção

Para usar caixas de seleção:

- Clique em um quadrado vazio para selecionar ou "ativar" esta opção. Uma marca de seleção aparecerá no quadrado, indicando que a opção foi selecionada.
- Para desativar uma opção, desmarque (remova) sua marca de seleção clicando nela.
- Opções que não podem ser selecionadas ou desmarcadas no momento são mostradas em cinza.

Usando controles deslizantes

Um controle deslizante permite ajustar uma configuração em um intervalo de valores. Ele tem a seguinte aparência:



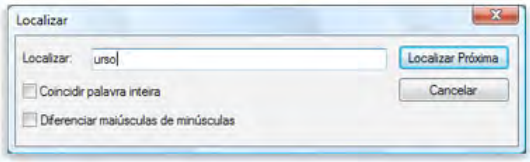
A ação de mover o controle deslizante altera a velocidade do ponteiro

Um controle deslizante ao longo da barra mostra o valor selecionado no momento. No exemplo acima, o controle deslizante está posicionado no meio do caminho entre Lenta e Rápida, indicando uma velocidade média do ponteiro.

Para usar um controle deslizante, arraste-o em direção ao valor desejado.

Usando caixas de texto

Uma caixa de texto permite digitar informações, como senha ou termo de pesquisa. A figura a seguir mostra uma caixa de diálogo contendo uma caixa de texto. Digitamos "urso" na caixa de texto.



Exemplo de uma caixa de texto em uma caixa de diálogo

Uma linha vertical intermitente chamada cursor indica onde aparecerá o texto que você digitar. No exemplo, você pode ver o cursor após o "o" de "urso". É possível mover facilmente o cursor clicando na nova posição. Por exemplo, para adicionar uma palavra antes de "urso", primeiro mova o cursor e clique antes do "u".

Se você não vir um cursor na caixa de texto, significa que a caixa de texto não está pronta para digitação. Primeiro clique na caixa e só depois comece a digitar.

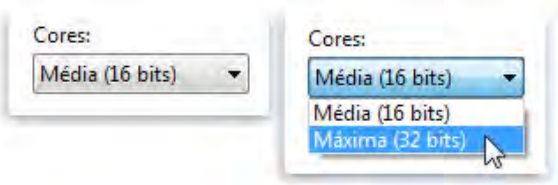
Caixas de texto que exigem senhas geralmente ocultam a senha quando você a digita, para o caso de alguém estar olhando para sua tela.



Caixas de texto que exigem senhas geralmente ocultam a senha

Usando listas suspensas

Listas suspensas são semelhantes a menus. Entretanto, em vez de clicar em um comando, você escolhe uma opção. Quando estão fechadas, as listas suspensas mostram somente a opção selecionada no momento. As outras opções disponíveis ficam ocultas até que você clique no controle, como mostra a figura abaixo:

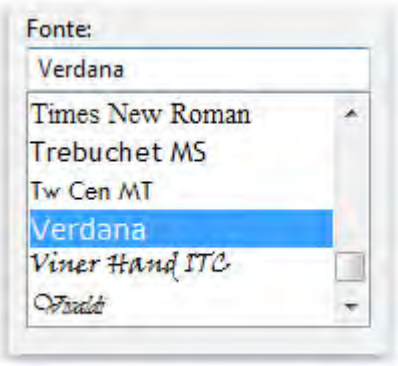


Uma lista suspensa fechada (à esquerda) e aberta (à direita)

Para abrir uma lista suspensa, clique nela. Para escolher uma opção na lista, clique na opção.

Usando caixas de listagem

Uma caixa de listagem exibe uma lista de opções para você escolher. Ao contrário da lista suspensa, as opções (todas ou algumas) já estão visíveis, sem que seja necessário abrir a lista.

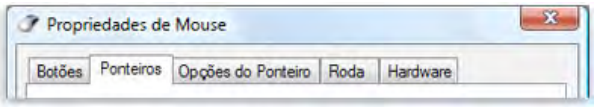


Caixa de listagem

Para escolher uma opção na lista, clique nela. Se a opção desejada não estiver visível, use a barra de rolagem para rolar a lista para cima ou para baixo. Se a caixa de listagem tiver uma caixa de texto acima dela, você poderá digitar o nome ou valor da opção.

Usando guias

Em algumas caixas de diálogo, as opções são divididas em duas ou mais guias. Somente uma guia (ou um conjunto de opções) pode ser visualizada por vez.



Guias

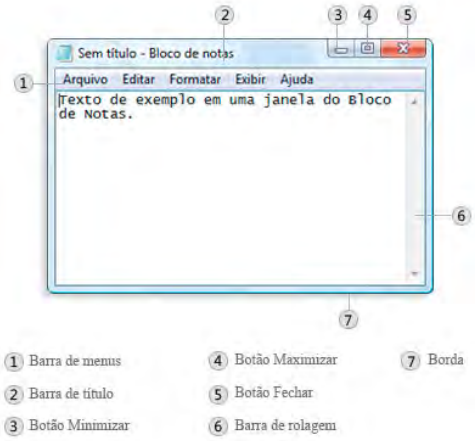
A guia selecionada no momento aparece na frente das outras guias. Para alternar para outra guia, clique nela.

TRABALHANDO COM JANELAS

Sempre que você abre um programa, um arquivo ou uma pasta, ele aparece na tela em uma caixa ou moldura chamada janela (daí o nome atribuído ao sistema operacional Windows, que significa Janelas em inglês). Como as janelas estão em toda parte no Windows, é importante saber como movê-las, alterar seu tamanho ou simplesmente fazê-las desaparecer.

Partes de uma janela

Embora o conteúdo de cada janela seja diferente, todas as janelas têm algumas coisas em comum. Em primeiro lugar, elas sempre aparecem na área de trabalho, a principal área da tela. Além disso, a maioria das janelas possuem as mesmas partes básicas.



Partes de uma janela típica

- Barra de título. Exibe o nome do documento e do programa (ou o nome da pasta, se você estiver trabalhando em uma pasta).
- Botões Minimizar, Maximizar e Fechar. Estes botões permitem ocultar a janela, alargá-la para preencher a tela inteira e fechá-la, respectivamente (mais detalhes sobre eles em breve).
- Barra de menus. Contém itens nos quais você pode clicar para fazer escolhas em um programa. Consulte Usando menus, botões, barras e caixas.
- Barra de rolagem. Permite rolar o conteúdo da janela para ver informações que estão fora de visão no momento.
- Bordas e cantos. É possível arrastá-los com o ponteiro do mouse para alterar o tamanho da janela.

Outras janelas podem ter botões, caixas ou barras adicionais, mas normalmente também têm as partes básicas.

Movendo uma janela

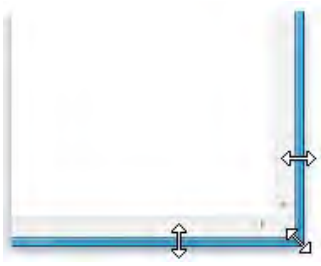
Para mover uma janela, aponte para sua barra de título com o ponteiro do mouse Imagem do ponteiro do mouse. Em seguida, arraste a janela para o local desejado. (Arrastar significa apontar para um item, manter pressionado o botão do mouse, mover o item com o ponteiro e depois soltar o botão do mouse.)

Alterando o tamanho de uma janela

Para que uma janela ocupe a tela inteira, clique em seu botão Maximizar ou clique duas vezes na barra de título da janela.

Para retornar uma janela maximizada ao tamanho anterior, clique em seu botão Restaurar (ele é exibido no lugar do botão Maximizar). ou clique duas vezes na barra de título da janela.

Para redimensionar uma janela (torná-la menor ou maior), aponte para qualquer borda ou canto da janela. Quando o ponteiro do mouse mudar para uma seta de duas pontas (veja a figura abaixo), arraste a borda ou o canto para encolher ou alargar a janela.



Arraste a borda ou o canto de uma janela para redimensioná-la

Não é possível redimensionar uma janela maximizada. Você deve primeiro restaurá-la ao tamanho anterior.

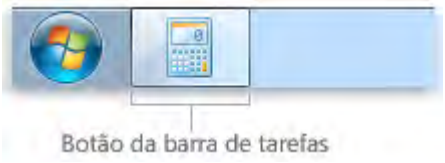
Observação

Embora a maioria das janelas possa ser maximizada e redimensionada, existem algumas janelas que têm tamanho fixo, como as caixas de diálogo.

Ocultando uma janela

Minimizar uma janela é o mesmo que ocultá-la. Se você deseja tirar uma janela temporariamente do caminho sem fechá-la, minimize-a.

Para minimizar uma janela, clique em seu botão Minimizar . A janela desaparecerá da área de trabalho e ficará visível somente como um botão na barra de tarefas, aquela barra longa horizontal na parte inferior da tela.



Botão da barra de tarefas

Para fazer uma janela minimizada aparecer novamente na área de trabalho, clique em seu respectivo botão da barra de tarefas. A janela aparecerá exatamente como estava antes de ser minimizada.

Fechando uma janela

O fechamento de uma janela a remove da área de trabalho e da barra de tarefas. Se você tiver terminado de trabalhar com um programa ou documento e não precisar retornar a ele imediatamente, feche-o.

Para fechar uma janela, clique em seu botão Fechar .

Observação

Se você fechar um documento sem salvar as alterações feitas, aparecerá uma mensagem dando-lhe a opção de salvar as alterações.

Alternando entre janelas

Se você abrir mais de um programa ou documento, a área de trabalho poderá ficar congestionada rapidamente. Manter o controle de quais janelas você já abriu nem sempre é fácil, porque algumas podem encobrir, total ou parcialmente, as outras.

Usando a barra de tarefas. A barra de tarefas fornece uma maneira de organizar todas as janelas. Cada janela tem um botão correspondente na barra de tarefas. Para alternar para outra janela, basta clicar no respectivo botão da barra de tarefas. A janela aparecerá na frente de todas as outras, tornando-se a janela ativa, ou seja, aquela na qual você está trabalhando no momento.

Para identificar com facilidade uma janela, aponte para seu botão da barra de tarefas. Quando você aponta para um botão na barra de tarefas, aparece uma visualização em miniatura dessa janela, seja o conteúdo um documento, uma foto ou até mesmo um vídeo em execução. Esta visualização é útil principalmente quando você não consegue identificar uma janela somente pelo título.



Colocar o cursor sobre o botão de uma janela na barra de tarefas exibe uma visualização da janela

Observação

Para visualizar miniaturas, seu computador deve oferecer suporte ao Aero. Para obter mais informações sobre o Aero, consulte O que é a experiência de área de trabalho do Aero?

Usando Alt+Tab. Você pode alternar para a janela anterior pressionando Alt+Tab, ou percorrer todas as janelas abertas e a área de trabalho mantendo pressionada a tecla Alt e pressionando repetidamente a tecla Tab. Solte Alt para mostrar a janela selecionada.

Usando o Aero Flip 3D. O Aero Flip 3D organiza as janelas em uma pilha tridimensional para permitir que você as percorra rapidamente. Para usar o Flip 3D:

Mantenha pressionada a tecla de logotipo do Windows e pressione Tab para abrir o Flip 3D.

Enquanto mantém pressionada a tecla de logotipo do Windows, pressione Tab repetidamente ou gire a roda do mouse para percorrer as janelas abertas. Você também pode pressionar Seta para a Direita ou Seta para Baixo para avançar uma janela, ou pressionar Seta para a Esquerda ou Seta para Cima para retroceder uma janela.

Solte a tecla de logotipo do Windows para exibir a primeira janela da pilha ou clique em qualquer parte da janela na pilha para exibir essa janela.



Aero Flip 3D

Dica

O Flip 3D faz parte da experiência de área de trabalho do Aero. Se o computador não oferecer suporte para o Aero, você poderá exibir os programas e janelas abertos no computador pressionando Alt+Tab. Para percorrer as janelas abertas, pressione a tecla Tab, pressione as teclas de direção ou use o mouse

Organizando janelas automaticamente

Agora que você sabe como mover e redimensionar janelas, pode organizá-las da maneira que quiser na área de trabalho. Também pode fazer com que o Windows as organize automaticamente em uma destas três formas: em cascata, lado a lado e empilhadas verticalmente.



Organize as janelas em cascata (à esquerda), lado a lado (à direita) ou em uma pilha vertical (no centro)

Para escolher uma dessas opções, abra algumas janelas na área de trabalho, clique com o botão direito do mouse em uma área vazia da barra de tarefas e clique em Janelas em cascata, Mostrar janelas empilhadas ou Mostrar janelas lado a lado.

Organizar janelas usando Ajustar

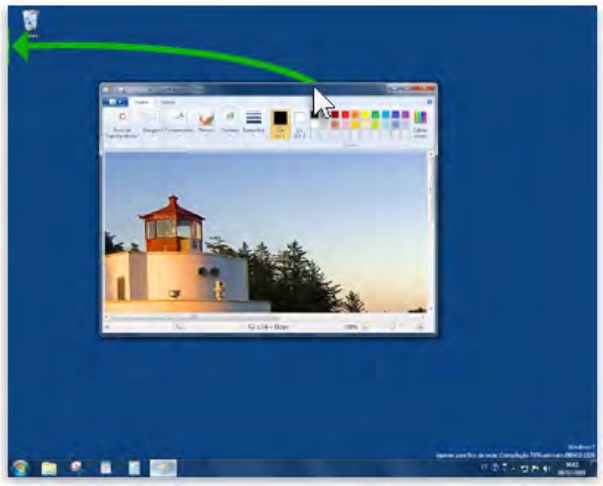
O recurso Ajustar redimensiona automaticamente as janelas quando você as move ou ajusta na borda da tela. Você pode usar o Ajustar para organizar janelas lado a lado, expandir janelas verticalmente ou maximizar uma janela.

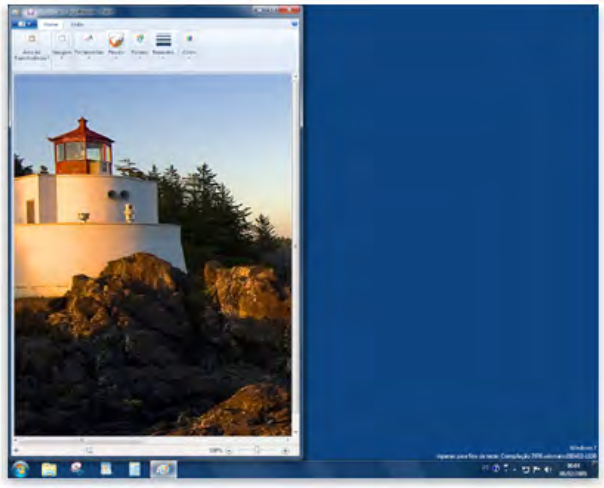
Para organizar janelas lado a lado

Arraste a barra de título de uma janela para a esquerda ou a direita da tela até ser exibido um contorno da janela expandida.

Libere o mouse para expandir a janela.

Repita as etapas 1 e 2 com outra janela para organizar as janelas lado a lado.

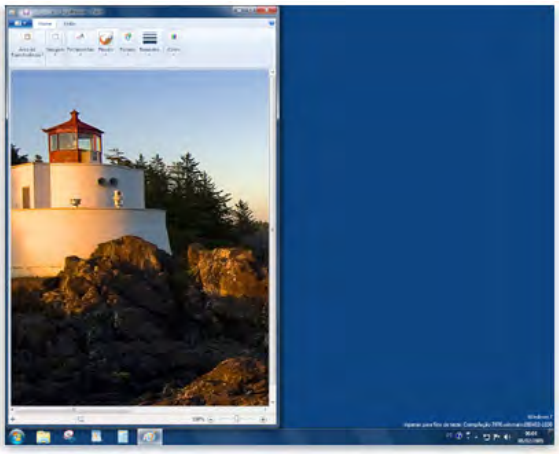




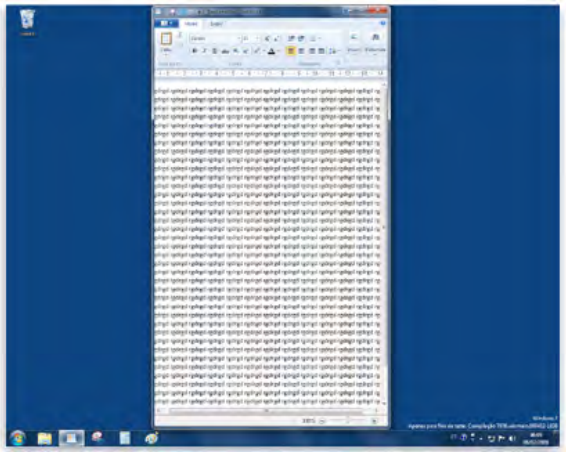
Arraste uma janela para o lado da área de trabalho para expandi-la até metade da tela.

Para expandir uma janela verticalmente

Aponte para a borda superior ou inferior da janela aberta até o ponteiro mudar para uma seta de duas pontas.



Arraste a borda da janela para a parte superior ou inferior da tela para expandir a a janela na altura total da área de trabalho. A largura da janela não é alterada.

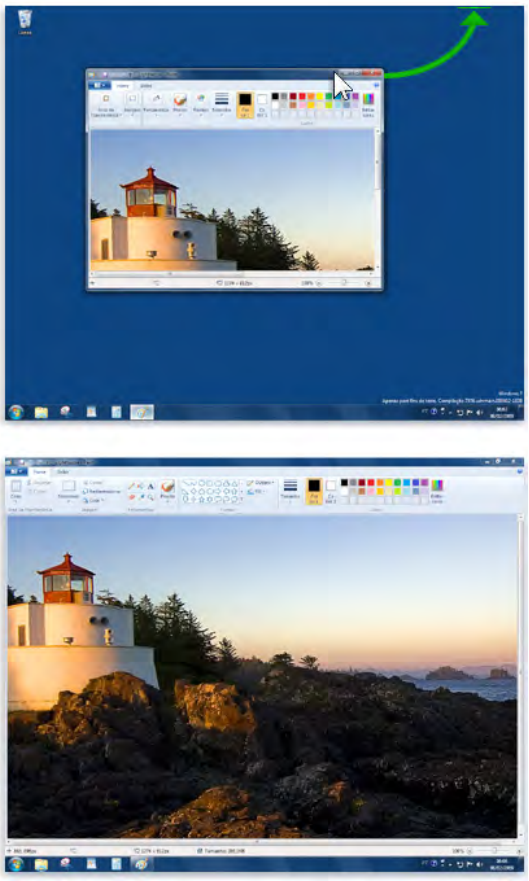


Arraste a parte superior ou inferior da janela para expandi-la verticalmente

Para maximizar uma janela

Arraste a barra de título da janela para a parte superior da tela. O contorno da janela se expande para preencher a tela.

Libere a janela para expandi-la e preencher toda a área de trabalho.



Arraste uma janela para a parte superior da área de trabalho para expandi-la totalmente

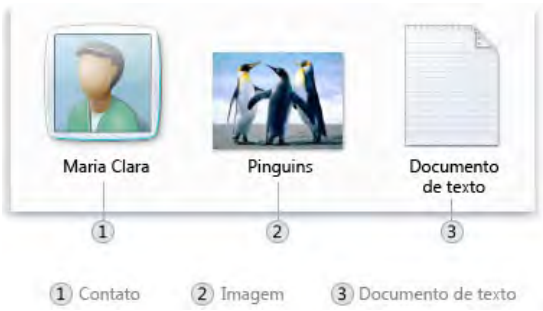
Caixas de diálogo

Uma caixa de diálogo é um tipo especial de janela que faz uma pergunta, fornece informações ou permite que você selecione opções para executar uma tarefa. Você verá caixas de diálogo com frequência quando um programa ou o Windows precisar de uma resposta sua antes de continuar.

Ao contrário das janelas comuns, a maioria das caixas de diálogo não podem ser maximizadas, minimizadas ou redimensionadas, mas podem ser movidas

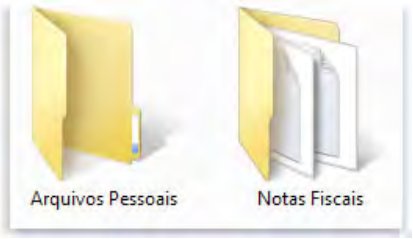
TRABALHANDO COM ARQUIVOS E PASTAS

Um arquivo é um item que contém informações, por exemplo, texto, imagens ou música. Quando aberto, um arquivo pode ser muito parecido com um documento de texto ou com uma imagem que você poderia encontrar na mesa de alguém ou em um arquivo convencional Em seu computador, os arquivos são representados por ícones; isso facilita o reconhecimento de um tipo de arquivo bastando olhar para o respectivo ícone. Veja a seguir alguns ícones de arquivo comuns:



Ícones de alguns tipos de arquivo

Uma pasta é um contêiner que pode ser usado para armazenar arquivos. Se você tivesse centenas de arquivos em papel em sua mesa, seria quase impossível encontrar um arquivo específico quando você dele precisasse. É por isso que as pessoas costumam armazenar os arquivos em papel em pastas dentro de um arquivo convencional. As pastas no computador funcionam exatamente da mesma forma. Veja a seguir alguns ícones de pasta comuns:



Uma pasta vazia (à esquerda); uma pasta contendo arquivos (à direita)

As pastas também podem ser armazenadas em outras pastas. Uma pasta dentro de uma pasta é chamada subpasta. Você pode criar quantas subpastas quiser, e cada uma pode armazenar qualquer quantidade de arquivos e subpastas adicionais.

Usando bibliotecas para acessar arquivos e pastas

Quando se trata de se organizar, não é necessário começar do zero. Você pode usar bibliotecas, um novo recurso desta versão do Windows, para acessar arquivos e pastas e organizá-los de diferentes maneiras. Esta é uma lista das quatro bibliotecas padrão e para que elas são usadas normalmente:

- Biblioteca Documentos. Use essa biblioteca para organizar documentos de processamento de texto, planilhas, apresentações e outros arquivos relacionados a texto. Para obter mais informações, consulte Gerenciando seus contatos.

Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Documentos são armazenados na pasta Meus Documentos.

- Biblioteca Imagens. Use esta biblioteca para organizar suas imagens digitais, sejam elas obtidas da câmera, do scanner ou de emails recebidos de outras pessoas. Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Imagens são armazenados na pasta Minhas Imagens.
- Biblioteca Músicas. Use esta biblioteca para organizar suas músicas digitais, como as que você copia de um CD de áudio ou as baixadas da Internet. Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Músicas são armazenados na pasta Minhas Músicas.

- Biblioteca Vídeos. Use esta biblioteca para organizar e arrumar seus vídeos, como clipes da câmera digital ou da câmera de vídeo, ou arquivos de vídeo baixados da Internet. Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Vídeos são armazenados na pasta Meus Vídeos.

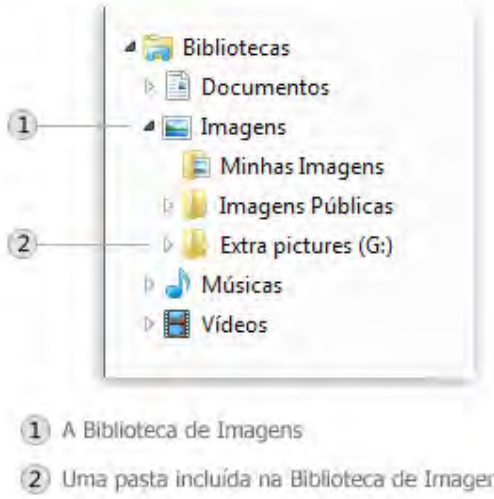
Para abrir as bibliotecas Documentos, Imagens ou Músicas, clique no botão Iniciar, em seguida, em Documentos, Imagens ou Músicas.



É possível abrir bibliotecas comuns a partir do menu Iniciar

Trabalhando com bibliotecas

Nas versões anteriores do Windows, o gerenciamento de arquivos significava organizá-los em pastas e subpastas diferentes. Nesta versão do Windows, você pode usar também bibliotecas para organizar e acessar arquivos, independentemente de onde eles estejam armazenados.



1 A Biblioteca de Imagens

2 Uma pasta incluída na Biblioteca de Imagens

Painel de navegação, mostrando a biblioteca de imagens com três pastas incluídas

Uma biblioteca reúne arquivos de diferentes locais e os exibe em uma única coleção, sem os mover de onde estão armazenados.

Seguem algumas ações que podem ser executadas com bibliotecas:

Criar uma nova biblioteca. Existem quatro bibliotecas padrão (Documentos, Músicas, Imagens e Vídeos), mas você pode criar novas bibliotecas para outras coleções.

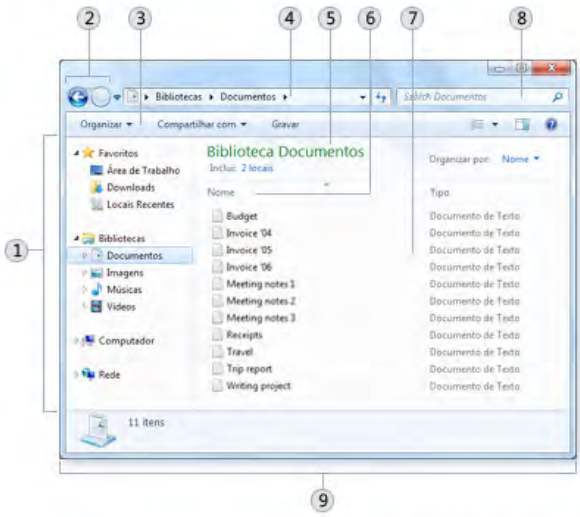
Organizar itens por pasta, data e outras propriedades. Os itens em uma biblioteca podem ser organizados de diferentes maneiras, usando o menu Organizar por, localizado no painel de bibliotecas (acima da lista de arquivos) de qualquer biblioteca aberta. Por exemplo, você pode organizar sua biblioteca de músicas por artista para encontrar rapidamente uma música de um determinado artista.

Incluir ou remover uma pasta. As bibliotecas reúnem conteúdo a partir das pastas incluídas ou dos locais de bibliotecas.

Alterar o local de salvamento padrão. O local de salvamento padrão determina onde um item é armazenado quando é copiado, movido ou salvo na biblioteca.

Compreendendo as partes de uma janela

Quando você abre uma pasta ou biblioteca, ela é exibida em uma janela. As várias partes dessa janela foram projetadas para facilitar a navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas. Veja a seguir uma janela típica e cada uma de suas partes:



1 Painel de navegação
2 Botões Voltar e Avançar
3 Barra de Ferramentas
4 Barra de endereços
5 Painel da biblioteca
6 Cabeçalhos de colunas
7 Lista de arquivos
8 A caixa de pesquisa
9 Painel de detalhes

Painel de navegação

Use o painel de navegação para acessar bibliotecas, pastas, pesquisas salvas ou até mesmo todo o disco rígido. Use a seção Favoritos para abrir as pastas e pesquisas mais utilizadas. Na seção Bibliotecas, é possível acessar suas bibliotecas. Você também pode usar a pasta Computador para pesquisar pastas e subpastas. Para obter mais informações, consulte Trabalhando com o painel de navegação.

Botões Voltar e Avançar

Use os botões Voltar e Avançar para navegar para outras pastas ou bibliotecas que você já tenha aberto, sem fechar, na janela atual. Esses botões funcionam juntamente com a barra de endereços. Depois de usar a barra de endereços para alterar pastas, por exemplo, você pode usar o botão Voltar para retornar à pasta anterior.

Barra de ferramentas

Use a barra de ferramentas para executar tarefas comuns, como alterar a aparência de arquivos e pastas, copiar arquivos em um CD ou iniciar uma apresentação de slides de imagens digitais. Os botões da barra de ferramentas mudam para mostrar apenas as tarefas que são relevantes. Por exemplo, se você clicar em um arquivo de imagem, a barra de ferramentas mostrará botões diferentes daqueles que mostraria se você clicasse em um arquivo de música.

Barra de endereços

Use a barra de endereços para navegar para uma pasta ou biblioteca diferente ou voltar à anterior. Para obter mais informações, consulte Navegar usando a barra de endereços.

Painel de biblioteca

O painel de biblioteca é exibido apenas quando você está em uma biblioteca (como na biblioteca Documentos). Use o painel de biblioteca para personalizar a biblioteca ou organizar os arquivos por propriedades distintas. Para obter mais informações, consulte Trabalhando com bibliotecas.

Títulos de coluna

Use os títulos de coluna para alterar a forma como os itens na lista de arquivos são organizados. Por exemplo, você pode clicar no lado esquerdo do cabeçalho da coluna para alterar a ordem em que os arquivos e as pastas são exibidos ou pode clicar no lado direito para filtrar os arquivos de maneiras diversas. (Observe que os cabeçalhos de coluna só estão disponíveis no modo de exibição Detalhes. Para aprender como alternar para o modo de exibição Detalhes, consulte 'Exibindo e organizando arquivos e pastas' mais adiante neste tópico).

Lista de arquivos

É aqui que o conteúdo da pasta ou biblioteca atual é exibido. Se você usou a caixa de pesquisa para localizar um arquivo, somente os arquivos que correspondam a sua exibição atual (incluindo arquivos em subpastas) serão exibidos.

A caixa de pesquisa

Digite uma palavra ou frase na caixa de pesquisa para procurar um item na pasta ou biblioteca atual. A pesquisa inicia assim que você começa a digitar. Portanto, quando você digitar B, por exemplo, todos os arquivos cujos nomes iniciarem com a letra B aparecerão na lista de arquivos. Para obter mais informações, consulte Localizar um arquivo ou uma pasta.

Painel de detalhes

Use o painel de detalhes para ver as propriedades mais comuns associadas ao arquivo selecionado. Propriedades do arquivo são informações sobre um arquivo, tais como o autor, a data da última alteração e qualquer marca descritiva que você possa ter adicionado ao arquivo. Para obter mais informações, consulte Adicionar marcas e outras propriedades a arquivos.

Painel de visualização

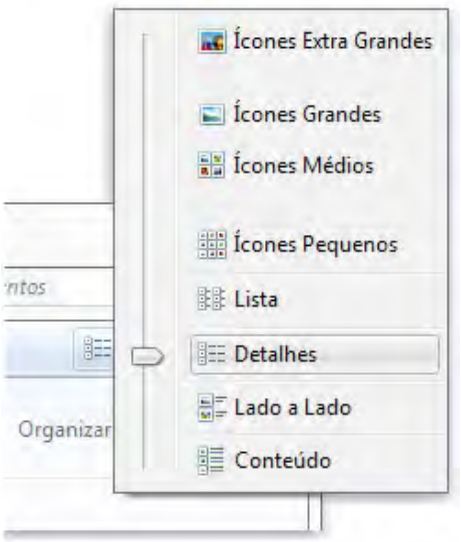
Use o painel de visualização para ver o conteúdo da maioria dos arquivos. Se você selecionar uma mensagem de e-mail, um arquivo de texto ou uma imagem, por exemplo, poderá ver seu conteúdo sem abri-lo em um programa. Caso não esteja vendo o painel de visualização, clique no botão Painel de visualização na barra de ferramentas para ativá-lo.

Exibindo e organizando arquivos e pastas

Quando você abre uma pasta ou biblioteca, pode alterar a aparência dos arquivos na janela. Por exemplo, talvez você prefira ícones maiores (ou menores) ou uma exibição que lhe permita ver tipos diferentes de informações sobre cada arquivo. Para fazer esses tipos de alterações, use o botão Modos de Exibição na barra de ferramentas.

Toda vez que você clica no lado esquerdo do botão Modos de Exibição, ele altera a maneira como seus arquivos e pastas são exibidos, alternando entre cinco modos de exibição distintos: Ícones grandes, Lista, um modo de exibição chamado Detalhes, que mostra várias colunas de informações sobre o arquivo, um modo de exibição de ícones menores chamado Lado a lado e um modo de exibição chamado Conteúdo, que mostra parte do conteúdo de dentro do arquivo.

Se você clicar na seta no lado direito do botão Modos de Exibição, terá mais opções. Mova o controle deslizante para cima ou para baixo para ajustar o tamanho dos ícones das pastas e dos arquivos. Você poderá ver os ícones alterando de tamanho enquanto move o controle deslizante.



As opções do botão Modos de Exibição

Em bibliotecas, você pode ir além, organizando seus arquivos de diversas maneiras. Por exemplo, digamos que você deseja organizar os arquivos na biblioteca Músicas por gênero (como Jazz e Clássico):

Clique no botão Iniciar e, em seguida, clique em Músicas.

No painel da biblioteca (acima da lista de arquivos), clique no menu próximo a Organizar por e em Gênero.

Localizando arquivos

Dependendo da quantidade de arquivos que você tem e de como eles estão organizados, localizar um arquivo pode significar procurar dentre centenas de arquivos e subpastas; uma tarefa nada simples. Para poupar tempo e esforço, use a caixa de pesquisa para localizar o arquivo.



A caixa de pesquisa

A caixa de pesquisa está localizada na parte superior de cada janela. Para localizar um arquivo, abra a pasta ou biblioteca mais provável como ponto de partida para sua pesquisa, clique na caixa de pesquisa e comece a digitar. A caixa de pesquisa filtra o modo de exibição atual com base no texto que você digita. Os arquivos serão exibidos como resultados da pesquisa se o termo de pesquisa corresponder ao nome do arquivo, a marcas e a outras propriedades do arquivo ou até mesmo à parte do texto de um documento.

Se você estiver pesquisando um arquivo com base em uma propriedade (como o tipo do arquivo), poderá refinar a pesquisa antes de começar a digitar. Basta clicar na caixa de pesquisa e depois em uma das propriedades exibidas abaixo dessa caixa. Isso adicionará um filtro de pesquisa (como "tipo") ao seu texto de pesquisa, fornecendo assim resultados mais precisos.

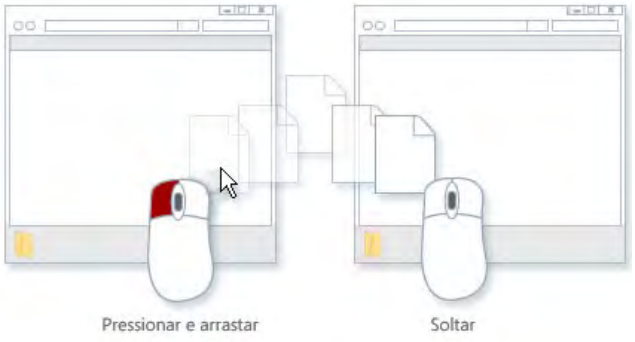
Caso não esteja visualizando o arquivo que está procurando, você poderá alterar todo o escopo de uma pesquisa clicando em uma das opções na parte inferior dos resultados da pesquisa. Por exemplo, caso pesquise um arquivo na biblioteca Documentos, mas não consiga encontrá-lo, você poderá clicar em Bibliotecas para expandir a pesquisa às demais bibliotecas. Para obter mais informações, consulte Localizar um arquivo ou uma pasta.

Copiando e movendo arquivos e pastas

De vez em quando, você pode querer alterar o local onde os arquivos ficam armazenados no computador. Por exemplo, talvez você queira mover os arquivos para outra pasta ou copiá-los para uma mídia removível (como CDs ou cartões de memória) a fim de compartilhar com outra pessoa.

A maioria das pessoas copiam e movem arquivos usando um método chamado arrastar e soltar. Comece abrindo a pasta que contém o arquivo ou a pasta que deseja mover. Depois, em uma janela diferente, abra a pasta para onde deseja mover o item. Posicione as janelas lado a lado na área de trabalho para ver o conteúdo de ambas.

Em seguida, arraste a pasta ou o arquivo da primeira pasta para a segunda. Isso é tudo.



Para copiar ou mover um arquivo, arraste-o de uma janela para outra

Ao usar o método arrastar e soltar, note que algumas vezes o arquivo ou a pasta é copiado e, outras vezes, ele é movido. Se você estiver arrastando um item entre duas pastas que estão no mesmo disco rígido, os itens serão movidos para que duas cópias do mesmo arquivo ou pasta não sejam criadas no mesmo local. Se você estiver arrastando o item para um pasta que esteja em outro local (como um local de rede) ou para uma mídia removível (como um CD), o item será copiado.

Dicas

A maneira mais fácil de organizar duas janelas na área de trabalho é usar Ajustar.

Se você copiar ou mover um arquivo ou pasta para uma biblioteca, ele será armazenado no local de salvamento padrão da biblioteca.

Outra forma de copiar ou mover um arquivo é arrastando-o da lista de arquivos para uma pasta ou biblioteca no painel de navegação. Com isso, não será necessário abrir duas janelas distintas.

Criando e excluindo arquivos

O modo mais comum de criar novos arquivos é usando um programa. Por exemplo, você pode criar um documento de texto em um programa de processamento de texto ou um arquivo de filme em um programa de edição de vídeos.

Alguns programas criam um arquivo no momento em que são abertos. Quando você abre o WordPad, por exemplo, ele inicia com uma página em branco. Isso representa um arquivo vazio (e não salvo). Comece a digitar e quando estiver pronto para salvar o trabalho, clique no botão Salvar no WordPad. Na caixa de diálogo exibida, digite um nome de arquivo que o ajudará a localizar o arquivo novamente no futuro e clique em Salvar.

Por padrão, a maioria dos programas salva arquivos em pastas comuns, como Meus Documentos e Minhas Imagens, o que facilita a localização dos arquivos na próxima vez.

Quando você não precisar mais de um arquivo, poderá removê-lo do computador para ganhar espaço e impedir que o computador fique congestionado com arquivos indesejados. Para excluir um arquivo, abra a respectiva pasta ou biblioteca e selecione o arquivo. Pressione Delete no teclado e, na caixa de diálogo Excluir Arquivo, clique em Sim.

Quando você exclui um arquivo, ele é armazenado temporariamente na Lixeira. Pense nela como uma rede de segurança que lhe permite recuperar pastas ou arquivos excluídos por engano. De vez em quando, você deve esvaziar a Lixeira para recuperar o espaço usado pelos arquivos indesejados no disco rígido.

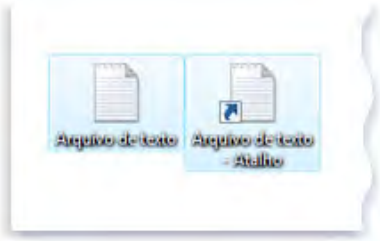
Abrindo um arquivo existente

Para abrir um arquivo, clique duas vezes nele. Em geral, o arquivo é aberto no programa que você usou para criá-lo ou alterá-lo. Por exemplo, um arquivo de texto será aberto no seu programa de processamento de texto.

Mas nem sempre é o caso. O clique duplo em um arquivo de imagem, por exemplo, costuma abrir um visualizador de imagens. Para alterar a imagem, você precisa usar um programa diferente. Clique com o botão direito do mouse no arquivo, clique em Abrir com e no nome do programa que deseja usar.

CRIAR OU EXCLUIR UM ATALHO

Um atalho é um link para um item (como um arquivo, uma pasta ou um programa) no computador. Você pode criar atalhos e colocá-los em um local conveniente, como na área de trabalho ou no painel de navegação (o painel à esquerda) de uma pasta, para que possa acessar com facilidade o item associado ao atalho. É possível diferenciar um atalho do arquivo original pela seta que aparece no ícone.



Um ícone de arquivo típico e o ícone de atalho relacionado

Para criar um atalho

Abra o local que contém o item para o qual você deseja criar um atalho.

Clique com o botão direito do mouse no item e clique em Criar atalho. O novo atalho será exibido no mesmo local do item original.

Arraste o novo atalho para o local desejado.

Dicas

Se o atalho estiver associado a uma pasta, será possível arrastá-lo para a seção Favoritos do painel de navegação de uma pasta.

Também é possível criar um atalho arrastando o ícone do lado esquerdo da barra de endereço (localizado na parte superior de qualquer janela de pasta) para um local, como a Área de trabalho. Essa é uma maneira rápida de criar um atalho para a pasta aberta no momento.

Para excluir um atalho

Clique com o botão direito do mouse no atalho a ser excluído, clique em Excluir e em Sim. É necessário ter permissão do administrador. Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

Observação

Quando você exclui um atalho, apenas ele é removido; o item original não é excluído.

Atalhos de teclado

Os atalhos de teclado são combinações de duas ou mais teclas que, quando pressionadas, podem ser usadas para executar uma tarefa que normalmente exigiria um mouse ou um dispositivo apontador. Os atalhos de teclado podem facilitar a interação com o computador, permitindo que você poupe tempo e esforço ao trabalhar com o Windows e outros programas.

A maioria dos programas também contém teclas de aceleração que facilitam o trabalho com menus e outros comandos. Verifique se os menus dos programas possuem teclas de aceleração. Normalmente, quando há uma letra sublinhada no menu, pressionar a tecla Alt juntamente com a letra sublinhada equivale a clicar no item de menu correspondente.

Pressionar a tecla Alt em alguns programas, como o Paint e o WordPad, mostra comandos rotulados com teclas adicionais que você pode pressionar para usar os comandos.

Você também pode criar novos atalhos de teclado para abrir programas. Para obter mais informações, consulte Criar atalhos de teclado para abrir programas.

Atalhos de teclado para Facilidade de Acesso

A tabela a seguir contém atalhos de teclado que podem facilitar o uso do computador.

Shift Direita por oito segundos Ativar e desativar as Teclas de Filtro

Alt Esquerda+Shift Esquerda+PrtScn (ou PrtScn) Ativar ou desativar o Alto Contraste

Alt Esquerda+Shift Esquerda+Num Lock Ativar ou desativar as Teclas do Mouse

Shift cinco vezes Ativar ou desativar as Teclas de Aderência

Num Lock por cinco segundos Ativar ou desativar as Teclas de Alternância

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +U Abrir a Central de Facilidade de Acesso

Atalhos de teclado gerais

A tabela a seguir contém atalhos de teclado gerais.

F1 Exibir a Ajuda

Ctrl+C Copiar o item selecionado

Ctrl+X Recortar o item selecionado

Ctrl+V Colar o item selecionado

Ctrl+Z Desfazer uma ação

Ctrl+Y Refazer uma ação

Delete Excluir o item selecionado e movê-lo para a Lixeira

Shift+Delete Excluir o item selecionado sem movê-lo para a Lixeira primeiro

F2 Renomear o item selecionado

Ctrl+Seta para a Direita Mover o cursor para o início da próxima palavra

Ctrl+Seta para a Esquerda Mover o cursor para o início da palavra anterior

Ctrl+Seta para Baixo Mover o cursor para o início do próximo parágrafo

Ctrl+Seta para Cima Mover o cursor para o início do parágrafo anterior

Ctrl+Shift com uma tecla de direção Selecionar um bloco de texto

Shift com qualquer tecla de direção Selecionar mais de um item em uma janela ou na área de trabalho ou selecionar o texto dentro de um documento

Ctrl com qualquer tecla de direção+Barra de Espaços Selecionar vários itens individuais em uma janela ou na área de trabalho

Ctrl+A Selecionar todos os itens de um documento ou janela

F3 Procurar um arquivo ou uma pasta

Alt+Enter Exibir as propriedades do item selecionado

Alt+F4 Fechar o item ativo ou sair do programa ativo

Alt+Barra de Espaços Abrir o menu de atalho para a janela ativa

Ctrl+F4 Fechar o documento ativo (em programas que permitem vários documentos abertos simultaneamente)

Alt+Tab Alternar entre itens abertos

Ctrl+Alt+Tab Usar as teclas de direção para alternar entre itens abertos

Ctrl+Roda de rolagem do mouse Alterar o tamanho dos ícones na área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +Tab Percorrer programas na barra de tarefas usando o Aero Flip 3-D

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +Tab Usar as teclas de seta para percorrer os programas na barra de tarefas utilizando o Aero Flip 3-D

Alt+Esc Percorrer os itens na ordem em que foram abertos

F6 Percorrer os elementos da tela em uma janela ou na área de trabalho

F4 Exibir a lista da barra de endereços no Windows Explorer

Shift+F10 Exibir o menu de atalho para o item selecionado

Ctrl+Esc Abrir o menu Iniciar

Alt+letra sublinhada Exibir o menu correspondente

Alt+letra sublinhada Executar o comando do menu (ou outro comando sublinhado)

F10 Ativar a barra de menus no programa ativo

Seta para a Direita Abrir o próximo menu à direita ou abrir um submenu

Seta para a Esquerda Abrir o próximo menu à esquerda ou fechar um submenu

F5 Atualizar a janela ativa

Alt+Seta para Cima Exibir a pasta um nível acima no Windows Explorer

Esc Cancelar a tarefa atual

Ctrl+Shift+Esc Abrir o Gerenciador de Tarefas

Shift quando inserir um CD Evitar que o CD seja executado automaticamente

Atalhos de teclado de caixas de diálogo

A tabela a seguir contém atalhos de teclado para uso em caixas de diálogo.

Ctrl+Tab Avançar pelas guias

Ctrl+Shift+Tab Recuar pelas guias

Tab Avançar pelas opções

Shift+Tab Recuar pelas opções

Alt+letra sublinhada Executar o comando (ou selecionar a opção) corresponde a essa letra

Enter Substituir o clique do mouse em muitos comandos selecionados

Barra de Espaços Marcar ou desmarcar a caixa de seleção caso a opção ativa seja uma caixa de seleção

Teclas de direção

Selecionar um botão caso a opção ativa seja um grupo de botões de opção

F1 Exibir a Ajuda

F4 Exibir os itens na lista ativa

Backspace Abrir uma pasta um nível acima caso uma pasta esteja selecionada na caixa de diálogo Salvar como ou Abrir

Atalhos de teclado da tecla do logotipo do Windows

A tabela a seguir contém os atalhos de teclado que usam a tecla de logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows.

Windows tecla do logotipo Imagem da tecla de logotipo do Windows Abrir ou fechar o menu Iniciar

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Pause Exibir a caixa de diálogo Propriedades do Sistema

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +D Exibir a área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + M Minimizar todas as janelas

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +SHIFT+M Restaurar janelas minimizadas na área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +E Abrir computador

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +F Procurar um arquivo ou uma pasta

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + F Procurar computadores (se você estiver em uma rede)

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + L Bloquear o computador ou alternar usuários

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +R Abrir a caixa de diálogo Executar

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +T Percorrer programas na barra de tarefas

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Iniciar o programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número. Se o programa já estiver sendo executado, alterne para ele.

Shift + Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Iniciar a nova instância do programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número.

Ctrl + Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Alternar para a última janela ativa do programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número.

Alt + Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Abrir a Lista de Atalhos para o programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número.

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +Tab Percorrer os programas na barra de tarefas usando o Aero Flip 3-D

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +Tab Usar as teclas de seta para percorrer os programas na barra de tarefas utilizando o Aero Flip 3-D

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + B Alternar para o programa que exibiu uma mensagem na área de notificação

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+Barra de Espaços Visualizar a área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Seta para Cima Maximizar a janela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Seta para a Esquerda Maximizar a janela à esquerda da tela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Seta para a Direita Maximizar a janela à direita da tela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Seta para Baixo Minimizar a janela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Home Minimizar todas as janelas, menos a ativa

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Shift + Seta para Cima Ampliar a janela verticalmente na tela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Shift + Seta para a Esquerda ou para a Direita Mover uma janela de um monitor para outro

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + P Escolher um modo de exibição da apresentação

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +G Percorrer gadgets

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +U Abrir a Central de Facilidade de Acesso

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +X Abrir o Windows Mobility Center

Atalhos de teclado do Windows Explorer

A tabela a seguir contém atalhos de teclado para uso com janelas ou pastas do Windows Explorer.

Ctrl+N Abrir uma nova janela

Ctrl+Shift+N Criar uma nova pasta

End Exibir a parte inferior da janela ativa

Home Exibir a parte superior da janela ativa

F11 Maximizar ou minimizar a janela ativa

Num Lock+Asterisco (*) no teclado numérico Exibir todas as subpastas da pasta selecionada

Num Lock+Sinal de Adição (+) no teclado numérico Exibir o conteúdo da pasta selecionada

Num Lock+Sinal de Subtração (-) no teclado numérico Recolher a pasta selecionada

Seta para a Esquerda Recolher a seleção atual (se estiver expandida) ou selecionar a pasta pai

Alt+Enter Abrir a caixa de diálogo Propriedades para o item selecionado

Alt+P Exibir o painel de vizualização

Alt+Seta para a Esquerda Exibir a pasta anterior

Seta para a Direita Exibir a seleção atual (se estiver recolhida) ou selecionar a primeira subpasta

Alt+Seta para a Direita Exibir a próxima pasta

Alt+Seta para Cima Exibir a pasta pai

Ctrl+Roda de rolagem do mouse Alterar o tamanho e a aparência dos ícones de arquivo e pasta

Alt+D Selecionar a barra de endereços

Ctrl+E Selecionar a caixa de pesquisa

Atalhos de teclado da Lupa

A tabela a seguir contém os atalhos de teclado usados com a Lupa.

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+Sinal de Adição ou Sinal de Subtração Ampliar ou reduzir

Ctrl+Alt+Barra de Espaços Mostrar o ponteiro do mouse

Ctrl+Alt+F Alternar para o modo de tela inteira

Ctrl+Alt+L Alternar para o modo de lente

Ctrl+Alt+D Alternar para o modo encaixado

Ctrl+Alt+I Inverter cores

Ctrl+Alt+teclas de direção Fazer uma panorâmica no sentido das teclas de direção

Ctrl+Alt+R Redimensionar a lente

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Esc Sair da Lupa

Atalhos de teclado da Conexão de Área de Trabalho Remota

A tabela a seguir contém os atalhos de teclado usados com a Conexão de Área de Trabalho Remota.

Alt+Page Up Mover entre programas da esquerda para a direita

Alt+Page Down Mover entre programas da direita para a esquerda

Alt+Insert Percorrer os programas na ordem em que foram iniciados

Alt+Home Exibir o menu Iniciar

Ctrl+Alt+Break Alternar entre uma janela e uma tela inteira

Ctrl+Alt+End Exibir a caixa de diálogo Segurança do Windows

Alt+Delete Exibir o menu do sistema

Ctrl+Alt+Sinal de Subtração (-) no teclado numérico Colocar uma cópia da janela ativa do cliente na área de transferência do Terminal Server (equivale a pressionar Alt+PrtScn em um computador local)

Ctrl+Alt+Sinal de Adição (+) no teclado numérico Colocar uma cópia de toda a área da janela do cliente na área de transferência do Terminal Server (equivale a pressionar a tecla PrtScn em um computador local)

Ctrl+Alt+Seta para a Direita Retira o foco dos controles da Área de Trabalho Remota e o passa para um controle no programa host (por exemplo, um botão ou uma caixa de texto). É útil quando os controles da Área de Trabalho Remota estão incorporados em outro programa (host).

Ctrl+Alt+Seta para a Esquerda Retira o foco dos controles da Área de Trabalho Remota e o passa para um controle no programa host (por exemplo, um botão ou uma caixa de texto). É útil quando os controles da Área de Trabalho Remota estão incorporados em outro programa (host).

Observação

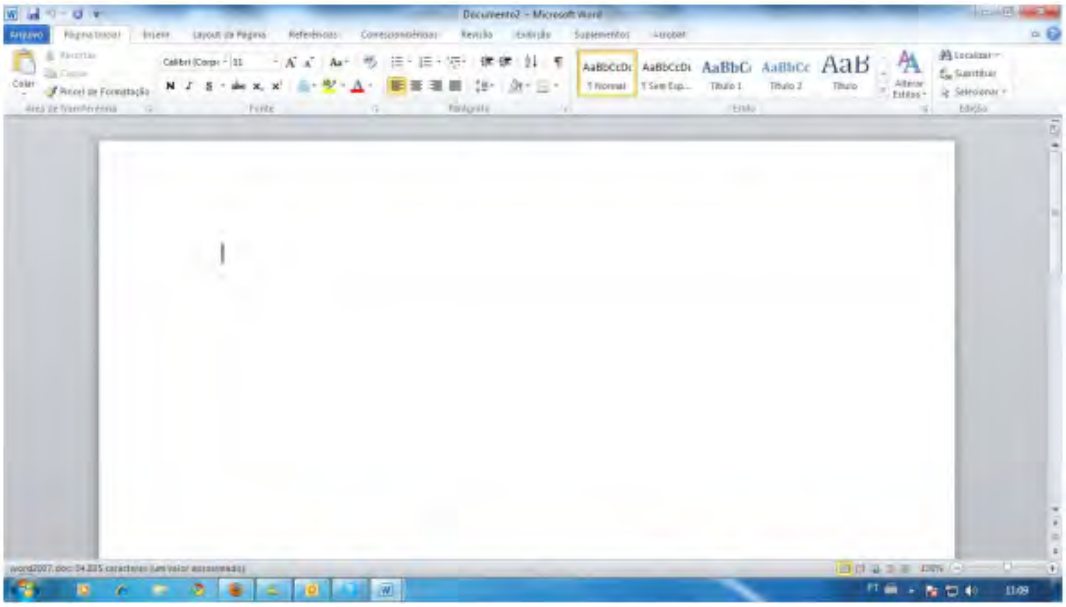
Ctrl+Alt+Break e Ctrl+Alt+End estão disponíveis em todas as sessões da Área de Trabalho Remota, mesmo quando você configura o computador remoto para reconhecer atalhos de teclado do Windows.

MS-WORD 2010: ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO

MS WORD

O Word faz parte da suíte de aplicativos Office, e é considerado um dos principais produtos da Microsoft sendo a suíte que domina o mercado de suítes de escritório, mesmo com o crescimento de ferramentas gratuitas como Google Docs e Open Office.

Interface



No cabeçalho de nosso programa temos a barra de títulos do documento, que como é um novo documento apresenta como título “Documento1”.

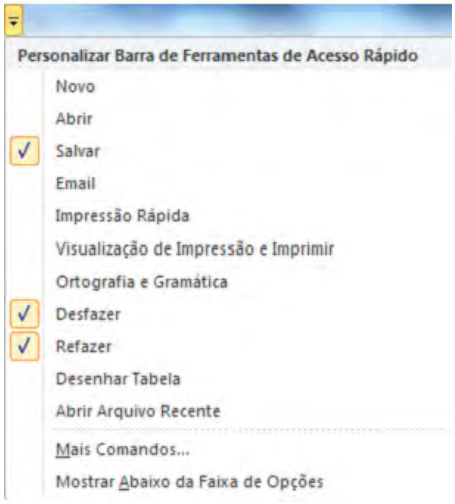
Na esquerda temos a Barra de acesso rápido, que permite acessar alguns comandos mais rapidamente como salvar, desfazer. Você pode personalizar essa barra, clicando no menu de contexto (flecha para baixo) à direita dela.

Barra de Titulo

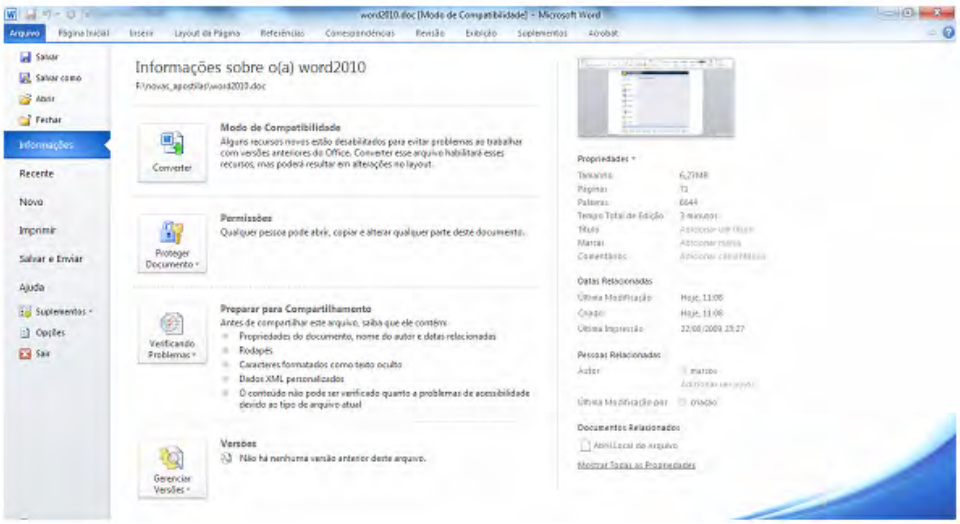


Barra de acesso rápido





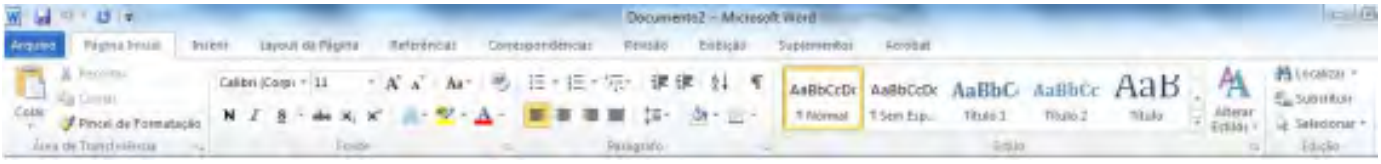
Mais a esquerda tem a ABA Arquivo.



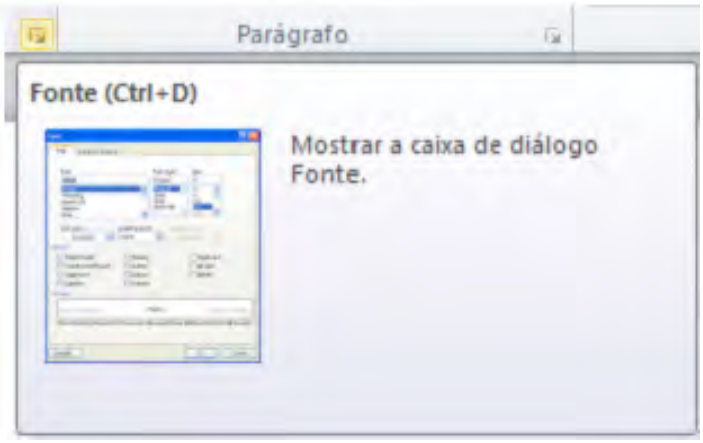
Através dessa ABA, podemos criar novos documentos, abrir arquivos existentes, salvar documentos, imprimir, preparar o documento (permite adicionar propriedades ao documento, criptografar, adicionar assinaturas digitais, etc.).

Vamos utilizar alguns destes recursos no andamento de nosso curso.

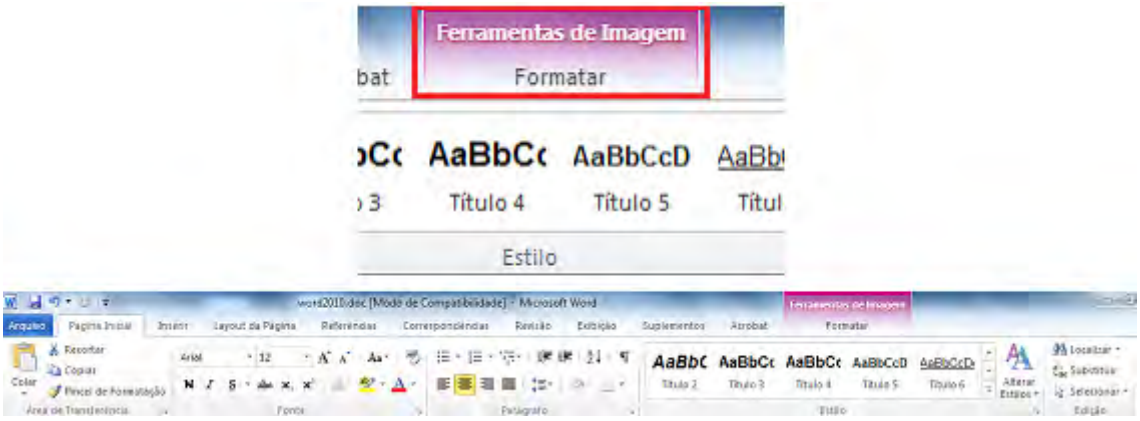
ABAS



Os comandos para a edição de nosso texto agora ficam agrupadas dentro destas guias. Dentro destas guias temos os grupos de ferramentas, por exemplo, na guia Inicio, temos “Fonte”, “Parágrafo”, etc., nestes grupos fica visíveis para os usuários os principais comandos, para acessar os demais comandos destes grupos de ferramentas, alguns destes grupos possuem pequenas marcações na sua direita inferior.



O Word possui também guias contextuais quando determinados elementos dentro de seu texto são selecionados, por exemplo, ao selecionar uma imagem, ele criar na barra de guias, uma guia com a possibilidade de manipulação do elemento selecionado.



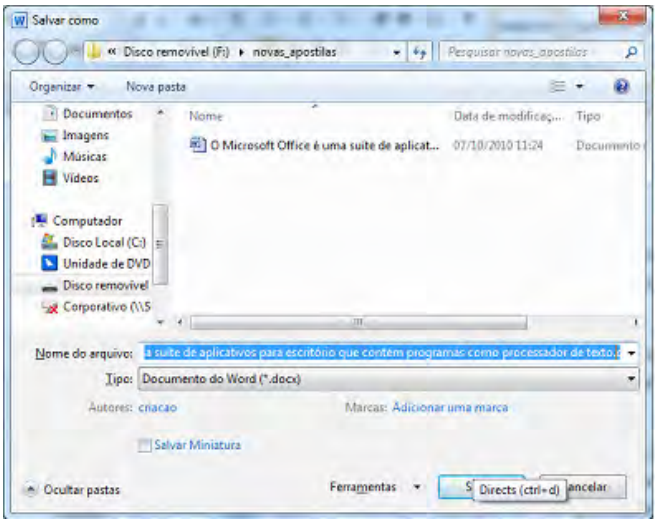
Trabalhando com documentos

Ao iniciarmos o Word temos um documento em branco que é sua área de edição de texto. Vamos digitar um pequeno texto conforme abaixo:

O Microsoft Office é uma suíte de aplicativos para escritório que contém programas como processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica e gerenciador de tarefas, e-mails e contatos.
A suíte vem acrescentado com o tempo cada vez mais funcionalidades. Ela é vendida em várias versões, de acordo com a quantidade de programas incorporados e com o perfil de usuários ou empresas.
O Office 2010 inclui uma série de novas funcionalidades, a mais notável é a interface gráfica de usuário, completamente nova, chamada de Fluent User Interface, (inicialmente designada a Ribbon UI). O Office 2010 requer o Windows XP com Service Pack 2 ou superior, Windows Server 2003 com Service Pack 1 ou superior, Windows Vista, ou Linux com a camada de compatibilidade CrossOver instalada.
O "Ribbon User Interface" é uma tarefa orientada para interface gráfica do usuário (GUI). Possui um botão central, amplamente conhecido como o "Botão Office".
O Office 2010 também inclui novas aplicações e ferramentas do lado do servidor. Entre estas está Groove, uma suíte colaboração e comunicação para pequenas empresas, que foi originalmente desenvolvido pela Groove Networks antes de ser adquirida pela Microsoft em 2005. Também é incluído Office SharePoint Server 2010, uma importante revisão para a plataforma de servidor de aplicativos do Office, que suporta "Excel Services", uma arquitetura cliente-servidor para apoiar Excel que são compartilhados em tempo real entre várias máquinas, e também são visíveis e editável através de uma página web.

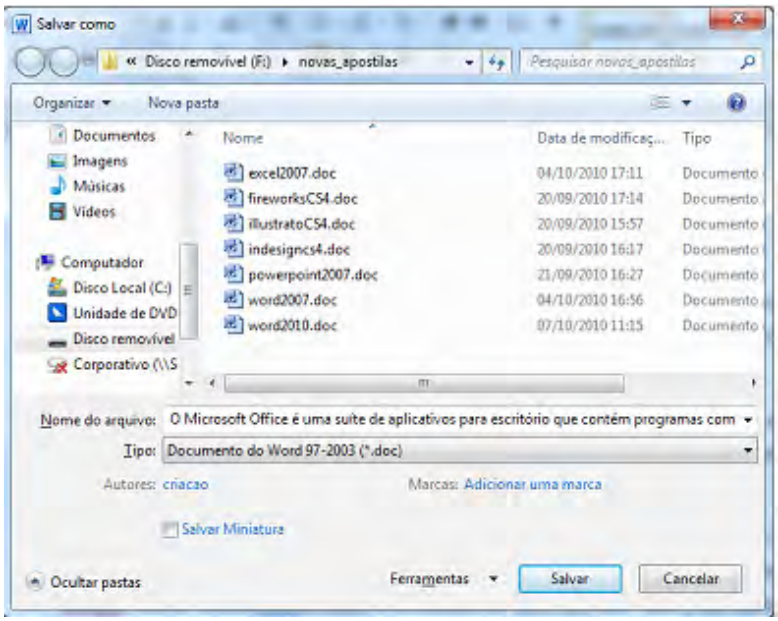
Salvando Arquivos

É importante ao terminar um documento, ou durante a digitação do mesmo, quando o documento a ser criado é longo, salvar seu trabalho. Salvar consiste em armazenar se documento em forma de arquivo em seu computador, pendrive, ou outro dispositivo de armazenamento. Para salvar seu documento, clique no botão salvar no topo da tela. Será aberta uma tela onde você poderá definir o nome, local e formato de seu arquivo.



Observe na janela de salvar que o Word procura salvar seus arquivos na pasta Documents do usuário, você pode mudar o local do arquivo a ser salvo, pela parte esquerda da janela. No campo nome do arquivo, o Word normalmente preenche com o título do documento, como o documento não possui um título, ele pega os primeiros 255 caracteres e atribui como nome, é aconselhável colocar um nome menor e que se aproxime do conteúdo de seu texto. “Em Tipo a maior mudança, até versão 2003, os documentos eram salvos no formato”. DOC”, a partir da versão 2010, os documentos são salvos na versão”. DOCX”, que não são compatíveis com as versões anteriores.

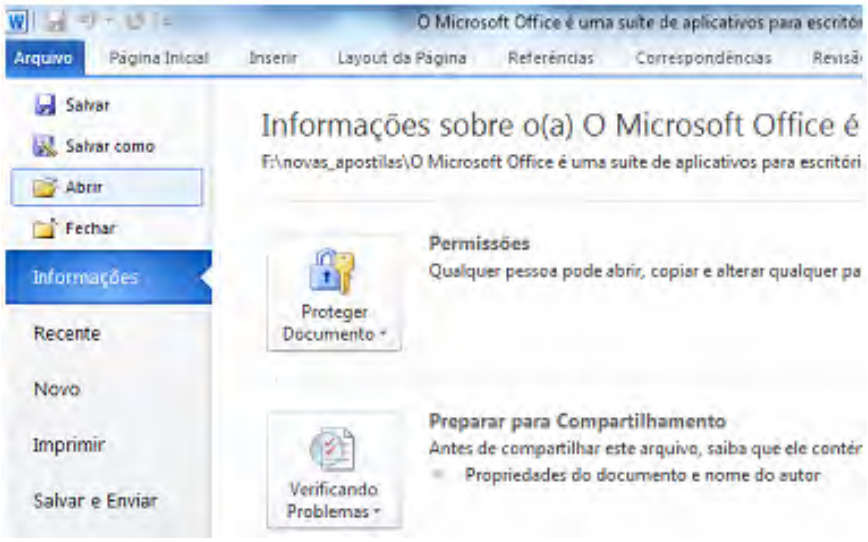
Para poder salvar seu documento e manter ele compatível com versões anteriores do Word, clique na direita dessa opção e mude para Documento do Word 97-2003.



Observe que o nome de seu arquivo agora aparece na barra de títulos.

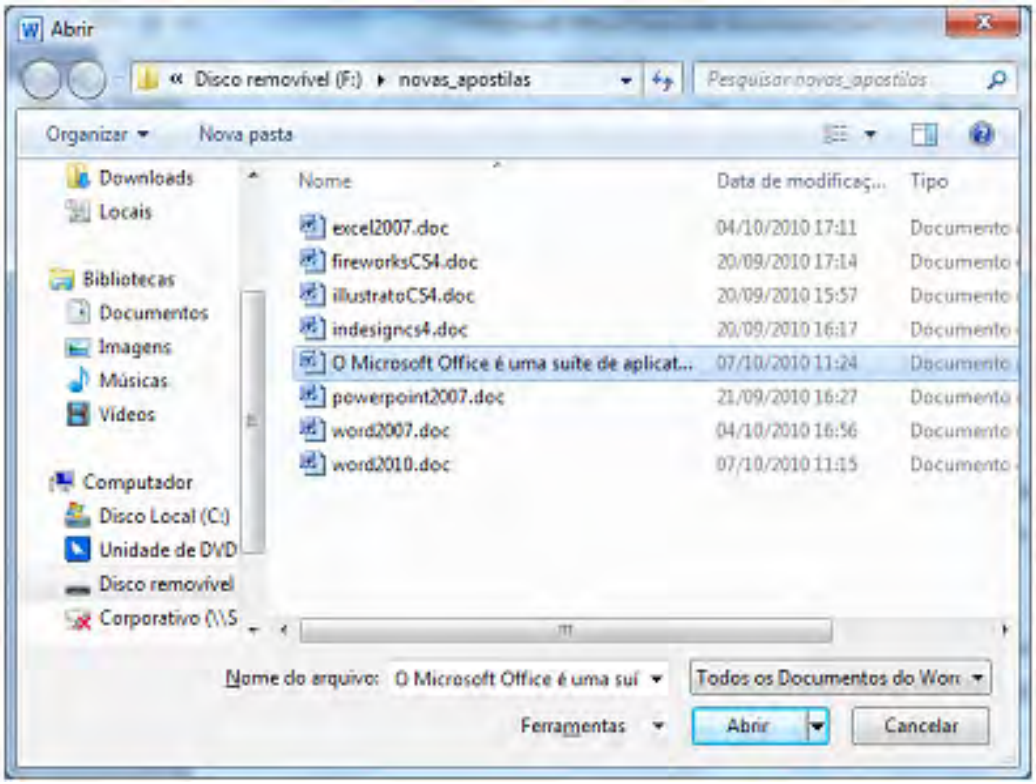
Abrindo um arquivo do Word

Para abrir um arquivo, você precisa clicar na ABA Arquivo.



Na esquerda da janela, o botão abrir é o segundo abaixo de novo, observe também que ele mostra uma relação de documentos recentes, nessa área serão mostrados os últimos documentos abertos pelo Word facilitando a abertura.

Ao clicar em abrir, será necessário localizar o arquivo no local onde o mesmo foi salvo.



Caso necessite salvar seu arquivo em outro formato, outro local ou outro nome, clique no botão Office e escolha Salvar Como.

Visualização do Documento

Podemos alterar a forma de visualização de nosso documento. No rodapé a direta da tela temos o controle de Zoom.·. Anterior a este controle de zoom temos os botões de forma de visualização de seu documento,  que podem também ser acessados pela Aba Exibição.



Os cinco primeiros botões são os mesmos que temos em miniaturas no rodapé.

- Layout de Impressão: Formato atual de seu documento é o formato de como seu documento ficará na folha impressa.

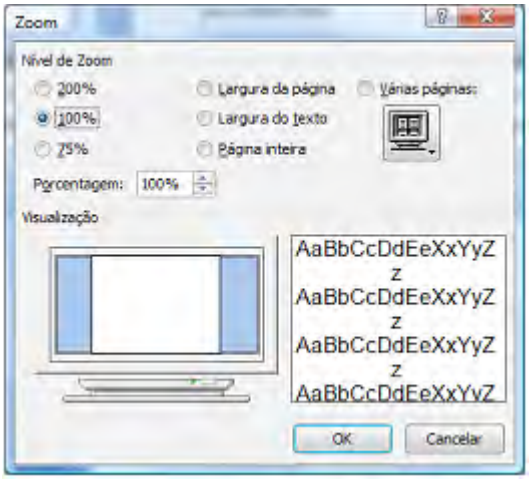
- Leitura em Tela Inteira: Ele oculta as barras de seu documento, facilitando a leitura em tela, observe que no rodapé do documento à direita, ele possui uma flecha apontado para a próxima página. Para sair desse modo de visualização, clique no botão fechar no topo à direita da tela.

- Layout da Web: Aproxima seu texto de uma visualização na Internet, esse formato existe, pois muitos usuários postam textos produzidos no Word em sites e blogs na Internet.

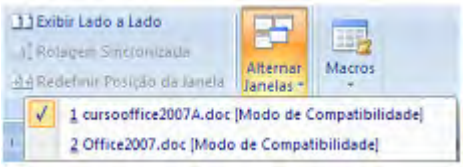
- Estrutura de Tópicos: Permite visualizar seu documento em tópicos, o formato terá melhor compreensão quando trabalharmos com marcadores.

- Rascunho: É o formato bruto, permite aplicar diversos recursos de produção de texto, porém não visualiza como impressão nem outro tipo de meio.

O terceiro grupo de ferramentas da Aba exibição permite trabalhar com o Zoom da página. Ao clicar no botão Zoom o Word apresenta a seguinte janela:



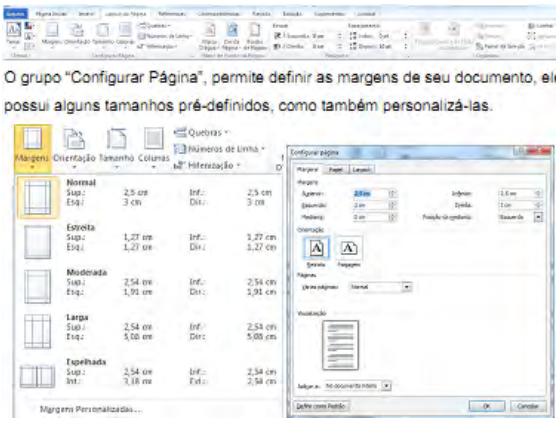
Onde podemos utilizar um valor de zoom predefinido, ou colocarmos a porcentagem desejada, podemos visualizar o documento em várias páginas. E finalizando essa aba temos as formas de exibir os documentos aberto em uma mesma seção do Word.



Configuração de Documentos

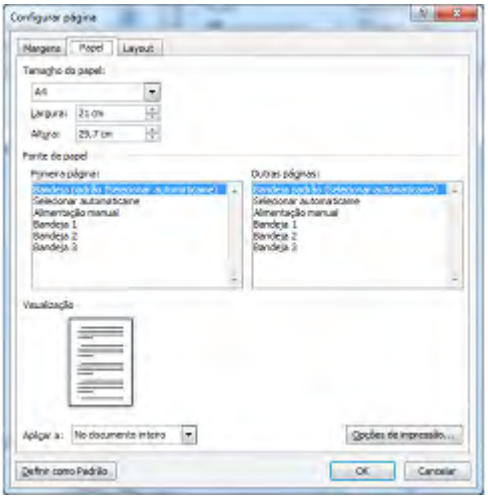
Um dos principais cuidados que se deve ter com seus documentos é em relação à configuração da página. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) possui um manual de regras para documentações, então é comum escutar "o documento tem que estar dentro das normas", não vou me atentar a nenhuma das normas especificas, porém vou ensinar como e onde estão as opções de configuração de um documento.

No Word 2010 a ABA que permite configurar sua página é a ABA Layout da Página.

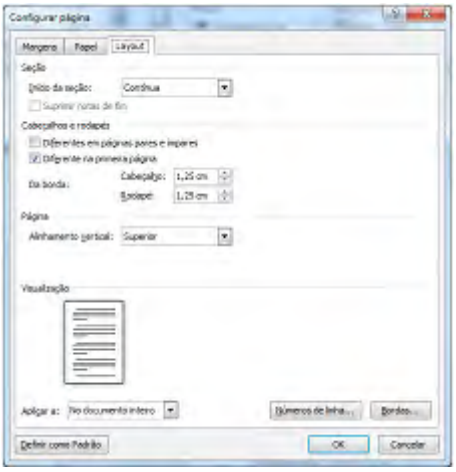


O grupo "Configurar Página", permite definir as margens de seu documento, ele possui alguns tamanhos pré-definidos, como também personalizá-las.

Ao personalizar as margens, é possível alterar as margens superior, esquerda, inferior e direita, definir a orientação da página, se retrato ou paisagem, configurar a fora de várias páginas, como normal, livro, espelho. Ainda nessa mesma janela temos a guia Papel.



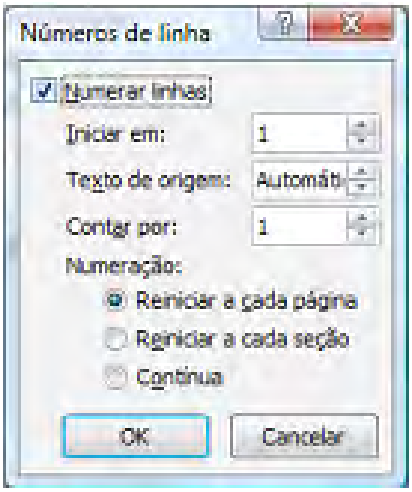
Nesta guia podemos definir o tipo de papel, e fonte de alimentação do papel.



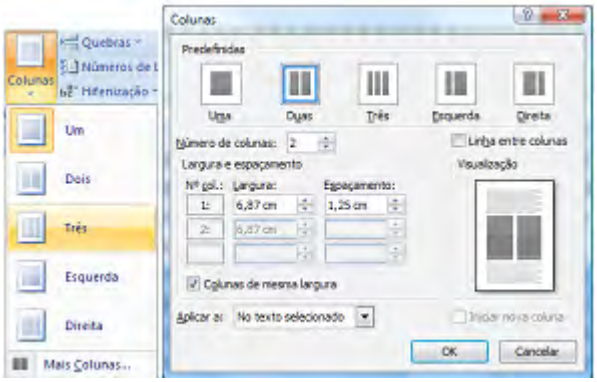
A terceira guia dessa janela chama-se Layout. A primeira opção dessa guia chama-se seção. Aqui se define como será uma nova seção do documento, vamos aprender mais frente como trabalhar com seções.

Em cabeçalhos e rodapés podemos definir se vamos utilizar cabeçalhos e rodapés diferentes nas páginas pares e ímpares, e se quero ocultar as informações de cabeçalho e rodapé da primeira página. Em Página, pode-se definir o alinhamento do conteúdo do texto na página.

O padrão é o alinhamento superior, mesmo que fique um bom espaço em branco abaixo do que está editado. Ao escolher a opção centralizada, ele centraliza o conteúdo na vertical. A opção números de linha permite adicionar numeração as linhas do documento.

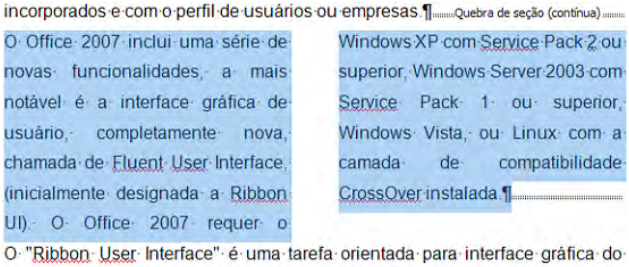


Colunas



Ao clicar em mais Colunas, é possível personalizar as suas colunas, o Word disponibiliza algumas opções pré-definidas, mas você pode colocar em um número maior de colunas, adicionar linha entre as colunas, definir a largura e o espaçamento entre as colunas.

Observe que se você pretende utilizar larguras de colunas diferentes é preciso desmarcar a opção "Colunas de mesma largura". Atente também que se preciso adicionar colunas a somente uma parte do texto, eu preciso primeiro selecionar esse texto.

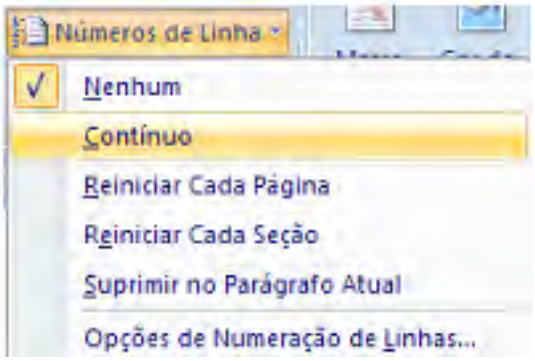

incorporados·e·com·o·perfil·de·usuários·ou·empresas.¶ Quebra de seção (contínua)

O·Office·2007·inclui·uma·série·de·novas·funcionalidades,·a·mais·notável·é·a·interface·gráfica·de·usuário,·completamente·nova,·chamada·de·Fluent·User·Interface,·(inicialmente·designada·a·Ribbon·UI).·O·Office·2007·requer·o·Windows·XP·com·Service·Pack·2·ou·superior,·Windows·Server·2003·com·Service·Pack·1·ou·superior,·Windows·Vista,·ou·Linux·com·a·camada·de·compatibilidade·CrossOver·instalada.¶

O·"Ribbon·User·Interface"·é·uma·tarefa·orientada·para·interface·gráfica·do·

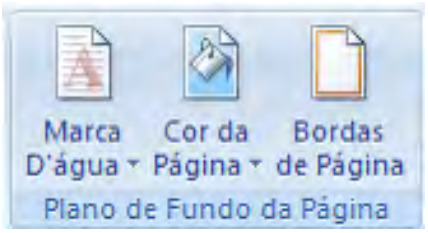
Números de Linha

É bastante comum em documentos acrescentar numeração nas páginas dos documentos, o Word permite que você possa fazer facilmente, clicando no botão "Números de Linhas".



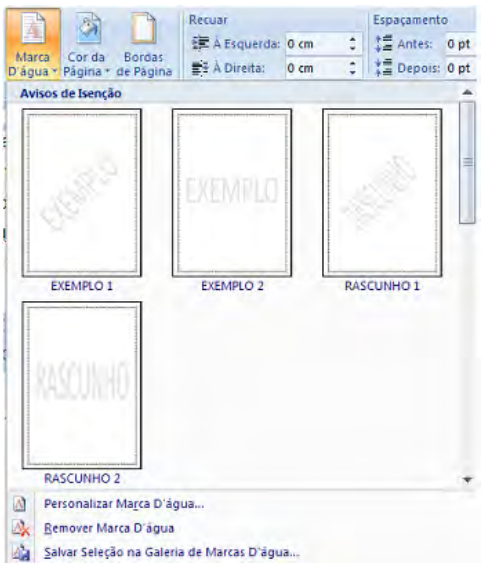
Ao clicar em "Opções de Numeração de Linhas...", abre-se a janela que vimos em Layout.

Plano de Fundo da Página

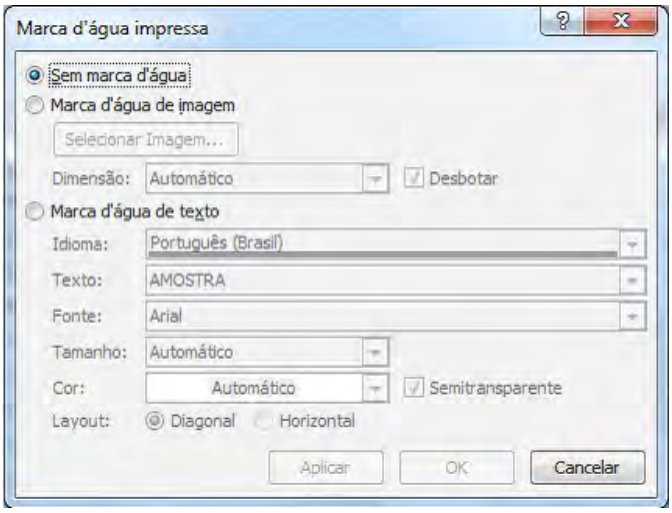


Podemos adicionar as páginas do documento, marcas d'água, cores e bordas. O grupo Plano de Fundo da Página possui três botões para modificar o documento.

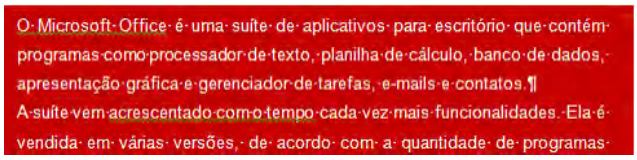
Clique no botão Marca d'água.



O Word apresenta alguns modelos, mais abaixo temos o item Personalizar Marca D'água. Clique nessa opção.



Nesta janela podemos definir uma imagem como marca d'água, basta clicar em Selecionar Imagem, escolher a imagem e depois definir a dimensão e se a imagem ficará mais fraca (desbotar) e clicar em OK. Como também é possível definir um texto como marca d'água. O segundo botão permite colocar uma cor de fundo em seu texto, um recurso interessante é que o Word verifica a cor aplicada e automaticamente ele muda a cor do texto.


O Microsoft Office é uma suíte de aplicativos para escritório que contém programas como processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica e gerenciador de tarefas, e-mails e contatos.¶
A suíte vem acrescentado com o tempo cada vez mais funcionalidades. Ela é vendida em várias versões, de acordo com a quantidade de programas

O botão Bordas da Página, já estudamos seu funcionamento ao clicar nas opções de Margens.

Selecionando Textos

Embora seja um processo simples, a seleção de textos é indispensável para ganho de tempo na edição de seu texto. Através da seleção de texto podemos mudar a cor, tamanho e tipo de fonte, etc.

Selecionando pelo Mouse

Ao posicionar o mouse mais a esquerda do texto, o cursor aponta para a direita.

- Ao dar um clique ele seleciona toda a linha
- Ao dar um duplo clique ele seleciona todo o parágrafo.
- Ao dar um triplo clique seleciona todo o texto

Com o cursor no meio de uma palavra:

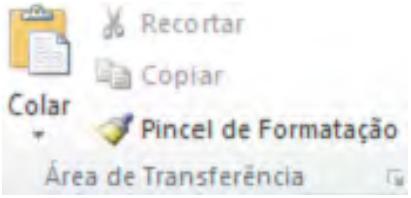
- Ao dar um clique o cursor se posiciona onde foi clicado
- Ao dar um duplo clique, ele seleciona toda a palavra.
- Ao dar um triplo clique ele seleciona todo o parágrafo

Podemos também clicar, manter o mouse pressionado e arrastar até onde se deseja selecionar.

O problema é que se o mouse for solto antes do desejado, é preciso reiniciar o processo, ou pressionar a tecla SHIFT no teclado e clicar ao final da seleção desejada. Podemos também clicar onde começa a seleção, pressionar a tecla SHIFT e clicar onde termina a seleção. É possível selecionar palavras alternadas. Selecione a primeira palavra, pressione CTRL e vá selecionando as partes do texto que deseja modificar.

Copiar e Colar

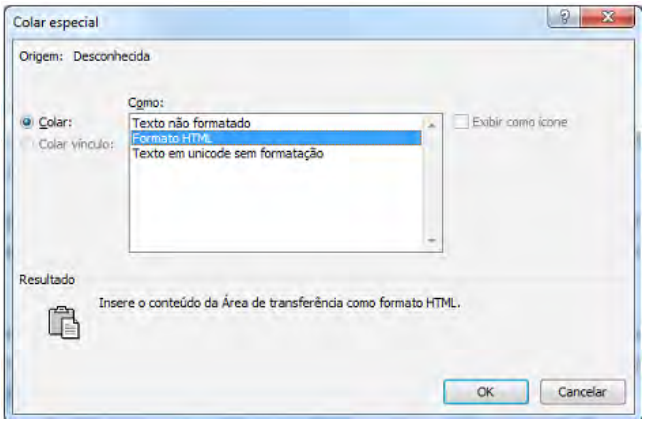
O copiar e colar no Word funciona da mesma forma que qualquer outro programa, pode-se utilizar as teclas de atalho CTRL+C (copiar), CTRL+X (Recortar) e CTRL+V(Colar), ou o primeiro grupo na ABA Inicio.



Este é um processo comum, porém um cuidado importante é quando se copia texto de outro tipo de meio como, por exemplo, da Internet.

Textos na Internet possuem formatações e padrões deferentes dos editores de texto.

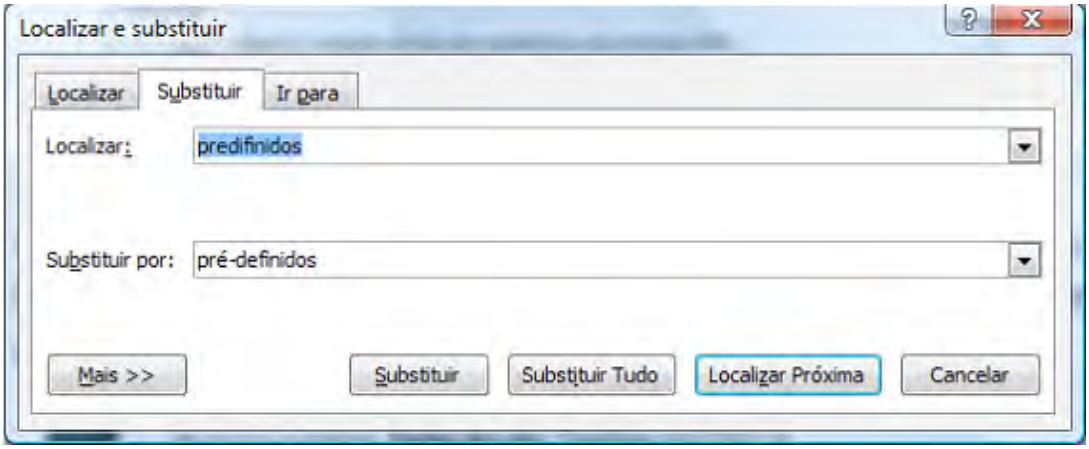
Ao copiar um texto da Internet, se você precisa adequá-lo ao seu documento, não basta apenas clicar em colar, é necessário clicar na setinha apontando para baixo no botão Colar, escolher Colar Especial.



Observe na imagem que ele traz o texto no formato HTML. Precisa-se do texto limpo para que você possa manipulá-lo, marque a opção Texto não formatado e clique em OK.

Localizar e Substituir

Ao final da ABA Inicio temos o grupo edição, dentro dela temos a opção Localizar e a opção Substituir. Clique na opção Substituir.



A janela que se abre possui três guias, localizar, Substituir e Ir para. A guia substituir que estamos vendo, permite substituir em seu documento uma palavra por outra.

A substituição pode ser feita uma a uma, clicando em substituir, ou pode ser todas de uma única vez clicando-se no botão Substituir Tudo.

Algumas vezes posso precisar substituir uma palavra por ela mesma, porém com outra cor, ou então somente quando escrita em maiúscula, etc., nestes casos clique no botão Mais. As opções são:

- Pesquisar: Use esta opção para indicar a direção da pesquisa;
- Diferenciar maiúsculas de minúsculas: Será localizada exatamente a palavra como foi digitada na caixa localizar.
- Palavras Inteiras: Localiza uma palavra inteira e não parte de uma palavra. Ex: Atenciosamente.
- Usar caracteres curinga: Procura somente as palavras que você especificou com o caractere coringa. Ex. Se você digitou *ão o Word vai localizar todas as palavras terminadas em ão.
- Semelhantes: Localiza palavras que tem a mesma sonoridade, mas escrita diferente. Disponível somente para palavras em inglês.
- Todas as formas de palavra: Localiza todas as formas da palavra, não será permitida se as opções usar caractere coringa e semelhantes estiverem marcadas.
- Formatar: Localiza e Substitui de acordo com o especificado como formatação.
- Especial: Adiciona caracteres especiais à caixa localizar. A caixa de seleção usar caracteres curinga.

Formatação de texto

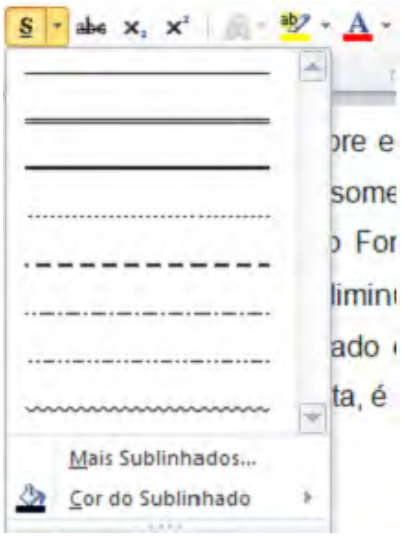
Um dos maiores recursos de uma edição de texto é a possibilidade de se formatar o texto. No Office 2010 a ABA responsável pela formatação é a Inicio e os grupo Fonte, Parágrafo e Estilo.



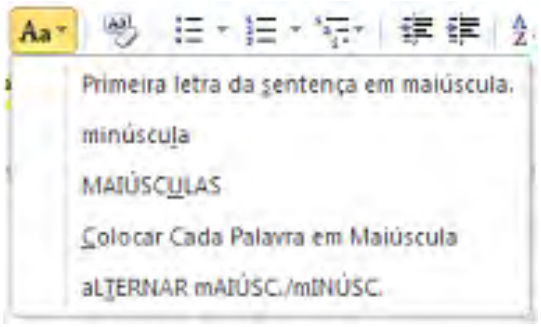
Formatação de Fonte

A formatação de fonte diz respeito ao tipo de letra, tamanho de letra, cor, espaçamento entre caracteres, etc., para formatar uma palavra, basta apenas clicar sobre ela, para duas ou mais é necessário selecionar o texto, se quiser formatar somente uma letra também é necessário selecionar a letra.

No grupo Fonte, temos visível o tipo de letra, tamanho, botões de aumentar fonte e diminuir fonte, limpar formatação, negrito, itálico, sublinhado, observe que ao lado de sublinhado temos uma seta apontando para baixo, ao clicar nessa seta, é possível escolher tipo e cor de linha.



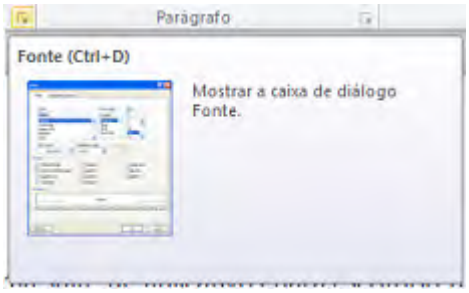
Ao lado do botão de sublinhado temos o botão Tachado – que coloca um risco no meio da palavra, botão subscrito e sobrescrito e o botão Maiúsculas e Minúsculas.



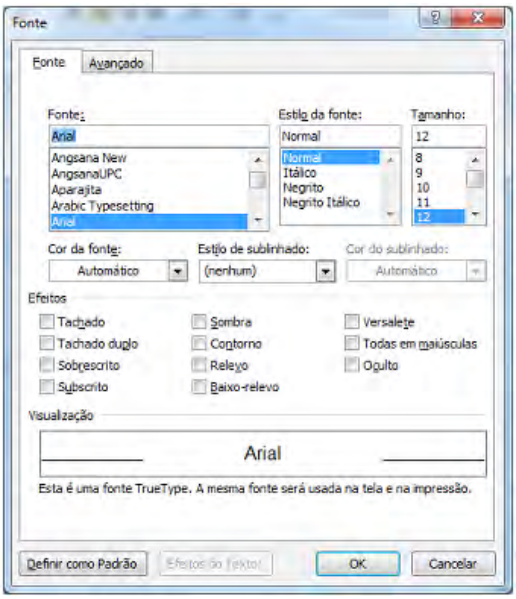
Este botão permite alterar a colocação de letras maiúsculas e minúsculas em seu texto. Após esse botão temos o de realce – que permite colocar uma cor de fundo para realçar o texto e o botão de cor do texto.



Podemos também clicar na Faixa no grupo Fonte.



A janela fonte contém os principais comandos de formatação e permite que você possa observar as alterações antes de aplica. Ainda nessa janela temos a opção Avançado.



Podemos definir a escala da fonte, o espaçamento entre os caracteres que pode ser condensado ou comprimido, a posição é referente ao sobrescrito e subscrito, permitindo que se faça algo como: X^{2^3}.

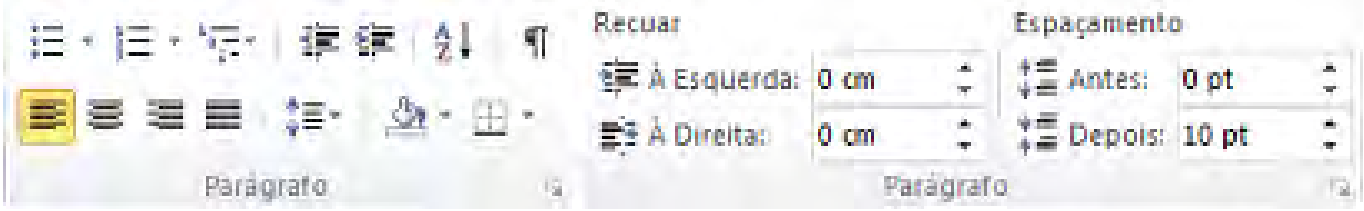
Kerning: é o acerto entre o espaço dentro das palavras, pois algumas vezes acontece de as letras ficaram com espaçamento entre elas de forma diferente.

Uma ferramenta interessante do Word é a ferramenta pincel, pois com ela você pode copiar toda a formatação de um texto e aplicar em outro.

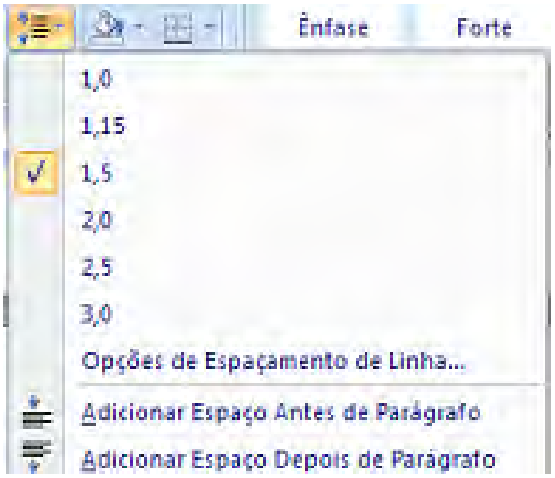
Formatação de parágrafos

A principal regra da formatação de parágrafos é que independente de onde estiver o cursor a formatação será aplicada em todo o parágrafo, tendo ele uma linha ou mais. Quando se trata de dois ou mais parágrafos será necessárioselecionar os parágrafos a serem formatados.

A formatação de parágrafos pode ser localizada na ABA Inicio, e os recuos também na ABA Layout da Página.



No grupo da Guia Inicio, temos as opções de marcadores (bullets e numeração e listas de vários níveis), diminuir e aumentar recuo, classificação e botão Mostrar Tudo, na segunda linha temos os botões de alinhamentos: esquerda, centralizado, direita e justificado, espaçamento entre linhas, observe que o espaçamento entre linhas possui uma seta para baixo, permitindo que se possa definir qual o espaçamento a ser utilizado.



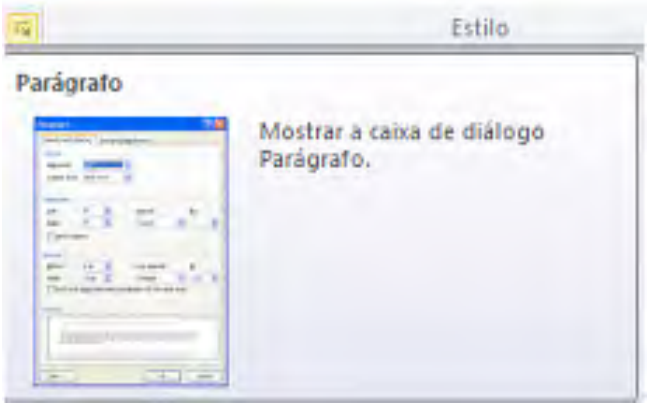
Cor do Preenchimento do Parágrafo.

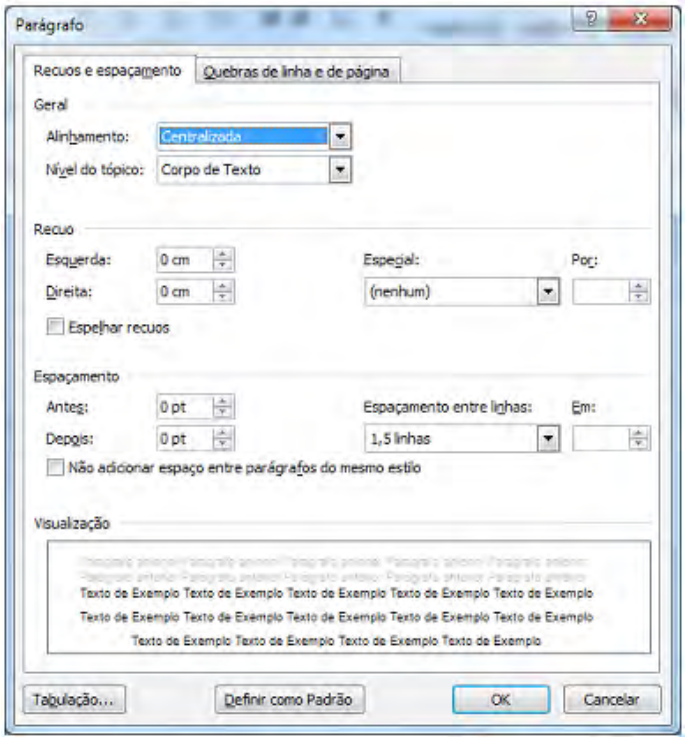


Bordas no parágrafo.



Na guia parágrafo da ABA Layout de Página temos apenas os recuos e os espaçamentos entre parágrafos. Ao clicar na Faixa do grupo Parágrafos, será aberta a janela de Formatação de Parágrafos.





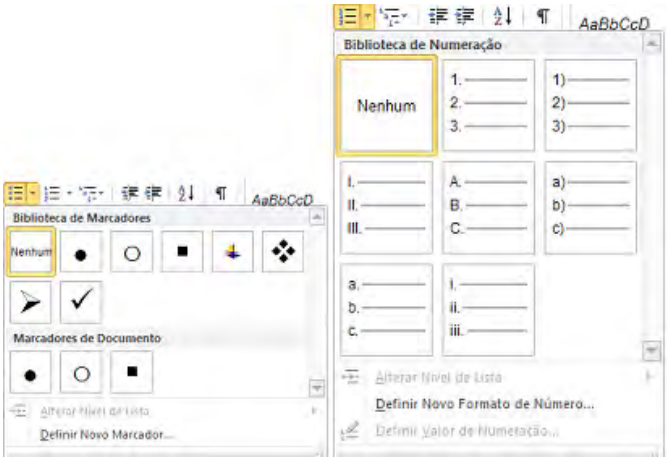
As opções disponíveis são praticamente as mesmas disponíveis pelo grupo.

Podemos trabalhar os recuos de texto também pelas réguas superiores.



Marcadores e Numeração

Os marcadores e numeração fazem parte do grupo parágrafos, mas devido a sua importância, merecem um destaque. Existem dois tipos de marcadores: Símbolos e Numeração.

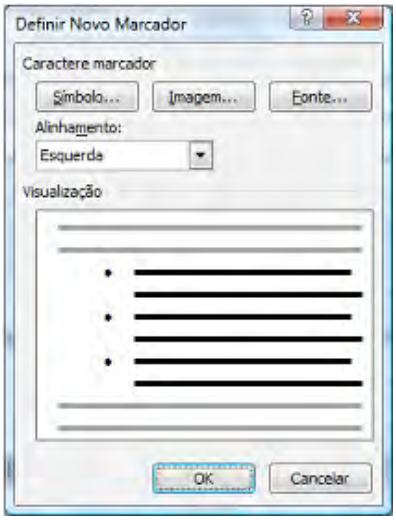


A opção vários níveis é utilizada quando nosso texto tenha níveis de marcação como, por exemplo, contratos e petições. Os marcadores do tipo Símbolos como o nome já diz permite adicionar símbolos a frente de seus parágrafos.

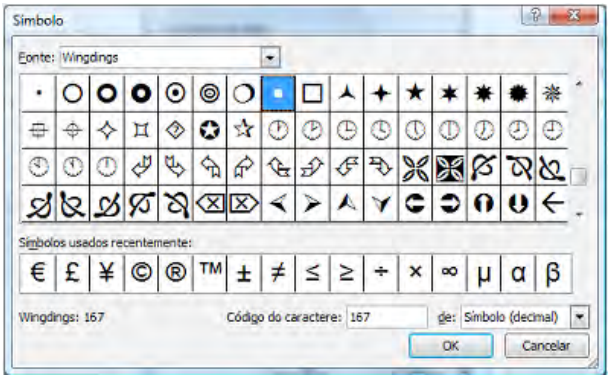
Se precisarmos criar níveis nos marcadores, basta clicar antes do inicio da primeira palavra do parágrafo e pressionar a tecla TAB no teclado.



Você pode observar que o Word automaticamente adicionou outros símbolos ao marcador, você pode alterar os símbolos dos marcadores, clicando na seta ao lado do botão Marcadores e escolhendo a opção Definir Novo Marcador.



Ao clicar em Símbolo, será mostrada a seguinte janela:



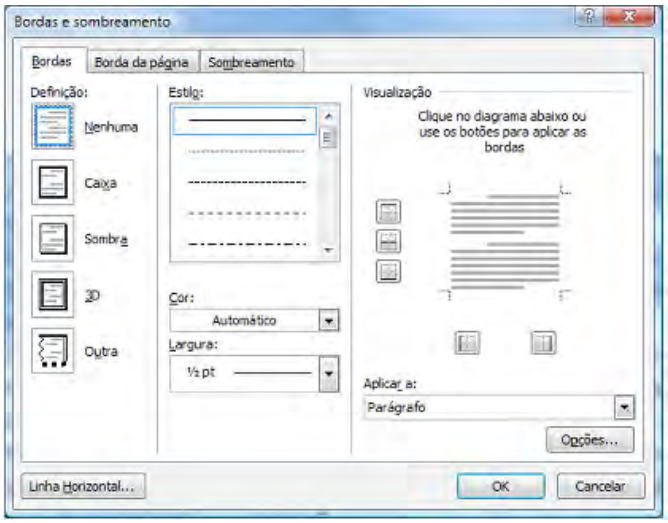
Onde você poderá escolher a Fonte (No caso aconselha-se a utilizar fontes de símbolos como a Winddings, Webdings), e depois o símbolo. Ao clicar em Imagem, você poderá utilizar uma imagem do Office, e ao clicar no botão importar, poderá utilizar uma imagem externa.

Bordas e Sombreamento

Podemos colocar bordas e sombreamentos em nosso texto. Podem ser bordas simples aplicadas a textos e parágrafos. Bordas na página como vimos quando estudamos a ABA Layout da Página e sombreamentos.

Selecione o texto ou o parágrafo a ser aplicado à borda e ao clicar no botão de bordas do grupo Parágrafo, você pode escolher uma borda pré-definida ou então clicar na última opção Bordas e Sombreamento.





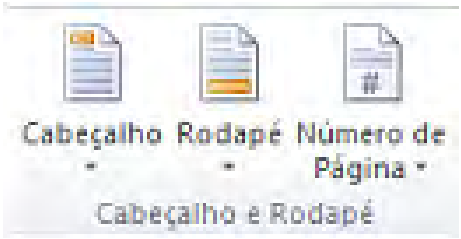
Podemos começar escolhendo uma definição de borda (caixa, sombra, 3D e outra), ou pode-se especificar cada uma das bordas na direita onde diz Visualização. Pode-se pelo meio da janela especificar cor e largura da linha da borda.

A Guia Sombreamento permite atribuir um preenchimento de fundo ao texto selecionado.

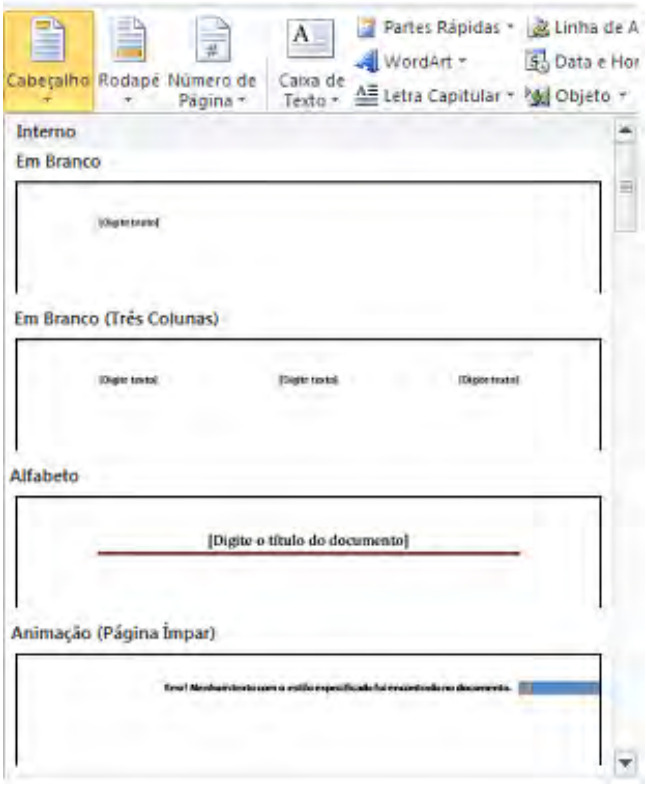
Você pode escolher uma cor base, e depois aplicar uma textura junto dessa cor.

Cabeçalho e Rodapé

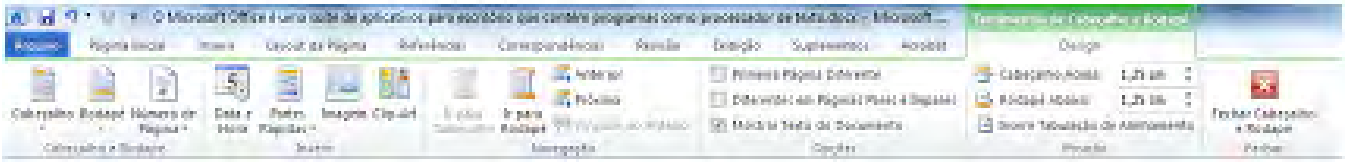
O Word sempre reserva uma parte das margens para o cabeçalho e rodapé. Para acessar as opções de cabeçalho e rodapé, clique na ABA Inserir, Grupo Cabeçalho e Rodapé.



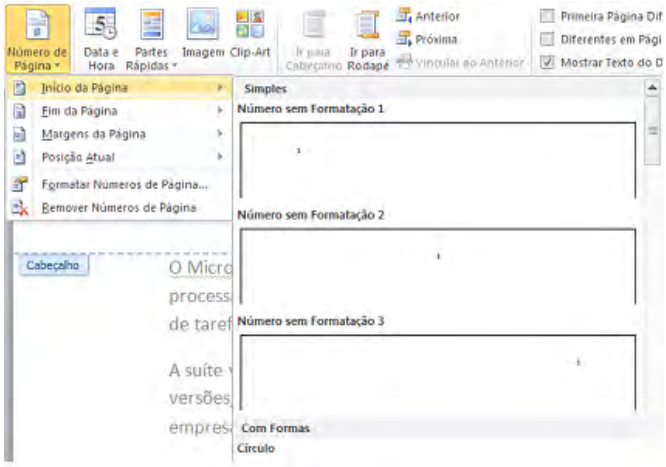
Ele é composto de três opções Cabeçalho, Rodapé e Número de Página.



Ao clicar em Cabeçalho o Word disponibiliza algumas opções de caixas para que você possa digitar seu texto. Ao clicar em Editar Cabeçalho o Word edita a área de cabeçalho e a barra superior passa a ter comandos para alteração do cabeçalho.



A área do cabeçalho é exibida em um retângulo pontilhado, o restante do documento fica em segundo plano. Tudo o que for inserido no cabeçalho será mostrado em todas as páginas, com exceção se você definiu seções diferentes nas páginas.

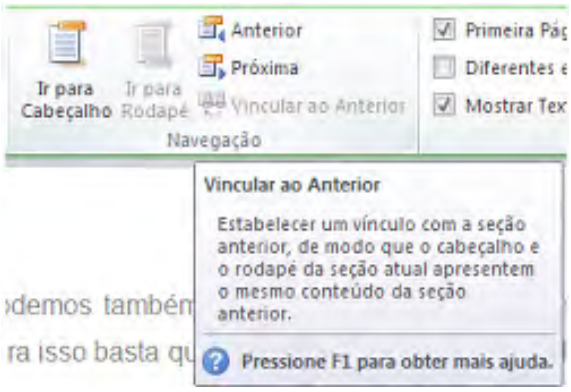


Para aplicar números de páginas automaticamente em seu cabeçalho basta clicar em Números de Página, apenas tome o cuidado de escolher Inicio da Página se optar por Fim da Página ele aplicará o número da página no rodapé.

Podemos também aplicar cabeçalhos e rodapés diferentes a um documento, para isso basta que ambos estejam em seções diferentes do documento.

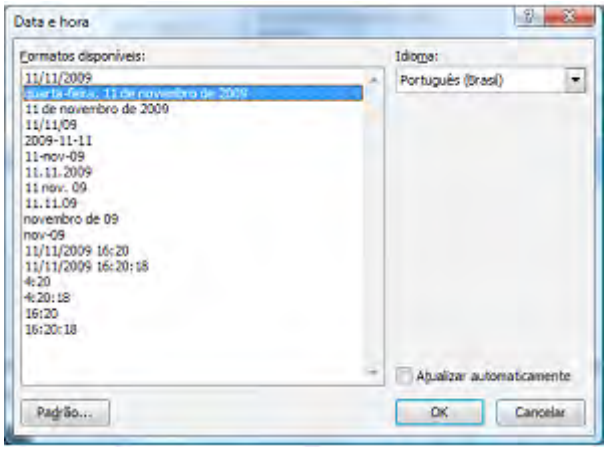
O cuidado é ao aplicar o cabeçalho ou o rodapé, desmarcar a opção Vincular ao anterior.

O funcionamento para o rodapé é o mesmo para o cabeçalho, apenas deve-se clicar no botão Rodapé.



Data e Hora

O Word Permite que você possa adicionar um campo de Data e Hora em seu texto, dentro da ABA Inserir, no grupo Texto, temos o botão Data e Hora.



Basta escolher o formato a ser aplicado e clicar em OK. Se precisar que esse campo sempre atualize data, marque a opção Atualizar automaticamente.

Inserindo Elementos Gráficos

O Word permite que se insira em seus documentos arquivos gráficos como Imagem, Clip-art, Formas, etc., as opções de inserção estão disponíveis na ABA Inserir.



Imagens

O primeiro elemento gráfico que temos é o elemento Imagem. Para inserir uma imagem clique no botão com o mesmo nome no grupo Ilustrações na ABA Inserir. Na janela que se abre, localize o arquivo de imagem em seu computador.



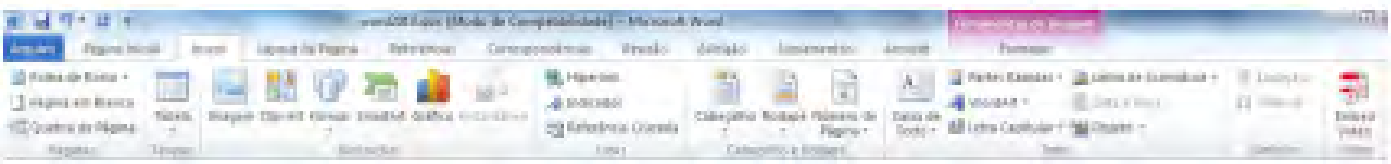
A imagem será inserida no local onde estava seu cursor.

O que será ensinado agora é praticamente igual para todo os elementos gráficos, que é a manipulação dos elementos gráficos.

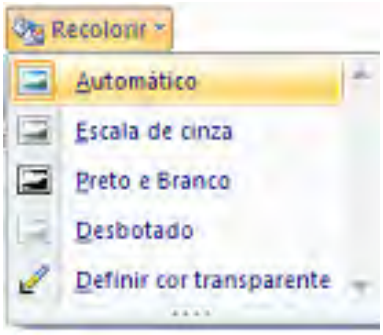
Ao inserir a imagem é possível observar que a mesma enquanto selecionada possui uma caixa pontilhadas em sua volta, para mover a imagem de local, basta clicar sobre ela e arrastar para o local desejado, se precisar redimensionar a imagem, basta clicar em um dos pequenos quadrados em suas extremidades, que são chamados por Alças de redimensionamento.

Para sair da seleção da imagem, basta apenas clicar em qualquer outra parte do texto.

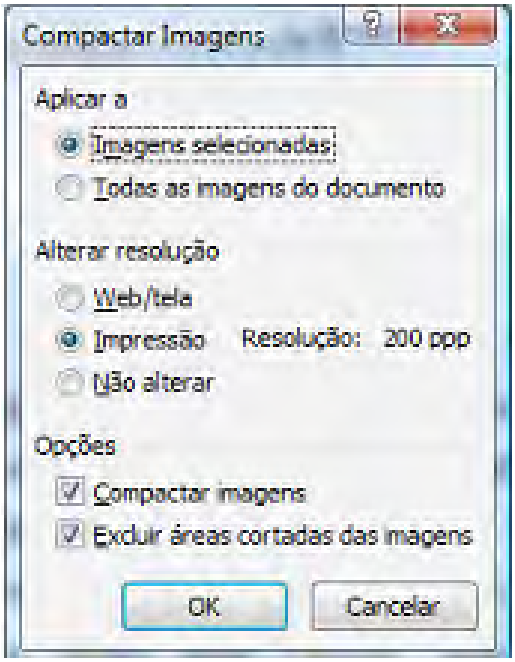
Ao clicar sobre a imagem, a barra superior mostra as configurações de manipulação da imagem.



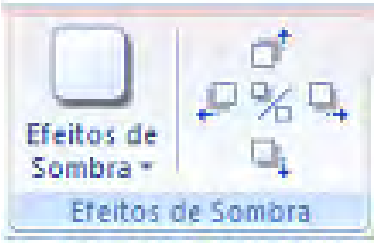
O primeiro grupo é o Ajustar, dentre as opções temos Brilho e Contraste, que permite clarear ou escurecer a imagem e adicionar ou remover o contraste. Podemos recolorir a imagem.



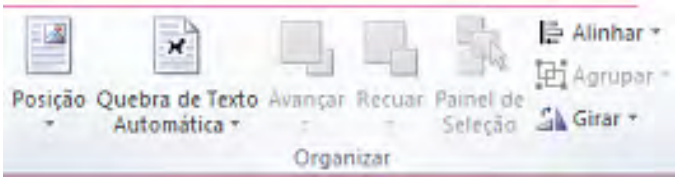
Entre as opções de recolorir podemos colocar nossa imagem em tons de cinza, preto e branco, desbotar a imagem e remover uma cor da imagem. Este recurso permite definir uma imagem com fundo transparente. A opção Compactar Imagens permite deixar sua imagem mais adequada ao editor de textos. Ao clicar nesta opção o Word mostra a seguinte janela:



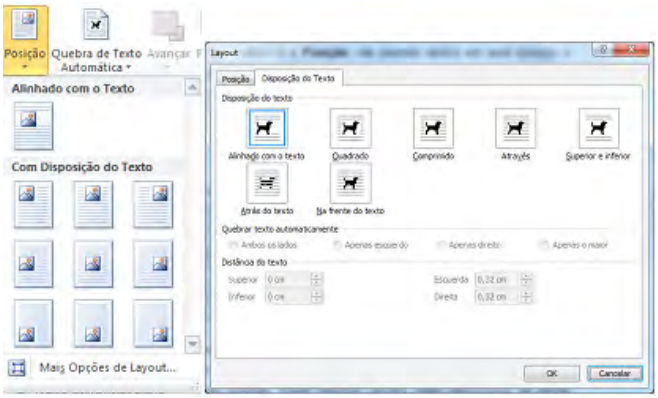
Pode-se aplicar a compactação a imagem selecionada, ou a todas as imagens do texto. Podemos alterar a resolução da imagem. A opção Redefinir Imagem retorna a imagem ao seu estado inicial, abandonando todas as alterações feitas. O próximo grupo chama-se Sombra, como o próprio nome diz, permite adicionar uma sombra a imagem que foi inserida.



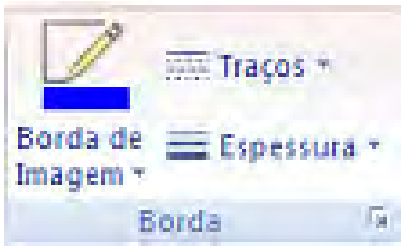
No botão Efeitos de Sombra, você poderá escolher algumas posições de sombra (Projetada, Perspectiva) e cor da sombra. Ao lado deste botão é possível definir a posição da sombra e no meio a opção de ativar e desativar a sombra. No grupo Organizar é possível definir a posição da imagem em relação ao texto.



O primeiro dos botões é a Posição, ela permite definir em qual posição a imagem deverá ficar em relação ao texto.



Ao clicar na opção Mais Opções de Layout abre-se a janela Layout Avançado que permite trabalhar a disposição da imagem em relação ao bloco de texto no qual ela esta inserida. Essas mesmas opções estão disponíveis na opção Quebra Automática de Texto nesse mesmo grupo. Ao colocar a sua imagem em uma disposição com o texto, é habilitado alguns recursos da barra de imagens. Como bordas

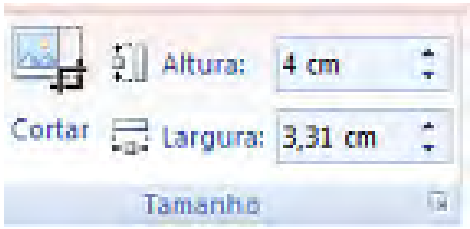


Através deste grupo é possível acrescentar bordas a sua imagem E no grupo Organizar ele habilita as opções de Trazer para Frente, Enviar para Trás e Alinhar. Ao clicar no botão Trazer para Frente, ele abre três opções: Trazer para Frente e Avançar, são utilizadas quando houver duas ou mais imagens e você precisa mudar o empilhamento delas. A opção Trazer para Frente do Texto faz com que a imagem flutue sobre o Texto. Ao ter mais de uma imagem e ao selecionar as imagens (Utilize a tecla SHIFT), você poderá alinhar as suas imagens.



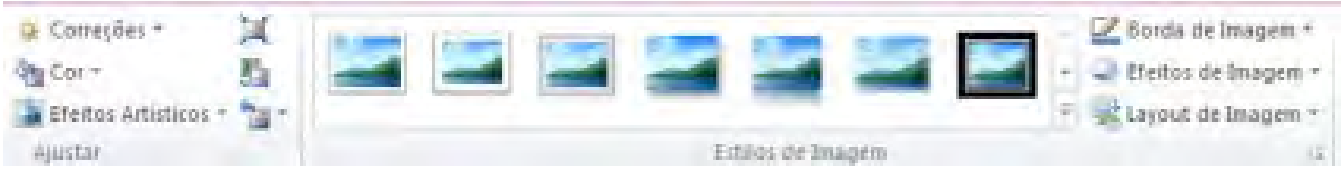


O último grupo é referente às dimensões da imagem.



Neste grupo você pode cortar a sua imagem, ou redimensionar a imagem definindo Largura e Altura.

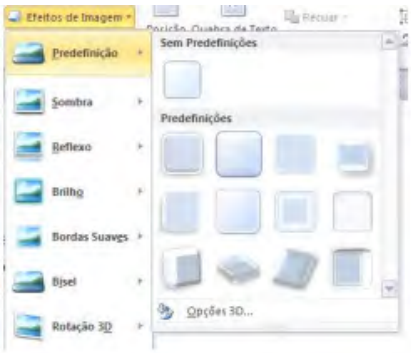
Os comandos vistos até o momento estavam disponíveis da seguinte forma, pois nosso documento esta salvo em.DOC – versão compatível com Office XP e 2003. Ao salvar o documento em .DOCX compatível somente com a versão 2010, acontecem algumas alterações na barra de imagens.



No grupo Ajustar já temos algumas alterações, ao clicar no item Cor. Em estilos de imagem podemos definir bordas e sombreamentos para a imagem.



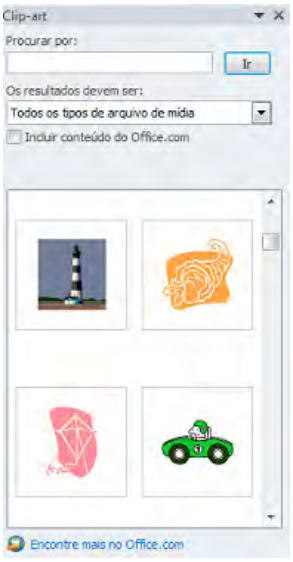
Podemos aplicar também os Efeitos de Imagem





Clip Art

Clip-Art são imagens, porém são imagens que fazem parte do pacote Office. Para inserir um clipart, basta pela ABA Inserir, clicar na opção Clip-Art. Na direita da tela abre-se a opção de consulta aos clip-Art.

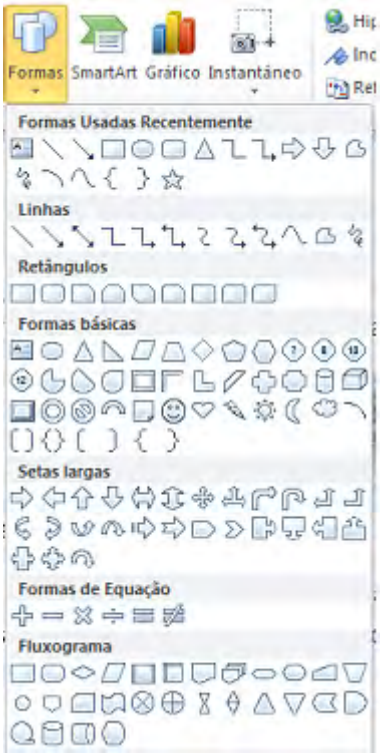


Clique sobre a imagem a ser adicionada ao seu texto com o botão direito e escolha Copiar (CTRL+C).

Clique em seu texto onde o Clip-Art deve ser adicionado e clique em Colar (CTRL+V) As configurações de manipulação do clip-art são as mesmas das imagens.

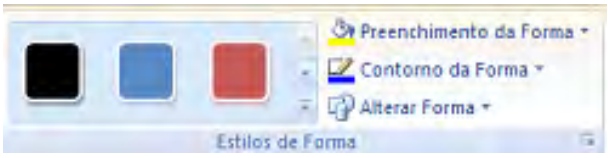
Formas

Podemos também adicionar formas ao nosso conteúdo do texto



Para desenhar uma forma, o processo é simples, basta clicar na forma desejada e arrastar o mouse na tela para definir as suas dimensões. Ao desenhar a sua forma a barra passa a ter as propriedade para modificar a forma.

O primeiro grupo chama-se Inserir Forma, ele possui a ferramenta de Inserir uma forma. Ao lado temos a ferramenta Editar Forma essa ferramenta permite trabalhar os nós da forma – Algumas formas bloqueiam a utilização dessa ferramenta. Abaixo dela temos a ferramenta de caixa de texto, que permite adicionar uma caixa de texto ao seu documento. Estando com uma forma fechada, podemos transformar essa forma em uma caixa de texto. Ao lado temos o Grupo Estilos de Forma.

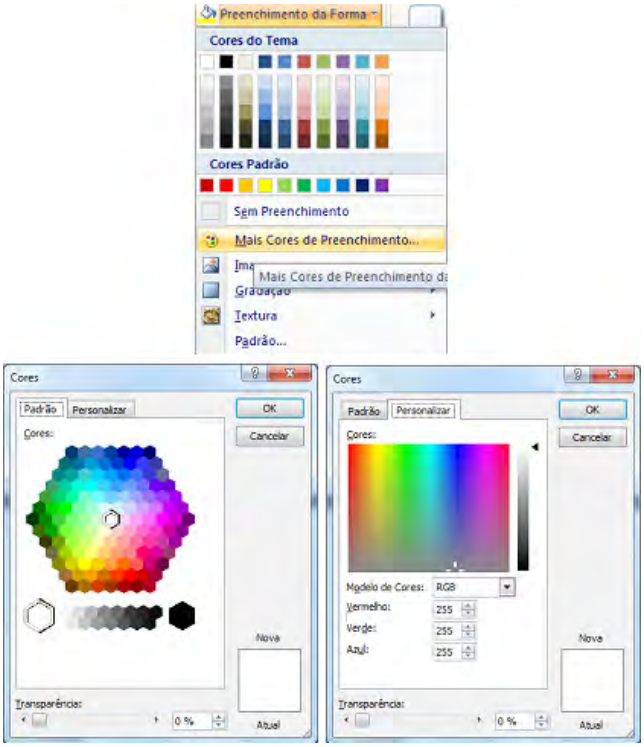


Os primeiros botões permitem aplicar um estilo a sua forma.





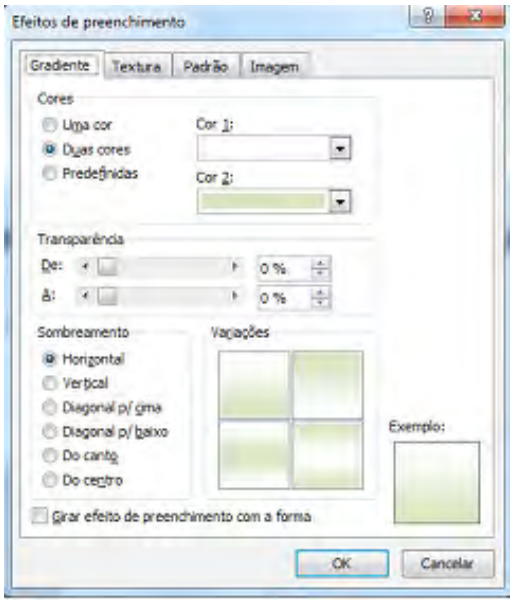
Ainda nesse grupo temos a opção de trabalharmos as cores, contorno e alterar a forma.



A opção Imagem preenche sua forma com alguma imagem. A opção Gradação permite aplicar tons de gradiente em sua forma.

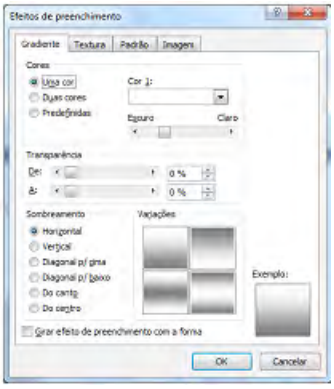


Ao clicar em Mais Gradações, será possível personalizar a forma como será o preenchimento do gradiente.

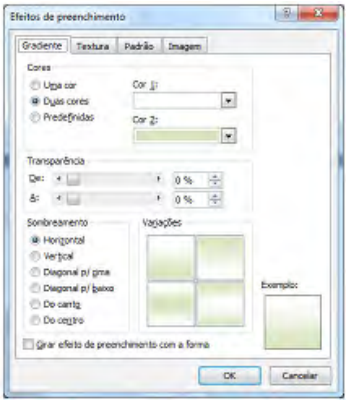


Na guia gradiente, temos as opções de Uma cor, Duas cores e Pré-definidas.

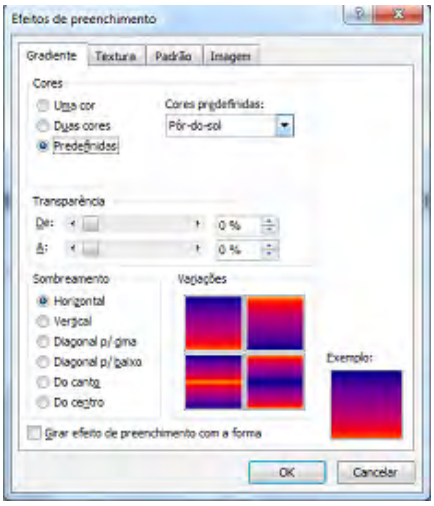
Ao escolher uma cor você pode escolher a cor a ser aplicada, se quer ela mais para o claro ou escuro, pode definir a transparência do gradiente e como será o sombreamento.



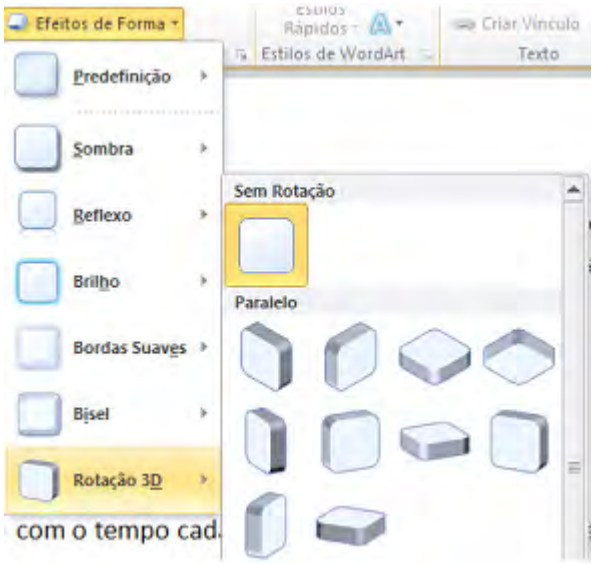
Ao clicar na opção Duas Cores, você pode definir a cor 1 e cor 2, o nível de transparência e o sombreamento.



Ao clicar em Pré-definidas, o Office possui algumas cores de preenchimento prontas.



A Guia Textura permite aplicar imagens como texturas ao preenchimento, a guia Padrão permite aplicar padrões de preenchimento e imagem permite aplicar uma imagem Após o grupo Estilos de Forma temos o grupo sombra e após ele o grupo Efeitos 3D.



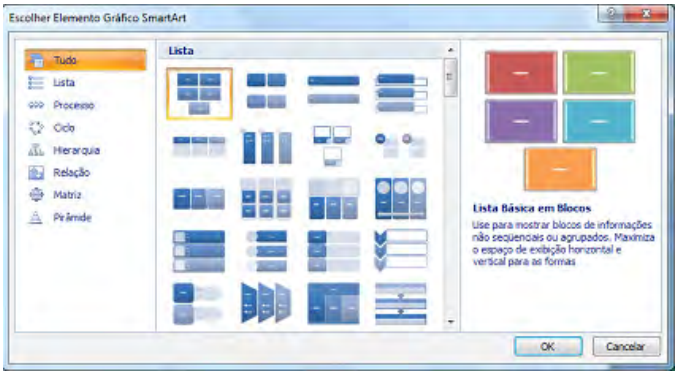
Podemos aplicar efeitos tridimensionais em nossas formas. Além de aplicar o efeitos podemos mudar a cor do 3D, alterar a profundidade, a direção, luminosidade e superfície. As demais opções da Forma são idênticas as das imagens.

SmartArt

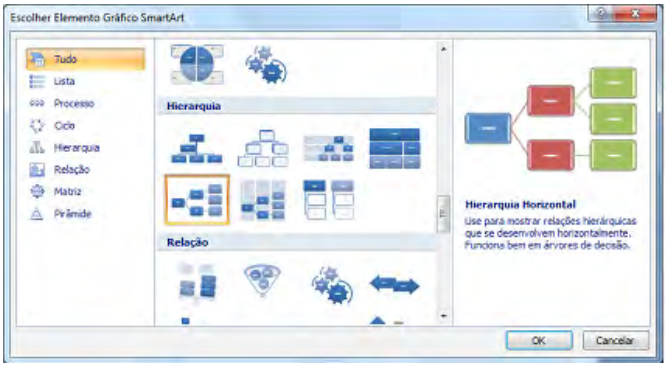
O SmartArt permite ao você adicionar Organogramas ao seu documento. Se você estiver usando o Office 2003 ou seu documento estiver salvo em DOC, ao clicar nesse botão, ele habilita a seguinte janela:

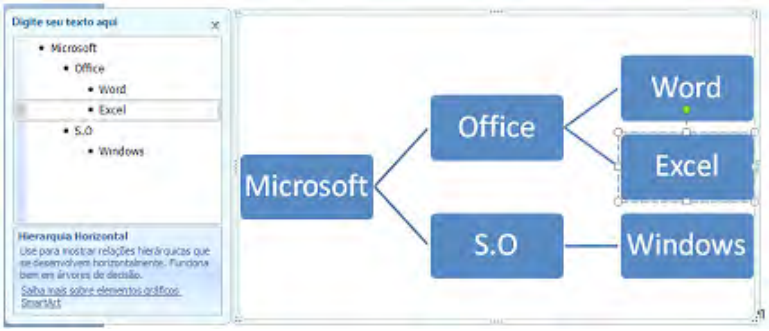


Basta selecionar o tipo de organograma a ser trabalhado e clique em OK. Porém se o formato de seu documento for DOCX, a janela a ser mostrada será:



Em hierarquia, escolha o primeiro da segunda linha e clique em OK.





Altere os textos conforme a sua necessidade. Ao clicar no topo em Ferramentas SmartArt, serão mostradas as opções de alteração do objeto.



O primeiro botão é o de Adicionar uma forma. Basta clicar em um botão do mesmo nível do que será criado e clicar neste botão. Outra forma de se criar novas caixas dentro de um mesmo nível é ao terminar de digitar o texto pressionar ENTER. Ainda no grupo Criar Gráfico temos os botões de Elevar / Rebaixar que permite mudar o nível hierárquico de nosso organograma.

No grupo Layout podemos mudar a disposição de nosso organograma.

O próximo grupo é o Estilos de SmartArt que permite mudar as cores e o estilo do organograma.



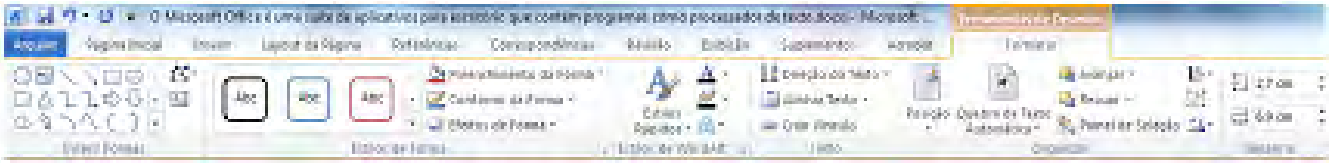


WordArt

Para finalizarmos o trabalho com elementos gráficos temo os WordArt que já um velho conhecido da suíte Office, ele ainda mantém a mesma interface desde a versão do Office 97 No grupo Texto da ABA Inserir temos o botão de WorArt Selecione um formato de WordArt e clique sobre ele.



Será solicitado a digitação do texto do WordArt. Digite seu texto e clique em OK. Será mostrada a barra do WordArt



O primeiro grupo é o Texto, nesse grupo podemos editar o texto digitado e definir seu espaçamento e alinhamentos. No grupo Estilos de WordArt pode-se mudar a forma do WordArt, depois temos os grupos de Sombra, Efeitos 3D, Organizar e Tamanho.

Tabelas

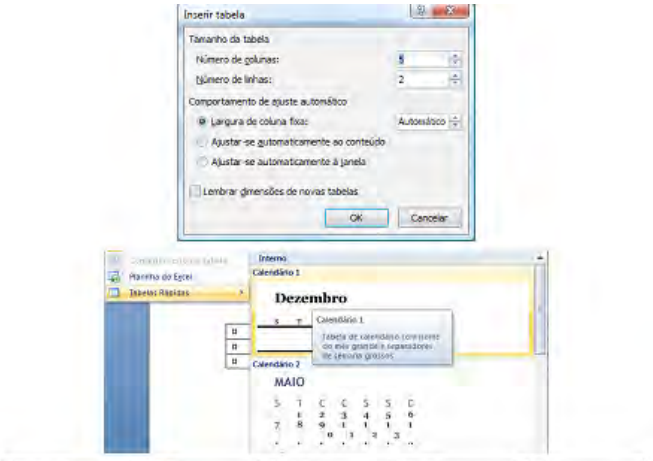
As tabelas são com certeza um dos elementos mais importantes para colocar dados em seu documento.

Use tabelas para organizar informações e criar formas de páginas interessantes e disponibilizar seus dados.

Para inserir uma tabela, na ABA Inserir clique no botão Tabela.



Ao clicar no botão de Tabela, você pode definir a quantidade de linhas e colunas, pode clicar no item Inserir Tabela ou Desenhar a Tabela, Inserir uma planilha do Excel ou usar uma Tabela Rápida que nada mais são do que tabelas prontas onde será somente necessário alterar o conteúdo.

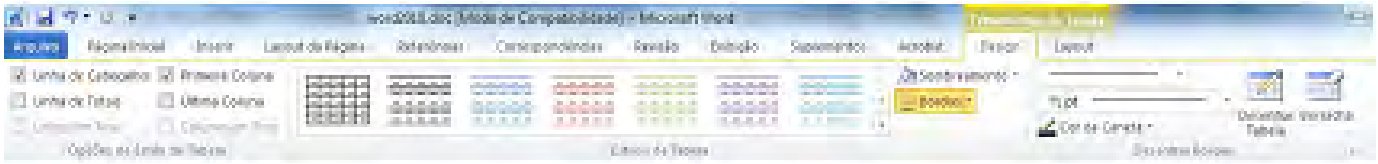


Paciente	Idade	Altura	Peso	Sexo
Carlos	20	1,80	80	Masculino
Maria	56	1,60	65	Feminino

Você pode criar facilmente uma tabela mais complexa, por exemplo, que contenha células de diferentes alturas ou um número variável de colunas por linha semelhante à maneira como você usa uma caneta para desenhar uma tabela.

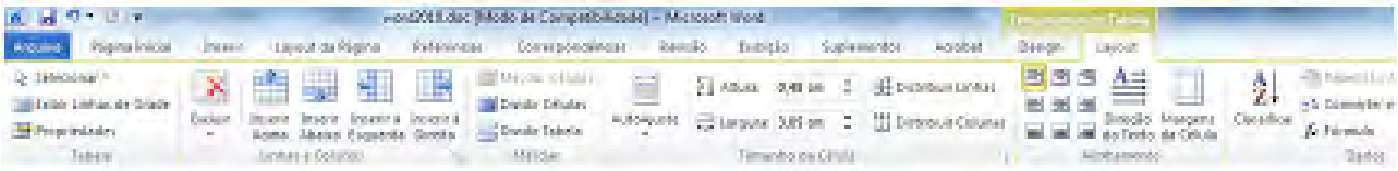
Ao desenhar a caixa que fará parte da tabela, você pode utilizar o topo

Ferramentas de Tabela.

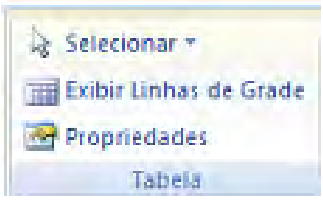


Através do grupo Opções de Estilo de Tabela é possível definir células de cabeçalho. O grupo Estilos de Tabela permite aplicar uma formatação a sua tabela e o grupo Desenhar Bordas permite definir o estilo, espessura e cor da linha. O botão Desenhar Tabela transforma seu cursor em um lápis para desenhar as células de sua tabela, e o botão Borracha apaga as linhas da tabela.

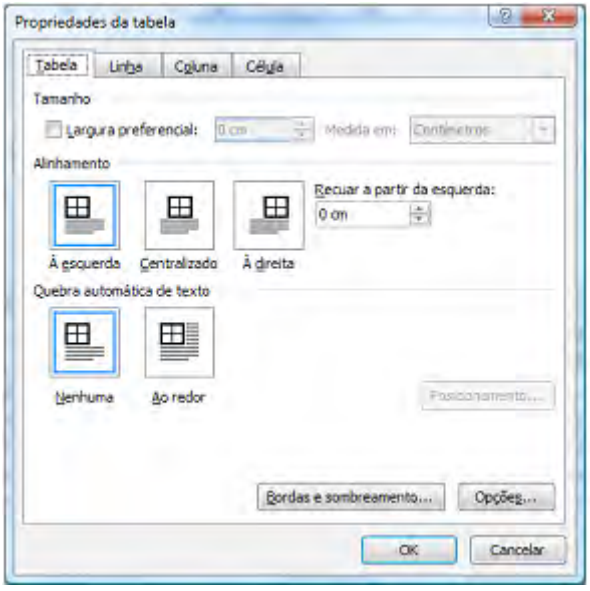
Você pode observar também que ao estar com alguma célula da tabela com o cursor o Word acrescenta mais uma ABA ao final, chamada Layout, clique sobre essa ABA.



O primeiro grupo Tabela permite selecionar em sua tabela, apenas uma célula, uma linha, uma coluna ou toda a tabela.

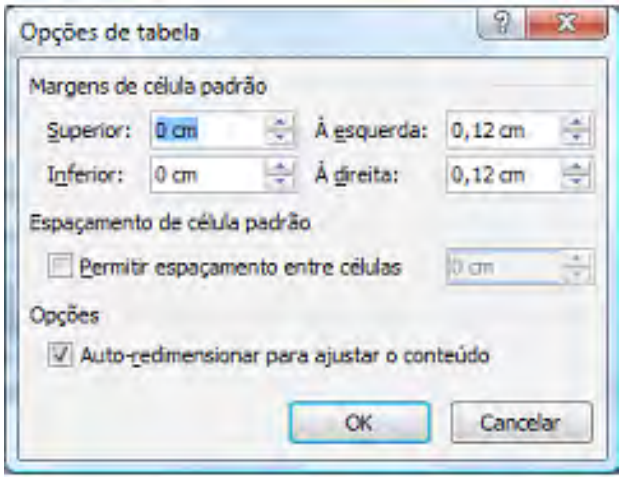


Ao clicar na opção Propriedades será aberto uma janela com as propriedades da janela.

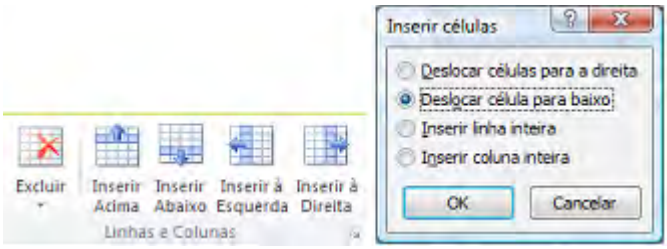


Nesta janela existem quatro Guias.

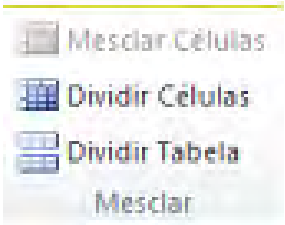
A primeira é relativa à tabela, pode-se definir a largura da tabela, o alinhamento e a quebra do texto na tabela. Ao clicar no botão Bordas e Sombreamento abre-se a janela de bordas e sombreamento estudada anteriormente. Ao clicar em Opções é possível definir as margens das células e o espaçamento entre as células.



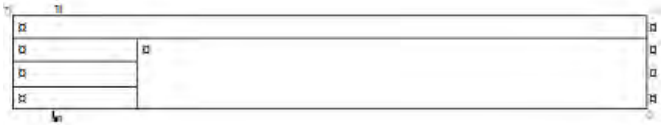
O segundo grupo é o Linhas e Colunas permite adicionar e remover linhas e colunas de sua tabela.



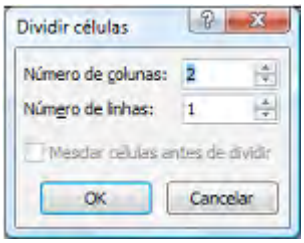
Ao clicar na Faixa deste grupo ele abre uma janela onde é possível deslocar células, inserir linhas e colunas. O terceiro grupo é referente à divisão e mesclagem de células.



A opção Mesclar Células, somente estará disponível se você selecionar duas ou mais células. Esse comando permite fazer com que as células selecionadas tornem-se uma só.



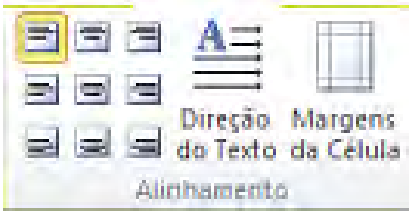
A opção dividir células permite dividir uma célula. Ao clicar nessa opção será mostrada uma janela onde você deve definir em quantas linhas e colunas a célula será dividida.



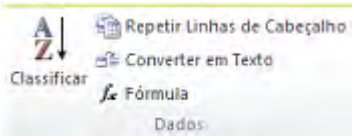
A opção dividir tabela insere um parágrafo acima da célula que o cursor está, dividindo a tabela. O grupo Tamanho da Célula permite definir a largura e altura da célula. A opção AutoAjuste tem a função de ajustar sua célula de acordo com o conteúdo dentro dela.



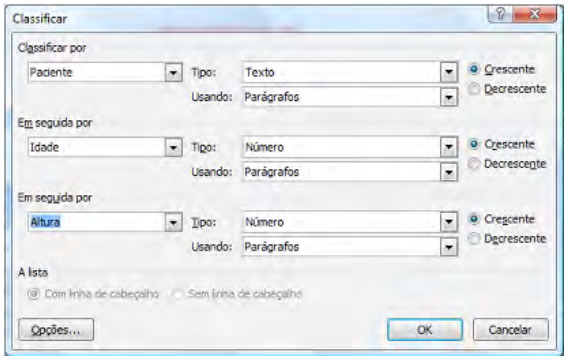
O grupo Alinhamento permite definir o alinhamento do conteúdo da tabela. O botão Direção do Texto permite mudar a direção de seu texto. A opção Margens da Célula, permite alterar as margens das células como vimos anteriormente.



O grupo Dados permite classificar, criar cálculos, etc., em sua tabela.



A opção classificar como o próprio nome diz permite classificar os dados de sua tabela.

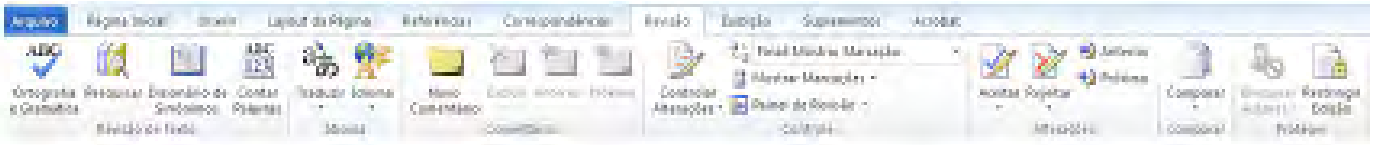


Ele abre a seguinte janela e coloca sua primeira linha como a linha de cabeçalho, você pode colocar até três colunas como critérios de classificação.

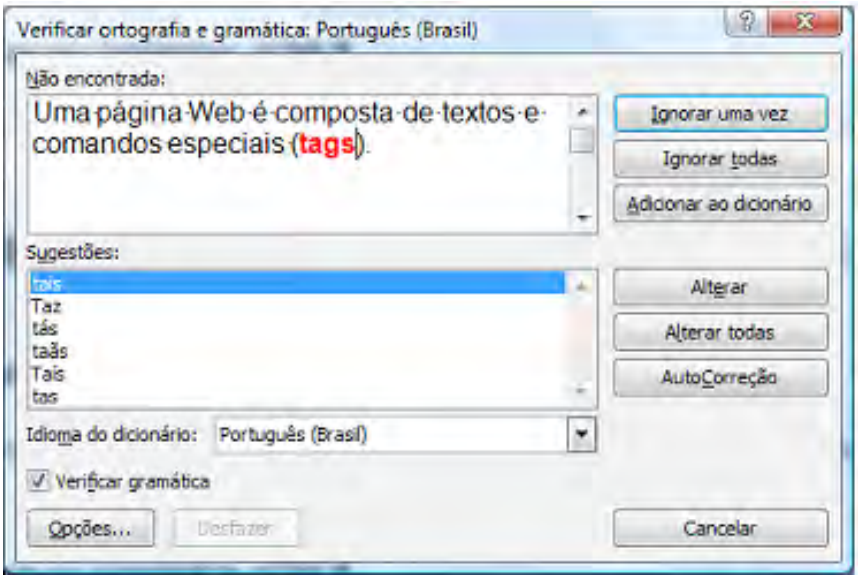
O botão Converter em Texto permite transformar sua tabela em textos normal. A opção fórmula permite fazer cálculos na tabela.

ABA Revisão

A ABA revisão é responsável por correção, proteção, comentários etc., de seu documento.



O primeiro grupo Revisão de Texto tem como principal botão o de ortografia e Gramática, clique sobre ele.



O objetivo desta ferramenta e verificar todo o seu documento em busca de erros.

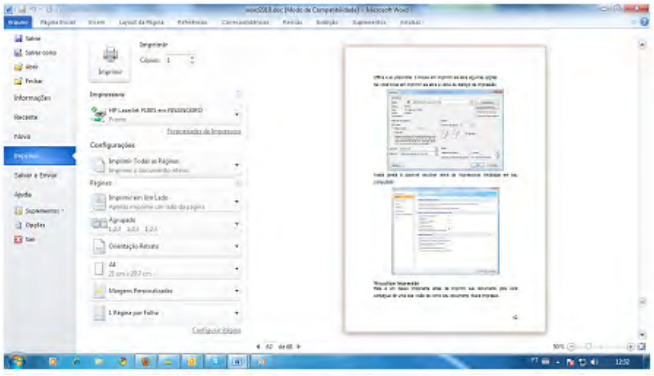
Os de ortografia ele marca em vermelho e os de gramática em verde. É importante lembrar que o fato dele marcar com cores para verificação na impressão sairá com as cores normais. Ao encontrar uma palavra considerada pelo Word como errada você pode:

- Ignorar uma vez: Ignora a palavra somente nessa parte do texto.
- Ignorar Todas: Ignora a palavra quando ela aparecer em qualquer parte do texto.
- Adicionar ao dicionário: Adiciona a palavra ao dicionário do Word, ou seja, mesmo que ela apareça em outro texto ela não será grafada como errada. Esta opção deve ser utilizada quando palavras que existam, mas que ainda não façam parte do Word.
- Alterar: Altera a palavra. Você pode alterá-la por uma palavra que tenha aparecido na caixa de sugestões, ou se você a corrigiu no quadro superior.
- Alterar Todas: Faz a alteração em todas as palavras que estejam da mesma forma no texto.

Impressão

Para imprimir seu documento o processo é muito simples. Clique no botão

Office e ao posicionar o mouse em Imprimir ele abre algumas opções.



Estilos

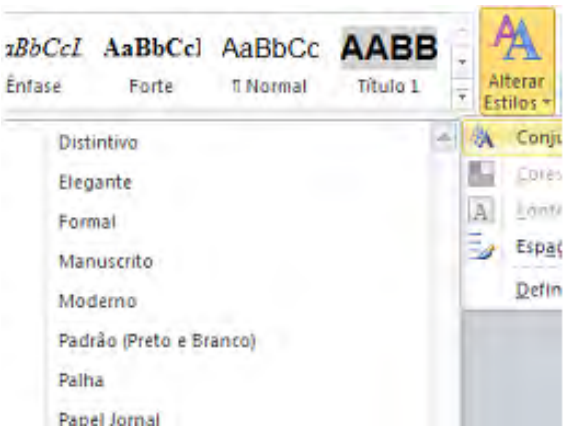
Os estilos podem ser considerados formatações prontas a serem aplicadas em textos e parágrafos. O Word disponibiliza uma grande quantidade de estilos através do grupo estilos.



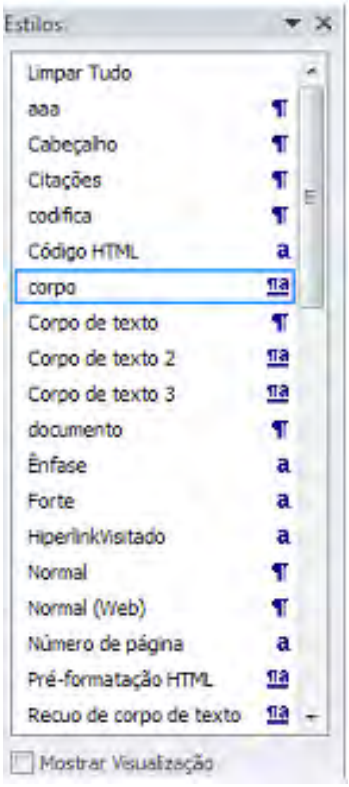
Para aplicar um estilo ao um texto é simples. Se você clicar em seu texto sem selecioná-lo, e clicar sobre um estilo existente, ele aplica o estilo ao parágrafo inteiro, porém se algum texto estiver selecionado o estilo será aplicado somente ao que foi selecionado.



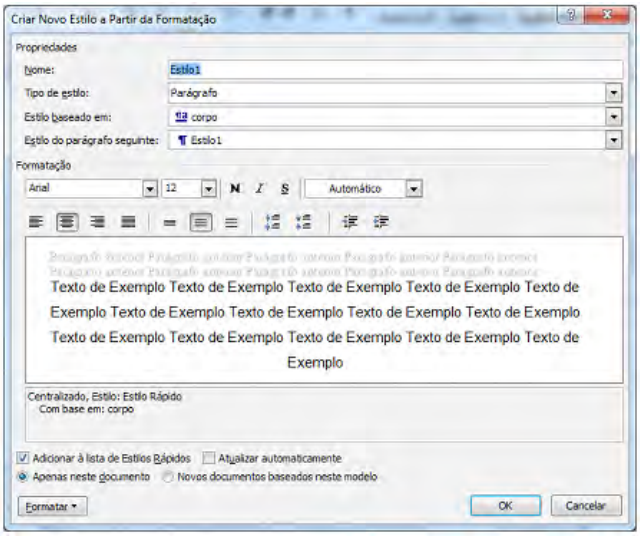
Observe na imagem acima que foi aplicado o estilo Título2 em ambos os textos, mas no de cima como foi clicado somente no texto, o estilo está aplicado ao parágrafo, na linha de baixo o texto foi selecionado, então a aplicação do estilo foi somente no que estava selecionado. Ao clicar no botão Alterar Estilos é possível acessar a diversas definições de estilos através da opção Conjunto de Estilos.



Podemos também se necessário criarmos nossos próprios estilos. Clique na Faixa do grupo Estilo.



Será mostrado todos os estilos presentes no documento em uma caixa à direita. Na parte de baixo da janela existem três botões, o primeiro deles chama-se Novo Estilo, clique sobre ele.



No exemplo dei o nome de Citações ao meu estilo, defini que ele será aplicado a parágrafos, que a base de criação dele foi o estilo corpo e que ao finalizar ele e iniciar um novo parágrafo o próximo será também corpo.

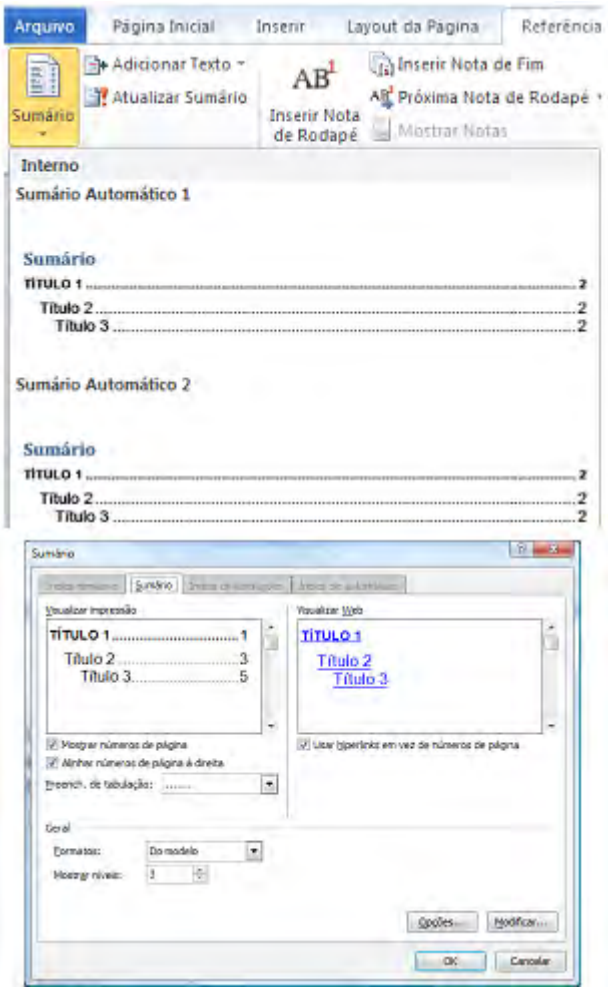
Abaixo definir a formatação a ser aplicada no mesmo. Na parte de baixo mantive a opção dele aparecer nos estilos rápidos e que o mesmo está disponível somente a este documento. Ao finalizar clique em OK. Veja um exemplo do estilo aplicado:

O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele. Destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.
Thomas Huxley.

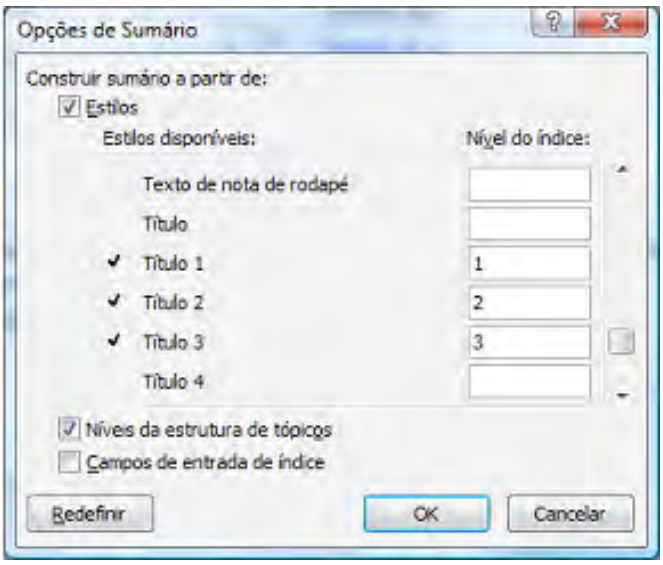
Índices

Sumário

O Sumário ou Índice Analítico é o mais utilizado, ele normalmente aparece no inicio de documentos. A principal regra é que todo parágrafo que faça parte de seu índice precisa estar atrelado a um estilo. Clique no local onde você precisa que fique seu índice e clique no botão Sumário. Serão mostrados alguns modelos de sumário, clique em Inserir Sumário.



Será mostrada uma janela de configuração de seu índice. Clique no botão Opções.

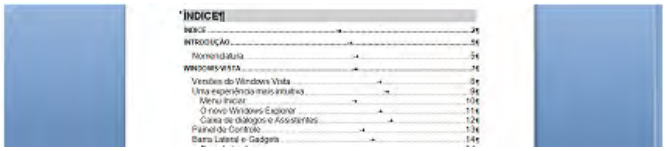


Será aberta outra janela, nesta janela aparecem todos os estilos presentes no documento, então é nela que você define quais estilos farão parte de seu índice.

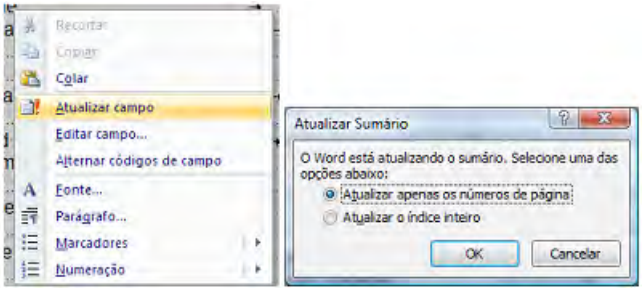
No exemplo apliquei o nível 1 do índice ao estilo Título 1, o nível 2 ao Título 2 e o nível 3 ao Título 3. Após definir quais serão suas entradas de índice clique em OK.

Retorna-se a janela anterior, onde você pode definir qual será o preenchimento entre as chamadas de índice e seu respectivo número de página e na parte mais abaixo, você pode definir o Formato de seu índice e quantos níveis farão parte do índice.

Ao clicar em Ok, seu índice será criado.



Quando houver necessidade de atualizar o índice, basta clicar com o botão direito do mouse em qualquer parte do índice e escolher Atualizar Campo.



Na janela que se abre escolha Atualizar o índice inteiro.

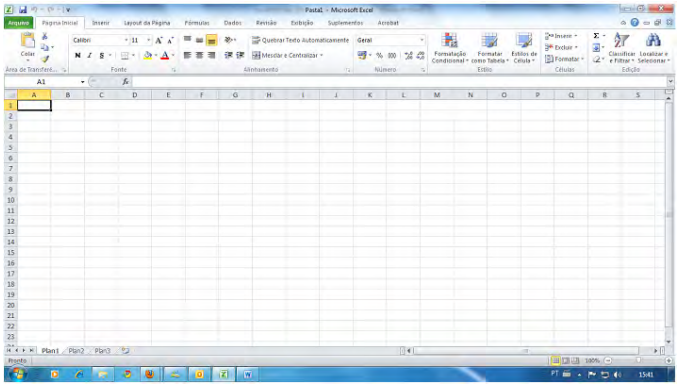
MS-EXCEL 2010: ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS

MS EXCEL

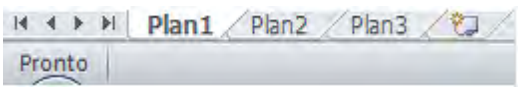
O Excel é uma das melhores planilhas existentes no mercado. As planilhas eletrônicas são programas que se assemelham a uma folha de trabalho, na qual podemos colocar dados ou valores em forma de tabela e aproveitar a grande capacidade de cálculo e armazenamento do computador para conseguir efetuar trabalhos que, normalmente, seriam resolvidos com uma calculadora, lápis e papel. A tela do computador se transforma numa folha onde podemos observar uma série de linhas (números) e colunas (letras). A cada encontro de uma linha com uma coluna temos uma célula onde podemos armazenar um texto, um valor, funções ou fórmula para os cálculos. O Excel oferece, inicialmente, em uma única pasta de trabalho três planilhas, mas é claro que você poderá inserir mais planilhas conforma sua necessidade.

Interface

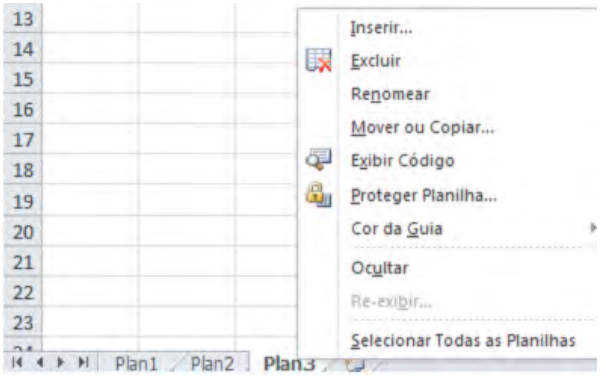
A interface do Excel segue o padrão dos aplicativos Office, com ABAS, Botão Office, controle de Zoom na direita. O que muda são alguns grupos e botões exclusivos do Excel e as guias de planilha no rodapé à esquerda:



Guias de Planilha



Um arquivo do Excel ao iniciar com três guias de planilha, estas guias permite que se possa em um único arquivo armazenar mais de uma planilha, inicialmente o Excel possui três planilhas, e ao final da Plan3 temos o ícone de inserir planilha que cria uma nova planilha. Você pode clicar com o botão direito do mouse em uma planilha existente para manipular as planilhas.

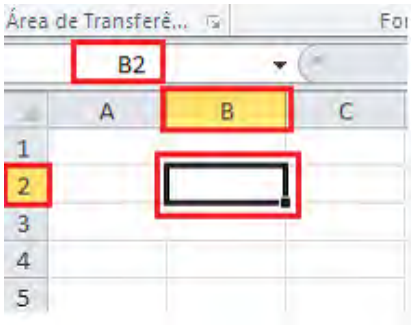


Na janela que é mostrada é possível inserir uma nova planilha, excluir uma planilha existente, renomear uma planilha, mover ou copiar essa planilha, etc...

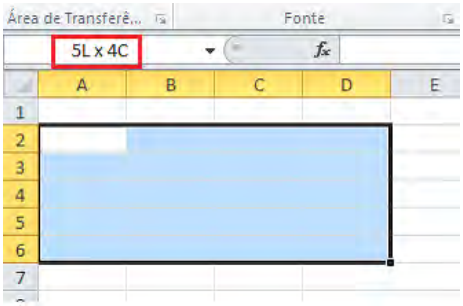
Movimentação na planilha

Para selecionar uma célula ou torná-la ativa, basta movimentar o retângulo (cursor) de seleção para a posição desejada. A movimentação poderá ser feita através do mouse ou teclado.

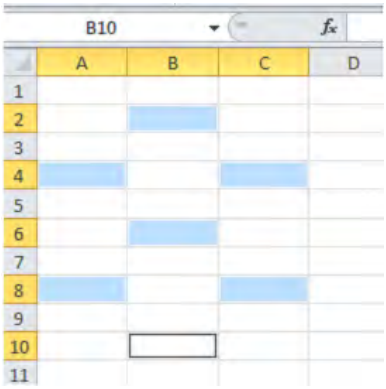
Com o mouse para selecionar uma célula basta dar um clique em cima dela e observe que a célula na qual você clicou é mostrada como referência na barra de fórmulas.



Se você precisar selecionar mais de uma célula, basta manter pressionado o mouse e arrastar selecionando as células em sequência.



Se precisar selecionar células alternadamente, clique sobre a primeira célula a ser selecionada, pressione CTRL e vá clicando nas que você quer selecionar.



Podemos também nos movimentar com o teclado, neste caso usamos a combinação das setas do teclado com a tecla SHIFT.

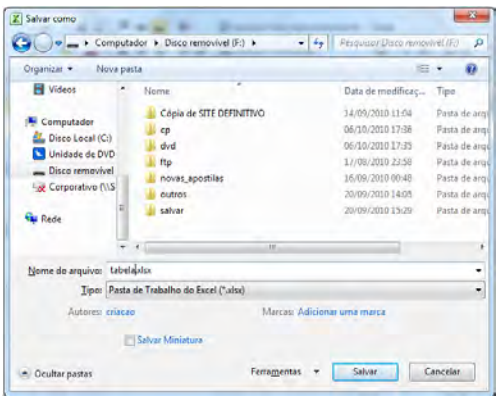
Tecla	Posição do Cursor		
Seta →	Célula para direita	Seta ←	Célula para esquerda
Seta ↓	Célula para baixo	Seta ↑	Célula para cima
Ctrl+ ←	Primeira coluna (A) da linha atual		
Ctrl+ ↑	Primeira linha da coluna atual		
PgUp	Tela para cima	PgDn	Tela para baixo
Ctrl+Home	Célula A1	F5	Ativa a caixa de diálogo Ir Para

Entrada de textos e números

Na área de trabalho do Excel podem ser digitados caracteres, números e fórmulas. Ao finalizar a digitação de seus dados, você pode pressionar a tecla ENTER, ou com as setas mudar de célula, esse recurso somente não será válido quando estiver efetuando um cálculo. Caso precise alterar o conteúdo de uma célula sem precisar redigitar tudo novamente, clique sobre ela e pressione F2, faça sua alteração e pressione ENTER em seu teclado.

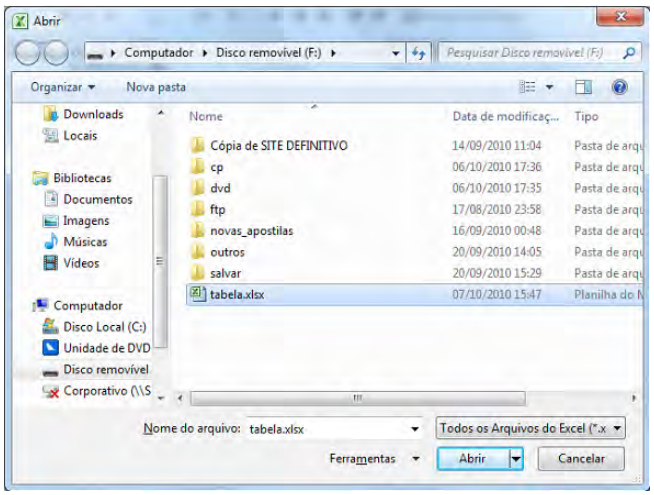
Salvando e Abrindo Arquivos

Para salvar uma planilha o processo é igual ao feito no Word, clique no botão Office e clique me Salvar.



Dê um nome ao seu arquivo, defina o local onde ele deverá ser salvo e clique em Salvar, o formato padrão das planilhas do Excel 2010 é o xlsx, se precisar salvar em xls para manter compatibilidade com as versões anteriores é preciso em tipo definir como Pasta de Trabalho do Excel 97 – 2003.

Para abrir um arquivo existente, clique no botão Office e depois no botão Abrir, localize seu arquivo e clique sobre ele e depois em abrir.



Operadores e Funções

A função é um método utilizado para tornar mais fácil e rápido a montagem de fórmulas que envolvem cálculos mais complexos e vários valores.

Existem funções para os cálculos matemáticos, financeiros e estatísticos. Por exemplo, na função: =SOMA (A1:A10) seria o mesmo que (A1+A2+A3+A4+A5+A6+A7+A8+A9+A10), só que com a função o processo passa a ser mais fácil. Ainda conforme o exemplo pode-se observar que é necessário sempre iniciar um cálculo com sinal de igual (=) e usa-se nos cálculos a referência de células (A1) e não somente valores.

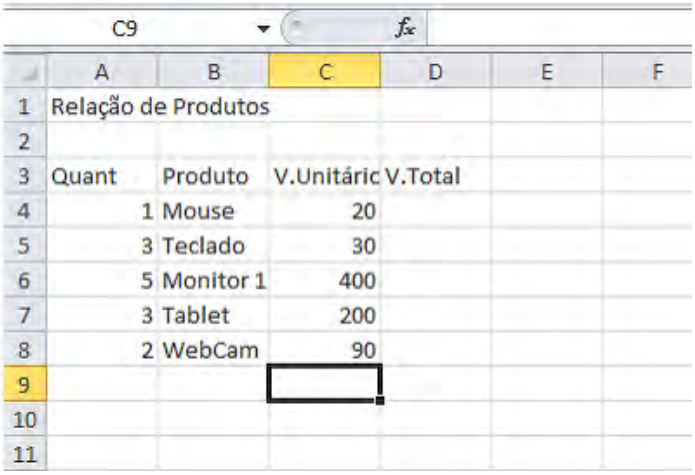
A quantidade de argumentos empregados em uma função depende do tipo de função a ser utilizada. Os argumentos podem ser números, textos, valores lógicos, referências, etc...

Operadores

Operadores são símbolos matemáticos que permitem fazer cálculos e comparações entre as células. Os operadores são:

1.Sinais de operações			2.Sinais para condição	
Sinal	Função		Sinal	Função
+	Somar		>	Maior que
-	Subtrair		<	Menor que
*	Multiplicar		<>	Diferente
/	Dividir		>=	Maior e igual a
%	Porcentagem		<=	Menor e igual a
=	Igualdade		&&	Concatenar

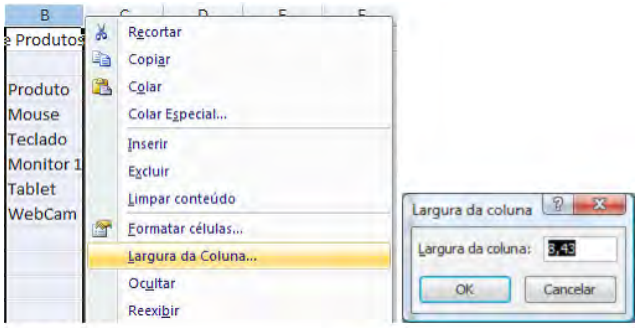
Vamos montar uma planilha simples.

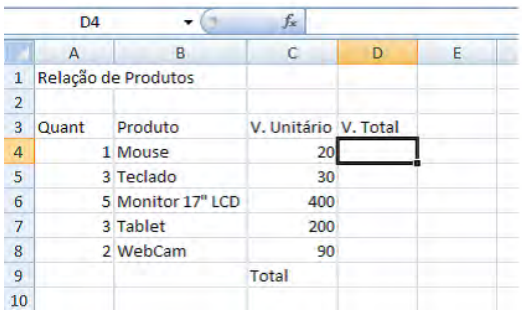


	A	B	C	D	E	F
1	Relação de Produtos					
2						
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total		
4	1	Mouse	20			
5	3	Teclado	30			
6	5	Monitor 1	400			
7	3	Tablet	200			
8	2	WebCam	90			
9						
10						
11						

Observe que o conteúdo de algumas células é maior que a sua largura, podemos acertar isso da seguinte forma.

Se precisar trabalhar a largura de uma coluna, posiciono o mouse entre as colunas, o mouse fica com o formato de uma flecha de duas pontas, posso arrastar para definir a nova largura, ou posso dar um duplo clique que fará com que a largura da coluna acerte-se com o conteúdo. Posso também clicar com o botão direito do mouse e escolher Largura da Coluna.



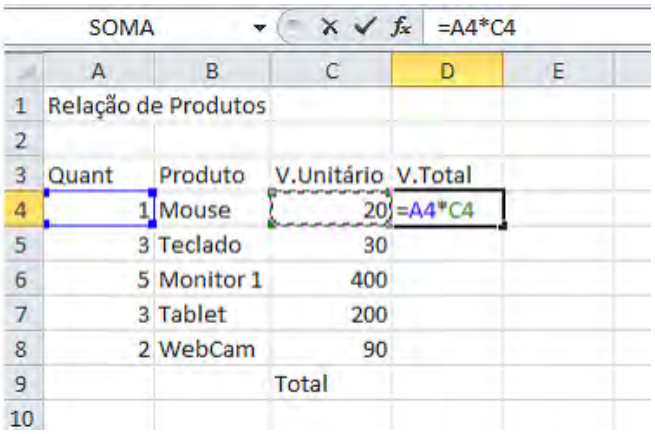


	A	B	C	D	E
1	Relação de Produtos				
2					
3	Quant	Produto	V. Unitário	V. Total	
4	1	Mouse	20		
5	3	Teclado	30		
6	5	Monitor 17" LCD	400		
7	3	Tablet	200		
8	2	WebCam	90		
9			Total		
10					

O objetivo desta planilha é calcularmos o valor total de cada produto (quantidade multiplicado por valor unitário) e depois o total de todos os produtos.

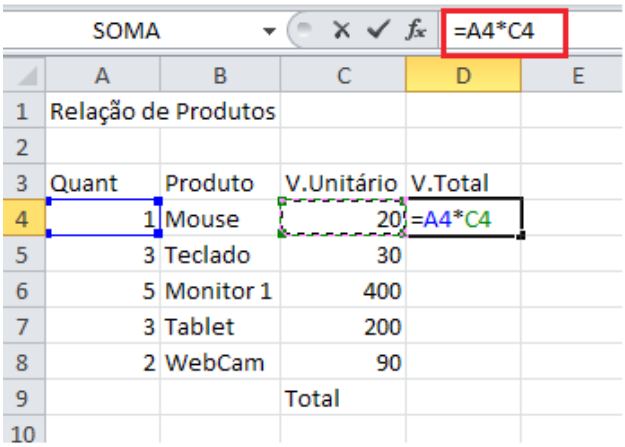
Para o total de cada produto precisamos utilizar o operador de multiplicação (*), no caso do Mouse temos que a quantidade está na célula A4 e o valor unitário está na célula C4, o nosso caçulo será feito na célula D4.

Poderíamos fazer o seguinte cálculo =1*20 que me traria o resultado, porém bastaria alterar o valor da quantidade ou o V. unitário que eu precisaria fazer novamente o cálculo. O correto é então é fazer =A4*C4 com isso eu multiplico referenciando as células, independente do conteúdo dela, ele fará a multiplicação, desde que ali se tenha um número.



	A	B	C	D	E
1	Relação de Produtos				
2					
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	
4	1	Mouse	20	=A4*C4	
5	3	Teclado	30		
6	5	Monitor 1	400		
7	3	Tablet	200		
8	2	WebCam	90		
9			Total		
10					

Observe que ao fazer o cálculo é colocado também na barra de fórmulas, e mesmo após pressionar ENTER, ao clicar sobre a célula onde está o resultado, você poderá ver como se chegou ao resultado pela barra de fórmulas.



	A	B	C	D	E
1	Relação de Produtos				
2					
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	
4	1	Mouse	20	=A4*C4	
5	3	Teclado	30		
6	5	Monitor 1	400		
7	3	Tablet	200		
8	2	WebCam	90		
9			Total		
10					

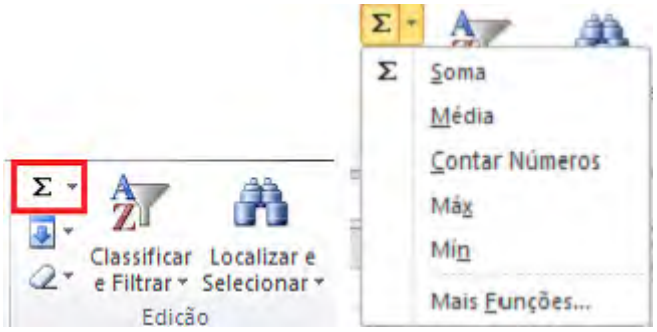
Para o cálculo do teclado é necessário então fazer o cálculo da segunda linha A5*C5 e assim sucessivamente. Observamos então que a coluna representada pela letra não muda, muda-se somente o número que representa a linha, e se nossa planilha tivesse uma grande quantidade de produtos, repetir o cálculo seria cansativo e com certeza sujeita a erros. Quando temos uma sequência de cálculos como a nossa planilha o Excel permite que se faça um único cálculo e ao posicionar o cursor do mouse no canto inferior direito da célula o cursor se transforma em uma cruz (não confundir com a seta branca que permite mover o conteúdo da célula e ao pressionar o mouse e arrastar ele copia a fórmula poupando tempo).

Para calcular o total você poderia utilizar o seguinte cálculo D4+D5+D6+D7+D8, porém isso não seria nada pratico em plani-

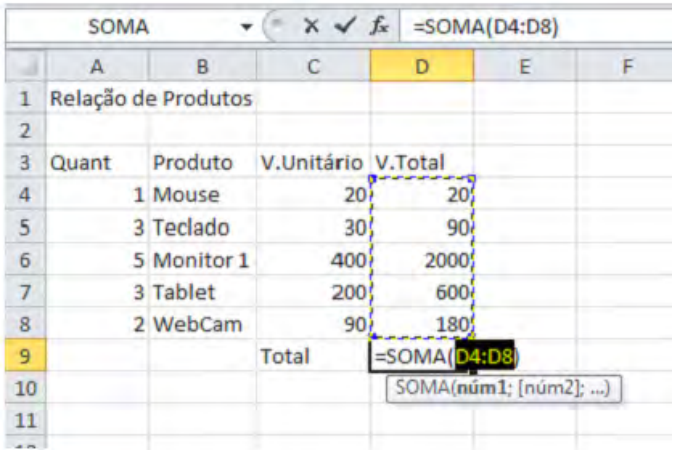
lhas maiores. Quando tenho sequências de cálculos o Excel permite a utilização de funções.

No caso a função a ser utilizada é a função SOMA, a sua estrutura é =SOMA(CelIni:Celfim), ou seja, inicia-se com o sinal de igual (=), escreve-se o nome da função, abrem-se parênteses, clica-se na célula inicial da soma e arrasta-se até a última célula a ser somada, este intervalo é representado pelo sinal de dois pontos (:), e fecham-se os parênteses.

Embora você possa fazer manualmente na célula o Excel possui um assistente de função que facilita e muito a utilização das mesmas em sua planilha. Na ABA Inicio do Excel dentro do grupo Edição existe o botão de função.



A primeira função é justamente Soma, então clique na célula e clique no botão de função.

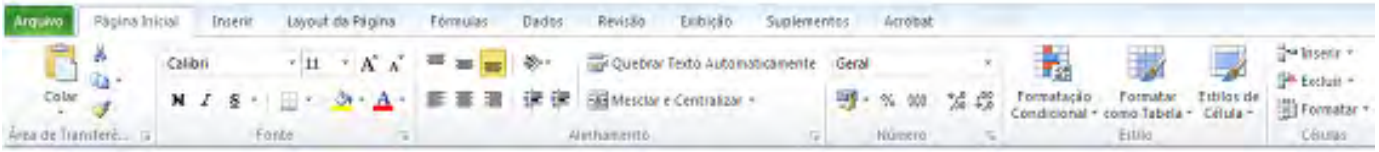


Observe conforme a imagem que o Excel acrescenta a soma e o intervalo de células pressione ENTER e você terá seu cálculo.

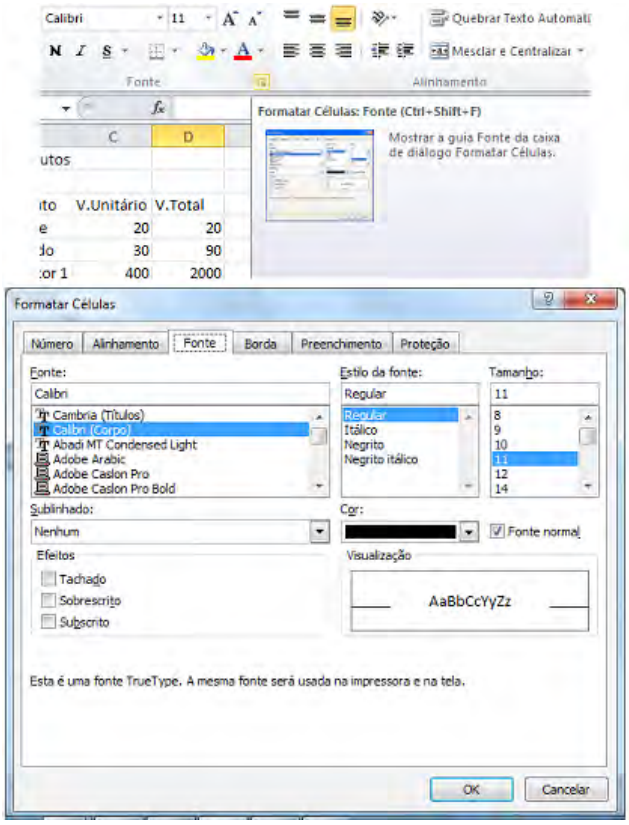
Formatação de células

A formatação de células é muito semelhante a que vimos para formatação de fonte no Word, basta apenas que a célula onde será aplicada a formatação esteja selecionada, se precisar selecionar mais de uma célula, basta selecioná-las.

As opções de formatação de célula estão na ABA Inicio.

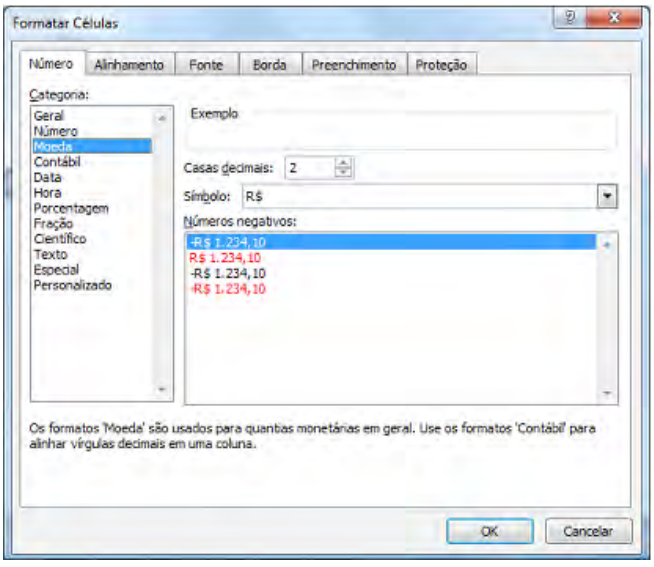


Temos o grupo Fonte que permite alterar a fonte a ser utilizada, o tamanho, aplicar negrito, itálico e sublinhado, linhas de grade, cor de preenchimento e cor de fonte. Ao clicar na faixa do grupo será mostrada a janela de fonte.

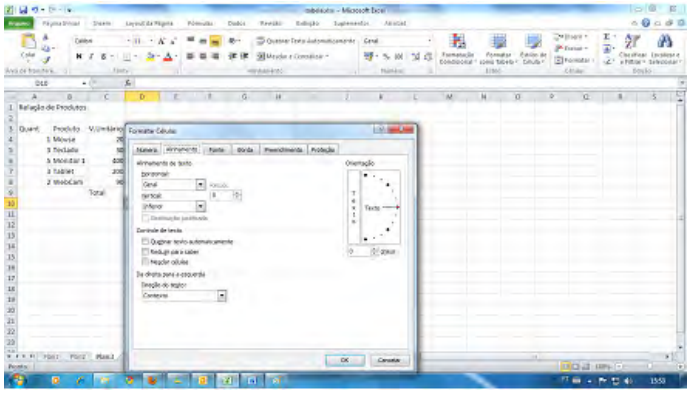


A guia mostrada nesta janela é a Fonte nela temos o tipo da letra, estilo, tamanho, sublinhado e cor, observe que existem menos recursos de formatação do que no Word.

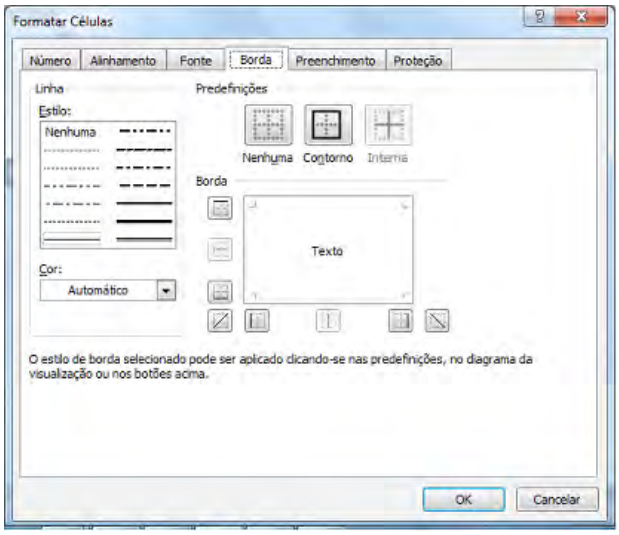
A guia Número permite que se formatem os números de suas células. Ele dividido em categorias e dentro de cada categoria ele possui exemplos de utilização e algumas personalizações como, por exemplo, na categoria Moeda em que é possível definir o símbolo a ser usado e o número de casas decimais.



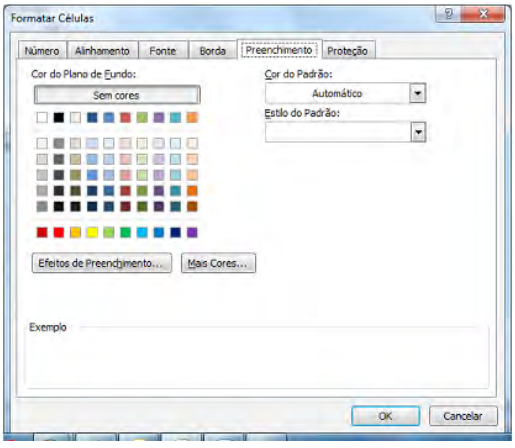
A guia Alinhamento permite definir o alinhamento do conteúdo da célula na horizontal e vertical, além do controle do texto.



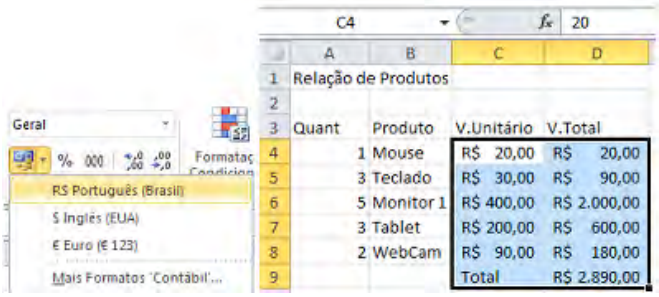
A guia Bordas permite adicionar bordas a sua planilha, embora a planilha já possua as linhas de grade que facilitam a identificação de suas células, você pode adicionar bordas para dar mais destaque.



A guia Preenchimento permite adicionar cores de preenchimento às suas células.

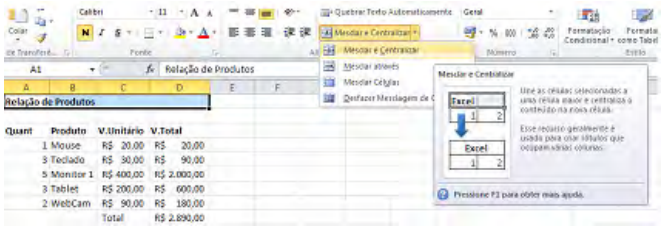


Vamos então formatar nossa planilha, inicialmente selecione todas as células de valores em moeda. Você pode utilizar a janela de formatação como vimos antes, como pode também no grupo Número clicar sobre o botão moeda.

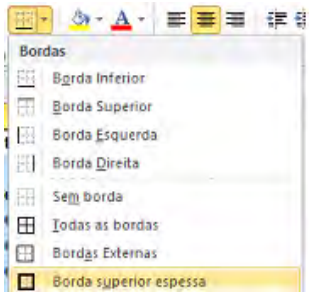


Vamos colocar também a linha onde estão Quant, Produto etc... em negrito e centralizado.

O título Relação de Produtos ficará melhor visualmente se estiver centralizado entra a largura da planilha, então selecione desde a célula A1 até a célula D1 depois clique no botão Mesclar e Centralizar centralize e aumente um pouco o tamanho da fonte.

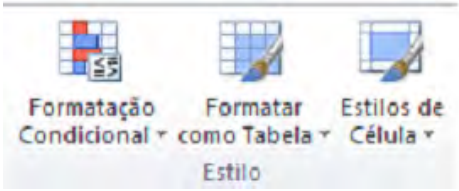


Para finalizar selecione toda a sua planilha e no botão de bordas, selecione uma borda externa.

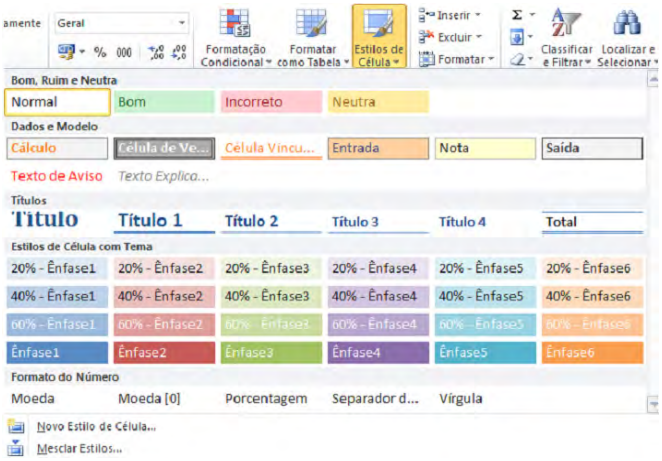


Estilos

Esta opção é utilizada par aplicar, automaticamente um formato pré-definido a uma planilha selecionada.

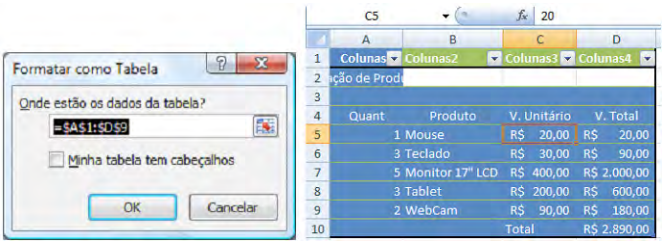


O botão estilo de Célula permite que se utilize um estilo de cor para sua planilha.

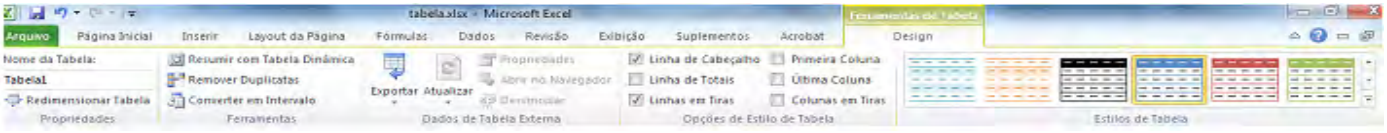


A segunda opção Formatar como Tabela permite também aplicar uma formatação a sua planilha, porém ele já começa a trabalhar com Dados.





Ele acrescenta uma coluna superior com indicações de colunas e abre uma nova ABA chamada Design



No grupo Opções de Estilo de Tabela desmarque a opção Linhas de Cabeçalho.

Para poder manipular também os dados de sua planilha é necessário selecionar as células que pretende manipular como planilha e no grupo Ferramentas clique no botão Converter em Intervalo.

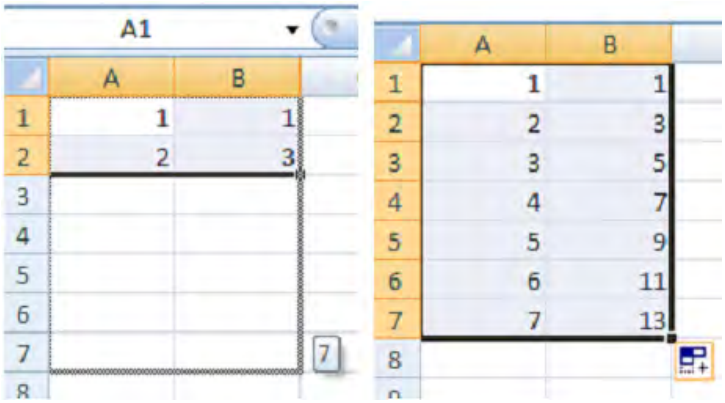


Auto Preenchimento das Células

Vimos no exemplo anterior que é possível copiar uma fórmula que o Excel entende que ali temos uma fórmula e faz a cópia. Podemos usar este recurso em outras situações, se eu tiver um texto comum ou um número único, e aplicar este recurso, ele copia sem alterar o que será copiado, mas posso utilizar este recurso para ganhar tempo.

Se eu criar uma sequência numérica, por exemplo, na célula A1 o número 1 e na célula A2 o número 2, ao selecionar ambos, o Excel entende que preciso copiar uma sequência.

Se eu colocar na célula A1 o número 1 e na célula A2 o número 3, ele entende que agora a sequência é de dois em dois.

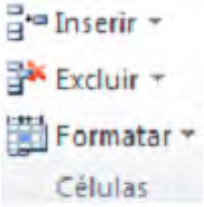


Esta mesma sequência pode ser aplicada a dias da semana, horas, etc...

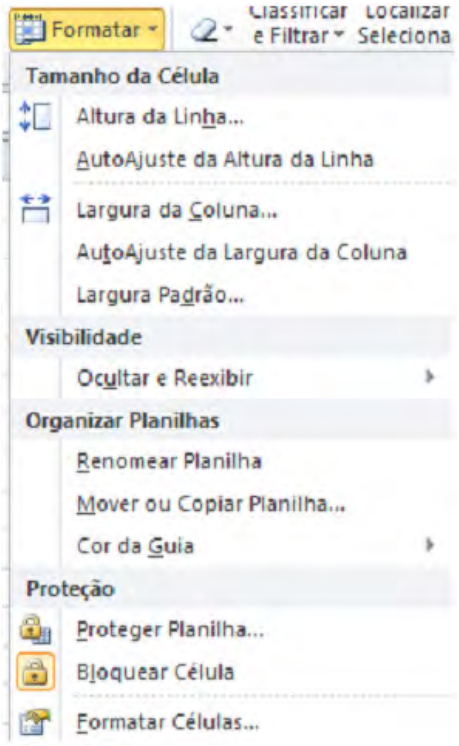
Inserção de linhas e colunas

Para adicionar ou remover linhas e colunas no Excel é simples. Para adicionar, basta clicar com o botão direito do mouse em uma linha e depois clicar em Inserir, a linha será adicionada acima da selecionada, no caso a coluna será adicionada à esquerda. Para excluir uma linha ou uma coluna, basta clicar com o botão direito na linha ou coluna a ser excluída.

Este processo pode ser feito também pelo grupo Células que está na ABA inicio.

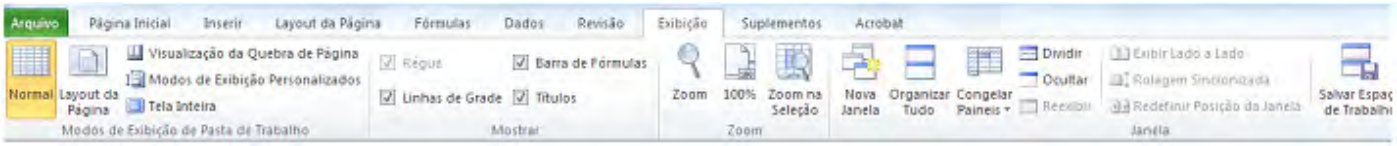


Através da opção Formatar podemos também definir a largura das linhas e colunas.

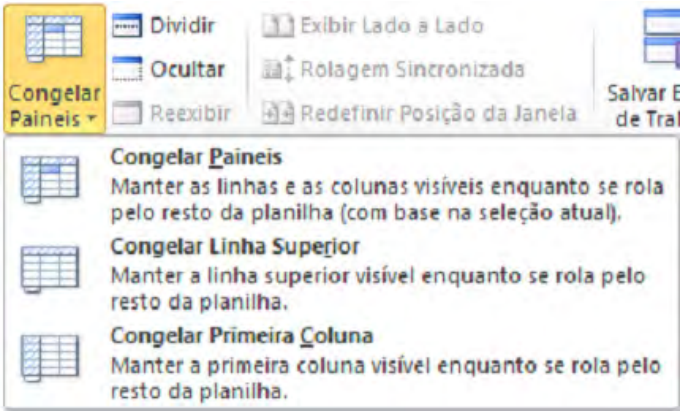


Congelar Painéis

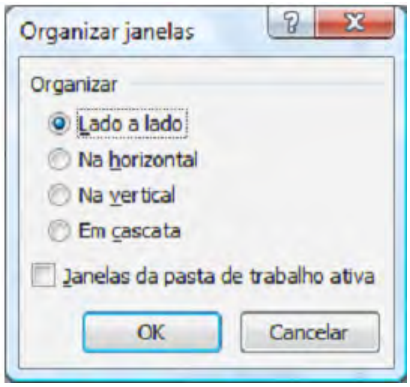
Algumas planilhas quando muito longas necessitam que sejam mantidos seus cabeçalho e primeiras linhas, evitando-se assim a digitação de valores em locais errados. Esse recurso chama-se congelar painéis e está disponível na ABA exibição.

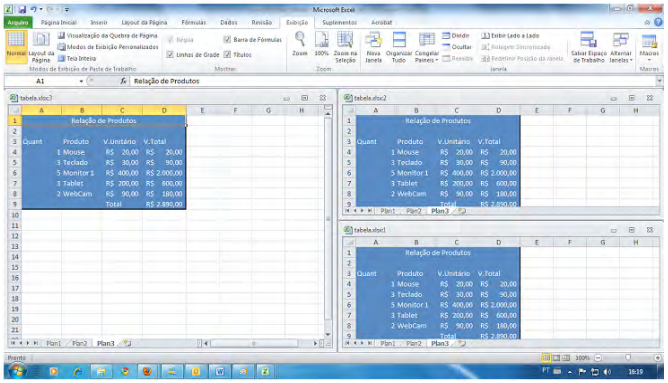


No grupo Janela temos o botão Congelar Painéis, clique na opção congelar primeira linha e mesmo que você role a tela a primeira linha ficará estática.

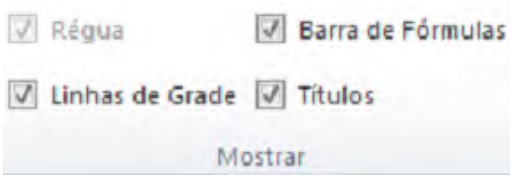


Ainda dentro desta ABA podemos criar uma nova janela da planilha Ativa clicando no botão Nova Janela, podemos organizar as janelas abertas clicando no botão Organizar Tudo,





Pelo grupo Mostrar / Ocultar podemos retirar as linhas de grade, as linhas de cabeçalho de coluna e linha e a barra de formulas.



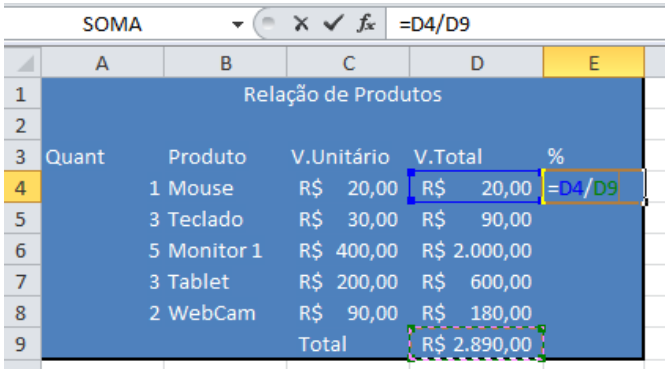
Trabalhando com Referências

Percebemos que ao copiar uma fórmula, automaticamente são alteradas as referências, isso ocorre, pois trabalhamos até o momento com valores relativos.

Porém, vamos adicionar em nossa planilha mais uma coluna onde pretendo calcular qual a porcentagem cada produto representa no valor total



O cálculo ficaria para o primeiro produto =D4/D9 e depois bastaria aplicar a formatação de porcentagem e acrescentar duas casas decimais.





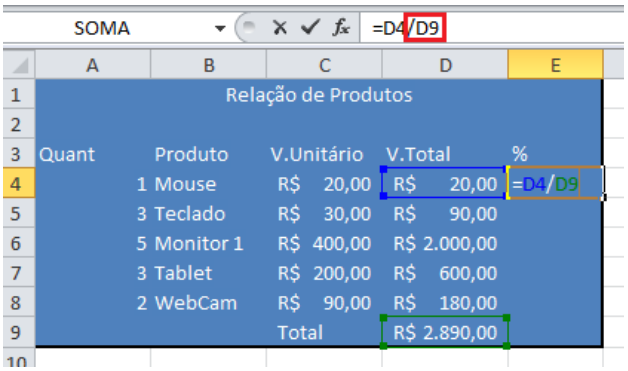


Porém se utilizarmos o conceito aprendido de copiar a célula E4 para resolver os demais cálculos na célula E5 à fórmula ficará =D5/D10, porém se observarmos o correto seria ficar =D5/D9, pois a célula D9 é a célula com o valor total, ou seja, esta é a célula comum a todos os cálculos a serem feitos, com isso não posso copiar a fórmula, pelo menos não como está.

Uma solução seria fazer uma a uma, mas a ideia de uma planilha é ganhar-se tempo.

A célula D9 então é um valor absoluto, ele não muda é também chamado de valor constante.

A solução é então travar a célula dentro da formula, para isso usamos o símbolo do cifrão ($), na célula que fizemos o cálculo E4 de clique sobre ela, depois clique na barra de fórmulas sobre a referência da célula D9.



Pressione em seu teclado a tecla F4. Será então adicionado o símbolo de cifrão antes da letra D e antes do número 9. D9.



Pressione ENTER e agora você poderá copiar a sua célula.



No exemplo acima foi possível travar toda a células, existem casos em que será necessário travar somente a linha e casos onde será necessário travar somente a coluna.

As combinações então ficariam (tomando como base a célula D9)

D9 - Relativa, não fixa linha nem coluna

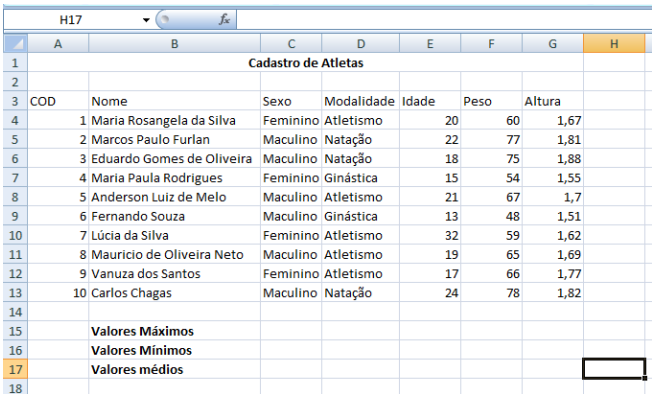
$D9 - Mista, fixa apenas a coluna, permitindo a variação da linha.

D$9 - Mista, fixa apenas a linha, permitindo a variação da coluna.

D9 - Absoluta, fixa a linha e a coluna.

Algumas outras funções

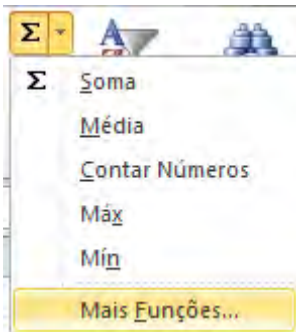
Vamos inicialmente montar a seguinte planilha

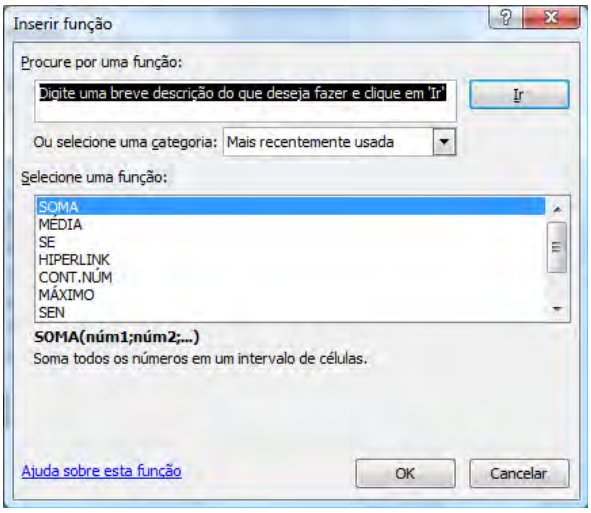


	A	B	C	D	E	F	G	H
1		Cadastro de Atletas						
2								
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	
5	2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	
6	3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	
8	5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	
9	6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	
13	10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	
14								
15		Valores Máximos						
16		Valores Mínimos						
17		Valores médios						
18								

Em nosso controle de atletas vamos através de algumas outras funções saber algumas outras informações de nossa planilha.

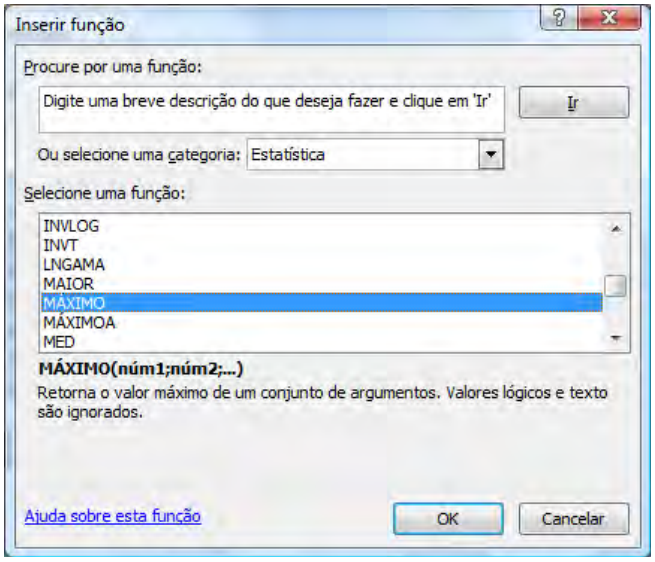
O Excel possui muitas funções, você pode conhecer mais sobre elas através do assistente de função.





Ao clicar na opção Mais Funções abre-se a tela de Inserir Função, você pode digitar uma descrição do que gostaria de saber calcular, pode buscar por categoria, como Financeira,m Data Hora etc..., ao escolher uma categoria, na caixa central serão mostradas todas as funções relativas a essa categoria.

Ao selecionar, por exemplo, a categoria Estatística e dentro do conjunto de funções desta categoria a função Máximo abaixo é apresentado uma breve explicação da utilização desta função. Se precisar de mais detalhes da utilização da função clique sobre o link Ajuda sobre esta função.

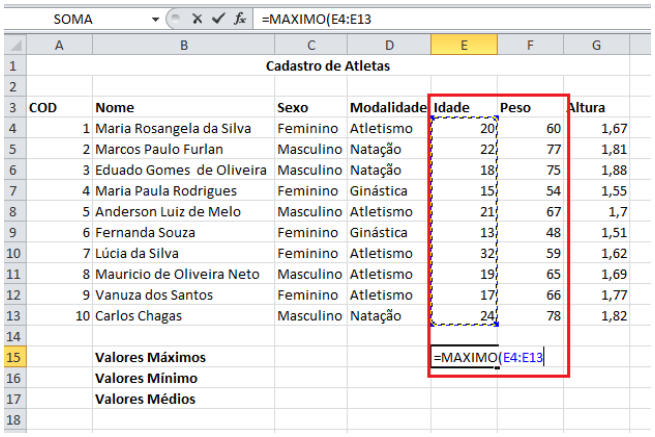


Máximo

Mostra o valor MAIOR de uma seleção de células.

Em nossa planilha vamos utilizar essa função para saber é a maior idade, maior peso e a maior altura.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores máximos E15 e monte a seguinte função =MAXIMO(E4:E13). Com essa função estamos buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.



	A	B	C	D	E	F	G
1		Cadastro de Atletas					
2							
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82
14							
15		Valores Máximos			=MAXIMO(E4:E13		
16		Valores Mínimo					
17		Valores Médios					
18							

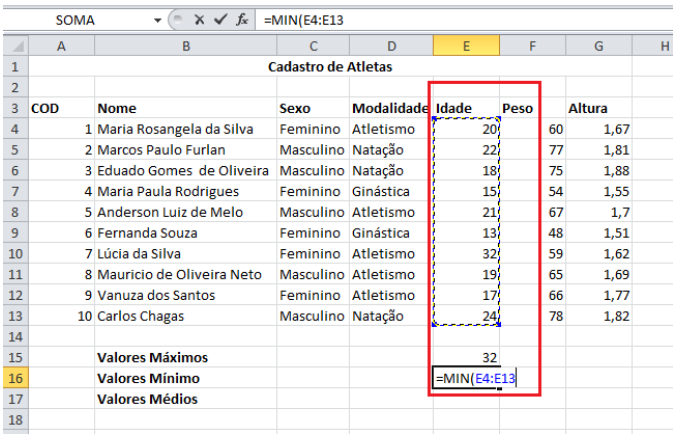
Vamos repetir o processo para os valores máximos do peso e da altura.

MIN

Mostra o valor mínimo de uma seleção de células.

Vamos utilizar essa função em nossa planilha para saber os valores mínimos nas características de nossos atletas.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores máximos E16 e monte a seguinte função =MIN(E4:E13). Com essa função está buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.



	A	B	C	D	E	F	G	H
1		Cadastro de Atletas						
2								
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	
14								
15		Valores Máximos			32			
16		Valores Mínimo			=MIN(E4:E13			
17		Valores Médios						
18								

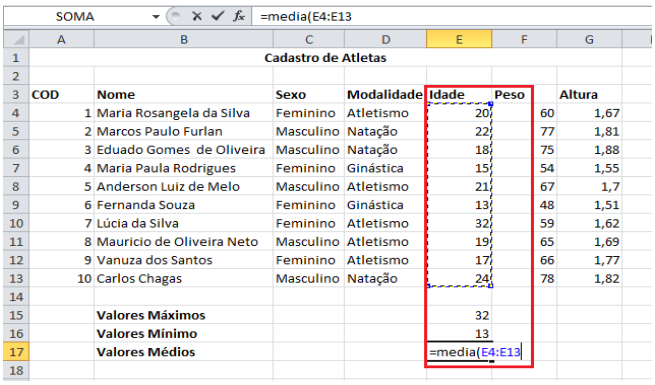
Para calcular os valores mínimos para o peso e a altura o processo é o mesmo.

Média

Calcula a média aritmética de uma seleção de valores.

Vamos utilizar essa função em nossa planilha para saber os valores médios nas características de nossos atletas.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores máximos E17 e monte a seguinte função =MEDIA(E4:E13). Com essa função estamos buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.



	A	B	C	D	E	F	G
1		Cadastro de Atletas					
2							
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82
14							
15		Valores Máximos			32		
16		Valores Mínimo			13		
17		Valores Médios			=media(E4:E13		
18							

Para o peso e a altura basta apenas repetir o processo

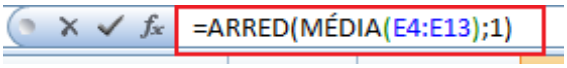
Vamos utilizar essa função em nossa planilha de controle de atletas. Vamos utilizar a função nos valores médios da planilha, deixaremos com duas casas decimais.

Vamos aproveitar também o exemplo para utilizarmos um recurso muito interessante do Excel que é o aninhamento de funções, ou seja, uma função fazendo parte de outra.

A função para o cálculo da média da Idade é =MÉDIA(E4:E13) clique na célula onde está o cálculo e depois clique na barra de fórmulas.

Altere a função para =ARRED(MÉDIA(E4:E13);1) com isso fizemos com que caso exista números após a vírgula o mesmo será arredonda a somente uma casa decimal. Caso você não queira casas decimais coloque após o ponto e vírgula o número zero.

Nesta situação deve-se ter uma atenção grande em relação aos parênteses, observe que foi aberto uma após a função ARRED e um a pós a função MÉDIA então se deve ter o cuidado de fechá-los corretamente. O que auxilia no fechamento correto dos parênteses é que o Excel vai colorindo os mesmos enquanto você faz o cálculo.



Função SE

Esta é com certeza uma das funções mais importantes do Excel e provavelmente uma das mais complexas para quem está iniciando.

Esta função retorna um valor de teste_lógico que permite avaliar uma célula ou um cálculo e retornar um valor verdadeiro ou um valor falso.

Sua sintaxe é =SE (TESTELÓGICO;VALOR VERDADEIRO;VALOR FALSO).
=SE - Atribuição de inicio da função;

TESTELÓGICO - Teste a ser feito par validar a célula;

VALOR VERDADEIRO - Valor a ser apresentado na célula quando o teste lógico for verdadeiro, pode ser outra célula, um caçulo, um número ou um texto, apenas lembrando que se for um texto deverá estar entre aspas.

VALOR FALSO - Valor a ser apresentado na célula quando o teste lógico for falso, pode ser outra célula, um caçulo, um número ou um texto, apenas lembrando que se for um texto deverá estar entre aspas.

Para exemplificar o funcionamento da função vamos acrescentar em nossa planilha de controle de atletas uma coluna chamada categoria.

H4

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1				Cadastro de Atletas					
2									
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria	
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67		
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81		
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88		
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55		
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7		
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51		
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62		
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69		
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77		
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82		
14									
15		Valores Máximos			32	78	1,88		
16		Valores Mínimo			13	48	1,51		
17		Valores Médios			20,1	64,9	1,702		
18									

Vamos atribuir inicialmente que atletas com idade menor que 18 anos serão da categoria Juvenil e acima disso categoria Profissional. Então a lógica da função será que quando a Idade do atleta for menor que 18 ele será Juvenil e quando ela for igual ou maior que 18 ele será Profissional.

Convertendo isso para a função e baseando-se que a idade do primeiro atleta está na célula E4 à função ficará:

=SE(E4<18;"Juvenil";"Profissional".)

H4 =SE(E4<18;"Juvenil";"Profissional")

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1				Cadastro de Atletas					
2									
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria	
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional	
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81		
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88		
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55		
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7		
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51		
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62		
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69		
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77		

Explicando a função.

=SE(E4<18: inicio da função e teste lógico, aqui é verificado se o conteúdo da célula E4 é menor que 18.

"Juvenil": Valor a ser apresentado como verdadeiro.

"Profissional": Valor a ser apresentado como falso.

)

Vamos incrementar um pouco mais nossa planilha, vamos criar uma tabela em separado com a seguinte definição. Até 18 anos será juvenil, de 18 anos até 30 anos será considerado profissional e acima dos 30 anos será considerado Master.

Nossa planilha ficará da seguinte forma.

H4

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1				Cadastro de Atletas								
2												
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria		Idade	Categoria	
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67			18	Juvenil	
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81			30	Profissional	
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88				Master	
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55					
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7					
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51					
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62					
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69					
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77					
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82					
14												
15		Valores Máximos			32	78	1,88					
16		Valores Mínimo			13	48	1,51					
17		Valores Médios			20,1	64,9	1,702					
18												

Temos então agora na coluna J a referência de idade, e na coluna K a categoria.

Então agora preciso verificar a idade de acordo com o valor na coluna J e retornar com valores verdadeiros e falsos o conteúdo da coluna K. A função então ficará da seguinte forma:

SOMA =SE(E4<J4;K4;SE(E4<J5;K5;K6))

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1				Cadastro de Atletas								
2												
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria		Idade	Categoria	
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	=SE(E4<J4;K4;SE(E4<J5;K5;K6))		18	Juvenil	
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	SE(teste_lógico; [valor_se_verdadeiro]; [valor_se_falso])		30	Profissional	
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88				Master	
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55					
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7					

=SE(E4<J4;K4;SE(E4<J5;K5;K6))

Temos então:

=SE(E4<J4: Aqui temos nosso primeiro teste lógico, onde verificamos se a idade que consta na célula E4 é menor que o valor que consta na célula J4.

K4: Célula definida a ser retornada como verdadeiro deste teste lógico, no caso o texto "Juvenil".

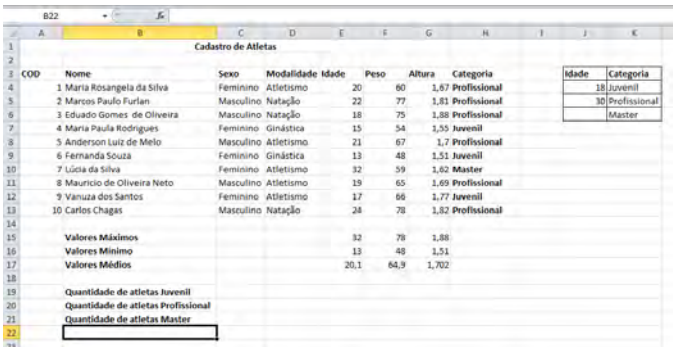
SE(E4<J5: segundo teste lógico, onde verificamos se valor da célula E4 é menor que 30, se for real retorna o segundo valor verdadeiro, é importante ressaltar que este teste lógico somente será utilizado se o primeiro teste der como falso.

K5: Segundo valor verdadeiro, será retornado se o segundo teste lógico estiver correto.

K6: Valor falso, será retornado se todos os testes lógicos derem como falso.

Permite contar em um intervalo de valores quantas vezes se repete determinado item. Vamos aplicar a função em nossa planilha de controle de atletas

Adicione as seguintes linhas abaixo de sua planilha



Cadastro de Atletas

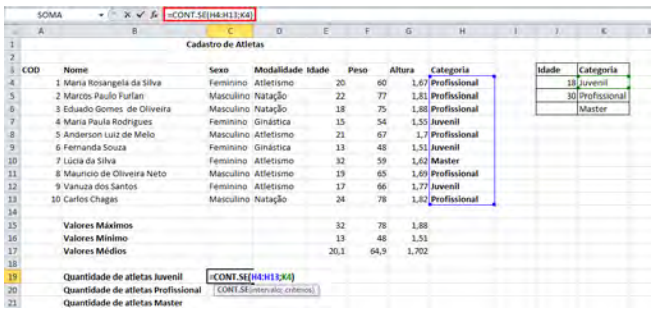
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	Profissional

Idade	Categoria
18	Juvenil
30	Profissional
	Master

Valores Máximos	32	78	1,88
Valores Mínimo	13	48	1,51
Valores Médios	20,1	64,9	1,702

Quantidade de atletas Juvenil
Quantidade de atletas Profissional
Quantidade de atletas Master

Então vamos utilizar a função CONT.SE para buscar em nossa planilha quantos atletas temos em cada categoria.



Cadastro de Atletas

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	Profissional

Idade	Categoria
18	Juvenil
30	Profissional
	Master

Valores Máximos	32	78	1,88
Valores Mínimo	13	48	1,51
Valores Médios	20,1	64,9	1,702

Quantidade de atletas Juvenil =CONT.SE(H4:H13;K4)
Quantidade de atletas Profissional CONT.SE(intervalo; critério)
Quantidade de atletas Master

A função ficou da seguinte forma =CONT.SE(H4:H13;K4) onde se faz a contagem em um intervalo de H3:H13 que é o resultado calculado pela função

SE e retorna a célula K4 onde está a categoria juvenil de atletas. Para as demais categorias basta repetir o cálculo mudando-se somente a categoria que está sendo buscada.

Funções de Data e Hora

Podemos trabalhar com diversas funções que se baseiam na data e hora de seu computador. As principais funções de data e hora são:

=HOJE( ) Retorna a data atual.

=MÊS(HOJE()) Retorna o mês atual

=ANO(HOJE()) Retorna o ano atual

=HORA(AGORA()) Retorna à hora atual

=MINUTO(AGORA()) Retorna o minuto atual

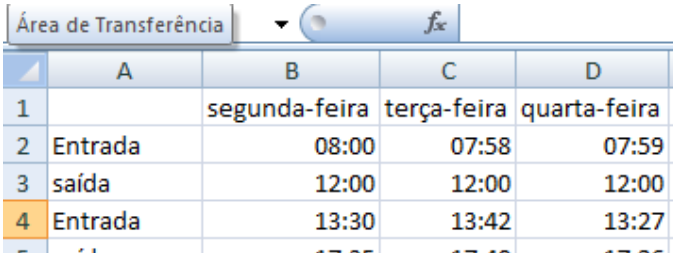
=SEGUNDO(AGORA()) Retorna o segundo atual

=AGORA( ) Retorna a data e à hora

=DIA.DA.SEMANA(HOJE()) Retorna o dia da semana em número

=DIAS360( ) Calcula o número de dias que há entre uma data inicial e uma data final.

Para exemplificar monte a seguinte planilha.

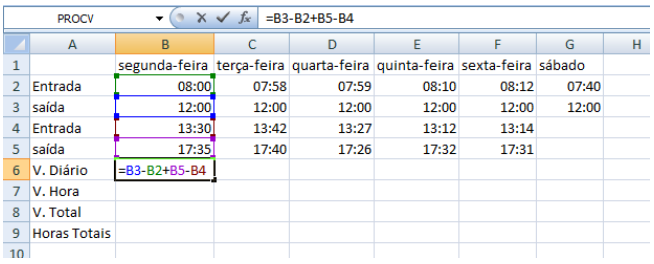


Área de Transferência

	A	B	C	D
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira
2	Entrada	08:00	07:58	07:59
3	saída	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27

Em V.Diário, vamos calcular quantas horas foram trabalhadas durante cada dia.

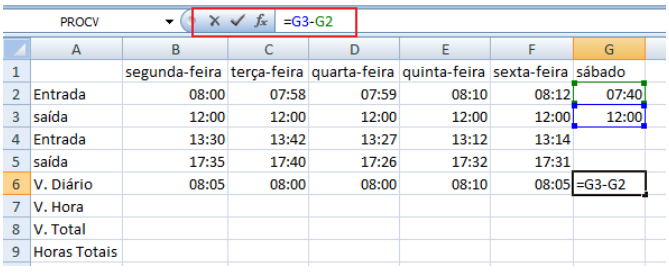
=B3-B2+B5-B4, pegamos a data de saída e subtraímos pela data de entrada de manhã, com isso sabemos quantas horas foram trabalhadas pela manhã na mesma função faço a subtração da saída no período da tarde pela entrada do período da tarde e somo os dois períodos.



PROCV =B3-B2+B5-B4

	A	B	C	D	E	F	G	H
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40	
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14		
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31		
6	V. Diário	=B3-B2+B5-B4						
7	V. Hora							
8	V. Total							
9	Horas Totais							
10								

Repita o processo para todos os demais dias da semana, somente no sábado é preciso apenas calcular a parte da manhã, ou seja, não precisa ser feito o cálculo do período da tarde.



PROCV =G3-G2

	A	B	C	D	E	F	G
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14	
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31	
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	=G3-G2
7	V. Hora						
8	V. Total						
9	Horas Totais						

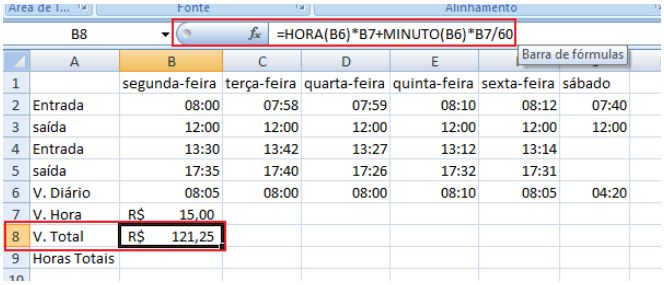
Para calcular o V. da hora que o funcionário recebe coloque um valor, no caso adicione 15 e coloquei no formato Moeda. Vamos agora então calcular quanto ele ganhou por dia, pois temos quantas horas ele trabalhou durante o dia e sabemos o valor da hora. Como temos dois formatos de números precisamos durante o cálculo fazer a conversão.

Para a segunda-feira o cálculo fica da seguinte forma:

=HORA(B6)*B7+MINUTO(B6)*B7/60.

Inicialmente utilizamos a função HORA e pegamos como referência de hora o valor da célula B6, multiplicamos pelo valor que está em B7, essa parte calcula somente à hora cheia então precisamos somar os minutos que pega a função MINUTO e multiplica a quantidade de horas pelo valor da hora, como o valor é para a hora o dividimos então por 60

Após isso coloque o valor em formato Moeda.

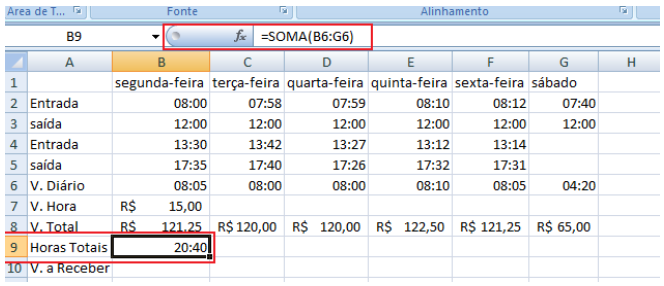


	A	B	C	D	E	F	G
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14	
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31	
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	04:20
7	V. Hora	R$ 15,00					
8	V. Total	R$ 121,25					
9	Horas Totais						

Para os demais cálculos o V.Hora será igual há todos os dias então ele precisa ser fixo para que o cálculo possa ser copiado, o número 60 por ser um número não é muda.

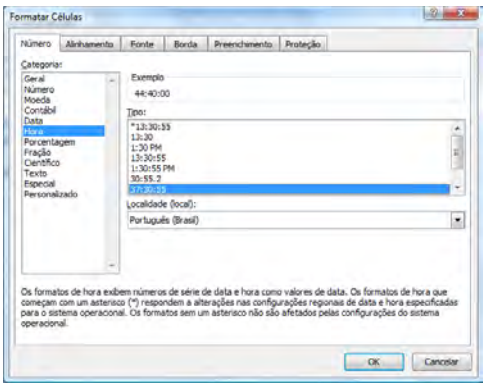
=HORA(B6)*B7+MINUTO(B6)*B7/60

Para sabermos quantas horas o funcionário trabalhou na semana, faça a soma de todos os dias trabalhados.

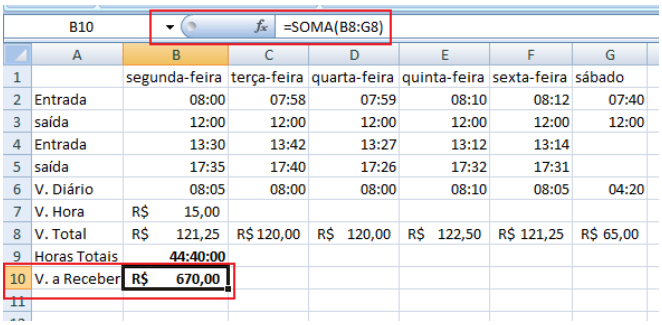


	A	B	C	D	E	F	G
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14	
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31	
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	04:20
7	V. Hora	R$ 15,00					
8	V. Total	R$ 121,25	R$ 120,00	R$ 120,00	R$ 122,50	R$ 121,25	R$ 65,00
9	Horas Totais	20:40					
10	V. a Receber						

Ao observar atentamente o valor calculado ele mostra 20:40, porém nessa semana o funcionário trabalhou mais de 40 horas, isso ocorre pois o cálculo de horas zera ao chegar em 23:59:59, então preciso fazer com que o Excel entenda que ele precisa continuar a contagem. Clique na faixa do grupo número na ABA Inicio, na janela que se abre clique na categoria Hora e escolha o formato 37:30:55 esse formato faz com que a contagem continue.



Crie um novo campo abaixo da Tabela e coloque V. a receber e faça a soma dos valores totais.



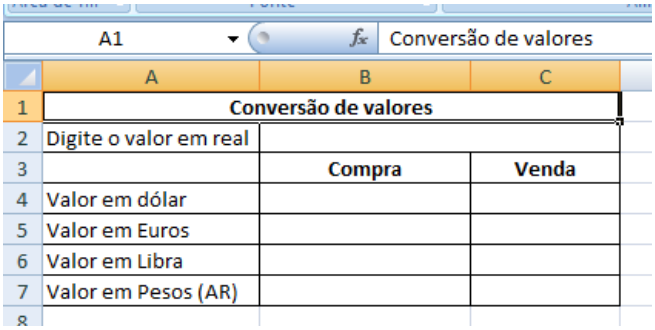
	A	B	C	D	E	F	G
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14	
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31	
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	04:20
7	V. Hora	R$ 15,00					
8	V. Total	R$ 121,25	R$ 120,00	R$ 120,00	R$ 122,50	R$ 121,25	R$ 65,00
9	Horas Totais	44:40:00					
10	V. a Receber	R$ 670,00					

Planilhas 3D

O conceito de planilha 3D foi implantado no Excel na versão 5 do programa, ele é chamado dessa forma pois permite que se façam referências de uma planilha em outra.

Posso por exemplo fazer uma soma de valores que estejam em outra planilha, ou seja quando na planilha matriz algum valor seja alterado na planilha que possui referência com ela também muda.

Vamos a um exemplo



	A	B	C
1	Conversão de valores		
2	Digite o valor em real		
3		Compra	Venda
4	Valor em dólar		
5	Valor em Euros		
6	Valor em Libra		
7	Valor em Pesos (AR)		

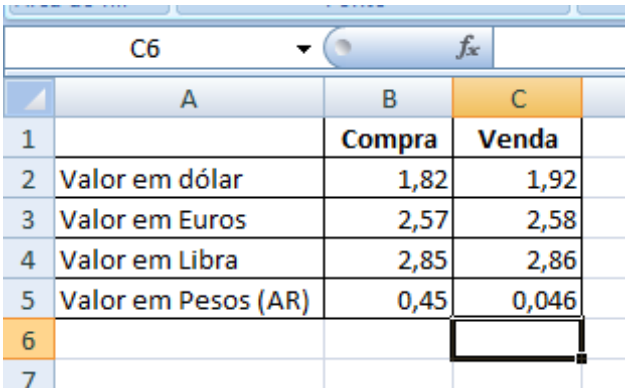
Faremos uma planilha para conversão de valores, então na planilha 1 vamos ter um campo para que se coloque o valore em real e automaticamente ele fará a conversão para outras moedas, monte a seguinte planilha.

Vamos renomear a planilha para resultado.



Para isso dê um duplo clique no nome de sua planilha Plan1 e digite o novo nome.

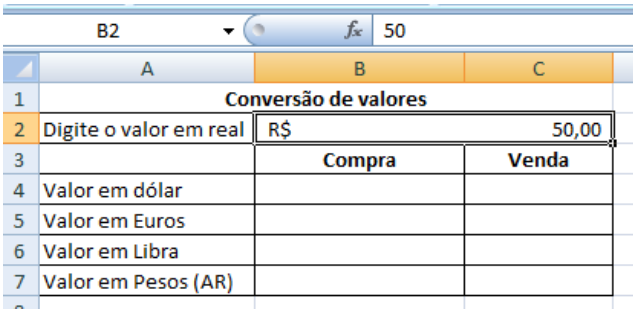
Salve seu arquivo e clique na guia Plan2 e digite a seguinte planilha



	A	B	C
1		Compra	Venda
2	Valor em dólar	1,82	1,92
3	Valor em Euros	2,57	2,58
4	Valor em Libra	2,85	2,86
5	Valor em Pesos (AR)	0,45	0,046
6			
7			

Renomeie essa planilha para valores

Retorne a planilha resultado e coloque um valor qualquer no campo onde será digitado valor.



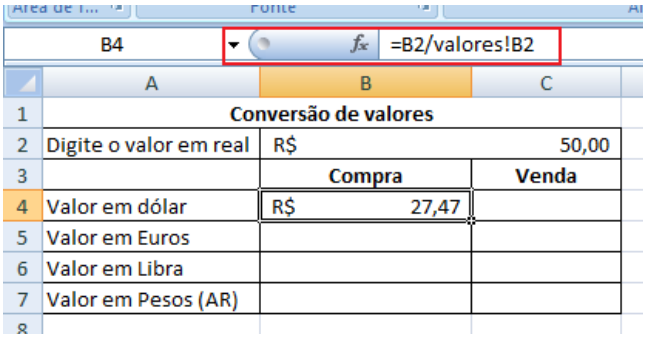
	A	B	C
1	Conversão de valores		
2	Digite o valor em real	R$	50,00
3		Compra	Venda
4	Valor em dólar		
5	Valor em Euros		
6	Valor em Libra		
7	Valor em Pesos (AR)		

Clique agora no campo onde será colocado o valor de compra do dólar na

célula B4 e clique na célula onde está o valor que acabou de digitar célula B2, adicione o sinal de divisão (/) e depois clique na planilha valores ele vai colocar

o nome da planilha seguido de um ponto de exclamação (!) e clique onde está

o valor de compra do dólar. A função ficará da seguinte forma =B2/valores!B2.



	A	B	C
1	Conversão de valores		
2	Digite o valor em real	R$	50,00
3		Compra	Venda
4	Valor em dólar	R$ 27,47	
5	Valor em Euros		
6	Valor em Libra		
7	Valor em Pesos (AR)		

Com isso toda vez que eu alterar na planilha valores o valor do dólar, ele atualiza na planilha resultado.

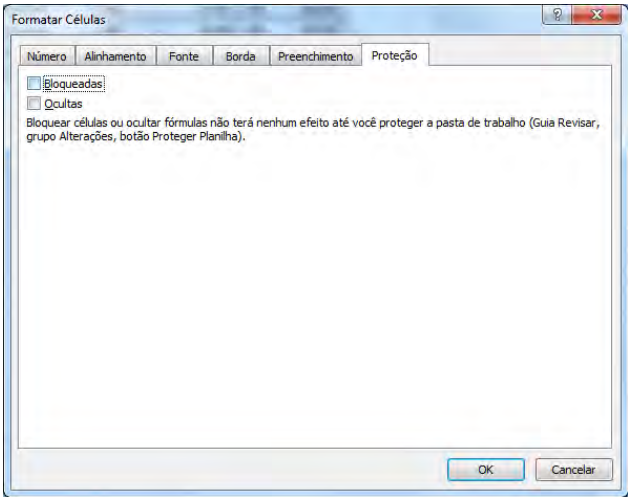
Faça o cálculo para o valor do dólar para venda, a função ficará da seguinte forma: =B2/valores!C2.

Para poder copiar a fórmula para as demais células, bloqueie a célula B2 que é referente ao valor em real.

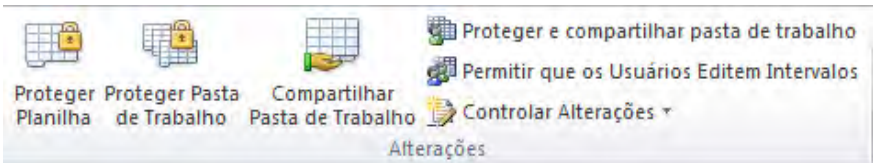
O ideal nesta planilha é que a única célula onde o usuário possa manipular seja a célula onde será digitado valor em real para a conversão, então vamos bloquear a planilha deixando essa célula desprotegia.

Clique na célula onde será digitado o valor em real depois na ABA Inicio no grupo Fonte clique na faixa e na janela que se abre clique na guia Proteção.

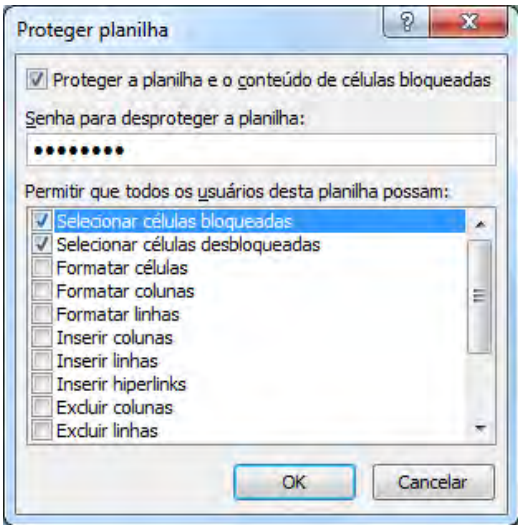
Desmarque a opção Bloqueadas, isso é necessário, pois esta célula é a única que poderá receber dados.

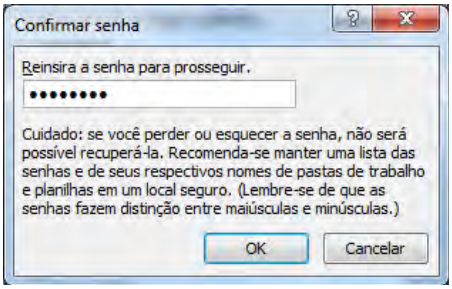


Clique agora na ABA Revisão e no grupo Alterações clique no botão Proteger Planilha.

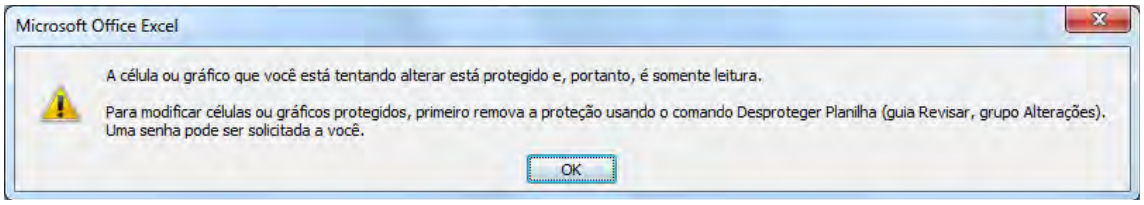


Será mostrada mais uma janela coloque uma senha (recomendável)

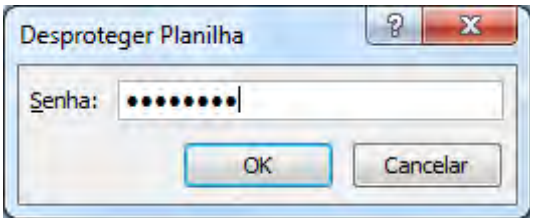




Ao tentar alterar uma célula protegida será mostrado o seguinte aviso

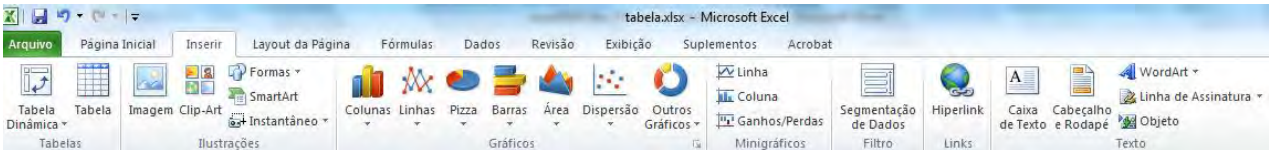


Se precisar alterar alguma célula protegida basta clicar no botão Desproteger Planilha no grupo Alterações.



Inserção de Objetos

A inserção de objetos no Excel é muito semelhante ao que aprendemos no Word, as opções de inserção de objetos estão na ABA Inserir.



Podemos inserir Imagens, clip-arts, formas, SmartArt, caixas de texto, WordArt, objetos, símbolos, etc.
Como a maioria dos elementos já sabemos como implementar vamos focar em Gráficos.

Gráficos

A utilização de um gráfico em uma planilha além de deixá-la com uma aparência melhor também facilita na hora de mostrar resultados. As opções de gráficos, esta no grupo Gráficos na ABA Inserir do Excel



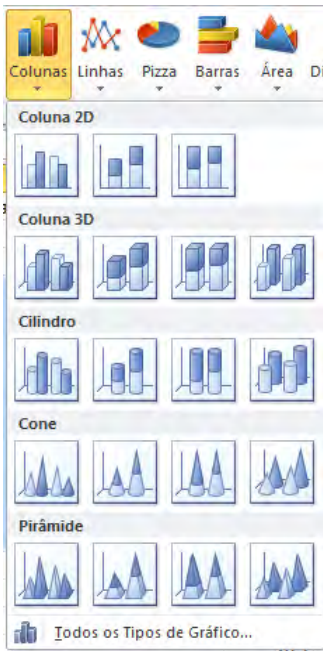
Para criar um gráfico é importante decidir quais dados serão avaliados para o gráfico. Vamos utilizar a planilha Atletas para criarmos nosso gráfico, vamos criar um gráfico que mostre os atletas x peso.

Selecione a coluna com o nome dos atletas, pressione CTRL e selecione os valores do peso.

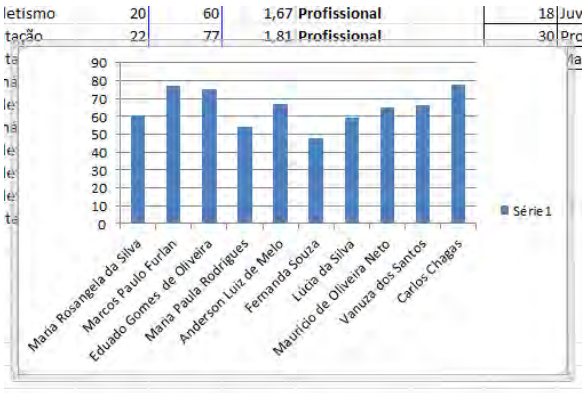
F4 | 60

	A	B	C	D	E	F	G	H
1		Cadastro de Atletas						
2								
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	Profissional

Ao clicar em um dos modelos de gráfico no grupo Gráficos você poderá selecionar um tipo de gráfico disponível, no exemplo cliquei no estilo de gráfico de colunas.

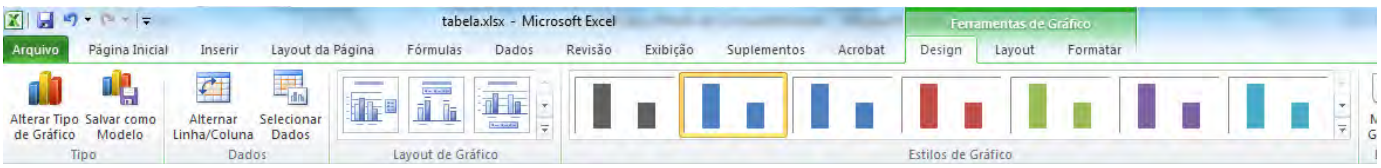


Escolha no subgrupo coluna 2D a primeira opção e seu gráfico será criado.

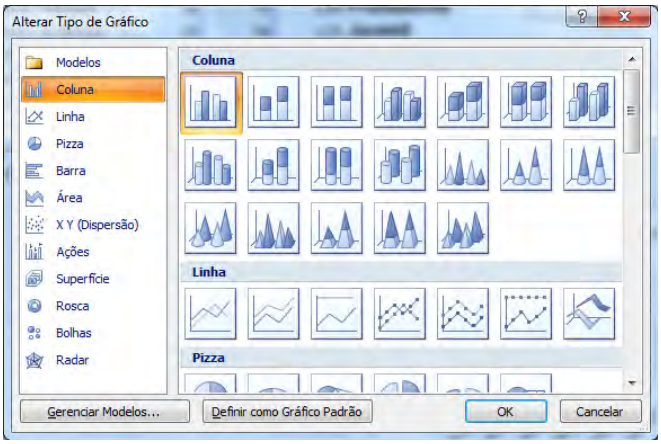


Para mover o gráfico para qualquer parte de sua planilha basta clicar em uma área em branco de o gráfico manter o mouse pressionado e arrastar para outra parte.

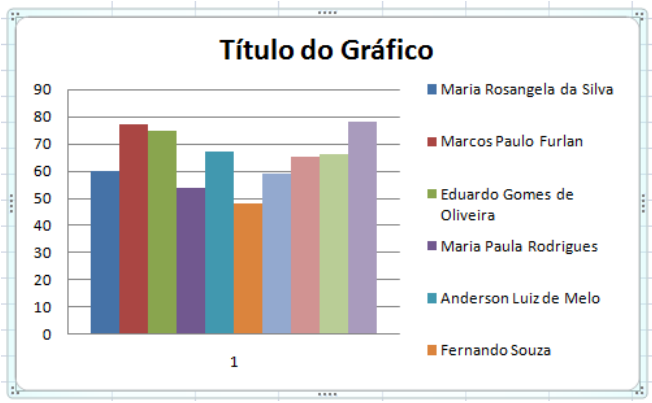
Na parte superior do Excel é mostrada a ABA Design (Acima dela Ferramentas de Gráfico).



Se você quiser mudar o estilo de seu gráfico, você pode clicar no botão Alterar Tipo de Gráfico.



Para alterar a exibição entre linhas e colunas, basta clicar no botão Alterar Linha/Coluna.



Ainda em Layout do Gráfico podemos modificar a distribuição dos elementos do Gráfico.



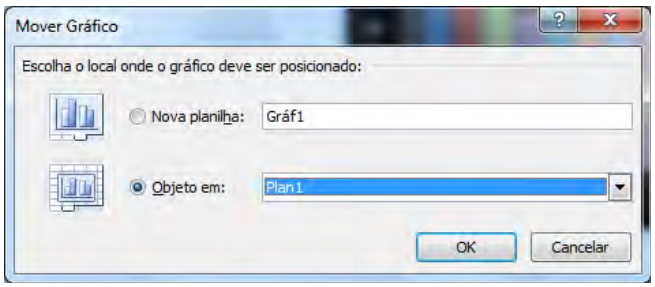
Podemos também modificar o estilo de nosso gráfico através do grupo Estilos de Gráfico





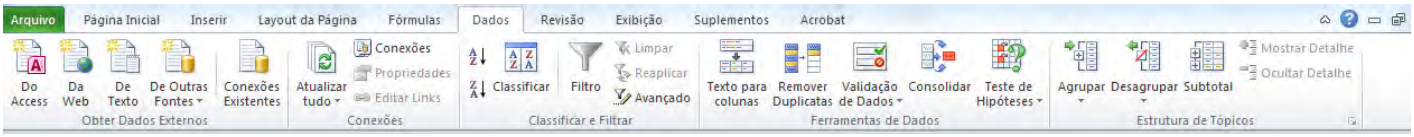
Podemos também deixar nosso gráfico isolado em uma nova planilha, basta clicar no botão Mover Gráfico.





Dados

O Excel possui uma ABA chamada Dados que permite importar dados de outras fontes, ou trabalhar os dados de uma planilha do Excel.

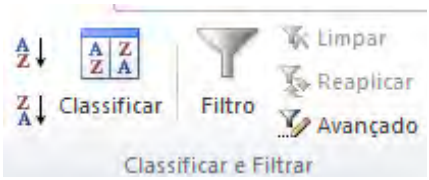


Classificação

Vamos agora trabalhar com o gerenciamento de dados criados no Excel.

Vamos utilizar para isso a planilha de Atletas.

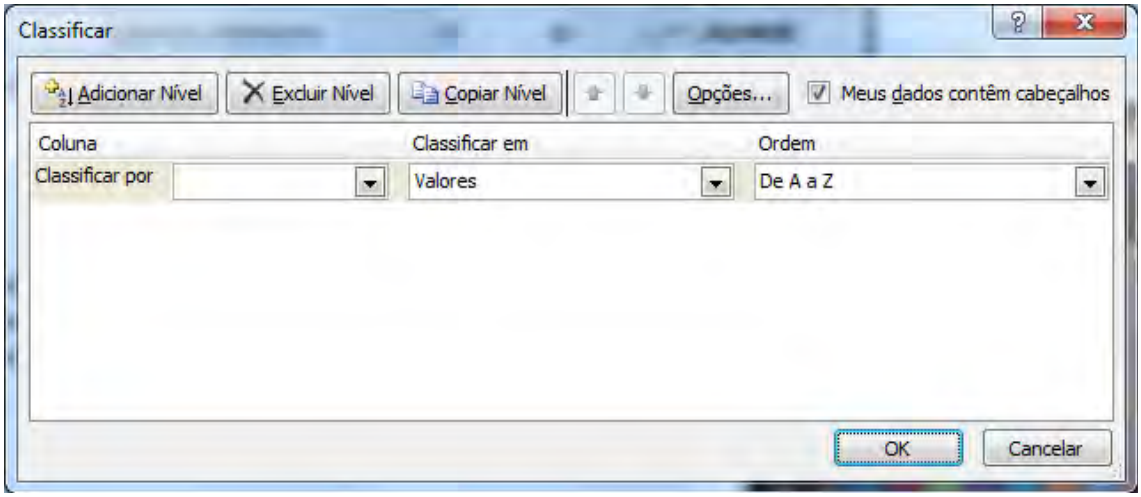
Classificar uma lista de dados é muito fácil, e este recurso pode ser obtido pelo botão Classificar e Filtrar na ABA Inicio, ou pelo grupo Classificar e Filtrar na ABA Dados.



Vamos então selecionar os dados de nossa planilha que serão classificados.

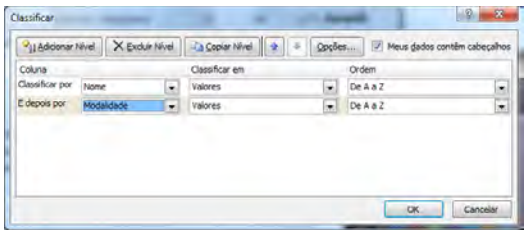
	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	**Profissional**
5	2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	**Profissional**
6	3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	**Profissional**
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	**Juvenil**
8	5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	**Profissional**
9	6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	**Juvenil**
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	**Master**
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	**Profissional**
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	**Juvenil**
13	10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	**Profissional**

Clique no botão Classificar.



Você precisa definir quais serão os critérios de sua classificação, onde diz

Classificar por clique e escolha nome, depois clique no botão Adicionar Nível e coloque Modalidade.



Antes de clicar em OK, verifique se está marcada a opção Meus dados contêm cabeçalhos, pois selecionamos a linha de títulos em nossa planilha e clique em OK.

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	Profissional
3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil

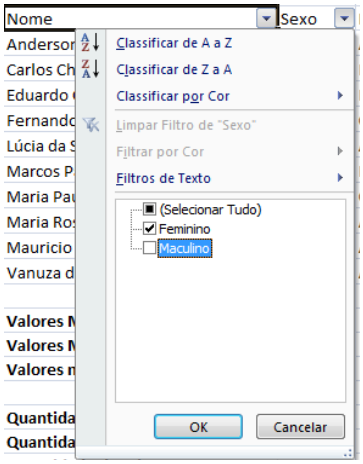
Você pode mudar a ordem de classificação sempre que for necessário, basta clicar no botão de Classificar.

Auto Filtro

Este é um recurso que permite listar somente os dados que você precisa visualizar no momento em sua planilha. Com seus dados selecionados clique no botão Filtro e observe que será adicionado junto a cada célula do cabeçalho da planilha uma seta.

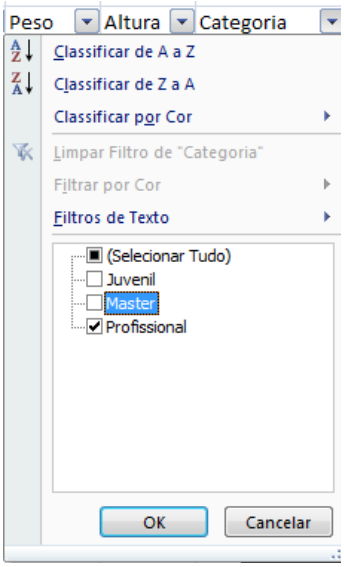
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	Profissional
3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil

Estas setas permite visualizar somente os dados que te interessam na planilha, por exemplo caso eu precise da relação de atletas do sexo feminino, basta eu clicar na seta do cabeçalho sexo e marcar somente Feminino, que os demais dados da planilha ficarão ocultos.



COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	**Master**
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	**Juvenil**
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	**Profissional**
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	**Juvenil**

Posso ainda refinar mais a minha filtragem, caso precise saber dentro do sexo feminino quantos atletas estão na categoria Profissional, eu faço um novo filtro na coluna Categoria.

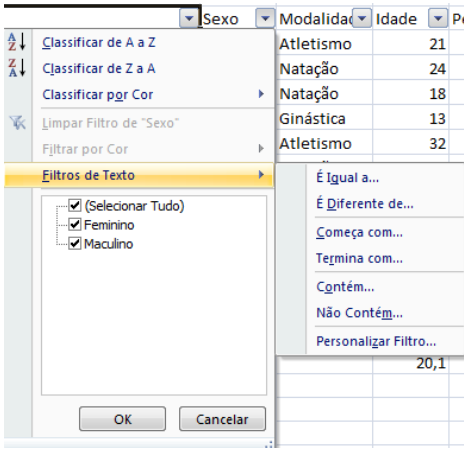


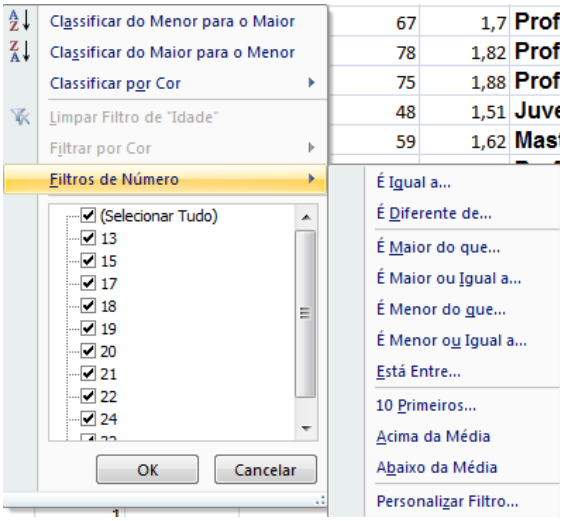
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	**Profissional**

Observe que as colunas que estão com filtro possuem um ícone em forma de funil no lugar da seta.

Para remover os filtros, basta clicar nos cabeçalhos com filtro e escolher a opção selecionar tudo.

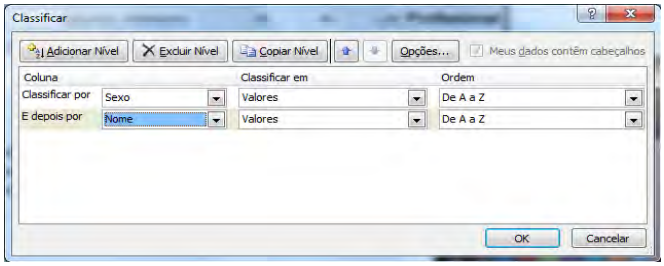
Você também pode personalizar seus filtros através da opção Filtros de Texto e Filtro de número (quando conteúdo da célula for um número).





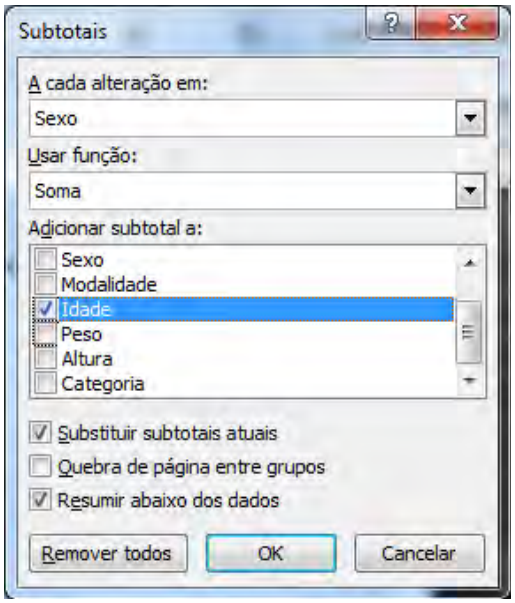
Subtotais

Podemos agrupar nossos dados através de seus valores, vamos inicialmente classificar nossa planilha pelo sexo dos atletas relacionado com a idade.



Depois clique no botão Subtotal.

Em A cada alteração em: coloque sexo e em Adicionar subtotal a deixe marcado apenas Peso, depois clique em OK.





Cadastro de Atletas

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil
		Feminino Total		84			
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	Profissional
3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
		Maculino Total		117			
		Total geral		201			

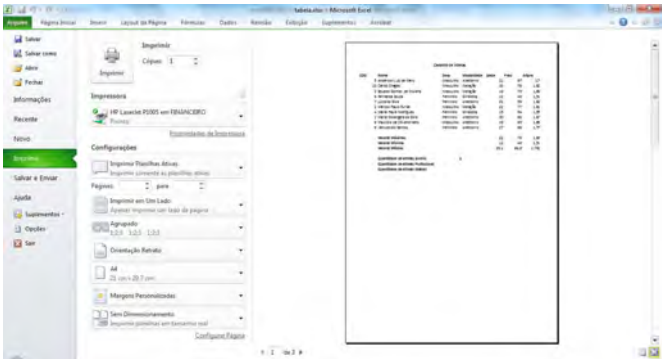
Observe na esquerda que são mostrados os níveis de visualização dos subtotais e que ele faz um total a cada sequência do sexo dos atletas.

Para remover os subtotais, basta clicar no botão Subtotal e na janela que aparece clique em Remover Todos.

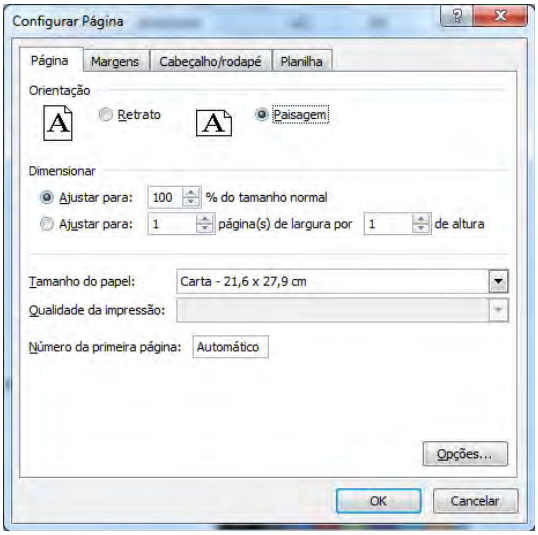
Impressão

O processo de impressão no Excel é muito parecido com o que fizemos no Word.

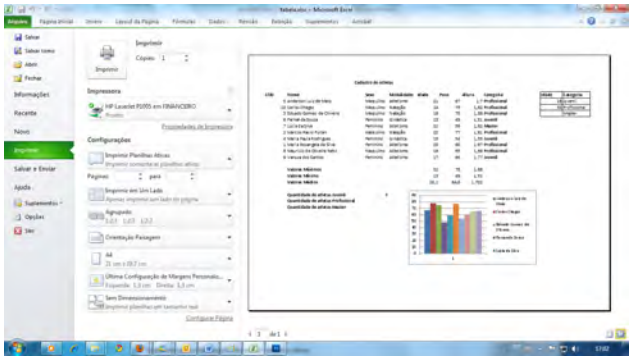
Clique no botão Office e depois em Imprimir e escolha Visualizar Impressão.



No caso escolhi a planilha atletas, podemos observar que a mesma não cabe em uma única página. Clique no botão Configurar Página.



Marque a opção Paisagem e clique em OK.



Teclas de atalho do Excel

CTRL + !: quando se está trabalhando com planilhas grandes, quando os dados precisam ser apresentados a um gerente, ou mesmo só para facilitar sua vida, a melhor maneira de destacar certas informações é formatar a célula, de modo que a fonte, a cor do texto, as bordas e várias outras configurações de formatação. Mas ter que usar o mouse para encontrar as opções de formatação faz você perder muito tempo. Portanto, pressionando CTRL + !, você fará com que a janela de opções de formatação da célula seja exibida. Lembre-se que você pode selecionar várias células para aplicar a formatação de uma só vez.

CTRL + (: muitas vezes você precisa visualizar dados que não estão próximos uns dos outros. Para isso o Excel fornece a opção de ocultar células e colunas. Pressionando CTRL + (, você fará com que as linhas correspondentes à seleção sejam ocultadas. Se houver somente uma célula ativa, só será ocultada a linha correspondente. Por exemplo: se você selecionar células que estão nas linhas 1, 2, 3 e 4 e pressionar as teclas mencionadas, essas quatro linhas serão ocultadas.

Para reexibir aquilo que você ocultou, selecione uma célula da linha anterior e uma da próxima, depois utilize as teclas CTRL + SHIFT + (. Por exemplo: se você ocultou a linha 14 e precisa reexibi-la, selecione uma célula da linha 13, uma da linha 15 e pressione as teclas de atalho.

CTRL +): esse atalho funciona exatamente como o anterior, porém, ele não oculta linhas, mas sim COLUNAS. Para reexibir as colunas que você ocultou, utilize as teclas CTRL + SHIFT +). Por exemplo: você ocultou a coluna C e quer reexibi-la. Selecione uma célula da coluna B e uma da célula D, depois pressione as teclas mencionadas.

CTRL + SHIFT + $: quando estiver trabalhando com valores monetários, você pode aplicar o formato de moeda utilizando esse atalho. Ele coloca o símbolo R$ no número e duas casas decimais. Valores negativos são colocados entre parênteses.

CTRL + SHIFT + Asterisco (*): esse comando é extremamente útil quando você precisa selecionar os dados que estão envolta da célula atualmente ativa. Caso existam células vazias no meio dos dados, elas também serão selecionadas. Veja na imagem abaixo um exemplo. A célula selecionada era a D6.

CTRL + Sinal de adição (+): quando você precisar inserir células, linhas ou colunas no meio dos dados, ao invés de clicar com o mouse no número da linha ou na letra da coluna, basta pressionar esse comando.

*Utilize o sinal de adição do teclado numérico ou a combinação CTRL + SHIFT + Sinal de adição que fica à esquerda da tecla backspace, pois ela tem o mesmo efeito.

CTRL + Sinal de subtração (-): para excluir células, linhas ou colunas inteiras, pressione essas teclas. Esse comando funciona tanto no teclado normal quanto no teclado numérico.

CTRL + D: você pode precisar que todas as células de determinada coluna tenham o mesmo valor. Apertando CTRL + D, você fará com que a célula ativa seja preenchida com o mesmo valor da célula que está acima dela. Por exemplo: você digitou o número 5432 na célula A1 e quer que ele se repita até a linha 30. Selecione da célula A1 até a A30 e pressione o comando. Veja que todas as células serão preenchidas com o valor 5432.

CTRL + R: funciona da mesma forma que o comando acima, mas para preenchimento de colunas. Exemplo: selecione da célula A1 até a E1 e pressione CTRL + R. Todas as células selecionadas terão o mesmo valor da A1.

CTRL + ALT + V: você já deve ter cometido o erro de copiar uma célula e colar em outro local, acabando com a formatação que tinha definido anteriormente, pois as células de origem eram azuis e as de destino eram verdes. Ou seja, você agora tem células azuis onde tudo deveria ser verde. Para que isso não aconteça, você pode utilizar o comando “colar valores”, que fará com que somente os valores das células copiadas apareçam, sem qualquer formatação. Para não precisar usar o mouse, copie as células desejadas e na hora de colar utilize as teclas CTRL + ALT + V.

CTRL + PAGE DOWN: não há como ser rápido utilizando o mouse para alternar entre as planilhas de um mesmo arquivo. Utilize esse comando para mudar para a próxima planilha da sua pasta de trabalho.

CTRL + PAGE UP: similar ao comando anterior. Porém, executando-o você muda para a planilha anterior.

*É possível selecionar as planilhas que estão antes ou depois da atual, pressionando também o SHIFT nos dois comando acima.

Teclas de função

Poucas pessoas conhecem todo o potencial das teclas que ficam na mesma linha do “Esc”. Assim como o CTRL, as teclas de função podem ser utilizadas em combinação com outras, para produzir comandos diferentes do padrão atribuído a elas. Veja alguns deles abaixo.

F2: se você cometer algum erro enquanto está inserindo fórmulas em uma célula, pressione o F2 para poder mover o cursor do teclado dentro da célula, usando as setas para a direita e esquerda. Caso você pressione uma da setas sem usar o F2, o cursor será movido para outra célula.

ALT + SHIFT + F1: inserir novas planilhas dentro de um arquivo do Excel também exige vários cliques com o mouse, mas você pode usar o comando ALT + SHIFT + F1 para ganhar algum tempo. As teclas SHIFT + F11 produzem o mesmo efeito.

F8: use essa tecla para ligar ou desligar o modo de seleção estendida. Esse pode ser usado da mesma forma que o SHIFT. Porém, ele só será desativado quando for pressionado novamente, diferente do SHIFT, que precisa ser mantido pressionado para que você possa selecionar várias células da planilha.

Veja abaixo outros comandos úteis:

CTRL + Setas de direção: move o cursor para a última célula preenchida. Se houve alguma célula vazia no meio, o cursor será movido para a última célula preenchida que estiver antes da vazia.

END: pressione essa tecla uma vez para ativar ou desativar o "Modo de Término". Sua função é parecida com o comando anterior. Pressiona uma vez para ativar e depois pressione uma tecla de direção para mover o cursor para a última célula preenchida.

*Se a tecla Scroll Lock estiver ativada, pressionar END fará com que o cursor seja movido para a célula que estiver visível no canto inferior direito da janela.

CTRL + BARRA DE ESPAÇO: utilize essa atalho se você quiser selecionar a coluna inteira onde está o cursor.

SHIFT + BARRA DE ESPAÇOS: semelhante ao comando acima, porém, seleciona a linha inteira onde está o cursor.

MS-POWERPOINT 2010: ESTRUTURA BÁSICA DAS APRESENTAÇÕES, CONCEITOS DE SLIDES, ANOTAÇÕES, RÉGUA, GUIAS, CABEÇALHOS E RODAPÉS, NOÇÕES DE EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES, INSERÇÃO DE OBJETOS, NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, BOTÕES DE AÇÃO, ANIMAÇÃO E TRANSIÇÃO ENTRE SLIDES

O PowerPoint 2010 é um aplicativo visual e gráfico, usado principalmente para criar apresentações. Com ele, você pode criar, visualizar e mostrar apresentações de slides que combinam texto, formas, imagens, gráficos, animações, tabelas, vídeos e muito mais.

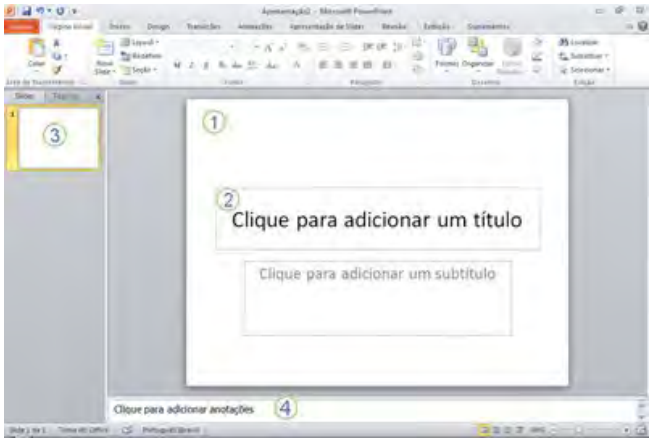
Familiarizar-se com o espaço de trabalho do PowerPoint

O espaço de trabalho, ou modo de exibição Normal, foi desenvolvido para ajudá-lo a encontrar e usar facilmente os recursos do Microsoft PowerPoint 2010.

Este artigo contém instruções passo a passo para ajudá-lo a se preparar para criar apresentações com o PowerPoint 2010

Etapa 1: Abrir o PowerPoint

Quando você inicia o PowerPoint, ele é aberto no modo de exibição chamado Normal, onde você cria e trabalha em slides.



Uma imagem do PowerPoint 2010 no modo Normal que possui vários elementos rotulados.

1 No painel Slide, você pode trabalhar em slides individuais.

2 As bordas pontilhadas identificam os espaços reservados, onde você pode digitar texto ou inserir imagens, gráficos e outros objetos.

3 A guia Slides mostra uma versão em miniatura de cada slide inteiro mostrado no painel Slide. Depois de adicionar outros slides, você poderá clicar em uma miniatura na guia Slides para fazer com que o slide apareça no painel Slide ou poderá arrastar miniaturas para reorganizar os slides na apresentação. Também é possível adicionar ou excluir slides na guia Slides.

4 No painel Anotações, você pode digitar observações sobre o slide atual. Também pode distribuir suas anotações para a audiência ou consultá-las no Modo de Exibição do Apresentador durante a apresentação.

Etapa 2: Começar com uma apresentação em branco

Por padrão, o PowerPoint 2010 aplica o modelo Apresentação em Branco, mostrado na ilustração anterior, às novas apresentações. Apresentação em Branco é o mais simples e o mais genérico dos modelos no PowerPoint 2010 e será um bom modelo a ser usado quando você começar a trabalhar com o PowerPoint.

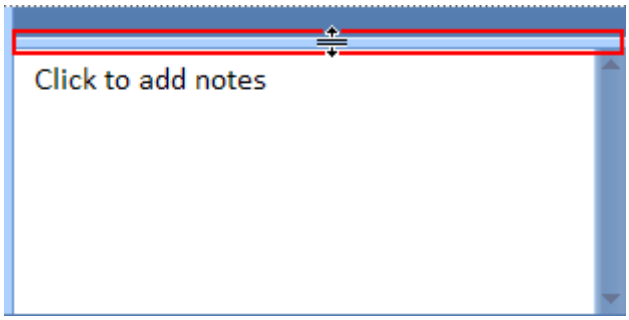
Para criar uma nova apresentação baseada no modelo Apresentação em Branco, faça o seguinte:

1. Clique na guia Arquivo.
2. Aponte para Novo e, em Modelos e Temas Disponíveis, selecione Apresentação em Branco.
3. Clique em Criar.

Etapa 3: Ajustar o tamanho do painel de anotações

Depois que você abre o modelo Apresentação em Branco, somente uma pequena parte do painel Anotações fica visível. Para ver uma parte maior desse painel e ter mais espaço para digitar, faça o seguinte:

1. Aponte para a borda superior do painel Anotações.
2. Quando o ponteiro se transformar em uma ↕, arraste a borda para cima a fim de criar mais espaço para as anotações do apresentador, como mostrado na ilustração a seguir.



Observe que o slide no painel Slide se redimensiona automaticamente para se ajustar ao espaço disponível.

Etapa 4: Criar a apresentação

Agora que preparou o espaço de trabalho para ser usado, você está pronto para começar a adicionar texto, formas, imagens, animações (e outros slides também) à apresentação. Próximo à parte superior da tela, há três botões que podem ser úteis quando você iniciar o trabalho:

- Desfazer , que desfaz sua última alteração (para ver uma dica de tela sobre qual ação será desfeita, coloque o ponteiro sobre o botão. Para ver um menu de outras alterações recentes que também podem ser desfeitas, clique na seta à direita de Desfazer).
- Você também pode desfazer uma alteração pressionando CTRL+Z.
- Refazer ou Repetir , que repete ou refaz sua última alteração, dependendo da ação feita anteriormente (para ver uma dica de tela sobre qual ação será repetida ou refeita, coloque o ponteiro sobre o botão). Você também pode repetir ou refazer uma alteração pressionando CTRL+Y.
- A Ajuda do Microsoft Office PowerPoint , que abre o painel Ajuda do PowerPoint. Você também pode abrir a Ajuda pressionando F1.

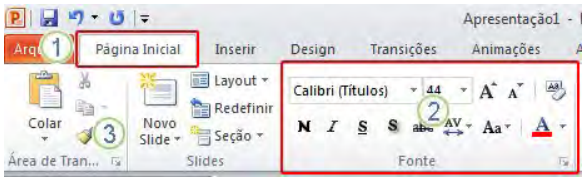
Familiarizar-se com a Faixa de Opções do PowerPoint 2010

Ao iniciar o Microsoft PowerPoint 2010 pela primeira vez, você perceberá que os menus e as barras de ferramentas do PowerPoint 2003 e das versões anteriores foram substituídos pela Faixa de Opções.

O que é a Faixa de Opções?

A Faixa de Opções contém os comandos e os outros itens de menu presentes nos menus e barras de ferramentas do PowerPoint 2003 e de versões anteriores. A Faixa de Opções foi projetada para ajudá-lo a localizar rapidamente os comandos necessários para concluir uma tarefa.

Principais recursos da Faixa de Opções



A Faixa de Opções exibida no lado esquerdo da guia Página Inicial do PowerPoint 2010.

1 Uma guia da Faixa de Opções, neste caso a guia Página Inicial. Cada guia está relacionada a um tipo de atividade, como inserir mídia ou aplicar animações a objetos.

2 Um grupo na guia Página Inicial, neste caso o grupo Fonte. Os comandos são organizados em grupos lógicos e reunidos nas guias.

3 Um botão ou comando individual no grupo Slides, neste caso o botão Novo Slide.

Outros recursos da Faixa de Opções



Outros elementos que podem ser exibidos na Faixa de Opções são as guias contextuais, as galerias e os iniciadores de caixa de diálogo.

1 Uma galeria, neste caso a galeria de formas no grupo Desenho. As galerias são janelas ou menus retangulares que apresentam uma gama de opções visuais relacionadas.

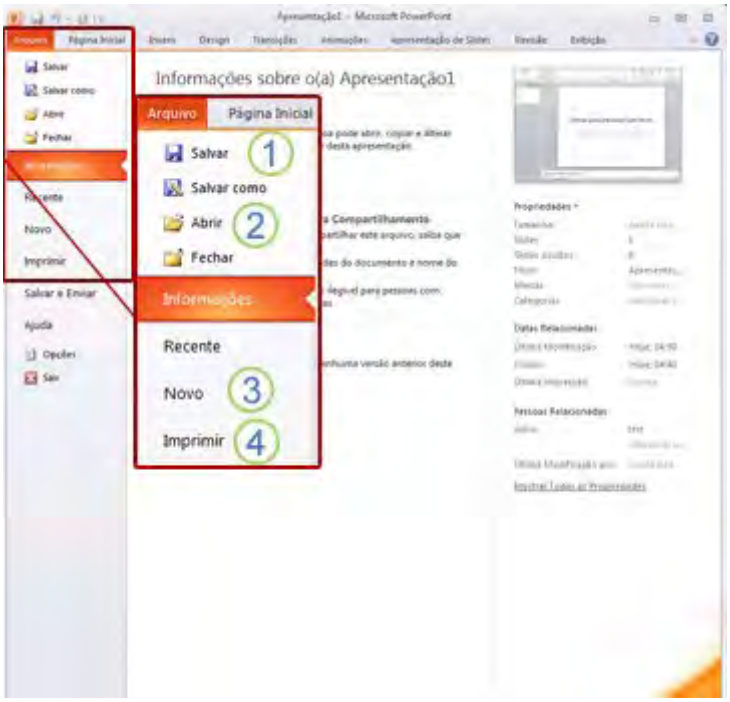
2 Uma guia contextual, neste caso a guia Ferramentas de Imagem. Para diminuir a poluição visual, algumas guias são mostradas somente quando necessárias. Por exemplo, a guia Ferramentas de Imagem será mostrada somente se você inserir uma imagem a um slide e a selecionar.

3 Um Iniciador da Caixa de Diálogo, neste caso, um que inicia a caixa de diálogo Formatar Forma.

Localização dos comandos conhecidos na Faixa de Opções

Para encontrar a localização de comandos específicos em guias e grupos, consulte os diagramas a seguir.

A guia Arquivo



A guia Arquivo é o local onde é possível criar um novo arquivo, abrir ou salvar um existente e imprimir sua apresentação.

1 Salvar como
2 Abrir
3 Novo
4 Imprimir

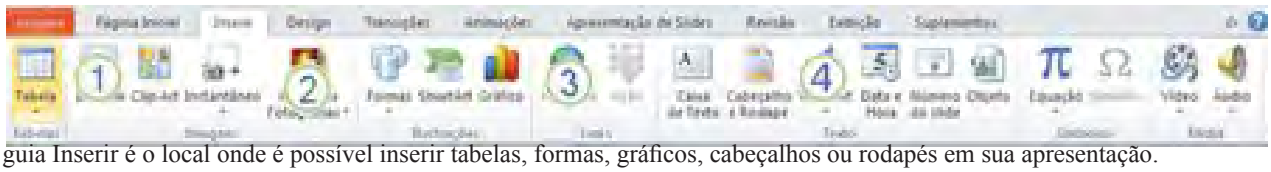
A guia Página Inicial



A guia Página Inicial é o local onde é possível inserir novos slides, agrupar objetos e formatar texto no slide.

1 Se você clicar na seta ao lado de Novo Slide, poderá escolher entre vários layouts de slide.
2 O grupo Fonte inclui os botões Fonte, Negrito, Itálico e Tamanho da Fonte.
3 O grupo Parágrafo inclui Alinhar Texto à Direita, Alinhar Texto à Esquerda, Justificar e Centralizar.
4 Para localizar o comando Agrupar, clique em Organizar e, em Agrupar Objetos, selecione Agrupar.

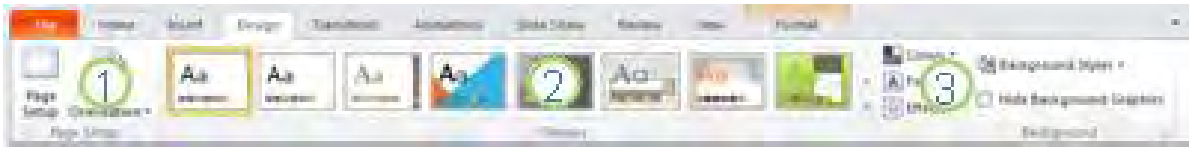
Guia Inserir



A guia Inserir é o local onde é possível inserir tabelas, formas, gráficos, cabeçalhos ou rodapés em sua apresentação.

1 Tabela
2 Formas
3 Gráfico
4 Cabeçalho e Rodapé

Guia Design



A guia Design é o local onde é possível personalizar o plano de fundo, o design e as cores do tema ou a configuração de página na apresentação.

1 Clique em Configurar Página para iniciar a caixa de diálogo Configurar Página.
2 No grupo Temas, clique em um tema para aplicá-lo à sua apresentação.
3 Clique em Estilos de Plano de Fundo para selecionar uma cor e design de plano de fundo para sua apresentação.

Guia Transições



A guia Transições é o local onde é possível aplicar, alterar ou remover transições no slide atual.

1 No grupo Transições para este Slide, clique em uma transição para aplicá-la ao slide atual.
2 Na lista Som, você pode selecionar entre vários sons que serão executados durante a transição.
3 Em Avançar Slide, você pode selecionar Ao Clicar com o Mouse para fazer com que a transição ocorra ao clicar.

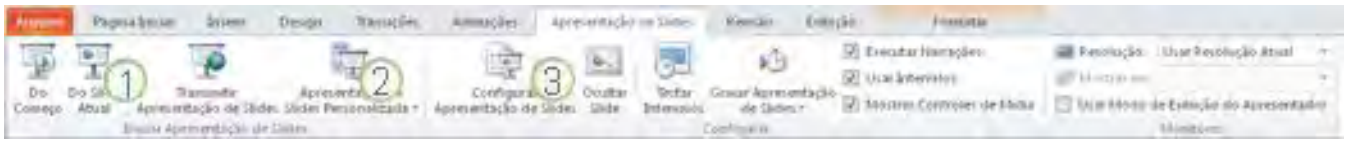
Guia Animações



A guia Animações é o local onde é possível aplicar, alterar ou remover animações em objetos do slide.

1 Clique em Adicionar Animação e selecione uma animação que será aplicada ao objeto selecionado.
2 Clique em Painel de Animação para iniciar o painel de tarefas Painel de Animação.
3 O grupo Intervalo inclui áreas para definir o Página Inicial e a Duração.

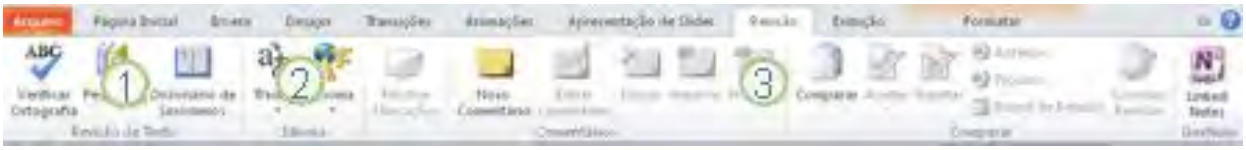
Guia Apresentação de Slides



A guia Apresentação de Slides é o local onde é possível iniciar uma apresentação de slides, personalizar as configurações da apresentação de slides e ocultar slides individuais.

1 O grupo Iniciar Apresentação de Slides, que inclui Do Começo e Do Slide Atual.
2 Clique em Configurar Apresentação de Slides para iniciar a caixa de diálogo Configurar Apresentação.
3 Ocultar Slide

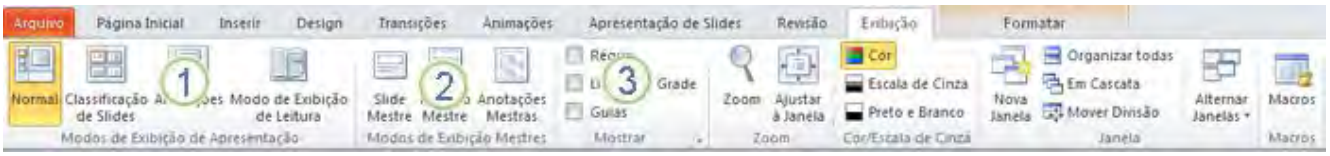
Guia Revisão



A guia Revisão é o local onde é possível verificar a ortografia, alterar o idioma da apresentação ou comparar alterações na apresentação atual com outra.

1 Ortografia, para iniciar o verificador ortográfico.
2 O grupo Idioma, que inclui Editando Idiomas, onde é possível selecionar o idioma.
3 Comparar, onde é possível comparar as alterações na apresentação atual com outra.

Guia Exibir

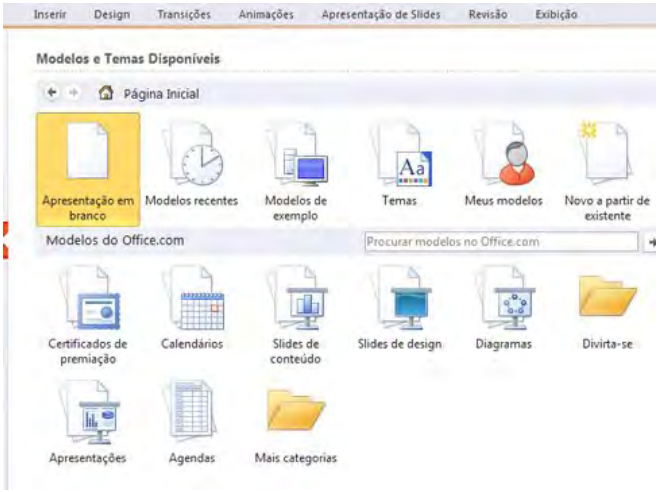


A guia Exibir é o local onde é possível exibir o slide mestre, as anotações mestras, a classificação de slides. Você também pode ativar ou desativar a régua, as linhas de grade e as guias de desenho.
1 Classificação de Slides
2 Slide Mestre
3 O grupo Mostrar, que inclui Régua e Linhas de Grade.

Eu não vejo o comando de que preciso!
Alguns comandos, como Recortar ou Compactar, são guias contextuais.
Para exibir uma guia contextual, primeiramente selecione o objeto que será trabalhado e verifique se uma guia contextual é exibida na Faixa de Opções.

Localizar e aplicar um modelo
O PowerPoint 2010 permite aplicar modelos internos ou os seus próprios modelos personalizados e pesquisar vários modelos disponíveis no Office.com. O Office.com fornece uma ampla seleção de modelos do PowerPoint populares, incluindo apresentações e slides de design.
Para localizar um modelo no PowerPoint 2010, siga este procedimento:
Na guia Arquivo, clique em Novo.
Em Modelos e Temas Disponíveis, siga um destes procedimentos:

- Para reutilizar um modelo usado recentemente, clique em Modelos Recentes, clique no modelo desejado e depois em Criar.
- Para utilizar um modelo já instalado, clique em Meus Modelos, selecione o modelo desejado e clique em OK.
- Para utilizar um dos modelos internos instalados com o PowerPoint, clique em Modelos de Exemplo, clique no modelo desejado e depois em Criar.
- Para localizar um modelo no Office.com, em Modelos do Office.com, clique em uma categoria de modelo, selecione o modelo desejado e clique em Baixar para baixar o modelo do Office.com para o computador.



Observação- Você também pode pesquisar modelos no Office.com de dentro do PowerPoint. Na caixa Pesquisar modelos no Office.com, digite um ou mais termos de pesquisa e clique no botão de seta para pesquisar.

Criar uma apresentação

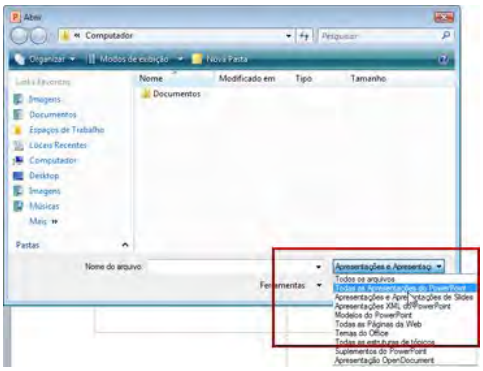
1. Clique na guia Arquivo e clique em Novo.
2. Siga um destes procedimentos:

- Clique em Apresentação em Branco e em Criar.
- Aplique um modelo ou tema, seja interno fornecido com o PowerPoint 2010 ou baixado do Office.com.

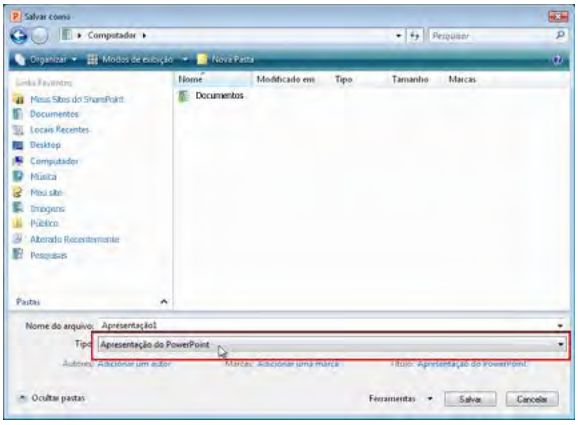
Abrir uma apresentação

1. Clique na guia Arquivo e em Abrir.
2. No painel esquerdo da caixa de diálogo Abrir, clique na unidade ou pasta que contém a apresentação desejada.
3. No painel direito da caixa de diálogo Abrir, abra a pasta que contém a apresentação.
4. Clique na apresentação e clique em Abrir.

Observação Por padrão, o PowerPoint 2010 mostra somente apresentações do PowerPoint na caixa de diálogo Abrir. Para exibir outros tipos de arquivos, clique em Todas as Apresentações do PowerPoint e selecione o tipo de arquivo que deseja exibir.



Salvar uma apresentação



Como com qualquer programa de software, é uma boa ideia nomear e salvar a apresentação imediatamente e salvar suas alterações com frequência enquanto você trabalha:

1. Clique na guia Arquivo.
2. Clique em Salvar como e siga um destes procedimentos:

- Para que uma apresentação só possa ser aberta no PowerPoint 2010 ou no PowerPoint 2007, na lista Salvar como tipo, selecione Apresentação do PowerPoint (*.pptx).
- Para uma apresentação que possa ser aberta no PowerPoint 2010 ou em versões anteriores do PowerPoint, selecione Apresentação do PowerPoint 97-2003 (*.ppt).

3. No painel esquerdo da caixa de diálogo Salvar como, clique na pasta ou em outro local onde você queira salvar sua apresentação.
4. Na caixa Nome de arquivo, digite um nome para a apresentação ou aceite o nome padrão e clique em Salvar.

De agora em diante, você pode pressionar CTRL+S ou pode clicar em Salvar, próximo à parte superior da tela, para salvar rapidamente a apresentação, a qualquer momento.

Observação: Para salvar a apresentação em um formato diferente de .pptx, clique na lista Salvar como tipo e selecione o formato de arquivo desejado.

O Microsoft PowerPoint 2010 oferece uma série de tipos de arquivo que você pode usar para salvar; por exemplo, JPEGs (.jpg), arquivos Portable Document Format (.pdf), páginas da Web (.html), Apresentação OpenDocument (.odp), inclusive como vídeo ou filme etc.

Também é possível abrir vários formatos de arquivo diferentes com o PowerPoint 2010, como Apresentações OpenDocument, páginas da Web e outros tipos de arquivos.

Adicionar, reorganizar e excluir slides

O único slide que é exibido automaticamente ao abrir o PowerPoint tem dois espaços reservados, sendo um formatado para um título e o outro formatado para um subtítulo. A organização dos espaços reservados em um slide é chamada layout. O Microsoft PowerPoint 2010 também oferece outros tipos de espaços reservados, como aqueles de imagens e elementos gráficos de SmartArt.

Ao adicionar um slide à sua apresentação, siga este procedimento para escolher um layout para o novo slide ao mesmo tempo:

1. No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides e clique abaixo do único slide exibido automaticamente ao abrir o PowerPoint.

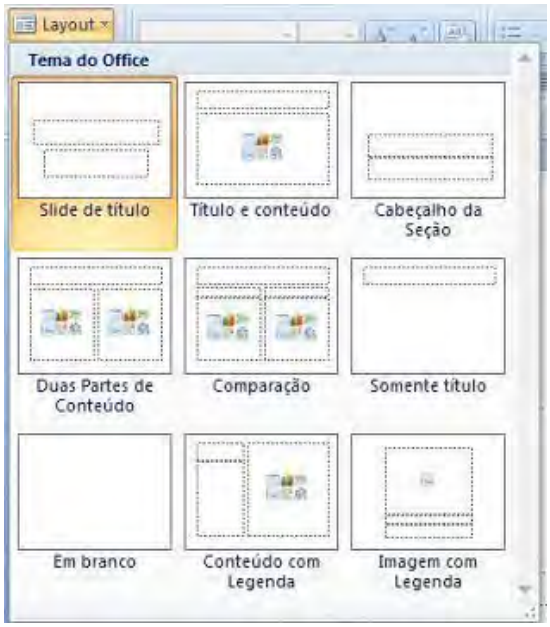
2. Na guia Página Inicial, no grupo Slides, clique na seta ao lado de Novo Slide. Ou então, para que o novo slide tenha o mesmo layout do slide anterior, basta clicar em Novo Slide em vez de clicar na seta ao lado dele.



Será exibida uma galeria que mostra as miniaturas dos vários layouts de slide disponíveis.

- O nome identifica o conteúdo para o qual cada slide foi criado.
- Os espaços reservados que exibem ícones coloridos podem conter texto, mas você também pode clicar nos ícones para inserir objetos automaticamente, incluindo elementos gráficos SmartArt e clip-art.

3. Clique no layout desejado para o novo slide.



O novo slide agora aparece na guia Slides, onde está realçado como o slide atual, e também como o grande slide à direita no painel Slide. Repita esse procedimento para cada novo slide que você deseja adicionar.

Determinar quantos slides são necessários

Para calcular o número de slides necessários, faça um rascunho do material que você planeja abordar e, em seguida, divida o material em slides individuais. Você provavelmente deseja pelo menos:

- Um slide de título principal
- Um slide introdutório que lista os pontos principais ou áreas da sua apresentação
- Um slide para cada ponto ou área que esteja listada no slide introdutório
- Um slide de resumo que repete a lista de pontos ou áreas principais da sua apresentação

Usando essa estrutura básica, se você possui três pontos ou áreas principais para apresentar, planeje ter um mínimo de seis: um slide de título, um slide introdutório, um slide para cada um dos três pontos ou áreas principais e um slide de resumo.



Se houver uma grande quantidade de material para apresentar sobre qualquer um dos pontos ou áreas principais, talvez você queira criar um subagrupamento de slides para esse material, usando a mesma estrutura de tópicos básica.

Dica: Pense em quanto tempo cada slide deve ficar visível na tela durante a sua apresentação. Uma boa estimativa padrão é de dois a cinco minutos por slide.

Aplicar um novo layout a um slide

Para alterar o layout de um slide existente, faça o seguinte:

- No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides e clique no slide ao qual deseja aplicar um novo layout.
- Na guia Página Inicial, no grupo Slides, clique em Layout e, em seguida, clique no novo layout desejado.

Observação Se você aplicar um layout que não possua tipos de espaços reservados suficientes para o conteúdo que já existe no slide, serão criados espaços reservados adicionais automaticamente para armazenar esse conteúdo.

Copiar um slide

Se você deseja criar dois ou mais slides que tenham conteúdo e layout semelhantes, salve o seu trabalho criando um slide que tenha toda a formatação e o conteúdo que será compartilhado por ambos os slides, fazendo uma cópia desse slide antes dos retoques finais em cada um deles.

1. No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides, clique com o botão direito do mouse no slide que deseja copiar e clique em Copiar.
2. Na guia Slides, clique com o botão direito do mouse onde você deseja adicionar a nova cópia do slide e clique em Colar.

Você também pode usar esse procedimento para inserir uma cópia de um slide de uma apresentação para outra.

Reorganizar a ordem dos slides

No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides, clique no slide que deseja mover e arraste-o para o local desejado.

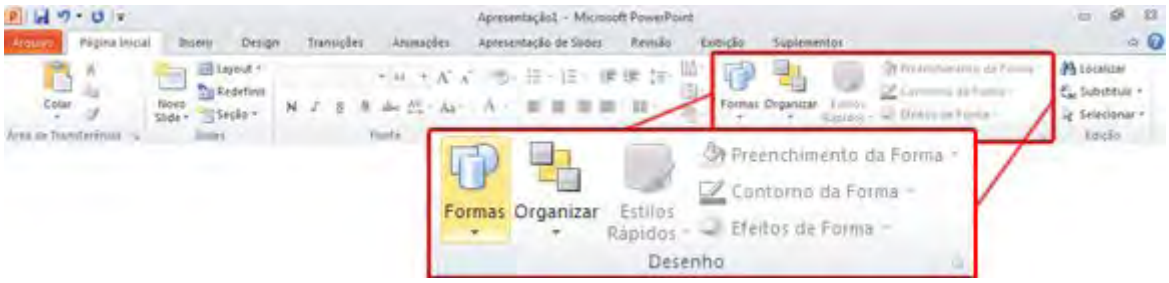
Para selecionar vários slides, clique em um slide que deseja mover, pressione e mantenha pressionada a tecla CTRL enquanto clica em cada um dos outros slides que deseja mover.

Excluir um slide

No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides, clique com o botão direito do mouse no slide que deseja excluir e clique em Excluir Slide.

Adicionar formas ao slide

1. Na guia Início, no grupo Desenho, clique em Formas.



2. Clique na forma desejada, clique em qualquer parte do slide e arraste para colocar a forma.

Para criar um quadrado ou círculo perfeito (ou restringir as dimensões de outras formas), pressione e mantenha a tecla SHIFT pressionada ao arrastar.

Exibir uma apresentação de slides

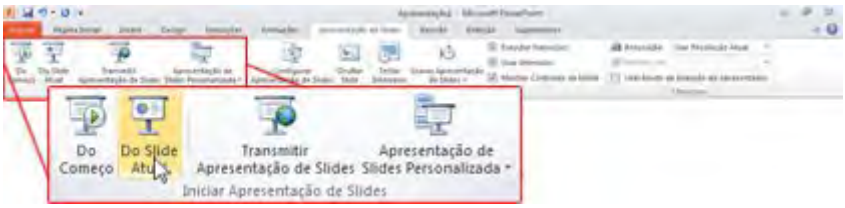
Para exibir a apresentação no modo de exibição Apresentação de Slides a partir do primeiro slide, siga este procedimento:

Na guia Apresentação de Slides, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clique em Do Começo (ou pressione F5).



Para exibir a apresentação no modo de exibição Apresentação de Slides a partir do slide atual, siga este procedimento(ou pressione Shift+F5):

Na guia Apresentação de Slides, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clique em Do Slide Atual.



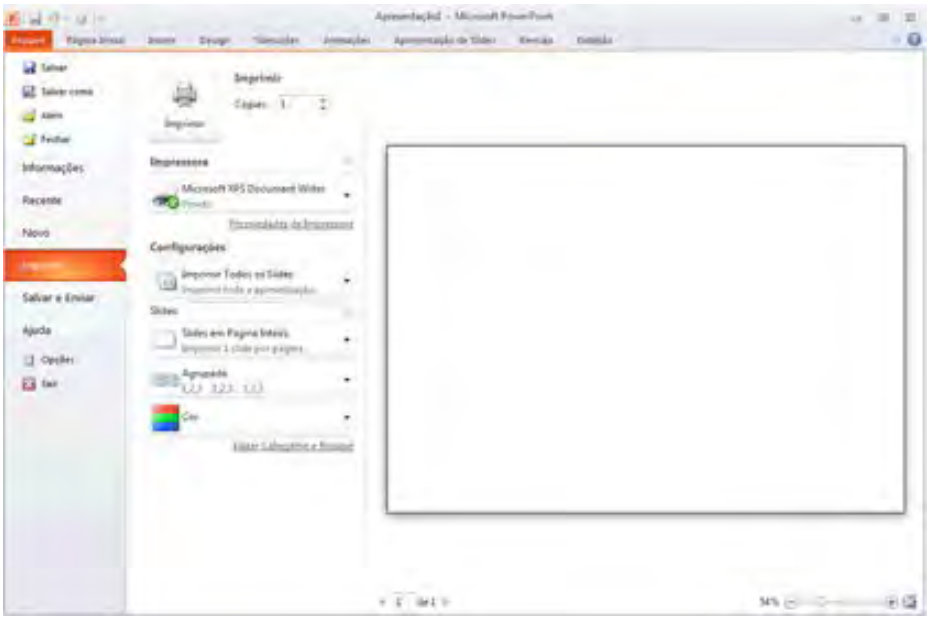
Imprimir uma apresentação

1. Clique na guia Arquivo e clique em Imprimir.
2. Em Imprimir, siga um destes procedimentos:

- Para imprimir todos os slides, clique em Tudo.
- Para imprimir somente o slide exibido no momento, clique em Slide Atual.
- Para imprimir slides específicos por número, clique em Intervalo Personalizado de Slides e digite uma lista de slides individuais, um intervalo, ou ambos.

Observação Use vírgulas para separar os números, sem espaços. Por exemplo: 1,3,5-12.

3. Em Outras Configurações, clique na lista Cor e selecione a configuração desejada.
4. Ao concluir as seleções, clique em Imprimir.



• Criar e imprimir folhetos

Você pode imprimir as apresentações na forma de folhetos, com até nove slides em uma página, que podem ser utilizados pelo público para acompanhar a apresentação ou para referência futura.

O folheto com três slides por página possui espaços entre as linhas para anotações.

Você pode selecionar um layout para os folhetos em visualização de impressão (um modo de exibição de um documento da maneira como ele aparecerá ao ser impresso).

Organizar conteúdo em um folheto:

Na visualização de impressão é possível organizar o conteúdo no folheto e visualizá-lo para saber como ele será impresso. Você pode especificar a orientação da página como paisagem ou retrato e o número de slides que deseja exibir por página.

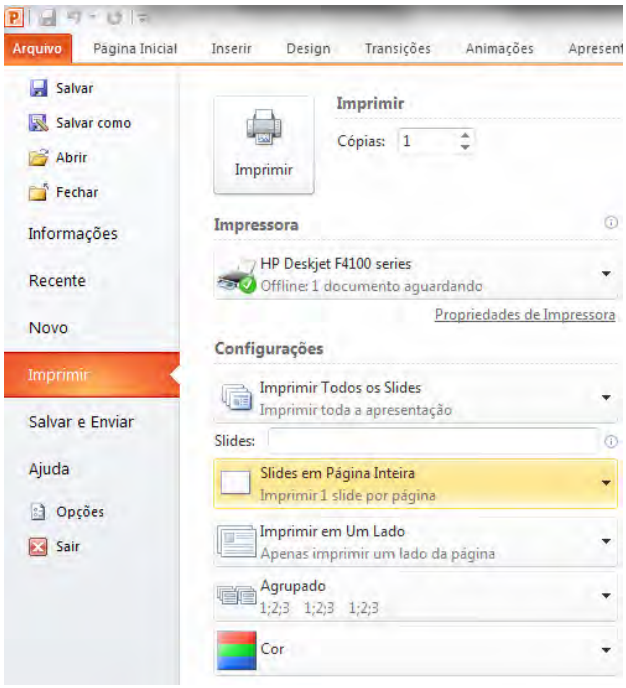
Você pode adicionar visualizar e editar cabeçalhos e rodapés, como os números das páginas. No layout com um slide por página, você só poderá aplicar cabeçalhos e rodapés ao folheto e não aos slides, se não desejar exibir texto, data ou numeração no cabeçalho ou no rodapé dos slides.

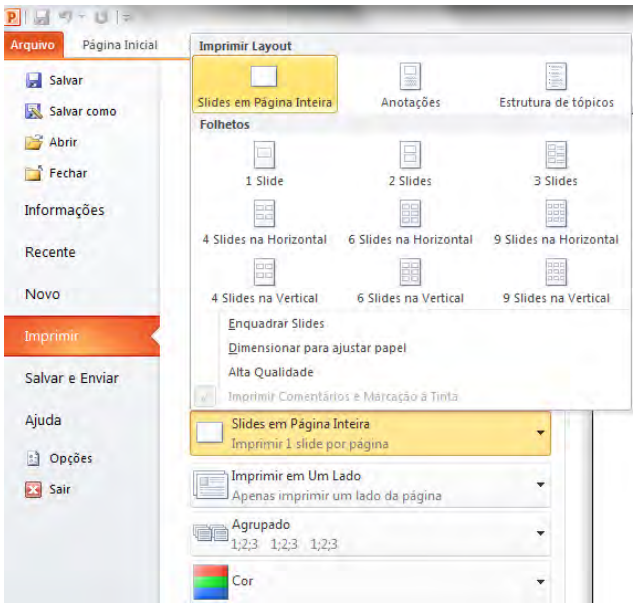
Aplicar conteúdo e formatação em todos os folhetos:

Se desejar alterar a aparência, a posição e o tamanho da numeração, da data ou do texto do cabeçalho e do rodapé em todos os folhetos, faça as alterações no folheto mestre. Para incluir um nome ou logotipo em todas as páginas do folheto, basta adicioná-lo ao mestre. As alterações feitas no folheto mestre também são exibidas na impressão da estrutura de tópicos.

Imprimir folhetos:

1. Abrir a apresentação em que deseja imprimir os folhetos.
2. Clicar na aba Arquivo, clicar na seleção de layout de slides para impressão na seção ‘Configurações’ e escolher o modo de impressão(aqui também podemos selecionar os modos ‘Anotações’ e ‘Estrutura de tópicos’)





O formato Folhetos (3 Slides por Página) possui linhas para anotações do público.

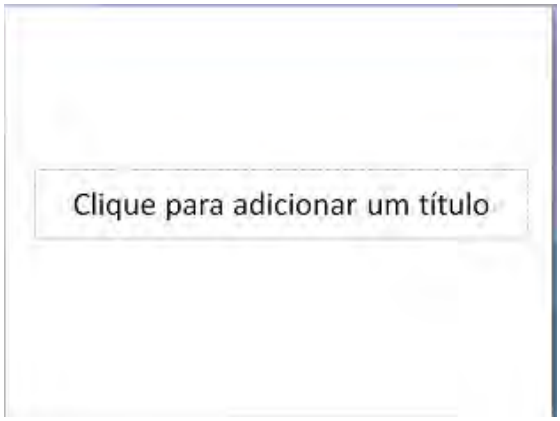
Para especificar a orientação da página, clicar na seta em Orientação e, em seguida, clicar em Paisagem ou Retrato.

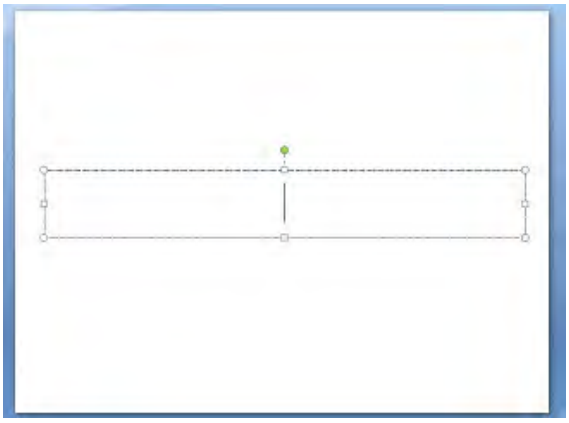
Clicar em Imprimir.

Inserir texto

Para inserir um texto no slide clicar com o botão esquerdo do mouse no retângulo (Clique para adicionar um título), após clicar o ponto de inserção (cursor será exibido).

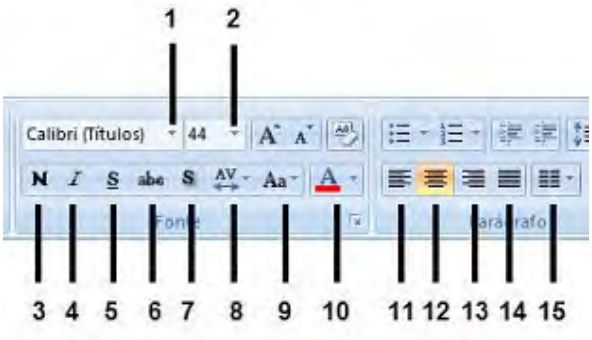
Então basta começar a digitar.





Formatar texto

Para alterar um texto, é necessário primeiro selecioná-lo. Para selecionar um texto ou palavra, basta clicar com o boto esquerdo sobre o ponto em que se deseja iniciar a seleção e manter o botão pressionado, arrastar o mouse até o ponto desejado e soltar o botão esquerdo.



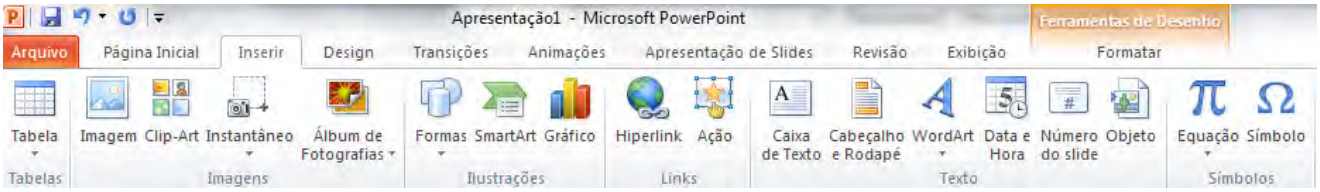
1 – Fonte

Altera o tipo de fonte
2 – Tamanho da fonte
Altera o tamanho da fonte
3 – Negrito
Aplica negrito ao texto selecionado. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+N.
4 – Itálico
Aplica Itálico ao texto selecionado. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+I.
5 – Sublinhado
Sublinha o texto selecionado. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+S.
6 – Tachado
Desenha uma linha no meio do texto selecionado.
7 – Sombra de Texto
Adiciona uma sombra atrás do texto selecionado para destacá-lo no slide.
8 – Espaçamento entre Caracteres
Ajusta o espaçamento entre caracteres.
9 – Maiúsculas e Minúsculas
Altera todo o texto selecionado para MAIÚSCULAS, minúsculas, ou outros usos comuns de maiúsculas/minúsculas.
10 – Cor da Fonte
Altera a cor da fonte.
11 – Alinhar Texto à Esquerda
Alinha o texto à esquerda. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+Q.
12 – Centralizar
Centraliza o texto. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+E.
13 – Alinhar Texto à Direita
Alinha o texto à direita. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+G.
14 – Justificar
Alinha o texto às margens esquerda e direita, adicionando espaço extra entre as palavras conforme o necessário, promovendo uma aparência organizada nas laterais esquerda e direita da página.
15 – Colunas
Divide o texto em duas ou mais colunas.

Limpar formatação
Para limpar toda a formatação de um texto basta selecioná-lo e clicar no botão , localizado na guia Início.

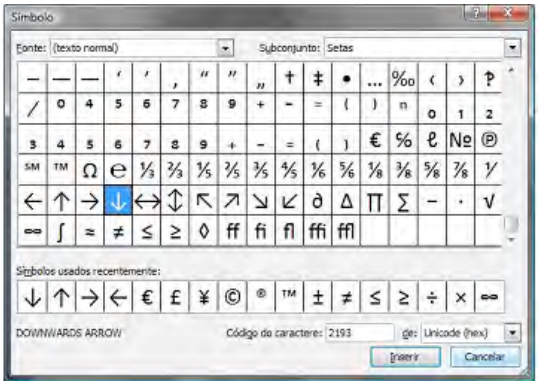
Inserir símbolos especiais

Além dos caracteres que aparecem no teclado, é possível inserir no slide vários caracteres e símbolos especiais.
1. Posicionar o cursor no local que se deseja inserir o símbolo.
2. Acionar a guia Inserir.



3. Clicar no botão Símbolo.

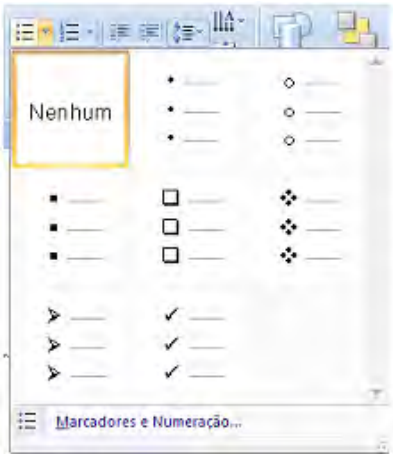
4. Selecionar o símbolo.



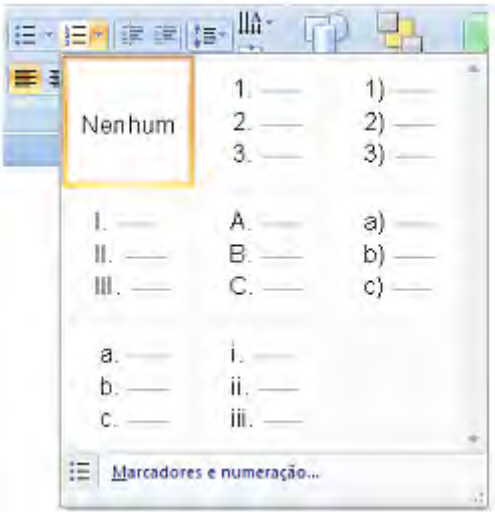
5. Clicar em Inserir e em seguida Fechar.

Marcadores e numeração

Com a guia Início acionada, clicar no botão , para criar parágrafos com marcadores. Para escolher o tipo de marcador clicar na seta.



Com a guia Início acionada, clicar no botão , para iniciar uma lista numerada. Para escolher diferentes formatos de numeração clicar na seta.



Inserir figuras



Para inserir uma figura no slide clicar na guia Inserir, e clicar em um desses botões:

• Imagem do Arquivo: insere uma imagem de um arquivo.

• Clip-art: é possível escolher entre várias figuras que acompanham o Microsoft Office.

• Formas: insere formas prontas, como retângulos e círculos, setas, linhas, símbolos de fluxograma e textos explicativos.

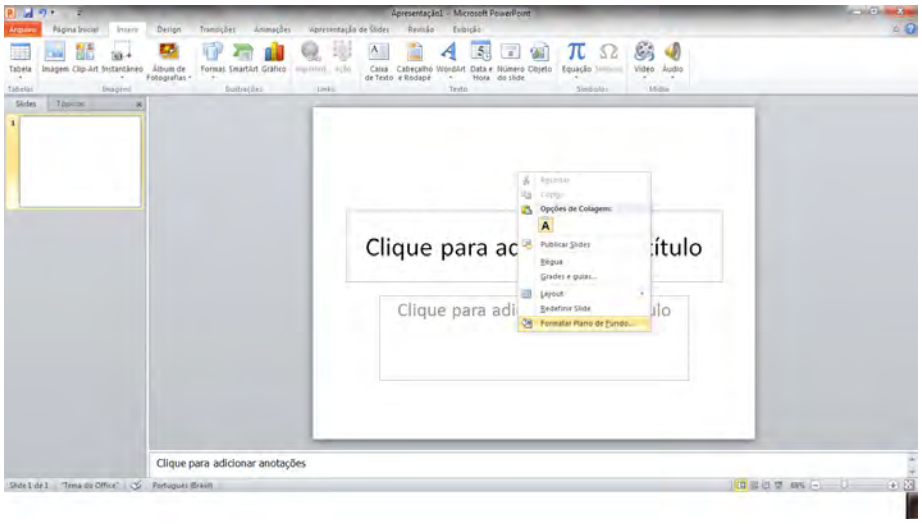
• SmartArt: insere um elemento gráfico SmartArt para comunicar informações visualmente. Esses elementos gráficos variam desde listas gráficas e diagramas de processos até gráficos mais complexos, como diagramas de Venn e organogramas.

• Gráfico: insere um gráfico para ilustrar e comparar dados.

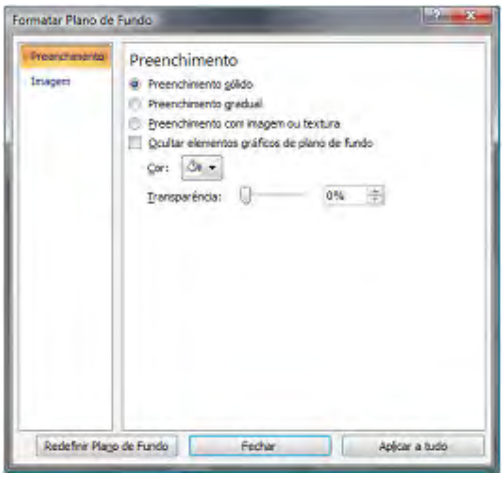
• WordArt: insere um texto com efeitos especiais.

Alterar plano de fundo

Para alterar o plano de fundo de um slide, basta clicar com o botão direito do mouse sobre ele, e em seguida clicar em Formatar Plano de Fundo.



Depois escolher entre as opções clicar Aplicar a tudo para aplicar a mudança a todos os slides, se for alterar apenas o slide atual clicar em fechar.



Animar textos e objetos

Para animar um texto ou objeto, selecionar o texto ou objeto, clicar na guia Animações, e depois em Animações Personalizadas, abrirá um painel à direita, clicar em Adicionar efeito. Nele se encontram várias opções de animação de entrada, ênfase, saída e trajetórias de animação.

Inserir botão de ação

Um botão de ação consiste em um botão já existente que pode ser inserido na apresentação e para o qual pode definir hiperlinks. Os botões de ação contêm formas, como setas para direita e para esquerda e símbolos de fácil compreensão referentes às ações de ir para o próximo, anterior, primeiro e último slide, além de executarem filmes ou sons. Eles são mais comumente usados para apresentações autoexecutáveis — por exemplo, apresentações que são exibidas várias vezes em uma cabine ou quiosque (um computador e monitor, geralmente localizados em uma área frequentada por muitas pessoas, que pode incluir tela sensível ao toque, som ou vídeo.

Os quiosques podem ser configurados para executar apresentações do PowerPoint de forma automática, contínua ou ambas).

1. Na guia Inserir, no grupo Ilustrações, cl na seta abaixo de Formas e, em seguida, clique no botão Mais .

2. Em Botões de Ação, clicar no botão que se deseja adicionar.

3. Clicar sobre um local do slide e arrastar para desenhar a forma para o botão.

4. Na caixa Configurar Ação, seguir um destes procedimentos:

• Para escolher o comportamento do botão de ação quando você clicar nele, clicar na guia Selecionar com o Mouse.

• Para escolher o comportamento do botão de ação quando você mover o ponteiro sobre ele, clicar na guia Selecionar sem o Mouse.

5. Para escolher o que acontece quando você clica ou move o ponteiro sobre o botão de ação, siga um destes procedimentos:

• Se você não quiser que nada aconteça, clicar em Nenhuma.

• Para criar um hiperlink, clicar em Hiperlink para e selecionar o destino para o hiperlink.

• Para executar um programa, clicar em Executar programa e, em seguida, clicar em Procurar e localizar o programa que você deseja executar.

• Para executar um macro (uma ação ou um conjunto de ações que você pode usar para automatizar tarefas. Os macros são gravados na linguagem de programação Visual Basic for Applications), clicar em Executar macro e selecionar a macro que você deseja executar.

As configurações de Executar macro estarão disponíveis somente se a sua apresentação contiver um macro.

• Se você deseja que a forma escolhida como um botão de ação execute uma ação, clicar em Ação do objeto e selecionar a ação que você deseja que ele execute.

As configurações de Ação do objeto estarão disponíveis somente se a sua apresentação contiver um objeto OLE (uma tecnologia de integração de programa que pode ser usada para compartilhamento de informações entre programas. Todos os programas do Office oferecem suporte para OLE; por isso, você pode compartilhar informações por meio de objetos vinculados e incorporados).

• Para tocar um som, marcar a caixa de seleção Tocar som e selecionar o som desejado.

Criar apresentação personalizada

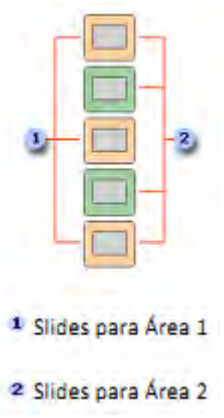
Existem dois tipos de apresentações personalizadas: básica e com hiperlinks.

Uma apresentação personalizada básica é uma apresentação separada ou uma apresentação que inclui alguns slides originais.

Uma apresentação personalizada com hiperlinks é uma forma rápida de navegar para uma ou mais apresentações separadas.

1 – Apresentação Personalizada Básica

Utilizar uma apresentação personalizada básica para fornecer apresentações separadas para diferentes grupos da sua organização. Por exemplo, se sua apresentação contém um total de cinco slides, é possível criar uma apresentação personalizada chamada “Site 1” que inclui apenas os slides 1, 3 e 5. É possível criar uma segunda apresentação personalizada chamada “Site 2” que inclui os slides 1, 2, 4 e 5. Quando você criar uma apresentação personalizada a partir de outra apresentação, é possível executá-la, na íntegra, em sua sequência original.



1. Na guia Apresentações de Slides, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clicar na seta ao lado de Apresentação de Slides Personalizada e, em seguida, clicar em Apresentações Personalizadas.

2. Na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas, clicar em Novo.

3. Em Slides na apresentação, clicar nos slides que você deseja incluir na apresentação personalizada e, em seguida, clicar em Adicionar.

Para selecionar diversos slides sequenciais, clicar no primeiro slide e, em seguida, manter pressionada a tecla SHIFT enquanto clica no último slide que deseja selecionar. Para selecionar diversos slides não sequenciais, manter pressionada a tecla CTRL enquanto clica em cada slide que queira selecionar.

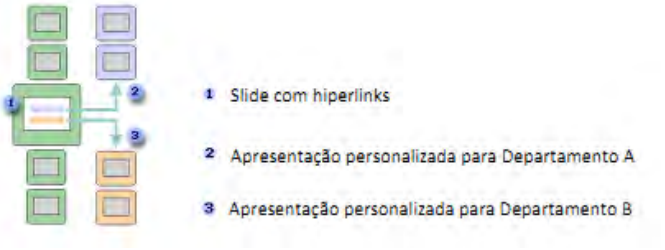
4. Para alterar a ordem em que os slides são exibidos, em Slides na apresentação personalizada, clicar em um slide e, em seguida, clicar em uma das setas para mover o slide para cima ou para baixo na lista.

5. Digitar um nome na caixa Nome da apresentação de slides e clicar em OK. Para criar apresentações personalizadas adicionais com quaisquer slides da sua apresentação, repetir as etapas de 1 a 5.

Para visualizar uma apresentação personalizada, clicar no nome da apresentação na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas e, em seguida, clicar em Mostrar.

2 – Apresentação Personalizada com Hiperlink

Utilizar uma apresentação personalizada com hiperlinks para organizar o conteúdo de uma apresentação. Por exemplo, se você cria uma apresentação personalizada principal sobre a nova organização geral da sua empresa, é possível criar uma apresentação personalizada para cada departamento da sua organização e vinculá-los a essas exibições da apresentação principal.



1. Na guia Apresentações, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clicar na seta ao lado de Apresentação de Slides Personalizada e, em seguida, clicar em Apresentações Personalizadas.
2. Na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas, clicar em Novo.
3. Em Slides na apresentação, clicar nos slides que você deseja incluir na apresentação personalizada principal e, em seguida, clicar em Adicionar.

Para selecionar diversos slides sequenciais, clicar no primeiro slide e, em seguida, manter pressionada a tecla SHIFT enquanto clica no último slide que deseja selecionar. Para selecionar diversos slides não sequenciais, manter pressionada a tecla CTRL enquanto clica em cada slide que queira selecionar.

4. Para alterar a ordem em que os slides são exibidos, em Slides na apresentação personalizada, clicar em um slide e, em seguida, clicar em uma das setas para mover o slide para cima ou para baixo na lista.
5. Digitar um nome na caixa Nome da apresentação de slides e clicar em OK. Para criar apresentações personalizadas adicionais com quaisquer slides da sua apresentação, repetir as etapas de 1 a 5.
6. Para criar um hiperlink da apresentação principal para uma apresentação de suporte, selecionar o texto ou objeto que você deseja para representar o hiperlink.
7. Na guia Inserir, no grupo Vínculos, clicar na seta abaixo de Hiperlink.
8. Em Vincular para, clicar em Colocar Neste Documento.
9. Seguir um destes procedimentos:

• Para se vincular a uma apresentação personalizada, na lista Selecionar um local neste documento, selecionar a apresentação personalizada para a qual deseja ir e marcar a caixa de seleção Mostrar e retornar.

• Para se vincular a um local na apresentação atual, na lista Selecione um local neste documento, selecionar o slide para o qual você deseja ir.

Para visualizar uma apresentação personalizada, clicar no nome da apresentação na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas e, em seguida, clicar em Mostrar.

Transição de slides

As transições de slide são os efeitos semelhantes à animação que ocorrem no modo de exibição Apresentação de Slides quando você move de um slide para o próximo.

É possível controlar a velocidade de cada efeito de transição de slides e também adicionar som.

O Microsoft Office PowerPoint 2010 inclui vários tipos diferentes de transições de slides, incluindo (mas não se limitando) as seguintes:



1. Sem transição
2. Persiana Horizontal
3. Persiana Vertical
4. Quadro Fechar
5. Quadro Abrir
6. Quadriculado na Horizontal
7. Quadriculado na Vertical
8. Pente Horizontal
9. Pente Vertical

Para consultar mais efeitos de transição, na lista Estilos Rápidos, clicar no botão Mais, conforme mostrado no diagrama acima.

• Adicionar a mesma transição de slides a todos os slides em sua apresentação:

1. No painel que contém as guias Tópicos e Slides, clicar na guia Slides.
2. Na guia Início, clicar na miniatura de um slide.
3. Na guia Animações, no grupo Transição para Este Slide, clicar em um efeito de transição de slides.
4. Para consultar mais efeitos de transição, na lista Estilos Rápidos, clicar no botão Mais.
5. Para definir a velocidade de transição de slides, no grupo Transição para Este Slide, clicar na seta ao lado de Velocidade da Transição e, em seguida, selecionar a velocidade desejada.
6. No grupo Transição para Este Slide, clicar em Aplicar a Tudo.

• Adicionar diferentes transições de slides aos slides em sua apresentação

1. No painel que contém as guias Tópicos e Slides, clicar na guia Slides.
2. Na guia Início, clicar na miniatura de um slide.
3. Na guia Animações, no grupo Transição para Este Slide, clicar no efeito de transição de slides que você deseja para esse slide.
4. Para consultar mais efeitos de transição, na lista Estilos Rápidos, clicar no botão Mais.
5. Para definir a velocidade de transição de slides, no grupo Transição para Este Slide, clicar na seta ao lado de Velocidade da Transição e, em seguida, selecionar a velocidade desejada.
6. Para adicionar uma transição de slides diferente a outro slide em sua apresentação, repetir as etapas 2 a 4.

• Adicionar som a transições de slides

1. No painel que contém as guias Tópicos e Slides, clicar na guia Slides.
2. Na guia Início, clicar na miniatura de um slide.
3. Na guia Animações, no grupo Transição para Este Slide, clicar na seta ao lado de Som de Transição e, em seguida, seguir um destes procedimentos:

• Para adicionar um som a partir da lista, selecionar o som desejado.

• Para adicionar um som não encontrado na lista, selecionar Outro Som, localizar o arquivo de som que você deseja adicionar e, em seguida, clicar em OK.

4. Para adicionar som a uma transição de slides diferente, repetir as etapas 2 e 3.

Configurar apresentação de slides

• Tipo de apresentação

Usar as opções na seção Tipo de apresentação para especificar como você deseja mostrar a apresentação para sua audiência.

o Para fazer sua apresentação diante de uma audiência ao vivo, clicar em Exibida por um orador (tela inteira).

o Para permitir que a audiência exiba sua apresentação a partir de um disco rígido ou CD em um computador ou na Internet, clicar em Apresentada por uma pessoa (janela).

o Para permitir que a audiência role por sua apresentação de auto execução a partir de um computador autônomo, marcar a caixa de seleção Mostrar barra de rolagem.

o Para entregar uma apresentação de auto execução executada em um quiosque (um computador e monitor, geralmente localizados em uma área frequentada por muitas pessoas, que pode incluir tela sensível ao toque, som ou vídeo. Os quiosques podem ser configurados para executar apresentações do PowerPoint de forma automática, contínua ou ambas), clicar em Apresentada em um quiosque (tela inteira).

• Mostrar slides

Usar as opções na seção Mostrar slides para especificar quais slides estão disponíveis em uma apresentação ou para criar uma apresentação personalizada (uma apresentação dentro de uma apresentação na qual você agrupa slides em uma apresentação existente para poder mostrar essa seção da apresentação para um público em particular).

o Para mostrar todos os slides em sua apresentação, clicar em Tudo.

o Para mostrar um grupo específico de slides de sua apresentação, digitar o número do primeiro slide que você deseja mostrar na caixa De e digitar o número do último slide que você deseja mostrar na caixa Até.

o Para iniciar uma apresentação de slides personalizada que seja derivada de outra apresentação do PowerPoint, clicar em Apresentação personalizada e, em seguida, clicar na apresentação que você deseja exibir como uma apresentação personalizada (uma apresentação dentro de uma apresentação na qual você agrupa slides em uma apresentação existente para poder mostrar essa seção da apresentação para um público em particular).

• Opções da apresentação

Usar as opções na seção Opções da apresentação para especificar como você deseja que arquivos de som, narrações ou animações sejam executados em sua apresentação.

o Para executar um arquivo de som ou animação continuamente, marcar a caixa de opções Repetir até 'Esc' ser pressionada.

o Para mostrar uma apresentação sem executar uma narração incorporada, marcar a caixa de seleção Apresentação sem narração.

o Para mostrar uma apresentação sem executar uma animação incorporada, marcar a caixa de seleção Apresentação sem animação.

o Ao fazer sua apresentação diante de uma audiência ao vivo, é possível escrever nos slides. Para especificar uma cor de tinta, na lista Cor da caneta, selecionar uma cor de tinta.

A lista Cor da caneta estará disponível apenas se Exibida por um orador (tela inteira) (na seção Tipo de apresentação) estiver selecionada.

• Avançar slides

Usar as opções na seção Avançar slides para especificar como mover de um slide para outro.

o Para avançar para cada slide manualmente durante a apresentação, clicar em Manualmente.

o Para usar intervalos de slide para avançar para cada slide automaticamente durante a apresentação, clicar em Usar intervalos, se houver.

• Vários Monitores

É possível executar sua apresentação do Microsoft Office PowerPoint 2010 de um monitor (por exemplo, em um pódio) enquanto o público a vê em um segundo monitor.

Usando dois monitores, é possível executar outros programas que não são vistos pelo público e acessar o modo de exibição Apresentador. Este modo de exibição oferece as seguintes ferramentas para facilitar a apresentação de informação:

o É possível utilizar miniaturas para selecionar os slides de uma sequência e criar uma apresentação personalizada para o seu público.

o A visualização de texto mostra aquilo que o seu próximo clique adicionará à tela, como um slide novo ou o próximo marcador de uma lista.

o As anotações do orador são mostradas em letras grandes e claras, para que você possa utilizá-las como um script para a sua apresentação.

o É possível escurecer a tela durante sua apresentação e, depois, prosseguir do ponto em que você parou. Por exemplo, talvez você não queira exibir o conteúdo do slide durante um intervalo ou uma seção de perguntas e respostas.



No modo de exibição do Apresentador, os ícones e botões são grandes o suficiente para uma fácil navegação, mesmo quando você está usando um teclado ou mouse desconhecido. A seguinte ilustração mostra as várias ferramentas disponibilizadas pelo modo de exibição Apresentador.



1. Miniaturas dos slides que você pode clicar para pular um slide ou retornar para um slide já apresentado.
2. O slide que você está exibindo no momento para o público.
3. O botão Finalizar Apresentação, que você pode clicar a qualquer momento para finalizar a sua apresentação.
4. O botão Escurecer, que você pode clicar para escurecer a tela do público temporariamente e, em seguida, clicar de novo para exibir o slide atual.
5. Avançar para cima, que indica o slide que o seu público verá em seguida.
6. Botões que você pode selecionar para mover para frente ou para trás na sua apresentação.
7. O Número do slide (por exemplo, Slide 7 de 12)
8. O tempo decorrido, em horas e minutos, desde o início da sua apresentação.
9. As anotações do orador, que você pode usar como um script para a sua apresentação.

Requisitos para o uso do modo de exibição Apresentador:

Para utilizar o modo de exibição Apresentador, faça o seguinte:

o Certifique-se que o computador usado para a apresentação tem capacidade para vários monitores.

o Ativar o suporte a vários monitores

o Ativar o modo de exibição Apresentador.

Ativar o suporte a vários monitores:

Embora os computadores possam oferecer suporte a mais de dois monitores, o PowerPoint oferece suporte para o uso de até dois monitores para uma apresentação. Para desativar o suporte a vários monitores, selecionar o segundo monitor e desmarcar a caixa de seleção Estender a área de trabalho do Windows a este monitor.

1. Na guia Apresentação de Slides, no grupo Monitores, clicar em Mostrar Modo de Exibição do Apresentador.
2. Na caixa de diálogo Propriedades de Vídeo, na guia Configurações, clicar no ícone do monitor para o monitor do apresentador e desmarcar a caixa de seleção Usar este dispositivo como monitor primário.

Se a caixa de seleção Usar este dispositivo como monitor primário estiver marcada e não disponível, o monitor foi designado como o monitor primário. Somente é possível selecionar um monitor primário por vez. Se você clicar em um ícone de monitor diferente, a caixa de seleção Usar este dispositivo como monitor primário é desmarcada e torna-se disponível novamente.

É possível mostrar o modo de exibição Apresentador e executar a apresentação de apenas um monitor — geralmente, o monitor 1.

3. Clicar no ícone do monitor para o monitor do público e marcar a caixa de seleção Estender a área de trabalho do Windows a este monitor.

Executar uma apresentação em dois monitores usando o modo de exibição do Apresentador:

Após configurar seus monitores, abrir a apresentação que deseja executar e fazer o seguinte:

1. Na guia Apresentação de Slides, no grupo Configuração, clicar em Configurar a Apresentação de Slides.
2. Na caixa de diálogo Configurar Apresentação, escolher as opções desejadas e clicar em OK.
3. Para começar a entrega da apresentação, na guia Exibir, no grupo Modos de Exibição de Apresentação, clicar em Apresentação de Slides.

• Desempenho

Usar as opções na seção Desempenho para especificar o nível de clareza visual da apresentação.

o Para acelerar o desenho de elementos gráficos na apresentação, selecionar Usar aceleração de elementos gráficos do hardware.

o Na lista Resolução da apresentação de slides, clicar na resolução, ou número de pixels por polegada, que você deseja. Quanto mais pixels, mais nítida será a imagem, contudo mais lento será o desempenho do computador. Por exemplo, uma tela de 640 x 480 pixels é capaz de exibir 640 pontos distintos em cada uma das 480 linhas, ou aproximadamente 300.000 pixels. Essa é a resolução com desempenho mais rápido, contudo fornece a menor qualidade. Em contraste, uma tela com 1280 x 1024 pixels fornece as imagens mais nítidas, mas com desempenho mais lento.

CORREIO ELETRÔNICO: USO DE CORREIO ELETRÔNICO, PREPARO E ENVIO E MENSAGENS, ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS

Um Pouco de História

Foi em 1971 que tudo começou (na realidade começou antes, com pesquisas), com um engenheiro de computação da BBN (Bolt Beranek e Newman), chamado Ray Tomlinson. Utilizando um programa chamado SNDMSG, abreviação do inglês “Send Message”, e o ReadMail, Ray conseguiu enviar mensagem de um computador para outro. Depois de alguns testes mandando mensagens para ele mesmo, Ray tinha criado o maior e mais utilizado meio de comunicação da Internet, o correio eletrônico do inglês “eletronic mail” ou simplesmente como todos conhecem e-mail.

O símbolo @ foi utilizado por Tomlinson para separar o nome do computador do nome do usuário, esta convenção é utilizada até hoje. Como não poderia deixar de ser, o primeiro endereço de e-mail foi criado por Tomlinson, tomlinson@bbn-tenexa. O símbolo @ (arroba) é lido no inglês com "at", que significa em, algo como: o endereço tomlinson está no computador bbn-tenexa.

Durante um bom tempo, o e-mail foi usado, quase que exclusivamente, por pesquisadores da área de computação e militares. Foi com o desenvolvimento e o aumento de usuários da Internet, que o e-mail se popularizou e passou a ser a aplicação mais utilizada na internet. Hoje, até mesmo pessoas que usam a Internet muito pouco, tem um e-mail.

O correio eletrônico se parece muito com o correio tradicional. Todo usuário tem um endereço próprio e uma caixa postal, o carteiro é a Internet. Você escreve sua mensagem, diz pra quem que mandar e a Internet cuida do resto. Mas por que o e-mail se popularizou tão depressa? A primeira coisa é pelo custo. Você não paga nada por uma comunicação via e-mail, apenas os custos de conexão com a Internet. Outro fator é a rapidez, enquanto o correio tradicional levaria dias para entregar uma mensagem, o eletrônico faz isso quase que instantaneamente e não utiliza papel. Por ultimo, a mensagem vai direto ao destinatário, não precisa passa de mão-em-mão (funcionário do correio, carteiro, etc.), fica na sua caixa postal onde somente o dono tem acesso e, apesar de cada pessoa ter seu endereço próprio, você pode acessar seu e-mail de qualquer computador conectado à Internet.

Bem, o e-mail mesclou a facilidade de uso do correio convencional com a velocidade do telefone, se tornando um dos melhores e mais utilizado meio de comunicação.

Estrutura e Funcionalidade do e-mail

Como no primeiro e-mail criado por Tomlinson, todos os endereços eletrônicos seguem uma estrutura padrão, nome do usuário + @ + host, onde:

» Nome do Usuário – é o nome de login escolhido pelo usuário na hora de fazer seu e-mail. Exemplo: sergiodecastro.

» @ - é o símbolo, definido por Tomlinson, que separa o nome do usuário do seu provedor.

» Host – é o nome do provedor onde foi criado o endereço eletrônico. Exemplo: click21.com.br .

» Provedor – é o host, um computador dedicado ao serviço 24 horas por dia.

Vejamos um exemplo real: sergiodecastro@click21.com.br

A caixa postal é composta pelos seguintes itens:

» Caixa de Entrada – Onde ficam armazenadas as mensagens recebidas.

» Caixa de Saída – Armazena as mensagens ainda não enviadas.

» E-mails Enviados – Como o nome diz, ficam os e-mails que foram enviados.

» Rascunho – Guarda as mensagens que você ainda não terminou de redigir.

» Lixeira – Armazena as mensagens excluídas.

Ao redigir mensagem, os seguintes campos estão presentes:

» Para – é o campo onde será inserido o endereço do destinatário.

» Cc – este campo é utilizado para mandar cópias da mesma mensagem, ao usar este campo os endereços aparecerão para todos os destinatários.

» Cco – sua funcionalidade é igual ao campo anterior, no entanto os endereços só aparecerão para os respectivos donos.

» Assunto – campo destinado ao assunto da mensagem.

» Anexos – são dados que são anexados à mensagem (imagens, programas, música, arquivos de texto, etc.).

» Corpo da Mensagem – espaço onde será redigida a mensagem.

Alguns nomes podem mudar de servidor para servidor, porém representando as mesmas funções. Além dos destes campos tem ainda os botões para EVIAR, ENCAMINHAR e EXCLUIR as mensagens, este botões bem como suas funcionalidades veremos em detalhes, mais a frente.

Para receber seus e-mails você não precisa está conectado à Internet, pois o e-mail funciona com provedores. Mesmo você não estado com seu computador ligado, seus e-mail são recebidos e armazenados na sua caixa postal, localizada no seu provedor. Quando você acessa sua caixa postal, pode ler seus e-mail on-line (diretamente na Internet, pelo WebMail) ou baixar todos para seu computador através de programas de correio eletrônico. Um programa muito conhecido é o Outlook Express, o qual detalhar mais a frente.

A sua caixa postal é identificada pelo seu endereço de e-mail e qualquer pessoa que souber esse endereço, pode enviar mensagens para você. Também é possível enviar mensagens para várias pessoas ao mesmo tempo, para isto basta usar os campos "Cc" e "Cco" descritos acima.

Atualmente, devido a grande facilidade de uso, a maioria das pessoas acessa seu e-mail diretamente na Internet através do navegador. Este tipo de correio é chamado de WebMail. O WebMail é responsável pela grande popularização do e-mail, pois mesmo as pessoas que não tem computador, podem acessar sua caixa postal de qualquer lugar (um cyber, casa de um amigo, etc.). Para ter um endereço eletrônico basta querer e acessar a Internet, é claro. Existe quase que uma guerra por usuários. Os provedores, também, disputam quem oferece maior espaço em suas caixas postais. Há pouco tempo encontrar um e-mail com mais de 10 Mb, grátis, não era fácil. Lembro que, quando a Embratel ofereceu o Click21 com 30 Mb, achei que era muito espaço, mas logo o iBest ofereceu 120 Mb e não parou por ai, a "guerra" continuo culminando com o anúncio de que o Google iria oferecer 1 Gb (1024 Mb). A ultima campanha do GMail, e-mail do Google, é de aumentar sua caixa postal constantemente, a ultima vez que acessei estava em 2663 Mb.

WebMail

O WebMail, como descrito acima, é uma aplicação acessada diretamente na Internet, sem a necessidade de usar programa de correio eletrônico. Praticamente todos os e-mails possuem aplicações para acesso direto na Internet. É grande o número de provedores que oferecem correio eletrônico gratuitamente, logo abaixo segue uma lista dos mais populares.

» Hotmail – http://www.hotmail.com
» GMail – http://www.gmail.com
» iBest Mail – http://www.ibestmail.com.br
» iG Mail – http://www.ig.com.br
» Yahoo – http://www.yahoo.com.br
» Click21 – http://www.click21.com.br

Para criar seu e-mail basta visitar o endereço acima e seguir as instruções do site. Outro importante fator a ser observado é o tamanho máximo permitido por anexo, este foi outro fator que aumentou muito de tamanho, há pouco tempo a maioria dos provedores permitiam em torno de 2 Mb, mas atualmente a maioria já oferecem em média 10 Mb. Porém tem alguns mais generosos que chegam a oferecer mais que isso, é o caso do Click21 que oferece 21 Mb, claro que essas limitações são preocupantes quando se trata de e-mail grátis, pois a final de contas quando pagamos o bolso é quem manda. Além de caixa postal os provedores costumam oferecer serviços de agenda e contatos.

Todos os WebMail acima são ótimos, então fica a critério de cada um escolher o seu, ou até mesmo os seus, eu, por exemplo, procuro aqueles que oferecem uma interface com o menor propaganda possível.

» Criando seu e-mail

Fazer sua conta de e-mail é uma tarefa extremamente simples, eu escolhi o iBestMail, pois a interface deste WebMail não tem propagandas e isso ajudar muito os entendimentos, no entanto você pode acessar qualquer dos endereços informados acima ou ainda qualquer outro que você conheça. O processo de cadastro é muito simples, basta preencher um formulário e depois você terá sua conta de e-mail pronta para ser usada. Alguns provedores exigem CPF para o cadastro, o iBest e o iG são exemplos, já outros você informa apenas dados pessoais, o Yahoo e o Gmail são exemplos, este último é preciso ter um convite.

Vamos aos passos:

1. Acesse a pagina do provedor (www.ibestmail.com.br) ou qualquer outro de sua preferência.

2. Clique no botão “CADASTRE-SE JÁ”, será aberto um formulário, preencha-o observando todos os campos. Os campos do formulário têm suas particularidades de provedor para provedor, no entanto todos trazem a mesma ideia, colher informações do usuário. Este será a primeira parte do seu e-mail e é igual a este em qualquer cadastro, no exemplo temos “@ibest.com.br”. A junção do nome de usuário com o nome do provedor é que será seu endereço eletrônico. No exemplo ficaria o seguinte: seunome@ibest.com.br.

3. Após preencher todo o formulário clique no botão “Aceito”, pronto seu cadastro estará efetivado.

Pelo fato de ser gratuito e ter muitos usuários é comum que muitos nomes já tenham sido cadastrados por outros usuários, neste caso será exibida uma mensagem lhe informando do problema. Isso acontece porque dentro de um mesmo provedor não pode ter dois nomes de usuários iguais. A solução é procurar outro nome que ainda esteja livre, alguns provedores mostram sugestões como: seunome2005; seunome28, etc. Se ocorrer isso com você (o que é bem provável que acontecerá) escolha uma das sugestões ou informe outro nome (não desista, você vai conseguir), finalize seu cadastro que seu e-mail vai está pronto para ser usado.

» Entendendo a Interface do WebMail

A interface é a parte gráfica do aplicativo de e-mail que nos liga do mundo externo aos comandos do programa. Estes conhecimentos vão lhe servir para qualquer WebMail que você tiver e também para o Outlook Express que é um programa de gerenciamento de e-mails, vamos ver este programa mais adiante.

1. Chegou e-mail? – Este botão serve para atualizar sua caixa de entrar, verificando se há novas mensagens no servidor.

2. Escrever – Ao clicar neste botão a janela de edição de e-mail será aberta. A janela de edição é o espaço no qual você vai redigir, responder e encaminhar mensagens. Semelhante à função novo e-mail do Outlook.

3. Contatos – Abre a seção de contatos. Aqui os seus endereços de e-mail são previamente guardados para utilização futura, nesta seção também é possível criar grupos para facilitar o gerenciamento dos seus contatos.

4. Configurações – Este botão abre (como o próprio nome já diz) a janela de configurações. Nesta janela podem ser feitas diversas configurações, tais como: mudar senha, definir número de e-mail por página, assinatura, resposta automática, etc.

5. Ajuda – Abre, em outra janela do navegador, uma seção com vários tópicos de ajuda.

6. Sair – Este botão é muito importante, pois é através dele que você vai fechar sua caixa postal, muito recomendado quando o uso de seu e-mail ocorrer em computadores de terceiros.

7. Espaço – Esta seção é apenas informativa, exibe seu endereço de e-mail; quantidade total de sua caixa posta; parte utilizada em porcentagem e um pequeno gráfico.

8. Seção atual – Mostra o nome da seção na qual você está, no exemplo a Caixa de Entrada.

9. Número de Mensagens – Exibe o intervalo de mensagens que estão na tela e também o total da seção selecionada.

10. Caixa de Comandos – Neste menu suspenso estão todos os comandos relacionados com as mensagens exibidas. Para usar estes comandos, selecione uma ou mais mensagens o comando desejado e clique no botão “OK”. O botão “Bloquear”, bloqueia o endereço de e-mail da mensagem, útil para bloquear e-mails indesejados. Já o botão “Contas externas” abre uma seção para configurar outras contas de e-mails que enviarão as mensagens a sua caixa postal. Para o correto funcionamento desta opção é preciso que a conta a ser acessada tenha serviço POP3 e SMTP.

11. Lista de Páginas – Este menu suspenso exibe a lista de página, que aumenta conforme a quantidade de e-mails na seção. Para acessar selecione a página desejada e clique no botão “OK”. Veja que todos os comandos estão disponíveis também na parte inferior, isto para facilitar o uso de sua caixa postal.

12. Pastas do Sistema – Exibe as pastas padrões de um correio eletrônico. Caixa de Entrada; Mensagens Enviadas; Rascunho e Lixeira. Um detalhe importante é o estilo do nome, quando está normal significa que todas as mensagens foram abertas, porém quando estão em negrito, acusam que há uma ou mais mensagens que não foram lidas, o número entre parêntese indica a quantidade. Este detalhe funciona para todas as pastas e mensagens do correio.

13. Painel de Visualização – Espaço destinado a exibir as mensagens. Por padrão, ao abrir sua caixa postal, é exibido o conteúdo da Caixa de Entrada, mas este painel exibe também as mensagens das diversas pastas existentes na sua caixa postal. A observação feita no item anterior, sobre negrito, também é válida para esta seção. Observe as caixas de seleção localizadas do lado esquerdo de cada mensagem, é através delas que as mensagens são

selecionadas. A seleção de todos os itens ao mesmo tempo, também pode ser feito pela caixa de seleção do lado esquerdo do título da coluna “Remetente”. O título das colunas, além de nomeá-las, também serve para classificar as mensagens que por padrão estão classificadas através da coluna “Data”, para usar outra coluna na classificação basta clicar sobre nome dela.

14. Gerenciador de Pastas – Nesta seção é possível adicionar, renomear e apagar as suas pastas. As pastas são um modo de organizar seu conteúdo, armazenando suas mensagens por temas. Quando seu e-mail é criado não existem pastas nesta seção, isso deve ser feito pelo usuário de acordo com suas necessidades.

15. Contas Externas – Este item é um link que abrirá a seção onde pode ser feita uma configuração que permitirá você acessar outras caixas postais diretamente da sua. O próximo link, como o nome já diz, abre a janela de configuração dos e-mails bloqueados e mais abaixo o link para baixar um plug-in que lhe permite fazer uma configuração automática do Outlook Express. Estes dois primeiros links são os mesmos apresentados no item 10.

INTERNET: NAVEGAÇÃO INTERNET, CONCEITOS DE URL, LINKS, SITES, BUSCA E IMPRESSÃO DE PÁGINAS

As redes de computadores são interconexões de sistemas de comunicação de dados que podem compartilhar recursos de hardware e de software, assim, rede é um mecanismo através do qual computadores podem se comunicar e/ou compartilhar hardware e software;

A tecnologia hoje disponível permite que usuários se liguem a um computador central, a qualquer distância, através de sistemas de comunicação de dados.

Um sistema de comunicação de dados consiste em estações, canais, equipamentos de comunicação e programas específicos que unem os vários elementos do sistema, basicamente estações, a um computador central.

Estação é qualquer tipo de dispositivo capaz de se comunicar com outro, através de um meio de transmissão, incluindo computadores, terminais, dispositivos periféricos, telefones, transmissores e receptores de imagem, entre outros.

Os elementos básicos de uma rede são:

• Host: Equipamento conectado na rede;

• Nó ou Processamento: Ponto de conexão e comunicação de hosts;

• Transporte ou Transmissão: Faz interligação dos nós através da transmissão em longas distâncias;

• Acesso: Elemento que faz a interligação do usuário ao nó;

Tipos de Rede

Quanto ao alcance:

• Rede Local (LAN – Local Area Network);

Rede de abrangência local e que geralmente não ultrapassa o prédio aonde a mesma se encontra, ou seja, rede formada por um grupo de computadores conectados entre si dentro de certa área;

• Rede Metropolitana (MAN – MetropolitanArea Network);

Rede de abrangência maior e que geralmente não ultrapassa a área de uma cidade;

• Rede de Longa Distância (WAN – WideArea Network);

Rede de longa distância e que em sua maioria não ultrapassa a área do país;

• Rede Global (GAN – Global Area Network) Denominadas de redes globais pois abrangem máquinas em conexão em qualquer área do globo.

Quanto à conexão:

• Internet: Rede internacional de computadores.

• Intranet: Rede interna de uma empresa.

• Extranet: Conexão de redes, que utilizam como meio a internet.

Topologia

• Estrela: Um computador central controla a rede;

• Anel: Computadores conectados em forma circular;

• Barramento: Conecta todos os nós em uma linha e pode preservar a rede se um computador falhar.

Meios de Conexão

As estruturas formadas pelos meios de conexão entregam ao usuário o serviço de comunicação que ele necessita. Esta estrutura pode ser formada por:

• Cabo Coaxial: Utiliza cabos rígidos de cobre e na atualidade é utilizada em parceria com a fibra óptica para distribuição de TV a cabo;

• Onda de Rádio: Também conhecida por Wireless, substitui o uso dos pares metálicos e das fibras, utilizando o ar como meio de propagação dos dados;

• Fibra Óptica: Baseada na introdução do uso da fibra óptica, substituindo o par metálico;

• Par Metálico: Constituída pela rede de telefonia, porém trafegando dados, voz e imagem;

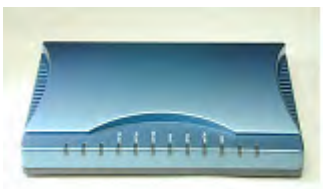
• Satélite: O equipamento funciona como receptor, repetidor e regenerador do sinal que se encontra no espaço, de modo que reenvia à terra um sinal enviado de um ponto a outro que faz uso do satélite para conexão;

• Rede Elétrica: Faz uso dos cabos de cobre da rede de energia para a transmissão de voz, dados e imagens.

• Rede Elétrica: Faz uso dos cabos de cobre da rede de energia para a transmissão de voz, dados e imagens.

Dispositivos

• Modem



Converte um sinal analógico em digital e vice-versa;

• Hub



Equipamento de rede indicado para conexão de poucos terminais;

• Switch



Equipamento de rede que divide uma rede de computadores de modo a não torná-la lenta;

• Bridge



Dispositivo de rede que liga uma ou mais redes que se encontram com certa distância;

• Roteador



Equipamento que permite a comunicação entre computadores e redes que se encontram distantes;

INTERNET

"Imagine que fosse descoberto um continente tão vasto que suas dimensões não tivessem fim. Imagine um mundo novo, com tantos recursos que a ganância do futuro não seria capaz de esgotar; com tantas oportunidades que os empreendedores seriam poucos para aproveitá-las; e com um tipo peculiar de imóvel que se expandiria com o desenvolvimento."

John P. Barlow

Os Estados Unidos temiam que em um ataque nuclear ficassem sem comunicação entre a Casa Branca e o Pentágono.

Este meio de comunicação "infalível", até o fim da década de 60, ficou em poder exclusivo do governo conectando bases militares, em quatro localidades.

Nos anos 70, seu uso foi liberado para instituições norte-americanas de pesquisa que desejassem aprimorar a tecnologia, logo vinte e três computadores foram conectados, porém o padrão de conversação entre as máquinas se tornou impróprio pela quantidade de equipamentos.

Era necessário criar um modelo padrão e universal para que as máquinas continuassem trocando dados, surgiu então o Protocolo Padrão TCP/IP, que permitiria portanto que mais outras máquinas fossem inseridas àquela rede.

Com esses avanços, em 1972 é criado o correio eletrônico, o E-mail, permitindo a troca de mensagens entre as máquinas que compunham aquela rede de pesquisa, assim no ano seguinte a rede se torna internacional.

Na década de 80, a Fundação Nacional de Ciência do Brasil conectou sua grande rede à ARPANET, gerando aquilo que conhecemos hoje como internet, auxiliando portanto o processo de pesquisa em tecnologia e outras áreas a nível mundial, além de alimentar as forças armadas brasileiras de informação de todos os tipos, até que em 1990 caísse no domínio público.

Com esta popularidade e o surgimento de softwares de navegação de interface amigável, no fim da década de 90, pessoas que não tinham conhecimentos profundos de informática começaram a utilizar a rede internacional.

Acesso à Internet

O ISP, Internet Service Provider, ou Provedor de Serviço de Internet, oferece principalmente serviço de acesso à Internet, adicionando serviços como e-mail, hospedagem de sites ou blogs, ou seja, são instituições que se conectam à Internet com o objetivo de fornecer serviços à ela relacionados, e em função do serviço classificam-se em:

• Provedores de Backbone: São instituições que constroem e administram backbones de longo alcance, ou seja, estrutura física de conexão, com o objetivo de fornecer acesso à Internet para redes locais;

• Provedores de Acesso: São instituições que se conectam à Internet via um ou mais acessos dedicados e disponibilizam acesso à terceiros a partir de suas instalações;

• Provedores de Informação: São instituições que disponibilizam informação através da Internet.

Endereço Eletrônico ou URL

Para se localizar um recurso na rede mundial, deve-se conhecer o seu endereço.

Este endereço, que é único, também é considerado sua URL (Uniform Resource Locator), ou Localizador de Recursos Universal. Boa parte dos endereços apresenta-se assim: www.xxxx.com.br

Onde:

www = protocolo da World Wide Web

xxx = domínio

com = comercial
br = brasil

WWW = World Wide Web ou Grande Teia Mundial

É um serviço disponível na Internet que possui um conjunto de documentos espalhados por toda rede e disponibilizados a qualquer um.

Estes documentos são escritos em hipertexto, que utiliza uma linguagem especial, chamada HTML.

Domínio

Designa o dono do endereço eletrônico em questão, e onde os hipertextos deste empreendimento estão localizados. Quanto ao tipo do domínio, existem:

.com = Instituição comercial ou provedor de serviço
.edu = Instituição acadêmica
.gov = Instituição governamental
.mil = Instituição militar norte-americana
.net = Provedor de serviços em redes
.org = Organização sem fins lucrativos

HTTP, Hyper Texto Transfer Protocol ou Protocolo de Trasferência em Hipertexto

É um protocolo ou língua específica da internet, responsável pela comunicação entre computadores.

Um hipertexto é um texto em formato digital, e pode levar a outros, fazendo o uso de elementos especiais (palavras, frases, ícones, gráficos) ou ainda um Mapa Sensitivo o qual leva a outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, imagens ou sons.

Assim, um link ou hiperlink, quando acionado com o mouse, remete o usuário à outra parte do documento ou outro documento.

Home Page

Sendo assim, home page designa a página inicial, principal do site ou web page.

É muito comum os usuários confundirem um Blog ou Perfil no Orkut com uma Home Page, porém são coisas distintas, aonde um Blog é um diário e um Perfil no Orkut é um Profile, ou seja um hipertexto que possui informações de um usuário dentro de uma comunidade virtual.

HTML, Hyper Text Markut language ou Linguagem de Marcação de Hipertexto

É a linguagem com a qual se cria as páginas para a web.

Suas principais características são:

• Portabilidade (Os documentos escritos em HTML devem ter aparência semelhante nas diversas plataformas de trabalho);

• Flexibilidade (O usuário deve ter a liberdade de "customizar" diversos elementos do documento, como o tamanho padrão da letra, as cores, etc);

• Tamanho Reduzido (Os documentos devem ter um tamanho reduzido, a fim de economizar tempo na transmissão através da Internet, evitando longos períodos de espera e congestionamento na rede).

Browser ou Navegador

É o programa específico para visualizar as páginas da web.

O Browser lê e interpreta os documentos escritos em HTML, apresentando as páginas formatadas para os usuários.

ARQUITETURAS DE REDES

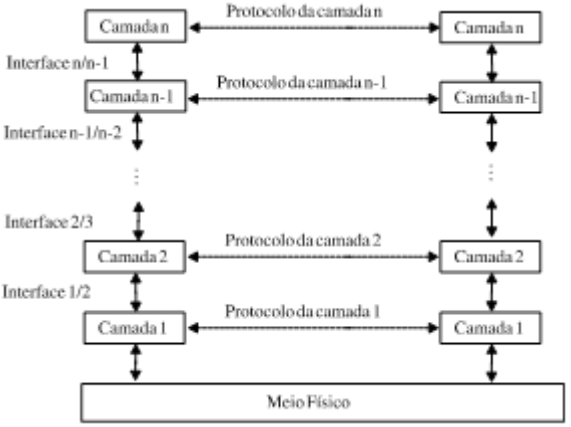
As modernas redes de computadores são projetadas de forma altamente estruturada. Nas seções seguintes examinaremos com algum detalhe a técnica de estruturação.

HIERARQUIAS DE PROTOCOLOS

Para reduzir a complexidade de projeto, a maioria das redes é organizada em camadas ou níveis, cada uma construída sobre sua predecessora. O número de camadas, o nome, o conteúdo e a função de cada camada diferem de uma rede para outra. No entanto, em todas as redes, o propósito de cada camada é oferecer certos serviços às camadas superiores, protegendo essas camadas dos detalhes de como os serviços oferecidos são de fato implementados.

A camada n em uma máquina estabelece uma conversão com a camada n em outra máquina. As regras e convenções utilizadas nesta conversação são chamadas coletivamente de protocolo da camada n, conforme ilustrado na Figura abaixo para uma rede com sete camadas. As entidades que compõem as camadas correspondentes em máquinas diferentes são chamadas de processos parceiros. Em outras palavras, são os processos parceiros que se comunicam utilizando o protocolo.

Na verdade, nenhum dado é transferido diretamente da camada n em uma máquina para a camada n em outra máquina. Em vez disso, cada camada passa dados e informações de controle para a camada imediatamente abaixo, até que o nível mais baixo seja alcançado. Abaixo do nível 1 está o meio físico de comunicação, através do qual a comunicação ocorre. Na Figura abaixo, a comunicação virtual é mostrada através de linhas pontilhadas e a comunicação física através de linhas sólidas.



Entre cada par de camadas adjacentes há uma interface. A interface define quais operações primitivas e serviços a camada inferior oferece à camada superior. Quando os projetistas decidem quantas camadas incluir em uma rede e o que cada camada deve

fazer, uma das considerações mais importantes é definir interfaces limpas entre as camadas. Isso requer, por sua vez, que cada camada desempenhe um conjunto específico de funções bem compreendidas. Além de minimizar a quantidade de informações que deve ser passada de camada em camada, interfaces bem definidas também tornam fácil a troca da implementação de uma camada por outra implementação completamente diferente (por exemplo, trocar todas as linhas telefônicas por canais de satélite), pois tudo o que é exigido da nova implementação é que ela ofereça à camada superior exatamente os mesmos serviços que a implementação antiga oferecia.

O conjunto de camadas e protocolos é chamado de arquitetura de rede. A especificação de arquitetura deve conter informações suficientes para que um implementador possa escrever o programa ou construir o hardware de cada camada de tal forma que obedeça corretamente ao protocolo apropriado. Nem os detalhes de implementação nem a especificação das interfaces são parte da arquitetura, pois esses detalhes estão escondidos dentro da máquina e não são visíveis externamente. Não é nem mesmo necessário que as interfaces em todas as máquinas em uma rede sejam as mesmas, desde que cada máquina possa usar corretamente todos os protocolos.

O endereço IP

Quando você quer enviar uma carta a alguém, você... Ok, você não envia mais cartas; prefere e-mail ou deixar um recado no Facebook. Vamos então melhorar este exemplo: quando você quer enviar um presente a alguém, você obtém o endereço da pessoa e contrata os Correios ou uma transportadora para entregar. É graças ao endereço que é possível encontrar exatamente a pessoa a ser presenteada. Também é graças ao seu endereço - único para cada residência ou estabelecimento - que você recebe suas contas de água, aquele produto que você comprou em uma loja on-line, enfim.

Na internet, o princípio é o mesmo. Para que o seu computador seja encontrado e possa fazer parte da rede mundial de computadores, necessita ter um endereço único. O mesmo vale para websites: este fica em um servidor, que por sua vez precisa ter um endereço para ser localizado na internet. Isto é feito pelo endereço IP (IP Address), recurso que também é utilizado para redes locais, como a existente na empresa que você trabalha, por exemplo.

O endereço IP é uma sequência de números composta de 32 bits. Esse valor consiste em um conjunto de quatro sequências de 8 bits. Cada uma destas é separada por um ponto e recebe o nome de octeto ou simplesmente byte, já que um byte é formado por 8 bits. O número 172.31.110.10 é um exemplo. Repare que cada octeto é formado por números que podem ir de 0 a 255, não mais do que isso.



A divisão de um IP em quatro partes facilita a organização da rede, da mesma forma que a divisão do seu endereço em cidade, bairro, CEP, número, etc, torna possível a organização das casas da região onde você mora. Neste sentido, os dois primeiros octetos de um endereço IP podem ser utilizados para identificar a rede, por exemplo. Em uma escola que tem, por exemplo, uma rede para alunos e outra para professores, pode-se ter 172.31.x.x para uma rede e 172.32.x.x para a outra, sendo que os dois últimos octetos são usados na identificação de computadores.

Classes de endereços IP

Neste ponto, você já sabe que os endereços IP podem ser utilizados tanto para identificar o seu computador dentro de uma rede, quanto para identificá-lo na internet.

Se na rede da empresa onde você trabalha o seu computador tem, como exemplo, IP 172.31.100.10, uma máquina em outra rede pode ter este mesmo número, afinal, ambas as redes são distintas e não se comunicam, sequer sabem da existência da outra. Mas, como a internet é uma rede global, cada dispositivo conectado nela precisa ter um endereço único. O mesmo vale para uma rede local: nesta, cada dispositivo conectado deve receber um endereço único. Se duas ou mais máquinas tiverem o mesmo IP, tem-se então um problema chamado "conflito de IP", que dificulta a comunicação destes dispositivos e pode inclusive atrapalhar toda a rede.

Para que seja possível termos tanto IPs para uso em redes locais quanto para utilização na internet, contamos com um esquema de distribuição estabelecido pelas entidades IANA (Internet Assigned Numbers Authority) e ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) que, basicamente, divide os endereços em três classes principais e mais duas complementares. São elas:

Classe A: 0.0.0.0 até 127.255.255.255 - permite até 128 redes, cada uma com até 16.777.214 dispositivos conectados;

Classe B: 128.0.0.0 até 191.255.255.255 - permite até 16.384 redes, cada uma com até 65.536 dispositivos;

Classe C: 192.0.0.0 até 223.255.255.255 - permite até 2.097.152 redes, cada uma com até 254 dispositivos;

Classe D: 224.0.0.0 até 239.255.255.255 - multicast;

Classe E: 240.0.0.0 até 255.255.255.255 - multicast reservado.

As três primeiras classes são assim divididas para atender às seguintes necessidades:

- Os endereços IP da classe A são usados em locais onde são necessárias poucas redes, mas uma grande quantidade de máquinas nelas. Para isso, o primeiro byte é utilizado como identificador da rede e os demais servem como identificador dos dispositivos conectados (PCs, impressoras, etc);

- Os endereços IP da classe B são usados nos casos onde a quantidade de redes é equivalente ou semelhante à quantidade de dispositivos. Para isso, usam-se os dois primeiros bytes do endereço IP para identificar a rede e os restantes para identificar os dispositivos;

- Os endereços IP da classe C são usados em locais que requerem grande quantidade de redes, mas com poucos dispositivos em cada uma. Assim, os três primeiros bytes são usados para identificar a rede e o último é utilizado para identificar as máquinas.

Quanto às classes D e E, elas existem por motivos especiais: a primeira é usada para a propagação de pacotes especiais para a comunicação entre os computadores, enquanto que a segunda está reservada para aplicações futuras ou experimentais.

Vale frisar que há vários blocos de endereços reservados para fins especiais. Por exemplo, quando o endereço começa com 127, geralmente indica uma rede “falsa”, isto é, inexistente, utilizada para testes. No caso do endereço 127.0.0.1, este sempre se refere à própria máquina, ou seja, ao próprio host, razão esta que o leva a ser chamado de localhost. Já o endereço 255.255.255.255 é utilizado para propagar mensagens para todos os hosts de uma rede de maneira simultânea.

Endereços IP privados

Há conjuntos de endereços das classes A, B e C que são privados. Isto significa que eles não podem ser utilizados na internet, sendo reservados para aplicações locais. São, essencialmente, estes:

-Classe A: 10.0.0.0 à 10.255.255.255;

-Classe B: 172.16.0.0 à 172.31.255.255;

-Classe C: 192.168.0.0 à 192.168.255.255.

Suponha então que você tenha que gerenciar uma rede com cerca de 50 computadores. Você pode alocar para estas máquinas endereços de 192.168.0.1 até 192.168.0.50, por exemplo. Todas elas precisam de acesso à internet. O que fazer? Adicionar mais um IP para cada uma delas? Não. Na verdade, basta conectá-las a um servidor ou equipamento de rede - como um roteador - que receba a conexão à internet e a compartilhe com todos os dispositivos conectados a ele. Com isso, somente este equipamento precisará de um endereço IP para acesso à rede mundial de computadores.

Máscara de sub-rede

As classes IP ajudam na organização deste tipo de endereçamento, mas podem também representar desperdício. Uma solução bastante interessante para isso atende pelo nome de máscara de sub-rede, recurso onde parte dos números que um octeto destinado a identificar dispositivos conectados (hosts) é “trocado” para aumentar a capacidade da rede. Para compreender melhor, vamos enxergar as classes A, B e C da seguinte forma:

- A: N.H.H.H;
- B: N.N.H.H;
- C: N.N.N.H.

N significa Network (rede) e H indica Host. Com o uso de máscaras, podemos fazer uma rede do N.N.H.H se “transformar” em N.N.N.H. Em outras palavras, as máscaras de sub-rede permitem determinar quantos octetos e bits são destinados para a identificação da rede e quantos são utilizados para identificar os dispositivos.

Para isso, utiliza-se, basicamente, o seguinte esquema: se um octeto é usado para identificação da rede, este receberá a máscara de sub-rede 255. Mas, se um octeto é aplicado para os dispositivos, seu valor na máscara de sub-rede será 0 (zero). A tabela a seguir mostra um exemplo desta relação:

Classe	Endereço IP	Identificador da rede	Identificador do computador	Máscara de sub-rede
A	10.2.68.12	10	2.68.12	255.0.0.0
B	172.31.101.25	172.31	101.25	255.255.0.0
C	192.168.0.10	192.168.0	10	255.255.255.0

Você percebe então que podemos ter redes com máscara 255.0.0.0, 255.255.0.0 e 255.255.255.0, cada uma indicando uma classe. Mas, como já informado, ainda pode haver situações onde há desperdício. Por exemplo, suponha que uma faculdade tenha que criar uma rede para cada um de seus cinco cursos. Cada curso possui 20 computadores. A solução seria então criar cinco redes classe C? Pode ser melhor do que utilizar classes B, mas ainda haverá desperdício. Uma forma de contornar este problema é criar uma rede classe C dividida em cinco sub-redes. Para isso, as máscaras novamente entram em ação.

Nós utilizamos números de 0 a 255 nos octetos, mas estes, na verdade, representam bytes (linguagem binária). 255 em binário é 11111111. O número zero, por sua vez, é 00000000. Assim, a máscara de um endereço classe C, 255.255.255.0, é:

11111111.11111111.11111111.00000000

Perceba então que, aqui, temos uma máscara formada por 24 bits 1: 11111111 + 11111111 + 11111111. Para criarmos as nossas sub-redes, temos que ter um esquema com 25, 26 ou mais bits, conforme a necessidade e as possibilidades. Em outras palavras, precisamos trocar alguns zeros do último octeto por 1.

Suponha que trocamos os três primeiros bits do último octeto (sempre trocamos da esquerda para a direita), resultando em:

11111111.11111111.11111111.11100000

Se fizermos o número 2 elevado pela quantidade de bits “trocados”, teremos a quantidade possível de sub-redes. Em nosso caso, temos 2^3 = 8. Temos então a possibilidade de criar até oito sub-redes. Sobrou cinco bits para o endereçamento dos host. Fazemos a mesma conta: 2^5 = 32. Assim, temos 32 dispositivos em cada sub-rede (estamos fazendo estes cálculos sem considerar limitações que possam impedir o uso de todos os hosts e sub-redes).

11100000 corresponde a 224, logo, a máscara resultante é 255.255.255.224.

Perceba que esse esquema de “trocar” bits pode ser empregado também em endereços classes A e B, conforme a necessidade. Vale ressaltar também que não é possível utilizar 0.0.0.0 ou 255.255.255.255 como máscara.

IP estático e IP dinâmico

IP estático (ou fixo) é um endereço IP dado permanentemente a um dispositivo, ou seja, seu número não muda, exceto se tal ação for executada manualmente. Como exemplo, há casos de assinaturas de acesso à internet via ADSL onde o provedor atribui um IP estático aos seus assinantes. Assim, sempre que um cliente se conectar, usará o mesmo IP.

O IP dinâmico, por sua vez, é um endereço que é dado a um computador quando este se conecta à rede, mas que muda toda vez que há conexão. Por exemplo, suponha que você conectou seu computador à internet hoje. Quando você conectá-lo amanhã, lhe será dado outro IP. Para entender melhor, imagine a seguinte situação: uma empresa tem 80 computadores ligados em rede. Usando IPs dinâmicos, a empresa disponibiliza 90 endereços IP para tais máquinas. Como nenhum IP é fixo, um computador receberá, quando se conectar, um endereço IP destes 90 que não estiver sendo utilizado. É mais ou menos assim que os provedores de internet trabalham.

O método mais utilizado na distribuição de IPs dinâmicos é o protocolo DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol).

IP nos sites

Você já sabe que os sites na Web também necessitam de um IP. Mas, se você digitar em seu navegador www.infowester.com, por exemplo, como é que o seu computador sabe qual o IP deste site ao ponto de conseguir encontrá-lo?

Quando você digitar um endereço qualquer de um site, um servidor de DNS (Domain Name System) é consultado. Ele é quem informa qual IP está associado a cada site. O sistema DNS possui uma hierarquia interessante, semelhante a uma árvore (termo conhecido por programadores). Se, por exemplo, o site www.infowester.com é requisitado, o sistema envia a solicitação a um servidor responsável por terminações “.com”. Esse servidor localizará qual o IP do endereço e responderá à solicitação. Se o site solicitado termina com “.br”, um servidor responsável por esta terminação é consultado e assim por diante.

IPv6

O mundo está cada vez mais conectado. Se, em um passado não muito distante, você conectava apenas o PC da sua casa à internet, hoje o faz com o celular, com o seu notebook em um serviço de acesso Wi-Fi no aeroporto e assim por diante. Somando este aspecto ao fato de cada vez mais pessoas acessarem a internet no mundo inteiro, nos deparamos com um grande problema: o número de IPs disponíveis deixa de ser suficiente para toda as (futuras) aplicações.

A solução para este grande problema (grande mesmo, afinal, a internet não pode parar de crescer!) atende pelo nome de IPv6, uma nova especificação capaz de suportar até - respire fundo - 340.282.366.920.938.463.463.374.607.431.768.211.456 de endereços, um número absurdamente alto!



O IPv6 não consiste, necessariamente, apenas no aumento da quantidade de octetos. Um endereço do tipo pode ser, por exemplo:
FEDC:2D9D:DC28:7654:3210:FC57:D4C8:1FFF
Finalizando

Com o surgimento do IPv6, tem-se a impressão de que a especificação tratada neste texto, o IPv4, vai sumir do mapa. Isso até deve acontecer, mas vai demorar bastante. Durante essa fase, que podemos considerar de transição, o que veremos é a "convivência" entre ambos os padrões. Não por menos, praticamente todos os sistemas operacionais atuais e a maioria dos dispositivos de rede estão aptos a lidar tanto com um quanto com o outro. Por isso, se você é ou pretende ser um profissional que trabalha com redes ou simplesmente quer conhecer mais o assunto, procure se aprofundar nas duas especificações.

A esta altura, você também deve estar querendo descobrir qual o seu IP. Cada sistema operacional tem uma forma de mostrar isso. Se você é usuário de Windows, por exemplo, pode fazê-lo digitando cmd em um campo do Menu Iniciar e, na janela que surgir, informar ipconfig /all e apertar Enter. Em ambientes Linux, o comando é ifconfig.



Perceba, no entanto, que se você estiver conectado a partir de uma rede local - tal como uma rede wireless - visualizará o IP que esta disponibiliza à sua conexão. Para saber o endereço IP do acesso à internet em uso pela rede, você pode visitar sites como whatsmyip.org.

Provedor

O provedor é uma empresa prestadora de serviços que oferece acesso à Internet. Para acessar a Internet, é necessário conectar-se com um computador que já esteja na Internet (no caso, o provedor) e esse computador deve permitir que seus usuários também tenham acesso a Internet.

No Brasil, a maioria dos provedores está conectada à Embratel, que por sua vez, está conectada com outros computadores fora do Brasil. Esta conexão chama-se link, que é a conexão física que interliga o provedor de acesso com a Embratel. Neste caso, a Embratel é conhecida como backbone, ou seja, é a "espinha dorsal" da Internet no Brasil. Pode-se imaginar o backbone como se fosse uma avenida de três pistas e os links como se fossem as ruas que estão interligadas nesta avenida.

Tanto o link como o backbone possui uma velocidade de transmissão, ou seja, com qual velocidade ele transmite os dados. Esta velocidade é dada em bps (bits por segundo). Deve ser feito um contrato com o provedor de acesso, que fornecerá um nome de usuário, uma senha de acesso e um endereço eletrônico na Internet.

URL - Uniform Resource Locator

Tudo na Internet tem um endereço, ou seja, uma identificação de onde está localizado o computador e quais recursos este computador oferece. Por exemplo, a URL:

http://www.novaconcursos.com.br

Será mais bem explicado adiante.

Como descobrir um endereço na Internet?

Para que possamos entender melhor, vamos exemplificar.

Você estuda em uma universidade e precisa fazer algumas pesquisas para um trabalho. Onde procurar as informações que preciso?

Para isso, existem na Internet os "famosos" sites de procura, que são sites que possuem um enorme banco de dados (que contém o cadastro de milhares de Home Pages), que permitem a procura por um determinado assunto. Caso a palavra ou o assunto que foi procurado exista em alguma dessas páginas, será listado toda esta relação de páginas encontradas.

A pesquisa pode ser realizada com uma palavra, referente ao assunto desejado. Por exemplo, você quer pesquisar sobre amortecedores, caso não encontre nada como amortecedores, procure como autopeças, e assim sucessivamente.

Barra de endereços



A Barra de Endereços possibilita que se possa navegar em páginas da internet, bastando para isto digitar o endereço da página.
Alguns sites interessantes:
• www.diariopopular.com.br (Jornal Diário Popular)
• www.ufpel.tche.br (Ufpel)
• www.cefetrs.tche.br (Cefet)
• www.servidor.gov.br (Informações sobre servidor público)
• www.siapenet.gog.br (contracheque)
• www.pelotas.com.br (Site Oficial de Pelotas)
• www.mec.gov.br (Ministério da Educação)

Identificação de endereços de um site

Exemplo: http://www.pelotas.com.br
http:// -> (Hiper Text Tranfer Protocol) protocolo de comunicação
WWW -> (World Wide Web) Grande rede mundial
pelotas -> empresa ou organização que mantém o site
.com -> tipo de organização
.....br -> identifica o país

Tipos de Organizações:

.edu -> instituições educacionais. Exemplo: michigam.edu
.com -> instituções comerciais. Exemplo: microsoft.com
.gov -> governamental. Exemplo: fazenda.gov
.mil -> instalação militar. Exemplo: af.mil
.net -> computadores com funções de administrar redes. Exemplo: embratel.net
.org -> organizações não governamentais. Exemplo: care.org

Home Page

Pela definição técnica temos que uma Home Page é um arquivo ASCII (no formato HTML) acessado de computadores rodando um Navegador (Browser), que permite o acesso às informações em um ambiente gráfico e multimídia. Todo em hipertexto, facilitando a busca de informações dentro das Home Pages.
O endereço de Home Pages tem o seguinte formato:
http://www.endereço.com/página.html
Por exemplo, a página principal da Pronag:
http://www.pronag.com.br/index.html

PLUG-INS

Os plug-ins são programas que expandem a capacidade do Browser em recursos específicos - permitindo, por exemplo, que você toque arquivos de som ou veja filmes em vídeo dentro de uma Home Page. As empresas de software vêm desenvolvendo plug-ins a uma velocidade impressionante. Maiores informações e endereços sobre plug-ins são encontradas na página:
http://www.yahoo.com/Computers_and_Internet/Software/Internet/World_Wide_Web/Browsers/Plug_Ins/Indices/
Atualmente existem vários tipos de plug-ins. Abaixo temos uma relação de alguns deles:
- 3D e Animação (Arquivos VRML, MPEG, QuickTime, etc.).
- Áudio/Vídeo (Arquivos WAV, MID, AVI, etc.).
- Visualizadores de Imagens (Arquivos JPG, GIF, BMP, PCX, etc.).
- Negócios e Utilitários
- Apresentações

FTP - Transferência de Arquivos

Permite copiar arquivos de um computador da Internet para o seu computador.

Os programas disponíveis na Internet podem ser:

- Freeware: Programa livre que pode ser distribuído e utilizado livremente, não requer nenhuma taxa para sua utilização, e não é considerado "pirataria" a cópia deste programa.
- Shareware: Programa demonstração que pode ser utilizado por um determinado prazo ou que contém alguns limites, para ser utilizado apenas como um teste do programa. Se o usuário gostar ele compra, caso contrário, não usa mais o programa. Na maioria das vezes, esses programas exibem, de tempos em tempos, uma mensagem avisando que ele deve ser registrado. Outros tipos de shareware têm tempo de uso limitado. Depois de expirado este tempo de teste, é necessário que seja feito a compra deste programa.

Navegar nas páginas

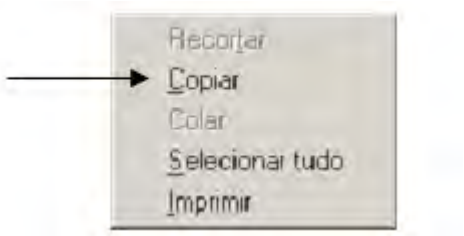
Consiste percorrer as páginas na internet a partir de um documento normal e de links das próprias páginas.

Como salvar documentos, arquivos e sites

Clique no menu Arquivo e na opção Salvar como.

Como copiar e colar para um editor de textos

Selecionar o conteúdo ou figura da página. Clicar com o botão direito do mouse e escolha a opção Copiar.



Abra o editor de texto clique em colar 

Navegadores

O navegador de WWW é a ferramenta mais importante para o usuário de Internet. É com ele que se podem visitar museus, ler revistas eletrônicas, fazer compras e até participar de novelas interativas. As informações na Web são organizadas na forma de páginas de hipertexto, cada um com seu endereço próprio, conhecido como URL. Para começar a navegar, é preciso digitar um desses endereços no campo chamado Endereço no navegador. O software estabelece a conexão e traz, para a tela, a página correspondente.

O navegador não precisa de nenhuma configuração especial para exibir uma página da Web, mas é necessário ajustar alguns parâmetros para que ele seja capaz de enviar e receber algumas mensagens de correio eletrônico e acessar grupos de discussão (news).

O World Wide Web foi inicialmente desenvolvido no Centro de Pesquisas da CERN (Conseil Europeen pour la Recherche Nucleaire), Suíça. Originalmente, o WWW era um meio para físicos da CERN trocar experiências sobre suas pesquisas através da exibição de páginas de texto. Ficou claro, desde o início, o imenso potencial que o WWW possuía para diversos tipos de aplicações, inclusive não científicas.

O WWW não dispunha de gráficos em seus primórdios, apenas de hipertexto. Entretanto, em 1993, o projeto WWW ganhou força extra com a inserção de um visualizador (também conhecido como browser) de páginas capaz não apenas de formatar texto, mas também de exibir gráficos, som e vídeo. Este browser chamava-se Mosaic e foi desenvolvido dentro da NCSA, por um time chefiado por Mark Andreesen. O sucesso do Mosaic foi espetacular.

Depois disto, várias outras companhias passaram a produzir browsers que deveriam fazer concorrência ao Mosaic. Mark Andreesen partiu para a criação da Netscape Communications, criadora do browser Netscape.

Surgiram ainda o Cello, o AIR Mosaic, o SPRY Mosaic, o Microsoft Internet Explorer, o Mozilla Firefox e muitos outros browsers.

Busca e pesquisa na web

Os sites de busca servem para procurar por um determinado assunto ou informação na internet.

Alguns sites interessantes:

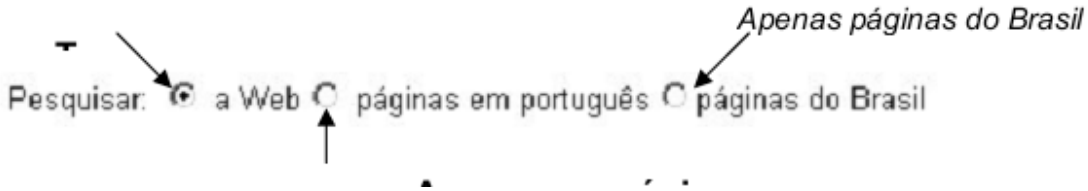
- www.google.com.br
- http://br.altavista.com
- http://cade.search.yahoo.com
- http://br.bing.com/

Como fazer a pesquisa

Digite na barra de endereço o endereço do site de pesquisa. Por exemplo:

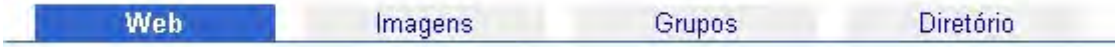


Em pesquisar pode-se escolher onde será feita a pesquisa.



Os sites de pesquisa em geral não fazem distinção na pesquisa com letras maiúsculas e minúsculas e nem palavras com ou sem acento.

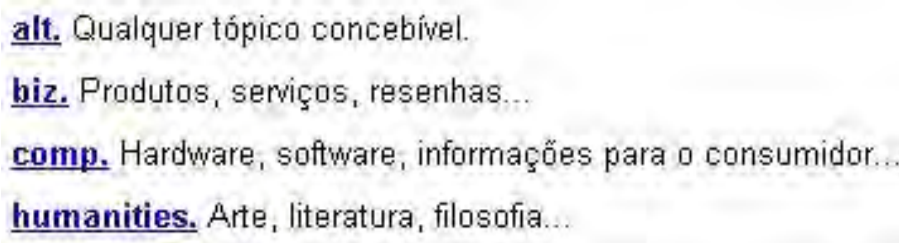
Opções de pesquisa



Web: pesquisa em todos os sites
Imagens: pesquisa por imagens anexadas nas páginas. Exemplo do resultado se uma pesquisa.



Grupos: pesquisa nos grupos de discussão da Usenet. Exemplo:



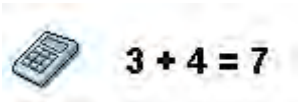
Diretórios: pesquisa o conteúdo da internet organizados por assunto em categorias. Exemplo:



Como escolher palavra-chave

- Busca com uma palavra: retorna páginas que incluam a palavra digitada.
- "Busca entre aspas": a pesquisa só retorna páginas que incluam todos os seus termos de busca, ou seja, toda a sequência de termos que foram digitadas.
- Busca com sinal de mais (+): a pesquisa retorna páginas que incluam todas
- as palavras aleatoriamente na página.
- Busca com sinal de menos (-): as palavras que ficam antes do sinal de
- menos são excluídas da pesquisa.
- Resultado de um cálculo: pode ser efetuado um cálculo em um site de pesquisa.

Por exemplo: 3+4
Irá retornar:



O resultado da pesquisa

O resultado da pesquisa é visualizado da seguinte forma:



Questões Comentadas

1- Com relação ao sistema operacional Windows, assinale a opção correta.

(A) A desinstalação de um aplicativo no Windows deve ser feita a partir de opção equivalente do Painel de Controle, de modo a garantir a correta remoção dos arquivos relacionados ao aplicativo, sem prejuízo ao sistema operacional.

(B) O acionamento simultâneo das teclas CTRL, ALT e DELETE constitui ferramenta poderosa de acesso direto aos diretórios de programas instalados na máquina em uso.

(C) O Windows oferece acesso facilitado a usuários de um computador, pois bastam o nome do usuário e a senha da máquina para se ter acesso às contas dos demais usuários possivelmente cadastrados nessa máquina.

(D) O Windows oferece um conjunto de acessórios disponíveis por meio da instalação do pacote Office, entre eles, calculadora, bloco de notas, WordPad e Paint.

(E) O comando Fazer Logoff, disponível a partir do botão Iniciar do Windows, oferece a opção de se encerrar o Windows, dar saída no usuário correntemente em uso na máquina e, em seguida, desligar o computador.

Comentários: Para desinstalar um programa de forma segura deve-se acessar Painel de Controle / Adicionar ou remover programas
Resposta – Letra A

2- Nos sistemas operacionais como o Windows, as informações estão contidas em arquivos de vários formatos, que são armazenados no disco fixo ou em outros tipos de mídias removíveis do computador, organizados em:
(A) telas.
(B) pastas.
(C) janelas.
(D) imagens.
(E) programas.

Comentários: O Windows Explorer, mostra de forma bem clara a organização por meio de PASTAS, que nada mais são do que compartimentos que ajudam a organizar os arquivos em endereços específicos, como se fosse um sistema de armário e gavetas.
Resposta: Letra B

3- Um item selecionado do Windows XP pode ser excluído permanentemente, sem colocá-Lo na Lixeira, pressionando-se simultaneamente as teclas
(A) Ctrl + Delete.
(B) Shift + End.
(C) Shift + Delete.
(D) Ctrl + End.
(E) Ctrl + X.

Comentário: Quando desejamos excluir permanentemente um arquivo ou pasta no Windows sem enviar antes para a lixeira, basta pressionarmos a tecla Shift em conjunto com a tecla Delete. O Windows exibirá uma mensagem do tipo “Você tem certeza que deseja excluir permanentemente este arquivo?” ao invés de “Você tem certeza que deseja enviar este arquivo para a lixeira?”.
Resposta: C

4- Qual a técnica que permite reduzir o tamanho de arquivos, sem que haja perda de informação?
(A) Compactação
(B) Deleção
(C) Criptografia
(D) Minimização
(E) Encolhimento adaptativo

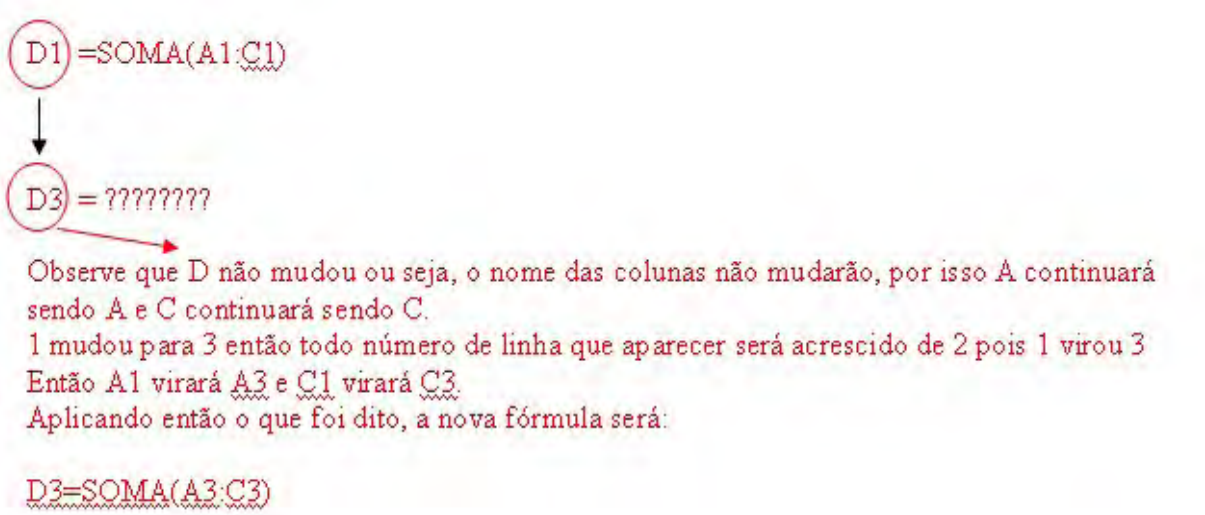
Comentários: A compactação de arquivos é uma técnica amplamente utilizada. Alguns arquivos compactados podem conter extensões ZIP, TAR, GZ, RAR e alguns exemplos de programas compactadores são o WinZip, WinRar, SolusZip, etc.
Resposta: A

5- A figura a seguir foi extraída do MS-Excel:

D1 =SOMA(A1:C1)

	A	B	C	D
1	1	2	4	7
2	8	16	32	
3	64	128	256	

Se o conteúdo da célula D1 for copiado (Ctrl+C) e colado (Ctrl+V) na célula D3, seu valor será:
(A) 7
(B) 56
(C) 448
(D) 511
(E) uma mensagem de erro Comentários: temos que D1=SOMA(A1:C1). Quando copiamos uma célula que contém uma fórmula e colamos em outra célula, a fórmula mudará ajustando-se à nova posição. Veja como saber como ficará a nova fórmula ao ser copiada de D1 para D3:



Agora é só substituir os valores: A fórmula diz para somar todas as células de A3 até C3(dois pontos significam 'até'), sendo assim teremos que somar A3, , B3, C3 obtendo-se o resultado 448.

Resposta: C.

6- "O correio eletrônico é um método que permite compor, enviar e receber mensagens através de sistemas eletrônicos de comunicação". São softwares gerenciadores de email, EXCETO:

A) Mozilla Thunderbird.
B) Yahoo Messenger.
C) Outlook Express.
D) IncrediMail.
E) Microsoft Office Outlook 2003.

Comentários: Podemos citar vários gerenciadores de e-mail (eletronic mail ou correio eletrônico), mas devemos memorizar que os sistemas que trabalham o correio eletrônico podem funcionar por meio de um software instalado em nosso computador local ou por meio de um programa que funciona dentro de um navegador, via acesso por Internet. Este programa da Internet, que não precisa ser instalado, e é chamado de WEBMAIL, enquanto o software local é o gerenciador de e-mail citado pela questão.

Principais Vantagens do Gerenciador de e-mail:

- Pode ler e escrever mensagens mesmo quando está desconectado da Internet;
- Permite armazenar as mensagens localmente (no computador local);
- Permite utilizar várias caixas de e-mail ao mesmo tempo;

Maiores Desvantagens:

- Ocupam espaço em disco;
- Compatibilidade com os servidores de e-mail (nem sempre são compatíveis).

A seguir, uma lista de gerenciadores de e-mail (em negrito os mais conhecidos e utilizados atualmente):

Microsoft Office Outlook
Microsoft Outlook Express;
Mozilla Thunderbird;
IcrediMail
Eudora
Pegasus Mail
Apple Mail (Apple)
Kmail (Linux)
Windows Mail

A questão cita o Yahoo Mail, mas este é um WEBMAIL, ou seja, não é instalado no computador local. Logo, é o gabarito da questão.

Resposta: B.

7- Sobre os conceitos de utilização da Internet e correio eletrônico, analise:

I. A URL digitada na barra de Endereço é usada pelos navegadores da Web (Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome) para localizar recursos e páginas da Internet (Exemplo: http://www.google.com.br).

II. Download significa descarregar ou baixar; é a transferência de dados de um servidor ou computador remoto para um computador local.

III. Upload é a transferência de dados de um computador local para um servidor ou computador remoto.

IV. Anexar um arquivo em mensagem de e-mail significa movê-lo definitivamente da máquina local, para envio a um destinatário, com endereço eletrônico.

Estão corretas apenas as afirmativas:

A) I, II, III, IV

B) I, II

C) I, II, III

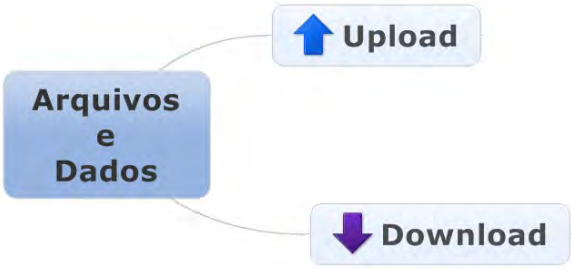
D) I, II, IV

E) I, III, IV

Comentários: O URL é o endereço (único) de um recurso na Internet. A questão parece diferenciar um recurso de página, mas na verdade uma página é um recurso (o mais conhecido, creio) da Web. Item verdadeiro.

É comum confundir os itens II e III, por isso memorize: down = baix

o = baixar para sua máquina, descarregar. II e III são verdadeiros.



No item IV encontramos o item falso da questão, o que nos leva ao gabarito – letra C. Anexar um arquivo em mensagem de e-mail significa copiar e não mover!

Resposta: C.

8- A respeito dos modos de utilização de aplicativos do ambiente MS Office, assinale a opção correta.

(A) Ao se clicar no nome de um documento gravado com a extensão .xls a partir do Meu Computador, o Windows ativa o MS Access para a abertura do documento em tela.

(B) As opções Copiar e Colar, que podem ser obtidas ao se acionar simultaneamente as teclas CTRL + C e CTRL + V,respectivamente, estão disponíveis no menu Editar de todos os aplicativos da suíte MS Office.

(C) A opção Salvar Como, disponível no menu das aplicações do MS Office, permite que o usuário salve o documento correntemente aberto com outro nome. Nesse caso, a versão antiga do documento é apagada e só a nova versão permanece armazenada no computador.

(D) O menu Exibir permite a visualização do documento aberto correntemente, por exemplo, no formato do MS Word para ser aberto no MS PowerPoint.

(E) Uma das vantagens de se utilizar o MS Word é a elaboração de apresentações de slides que utilizem conteúdo e imagens de maneira estruturada e organizada.

Comentários: O menu editar geralmente contém os comandos universais dos programas da Microsoft como é o caso dos atalhos CTRL + C, CTRL + V, CTRL + X, além do localizar.

Em relação às outras letras:

Letra A – Incorreto – A extensão .xls abre o aplicativo Excel e não o Access

Letra C – Incorreto – A opção salvar como, cria uma cópia do arquivo corrente e não apaga a sua versão antiga.

Letra D – Incorreto – O menu exibir mostra formas de exibição do documento dentro do contexto de cada programa e não de um programa para o outro como é o caso da afirmativa.

Letra E – Incorreto – O Ms Word não faz apresentação de slides e sim o Ms Power Point.

Resposta: B

9- Com relação a conceitos de Internet e intranet, assinale a opção correta.

(A) Domínio é o nome dado a um servidor que controla a entrada e a saída de conteúdo em uma rede, como ocorre na Internet.

(B) A intranet só pode ser acessada por usuários da Internet que possuam uma conexão http, ao digitarem na barra de endereços do navegador: http://intranet.com.

(C) Um modem ADSL não pode ser utilizado em uma rede local, pois sua função é conectar um computador à rede de telefonia fixa.

(D) O modelo cliente/servidor, em que uma máquina denominada cliente requisita serviços a outra, denominada servidor, ainda é o atual paradigma de acesso à Internet.

(E) Um servidor de páginas web é a máquina que armazena os nomes dos usuários que possuem permissão de acesso a uma quantidade restrita de páginas da Internet.

Comentários: O modelo cliente/servidor é questionado em termos de internet pois não é tão robusto quanto redes P2P pois, enquanto no primeiro modelo uma queda do servidor central impede o acesso aos usuários clientes, no segundo mesmo que um servidor "caia" outros servidores ainda darão acesso ao mesmo conteúdo permitindo que o download continue. Ex: programas torrent, Emule, Limeware, etc.

Em relação às outras letras:

letra A – Incorreto – Domínio é um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na Internet e corresponde ao endereço que digitamos no navegador.

letra B – Incorreto – A intranet é acessada da mesma forma que a internet, contudo, o ambiente de acesso a rede é restrito a uma rede local e não a internet como um todo.

letra C – Incorreto – O modem ADSL conecta o computador a internet, como o acesso a intranet se faz da mesma forma só que de maneira local, o acesso via ADSL pode sim acessar redes locais.

letra E – Incorreto – Um servidor é um sistema de computação que fornece serviços a uma rede de computadores. E não necessariamente armazena nomes de usuários e/ou restringe acessos.

Resposta: D

10- Com relação à Internet, assinale a opção correta.

(A) A URL é o endereço físico de uma máquina na Internet, pois, por esse endereço, determina-se a cidade onde está localizada tal máquina.

(B) O SMTP é um serviço que permite a vários usuários se conectarem a uma mesma máquina simultaneamente, como no caso de salas de bate-papo.

(C) O servidor Pop é o responsável pelo envio e recebimento de arquivos na Internet.

(D) Quando se digita o endereço de uma página web, o termo http significa o protocolo de acesso a páginas em formato HTML, por exemplo.

(E) O protocolo FTP é utilizado quando um usuário de correio eletrônico envia uma mensagem com anexo para outro destinatário de correio eletrônico.

Comentários: Os itens apresentados nessa questão estão relacionados a protocolos de acesso. Segue abaixo os protocolos mais comuns:

- HTTP (Hypertext Transfer Protocol) – Protocole de carregamento de páginas de Hipertexto – HTML - IP (Internet Protocol) – Identificação lógica de uma máquina na rede- POP (Post Office Protocol) – Protocolo de recebimento de emails direto no PC via gerenciador de emails - SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) – Protocolo padrão de envio de emails - IMAP(Internet Message Access Protocol) – Semelhante ao POP, no entanto, possui mais recursos e dá ao usuário a possibilidade de armazenamento e acesso a suas mensagens de email direto no servidor. - FTP(File Transfer Protocol) – Protocolo para transferência de arquivos

Resposta: D

11- Quanto ao Windows Explorer, assinale a opção correta.

(A) O Windows Explorer é utilizado para gerenciar pastas e arquivos e por seu intermédio não é possível acessar o Painel de Controle, o qual só pode ser acessado pelo botão Iniciar do Windows.

(B) Para se obter a listagem completa dos arquivos salvos em um diretório, exibindo-se tamanho, tipo e data de modificação, deve-se selecionar Detalhes nas opções de Modos de Exibição.

(C) No Windows Explorer, o item Meus Locais de Rede oferece um histórico de páginas visitadas na Internet para acesso direto a elas.

(D) Quando um arquivo estiver aberto no Windows e a opção Renomear for acionada no Windows Explorer com o botão direito do mouse,será salva uma nova versão do arquivo e a anterior continuará aberta com o nome antigo.

(E) Para se encontrar arquivos armazenados na estrutura de diretórios do Windows, deve-se utilizar o sítio de busca Google, pois é ele que dá acesso a todos os diretórios de máquinas ligadas à Internet.

Comentários: Na opção Modos de Exibição, os arquivos são mostrados de várias formas como Listas, Miniaturas e Detalhes.

Resposta: B

Atenção: Para responder às questões de números 12 e 13, considere integralmente o texto abaixo:

Todos os textos produzidos no editor de textos padrão deverão ser publicados em rede interna de uso exclusivo do órgão, com tecnologia semelhante à usada na rede mundial de computadores.

Antes da impressão e/ou da publicação os textos deverão ser verificados para que não contenham erros. Alguns artigos digitados deverão conter a imagem dos resultados obtidos em planilhas eletrônicas, ou seja, linhas, colunas, valores e totais.

Todo trabalho produzido deverá ser salvo e cuidados devem ser tomados para a recuperação em caso de perda e também para evitar o acesso por pessoas não autorizadas às informações guardadas.

Os funcionários serão estimulados a realizar pesquisas na internet visando o atendimento do nível de qualidade da informação prestada à sociedade, pelo órgão.

O ambiente operacional de computação disponível para realizar estas operações envolve o uso do MS-Windows, do MS-Office, das ferramentas Internet Explorer e de correio eletrônico, em português e em suas versões padrões mais utilizadas atualmente.

Observação: Entenda-se por mídia removível disquetes, CD's e DVD's graváveis, Pen Drives (mídia removível acoplada em portas do tipo USB) e outras funcionalmente semelhantes.

12- As células que contêm cálculos feitos na planilha eletrônica,

(A) quando "coladas" no editor de textos, apresentarão resultados diferentes do original.

(B) não podem ser "coladas" no editor de textos.

(C) somente podem ser copiadas para o editor de textos dentro de um limite máximo de dez linhas e cinco colunas.

(D) só podem ser copiadas para o editor de texto uma a uma.

(E) quando integralmente selecionadas, copiadas e "coladas" no editor de textos, serão exibidas na forma de tabela.

Comentários: Sempre que se copia células de uma planilha eletrônica e cola-se no Word, estas se apresentam como uma tabela simples, onde as fórmulas são esquecidas e só os números são colados.

Resposta: E

13- O envio do arquivo que contém o texto, por meio do correio eletrônico, deve considerar as operações de

(A) anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo "Cco".

(B) de desanexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo "Para".

(C) de anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo "Cc".

(D) de desanexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo "Cco".

(E) de anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo "Para".

Comentários: Claro que, para se enviar arquivos pelo correio eletrônico deve-se recorrer ao uso de anexação, ou seja, anexar o arquivo à mensagem. Quando colocamos os endereços dos destinatários no campo Cco, ou seja, no campo "com cópia oculta", um destinatário não ficará sabendo quem mais recebeu aquela mensagem, o que atende a segurança solicitada no enunciado.

Resposta: A

14. (Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário Novo - CESGRANRIO/2012) Usado para o manuseio de arquivos em lotes, também denominados scripts, o shell de comando é um programa que fornece comunicação entre o usuário e o sistema operacional de forma direta e independente. Nos sistemas operacionais Windows XP, esse programa pode ser acessado por meio de um comando da pasta Acessórios denominado

(A) Prompt de Comando
(B) Comandos de Sistema
(C) Agendador de Tarefas
(D) Acesso Independente
(E) Acesso Direto
Resposta: "A"
Comentários
Prompt de Comando é um recurso do Windows que oferece um ponto de entrada para a digitação de comandos do MSDOS (Microsoft Disk Operating System) e outros comandos do computador. O mais importante é o fato de que, ao digitar comandos, você pode executar tarefas no computador sem usar a interface gráfica do Windows. O Prompt de Comando é normalmente usado apenas por usuários avançados.

15. (Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário Novo - CESGRANRIO/2012) Seja o texto a seguir digitado no aplicativo Word. Aplicativos para edição de textos. Aplicando-se a esse texto o efeito de fonte Tachado, o resultado obtido será

(A) Aplicativos para edição de textos.
(B) ***Aplicativos para edição de textos.***
(C) ~~Aplicativos para edição de textos.~~
(D) ~~APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS.~~
(E) ~~APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS.~~

Resposta: "C"
Comentários:
Temos 3 itens com a formatação taxado aplicada: c, d, e. Entretanto, temos que observar que na questão os itens d, e, além de receberem taxado, também ficaram em caixa alta. O único que recebe apenas o taxada, sem alterar outras formatações foi o item c.

16. (Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário Novo - CESGRANRIO/2012) O envio e o recebimento de um arquivo de textos ou de imagens na internet, entre um servidor e um cliente, constituem, em relação ao cliente, respectivamente, um

(A) download e um upload
(B) downgrade e um upgrade
(C) downfile e um upfile
(D) upgrade e um downgrade
(E) upload e um download
Resposta: "E".
Comentários:
Up – Cima / Down – baixo / Load – Carregar;
Upload – Carregar para cima (enviar).
Download – Carregar para baixo (receber ou "baixar")

17- (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2011) Assinale a alternativa que contém os nomes dos menus do programa Microsoft Word XP, em sua configuração padrão, que, respectivamente, permitem aos usuários: (I) numerar as páginas do documento, (II) contar as palavras de um parágrafo e (III) adicionar um cabeçalho ao texto em edição.

a) Janela, Ferramentas e Inserir.
b) Inserir, Ferramentas e Exibir.
c) Formatar, Editar e Janela.
d) Arquivo, Exibir e Formatar.
e) Arquivo, Ferramentas e Tabela.
Resposta: "B"
Comentário:
- *Ação numerar - "INSERIR"*
- *Ação contar paginas - "FERRAMENTAS"*
- *Ação adicionar cabeçalho - "EXIBIR"*

18- (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2011)

Assinale a alternativa que contém os valores obtidos nas células A4, B4 e C4 da planilha que está sendo elaborada com o Microsoft Excel XP, em sua configuração padrão, sabendo que nelas foram digitadas, respectivamente, as expressões =MÉDIA(A1:A3), =MENOR(B1:B3;2) e =MAIOR(C1:C3;3), e que as demais células foram preenchidas como mostrado na figura a seguir.

	A	B	C
1	8	1	6
2	3	5	7
3	4	0	2
4			

a) 3, 0 e 7.
b) 5, 0 e 7.
c) 5, 1 e 2.
d) 7, 5 e 2.
e) 8, 3 e 4.
Resposta: "C"
Comentário:
Expressão =MÉDIA(A1:A3)
São somadas as celular A1, A2 e A3, sendo uma média é dividido por 3 (pois tem 3 células): (8+3+4)/3 = 5
Expressão =MENOR(B1:B3;2)
Da célula B1 até a B3, deve mostrar o 2º menor número, que seria o número 1. Para facilitar coloque esses números em ordem crescente.
Expressão =MAIOR(C1:C3;3)
Da célula C1 até a C3, deve mostrar o 3º maior número, que seria o número 2. Para facilitar coloque esses números em ordem decrescente.

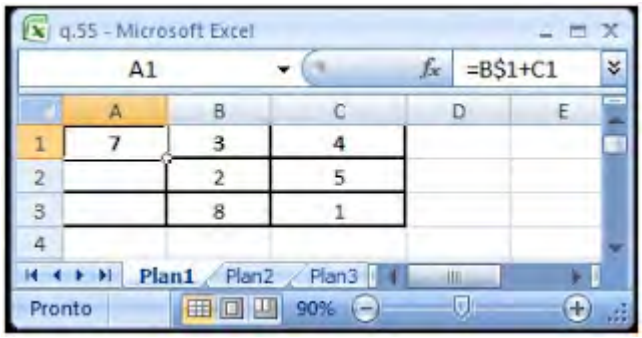
19- (SPPREV – Técnico – Vunesp/2011 – II)

55. Uma planilha *Excel* 2007 apresenta o seguinte conteúdo:

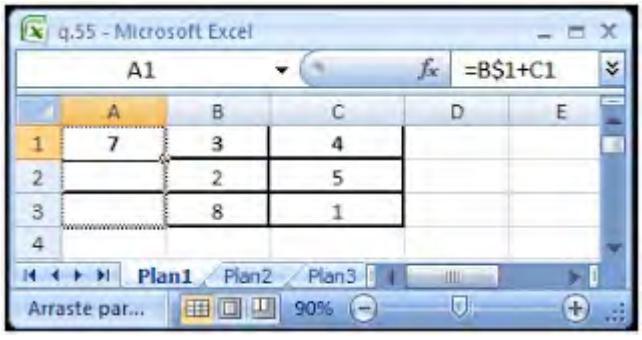
	A	B	C
1	7	3	4
2	8	2	5
3	?	8	1

A célula A1 contém a fórmula =B$1+C1 que foi propagada pela alça de preenchimento para A2 e A3. Assim, a célula com interrogação (A3) apresenta, após a propagação, o resultado

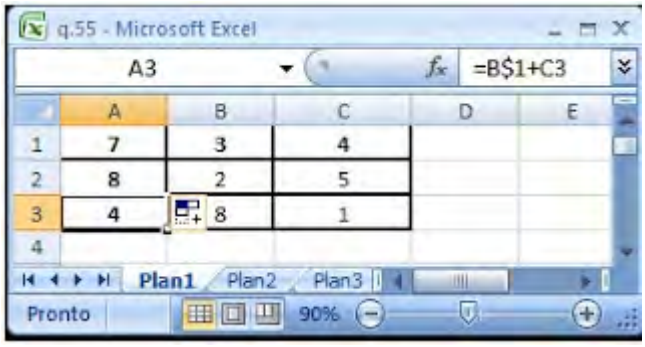
a) 1
b) 2
c) 3
d) 4
e) 5
Resposta: "D"
Comentário:
Passo 1
A célula A1 contém a fórmula =B$1+C1



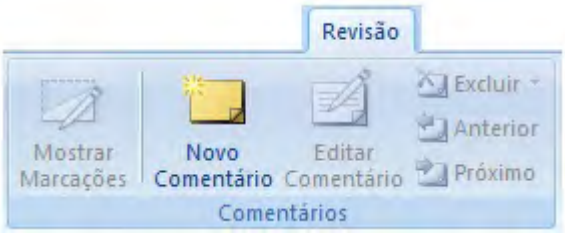
Passo 2
que foi propagada pela alça de preenchimento para A2 e A3



Click na imagem para melhor visualizar
Passo 3
Assim, a célula com interrogação (A3) apresenta, após a propagação, o resultado

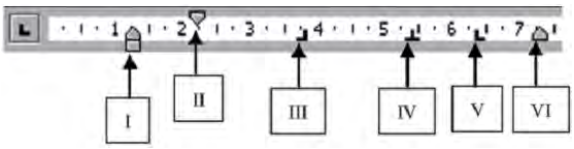


20- (SPPREV – Técnico – Vunesp/2011 - II) No PowerPoint 2007, a inserção de um novo comentário pode ser feita na guia
a) Geral.
b) Inserir.
c) Animações.
d) Apresentação de slides.
e) Revisão.
Resposta: "E"
Comentário:



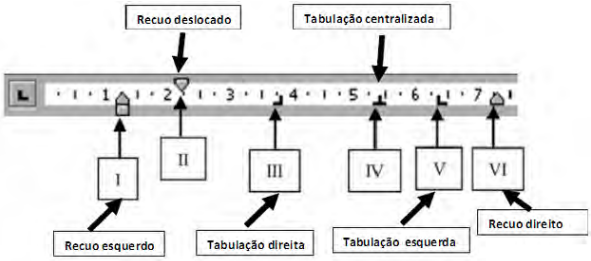
21- (SPPREV – Técnico – Vunesp/2011 - II) No âmbito das URLs, considere o exemplo: protocolo://xxx.yyy.zzz.br. O domínio de topo (ou TLD, conforme sigla em inglês) utilizado para classificar o tipo de instituição, no exemplo dado acima, é o
a) protocolo.
b) xxx.
c) zzz.
d) yyy.
e) br.
Resposta: "C"
Comentários:
a) protocolo. protocolo HTTP
b) xxx. o nome do domínio
c) zzz. o tipo de domínio
d) yyy. subdomínios
e) br. indicação do país ao qual pertence o domínio

22. (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2012) Analise a régua horizontal do Microsoft Word, na sua configuração padrão, exibida na figura.



Assinale a alternativa que contém apenas os indicadores de tabulação.

(A) II, III, IV e V.
(B) III e VI.
(C) I, IV e V.
(D) III, IV e V.
(E) I, II e VI.
Resposta: D



Você pode usar a régua para definir tabulações manuais no lado esquerdo, no meio e no lado direito do documento.

Obs.: Se a régua horizontal localizada no topo do documento não estiver sendo exibida, clique no botão Exibir Régua no topo da barra de rolagem vertical.

É possível definir tabulações rapidamente clicando no seletor de tabulação na extremidade esquerda da régua até que ela exiba o tipo de tabulação que você deseja. Em seguida, clique na régua no local desejado.

*Uma tabulação **Direita** define a extremidade do texto à direita. Conforme você digita, o texto é movido para a esquerda.*

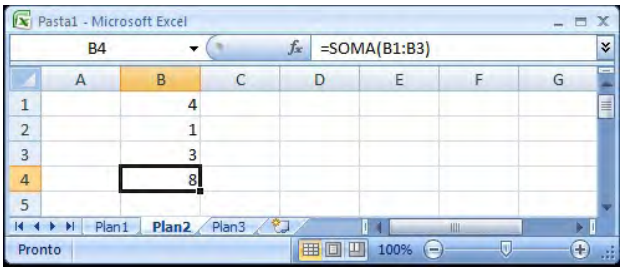
*Uma tabulação **Decimal** alinha números ao redor de um ponto decimal. Independentemente do numero de dígitos, o ponto decimal ficará na mesma posição.*

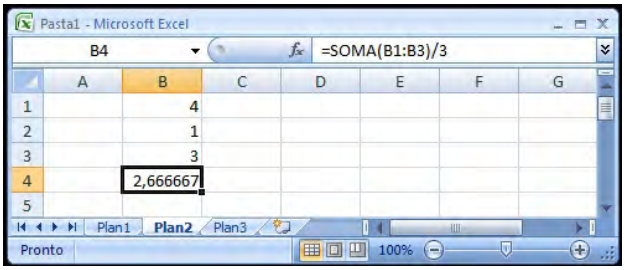
*Uma tabulação **Barra*** não posiciona o texto. Ela insere uma barra vertical na posição de tabulação.

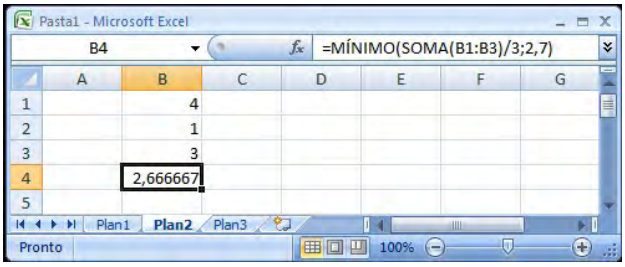
23. (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2012) Uma planilha do Microsoft Excel, na sua configuração padrão, possui os seguintes valores nas células: B1=4, B2=1 e B3=3. A fórmula =ARRED(MÍNIMO(SOMA (B1:B3)/3;2,7);2) inserida na célula B5 apresentará o seguinte resultado:

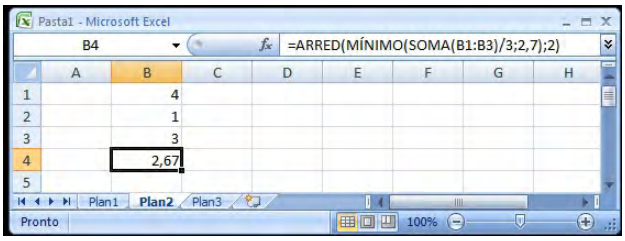
(A) 2
(B) 1,66
(C) 2,667
(D) 2,7
(E) 2,67
Resposta: E

Comentário:



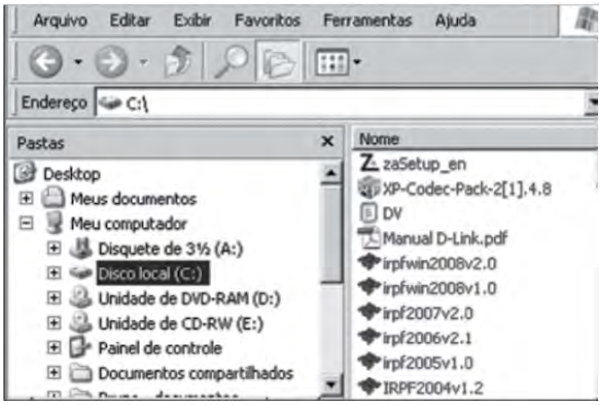






Nesta questão, foram colocadas várias funções, destrinchadas no exemplo acima (arredondamento, mínimo e somatório) em uma única questão. A função ARRED é para arredondamento e pertence a mesma família de INT(parte inteira) e TRUNCAR (parte do valor sem arredondamento). A resposta está no item 2 que indica a quantidade de casas decimais. Sendo duas casas decimais, não poderia ser letra A, C ou D. A função SOMA efetua a soma das três células (B1:B3->B1 até B3). A função MÍNIMO descobre o menor entre os dois valores informados (2,66666 - dízima periódica - e 2,7). A função ARRED arredonda o número com duas casas decimais.

Considere a figura que mostra o Windows Explorer do Microsoft Windows XP, em sua configuração original, e responda às questões de números 24 e 25.



24. (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2012) O arquivo zaSetup_en se encontra

(A) no disquete.
(B) no DVD.
(C) em Meus documentos.
(D) no Desktop.
(E) na raiz do disco rígido.

Resposta: E

Comentário:

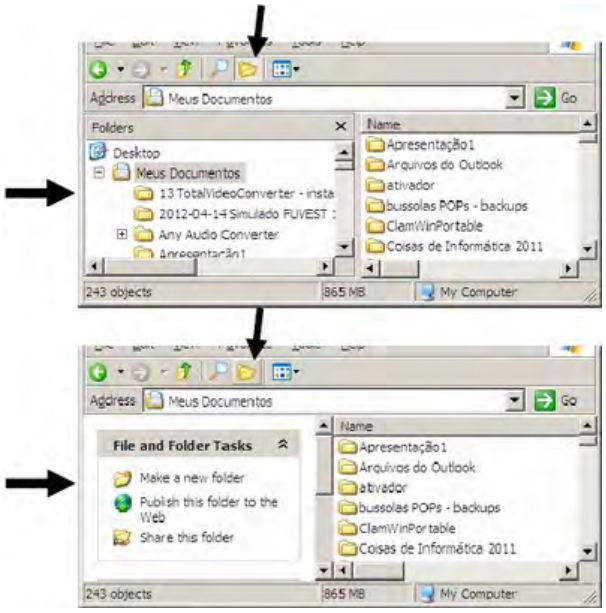
No Windows Explorer, você pode ver a hierarquia das pastas em seu computador e todos os arquivos e pastas localizados em cada pasta selecionada. Ele é especialmente útil para copiar e mover arquivos.

Ele é composto de uma janela dividida em dois painéis: O painel da esquerda é uma árvore de pastas hierarquizada que mostra todas as unidades de disco, a Lixeira, a área de trabalho ou Desktop (também tratada como uma pasta); O painel da direita exibe o conteúdo do item selecionado à esquerda e funciona de maneira idêntica às janelas do Meu Computador (no Meu Computador, como padrão ele traz a janela sem divisão, as é possível dividi-la também clicando no ícone Pastas na Barra de Ferramentas)

25. (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2012) Ao se clicar em , localizado abaixo do menu Favoritos, será fechado

(A) o Meu computador.
(B) o Disco Local (C:).
(C) o painel Pastas.
(D) Meus documentos.
(E) o painel de arquivos.

Resposta: C



Este botão, contido na barra de ferramentas, exibe/ oculta o painel PASTAS.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

• CONSTITUIÇÃO FEDERAL: TÍTULO II: CAPÍTULO II – TÍTULO III: CAPÍTULO VII, SEÇÃO II.

DOS DIREITOS SOCIAIS

Convém reproduzir os dispositivos constitucionais pertinentes ao tema:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Decorrem do fato de o indivíduo estar inserido em uma sociedade estatal. Pauta Social de um Estado.

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§1º. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§2º. Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Direitos Sociais. Considerações Importantes! Os direitos sociais pertencem à segunda geração/dimensão de direitos fundamentais, ligando-se ao valor "*igualdade*". Segundo o Mestre José Afonso da Silva *"são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações desiguais. Dessa forma, possibilita ao indivíduo exigir do Estado prestações positivas e materiais para a garantia de cumprimento desses direitos"*.

Com efeito, o grande desiderato dos direitos sociais é concretizar a *igualdade material* através do reconhecimento da existência de diferenças na condição econômico-financeira da população, o que faz necessário uma atuação do Estado na busca deste substrato da igualdade. Disso infere-se, pois, que uma de suas finalidades é proteger os marginalizados e/ou os hipossuficientes.

Os direitos sociais estão elencados na Constituição de 1988, no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), e no Título VIII (Da Ordem social). O Art. 6º estabelece como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

A partir do Art. 7º até o 11º o constituinte privilegiou os direitos sociais do trabalhador, em suas relações individuais e coletivas. Vale destacar, que o direito à alimentação foi introduzido pela Emenda Constitucional nº. 64 de 04 de fevereiro de 2010.

Há que se destacar o Direito à Saúde uma vez que está inteiramente relacionado ao direito à vida e o direito à dignidade humana, garantias fundamentais máximas estabelecidas na Constituição federal.

Este ditame pressupõe que todos tenham direito a um tratamento digno de saúde, conforme dispo o art. 196 da Constituição de 1988: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

O Art. 197 dispõe sobre a relevância pública das ações e serviços de saúde e o Art. 198, institui o Sistema Único de Saúde (SUS) e dispõe em seus incisos sobre as diretrizes desse sistema, visando à realização de ações e serviços públicos de saúde.

Desta feita, o alcance almejado pela Constituição necessita de aparelhamento e estruturação social do serviço público a ser fornecida tanto na tratativa de doenças como também em sua prevenção e risco.

O art. 7º relaciona os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Coube à legislação infraconstitucional o conceito e diferenciação. Neste aspecto, considera-se empregado urbano, toda a pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário com pessoalidade (impossibilidade do empregado se fazer substituir por outro trabalhador, pois o contrato de trabalho é personalíssimo) - (artigos 2º e 3º da CLT).

É considerado empregado doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família no âmbito residencial desta.

Já o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual ao empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

No título VIII, estão sistematizados os direitos à Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), os direitos relativos à Cultura, à Educação, à Moradia, ao Lazer, ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e os direitos sociais da Criança e dos Idosos.

Reserva do possível. Esta expressão surgiu numa decisão do Tribunal Constitucional Federal alemão, em 1972, em resposta à demanda promovida por estudantes de medicina solicitando seu ingresso em uma universidade alemã, nada obstante a carência de vagas para isso.

No julgado em que surgiu a reserva do possível, se disse que, caso o órgão público pratique atos para sanar as carências fundamentais da população, e, ainda assim, o efeito não atinja a totalidade das pessoas, não é dado aos excluídos acionar judicialmente o Estado solicitando o suprimento destas carências uma vez que o Estado agiu na medida do que permitia seu orçamento.

No caso dos estudantes de medicina alemães, ainda que a Constituição germânica não consagre direitos sociais, ficou demonstrado que o Estado aumentou o número de vagas nas universidades destinadas aos postulantes ao curso de medicina, mas, mesmo assim, isso não acompanhou a demanda de candidatos às vagas. Tivesse o Estado ficado inerte, não lhe competiria alegar a reserva do possível. Como não ficou a tese foi considerada perfeitamente válida.

Grande parte da doutrina sustenta que a reserva do possível não poderia ser aplicada na realidade brasileira, em que há uma pobreza imensa, faltando direitos básicos à população. Já outra parte, minoritária, sustenta exatamente o contrário, isto é, afirma que a reserva do possível se aplicaria com muito mais razão no direito brasileiro em virtude da limitação de recursos orçamentários aqui existentes.

Isto posto, são três as dimensões da reserva do possível (conforme Ingo Sarlet):

A) Possibilidade fática. Consiste na disponibilidade de recursos necessários à satisfação do direito prestacional. Ou seja, analisa-se a disponibilidade financeira para atendimento da prestação de forma generalizada;

B) Possibilidade jurídica. Consiste na análise da existência de autorização orçamentária para cobrir as despesas, e do respeito às competências federativas;

C) Razoabilidade da exigência e proporcionalidade da prestação. A prestação solicitada deve ser proporcional, razoável (é preciso saber, *p. ex.*, se mais vale destinar os recursos para a compra de um medicamento de alto custo para atender uma única pessoa, ou destinar os mesmos recursos para comprar medicamentos de baixo custo para um sem-número de pessoas).

Mínimo existencial. Essa expressão também surgiu no direito alemão, em decisões do Tribunal Administrativo Federal prolatadas a partir da década de 1950.

No Brasil, a expressão foi utilizada, pela primeira vez, por Ricardo Lobo Torres, em 1989. Qual o fundamento do mínimo existencial? O mínimo existencial é resultado da conjugação de 3 normas constitucionais:

A) A dignidade da pessoa humana;

B) A liberdade material;

C) O princípio do Estado social.

E qual o conteúdo do mínimo existencial? Existem, ao menos, duas posições doutrinárias acerca do conteúdo do mínimo existencial:

A) Para Ricardo Lobo Torres, o mínimo existencial não tem um conteúdo definido. Seu conteúdo varia de acordo com a época e com a sociedade;

B) Já Ana Paula de Barcellos procura delimitar o conteúdo do mínimo existencial na realidade brasileira. Para ela, o mínimo existencial engloba o direito à educação básica, o direito à saúde, a assistência aos desamparados, bem como o acesso à justiça (instrumento para garantia do conteúdo do mínimo existencial).

Qual a natureza jurídica do mínimo existencial? O entendimento, aqui, é bem equilibrado. Vejamos:

A) Para considerável parcela da doutrina, o mínimo existencial tem natureza de regra, de forma que não se pode alegar ao "mínimo" a reserva do possível. Isto porque, o mínimo existencial teria caráter absoluto;

B) Para outra considerável parcela doutrinária, o mínimo existencial exige um ônus argumentativo maior do Estado no que se refere à reserva do possível. Assim, o mínimo existencial, por ter natureza de princípio seria flexível.

Vedação ao retrocesso social. A vedação de retrocesso social se refere à concretização *infra*constitucional dos direitos sociais. Portanto, não se dirige ao Poder Constituinte, mas sim aos Poderes Públicos.

Com efeito, a concretização de um direito social deve ser considerada materialmente constitucional. Isto porque, ao efetivar um direito social por meio de legislação *infra*constitucional, o conteúdo dessa lei é constitucional e passa a ter esse "*status*", o que impede sua redução/extinção pelo Poder Público. Veja-se, pois, que a partir do momento que se confere "*status*" constitucional a certa lei, veda-se a retirada dessa concretização.

Direitos sociais em espécie. Estão previstos no Art. 6º da Constituição Federal, *em rol não exauriente*:

A) Direito social à educação. O Direito à Educação é tema ressaltado em inúmeros tratados, cartas de princípios e acordos internacionais que entabulam regramento pertinente à dignidade humana.

No Brasil, a Constituição de 1988 dedicou uma seção inteira ao direito à educação, além de garanti-la como direito de segunda geração no Art. 6º, sendo integrada pelos arts. 205 a 214. Merece destaque a determinação contida no Art. 205 que assim prelecciona: *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"*. Conclui-se que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família e deve receber contribuição da sociedade e, como um direito social, deve ser prestado através do serviço público.

A família é corresponsabilizada pela tarefa da educação e sociedade deve colaborar na formação dos educandos.

B) *Direito social à saúde*. Inserido no bloco de Direitos Sociais, o Direito à Saúde é a garantia constitucional de maior importância, comparando-se somente ao direito à vida já que são interdependentes. E para se ter saúde é necessário o acesso à educação, dignidade, alimentação, moradia, emprego, lazer, etc. Por esta razão, muitos entendem que este dispositivo é utópico e inalcançável.

O artigo 196 da Constituição Federal informa que *"a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*.

E, mais adiante no Art. 198, estabelece o SUS. Art. 198. *"As ações e serviços públicos" de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo, II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. § 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

O que se percebe é que o legislador constituinte almejava o cumprimento do Direito Social estabelecido pelo Art. 6º através de um programa de atendimento integral através do SUS a fim de sanar as necessidades da população.

Tanto é verdade que, dentre outras, são atribuições do SUS a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, a ordenação da formação de recursos humanos na área, a participação da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, a colaboração na proteção do meio ambiente, nele comprometido o do trabalho e etc. No entanto, o alcance do que almejou a lei está fora de alcance deparando-se o ser humano com ausência de atendimento, insuficiência de leitos hospitalares comuns, péssimas condições de sanitarismo, fornecimento de medicamentos importados de alto custo e etc.;

C) *Direito social à alimentação.* A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 047/2003, incluiu o direito humano à alimentação entre os direitos sociais da Carta Magna. Com o nome "Emenda Constitucional 64, de 2010", a aprovação alterou o Artigo 6º da Constituição para introduzir a alimentação como direito social.

O conceito de "alimentação" não se restringe apenas ao estritamente necessário à sobrevivência, abrangendo, também, aquilo que seja fundamental para uma existência digna. Ou seja, não basta sobreviver, é preciso que se viva com dignidade e respeito;

D) Direito social ao trabalho. O trabalho é o direito fundamental social que maior guarida encontra na Constituição, haja vista a grande quantidade de mecanismos assecuratórios dos arts. 7º a 11 - que só perdem para o art. 5º -, dentre os quais se podem destacar, no art. 7º, o "seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário" (inciso II), o "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim" (inciso IV), a "remuneração do trabalho noturno superior à do diurno" (inciso IX), o "salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei" (inciso XII), o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal" (inciso XVII), a "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei" (inciso XX), a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança" (inciso XXII), a "proteção em face da automação, na forma da lei" (inciso XXVII), dentre outros.

Em análise a gama de direitos atrelados ao trabalho, percebe-se que se pode distribuí-los em blocos, de forma que a Constituição enfatiza *o direito de trabalhar* - isto é, o direito de não ficar desempregado, como quando assegura o mercado de trabalho da mulher (art. 7º, XX), ou quando protege os trabalhadores contra a automação (art. 7º, XXVII) -, o *direito de trabalhar com dignidade* - isto é, a preconização da necessidade de condições humanas de trabalho, como quando prevê adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas (art. 7º, XXIII) ou trata da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais (art. 7º, XIII) -, bem como o *direito de perceber rendimentos pelo trabalho* - isto é, a remuneração devida pelo labor, como quando trata do salário mínimo (art. 7º, IV) ou do décimo terceiro salário (art. 7º, VIII);

E) Direito social à moradia. A chamada "competência reformadora" exercida pelo Congresso Nacional ampliou o rol dos conhecidos direitos sociais, com a Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, que alterou a redação do art. 6º da Constituição Federal apesar deste direito já fazer parte do Artigo 7º da Constituição Federal.

De qualquer forma, constata-se a ausência de moradia digna de grande parte da população que ocupa áreas insalubres ou de risco. A ausência de políticas públicas não contribui para o alcance da "tese do patrimônio mínimo".

F) Direito social ao lazer. Os direitos de 2º geração possuem caráter de norma programática, ou seja, são prestações positivas que o Estado deve desenvolver e colocar em prática a favor das pessoas. Neste sentido, os direitos de 2ª geração são mais do que liberdades: são liberdades + obrigação do Estado de garanti-las. Da mesma forma que a saúde está no caput do art. 6º, CF, como dever do Estado, como direito social, assim também está o direito ao lazer também está garantido, podendo-se extraí-lo, sem pretensões exaurientes ao tema, da cultura (arts. 215 e 216) e do desporto (art. 217).

Desta forma, da mesma forma que o dispositivo constitucional dispõe o direito à moradia também confere à pessoa o direito ao lazer a fim de melhorar a vida humana e lhe conferir dignidade.

G) Direito social à segurança. O art. 196 da Constituição Federal preceitua que a saúde é "*direito de todos* e dever do Estado". Em mesma frequência, o art. 205 diz que a educação é "*direito de todos* e dever do Estado e da família". Já o art. 144 prevê que a segurança pública é "*dever do Estado,* direito e responsabilidade de todos".

Nos casos dos direitos fundamentais sociais à saúde e à educação, toma-se o sentido direito-dever, isto é, primeiro se assegura ao cidadão o direito, depois se cobra do agente estatal o dever. Já na segurança pública essa ordem é invertida, somente se reconhecendo o direito depois de atribuído ao Estado o dever.

Este fato se dá por três motivos: o *primeiro* é a vedação da justiça por mãos próprias, que impede, como regra, a autotutela, inclusive havendo previsão penal para o exercício arbitrário das próprias razões, tudo em prol da jurisdicionalização dos conflitos particulares; o *segundo*, pela própria impossibilidade do cidadão se defender proficuamente da violência fruto da marginalização social à sua volta, o que faz com que a segurança pública seja, sim, imprescindível à manutenção de um estado almejado de tranquilidade; e o *terceiro*, pela natural exigibilidade pelo cidadão em face do Estado, de ordem, caso se sinta ameaçado em seus direitos individuais.

É incisivo o conteúdo prestacional da segurança pública como direito social, neste terceiro enfoque. Não menos notória, contudo, é a exígua carga principiológica do art. 144 e parágrafos da Constituição, cujo *caput* se limita a falar na segurança pública "exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Afora isso, o que se tem é uma básica previsão funcional de cada uma das polícias elencadas nos cinco incisos do artigo em evidência;

H) Direito social à previdência social. O tema reverbera inúmeros debates já que para muitos não há justiça social sem a devida prestação de previdência social. Embora existam entendimentos contrários no sentido de que não deveria existir, trata-se de prestação social do Estado e necessidade daqueles que perdem a possibilidade laborativa permanente ou temporária. Desta forma, a Seguridade Social provém bem-estar e segurança social. Assim sendo, o objetivo primordial da previdência social é o amparo social mantido por receita tributária ou assemelhada.

O direito fundamental social à previdência social está mais bem regulamentado nos arts. 201 e 202 da Constituição - sem prejuízo do contido em legislação *infra*constitucional, instância na qual abunda a matéria -, sendo destinado à cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada (inciso I), proteção à maternidade, especialmente à gestante (inciso II), proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário (inciso III), salário-família e auxílio-reclusão (inciso IV), e pensão por morte (inciso VI), todos do art. 201 da Lei Fundamental.

Com efeito, a previdência decorre de situações justificadas nas quais o labor não se faz possível, de maneira que o indivíduo só não está trabalhando porque já adquiriu este direito ou porque acontecimento superveniente impediu isso. Só que o fato da pessoa não trabalhar não enseja autorizativo para que possa, simplesmente, deixar de receber rendimentos, mesmo porque há quem, além do próprio incapacitado, necessite da renda para subsistência;

I) Direito social à proteção à maternidade e à infância. O direito fundamental social à proteção à maternidade e à infância não se encontra concentrado em parte específica da Constituição, em seção autônoma, como a previdência social e a educação, mas espalhado por toda a Lei Fundamental. É o que se pode inferir se analisado o art. 5º, L, que assegura às presidiárias "condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação", o art. 7º, XVIII, que prevê a licença à gestante, o art. 7º, XXV, que constitucionaliza a "assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos em creches e pré-escolas", o art. 201, II, que protege a maternidade, especialmente a gestante, o art. 203, I, que prevê como objetivo da assistência social à proteção "à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice", o art. 203, II, que normatiza "o amparo às crianças e adolescentes carentes", dentre outros;

J) Direito social à assistência aos desamparados. O direito fundamental à assistência aos desamparados encerra com maestria o longo rol de direitos sociais constitucionalmente assegurados no art. 6º. Primeiro, por seu cristalino conteúdo prestacional, típico dos direitos sociais de segunda dimensão, e, segundo, por tentar, tal como um revisor de direitos, suprir eventuais lacunas que tenham sido deixadas pelo constituinte ao regulamentar outros direitos sociais. A saber, a assistência aos desamparados é um típico "direito tampão".

Neste sentido, prevê o art. 203 da Constituição que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice (inciso I), o amparo às crianças e adolescentes carentes (inciso II), a promoção da integração ao mercado de trabalho (inciso III), a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (inciso IV), e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de provimento da própria manutenção ou de tê-las providas por familiares (inciso V).

Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. O art. 7º relaciona os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Coube à legislação infraconstitucional conceituar e diferenciar os institutos jurídicos. Empregado urbano toda a pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário com pessoalidade (impossibilidade do empregado se fazer substituir por outro trabalhador, pois o contrato de trabalho é personalíssimo) - (artigos 2º e 3º da CLT). Empregado doméstico é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família no âmbito residencial desta. Já o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual ao empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Os direitos dos trabalhadores constituem o rol apresentado pelo Art. 7º da Constituição Federal complementados pela CLT e legislação esparsa:

A) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (inciso I);

B) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (inciso II);

C) Fundo de garantia do tempo de serviço (inciso III);

D) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (inciso IV);

E) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho (inciso V);

F) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (inciso VI);

G) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (inciso VII), bem como décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria (inciso VIII);

H) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (inciso IX);

I) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa (inciso X);

J) Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (inciso XI);

K) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (inciso XII), bem como duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada à compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (inciso XIII);

L) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva (inciso XIV);

M) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos (inciso XV);

N) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (inciso XVI);

O) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (inciso XVII), bem como licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (inciso XVIII);

P) Licença-paternidade, nos termos fixados em lei (inciso XIX);

Q) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (inciso XX);

R) Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei (inciso XXI). *Vale chamar a atenção para este inciso, tendo em vista a edição da Lei nº 12.506/11, que regulamentou tal norma de eficácia até então limitada. Segundo tal comando legislativo, o aviso-prévio respeitará um mínimo de trinta dias para os empregados que contêm até um ano de serviço na mesma empresa, e que serão acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa até o máximo de sessenta dias, perfazendo, portanto, noventa dias*;

S) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (inciso XXII), bem como adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei (inciso XXIII);

T) Aposentadoria (inciso XXIV), bem como assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas (inciso XXV);

U) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (inciso XXVI), bem como proteção em face da automação, na forma da lei (inciso XXVII);

V) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (inciso XXVIII), bem como ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (inciso XXIX);

X) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (inciso XXX), bem como proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (inciso XXXI);

Z) Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos (inciso XXXII), bem como proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (inciso XXXIII);

W) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso (inciso XXXIV).

Y) À categoria dos trabalhadores domésticos, após a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 72/2013, são assegurados, dentre os direitos previstos no art. 7º, CF, aqueles dispostos nos incisos IV (salário mínimo fixado em lei e nacionalmente unificado, capaz de atender a necessidades vitais básicas), VI (irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo), VII (garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável), VIII (décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria), X (proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa), XIII (duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho), XV (repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos), XVI (remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal), XVII (gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal), XVIII (licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias), XIX (licença-paternidade, nos termos fixados em lei), XXI (aviso prévio proporcional ao tempo de serviço), XXII (redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança), XXIV (aposentadoria), XXVI (reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho), XXX (proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, cor, idade ou estado civil), XXXI (proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência) e XXXIII (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo a partir de catorze anos na condição aprendiz), todos do art. 7º, e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I (relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos), II (seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário), III (FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), IX (remuneração do trabalho noturno superior à do diurno), XII (salário-família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei), XXV (assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas) e XXVIII (seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa), bem como sua integração à previdência social. *Com efeito, a Emenda Constitucional nº 72 ampliou os direitos assegurados aos trabalhadores domésticos, já que o antigo parágrafo único, do art. 7º, da Constituição pátria já previa aos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.*

Direito de greve dos trabalhadores. O art. 9º, da Constituição, preceitua que é assegurado o direito de greve aos trabalhadores, competindo-lhes decidir sobre sua oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Ademais, o parágrafo primeiro, do mencionado dispositivo, prevê que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Por fim, o segundo parágrafo, do art. 9º, prevê que os abusos não serão tolerados, e sujeitarão os responsáveis às penas da lei.

Com efeito, a Lei nº 7.783/89 disciplina o direito de greve para os trabalhadores da iniciativa privada.

TÍTULO III
Da Organização do Estado
CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SEÇÃO II
Dos Servidores Públicos

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (O STF, em cautelar concedida na ADIN nº 2.135-4, suspendeu a eficácia deste caput, e por efeito repristinatório tácito voltou a vigorar a*

redação de antes da EC nº 19/98, a saber: "Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas")

§1º. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§2º. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§3º. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§4º. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§5º. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§6º. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§7º. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§8º. A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do §4º.

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§1º. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§2º. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§3º. Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§4º. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§5º. Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no §1º, III, «a», para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§6º. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§7º. Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§8º. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§9º. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previ-

dência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§15. O regime de previdência complementar de que trata o §14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no §3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no §1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no §1º, II.

§20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, §3º, X.

§21. A contribuição prevista no §18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§1º. O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§3º. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§4º. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

1 Disposições gerais. Vejamos:

Administração Pública. Administração Pública – o conceito mais direto de Administração Pública nos leva ao entendimento de que Administração Pública nada mais é do que a gestão de bens e interesses públicos no âmbito de governo federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos determinados Na Constituição Federal, visando o bem comum.

Neste sentido, a Administração Pública recebe um *múnus público*, isto é, um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade. Este *múnus público* impõe ao administrador público a obrigação de cumprir fielmente os preceitos do Direito e da moral administrativa que regem sua conduta, isto porque seus atos expressam a vontade do titular dos interesses administrativos, ou seja, o povo, e condicionam os atos a serem praticados no desempenho do *múnus público* que lhe é confiado.

Assim, o objetivo maior da Administração Pública é promover e garantir o bem comum da coletividade. Todo ato administrativo deverá ser revestido de legalidade e toda prática deverá percorrer o cainho do bem comum sob pena o ato ser ilícito e imoral.

Celso Antonio Bandeira de Mello nos ensina que *"a Administração Pública pode ser centralizada e descentralizada. A primeira situação ocorre quando a atividade administrativa "é exercida pelo próprio Estado, ou seja, pelo conjunto orgânico que lhe compõe a intimidade". Na segunda ocorrência a atividade gerencial é executada "por pessoa ou pessoas distintas do Estado". Ainda segundo o mesmo autor, descentralização e desconcentração são conceitos diferentes: a descentralização "pressupõe pessoas jurídicas diversas" enquanto que "a desconcentração está sempre referida a uma só pessoa, pois se cogita da distribuição de competências na intimidade dela, mantendo-se, pois, o liame unificador da hierarquia"*.

1.1.1. Atividade administrativa. O art. 37 da Constituição Federal estabeleceu que a administração pública deve estar fundamentada sob dois alicerces primordiais: o organizacional (formal) e o funcional (material), sempre revestidos pelos princípios norteadores da atividade da Administração Pública, quais sejam: razoabilidade, impessoalidade, moralidade, entre outros.

Assim, a atividade administrativa poderá ser prestada de maneira centralizada, pelos entes políticos componentes da Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), ou de maneira descentralizada, pelos entes componentes da Administração Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) bem como por particulares (através de concessionárias e permissionárias de serviços públicos, *p. ex.*).

1.2 Administração direta e indireta. Os órgãos da Administração Pública direta são aqueles componentes dos Poderes da República propriamente ditos. Tais órgãos são despersonalizados.

Já os órgãos da Administração Pública indireta são as autarquias, fundações, empresas públicas, e sociedades de economia mista. Tais órgãos têm personalidade jurídica própria, ou de direito público (autarquias e fundações públicas de direito público) ou de direito privado (fundações públicas de direito privado, empresas públicas, e sociedades de economia mista). Celso Antonio Bandeira de Mello, citando Decreto-lei 200, de 1967, jurista anota que *a Administração direta é a "que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios" e a Administração indireta "é a que compreende as seguintes categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista; d) Fundações Públicas".*

1.3 Alguns princípios aplicáveis à Administração Pública. São eles:

A) Princípio da legalidade. Trata-se de princípio que determina que a Administração Pública faça somente aquilo que estiver descrito em lei e regulamentos que contém normas administrativas inter-relacionadas ao texto Constitucional. O descumprimento deste preceito pela Administração Pública gera a prática de atos ilegais, produzindo, por consequência, atos nulos que ensejarão responsabilidades e sanções (Poder Disciplinar) de ordem civil, administrativa e até mesmo criminal.

Este princípio é diametralmente oposto quando aplicado ao particular. Um administrador de empresa particular, por exemplo, poderá praticar tudo aquilo que a lei não proíbe enquanto o administrador público, por ser obrigado ao estrito cumprimento da lei e dos regulamentos, só pode praticar o que a lei permite. É a lei quem lhe mostra e distribui a tarefa a ser desempenhada.

B) Princípio da impessoalidade. Impessoalidade denota ausência de subjetividade. O administrador não pode se utilizar da coisa pública para satisfazer interesses pessoais; A impessoalidade deve se dar em relação aos administrados, ou seja, a Administração só pode praticar atos impessoais objetivando o coletivo, o bem comum. Frise-se, igualmente, que os atos da Administração Pública também devem ser impessoais, pois os atos são dos órgãos e não dos agentes públicos;

C) Princípio da moralidade. Moralidade traduz a ideia de honestidade, de ética, de correção de atitudes, de boa-fé. A moralidade administrativa representa mais que a moralidade comum, porque enquanto nesta as relações são interpessoais, na moralidade administrativa envolve-se o trato da coisa pública e o respeito ao princípio da legalidade. A falta de moralidade gera improbidade e a improbidade administrativa pode levar, por exemplo, os governantes a terem suspensos os seus direitos políticos, além da perda do cargo para a Administração.

Para a caracterização da moralidade administrativa não é necessário que haja intenção basta que a conduta praticada seja contrária aos deveres morais.

Neste sentido, tem-se que este princípio constitucional possui o condão de imputar à Administração Pública o dever de agir com transparência e boa fé.

D) Princípio da publicidade. Tal princípio significa conhecimento, ciência, divulgação ao titular dos interesses em jogo, a saber, o povo. Disso infere-se que a publicidade acaba sendo condição de eficácia, em regra, do ato administrativo (como ocorre nos procedimentos licitatórios, p. ex.). Neste diapasão, o primeiro parágrafo, do art. 37, da Constituição, preceitua que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

E) Princípio da eficiência. Tal princípio não estava previsto no texto originário da Constituição Federal em 1988. Foi ele acrescido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, e significa presteza, qualidade no serviço, agilidade, economia, ausência de desperdício;

F) Princípio da supremacia do interesse público. Em um eventual conflito entre um interesse particular e outro da coletividade, este último deverá prevalecer, como regra geral. Tal princípio decorre de outro axioma, a saber, o "da Indisponibilidade do Interesse Público", segundo o qual, sendo a coisa pública pertencente a todos, não pode o agente administrador dela utilizar livremente;

G) Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos. Há uma presunção relativa (isto é, que admite prova em contrário) em torno dos atos administrativos, de que são legítimos, válidos e eficazes.

É óbvio que, além destes, há outros princípios vigentes para a Administração Pública, como o da isonomia, o da razoabilidade/proporcionalidade, o da autotutela etc. Mas, tais matérias não serão aqui explicadas, por serem da alçada do Direito Administrativo propriamente dito.

1.4 Ocupantes de cargos, empregos e funções públicas. Tanto brasileiros (que preencham os requisitos estabelecidos em lei) como os estrangeiros (na forma da lei) podem ocupar cargos, empregos e funções públicas.

1.5 Investidura em cargo ou emprego público. Em regra, a investidura em cargo ou emprego público se dá mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego. As exceções são os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Em situações excepcionais, como urgência ou interesse público de duração temporária, se pode dispensar o concurso público, ou, ao menos, realizar processo seletivo simplificado. Neste diapasão, a Lei nº 8.745/93 disciplina os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, p. ex.

1.6 Prazo de validade do concurso público. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período. Convém lembrar que, durante o prazo improrrogável previsto no edital, aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego.

1.7 Contratação pela Administração Publica de obras, serviços, compras e alienações. Ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade, a contratação, pela Administração Pública, de obras, serviços, compras ou alienações se dá mediante procedimento licitatório. A lei que dispõe sobre normas gerais de licitação é a de nº 8.666/93

Consoante o art. 37, XXI, da Lei Fundamental pátria, os procedimentos licitatórios devem ser públicos, e devem assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes (com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações).

2. Servidores públicos. Utilizando a expressão "servidor público" em sentido genérico, por tais se pode entender os agentes que trabalham em prol do funcionamento e das obrigações assumidas pelo Estado.

2.1 Direito à livre associação sindical do servidor público. O servidor público, tal como na iniciativa privada, tem direito à livre associação sindical, independentemente da existência de lei regulamentadora neste sentido.

2.2 Direito de greve do servidor público. Ao servidor público é assegurado o direito de greve, a ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (art. 37, VII, CF). O problema é que essa lei não foi regulamentada até hoje, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal vem mandando aplicar, no que couber, a lei de greve da iniciativa privada (Lei nº 7.783/89) aos servidores públicos. Tais decisões vêm ocorrendo em sede de mandados de injunção.

2.3 Considerações atinentes à remuneração de pessoal de serviço público.

A) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoa do serviço público;

B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver disponibilidade de horários, na hipótese de dois cargos de professor, ou de um cargo de professor com outro técnico ou químico, ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas;

C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões de outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

2.4 Fixação dos padrões de vencimento do sistema remuneratório do servidor público. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

A) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

B) Os requisitos para a investidura;

C) As peculiaridades dos cargos.

2.5 Considerações pertinentes aos padrões de vencimento do sistema remuneratório do servidor público. Vejamos:

A) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal;

B) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição;

C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos;

D) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do art. 39, §4º, CF.

2.6 Aposentadoria dos servidores públicos. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata o art. 40, CF, serão aposentados:

A) Por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

B) Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

C) Voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria desde que observadas as seguintes condições: 1) Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; 2) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto na primeira condição da hipótese "C" acima vista, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Frise-se que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os arts. 40 e 201, da Constituição Federal, na forma da lei.

2.7 Possibilidade de adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, na forma do art. 40, da Constituição Federal. Não é possível a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

A) Portadores de deficiência;

B) Que exerçam atividades de risco;

C) Cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

2.8 Possibilidade de cumulação de aposentadorias, na forma do art. 40 da Constituição. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto no art. 40, CF.

2.9 Estabilidade dos servidores públicos. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. O servidor público estável só perderá o cargo:

A) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

B) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

C) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Há se lembrar que, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

• CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÍTULO I – DOS FUNDAMENTOS DO ESTADO – ARTIGOS 1º,2º, 3º E 4º - TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E PODERES – CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES – ARTIGOS 5º, 6º, 7º E 8º. CAPÍTULO III – DO PODER EXECUTIVO – SEÇÃO I – ARTIGOS 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46. – SEÇÃO II – ARTIGO 47 – SEÇÃO III – ARTIGO 48, 49, 50 – SEÇÃO IV – ARTIGOS 51 ,52 E 53. TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SEÇÃO I – ARTIGOS 111, 112, 113, 114 E 115 – CAPUT E INCISOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI, XVII – CAPÍTULO II – DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO SEÇÃO I – DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS – ARTIGO 124 – CAPUT, ARTIGOS 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137 – CAPÍTULO III – SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO – ARTIGOS 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 E 258. CAPÍTULO VII – DA PROTEÇÃO ESPECIAL – SEÇÃO I – DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA – ARTIGOS 277, 278, 279, 280, 281 – TÍTULO VII – DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS – ARTIGO 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291.

TÍTULO I
Dos Fundamentos do Estado

Artigo 1º - O Estado de São Paulo, integrante da República Federativa do Brasil, exerce as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal.

Artigo 2º - A lei estabelecerá procedimentos judiciários abreviados e de custos reduzidos para as ações cujo objeto principal seja a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais.

Artigo 3º - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declara insuficiência de recursos.

Artigo 4º - Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.

TÍTULO II
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Artigo 5º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

§ 1º - É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.

§ **2º** - O cidadão, investido na função de um dos Poderes, não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

Artigo 6º - O Município de São Paulo é a Capital do Estado.

Artigo 7º - São símbolos do Estado a bandeira, o brasão de armas e o hino.

Artigo 8º - Além dos indicados no art. 26 da Constituição Federal, incluem-se entre os bens do Estado os terrenos reservados às margens dos rios e lagos do seu domínio.

CAPÍTULO III
Do Poder Executivo
SEÇÃO I
Do Governador e Vice-Governador do Estado

Artigo 37 - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, eleito para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito para um único período subsequente, na forma estabelecida na Constituição Federal. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 38 - Substituirá o Governador, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Governador.

Parágrafo único - O Vice-Governador, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Governador, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Artigo 39 - A eleição do Governador e do Vice-Governador realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no artigo 77 da Constituição Federal. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 40 - Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 41 - Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância no último ano do período governamental, aplica-se o disposto no artigo anterior.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os sucessores deverão completar o período de governo restante.

Artigo 42 - Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V, da Constituição Federal.

Artigo 43 - O Governador e o Vice-Governador tomarão posse perante a Assembleia Legislativa, prestando compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a do Estado e de observar as leis.

Parágrafo único - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Artigo 44 - o Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado, por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Parágrafo único - O pedido de licença, amplamente motivado, indicará, especialmente, as razões da viagem, o roteiro e a previsão de gastos.

Artigo 45 - o Governador deverá residir na Capital do Estado.

Artigo 46 - O Governador e o Vice-Governador deverão, no ato da posse e no término do mandato, fazer declaração pública de bens.

SEÇÃO II
Das Atribuições do Governador

Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como, no prazo nelas estabelecido, não inferior a trinta nem superior a cento e oitenta dias, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução, ressalvados os casos em que, nesse prazo, houver interposição de ação direta de inconstitucionalidade contra a lei publicada; (NR) ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 23 de janeiro de 2008.***

IV - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

V - prover os cargos públicos do Estado, com as restrições da Constituição Federal e desta Constituição, na forma pela qual a lei estabelecer;

VI - nomear e exonerar livremente os Secretários de Estado;

VII - nomear e exonerar os dirigentes de autarquias, observadas as condições estabelecidas nesta Constituição;

VIII - decretar e fazer executar intervenção nos Municípios, na forma da Constituição Federal e desta Constituição;

IX - prestar contas da administração do Estado à Assembleia Legislativa na forma desta Constituição;

X - apresentar à Assembleia Legislativa, na sua sessão inaugural, mensagem sobre a situação do Estado, solicitando medidas de interesse do Governo;

XI - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XII - fixar ou alterar, por decreto, os quadros, vencimentos e vantagens do pessoal das fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, nos termos da lei;

XIII - indicar diretores de sociedade de economia mista e empresas públicas;

XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;

XV - subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresa pública, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado, mediante autorização da Assembleia Legislativa;

XVI - delegar, por decreto, a autoridade do Executivo, funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência;

XVII - enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito;

XVIII - enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei sobre o regime de concessão ou permissão de serviços públicos.

XIX - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Parágrafo único - A representação a que se refere o inciso I poderá ser delegada por lei, de iniciativa do Governador, a outra autoridade.

SEÇÃO III
Da Responsabilidade do Governador

Artigo 48 - São crimes de responsabilidade do Governador ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos como tais definidos na lei federal especial, que atentem contra a Constituição Federal ou a do Estado, especialmente contra: (NR) ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 23 de janeiro de 2008.***

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único - A definição desses crimes, assim como o seu processo e julgamento, será estabelecida em lei especial. ***(**) ADIN 2220-2 – LIMINAR DEFERIDA***

(**)* Artigo 49** - Admitida a acusação contra o Governador, por dois terços da Assembleia Legislativa, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ***(**)* ou, nos crimes de responsabilidade, perante Tribunal Especial**. ***(**) ADIN 2220-2 – LIMINAR DEFERIDA

(**)* § 1º** - O Tribunal Especial a que se refere este artigo será constituído por sete Deputados e sete Desembargadores, sorteados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que também o presidirá. ***(**) ADIN 2220-2 – LIMINAR DEFERIDA

(**)* § 2º** - Compete, ainda privativamente, ao Tribunal Especial referido neste artigo processar e julgar o Vice-Governador nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles, ou com os praticados pelo Governador, bem como o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado. ***(**) ADIN 2220-2 – LIMINAR DEFERIDA

§ 3º - O Governador ficará suspenso de suas funções:

1 - nas infrações penais comuns, recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça;

(**)* 2** - nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pela Assembleia Legislativa. ***(**) ADIN 2220-2 – LIMINAR DEFERIDA

§ 4º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Governador, sem prejuízo do prosseguimento do processo.

***(**)* § 5º** - Enquanto não sobrevier a sentença condenatória transitada em julgado, nas infrações penais comuns, o Governador não estará sujeito a prisão. ***(**)* (ADIN 1021-2 – DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE)**

(**) § 6º - O Governador, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. ***(**)* (ADIN 1021-2 – DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE)**

(**)* Artigo 50** - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical poderá denunciar o Governador, o Vice-Governador e os Secretários de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Assembleia Legislativa. ***(**) ADIN 2220-2 – LIMINAR DEFERIDA

SEÇÃO IV
Dos Secretários de Estado

Artigo 51 - Os Secretários de Estado serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Artigo 52-A - Caberá a cada Secretário de Estado, semestralmente, comparecer perante a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa a que estejam afetas as atribuições de sua Pasta, para prestação de contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas da Secretaria correspondente.

§ 1º - Aplica-se o disposto no 'caput' deste artigo aos Diretores de Agências Reguladoras.

§ 2º - Aplicam-se aos procedimentos previstos neste artigo, no que couber, aqueles já disciplinados em Regimento Interno do Poder Legislativo.

§ 3º - O comparecimento do Secretário de Estado, com a finalidade de apresentar, quadrimestralmente, perante Comissão Permanente do Poder Legislativo, a demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais por parte do Poder Executivo suprirá a obrigatoriedade constante do 'caput' deste artigo. (NR) ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 22 de outubro de 2009***.

§ 4º – No caso das Universidades Públicas Estaduais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, incumbe, respectivamente, aos próprios Reitores e ao Presidente, efetivar, anualmente e no que couber, o disposto no 'caput' deste artigo. ***(**) Acrescentado pela Emenda Constitucional nº 37, de 5 de dezembro de 2012.***

Artigo 53 - Os Secretários farão declaração pública de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos estabelecidos nesta Constituição para os Deputados, enquanto permanecerem em suas funções.

TÍTULO III
Da Organização do Estado
CAPÍTULO I
Da Administração Pública
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Artigo 111 – A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 111-A – É vedada a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal para os cargos de Secretário de Estado, Secretário-Adjunto, Procurador Geral de Justiça, Procurador Geral do Estado, Defensor Público Geral, Superintendentes e Diretores de órgãos da administração pública indireta, fundacional, de agências reguladoras e autarquias, Delegado Geral de Polícia, Reitores das universidades públicas estaduais e ainda para todos os cargos de livre provimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 21 de março de 2012.***

Artigo 112 - As leis e atos administrativos externos deverão ser publicados no órgão oficial do Estado, para que produzam os seus efeitos regulares. A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

Artigo 113 - A lei deverá fixar prazos para a prática dos atos administrativos e estabelecer recursos adequados a sua revisão, indicando seus efeitos e forma de processamento.

Artigo 114 - A administração é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, no prazo máximo de dez dias úteis, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverá atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Artigo 115 - Para a organização da administração pública direta e indireta, inclusive as fundações instituídas ou mantidas por qualquer dos Poderes do Estado, é obrigatório o cumprimento das seguintes normas:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissões, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. A nomeação do candidato aprovado obedecerá à ordem de classificação;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, obedecido o disposto no art. 8º da Constituição Federal;

VII - o servidor e empregado público gozarão de estabilidade no cargo ou emprego desde o registro de sua candidatura para o exercício de cargo de representação sindical ou no caso previsto no inciso XXIII deste artigo, até um ano após o término do mandato, se eleito, salvo se cometer falta grave definida em lei;

VIII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

IX - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para os portadores de deficiências, garantindo as adaptações necessárias para a sua participação nos concursos públicos e definirá os critérios de sua admissão;

X - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XVIII - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) de dois cargos de professor;

b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

XIX - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público; ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

XXIV - é obrigatória a declaração pública de bens, antes da posse e depois do desligamento, de todo o dirigente de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação instituída ou mantida pelo Poder Público;

XXVI - ao servidor público que tiver sua capacidade de trabalho reduzida em decorrência de acidente de trabalho ou doença do trabalho será garantida a transferência para locais ou atividades compatíveis com sua situação;

XXVII - é vedada a estipulação de limite de idade para ingresso por concurso público na administração direta, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da administração pública direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo Poder Público deverá ter caráter educacional, informativo e de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - É vedada ao Poder Público, direta ou indiretamente, a publicidade de qualquer natureza fora do território do Estado, para fins de propaganda governamental, exceto às empresas que enfrentam concorrência de mercado e divulgação destinada a promover o turismo estadual. (NR) ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 22 de outubro de 2009***.

§ 3º - A inobservância do disposto nos incisos II, III e IV deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 4º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 5º - As entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, o Ministério Público, bem como os Poderes Legislativo e Judiciário, publicarão, até o dia trinta de abril de cada ano, seu quadro de cargos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior.

§ 6º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 e 142 da Constituição Federal e dos artigos 126 e 138 desta Constituição com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

§ 7º - Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XII do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

§ 8º - Para os fins do disposto no inciso XII deste artigo e no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, poderá ser fixado no âmbito do Estado, mediante emenda à presente Constituição, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

CAPÍTULO II
Dos Servidores Públicos do Estado
SEÇÃO I
Dos Servidores Públicos Civis

Artigo 124 - Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público terão regime jurídico único e planos de carreira.

§ 1º - A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, não haverá alteração nos vencimentos dos demais cargos da carreira a que pertence aquele cujos vencimentos foram alterados por força da isonomia.

§ 3º - Aplica-se aos servidores a que se refere ao «caput» deste artigo e disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

§ 4º - Lei estadual poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal e no artigo 115, XII, desta Constituição. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 125 - O exercício do mandato eletivo por servidor público far-se-á com observância do art. 38 da Constituição Federal.

§ 1º - Fica assegurado ao servidor público, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de afastar-se de suas funções, durante o tempo em que durar o mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, nos termos da lei.

§ 2º - O tempo de mandato eletivo será computado para fins de aposentadoria especial.

Artigo 126 – Aos servidores titulares de cargos efetivos do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados:

1 - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

2 - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

3 - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o artigo 201 da Constituição Federal, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

1 - portadores de deficiência;

2 - que exerçam atividades de risco;

3 - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, 3, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 6º-A - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

1 - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

2 - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 8º-A - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no artigo 115, XII, desta Constituição e do artigo 37, XI, da Constituição Federal à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 - O Estado, desde que institua regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal.

§ 15 - O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no artigo 202 e seus parágrafos, da Constituição Federal, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17 - Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18 - Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19 - O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, 3, "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, 2.

§ 20 - Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no artigo 142, § 3º, X, da Constituição Federal.

§ 21 - A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

§ 22 - O servidor, após noventa dias decorridos da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito, poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 127 - Aplica-se aos servidores públicos estaduais, para efeito de estabilidade, o disposto no art. 41 da Constituição Federal.

Artigo 128 - As vantagens de qualquer natureza só poderão ser instituídas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço.

Artigo 129 - Ao servidor público estadual é assegurado o percebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no art. 115, XVI, desta Constituição.

Artigo 130 - Ao servidor será assegurado o direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor e houver vaga, nos termos da lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também ao servidor cônjuge de titular de mandato eletivo estadual ou municipal.

Artigo 131 - O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à Administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao seqüestro e perdimento dos bens, nos termos da lei.

Artigo 132 – Os servidores titulares de cargos efetivos do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, desde que tenham completado cinco anos de efetivo exercício, terão computado, para efeito de aposentadoria, nos termos da lei, o tempo de contribuição ao regime geral de previdência social decorrente de atividade de natu-

reza privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo os critérios estabelecidos em lei. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 133 - O servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez. (NR) - Este artigo teve sua redação alterada pelo Recurso Extraordinário nº 219934, provido pelo Supremo Tribunal Federal, declarou a inconstitucionalidade de expressão: a qualquer título.

Artigo 134 - O servidor, durante o exercício do mandato de vereador, será inamovível.

Artigo 135 – Ao servidor público titular de cargo efetivo do Estado será contado, como efetivo exercício, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de contribuição decorrente de serviço prestado em cartório não oficializado, mediante certidão expedida pela Corregedoria-Geral da Justiça. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 136 - O servidor público civil demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos.

Artigo 137 - A lei assegurará à servidora gestante mudança de função, nos casos em que for recomendado, sem prejuízo de seus vencimentos ou salários e demais vantagens do cargo ou função-atividade.

CAPÍTULO III
Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer
SEÇÃO I
Da Educação

Artigo 237 - A educação, ministrada com base nos princípios estabelecidos no artigo 205 e seguintes da Constituição Federal e inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tem por fim:

I - a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

II - o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana;

III - o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

IV - o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

V - o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, preservando-o;

VI - a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural;

VII - a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe, raça ou sexo;

VIII - o desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade.

Artigo 238 - A lei organizará o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, levando em conta o princípio da descentralização.

Artigo 239 - O Poder Público organizará o Sistema Estadual de Ensino, abrangendo todos os níveis e modalidades, incluindo a especial, estabelecendo normas gerais de funcionamento para as escolas públicas estaduais e municipais, bem como para as particulares.

§ 1º - Os Municípios organizarão, igualmente, seus sistemas de ensino.

§ 2º - O Poder Público oferecerá atendimento especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

§ 3º - As escolas particulares estarão sujeitas à fiscalização, controle e avaliação, na forma da lei

§ 4° – O Poder Público adequará as escolas e tomará as medidas necessárias quando da construção de novos prédios, visando promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nos espaços e mobiliários. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 27 de janeiro de 2014.***

Artigo 240 - Os Municípios responsabilizar-se-ão prioritariamente pelo ensino fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e pré-escolar, só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naqueles níveis estiver plena e satisfatoriamente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

Artigo 241 - O Plano Estadual de Educação, estabelecido em lei, é de responsabilidade do Poder Público Estadual, tendo sua elaboração coordenada pelo Executivo, consultados os órgãos descentralizados do Sistema Estadual de Ensino, a comunidade educacional, e considerados os diagnósticos e necessidades apontados nos Planos Municipais de Educação.

Artigo 242 - O Conselho Estadual de Educação é órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado de São Paulo, com suas atribuições, organização e composição definidas em lei.

Artigo 243 - Os critérios para criação de Conselhos Regionais e Municipais de Educação, sua composição e atribuições, bem como as normas para seu funcionamento, serão estabelecidos e regulamentados por lei.

Artigo 244 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Artigo 245 - Nos três níveis de ensino será estimulada a prática de esportes individuais e coletivos, como complemento à formação integral do indivíduo.

Parágrafo Único - A prática referida no "caput", sempre que possível, será levada em conta em face das necessidades dos portadores de deficiências.

Artigo 246 - É vedada a cessão de uso de próprios públicos estaduais, para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado de qualquer natureza.

Artigo 247 - A educação da criança de zero a seis anos, integrada ao sistema de ensino, respeitará as características próprias dessa faixa etária.

Artigo 248 - O órgão próprio de educação do Estado será responsável pela definição de normas, autorização de funcionamento, supervisão e fiscalização das creches e pré-escolas públicas e privadas no Estado.

Parágrafo único - Aos Municípios, cujos sistemas de ensino estejam organizados, será delegada competência para autorizar o funcionamento e supervisionar as instituições de educação das crianças de zero a seis anos de idade.

Artigo 249 - O ensino fundamental, com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças, a partir dos sete anos de idade, visando a propiciar formação básica e comum indispensável a todos.

§ 1º - É dever do Poder Público o provimento, em todo o território paulista, de vagas em número suficiente para atender à demanda do ensino fundamental obrigatório e gratuito.

§ 2º - A atuação da administração pública estadual no ensino público fundamental dar-se-á por meio de rede própria ou em cooperação técnica e financeira com os Municípios, nos termos do artigo 30, VI, da Constituição Federal, assegurando a existência de escolas com corpo técnico qualificado e elevado padrão de qualidade, devendo ser definidas com os Municípios formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

§ 3º - O ensino fundamental público e gratuito será também garantido aos jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, e terá organização adequada às características dos alunos.

§ 4º - Caberá ao Poder Público prover o ensino fundamental diurno e noturno, regular e supletivo, adequado às condições de vida do educando que já tenha ingressado no mercado de trabalho.

§ 5º - É permitida a matrícula no ensino fundamental, a partir dos seis anos de idade, desde que plenamente atendida a demanda das crianças de sete anos de idade.

Artigo 251 - A lei assegurará a valorização dos profissionais de ensino, mediante a fixação de planos de carreira para o Magistério Público, com piso salarial profissional, carga horária compatível com o exercício das funções e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Artigo 252 - O Estado manterá seu próprio sistema de ensino superior, articulado com os demais níveis.

Parágrafo único - O sistema de ensino superior do Estado de São Paulo incluirá universidades e outros estabelecimentos.

Artigo 253 - A organização do sistema de ensino superior do Estado será orientada para a ampliação do número de vagas oferecidas no ensino público diurno e noturno, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa.

Parágrafo único - As universidades públicas estaduais deverão manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam a um terço pelo menos do total das vagas por elas oferecidas.

Artigo 254 - A autonomia da universidade será exercida respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios:

I - utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares quanto atividades de extensão;

II - representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos.

§ 1º - A lei criará formas de participação da sociedade, por meio de instâncias públicas externas à universidade, na avaliação do desempenho da gestão dos recursos.

§ 2º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (NR) ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006.***

Artigo 255 - O Estado aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, trinta por cento da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências.

Parágrafo único - A lei definirá as despesas que se caracterizem como manutenção e desenvolvimento do ensino.

Artigo 256 - O Estado e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, informações completas sobre receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação nesse período e discriminadas por nível de ensino.

Artigo 257 - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental.

Parágrafo único - Parcela dos recursos públicos destinados à educação deverá ser utilizada em programas integrados de aperfeiçoamento e atualização para os educadores em exercício no ensino público.

Artigo 258 - O Poder Público poderá, mediante convênio, destinar parcela dos recursos de que trata o artigo 255 a instituições filantrópicas, definidas em lei, para a manutenção e o desenvolvimento de atendimento educacional, especializado e gratuito a educandos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO VII
Da Proteção Especial
SEÇÃO I
Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiências
(**) Renomeado pela Emenda Constitucional nº 38, de 16 de outubro de 2003.

Artigo 277 – Cabe ao Poder Público, bem como à família, assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso e aos portadores de deficiências, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão. (NR) ***(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 38, de 16 de outubro de 2003.***

Parágrafo único - O direito à proteção especial, conforme a lei, abrangerá, entre outros, os seguintes aspectos:

1 - Garantia à criança e ao adolescente de conhecimento formal do ato infracional que lhe seja atribuído, de igualdade na relação processual, representação legal, acompanhamento psicológico e social e defesa técnica por profissionais habilitados;

2 - obrigação de empresas e instituições, que recebam do Estado recursos financeiros para a realização de programas, projetos e atividades culturais, educacionais, de lazer e outros afins, de preverem o acesso e a participação de portadores de deficiências.

Artigo 278 - O Poder Público promoverá programas especiais, admitindo a participação de entidades não governamentais e tendo como propósito:

I - assistência social e material às famílias de baixa renda dos egressos de hospitais psiquiátricos do Estado, até sua reintegração na sociedade;

II - concessão de incentivo às empresas para adequação de seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho aos portadores de deficiências;

III - garantia às pessoas idosas de condições de vida apropriadas, frequência e participação em todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer, defendendo sua dignidade e visando à sua integração à sociedade;

IV - integração social de portadores de deficiências, mediante treinamento para o trabalho, convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos;

V - criação e manutenção de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência;

VI - instalação e manutenção de núcleos de atendimento especial e casas destinadas ao acolhimento provisório de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e vítimas de violência, incluindo a criação de serviços jurídicos de apoio às vítimas, integrados a atendimento psicológico e social;

VII - nos internamentos de crianças com até doze anos nos hospitais vinculados aos órgãos da administração direta ou indireta, é assegurada a permanência da mãe, também nas enfermarias, na forma da lei.

VIII - prestação de orientação e informação sobre a sexualidade humana e conceitos básicos da instituição da família, sempre que possível, de forma integrada aos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio;

IX - criação e manutenção de serviços e programas de prevenção e orientação contra entorpecentes, álcool e drogas afins, bem como de encaminhamento de denúncias e atendimento especializado, referentes à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso dependentes.

Artigo 279 - Os Poderes Públicos estadual e municipal assegurarão condições de prevenção de deficiências, com prioridade para a assistência pré-natal e à infância, bem como integração social de portadores de deficiências, mediante treinamento para o trabalho e para a convivência, mediante:

I - criação de centros profissionalizantes para treinamento, habilitação e reabilitação profissional de portadores de deficiências, oferecendo os meios adequados para esse fim aos que não tenham condições de frequentar a rede regular de ensino;

II - implantação de sistema «Braille» em estabelecimentos da rede oficial de ensino, em cidade polo regional, de forma a atender às necessidades educacionais e sociais dos portadores de deficiências.

Parágrafo único - As empresas que adaptarem seus equipamentos para o trabalho de portadores de deficiências poderão receber incentivos, na forma da lei.

Artigo 280 - É assegurado, na forma da lei, aos portadores de deficiências e aos idosos, acesso adequado aos logradouros e edifícios de uso público, bem como aos veículos de transporte coletivo urbano.

Artigo 281 - O Estado propiciará, por meio de financiamentos, aos portadores de deficiências, a aquisição dos equipamentos que se destinam a uso pessoal e que permitam a correção, diminuição e superação de suas limitações, segundo condições a serem estabelecidas em lei.

TÍTULO VIII
Disposições Constitucionais Gerais

Artigo 284 - O Estado comemorará, anualmente, no período de 3 a 9 de julho, a Revolução Constitucionalista de 1932.

Artigo 285 - Fica assegurado a todos livre e amplo acesso às praias do litoral paulista.

§ 1º - Sempre que, de qualquer forma, for impedido ou dificultado esse acesso, o Ministério Público tomará imediata providência para a garantia desse direito.

§ 2º - O Estado poderá utilizar-se da desapropriação para abertura de acesso a que se refere o «caput».

Artigo 286 - Fica assegurada a criação de creches nos presídios femininos e, às mães presidiárias, a adequada assistência aos seus filhos durante o período de amamentação.

(**) **Artigo 287** - A lei disporá sobre a instituição de indenização compensatória a ser paga, em caso de exoneração ou dispensa, aos servidores públicos ocupantes de cargos e funções de confiança ou cargo em comissão, bem como aos que a lei declarar de livre exoneração.

(**) **Parágrafo único** – A indenização referida no «caput» não se aplica aos servidores públicos que, exonerados ou dispensados do cargo ou função de confiança ou de livre exoneração, retornem à sua função-atividade ou ao seu cargo efetivo. ***(**)*** **ADIN 326-7 – DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 287 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO.**

Artigo 288 - É assegurada a participação dos servidores públicos nos colegiados e diretorias dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais, de assistência médica e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, na forma da lei.

Artigo 289 - O Estado criará crédito educativo, por meio de suas entidades financeiras, para favorecer os estudantes de baixa renda, na forma que dispuser a lei.

Artigo 290 - Toda e qualquer pensão paga pelo Estado, a qualquer título, não poderá ser de valor inferior ao do salário mínimo vigente no País.

Artigo 291 - Todos terão o direito de, em caso de condenação criminal, obter das repartições policiais e judiciais competentes, após reabilitação, bem como no caso de inquéritos policiais arquivados, certidões e informações de folha corrida, sem menção aos antecedentes, salvo em caso de requisição judicial, do Ministério Público, ou para fins de concurso público.

Parágrafo único - Observar-se-á o disposto neste artigo quando o interesse for de terceiros.

• *ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO – LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968.*

LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968
(Atualizada até a Lei Complementar nº 1.199, de 22 de maio de 2013)

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui o ***regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado***.

Parágrafo único. As suas disposições, exceto no que colidirem com a legislação especial, aplicam-se aos funcionários dos ***3 Poderes do Estado e aos do Tribunal de Contas do Estado***.

Art. 2º As disposições desta lei ***não*** *se aplicam aos empregados das* ***autarquias, entidades paraestatais e serviços públicos de natureza industrial,*** *ressalvada a situação daqueles que, por lei anterior, já tenham a qualidade de funcionário público.*

Parágrafo único. Os ***direitos, vantagens e regalias*** *dos funcionários públicos só poderão ser* ***estendidos*** *aos empregados das entidades a que se refere este Art. na* ***forma e condições que a lei*** *estabelecer.*

Art. 3º ***Funcionário público****, para os fins deste Estatuto, é a pessoa* ***legalmente investida em cargo público***.

Art. 4º ***Cargo público*** *é o* ***conjunto de atribuições e responsabilidades*** *cometidas a um funcionário.*

Art. 5º Os cargos públicos são ***isolados*** *ou* ***de carreira***.

Art. 6º Aos cargos públicos serão atribuídos ***valores determinados por referências numéricas****, seguidas de* ***letras*** *em ordem alfabética, indicadoras de* ***graus***.

Parágrafo único. O conjunto de referência e grau constitui o padrão do cargo.

Art. 7º ***Classe*** *é o* ***conjunto de cargos*** *da mesma denominação.*

Art. 8º ***Carreira*** *é o* ***conjunto de classes*** *da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo o nível de complexidade e o grau de responsabilidade.*

Art. 9º ***Quadro*** *é o* ***conjunto de carreiras e de cargos isolados***.

Art. 10. É ***vedado*** *atribuir ao funcionário* ***serviços diversos dos inerentes ao seu cargo****, exceto as funções de chefia e direção e as comissões legais.*

TÍTULO II
DO PROVIMENTO, DO EXERCÍCIO E DA VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
Do Provimento

Art. 11. Os cargos públicos serão providos por:
I - ***nomeação****;*
II - ***transferência****;*
III - ***reintegração****;*
IV - ***acesso****;*
V - ***reversão****;*
VI - ***aproveitamento****; e*
VII - ***readmissão***.

Art. 12. ***Não havendo candidato habilitado em concurso, os cargos*** *vagos, isolados ou de carreira, só poderão ser ocupados no regime da* ***legislação trabalhista****, até o prazo máximo de* ***2 (dois) anos****, considerando-se findo o contrato após esse período, vedada a recondução.*

CAPÍTULO II
Das Nomeações

SEÇÃO I
Das Formas de Nomeação

Art. 13. As nomeações serão feitas:
I - em caráter ***vitalício****, nos casos expressamente previstos na* ***Constituição*** *do Brasil; (Ministério Público e Magistratura)*
II - em ***comissão****, quando se tratar de cargo que em virtude de lei assim deva ser provido; e*
III - em caráter ***efetivo****, quando se tratar de cargo de provimento dessa natureza.*

SEÇÃO II
Da Seleção de Pessoal

SUBSEÇÃO I
Do Concurso

Art. 14. A nomeação para cargo público de provimento efetivo será precedida de ***concurso público de provas ou de provas e títulos***.

Parágrafo único. As ***provas*** *serão avaliadas na escala de* ***0 (zero) a 100 (cem) pontos*** *e aos* ***títulos*** *serão atribuídos, no máximo,* ***50 (cinquenta) pontos***.

Art. 15. A realização dos concursos será ***centralizada*** *num só órgão.*

Art. 16. As normas gerais para a ***realização*** *dos concursos e para a* ***convocação e indicação*** *dos candidatos para o provimento dos cargos serão estabelecidas em* ***regulamento***.

Art. 17. Os ***concursos*** *serão regidos por* ***instruções especiais****, expedidas pelo órgão competente.*

Art. 18. As instruções especiais determinarão, em função da natureza do cargo:

I - se o concurso será:

1 - de ***provas ou de provas e títulos****; e*

2 - por ***especializações ou por modalidades profissionais****, quando couber;*

II - as ***condições*** *para provimento do cargo referentes a:*

1 - ***diplomas ou experiência*** *de trabalho;*

2 - ***capacidade física****; e*

3 - ***conduta****;*

III - o ***tipo e conteúdo*** *das provas e as categorias de títulos;*

IV - a ***forma de julgamento*** *das provas e dos títulos;*

V - os critérios de ***habilitação*** *e de* ***classificação****; e*

VI - o ***prazo de validade*** *do concurso.*

Art. 19. As instruções especiais poderão determinar que a execução do concurso, bem como a classificação dos habilitados, seja feita ***por regiões****.*

Art. 20. A nomeação obedecerá à ***ordem de classificação*** *no concurso.*

SUBSEÇÃO II
Das Provas de Habilitação

Art. 21. As provas de habilitação serão ***realizadas pelo órgão encarregado dos concursos****, para fins de transferência e de outras formas de provimento que não impliquem em critério competitivo.*

Art. 22. As ***normas gerais*** *para realização das provas de habilitação serão estabelecidas em* ***regulamento****, obedecendo, no que couber, ao estabelecido para os concursos.*

CAPÍTULO III
Das Substituições

Art. 23. Haverá substituição no ***impedimento legal e temporário do ocupante de cargo de chefia ou de direção***.

Parágrafo único. Ocorrendo a vacância, o substituto passará a responder pelo expediente da unidade ou órgão correspondente até o provimento do cargo.

Art. 24. A substituição, que ***recairá sempre em funcionário público****, quando não for automática, dependerá da expedição de* ***ato de autoridade*** *competente.*

§ 1º *O substituto exercerá o cargo* ***enquanto durar o impedimento*** *do respectivo ocupante.*

§ 2º O substituto, durante todo o tempo em que exercer a substituição terá direito a perceber o ***valor do padrão e as vantagens pecuniárias*** *inerentes ao cargo do substituído e mais as vantagens pessoais a que fizer jus.*

§ 3º O substituto perderá, durante o tempo da substituição, o vencimento ou a remuneração e demais vantagens pecuniárias inerentes ao seu cargo, se pelo mesmo não ***optar***.

Art. 25. Exclusivamente para atender à ***necessidade de serviço****, os* ***tesoureiros, caixas e outros funcionários*** *que tenham valores sob sua guarda, em caso de impedimento, serão substituídos por* ***funcionários de sua confiança****, que indicarem, respondendo a sua fiança pela gestão do substituto.*

Parágrafo único. Feita a indicação, por escrito, ao chefe da repartição ou do serviço, este proporá a expedição do ato de designação, aplicando-se ao substituto a partir da data em que assumir as funções do cargo, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 24.

CAPÍTULO IV
Da Transferência

Art. 26. O funcionário poderá ser ***transferido de um para outro cargo de provimento efetivo***.

Art. 27. As transferências serão feitas ***a pedido*** *do funcionário ou* ***"ex-officio"****, atendidos sempre a* ***conveniência*** *do serviço e os* ***requisitos*** *necessários ao provimento do cargo.*

Art. 28. A transferência será feita para cargo do ***mesmo padrão de vencimento ou de igual remuneração****, ressalvados os casos de transferência* ***a pedido****, em que o vencimento ou a remuneração poderá ser* ***inferior***.

Art. 29. A transferência ***por permuta*** *se processará a* ***requerimento de ambos os interessados*** *e de acordo com o prescrito neste capítulo.*

CAPÍTULO V
Da Reintegração

Art. 30. A reintegração é o ***reingresso*** *no serviço público, decorrente da* ***decisão judicial passada em julgado****, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.*

Art. 31. A reintegração será feita no ***cargo anteriormente ocupado*** *e, se este houver sido transformado, no* ***cargo resultante***.

§ 1º *Se o cargo estiver* ***preenchido****, o seu ocupante será* ***exonerado****, ou, se ocupava outro cargo, a este será reconduzido, sem direito a indenização.*

§ 2º *Se o cargo houver sido* ***extinto****, a reintegração se fará em* ***cargo equivalente****, respeitada a habilitação profissional, ou, não sendo possível, ficará o reintegrado em disponibilidade no cargo que exercia.*

Art. 32. Transitada em julgado a sentença, será expedido o ***decreto de reintegração*** *no prazo máximo de* ***30 (trinta) dias***.

CAPÍTULO VI
Do Acesso

Art. 33. Acesso é a ***elevação do funcionário****,* ***dentro do respectivo quadro a cargo da mesma natureza*** *de trabalho, de* ***maior grau de responsabilidade*** *e* ***maior complexidade*** *de atribuições, obedecido o interstício na classe e as exigências a serem instituídas em regulamento.*

§ 1º *Serão reservados para acesso os cargos cujas atribuições exijam* ***experiência prévia*** *do exercício de outro cargo.*

§ 2º *O acesso será feito mediante* ***aferição do mérito*** *dentre titulares de cargos cujo exercício proporcione a experiência necessária ao desempenho das atribuições dos cargos referidos no parágrafo anterior.*

Art. 34. Será de ***3 (três) anos de efetivo exercício*** *o interstício para concorrer ao acesso.*

CAPÍTULO VII
Da Reversão

Art. 35. Reversão é o ato pelo qual o aposentado ***reingressa*** *no serviço público* ***a pedido ou ex-officio****.*

§ 1º *A reversão* ***ex-officio*** *será feita quando* ***insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez****.*

§ 2º *Não poderá reverter à atividade o* ***aposentado que contar mais de 58 (cinquenta e oito) anos de idade****.*

§ 3º *No caso de reversão* ***ex-officio****, será permitido o* ***reingresso além do limite*** *previsto no parágrafo anterior.*

§ 4º *A reversão só poderá efetivar-se quando, em* ***inspeção médica****, ficar comprovada a* ***capacidade*** *para o exercício do cargo.*

§ 5º Se o ***laudo médico não for favorável****, poderá ser procedida* ***nova inspeção*** *de saúde, para o mesmo fim, decorridos pelo menos 90 (noventa) dias.*

§ 6º Será ***tornada sem efeito*** *a reversão ex-officio e cassada a aposentadoria do funcionário que reverter e não tomar posse ou não entrar em exercício dentro do prazo legal.*

Art. 36. A reversão far-se-á no ***mesmo cargo****.*

§ 1º *Em casos* ***especiais****, a juízo do Governo, poderá o aposentado reverter em* ***outro cargo****, de igual* ***padrão de vencimentos****, respeitada a* ***habilitação profissional****.*

§ 2º A reversão ***a pedido****, que será feita a* ***critério da Administração****, dependerá também da existência de* ***cargo vago****, que deva ser provido mediante promoção por* ***merecimento****.*

CAPÍTULO VIII
Do Aproveitamento

Art. 37. Aproveitamento é o ***reingresso*** *no serviço público do funcionário em disponibilidade.*

Art. 38. O obrigatório ***aproveitamento*** *do funcionário em disponibilidade ocorrerá em* ***vagas existentes ou que se verificarem*** *nos quadros do funcionalismo.*

§ 1º *O aproveitamento dar-se-á, tanto quanto possível, em cargo de* ***natureza e padrão de vencimentos correspondentes*** *ao que ocupava, não podendo ser feito em cargo de padrão superior.*

§ 2º *Se o aproveitamento se der em cargo de* ***padrão inferior*** *ao provento da disponibilidade, terá o funcionário* ***direito à diferença****.*

§ 3º *Em nenhum caso poderá efetuar-se o aproveitamento sem que, mediante* ***inspeção médica****, fique provada a* ***capacidade*** *para o exercício do cargo.*

§ 4º *Se o laudo médico* ***não for favorável****, poderá ser procedida* ***nova inspeção*** *de saúde, para o mesmo fim, decorridos no mínimo* ***90 (noventa) dias****.*

§ 5º Será tornado ***sem efeito*** *o aproveitamento e cassada a disponibilidade do funcionário que, aproveitado,* ***não tomar posse e não entrar em exercício dentro do prazo legal****.*

§ 6º Será ***aposentado*** *no cargo anteriormente ocupado, o funcionário em disponibilidade que for* ***julgado incapaz*** *para o serviço público, em inspeção médica.*

§ 7º Se o aproveitamento se der em cargo de provimento ***em comissão****, terá o aproveitado assegurado, no novo cargo, a* ***condição de efetividade*** *que tinha no cargo anteriormente ocupado.*

CAPÍTULO IX
Da Readmissão

Art. 39. Readmissão é o ***ato pelo qual o ex-funcionário, demitido ou exonerado, reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de prejuízos****, assegurada, apenas, a contagem de tempo de serviço em cargos anteriores, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.*

§ 1º *A readmissão do ex-funcionário demitido será obrigatoriamente precedida de* ***reexame do respectivo processo administrativo****, em que fique demonstrado não haver inconveniente, para o serviço público, na decretação da medida.*

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, se a demissão tiver sido ***a bem do serviço público****, a readmissão não poderá ser decretada antes de decorridos* ***5 (cinco) anos*** *do ato demissório.*

Art. 40. A readmissão será feita no ***cargo anteriormente exercido*** *pelo ex-funcionário ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.*

CAPÍTULO X
Da Readaptação

Art. 41. ***Readaptação*** *é a* ***investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário*** *e dependerá sempre de* ***inspeção médica****.*

Art. 42. A readaptação não acarretará ***diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração*** *e será feita mediante transferência.*

CAPÍTULO XI
Da Remoção

Art. 43. A remoção, que se processará ***a pedido*** *do funcionário ou* ***"ex-officio"****, só poderá ser feita:*

I - de ***uma para outra repartição****, da mesma Secretaria; e*

II - de ***um para outro órgão*** *da mesma repartição.*

Parágrafo único. A remoção só poderá ser feita ***respeitada a lotação*** *de cada repartição.*

Art. 44. A remoção por ***permuta*** *será processada a requerimento de* ***ambos os interessados****, com anuência dos* ***respectivos chefes*** *e de acordo com o prescrito neste Capítulo.*

Art. 45. O funcionário não poderá ser removido ou transferido *ex-officio para cargo que deva exercer* ***fora da localidade de sua residência****, no período de 6 (seis) meses antes e até 3 (três) meses após a data das eleições.*

Parágrafo único. Essa proibição vigorará no caso de ***eleições federais, estaduais ou municipais****, isolada ou simultaneamente realizadas.*

CAPÍTULO XII
Da Posse

Art. 46. Posse é o ***ato que investe o cidadão em cargo público***.

Art. 47. São requisitos para a posse em cargo público:
I - ser ***brasileiro****;*
II - ter completado ***18 (dezoito) anos*** *de idade;*
III - estar em ***dia com as obrigações militares****;*
IV - estar no gozo dos ***direitos políticos****;*
V - ter ***boa conduta****;*
VI - gozar de ***boa saúde****, comprovada em inspeção realizada por* órgão médico registrado no Conselho Regional *correspondente, para provimento de cargo em comissão;*
VII - possuir ***aptidão*** *para o exercício do cargo; e*
VIII - ter atendido às ***condições especiais*** *prescritas para o cargo.*
Parágrafo único. A ***deficiência da capacidade física****, comprovadamente estacionária,* ***não será considerada impedimento para a caracterização da capacidade psíquica e somática*** *a que se refere o item VI deste artigo, desde que tal deficiência* ***não impeça o desempenho normal*** *das funções inerentes ao cargo de cujo provimento se trata.*

Art. 48. São ***competentes*** *para dar posse:*
I - Os ***Secretários de Estado****, aos* ***diretores*** *gerais, aos diretores ou* ***chefes*** *das repartições e aos* ***funcionários que lhes são diretamente subordinados****; e*
II - Os ***diretores gerais e os diretores ou chefes*** *de repartição ou serviço, nos* ***demais casos****, de acordo com o que dispuser o regulamento.*

Art. 49. A posse verificar-se-á mediante a ***assinatura de termo*** *em que o funcionário* ***prometa cumprir fielmente*** *os deveres do cargo.*
Parágrafo único. O termo será lavrado em ***livro próprio*** *e assinado pela autoridade que der posse.*
Art. 50. A posse poderá ser ***tomada por procuração*** *quando se tratar de funcionário ausente do Estado, em comissão do Governo ou, em* ***casos especiais****, a critério da autoridade competente.*

Art. 51. A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram ***satisfeitas as condições estabelecidas****, em lei ou regulamento, para a investidura no cargo.*

Art. 52. A posse deverá verificar-se no prazo de ***30 (trinta) dias****, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial.*
§ 1º *O prazo fixado neste artigo poderá ser* ***prorrogado por mais 30 (trinta) dias****, a requerimento do interessado.*
§ 2º *O prazo inicial para a posse do funcionário em férias ou licença, será* ***contado da data em que voltar ao serviço****.*
§ 3º *Se a posse não se der dentro do prazo, será tornado* ***sem efeito o ato de provimento****.*

Art. 53. A contagem do ***prazo*** *a que se refere o artigo anterior poderá se****r suspensa*** *nas seguintes hipóteses:*
I - por até ***120 (cento e vinte) dias****, a critério do órgão médico oficial, a partir da data de apresentação do candidato junto ao referido órgão para* ***perícia de sanidade e capacidade física****, para fins de ingresso, sempre que a inspeção médica exigir essa providência;*
II - por ***30 (trinta) dias****, mediante a interposição de* ***recurso pelo candidato contra a decisão do órgão médico oficial****.*
§ 1º O prazo a que se refere o inciso I deste artigo ***recomeçará*** *a correr sempre que o candidato, sem motivo justificado,* ***deixe de submeter-se aos exames médicos*** *julgados necessários.*
§ 2º A interposição de ***recurso*** *a que se refere o inciso II deste artigo dar-se-á no prazo máximo de* ***5 (cinco) dias****, a contar da data de decisão do órgão médico oficial.*

Art. 54. O prazo a que se refere o artigo 52 para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às ***Forças Armadas****, será contado a partir da data da* ***desincorporação****.*

Art. 55. O funcionário efetivo, nomeado para cargo em comissão, fica ***dispensado****, no ato da posse, da apresentação do atestado de que trata o inciso VI do artigo 47 desta lei.*

CAPÍTULO XIII
Da Fiança

Art. 56. (Revogado).

CAPÍTULO XIV
Do Exercício

Art. 57. O exercício é o ato pelo qual o funcionário ***assume as atribuições e responsabilidades do cargo****.*
§ 1º *O* ***início, a interrupção e o reinicio*** *do exercício serão* ***registrados*** *no assentamento individual do funcionário.*
§ 2º O ***início do exercício e as alterações*** *que ocorrerem serão* ***comunicados ao órgão competente****, pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o funcionário.*

Art. 58. Entende-se por ***lotação****, o* ***número de funcionários*** *de carreira e de cargos isolados* ***que devam ter exercício em cada repartição ou serviço****.*
Art. 59. O ***chefe da repartição ou de serviço*** *em que for lotado o funcionário é a* ***autoridade competente para dar-lhe exercício****.*
Parágrafo único. É competente para dar exercício ao funcionário, com sede no Interior do Estado, a autoridade a que o mesmo estiver ***diretamente subordinado****.*

Art. 60. O exercício do cargo terá ***início*** *dentro do prazo de* ***30 (trinta) dias,*** *contados:*
I - da data da ***posse****; e*
II - da data da ***publicação oficial do ato****, no caso de remoção.*
§ 1º Os prazos previstos neste artigo poderão ser ***prorrogados por 30 (trinta) dias,*** *a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente.*
§ 2º *No caso de* ***remoção****, o prazo para exercício de funcionário em* ***férias ou em licença****, será contado da* ***data em que voltar*** *ao serviço.*
§ 3º *No interesse do serviço público, os* ***prazos*** *previstos neste artigo poderão ser* ***reduzidos para determinados cargos****.*
§ 4º *O funcionário que* ***não entrar em exercício*** *dentro do prazo será* ***exonerado****.*

Art. 61. Em caso de ***mudança de sede****, será concedido um* ***período de trânsito, até 8 (oito) dias****, a contar do desligamento do funcionário.*

Art. 62. O funcionário deverá ***apresentar*** *ao órgão competente, logo após ter tomado posse e assumido o exercício, os* ***elementos necessários à abertura do assentamento individual****.*

Art. 63. Salvo os casos previstos nesta lei, o funcionário que ***interromper*** *o exercício por mais de* ***30 (trinta) dias consecutivos****, ficará sujeito à* ***pena de demissão por abandono de cargo****.*

Art. 64. O funcionário deverá ter ***exercício na repartição em cuja lotação*** *houver claro.*

Art. 65. Nenhum funcionário poderá ter exercício em ***serviço ou repartição diferente*** *daquela em que estiver lotado, salvo nos casos previstos nesta lei, ou mediante autorização do Governador.*

Art. 66. Na hipótese de ***autorização*** *do Governador, o* ***afastamento só será permitido****, com ou sem prejuízo de vencimentos, para* ***fim determinado e prazo certo****.*

Parágrafo único. O afastamento sem prejuízo de vencimentos poderá ser ***condicionado ao reembolso*** *das despesas efetuadas pelo órgão de origem, na forma a ser estabelecida em regulamento.*

Art. 67. O afastamento do funcionário para ter ***exercício em entidades com as quais o Estado mantenha convênios****, reger-se-á pelas normas nestes estabelecidas.*

Art. 68. O funcionário poderá ***ausentar-se do Estado ou deslocar-se da respectiva sede de exercício, para missão ou estudo*** *de interesse do serviço público, mediante autorização expressa do Governador.*

Art. 69. Os afastamentos de funcionários para participação em ***congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos****, poderão ser* ***autorizados pelo Governador****, na forma estabelecida em regulamento.*

Art. 70. O servidor preso em flagrante, preventiva ou temporariamente ou pronunciado será ***considerado afastado do exercício do cargo****, com prejuízo da remuneração, até a condenação ou absolvição transitada em julgado.*

§ 1º *Estando o servidor licenciado, sem prejuízo de sua remuneração, será considerada* ***cessada a licença na data em que o servidor for recolhido à prisão****.*

§ 2º *Se o servidor for, ao final do processo judicial,* ***condenado****, o afastamento* ***sem remuneração*** *perdurará* ***até o cumprimento total da pena****, em regime fechado ou semiaberto,* ***salvo*** *na hipótese em que a decisão condenatória determinar a* ***perda do cargo público****.*

Art. 71. As autoridades competentes determinarão o ***afastamento imediato*** *do trabalho, do funcionário que apresente indícios de* ***lesões orgânicas ou funcionais causadas por raios X ou substâncias radioativas****, podendo atribuir-lhe conforme o caso, tarefas sem risco de radiação ou conceder-lhe licença "ex-officio" na forma do art. 194 e seguintes.*

Art. 72. O funcionário, quando no desempenho do ***mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado*** *de seu cargo, com prejuízo do vencimento ou remuneração.*

Art. 73. O exercício do ***mandato de Prefeito, ou de Vereador, quando remunerado****, determinará o* ***afastamento*** *do funcionário, com a* ***faculdade de opção entre os subsídios*** *do mandato e os vencimentos* ***ou a remuneração*** *do cargo, inclusive vantagens pecuniárias, ainda que não incorporadas.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente à ***hipótese de nomeação de Prefeito****.*

Art. 74. Quando ***não remunerada*** *a vereança, o* ***afastamento somente ocorrerá nos dias de sessão*** *e desde que o* ***horário*** *das sessões da Câmara* ***coincida com o horário normal*** *de trabalho a que estiver sujeito o funcionário.*

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, o afastamento se dará ***sem prejuízo de vencimentos e vantagens****, ainda que não incorporadas, do respectivo cargo.*

§ 2º É ***vedada a remoção ou transferência*** *do funcionário* ***durante*** *o exercício do mandato.*

Art. 75. O funcionário, devidamente autorizado pelo Governador, poderá ***afastar-se do cargo*** *para participar de* ***provas de competições desportivas****, dentro ou fora do Estado.*

§ 1º O afastamento de que trata este artigo, será precedido de ***requisição justificada*** *do órgão competente.*

§ 2º O funcionário será afastado por ***prazo certo****, nas seguintes condições:*

I - ***sem prejuízo*** *do vencimento ou remuneração, quando* ***representar o Brasil, ou o Estado****, em competições desportivas oficiais; e*

II - ***com prejuízo*** *do vencimento ou remuneração, em quaisquer* ***outros casos****.*

CAPÍTULO XV
Da Contagem de Tempo de Serviço

Art. 76. O tempo de serviço público, assim considerado o ***exclusivamente prestado ao Estado e suas Autarquias****, será contado singelamente para* ***todos os fins****.*

Parágrafo único. O tempo de serviço público prestado à União, outros Estados e Municípios, e suas autarquias, ***anteriormente*** *ao ingresso do funcionário no serviço público estadual, será* ***contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.***

Art. 77. A ***apuração do tempo de serviço*** *será feita em dias.*

§ 1º Serão ***computados os dias de efetivo exercício****, do registro de frequência ou da folha de pagamento.*

§ 2º *O número de dias será convertido em* ***anos****, considerados sempre estes como de* ***365 (trezentos e sessenta e cinco) dias****.*

§ 3º Feita *a* ***conversão*** *de que trata o parágrafo anterior, os dias restantes,* ***até 182*** *(cento e oitenta e dois),* ***não serão computados, arredondando-se para 1 (um) ano****, na aposentadoria compulsória ou por invalidez, quando excederem esse número.*

Art. 78. Serão considerados de ***efetivo exercício****, para todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de:*

I - ***férias****;*

II - ***casamento, até 8 (oito) dias****;*

III - ***falecimento do cônjuge, filhos, pais e irmãos, até 8 (oito) dias****;*

*IV - **falecimento dos avós, netos, sogros, do padrasto ou madrasta, até 2 (dois) dias**;*

*V - **serviços obrigatórios por lei**;*

*VI - **licença quando acidentado** no exercício de suas atribuições ou atacado de **doença profissional**;*

*VII - **licença à funcionária gestante**;*

*VIII - **licenciamento compulsório**, nos termos do art. 206;*

*IX - **licença-prêmio**;*

*X - **faltas abonadas** nos termos do parágrafo 1º do art. 110, observados os limites ali fixados;*

*XI - **missão ou estudo** dentro do Estado, em outros pontos do território nacional ou no estrangeiro, nos termos do art. 68;*

XII - nos casos previstos no ***art. 122**;*

*XIII - **afastamento por processo administrativo**, se o funcionário for declarado **inocente** ou se a pena imposta for de **repreensão ou multa**; e, ainda, os **dias que excederem o total da pena de suspensão** efetivamente aplicada;*

XIV - trânsito, em decorrência de ***mudança de sede de exercício**, desde que não exceda o prazo de **8 (oito) dias**; e*

*XV - **provas de competições desportivas**, nos termos do item I, do § 2º, do art. 75.*

*XVI - **licença-paternidade, por 5 (cinco) dias**.*

Art. 79. Os dias em que o funcionário ***deixar de comparecer** ao serviço em virtude de **mandato legislativo municipal** serão considerados de **efetivo exercício** para todos os efeitos legais.*

Parágrafo único. No caso de ***vereança remunerada**, os dias de afastamento **não serão computados** para fins de vencimento ou remuneração, salvo se por eles tiver optado o funcionário.*

Art. 80. Será ***contado para todos os efeitos,** salvo para a percepção de vencimento ou remuneração:*

*I - o **afastamento para provas de competições desportivas** nos termos do item II do § 2º do art. 75; e*

*II - as **licenças previstas nos arts. 200 e 201**.*

*Art. 81. Os **tempos** adiante enunciados serão contados:*

*I - para efeito de **concessão de adicional por tempo de serviço**, sexta-parte, aposentadoria e disponibilidade:*

a) o de afastamento nos termos dos *arts. 65 e 66, **junto a outros poderes do Estado, a fundações instituídas pelo Estado ou empresas** em que o Estado tenha participação majoritária pela sua Administração Centralizada ou Descentralizada, bem como junto a órgãos da Administração Direta da União, de outros Estados e Municípios, e de suas autarquias;*

b) o de ***afastamento nos termos do art. 67**;*

*II - para efeito de **disponibilidade e aposentadoria**, o de **licença para tratamento de saúde**.*

*Art. 82. O tempo de **mandato** federal e estadual, bem como o municipal, quando **remunerados**, será contado para **fins de aposentadoria e de promoção por antiguidade**.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à hipótese de nomeação de Prefeito.

*Art. 83. Para efeito de aposentadoria será contado o **tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade**.*

Art. 84. É ***vedada a acumulação de tempo de serviço concorrente ou simultaneamente prestado**, em dois ou mais cargos ou funções, à União, Estados, Municípios ou Autarquias em geral.*

Parágrafo único. Em regime de acumulação é vedado contar tempo de um dos cargos para reconhecimento de direito ou vantagens no outro.

*Art. 85. **Não será computado**, para nenhum efeito, o **tempo de serviço gratuito**.*

CAPÍTULO XVI
Da Vacância

*Art. 86. A **vacância** do cargo decorrerá de:*

*I - **exoneração**;*

*II - **demissão**;*

*III - **transferência**;*

*IV - **acesso**;*

*V - **aposentadoria**; e*

*VI - **falecimento**.*

§ 1º Dar-se-á a ***exoneração**:*

*1 - a **pedido** do funcionário;*

*2 - a **critério** do Governo, quando se tratar de ocupante de cargo em comissão; e*

3 - quando o funcionário ***não entrar em exercício** dentro do prazo legal.*

§ 2º A ***demissão** será aplicada como **penalidade** nos casos previstos nesta lei.*

TÍTULO III
DA PROMOÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO
Da Promoção

Art. 87. Promoção é a ***passagem do funcionário de um grau a outro da mesma classe** e se processará obedecidos, alternadamente, os **critérios de merecimento e de antiguidade** na forma que dispuser o regulamento.*

Art. 88. O merecimento do funcionário será apurado em ***pontos positivos e negativos**.*

§ 1º *Os pontos positivos se referem a condições de **eficiência** no cargo e ao **aperfeiçoamento funcional** resultante do aprimoramento dos seus conhecimentos.*

§ 2º Os pontos ***negativos** resultam da **falta de assiduidade e da indisciplina**.*

Art. 89. Da apuração do merecimento será dada ***ciência ao funcionário**.*

Art. 90. A antiguidade será determinada pelo ***tempo de efetivo exercício** no cargo e no serviço público, apurado em dias.*

Art. 91. As promoções serão feitas em ***junho e dezembro de cada ano**, dentro de **limites** percentuais a serem estabelecidos em regulamento e corresponderão às condições existentes até o último dia do semestre imediatamente anterior.*

Art. 92. Os ***direitos e vantagens*** *que decorrerem da promoção serão contados a partir da publicação do ato, salvo quando publicado fora do prazo legal, caso em que vigorará a contar do último dia do semestre a que corresponder.*

Parágrafo único. Ao funcionário que não estiver em efetivo exercício, só se abonarão as vantagens a partir da data da reassunção.

Art. 93. Será declarada ***sem efeito a promoção indevida****, não ficando o funcionário, nesse caso, obrigado a restituições, salvo na hipótese de declaração falsa ou omissão intencional.*

Art. 94. Só poderão ser promovidos os servidores que tiverem o ***interstício de efetivo exercício no grau****.*

Parágrafo único. O interstício a que se refere este artigo será estabelecido em regulamento.

Art. 95. Dentro de cada quadro, haverá ***para cada classe****, nos respectivos graus, uma* ***lista de classificação****, para os critérios de merecimento e antiguidade.*

Parágrafo único. Ocorrendo ***empate*** *terão preferência, sucessivamente:*

1 - na ***classificação por merecimento****:*

a) ***os títulos e os comprovantes de conclusão de cursos****, relacionados com a função exercida;*

b) a ***assiduidade****;*

c) a ***antiguidade no cargo****;*

d) os ***encargos de família****; e*

e) a ***idade****;*

2 - na classificação por ***antiguidade****:*

a) o ***tempo no cargo****;*

b) o ***tempo de serviço prestado ao Estado****;*

c) o ***tempo de serviço público****;*

d) os ***encargos de família****; e*

e) a ***idade****.*

Art. 96. O funcionário em exercício de ***mandato eletivo*** *federal ou estadual ou de mandato de prefeito, somente poderá ser promovido por* ***antiguidade****.*

Art. 97. ***Não*** *serão promovidos por* ***merecimento****, ainda que classificados dentro dos limites estabelecidos no regulamento, os funcionários que tiverem* ***sofrido qualquer penalidade nos dois anos anteriores à data de vigência da promoção****.*

Art. 98. O funcionário ***submetido*** *a processo administrativo poderá ser* ***promovido****, ficando, porém,* ***sem efeito*** *a promoção por merecimento no caso de o processo resultar em* ***penalidade****.*

Art. 99. Para promoção por merecimento é indispensável que o funcionário obtenha ***número de pontos*** não inferior à metade do máximo atribuível.

Art. 100. O merecimento do funcionário é adquirido na ***classe.***

Art. 101. (Revogado)

Art. 102. O tempo no cargo será o ***efetivo exercício****, contado na seguinte conformidade:*

I - a partir da data em que o funcionário assumir o exercício do cargo, nos casos de ***nomeação, transferência a pedido, reversão e aproveitamento****;*

II - como se o funcionário estivesse em exercício, no caso de ***reintegração****;*

III - a partir da data em que o funcionário assumir o exercício do cargo do qual foi transferido, no caso de ***transferência ex-officio****; e*

IV - a partir da data em que o funcionário assumir o exercício do cargo ***reclassificado ou transformado****.*

Art. 103. Será contado como tempo no cargo o efetivo exercício que o funcionário houver prestado no mesmo cargo, sem solução de continuidade, desde que por ***prazo superior a 6 (seis) meses****:*

I - como ***substituto****; e*

II - no ***desempenho de função gratificada****, em período anterior à criação do respectivo cargo.*

Art. 104. As promoções obedecerão à ***ordem de classificação****.*

Art. 105. Haverá em cada Secretaria de Estado uma ***Comissão*** *de Promoção que terá as seguintes atribuições:*

I - eleger o respectivo presidente;

II - decidir as ***reclamações contra a avaliação do mérito****, podendo alterar, fundamentalmente, os pontos atribuídos ao reclamante ou a outros funcionários;*

III - avaliar o mérito do funcionário quando houver ***divergência igual ou superior a 20 (vinte) pontos entre os totais*** *atribuídos pelas autoridades avaliadoras;*

IV - propor à autoridade competente a ***penalidade*** *que couber ao responsável pelo atraso na expedição e remessa do Boletim de Promoção, pela falta de qualquer informação ou de elementos solicitados, pelos fatos de que decorram irregularidade ou parcialidade no processamento das promoções;*

V - ***avaliar os títulos e os certificados*** *de cursos apresentados pelos funcionários; e*

VI - dar ***conhecimento*** *aos interessados mediante afixação na repartição:*

1 - das alterações de pontos feitos nos Boletins de Promoção; *e*

2 - dos pontos atribuídos pelos títulos e certificados de cursos.

Art. 106. No processamento das promoções cabem as seguintes ***reclamações****:*

I - da ***avaliação do mérito****; e*

II - da ***classificação final****.*

§ 1º Da avaliação do mérito podem ser interpostos pedidos de reconsideração e recurso, e, da classificação final, apenas recurso.

§ 2º *Terão* ***efeito suspensivo*** *as reclamações relativas à avaliação do mérito.*

§ 3º *Serão estabelecidos em regulamento as normas e os prazos para o processamento das reclamações de que trata este artigo.*

Art. 107. A orientação das promoções do funcionalismo público civil será ***centralizada****, cabendo ao órgão a que for deferida tal competência:*

I - expedir normas relativas ao processamento das promoções e elaborar as respectivas escalas de avaliação, com a aprovação do Governador;

II - orientar as autoridades competentes quanto à avaliação das condições de promoção;

III - realizar estudos e pesquisas no sentido de averiguar a eficiência do sistema em vigor, propondo medidas tendentes ao seu aperfeiçoamento; *e*

IV - opinar em processos sobre assuntos de promoção, sempre que solicitado.

TÍTULO IV
DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS DE ORDEM PECUNIÁRIA

CAPÍTULO I
Do Vencimento e da Remuneração

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 108. ***Vencimento*** *é a* ***retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo****, correspondente ao valor do respectivo padrão fixado em lei, mais as vantagens a ele incorporadas para todos os efeitos legais.*

Art. 109. ***Remuneração*** é *a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente a 2/3 (dois terços) do respectivo padrão,* ***mais as quotas ou porcentagens que, por lei, lhe tenham sido atribuídas e as vantagens pecuniárias a ela incorporadas****.*

Art. 110. O ***funcionário perderá****:*
I - o vencimento ou remuneração ***do dia quando não comparecer ao serviço****, salvo no caso previsto no § 1º deste artigo; e*
II - ***1/3 (um terço)*** *do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da* ***hora seguinte*** *à marcada para o início do expediente ou quando dele* ***retirar-se dentro da última hora****.*
§ 1º As faltas ao serviço, até o máximo de ***6 (seis) por ano****, não excedendo a uma por mês,* ***em razão de moléstia ou outro motivo relevante****, poderão ser* ***abonadas*** *pelo superior imediato, a requerimento do funcionário no primeiro dia útil subsequente ao da falta.*
§ 2º No caso de ***faltas sucessivas, justificadas ou injustificadas****, os* ***dias intercalados*** *– domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente – serão computados exclusivamente para efeito de* ***desconto do vencimento ou remuneração****. (não como falta)*

Art. 111. As ***reposições*** *devidas pelo funcionário e as* ***indenizações*** *por prejuízos que causar à Fazenda Pública Estadual, serão* ***descontadas em parcelas mensais*** não excedentes da ***décima parte*** *do vencimento ou remuneração ressalvados os casos especiais previstos neste Estatuto.*

Art. 112. Só será admitida procuração para efeito de recebimento de quaisquer importâncias dos cofres estaduais, decorrentes do exercício do cargo, quando o funcionário se encontrar ***fora da sede ou comprovadamente impossibilitado de locomover-se****.*

Art. 113. O vencimento, remuneração ou qualquer vantagem *pecuniária atribuídos ao funcionário, não poderão ser objeto de* ***arresto, sequestro ou penhora****, salvo:*
I - quando se tratar de prestação de ***alimentos****, na forma da lei civil; e*
II - nos casos previstos no ***Capítulo II do Título VI*** *deste Estatuto.*

Art. 114. É ***proibido****, fora dos casos expressamente consignados neste Estatuto,* ***ceder ou gravar vencimento, remuneração ou qualquer vantagem*** *decorrente do exercício de cargo público.*

Art. 115. O vencimento ou remuneração do funcionário não poderá sofrer ***outros descontos****, exceto* ***os obrigatórios e os autorizados*** *por lei.*

Art. 116. As consignações em folha, para efeito de desconto de vencimentos ou remuneração, serão ***disciplinadas em regulamento****.*

SEÇÃO II
Do Horário e do Ponto

Art. 117. O horário de trabalho nas repartições será fixado pelo Governo de acordo com a ***natureza*** *e as* ***necessidades*** *do serviço.*

Art. 118. O ***período*** *de trabalho, nos casos de comprovada necessidade, poderá ser* ***antecipado*** *ou* ***prorrogado*** *pelo chefe da repartição ou serviço.*
Parágrafo único. No caso de antecipação ou prorrogação, será ***remunerado o trabalho extraordinário****, na forma estabelecida no art. 136.*

Art. 119. Nos ***dias úteis****, só por* ***determinação do Governador*** *poderão deixar de funcionar as repartições públicas ou ser suspenso o expediente.*

Art. 120. ***Ponto é o registro*** *pelo qual se verificará, diariamente,* ***a entrada e saída*** *do funcionário em serviço.*
§ 1º *Para registro do ponto serão usados, de preferência,* ***meios mecânicos****.*
§ 2º É ***vedado dispensar*** *o funcionário do registro do ponto, salvo os casos expressamente previstos em lei.*
§ 3º A infração do disposto no parágrafo anterior determinará a ***responsabilidade da autoridade*** *que tiver expedido a ordem, sem prejuízo da ação disciplinar cabível.*

Art. 121. Para o funcionário ***estudante****, conforme dispuser o regulamento, poderão ser estabelecidas* ***normas especiais*** *quanto à frequência ao serviço.*

Art. 122. O funcionário que comprovar sua contribuição para ***banco de sangue*** *mantido por órgão estatal ou paraestatal, ou entidade com a qual o Estado mantenha convênio, fica dispensado de comparecer ao serviço no dia da doação.*

Art. 123. Apurar-se-á a ***frequência*** *do seguinte modo:*
I - pelo ***ponto****; e*
II - pela ***forma determinada****, quanto aos funcionários não sujeitos a ponto.*

CAPÍTULO II
Das Vantagens de Ordem Pecuniária

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 124. Além do valor do padrão do cargo, o funcionário só poderá receber as seguintes ***vantagens pecuniárias:***
I - ***adicionais por tempo de serviço****;*
II - ***gratificações****;*
III - ***diárias****;*

*IV - **ajudas de custo**;*

*V - **salário-família e salário-esposa**;*

VI - (Revogado);

*VII - **quota-parte de multas e porcentagens fixadas em lei**;*

*VIII - **honorários**, quando fora do período normal ou extraordinário de trabalho a que estiver sujeito, for designado para realizar **investigações ou pesquisas científicas**, bem como para exercer as funções de **auxiliar ou membro de bancas e comissões de concurso ou prova**, ou de **professor de cursos de seleção e aperfeiçoamento ou especialização** de servidores, legalmente instituídos, observadas as proibições atinentes a regimes especiais de trabalho fixados em lei;*

*IX - **honorários** pela prestação de **serviço peculiar à profissão** que exercer e, em função dela, à Justiça, desde que **não a execute dentro do período normal ou extraordinário de trabalho** a que estiver sujeito e sejam respeitadas as restrições estabelecidas em lei pela subordinação a regimes especiais de trabalho; e*

*X - outras vantagens ou concessões pecuniárias previstas em **leis especiais ou neste Estatuto**.*

§ 1º *Excetuados os casos expressamente previstos neste artigo, o funcionário não poderá receber, a qualquer título, seja qual for o motivo ou forma de pagamento, **nenhuma outra vantagem pecuniária** dos órgãos do serviço público, das entidades autárquicas ou paraestatais ou outras organizações públicas, **em razão de seu cargo ou função nos quais tenha sido mandado servir**.*

§ 2º *O não cumprimento do que preceitua este artigo importará na **demissão do funcionário**, por procedimento irregular, e na imediata reposição, pela autoridade ordenadora do pagamento, da importância indevidamente paga.*

§ 3º *Nenhuma importância relativa às vantagens constantes deste artigo será paga ou devida ao funcionário, seja qual for o seu fundamento, **se não houver crédito próprio, orçamentário ou adicional**.*

Art. 125. As porcentagens ou quotas-partes, atribuídas em ***virtude de multas ou serviços de fiscalização e inspeção,*** só serão ***creditadas ao funcionário após a entrada da importância respectiva**, a título definitivo, para os cofres públicos.*

Art. 126. O funcionário não fará jus à percepção de quaisquer ***vantagens pecuniárias**, nos casos em que deixar de perceber o vencimento ou remuneração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 160.*

SEÇÃO Il
Dos Adicionais por Tempo de Serviço

Art. 127. O funcionário terá direito, após cada período de ***5 (cinco) anos**, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de **5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração**, a que se incorpora para todos os efeitos.*

Parágrafo único. Declarado Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (*ADIn* nº 3.167)

Art. 128. A apuração do quinquênio será feita em ***dias** e o total convertido em anos, considerados estes sempre como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.*

Art. 129. (Vetado).

Art. 130. O funcionário que completar ***25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício perceberá mais a sexta-parte do vencimento ou remuneração**, a estes incorporada para todos os efeitos.*

Art. 131. O funcionário que exercer cumulativamente cargos ou funções, *terá **direito aos adicionais de que trata esta Seção**, isoladamente, referentes a cada cargo ou a função.*

Art. 132. O ***ocupante de cargo em comissão fará jus** aos adicionais previstos nesta Seção, calculados sobre o vencimento que perceber no exercício desse cargo, enquanto nele permanecer.*

Art. 133. Ao funcionário no exercício de ***cargo em substituição aplica-se** o disposto no artigo anterior.*

Art. 134. Para efeito dos adicionais a que se refere esta Seção, será ***computado o tempo de serviço**, na forma estabelecida nos arts. 76 e 78.*

SEÇÃO III
Das Gratificações

Art. 135. Poderá ser concedida ***gratificação** ao funcionário: (Vide Lei Complementar nº 1.199/2013)*

I - pela prestação de ***serviço extraordinário**;*

II - pela elaboração ou execução de t***rabalho técnico ou científico ou de utilidade para o serviço público**;*

III - a título de ***representação**, quando em função de gabinete, missão ou estudo fora do Estado ou designação para função de confiança do Governador;*

IV - quando designado para fazer p***arte de órgão legal de deliberação coletiva**; e*

V - outras que forem previstas em ***lei.***

Art. 136. A gratificação pela prestação de ***serviço extraordinário será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado**, na mesma razão percebida pelo funcionário em cada hora de período normal de trabalho a que estiver sujeito.*

Parágrafo único. A prestação de serviço extraordinário não poderá exceder a ***duas horas diárias de trabalho**.*

Art. 137. É vedado conceder ***gratificação por serviço extraordinário**, com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.*

§ 1º *O funcionário que receber importância relativa a serviço extraordinário que não prestou, será **obrigado a restituí-la de uma só vez**, ficando ainda sujeito à punição disciplinar.*

§ 2º *Será **responsabilizada a autoridade que infringir** o disposto no caput deste artigo.*

Art. 138. Será punido com pena de ***suspensão** e, na reincidência, com a de **demissão**, a bem do serviço público, o funcionário:*

I - que ***atestar falsamente** a prestação de serviço extraordinário; e*

II - que ***se recusar, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário**.*

Art. 139. O funcionário que exercer ***cargo de direção*** não poderá perceber gratificação por serviço ***extraordinário**.*

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica durante o período em que subordinado de titular de cargo nele mencionado venha a perceber, em consequência do acréscimo da gratificação por serviço extraordinário, quantia que iguale ou ultrapasse o valor do padrão do cargo de direção.

§ 2º Aos titulares de cargos de direção, para efeito do parágrafo anterior, apenas será paga gratificação por serviço extraordinário correspondente à quantia a esse título percebida pelo subordinado de padrão mais elevado.

Art. 140. A ***gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço, será arbitrada pelo Governador****, após sua conclusão.*

Art. 141. A gratificação a título de ***representação****, quando o funcionário for designado para serviço ou estudo fora do Estado, será* ***arbitrada pelo Governador, ou por autoridade que a lei determinar****, podendo ser percebida cumulativamente com a diária.*

Art. 142. A gratificação relativa ao ***exercício em órgão legal de deliberação coletiva, será fixada pelo Governador****.*

Art. 143. A ***gratificação de representação de gabinete****, fixada em regulamento, não poderá ser percebida cumulativamente com a referida no inciso I do art. 135.*

SEÇÃO IV
Das Diárias

Art. 144. Ao funcionário que se ***deslocar temporariamente*** *da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, ou em* ***missão ou estudo, desde que relacionados com o cargo que exerce****, poderá ser concedida, além do* ***transporte, uma diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada****.*

§ 1º Não será concedida diária ao funcionário ***removido ou transferido****, durante o período de* ***trânsito****.*

§ 2º Não caberá *a concessão de diária quando o* ***deslocamento de funcionário constituir exigência permanente*** *do cargo ou função.*

§ 3º *Entende-se por* ***sede o município onde o funcionário tem exercício****.*

§ 4º *O disposto no "caput" deste artigo* ***não se aplica aos casos de missão ou estudo*** *fora do País.*

§ 5º *As diárias relativas aos deslocamentos de funcionários para outros Estados e Distrito Federal, serão fixadas por* ***decreto****.*

Art. 145. O ***valor*** *das diárias será fixado em* ***decreto****.*

Art. 146. A ***tabela*** *de diárias, bem como as autoridades que as concederem, deverão constar de* ***decreto****.*

Art. 147. O funcionário que ***indevidamente receber*** *diária, será obrigado a* ***restituí-la de uma só vez****, ficando ainda sujeito à punição disciplinar.*

Art. 148. É ***vedado*** *conceder diárias com o objetivo de* ***remunerar outros encargos ou serviços****.*

Parágrafo único. Será responsabilizada a autoridade que infringir o disposto neste artigo.

SEÇÃO V
Das Ajudas de Custo

Art. 149. A juízo da Administração, *poderá ser concedida ajuda de custo ao funcionário que* ***no interesse do serviço passar a ter exercício em nova sede****.*

§ 1º A ajuda de custo destina-se a indenizar o funcionário das ***despesas de viagem e de nova instalação****.*

§ 2º O transporte do funcionário e de sua família compreende ***passagem e bagagem*** *e correrá por conta do Governo.*

Art. 150. A ajuda de custo, desde que em território do País, será ***arbitrada pelos Secretários de Estado****, não podendo exceder importância correspondente a 3 (três) vezes o valor do padrão do cargo.*

Parágrafo único. O regulamento fixará o ***critério para o arbitramento****, tendo em vista o número de pessoas que acompanham o funcionário, as condições de vida na nova sede, a distância a ser percorrida, o tempo de viagem e os recursos orçamentários disponíveis.*

Art. 151. ***Não será concedida ajuda de custo****:*

I - ao funcionário que se afastar da sede ou a ela voltar, em virtude de ***mandato eletivo****; e*

II - ao que for ***afastado junto a outras Administrações****.*

Parágrafo único. O funcionário que recebeu ajuda de custo, se for obrigado a mudar de sede dentro do período de ***2 (dois) anos*** *poderá receber, apenas,* ***2/3 (dois terços) do benefício*** *que lhe caberia.*

Art. 152. Quando o funcionário for incumbido de serviço que o obrigue a permanecer ***fora da sede por mais de 30 (trinta) dias****, poderá receber* ***ajuda de custo sem prejuízos das diárias*** *que lhe couberem.*

Parágrafo único. A importância dessa ajuda de custo será fixada na forma do art. 150, não podendo exceder a quantia relativa a ***1 (uma) vez o valor do padrão do cargo****.*

Art. 153. ***Restituirá*** *a ajuda de custo que tiver recebido:*

I - o funcionário que ***não seguir para a nova sede*** *dentro dos prazos fixados, salvo motivo independente de sua vontade, devidamente comprovado sem prejuízo da pena disciplinar cabível;*

II - o funcionário que, antes de concluir o serviço que lhe foi cometido, ***regressar da nova sede, pedir exoneração ou abandonar o cargo****.*

§ 1º *A restituição poderá ser feita* ***parceladamente****, a juízo da autoridade que houver concedido a ajuda de custo, salvo no caso de recebimento* ***indevido****, em que a importância por devolver será descontada integralmente do vencimento ou remuneração, sem prejuízo da pena disciplinar cabível.*

§ 2º *A responsabilidade pela restituição de que trata este artigo, atinge* ***exclusivamente a pessoa do funcionário****.*

§ 3º *Se o regresso do funcionário for* ***determinado*** *pela autoridade competente ou por motivo de* ***força maior*** *devidamente comprovado, não ficará ele obrigado a restituir a ajuda de custo.*

Art. 154. Caberá também ajuda de custo ao funcionário ***designado para serviço ou estudo no estrangeiro****.*

Parágrafo único. A ajuda de custo de que trata este artigo será arbitrada pelo ***Governador.***

SEÇÃO VI
Do Salário-Família e do Salário-Esposa

Art. 155. O ***salário-família*** *será concedido ao funcionário ou ao inativo por:*

I - filho ***menor de 18 (dezoito) anos**; e*
II - filho ***inválido** de qualquer idade.*
*Parágrafo único. Consideram-se **dependentes**, desde que vivam total ou parcialmente* às expensas do *funcionário, os **filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos**, equiparando-se a estes os tutelados **sem meios próprios de subsistência**.*

*Art. 156. A invalidez que caracteriza a dependência é a **incapacidade total e permanente para o trabalho**.*

*Art. 157. Quando o pai e a mãe tiverem **ambos a condição** de funcionário público ou de inativo e viverem em comum, o **salário-família será concedido a um deles**.*
*Parágrafo único. Se **não viverem em comum**, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda, ou a ambos, de acordo com a distribuição de dependentes.*
*Art. 158. Ao **pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madrasta** e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.*

*Art. 158-A. Fica assegurada nas mesmas bases e condições, ao **cônjuge supérstite ou ao responsável** legal pelos filhos do casal, a percepção do salário-família a que tinha direito o **funcionário ou inativo falecido**.*

*Art. 159. A concessão e a supressão do salário-família serão processadas na forma estabelecida em **lei**.*

*Art. 160. Não será pago o salário-família nos casos em que o funcionário **deixar de perceber o respectivo vencimento ou remuneração**.*
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos disciplinares e penais, nem aos de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 161. É vedada a percepção de salário-família por dependente em relação ao qual já esteja sendo pago este benefício por outra entidade pública federal, estadual ou municipal, ficando o ***infrator sujeito às penalidades da lei**.*

*Art. 162. O **salário-esposa** será concedido ao funcionário que não perceba vencimento ou remuneração de importância superior a **2 (duas) vezes o valor do menor vencimento** pago pelo Estado, desde que a **mulher não exerça atividade remunerada**.*
Parágrafo único. A concessão do benefício a que se refere este artigo será objeto de regulamento.

SEÇÃO VII
Outras Concessões Pecuniárias

*Art. 163. O Estado assegurará ao funcionário o **direito de pleno ressarcimento de danos ou prejuízos, decorrentes de acidentes no trabalho**, do exercício em determinadas zonas ou locais e da execução de trabalho especial, com risco de vida ou saúde.*

*Art. 164. Ao funcionário licenciado, para tratamento de saúde poderá ser concedido **transporte**, se decorrente do tratamento, inclusive para pessoa de sua família.*

*Art. 165. Poderá ser concedido transporte à **família do funcionário**, quando este falecer fora da sede de exercício, no desempenho de serviço.*
§ 1º *A mesma concessão poderá ser feita à família do funcionário **falecido fora do Estado**.*
§ 2º *Só serão atendidos os pedidos de transporte formulados dentro do prazo de **1 (um) ano**, a partir da data em que houver falecido o funcionário.*

Art. 166. (Revogado).

Art. 167. A concessão de que trata o artigo anterior só poderá ser deferida ao funcionário que se encontre ***no exercício do cargo e mantenha contato com o público**, pagando ou recebendo em moeda corrente.*

*Art. 168. Ao cônjuge, ao companheiro ou companheira ou, na falta destes, à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento de funcionário ativo ou inativo será **concedido auxílio-funeral**, a título de benefício assistencial, de valor correspondente a **1 (um) mês** da respectiva remuneração.*
§ 1º *O pagamento será efetuado pelo órgão competente, mediante apresentação de **atestado de óbito** pelas pessoas indicadas no caput deste artigo, ou procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade.*
§ 2º *No caso de integrante da carreira de Agente de Segurança Penitenciária ou da classe de **Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária**, se ficar comprovado, por meio de competente apuração, que o óbito decorreu de lesões recebidas no **exercício de suas funções**, o benefício será acrescido do valor correspondente a **mais 1 (um) mês** da respectiva remuneração, cujo pagamento será efetivado mediante apresentação de alvará judicial.*
§ 3º *O pagamento do benefício previsto neste artigo, caso as despesas tenham sido **custeadas por terceiros**, em virtude da contratação de planos funerários, somente será efetivado mediante apresentação de **alvará judicial**.*

*Art. 169. O Governo do Estado poderá conceder **prêmios em dinheiro**, dentro das dotações orçamentárias próprias, aos funcionários autores dos melhores trabalhos, classificados em **concursos de monografias de interesse para o serviço público**.*

Art. 170. (Revogado).

CAPÍTULO III
Das Acumulações Remuneradas

Art. 171. É ***vedada a acumulação remunerada**, exceto:*
I - a de um ***juiz** e um cargo de **professor**;*
II - a de ***dois** cargos de **professor**;*
III - a de um cargo de ***professor** e outro **técnico ou científico**; e*
IV - a de ***dois cargos privativos de médico**.*
§ 1º *Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja **correlação de matérias e compatibilidade de horários**.*
§ 2º *A proibição de acumular **se estende** a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.*
§ 3º *A proibição de acumular proventos **não se aplica aos aposentados**, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.*

Art. 172. O funcionário ocupante de cargo efetivo, ou em disponibilidade, poderá ser ***nomeado para cargo em comissão****, perdendo, durante o exercício desse cargo, o vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou o provento, salvo se* ***optar*** *pelo mesmo.*

Art. 173. Não se compreende na proibição de acumular, desde que tenha correspondência com a função principal, a ***percepção das vantagens*** *enumeradas no art. 124.*

Art. 174. Verificado, mediante processo administrativo, que o funcionário está ***acumulando, fora das condições*** *previstas neste Capítulo, será ele* ***demitido de todos os cargos e funções e obrigado a restituir o que indevidamente houver recebido****.*

§ 1º *Provada a* ***boa-fé****, o funcionário será mantido no cargo ou função que exercer há* ***mais tempo.***

§ 2º *Em caso contrário, o funcionário demitido ficará ainda* ***inabilitado pelo prazo de 5 (cinco) anos****, para o exercício de função ou cargo público, inclusive em entidades que exerçam função delegada do poder público ou são por este mantidas ou administradas.*

Art. 175. As autoridades civis e os chefes de serviço, bem como os diretores ou responsáveis pelas entidades referidas no parágrafo 2º do artigo anterior e os fiscais ou representantes dos poderes públicos junto às mesmas, que ***tiverem conhecimento*** *de que qualquer dos seus subordinados ou qualquer empregado da empresa sujeita à fiscalização está no exercício de acumulação proibida, farão a* ***devida comunicação ao órgão competente****, para os fins indicados no artigo anterior.*

Parágrafo único. Qualquer cidadão poderá denunciar a existência de acumulação ilegal.

TÍTULO V
DOS DIREITOS E VANTAGENS EM GERAL

CAPÍTULO I
Das Férias

Art. 176. O funcionário terá direito ao gozo de ***30 (trinta) dias de férias anuais,*** *observada a* ***escala*** *que for aprovada.*

§ 1º É proibido levar à conta de férias qualquer ***falta*** *ao trabalho.*

§ 2º É ***proibida a acumulação*** *de férias, salvo por* ***absoluta necessidade*** *de serviço e pelo máximo de* ***2 (dois) anos*** *consecutivos.*

§ 3º *O período de férias será reduzido para 20 (vinte) dias, se o servidor, no exercício anterior, tiver, considerados em conjunto,* ***mais de 10 (dez) não comparecimentos correspondentes a faltas*** *abonadas, justificadas e injustificadas ou às licenças previstas nos itens IV, VI e VII do art. 181.*

§ 4º *Durante as férias, o funcionário terá* ***direito a todas as vantagens****, como se estivesse em exercício.*

Art. 177. Atendido o interesse do serviço, o funcionário poderá gozar férias de ***uma só vez ou em dois períodos iguais****.*

Art. 178. Somente depois do ***primeiro ano*** *de exercício no serviço público, adquirirá o funcionário* ***direito a férias****.*

Parágrafo único. Será contado para efeito deste artigo o ***tempo de serviço prestado em outro cargo público****, desde que entre a cessação do anterior e o início do subsequente exercício não haja interrupção superior a 10 (dez) dias.*

Art. 179. Caberá ao chefe da repartição ou do serviço, organizar, no mês de dezembro, a ***escala de férias para o ano seguinte****, que poderá alterar de acordo com a conveniência do serviço.*

Art. 180. O funcionário transferido ou removido, quando em gozo de férias, ***não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las****.*

CAPÍTULO II
Das Licenças

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 181. O funcionário efetivo poderá ser ***licenciado****:*

I - para ***tratamento de saúde****;*

II - quando acidentado no ***exercício de suas atribuições ou acometido por doença profissional****;*

III - no caso previsto no ***art. 198****;*

IV - por motivo de ***doença em pessoa de sua família****;*

V - para cumprir obrigações concernentes ao ***serviço militar****;*

VI - para tratar de ***interesses particulares****;*

VII - no caso previsto no ***art. 205****;*

VIII - compulsoriamente, como ***medida profilática****;*

IX - como prêmio de ***assiduidade****.*

§ 1º *Ao funcionário ocupante* ***exclusivamente de cargo em comissão*** *serão concedidas as licenças previstas neste artigo, salvo as referidas nos incisos* ***IV, VI e VII.***

§ 2º *As licenças previstas nos incisos I a III serão concedidas ao funcionário de que trata o § 1º deste artigo mediante* ***regras estabelecidas pelo regime geral de previdência social****.*

Art. 182. As licenças dependentes de ***inspeção médica*** *serão concedidas pelo* ***prazo indicado pelos órgãos oficiais*** *competentes.*

Art. 183. ***Finda a licença****, o funcionário deverá* ***reassumir, imediatamente****, o exercício do cargo.*

§ 1º *O disposto no caput deste artigo não se aplica às* ***licenças previstas nos incisos V e VII do artigo 181****, quando em* ***prorrogação****.*

§ 2º *A infração do disposto no caput deste artigo importará em* ***perda total do vencimento ou remuneração*** *correspondente ao* ***período de ausência*** *e, se esta* ***exceder a 30 (trinta) dias****, ficará o funcionário sujeito à pena de* ***demissão*** *por abandono de cargo.*

Art. 184. O funcionário licenciado nos termos dos itens I a IV do art. 181, é ***obrigado a reassumir o exercício****, se for considerado* ***apto em inspeção médica realizada ex-officio ou se não subsistir a doença*** *na pessoa de sua família.*

Parágrafo único. O funcionário ***poderá desistir da licença****, desde que em* ***inspeção médica fique comprovada*** *a cessação dos motivos determinantes da licença.*

Art. 185. As licenças previstas nos incisos ***I, II e IV do artigo 181 não serão concedidas em prorrogação****, cabendo ao funcionário ou à autoridade competente ingressar, quando for o caso, com um novo pedido.*

Art. 186. (Revogado).

*Art. 187. O funcionário licenciado nos termos dos **itens I e II do artigo 181 não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada**, sob pena de ser cassada a licença e de ser demitido por abandono do cargo, caso não reassuma o seu exercício dentro do **prazo de 30 (trinta) dias**.*

Art. 188. (Revogado)

Art. 189. (Revogado)

Art. 190. O funcionário que ***se recusar a submeter-se à inspeção médica**, quando julgada necessária, será punido com pena de **suspensão**.*

*Parágrafo único. A suspensão cessará no **dia em que se realizar a inspeção**.*

SEÇÃO II
Da Licença para Tratamento de Saúde

*Art. 191. Ao funcionário que, por motivo de saúde, estiver **impossibilitado para o exercício do cargo**, será concedida **licença até o máximo de 4 (quatro) anos**, com vencimento ou remuneração. (Redação dada pela Lei complementar nº 1.196, de 27 de fevereiro de 2013).*

§ 1º *Findo o prazo, previsto neste artigo, o funcionário será submetido à **inspeção médica e aposentado**, desde que verificada a sua invalidez, permitindo-se o licenciamento além desse prazo, quando não se justificar a aposentadoria.*

§ 2º *Será **obrigatória a reversão** do aposentado, desde que cessados os motivos determinantes da aposentadoria.*

*Art. 192. O funcionário ocupante de cargo **em comissão poderá ser aposentado**, nas condições do artigo anterior, desde que preencha os requisitos do art. 227.*

*Art. 193. A licença para tratamento de saúde **dependerá de inspeção médica oficial** e poderá ser concedida:*

*I - a **pedido** do funcionário;*

*II - **"ex officio"**.*

§ 1º *A inspeção médica de que trata o "caput" deste artigo **poderá ser dispensada**, a critério do órgão oficial, quando a **análise documental for suficiente** para comprovar a incapacidade laboral, observado o estabelecido em decreto.*

§ 2º *A **licença "ex officio"** de que trata o inciso II deste artigo será concedida por decisão do* órgão oficial*:*

*1 - quando as **condições de saúde** do funcionário assim o **determinarem**;*

2 - a pedido do órgão de origem do funcionário.

§ 3º *O funcionário poderá ser **dispensado da inspeção médica** de que trata o "caput" deste artigo em caso de licença para **tratamento de saúde de curta duração**, conforme estabelecido em decreto. (Redação dada pela Lei complementar nº 1.196, de 27 de fevereiro de 2013).*

SEÇÃO III
Da Licença ao Funcionário Acidentado no Exercício de suas Atribuições ou Atacado de Doença Profissional

*Art. 194. O funcionário **acidentado** no exercício de suas atribuições ou que tenha adquirido **doença profissional** terá direito à **licença com vencimento ou remuneração**.*

*Parágrafo único. Considera-se também **acidente**:*

*1 - a **agressão sofrida e não provocada pelo funcionário, no exercício de suas funções**;*

*2 - a **lesão sofrida pelo funcionário, quando em trânsito**, no percurso usual para o trabalho.*

*Art. 195. A licença prevista no artigo anterior não poderá exceder de **4 (quatro) anos**.*

*Parágrafo único. No caso de acidente, verificada a **incapacidade total** para qualquer função pública, será desde logo concedida **aposentadoria** ao funcionário.*

*Art. 196. A **comprovação** do acidente, **indispensável para a concessão da licença**, será feita em **procedimento** próprio, que deverá iniciar-se no prazo de **10 (dez) dias**, contados da data do acidente.*

§ 1º *O funcionário deverá requerer a concessão da licença de que trata o caput deste artigo junto ao* órgão de origem.

§ 2º *Concluído o procedimento de que trata o caput deste artigo caberá ao* órgão médico oficial *a decisão.*

§ 3º *O procedimento para a comprovação do acidente de que trata este artigo deverá ser **cumprido pelo órgão de origem do funcionário**, ainda que não venha a ser objeto de licença.*

*Art. 197. Para a conceituação do **acidente da doença profissional**, serão adotados os critérios da **legislação federal** de acidentes do trabalho.*

SEÇÃO IV
Da Licença à Funcionária Gestante

Art. 198. À ***funcionária gestante** será concedida licença de **180 (cento e oitenta) dias** com vencimento ou remuneração, observado o seguinte:*

*I - a licença poderá ser concedida a partir da **32ª (trigésima segunda)** semana de gestação, mediante documentação médica que **comprove a gravidez e a respectiva idade gestacional**; (Redação dada pela Lei complementar nº 1.196, de 27 de fevereiro de 2013).*

*II - **ocorrido o parto**, sem que tenha sido requerida a licença, será esta concedida mediante a **apresentação da certidão de nascimento** e vigorará a partir da data do evento, podendo **retroagir até 15 (quinze) dias**;*

*III - durante a licença, cometerá **falta grave** a servidora que **exercer qualquer atividade remunerada ou mantiver a criança em creche** ou organização similar.*

*Parágrafo único. No caso de **natimorto**, será concedida a licença **para tratamento de saúde**, a critério médico, na forma prevista no artigo 193.*

SEÇÃO V
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

*Art. 199. O funcionário poderá obter licença, por motivo de **doença do cônjuge e de parentes até segundo grau**.*

§ 1º *Provar-se-á a doença em **inspeção médica** na forma prevista no artigo 193.*

§ 2º *A licença de que trata este artigo será concedida **com vencimentos ou remuneração até 1 (um) mês** e com os seguintes **descontos**:*

1 - de 1/3 (um terço), quando exceder a 1 (um) mês até 3 (três);
2 - 2/3 (dois terços), quando exceder a 3 (três) até 6 (seis);
3 - sem vencimento ou remuneração do sétimo ao vigésimo mês.

§ 3º *Para os efeitos do § 2º deste artigo, serão somadas as licenças concedidas durante o período de 20 (vinte) meses, contado da primeira concessão.*

SEÇÃO VI
Da Licença para Atender a Obrigações Concernentes ao Serviço Militar

Art. 200. Ao funcionário que for convocado para o ***serviço militar e outros encargos da segurança nacional****, será concedida licença* ***sem vencimento ou remuneração****.*

§ 1º *A licença será concedida mediante* ***comunicação do funcionário ao chefe*** *da repartição ou do serviço, acompanhada de documentação oficial que prove a incorporação.*

§ 2º *O funcionário* ***desincorporado reassumirá*** *imediatamente o exercício, sob pena de demissão por abandono do cargo, se a ausência exceder a 30 (trinta) dias.*

§ 3º Quando a ***desincorporação*** *se verificar em* ***lugar diverso do da sede****, os prazos para apresentação serão os previstos no art. 60.*

Art. 201. Ao funcionário que houver feito ***curso para ser admitido como oficial da reserva das Forças Armadas****, será também concedida licença sem vencimento ou remuneração,* ***durante os estágios*** *prescritos pelos regulamentos militares.*

SEÇÃO VII
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 202. Depois de ***5 (cinco) anos de exercício****, o funcionário poderá obter* ***licença, sem vencimento ou remuneração****, para tratar de interesses* ***particulares****, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.*

§ 1º *Poderá ser* ***negada*** *a licença quando o afastamento do funcionário for* ***inconveniente*** *ao interesse do serviço.*

§ 2º *O funcionário deverá* ***aguardar em exercício*** *a concessão da licença.*

§ 3º *A licença poderá ser* ***gozada parceladamente*** *a juízo da Administração, desde que dentro do período de* ***3 (três) anos****.*

§ 4º *O funcionário poderá* ***desistir da licença****, a qualquer tempo, reassumindo o exercício em seguida.*

Art. 203. Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário ***nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício do cargo****.*

Art. 204. Só poderá ser concedida ***nova*** *licença depois de decorridos* ***5 (cinco) anos do término da anterior****.*

SEÇÃO VIII
Da Licença à Funcionária Casada com Funcionário ou Militar

Art. 205. A funcionária ***casada com funcionário estadual ou com militar*** *terá direito à licença,* ***sem*** *vencimento ou remuneração, quando o* ***marido for mandado servir,*** *independentemente de solicitação, em outro ponto do Estado ou do território nacional ou no estrangeiro.*

Parágrafo único. A licença será concedida mediante ***pedido devidamente instruído*** *e vigorará pelo tempo que durar a comissão ou a nova função do marido.*

SEÇÃO IX
Da Licença Compulsória

Art. 206. O funcionário, ao qual se possa atribuir a condição de ***fonte de infecção de doença transmissível, poderá ser licenciado****, enquanto durar essa condição, a juízo de* ***autoridade sanitária*** *competente, e na forma prevista no regulamento.*

Art. 207. Verificada a procedência da suspeita, o funcionário será ***licenciado para tratamento de saúde*** *na forma prevista no art. 191, considerando-se incluídos no período da licença os dias de licenciamento compulsório.*

Art. 208. Quando não positivada a moléstia, deverá o funcionário ***retornar ao serviço****, considerando-se como de efetivo exercício para todos os efeitos legais, o período de licença compulsória.*

SEÇÃO X
Da licença-prêmio

Art. 209. O funcionário terá ***direito, como prêmio de assiduidade, à licença de 90 (noventa) dias em cada período de 5 (cinco) anos*** *de exercício ininterrupto, em que não haja sofrido qualquer penalidade administrativa.*

Parágrafo único. O período da licença será considerado de ***efetivo exercício*** *para todos os efeitos legais, e não acarretará desconto algum no vencimento ou remuneração.*

Art. 210. Para fins da licença prevista nesta Seção, ***não se consideram interrupção*** *de exercício:*

I - os afastamentos enumerados no art. 78, excetuado o previsto no item X; e

II - as faltas abonadas, as justificadas e os dias de licença a que se referem os itens I e IV do art. 181 desde que o total de todas essas ausências não exceda o limite máximo de 30 (trinta) dias, no período de 5 (cinco) anos.

Art. 211. (Revogado).

Art. 212. A licença-prêmio será concedida mediante ***certidão de tempo de serviço****, independente de requerimento do funcionário, e será publicada no Diário Oficial do Estado, nos termos da legislação em vigor.*

Art. 213. O funcionário poderá ***requerer o gozo da licença-prêmio****:*

I - ***por inteiro ou em parcelas não inferiores a 15 (quinze) dias****;*

II - ***até o implemento das condições para a aposentadoria voluntária****.*

§ 1º *Caberá à autoridade competente:*

1 - ***adotar****, após manifestação do chefe imediato, sem prejuízo para o serviço, as* ***medidas necessárias para que o funcionário possa gozar a licença-prêmio*** *a que tenha direito;*

2 - ***decidir****, após manifestação do chefe imediato, observada a opção do funcionário e respeitado o interesse do serviço,* ***pelo gozo da licença-prêmio por inteiro ou parceladamente****.*

§ 2º *A apresentação de **pedido de passagem à inatividade**, sem a prévia e oportuna apresentação do requerimento de gozo, implicará **perda do direito** à licença-prêmio.*

*Art. 214. O funcionário deverá **aguardar em exercício** a apreciação do requerimento de gozo da licença-prêmio.*

*Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio **dependerá de novo requerimento**, caso **não se inicie em até 30 (trinta) dias** contados da publicação do ato que o houver autorizado.*

Art. 215. (Revogado).

Art. 216. (Revogado).

CAPÍTULO III
Da Estabilidade

Art. 217. É assegurada a estabilidade somente ao funcionário que, ***nomeado por concurso, contar mais de 2 (dois) anos** de efetivo exercício.*

*Art. 218. O funcionário estável só poderá ser **demitido em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo**, assegurada ampla defesa.*

*Parágrafo único. A estabilidade **diz respeito ao serviço público e não ao cargo**, ressalvando-se à Administração o direito de aproveitar o funcionário em outro cargo de igual padrão, de acordo com as suas aptidões.*

CAPÍTULO IV
Da Disponibilidade

*Art. 219. O funcionário poderá ser **posto em disponibilidade remunerada**:*

I - no caso previsto no § 2º do art. 31; e

II - quando, tendo adquirido estabilidade, o cargo for extinto por lei.

*Parágrafo único. O funcionário ficará em disponibilidade até o seu **obrigatório aproveitamento** em cargo equivalente.*

Art. 220. O provento da disponibilidade não poderá ser superior ao vencimento ou remuneração e vantagens *percebidos pelo funcionário.*

*Art. 221. Qualquer **alteração** do vencimento ou remuneração e vantagens percebidas pelo funcionário em virtude de **medida geral**, será **extensiva** ao provento do disponível, na mesma proporção.*

CAPÍTULO V
Da Aposentadoria

*Art. 222. O funcionário será **aposentado**:*

*I - por **invalidez**;*

*II - compulsoriamente, aos **70 (setenta) anos**; e*

*III - voluntariamente, após **35 (trinta e cinco) anos de serviço**.*

§ 1º No caso do item III, o prazo é reduzido a ***30 (trinta) anos para as mulheres**.*

§ 2º *Os limites de idade e de tempo de serviço para a aposentadoria **poderão ser reduzidos,** nos termos do parágrafo único do art. 94 da Constituição do Estado de São Paulo.*

*Art. 223. A aposentadoria prevista no item I do artigo anterior, só será concedida, após a **comprovação da invalidez do funcionário**, mediante inspeção de saúde realizada em órgão médico oficial.*

*Art. 224. A aposentadoria **compulsória** prevista no item II do art. 222 é **automática**.*

Parágrafo único. O funcionário se afastará no dia imediato àquele em que atingir a idade limite, independentemente da publicação do ato declaratório da aposentadoria.

*Art. 225. O funcionário em **disponibilidade** poderá ser aposentado nos termos do **art. 222**.*

Art. 226. O provento da aposentadoria será:

*I - **igual** ao vencimento ou remuneração e demais vantagens pecuniárias incorporadas para esse efeito:*

*1 - quando o funcionário, do sexo masculino, contar **35 (trinta e cinco) anos** de serviço e do sexo feminino, **30 (trinta) anos**; e*

*2 - quando ocorrer a **invalidez**.*

*II - **proporcional ao tempo de serviço**, nos demais casos.*

*Art. 227. As disposições dos itens I e II do art. 222 aplicam-se ao funcionário ocupante de cargo em comissão, que contar mais de **15 (quinze) anos de exercício ininterrupto nesse cargo**, seja ou não ocupante de cargo de provimento efetivo.*

*Art. 228. A aposentadoria prevista no item III do art. 222 produzirá efeito a partir da publicação do ato no **"Diário Oficial"**.*

*Art. 229. O pagamento dos proventos a que tiver direito o aposentado deverá **iniciar-se no mês seguinte** ao em que cessar a percepção do vencimento ou remuneração.*

*Art. 230. O provento do aposentado **só poderá sofrer descontos autorizados em lei**.*

*Art. 231. O provento da aposentadoria **não poderá ser superior** ao vencimento ou remuneração e demais vantagens percebidas pelo funcionário.*

*Art. 232. Qualquer alteração do vencimento ou remuneração e vantagens percebidas pelo funcionário em virtude de **medida geral**, será **extensiva** ao provento do aposentado, na mesma proporção.*

CAPÍTULO VI
Da Assistência ao Funcionário

*Art. 233. Nos **trabalhos insalubres** executados pelos funcionários, o Estado é obrigado a fornecer-lhes gratuitamente **equipamentos de proteção à saúde**.*

*Parágrafo único. Os equipamentos aprovados por órgão competente, serão de **uso obrigatório dos funcionários**, sob pena de suspensão.*

*Art. 234. Ao funcionário é assegurado o **direito de remoção** para igual cargo no local de residência do cônjuge, se este também for funcionário e houver vaga.*

*Art. 235. Havendo **vaga na sede do exercício de ambos os cônjuges**, a remoção poderá ser feita para o local indicado por qualquer deles, desde que não prejudique o serviço.*

*Art. 236. Somente será concedida **nova remoção** por união de cônjuges ao funcionário que **for removido a pedido para outro local**, após transcorridos 5 (cinco) anos.*

*Art. 237. Considera-se local, para os fins dos arts. 234 a 236, o município onde o cônjuge tem sua **residência**.*

*Art. 238. O ato que remover ou transferir o funcionário **estudante** de uma para outra cidade ficará suspenso se, na nova sede, não existir **estabelecimento congênere**, oficial, reconhecido ou equiparado àquele em que o interessado esteja matriculado.*

***§ 1º** Efetivar-se-á a transferência, se o funcionário **concluir** o curso, **deixar de cursá-lo** ou for **reprovado** durante 2 (dois) anos.*

***§ 2º** **Anualmente**, o interessado deverá fazer **prova**, perante a repartição a que esteja subordinado, de que está frequentando regularmente o curso em que estiver matriculado.*

CAPÍTULO VII
Do Direito de Petição

Art. 239. É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de ***petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos***.

***§ 1º** Qualquer pessoa poderá **reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível** no serviço público.*

***§ 2º** Em **nenhuma hipótese**, a Administração poderá **recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar** a petição, sob pena de responsabilidade do agente.*

*Art. 240. Ao servidor é assegurado o **direito de requerer ou representar,** bem como, nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.*

TÍTULO VI
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I
Dos Deveres e das Proibições

SEÇÃO I
Dos Deveres

Art. 241. São deveres do funcionário:

*I - ser **assíduo e pontual**;*

*II - cumprir as **ordens** superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;*

*III - desempenhar com **zelo** e **presteza** os trabalhos de que for incumbido;*

*IV - guardar **sigilo** sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;*

*V - **representar** aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;*

*VI - tratar com **urbanidade** as pessoas;*

*VII - **residir** no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;*

*VIII - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua **declaração de família**;*

*IX - zelar pela **economia do material** do Estado e pela **conservação** do que for confiado à sua guarda ou utilização;*

*X - apresentar-se **convenientemente trajado** em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso;*

*XI - **atender prontamente**, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas **autoridades judiciárias ou administrativas**, para defesa do Estado, em Juízo;*

*XII - cooperar e manter espírito de **solidariedade** com os companheiros de trabalho,*

*XIII - estar **em dia** com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e*

*XIV - proceder na **vida pública e privada** na forma que dignifique a função pública.*

SEÇÃO II
Das Proibições

*Art. 242. Ao funcionário é **proibido**:*

I - (Revogado).

*II - **retirar**, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer **documento ou objeto** existente na repartição;*

*III - **entreter-se**, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras **atividades estranhas** ao serviço;*

*IV - **deixar de comparecer** ao serviço sem causa justificada;*

*V - tratar de **interesses particulares** na repartição;*

*VI - promover **manifestações de apreço ou desapreço** dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas;*

*VII - exercer **comércio** entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de **donativos** dentro da repartição; e*

*VIII - empregar **material do serviço público** em serviço particular.*

Art. 243. É ***proibido ainda**, ao funcionário:*

*I - fazer **contratos de natureza comercial e industrial com o Governo**, por si, ou como representante de outrem;*

*II - **participar da gerência ou administração de empresas** bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;*

*III - requerer ou promover a **concessão de privilégios, garantias de juros ou outros favores semelhantes**, federais, estaduais ou municipais, exceto privilégio de invenção própria;*

*IV - **exercer,** mesmo fora das horas de trabalho, **emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições** que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;*

*V - **aceitar representação de Estado estrangeiro**, sem autorização do Presidente da República;*

*VI - comerciar ou ter parte em sociedades comerciais nas condições mencionadas no item II deste artigo, podendo, em qualquer caso, ser **acionista, quotista ou comanditário**;*

*VII - **incitar greves ou a elas aderir**, ou praticar **atos de sabotagem** contra o serviço público; (INCONSTITUCIONAL)*

*VIII - praticar a **usura**;*

*IX - constituir-se **procurador de partes ou servir de intermediário** perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau;*

*X - receber **estipêndios** de firmas fornecedoras ou de entidades fiscalizadas, no País, ou no estrangeiro, mesmo quando estiver em missão referente à compra de material ou fiscalização de qualquer natureza;*

*XI - valer-se de sua qualidade de funcionário para desempenhar **atividade estranha às funções ou para lograr**, direta ou indiretamente, qualquer **proveito**; e*

*XII - fundar **sindicato de funcionários** ou deles fazer parte. (INCONSTITUCIONAL)*

*Parágrafo único. Não está compreendida na proibição dos itens II e VI deste artigo, a **participação do funcionário em sociedades em que o Estado seja acionista**, bem assim **na direção ou gerência de cooperativas e associações de classe**, ou como seu **sócio**.*

Art. 244. É vedado ao funcionário trabalhar sob as ***ordens imediatas de parentes, até segundo grau**, salvo quando se tratar de **função de confiança e livre escolha**, não podendo exceder a **2 (dois)** o número de auxiliares nessas condições.*

CAPÍTULO II
Das Responsabilidades

*Art. 245. O **funcionário é responsável por todos os prejuízos** que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por **dolo ou culpa**, devidamente **apurados**.*

Parágrafo único. Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:

*I - pela **sonegação de valores e objetos** confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecidos nas leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço;*

*II - pelas **faltas, danos, avarias e quaisquer outros prejuízos** que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda, ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;*

*III - pela **falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita**, ou que tenham com eles relação; e*

*IV - por qualquer **erro de cálculo ou redução** contra a Fazenda Estadual.*

*Art. 246. O funcionário que **adquirir materiais em desacordo com disposições legais e regulamentares**, será responsabilizado pelo respectivo custo, sem prejuízo das penalidades disciplinares cabíveis, podendo-se proceder ao desconto no seu vencimento ou remuneração.*

*Art. 247. Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será **obrigado a repor**, de uma só vez, a **importância do prejuízo** causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.*

*Art. 248. Fora dos casos incluídos no artigo anterior, a importância da indenização poderá ser **descontada** do vencimento ou remuneração não excedendo o desconto à **10ª (décima)** parte do valor destes.*

*Parágrafo único. No caso do item IV do parágrafo único do art. 245, não tendo havido **má-fé**, será aplicada a pena de **repreensão** e, na reincidência, a de **suspensão**.*

*Art. 249. Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, **cometer a pessoas estranhas às repartições**, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.*

*Art. 250. A **responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal** que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado, na forma dos arts. 247 e 248, o exame da pena disciplinar em que incorrer.*

***§ 1º** A responsabilidade administrativa é **independente da civil e da criminal**.*

***§ 2º** Será reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, o **servidor absolvido pela Justiça**, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão que negue a existência de sua autoria ou do fato que deu origem à sua demissão.*

***§ 3º** O processo administrativo só poderá ser **sobrestado para aguardar decisão judicial** por despacho motivado da autoridade competente para aplicar a pena.*

TÍTULO VII
DAS PENALIDADES, DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE E DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

CAPÍTULO I
Das Penalidades e de sua Aplicação

*Art. 251. São **penas disciplinares**:*
*I - **repreensão**;*
*II - **suspensão**;*
*III - **multa**;*
*IV - **demissão**;*
*V - **demissão a bem do serviço público**; e*
*VI - **cassação de aposentadoria ou disponibilidade.***

*Art. 252. Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas **a natureza e a gravidade** da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.*

*Art. 253. A pena de repreensão será aplicada por **escrito**, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.*

*Art. 254. A pena de **suspensão**, que não excederá de **90 (noventa) dias**, será aplicada em caso de **falta grave ou de reincidência**.*

***§ 1º** O funcionário suspenso **perderá todas as vantagens e direitos** decorrentes do exercício do cargo.*

***§ 2º** A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá **converter essa penalidade em multa,** na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.*

Art. 255. A pena de multa será aplicada na forma e nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

*Art. 256. Será aplicada a pena de **demissão** nos casos de:*
*I - **abandono de cargo**;*
*II - **procedimento irregular**, de natureza **grave**;*
*III - **ineficiência no serviço**;*
*IV - **aplicação indevida de dinheiros públicos**, e*
*V - **ausência ao serviço, sem causa justificável**, por mais de **45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano**.*

§ 1º *Considerar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do funcionário por mais de* ***(30) dias consecutivos*** *ex-vi do art. 63.*

§ 2º *A pena de demissão por* ***ineficiência no serviço****, só será aplicada quando verificada a* ***impossibilidade de readaptação****.*

Art. 257. Será aplicada a pena de ***demissão a bem do serviço público*** *ao funcionário que:*

I - for ***convencido de incontinência pública e escandalosa*** *e de* ***vício de jogos proibidos****;*

II - praticar ***ato definido como crime contra a administração pública, a fé pública e a Fazenda Estadual, ou previsto nas leis relativas à segurança e à defesa nacional****;*

III - ***revelar segredos*** *de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça* ***dolosamente*** *e com* ***prejuízo*** *para o Estado ou particulares;*

IV - praticar ***insubordinação grave****;*

V - praticar, em serviço, ***ofensas físicas*** *contra funcionários ou particulares,* ***salvo se em legítima defesa****;*

VI - ***lesar o patrimônio ou os cofres públicos****;*

VII - ***receber ou solicitar propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie****, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções mas em razão delas;*

VIII - ***pedir, por empréstimo****, dinheiro ou quaisquer valores a pessoas que tratem de* ***interesses ou o tenham na repartição****, ou estejam sujeitos à sua fiscalização;*

IX - exercer ***advocacia administrativa****;*

X - apresentar com ***dolo declaração falsa*** *em matéria de* ***salário-família****, sem prejuízo da responsabilidade civil e de procedimento criminal, que no caso couber;*

XI - praticar ato definido como ***crime hediondo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo****;*

XII - praticar ato definido como ***crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores****; e*

XIII - praticar ato definido em ***lei como de improbidade****.*

Art. 258. O ato que demitir o funcionário mencionará sempre a ***disposição legal em que se fundamenta****.*

Art. 259. Será aplicada a pena de ***cassação de aposentadoria ou disponibilidade****, se ficar provado que o inativo:*

I - ***praticou, quando em atividade, falta grave*** *para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público;*

II - ***aceitou ilegalmente cargo ou função pública****;*

III - ***aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização*** *do Presidente da República; e*

IV - praticou a ***usura*** *em qualquer de suas formas.*

Art. 260. Para aplicação das ***penalidades previstas no art. 251****, são competentes:*

I - o ***Governador****;*

II - os ***Secretários de Estado, o Procurador Geral do Estado e os Superintendentes de Autarquia****;*

III - os ***Chefes de Gabinete,*** *até a de suspensão;*

IV - os ***Coordenadores,*** *até a de suspensão limitada a* ***60 (sessenta) dias****; e*

V - os ***Diretores de Departamento e Divisão****, até a de suspensão limitada a* ***30 (trinta) dias****.*

Parágrafo único. Havendo mais de um infrator e diversidade de sanções, a competência será da autoridade responsável pela imposição da ***penalidade mais grave****.*

Art. 261. ***Extingue-se a punibilidade pela prescrição****:*

I - da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em ***2 (dois) anos****;*

II - da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em ***5 (cinco) anos****;*

II - da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a ***5 (cinco) anos****.*

§ 1º *A prescrição começa a correr:*

1 - do ***dia em que a falta for cometida****;*

2 - do dia em que tenha ***cessado a continuação ou a permanência,*** *nas faltas continuadas ou permanentes.*

§ 2º *Interrompem a prescrição a* ***portaria que instaura sindicância e a que instaura processo administrativo****.*

§ 3º *O* ***lapso prescricional*** *corresponde:*

1 - na hipótese de desclassificação da infração, ao da ***pena efetivamente aplicada****;*

2 - na hipótese de ***mitigação ou atenuação****, ao da pena em tese cabível.*

§ 4º *A* ***prescrição não corre****:*

1 - enquanto ***sobrestado*** *o processo administrativo para aguardar decisão judicial, na forma do § 3º do artigo 250;*

2 - enquanto ***insubsistente o vínculo funcional*** *que venha a ser restabelecido.*

§ 5º *Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o* ***registro do fato*** *nos assentamentos individuais do servidor.*

§ 6º *A decisão que reconhecer a existência de prescrição deverá desde logo determinar, quando for o caso, as* ***providências*** *necessárias à apuração da responsabilidade pela sua ocorrência.*

Art. 262. O funcionário que, sem justa causa, deixar de atender a qualquer exigência para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, terá suspenso o ***pagamento de seu vencimento ou remuneração*** *até que satisfaça essa exigência.*

Parágrafo único. Aplica-se aos aposentados ou em disponibilidade o disposto neste artigo.

Art. 263. Deverão constar do assentamento individual do funcionário ***todas as penas*** *que lhe forem impostas.*

CAPÍTULO II
Das Providências Preliminares

Art. 264. A autoridade que, por qualquer meio, tiver ***conhecimento de irregularidade*** *praticada por servidor é* ***obrigada a adotar providências*** *visando à sua imediata apuração, sem prejuízo das medidas urgentes que o caso exigir.*

Art. 265. A autoridade realizará ***apuração preliminar****, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria.*

§ 1º *A apuração preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias.*

§ 2º *Não concluída no prazo a apuração, a autoridade deverá imediatamente encaminhar ao Chefe de Gabinete relatório das diligências realizadas e definir o tempo necessário para o término dos trabalhos.*

§ 3º *Ao concluir a apuração preliminar, a autoridade deverá opinar fundamentadamente pelo arquivamento ou pela instauração de sindicância ou de processo administrativo.*

Art. 266. Determinada a ***instauração de sindicância ou processo administrativo****, ou no seu* ***curso****, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá o Chefe de Gabinete, por despacho fundamentado, ordenar as seguintes* ***providências****:*

I - afastamento preventivo do servidor, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a apuração do fato, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período;

II - designação do servidor acusado para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento;

III - recolhimento de carteira funcional, distintivo, armas e algemas;

IV - proibição do porte de armas;

V - comparecimento obrigatório, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar ciência dos atos do procedimento.

§ 1º *A autoridade que determinar a instauração ou presidir sindicância ou processo administrativo poderá representar ao Chefe de Gabinete para propor a aplicação das medidas previstas neste artigo, bem como sua cessação ou alteração.*

§ 2º *O Chefe de Gabinete poderá, a qualquer momento, por despacho fundamentado, fazer cessar ou alterar as medidas previstas neste artigo.*

Art. 267. O período de afastamento preventivo computa-se como de ***efetivo exercício****, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.*

TÍTULO VIII
DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 268. A apuração das infrações será feita mediante ***sindicância ou processo administrativo****, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

Art. 269. Será instaurada ***sindicância*** *quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de* ***repreensão, suspensão ou multa****.*

Art. 270. Será ***obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade****.*

Art. 271. Os procedimentos disciplinares punitivos serão realizados pela Procuradoria Geral do Estado e presididos por Procurador do Estado confirmado na carreira.

CAPÍTULO II
Da Sindicância

Art. 272. São competentes para determinar a instauração de sindicância as autoridades enumeradas no artigo 260.

Parágrafo único. Instaurada a sindicância, o Procurador do Estado que a presidir ***comunicará*** *o fato ao órgão setorial de pessoal.*

Art. 273. Aplicam-se à sindicância as regras previstas nesta lei complementar para o ***processo administrativo****, com as seguintes* ***modificações****:*

I - a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até ***3 (três) testemunhas****;*

II - a sindicância deverá estar concluída no prazo de ***60 (sessenta) dias****;*

III - com o relatório, a sindicância será ***enviada à autoridade competente para a decisão****.*

CAPÍTULO III
Do Processo Administrativo

Art. 274. São ***competentes para determinar a instauração de processo administrativo*** *as autoridades enumeradas no Art. 260, até o inciso IV, inclusive.*

Art. 275. Não poderá ser encarregado da apuração, nem atuar como secretário, ***amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, cônjuge, companheiro ou qualquer integrante do núcleo familiar do denunciante ou do acusado, bem assim o subordinado*** *deste.*

Art. 276. A autoridade ou o funcionário designado deverão comunicar, desde logo, à autoridade competente, o ***impedimento*** *que houver.*

Art. 277. O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de ***8 (oito) dias*** *do recebimento da determinação, e concluído no de* ***90 (noventa) dias*** *da citação do acusado.*

§ 1º *Da portaria deverão constar* ***o nome e a identificação*** *do acusado, a infração que lhe é atribuída, com descrição sucinta dos fatos, a indicação das normas infringidas e a penalidade mais elevada em tese cabível.*

§ 2º *Vencido o prazo, caso não concluído o processo, o Procurador do Estado que o presidir deverá imediatamente* ***encaminhar*** *ao seu superior hierárquico relatório indicando as providências faltantes e o tempo necessário para término dos trabalhos.*

§ 3º *O superior hierárquico dará* ***ciência dos fatos*** *a que se refere o parágrafo anterior e das providências que houver adotado à autoridade que determinou a instauração do processo.*

Art. 278. Autuada a portaria e demais peças preexistentes, ***designará o presidente dia e hora para audiência de interrogatório, determinando a citação do acusado e a notificação do denunciante****, se houver.*

§ 1º *O* ***mandado de citação*** *deverá conter:*

1 - cópia da portaria;

2 - data, hora e local do interrogatório, que poderá ser acompanhado pelo advogado do acusado;

3 - data, hora e local da oitiva do denunciante, se houver, que deverá ser acompanhada pelo advogado do acusado;

4 - esclarecimento de que o acusado será defendido por advogado dativo, caso não constitua advogado próprio;

5 - informação de que o acusado poderá arrolar testemunhas e requerer provas, no prazo de 3 (três) dias após a data designada para seu interrogatório;

6 - advertência de que o processo será extinto se o acusado pedir exoneração até o interrogatório, quando se tratar exclusivamente de abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade.

§ 2º *A citação do acusado será feita* ***pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório****, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.*

§ 3º *Não sendo encontrado em seu local de trabalho ou no endereço constante de seu assentamento individual, furtando-se o acusado à citação ou ignorando-se seu paradeiro, a* ***citação far-se-á por edital****, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, no mínimo 10 (dez) dias antes do interrogatório.*

Art. 279. Havendo denunciante, este deverá ***prestar declarações****, no interregno entre a data da citação e a fixada para o interrogatório do acusado, sendo notificado para tal fim.*

§ 1º *A oitiva do denunciante deverá ser acompanhada pelo* ***advogado do acusado****, próprio ou dativo.*

§ 2º *O acusado* ***não assistirá à inquirição do denunciante****; antes porém de ser interrogado, poderá ter ciência das declarações que aquele houver prestado.*

Art. 280. Não comparecendo o acusado, será, por despacho, ***decretada sua revelia****, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo.*

Art. 281. Ao acusado ***revel*** *será nomeado* ***advogado dativo****.*

Art. 282. O acusado ***poderá constituir advogado*** *que o representará em todos os atos e termos do processo.*

§ 1º É faculdade *do acusado tomar ciência ou assistir aos atos e termos do processo, não sendo obrigatória qualquer notificação.*

§ 2º *O advogado será intimado por publicação no* ***Diário Oficial do Estado****, de que conste seu nome e número de inscrição na* ***Ordem dos Advogados*** *do Brasil, bem como os dados necessários à identificação do procedimento.*

§ 3º *Não tendo o acusado recursos financeiros ou negando-se a constituir advogado, o presidente* ***nomeará advogado dativo****.*

§ 4º *O acusado poderá, a qualquer tempo,* ***constituir*** *advogado para prosseguir na sua defesa.*

Art. 283. Comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o ***prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las****.*

§ 1º *O presidente e cada acusado poderão arrolar até* ***5 (cinco) testemunhas****.*

§ 2º *A prova de* ***antecedentes*** *do acusado será feita exclusivamente por* ***documentos****, até as alegações finais.*

§ 3º *Até a data do interrogatório, será designada a* ***audiência de instrução****.*

Art. 284. Na audiência de instrução, serão ouvidas, pela ordem, as testemunhas arroladas ***pelo presidente e pelo acusado****.*

Parágrafo único. Tratando-se de servidor público, seu comparecimento poderá ser solicitado ao respectivo superior imediato com as indicações necessárias.

Art. 285. ***A testemunha não poderá eximir-se de depor****,* ***salvo*** *se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que legalmente separado, companheiro, irmão, sogro e cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.*

§ 1º *Se o parentesco das pessoas referidas* ***for com o denunciante****, ficam elas* ***proibidas*** *de depor, observada a exceção deste artigo.*

§ 2º *Ao servidor que se recusar a depor, sem justa causa, será pela autoridade competente adotada a* ***providência*** *a que se refere o artigo 262, mediante comunicação do presidente.*

§ 3º *O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a* ***transporte e diárias*** *na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.*

§ 4º *São* ***proibidas de depor*** *as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão,* ***devam guardar segredo****, salvo se,* ***desobrigadas*** *pela parte interessada,* ***quiserem*** *dar o seu testemunho.*

Art. 286. A testemunha que morar em ***comarca diversa*** *poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com* ***prazo razoável****, intimada a defesa.*

§ 1º *Deverá constar da precatória a síntese da* ***imputação e os esclarecimentos pretendidos****, bem como a advertência sobre a necessidade da presença de advogado.*

§ 2º *A expedição da* ***precatória não suspenderá*** *a instrução do procedimento.*

§ 3º *Findo o prazo marcado, o procedimento poderá prosseguir até final decisão; a todo tempo, a precatória, uma vez devolvida, será juntada aos autos.*

Art. 287. As ***testemunhas arroladas pelo acusado*** *comparecerão à audiência designada* ***independente de notificação****.*

§ 1º *Deverá ser* ***notificada*** *a testemunha cujo depoimento for* ***relevante*** *e que não comparecer espontaneamente.*

§ 2º *Se a testemunha não for localizada, a defesa poderá* ***substituí-la****, se quiser, levando na mesma data designada para a audiência outra testemunha, independente de notificação.*

Art. 288. Em qualquer fase do processo, poderá o presidente, de ofício ou a requerimento da defesa, ***ordenar diligências que entenda convenientes****.*

§ 1º *As informações necessárias à instrução do processo serão solicitadas diretamente, sem observância de vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual cópia será juntada aos autos.*

§ 2º *Sendo necessário o concurso de técnicos ou peritos oficiais, o presidente os requisitará, observados os impedimentos do artigo 275.*

Art. 289. Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo ***permanecerão na repartição competente****.*

§ 1º *Será concedida vista dos autos ao acusado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.*

§ 2º *A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do acusado ou para apresentação de recursos, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.*

§ 3º *Não corre o prazo senão depois da publicação a que se refere o parágrafo anterior e desde que os autos estejam efetivamente disponíveis para vista.*

§ 4º *Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu representado, salvo na hipótese de prazo comum, de processo sob regime de segredo de justiça ou quando existirem nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos na repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado.*

Art. 290. Somente ***poderão ser indeferidos*** *pelo presidente, mediante decisão fundamentada, os* ***requerimentos de nenhum interesse para o esclarecimento do fato****, bem como as* ***provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias****.*

Art. 291. Quando, no curso do procedimento, surgirem ***fatos novos imputáveis ao acusado****, poderá ser promovida a* ***instauração de novo procedimento para sua apuração****, ou, caso conveniente, aditada a portaria, reabrindo-se oportunidade de defesa.*

Art. 292. Encerrada a fase probatória, dar-se-á ***vista dos autos à defesa****, que poderá apresentar alegações finais, no prazo de* ***7 (sete) dias****.*

Parágrafo único. Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente designará advogado ***dativo****, assinando-lhe* ***novo prazo****.*

Art. 293. O ***relatório*** *deverá ser apresentado no prazo de* ***10 (dez) dias****, contados da apresentação das alegações finais.*

§ 1º *O relatório deverá descrever, em relação a cada acusado, separadamente, as irregularidades imputadas, as provas colhidas e as razões de defesa, propondo a absolvição ou punição e indicando, nesse caso, a pena que entender cabível.*

§ 2º *O relatório deverá conter, também, a sugestão de quaisquer outras providências de interesse do serviço público.*

Art. 294. Relatado, o processo será ***encaminhado à autoridade*** *que determinou sua instauração.*

Art. 295. Recebendo o processo relatado, a autoridade que houver determinado sua instauração ***deverá, no prazo de 20 (vinte) dias, proferir o julgamento ou determinar a realização de diligência,*** *sempre que necessária ao esclarecimento de fatos.*

Art. 296. Determinada a ***diligência****, a autoridade encarregada do processo administrativo terá prazo de 15 (quinze) dias para seu cumprimento, abrindo vista à defesa para manifestar-se em 5 (cinco) dias.*

Art. 297. Quando escaparem à sua alçada as ***penalidades e providências*** *que lhe parecerem cabíveis, a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo deverá* ***propô-las, justificadamente****, dentro do* ***prazo para julgamento, à autoridade competente****.*

Art. 298. A autoridade que proferir decisão ***determinará os atos dela decorrentes e as providências necessárias a sua execução.***

Art. 299. As decisões serão sempre publicadas no ***Diário Oficial do Estado, dentro do prazo de 8 (oito) dias****, bem como averbadas no registro funcional do servidor.*

Art. 300. ***Terão forma processual resumida****, quando possível, todos os* ***termos lavrados pelo secretário****, quais sejam: autuação, juntada, conclusão, intimação, data de recebimento, bem como certidões e compromissos.*

§ 1º *Toda e qualquer juntada aos autos se fará na ordem cronológica da apresentação, rubricando o presidente as folhas acrescidas.*

§ 2º *Todos os atos ou decisões, cujo original não conste do processo, nele deverão figurar por cópia.*

Art. 301. Constará sempre dos autos da sindicância ou do processo a folha de ***serviço do indiciado****.*

Art. 302. Quando ao funcionário se imputar ***crime****, praticado na esfera administrativa, a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo providenciará para que se instaure, simultaneamente, o inquérito policial.*

Parágrafo único. Quando se tratar de crime praticado fora da esfera administrativa, a autoridade policial dará ciência dele à autoridade administrativa.

Art. 303. As autoridades responsáveis pela condução do processo administrativo e do inquérito policial ***se auxiliarão*** *para que os mesmos se concluam dentro dos prazos respectivos.*

Art. 304. Quando o ato atribuído ao funcionário for considerado criminoso, serão ***remetidas à autoridade competente cópias*** *autenticadas das peças essenciais do processo.*

Art. 305. Não será declarada a ***nulidade*** *de nenhum ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou diretamente na decisão do processo ou sindicância.*

Art. 306. É ***defeso fornecer à imprensa ou a outros meios*** *de divulgação notas sobre os atos processuais, salvo no interesse da Administração, a juízo do Secretário de Estado ou do Procurador Geral do Estado.*

Art. 307. Decorridos ***5 (cinco) anos*** *de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, sem cometimento de nova infração,* ***não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, inclusive para efeito de reincidência****.*

Parágrafo único. A demissão e a demissão a bem do serviço público acarretam a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público, pelo prazo de ***5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente****.*

CAPÍTULO IV
Do Processo por Abandono do Cargo ou Função e por Inassiduidade

Art. 308. Verificada a ocorrência de ***faltas ao serviço que caracterizem abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade****, o superior imediato* ***comunicará o fato à autoridade competente*** *para determinar a instauração de processo disciplinar, instruindo a representação com cópia da ficha funcional do servidor e atestados de frequência.*

Art. 309. Não será instaurado processo para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o servidor tiver ***pedido exoneração****.*

Art. 310. Extingue-se o processo instaurado exclusivamente para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o indiciado pedir exoneração ***até a data designada para o interrogatório, ou por ocasião deste****.*

Art. 311. ***A defesa só poderá versar sobre força maior, coação ilegal ou motivo legalmente justificável****.*

CAPÍTULO V
Dos Recursos

Art. 312. Caberá ***recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade****.*

§ 1º *O prazo para recorrer é de* ***30 (trinta) dias****, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso.*

§ 2º *Do recurso deverá constar, além do* ***nome e qualificação do recorrente, a exposição das razões de inconformismo****.*

§ 3º *O recurso será apresentado à autoridade que aplicou a pena, que terá o* ***prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la****.*

§ 4º *Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será* ***imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico****.*

§ 5º *O recurso será apreciado pela autoridade competente ainda que incorretamente denominado ou endereçado.*

Art. 313. Caberá ***pedido de reconsideração****, que não poderá ser renovado, de decisão tomada pelo Governador do Estado em única instância, no prazo de 30 (trinta) dias.*

Art. 314. Os recursos de que trata esta lei complementar não têm efeito suspensivo*; os que forem providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo seus efeitos à data do ato punitivo.*

CAPÍTULO VI
Da Revisão

Art. 315. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a ***revisão de punição disciplinar de que não caiba mais recurso****, se surgirem* ***fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento,*** *que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada.*

§ 1º *A simples alegação da* ***injustiça*** *da decisão não constitui fundamento do pedido.*

§ 2º *Não será admitida reiteração de pedido pelo mesmo fundamento.*

§ 3º *Os pedidos formulados em desacordo com este artigo serão indeferidos.*

§ 4º *O* ônus da prova *cabe ao requerente.*

Art. 316. A pena imposta ***não poderá ser agravada pela revisão****.*

Art. 317. A instauração de processo revisional poderá ser requerida ***fundamentadamente pelo interessado ou, se falecido ou incapaz, por seu curador, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão****, sempre por intermédio de* ***advogado****.*

Parágrafo único. O pedido será instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir.

Art. 318. A autoridade que aplicou a penalidade, ou que a tiver confirmado em grau de recurso, será ***competente para o exame da admissibilidade do pedido de revisão****, bem como, caso deferido o processamento, para a sua decisão final.*

Art. 319. Deferido o ***processamento da revisão, será este realizado por Procurador de Estado*** *que não tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente.*

Art. 320. Recebido o pedido, o presidente providenciará o apensamento dos autos originais e notificará o requerente para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer ***rol de testemunhas****, ou requerer outras provas que pretenda produzir.*

Parágrafo único. No processamento da revisão serão observadas as normas previstas nesta lei complementar para o processo administrativo.

Art. 321. A decisão que julgar ***procedente*** *a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo,* ***restabelecendo os direitos atingidos*** *pela decisão reformada.*

Disposições Finais

Art. 322. O dia 28 de outubro será consagrado ao ***"Funcionário Público Estadual"****.*

Art. 323. Os prazos previstos neste Estatuto serão todos ***contados por dias corridos****.*

Parágrafo único. ***Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se*** *o vencimento, que incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo, para o primeiro dia útil seguinte.*

Art. 324. As disposições deste Estatuto se aplicam aos ***extranumerários****, exceto no que colidirem com a precariedade de sua situação no Serviço Público.*

Disposições Transitórias

Art. 325. Aplicam-se aos atuais funcionários interinos as disposições deste Estatuto, salvo as que colidirem com a natureza precária de sua investidura e, em especial, as relativas a acesso, promoção, afastamentos, aposentadoria voluntária e às licenças previstas nos itens VI, VII e IX do Art. 181.

*Art. 326. Serão **obrigatoriamente exonerados** os ocupantes interinos de cargos para cujo provimento for realizado concurso.*

*Parágrafo único. As exonerações serão efetivadas dentro de **30 (trinta) dias,** após a homologação do concurso.*

Art. 327. (Revogado).

*Art. 328. Dentro de **120 (cento e vinte) dias proceder-se-á ao levantamento geral das atuais funções gratificadas**, para efeito de implantação de novo sistema retribuitório dos encargos por elas atendidos.*

Parágrafo único. Até a implantação do sistema de que trata este artigo, continuarão em vigor as disposições legais referentes à função gratificada.

*Art. 329. Ficam **expressamente revogadas**:*

I - as disposições de leis gerais ou especiais que estabeleçam contagem de tempo em divergência com o disposto no Capítulo XV do Título II, ressalvada, todavia, a contagem, nos termos da legislação ora revogada, do tempo de serviço prestado anteriormente ao presente Estatuto;

II - a Lei nº 1.309, de 29 de novembro de 1951 e as demais disposições atinentes aos extranumerários; e

III - a Lei nº 2.576, de 14 de janeiro de 1954.

Art. 330. (Vetado).

Art. 331. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, aos 28 de outubro de 1968.

• LEI Nº 10.177, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998 – REGULAMENTA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Situação Atual

Sem revogações expressas

Alterações

Lei Complementar n° 1.259 de 15/01/2015

Autoriza o Poder Executivo a instituir sistema de pontuação diferenciada em concursos públicos, nas condições e para os candidatos que especifica (DOE-I 16/01/2015, p. 1)

Decreto n° 58.052 de 16/05/2012

Regulamenta a Lei Federal n. 12.527/2011, que regula o acesso a informações (DOE-I 17/05/2012, p.1)

Lei n° 14.187 de 19/07/2010

Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial (DOE-I 20/07/2010, p. 1)

Decreto n° 55.754 de 30/04/2010

Autoriza o pagamento de indenização a herdeiros de vítima de atos ilícitos praticados por policiais militares, institui Grupo de Trabalho (DOE-I 01/05/2010, p. 1)

Decreto n° 54.410 de 02/06/2009

Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.199, de 2002, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS (DOE-I 03/06/2009, p. 3)

Lei Complementar n° 1.025 de 07/12/2007

Transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado (DOE-I 08/12/2007, p. 1/5)

Portaria Procon n° 26 de 15/08/2006

Dispõe sobre a adoção de procedimento sancionatório (DOE--I 18/08/2006, p. 3)

Portaria Procon n° 15 de 26/07/2004

Altera a Portaria Normativa Procon nº 2, de 29/07/1999, que dispõe sobre a adoção do procedimento sancionatório previsto na Lei Estadual nº 10177, de 1998, nas violações às normas de proteção e defesa do consumidor (DOE-I 27/07/2004, p. 2)

Portaria Procon n° 16 de 26/07/2004

Altera dispositivos da Portaria Normativa Procon nº 06, de 14/06/2000, que dispõe sobre os critérios de fixação dos valores das penas de multa nas infrações ao Código de Defesa do Consumidor (DOE-I 27/07/2004, p. 2)

Portaria SJDC/Procon n° 12 de 11/07/2003

Altera a Portaria Normativa Procon nº 2, de 29/07/1999, republicada no Diário Oficial de 01/07/2000 e dispõe sobre a adoção do procedimento sancionatório previsto na Lei Estadual nº 10177, de 1998, nas violações às normas de proteção e defesa do consumidor (DOE-I 30/10/2003, p. 3)

Decreto n° 44.422 de 23/11/1999

Regula o processo administrativo de reparação de danos (DOE-I 24/11/1999, p. 1)

Portaria Procon n° 19 de 29/07/1999

Dispõe sobre a adoção do procedimento sancionatório previsto nesta lei, nas violações às normas de proteção e defesa do consumidor (DOE-I 31/07/1999, p. 4)

LEI N.º 10.177, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Artigo 1.º - Esta lei regula os atos e procedimentos administrativos da Administração Pública centralizada e descentralizada do Estado de São Paulo, que não tenham disciplina legal específica.

Parágrafo único - Considera-se integrante da Administração descentralizada estadual toda pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público estadual, seja qual for seu regime jurídico.

Artigo 2.º - As normas desta lei aplicam-se subsidiariamente aos atos e procedimentos administrativos com disciplina legal específica.

Artigo 3.º - Os prazos fixados em normas legais específicas prevalecem sobre os desta lei.

TÍTULO II
Dos Princípios da Administração Pública

Artigo 4.º - A Administração Pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e motivação dos atos administrativos.

Artigo 5.º - A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

Artigo 6.º - Somente a lei poderá:

I - criar condicionamentos aos direitos dos particulares ou impor-lhes deveres de qualquer espécie; e

II - prever infrações ou prescrever sanções.

TÍTULO III
Dos Atos Administrativos
CAPÍTULO I
Disposição Preliminar

Artigo 7.º - A Administração não iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administrativo que lhe sirva de fundamento, salvo na hipótese de expressa previsão legal.

CAPÍTULO II
Da Invalidade dos Atos

Artigo 8.º - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração, especialmente nos casos de:

I - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente de que emane;

II - omissão de formalidades ou procedimentos essenciais;

III - impropriedade do objeto;

IV - inexistência ou impropriedade do motivo de fato ou de direito;

V - desvio de poder;

VI - falta ou insuficiência de motivação.

Parágrafo único - Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

Artigo 9.º - A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

Parágrafo único - A motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

Artigo 10 - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

I - ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos contado de sua produção;

II - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;

III - forem passíveis de convalidação.

Artigo 11 - A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelegável;

II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

§ 1.º - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

§ 2.º - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.

CAPÍTULO III
Da Formalização dos Atos

Artigo 12 - São atos administrativos:

I - de competência privativa:

a) do Governador do Estado, o Decreto;

b) dos Secretários de Estado, do Procurador Geral do Estado e dos Reitores das Universidades, a Resolução;

c) dos órgãos colegiados, a Deliberação;

II - de competência comum:

a) à todas as autoridades, até o nível de Diretor de Serviço; as autoridades policiais; aos dirigentes das entidades descentralizadas, bem como, quando estabelecido em norma legal específica, a outras autoridades administrativas, a Portaria;

b) à todas as autoridades ou agentes da Administração, os demais atos administrativos, tais como Ofícios, Ordens de Serviço, Instruções e outros.

§ 1.º - Os atos administrativos, excetuados os decretos, aos quais se refere a Lei Complementar n. 60, de 10 de julho de 1972, e os referidos no Artigo 14 desta lei, serão numerados em séries próprias, com renovação anual, identificando-se pela sua denominação, seguida da sigla do órgão ou entidade que os tenha expedido.

§ 2.º - Aplica-se na elaboração dos atos administrativos, no que couber, o disposto na Lei Complementar n. 60, de 10 de julho de 1972.

Artigo 13 - Os atos administrativos produzidos por escrito indicarão a data e o local de sua edição, e conterão a identificação nominal, funcional e a assinatura da autoridade responsável.

Artigo 14 - Os atos de conteúdo normativo e os de caráter geral serão numerados em séries específicas, seguidamente, sem renovação anual.

Artigo 15 - Os regulamentos serão editados por decreto, observadas as seguintes regras:

I - nenhum regulamento poderá ser editado sem base em lei, nem prever infrações, sanções, deveres ou condicionamentos de direitos nela não estabelecidos;

II - os decretos serão referendados pelos Secretários de Estado em cuja área de atuação devam incidir, ou pelo Procurador Geral do Estado, quando for o caso;

III - nenhum decreto regulamentar será editado sem exposição de motivos que demonstre o fundamento legal de sua edição, a finalidade das medidas adotadas e a extensão de seus efeitos;

IV - as minutas de regulamento serão obrigatoriamente submetidas ao órgão jurídico competente, antes de sua apreciação pelo Governador do Estado.

CAPÍTULO IV
Da Publicidade dos Atos

Artigo 16 - Os atos administrativos, inclusive os de caráter geral, entrarão em vigor na data de sua publicação, salvo disposição expressa em contrário.

Artigo 17 - Salvo norma expressa em contrário, a publicidade dos atos administrativos consistirá em sua publicação no Diário Oficial do Estado, ou, quando for o caso, na citação, notificação ou intimação do interessado.

Parágrafo único - A publicação dos atos sem conteúdo normativo poderá ser resumida.

CAPÍTULO V
Do Prazo para a Produção dos Atos

Artigo 18 - Será de 60 (sessenta) dias, se outra não for a determinação legal, o prazo máximo para a prática de atos administrativos isolados, que não exijam procedimento para sua prolação, ou para a adoção, pela autoridade pública, de outras providências necessárias à aplicação de lei ou decisão administrativa.

Parágrafo único - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da medida, permitida prorrogação, quando cabível, mediante proposta justificada.

CAPÍTULO VI
Da Delegação e da Avocação

Artigo 19 - Salvo vedação legal, as autoridades superiores poderão delegar a seus subordinados a prática de atos de sua competência ou avocar os de competência destes.

Artigo 20 - São indelegáveis, entre outras hipóteses decorrentes de normas específicas:

I - a competência para a edição de atos normativos que regulem direitos e deveres dos administrados;

II - as atribuições inerentes ao caráter político da autoridade;

III - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;

IV - a totalidade da competência do órgão;

V - as competências essenciais do órgão, que justifiquem sua existência.

Parágrafo único - O órgão colegiado não pode delegar suas funções, mas apenas a execução material de suas deliberações.

TITULO IV
Dos Procedimentos Administrativos
CAPÍTULO I
Normas Gerais
Seção I
Dos Princípios

Artigo 21 - Os atos da Administração serão precedidos do procedimento adequado à sua validade e à proteção dos direitos e interesses dos particulares.

Artigo 22 - Nos procedimentos administrativos observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência de publicidade, do contraditório, ampla defesa e, quando for o caso, do despacho ou decisão motivados.

§ 1.º - Para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer.

§ 2.º - Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Seção II
Do Direito de Petição

Artigo 23 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos.

Parágrafo único - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas por seus estatutos ou por ato especial, e os sindicatos poderão exercer o direito de petição, em defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de seus membros.

Artigo 24 - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

Seção III
Da Instrução

Artigo 25 - Os procedimentos serão impulsionados e instruídos de ofício, atendendo-se à celeridade, economia, simplicidade e utilidade dos trâmites.

Artigo 26 - O órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outro, para instrução de procedimento administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.

Artigo 27 - Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente.

Artigo 28 - Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, autorizar consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1.º - A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que os autos possam ser examinados pelos interessados, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2.º - O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado no processo, mas constitui o direito de obter da Administração resposta fundamentada.

Artigo 29 - Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Artigo 30 - Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação dos administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Artigo 31 - Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação dos administrados deverão ser acompanhados da indicação do procedimento adotado.

Seção IV
Dos Prazos

Artigo 32 - Quando outros não estiverem previstos nesta lei ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos:

I - para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente: 2 (dois) dias;

II - para expedição de notificação ou intimação pessoal: 6 (seis) dias;

III - para elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico: 7 (sete) dias;

IV - para elaboração e apresentação de pareceres ou informes de caráter técnico ou jurídico: 20 (vinte) dias, prorrogáveis por 10 (dez) dias quando a diligência requerer o deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício;

V - para decisões no curso do procedimento: 7 (sete) dias;

VI - para manifestações do particular ou providências a seu cargo: 7 (sete) dias;

VII - para decisão final: 20 (vinte) dias;

VIII - para outras providências da Administração: 5 (cinco) dias.

§ 1.º - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da providência.

§ 2.º - Os prazos previstos neste artigo poderão ser, caso a caso, prorrogados uma vez, por igual período, pela autoridade superior, à vista de representação fundamentada do agente responsável por seu cumprimento.

Artigo 33 - O prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração será de 120 (cento e vinte) dias, se outro não for legalmente estabelecido.

§ 1.º - Ultrapassado o prazo sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento na esfera administrativa, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

§ 2.º - Quando a complexidade da questão envolvida não permitir o atendimento do prazo previsto neste artigo, a autoridade cientificará o interessado das providências até então tomadas, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º - O disposto no § 1.° deste artigo não desonera a autoridade do dever de apreciar o requerimento.

Seção V
Da Publicidade

Artigo 34 - No curso de qualquer procedimento administrativo, as citações, intimações e notificações, quando feitas pessoalmente ou por carta com aviso de recebimento, observarão as seguintes regras:

I - constitui ônus do requerente informar seu endereço para correspondência, bem como alterações posteriores;

II - considera-se efetivada a intimação ou notificação por carta com sua entrega no endereço fornecido pelo interessado;

III - será obrigatoriamente pessoal a citação do acusado, em procedimento sancionatório, e a intimação do terceiro interessado, em procedimento de invalidação;

IV - na citação, notificação ou intimação pessoal, caso o destinatário se recuse a assinar o comprovante de recebimento, o servidor encarregado certificará a entrega e a recusa;

V - quando o particular estiver representado nos autos por procurador, a este serão dirigidas as notificações e intimações, salvo disposição em contrário.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso III, não encontrado o interessado, a citação ou a intimação serão feitas por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

Artigo 35 - Durante a instrução, será concedida vista dos autos ao interessado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

Parágrafo único - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do interessado ou para apresentação de recursos, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

Artigo 36 - Ao advogado e assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu constituinte, salvo na hipótese de prazo comum.

CAPÍTULO II
Dos Recursos
Seção I
Da Legitimidade para Recorrer

Artigo 37 - Todo aquele que for afetado por decisão administrativa poderá dela recorrer, em defesa de interesse ou direito.

Artigo 38 - À Procuradoria Geral do Estado compete recorrer, de ofício, de decisões que contrariarem Súmula Administrativa ou Despacho Normativo do Governador do Estado, sem prejuízo da possibilidade de deflagrar, de ofício, o procedimento invalidatório pertinente, nas hipóteses em que já tenha decorrido o prazo recursal.

Seção II
Da Competência para Conhecer do Recurso

Artigo 39 - Quando norma legal não dispuser de outro modo, será competente para conhecer do recurso a autoridade imediatamente superior àquela que praticou o ato.

Artigo 40 - Salvo disposição legal em contrário, a instância máxima para o recurso administrativo será:

I - na Administração centralizada, o Secretário de Estado ou autoridade a ele equiparada, excetuados os casos em que o ato tenha sido por ele praticado originariamente; e

II - na Administração descentralizada, o dirigente superior da pessoa jurídica.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica ao recurso previsto no Artigo 38.

Seção III
Das Situações Especiais

Artigo 41 - São irrecorríveis, na esfera administrativa, os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.

Artigo 42 - Contra decisões tomadas originariamente pelo Governador do Estado ou pelo dirigente superior de pessoa jurídica da Administração descentralizada, caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, observando-se, no que couber, o regime do recurso hierárquico.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração só será admitido se contiver novos argumentos, e será sempre dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

Seção IV
Dos Requisitos da Petição de Recurso

Artigo 43 - A petição de recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigida à autoridade recorrida e protocolada no órgão a que esta pertencer;

II - trará a indicação do nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade.

Artigo 44 - Salvo disposição legal em contrário, o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração será de 15 (quinze) dias contados da publicação ou notificação do ato.

Artigo 45 - Conhecer-se-á do recurso erroneamente designado, quando de seu conteúdo resultar induvidosa a impugnação do ato.

Seção V
Dos Efeitos dos Recursos

Artigo 46 - O recurso será recebido no efeito meramente devolutivo, salvo quando:

I - houver previsão legal ou regulamentar em contrário; e

II - além de relevante seu fundamento, da execução do ato recorrido, se provido, puder resultar a ineficácia da decisão final.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, o recorrente poderá requerer, fundamentadamente, em petição anexa ao recurso, a concessão do efeito suspensivo.

Seção VI
Da Tramitação dos Recursos

Artigo 47 - A tramitação dos recursos observará as seguintes regras:

I - a petição será juntada aos autos em 2 (dois) dias, contados da data de seu protocolo;

II - quando os autos em que foi produzida a decisão recorrida tiverem de permanecer na repartição de origem para quaisquer outras providências cabíveis, o recurso será autuado em separado, trasladando-se cópias dos elementos necessários;

III - requerida a concessão de efeito suspensivo, a autoridade recorrida apreciará o pedido nos 5 (cinco) dias subsequentes;

IV - havendo outros interessados representados nos autos, serão estes intimados, com prazo comum de 15 (quinze) dias, para oferecimento de contra-razões;

V - com ou sem contra-razões, os autos serão submetidos ao órgão jurídico, para elaboração de parecer, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo na hipótese do Artigo 38;

VI - a autoridade recorrida poderá reconsiderar seu ato, nos 7 (sete) dias subsequentes;

VII - mantido o ato, os autos serão encaminhados à autoridade competente para conhecer do recurso, para decisão, em 30 (trinta) dias.

§ 1.º - As decisões previstas nos incisos III, VI e VII serão encaminhadas, em 2 (dois) dias, à publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º - Da decisão prevista no inciso III, não caberá recurso na esfera administrativa.

Artigo 48 - Os recursos dirigidos ao Governador do Estado serão, previamente, submetidos à Procuradoria Geral do Estado ou ao órgão de consultoria jurídica da entidade descentralizada, para parecer, a ser apresentado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Seção VII
Da Decisão e seus Efeitos

Artigo 49 - A decisão de recurso não poderá, no mesmo procedimento, agravar a restrição produzida pelo ato ao interesse do recorrente, salvo em casos de invalidação.

Artigo 50 - Ultrapassado, sem decisão, o prazo de 120 (cento e vinte) dias contado do protocolo do recurso que tramite sem efeito suspensivo, o recorrente poderá considerá-lo rejeitado na esfera administrativa.

§ 1.º - No caso do pedido de reconsideração previsto no Artigo 42, o prazo para a decisão será de 90 (noventa) dias.

§ 2.º - O disposto neste artigo não desonera a autoridade do dever de apreciar o recurso.

Artigo 51 - Esgotados os recursos, a decisão final tomada em procedimento administrativo formalmente regular não poderá ser modificada pela Administração, salvo por anulação ou revisão, ou quando o ato, por sua natureza, for revogável.

CAPÍTULO III
Dos Procedimentos em Espécie
Seção I
Do Procedimento de Outorga

Artigo 52 - Regem-se pelo disposto nesta Seção os pedidos de reconhecimento, de atribuição ou de liberação do exercício do direito.

Artigo 53 - A competência para apreciação do requerimento será do dirigente do órgão ou entidade encarregados da matéria versada, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

Artigo 54 - O requerimento será dirigido à autoridade competente para sua decisão, devendo indicar:

I - o nome, a qualificação e o endereço do requerente;

II - os fundamentos de fato e de direito do pedido;

III - a providência pretendida;

IV - as provas em poder da Administração que o requerente pretende ver juntadas aos autos.

Parágrafo único - O requerimento será desde logo instruído com a prova documental de que o interessado disponha.

Artigo 55 - A tramitação dos requerimentos de que trata esta Seção observará as seguintes regras:

I - protocolado o expediente, o órgão que o receber providenciará a autuação e seu encaminhamento à repartição competente, no prazo de 2 (dois) dias;

II - o requerimento será desde logo indeferido, se não atender aos requisitos dos incisos I a IV do artigo anterior, notificando-se o requerente;

III - se o requerimento houver sido dirigido a órgão incompetente, este providenciará seu encaminhamento à unidade adequada, notificando-se o requerente;

IV - a autoridade determinará as providências adequadas à instrução dos autos, ouvindo, em caso de dúvida quanto à matéria jurídica, o órgão de consultoria jurídica;

V - quando os elementos colhidos puderem conduzir ao indeferimento, o requerente será intimado, com prazo de 7 (sete) dias, para manifestação final;

VI - terminada a instrução, a autoridade decidirá, em despacho motivado, nos 20 (vinte) dias subsequentes;

VII - da decisão caberá recurso hierárquico.

Artigo 56 - Quando duas ou mais pessoas pretenderem da Administração o reconhecimento ou atribuição de direitos que se excluam mutuamente, será instaurado procedimento administrativo para a decisão, com observância das normas do artigo anterior, e das ditadas pelos princípios da igualdade e do contraditório.

Seção II
Do Procedimento de Invalidação

Artigo 57 - Rege-se pelo disposto nesta Seção o procedimento para invalidação de ato ou contrato administrativo e, no que couber, de outros ajustes.

Artigo 58 - O procedimento para invalidação provocada observará as seguintes regras:

I - o requerimento será dirigido à autoridade que praticou o ato ou firmou o contrato, atendidos os requisitos do Artigo 54;

II - recebido o requerimento, será ele submetido ao órgão de consultoria jurídica para emissão de parecer, em 20 (vinte) dias;

III - o órgão jurídico opinará sobre a procedência ou não do pedido, sugerindo, quando for o caso, providências para a instrução dos autos e esclarecendo se a eventual invalidação atingirá terceiros;

IV - quando o parecer apontar a existência de terceiros interessados, a autoridade determinará sua intimação, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito;

V - concluída a instrução, serão intimadas as partes para, em 7 (sete) dias, apresentarem suas razões finais;

VI - a autoridade, ouvindo o órgão jurídico, decidirá em 20 (vinte) dias, por despacho motivado, do qual serão intimadas as partes;

VII - da decisão, caberá recurso hierárquico.

Artigo 59 - O procedimento para invalidação ofício observará as seguintes regras:

I - quando se tratar da invalidade de ato ou contrato, a autoridade que o praticou, ou seu superior hierárquico, submeterá o assunto ao órgão de consultoria jurídica;

II - o órgão jurídico opinará sobre a validade do ato ou contrato, sugerindo, quando for o caso, providências para instrução dos autos, e indicará a necessidade ou não da instauração de contraditório, hipótese em que serão aplicadas as disposições dos incisos IV a VII do artigo anterior.

Artigo 60 - No curso de procedimento de invalidação, a autoridade poderá, de ofício ou em face de requerimento, suspender a execução do ato ou contrato , para evitar prejuízos de reparação onerosa ou impossível.

Artigo 61 - Invalidado o ato ou contrato, a administração tomará as providências necessárias para desfazer os efeitos produzidos, salvo quanto a terceiros de boa fé, determinando a apuração de eventuais responsabilidades.

Seção III
Do Procedimento Sancionatório

Artigo 62 - Nenhuma sanção administrativa será aplicada à pessoa física ou jurídica pela administração Pública, sem que lhe seja assegurada ampla defesa, em procedimento sancionatório.

Parágrafo único - No curso do procedimento ou, em caso de extrema urgência, antes dele, a Administração poderá adotar as medidas cautelares estritamente indispensáveis à eficácia do ato final.

Artigo 63 - O procedimento sancionatório observará, salvo legislação específica, as seguintes regras:

I - verificada a ocorrência de infração administrativa, será instaurado o respectivo procedimento para sua apuração;

II - o ato de instauração, expedido pela autoridade competente, indicará os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

III - o acusado será citado ou intimado, com cópia do ato de instauração, para, em 15 (quinze) dias, oferecer sua defesa e indicar as provas que pretende produzir;

IV - caso haja requerimento para produção de provas, a autoridade apreciará sua pertinência, em despacho motivado;

V - o acusado será intimado para:

a) manifestar-se, em 7 (sete) dias, sobre os documentos juntados aos autos pela autoridade, se maior prazo não lhe for assinado em face da complexidade da prova;

b) acompanhar a produção das provas orais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias;

c) formular quesitos e indicar assistente técnico, quando necessária prova pericial, em 7 (sete) dias;

d) concluída a instrução, apresentar, em 7 (sete) dias, suas alegações finais;

VI - antes da decisão, será ouvido o órgão de consultoria jurídica;

VII - a decisão, devidamente motivada, será proferida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, notificando-se o interessado por publicação no Diário Oficial do Estado;

VIII - da decisão caberá recurso.

Artigo 64 - O procedimento sancionatório será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao acusado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse.

Parágrafo único - Incidirá em infração disciplinar grave o servidor que, por qualquer forma, divulgar irregularmente informações relativas à acusação, ao acusado ou ao procedimento.

Seção IV
Do Procedimento de Reparação de Danos

Artigo 65 - Aquele que pretender, da Fazenda Pública, ressarcimento por danos causados por agente público, agindo nessa qualidade, poderá requerê-lo administrativamente, observadas as seguintes regras:

I - o requerimento será protocolado na Procuradoria Geral do Estado, até 5 (cinco) anos contados do ato ou fato que houver dado causa ao dano;

II - o protocolo do requerimento suspende, nos termos da legislação pertinente, a prescrição da ação de responsabilidade contra o Estado, pelo período que durar sua tramitação;

III - o requerimento conterá os requisitos do Artigo 54, devendo trazer indicação precisa do montante atualizado da indenização pretendida, e declaração de que o interessado concorda com as condição contidas neste artigo e no subsequente;

IV - o procedimento, dirigido por Procurador do Estado, observará as regras do Artigo 55;

V - a decisão do requerimento caberá ao Procurador Geral do Estado ou ao dirigente da entidade descentralizada, que recorrerão de ofício ao Governador, nas hipóteses previstas em regulamento;

VI - acolhido em definitivo o pedido, total ou parcialmente, será feita, em 15 (quinze) dias,a inscrição, em registro cronológico, do valor atualizado do débito, intimando-se o interessado;

VII - a ausência de manifestação expressa do interessado, em 10 (dez) dias, contados da intimação, implicará em concordância com o valor inscrito; caso não concorde com esse valor, o interessado poderá, no mesmo prazo, apresentar desistência, cancelando-se a inscrição e arquivando-se os autos;

VIII - os débitos inscritos até 1.° de julho serão pagos até o último dia útil do exercício seguinte, à conta de dotação orçamentária específica;

IX - o depósito, em conta aberta em favor do interessado, do valor inscrito, atualizado monetariamente até o mês do pagamento, importará em quitação do débito;

X - o interessado, mediante prévia notificação à Administração, poderá considerar indeferido seu requerimento caso o pagamento não se realize na forma e no prazo previstos nos incisos VIII e IX.

§ 1.º - Quando o interessado utilizar-se da faculdade prevista nos incisos VII, parte final, e X, perderá qualquer efeito o ato que tiver acolhido o pedido, não se podendo invocá-lo como reconhecimento da responsabilidade administrativa.

§ 2.º - Devidamente autorizado pelo Governador, o Procurador Geral do Estado poderá delegar, no âmbito da Administração centralizada, a competência prevista no inciso V, hipótese em que o delegante tornar-se-á a instância máxima de recurso.

Artigo 66 - Nas indenizações pagas nos termos do artigo anterior, não incidirão juros, honorários advocatícios ou qualquer outro acréscimo.

Artigo 67 - Na hipótese de condenação definitiva do Estado ao ressarcimento de danos, deverá o fato ser comunicado ao Procurador Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo órgão encarregado de oficiar no feito, sob pena de responsabilidade. lidade.

Artigo 68 - Recebida a comunicação, o Procurador Geral do Estado, no prazo de 10 (dez) dias, determinará a instauração de procedimento, cuja tramitação obedecerá o disposto na Seção III para apuração de eventual responsabilidade civil de agente público, por culpa ou dolo.

Parágrafo único - O Procurador Geral do Estado, de ofício, determinará a instauração do procedimento previsto neste artigo, quando na forma do Artigo 65, a Fazenda houver ressarcido extrajudicialmente o particular.

Artigo 69 - Concluindo-se pela responsabilidade civil do agente, será ele intimado para, em 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos o valor do prejuízo suportado pela Fazenda, atualizado monetariamente.

Artigo 70 - Vencido, sem o pagamento, o prazo estipulado no artigo anterior, será proposta, de imediato, a respectiva ação judicial para cobrança do débito.

Artigo 71 - Aplica-se o disposto nesta Seção às entidades descentralizadas, observada a respectiva estrutura administrativa.

Seção V
Do Procedimento para Obtenção de Certidão

Artigo 72 - É assegurada, nos termos do Artigo 5.° , XXXIV, "b", da Constituição Federal, a expedição de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registros ou autos de procedimentos em poder da Administração Pública, ressalvado o disposto no Artigo 75.

Parágrafo único - As certidões serão expedidas sob a forma de relato ou mediante cópia reprográfica dos elementos pretendidos.

Artigo 73 - Para o exercício do direito previsto no artigo anterior, o interessado deverá protocolar requerimento no órgão competente, independentemente de qualquer pagamento, especificando os elementos que pretende ver certificados.

Artigo 74 - O requerimento será apreciado, em 5 (cinco) dias úteis, pela autoridade competente, que determinará a expedição da certidão requerida em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 75 - O requerimento será indeferido, em despacho motivado, se a divulgação da informação solicitada colocar em comprovado risco a segurança da sociedade ou do Estado, violar a intimidade de terceiros ou não se enquadrar na hipótese constitucional.

§ 1.º - Na hipótese deste artigo, a autoridade competente, antes de sua decisão, ouvirá o órgão de consultoria jurídica, que se manifestará em 3 (três) dias úteis.

§ 2.º - Do indeferimento do pedido de certidão caberá recurso.

Artigo 76 - A expedição da certidão independerá de qualquer pagamento quando o requerente demonstrar sua necessidade para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Parágrafo único - Nas demais hipóteses,o interessado deverá recolher o valor correspondente, conforme legislação específica.

Seção VI
Do Procedimento para Obtenção de Informações Pessoais

Artigo 77 - Toda pessoa terá direito de acesso aos registros nominais que a seu respeito constem em qualquer espécie de fichário ou registro,informatizado ou não, dos órgãos ou entidades da Administração, inclusive policiais.

Artigo 78 - O requerimento para obtenção de informações observará as seguintes regras:

I - o interessado apresentará, ao órgão ou entidade do qual pretende as informações, requerimento escrito manifestando o desejo de conhecer tudo o que a seu respeito conste das fichas ou registros existentes;

II - as informações serão fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo do requerimento;

III - as informações serão transmitidas em linguagem clara e indicarão, conforme for requerido pelo interessado:

a) o conteúdo integral do que existir registrado;

b) a fonte das informações e dos registros;

c) o prazo até o qual os registros serão mantidos;

d) as categorias de pessoas que, por suas funções ou por necessidade do serviço, tem, diretamente, acesso aos registros;

e) as categorias de destinatários habilitados a receber comunicação desses registros; e

f) se tais registros são transmitidos a outros órgãos estaduais, e quais são esses órgãos.

Artigo 79 - Os dados existentes, cujo conhecimento houver sido ocultado ao interessado, quando de sua solicitação de informações, não poderão, em hipótese alguma, ser utilizados em quaisquer procedimentos que vierem a ser contra o mesmo instaurados.

Artigo 80 - Os órgãos ou entidades da Administração, ao coletar informações, devem esclarecer aos interessados:

I - o caráter obrigatório ou facultativo das respostas;

II - as consequências de qualquer incorreção nas respostas;

III - os órgãos aos quais se destinam as informações; e

IV - a existência do direito de acesso e de retificação das informações.

Parágrafo único - Quando as informações forem colhidas mediante questionários impressos, devem eles conter os esclarecimentos de que trata este artigo.

Artigo 81 - É proibida a inserção ou conservação em fichário ou registro de dados nominais relativos a opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, origem racial, orientação sexual e filiação sindical ou partidária.

Artigo 82 - É vedada a utilização, sem autorização prévia do interessado, de dados pessoais para outros fins que não aqueles para os quais foram prestados.

Seção VII
Do Procedimento para Retificação de Informações Pessoais

Artigo 83 - Qualquer pessoa tem o direito de exigir, da Administração:

I - a eliminação completa de registros de dados falsos a seu respeito, os quais tenham sido obtidos por meios ilícitos, ou se refiram às hipóteses vedadas pelo Artigo 81;

II - a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.

Parágrafo único - Aplicam-se ao procedimento de retificação as regras contidas nos Artigos 54 e 55.

Artigo 84 - O fichário ou o registro nominal devem ser completados ou corrigidos, de ofício, assim que a entidade ou órgão por eles responsável tome conhecimento da incorreção, desatualização ou caráter incompleto de informações neles contidas.

Artigo 85 - No caso de informação já fornecida a terceiros, sua alteração será comunicada a estes, desde que requerida pelo interessado, a quem dará cópia da retificação.

Seção VIII
Do Procedimento de Denúncia

Artigo 86 - Qualquer pessoa que tiver conhecimento de violação da ordem jurídica, praticada por agentes administrativos, poderá denunciá-la à Administração.

Artigo 87 - A denúncia conterá a identificação do seu autor, devendo indicar o fato e suas circunstâncias, e, se possível, seus responsáveis ou beneficiários.

Parágrafo único - Quando a denúncia for apresentada verbalmente, a autoridade lavrará termo, assinado pelo denunciante.

Artigo 88 - Instaurado o procedimento administrativo, a autoridade responsável determinará as providências necessárias à sua instrução, observando-se os prazos legais e as seguintes regras:

I - é obrigatória a manifestação do órgão de consultoria jurídica;

II - o denunciante não é parte no procedimento, podendo, entretanto, ser convocado para depor;

III - o resultado da denúncia será comunicado ao autor, se este assim o solicitar.

Artigo 89 - Incidirá em infração disciplinar grave a autoridade que não der andamento imediato, rápido e eficiente ao procedimento regulado nesta Seção.

TÍTULO V
Disposições Finais

Artigo 90 - O descumprimento injustificado, pela Administração, dos prazos previstos nesta lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes públicos encarregados do assunto, não implicando, necessariamente, em nulidade do procedimento.

§ 1.º - Respondem também os superiores hierárquicos que se omitirem na fiscalização dos serviços de seus subordinados, ou que de algum modo concorram para a infração.

§ 2.º - Os prazos concedidos aos particulares poderão ser devolvidos, mediante requerimento do interessado, quando óbices injustificados, causados pela Administração, resultarem na impossibilidade de atendimento do prazo fixado.

Artigo 91 - Os prazos previstos nesta lei são contínuos, salvo disposição expressa em contrário, não se interrompendo aos domingos ou feriados.

Artigo 92 - Quando norma não dispuser de forma diversa, os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1.º - Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.

§ 2.º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.

Artigo 93 - Esta lei entrará em vigor em 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Artigo 94 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-lei n. 104, de 20 de junho de 1969 e a Lei n. 5.702, de 5 de junho de 1987.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1998.

• LEI COMPLEMENTAR Nº 1080/08 - CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO PRELIMINAR ARTIGO 1º - CAPÍTULO II DO PLANO GERAL DE CARGOS, VENCIMENTOS E SALÁRIOS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS – SEÇÃO II DO INGRESSO – SEÇÃO III DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – SEÇÃO IV DA JORNADA DE TRABALHO, DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS – SEÇÃO VII DA PROGRESSÃO – SEÇÃO VIII DA PROMOÇÃO – SEÇÃO IX DA SUBSTITUIÇÃO – CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS – ARTIGOS 54, 55 E 56.

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.080, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008

Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I
Disposição Preliminar

Artigo 1º - Fica instituído, na forma desta lei complementar, Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários aplicável aos servidores das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias, titulares de cargos e ocupantes de funções-atividades expressamente indicados nos Anexos I e II.

CAPÍTULO II
Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Artigo 2º - O Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, de que trata esta lei complementar, organiza as classes que o integram, tendo em vista a complexidade das atribuições, os graus diferenciados de formação, de responsabilidade e de experiência profissional requeridos, bem como as demais condições e requisitos específicos exigíveis para seu exercício, compreendendo:

I - a identificação, agregação e alteração de nomenclatura de cargos e funções atividades e suas respectivas atribuições, na forma indicada nos Anexos I a III;

II - o estabelecimento de um sistema retributório que estrutura os vencimentos e salários de acordo com o nível de escolaridade e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e funções-atividades, por intermédio de 5 (cinco) escalas de vencimentos, compostas de referências e graus ou de referências, na forma indicada nos Anexos V a XII;

III - a instituição de perspectivas de mobilidade funcional, mediante progressão e promoção.

Artigo 3º - Para fins de aplicação deste Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, considera-se:

I - classe: o conjunto de cargos e funções-atividades de mesma natureza e igual denominação;

II - referência: o símbolo indicativo do vencimento do cargo ou do salário da função atividade;

III - grau: valor do vencimento ou salário dentro da referência; IV - padrão: conjunto de referência e grau;

V - vencimento: retribuição pecuniária, fixada em lei, paga mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo;

VI - salário: retribuição pecuniária, fixada em lei, paga mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício da função-atividade;

VII - remuneração: o valor correspondente ao vencimento ou salário, acrescido das vantagens pecuniárias a que o servidor faça jus, previstas em lei.

SEÇÃO II
Do Ingresso

Artigo 4º - O ingresso nos cargos e funções-atividades constantes dos Subanexos 2 e 3 dos Anexos I e II desta lei complementar far-se-á no padrão inicial da respectiva classe, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

I - para as classes de nível intermediário: certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - para as classes de nível universitário: diploma de graduação em curso de nível superior.

§ 1º - Os editais fixarão os requisitos específicos, de acordo com a área de atuação, para cada concurso público.

§ 2º - As atribuições básicas das classes de que trata este artigo são as fixadas no Anexo III desta lei complementar.

Artigo 5º - Os cargos em comissão e as funções atividades em confiança obedecerão aos requisitos mínimos de escolaridade e experiência profissional fixados no Anexo IV desta lei complementar.

Artigo 6º - Os cargos e as funções-atividades de supervisão, chefia e encarregatura indicados no Subanexo 4 dos Anexos I e II serão providos ou preenchidas, privativamente, por servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos ou ocupantes de funções atividades de natureza permanente.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo, os cargos de Chefe de Cerimonial e Chefe de Gabinete identificados no Subanexo 4 do Anexo I e os cargos e funções-atividades de Chefe de Gabinete de Autarquia identificados no Subanexo 4 do Anexo II desta lei complementar.

SEÇÃO III
Do Estágio Probatório

Artigo 7º - Nos 3 (três) primeiros anos de efetivo exercício nos cargos das classes a que se refere o artigo 4º desta lei complementar, que se caracteriza como estágio probatório, o servidor será submetido à avaliação especial de desempenho, verificando-se a sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao cargo que ocupa, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

§ 1º - O período de estágio probatório será acompanhado por Comissão Especial de Avaliação de Desempenho constituída para este fim, em conjunto com o órgão setorial de recursos humanos e as chefias imediata e mediata, que deverão:

1 - propiciar condições para a adaptação do servidor ao ambiente de trabalho;

2 - orientar o servidor no desempenho de suas atribuições;

3 - verificar o grau de adaptação ao cargo e a necessidade de submeter o servidor a programa de treinamento.

§ 2º - A avaliação será promovida semestralmente pelo órgão setorial de recursos humanos, com base em critérios estabelecidos pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.

Artigo 8º - Decorridos 30 (trinta) meses do período de estágio probatório, o responsável pelo órgão setorial de recursos humanos encaminhará à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório circunstanciado sobre a conduta e o desempenho profissional do servidor, com proposta fundamentada de confirmação no cargo ou exoneração.

§ 1º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho poderá solicitar informações complementares para referendar a proposta de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - No caso de ter sido proposta a exoneração, a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho abrirá prazo de 10 (dez) dias para o exercício do direito de defesa do interessado, e decidirá pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho encaminhará ao Titular do órgão ou entidade, para decisão final, proposta de confirmação no cargo ou de exoneração do servidor.

§ 4º - Os atos de confirmação no cargo ou de exoneração deverão ser publicados pela autoridade competente até o penúltimo dia do estágio probatório.

Artigo 9º - Durante o período de estágio probatório, o servidor não poderá ser afastado ou licenciado do seu cargo, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 69, 72, 75 e 181, incisos I a V, VII e VIII, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, para participação em curso específico de formação e quando nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança, no âmbito do órgão ou entidade em que estiver lotado, na forma a ser regulamentada em decreto.

Artigo 10 - O servidor confirmado no cargo de provimento efetivo fará jus à progressão automática do grau "A" para o grau "B" da respectiva referência da classe a que pertença, independentemente do limite estabelecido no artigo 23 desta lei complementar.

SEÇÃO IV
Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias

Artigo 11 - Os cargos e as funções-atividades abrangidos por esta lei complementar serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo, os cargos e as funções-atividades cujos ocupantes estejam sujeitos a Jornada Comum de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

Artigo 12 - Os vencimentos ou salários dos servidores abrangidos pelo Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, de que trata esta lei complementar, ficam fixados de acordo com as Escalas de Vencimentos a seguir mencionadas:

I - Escala de Vencimentos - Nível Elementar, constituída de 1 (uma) referência e 10 (dez) graus;

II - Escala de Vencimentos - Nível Intermediário, constituída de 2 (duas) referências e 10 (dez) graus;

III - Escala de Vencimentos - Nível Universitário, composta de 2 (duas) Estruturas de Vencimentos, sendo a Estrutura I constituída de 2 (duas) referências e 10 (dez) graus, e a Estrutura II constituída de 2 (duas) referências e 10 (dez) graus;

IV - Escala de Vencimentos - Comissão, constituída de 18 (dezoito) referências.

Artigo 13 - As Escalas de Vencimentos a que se refere o artigo 12 desta lei complementar são constituídas de tabelas, aplicáveis aos cargos e funções atividades, de acordo com a jornada de trabalho a que estejam sujeitos os seus ocupantes, na seguinte conformidade:

I - Tabela I, para os sujeitos à Jornada Completa de Trabalho;

II - Tabela II, para os sujeitos à Jornada Comum de Trabalho.

Artigo 14 - A remuneração dos servidores abrangidos pelo Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, de que trata esta lei complementar, compreende, além dos vencimentos e salários de que trata o artigo 12, as seguintes vantagens pecuniárias:

I - adicional por tempo de serviço de que trata o artigo 129 da Constituição do Estado, que será calculado na base de 5% (cinco por cento) sobre o valor do vencimento ou salário, por qüinqüênio de prestação de serviço, observado o disposto no inciso XVI do artigo 115 da mesma Constituição;

II - sexta-parte;

III - gratificação "pro labore" a que se referem os artigos 16 a 19 desta lei complementar;

IV - décimo-terceiro salário;

V - acréscimo de 1/3 (um terço) das férias;

VI - ajuda de custo;

VII - diárias;

VIII - gratificações e outras vantagens pecuniárias previstas em lei.

SEÇÃO VII
Da Progressão

Artigo 22 - Progressão é a passagem do servidor de um grau para outro imediatamente superior dentro de uma mesma referência da respectiva classe.

Artigo 23 - A progressão será realizada anualmente, mediante processo de avaliação de desempenho, obedecido o limite de até 20% (vinte por cento) do total de servidores titulares de cargos ou ocupantes de funções-atividades integrantes de cada classe de nível elementar, nível intermediário e nível universitário prevista nesta lei complementar, no âmbito de cada órgão ou entidade.

Artigo 24 - Poderão participar do processo de progressão, os servidores que tenham:

I - cumprido o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício, no padrão da classe em que seu cargo ou função-atividade estiver enquadrado;

II - o desempenho avaliado anualmente, por meio de procedimentos e critérios estabelecidos em decreto.

Parágrafo único - O cômputo do interstício a que se refere o inciso I deste artigo terá início a partir do cumprimento do estágio probatório de 3 (três) anos de efetivo exercício.

Artigo 25 - Observado o limite estabelecido no artigo 23 desta lei complementar, somente poderão ser beneficiados com a progressão os servidores que tiverem obtido resultados finais positivos no processo anual de avaliação de desempenho.

Artigo 26 - Interromper-se-á o interstício quando o servidor estiver afastado de seu cargo ou função-atividade, exceto se:

I - nomeado para cargo em comissão ou designado, nos termos da legislação trabalhista, para exercício de função-atividade em confiança;

II - designado para função retribuída mediante gratificação "pro labore", a que se referem os artigos 16 a 18 desta lei complementar;

III - designado para função de serviço público retribuída mediante "pro labore", nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968;

IV - designado como substituto ou para responder por cargo vago de comando;

V - afastado nos termos dos artigos 65 e 66 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, sem prejuízo de vencimentos, junto a órgãos da Administração Direta ou Autárquica do Estado;

VI - afastado nos termos dos artigos 67, 78, 79 e 80 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, ou nos termos do inciso I do artigo 15 e dos artigos 16 e 17 da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974;

VII - afastado, sem prejuízo dos vencimentos ou salários, para participação em cursos, congressos ou demais certames afetos à respectiva área de atuação, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;

VIII - afastado nos termos do § 1º do artigo 125 da Constituição do Estado de São Paulo;

IX - afastado nos termos da Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, alterada pela Lei Complementar nº 1.054, de 7 de julho de 2008.

Artigo 27 - Os demais critérios relativos à progressão serão estabelecidos em decreto.

SEÇÃO VIII
Da Promoção

Artigo 28 - Promoção é a passagem do servidor da referência 1 para a referência 2 de sua respectiva classe, devido à aquisição de competências adicionais às exigidas para ingresso no cargo de que é titular ou função-atividade de que é ocupante.

Parágrafo único - Quando o valor do vencimento ou salário do grau "A" da referência final for inferior àquele anteriormente percebido, o enquadramento farse-á no grau com valor imediatamente superior.

Artigo 29 - A promoção permitirá a passagem da referência 1 para a referência 2 dos servidores integrantes das seguintes classes:

I - de nível intermediário:

a) Oficial Administrativo;

b) Oficial Operacional;

c) Oficial Sociocultural;

II - de nível universitário:
a) Analista Administrativo;
b) Analista de Tecnologia;
c) Analista Sociocultural;
d) Executivo Público.

Artigo 30 - São requisitos para fins de promoção:
I - contar, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício em um mesmo cargo ou função-atividade pertencente às classes identificadas no artigo 29 desta lei complementar;
II - ser aprovado em avaliação teórica ou prática para aferir a aquisição de competências necessárias ao exercício de suas funções na referência superior;
III - possuir diploma de:
a) graduação em curso de nível superior, para os integrantes das classes referidas no inciso I do artigo 29 desta lei complementar;
b) pós-graduação "stricto" ou "lato sensu", para os integrantes das classes referidas no inciso II do artigo 29 desta lei complementar.

Artigo 31 - Os cursos a que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso III do artigo 30 desta lei complementar e os demais critérios relativos ao processo de promoção serão estabelecidos em decreto.

SEÇÃO IX
Da Substituição

Artigo 32 - Para os servidores abrangidos por esta lei complementar poderá haver a substituição de que tratam os artigos 80 a 83 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, para os cargos de coordenação, direção, chefia, supervisão e encarregatura, constantes da Escala de Vencimentos - Comissão. § 1º - Se o período de substituição for igual ou superior a 15 (quinze) dias, o servidor fará jus à diferença entre o valor do padrão ou da referência em que estiver enquadrado o cargo de que é titular ou a função-atividade de que é ocupante, acrescido da Gratificação Executiva, de que trata o inciso I do artigo 38 desta lei complementar, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte, se for o caso, e do valor da referência do cargo em comissão acrescido das mesmas vantagens, proporcional aos dias substituídos.
§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se, também, às hipóteses de designação para funções de serviço público retribuídas mediante "pro labore" de que trata o artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, e para as funções previstas nos artigos 16 e 17 desta lei complementar.
§ 3º - Na hipótese de substituição em funções-atividades em confiança, no âmbito das Autarquias, aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo.
§ 4º - Os servidores integrantes de classes pertencentes a outros sistemas retribuitórios que venham a exercer a substituição em cargos abrangidos por este Plano, receberão o pagamento dessa substituição de acordo com critérios de cálculo a serem estabelecidos em decreto.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

Artigo 54 - Poderá ser convertida em pecúnia, mediante requerimento, uma parcela de 30 (trinta) dias de licença-prêmio aos integrantes dos Quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias, regidos por esta lei complementar, que se encontrem em efetivo exercício nas unidades desses órgãos e entidades.
§ 1º - Os 60 (sessenta) dias de licença-prêmio restantes, do período aquisitivo considerado, somente poderão ser usufruídos em ano diverso daquele em que o beneficiário recebeu a indenização, observado o disposto no artigo 213 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 1048, de 10 de junho de 2008.
§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores dos Quadros das Secretarias de Economia e Planejamento e da Fazenda regidos por esta lei complementar.

Artigo 55 - O pagamento da indenização de que trata o artigo 54 restringir-se-á às licenças-prêmio cujos períodos aquisitivos se completem a partir da data da vigência desta lei complementar e observará o seguinte:
I - será efetivado no 5º dia útil do mês de aniversário do requerente;
II - corresponderá ao valor da remuneração do servidor no mês-referência de que trata o inciso anterior.

Artigo 56 - O servidor de que trata o artigo 54 desta lei complementar que optar pela conversão em pecúnia, de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, deverá apresentar requerimento no prazo de 3 (três) meses antes do mês do seu aniversário.
§ 1º - O órgão setorial ou subsetorial de recursos humanos competente deverá instruir o requerimento com:
1 - informações relativas à publicação do ato de concessão da licença-prêmio e ao período aquisitivo;
2 - declaração de não-fruição de parcela de licença-prêmio no ano considerado, relativa ao mesmo período aquisitivo.
§ 2º - Caberá à autoridade competente decidir sobre o deferimento do pedido, com observância:
1 - da necessidade do serviço;
2 - da assiduidade e da ausência de penas disciplinares, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à data do requerimento do servidor.

• LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, E O DECRETO N° 58.052, DE 16 DE MAIO DE 2012.

A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública. No Brasil, o direito de acesso à informação pública foi previsto na Constituição Federal, no inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - que dispõe que: *"todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".*

A Constituição também tratou do acesso à informação pública no Art. 5º, inciso XIV, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º. São estes os dispositivos que a Lei de Acesso a Informações regulamenta, estabelecendo requisitos mínimos para a divulgação de informações públicas e procedimentos para facilitar e agilizar o seu acesso por qualquer pessoa.

Mapa da lei:

Tema	Localização	Palavras-chave
Garantias do direito de acesso	Artigos 3, 6, 7	Princípios do direito de acesso/Compromisso do Estado
Regras sobre a divulgação de rotina ou proativa de informações	Artigos 8 e 9	Categorias de informação/Serviço de Informações ao Cidadão/Modos de divulgar
Processamento de pedidos de Informação	Artigos 10,11,12,13 e 14	Identificação e pesquisa de documentos/Meios de divulgação/Custos/Prazos de atendimento
Direito de recurso a recusa de liberação de informação	Artigos 15 ao 20	Pedido de desclassificação/Autoridades responsáveis/Ritos legais
Exceções ao direito de acesso	Artigos 21 ao 30	Níveis de classificação/Regras/Justificativa do não-acesso
Tratamento de informações Pessoais	Artigo 31	Respeito às liberdades e garantias individuais
Responsabilidade dos agentes públicos	Artigos 32, 33, 34	Condutas ilícitas/Princípio do contraditório

Acesso: Quais as exceções?

A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos e por período de tempo determinado.

A Lei de Acesso a Informações no Brasil prevê como exceções à regra de acesso os dados pessoais e as informações classificadas por autoridades como sigilosas.

Dados Pessoais são aquelas informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável. Seu tratamento deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

As informações pessoais não são públicas e terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção. Elas sempre podem ser acessadas pelos próprios indivíduos e, por terceiros, apenas em casos excepcionais previstos na Lei.

Informações classificadas como sigilosas são aquelas cuja Lei de Acesso a Informações prevê alguma restrição de acesso, mediante classificação por autoridade competente, visto que são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência).

Conforme a Lei de Acesso a Informações, a informação pública pode ser classificada como:

- **Ultrassecreta** prazo de segredo: 25 anos (renovável uma única vez)
- **Secreta** prazo de segredo: 15 anos
- **Reservada** prazo de segredo: 5 anos[1]

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

1 http://www.acessoainformacao.gov.br/

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no **caput** refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

CAPÍTULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º O acesso à informação previsto no **caput** não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.

§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Seção I
Do Pedido de Acesso

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no **caput**, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no **caput** todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

Seção II
Dos Recursos

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.

Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.

§ 2º Indeferido o recurso previsto no **caput** que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.

Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.

Art. 19. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Art. 20. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV
DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Seção I
Disposições Gerais

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Seção II
Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Seção III
Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas

Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. (Regulamento)

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

Seção IV
Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: (Regulamento)

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

a) Presidente da República;

b) Vice-Presidente da República;

c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;

d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e

e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.

§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas "d" e "e" do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.

§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.

Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - assunto sobre o qual versa a informação;

II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;

III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e

IV - identificação da autoridade que a classificou.

Parágrafo único. A decisão referida no **caput** será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.

Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24. (Regulamento)

§ 1º O regulamento a que se refere o **caput** deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

§ 2º Na reavaliação a que se refere o **caput**, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no **caput** para consulta pública em suas sedes.

§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Seção V
Das Informações Pessoais

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no **caput** serão consideradas:

I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou

II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

§ 2º Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. (VETADO).

§ 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:

I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;

II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e

III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.

§ 2º O prazo referido no inciso III é limitado a uma única renovação.

§ 3º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a reavaliação prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.

§ 4º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 3º implicará a desclassificação automática das informações.

§ 5º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes e demais disposições desta Lei. (Regulamento)

Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos: (Regulamento)

I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e

II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.

Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência desta Lei.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no **caput**, deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no **caput** poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.

§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no **caput**, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.

§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no **caput** serão consideradas, automaticamente, de acesso público.

Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II - monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 41. O Poder Executivo Federal designará órgão da administração pública federal responsável:

I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;

IV - pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 116. .....

.....

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

....." (NR)

Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:

"Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública."

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Art. 46. Revogam-se:

I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e

II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardoso
Celso Luiz Nunes Amorim
Antonio de Aguiar Patriota
Miriam Belchior
Paulo Bernardo Silva
Gleisi Hoffmann
José Elito Carvalho Siqueira
Helena Chagas
Luís Inácio Lucena Adams
Jorge Hage Sobrinho
Maria do Rosário Nunes

DECRETO Nº 58.052, DE 16 DE MAIO DE 2012

Regulamenta a Lei federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que é dever do Poder Público promover a gestão dos documentos públicos para assegurar o acesso às informações neles contidas, de acordo com o § 2º do artigo 216 da Constituição Federal e com o artigo 1º da Lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991;

Considerando que cabe ao Estado definir, em legislação própria, regras específicas para o cumprimento das determinações previstas na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações;

Considerando as disposições das Leis estaduais nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo e nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário de serviços públicos, e dos Decretos estaduais nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, que institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, nº 44.074, de 1º de julho de 1999, que regulamenta a composição e estabelece a competência das Ouvidorias, nº 54.276, de 27 de abril de 2009, que reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, nº 55.479, de 25 de fevereiro de 2010, que institui na Casa Civil o Comitê Gestor do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc, alterado pelo de nº 56.260, de 6 de outubro de 2010, nº 55.559, de 12 de março de 2010, que institui o Portal do Governo Aberto SP e nº 57.500, de 8 de novembro de 2011, que reorganiza a Corregedoria Geral da Administração e institui o Sistema Estadual de Controladoria; e

Considerando, finalmente, a proposta apresentada pelo Grupo Técnico instituído pela Resolução CC-3, de 9 de janeiro de 2012, junto ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública,

Decreta:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Artigo 1º - Este decreto define procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos estaduais para a realização de atividades de interesse público, à vista das normas gerais estabelecidas na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Artigo 2º - O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será assegurado mediante:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - implementação da política estadual de arquivos e gestão de documentos;

III - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

IV - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

V - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

VI - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Artigo 3º - Para os efeitos deste decreto, consideram-se as seguintes definições:

I - arquivos públicos: conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos e organizações sociais, no exercício de suas funções e atividades;

II - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

III - classificação de sigilo: atribuição, pela autoridade competente, de grau de sigilo a documentos, dados e informações;

IV - credencial de segurança: autorização por escrito concedida por autoridade competente, que habilita o agente público estadual no efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública a ter acesso a documentos, dados e informações sigilosas;

V - criptografia: processo de escrita à base de métodos lógicos e controlados por chaves, cifras ou códigos, de forma que somente os usuários autorizados possam reestabelecer sua forma original;

VI - custódia: responsabilidade pela guarda de documentos, dados e informações;

VII - dado público: sequência de símbolos ou valores, representado em algum meio, produzido ou sob a guarda governamental, em decorrência de um processo natural ou artificial, que não tenha seu acesso restrito por legislação específica;

VIII - desclassificação: supressão da classificação de sigilo por ato da autoridade competente ou decurso de prazo, tornando irrestrito o acesso a documentos, dados e informações sigilosas;

IX - documentos de arquivo: todos os registros de informação, em qualquer suporte, inclusive o magnético ou óptico, produzidos, recebidos ou acumulados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, no exercício de suas funções e atividades;

X - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

XI - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

XII - gestão de documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento e reprodução, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos;

XIII - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XIV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

XV - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

XVI - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

XVII - marcação: aposição de marca assinalando o grau de sigilo de documentos, dados ou informações, ou sua condição de acesso irrestrito, após sua desclassificação;

XVIII - metadados: são informações estruturadas e codificadas que descrevem e permitem gerenciar, compreender, preservar e acessar os documentos digitais ao longo do tempo e referem-se a:

a) identificação e contexto documental (identificador único, instituição produtora, nomes, assunto, datas, local, código de classificação, tipologia documental, temporalidade, destinação, versão, documentos relacionados, idioma e indexação);

b) segurança (grau de sigilo, informações sobre criptografia, assinatura digital e outras marcas digitais);

c) contexto tecnológico (formato de arquivo, tamanho de arquivo, dependências de hardware e software, tipos de mídias, algoritmos de compressão) e localização física do documento;

XIX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XX - reclassificação: alteração, pela autoridade competente, da classificação de sigilo de documentos, dados e informações;

XXI - rol de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais: relação anual, a ser publicada pelas autoridades máximas de órgãos e entidades, de documentos, dados e informações classificadas, no período, como sigilosas ou pessoais, com identificação para referência futura;

XXII - serviço ou atendimento presencial: aquele prestado na presença física do cidadão, principal beneficiário ou interessado no serviço;

XXIII - serviço ou atendimento eletrônico: aquele prestado remotamente ou à distância, utilizando meios eletrônicos de comunicação;

XXIV - tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais: relação exaustiva de documentos, dados e informações com quaisquer restrição de acesso, com a indicação do grau de sigilo, decorrente de estudos e pesquisas promovidos pelas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, e publicada pelas autoridades máximas dos órgãos e entidades;

XXV - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

CAPÍTULO II
Do Acesso a Documentos, Dados e Informações
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Artigo 4º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual:

I - promover a gestão transparente de documentos, dados e informações, assegurando sua disponibilidade, autenticidade e integridade, para garantir o pleno direito de acesso;

II - divulgar documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral, sob sua custódia, independentemente de solicitações;

III - proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, por meio de critérios técnicos e objetivos, o menos restritivo possível.

SEÇÃO II
Da Gestão de Documentos, Dados e Informações

Artigo 5º - A Unidade do Arquivo Público do Estado, na condição de órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, é a responsável pela formulação e implementação da política estadual de arquivos e gestão de documentos, a que se refere o artigo 2º, inciso II deste decreto, e deverá propor normas, procedimentos e requisitos técnicos complementares, visando o tratamento da informação.

Parágrafo único - Integram a política estadual de arquivos e gestão de documentos:

1. os serviços de protocolo e arquivo dos órgãos e entidades;

2. as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, a que se refere o artigo 11 deste decreto;

3. o Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc;

4. os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC.

Artigo 6º - Para garantir efetividade à política de arquivos e gestão de documentos, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão:

I - providenciar a elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos de suas atividades-fim, a que se referem, respectivamente, os artigos 10 a 18 e 19 a 23, do Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004;

II - cadastrar todos os seus documentos no Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc.

Parágrafo único - As propostas de planos de classificação e de tabelas de temporalidade de documentos deverão ser apreciadas pelos órgãos jurídicos dos órgãos e entidades e encaminhadas à Unidade do Arquivo Público do Estado para aprovação, antes de sua oficialização.

Artigo 7º - Ficam criados, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, a que se refere o artigo 5º, inciso IV, deste decreto, diretamente subordinados aos seus titulares, em local com condições apropriadas, infraestrutura tecnológica e equipe capacitada para:

I - realizar atendimento presencial e/ou eletrônico na sede e nas unidades subordinadas, prestando orientação ao público sobre os direitos do requerente, o funcionamento do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, a tramitação de documentos, bem como sobre os serviços prestados pelas respectivas unidades do órgão ou entidade;

II - protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações, bem como encaminhar os pedidos de informação aos setores produtores ou detentores de documentos, dados e informações;

III - controlar o cumprimento de prazos por parte dos setores produtores ou detentores de documentos, dados e informações, previstos no artigo 15 deste decreto;

IV - realizar o serviço de busca e fornecimento de documentos, dados e informações sob custódia do respectivo órgão ou entidade, ou fornecer ao requerente orientação sobre o local onde encontrá-los.

§ 1º - As autoridades máximas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão designar, no prazo de 30 (trinta) dias, os responsáveis pelos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC.

§ 2º - Para o pleno desempenho de suas atribuições, os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC deverão:

1. manter intercâmbio permanente com os serviços de protocolo e arquivo;

2. buscar informações junto aos gestores de sistemas informatizados e bases de dados, inclusive de portais e sítios institucionais;

3. atuar de forma integrada com as Ouvidorias, instituídas pela Lei estadual nº 10.294, de 20 de abril de 1999, e organizadas pelo Decreto nº 44.074, de 1º de julho de 1999.

§ 3º - Os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, independentemente do meio utilizado, deverão ser identificados com ampla visibilidade.

Artigo 8º - A Casa Civil deverá providenciar a contratação de serviços para o desenvolvimento de "Sistema Integrado de Informações ao Cidadão", capaz de interoperar com o SPdoc, a ser utilizado por todos os órgãos e entidades nos seus respectivos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC.

Artigo 9º - A Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, deverá adotar as providências necessárias para a organização dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, instituída pelo Decreto nº 54.276, de 27 de abril de 2009, com a finalidade de:

I - coordenar a integração sistêmica dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, instituídos nos órgãos e entidades;

II - realizar a consolidação e sistematização de dados a que se refere o artigo 26 deste decreto, bem como a elaboração de estatísticas sobre as demandas de consulta e os perfis de usuários, visando o aprimoramento dos serviços.

Parágrafo único - Os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC deverão fornecer, periodicamente, à Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, dados atualizados dos atendimentos prestados.

Artigo 10 - O acesso aos documentos, dados e informações compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrado ou obtido o documento, dado ou informação almejada;

II - dado ou informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - documento, dado ou informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - dado ou informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - documento, dado ou informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - documento, dado ou informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos;

VII - documento, dado ou informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º - O acesso aos documentos, dados e informações previsto no «caput» deste artigo não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º - Quando não for autorizado acesso integral ao documento, dado ou informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 3º - O direito de acesso aos documentos, aos dados ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 4º - A negativa de acesso aos documentos, dados e informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no artigo 1º deste decreto, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do artigo 32 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 5º - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata instauração de apuração preliminar para investigar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º - Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

SEÇÃO III
Das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso

Artigo 11 - As Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo, a que se referem os Decretos nº 29.838, de 18 de abril de 1989, e nº 48.897, de 27 de agosto de 2004, instituídas nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, passarão a ser denominadas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA.

§ 1º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverão ser vinculadas ao Gabinete da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA serão integradas por servidores de nível superior das áreas jurídica, de administração geral, de administração financeira, de arquivo e protocolo, de tecnologia da informação e por representantes das áreas específicas da documentação a ser analisada.

§ 3º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA serão compostas por 5 (cinco), 7 (sete) ou 9 (nove) membros, designados pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Artigo 12 - São atribuições das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, além daquelas previstas para as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo nos Decretos nº 29.838, de 18 de abril de 1989, e nº 48.897, de 27 de agosto de 2004:

I - orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações do órgão ou entidade, visando assegurar o amplo acesso e divulgação;

II - realizar estudos, sob a orientação técnica da Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, visando à identificação e elaboração de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, de seu órgão ou entidade;

III - encaminhar à autoridade máxima do órgão ou entidade a tabela mencionada no inciso II deste artigo, bem como as normas e procedimentos visando à proteção de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, para oitiva do órgão jurídico e posterior publicação;

IV - orientar o órgão ou entidade sobre a correta aplicação dos critérios de restrição de acesso constantes das tabelas de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais;

V - comunicar à Unidade do Arquivo Público do Estado a publicação de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, e suas eventuais alterações, para consolidação de dados, padronização de critérios e realização de estudos técnicos na área;

VI - propor à autoridade máxima do órgão ou entidade a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos, dados e informações sigilosas;

VII - manifestar-se sobre os prazos mínimos de restrição de acesso aos documentos, dados ou informações pessoais;

VIII - atuar como instância consultiva da autoridade máxima do órgão ou entidade, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a documentos, dados e informações não atendidas ou indeferidas, nos termos do parágrafo único do artigo 19 deste decreto;

IX - informar à autoridade máxima do órgão ou entidade a previsão de necessidades orçamentárias, bem como encaminhar relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos.

Parágrafo único - Para o perfeito cumprimento de suas atribuições as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA poderão convocar servidores que possam contribuir com seus conhecimentos e experiências, bem como constituir subcomissões e grupos de trabalho.

Artigo 13 - À Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, responsável por propor a política de acesso aos documentos públicos, nos termos do artigo 6º, inciso XII, do Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, caberá o reexame, a qualquer tempo, das tabelas de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

SEÇÃO IV
Do Pedido

Artigo 14 - O pedido de informações deverá ser apresentado ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade, por qualquer meio legítimo que contenha a identificação do interessado (nome, número de documento e endereço) e a especificação da informação requerida.

Artigo 15 - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade responsável pelas informações solicitadas deverá conceder o acesso imediato àquelas disponíveis.

§ 1º - Na impossibilidade de conceder o acesso imediato, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, deverá:

1. comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

2. indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

3. comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º - O prazo referido no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o interessado.

§ 3º - Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio interessado possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º - Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o interessado deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º - A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do interessado.

§ 6º - Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o interessado declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Artigo 16 - O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, a ser fixado em ato normativo pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo único - Estará isento de ressarcir os custos previstos no "caput" deste artigo todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Artigo 17 - Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único - Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob Grupo Técnico supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Artigo 18 - É direito do interessado obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

SEÇÃO V
Dos Recursos

Artigo 19 - No caso de indeferimento de acesso aos documentos, dados e informações ou às razões da negativa do acesso, bem como o não atendimento do pedido, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua ciência.

Parágrafo único - O recurso será dirigido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar, após eventual consulta à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, a que se referem os artigos 11 e 12 deste decreto, e ao órgão jurídico, no prazo de 5 (cinco) dias.

(*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32):

"Artigo 20 – Negado o acesso ao documento, dado e informação pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, o interessado poderá recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, à Ouvidoria Geral do Estado, da Secretaria de Governo, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:"; (NR)

I - o acesso ao documento, dado ou informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso ao documento, dado ou informação, total ou parcialmente classificada como sigilosa, não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido o pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de sigilo estabelecidos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não tiverem sido observados;

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

(*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32) :

"§ 1º - O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Ouvidoria Geral do Estado depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, nos termos do parágrafo único do artigo 19 deste decreto."; (NR)

"§ 2º - Verificada a procedência das razões do recurso, a Ouvidoria Geral do Estado determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto."; (NR)

(*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32) :

"Artigo 21 – Negado o acesso ao documento, dado ou informação pela Ouvidoria Geral do Estado, o requerente poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, interpor recurso à Comissão Estadual de Acesso à Informação, de que trata o artigo 76 deste decreto."; (NR)

Artigo 22 - Aplica-se, no que couber, a Lei estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO III
Da Divulgação de Documentos, Dados e Informações

Artigo 23 - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º - Na divulgação das informações a que se refere o «caput» deste artigo, deverão constar, no mínimo:

1. registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

2. registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

3. registros de receitas e despesas;

4. informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

5. relatórios, estudos e pesquisas;

6. dados gerais para o acompanhamento da execução orçamentária, de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

7. respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no «caput» deste artigo, os órgãos e entidades estaduais deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º - Os sítios de que trata o § 2º deste artigo deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

1. conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

2. possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

3. possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

4. divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

5. garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

6. manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

7. indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;

8. adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do artigo 17 da Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, artigo 9° da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e da Lei estadual n° 12.907, de 15 de abril de 2008.

Artigo 24 - Os documentos que contenham informações que se enquadrem nos casos referidos no artigo anterior deverão estar cadastrados no Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc.

Artigo 25 - A autoridade máxima de cada órgão ou entidade estadual publicará, anualmente, em sítio próprio, bem como no Portal da Transparência e do Governo Aberto:

I - rol de documentos, dados e informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão manter exemplar da publicação prevista no "caput" deste artigo para consulta pública em suas sedes, bem como o extrato com o rol de documentos, dados e informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Artigo 26 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão prestar no prazo de 60 (sessenta) dias, para compor o "Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo - CSBD", as seguintes informações:

I - tamanho e descrição do conteúdo das bases de dados;

II - metadados;

III - dicionário de dados com detalhamento de conteúdo;

IV - arquitetura da base de dados;

V - periodicidade de atualização;

VI - software da base de dados;

VII - existência ou não de sistema de consulta à base de dados e sua linguagem de programação;

VIII - formas de consulta, acesso e obtenção à base de dados.

§ 1º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão indicar o setor responsável pelo fornecimento e atualização permanente de dados e informações que compõem o «Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo - CSBD».

§ 2º - O desenvolvimento do «Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo - CSBD», coleta de informações, manutenção e atualização permanente ficará a cargo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

(*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32):

"§ 3º - O "Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo – CSBD", bem como as bases de dados da Administração Pública Estadual deverão estar disponíveis no Portal Governo Aberto SP e no Portal da Transparência Estadual, nos termos da legislação pertinente, com todos os elementos necessários para permitir sua utilização por terceiros, como a arquitetura da base e o dicionário de dados."; (NR)

CAPÍTULO IV
Das Restrições de Acesso a Documentos, Dados e Informações
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Artigo 27 - São consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Estadual, duas categorias de documentos, dados e informações:

I - Sigilosos: aqueles submetidos temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

II - Pessoais: aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Parágrafo único - Cabe aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, por meio de suas respectivas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, a que se referem os artigos 11 e 12 deste decreto, promover os estudos necessários à elaboração de tabela com a identificação de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, visando assegurar a sua proteção.

Artigo 28 - Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único - Os documentos, dados e informações que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Artigo 29 - O disposto neste decreto não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

SEÇÃO II
Da Classificação, Reclassificação e Desclassificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosas

Artigo 30 - São considerados imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação de sigilo, os documentos, dados e informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares;

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Artigo 31 - Os documentos, dados e informações sigilosas em poder de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderão ser classificados nos seguintes graus:

I - ultrassecreto;

II - secreto;

III - reservado.

§ 1º - Os prazos máximos de restrição de acesso aos documentos, dados e informações, conforme a classificação prevista no «caput» e incisos deste artigo, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

1. ultrassecreto: até 25 (vinte e cinco) anos;
2. secreto: até 15 (quinze) anos;
3. reservado: até 5 (cinco) anos.

§ 2º - Os documentos, dados e informações que puderem colocar em risco a segurança do Governador e Vice-Governador do Estado e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificados como reservados e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º - Alternativamente aos prazos previstos no § 1º deste artigo, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º - Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, o documento, dado ou informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º - Para a classificação do documento, dado ou informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

1. a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado;

2. o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Artigo 32 - A classificação de sigilo de documentos, dados e informações no âmbito da Administração Pública Estadual deverá ser realizada mediante:

I - publicação oficial, pela autoridade máxima do órgão ou entidade, de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, que em razão de seu teor e de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado ou à proteção da intimidade, da vida privada, da honra e imagem das pessoas, sejam passíveis de restrição de acesso, a partir do momento de sua produção,

II - análise do caso concreto pela autoridade responsável ou agente público competente, e formalização da decisão de classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, bem como de restrição de acesso à informação pessoal, que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

a) assunto sobre o qual versa a informação;

b) fundamento da classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, observados os critérios estabelecidos no artigo 31 deste decreto, bem como da restrição de acesso à informação pessoal;

c) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no artigo 31 deste decreto, bem como a indicação do prazo mínimo de restrição de acesso à informação pessoal;

d) identificação da autoridade que a classificou, reclassificou ou desclassificou.

Parágrafo único - O prazo de restrição de acesso contar-se-á da data da produção do documento, dado ou informação.

Artigo 33 - A classificação de sigilo de documentos, dados e informações no âmbito da Administração Pública Estadual, a que se refere o inciso II do artigo 32 deste decreto, é de competência:

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

a) Governador do Estado;

b) Vice-Governador do Estado;

c) Secretários de Estado e Procurador Geral do Estado;

d) Delegado Geral de Polícia e Comandante Geral da Polícia Militar;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I deste artigo, das autoridades máximas de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II deste artigo e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto neste decreto.

§ 1º - A competência prevista nos incisos I e II deste artigo, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, vedada a subdelegação.

§ 2º - A classificação de documentos, dados e informações no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas na alínea «d» do inciso I deste artigo deverá ser ratificada pelo Secretário da Segurança Pública, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - A autoridade ou outro agente público que classificar documento, dado e informação como ultrassecreto deverá encaminhar a decisão de que trata o inciso II do artigo 32 deste decreto, à Comissão Estadual de Acesso à Informação, a que se refere o artigo 76 deste diploma legal, no prazo previsto em regulamento.

Artigo 34 - A classificação de documentos, dados e informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no artigo 31 deste decreto.

§ 1º - O regulamento a que se refere o «caput» deste artigo deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

§ 2º - Na reavaliação a que se refere o «caput» deste artigo deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 3º - Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

SEÇÃO III
Da Proteção de Documentos, Dados e Informações Pessoais

Artigo 35 - O tratamento de documentos, dados e informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º - Os documentos, dados e informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

1. terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;

2. poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º - Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º - O consentimento referido no item 2 do § 1º deste artigo não será exigido quando as informações forem necessárias:

1. à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

2. à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

3. ao cumprimento de ordem judicial;

4. à defesa de direitos humanos;

5. à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º - A restrição de acesso aos documentos, dados e informações relativos à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º - Os documentos, dados e informações identificados como pessoais somente poderão ser fornecidos pessoalmente, com a identificação do interessado.

SEÇÃO IV
Da Proteção e do Controle de Documentos, Dados e Informações Sigilosos

Artigo 36 - É dever da Administração Pública Estadual controlar o acesso e a divulgação de documentos, dados e informações sigilosos sob a custódia de seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

§ 1º - O acesso, a divulgação e o tratamento de documentos, dados e informações classificados como sigilosos ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma dos artigos 62 a 65 deste decreto, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º - O acesso aos documentos, dados e informações classificados como sigilosos ou identificados como pessoais, cria a obrigação para aquele que as obteve de resguardar restrição de acesso.

Artigo 37 - As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de documentos, dados e informações sigilosos e pessoais.

Parágrafo único - A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público executar atividades de tratamento de documentos, dados e informações sigilosos e pessoais adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação deste decreto.

Artigo 38 - O acesso a documentos, dados e informações sigilosos, originários de outros órgãos ou instituições privadas, custodiados para fins de instrução de procedimento, processo administrativo ou judicial, somente poderá ser realizado para outra finalidade se autorizado pelo agente credenciado do respectivo órgão, entidade ou instituição de origem.

SUBSEÇÃO I
Da Produção, do Registro, Expedição, Tramitação e Guarda

Artigo 39 - A produção, manuseio, consulta, transmissão, manutenção e guarda de documentos, dados e informações sigilosos observarão medidas especiais de segurança.

Artigo 40 - Os documentos sigilosos em sua expedição e tramitação obedecerão às seguintes prescrições:

I - deverão ser registrados no momento de sua produção, prioritariamente em sistema informatizado de gestão arquivística de documentos;

II - serão acondicionados em envelopes duplos;

III - no envelope externo não constará qualquer indicação do grau de sigilo ou do teor do documento;

IV - o envelope interno será fechado, lacrado e expedido mediante relação de remessa, que indicará, necessariamente, remetente, destinatário, número de registro e o grau de sigilo do documento;

V - para os documentos sigilosos digitais deverão ser observadas as prescrições referentes à criptografia.

Artigo 41 - A expedição, tramitação e entrega de documento ultrassecreto e secreto, deverá ser efetuadas pessoalmente, por agente público credenciado, sendo vedada a sua postagem.

Parágrafo único - A comunicação de informação de natureza ultrassecreta e secreta, de outra forma que não a prescrita no "caput" deste artigo, só será permitida excepcionalmente e em casos extremos, que requeiram tramitação e solução imediatas, em atendimento ao princípio da oportunidade e considerados os interesses da segurança da sociedade e do Estado, utilizando-se o adequado meio de criptografia.

Artigo 42 - A expedição de documento reservado poderá ser feita mediante serviço postal, com opção de registro, mensageiro oficialmente designado, sistema de encomendas ou, quando for o caso, mala diplomática.

Parágrafo único - A comunicação dos documentos de que trata este artigo poderá ser feita por outros meios, desde que sejam usados recursos de criptografia compatíveis com o grau de sigilo do documento, conforme previsto nos artigos 51 a 56 deste decreto.

Artigo 43 - Cabe aos agentes públicos credenciados responsáveis pelo recebimento de documentos sigilosos:

I - verificar a integridade na correspondência recebida e registrar indícios de violação ou de qualquer irregularidade, dando ciência do fato ao seu superior hierárquico e ao destinatário, o qual informará imediatamente ao remetente;

II - proceder ao registro do documento e ao controle de sua tramitação.

Artigo 44 - O envelope interno só será aberto pelo destinatário, seu representante autorizado ou autoridade competente hierarquicamente superior, observados os requisitos do artigo 62 deste decreto.

Artigo 45 - O destinatário de documento sigiloso comunicará imediatamente ao remetente qualquer indício de violação ou adulteração do documento.

Artigo 46 - Os documentos, dados e informações sigilosos serão mantidos em condições especiais de segurança, na forma do regulamento interno de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único - Para a guarda de documentos secretos e ultrassecretos deverá ser utilizado cofre forte ou estrutura que ofereça segurança equivalente ou superior.

Artigo 47 - Os agentes públicos responsáveis pela guarda ou custódia de documentos sigilosos os transmitirão a seus substitutos, devidamente conferidos, quando da passagem ou transferência de responsabilidade.

SUBSEÇÃO II
Da Marcação

Artigo 48 - O grau de sigilo será indicado em todas as páginas do documento, nas capas e nas cópias, se houver, pelo produtor do documento, dado ou informação, após classificação, ou pelo agente classificador que juntar a ele documento ou informação com alguma restrição de acesso.

§ 1º - Os documentos, dados ou informações cujas partes contenham diferentes níveis de restrição de acesso devem receber diferentes marcações, mas no seu todo, será tratado nos termos de seu grau de sigilo mais elevado.

§ 2º - A marcação será feita em local que não comprometa a leitura e compreensão do conteúdo do documento e em local que possibilite sua reprodução em eventuais cópias.

§ 3º - As páginas serão numeradas seguidamente, devendo a juntada ser precedida de termo próprio consignando o número total de folhas acrescidas ao documento.

§ 4º - A marcação deverá ser necessariamente datada.

Artigo 49 - A marcação em extratos de documentos, esboços, desenhos, fotografias, imagens digitais, multimídia, negativos, diapositivos, mapas, cartas e fotocartas obedecerá ao prescrito no artigo 48 deste decreto.

§ 1º - Em fotografias e reproduções de negativos sem legenda, a indicação do grau de sigilo será no verso e nas respectivas embalagens.

§ 2º - Em filmes cinematográficos, negativos em rolos contínuos e microfilmes, a categoria e o grau de sigilo serão indicados nas imagens de abertura e de encerramento de cada rolo, cuja embalagem será tecnicamente segura e exibirá a classificação do conteúdo.

§ 3º - Os esboços, desenhos, fotografias, imagens digitais, multimídia, negativos, diapositivos, mapas, cartas e fotocartas de que trata esta seção, que não apresentem condições para a indicação do grau de sigilo, serão guardados em embalagens que exibam a classificação correspondente à classificação do conteúdo.

Artigo 50 - A marcação da reclassificação e da desclassificação de documentos, dados ou informações sigilosos obedecerá às mesmas regras da marcação da classificação.

Parágrafo único - Havendo mais de uma marcação, prevalecerá a mais recente.

SUBSEÇÃO III
Da Criptografia

Artigo 51 - Fica autorizado o uso de código, cifra ou sistema de criptografia no âmbito da Administração Pública Estadual e das instituições de caráter público para assegurar o sigilo de documentos, dados e informações.

Artigo 52 - Para circularem fora de área ou instalação sigilosa, os documentos, dados e informações sigilosos, produzidos em suporte magnético ou óptico, deverão necessariamente estar criptografados.

Artigo 53 - A aquisição e uso de aplicativos de criptografia no âmbito da Administração Pública Estadual sujeitar-se-ão às normas gerais baixadas pelo Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP.

Parágrafo único - Os programas, aplicativos, sistemas e equipamentos de criptografia são considerados sigilosos e deverão, antecipadamente, ser submetidos à certificação de conformidade.

Artigo 54 - Aplicam-se aos programas, aplicativos, sistemas e equipamentos de criptografia todas as medidas de segurança previstas neste decreto para os documentos, dados e informações sigilosos e também os seguintes procedimentos:

I - realização de vistorias periódicas, com a finalidade de assegurar uma perfeita execução das operações criptográficas;

II - elaboração de inventários completos e atualizados do material de criptografia existente;

III - escolha de sistemas criptográficos adequados a cada destinatário, quando necessário;

IV - comunicação, ao superior hierárquico ou à autoridade competente, de qualquer anormalidade relativa ao sigilo, à inviolabilidade, à integridade, à autenticidade, à legitimidade e à disponibilidade de documentos, dados e informações sigilosos criptografados;

V - identificação e registro de indícios de violação ou interceptação ou de irregularidades na transmissão ou recebimento de documentos, dados e informações criptografados.

§ 1º - A autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual responsável pela custódia de documentos, dados e informações sigilosos e detentor de material criptográfico designará um agente público responsável pela segurança criptográfica, devidamente credenciado, que deverá observar os procedimentos previstos no "caput" deste artigo.

§ 2º - O agente público referido no § 1º deste artigo deverá providenciar as condições de segurança necessárias ao resguardo do sigilo de documentos, dados e informações durante sua produção, tramitação e guarda, em suporte magnético ou óptico, bem como a segurança dos equipamentos e sistemas utilizados.

§ 3º - As cópias de segurança de documentos, dados e informações sigilosos deverão ser criptografados, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

Artigo 55 - Os equipamentos e sistemas utilizados para a produção e guarda de documentos, dados e informações sigilosos poderão estar ligados a redes de comunicação de dados desde que possuam sistemas de proteção e segurança adequados, nos termos das normas gerais baixadas pelo Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP.

Artigo 56 - Cabe ao órgão responsável pela criptografia de documentos, dados e informações sigilosos providenciar a sua descriptação após a sua desclassificação.

SUBSEÇÃO IV
Da Preservação e Eliminação

Artigo 57 - Aplicam-se aos documentos, dados e informações sigilosos os prazos de guarda estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio, oficializada pelo Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004, e nas Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim, oficializadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, ressalvado o disposto no artigo 59 deste decreto.

Artigo 58 - Os documentos, dados e informações sigilosos considerados de guarda permanente, nos termos dos Decretos nº 48.897 e nº 48.898, ambos de 27 de agosto de 2004, somente poderão ser recolhidos à Unidade do Arquivo Público do Estado após a sua desclassificação.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo, os documentos de guarda permanente de órgãos ou entidades extintos ou que cessaram suas atividades, em conformidade com o artigo 7, § 2º, da Lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e com o artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004.

Artigo 59 - Decorridos os prazos previstos nas tabelas de temporalidade de documentos, os documentos, dados e informações sigilosos de guarda temporária somente poderão ser eliminados após 1 (um) ano, a contar da data de sua desclassificação, a fim de garantir o pleno acesso às informações neles contidas.

Artigo 60 - A eliminação de documentos dados ou informações sigilosos em suporte magnético ou ótico que não possuam valor permanente deve ser feita, por método que sobrescreva as informações armazenadas, após sua desclassificação.

Parágrafo único - Se não estiver ao alcance do órgão a eliminação que se refere o "caput" deste artigo, deverá ser providenciada a destruição física dos dispositivos de armazenamento.

SUBSEÇÃO V
Da Publicidade de Atos Administrativos

Artigo 61 - A publicação de atos administrativos referentes a documentos, dados e informações sigilosos poderá ser efetuada mediante extratos, com autorização da autoridade classificadora ou hierarquicamente superior.

§ 1º - Os extratos referidos no «caput» deste artigo limitar-se-ão ao seu respectivo número, ao ano de edição e à sua ementa, redigidos por agente público credenciado, de modo a não comprometer o sigilo.

§ 2º - A publicação de atos administrativos que trate de documentos, dados e informações sigilosos para sua divulgação ou execução dependerá de autorização da autoridade classificadora ou autoridade competente hierarquicamente superior.

SUBSEÇÃO VI
Da Credencial de Segurança

Artigo 62 - O credenciamento e a necessidade de conhecer são condições indispensáveis para que o agente público estadual no efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade tenha acesso a documentos, dados e informações sigilosos equivalentes ou inferiores ao de sua credencial de segurança.

Artigo 63 - As credenciais de segurança referentes aos graus de sigilo previstos no artigo 31 deste decreto, serão classificadas nos graus de sigilo ultrassecreta, secreta ou reservada.

Artigo 64 - A credencial de segurança referente à informação pessoal, prevista no artigo 35 deste decreto, será identificada como personalíssima.

Artigo 65 - A emissão da credencial de segurança compete às autoridades máximas de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, podendo ser objeto de delegação.

§ 1º - A credencial de segurança será concedida mediante termo de compromisso de preservação de sigilo, pelo qual os agentes públicos responsabilizam-se por não revelarem ou divulgarem documentos, dados ou informações sigilosos dos quais tiverem conhecimento direta ou indiretamente no exercício de cargo, função ou emprego público.

§ 2º - Para a concessão de credencial de segurança serão avaliados, por meio de investigação, os requisitos profissionais, funcionais e pessoais dos propostos.

§ 3º - A validade da credencial de segurança poderá ser limitada no tempo e no espaço.

§ 4º - O compromisso referido no «caput» deste artigo persistirá enquanto durar o sigilo dos documentos a que tiveram acesso.

SUBSEÇÃO VII
Da Reprodução e Autenticação

Artigo 66 - Os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual fornecerão, desde que haja autorização expressa das autoridades classificadoras ou das autoridades hierarquicamente superiores, reprodução total ou parcial de documentos, dados e informações sigilosos.

§ 1º - A reprodução do todo ou de parte de documentos, dados e informações sigilosos terá o mesmo grau de sigilo dos documentos, dados e informações originais.

§ 2º - A reprodução e autenticação de cópias de documentos, dados e informações sigilosos serão realizadas por agentes públicos credenciados.

§ 3º - Serão fornecidas certidões de documentos sigilosos que não puderem ser reproduzidos integralmente, em razão das restrições legais ou do seu estado de conservação.

§ 4º - A reprodução de documentos, dados e informações pessoais que possam comprometer a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de terceiros poderá ocorrer desde que haja autorização nos termos item 2 do § 1º do artigo 35 deste decreto.

Artigo 67 - O responsável pela preparação ou reprodução de documentos sigilosos deverá providenciar a eliminação de provas ou qualquer outro recurso, que possam dar origem à cópia não autorizada do todo ou parte.

Artigo 68 - Sempre que a preparação, impressão ou, se for o caso, reprodução de documentos, dados e informações sigilosos forem efetuadas em tipografias, impressoras, oficinas gráficas, ou similares, essa operação deverá ser acompanhada por agente público credenciado, que será responsável pela garantia do sigilo durante a confecção do documento.

SUBSEÇÃO VIII
Da Gestão de Contratos

Artigo 69 - O contrato cuja execução implique o acesso por parte da contratada a documentos, dados ou informações sigilosos, obedecerá aos seguintes requisitos:

I - assinatura de termo de compromisso de manutenção de sigilo;

II - o contrato conterá cláusulas prevendo:

a) obrigação de o contratado manter o sigilo relativo ao objeto contratado, bem como à sua execução;

b) obrigação de o contratado adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito de suas atividades, para a manutenção do sigilo de documentos, dados e informações aos quais teve acesso;

c) identificação, para fins de concessão de credencial de segurança, das pessoas que, em nome da contratada, terão acesso a documentos, dados e informações sigilosos.

Artigo 70 - Os órgãos contratantes da Administração Pública Estadual fiscalizarão o cumprimento das medidas necessárias à proteção dos documentos, dados e informações de natureza sigilosa transferidos aos contratados ou decorrentes da execução do contrato.

CAPÍTULO V
Das Responsabilidades

Artigo 71 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer documentos, dados e informações requeridas nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, documento, dado ou informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a documento, dado e informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido ao documento, dado e informação sigilosos ou pessoal;

V - impor sigilo a documento, dado e informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente documento, dado ou informação sigilosos para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no «caput» deste artigo serão apuradas e punidas na forma da legislação em vigor.

§ 2º - Pelas condutas descritas no «caput» deste artigo, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto na Lei federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Artigo 72 - O agente público que tiver acesso a documentos, dados ou informações sigilosos, nos termos deste decreto, é responsável pela preservação de seu sigilo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação, em caso de eventual divulgação não autorizada.

Artigo 73 - Os agentes responsáveis pela custódia de documentos e informações sigilosos sujeitam-se às normas referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício, e ao seu código de ética específico, sem prejuízo das sanções legais.

Artigo 74 - A pessoa física ou entidade privada que detiver documentos, dados e informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A reabilitação referida no inciso V deste artigo será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º - A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Artigo 75 - Os órgãos e entidades estaduais respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de documentos, dados e informações sigilosos ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades estaduais, tenha acesso a documento, dado ou informação sigilosos ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais

Artigo 76 - O tratamento de documento, dado ou informação sigilosos resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Artigo 77 - Aplica-se, no que couber, a Lei federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32):

"Artigo 78 – Cabe à Secretaria de Governo:"; (NR)

I - realizar campanha de abrangência estadual de fomento à cultura da transparência na Administração Pública Estadual e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - promover treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública Estadual;

III - formular e implementar política de segurança da informação, em consonância com as diretrizes da política estadual de arquivos e gestão de documentos;

IV - propor e promover a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para tratamento de informações sigilosas e pessoais.

(*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32):

"Artigo 79 – A Ouvidoria Geral do Estado, será responsável pela fiscalização da aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e deste decreto no âmbito da Administração Pública Estadual, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno.". (NR)

Artigo 80 - Este decreto e suas disposições transitórias entram em vigor na data de sua publicação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - Fica instituído Grupo Técnico, junto ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP, visando a promover os estudos necessários à criação, composição, organização e funcionamento da Comissão Estadual de Acesso à Informação.

Parágrafo único - O Presidente do Comitê de Qualidade da Gestão Pública designará, no prazo de 30 (trinta) dias, os membros integrantes do Grupo Técnico.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão proceder à reavaliação dos documentos, dados e informações classificados como ultrassecretos e secretos no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º - A restrição de acesso a documentos, dados e informações, em razão da reavaliação prevista no «caput» deste artigo, deverá observar os prazos e condições previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 2º - No âmbito da administração pública estadual, a reavaliação prevista no «caput» deste artigo poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Estadual de Acesso à Informação, observados os termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e deste decreto.

§ 3º - Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no «caput» deste artigo, será mantida a classificação dos documentos, dados e informações nos termos da legislação precedente.

§ 4º - Os documentos, dados e informações classificados como secretos e ultrassecretos não reavaliados no prazo previsto no "caput" deste artigo serão considerados, automaticamente, de acesso público.

Artigo 3º - No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência deste decreto, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual designará subordinado para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - planejar e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, os recursos organizacionais, materiais e humanos, bem como as demais providências necessárias à instalação e funcionamento dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, a que se refere o artigo 7º deste decreto;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a documentos, dados ou informações, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e deste decreto;

III - orientar e monitorar a implementação do disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto, e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

IV - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto neste decreto;

V - promover a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de pessoal que desempenhe atividades inerentes à salvaguarda de documentos, dados e informações sigilosos e pessoais.

Artigo 4º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverão apresentar à autoridade máxima do órgão ou entidade, plano e cronograma de trabalho, no prazo de 30 (trinta) dias, para o cumprimento das atribuições previstas no artigo 6º, incisos I e II, e artigo 32, inciso I, deste decreto.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2012
GERALDO ALCKMIN

QUESTÕES COMENTADAS

01. (TSE - Analista Judiciário – Arquivologia – CONSULPLAN/2012) Considerando a autonomia entre os Poderes da República em seus diferentes níveis de atuação, pode-se afirmar sobre a Lei nº 12.527 promulgada pela Presidente Dilma Russeff, em 18 de novembro de 2011, que regula o acesso aos documentos de arquivo e revoga, não apenas a Lei nº 11.111/2005, mas também alguns dispositivos da Lei nº 8.159/1991, que

A) não se aplica ao Tribunal Superior Eleitoral.
B) não se aplica ao Poder Judiciário.
C) é exclusiva ao Poder Executivo Federal.
D) se aplica aos três poderes da República.

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESPOSTA: "D".

02. (TJ/AL - Analista Judiciário – Arquivologia – CESPE/2012) Assinale a opção em que são apresentadas informações que não se submetem à Lei de Acesso à Informação brasileira.

A) Informação sobre projetos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional.

B) Informação resultante de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

C) Informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.

D) Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas a sua política, organização e serviços.

E) Informação referente à implementação, ao acompanhamento e aos resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como às metas e aos indicadores propostos.

O acesso à informação previsto na Lei não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 7º, §1º, da Lei nº 12.527/11).

RESPOSTA: "A".

03. (TJ/AL - Analista Judiciário – Arquivologia – CESPE/2012) O acesso restrito a um documento ultrassecreto deve ser mantido por

A) 10 anos.
B) 15 anos.
C) 20 anos.
D) 25 anos.
E) 5 anos.

Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos.

RESPOSTA: "D".

04. (TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário – Arquivologia – FCC/2012) De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, é identificada como

A) objetividade.
B) autenticidade.
C) integridade.
D) primariedade.
E) disponibilidade.

No artigo 4º da Lei nº 12.527, são apresentados importantes conceitos que ajudam na interpretação da norma, bem como mensurar seus efeitos. Dentre estes se encontra a definição apresentada acima que conceitua a "primariedade" (inciso IX, do art. 4º, da Lei).

RESPOSTA: "D".

05. (INPI - Analista de Planejamento - Arquivologia - CESPE/2013) A respeito da política de acesso aos documentos de arquivo, julgue o próximo item.

Não é facultado ao cidadão o acesso a informações sobre administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos.

A) CERTO
B) ERRADO

O item analisado está errado, haja vista que um dos objetivos principais da norma é facultar ao cidadão o acesso a informações pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos, visando, com isso, à transparência e probidade da Administração Pública.

RESPOSTA: "B".

06. (PC/SP - Escrivão de Polícia – VUNESP/2014) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, nos termos da Lei n.º 12.527/11, poderá ser classificada como

A) ambígua, sigilosa ou pública.
B) vinculada, sigilosa ou exclusiva.
C) secreta, reservada ou pública.
D) exclusiva, secreta ou pública.
E) ultrassecreta, secreta ou reservada.

Considerando o que prevê o artigo 24 da Lei nº 12.527/11, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

RESPOSTA: "E".

07. (PC/SP - Escrivão de Polícia Civil - VUNESP/2013) De acordo com o disposto, expressamente, na Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), se depois de solicitar a informação, o interessado souber que houve o extravio da informação solicitada,

A) poderá pedir indenização à autoridade administrativa competente.
B) poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
C) deverá providenciar dados e documentos que tiver e fornecê-los à autoridade competente para restituição da respectiva informação.
D) deverá requerer judicialmente a restituição da informação.
E) poderá requerer a abertura de processo administrativo para punição do responsável e obtenção de respectiva indenização por danos morais.

Nos termos do artigo 7º, §5º, da Lei de Acesso à Informação, no caso de comunicado o extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

RESPOSTA: "B".

EXERCÍCIOS

1. (VUNESP - 2011 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) De acordo com o que dispõe a Lei n.º 10.261/68, é proibido ao funcionário público

a) fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ou como representante de outrem.

b) requerer ou promover a concessão de privilégios de invenção própria.

c) constituir-se procurador ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, quando se tratar de interesse de cônjuge.

d) trabalhar sob as ordens imediatas de parentes, até segundo grau, nas funções de confiança e livre escolha.

e) cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais.

2. (VUNESP - 2011 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) Assinale a alternativa que está em consonância com o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

a) Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de repreensão, suspensão e multa.

b) São competentes para determinar a instauração do processo administrativo os Secretários de Estado e os Superintendentes de Autarquias, dentre outros.

c) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de quinze dias do recebimento da denúncia, e concluído no de noventa dias do interrogatório do acusado.

d) Da portaria de instauração do processo administrativo deverão constar, obrigatoriamente, a indicação das normas infringidas e a penalidade mínima em tese cabível ao acusado.

e) Comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de cinco dias para requerer a produção de provas e arrolar até o máximo de três testemunhas.

3. (VUNESP - 2011 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) Assinale a alternativa correta, no que diz respeito à revisão de punição disciplinar.

a) A simples alegação de injustiça da decisão de punição disciplinar da qual não caiba mais recurso constitui fundamento para o pedido de revisão processual.

b) Será admitida a reiteração do pedido de revisão processual pelo mesmo fundamento, por duas vezes.

c) O pedido de revisão processual será instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir.

d) O ônus da prova cabe ao requerente, e a pena imposta, conforme o caso, poderá ser agravada pela revisão.

e) Deferido o processamento da revisão, será este realizado pelo mesmo Procurador de Estado que tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente.

4. (VUNESP - 2010 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) Sobre a pena de suspensão prevista na Lei n.º 10.261/68, é correto afirmar que

a) não excederá noventa dias.

b) não acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo do funcionário suspenso.

c) não admite a sua conversão em multa.

d) será aplicada no caso de ineficiência no serviço.

e) será aplicada ao funcionário que revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares.

5. (VUNESP - 2010 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) Conforme dispõe a Lei n.º 10.261/68, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida a autoria, a autoridade competente realizará

a) processo administrativo, que deverá ser concluído no prazo de trinta dias.

b) sindicância administrativa, que deve ser concluída no prazo de sessenta dias.

c) sindicância administrativa, que deverá ser concluída no prazo de noventa dias.

d) apuração preliminar, que deverá ser concluída no prazo de trinta dias.

e) apuração preliminar, que deverá ser concluída no prazo de noventa dias.

6. (FCC - 2012 - PGE-SP - Procurador) A hipótese em que servidor público efetivo, demitido do serviço público estadual, nele reingressa em cumprimento de decisão judicial, é denominada

a) readmissão.

b) reversão.

c) restituição.

d) reaproveitamento.

e) reintegração.

7. (VUNESP - 2011 - TJM-SP - Escrevente Técnico Judiciário) No que se refere à extinção da punibilidade pela prescrição prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

a) não corre enquanto o funcionário estiver revel no processo administrativo.

b) começa a correr no 1.° dia útil após a data em que o funcionário for declarado ausente.

c) se interrompe com a efetiva apresentação do funcionário ausente.

d) começa a correr no 1.° dia útil após cessar a declaração de abandono do funcionário.

e) não corre enquanto insubsistente o vinculo funcional que venha a ser restabelecido.

8. (VUNESP - 2011 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) No tocante à extinção da punibilidade pela prescrição e conforme o disposto na Lei nº 10.261/68, pode-se afirmar que

a) a prescrição começa a correr após dois dias corridos ao dia em que a falta foi cometida.

b) se interrompe a prescrição com a citação do acusado no processo administrativo.

c) o lapso prescricional não corresponde, na hipótese de atenuação ou mitigação, ao da pena em tese cabível.

d) a prescrição corre enquanto insubsistente o vínculo funcional que venha a ser restabelecido.

e) extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

9. (VUNESP - 2010 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário) Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais. Nessas hipóteses, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo dispõe que a reposição do valor devido

a) deve ser feita de uma só vez.
b) pode ser feita em até cinco vezes.
c) poderá ser descontada do vencimento ou remuneração, não excedendo o desconto à décima parte do valor destes.
d) poderá ser parcelada em até dez vezes.
e) deve ser recolhida no prazo de até trinta dias, contados da decisão final do processo administrativo que apurou o valor da dívida.

10. (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Arquivologia) De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, é identificada como
a) objetividade.
b) autenticidade.
c) integridade.
d) primariedade.
e) disponibilidade.

11. (CESPE - 2012 - TJ-AL - Analista Judiciário - Arquivologia) Assinale a opção em que são apresentadas informações que não se submetem à Lei de Acesso à Informação brasileira.
a) Informação sobre projetos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional.
b) Informação resultante de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
c) Informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
d) Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas a sua política, organização e serviços.
e) Informação referente à implementação, ao acompanhamento e aos resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como às metas e aos indicadores propostos.

12. (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Arquivologia) Considerando a autonomia entre os Poderes da República em seus diferentes níveis de atuação, pode-se afirmar sobre a Lei nº 12.527 promulgada pela Presidente Dilma Russeff, em 18 de novembro de 2011, que regula o acesso aos documentos de arquivo e revoga, não apenas a Lei nº 11.111/2005, mas também alguns dispositivos da Lei nº 8.159/1991, que
a) não se aplica ao Tribunal Superior Eleitoral.
b) não se aplica ao Poder Judiciário.
c) é exclusiva ao Poder Executivo Federal.
d) se aplica aos três poderes da República.

13. (FAURGS - 2012 - TJ-RS - Analista Judiciário) Para os efeitos da Lei n.º 12.527/2011 ("Lei de Acesso às Informações Públicas"),
a) não há tratamento específico para as informações sigilosas e para as informações pessoais.
b) há identidade de tratamento quanto às informa- ções pessoais e sigilosas.
c) as informações sigilosas são aquelas submetidas temporariamente à restrição de acesso público.
d) as informações pessoais são, necessariamente, sigilosas, muito embora as informações sigilosas não necessariamente sejam pessoais.
e) as informações pessoais são assim definidas por cada servidor público, a partir da análise de sua situação particular de proteção da privacidade.

14. (FAURGS - 2012 - TJ-RS - Historiógrafo) A Lei n.º 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, sendo que seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
No que se refere a essa lei, considere as afirmações abaixo.
I - Sua regulamentação torna essencial o princípio de que o acesso é a regra, e o sigilo é a exceção.
II - Sua regulamentação consolida e define o marco regulatório em relação ao acesso à informação pública sob a guarda do Estado e à informação privada em arquivos pessoais.
III - Sua regulamentação estabelece os procedimentos para que a Administração responda a pedidos de informação do cidadão.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

15. (CESPE - 2013 - ANP - Analista Administrativo - Área 1 / CESPE - 2013 - INPI - Analista de Planejamento - Arquivologia - ADAPTAÇÃO - originalmente questões de verdadeiro ou falso) Analise as afirmativas sobre a Lei nº 12.527 (lei de acesso à informação):
I - Cabe à comissão mista de reavaliação de informações rever, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, a classificação de informações ultrassecretas ou secretas.
II - Na divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas por órgãos e por entidades públicas, deve constar, no mínimo, o registro das receitas dessas instituições.
III - O núcleo de segurança e credenciamento deverá requisitar da autoridade que classificar a informação como ultrassecreta ou secreta esclarecimento ou conteúdo parcial ou integral da informação.
IV - Segundo a lei de acesso à informação, a autenticidade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
V - No âmbito da administração pública federal, a reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas poderá ser revista a qualquer tempo.
Estão corretas:
a) I e II;
b) I, II e III;
c) I e V;
d) II, III e V;
e) IV e V.

GABARITO

1	A
2	E
3	C
4	A
5	D
6	E
7	E
8	E
9	A
10	D
11	A
12	D
13	C
14	D
15	C